ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CXLIX Nº 179

Brasília - DF, sexta-feira, 14 de setembro de 2012

SEÇÃO 1

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 5
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 9
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 10
Ministério da Cultura 11
Ministério da Defesa 29
Ministério da Educação 31
Ministério da Fazenda 36
Ministério da Integração Nacional 52
Ministério da Justiça 60
Ministério da Previdência Social 64
Ministério da Saúde 64
Ministério das Cidades 73
Ministério das Comunicações 76
Ministério de Minas e Energia 80
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome 93
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior ... 99
Ministério do Esporte 100
Ministério do Meio Ambiente 102
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 102
Ministério do Trabalho e Emprego 105
Ministério dos Transportes 115
Conselho Nacional do Ministério Público 116
Ministério Público da União 119
Tribunal de Contas da União 133
Poder Legislativo 179
Poder Judiciário 181
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 254

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 7.801, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012(*)

Altera o Decreto nº 7.659, de 23 de dezembro de 2011, no tocante à alocação de cargos em comissão temporários para o Ministério da Defesa, e prevê representações do Ministério da Defesa em cidades-sede de grandes eventos.

"Art. 1º O Decreto nº 7.659, de 23 de dezembro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 9º Ficam remanejados, a partir de 1º de janeiro de 2012, da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para o Ministério da Defesa dez cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS 101.4, sendo três até 13 de setembro de 2012 e sete até 31 de dezembro de 2016.

§ 1º Os cargos a que se refere o **caput** destinam-se a viabilizar o planejamento e a operacionalização de ações de segurança com emprego temporário das Forças Armadas pelo Ministério da Defesa durante os grandes eventos de que trata o § 1º do art. 5º do Decreto nº 7.538, de 1º de agosto de 2011, em todas as cidades-sede.

§ 2º Findo os prazos estabelecidos no **caput**, os cargos em comissão serão automaticamente remanejados à Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ficando seus ocupantes exonerados." (NR)"

(*) Republicação do art. 1º do Decreto nº 7.801, de 12 de setembro de 2012, por ter constado incorreção quanto ao original no Diário Oficial da União de 13 de setembro de 2012, Seção 1.

DECRETO Nº 7.802, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Altera o Decreto nº 5.342, de 14 de janeiro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004,

D E C R E T A:

Art. 1º O Decreto nº 5.342, de 14 de janeiro de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º Podem ser beneficiários da Bolsa-Atleta:

I - na categoria Atleta de Base, o atleta de catorze a dezenove anos de idade que:

a) tenha participado com destaque das categorias iniciantes, em competições organizadas no ano anterior ao do pleito direta ou indiretamente por entidade nacional de administração do desporto, reconhecidas pelo Ministério do Esporte;

b) tenha obtido o primeiro, segundo ou terceiro lugar em modalidade individual ou tenha sido considerado um dos dez melhores atletas, por sexo, em modalidade coletiva; e

c) continue treinando para competições nacionais oficiais;

II - na categoria Atleta Estudantil, o atleta de catorze a vinte anos de idade que:

a) tenha participado dos jogos estudantis ou universitários nacionais organizados no ano anterior ao do pleito direta ou indiretamente pelo Comitê Olímpico Brasileiro - COB ou pelo Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB, reconhecidos pelo Ministério do Esporte;

b) tenha obtido o primeiro, segundo ou terceiro lugar em modalidade individual ou tenha sido considerado um dos três melhores atletas, por sexo, em modalidade coletiva; e

c) continue treinando para competições nacionais oficiais;

III - na categoria Atleta Nacional, o atleta a partir de catorze anos de idade que:

a) tenha obtido na competição máxima da temporada nacional da modalidade, indicada pela entidade nacional de administração do desporto, no ano anterior ao do pleito, o primeiro, segundo ou terceiro lugar, e continue treinando para competições nacionais ou internacionais oficiais; ou

b) esteja em primeiro, segundo ou terceiro lugar no ranking nacional de sua modalidade, indicado pela entidade nacional de administração do desporto, e continuem treinando para competições nacionais ou internacionais oficiais;

IV - na categoria Atleta Internacional, o atleta a partir de catorze anos que:

a) tenha integrado a seleção nacional de sua modalidade, representando o Brasil em campeonatos ou jogos sul-americanos, pan-americanos ou mundiais;

b) tenha obtido primeiro, segundo ou terceiro lugar em competição reconhecida pela confederação da modalidade como um dos principais eventos; e

c) continue treinando para competições internacionais oficiais.

V - na categoria Atleta Olímpico ou Paraolímpico, o atleta que:

a) tenha representado o Brasil nos últimos Jogos Olímpicos ou Paraolímpicos adultos organizados pelo Comitê Olímpico Internacional - COI ou Comitê Paralímpico Internacional - IPC, como titular em modalidade individual ou com seu nome presente na súmula de modalidade coletiva;

b) continue treinando para competições internacionais oficiais; e

c) cumpra os outros critérios fixados pelo Ministério do Esporte; e

VI - na categoria Atleta Pódio, o atleta de modalidade individual olímpica ou paraolímpica vinculado ao Programa Atleta Pódio." (NR)

"Art. 3º A concessão da Bolsa-Atleta, destinada prioritariamente aos atletas praticantes do esporte de alto rendimento em modalidades olímpicas e paraolímpicas, deverá ser requerida junto ao Ministério do Esporte, por meio de formulário próprio acompanhado dos seguintes documentos:

I - cópia do documento de identidade e do registro no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda - CPF;

II - declaração da entidade desportiva, dispensada na categoria Atleta Estudantil, atestando que o atleta:

a) está vinculado à entidade; e

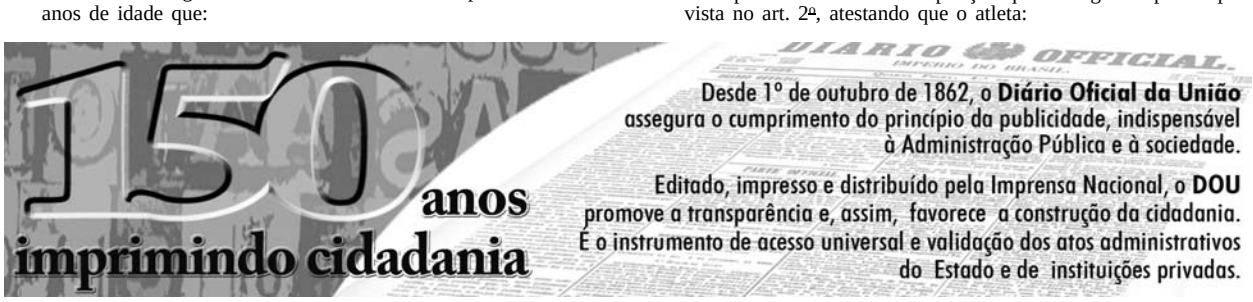
b) encontra-se em plena atividade esportiva e participa regularmente de treinamento para competições nacionais ou internacionais oficiais;

III - declaração da entidade nacional de administração do desporto, dispensada na categoria Atleta Estudantil, acompanhada de cópia da súmula da competição que configura hipótese prevista no art. 2º, atestando que o atleta:

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107



EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

a) está regularmente inscrito junto à entidade nacional de administração do desporto;

b) está vinculado à entidade estadual de administração do desporto; e

c) tenha obtido primeiro, segundo ou terceiro lugar na competição nacional ou internacional, conforme o caso, no ano anterior ao do pleito do benefício;

IV - declaração de instituição de ensino, exigida apenas na categoria Atleta Estudantil, atestando que o atleta:

a) está regularmente matriculado, com indicação do curso e nível de estudo;

b) encontra-se em plena atividade esportiva e participa regularmente de treinamento para competições oficiais; e

c) tenha obtido primeiro, segundo ou terceiro lugar em competição representando a instituição nos jogos estudantis ou universitários nacionais reconhecidos pelo Ministério do Esporte, no ano anterior ao do pleito do benefício;

V - declaração sobre valores recebidos como patrocínio de pessoas jurídicas públicas ou privadas, incluído qualquer montante percebido eventual ou regularmente, diverso do salário, e qualquer tipo de apoio em troca de vinculação de marca; e

VI - plano esportivo anual, com plano de treinamento, objetivos e metas esportivas para o ano de recebimento do benefício.

§ 1º O Conselho Nacional do Esporte deliberará acerca dos pleitos submetidos pelo Ministro de Estado do Esporte para concessão de bolsas para atletas de modalidades não olímpicas ou paraolímpicas, podendo autorizar o pagamento do benefício no exercício subsequente, observado o Plano Nacional do Desporto, a disponibilidade financeira e o limite imposto pelo § 4º do art. 1º da Lei nº 10.891, de 2004.

§ 2º Caso não preenchidos os requisitos previstos no **caput**, o candidato será notificado pelo Ministério do Esporte para, no prazo de trinta dias, complementar a documentação ou as informações, sob pena de indeferimento do pedido.

§ 3º O plano esportivo anual será elaborado conforme modelo disponibilizado pelo Ministério do Esporte.

§ 4º Ato do Ministro de Estado do Esporte definirá critérios para análise dos planos esportivos anuais e instituirá comissão para sua avaliação." (NR)

"Art. 8º O atleta beneficiado deverá apresentar ao Ministério do Esporte prestação de contas no prazo de trinta dias após o recebimento da última parcela.

§ 1º A prestação de contas deverá conter:

I - declaração da entidade desportiva, ou da instituição de ensino na categoria Atleta Estudantil, atestando que o atleta manteve-se em plena atividade esportiva durante o período de recebimento do benefício; e

II - declaração da entidade nacional de administração do desporto, dispensada na categoria Atleta Estudantil, atestando que o atleta:

a) manteve-se regularmente inscrito junto à entidade; e

b) participou de competição promovida pela entidade no período de recebimento do benefício, especificando denominação, data, local e resultados obtidos.

§ 2º Caso a prestação de contas não seja apresentada no prazo ou não tenha sido aprovada, o benefício não será renovado até que seja regularizada a pendência." (NR)

"Art. 9º-A. Ato do Ministro de Estado do Esporte disporá sobre:

I - critérios e procedimentos complementares para o pleito, para a concessão e para a renovação do benefício;

II - critérios para reconhecimento de competições; e

III - prazos, forma de ingresso, prestação de contas, metas esportivas propostas e resultados alcançados pelos atletas do Programa Atleta Pódio." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de setembro de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

DILMA ROUSSEFF
Aldo Rebelo

DECRETO Nº 7.803, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Altera o Decreto nº 4.376, de 13 de setembro de 2002, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência, instituído pela Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O Decreto nº 4.376, de 13 de setembro de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º .....

I - Casa Civil da Presidência da República, por meio de sua Secretaria-Executiva;

.....

V - Ministério da Defesa, por meio da Subchefia de Inteligência Estratégica, da Assessoria de Inteligência Operacional, da Divisão de Inteligência Estratégico-Militar da Subchefia de Estratégia do Estado-Maior da Armada, do Centro de Inteligência da Marinha, do Centro de Inteligência do Exército, do Centro de Inteligência da Aeronáutica, e do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia;

VI - Ministério das Relações Exteriores, por meio da Secretaria-Geral de Relações Exteriores e da Coordenação-Geral de Combate aos Ilícitos Transnacionais;

.....

XII - Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria-Executiva e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

.....

XV - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio de sua Secretaria-Executiva; e

XVI - Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, por meio de sua Secretaria-Executiva.

....." (NR)

"Art. 8º .....

.....

IV - Subchefia de Inteligência Estratégica, Assessoria de Inteligência Operacional, Divisão de Inteligência Estratégico-Militar da Subchefia de Estratégia do Estado-Maior da Armada, Centro de Inteligência da Marinha, Centro de Inteligência do Exército, Centro de Inteligência da Aeronáutica, e Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, todos do Ministério da Defesa;

....." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o inciso VII do **caput** do art. 8º do Decreto nº 4.376, de 13 de setembro de 2002.

Brasília, 13 de setembro de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

DILMA ROUSSEFF
Márcia Pelegrinio
Juniti Saito
Antonio de Aguiar Patriota
José Elito Carvalho Siqueira

DECRETO Nº 7.804, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, e na proposta do Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento - CGPAC, de 5 de julho de 2012,

D E C R E T A :

Art. 1º São obrigatórias as transferências aos entes federados necessárias à execução das ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, constantes do Anexo a este Decreto, sem prejuízo do disposto nos Decretos nº 7.745, de 5 de junho de 2012, nº 7.720, de 16 de abril de 2012, nº 7.662, de 28 de dezembro de 2011, nº 7.625, de 24 de novembro de 2011, nº 7.576, de 11 de outubro de 2011, nº 7.488, de 24 de maio de 2011, nº 7.369, de 26 de novembro de 2010, nº 7.211, de 11 de junho de 2010, nº 7.157, de 9 de abril de 2010, nº 7.125, de 3 de março de 2010, nº 7.051, de 23 de dezembro de 2009, nº 7.025, de 7 de dezembro de 2009, nº 6.982, de 14 de outubro de 2009, nº 6.958, de 14 de setembro de 2009, nº 6.921, de 4 de agosto de 2009, nº 6.876, de 8 de junho de 2009, nº 6.807, de 25 de março de 2009, nº 6.714, de 29 de dezembro de 2008, nº 6.694, de 15 de dezembro de 2008, nº 6.450, de 8 de maio de 2008, nº 6.326, de 27 dezembro de 2007, e nº 6.276, de 28 de novembro de 2007.

Art. 2º Compete ao órgão ou entidade da administração pública federal ao qual estiver consignada a dotação orçamentária relativa à ação constante do Anexo a análise e aprovação formal do termo de compromisso de que trata o § 1º do art. 3º da Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007.

Parágrafo único. Na hipótese de a transferência obrigatória ser efetivada por intermédio de instituição ou agente financeiro público federal que atue como mandatário da União, caberá a essas entidades a aprovação de que trata o **caput**.

Art. 3º Caberá ao Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento - CGPAC divulgar em sítio eletrônico a relação das ações de que trata o art. 2º da Lei nº 11.578, de 2007, e promover as atualizações devidas nessa relação, inclusive no que se refere a alterações nas funcionais programáticas decorrentes de lei orçamentária e seus créditos adicionais.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de setembro de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

DILMA ROUSSEFF
Guido Mantega
Miriam Belchior
Gleisi Hoffmann

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

GLEISI HELENA HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO

CÓDIGO AÇÃO	AÇÃO	CÓDIGO EMPREENDIMENTO	EMPREENDIMENTO
10SS	Apoio a Projetos de Sistemas de Transporte Coletivo Urbano.	MCID.02372	Corredor de Ônibus - Campinas/SP - Plano de Mobilidade Urbana
10SS	Apoio a Projetos de Sistemas de Transporte Coletivo Urbano.	MCID.02373	Corredor de Ônibus - Campo Grande/MS - Reestruturação do Sistema Integrado de Transporte
10SS	Apoio a Projetos de Sistemas de Transporte Coletivo Urbano.	MCID.02376	Corredor de Ônibus - Guarulhos/SP - Programa de Mobilidade Urbana de Guarulhos
10SS	Apoio a Projetos de Sistemas de Transporte Coletivo Urbano.	MCID.02378	Corredor de Ônibus - Manaus/AM - Ligação viária Av Timbiras-AM010
10SS	Apoio a Projetos de Sistemas de Transporte Coletivo Urbano.	MCID.02382	Corredor de Ônibus - Recife/PE - Sistema de Transporte Rápido por Ônibus para a RMR
10SS	Apoio a Projetos de Sistemas de Transporte Coletivo Urbano.	MCID.02385	Corredor de Ônibus - São Bernardo do Campo/SP - Ligação Leste-Oeste
10SS	Apoio a Projetos de Sistemas de Transporte Coletivo Urbano.	MCID.02386	Corredor de Ônibus - São Luís/MA - Avenida Metropolitana de São Luís
10SS	Apoio a Projetos de Sistemas de Transporte Coletivo Urbano.	MCID.02387	Corredor de Ônibus - São Luís/MA - Novo Anel Viário - trecho 1
10SS	Apoio a Projetos de Sistemas de Transporte Coletivo Urbano.	MCID.02392	Metrô - Curitiba/PR - Linha Azul - 1ª etapa
10SS	Apoio a Projetos de Sistemas de Transporte Coletivo Urbano.	MCID.02393	Metrô - Fortaleza/CE - Linha Leste
10SS	Apoio a Projetos de Sistemas de Transporte Coletivo Urbano.	MCID.02395	Metrô - Porto Alegre/RS - Linha circular MetrôPoa - 1ª fase
10SS	Apoio a Projetos de Sistemas de Transporte Coletivo Urbano.	MCID.02396	Metrô - RM Belo Horizonte/MG - Rede de Metrô - linhas 1, 2 e 3
10SS	Apoio a Projetos de Sistemas de Transporte Coletivo Urbano.	MCID.02397	Metrô - RM Rio de Janeiro/RJ - Linha 3 São Gonçalo-Niterói
10SS	Apoio a Projetos de Sistemas de Transporte Coletivo Urbano.	MCID.02398	Metrô - RM São Paulo/SP - Monotrilho São Bernardo do Campo/São Paulo - fase 1
10SS	Apoio a Projetos de Sistemas de Transporte Coletivo Urbano.	MCID.02399	Metrô - Salvador/BA - Trecho Aeroporto - Acesso Norte
10SS	Apoio a Projetos de Sistemas de Transporte Coletivo Urbano.	MCID.02404	VLT - Maceió/AL - Aeroporto-Maceió - trecho 1
10SC	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento.	MCID.02410	Abastecimento de Água - Araci/BA - SIAA Araci Norte
10SC	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento.	MCID.02411	Abastecimento de Água - Euclides da Cunha e Monte Santo/BA - SIAA Tucano Noroeste
10SC	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento.	MCID.02412	Abastecimento de Água - Vitória da Conquista, Belo Campo e Tremedal/BA - Barragem no Rio Catolé
10SC	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento.	MCID.02413	Abastecimento de Água - Vitória da Conquista, Belo Campo e Tremedal/BA - elevatórias, adutoras, reservatórios, ETA e rede de distribuição
10SC	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento.	MCID.02414	Abastecimento de Água - Aracati/CE - Localidade de Canoa Quebrada
10SC	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento.	MCID.02415	Abastecimento de Água - Aracati/CE - Localidades de Majorlândia, Quixaba, Pontal, Córrego dos Rodrigues
10SC	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento.	MCID.02416	Abastecimento de Água - Caucaia/CE - reservatórios, elevatórias, adutoras, rede de distribuição
10SC	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento.	MCID.02417	Abastecimento de Água - Itapipoca/CE - ETA
10SC	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento.	MCID.02418	Abastecimento de Água - Juazeiro do Norte/CE - Bairros Aeroporto, Triângulo e São José
10SC	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento.	MCID.02419	Abastecimento de Água - Quixadá/CE - ETA
10SC	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento.	MCID.02420	Abastecimento de Água - Russas/CE - ETA, adutora, reservatórios
10SC	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento.	MCID.02421	Abastecimento de Água - Sobral/CE - Distrito de Jaibaras
10SC	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento.	MCID.02422	Abastecimento de Água - Sobral/CE - Açude Ayres
10SC	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento.	MCID.02423	Abastecimento de Água - Tauá/CE - captação, adutora, ETA, reservatórios
10SC	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento.	MCID.02424	Abastecimento de Água - Chapadinha/MA - barragem, captação, adutora, ETA, reservatórios
10SC	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento.	MCID.02425	Abastecimento de Água - Pinheiro/MA - captação, adutora, ETA, reservatórios, rede de distribuição

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

10SC	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento.	MCID.02426	Abastecimento de Água - Tutóia/MA - adutora, reservatórios, rede de distribuição
10SC	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento.	MCID.02427	Abastecimento de Água - Montes Claros/MG - barragem, adutora, ETA, reservatórios, rede de distribuição
10SC	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento.	MCID.02428	Abastecimento de Água - Bezerros/PE - ETA Bezerros
10SC	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento.	MCID.02429	Abastecimento de Água - Caruaru/PE - ETA Salgado
10SC	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento.	MCID.02430	Abastecimento de Água - Assu/RN - ETA, adutora, reservatórios, rede de distribuição
10SC	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento.	MCID.02431	Abastecimento de Água - Caicó/RN - captação, elevatórias, ETA, adutora, reservatórios
10SG	Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentável e de Manejo de Águas Pluviais em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico.	MCID.02432	Drenagem Urbana - Belo Horizonte/MG - Canal na Avenida Tereza Cristina
10SG	Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentável e de Manejo de Águas Pluviais em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico.	MCID.02433	Drenagem Urbana - Nova Friburgo/RJ - Macrodrenagem nas bacias dos Rios Bengalas, Córrego D'Antas e Rio Grande em Nova Friburgo
10SG	Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentável e de Manejo de Águas Pluviais em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico.	MCID.02434	Drenagem Urbana -Teresópolis/RJ - Rio Meudon
140M	Construção da Barragem Serro Azul no Estado de Pernambuco	MI.00706	Barragem Serro Azul
12KY	Construção de Contorno Rodoviário - no Município de Cuiabá - na BR 070/163/364- Estado do Mato Grosso	MT.01065	BR-364/MT - Construção - Contorno de Cuiabá

DECRETO DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Institui o Comitê Gestor dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 em território nacional,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Comitê Gestor dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 - CGOLIMPÍADAS, competente para definir as diretrizes e ações do Governo federal para a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, que serão realizados na cidade do Rio de Janeiro no ano de 2016, e para supervisionar os trabalhos do Grupo Executivo de que trata o art. 3º, sem prejuízo das competências da Autoridade Pública Olímpica - APO, previstas na Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011.

Art. 2º O CGOLIMPÍADAS será integrado pelos titulares dos seguintes órgãos:

I - Ministério do Esporte, que o coordenará;

II - Casa Civil da Presidência da República;

III - Ministério da Justiça;

IV - Ministério da Defesa;

V - Ministério das Relações Exteriores;

VI - Ministério da Fazenda;

VII - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

VIII - Ministério do Turismo;

IX - Controladoria-Geral da União; e

X - Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

§ 1º O CGOLIMPÍADAS poderá convidar representantes de outros órgãos ou entidades, públicos ou privados, para participar de suas reuniões.

§ 2º Os titulares dos órgãos elencados no **caput** indicarão seus respectivos suplentes, que os substituirão em suas ausências ou impedimentos.

Art. 3º Fica instituído o Grupo Executivo dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 - GEOLIMPÍADAS, vinculado ao CGOLIMPÍADAS, competente para:

I - aprovar e coordenar as atividades do Governo federal referentes aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 desenvolvidas por órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, ou financiadas com recursos da União, inclusive mediante patrocínio, incentivos fiscais, subsídios, subvenções e operações de crédito; e

II - monitorar a implementação e execução das ações de que trata o art. 1º.

Parágrafo único. As atividades do Governo federal referentes aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 abrangem todas as medidas necessárias à preparação e à realização das competições e eventos correlatos, no âmbito de responsabilidade da União, definida na Matriz de Responsabilidades de que trata a cláusula terceira, inciso IV, do Protocolo de Intenções firmado entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro, com a finalidade de constituir consórcio público, denominado Autoridade Pública Olímpica - APO, aprovado pela Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011.

Art. 4º O GEOLIMPÍADAS será integrado por um representante titular e um representante suplente de cada um dos órgãos a seguir indicado:

I - Ministério do Esporte, que o coordenará;

II - Casa Civil da Presidência da República;

III - Ministério da Justiça;

IV - Ministério da Defesa;

V - Ministério da Fazenda;

VI - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e

VII - Controladoria Geral da União.

§ 1º Os membros titulares e suplentes do GEOLIMPÍADAS serão indicados pelos titulares dos órgãos representados e designados pelo Ministro de Estado do Esporte.

§ 2º O GEOLIMPÍADAS poderá convidar representantes de outros órgãos ou entidades, públicos ou privados, para participar de suas reuniões.

§ 3º O GEOLIMPÍADAS poderá instituir câmaras temáticas para discutir e propor soluções técnicas específicas relacionadas às atividades preparatórias dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

Art. 5º A Advocacia-Geral da União - AGU constituirá grupo responsável por prestar auxílio jurídico ao GEOLIMPÍADAS, e aos órgãos e entidades da administração federal direta e indireta responsáveis pela execução de ações relacionados aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

§ 1º Os órgãos e entidades a que se refere o **caput** prestarão à AGU as informações para sua atuação.

§ 2º As citações, intimações, notificações, recomendações e requisições de informações encaminhadas pelo Poder Judiciário, pelo Ministério Público e por órgãos de controle, aos órgãos e entidades a que se refere o **caput** e a seus agentes, serão imediatamente comunicadas à AGU.

Art. 6º O Ministério do Esporte proverá o suporte administrativo necessário ao funcionamento do CGOLIMPÍADAS e do GEOLIMPÍADAS, e poderá requisitar informações relacionadas ao tema aos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, que deverão prestá-las no prazo assinalado.

Art. 7º A participação no CGOLIMPÍADAS e no GEOLIMPÍADAS será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 8º As deliberações do CGOLIMPÍADAS e GEOLIMPÍADAS serão publicadas nos órgãos oficiais de imprensa e na Internet, em instrumento próprio, sem prejuízo de sua divulgação por outros meios de comunicação.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de setembro de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

DILMA ROUSSEFF
Guido Mantega
Miriam Belchior
Aldo Rebelo
Luís Inácio Lucena Adams

Presidência da República

DESPACHOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 406, de 13 de setembro de 2012. Encaminhamento ao Congresso Nacional das informações complementares ao Projeto de Lei Orçamentária de 2013, exclusivamente em meio eletrônico.

Nº 407, de 13 de setembro de 2012. Encaminhamento ao Congresso Nacional do Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008-2011, ano base 2011.

CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
DIRETORIA DE AUDITORIA, FISCALIZAÇÃO E NORMALIZAÇÃO

DESPACHO DO DIRETOR
Em 13 de setembro de 2012

Entidades: AR BANRISUL
Processo nº : 00100.000237/2012-12

Acolhe-se o parecer CGAF ITI - 059/2012 que sugere o deferimento do credenciamento do Órgão de Auditoria interna Banco do Estado do Rio Grande do Sul- AUDIT BANRISUL, para atuar no âmbito da ICP- Brasil, podendo realizar auditoria operacional na Autoridade de Registro BANRISUL. Defiro o pedido de credenciamento.

PEDRO PAULO LEMOS MACHADO

COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS

RESOLUÇÃO Nº 93, DE 5 DE JULHO DE 2012

ESTABELECE O DOCUMENTO VISÃO GERAL SOBRE CERTIFICADO DE ATRIBUTO VERSÃO 1.0 PARA A ICP-BRASIL (DOC-ICP-16).

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO COMITÊ GESTOR DA INFRA-ESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA - CG ICP-BRASIL, no exercício do cargo de **COORDENADOR DO REFERIDO COMITÊ**, no uso das atribuições legais previstas nos incisos I, III, V e VI do art. 4° da Medida Provisória n° 2.200-2, de 24 de agosto de 2001,

CONSIDERANDO o Decreto nº 6.605, de 14 de outubro de 2008, que dispõe sobre o Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - CG ICP-Brasil e fixa a competência, prevista em seu § 6º art. 2º, do Secretário Executivo para coordená-lo na hipótese de ausência do Coordenador titular e seu suplente; e

CONSIDERANDO as deliberações da reunião do Comitê Gestor da ICP-Brasil, ocorrida em 05.07.2012; e

CONSIDERANDO a necessidade de orientar a adoção do certificado de atributo pelas entidades interessadas no âmbito da ICP-BRASIL, resolve:

Art. 1º Aprovar a versão 1.0 do DOC-ICP-16, anexo a esta resolução.

Parágrafo único. O documento referido no caput também encontra-se disponibilizado, em sua totalidade, no sítio http://www.iti.gov.br

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO DA SILVEIRA MARTINI

VISÃO GERAL SOBRE CERTIFICADO DE ATRIBUTO
PARA A ICP-BRASIL
DOC-ICP-16
Versão 1.0
5 de julho de 2012

CONTROLE DE ALTERAÇÕES

Resolução que aprovou alteração	Item Alterado	Descrição da Alteração
Resolução Nº 93, de 05.07.2012 (Versão 1.0)	Novo	Criação do documento

LISTA DE SIGLAS e ACRÔNIMOS

SIGLA	DESCRIÇÃO
AC	Autoridade Certificadora
AR	Autoridades de Registro
CA	Certificado de Atributo
CAA	Certificado de Atributo Autônomo
CAV	Certificado de Atributo Vinculado ao Certificado Digital
CD	Certificado de Atributo
EEA	Entidade Emissora de Certificado de Atributo
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
GDE	Gestão de Documentos Eletrônicos
IANA	Internet Assigned Numbers Authority
ICP-Brasil	Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira
LCR	Lista de Certificados Revogados
OCSP	Online Certificate Status Protocol
OID	Object Identifier
PJ	Pessoa Jurídica
RG	Registro Geral
RFC	Request For Comments

1 INTRODUÇÃO

1.1 Este documento faz parte de um conjunto de normativos criados para regulamentar a adoção do Certificado de Atributos no âmbito da ICP-Brasil.

1.2 O certificado de atributo é, em suma, um documento eletrônico num formato específico, ou seja, no padrão ITU-T X.509 [1], assinado por certificado digital ICP-Brasil que permite agregar valor ao uso do certificado digital. Um certificado de atributo viabiliza o tratamento eletrônico de informações eletrônicas que requeiram a constatação jurídica de um fato.

1.3 O uso do certificado de atributo, de forma autônoma ou em conjunto ou diretamente vinculado ao certificado digital pode propiciar um maior fator de segurança para as aplicações, visto que agrega a possibilidade de verificação dos atributos de qualificação do titular do certificado digital. A responsabilidade para emissão de um certificado de atributos é da Entidade Emissora de Certificado de Atributo (EEA) que de fato possui o direito de qualificar o requerente do certificado. As qualificações são representadas por atributos que estão presentes em um certificado de atributos.

1.4 A premissa para que uma instituição, empresa ou entidade seja também uma EEA é que essa seja responsável pela gestão do ciclo de vida daqueles atributos e do respectivo certificado gerado a partir dos atributos escolhidos. Há inúmeros exemplos de atributos, assim como são inúmeras as entidades candidatas a emitirem certificados de atributos. A relação desta entidade com a ICP-Brasil se faz tão somente quando esta mesma entidade emissora assina o certificado de atributo com um certificado digital pertencente à cadeia de confiança da ICP-Brasil. O simples fato de assinar um certificado de atributos com um certificado digital padrão ICP-Brasil confere a esse todas as prerrogativas legais, já que um certificado de atributos é um documento eletrônico assinado num formato específico, neste caso no formato X.509.

1.5 Muito embora a geração e a consequente utilização de um certificado de atributos seja facultativa, a adoção sistemática desta tecnologia pode agregar inúmeras facilidades em termos de segurança e interoperabilidade na gestão de documentos eletrônicos (GDE) pela sociedade em geral, agregando não só a segurança técnica mas principalmente a segurança jurídica aos processos eletrônicos.

1.6 Além desta breve introdução sobre o tema, as demais seções estão organizadas da seguinte forma:

seção 2 - Motivações
seção 3 - Terminologia
seção 4 - Definições
seção 5 - Documentos sobre Certificado de Atributos para a ICP-Brasil
seção 6 - Gestão do Ciclo de Vida do Certificado de Atributo
seção 7 - Padrões de Certificado de Atributos
seção 8 - Referências Bibliográficas
seção 9 - Anexos

2 MOTIVAÇÕES

2.1 A ICP-Brasil instituiu uma infraestrutura de chaves públicas confiável, em âmbito nacional, cujo perfil dos certificados digitais contemplam em um único certificado, funções de identificação e qualificação de seu titular.

2.2 Em alguns casos, esta função de qualificação passa a ser múltipla em um mesmo certificado digital ocasionando incompatibilidade entre esses qualificadores, seja por descasamento de prazos de validade ou pela divergência entre autoridades responsáveis por esses qualificadores ou atributos. Adicionalmente, vários atributos uma vez inseridos no certificado digital passam a ser públicos, expondo informações pessoais e mesmo institucionais que noutras situações não seriam autorizadas ou ainda, seriam consideradas de cunho privado.

2.3 Em relação ao descasamento de prazo, a vigência de um certificado eventualmente se equipara à vigência do elemento identificador ou do(s) elemento(s) qualificador(es), ou até mesmo, entre os elementos qualificadores.

2.4 A questão quanto à vigência diz respeito à situação dos atributos incorporados ao certificado digital, que, posteriormente à sua emissão, podem expirar, ser suspensos, ou cancelados sem que isto reflita no uso desse certificado digital.

2.6 A implementação de certificado de atributo é simplificada tanto em sua infraestrutura quanto no seu conteúdo, que dispensa a existência de par de chaves.

2.7 Para propiciar a correção desses desvios e possibilitar larga utilização de certificado de atributos é necessário definir as diretrizes técnicas a serem adotadas para que os processos de geração e uso dos certificados de atributo sejam realizados de forma padronizada, responsável, interoperável e que atendam às necessidades do mercado, governo e da sociedade.

2.8 Nesse contexto, portanto, a criação do conjunto de normativos sobre certificado de atributo para a ICP-Brasil visa:

- auxiliar entidades na adoção de normas e condutas técnicas comuns que possam ser implementadas no processo de emissão e uso de certificado de atributo;

- consolidar e garantir a aplicação segura de certificados de atributo;

- promover a interoperabilidade entre sistemas que utilizam certificado de atributo para agilizar serviços e processos;

- uniformizar os esforços na definição dos requisitos técnicos de segurança e interoperabilidade para certificados de atributos e Entidade Emissora de Certificado de Atributo (EEA), possibilitando maior pragmatismo na implementação dos sistemas que utilizem certificado de atributo;

- promover a desmaterialização de processos;

- estabelece a competência técnica de entidades na utilização de certificados de atributos.

3 TERMINOLOGIA

3.1 Os termos abaixo, quando encontrados ao longo deste documento grafados em maiúsculas, DEVEM ser interpretados conforme descrito neste item:

3.1.1 DEVE (D) - Esta palavra, ou os termos "EXIGIDO" ou "OBRIGATÓRIO", significa que a definição é um requisito absoluto da especificação.

3.1.2 NÃO DEVE (ND) - Esta expressão, ou o termo "PROIBIDO" significa que a definição é uma proibição absoluta na especificação.

3.1.3 RECOMENDADO (R) - Esta expressão, ou o adjetivo "RECOMENDADO", significa que podem existir razões válidas, em circunstâncias particulares, para ignorar um ponto específico, mas as implicações completas precisam ser entendidas e ponderadas cuidadosamente antes de escolher um caminho diferente.

3.1.4 NÃO RECOMENDADO (NR) - Esta expressão significa que podem existir razões válidas, em circunstâncias particulares, em que o comportamento possa ser aceitável ou mesmo útil, mas as implicações completas devem ser entendidas e ponderadas cuidadosamente, antes de se realizar qualquer comportamento descrito com este rótulo.

3.1.5 PODE (P) - Esta palavra, ou o adjetivo "OPCIONAL", significa que é um item verdadeiramente opcional. Um implementador pode optar por incluir o item, enquanto outro pode omitir o mesmo item. Uma aplicação que não inclui uma determinada opção DEVE estar preparada para interoperar com outra aplicação que inclui aquela opção, embora talvez com funcionalidade reduzida. No mesmo espírito, uma aplicação que inclui uma determinada opção DEVE estar preparada para interoperar com outra aplicação que não a inclui (exceto, é claro, para o recurso que a opção oferece).

4 DEFINIÇÕES

4.1 Assinatura Digital ICP-Brasil é a assinatura eletrônica que:

a) esteja associada inequivocamente a um par de chaves criptográficas que permita identificar o signatário;

b) seja produzida por dispositivo seguro de criação de assinatura;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

c) esteja vinculada ao documento eletrônico a que diz respeito, de tal modo que qualquer alteração subsequente neste seja plenamente detectável; e

d) esteja baseada em um certificado ICP-Brasil, válido à época da sua aposição.

4.2 Assinatura eletrônica é o conjunto de dados sob forma eletrônica, ligados ou logicamente associados a outros dados eletrônicos, utilizado como método de comprovação da autoria.

4.3. Atributo é aquilo que é próprio de alguém ou de algo. Na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, é uma característica, sinal distintivo ou informação que acrescenta um sentido de qualidade ou qualificação associada a uma pessoa ou organização.

4.4 Certificado de Atributo (CA): é um documento eletrônico assinado no formato e na sintaxe definida para um certificado padrão X.509 conforme orientações contidas na RFC5755 [2]. Possui estrutura similar ao Certificado Digital, exceto pelo fato de não conter a chave pública. O Certificado de Atributo contém qualificações atribuídas por uma EEA para uma pessoa, organização, aplicação ou equipamento. A entidade responsável pelos atributos contidos no certificado cria e assina o CA a partir de um certificado digital ICP-Brasil.

4.5 Certificado Digital (CD): Conjunto de dados de computador, gerados por uma Autoridade Certificadora, em observância à Recomendação Internacional ITU-T X.509, que se destina a registrar, de forma única, exclusiva e intransferível, a relação existente entre uma chave de criptografia e uma pessoa física, jurídica, máquina ou aplicação.

4.6 Entidade Emissora de Certificado de Atributo (EEA): Instituição responsável pela emissão de Certificado de Atributo. É a entidade que detém prerrogativa legal na verificação e gestão do atributo conferido. Uma EEA para emitir um certificado de atributo deve dispor de um certificado digital padrão ICP-Brasil.

5 DOCUMENTOS SOBRE CERTIFICADO DE ATRIBUTOS PARA A ICP-BRASIL

Os normativos sobre Certificado de Atributo para a ICP-Brasil são listados na Tabela 5.1.

Código	Título	Conteúdo
DOC-ICP-16 (este documento)	Visão Geral sobre Certificados de Atributo para a ICP-Brasil	Define os principais conceitos e lista os demais documentos que compõem a visão da ICP-Brasil sobre o assunto.
DOC-ICP-16.01 [3]	Perfil de Uso Geral e Requisitos para Geração e Verificação de Certificados de Atributo na ICP-Brasil	Estabelece os requisitos obrigatórios a serem observados na criação e verificação de certificados de atributo para a ICP-Brasil.

Tabela 5.1: Organização dos documentos sobre Certificado de Atributo para a ICP-Brasil

6 GESTÃO DO CICLO DE VIDA DO CERTIFICADO DE ATRIBUTO

6.1 Entidades Envolvidas

6.1.1 A Entidade Emissora de Atributos - EEA é toda pessoa jurídica detentora da prerrogativa legal para emissão de determinado atributo e que emite Certificados de Atributo de acordo com as regras definidas neste documento (DOC-ICP-16) e demais documentos complementares mediante assinatura digital com um Certificado Digital ICP Brasil A3 ou A4 do tipo Pessoa-Jurídica.

6.1.2 Titular do Certificado de Atributo - é qualquer cidadão ou empresa titular ou não de um certificado digital, que passa a ser associado a um certificado de atributo emitido por uma EEA.

6.1.3 Autoridade Certificadora ICP-Brasil - é toda a instituição credenciada no âmbito da cadeia de confiança da ICP-Brasil capaz de emitir certificados digitais conforme políticas de certificados autorizadas.

6.1.4. Autoridade de Registro ICP-Brasil - Entidade responsável pela interface entre o usuário e a Autoridade Certificadora. Vinculada a uma AC que tem por objetivo o recebimento, validação, encaminhamento de solicitações de emissão ou revogação de certificados digitais às AC e identificação, de forma presencial, de seus solicitantes. É responsabilidade da AR manter registros de suas operações. Pode estar fisicamente localizada em uma AC ou ser uma entidade de registro remota.

6.2 Do Certificado de Assinatura da EEA

6.2.1. Os certificados para assinatura de Certificados de Atributo serão de tipo Pessoa-Jurídica A3 ou A4.

6.2.2 É RECOMENDADO que a EEA reserve um determinado certificado de pessoa jurídica (PJ), preferencialmente do tipo A3 ou A4, para a finalidade de assinar certificados de atributos.

6.2.3. É RECOMENDADO que a EEA padronizem e identifiquem unicamente os seus atributos, principalmente aqueles de uso mais abrangentes, tais como o CPF e CNPJ. Isso pode ser feito através da atribuição de um Identificador de Objeto (OID) para cada atributo. Desta forma, as aplicações que farão a leitura dos certificados de atributos reconhecerão o atributo a partir do OID e poderão processar a informação de forma correta. Além disso, garantirá a interoperabilidade de sistemas, uma vez que sistemas diferentes, produzidos por empresas distintas, poderão transacionar com atributos de forma simples. A entidade responsável por atribuir uma raiz de identificador de objetos para empresas públicas e privadas é a IANA (*Internet Assigned Number Authority*). O serviço é gratuito. Cabe a cada entidade registrada, organizar sua hierarquia de OIDs e publicá-las da melhor forma possível.

6.3 Tipos de vinculação de atributos em relação ao certificado digital

6.3.1 Vinculação direta: neste tipo de vinculação, as informações constantes do certificado de atributos fazem referência direta a um determinado certificado digital. Isso significa que toda vez que se fizer uso do certificado de atributos, o certificado digital deverá também estar presente ou acessível para verificação e validações dos dados.

6.3.2 Vinculação indireta: nesta vinculação, não há necessidade de verificação direta a um certificado digital. O simples fato de um certificado de atributos estar assinado por um certificado digital ICP-Brasil, e estar no prazo de validade, já constituem elementos suficientes para validação quanto a autenticidade e validade do certificado de atributos.

6.4 Tipos de Certificado de Atributos

6.4.1 Certificado de Atributos Autônomo (CAA) - este certificado tem como característica principal a possibilidade de ser emitido de forma independente da presença do titular. Não requer a necessidade de um certificado digital associado. O processo de emissão requer apenas que a EEA seja a entidade gestora do atributo que será inserido no certificado de atributo assinado. Obviamente é necessário que o certificado de atributo guarde alguma relação direta ou referência com alguma informação relativa ao cidadão (RG, CPF, entre outros) ou a empresa (CNAE, CNPJ, entre outros). Como exemplo de potencial EEA para este tipo de certificado podemos citar as instituições públicas que emitem certidões e/ou declarações de forma "online" via Internet. Estas certidões ou declarações podem ser emitidas na forma de certificado de atributos. Entre os principais benefícios para estas instituições destacamos:

a) emissão de um documento eletrônico, neste caso uma certidão eletrônica, com valor probante;

b) a certidão eletrônica, na forma de um certificado de atributo, pode ser tratada (interpretada) eletronicamente, seja para aferir a autenticidade, seja ainda para dar a devido tratamento em um processo eletrônico;

c) interoperabilidade em operações eletrônicas seguras.

6.4.2 Certificado de Atributos Vinculado ao Certificado Digital (CAV) - este certificado se caracteriza por ter um vínculo direto com algum certificado digital ICP-Brasil previamente emitido. Isso garante maior segurança ao processo de autenticação e autorização associado ao uso da certificação digital. Enquanto o certificado digital permite a identificação de seu titular, o certificado de atributos qualifica este mesmo titular para um determinado ato. Para a emissão de um CAV, a EEA tem que necessariamente ter acesso ao certificado digital do titular para poder associar as informações constantes do certificado digital ao certificado de atributo a ser emitido. No caso de uma EEA, ser um banco, por exemplo, o certificado de atributo pode determinar acesso a determinadas operações diferenciadas além das operações permitidas para um cliente que tenha apenas um certificado digital.

6.5 Processo de emissão de Certificado de Atributo

6.5.1 O processo consiste basicamente em assinar um certificado de atributo por intermédio de um certificado digital.

6.5.2 Na Figura 1, do anexo I, observamos as principais etapas do processo de emissão do certificado de atributos, conforme descrito a seguir:

(1) a EEA, a partir de um banco de dados de sua propriedade, escolhe o conjunto de informações que irão fazer parte do certificado de atributos.

(2) a EEA, organiza os atributos que irão fazer parte do certificado de atributo no formato X.509, conforme orientações contidas no DOC-ICP-16.01 [3].

(3) a EEA, define se o certificado de atributo estará ou não associado, a um certificado digital. A vinculação pode ser direta ou indireta. No caso da vinculação direta, algumas das informações específicas do certificado digital (n.série, chave pública da AC, entre outras escolhidas) deverão ser necessariamente inseridas no certificado de atributo. Se a opção for por vinculação indireta ao certificado digital, haverá a necessidade de escolher um dos atributos (Nome, RG entre outros atributos de identificação) que façam alguma referência ao titular do certificado de atributos.

(3.1) caso a opção seja por vincular às informações específicas do certificado digital, há a necessidade ter essas informações previamente. O titular do certificado digital, o qual será o também o beneficiário do certificado de atributo deverá fornecer a EEA o certificado digital para registro das informações. A EEA de posse das informações sobre o certificado digital e também das informações provenientes de seu banco de dados, providencia a assinatura do certificado no formato X.509.

(3.2) caso a opção seja por vincular de forma indireta a um certificado digital, a EEA deve apenas inserir os atributos escolhidos, e providenciar a assinatura do certificado de atributo do formato X.509.

(4) o certificado de atributos assinado deve ser então armazenado num repositório junto à EEA para futuras consultas via protocolo OCSP, e/ou ainda ser disponibilizado para armazenamento em mídia pertencente ao titular do certificado de atributos.

6.5.3 Na Figura 2, do Anexo I, temos as diferentes situações do processo de distribuição e uso do certificado de atributos para o titular do certificado.

(1) o certificado de atributos é armazenado num repositório da EEA;

(2) o titular do certificado de atributos interessado em armazenar o mesmo junto a mídia onde está o certificado digital, deve acessar o repositório da EEA, identificar-se com o certificado digital e solicitar da EEA o armazenamento na mídia correspondente;

(3) o certificado de atributos e o certificado digital são armazenados na mesma mídia (cartão ou token) e ficam disponíveis para uso pelo titular dos certificados;

(4) uma terceira parte autorizada que queira verificar a validade do certificado de atributo emitido pela EEA pode fazer um acesso ao repositório via protocolo OCSP.

6.6 Modelos de emissão e guarda de Certificados de Atributo
A EEA deve manter repositório de certificados de atributo, sua LCR ou OCSP, quando aplicável.

6.7 Responsabilidades e Obrigações da Entidade Emissora de Certificados de Atributo (EEA)

A EEA de um Certificado de Atributo deve observar as seguintes questões:

a) integridade e validade dos dados que farão parte do Certificado de Atributo;

b) assinatura digital do certificado digital por titular autorizado ou representante legal da entidade com poderes para tal;

c) reconhecimento e validação do titular do atributo

d) garantia quanto a integridade e autenticidade do atributo emitido

6.8 Verificação de Validade do Certificado de Atributo

Um certificado de atributos deve ser verificado com o uso de pelo menos uma prática a seguir quanto a validade:

1. Verificação via OCSP em repositório mantido pela EEA - Toda EEA deve manter um repositório de certificados de atributo emitidos de modo a permitir, sempre que necessário, a validação dos certificados por uma terceira parte interessada. No caso da revogação de um certificado de atributo, a informação deverá ser imediatamente atualizada no repositório. Esta recomendação aplica-se principalmente nos casos de certificados de atributo do tipo CAA.

2. Verificação por expiração do prazo de validade - Todo certificado de atributo deve ter o prazo de validade inserido de modo a permitir a validação pela própria aplicação que faz uso do certificado. Neste caso, não ha necessidade de consultar um repositório junto a EEA.

3. Verificação por consulta a LCR ou serviço OCSP, quando houver.

6.9 Verificação da Autenticidade do Certificado de Atributo

6.9.1. Um Certificado de Atributo é considerado válido quando atender a todos requisitos a seguir:

a) Validar a cadeia de certificação de confiança do certificado digital da EEA utilizado na assinatura do certificado de atributo.

b) o Certificado de Atributo não constar da LCR ou consulta OCSP da EEA emitente (quando aplicáveis);

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

c) o Certificado de Atributo não estiver expirado;

d) puder ser verificado com o uso de certificado digital válido da EEA emitente;

e) o Certificado Digital que o assinou não constar da LCR ou consulta OCSP da AC emitente.

6.9.2. Para validar o atributo vinculante é necessário realizar verificação da vinculação do certificado de atributo a um certificado digital, a partir da comparação direta dos atributos contidos em ambos os certificados.

7. Perfil de Certificado de Atributo

Os certificados de atributo emitido pelas EEA deverão estar em conformidade com o formato definido pelo padrão ITU X.509 ou ISO/IEC 9594-8 [4].

Todos os certificados emitidos pelas EEA deverão implementar a versão 3 do padrão ITU X.509, de acordo com o perfil estabelecido na RFC 5755.

8. Anexos
Anexo I - Figuras 1 e 2

BIBLIOGRAFIA

[1] ITU-T Rec. X.509 ISO/IEC 9594-8, The Directory: Public-key and attribute certificate framework, mar, 2000.

[2] FARREL, S. Et al. An Internet Attribute Certificate Profile for Authorization. IETF, 2010. RFC 5755 (Proposed Standard). (Request for Comments, 5755). Disponível em: <http://www.ietf.org/rfc/rfc5755.txt>.

[3] ITI. Per?l de Uso Geral e Requisitos para Geração e Verificação de Certificados de Atributo na ICP-Brasil. v.1.0. Brasília. DOC-ICP-16.01.

[4] ISO/IEC 9594-6: "Information technology; Open Systems Interconnection; The Directory:
Selected attribute types".

ANEXO I

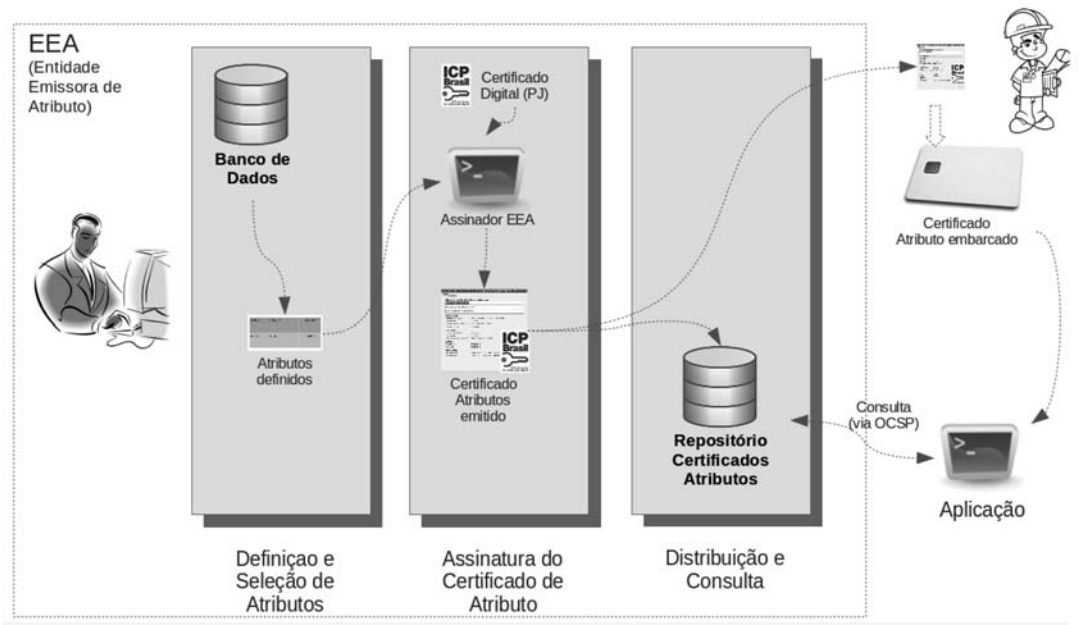


Figura 1 - Ciclo de vida do Certificado de Atributo

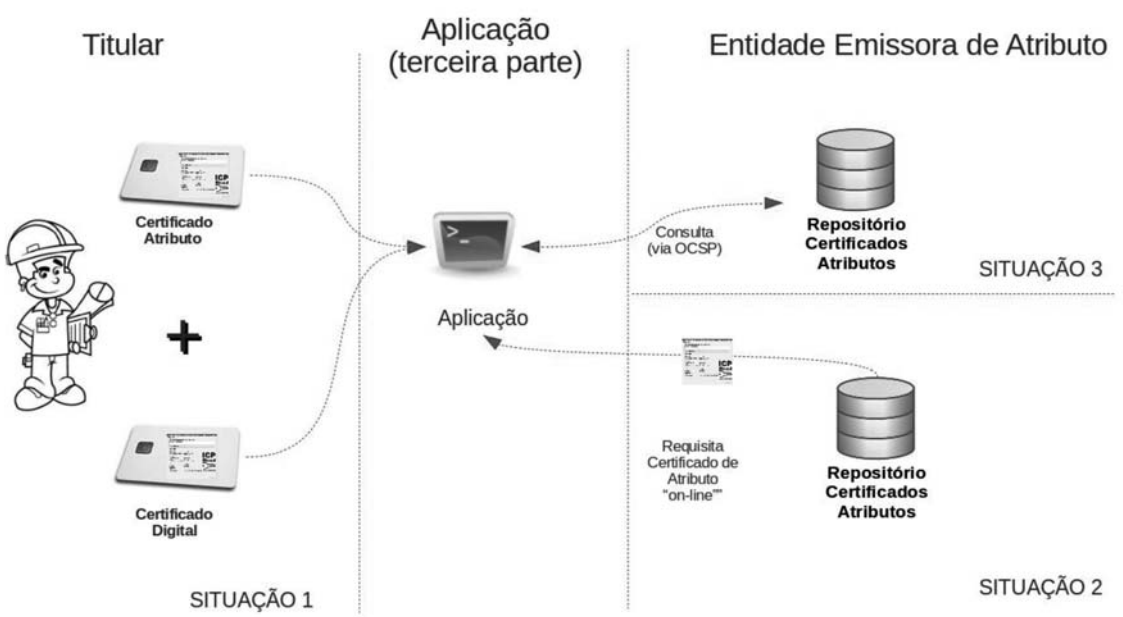


Figura 2 - Demonstração de distribuição e uso do Certificado de Atributo

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

PORTARIA Nº 411, DE 13 DE SETEMBRO 2012

Dispõe sobre a intervenção da União, das autarquias e fundações públicas federais, na qualidade de *amicus curiae*, nas ações judiciais de controle concentrado e em recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida em trâmite no Supremo Tribunal Federal.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, III, X e XIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e considerando a necessidade de unificar as teses jurídicas da União e de suas autarquias e fundações públicas perante o Supremo Tribunal Federal, resolve:

Art. 1º O ingresso da União, suas autarquias e fundações públicas, na qualidade de *amicus curiae*, em Ação Direta de Constitucionalidade, Ação Direta de Inconstitucionalidade, Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental e recurso extraordinário, com repercussão geral reconhecida em trâmite no Supremo Tribunal Federal, depende de autorização prévia e expressa do Advogado-Geral da União.

Art. 2º A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria-Geral do Banco Central encaminharão ao Advogado-Geral da União a minuta do pedido de intervenção, com prazo razoável para exame da tese jurídica sustentada.

Art. 3º Aprovado o pedido de ingresso, a Secretaria-Geral de Contencioso da AGU comunicará a decisão ao órgão solicitante, que providenciará o respectivo protocolo do pedido.

Art. 4º. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria-Geral do Banco Central poderão editar normas internas para fins de cumprimento desta Portaria.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogada a Portaria nº 1.383, de 15.09.2010 (DOU de 17.09.2010, Seção 1, p. 1).

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

CONSELHO DE DEFESA NACIONAL
SECRETARIA EXECUTIVA

ATOS DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, na condição de **SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CONSELHO DE DEFESA NACIONAL (CDN)**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelos membros desse Colegiado, por meio da Resolução CDN nº 1, de 12 de maio de 1999, publicada no DOU nº 90, Seção 1, p. 8, de 13 de maio de 1999; e com base no disposto no art. 37, *caput*, da Constituição de 1988; no Decreto nº 4.520, de 2002; no parágrafo único do art. 16, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; nos artigos 2º, § 3º, e 4º, da Lei nº 8.183, de 11 de abril de 1991, alterada pela MP nº 2.216-37, de 2001; na Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, e respectivos regulamentos, resolve:

Nº 169 - Dar anuência prévia ao CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq para autorizar a realização de expedição científica referente ao Projeto *"A composição etnolinguística do sudeste de Rondônia: os Aikanã, os Kwazá e seus vizinhos"*, de interesse do MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI, no município de Chupinguaia, localizado na faixa de fronteira do estado de Rondônia, exceto para o acesso ao conhecimento tradicional associado, o qual deve obedecer ao disposto na Medida Provisória nº 2186-16, de 2001, condicionada a eventual cassação em virtude de manifestação fundamentada em contrário de membro do Conselho de Defesa Nacional ou de alteração do projeto ora analisado; de acordo com o Expediente PR nº 00001.004894/2012-49, o Ofício DABS nº 96/2012, de 17 de julho de 2012 e a Nota SAEI-AP nº195/2012-RF, expedida com ressalvas.

Nº 170 - Dar Assentimento Prévio a IRINEU MOLON, CPF n° 620.093.469-04, para pesquisar manganês, nióbio, tântalo, tungstênio e cassiterita, em 4 (quatro) áreas distintas de: 5.309,55ha, 9.902,31ha, 9.766,52ha e 9.869,98ha, totalizando uma área de 34.848,36ha, nos municípios de Porto Velho e Lábrea, na faixa de fronteira dos estados de Rondônia e Amazônia, respectivamente, condicionado ao acompanhamento do órgão ambiental competente; de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48419.886263/2011-86, 48419.886264/2011-21, 48419.886265/2011-75 e 48419.886266/2011-10, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício n° 145/DIRE/DGTM-2012, datado de 12 de junho de 2012, recebido em 25 de junho de 2012 e a Nota SAEI-AP nº 196/2012-RF, expedida com ressalva.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012091400007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 171 - Dar Assentimento Prévio ao DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM para averbar a Cessão dos Direitos Minerários, datada de 18 de agosto de 2010, celebrada entre MILTON GUIMARÃES BUENO DO PRADO, CPF nº 356.335.736-68 (cedente) e BORDER PROSPECÇÕES MINERAIS LTDA., CNPJ nº 06.095.235/0001-90 (cessionária), referentes aos Alvarás de Autorização de Pesquisa nºs 8.927, de 11 de setembro de 2006, publicado no Diário Oficial da União de 15 de setembro de 2006 e 10.178, de 03 de setembro de 2009, publicado no Diário Oficial da União de 08 de setembro de 2009, bem como autorizar a empresa BORDER PROSPECÇÕES MINERAIS LTDA., a pesquisar ouro, em uma área de 1.213,88ha, no município de Lavras do Sul, na faixa de fronteira do estado do Rio Grande do Sul, condicionado ao acompanhamento do órgão ambiental competente; de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48400.001470/2005-27, 48401.810008/2004-17, 48401.810333/2005-52 e 48401.810086/2008-51, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício 142/DIRE/DGTM-2012, de 12 de junho de 2012, recebido em 25 de junho de 2012 e a Nota SAEI-AP nº 197/2012-RF, expedida com ressalvas.

Nº 172 - Dar Assentimento Prévio à empresa MINERAÇÃO MARAJOARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ nº 44.145.589/0001-91, com sede na Praça Moreira Cabral, nº 70, Conj. 04, sala 06, Centro, cidade de Cuiabá/MT, para estabelecer-se na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso; de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48400.851024/1976-71, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 151/DIRE/DGTM-2012, de 12 de junho de 2012, recebido em 25 de junho de 2012 e Nota SAEI-AP nº 198/2012-RF, expedida com ressalvas.

Nº 173 - Dar Assentimento Prévio a KAZUTO HORII, CPF nº 027.465.598-54, para pesquisar ferro, em 5 (cinco) áreas distintas de: 1.829,00ha, 1.828,98ha, 1.764,12ha, 1.863,83ha e 1.940,63ha, totalizando uma área de 9.226,56ha, no município de Bonito, na faixa de fronteira do estado do Mato Grosso do Sul, condicionado ao acompanhamento do órgão ambiental competente; de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48423.868339/2010-44, 48423.868340/2010-15, 48423.868341/2010-61, 48423.868342/2010-69 e 48423.868343/2010-51, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 170/DIRE/DGTM-2012, datado de 20 de julho de 2012, recebido em 24 de julho de 2012 e a Nota SAEI-AP nº 199/2012-RF, expedida com ressalva.

Nº 174 - Dar Assentimento Prévio a RAFAEL ANDREAZZA, CPF nº 974.031.720-00, para pesquisar ouro, em 2 (duas) áreas distintas de 1.999,48ha e 1.316,03ha, totalizando em 3.315,51ha, nos locais denominados Arroio Sanga dos Guedes e Rincão da Cria, no município de São Sepé, na faixa de fronteira do estado do Rio Grande do Sul, condicionado à autorização do órgão ambiental competente; de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48401.810236/2005-83 e 48401.810238/2005-72, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 177/DIRE/DGTM-2012, de 20 de julho de 2012, recebido em 02 de agosto de 2012, e a Nota SAEI-AP nº 200/2012-RF, expedida com ressalva.

Nº 175 - Dar Assentimento Prévio à empresa MINERAÇÃO SANGALLI LTDA., CNPJ nº 11.800.003/0001-26, com sede à Estrada BR392, Km 248, Pedreira, nº 8.892, no município de Caçapava do Sul, estado do Rio Grande do Sul, para estabelecer-se na faixa de fronteira daquele estado; de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48401.910463/2010-75, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 174/DIRE/DGTM-2012, de 20 de julho de 2012, recebido em 2 de agosto de 2012 e a Nota SAEI-AP nº 201/2012-RF, expedida com ressalvas.

Nº 176 - Dar Assentimento Prévio à empresa MINERAÇÃO APOENA S/A, CNPJ nº 10.302.599/0001-71, para o arquivamento da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, de 9 de abril de 2012, tendo por objeto: (i) eleição do Diretor-Presidente da Companhia, Sr. José Henrique Nunes Paz, CPF nº 658.519.601-59; (ii) criação da Diretoria de Operações da Companhia; (iii) eleição do Diretor de Operações da Companhia, Sr. Neil Hepworth, CPF nº 701.501.121-22; (iv) alteração do Estatuto Social da Companhia para constar, no endereço da sede social, a numeração definida pela Prefeitura Municipal de Nova Lacerda; e (v) consolidação do Estatuto Social; de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48400.001106/2009-91, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 158/DIRE/DGTM-2012, de 21 de junho de 2012, recebido em 25 de junho de 2012 e a Nota SAEI-AP nº 202/2012-RF, expedida com ressalvas.

Nº 177 - Dar Anuência Prévia ao INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN para autorizar o acesso ao conhecimento tradicional para pesquisa científica, referente ao Projeto *"Livro Vivo das Plantas Medicinais do Povo Huni Kuin do Jordão"*, a ser executado na Terra Indígena Kaxinauwá do Baixo Rio Jordão, localizada no município de Jordão, na faixa de fronteira do estado do Acre, coordenado pelo pesquisador Dr. Alexandre Quinet, conforme solicitado pelo Instituto de Pesquisa do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, condicionada a eventual cassação em virtude de manifestação fundamentada em contrário de membro do Conselho de Defesa Nacional ou de alteração do projeto ora analisado; de acordo com a conclusão do Aviso nº 079/2012/GM/MinC, de 1º de agosto de 2012, do Expediente (NUP) nº 02000.001372/2011-40, da Nota Técnica nº 022/2012/DPI/IPHAN, de 16 de julho de 2012 e da Nota SAEI-AP nº 203/2012-RF, expedida com ressalvas.

Nº 178 - Dar Assentimento Prévio a AHARON ISRAEL BARREIRO SALDANHA, CPF nº 015.408.670-30, para pesquisar gnaisse, granito, granodiorito e migmatito, em uma área de 727,22ha, no município de Capão do Leão, na faixa de fronteira do estado do Rio Grande do Sul, condicionado ao acompanhamento do órgão ambiental competente; de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48401.811518/2011-46, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício n° 191/DIRE/DGTM-2012, datado de 16 de agosto de 2012, recebido em 21 de agosto de 2012 e a Nota SAEI-AP nº 204/2012-RF, expedida com ressalva.

Nº 179 - Dar Assentimento Prévio a JOÃO INÁCIO IUNG LOPES, CPF nº 206.313.080-91, para pesquisar cascalho, argila e basalto, em uma área de 998,56ha, no município de Alegrete, na faixa de fronteira do estado do Rio Grande do Sul, condicionado ao acompanhamento do órgão ambiental competente; de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48401.811177/2010-28, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício n° 189/DIRE/DGTM-2012, datado de 16 de agosto de 2012, recebido em 21 de agosto de 2012 e a Nota SAEI-AP nº 205/2012-RF, expedida com ressalva.

Nº 180 - Dar Assentimento Prévio à empresa AREAL BARONESA EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA., CNPJ nº 91.518.969/0001-04, para pesquisar areia e conchas calcárias, em uma área de 799,60ha, situada no Canal São Gonçalo, no município de Rio Grande, na faixa de fronteira do estado do Rio Grande do Sul, condicionado ao acompanhamento do órgão ambiental competente; de acordo com a instrução dos processos DNPM nºs 48400.001421/2008-37 e 48401.810204/2003-16, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral no Ofício nº 163/DIRE/DGTM-2012, de 29 de junho de 2012, recebido em 04 de julho de 2012 e a Nota SAEI-AP nº 206/2012-RF, expedida com ressalvas.

Nº 181 - Dar Assentimento Prévio à empresa RECANTO PARK HOTEL LTDA., CNPJ nº 79.202.719/0001-65, com sede na Avenida Costa e Silva, nº 3.500, bairro Alto São Francisco, município de Foz do Iguaçu/PR, para estabelecer-se na faixa de fronteira do estado do Paraná, bem como para averbar a Cessão dos Direitos Minerários, datada de 27 de outubro de 2011, celebrada entre o Sr. ALTINO VOLTOLINI (cedente), CPF nº 078.406.839-91, e a referida empresa (cessionária), atinente ao Alvará de Pesquisa nº 2.441, de 28 de março de 2006, publicado no D.O.U. de 07 de abril de 2006, que autorizou o cedente a pesquisar água mineral numa área de 49,00ha, no município de Foz do Iguaçu, estado do Paraná, com Relatório de Pesquisa aprovado e publicado no D.O.U. de 11 de agosto de 2011, condicionado ao acompanhamento do órgão ambiental competente; de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48413.926566/2011-07 e 48413.826739/2001-16, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 173/DIRE/DGTM-2012, datado de 20 de julho de 2012, recebido em 20 de agosto de 2012, e a Nota SAEI-AP nº 207/2012-RF, expedida com ressalva.

Nº 182 - Dar Assentimento Prévio a ITALO DEL GOS, CPF nº 339.955.830-91, para pesquisar ouro, em uma área de 1.876,81ha, no município de Lavras do Sul, na faixa de fronteira do estado do Rio Grande do Sul, condicionado ao acompanhamento do órgão ambiental competente; de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48401.810797/2011-21, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício n° 190/DIRE/DGTM-2012, datado de 16 de agosto de 2012, recebido em 21 de agosto de 2012 e a Nota SAEI-AP nº 208/2012-RF, expedida com ressalvas.

Nº 183 - Dar Assentimento Prévio à REDE VIVIDENCE DE COMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ n° 81.680.282/0001-17, para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, no município de Coronel Vivida, na faixa de fronteira do estado do Paraná, considerando tratar-se de empresa vencedora na Concorrência nº 122/2001; de acordo com a instrução do Processo MC nº 53000.027261/2012, a Nota Técnica nº 389/2012/GTCO/SCE-MC, de 6 de agosto de 2012, a conclusão do Ofício nº 340/2012/GTCO/SCE-MC, de 17 de agosto de 2012 e a Nota SAEI - AP nº 209/2012-RF.

Nº 184 - Dar Assentimento Prévio a SÉRGIO LUÍS DA FONSECA PARADA, CPF nº 207.245.430-15, para pesquisar argila, em uma área de 974,79ha, próxima à localidade de Povo Novo, no município de Rio Grande, na faixa de fronteira do estado do Rio Grande do Sul, condicionado ao acompanhamento do órgão ambiental competente; de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48401.810955/2008-47, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício n° 185/DIRE/DGTM-2012, datado de 16 de agosto de 2012, recebido em 21 de agosto de 2012 e a Nota SAEI-AP nº 210/2012-RF, expedida com ressalva.

Nº 185 - Dar Assentimento Prévio a SANCLÉ MACHADO DE LIMA, CPF nº 240.787.949-04, para pesquisar ouro, em uma área de 708,89ha, próxima ao Km 35, da BR-421, no município de Guajará-Mirim, na faixa de fronteira do estado de Rondônia, condicionado ao acompanhamento do órgão ambiental competente; de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48419.886260/2010-61, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício n° 187/DIRE/DGTM-2012, datado de 16 de agosto de 2012, recebido em 21 de agosto de 2012 e a Nota SAEI-AP nº 211/2012-RF.

Nº 186 - Dar Assentimento Prévio a JOSÉ LUIZ BARRETO DA COSTA, CPF nº 582.429.290-68, para pesquisar calcário, em uma área de 963,02ha, no local denominado Ibaré, no município de Lavras do Sul, na faixa de fronteira do estado do Rio Grande do Sul, condicionado ao acompanhamento do órgão ambiental competente; de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48401.810380/2009-43, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício n° 186/DIRE/DGTM-2012, datado de 16 de agosto de 2012, recebido em 21 de agosto de 2012, e a Nota SAEI-AP nº 212/2012-RF, expedida com ressalva.

JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL

PORTARIA Nº 114, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, 12 e 14 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e no art. 1º do Anexo I do Decreto nº 7.476, de 10 de maio de 2011, resolve:

Art. 1º Delegar competência aos Secretários de Política Regulatória de Aviação Civil, de Navegação Aérea Civil e de Aeroportos para celebrar contratos, acordos, convênios, termos de cooperação e outros instrumentos congêneres, no âmbito das competências de suas respectivas unidades.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA OPERACIONAL
GERÊNCIA GERAL DE AVIAÇÃO GERAL

PORTARIA Nº 1.853, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Renova a autorização de funcionamento e a homologação dos cursos de Mecânico de Manutenção Aeronáutica - habilitações Célula, Aviônicos e GMP, Comissário de Voo, Despachante Operacional de Voo, partes teórica e prática, e Piloto Privado Avião, Piloto Comercial/IFR de Avião, Piloto Privado de Helicóptero, Piloto Comercial de Helicóptero e Voo por Instrumento, partes teórica, da ENAC - Escola Nacional de Aviação Civil.

O GERENTE GERAL DE AVIAÇÃO GERAL, no uso das atribuições outorgadas pelo inciso X do artigo 8º da Lei 11.182, de 27 de setembro de 2005; tendo em vista o que consta do inciso IX do artigo 48 do Regimento Interno da Agência Nacional de Aviação Civil, aprovado pela Resolução n° 110, de 15 de setembro de 2009, com as alterações posteriores; e considerando o disposto na Portaria 2.449/SSO, de 16 de dezembro de 2011, publicada no Boletim de Pessoal e Serviço de 16 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º Renovar a autorização de funcionamento da ENAC - Escola Nacional de Aviação Civil, pelo período de 5 (cinco) anos, situada à rua Doutor Miguel Penteado, nº 1006, Bairro Guanabara, na cidade de Campinas - SP, CEP: 13070-118, conforme despacho dado ao requerimento atinente ao Processo nº 00065.066606/2012-03.

Art. 2º Renovar a homologação dos cursos de Mecânico de Manutenção Aeronáutica habilitações Célula, Aviônicos e Grupo Motopropulsor, Comissário de Voo, Despachante Operacional de Voo, partes teórica e prática, e Piloto Privado Avião, Piloto Comercial/IFR de Avião, Piloto Privado de Helicóptero, Piloto Comercial de Helicóptero e Voo por Instrumento, partes teórica, pelo período de 5 (cinco) anos, da ENAC - Escola Nacional de Aviação Civil, situada à rua Doutor Miguel Penteado, nº 1006, Bairro Guanabara, na cidade de Campinas - SP, CEP: 13070-118, conforme despacho dado ao requerimento atinente ao Processo nº 00065.066606/2012-03.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação em Diário Oficial da União.

PAULO CESAR REQUENA DA SILVA

GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA DE OPERAÇÕES DE AVIAÇÃO GERAL

PORTARIA Nº 1.829, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

Da revogação do Certificado de Operador Aeroagrícola.

O GERENTE DE VIGILÂNCIA DE OPERAÇÕES DE AVIAÇÃO GERAL, no uso de suas atribuições outorgadas pela Portaria Nº 925 de 10 de Maio de 2012, nos termos dispostos no Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica - RBAC 137 - Certificação e Requisitos Operacionais: Operações Aeroagrícolas, e com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Art. 1º - Ratificar a emissão do Certificado de Operador Aéreo (COA) nº 2012-09-5IFF-01-00, emitido em 05 de setembro de 2012, em favor de SÃO BENTO AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA.,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

determinada nos termos da decisão proferida no processo administrativo n.º 00068.004212/2012-23, e comunicada à interessada em 05 de setembro de 2012 por meio do Ofício n.º 462/2012/GVAG-PA/SSO/UR/PORTO ALEGRE-ANAC, com base nas seguintes características:

I - Endereço: Rua Borges de Medeiros, 1943, Bairro Aeroporto, Palmeira das Missões - RS - CEP 98.300-000

II - Tipo de Operador: Aeroagrícola;

III - Tipo de Operação: Operações Aeroagrícolas comerciais;

IV - Regulamentação: RBAC 137.

Art. 2º - Independente do exposto na presente Portaria, as operações somente poderão iniciar-se e manter-se enquanto os seguintes documentos estiverem válidos:

I - Autorização para Operar, emitida pela Superintendência de Regulação Econômica e Acompanhamento de Mercado - SRE, publicada no DOU; e

II - Registro de Estabelecimento no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

ANTONIO ALESSANDRO MELLO DIAS

PORTARIA Nº 1.854, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Da cassação do Certificado de Homologação de Empresa de Transporte Aéreo.

O GERENTE DE VIGILÂNCIA DE OPERAÇÕES DE AVIAÇÃO GERAL, no uso de suas atribuições outorgadas pela Portaria Nº 925, de 10 de maio de 2012, nos termos dispostos no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC-119 - Certificação; Operadores Regulares e Não-Regulares, e com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Art. 1º - Ratificar a cassação do Certificado de Homologação de Empresa de Transporte Aéreo (CHETA) nº 2002-07-7CLB-01-01, emitido em 11 de dezembro de 2006, em favor de JVC Aerotáxi Ltda, determinada nos termos da decisão proferida no processo administrativo n.º 00066.037468/2012-37, em virtude da revogação de sua autorização operacional, e comunicada à interessada em 11 de setembro de 2012 por meio do FOP 121 n.º 16/2012/GVAG-SP/SSO/UR/SP.

ANTONIO ALESSANDRO MELLO DIAS

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 27, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto nº 6.871, de 04 de junho de 2009, no Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, e o que consta dos Processos nº 21000.006604/2004-71 e nº 21000.004785/2010-40, resolve:

Art. 1º Alterar o subitem 13.3. do Anexo da Instrução Normativa nº 13, de 29 de junho de 2005, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"..... 13.3. Fica Estabelecido o prazo de 9 (nove) anos para adequação e controle do contaminante previsto no subitem 5.1.2." (NR)

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Instrução Normativa nº 21, de 19 de julho de 2010.

MENDES RIBEIRO FILHO

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 105, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 10 e 42 do Anexo I do Decreto nº 7.127, de 4 de março de 2010, tendo em vista o disposto no art. 31 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e o que consta do Processo nº 21000.006198/2012-57, resolve:

Art. 1º Submeter à consulta pública, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, o Projeto de Instrução Normativa que aprova a relação de sementes nocivas proibidas e toleradas na produção e na comercialização de sementes, e estabelece as normas específicas e os padrões de identidade e qualidade para a produção e a comercialização de sementes de algodão, amendoim, arroz, arroz preto, arroz vermelho, aveia branca e amarela, canola, centeio, cevada, ervilha, feijão, feijão caupi, gergelim, girassol variedades, girassol cultivares híbridas, juta, linho, mamona variedades, mamona cultivares híbridas, milho variedades, milho cultivares híbridas, painço, soja, sorgo variedades, sorgo cultivares híbridas, tabaco, trigo, trigo duro, triticale, de grandes culturas inscritas no Registro Nacional de Cultivares - RNC e não contempladas com padrão específico, constantes dos Anexos I a XXXI.

Parágrafo único. O Projeto de Instrução Normativa e seus Anexos estão disponíveis na rede mundial de computadores, na página eletrônica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: www.agricultura.gov.br, em Legislação>Consultas Públicas.

Art. 2º O objetivo da presente consulta pública é permitir a ampla divulgação da proposta de Instrução Normativa constante do art. 1º, visando receber sugestões de órgãos, entidades ou de pessoas físicas interessadas, a serem avaliadas pela Coordenação de Sementes e Mudas do Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas da Secretaria de Defesa Agropecuária - CSM/DFIA/SDA.

Art. 3º As sugestões de que trata o art. 2º, tecnicamente fundamentadas, deverão ser encaminhadas, por escrito, para a CSM/DFIA/SDA, situada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Esplanada dos Ministérios, Bloco D, Anexo A, Sala 340, CEP 70.043-900, Brasília - DF, ou para o endereço eletrônico csm@agricultura.gov.br.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ENIO ANTONIO MARQUES PEREIRA

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

PORTARIA Nº 218, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pela Portaria n° 933, de 17 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 18 de novembro de 2011, e observado, no que couber, o contido na Instrução Normativa nº 4, de 30 de março de 2009, da Secretaria de Política Agrícola, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008 e de 31 de março de 2009, resolve:

Art. 1º Incluir no Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de soja, ano-safra 2012/2013, no Estado do Paraná, aprovado pela portaria nº 135, de 9 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 10 de julho de 2012, as cultivares de soja conforme abaixo especificado:

MACRORREGIÃO 2

Grupo I: BR GENETICA LTDA: RA 516, RA 518, RA 626 e RA 628.

Grupo II: BR GENETICA LTDA: RA 728.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CAIO TIBÉRIO DORNELLES DA ROCHA

RETIFICAÇÃO

No Anexo da Portaria nº 135, de 9 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 10 de julho de 2012, que aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de soja no Estado do Paraná, ano safra 2012/2013, no item 5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA, onde se lê:

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO I		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Alto Paraíso			27 a 36
Altônia			27 a 36
Amaporã		33	27 a 36
Diamante do Norte			27 a 36
Douradina			27 a 36
Esperança Nova			27 a 36
Guairaçá			27 a 36
Icaraíma			27 a 36
Itaúna do Sul			27 a 36
Ivate			27 a 36
Loanda			27 a 36
Maria Helena			27 a 36
Marilena			27 a 36
Nova Londrina			27 a 36
Pérola			27 a 36
Planaltina do Paraná		33	27 a 36
Porto Rico			27 a 36
Querência do Norte			27 a 36
Santa Cruz de Monte Castelo			27 a 36
Santa Isabel do Ivaí			27 a 36
São Jorge do Patrocínio		28	27 a 36
Santa Mônica		33	27 a 36
São Pedro do Paraná			27 a 36
Tapira			27 a 36
Terra Rica			27 a 36
Umuarama			27 a 36
Xambrê			27 a 36

leia-se:

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO I		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Alto Paraíso		29 a 33	27 a 36
Altônia		29 a 33	27 a 36
Amaporã		29 a 33	27 a 36
Diamante do Norte		29 a 33	27 a 36
Douradina		29 a 33	27 a 36
Esperança Nova		29 a 33	27 a 36
Guairaçá		29 a 33	27 a 36
Icaraíma		29 a 33	27 a 36
Itaúna do Sul		29 a 33	27 a 36
Ivate		29 a 33	27 a 36
Loanda		29 a 33	27 a 36
Maria Helena		29 a 33	27 a 36
Marilena		29 a 33	27 a 36
Nova Londrina		29 a 33	27 a 36
Pérola		29 a 33	27 a 36
Planaltina do Paraná		29 a 33	27 a 36
Porto Rico		29 a 33	27 a 36
Querência do Norte		29 a 33	27 a 36
Santa Cruz de Monte Castelo		29 a 33	27 a 36
Santa Isabel do Ivaí		29 a 33	27 a 36
São Jorge do Patrocínio		29 a 33	27 a 36
Santa Mônica		29 a 33	27 a 36
São Pedro do Paraná		29 a 33	27 a 36
Tapira		29 a 33	27 a 36
Terra Rica		29 a 33	27 a 36
Umuarama		29 a 33	27 a 36
Xambrê		29 a 33	27 a 36

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 82, DE 10 DE SETEMBRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO AMAZONAS, no uso das atribuições contidas no inciso XXII, art.. 44 do regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428 de 09 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no art.2º do Anexo I da Instrução Normativa nº 66, de 27 de novembro de 2008, Art. 4º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo nº 21010.000443/2012-01, resolve:

Artigo1º - Credenciar sob o número BR AM 477 da empresa MOSS QUATRO M LTDA, CNPJ 04.471.785/0001-31, localizada a Rua Alarico Furtado, 1552, Val Paraíso - Bairro J. Teixeira - CEP 69088-301, Manaus/AM, para, na qualidade de empresa que realiza tratamento fitossanitário com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagem de madeira, executar os seguintes tratamentos:

TRATAMENTO TÉRMICO - HT

Artigo 2º - O Credenciamento de que trata esta Portaria terá caráter provisório por um ano e, não sendo constatada nenhuma irregularidade neste período, poderá ser convertido em definitivo por quatro anos, mediante requerimento a ser encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura do Amazonas em até cento e vinte (120) dias antes do vencimento, conforme estipulado pela Instrução Normativa nº 66/2006.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO FERDINANDO BARRETO

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 298, DE 6 DE SETEMBRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 39, inciso XIX, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovada pela Portaria Ministerial nº 428, de 09/06/2010, publicada no DOU de 14/06/2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA nº 66, de 27 de novembro de 2006, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002 e o que consta do Processo 21052.012221/2007-70, resolve:

Art. 1° Renovar o Credenciamento BR SP 030, da empresa S. Magalhães S.A. Logística em Comércio Exterior, CNPJ 58.130.089/0001-90, localizada na Praça da República n° 62, 2° andar, Centro, Santos/SP, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar as seguintes modalidades de tratamentos: Fumigação em Contêineres com brometo de metila e fosfina, Fumigação em Câmara de Lona com brometo de metila e fosfina, Fumigação em Silos Herméticos e Fumigação em Porões de Navio.

Art. 2° O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 05 (cinco) anos, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo - SFA/SP.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE TADEU DE FARIA

PORTARIA Nº 310, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 39, inciso XIX, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovada pela Portaria Ministerial nº 428, de 09/06/2010, publicada no DOU de 14/06/2010, tendo em

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

vista o disposto na Instrução Normativa SDA nº 66, de 27 de novembro de 2006, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002 e o que consta do Processo 21052.011067/2007-19, resolve:

Art. 1° Renovar o credenciamento número BR SP 031, da empresa Agroporto Serviços Fitossanitários Ltda. - EPP, CNPJ 04.826.569/0001-61, localizada na Rua Quinze de Novembro n° 28, 2° andar, Centro, Santos/SP, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar as seguintes modalidades de tratamentos: Fumigação em Contêineres com brometo de metila e fosfina, Fumigação em Câmara de Lona com brometo de metila e fosfina, Fumigação em Silos Herméticos e Fumigação em Porões de Navio.

Art. 2° O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 05 (cinco) anos, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo - SFA/SP.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE TADEU DE FARIA

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria MCTI Nº 641, de 17 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 18 de agosto de 2011, Seção 1, página 29, referente ao Processo MCT nº 01200.003111/2010-64, de 6 de agosto de 2010, de interesse da empresa Digistar Telecomunicações S.A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 03.004.730/0001-59; onde se lê: "Roteador digital em rede com fio, com taxa de transmissão de pelo monos 4 Mbits/s, para uso em redes locais com protocolos distintos", LEIA-SE: "Roteador digital em rede com fio, com taxa de transmissão de pelo menos 4 Mbits/s, para uso em redes locais com protocolos distintos".

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.366/2012

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 154ª Reunião Ordinária, ocorrida em 16/08/2012, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.002023/2012-15

Requerente: Du Pont do Brasil SA - Divisão Pioneer Sementes

CNPJ: 61.064.929/0043-28

Endereço: SGAS 902, Lt. 74, Conjunto B, Salas 2221-224, Bloco A Ed. Athenas, Asa Sul, Brasília-DF

Assunto: Liberação Planejada no meio ambiente de OGM e importação de sementes

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise do pedido para conduzir liberação planejada no meio ambiente de soja geneticamente modificada resistente a insetos e tolerante a herbicida, concluiu pelo DEFERIMENTO. Os ensaios serão conduzidos nas unidades operativas de Passo Fundo/RS; Toledo/PR e Paulínia/SP. A requerente importará as sementes para o plantio dos Estados Unidos, totalizando 6.9 Kg de sementes geneticamente modificadas, com quarentena prevista para o CENARGEN/DF.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Como observado, o OGM será plantado em condições experimentais controladas, evitando eventuais danos ao meio ambiente. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

FLÁVIO FINARDI FILHO

SECRETARIA DE POLÍTICA DE INFORMÁTICA

PORTARIA Nº 1, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA DE INFORMÁTICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei Nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e no art. 3º da Lei Nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e considerando o que consta do Processo MCTI nº 1200.003222/2012-32, de 21 de agosto de 2012, resolve:

Art. 1º Tornar pública, para a recepção de contribuições e sugestões, a Metodologia de Avaliação CERTICS para Software, que tem por objetivo possibilitar a demonstração junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação do efetivo desenvolvimento local do software, para fins de comprovação de que se trata de software com tecnologia desenvolvida no País.

Parágrafo único. O acesso à Metodologia de que trata o caput encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico do Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer - CTI, Unidade de Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação: http://www.cti.gov.br.

Art. 2º As contribuições e sugestões acerca da Metodologia proposta poderão ser enviadas no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data de publicação desta Portaria, para o seguinte e-mail: consulta_publica@certics.gov.br.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VIRGÍLIO AUGUSTO FERNANDES ALMEIDA

MUSEU DA IMPRENSA

Uma viagem no tempo, registrando a informação oficial



SIG, Quadra 6, Lote 800, Brasília - DF, CEP 70610-460, fone: (0 XX 61)3441 9618

Ministério da Cultura

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS

PORTARIA Nº 317, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

Estabelece os critérios e procedimentos específicos relativos à Avaliação para efeito de pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Cultural aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo do Plano Especial de Cargos da Cultura lotados no Instituto Brasileiro de Museus.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM), no uso das atribuições que lhe confere o art. 20 do Anexo I do Decreto nº 6.845, de 7 de maio de 2009, tendo em vista o disposto na Lei n° 11.233, de 22 de dezembro de 2005, e no art. 7º do Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, resolve:

Art. 1º Estabelecer, na forma desta Portaria, os critérios e procedimentos a serem observados para a realização das avaliações de desempenho individual e institucional e o pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Cultural (GDAC), instituída pelo art. 2º-E da Lei nº 11.233, de 22 de Dezembro de 2005, incluído pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

Parágrafo único. A gratificação de que trata o caput deste artigo somente será devida aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo do Plano Especial de Cargos da Cultura (PECC), quando lotados no IBRAM e em exercício no seu órgão de lotação, no Ministério da Cultura ou em alguma de suas entidades vinculadas ou outras hipóteses previstas em legislação específica.

Art. 2º A GDAC não poderá ser paga cumulativamente com qualquer outra gratificação de desempenho ou de produtividade, independentemente da sua denominação ou base de cálculo.

Art. 3º O valor a ser pago a título de gratificação de desempenho será calculado multiplicando-se o somatório dos pontos auferidos nas avaliações de desempenho individual e institucional pelo valor do ponto estabelecido em lei, de acordo com o Anexo V-C da Lei 11.233/2005, observados, o nível, a classe e o padrão em que se encontra posicionado o servidor.

Art. 4º Para efeitos desta Portaria considera-se:

I - Ciclo de Avaliação: período de 12 (doze) meses, iniciando em 01 de janeiro e encerrando em 31 de dezembro;

II - Unidade de Avaliação (UA): a totalidade das unidades organizacionais do IBRAM, inclusive suas unidades museológicas;

III - Plano de Trabalho: documento em que serão registrados os dados referentes a cada etapa do ciclo de avaliação, devendo conter:

a)as ações mais representativas da unidade de avaliação;

b)as atividades, projetos ou processos em que se desdobram as ações;

c)as metas intermediárias de desempenho institucional e as metas de desempenho individual propostas;

d)a vinculação de cada servidor a pelo menos uma ação, atividade, projeto ou processo, devendo abranger o conjunto dos servidores em exercício na unidade de avaliação;

e)os critérios e procedimentos de acompanhamento do desempenho individual e institucional de todas as etapas, ao longo do ciclo de avaliação, sob orientação e supervisão do gestor e da Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho (CAD);

f)a avaliação parcial dos resultados obtidos, para subsidiar ajustes no decorrer do ciclo de avaliação; e

g)a apuração final do cumprimento das metas e demais compromissos firmados de forma a possibilitar o fechamento dos resultados obtidos em todos os componentes da avaliação de desempenho.

IV - Plano de Trabalho - Metas Individuais: documento norteador das metas de desempenho individuais pactuados entre o servidor e sua chefia imediata;

V - Plano de Trabalho - Metas Institucionais: documento que estabelece as Metas de desempenho estabelecidas para a unidade de avaliação;

VI - Metas Globais: conjunto de metas, fixadas anualmente em Portaria do Presidente do IBRAM, que apontam para os resultados esperados no final do Ciclo de Avaliação, que traduzam a missão e finalidades do IBRAM, elaboradas, no que couber, em consonância com o Plano Plurianual, o Planejamento Estratégico do IBRAM, o Plano Nacional Setorial de Museus e as peças do ciclo orçamentário;

VII - Metas Intermediárias: conjunto de metas, estabelecidas anualmente em Portaria do dirigente máximo do Instituto, que devem referir-se a ações finalísticas da UA;

VIII - Equipe de Trabalho: servidores subordinados a uma mesma chefia imediata que assumem, em conjunto, a responsabilidade pela condução de uma ou mais ações definidas no Plano de Trabalho;

IX - Chefia Imediata do servidor: ocupante de cargo do Grupo Direção e Assessoramento Superior (DAS), diretamente responsável pela coordenação das atividades da unidade organizacional de exercício do servidor.

Art. 5º O ciclo de avaliação compreenderá as seguintes etapas e prazos:

I - publicação das Metas Globais, no Diário Oficial da União, preferencialmente até 31 de janeiro;

II - envio ao Departamento de Planejamento e Gestão Interna do Plano de Trabalho - Metas Intermediárias, em até 30 dias após a publicação das Metas Globais;

III - envio à Coordenação de Gestão de Pessoas do Plano de Trabalho - Metas Individuais, em até 45 dias após a publicação das Metas Globais;

IV - publicação, após análise do DPGI, das Metas Intermediárias, em até 30 dias após o seu recebimento;

V - a partir de 2013, envio pelas Unidades Organizacionais, de 1º a 30 de setembro, de relatórios de acompanhamento do cumprimento das Metas Intermediárias e Individuais ao DPGI;

VI - preenchimento dos Formulários de Avaliação Individual, no mês de dezembro;

VII - apuração dos resultados das Avaliações de Desempenho Individuais e Institucional do IBRAM, no mês subsequente ao mês de encerramento do Ciclo;

IX - publicação dos resultados das Avaliações de Desempenho Individuais e Institucional até o último dia do mês subsequente ao mês de encerramento do ciclo;

X - início dos efeitos financeiros do Ciclo de Avaliação, no mês subsequente ao mês de apuração dos resultados.

Parágrafo único: O efeito financeiro do ciclo de avaliação será de 12 meses.

CAPÍTULO I

DA PONTUAÇÃO DO SERVIDOR

Art. 6º A pontuação da GDAC corresponderá ao somatório das avaliações de desempenho individual, do servidor, e institucional, da unidade de avaliação, observados o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, respeitada a seguinte distribuição:

I - no mínimo 6 (seis) pontos e até 20 (vinte) pontos, em decorrência do resultado da Avaliação de Desempenho Individual, sendo:

a)no mínimo 3 (três) pontos e no máximo 10 (dez) pontos, em decorrência do cumprimento de Meta de Desempenho Individual; e

b)no mínimo 3 (três) pontos e no máximo 10 (dez) pontos, em decorrência da avaliação de Fatores de Desempenho do Servidor;

II - no mínimo 24 (vinte e quatro) pontos e até 80 (oitenta) pontos, em decorrência dos resultados da Avaliação de Desempenho Institucional, sendo:

a)no mínimo 12 (doze) pontos e no máximo 40 (quarenta) pontos, em decorrência do cumprimento de Metas Globais de desempenho institucional; e

b)no mínimo 12 (doze) pontos e no máximo 40 (quarenta) pontos, em decorrência do cumprimento de Metas Intermediárias de desempenho institucional.

Art. 7º Os servidores investidos em cargo de Natureza Especial ou cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superior (DAS) níveis 6, 5, 4, ou equivalentes, salvo disposto em legislação específica, somente perceberão a GDAC:

I - calculada com base no valor máximo da parcela individual, a qual deverá ser acrescida ao resultado da avaliação institucional do IBRAM, quando em exercício no Ministério da Cultura ou em alguma de suas entidades vinculadas; ou

II - calculada com base no resultado da avaliação institucional, quando em exercício em órgãos ou entidades da União distintos dos indicados no inciso I.

Art. 8º Os servidores do PECC não investidos em cargo de Natureza Especial ou cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superior (DAS) níveis 6, 5, 4, ou equivalentes, caso lotados, mas não em exercício no IBRAM, salvo disposto em legislação específica, somente perceberão a GDAC:

I - com base na pontuação da avaliação dos fatores de desempenho individual - soma ponderada da avaliação de seu chefe imediato, da avaliação da equipe de trabalho de seu órgão de exercício e da autoavaliação - acrescida da pontuação relativa à avaliação institucional do órgão de lotação, quando em exercício no Ministério da Cultura ou em alguma de suas entidades vinculadas; ou

II - com base na pontuação máxima da avaliação individual, acrescida da pontuação relativa à avaliação institucional do órgão de lotação, quando requisitado pela Presidência ou Vice-Presidência da República ou nas hipóteses de requisição previstas em lei.

Parágrafo único. O servidor abrangido pelo disposto no inciso I deste artigo não terá direito à pontuação relativa à meta de desempenho individual.

CAPÍTULO II

DA AVALIAÇÃO INDIVIDUAL

Art. 9º Para o cálculo da avaliação individual serão considerados o desempenho das atribuições regimentais do servidor e sua contribuição para o cumprimento das metas de desempenho institucional por meio de:

I - cumprimento de Meta de Desempenho Individual; e

II - avaliação de Fatores de Desempenho do Servidor.

Art. 10. A avaliação de desempenho individual será feita com base em critérios e fatores que reflitam as competências do servidor, aferidas no desempenho individual das tarefas e atividades a ele atribuídas.

§ 1º As chefias imediatas das equipes de trabalho deverão proceder, nos seus respectivos âmbitos de atuação, à sistemática de avaliação de desempenho individual, de modo a contemplar as metas pactuadas e os compromissos assumidos no Plano de Trabalho, atendendo aos seguintes parâmetros:

I - os critérios, as normas, os procedimentos, os mecanismos de avaliação e os controles necessários ao processo deverão ser compartilhados entre todos os integrantes da equipe de trabalho, garantindo a transparência e a efetividade do processo avaliativo;

II - os responsáveis pela avaliação deverão mapear o desempenho do servidor de forma quantitativa e qualitativa;

III - a avaliação deverá permitir uma análise objetiva do desempenho funcional do servidor avaliado, de forma a promover e orientar o seu crescimento pessoal e profissional; e

IV - a definição da Meta de Desempenho Individual deverá levar em consideração a compatibilidade com as atribuições do servidor, objetividade e possibilidade de mensuração, razoabilidade e recursos e condições disponibilizados para cumpri-los.

§ 2º. As Metas de Desempenho Individual podem ser revistas, a qualquer tempo, na hipótese de superveniência de fatores que influenciem significativa e diretamente a sua consecução, desde que o servidor não tenha dado causa a tais fatores.

Art. 11. Sob a supervisão da chefia imediata, o processo de Avaliação de Fatores de Desempenho do Servidor será desenvolvido em três dimensões, envolvendo o próprio servidor, membros da equipe de trabalho em que está inserido e o chefe do avaliado, mediante as fases seguintes:

I - Autoavaliação: percepção do servidor a respeito do próprio desempenho funcional ao longo do ciclo, correspondendo a 15% da pontuação total da avaliação de desempenho do servidor;

II - Avaliação da Equipe: média da pontuação atribuída por membros da equipe de trabalho, com referência ao desempenho funcional do servidor avaliado, correspondendo a 25% da pontuação total da avaliação de desempenho do servidor; e

III - Avaliação da Chefia Imediata: análise do desempenho funcional do servidor subordinado, correspondendo a 60% da pontuação total da avaliação de desempenho do servidor.

§ 1º A avaliação da equipe poderá ser realizada por número menor de servidores caso parte de seus membros esteja de licença ou outro impedimento no período de avaliação.

§ 2º As chefias ocupantes de cargos DAS níveis 3, 2 e 1 terão sua avaliação de equipe realizada por seus subordinados da mesma unidade organizacional, ou seja, os servidores que têm sua avaliação de chefia realizada pelos integrantes das equipes de trabalho subordinadas àquela chefia.

§ 3º Os servidores de carreiras diversas do art. 1º desta Portaria não serão avaliados na dimensão individual e não participarão das avaliações de equipe, devendo ser indicado no Plano de Trabalho que não fazem jus à gratificação regulamentada por esta Portaria.

§ 4º Nos casos em que a equipe de trabalho contar com apenas um servidor, a pontuação da avaliação da equipe de trabalho será distribuída igualmente entre autoavaliação e avaliação da chefia, mudando seus pesos para 27,5% e 72,5%, respectivamente.

§ 5º Em caso de impedimento da chefia imediata do servidor, na ocasião do processo de avaliação, seu papel será desempenhado pelo seu substituto para efeito do disposto neste artigo.

§ 6º Excepcionalmente, quando existir impedimento da chefia e de seu substituto, o processo de avaliação individual poderá ser conduzido por servidor designado pela Coordenação de Gestão de Pessoas (CGP).

Art. 12. As Avaliações de Fatores de Desempenho do Servidor serão efetuadas observando-se os fatores de desempenho e seus respectivos critérios de avaliação, constantes do Anexo II desta Portaria.

§ 1º Para a Avaliação de Desempenho do Servidor, em suas três dimensões, deverão ser considerados os seguintes fatores:

I - Produtividade no Trabalho: otimizar o uso do tempo e dos recursos disponíveis no alcance das metas estabelecidas pela unidade;

II - Conhecimento de Métodos e Técnicas: capacidade de aplicar os conhecimentos de métodos e técnicas requeridos para desempenhar as atribuições do cargo;

III - Trabalho em Equipe: habilidade para trabalhar em equipe, compartilhar conhecimentos e lidar com diferentes pontos de vista;

IV - Comprometimento com o Trabalho: capacidade de envolvimento com as atividades pelas quais é responsável, demonstrando interesse em contribuir efetivamente para o alcance das metas e para o cumprimento dos objetivos institucionais da equipe de trabalho;

V - Cumprimento de Normas de Procedimento e de Conduta: postura orientada ao cumprimento de normas gerais e procedimentos que regulamentam o funcionamento da instituição e de suas atividades, observando princípios e regras éticas e morais de senso comum;

VI - Capacidade de Autodesenvolvimento: apresenta capacidade de perceber sua necessidade de desenvolvimento, de tomar iniciativa de procurar fontes de informação e conhecimento e de propor ações de capacitação; apresenta capacidade de melhorar o seu desempenho no trabalho; e

VII - Capacidade de Iniciativa: de atuar de maneira proativa no seu dia a dia profissional, de identificar a necessidade de melhorias e apresentar soluções.

§ 2º. Em cada um dos fatores, o avaliador deverá escolher opção que melhor represente o desempenho do servidor, observando o modelo de aferição constante do Anexo II.

Art. 13. Para garantir a transparência das ações e a efetividade do processo de avaliação de desempenho individual, deverão ser observados os seguintes procedimentos:

I - findos 11 (onze) meses da abertura do ciclo, a Divisão de Capacitação e Organização (DCO) notificará os servidores do início dos procedimentos de avaliação de desempenho individual e divulgará o acesso ao formulário de avaliação, em mídia eletrônica de ampla divulgação no IBRAM;

II - as chefias imediatas informarão os servidores a eles subordinados e identificados no Plano de Trabalho sobre o início dos procedimentos de avaliação;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

III - o avaliador deverá preencher pessoalmente os formulários de Avaliação Individual, seguindo os procedimentos estabelecidos quanto ao acesso ao formulário, seu preenchimento e entrega dos dados das avaliações;

IV - após a realização da avaliação da equipe, da chefia imediata e da autoavaliação, o servidor ficará responsável por recolher as assinaturas de cada um de seus avaliadores, em formulário próprio para esse fim.

Art. 14. Caberá a (o) DPGI:

I - coordenar, em articulação com as Unidades Organizacionais, o processo de fixação e apuração das metas globais e intermediárias; e

II - providenciar, quando couber, a publicação dos atos relativos ao estabelecimento das metas globais e intermediárias.

Art. 15. Caberá à DCO/CGP:

I - planejar e coordenar as ações de avaliação de desempenho individual, supervisionando a aplicação dos dispositivos normativos para efeito de pagamento da GDAC;

II - finalizar o processo de avaliação individual das unidades administrativas do IBRAM, consolidar o resultados das avaliações indiviuais e instituicional do Ibram;

III - publicar, no Boletim Administrativo Eletrônico, a pontuação atribuída aos servidores;

IV - encaminhar os dados referentes ao pagamento da gratificação para inclusão no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE); e

V - acompanhar, coordenar e monitorar as etapas do processo de avaliação de desempenho individual.

Art. 16. A avaliação de desempenho individual somente produzirá efeitos financeiros se o servidor tiver permanecido em exercício de suas atividades relacionadas no plano de trabalho por, no mínimo, 2/3 (dois terços) do ciclo de avaliação.

Parágrafo único. O servidor manterá a última pontuação obtida na avaliação de desempenho, em caso de afastamentos e licenças consideradas como de efetivo exercício, até que seja processada a sua primeira avaliação após o retorno.

Art. 17. Até que seja processada sua primeira avaliação de desempenho individual, o servidor recém-nomeado para cargo efetivo, no quadro de pessoal do IBRAM, e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento, de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da GDAC, no decurso do ciclo de avaliação, receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos.

Art. 18. Para a obtenção dos resultados de desempenho individual dos servidores cedidos, na forma constante do art. 14, caput e inciso I do Decreto n. 7.133, de 2010, caberá à CGP notificar a unidade de recursos humanos do órgão cessionário do início dos procedimentos do ciclo, para que seja apurada a avaliação individual do servidor, nos termos do disposto nos arts. 9º a 14 desta Portaria.

Parágrafo único. Aplicar-se-á o resultado de desempenho institucional obtido pelo órgão de lotação dos servidores cedidos na forma do caput deste Artigo.

Art. 19. O servidor que não permanecer em efetivo exercício na mesma unidade organizacional durante todo o período de avaliação será avaliado pela chefia imediata da unidade em que houver permanecido por maior tempo.

Parágrafo único. Caso o servidor tenha permanecido o mesmo número de dias em diferentes unidades organizacionais, a avaliação será feita pela chefia imediata da unidade em que se encontrava no momento do encerramento do período de avaliação.

Art. 20. Ocorrendo exoneração de cargo em comissão, o servidor continuará percebendo a gratificação correspondente ao último valor obtido, até que seja processada a sua primeira avaliação após o ocorrido.

CAPÍTULO III

DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Art. 21. A Avaliação de Desempenho Institucional, parte integrante da GDAC, corresponderá ao somatório da pontuação obtida segundo o alcance das Metas Globais e Intermediárias.

§ 1º. As Metas Intermediárias devem referir-se a ações finalísticas das unidades administrativas, bens e serviços produzidos ou resultados alcançados; ser objetivas e mensuráveis.

§ 2º. As metas globais e intermediárias podem ser revistas, a qualquer tempo, na hipótese de superveniência de fatores que influenciem significativa e diretamente a sua consecução, desde que o órgão ou entidade não tenha dado causa a tais fatores.

Art. 22. A definição da pontuação relativa à Avaliação Institucional será processada observando-se o disposto no Anexo II.

Art. 23. Os critérios, as normas, os procedimentos, os mecanismos de avaliação institucional, bem como os controles necessários ao processo serão de responsabilidade do DPGI, observadas as orientações gerais constantes desta Portaria.

§ 1º. Caberá ao DPGI coordenar o processo de monitoramento e apuração das metas globais e intermediárias institucionais e providenciar, quando couber, a elaboração de instruções normativas relativas a essas atividades.

§ 2º. O DPGI ficará, ainda, encarregado de consolidar o Plano de Trabalho do IBRAM, elaborado pelas unidades administrativas, em até 30 (trinta) dias após a publicação das metas globais.

Art. 24. O servidor não pertencente ao Plano Especial de Cargos da Cultura - PECC, em exercício no IBRAM, deverá integrar o plano de trabalho da UA, na medida em que contribui para o alcance da(s) meta(s) intermediária(s) e global(is).

CAPÍTULO IV

DOS RECURSOS

Art. 25. Ao servidor que não concordar com o resultado da avaliação será garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, sendo-lhe facultado adotar os seguintes procedimentos:

I - apresentar pedido de reconsideração, devidamente justificado, contra o resultado da avaliação individual, no prazo de 10 dias, contados da publicação do resultado da pontuação individual da avaliação no Boletim Administrativo Eletrônico;

II - o pedido de reconsideração será apresentado à DCO, que o encaminhará ao avaliador do servidor para apreciação;

III - o pedido será apreciado no prazo máximo de cinco dias, podendo o avaliador deferir o pleito total ou parcialmente ou indeferi-lo;

IV - a decisão do avaliador sobre o pedido de reconsideração interposto será encaminhada à DCO, no máximo, até o dia seguinte ao dia de encerramento do prazo para apreciação pelo avaliador, que dará ciência da decisão ao servidor e à Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho (CAD). Parágrafo único: Para o acompanhamento das ações relativas ao pedido de reconsideração e ao recurso, a DCO procederá a autuação do requerimento do servidor, no sistema de protocolo, com a formação de processo físico.

Art. 26. Na hipótese de deferimento parcial ou de indeferimento do pedido de reconsideração, o servidor poderá solicitar à DCO o encaminhamento de recurso à CAD, no prazo de dez dias, que o julgará em última instância, mediante:

I - justificativa com parâmetros objetivos, contestando a pontuação recebida;

II - argumentação clara e consistente; e

III - solicitação de alteração dos pontos atribuídos.

§ 1º. No caso de o servidor se recusar a atestar ciência do resultado do recurso, o fato será devidamente registrado, com aposição das assinaturas da chefia imediata e de pelo menos uma testemunha.

§ 2º Até que a decisão final relativa à reconsideração ou ao recurso solicitado pelo servidor esteja disponível, este receberá o valor da GDAC calculado a partir da pontuação da avaliação institucional e individual. Após o deferimento da solicitação, será compensada qualquer diferença a maior ou a menor.

Art. 27. Os integrantes da CAD deverão agir com imparcialidade, atuando com vistas a garantir o andamento regular do processo.

Art. 28. Em posse do recurso interposto pelo servidor, caberá à DCO:

I - encaminhar o recurso para análise do avaliador;

II - cientificar o servidor do posicionamento conclusivo do avaliador;

III - convocar a CAD para análise do recurso interposto;

IV - quando necessário, juntar ao processo informações funcionais do servidor que possam colaborar com a análise do seu desempenho; e

V - publicar os pontos atribuídos, após o posicionamento da CAD, no Boletim Administrativo Eletrônico, encaminhando ao interessado a cópia da decisão.

CAPÍTULO V

DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Art. 29. Cabe à Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho (CAD):

I - participar e acompanhar todas as etapas do ciclo da avaliação de desempenho;

II - propor alterações consideradas necessárias para a melhor operacionalização dos critérios e procedimentos estabelecidos nesta Portaria; e

III - julgar, em última instância, os recursos interpostos quanto ao resultado da avaliação individual, podendo, a seu critério, manter ou alterar a pontuação final do servidor.

Parágrafo único: A CAD deverá elaborar seu regimento interno e registrar as decisões em ata, consignada pela maioria absoluta dos membros da Comissão.

Art. 30. A CAD será integrada por 5 (cinco) membros titulares e respectivos suplentes, contendo a seguinte composição:

I - dois representantes da administração central;

II - dois representantes das unidades museológicas; e

III - um representante dos servidores do IBRAM.

§ 1º Os representantes relacionados nos incisos I e II serão indicados pelo Presidente do IBRAM e o representante a que ser refere o inciso III será eleito pelos servidores.

I - Os procedimentos relativos ao processo eleitoral a que se refere o parágrafo 1º deste artigo serão publicados em boletim administrativo interno.

§ 2º Somente poderão compor a CAD servidores efetivos, em exercício no IBRAM, que não estejam em estágio probatório ou respondendo a processo administrativo disciplinar.

Art. 31. A CAD poderá, se necessário, instituir subcomissões de acompanhamento nas unidades administrativas.

Parágrafo único. Às subcomissões de acompanhamento caberão as atribuições contidas no art. 29 desta Portaria e, ainda, encaminhar a documentação à DCO contendo o histórico do processo e o resultado do recurso interposto, com vistas à consolidação dos resultados individual e institucional e à atualização na folha de pagamento.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32. O servidor ativo beneficiário da GDAC, que não obtiver aproveitamento mínimo de 50% (cinquenta por cento) da pontuação máxima estabelecida para a parcela da avaliação individual, será submetido a processo de capacitação ou de análise da adequação funcional, conforme o caso.

Parágrafo único. A análise de adequação funcional visa a identificar as causas dos resultados obtidos na avaliação do desempenho e servirá de subsídio para a adoção de medidas que possam propiciar a melhoria do desempenho do servidor.

Art. 33. Aos servidores são assegurados o acompanhamento e a participação no processo de avaliação de desempenho, mediante prévio conhecimento dos critérios e instrumentos estabelecidos.

Art. 34. O processo será monitorado ao longo do ciclo de avaliação de desempenho individual e institucional pelo Departamento de Planejamento e Gestão Interna, pela Divisão de Capacitação e Organização e pela Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho.

Art. 35. Caberá aos envolvidos na avaliação a estreita observância dos procedimentos e prazos, sob pena de responsabilidade funcional, nos termos do Capítulo IV do Título IV da Lei n. 8.112 de 11 de dezembro de 1990.

Art. 36. Os casos omissos serão tratados pela CAD.

Art. 37. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Processo nº 01415.009256/2012-15)

JOSÉ DO NASCIMENTO JUNIOR

ANEXO I

AFERIÇÃO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL

A Avaliação de Desempenho Individual será composta pela aferição da meta individual e pela avaliação dos fatores de desempenho individual, que será realizada pela chefia imediata do servidor, por integrantes da equipe de trabalho (avaliação de equipe), e pelo próprio servidor (autoavaliação). O resultado da Avaliação Individual será a soma da pontuação de todos os quesitos do formulário de avaliação e do resultado da meta individual, de acordo com a distribuição de pontos na tabela a seguir:

TABELA Nº 1: DISTRIBUIÇÃO DA PONTUAÇÃO INDIVIDUAL

Metas de desempenho individual	Capacitação definida entre chefia, servidor e unidade de trabalho	10 pontos
Fatores de desempenho	Avaliação do desempenho do servidor em seu trabalho de acordo com os critérios estabelecidos no §1º do art. 12	10 pontos

A pontuação da avaliação individual será distribuída entre avaliação de chefia, equipe e autoavaliação na seguinte proporção:

TABELA nº 2 - peso das avaliações

Avaliador	Peso
Chefia imediata	60%
Média da Equipe	25%
Autoavaliação	15%

Os servidores serão avaliados de acordo com os seguintes fatores, que terão peso igual entre si em cada avaliação.

TABELA nº 2 - Fatores de desempenho

ESPECIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO
Produtividade no trabalho	otimizar o uso do tempo e dos recursos disponíveis no alcance das metas estabelecidas pela unidade.
Conhecimento de métodos e técnicas	capacidade de aplicar os conhecimentos de métodos e técnicas requeridos para desempenhar as atribuições do cargo.
Trabalho em equipe	habilidade para trabalhar em equipe, compartilhar conhecimentos e aprender com diferentes pontos de vista.
Comprometimento com o trabalho	capacidade de envolvimento com as atividades pelas quais é responsável, demonstrando interesse em contribuir efetivamente para o alcance das metas e para o cumprimento dos objetivos institucionais da equipe de trabalho.
Cumprimento de normas de procedimento e de conduta no desempenho do cargo	postura orientada ao cumprimento de normas gerais e procedimentos que regulamentam o funcionamento da instituição e de suas atividades, observando princípios e regras éticas e morais de senso comum.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Capacidade de autodesenvolvimento	apresenta capacidade de perceber sua necessidade de desenvolvimento, de tomar iniciativa de procurar fontes de informação e conhecimento e de propor ações de capacitação; apresenta capacidade de melhorar o seu desempenho no trabalho.
Capacidade de Iniciativa	Atuar de maneira proativa no seu dia a dia profissional, de identificar a necessidade de melhorias e apresentar soluções.

Usando o formulário a seguir para avaliar o servidor, o avaliador deverá escolher, de acordo com a descrição do fator, a opção que melhor se aplica ao desempenho do servidor:

Formulário I - Formulário de Avaliação de Desempenho Individual - Fatores de desempenho

Ministério da Cultura Instituto Brasileiro de Museus			
Formulário de Avaliação de Desempenho Individual			
Período de avaliação: ___/___/_____ a ___/___/_____			
Próprio Servidor ( )	Avaliador: Equipe de Trabalho ( )		Chefia imediata ( )
Dados do Servidor Avaliado			
Nome completo:			Matrícula SIAPE:
Cargo/Função:	Classe:	Padrão:	Código da Un. Adm.:
Dados do Avaliador			
Nome completo:			Matrícula SIAPE:

FATORES DE DESEMPENHO INDIVIDUAL
Avalie selecionando a opção que mais se enquadra ao desempenho do servidor

FATOR: PRODUTIVIDADE NO TRABALHO: otimizar o uso do tempo e dos recursos disponíveis no alcance das metas estabelecidas pela unidade.

Conceito	DESCRITOR DE DESEMPENHO INDIVIDUAL	AVALIAÇÃO
D	O servidor executa suas atividades usando inadequadamente os recursos disponíveis, o que compromete o alcance das metas estabelecidas pela unidade e descumpre prazos.	
C	O servidor alcança, fora do prazo, as metas estabelecidas e sem a otimização dos recursos disponíveis.	
B	O servidor planeja e organiza suas atividades contribuindo para o alcance das metas estabelecidas pela unidade, dentro dos prazos fixados.	
A	O servidor planeja e organiza suas atividades, alcança as metas estabelecidas pela unidade, dentro dos prazos fixados, e otimiza os recursos disponíveis.	

FATOR: CONHECIMENTO DE MÉTODOS E TÉCNICAS: capacidade de aplicar os conhecimentos de métodos e técnicas requeridos para desempenhar as atribuições do cargo.

Conceito	DESCRITOR DE DESEMPENHO INDIVIDUAL	AVALIAÇÃO
D	O servidor não apresenta conhecimento de métodos e técnicas necessários ao desenvolvimento das atividades inerentes ao cargo ocupado.	
C	O servidor apresenta pouco conhecimento de métodos e técnicas, necessitando de monitoramento na execução das atividades inerentes ao cargo ocupado.	
B	O servidor apresenta conhecimento adequado de métodos e técnicas necessários ao desenvolvimento das atividades inerentes ao cargo ocupado.	
A	O servidor detém o domínio de métodos e técnicas necessários ao desenvolvimento das atividades inerentes ao cargo ocupado.	

FATOR: TRABALHO EM EQUIPE: habilidade para trabalhar em equipe, compartilhar conhecimentos e aprender com diferentes pontos de vista.

Conceito	DESCRITOR DE DESEMPENHO INDIVIDUAL	AVALIAÇÃO
D	O servidor apresenta grande dificuldade em relacionar-se com a equipe, em lidar com opiniões distintas das suas e em compartilhar conhecimentos ou auxiliar no desenvolvimento das atividades dos colegas	
C	O servidor comporta-se com urbanidade, mas tem dificuldade de lidar com opiniões distintas das suas e de compartilhar conhecimentos ou auxiliar no desenvolvimento das atividades dos colegas.	
B	O servidor comporta-se com urbanidade, compartilha conhecimentos ou auxilia no desenvolvimento das atividades dos colegas, mas tem dificuldade de lidar com opiniões distintas das suas.	
A	O servidor comporta-se com urbanidade, compartilha conhecimentos ou auxilia no desenvolvimento das atividades dos colegas e procura aprender com opiniões e percepções distintas das suas.	

FATOR: COMPROMETIMENTO COM O TRABALHO: capacidade de envolvimento com as atividades pelas quais é responsável, demonstrando interesse em contribuir efetivamente para o alcance das metas e para o cumprimento dos objetivos institucionais da equipe de trabalho.

Conceito	DESCRITOR DE DESEMPENHO INDIVIDUAL	AVALIAÇÃO
D	O servidor demonstra pouco interesse e responsabilidade com o desenvolvimento das atividades inerentes ao cargo e não apresenta disposição a atividades além de sua rotina laboral.	
C	O servidor demonstra interesse com o desenvolvimento das atividades inerentes ao cargo, mas é pouco responsável e não apresenta disposição a atividades além de sua rotina laboral.	
B	O servidor apresenta interesse e responsabilidade com o desenvolvimento das atividades inerentes ao cargo, mas apresenta pouca disposição a atividades além de sua rotina laboral.	
A	O servidor apresenta interesse e responsabilidade com o desenvolvimento das atividades inerentes ao cargo e apresenta disposição a atividades além de sua rotina laboral.	

FATOR: CUMPRIMENTO DE NORMAS E PROCEDIMENTOS DE CONDUTA: postura orientada ao cumprimento de normas gerais e procedimentos que regulamentam o funcionamento da instituição e de suas atividades, observando princípios e regras éticas e morais de senso comum.

Conceito	DESCRITOR DE DESEMPENHO INDIVIDUAL	AVALIAÇÃO
D	O servidor respondeu processo administrativo, dentro do atual Ciclo de Avaliação, e foi penalizado por descumprir as normas gerais e os procedimentos que regulamentam o funcionamento da instituição e de suas atividades, bem como os princípios e regras éticas e morais de senso comum.	
C	O servidor sofreu processo ético, dentro do atual Ciclo de Avaliação, resultando em um termo de ajuste de conduta pelo descumprimento de normas éticas.	
B	O servidor respondeu à sindicância, dentro do atual Ciclo de Avaliação, e foi advertido por descumprir as normas gerais e os procedimentos que regulamentam o funcionamento da instituição e de suas atividades, bem como os princípios e regras éticas e morais de senso comum.	
A	O servidor observa e cumpre as normas gerais e os procedimentos que regulamentam o funcionamento da instituição e de suas atividades, observando princípios e regras éticas e morais de senso comum.	

FATOR: CAPACIDADE DE AUTODESENVOLVIMENTO: apresenta capacidade de perceber sua necessidade de desenvolvimento, de tomar iniciativa de procurar fontes de informação e conhecimento e de propor ações de capacitação; apresenta capacidade de melhorar o seu desempenho no trabalho.

Conceito	DESCRITOR DE DESEMPENHO INDIVIDUAL	AVALIAÇÃO
D	O servidor não percebe sua necessidade de desenvolvimento, não toma iniciativa de procurar por fontes de informação e conhecimento e de propor ações de capacitação, portanto não melhora o seu desempenho no trabalho.	
C	O servidor percebe sua necessidade de desenvolvimento, mas não toma iniciativa de procurar fontes de informação e conhecimento e de propor ações de capacitação, além de não melhorar o seu desempenho no trabalho.	
B	O servidor percebe sua necessidade de desenvolvimento, toma iniciativa de procurar por fontes de informação e conhecimento e de propor ações de capacitação, contudo não melhora o seu desempenho no trabalho.	
A	O servidor percebe sua necessidade de desenvolvimento, toma iniciativa de procurar por fontes de informação e conhecimento e de propor ações de capacitação, e melhora o seu desempenho no trabalho.	

FATOR: CAPACIDADE DE INICIATIVA: Atuar de maneira proativa no seu dia a dia profissional, de identificar a necessidade de melhorias e apresentar soluções.

Conceito	DESCRITOR DE DESEMPENHO INDIVIDUAL	AVALIAÇÃO
D	O servidor espera ser demandado para desenvolver suas atividades, não identifica a necessidade de melhorias e não apresenta soluções.	
C	O servidor não espera ser demandado para desenvolver suas atividades, mas não identifica a necessidade de melhorias e de não apresenta soluções.	
B	O servidor não espera ser demandado para desenvolver suas atividades, identifica a necessidade de melhorias, mas não apresenta soluções.	
A	O servidor não espera ser demandado para desenvolver suas atividades, identifica a necessidade de melhorias e apresenta soluções.	

Formulário II - Apuração da Meta Individual

Ministério da Cultura Instituto Brasileiro de Museus			
Formulário de Avaliação de Desempenho Individual			
Período de avaliação: / / a / /			
Avaliador: Chefia imediata			
Dados do Servidor Avaliado			
Nome completo:			Matrícula SIAPE:
Cargo/Função:		Classe:	Padrão:
Metas Individuais			
Alcance das Metas	O quanto da meta foi cumprido pelo servidor no prazo acordado	Alcance	Pontuação
Meta do servidor			

CÁLCULO DA PONTUAÇÃO

A cada conceito será atribuído um valor, de acordo com a tabela a seguir:

TABELA 1: valor dos conceitos

Conceito	Valor
A	10
B	7,5
C	5
D	2,5

A média dos conceitos recebidos em cada avaliação será somada de acordo com seus valores ponderados, conforme a tabela abaixo:

TABELA 2: peso das avaliações

Avaliação	Peso
Autoavaliação	15 %
Média da avaliação da Equipe	25 %
Avaliação da Chefia	60 %

O resultado da Avaliação dos Fatores será dado pela fórmula a seguir:

R = M.A.*15/100 + M.E.*25/100 + M.C.*60/100

Em que:

R: resultado da Avaliação dos Fatores de Desempenho Individual;

Obtém-se a Média de cada avaliação somando-se o valor dos conceitos atribuídos aos fatores de avaliação de acordo com a Tabela 2 e dividindo o total por 7, que é o número de fatores.

M.A.: Média da Autoavaliação.

M.E.: Média das Avaliações da Equipe: calcula-se o valor médio de cada avaliação dos membros da equipe na forma descrita anteriormente, somam-se esses valores e dividem-se pelo número de membros da equipe.

M.C.: Média da Avaliação da Chefia.

O resultado da Avaliação dos Fatores de Desempenho é então comparado com a Tabela 3 para se obter a pontuação correspondente da avaliação individual:

TABELA 3 - Pontuação da Gratificação por Resultado na Avaliação dos Fatores

Resultado	Pontuação da GDAC
³ 9	10
< 9 e > 8	9
£ 8 e ³ 7,5	8
< 7,5 e ³ 6,5	7
< 6,5 e ³ 6	6
< 6 e ³ 5	5
< 5 e ³ 4	4
< 4	3

ANEXO II

Cálculo da parcela Institucional da Pontuação da GDAC

O cálculo da pontuação resultante do alcance das Metas de Desempenho Institucional será obtido multiplicando o peso da Meta, Global ou Intermediária, pelo valor correspondente na Tabela abaixo, de acordo com o percentual de alcance, e somando as pontuações obtidas em cada Meta.

Tabela de Pontuação para Meta Institucional

Alcance da Meta	Pontuação
< 50%	12 * peso da meta
³ 50% e < 60%	19 * peso da meta
³ 60% e < 75%	26 * peso da meta
³ 75% e < 90%	33 * peso da meta
³ 90%	40 * peso da meta

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

PORTARIA Nº 402, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Dispõe sobre os critérios de preservação e regulamenta as intervenções na área do Município de Paraty/RJ, tombado em nível federal e convertido em Monumento Nacional.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN no uso de suas atribuições que lhe são legalmente conferidas, tendo em vista o disposto no art. 21, inciso V, do Anexo I, do Decreto n°. 6.844, de 07 de Maio de 2009, que dispõe sobre a estrutura regimental do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 1º, inciso II, 23, incisos I e III, 24, inciso VII, 30 inciso IX, 215, 216 e 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 225, § 4º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que define a Mata Atlântica como patrimônio nacional, e a Lei nº. 11.428, de 22 de Dezembro de 2006 (Lei da Mata Atlântica);

CONSIDERANDO o disposto no Decreto-Lei nº. 25, de 30 de Novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e em especial seus artigos 17 e 18;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº. 58.077, de 24/03/1966, que converte o Município de Paraty/RJ em Monumento Nacional;

CONSIDERANDO o tombamento federal do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Município de Paraty (Processo nº. 563-T-57, Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, folha 14, inscrição nº. 63 em 01/03/1974 e Livro do Tombo das Belas Artes volume I, folha 93, inscrição nº. 510 em 01/03/1974);

CONSIDERANDO o tombamento federal do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da cidade de Paraty e especialmente o prédio da Santa Casa (Processo nº. 563-T-57, Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico folha 4, inscrição nº. 17, em 13/02/1958 e Livro do Tombo das Belas Artes volume I, folha 82, inscrição nº. 441 em 13/02/1958);

CONSIDERANDO o tombamento federal do Forte Defensor Perpétuo (Processo 532-T-55, Livro do Tombo Histórico, volume nº. 1, folha 53, inscrição nº. 318-A, em 09/01/1957), da Igreja de Nossa Senhora das Dores, inclusive todo seu acervo (Processo 657-T-61, Livro do Tombo Histórico, volume nº. 1, folha 56, inscrição nº. 337, em 13/02/1962), da igreja de Nossa Senhora do Rosário, inclusive todo seu acervo (Processo 658-T-61, Livro do Tombo Histórico, volume nº. 1, folha 56, inscrição nº. 338, em 13/02/1962), da igreja de Santa Rita, inclusive tido seu acervo (Processo 656-T-61, Livro do Tombo Histórico, volume nº. 1, folha 56, inscrição nº. 339, em 13/02/1962) e da igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, inclusive todo seu acervo (Processo 655-T-61, Livro do Tombo Histórico, volume nº. 1, folha 56, inscrição nº. 336, em 13/02/1962)

CONSIDERANDO que é dever do Poder Público zelar pela integridade do referido bem patrimonial, assim como por sua visibilidade e ambiência;

CONSIDERANDO a importância das Unidades de Conservação instituídas no âmbito federal, estadual e municipal, em especial o Parque Nacional da Serra da Bocaina e a Área de Proteção Ambiental/APA do Cairuçu, as quais abrangem partes do território de Paraty e contribuem para a preservação do conjunto tombado;

CONSIDERANDO que o Município de Paraty ilustra características da ocupação territorial humana desde os primeiros anos após a chegada do europeu no litoral atlântico sul-americano, num processo que ora destruiu o elemento indígena nativo, ora o incorporou, mediante a apropriação de caminhos, lugares, referências geográficas e toponímicas, em etapas sucessivas em direção à constituição de um porto na baía de Ilha Grande em contato permanente com o interior do continente pelo caminho da Serra da Bocaina, culminando na consolidação de uma arquitetura luso-brasileira manifesta no Bairro Histórico e em remanescentes de igrejas, fortes, fazendas e engenhos - amalgamado a uma grande diversidade ambiental, paisagística e de referências culturais de natureza arqueológica e imaterial;

CONSIDERANDO que o Município de Paraty é detentor de grande diversidade de manifestações culturais de natureza imaterial referentes aos grupos formadores da sociedade brasileira, muitas das quais mantêm profundas relações de interdependência com os meios físico e biológico, o território e a paisagem circundante, consequentemente demandando espaços de subsistência para suas práticas;

CONSIDERANDO o resultado dos trabalhos empreendidos pelo Grupo de Trabalho de Revisão das Normas de Paraty, designado pela Portaria IPHAN nº. 32, de 29 de Abril de 2009, envolvendo técnicos da Superintendência Estadual do IPHAN no Rio de Janeiro, da Prefeitura do Município de Paraty e sociedade civil, RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer critérios e procedimentos que visam à preservação do patrimônio artístico, histórico, arquitetônico, paisagístico e arqueológico, do Município de Paraty, Estado do Rio de Janeiro, doravante identificado como SÍTIO TOMBADO.

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º Toda e qualquer intervenção, de iniciativa privada ou do Poder Público, a ser realizada no Sítio Tombado dependerá de prévia autorização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN, de acordo com os artigos 17 e 18 do Decreto-Lei nº. 25, de 30 de Novembro de 1937.

Parágrafo único. Entende-se por intervenções aquelas definidas pela Portaria IPHAN nº. 420, de 22/12/2010, artigos 3º. 4º. e 5º.

Art. 3º As intervenções no Sítio Tombado deverão considerar cumulativamente todos os dispositivos desta Portaria, prevalecendo os critérios mais restritivos.

Art. 4º A proteção do patrimônio arqueológico rege-se por suas disposições legais específicas.

§ 1º. As intervenções em áreas de sítios arqueológicos, identificados ou a serem identificados, serão sempre antecedidas por etapas obrigatórias de pesquisa, levantamentos, identificação, delimitação, escavação e salvamento de áreas específicas, motivando as medidas de preservação e regulamentação adequadas.

§ 2º. Em caso de achado fortuito de material arqueológico durante escavações ou execução de fundações, a obra deverá ser paralisada e o IPHAN comunicado para que determine o procedimento a ser seguido.

Art. 5º Os critérios de utilização de Territórios Tradicionais, entendidos como sendo os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, conforme disposto no Decreto 6.040/07, serão estabelecidos de acordo com a legislação pertinente.

Parágrafo único. As intervenções a serem realizadas nos Territórios Tradicionais sujeitam-se igualmente aos critérios fixados nesta Portaria.

CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS

Art. 6º Esta Portaria tem por objetivos principais:

I - Garantir a preservação e conservação do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da cidade de Paraty e a paisagem do Município de Paraty;

II - Garantir a integridade e visibilidade do Bairro Histórico e suas imediações e dos Bens de Especial Interesse Cultural situados no Sítio Tombado;

III - Incentivar o aproveitamento racional do território urbano e rural do Sítio Tombado e de seus recursos naturais e paisagísticos;

IV - Orientar o processo de ocupação das diferentes áreas geográficas que compõem o Sítio Tombado, condicionando-o a critérios de preservação e conservação da paisagem e proteção do patrimônio cultural e natural;

V - Tornar mais eficazes os instrumentos de gestão do Sítio Tombado.

CAPÍTULO III - DA SETORIZAÇÃO

Seção I - Das Zonas de Preservação do Conjunto Paisagístico de Paraty

Art. 7º O Sítio Tombado estrutura-se em três Zonas de Preservação do Conjunto Paisagístico de Paraty:

I - Zona de Preservação do Patrimônio Natural (ZPPN): compreende áreas que têm a função de garantir a conservação da paisagem e do patrimônio natural, cujos limites abrangem a porção do Parque Nacional da Serra da Bocaina no território de Paraty e todas as áreas classificadas como Zona de Proteção da Vida Silvestre (ZPVS) pelo Plano de Manejo da APA do Cairuçu instituído pela Portaria/IBAMA nº. 28/2005, em vigor na data de publicação desta Portaria.

II - Zona Especial de Preservação (ZEP): abrange toda a área compreendida no círculo de 5 (cinco) quilômetros de raio cujo centro é o ponto de interseção dos eixos da Praça Monsenhor Hélio Pires e da Rua Marechal Santos Dias, de acordo com definição do Decreto 58.077/66, e toda a área situada entre o referido círculo e o limite da ZPPN, acima identificada.

III - Zona de Preservação (ZP): corresponde às demais áreas do Município, não classificadas como ZPPN ou ZEP.

§ 1º Em Zona de Preservação do Patrimônio Natural fica vedada construção de novas edificações, bem como movimentos de terra, aterros, canais de drenagem, abertura e alargamento de trilhas, caminhos ou acessos, além dos já existentes quando da publicação desta Portaria.

§ 2º O Mapa 1 do Anexo 1 indica os limites das Zonas de Preservação do Conjunto Paisagístico de Paraty.

Seção II - Das áreas para aplicação dos critérios de intervenção no Sítio Tombado

Art. 8º O Sítio Tombado fica subdividido em três tipos de áreas que orientarão a aplicação dos instrumentos de gestão do patrimônio cultural e a definição dos critérios de intervenção nas porções do território não demarcadas como Imediações do Bairro Histórico ou Núcleo Habitacional.

§ 1º Os tipos de área definidos nesta Portaria são:

I - Área de Estruturação Territorial;

II - Área de Tolerância à Ocupação;

III - Área de Contenção da Ocupação.

§ 2º Os critérios de intervenção de cada tipo de área são definidos de acordo com as cotas altimétricas e com a Zona de Preservação do Conjunto Paisagístico de Paraty em que se situam.

Art. 9º Área de Estruturação Territorial (AET) é aquela passível de ocupação humana, condicionada à instalação de infraestrutura compatível, em que se admite a ocupação do solo de acordo com os parâmetros estabelecidos nesta Portaria.

Parágrafo único. São classificadas como AET as porções do território do Sítio Tombado situadas em ZEP até a cota altimétrica de 20 (vinte) metros ou em ZP até a cota altimétrica de 30 (trinta) metros, excluídas as áreas demarcadas como Imediações do Bairro Histórico ou Núcleos Habitacionais.

Art. 10. Área de Tolerância à Ocupação (ATO) é aquela passível de ocupação humana de baixa densidade.

Parágrafo único. São classificadas como ATO as porções do território do Sítio Tombado, situadas em ZP, entre as cotas altimétricas de 30 (trinta) e 100 (cem) metros, excluídas as áreas demarcadas como Núcleos Habitacionais.

Art. 11. Área de Contenção da Ocupação (ACO) é aquela em que a ocupação humana deve ser desestimulada.

Parágrafo único. São classificadas como ACO:

I - As porções do território do Sítio Tombado, situadas em ZP, acima da cota altimétrica de 100 (cem) metros, excluídas as áreas demarcadas como Imediações do Bairro Histórico ou Núcleos Habitacionais;

II - As porções do território do Sítio Tombado, situadas em ZEP, acima da cota altimétrica de 20 (vinte) metros, excluídas as áreas Imediações do Bairro Histórico ou Núcleos Habitacionais.

Art. 12. Sobre as áreas identificadas nos artigos 8º a 11, incidem as seguintes restrições:

I - Faixa Litorânea de Uso Comunitário (FLUC): Faixa de 30 (trinta) metros de largura contígua à faixa de Marinha, destinada à preservação paisagística da linha de costa, onde fica proibida a construção de novas edificações.

II - Faixa Rodoviária de Uso Comunitário (FRUC): Faixa de 20 (vinte) metros de largura contígua a ambos os lados das faixas de domínio ao longo das Rodovias BR-101 e RJ-165, destinadas à preservação dos eixos visuais de apreensão do sítio, onde fica proibida a construção de novas edificações.

III - Promontórios: nos promontórios em que não incide ZPPN, aplicar-se-ão os critérios de ATO, sendo vedadas novas construções acima da cota altimétrica de 40 (quarenta) metros.

§ 1º Tanto na Faixa Litorânea de Uso Comunitário como nas Faixas Rodoviárias de Uso Comunitário, admitir-se-á a execução de projeto(s) paisagístico(s) e de urbanização previamente aprovado(s) pelo IPHAN.

§ 2º Em lotes localizados nos promontórios e em demais áreas da FLUC, conforme previsão do inciso I e III deste artigo, existentes antes da publicação desta Portaria, admitir-se-ão construções cuja soma total de área construída não ultrapasse 200 metros quadrados.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 13. Os limites das diferentes áreas em que se divide o Sítio Tombado são representados no Mapa 2 do Anexo 1.

Seção III - Das Imediações do Bairro Histórico e dos Núcleos Habitacionais

Art. 14. Para fins de definição dos critérios de intervenção no Sítio Tombado, bem como orientação da atuação do IPHAN, são identificadas e reconhecidas áreas de ocupação humana existentes em Paraty no momento da publicação desta Portaria.

§ 1º As áreas de ocupação humana identificadas e reconhecidas abrangem as imediações do Bairro Histórico e os diversos Núcleos Habitacionais localizados no Sítio Tombado.

§ 2º Entende-se por Núcleos Habitacionais as áreas de ocupação humana de características urbanas consolidadas ou em processo de consolidação.

§ 3º Para as imediações do Bairro Histórico e para os Núcleos Habitacionais são definidos critérios de intervenção próprios, não sendo aplicáveis aqueles estabelecidos para áreas de Tolerância à Ocupação (ATO) e de Contenção da Ocupação (ACO).

Art. 15. As imediações do Bairro Histórico correspondem a toda área contígua ao Bairro Histórico, cujo tecido urbano está associado à imagem da cidade colonial brasileira e concentra a maior e mais expressiva parte do patrimônio construído de Paraty, até a Rodovia BR-101, conformando dois tipos de zona:

I - Zona de Influência Direta sobre o Bairro Histórico;

II - Zona de Influência Indireta sobre o Bairro Histórico.

Art. 16. A Zona de Influência Direta sobre o Bairro Histórico é composta de 11 (onze) subzonas:

I - Imediação do Bairro Histórico - Beco da Generosa;

II - Imediação do Bairro Histórico - Chácara;

III - Imediação do Bairro Histórico - Patitiba;

IV - Ilha das Cobras;

V - Boa Vista;

VI - Imediação da Santa Casa de Misericórdia;

VII - Imediação do Bairro Histórico - Pontal;

VIII - Área de preservação do Morro do Forte Defensor Perpétuo;

IX - Imediação do Bairro Histórico - Encosta Sul do Morro do Caborê;

X - Imediação do Bairro Histórico - Encosta Norte 1 do Morro do Caborê;

XI - Imediação do Bairro Histórico - Encosta Norte 2 do Morro do Caborê;

Parágrafo único. As subzonas previstas neste artigo têm a função de promover a transição entre a parte da área urbana ainda em processo de adensamento e o Bairro Histórico, que requer a proteção do conjunto arquitetônico segundo critérios específicos.

Art. 17. Os limites das zonas e subzonas e das imediações do Bairro Histórico são representados nos Mapas 3 e 4 do Anexo 1.

Art. 18. As descrições das poligonais das zonas e subzonas em que se subdividem as imediações do Bairro Histórico constam do Anexo 2.

Art. 19. Os Núcleos Habitacionais são identificados e classificados na forma a seguir:

I - Núcleos da Zona Especial de Preservação: núcleos habitacionais localizados dentro dos limites da ZEP: Corumbê; Várzea do Corumbê; Condado; Pantanal; Ponte Branca; Pedra Branca; Penha; Corisquinho; Coriscão.

II - Núcleos da Zona de Preservação: núcleos habitacionais localizados dentro dos limites da ZP: Chapéu do Sol; Prainha de Mambucaba; Tarituba; São Gonçalo; Taquari; São Roque; Barra Grande; Graúna; Praia Grande; Paraty-Mirim; Cabral; Pedras Azuis; Novo Horizonte; Patrimônio; Curupira; Praia do Baixio; Vila do Cruzeiro; Ponta da Romana; Praia Grande da Cajaíba; Calhaus; Pouso da Cajaíba; Ponta da Juatinga; Martim de Sá; Saco das Enxovas; Cairuçu das Pedras; Ponta Negra; Sono; Vila Oratório; Trindade; Ilha do Araújo; Ilha do Algodão.

Parágrafo único. Para os Núcleos da Zona de Preservação identificados pelo Plano de Manejo da APA Cairuçu como vilas caiçaras, serão adotados os parâmetros definidos pelo respectivo Plano de Manejo em vigor.

Art. 20. Os limites dos Núcleos Habitacionais são representados no Mapa 5 do Anexo 1.

Art. 21. As descrições das poligonais dos Núcleos Habitacionais constam do Anexo 3.

CAPÍTULO IV - DOS CRITÉRIOS DE INTERVENÇÃO

Art. 22. As intervenções no Sítio Tombado deverão atender os parâmetros construtivos expressos nos quadros constantes do Anexo 4.

Parágrafo único. Os critérios estabelecidos nesta Portaria não prevalecem sobre outros mais restritivos, eventualmente previstos nas legislações federal, estadual ou municipal que incidem sobre o território do Sítio Tombado.

Art. 23. Nos limites da APA do Cairuçu, serão admitidas as condições de ocupação estabelecidas no Plano de Manejo vigente na data de publicação desta Portaria, instituído pela Portaria/IBAMA nº. 28, de 28 de abril de 2005.

Parágrafo único. Na eventual alteração do Plano de Manejo serão aplicados na APA Cairuçu os mesmos tipos de áreas previstos no Art. 8º, com seus respectivos parâmetros, até que se dê a ratificação do novo instrumento por este Instituto.

Art. 24. Na aplicação dos critérios estabelecidos nesta Portaria, será considerado que:

I - A altura máxima da edificação, incluindo todos os elementos construtivos inclusive a cumeeira, será medida a partir do plano horizontal que secciona o ponto de cota mais baixa da projeção da edificação sobre o terreno.

II - A taxa de ocupação será calculada pela poligonal externa da edificação, incluídas as projeções sobre o terreno de todos os elementos da construção, tais como beirais, varandas em balanço, marquises, escadas, entre outros.

Art. 25. Os planos de cobertura de novas construções em ZEP deverão ser em telha cerâmica e ter inclinação acima de 25%, sendo vedada a construção de terraços superiores e de coberturas metálicas ou em fibrocimento.

Art. 26. As propostas de intervenção em ATO ou ACO que prevejam a supressão de árvores de médio ou grande porte deverão ser acompanhadas de projeto de recomposição vegetal, com previsão de relocação ou implante de árvores em estágio médio de crescimento, de modo a reduzir o impacto de qualquer edificação no reconhecimento visual do Sítio Tombado a partir do mar, da Rodovia BR-101 ou da Rodovia RJ-165.

Art. 27. Os projetos de instalação de torres de telecomunicação no Sítio Tombado deverão conter no mínimo:

I - Planta de situação com identificação do lote ou gleba em que se pretende instalar a torre de telecomunicação, bem como as edificações nele constantes, e indicação da localização da torre mais próxima à torre proposta;

II - Simulação da inserção da torre no conjunto arquitetônico e paisagístico, com apresentação de imagens sob diferentes ângulos e pontos de vista.

III - Proposta de tratamento cromático para redução do impacto paisagístico.

§ 1º É obrigatório o compartilhamento de torres pelas prestadoras de serviços de telecomunicações que utilizam estações transmissoras de radiocomunicação, conforme as Leis nº 9.472, de 16/07/1997 e nº. 11.934, de 05/05/2009, nas situações em que o afastamento entre elas for menor do que 500 (quinhentos) metros.

§ 2º O IPHAN poderá solicitar ao interessado o fornecimento de informações complementares para avaliação do impacto paisagístico do projeto.

Art. 28. Em Área de Estruturação Territorial, nas imediações do Bairro Histórico e nos Núcleos Habitacionais, o IPHAN poderá autorizar a implantação de projetos públicos de interesse coletivo com parâmetros distintos dos previstos nesta Portaria, desde que se refiram a projetos destinados a:

I - Implantação de equipamentos urbanos e comunitários;

II - Regularização urbanística e fundiária de assentamentos de baixa renda;

III - Execução de programas de habitação de interesse social, em áreas demarcadas como Zona de Especial Interesse Social (ZEIS) ou equivalente.

Parágrafo único. O tipo de autorização prevista no caput deste artigo será cabível quando se verificar que os parâmetros construtivos estabelecidos nesta Portaria comprometem a viabilidade dos projetos públicos de interesse coletivo e que estes não representam impactos negativos no conjunto arquitetônico paisagístico.

Dos Bens de Especial Interesse Cultural

Art. 29. Constituem Bens de Especial Interesse Cultural as construções, os caminhos, os lugares, os elementos e demais bens relevantes de Paraty, já descritos ou que venham a ser identificados, tombados isoladamente ou não, que demandam a preservação em sua condição de patrimônio cultural.

Art. 30. O Anexo 5 desta Portaria relaciona os Bens de Especial Interesse Cultural já identificados e os critérios específicos para preservação e conservação dos mesmos a serem observados em novas intervenções no Sítio Tombado.

Parágrafo único. O IPHAN poderá ampliar a relação de Bens de Especial Interesse Cultural do Anexo 5 a qualquer tempo.

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 31. O IPHAN editará Portaria específica para definição de critérios de intervenção no Bairro Histórico.

Parágrafo único. Até a edição da Portaria específica, serão observados para o Bairro Histórico os critérios nas leis municipais 608/81 e 655/83.

Art. 32. O IPHAN incentivará convênios e acordos técnicos, operacionais e de cooperação institucional com entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, nacionais ou internacionais com vistas à preservação e conservação do patrimônio cultural.

Art. 33. O IPHAN analisará as propostas de intervenção no Sítio Tombado sempre que receber, diretamente do interessado ou via Prefeitura Municipal de Paraty, solicitação ou Consulta Prévia acerca das intervenções pleiteadas.

§ 1° O IPHAN comunicará a Prefeitura de Paraty o recebimento de consulta prévia quando diretamente do interessado.

§ 2° O IPHAN exercerá fiscalização no Sítio Tombado sem aviso prévio, sempre que julgar necessário e oportuno.

§ 3º O IPHAN e a Prefeitura Municipal de Paraty poderão celebrar Termo de Cooperação Técnica para o desenvolvimento de ações conjuntas visando à preservação do Sítio Tombado.

§ 4° O descumprimento das diretrizes e normas estabelecidas para o Sítio Tombado ensejará as sanções previstas nos artigos 17 e 18 do Decreto-Lei nº 25, adotando-se o procedimento previsto na Portaria n°187, de 09 de junho de 2010.

Art. 34. A apresentação de propostas de intervenção no Sítio Tombado deverá atender às disposições contidas na Portaria IPHAN nº. 420, de 22/12/2010;

Art. 35. São partes integrantes desta Portaria os seguintes anexos:

I - Anexo 1 - Mapas

a) Mapa 1: Zonas de Preservação do Conjunto Paisagístico de Paraty;

b) Mapa 2: Subdivisão do Sítio do Tombado - Critérios de Intervenção;

c) Mapa 3: Subdivisão das imediações do Bairro Histórico - Critérios de Intervenção;

d) Mapa 4: Subdivisão das Imediações do Bairro Histórico - Critérios de Intervenção na Zona de Influência Direta sobre o Bairro Histórico;

e) Mapa 5: Localização dos Núcleos Habitacionais

II - Anexo 2 - Descrições das Poligonais das Sub-zonas da Zona de Influência Direta sobre o Bairro Histórico;

III - Anexo 3 - Descrições das Poligonais dos Núcleos Habitacionais;

IV - Anexo 4 - Critérios para Intervenção no Sítio Tombado

V - Anexo 5 - Bens de Especial Interesse Cultural

Art. 36. Após um ano de aplicação da presente Portaria e verificando-se a necessidade de aperfeiçoamento das diretrizes para análise e autorização das intervenções no Sítio Tombado, será possível sua revisão, mediante avaliação técnica do Escritório Técnico da Costa Verde, da Superintendência do IPHAN no Estado do Rio de Janeiro e pelo Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização do IPHAN.

Parágrafo único. É recomendada a avaliação da aplicabilidade das diretrizes desta Portaria, ou revisão dos seus dispositivos, no todo ou em parte, pelo menos a cada cinco anos.

Art. 37. Revoga-se a Portaria-Secretaria da Cultura do Ministério da Educação e Cultura nº. 10 de 24 de setembro de 1981.

Art. 38. As imagens ilustrativas dos Memoriais Descritivos das Poligonais das Zonas e Sub-zonas das imediações do Bairro Histórico integrantes do Anexo 2 e dos Memoriais Descritivos das Poligonais dos Núcleos Habitacionais integrantes do Anexo 3 desta Portaria estarão disponíveis no endereço eletrônico: www.iphan.gov.br > Gestão > Legislação > Portarias, podendo também ser objeto de consulta nos autos do Processo Administrativo nº. 01500.00002828/2011-95.

Art. 39. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA

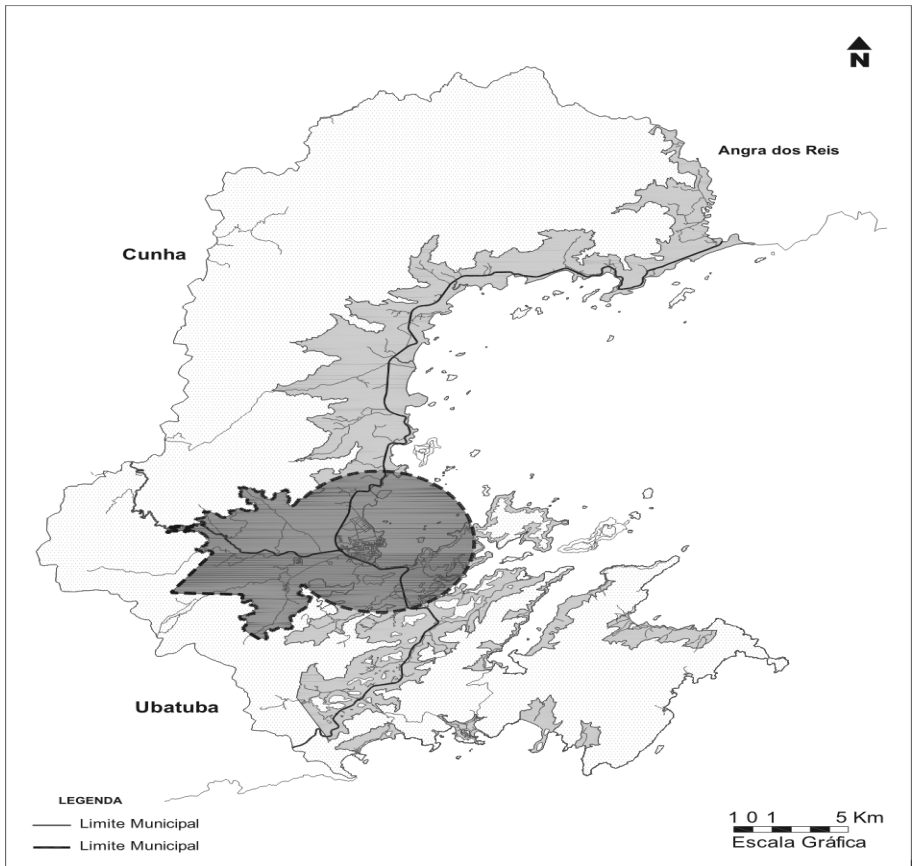
EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

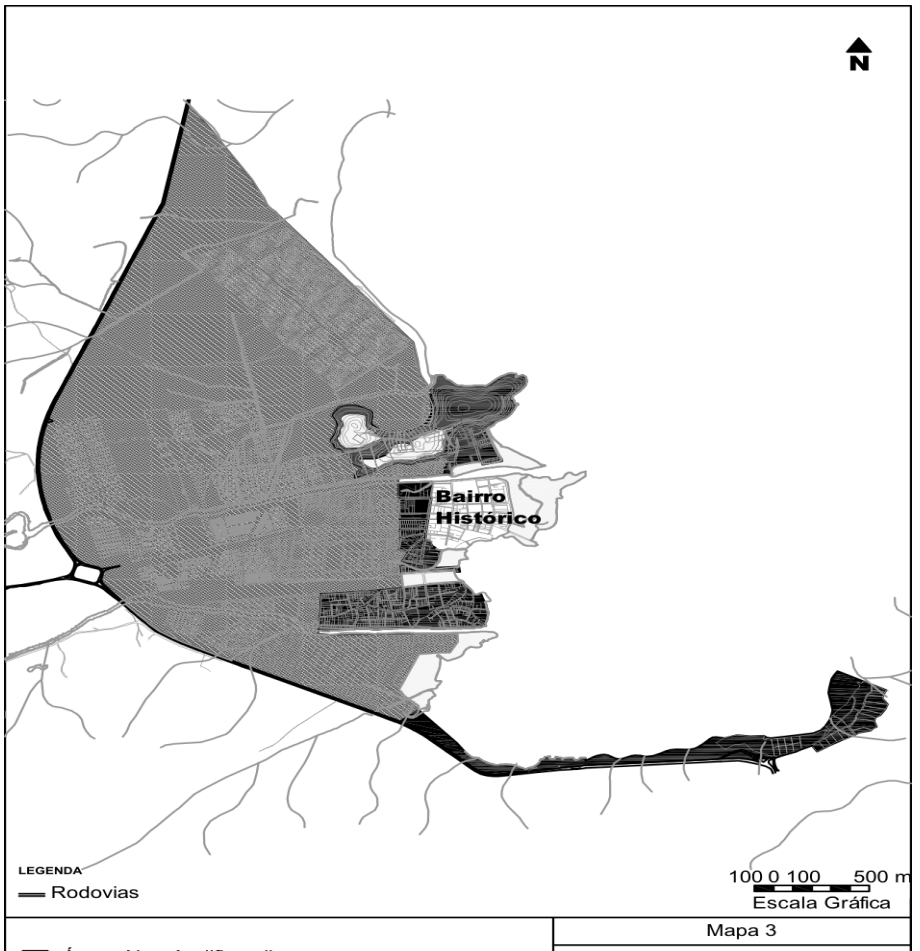
Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012091400015

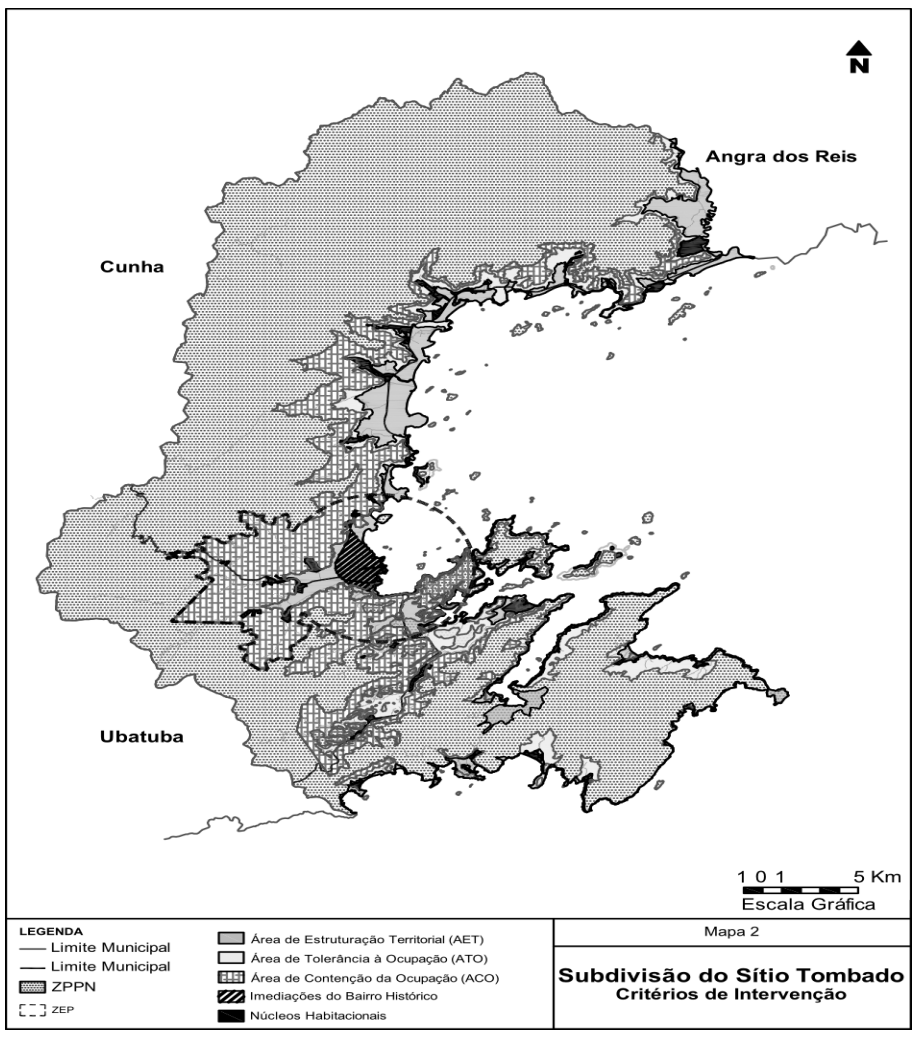
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

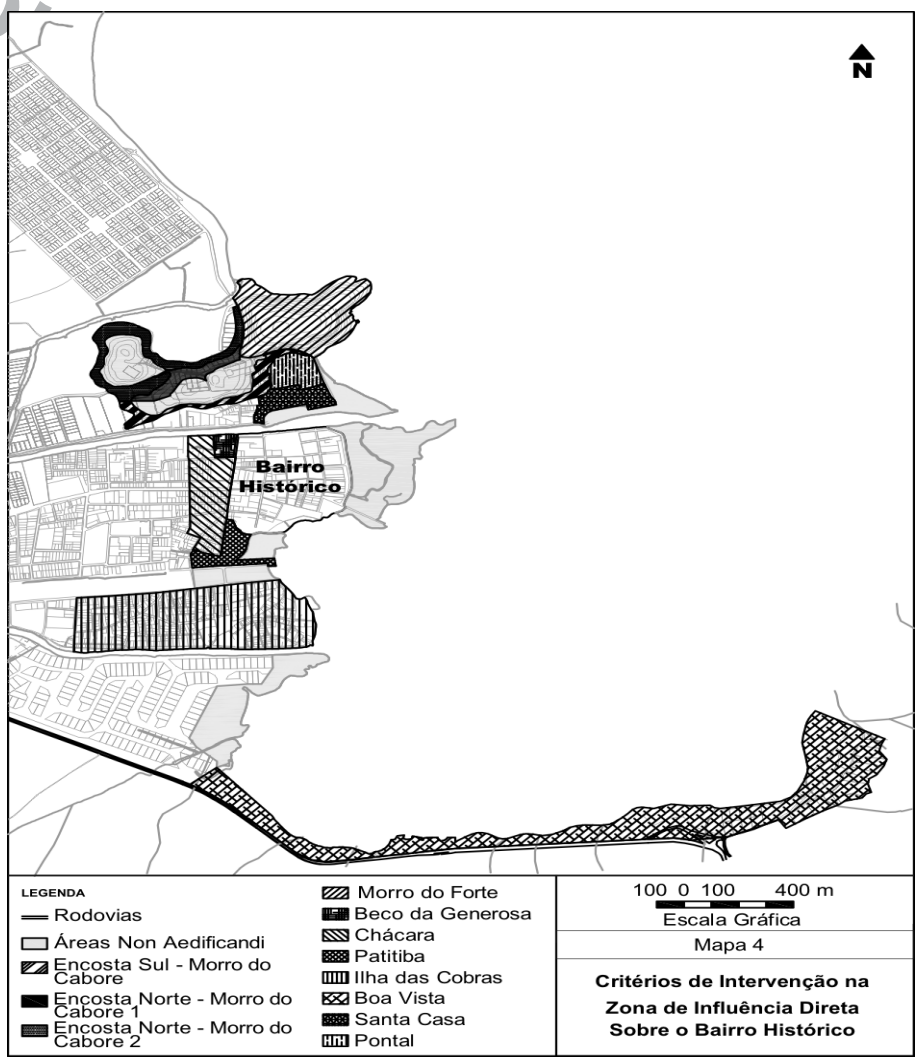
ANEXO 1

Mapas









Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012091400016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



ANEXO 2

Descrições das Poligonais das Zonas e Sub-zonas das imediações do Bairro Histórico

MEMORIAL DESCRITIVO
Núcleo: Bairro Histórico
Comarca: Paraty
Município: Paraty
UF: RJ
Área:17,2585 ha.
Perímetro: 1.655,372 m
Descrição da Área

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, de coordenadas N= 7432384,055 m e E= 529153,977 m, às margens do Rio Perequê Açu; deste ponto, segue com o azimute e distância: 83,91898º e 327,111 m até o vértice M2 de coordenadas N= 7432418,707 m e E= 529479,247 m; deste, segue com o azimute e distância: 151,38954º e 5,789 m até o vértice M3 de coordenadas N= 7432413,625 m e E= 529482,019 m; daí, segue pela rua Fresca até o vértice M4, de coordenadas N= 7432054,627 m e E= 529537,001 m; deste marco segue 260,69006º e 39,984 m até o vértice M5, de coordenadas N= 7432048,158 m e E= 529497,543 m; deste, no azimute e distância: 241,44861º e 35,768 m até o vértice M6 de coordenadas N= 7432031,063 m e E= 529466,125 m; daí segue com o azimute e distância: 191,57519º e 39,145 m até o vértice M7 na rua Aurora de coordenadas N= 7431992,715 m e E= 529458,270 m; deste, segue pela rua Aurora até o vértice M8 de coordenadas N= 7431972,847 m e E= 529299,794 m; deste, segue o azimute e distância: 230,05383º e 48,213 m até o vértice M9 de coordenadas N= 7431941,891 m e E= 529262,831 m; segue no azimute e distância: 285,13584º e 58,394 m até o vértice M10 de coordenadas N= 7431957,138 m e E= 529206,463 m; deste marco segue no azimute e distância: 264,92039º e 20,873 m até o vértice M11 de coordenada N= 7431955,290 m e E= 529185,672 m; segue com o azimute e distância: 231,49935º e 25,977 m até o vértice M12 de coordenadas N= 7431939,119 m e E= 529165,343 m; deste marco segue com o azimute e distância: 310,79911º e 12,672 m até o vértice M13 de coordenadas N= 7431947,399 m e E= 529155,750 m; deste, segue o azimute e distância: 348,69007º e 31,513 m até o vértice M14 de coordenadas N= 7431978,301 m e E= 529149,569 m; deste, segue o azimute e distância: 300,19709º e 21,309 m até o vértice M15 de coordenadas N= 7431989,018 m e E= 529131,152 m; deste, segue o azimute e distância: 273,43363º e 23,143 m até o vértice M16 localizado na rua Domingos Gonçalves de Abreu de coordenadas N= 7431990,405 m e E= 529108,051 m; deste, segue na rua Domingos Gonçalves de Abreu até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

MEMORIAL DESCRITIVO
Núcleo: Zona Influencia Indireta
Comarca: Paraty
Município: Paraty
UF: RJ
Área : 484,2407 há
Perímetro : 12,727,153 m
Descrição da Área

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, de coordenadas N= 7434966,031 m e E= 527865,816 m, às margens da Rodovia Rio Santos; deste ponto, segue pela avenida Jabaquara até o vértice M2, localizado na curva de nível de cota 5 após a ponte sobre o canal da Jabaquara, de coordenadas N= 7432981,090 m e E= 529143,813 m; deste, segue pela cota 5 até o vértice M3 de coordenadas N= 7432559,389 m e E= 529220,739 m; daí, segue para 170,15417º e 42,148 m até o vértice M4, na Rua Oscar Pinto da Silva de coordenadas N= 7432517,861 m e E= 529227,947 m; deste marco segue por esta rua até o vértice M5, de coordenadas N= 7432517,175 m e E= 529212,502 m; deste, segue no azimute e distância: 177,10142º e 81,443 m até o vértice M6 na avenida Otávio Gama, de coordenadas N= 7432435,836 m e E= 529216,621 m; daí segue por esta avenida até o vértice M7, ainda na Otávio Gama de coordenadas N= 7432414,656 m e E= 528967,795 m; deste, segue pela rua João Luiz do Rosário até o vértice M8, na rua Profª Rosária Gibrail de coordenadas N= 7431926,306 m e E= 528965,148 m; deste, segue por esta rua até a esquina com a rua Dr. Derly Ellena o vértice M9 de coordenadas N= 7431906,454 m e E= 529011,469 m; segue pela rua Dr. Derly Ellena m até o vértice M10, localizada na rua do Patrocínio de coordenadas N= 7431672,205 m e E= 528991,617 m; deste marco segue por esta rua até o vértice M11 de coordenada N= 7431632,886 m e E= 528554,417 m; segue pela rua Cidade de Cunha, atravessa o rio Mateus Nunes até sua margem no vértice M12 de coordenadas N= 7431339,476 m e E= 528535,012 m; deste marco segue por sua margem até o vértice M13 de coordenadas N= 7431343,379 m e E= 529073,137 m; deste, segue o azimute e distância: 177,06433º e 70,969 m até o vértice M14 de coordenadas N= 7431272,504 m e E= 529076,772 m; deste, segue o azimute e distância: 263,82982º e 33,816 m até o vértice M15 de coordenadas N= 7431268,869 m e E= 529043,152 m; deste, segue o azimute e distância: 176,98721º e 51,865 m até o vértice M16 de coordenadas N= 7431217,076 m e E= 529045,877 m; deste, segue com o azimute e distância: 245,69545º e 30,908 m até o vértice M17 de coordenadas N= 7431204,354 m e E= 529017,709 m; deste, segue o azimute e distância: 201,89403º e 125,251 m até o vértice M18 de coordenadas N= 7431088,137 m e E= 528971,004 m; segue para o azimute e distância: 292,10945º e 50,216 m até o vértice M19 de coordenadas N= 7431107,037 m e E= 528924,481 m; deste, segue no azimute e distância: 198,77132º e 117,468 m até o vértice M20 de coordenadas N= 7430995,817 m e E= 528886,680 m; deste segue no azimute e distância: 112,10945º e 25,108 m até o vértice M21de coordenadas N= 7430986,367 m e E= 528909,942 m; deste, segue no azimute e distância: 202,14189º e 51,110 m até o vértice M22 de coordenadas N= 7430939,026 m e E= 528890,679 m; daí, segue no azimute e distância: 107,40579º e 23,997 m até o vértice M23 de coordenadas N= 7430931,848 m e E= 528913,577 m; segue no azimute e distância: 199,32863º e 113,330 m até o vértice M24, localizado às margens da Rodovia Rio Santos de coordenadas N= 7430824,905 m e E= 528876,066 m; deste marco segue por esta Rodovia no sentido São Paulo Rio de Janeiro, passa pelo trevo de Paraty até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

MEMORIAL DESCRITIVO
Núcleo: Beco da Generosa
Comarca: Paraty
Município: Paraty
UF: RJ
Área: 0,8605 ha.
Perímetro: 374,805 m
Descrição da Área

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, localizado na rua Marechal Deodoro, de coordenadas N= 7432280,413 m e E= 529141,860 m; deste ponto, segue com o azimute e distância: 267,66948º e 72,573 m até o vértice M2 de coordenadas N= 7432277,462 m e E= 529069,347 m, ainda na rua Marechal Deodoro; deste, segue com o azimute e distância: 355,60129º e 104,439 m até o vértice M3, localizado as margens do Rio Perequê Açu, de coordenadas N= 7432381,594 m e E= 529061,337 m; daí, segue pela margem do rio no azimute e distância 88,17757º e 92,796 m até o vértice M4, ainda nas margens do citado rio, de coordenadas N= 7432384,545 m e E= 529154,086 m; deste ponto segue pela rua Marechal Deodoro no azimute e distância: 186,69638º e 104,847 m até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

MEMORIAL DESCRITIVO
Núcleo: Chácara
Comarca: Paraty
Município: Paraty
UF: RJ
Área:7,0206 ha.
Perímetro: 1.384,480 m
Descrição da Área

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, localizado às margens do Rio Perequê Açu, de coordenadas N= 7432377,325 m e E= 528968,842 m; deste ponto, segue com o azimute e distância: 87,51448º e 92,482 m até o vértice M2, ainda às margens do referido rio, de coordenadas N= 7432381,336 m e E= 529061,238 m; deste, segue com o azimute e distância: 175,74266º e 104,072 m até o vértice M3, localizado na rua Marechal Deodoro, de coordenadas N= 7432277,551 m e E= 529068,964 m; daí, segue por esta rua até a esquina com a rua Domingos Gonçalves de Abreu com azimute e distância 87,88590º e 72,686 m até o vértice M4, de coordenadas N= 7432280,233 m e E= 529141,600 m; deste marco segue pela Domingos Gonçalves de Abreu até a Travessa Fortaleza no vértice M5, de coordenadas N= 7431829,073 m e E= 529088,088 m; deste, segue pela referida Travessa até o vértice M6 de coordenadas N= 7431859,827 m e E= 528988,445 m; daí segue pela rua Dr. Derly Helena até a esquina dessa rua com a rua Profª Rosária Gibrail no vértice M7 de coordenadas N= 7431905,650 m e E= 529013,048 m; deste, segue pela rua Profª Rosária Gibrail até o início da rua João Luiz do Rosário no vértice M8 de coordenadas N= 7431928,408 m e E= 528965,380 m; deste, segue pela rua João Luiz do Rosário, atravessa a rua Marechal Deodoro até às margens do rio Perequê Açu no vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

MEMORIAL DESCRITIVO
Núcleo: Patitiba
Comarca: Paraty
Município: Paraty
UF: RJ
Área: 2,5574 ha.
Perímetro: 1.083,665 m
Descrição da Área

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, localizada na Travessa Fortaleza, de coordenadas N= 7431859,874 m e E= 528988,898 m; deste ponto, segue por essa travessa até o vértice M2, localizada na Rua Domingos Gonçalves de Abreu, de coordenadas N= 7431829,468 m e E= 529088,655 m; deste, segue por essa rua, até o vértice M3 de coordenadas N= 7431990,582 m e E= 529109,248 m; daí, segue para 106,77195º e 42,018 m até o vértice M4, de coordenadas N= 7431978,457 m e E= 529149,478 m; deste marco segue 168,69007º e 31,629 m até o vértice M5, de coordenadas N= 7431947,442 m e E= 529155,681 m; deste, no azimute e distância: 147,23679º e 47,106 m até o vértice M6 de coordenadas N= 7431907,830 m e E= 529181,174 m; daí segue com o azimute e distância: 180,00000º e 45,881 m até o vértice M7 de coordenadas N= 7431861,948 m e E= 529181,174 m; deste, com o azimute e distância 200,55605º e 38,813 m até o vértice M8 de coordenadas N= 7431825,607 m e E= 529167,546 m; deste, segue o azimute e distância: 229,78768º e 21,707 m até o vértice M9 de coordenadas N= 7431811,593 m e E= 529150,969 m; segue no azimute e distância: 177,70939º e 9,418

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

m até o vértice M10 de coordenadas N= 7431802,183 m e E= 529151,346 m; deste marco segue no azimute e distância: 84,14912º e 107,080 m até o vértice M11 de coordenada N= 7431813,098 m e E= 529257,868 m; segue com o azimute e distância: 98,88066º e 12,191 m até o vértice M12 de coordenadas N= 7431811,216 m e E= 529269,913 m; deste marco segue com o azimute e distância: 139,08562º e 7,471 m até o vértice M13 de coordenadas N= 7431805,570 m e E= 529274,806 m; deste, segue o azimute e distância: 177,20730º e 15,451 m até o vértice M14 de coordenadas N= 7431790,138 m e E= 529275,559 m; deste, segue o azimute e distância: 92,48955º e 8,665 m até o vértice M15 de coordenadas N= 7431789,761 m e E= 529284,216 m; deste, segue o azimute e distância: 188,32565º e 15,597 m até o vértice M16 de coordenadas N= 7431774,329 m e E= 529281,957 m; deste, segue com o azimute e distância: 269,25979º e 19,957 m até o vértice M17 de coordenadas N= 7431774,071 m e E= 529262,002 m; deste, segue o azimute e distância: 0,02393º e 15,314 m até o vértice M18, localizado na Rua do Campo, de coordenadas N= 7431789,385 m e E= 529262,008 m; deste segue por esta rua, até o vértice M19, localizado na Rua Dr. Derly Ellena, de coordenadas N= 7431765,384 m e E= 528983,185 m; deste, segue por essa rua até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

MEMORIAL DESCRITIVO
Núcleo: Ilha das Cobras
Comarca: Paraty
Município: Paraty
UF: RJ
Área: 24,8116há
Perímetro: 2.266,822 m
Descrição da Área

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, de coordenadas N= 7431615,941 m e E= 529374,111 m; deste ponto, no azimute e distância: 119,74488º e 14,545 m até o vértice M2 de coordenadas N= 7431608,725 m e E= 529386,740 m; deste, segue no azimute e distância: 88,45184º e 22,258 m até o vértice M3 de coordenadas N= 7431609,326 m e E= 529408,990 m; daí, segue para 141,34019º e 38,505 m até o vértice M4, de coordenadas N= 7431579,259 m e E= 529433,044 m; deste marco segue 166,71513º e 44,488 m até o vértice M5, de coordenadas N= 7431535,961 m e E= 529443,267 m; deste, no azimute e distância: 191,64017º e 141,399 m até o vértice M6, na margem do Rio Mateus Nunes, de coordenadas N= 7431397,470 m e E= 529414,738 m; daí segue a margem do rio até o vértice M7 de coordenadas N= 7431371,628 m e E= 528537,200 m; deste, com o azimute 3,7754º segue pela Rua Cidade de Cunha até o vértice M8, localizado na Rua do Patrocínio, de coordenadas N= 7431632,346 m e E= 528554,405 m; deste, segue por essa rua até o vértice M9 de coordenadas N= 7431707,347 m e E= 529294,733 m; deste, segue com azimute e distância 139,02826º e 121,062 m até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

MEMORIAL DESCRITIVO
Núcleo: Boa Vista
Comarca: Paraty
Município: Paraty
UF: RJ
Área: 29,8925 ha.
Perímetro: 6.529,051 m
Descrição da Área

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, de coordenadas N= 7430766,353 m e E= 528996,497 m, às margens da Rodovia Rio Santos; deste ponto, segue com o azimute e distância: 46,39718º e 106,845 m até o vértice M2 de coordenadas N= 7430840,039 m e E= 529073,868 m; deste, segue com o azimute e distância: 139,64423º e 421,195 m até o vértice M3 de coordenadas N= 7430519,072 m e E= 529346,605 m; daí, segue para 113,74949º e 168,811 m até o vértice M4, de coordenadas N= 7430451,086 m e E= 529501,120 m; deste marco segue 93,94519º e 179,663 m até o vértice M5, de coordenadas N= 7430438,725 m e E= 529680,357 m; deste, no azimute e distância: 31,50427º e 112,361 m até o vértice M6 de coordenadas N= 7430534,524 m e E= 529739,073 m; daí segue com o azimute e distância: 109,44003º e 55,711 m até o vértice M7 de coordenadas N= 7430515,982m e E= 529791,608 m; deste, com o azimute e distância 90,00000º e 203,960 m até o vértice M8 de coordenadas N= 7430515,982 m e E= 529995,568 m; deste, segue o azimute e distância: 355,60129º e 40,293 m até o vértice M9 de coordenadas N= 7430556,156 m e E= 529992,477 m; segue no azimute e distância: 89,07595º e 191,623 m até o vértice M10 de coordenadas N= 7430559,246 m e E= 530184,076 m; deste marco segue no azimute e distância: 0,00000º e 24,722 m até o vértice M11 de coordenada N= 7430583,969 m e E= 530184,076 m; segue com o azimute e distância: 85,85538º e 427,579 m até o vértice M12 de coordenadas N= 7430614,872 m e E= 530610,537 m; deste marco segue com o azimute e distância: 31,42957º e 65,190 m até o vértice M13 de coordenadas N= 7430670,497 m e E= 530644,530 m; deste, segue o azimute e distância: 85,31410º e 189,140 m até o vértice M14 de coordenadas N= 7430685,949 m e E= 530833,038 m; deste, segue o azimute e distância: 104,57422º e 159,652 m até o vértice M15 de coordenadas N= 7430645,775 m e E= 530987,553 m; deste, segue o azimute e distância: 86,63354º e 157,878 m até o vértice M16 de coordenadas N= 7430655,046 m e E= 531145,159 m; deste, segue com o azimute e distância: 53,13010º e 154,515 m até o vértice M17 de coordenadas N= 7430747,755 m e E= 531268,771 m; deste, segue o azimute e distância: 26,99584º e 183,814 m até o vértice M18 de coordenadas N= 7430911,540 m e E= 531352,209 m; segue para o azimute e distância: 317,72631º e 91,881 m até às margens do rio Mambucaba no vértice M19 de coordenadas N= 7430979,527 m e E= 531290,403 m; deste, segue no azimute e distância: 17,67709º e 99,419 m até o vértice M20 de coordenadas N= 7431074,252 m e E= 531320,592 m; deste segue no azimute e distância: 320,02342º e 56,870 m até o vértice M21de coordenadas N= 7431117,832 m e E= 531284,054 m; deste, segue no azimute e distância: 83,66066º e 49,785 m até o vértice M22 de coordenadas N= 7431123,329 m e E= 531333,535 m; daí, segue no azimute e distância: 58,86472º e 63,123 m até o vértice M23 de coordenadas N= 7431155,967 m e E= 531387,565 m; segue no azimute e distância: 128,26906º e 82,303 m até o vértice M24 de coordenadas N= 7431104,993 m e E= 531452,182 m; segue no azimute e distância: 235,66978º e 26,776 m até o vértice M25 de coordenadas N= 7431089,892 m e E= 531430,071 m; deste ponto segue no azimute e distância: 155,02539º e 91,784 m até o vértice M26 de coordenadas N= 7431006,691 m e E= 531468,823 m; deste segue no azimute e distância: 117,47875º e 65,131 m até o vértice M27de coordenadas N= 7430976,638 m e E= 531526,606 m; deste, segue no azimute e distância: 197,82445º e 56,748 m até o vértice M28 de coordenadas N= 7430922,614 m e E= 531509,236 m; daí, segue no azimute e distância: 147,90741º e 63,234 m até o vértice M29 de coordenadas N= 7430869,043 m e E= 531542,831 m; segue no azimute e distância: 216,70286º e 124,577 m até o vértice M30 de coordenadas N= 7430769,164 m e E= 531468,376 m; segue no azimute e distância: 168,51801º e 59,298 m até o vértice M31 de coordenadas N= 7430711,052 m e E= 531480,180 m; deste ponto segue no azimute e distância: 256,93242º e 102,750 m até o vértice M32 de coordenadas N= 7430687,820 m e E= 531380,091 m; deste segue no azimute e distância: 138,35637º e 37,231 m até o vértice M33 de coordenadas N= 7430659,998 m e E= 531404,831 m; deste, segue no azimute e distância: 244,72325º e 399,594 m até o vértice M34 de coordenadas N= 7430489,375 m e E= 531043,496 m; daí, segue no azimute e distância: 292,85719º e 130,297 m até o vértice M35 de coordenadas N= 7430539,987 m e E= 530923,431 m; segue no azimute e distância: 238,03584º e 67,836 m até o vértice M36, localizado às margens da Rodovia Rio Santos, deste ponto segue por esta Rodovia até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

MEMORIAL DESCRITIVO
Núcleo: Imediações da Santa Casa de Misericórdia
Comarca: Paraty
Município: Paraty
UF: RJ
Área: 2,8275 ha.
Perímetro: 906,829 m
Descrição da Área

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, localizado na avenida Orlando Carpinelli de coordenadas N= 7432620,611 m e E= 529475,094 m; deste ponto, segue por esta avenida, passa pela avenida Nossa Senhora dos Remédios até o vértice M2 de coordenadas N= 7432523,967 m e E= 529516,974 m; deste, segue com o azimute e distância: 256,80074º e 110,993 m até o vértice M3 de coordenadas N= 7432498,623 m e E= 529408,913 m; daí, segue no azimute e distância 347,61686º e 25,215 m até o vértice M4, localizado na avenida Nossa Senhora dos Remédios de coordenadas N= 7432523,251 m e E= 529403,506 m; deste marco segue pela avenida citada até a rua do Pontal no vértice M5, de coordenadas N= 7432435,552 m e E= 529239,411 m; deste, ponto segue pela avenida Otávio Gama até o vértice M6 de coordenadas N= 7432435,194 m e E= 529216,117 m; daí segue com o azimute e distância: 357,00034º e 82,176 m até o vértice M7 na rua Oscar Pinto da Silva de coordenadas N= 7432517,257 m e E= 529211,817 m; deste, por esta rua até o vértice M8 de coordenadas N= 7432518,332 m e E= 529227,943 m; deste, segue o azimute e distância: 350,45547º e 41,063 m até o vértice M9 localizado na curva de nível de cota 5 de coordenadas N= 7432552,018 m e E= 529224,360 m; segue pela cota 5 até o vértice M10 de coordenadas N= 7432597,171 m e E= 529276,321 m; deste marco segue no azimute e distância: 78,42251º e 105,350 m até o vértice M11, localizado na rua São Pedro de Alcântara de coordenada N= 7432618,314 m e E= 529379,528 m; daí segue por esta rua até o vértice M12, ainda na mesma rua, de coordenadas N= 7432591,260 m e E= 529387,756 m; deste marco segue com o azimute e distância: 71,42428º e 92,138 m até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

MEMORIAL DESCRITIVO
Núcleo: Pontal
Comarca: Paraty
Município: Paraty
UF: RJ
Área: 2,7365 ha.
Perímetro: 690,084 m
Descrição da Área

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, localizado na avenida Orlando Carpinille de coordenadas N= 7432621,137 m e E= 529475,101 m; deste ponto, segue com o azimute e distância: 251,13907º e 92,013 m até o vértice M2, na rua Sã Pedro de Alcântara de coordenadas N= 7432591,392 m e E= 529388,028 m; deste, segue por esta rua até o vértice M3 de coordenadas N= 7432618,202 m e E= 529379,677 m; daí, segue para 256,61710º e 110,053 m até o vértice M4, de coordenadas N= 7432592,729 m e E= 529272,612 m; deste marco segue 344,29136º e 8,820 m até o vértice M5, de coordenadas N= 7432601,220 m e E= 529270,224 m; deste, no azimute e distância: 312,51045º e 6,479 m até o vértice M6 de coordenadas N= 7432605,598 m e E= 529265,448 m; daí segue com o azimute e distância: 39,80557º e 5,181 m até o vértice M7, localizada na Alameda Princesa Isabel, de coordenadas N= 7432609,578 m e E= 529268,765 m; deste, segue por esta alameda até o vértice M8 de coordenadas N= 7432640,711 m e E= 529249,323 m; deste, segue o azimute e distância: 78,69007º e 9,984 m até o vértice M9 de coordenadas N= 7432642,669 m e E= 529259,113 m; segue no azimute e distância: 353,78436º e 39,786 m até o vértice M10 de coordenadas N= 7432682,221 m e E= 529254,805 m; deste marco segue no azimute e distância: 90,00000º e 12,531 m até o vértice M11, localizado na curva de nível de cota 5, de coordenada N= 7432682,221 m e E= 529267,337 m; daí segue por esta cota até o vértice M12, localizado na Avenida Municipal de coordenadas N= 7432753,885 m e E= 529408,315 m; deste marco segue por esta avenida, entra na avenida Orlando Carpinelle até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

MEMORIAL DESCRITIVO
Núcleo: Morro do Forte Defensor do Perpétuo
Comarca: Paraty
Município: Paraty
UF: RJ
Área: 13,1589 ha.
Perímetro: 1.760,788 m
Descrição da Área

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, localizado na avenida Municipal, de coordenadas N= 7432742,718 m e E= 529428,955 m; deste ponto, segue por esta avenida, até o vértice M2 ainda nesta avenida de coordenadas N= 7433012,480 m e E= 529134,624 m; deste, segue pela cota 0 (zero) até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

MEMORIAL DESCRITIVO
Núcleo: Encosta Sul morro do Caborê
Comarca: Paraty
Município: Paraty
UF: RJ
Área: 2,5536 ha.
Perímetro: 1.976,732 m
Descrição da Área

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, localizado na avenida Municipal, de coordenadas N= 7432753,597 m e E= 529411,010 m; deste ponto, segue na curva de nível de cota 5 até o vértice M2 de coordenadas N= 7432541,036 m e E= 528723,370 m; deste, segue com o azimute e distância: 95,41244º e 44,679 m até o vértice M3, localizado na curva de nível de cota 20, de coordenadas N= 7432536,821 m e E= 528767,850 m; daí, segue pela cota 20 até o vértice M4, localizada na avenida Municipal, de coordenadas N= 7432625,898 m e E= 529252,578 m; deste marco segue por esta avenida até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

MEMORIAL DESCRITIVO
Núcleo: Encosta Norte morro do Caborê 1
Comarca: Paraty
Município: Paraty
UF: RJ
Área: 1,9848 há
Perímetro: 1.193,644 m
Descrição da Área

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, localizada na rua Bem-te-vi de coordenadas N= 7432658,168 m e E= 528854,606 m; deste ponto, segue por esta rua, atravessa a Estrada Municipal Caixa D'água com o azimute e distância: 59,83419º e 50,306 m até o vértice M2, localizado na curva de nível de cota 20 e de coordenadas N= 7432683,447 m e E= 528898,100 m; deste, segue pela cota 20 até o vértice M3 localizado na avenida Municipal, de coordenadas N= 7432798,779 m e E= 529161,538 m; daí, segue por esta avenida até o vértice M4, localizado na curva de nível de cota 30 de coordenadas N= 7432737,725 m e E= 529168,120 m; deste marco segue 243,51281º e 84,573 m até o vértice M5, localizado na curva de nível de cota 35 e coordenadas N= 7432700,006 m e E= 529092,424 m; daí segue a cota 35 até o vértice M6 de coordenadas N= 7432573,152 m e E= 528911,406 m; daí segue com o azimute e distância: 246,10025º e 68,668 m até o vértice M7, localizado na cota 25 de coordenadas N= 7432545,332 m e E= 528848,625 m; deste, com o azimute e distância 263,50065º e 81,953 m até o vértice M8, localizado na cota 20 de coordenadas N= 7432536,055 m e E= 528767,199 m; deste ponto segue pela curva de nível de cota 20 até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

MEMORIAL DESCRITIVO
Núcleo: Encosta Norte morro do Caborê 2
Comarca: Paraty
Município: Paraty
UF: RJ
Área: 4,6387 ha.
Perímetro: 2.800,245 m
Descrição da Área

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, localizado na curva de nível de cota 5 de coordenadas N= 7432541,517 m e E= 528723,814 m; deste ponto, segue pela cota 5 até o vértice M2, localizado na avenida Municipal, de coordenadas N= 7432981,641 m e E= 529145,878 m; deste, segue por esta avenida até o vértice M3, na curva de nível de cota 20 e de coordenadas N= 7432797,628 m e E= 529160,866 m; daí, segue pela cota 20 até o vértice M4, de coordenadas N= 7432537,086 m e E= 528767,199 m; deste marco segue 275,83126º e 43,611 m até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Anexo 3 - Descrições das Poligonais dos Núcleos Habitacionais
Núcleos da Zona Especial de Preservação
MEMORIAL DESCRITIVO
Núcleo: Corumbê
Comarca: Paraty
Município: Paraty
UF: RJ
Área 1: 12,9597 há
Perímetro 1: 3.250,732 m
Área 2: 2,0455 há
Perímetro 2: 607,939 m
Descrição da Área 1

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, localizado no canto da praia do Corumbê, de coordenadas N= 7436851,296 m e E= 529620,080 m; deste ponto, segue no limite da praia, com o azimute e distância: 206,38711º e 114,102 m até o vértice M2 de coordenadas N= 7436749,082 m e E= 529569,369 m; deste, ainda pelo limite da praia, com o azimute e distância: 196,68862º e 160,584 m até o vértice M3, canto da praia do Corumbê de coordenadas N= 7436595,262 m e E= 529523,255 m; daí, segue para 291,58842º e 116,571 m, cruzando a Rodovia Rio Santos até o vértice M4, de coordenadas N= 7436638,153 m e E= 529414,861 m; deste marco segue 354,88532º e 44,294 m até o vértice M5, de coordenadas N= 7436682,270 m e E= 529410,912 m; deste, segue no azimute e distância: 300,52971º e 240,782 m até o vértice M6 de coordenadas N= 7436804,584 m e E= 529203,510 m; daí segue com o azimute e distância: 268,62517º e 110,823 m até o vértice M7 de coordenadas N= 7436801,925 m e E= 529092,719 m; deste, com o azimute e distância 326,29016º e 236,885 m até o vértice M8 de coordenadas N= 7436998,980 m e E= 528961,250 m; deste, segue o azimute e distância: 294,08211º e 49,026 m até o vértice M9 de coordenadas N= 7437018,985 m e E= 528916,491 m; segue no azimute e distância: 227,72631º e 50,347 m até o vértice M10 de coordenadas N= 7436985,118 m e E= 528879,237 m; deste marco segue no azimute e distância: 298,30076º e 25,002 m até o vértice M11 de coordenada N= 7436996,971 m e E= 528857,224 m; segue com o azimute e distância: 17,81889º e 49,803 m até o vértice M12 de coordenadas N= 7437044,385 m e E= 528872,464 m; deste marco segue com o azimute e distância: 104,82648º e 59,557 m até o vértice M13 de coordenadas N= 7437029,145 m e E= 528930,038 m; deste, segue o azimute e distância: 18,74134º e 100,137 m até o vértice M14 de coordenadas N= 7437123,973 m e E= 528962,212 m; deste, segue o azimute e distância: 302,73523º e 56,366 m até o vértice M15 de coordenadas N= 7437154,453 m e E= 528914,798 m; deste, segue o azimute e distância: 14,34933º e 75,159 m até o vértice M16 de coordenadas N= 7437227,267 m e E= 528933,425 m; deste, segue com o azimute e distância: 267,13759º e 33,909 m até o vértice M17 de coordenadas N= 7437225,574 m e E= 528899,558 m; deste, segue o azimute e distância: 220,16958º e 170,634 m até o vértice M18 de coordenadas N= 7437095,186 m e E= 528789,490 m; segue para o azimute e distância: 299,47589º e 44,738 m até o vértice M19 de coordenadas N= 7437117,199 m e E= 528750,542 m; deste, segue no azimute e distância: 38,60763º e 290,374 m até o vértice M20 de coordenadas N= 7437344,109 m e E= 528931,731 m; deste segue no azimute e distância: 138,46823º e 158,344 m até o vértice M21de coordenadas N= 7437225,574 m e E= 529036,719 m; deste, segue no azimute e distância: 201,39289º e 176,410 m até o vértice M22 de coordenadas N= 7437061,319 m e E= 528972,372 m; daí, segue no azimute e distância: 138,78278º e 36,299 m até o vértice M23 de coordenadas N= 7437034,014 m e E= 528996,290 m; segue no azimute e distância: 45,00415º e 61,827 m até o vértice M24 de coordenadas N= 7437077,729 m e E= 529040,011 m; segue no azimute e distância: 117,97947º e 112,153 m até o vértice M25 de coordenadas N= 7437025,112 m e E= 529139,055 m; deste ponto segue no azimute e distância: 165,49983º e 92,712 m até o vértice M26 de coordenadas N= 7436935,353 m e E= 529162,268 m; deste segue no azimute e distância: 121,00498º e 255,579 m até o vértice M27 de coordenadas N= 7436803,701 m e E= 529381,331 m; deste, segue no azimute e distância: 90,43918º e 96,446 m até o vértice M28 de coordenadas N= m e E= 529477,773 m; daí, segue no azimute e distância: 351,77894º e 27,701 m até o vértice M29 de coordenadas N= 7436830,379 m e E= 527649,088 m; segue no azimute e distância: 74,29131º e 59,120 m até o vértice M30 de coordenadas N= 7436846,385 m e E= 529530,724 m; segue no azimute e distância: 164,48374º e 31,908 m até o vértice M31, margem da Rodovia Rio Santos, de coordenadas N= 7436815,640 m e E= 529539,260 m; deste ponto segue margeando a Rodovia, no azimute e distância: 41,00292º e 73,733 m até o vértice M32 de coordenadas N= 7436871,284 m e E= 529587,636 m; deste, segue, cruzando a Rodovia com o azimute e distância: 121,63686º e 38,107 m até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Descrição da Área 2

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, localizado na praia da Igreja, de coordenadas N= 7437167,236 m e E= 529875,001 m; deste ponto, segue com o azimute e distância: 247,86451º e 164,491 m até o vértice M2, às margens da Rodovia Rio Santos, de coordenadas N= 7437105,256 m e E= 529722,634 m; deste ponto, segue pela Rodovia com o azimute e distância: 352,19696º e 175,947 m até o vértice M3 de coordenadas N= 7437279,574m e E= 529698,746 m; daí, segue para 84,80557º e 99,836 m, até o vértice M4, de coordenadas N= 7437288,613 m e E= 529798,172 m; deste marco segue 159,25667º e 72,207 m até o vértice M5, de coordenadas N= 7437221,087 m e E= 529823,747 m; deste, segue no azimute e distância: 105,04174º e 55,747 m até o vértice M6 de coordenadas N= 7437206,619 m e E= 529877,584 m; deste, segue com o azimute e distância: 183,75173º e 39,468 m até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

MEMORIAL DESCRITIVO
Núcleo: Várzea do Corumbê
Comarca: Paraty
Município: Paraty
UF: RJ
Área 1: 8,2811 ha.
Perímetro 1: 1.926,474 m
Área 2: 9,2393 ha.
Perímetro 2: 2,492,617 m
Descrição da Área 1

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, às margens da Rodovia Rio Santos, de coordenadas N= 7435506,603 m e E= 527990,866 m; deste ponto, segue pela Rodovia, com o azimute e distância: 203,96249º e 181,260 m até o vértice M2 de coordenadas N= 7435340,965 m e E= 527917,249 m; deste, segue, ainda pela Rodovia, com o azimute e distância: 192,47717º e 192,591 m até o vértice M3 de coordenadas N= 7435152,922 m e E= 527875,640 m; daí, segue para 272,64056º e 279,221 m até o vértice M4, de coordenadas N= 7435165,786 m e E= 527596,716 m; deste marco segue 39,46232º e 105,071 m até o vértice M5, de coordenadas N= 7435246,905 m e E= 527663,496 m; deste, segue no azimute e distância: 93,27049º e 43,088 m até o vértice M6 de coordenadas N= 7435244,447 m e E= 527706,513 m; daí segue com o azimute e distância: 181,27303º e 36,881 m até o vértice M7 de coordenadas N= 7435207,575 m e E= 527705,694 m; deste, com o azimute e distância 92,32153º e 30,342 m até o vértice M8 de coordenadas N= 7435206,346 m e E= 527736,011 m; deste, segue o azimute e distância: 1,27303º e 36,881 m até o vértice M9 de coordenadas N= 7435243,218 m e E= 527736,831 m; segue no azimute e distância: 91,53057º e 42,470 m até o vértice M10 de coordenadas N= 7435242,084 m e E= 527779,286 m; deste marco segue no azimute e distância: 23,32466º e 99,406 m até o vértice M11 de coordenada N= 7435333,366 m e E= 527818,645 m; segue com o azimute e distância: 83,99099º e 28,921 m até o vértice M12 de coordenadas N= 7435336,394 m e E= 527847,407 m; deste, segue com o azimute e distância: 352,87500º e 36,614 m até o vértice M13 de coordenadas N= 7435372,725 m e E= 527842,865 m; deste, segue o azimute e distância: 270,18083º e 78,451 m até o vértice M14 de coordenadas N= 7435372,973 m e E= 527764,415 m; deste, segue o azimute e distância: 343,66316 º e 17,094 m até o vértice M15 de coordenadas N= 7435389,377 m e E= 527759,606 m; deste, segue o azimute e distância: 73,73982º e 75,690 m até o vértice M16 de coordenadas N= 7435410,570 m e E= 527832,269 m; deste, segue com o azimute e distância: 352,54153º e 23,415 m até o vértice M17 de coordenadas N= 7435433,786 m e E= 527829,229 m; deste, segue o azimute e distância: 261,19339º e 151,642 m até o vértice M18 de coordenadas N= 7435410,570 m e E= 527679,375 m; segue para o azimute e distância: 337,16635º e 31,208 m até o vértice M19 de coordenadas N= 7435439,332 m e E= 527667,264 m; deste, segue no azimute e distância: 33,06876º e 141,384 m até o vértice M20 de coordenadas N= 7435557,815 m e E= 527744,410 m; deste segue no azimute e distância: 67,70284º e 120,214 m até o vértice M21de coordenadas N= 7435603,425 m e E= 527855,635 m; deste, segue no azimute e distância: 113,01330º e 111,123 m até o vértice M22 de coordenadas N= 7435559,982 m e E= 527957,914 m; deste, com o azimute e distância 148,31226º e 62,731 m até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Descrição da Área 2

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, de coordenadas N= 7436263,446 m e E= 528238,876 m; deste ponto, segue com o azimute e distância: 168,69007º e 23,157 m até o vértice M2 de coordenadas N= 7436240,739 m e E= 528243,417 m; deste, segue com o azimute e distância: 228,65222º e 100,824 m até o vértice M3 de coordenadas N= 7436174,132 m e E= 528167,727 m; daí, segue para 160,50384º e 211,754 m até o vértice M4, de coordenadas N= 7435974,519 m e E= 528238,399 m; deste marco segue 66,57131º e 37,410 m até o vértice M5, de coordenadas N= 7435989,393 m e E= 528272,724 m; deste, segue no azimute e distância: 341,56505º e 28,946 m até o vértice M6 de coordenadas N= 7436016,853 m e E= 528263,571 m; daí segue com o azimute e distância: 14,38139º e 46,067 m até o vértice M7 de coordenadas N= 7436061,476 m e E= 528275,013 m; deste, com o azimute e distância 76,70143º e 64,664 m até o vértice M8 de coordenadas N= 7436076,351 m e E= 528337,943 m; deste, segue o azimute e distância: 169,82449º e 90,672 m até o vértice M9 de coordenadas N= 7435987,105 m e E= 528353,961 m; segue no azimute e distância: 91,46880º e 44,638 m até o vértice M10 de coordenadas N= 7435985,960 m e E= 528398,584 m; deste marco segue no azimute e distância: 180,00000º e 43,479 m até o vértice M11, às margens da Rodovia Rio Santos, de coordenada N= 7435942,481 m e E= 528398,584 m; daí, segue margeando a Rodovia, com o azimute e distância: 266,18593º e 103,205 m até o vértice M12 de coordenadas N= 7435935,616 m e E= 528295,608 m; deste, ainda pela Rodovia, segue com o azimute e distância: 242,12805º e 269,221 m até o vértice M13 de coordenadas N= 7435809,756 m e E= 528057,618 m; deste, segue o azimute e distância: 308,46337º e 156,356 m até o vértice M14 de coordenadas N= 7435907,012 m e E= 527935,191 m; deste, segue o azimute e distância: 50,90614º e 47,176 m até o vértice M15 de coordenadas N= 7435936,761 m e E= 527971,804 m; deste, segue o azimute e distância: 89,45434º e 120,145 m até o vértice M16 de coordenadas N= 7435937,905 m e E= 528091,944 m; deste, segue com o azimute e distância: 64,57313º e 77,281 m até o vértice M17 de coordenadas N= 7435971,086 m e E= 528161,739 m; deste, segue o azimute e distância: 341,00431º e 36,713 m até o vértice M18 de coordenadas N= 7436005,799 m e E= 528149,789 m; segue para o azimute e distância: 268,69061º e 199,584 m até o vértice M19 de coordenadas N= 7436001,239 m e E= 527950,257 m; deste, segue no azimute e distância: 332,98953º e 41,138 m até o vértice M20 de coordenadas N= 7436037,889 m e E= 527931,574 m; deste segue no azimute e distância: 50,64114º e 56,743 m até o vértice M21de coordenadas N= 7436073,874 m e E= 527975,447 m; deste, segue no azimute e distância: 111,11690º e 144,891 m até o vértice M22 de coordenadas N= 7436021,674 m e E= 528110,609 m; deste, segue o azimute e distância: 24,67686º e 37,956 m até o vértice M23 de coordenadas N= 7436056,164 m e E= 528126,455 m; segue no azimute e distância: 292,28559º e 122,902 m até o vértice M24 de coordenadas N= 7436102,771 m e E= 528012,733 m; segue no azimute e distância: 5,14092º e 80,011 m até o vértice M25 de coordenadas N= 7436182,460 m e E= 528019,902 m; deste ponto segue no azimute e distância: 63,15949º e 65,519 m até o vértice M26 de coordenadas N= 7436212,042 m e E= 528078,363 m; deste segue no azimute e distância: 13,12040º e 96,189 m até o vértice M27de coordenadas N= 7436305,720 m e E= 528100,198 m; deste, segue o azimute e distância: 106,95333º e 144,978 m até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

MEMORIAL DESCRITIVO
Núcleo: Condado
Comarca: Paraty
Município: Paraty
UF: RJ
Área: 41,6059 há
Perímetro: 3.583,565 m
Descrição da Área

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, de coordenadas N= 7432986,284 m e E= 525623,771 m; deste ponto, segue com o azimute e distância: 92,24574º e 270,209 m até o vértice M2, localizado na curva de nível de cota 40, de coordenadas N= 7432975,695 m e E= 525893,772 m; deste, segue por esta cota sentido sudeste até o vértice M3 de coordenadas N= 7432326,280 m e E= 526446,128 m; daí, segue para 237,25022º e 417,552 m até o vértice M4, de coordenadas N= 7432100,397 m e E= 526094,949 m; deste marco segue 284,44054º e 424,593 m até o vértice M5, localizado na curva de nível de cota 18 de coordenadas N= 7432206,280 m e E= 525683,771 m; deste, segue por esta cota até o vértice M6 de coordenadas N= 7432170,986 m e E= 525554,947 m; daí segue com o azimute e distância: 320,52754º e 38,864 m até o vértice M7, localizado na curva de nível de cota 40, de coordenadas N= 7432200,986 m e E= 525530,241 m; deste, segue a por esta cota até o vértice M8 de coordenadas N= 7432668,635 m e E= 525583,182 m; segue o azimute e distância: 256,50617º e 44,937 m até o vértice M9 de coordenadas N= 7432658,149 m e E= 525539,485 m; segue no azimute e distância: 336,96056º e 123,571 m até o vértice M10 de coordenadas N= 7432771,864 m e E= 525491,124 m; deste marco segue no azimute e distância: 356,96952º e 222,512 m até o vértice M11 de coordenada N= 7432994,064 m e E= 525479,361 m; segue com o azimute e distância: 82,33484º e 113,661 m até o vértice M12 de coordenadas N= 7433009,225 m e E= 525592,006 m; deste, segue o azimute e distância: 125,83765º e 39,183 m até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

MEMORIAL DESCRITIVO
Núcleo: Pantanal
Comarca: Paraty
Município: Paraty
UF: RJ
Área: 26,8070 há
Perímetro: 2.466,113 m
Descrição da Área

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, na margem da RJ 165 (Estrada Paraty Cunha), de coordenadas N= 7431304,922 m e E= 525267,355 m; deste ponto, segue pela estrada, com o azimute e distância: 93,61741º e 273,612 m até o vértice M2 de coordenadas N= 7431287,659 m e E= 525540,422 m; deste, segue com o azimute e distância: 161,08223º e 159,960 m até o vértice M3 de coordenadas N= 7431136,340 m e E= 525592,282 m; daí, segue para 255,94600º e 111,169 m até o vértice M4, de coordenadas N= 7431109,344 m e E= 525484,441 m; deste marco segue 227,94280º e 153,951 m até o vértice M5, de coordenadas N= 7431006,217 m e E= 525370,13 m; deste, segue no azimute e distância: 183,77122º e 163,229324,266 m até o vértice M6 de coordenadas N= 7430682,652 m e E= 525348,808 m; daí segue com o azimute e distância: 282,92384º e 429,645 m até o vértice M7 de coordenadas N= 7430778,745 m e E= 524930,046 m; deste, com o azimute e distância 3,21548º e 90,166 m até o vértice M8 de coordenadas N= 7430868,769 m e E= 524935,104 m; deste, segue o azimute e distância: 52,22432º e 51,188 m até o vértice M9 de coordenadas N= 7430900,125 m e E= 524975,564 m; segue no azimute e distância: 0,00000º e 190,162 m até o vértice M10 de coordenadas N= 7431090,288 m e E= 524975,564 m; deste marco segue no azimute e distância: 89,98823º e 65,895 m até o vértice M11 de coordenada N= 7431090,301 m e E= 525041,458 m; segue com o azimute e distância: 0,95685º e 225,065 m até o vértice M12 de coordenadas N= 7431315,335 m e E= 525045,217 m; deste marco segue com o azimute e distância: 58,94059º e 59,426 m até o vértice M13 de coordenadas N= 7431345,995 m e E= 525096,124 m; deste, segue o azimute e distância: 318,44739º e 68,025 m até o vértice M14 de coordenadas N= 7431396,901 m e E= 525051,002 m; deste, segue o azimute e distância: 50,19443º e 40,663 m até o vértice M15, na margem da RJ 165 (Estrada Paraty Cunha) de coordenadas N= 7431422,933 m e E= 525082,240 m; deste, segue pela estrada, no azimute e distância: 134,67630º e 72,403 m até o vértice M16 de coordenadas N= 7431372,026 m e E= 525133,725 m; deste, segue o azimute e distância: 116,66418º e 149,532 m até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

MEMORIAL DESCRITIVO
Núcleo: Ponte Branca
Comarca: Paraty
Município: Paraty
UF: RJ
Área: 29,1283 há
Perímetro: 5.331,450 m
Descrição da Área

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, de coordenadas N= 7431719,978 m e E= 524638,250 m; deste ponto, segue com o azimute e distância: 92,24518º e 238,075 m até o vértice M2 de coordenadas N= 7431710,651 m e E= 524876,142 m; deste, segue com o azimute e distância: 181,75699º e 65,726 m até o vértice M3 de coordenadas N= 7431644,956 m e E= 524874,127 m; daí, segue para 270,00000º e 219,253 m até o vértice M4, de coordenadas N= 7431644,956 m e E= 524654,874 m; deste marco segue 177,95304º e 102,320 m até o vértice M5 de coordenadas N= 7431542,701 m e E= 524658,529 m; deste, segue no azimute e distância: 249,83668º e 650,328 m até o vértice M6 de coordenadas N= 7431318,535 m e E= 524048,057 m; daí segue com o azimute e distância: 319,76057º e 68,994 m até o vértice M7 de coordenadas N= 7431371,202 m e E= 524003,488 m; deste, com o azimute e distância 262,63854º e 231,210 m até o vértice M8 de coordenadas N= 7431341,577 m e E= 523774,184 m; deste, segue o azimute e distância: 191,18538º e 118,784 m até o vértice M9 de coordenadas N= 7431225,050 m e E= 523751,142 m; segue no azimute e distância: 284,09085º e 100,346 m até o vértice M10 de coordenadas N= 7431249,480 m e E= 523653,815 m; deste marco segue no azimute e distância: 14,85164º e 160,500 m até o vértice M11, localizado às margens do Rio Perequê-Açu, de coordenada N= 7431404,618 m e E= 523694,954 m; deste ponto, segue subindo pelo rio até o vértice M12 de coordenadas N= 7431390,045 m e E= 523558,936 m; deste, segue com o azimute e distância: 271,12073º e 179,913 m até o vértice M13 de coordenadas N= 7431393,564 m e E= 523379,057 m; deste, segue o azimute e distância: 178,15239º e 58,301 m até o vértice M14 de coordenadas N= 7431335,294 m e E= 523380,936 m; deste, segue o azimute e distância: 142,43141º e 92,487 m até o vértice M15 de coordenadas N= 7431261,986 m e E= 523437,327 m; deste, segue o azimute e distância: 226,73570º e 219,409 m até o vértice M16 de coordenadas N= 7431111,611 m e E= 523277,554 m; deste, segue com o azimute e distância: 316,33222º e 57,168 m até o vértice M17 de coordenadas N= 7431152,964 m e E= 523238,080 m; deste, segue com o azimute e distância: 47,77022º e 165,006 m até o vértice M18 de coordenadas N= 7431263,865 m e E= 523360,260 m; daí, segue para 320,19443º e 44,042 m até o vértice M19, de coordenadas N= 7431297,700 m e E= 523332,065 m; deste marco segue 232,30576º e 52,261 m até o vértice M20, de coordenadas N= 7431265,745 m e E= 523290,712 m; deste, segue no azimute e distância: 318,57633º e 42,615 m até o vértice M21 de coordenadas N= 7431297,700 m e E= 523262,516 m; daí segue com o azimute e distância: 51,17018º e 98,929 m até o vértice M22 de coordenadas N= 7431359,730 m e E= 523339,583 m; deste, com o azimute e distância 347,82854º e 98,069 m até o vértice M23 de coordenadas N= 7431455,594 m e E= 523318,907 m; deste, segue o azimute e distância: 51,34019º e 24,072 m até o vértice M24 de coordenadas N= 7431470,631 m e E= 523337,704 m; segue no azimute e distância: 126,25056º e 66,084 m até o vértice M25 de coordenadas N= 7431431,555 m e E= 523390,996 m; deste marco segue no azimute e distância: 90,22138º e 102,722 m até o vértice M26 de coordenada N= 7431431,158 m e E= 523493,718 m; segue com o azimute e distância: 45,00000º e 90,381 m até o vértice M27, localizada às margens do rio supracitado, de coordenadas N= 7431495,067 m e E= 523557,627 m; deste, segue subindo pelo rio, até o vértice M28 de coordenadas N= 7431742,940 m e E= 523423,923 m; deste, segue o azimute e distância: 25,98923º e 86,226 m até o vértice M29 de coordenadas N= 7431820,446 m e E= 523461,707 m; deste, segue o azimute e distância: 116,38457º e 486,858 m até o vértice M30 de coordenadas N= 7431604,089 m e E= 523897,850 m; deste, segue o azimute e distância: 152,82856º e 141,232 m até o vértice M31 de coordenadas N= 7431478,443 m e E= 523962,345 m; deste, segue pelo rio até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

MEMORIAL DESCRITIVO
Núcleo: Pedra Branca
Comarca: Paraty
Município: Paraty
UF: RJ
Área: 2,6136 há
Perímetro: 995,463 m
Descrição da Área

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, de coordenadas N= 7431880,606 m e E= 523979,125 m; deste ponto, segue, com o azimute e distância: 138,88417º e 233,548 m até o vértice M2 de coordenadas N= 7431704,655 m e E= 524132,702 m; deste, segue com o azimute e distância: 88,62995º e 112,020 m até o vértice M3 de coordenadas N= 7431707,333 m e E= 524244,691 m; daí, segue para 176,47253º e 20,411 m até o vértice M4, de coordenadas N= 7431686,961 m e E= 524245,946 m; deste marco segue 90,00000º e 45,416 m até o vértice M5, de coordenadas N= 7431686,961 m e E= 524291,362 m; deste, segue no azimute e distância: 179,61396º e 54,654 m até o vértice M6 de coordenadas N= 7431632,308 m e E= 524291,730 m; daí segue com o azimute e distância: 270,98776º e 138,162 m até o vértice M7 de coordenadas N= 7431634,690 m e E= 524153,589 m; deste, com o azimute e distância 308,68511º e 306,327 m até o vértice M8 de coordenadas N= 7431826,156 m e E= 523914,472 m; deste, com o azimute e distância 49,89657º e 84,527 m até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

MEMORIAL DESCRITIVO
Núcleo: Penha
Comarca: Paraty
Município: Paraty
UF: RJ
Área 1: 1,8702 ha.
Perímetro 1: 945,065 m
Área 2: 2,8126 há
Perímetro 2: 962,618 m
Descrição da Área 1

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, de coordenadas N= 7432846,789 m e E= 521227,016 m; deste ponto, segue com o azimute e distância: 139,15964º e 52,271 m até o vértice M2 de coordenadas N= 7432807,244 m e E= 521261,199 m; deste, segue com o azimute e distância: 191,85965º e 93,858 m até o vértice M3 de coordenadas N= 7432715,390 m e E= 521241,910 m; daí, segue para 272,12131º e 42,132 m até o vértice M4, de coordenadas N= 7432716,949 m e E= 521199,806 m; deste marco segue 228,67857º e 16,946 m até o vértice M5, de coordenadas N= 7432705,760 m e E= 521187,080 m; deste, segue no azimute e distância: 136,43227º e 41,929 m até o vértice M6 de coordenadas N= 7432675,380 m e E= 521215,977 m; daí segue com o azimute e distância: 229,80564º e 24,156 m até o vértice M7 de coordenadas N= 7432659,790 m e E= 521197,525 m; deste, com o azimute e distância 310,56967º e 41,059 m até o vértice M8 de coordenadas N= 7432686,494 m e E= 521166,336 m; deste, segue o azimute e distância: 231,09071º e 56,389 m até o vértice M9 de coordenadas N= 7432651,077 m e E= 521122,458 m; segue no azimute e distância: 319,73687º e 30,132 m até o vértice M10 de coordenadas N= 7432674,070 m e E= 521102,983 m; deste marco segue no azimute e distância: 39,20714º e 67,833 m até o vértice M11 de coordenada N= 7432726,631 m e E= 521145,862 m; segue com o azimute e distância: 281,88858º e 26,857 m até o vértice M12 de coordenadas N= 7432732,164 m e E= 521119,581 m; deste marco segue com o azimute e distância: 226,79856º e 71,044 m até o vértice M13 de coordenadas N= 7432683,530 m e E= 521067,794 m; deste, segue o azimute e distância: 330,90254º e 41,412 m até o vértice M14 de coordenadas N= 7432719,716 m e E= 521047,656 m; deste, segue o azimute e distância: 29,71747º e 73,506 m até o vértice M15 de coordenadas N= 7432783,554 m e E= 521084,094 m; deste, segue o azimute e distância: 113,38522º e 29,867 m até o vértice M16 de coordenadas N= 7432771,699 m e E= 521111,508 m; deste, segue com o azimute e distância: 206,56505º e 26,508 m até o vértice M17 de coordenadas N= 7432747,990 m e E= 521099,654 m; deste, segue o azimute e distância: 126,30173º e 12,713 m até o vértice M18 de coordenadas N= 7432740,463 m e E= 521109,899 m; segue para o azimute e distância: 46,33593º e 45,241 m até o vértice M19 de coordenadas N= 7432771,699 m e E= 521142,627 m; deste, segue no azimute e distância: 73,14165º e 60,165 m até o vértice M20 de coordenadas N= 7432789,148 m e E= 521200,206 m; deste segue no azimute e distância: 315,00000º e 30,332 m até o vértice M21 de coordenadas N= 7432810,596 m e E= 521178,758 m; deste, segue o azimute e distância: 53,13010º e 60,322 m até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Descrição da Área 2

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, na margem da RJ 165 (Estrada de Paraty Cunha), de coordenadas N= 7432712,739 m e E= 521381,843 m; deste ponto, segue pela estrada, com o azimute e distância: 3,88791º e 69,195 m até o vértice M2 de coordenadas N= 7432781,775 m e E= 521386,535 m; deste, segue com o azimute e distância: 302,47339º e 40,573 m até o vértice M3 de coordenadas N= 7432803,559 m e E= 521352,306 m; daí, segue para 29,74488º e 41,814 m até o vértice M4, de coordenadas N= 7432839,864 m e E= 521373,052 m; deste marco segue 120,59626º e 59,299 m até o vértice M5, de coordenadas N= 7432809,681 m e E= 521424,095 m; deste, segue no azimute e distância: 39,54845º e 64,125 m até o vértice M6 de coordenadas N= 7432859,127 m e E= 521464,925 m; daí segue com o azimute e distância: 120,95747º e 85,226 m até o vértice M7 de coordenadas N= 7432815,287 m e E= 521538,011 m; deste, com o azimute e distância 215,75517º e 131,404 m até o vértice M8 de coordenadas N= 7432708,650 m e E= 521461,228 m; deste, segue o azimute e distância: 186,63082º e 51,396 m até o vértice M9, de coordenadas N= 7432657,598 m e E= 521455,294 m; segue no azimute e distância: 251,02959º e 50,142 m até o vértice M10 de coordenadas N= 7432641,298 m e E= 521407,875 m; deste marco segue no azimute e distância: 216,40877º e 73,650 m até o vértice M11 de coordenada N= 7432582,025 m e E= 521364,161 m; segue com o azimute e distância: 171,60707º e 45,685 m até o vértice M12 de coordenadas N= 7432536,829 m e E= 521370,829 m; deste marco segue com o azimute e distância: 239,87113º e 31,437 m até o vértice M13, à margem da RJ165, de coordenadas N= 7432521,049 m e E= 521343,639 m; deste, segue pela estrada, no azimute e distância: 335,19059º e 78,270 m até o vértice M14 de coordenadas N= 7432592,095 m e E= 521310,797 m; deste, com o azimute e distância 30,49336º e 140,009 m até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

MEMORIAL DESCRITIVO
Núcleo: Corisquinho
Comarca: Paraty
Município: Paraty
UF: RJ
Área: 27,6858 há
Perímetro: 2.954,779 m
Descrição da Área

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, de coordenadas N= 7429496,039 m e E= 524574,334 m; deste ponto, segue com o azimute e distância: 345,20324º e 61,450 m até o vértice M2 de coordenadas N= 7429555,451 m e E= 524558,641 m; deste, segue com o azimute e distância: 26,86268º e 151,954 m até o vértice M3 de coordenadas N= 7429691,008 m e E= 524627,301 m; daí, segue para 50,06252º e 167,763 m até o vértice M4, de coordenadas N= 7429798,704 m e E= 524755,933 m; deste marco segue 131,62200º e 71,122 m até o vértice M5, de coordenadas N= 7429751,463 m e E= 524809,099 m; deste, segue no azimute e distância: 227,39126º e 143,823 m até o vértice M6 de coordenadas N= 7429654,097 m e E= 524703,247 m; daí segue com o azimute e distância: 193,05931º e 223,244 m até o vértice M7 de coordenadas N= 7429436,627 m e E= 524652,803 m; segue no azimute e distância: 167,15278º e 450,707 m até o vértice M8 de coordenadas N= 7428997,204 m e E= 524753,018 m; deste marco segue no azimute e distância: 216,45092º e 122,638 m até o vértice M9 de coordenada N= 7428898,557 m e E= 524680,155 m; segue com o azimute e distância: 133,76496º e 95,616 m até o vértice M10 de coordenadas N= 7428832,420 m e E= 524749,207 m; deste marco segue com o azimute e distância: 224,91803º e 221,626 m até o vértice M11 de coordenadas N= 7428675,483 m e E= 524592,718 m; deste, segue o azimute e distância: 308,68227º e 446,597 m até o vértice M12 de coordenadas N= 7428954,606 m e E= 524244,094 m; deste, segue o azimute e distância: 50,74061º e 150,566 m até o vértice M13 de coordenadas N= 7429049,890 m e E= 524360,676 m; deste, segue o azimute e distância: 343,33850º e 214,623 m até o vértice M14 de coordenadas N= 7429255,502 m e E= 524299,140 m; deste, segue com o azimute e distância: 75,99561º e 136,713 m até o vértice M15 de coordenadas N= 7429286,796 m e E= 524431,118 m; deste, segue o azimute e distância: 11,21754º e 108,446 m até o vértice M16 de coordenadas N= 7429393,170 m e E= 524452,215 m; segue para o azimute e distância: 38,18520º e 67,517 m até o vértice M17 de coordenadas N= 7429448,029 m e E= 524494,624 m; deste, segue no azimute e distância: 111,79944º e 44,027 m até o vértice M18 de coordenadas N= 7429431,679 m e E= 524535,504 m; deste, segue com o azimute e distância 31,10390º e 75,167 m até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

MEMORIAL DESCRITIVO
Núcleo: Coriscão
Comarca: Paraty
Município: Paraty
UF: RJ
Área: 23,5174 ha.
Perímetro: 3.520,462 m
Descrição da Área

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, de coordenadas N= 7429533,514 m e E= 522563,192 m; deste ponto, segue com o azimute e distância: 90,22918º e 612,619 m até o vértice M2 de coordenadas N= 7429531,064 m e E= 523175,806 m; deste, segue com o azimute e distância: 181,84920º e 248,430 m até o vértice M3 de coordenadas N= 7429282,763 m e E= 523167,789 m; daí, segue para 273,46121º e 168,197 m até o vértice M4, de coordenadas N= 7429292,918 m e E= 522999,899 m; deste marco segue 4,12230º e 117,124 m até o vértice M5, de coordenadas N= 7429409,738 m e E= 523008,318 m; deste, segue no azimute e distância: 272,38499º e 129,352 m até o vértice M6 de coordenadas N= 7429415,121 m e E= 522879,079 m; daí segue com o azimute e distância: 187,72407º e 300,689 m até o vértice M7 de coordenadas N= 7429117,160 m e E= 522838,665 m; deste, com o azimute e distância 277,02279º e 146,334 m até o vértice M8 de coordenadas N= 7429135,052 m e E= 522693,429 m; deste, segue o azimute e distância: 11,53645º e 271,520 m até o vértice M9 de coordenadas N= 7429401,087 m e E= 522747,731 m; segue no azimute e distância: 277,74637º e 125,207 m até o vértice M10 de coordenadas N= 7429417,963 m e E= 522623,666 m; deste marco segue no azimute e distância: 191,19013º e 74,898 m até o vértice M11 de coordenada N= 7429344,489 m e E= 522609,131 m; segue com o azimute e distância: 225,23990º e 521,417 m até o vértice M12 de coordenadas N= 7428977,339 m e E= 522238,893 m; deste marco segue com o azimute e distância: 318,22865º e 190,858 m até o vértice M13 de coordenadas N= 7429119,682 m e E= 522111,751 m; deste, segue o azimute e distância: 47,48878º e 612,418 m até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Núcleos da Zona de Preservação
MEMORIAL DESCRITIVO
Núcleo: Chapéu do Sol
Comarca: Paraty
Município: Paraty
UF: RJ
Área 1: 2,2539 ha.
Perímetro 1 (m): 730,155 m
Área 2: 123,6157 ha.
Perímetro 2 (m): 5.093,451 m
Descrição da Área 1

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, de coordenadas N= 7457518,292 m e E= 545013,854 m; deste ponto, segue com os seguintes azimutes e distâncias: 46,20605º e 177,774 m até o vértice M2 de coordenadas N= 7457641,324 m e E= 545142,177 m; deste, segue com o azimute e distância: 128,65974º e 50,825 m até o vértice M3 de coordenadas N=7457609,574 m e E=545181,865 m; segue a 195,90311º e 246,227 m até o vértice M4, de coordenadas N=7457372,771 m e E=545114,396 m; deste marco segue 292,91514º e 65,235 m até o vértice M5, de coordenadas N=7457398,172 m e E= 545054,309 m; deste, 23,60711º e 77,304 m até o vértice M6 de coordenadas N= 7457469,006 m e 545085,266 m; daí segue confrontando com a estrada não pavimentada com o azimute e distância: 267,45520º e 23,635 m até o vértice M7 de coordenadas N= 7457467,957 m e E= 545061,655 m; deste, continua confrontando com a estrada não pavimentada com o azimute e distância 250,82099º e 25,555 m até o vértice M8 de coordenadas N= 7457459,562 m e E= 545037,518 m; deste, segue o azimute e distância: 338,05377º e 63,319 m até o ponto inicial da descrição deste perímetro.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Descrição da Área 2

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, de coordenadas N= 7454907,598 m e E= 546193,853 m, deste ponto, segue com o azimute e distância: 128,82982º e 152,807 m até o vértice M2 de coordenadas N= 7454811,787 m e E= 546312,892 m; deste, segue pela margem do Rio Mambucaba até o vértice M3 de coordenadas N= 7454428,542 m e E= 546588,712 m; daí, segue para 245,12585º e 352,027 m até o vértice M4, de coordenadas N= 7454280,470 m e E= 546269,341 m; deste marco segue 158,79718º e 361,245 m até o vértice M5, localizado no cruzamento da estrada vicinal, que dá acesso a Rodovia Rio Santos, de coordenadas N= 7453943,679 m e E= 546399,993 m; deste, segue por esta estrada no sentido oeste até o vértice M6 de coordenadas N= 7454405,315 m e E= 545200,900 m; daí segue com o azimute e distância: 19,09349º e 79,882 m até o vértice M7 de coordenadas N= 7454480,803 m e E= 545227,031 m; deste, com o azimute e distância 72,34988º e 67,030 m até o vértice M8 de coordenadas N= 7454501,126 m e E= 545290,905 m; deste, segue o azimute e distância: 31,42957º e 61,247 m até o vértice M9 de coordenadas N= 7454553,387 m e E= 545322,842 m; segue no azimute e distância: 115,90651º e 112,971 m até o vértice M10 de coordenadas N= 7454504,030 m e E= 545424,460 m; deste marco segue no azimute e distância: 67,06790º e 81,966 m até o vértice M11 de coordenada N= 7454535,967 m e E= 545499,947 m; segue com o azimute e distância: 101,82149º e 127,550 m até o vértice M12 de coordenadas N= 7454509,836 m e E= 545624,792 m; deste, segue o azimute e distância: 55,04724º e 694,294 m até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Polígono 1

Polígono 2

MEMORIAL DESCRITIVO

Núcleo: Prainha de Mambucaba

Comarca: Paraty

Município: Paraty

UF: RJ

Área: 33,7895 ha.

Perímetro: 3.105,351 m

Descrição da Área

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, de coordenadas N= 7451488,432 m e E= 543475,700 m, localizado às margens da Rodovia Rio Santos; deste ponto, segue a leste pela Rodovia até o vértice M2 de coordenadas N= 7451823,389 m e E= 544227,498 m; deste, segue com o azimute e distância: 185,60228º e 87,090 m até o vértice M3 de coordenadas N= 7451736,715 m e E= 544218,996 m; daí, segue para 149,98163º e 80,647 m até o vértice M4, de coordenadas N= 7451666,886 m e E= 544259,342 m; deste marco segue 135,51616º e 121,801 m até o vértice M5, de coordenadas N= 7451579,987 m e E= 544344,689 m; deste, no azimute e distância: 207,22549º e 240,824 m até o vértice M6 de coordenadas N= 7451365,843 m e E= 544234,514 m; daí segue com o azimute e distância: 216,51106º e 148,662 m até o vértice M7 de coordenadas N= 7451246,357 m e E= 544146,063 m; deste, com o azimute e distância 235,10930º e 143,779 m até o vértice M8 de coordenadas N= 7451164,113 m e E= 544028,129 m; deste, segue o azimute e distância: 265,31410º e 189,950 m até o vértice M9 de coordenadas N= 7451148,596 m e E= 543838,813 m; segue no azimute e distância: 317,72631º e 92,275 m até o vértice M10 de coordenadas N= 7451216,873 m e E= 543776,743 m; deste marco segue no azimute e distância: 248,15518º e 107,638 m até o vértice M11 de coordenada N= 7451176,822 m e E= 543676,834 m; segue com o azimute e distância: 270,00000º e 224,132 m até o vértice M12 de coordenadas N= 7451176,822 m e E= 543452,702 m; deste marco segue com o azimute e distância: 27,67208º e 122,074 m até o vértice M13 de coordenadas N= 7451284,933 m e E= 543509,394 m; deste, segue o azimute e distância: 73,62516º e 289,948 m até o vértice M14 de coordenadas N= 7451366,675 m e E= 543787,581 m; deste, segue o azimute e distância: 321,89242º e 85,454 m até o vértice M15 de coordenadas N= 7451433,915 m e E= 543734,844 m; deste, segue o azimute e distância: 275,93444º e 92,047 m até o vértice M16 de coordenadas N= 7451443,431 m e E= 543643,291 m; deste, segue com o azimute e distância: 330,39555º e 78,529 m até o vértice M17 de coordenadas N= 7451511,709 m e E= 543604,497 m; deste, segue o azimute e distância: 243,43495º e 58,988 m até o vértice M18 de coordenadas N= 7451485,329 m e E= 543551,736 m; segue para o azimute e distância: 227,38594º e 52,714 m até o vértice M19 de coordenadas N= 7451449,638 m e E= 543512,942 m; deste, segue no azimute e distância: 315,00000º e 52,669 m até o vértice M1, localizado às margens da Rodovia Rio Santos, ponto inicial da descrição deste perímetro.

MEMORIAL DESCRITIVO

Núcleo: Tarituba

Comarca: Paraty

Município: Paraty

UF: RJ

Área 1: 9,2875 há

Perímetro 1 (m): 1.618,625 m

Área 2: 1,7902 há

Perímetro 2 (m): 563,892 m

Área 1

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, de coordenadas N= 7451829,152 m e E= 541413,337 m; deste ponto, segue a Rodovia Rio Santos, com o azimute e distância: 105,20551º e 68,781 m até o vértice M2 de coordenadas N= 7451811,112 m e E= 541479,710 m; deste, continua pela Rodovia Rio Santos, com o azimute e distância: 129,01940º e 89,383 m até o vértice M3 de coordenadas N= 7451754,838 m e E= 541549,154 m; segue a 208,06966º e 53,910 m até o vértice M4, de coordenadas N= 7451707,269 m e E= 541523,787 m; deste marco segue 178,58906º e 60,145 m até o vértice M5, de coordenadas N= 7451647,143 m e E= 541525,268 m; deste, 124,21011º e 62,860 m até o vértice M6 de coordenadas N= 7451611,801 m e E= 541577,253 m; daí segue com o azimute e distância: 152,38530º e 181,917m até o vértice M7 de coordenadas N= 7451450,607 m e E= 541661,575 m; deste, com o azimute e distância 143,37952º e 45,898 m até o vértice M8 de coordenadas N= 7451413,769 m e E= 541688,954 m; deste, segue o azimute e distância: 172,16498º e 121,930 m até o canto da praia no vértice M9 de coordenadas N= 7451292,977 m e E= 541705,576 m; daí, segue confrontando com o limite da praia no azimute e distância: 296,38515º e 104,850 m até o vértice M10 de coordenadas N= 7451339,573 m e E= 541611,648 m; deste marco continua confrontando com o limite da praia no azimute e distância: 322,83854º e 79,615 m até a foz do rio que deságua na praia de Tarituba no vértice M11 de coordenada N= 7451403,020 m e E= 541563,556 m; daí segue no limite da praia com o azimute e distância: 261,04753º e 61,214 m até o vértice M12 de coordenadas N= 7451393,495 m e E= 541503,088 m; deste ponto continua confrontando com o limite da praia com o azimute e distância: 308,08877º e 58,411 m até o vértice M13 de coordenadas N= 7451429,527 m e E= 541457,115 m; deste, ainda no limite da praia, segue o azimute e distância: 278,76569º e 184,806 m até o vértice M14 de coordenadas N= 7451457,690 m e E= 541274,468 m; deste, segue o azimute e distância: 52,22768º e 157,046 m até o vértice M15 de coordenadas N= 7451553,885 m e E= 541398,605 m; deste, segue o azimute e distância: 336,44535º e 79,834 m até o vértice M16 de coordenadas N= 7451627,067 m e E= 541366,701 m; deste, segue com o azimute e distância: 12,99462º e 207,397 m até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Área 2

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, de coordenadas N= 7452010,318 m e E= 541256,763 m; deste ponto, segue com o azimute e distância: 65,77240º e 14,507 m até o vértice M2 de coordenadas N= 7452016,271 m e E= 541269,992 m; deste, segue com o azimute e distância: 112,17626º e 131,431 m até o vértice M3 de coordenadas N= 7451966,661m e E= 541391,701 m; daí, segue a 145,24404º e 78,900 m de azimute e distância até o vértice M4, de coordenadas N= 7451901,838 m e E= 541436,680 m; deste ponto segue 199,27627º e 49,671 m até o vértice M5, de coordenadas N= 7451854,952 m e E= 541420,283 m; deste, segue confrontando com a Rodovia Rio Santos no azimute e distância: 270,88544º e 69,472 m até o vértice M6 de coordenadas N= 7451856,026 m e E= 541350,819 m; daí segue com o azimute e distância: 320,079607º e 24,120 m até o vértice M7 de coordenadas N= 7451874,524 m e E= 541335,341 m; deste, com o azimute e distância 275,44033º e 23,891 m até o vértice M8 de coordenadas N= 7451876,789 m e E= 541311,557 m; deste, segue o azimute e distância: 313,22894º e 75,202 m até o vértice M9 de coordenadas N= 7451928,297 m e E= 541256,763 m; daí, segue no azimute e distância: 8,77416º e 28,055 m até o vértice M10 de coordenadas N= 7451956,023 m e E= 541261,043 m; deste marco segue no azimute e distância: 46,54662º e 25,085 m até o vértice M11 de coordenada N= 7451973,276 m e E= 541279,253 m; daí segue no azimute e distância: 328,73634º e 43,334 m até o vértice inicial M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Área 2

MEMORIAL DESCRITIVO

Núcleo: São Gonçalo

Comarca: Paraty

Município: Paraty

UF: RJ

Área 1: 2,9129 ha.

Perímetro 1: 984,380 m

Área 2: 21,9046ha.

Perímetro 2: 4.309,957m

Área 3: 4,2031ha.

Perímetro 3: 865,574m

Descrição da Área 1

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, às margens da estrada secundária, de coordenadas N= 7453640,202 m e E= 539660,381 m; deste ponto, segue margeando a estrada com o azimute e distância: 13,35573º e 84,252 m até o vértice M2 de coordenadas N= 7453722,175 m e E= 539679,843 m; deste, segue, ainda pela estrada, com o azimute e distância: 30,99481º e 44,850 m até o vértice M3 de coordenadas N= 7453760,621 m e E= 539702,939 m; daí, continuando pela estrada, segue para 75,89150º e 53,937 m até o vértice M4, de coordenadas N= 7453773,769 m e E= 539755,250 m; deste marco, ainda na estrada, segue 62,14303º e 67,081 m até o vértice M5, de coordenadas N= 7453805,114 m e E= 539814,557 m; deste, continua pela estrada, seguindo no azimute e distância: 51,47980º e 56,027 m até o vértice M6 de coordenadas N= 7453840,007 m e E= 539858,392 m; daí segue, ainda às margens da estrada, com o azimute e distância: 35,06351º e 52,496 m até o vértice M7 de coordenadas N= 7453882,975 m e E= 539888,550 m; deste, com o azimute e distância 122,71168 º e 141,394 m até o vértice M8 de coordenadas N= 7453806,565 m e E= 540007,519 m; deste, segue o azimute e distância: 214,00749º e 96,843 m até o vértice M9 de coordenadas N= 7453726,285 m e E= 539953,354 m; segue no azimute e distância: 306,02737 º e 92,090 m até o vértice M10 de coordenadas N= 7453780,450 m e E= 539878,878 m; deste marco segue no azimute e distância: 224,19998º e 107,119 m até o vértice M11 de coordenada N= 7453703,654 m e E= 539804,198 m; segue com o azimute e distância: 245,55609º e 31,970 m até o vértice M12 de coordenadas N= 7453690,425 m e E= 539775,093 m; deste marco segue com o azimute e distância: 286,76672º e 35,456 m até o vértice M13 de coordenadas N= 7453700,653 m e E= 539741,145 m; deste, segue o azimute e distância: 239,31483º e 51,174 m até o vértice M14 de coordenadas N= 7453674,538 m e E= 539697,136 m; deste, segue o azimute e distância: 188,74616º e 38,166 m até o vértice M15 de coordenadas N= 7453636,817 m e E= 539691,333 m; deste, com o azimute e distância 276,24191º e 31,136 m até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Descrição da Área 2

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, de coordenadas N= 7452502,444 m e E= 539047,488 m; deste ponto, segue com o azimute e distância: 26,56508º e 156,781 m até o vértice M2 de coordenadas N= 7452642,673 m e E= 539117,603 m; deste, segue com o azimute e distância: 10,75934º e 112,583 m até o vértice M3 de coordenadas N= 7452753,276 m e E= 539138,620 m; daí, segue para 341,96571º e 90,045 m até o vértice M4, de coordenadas N= 7452838,898 m e E= 539110,743 m; deste marco segue 52,00231º e 91,191 m até o vértice M5, de coordenadas N= 7452895,037 m e E= 539182,605 m; deste, segue no azimute e distância: 318,28924º e 95,827 m até o vértice M6 de coordenadas N= 7452966,574 m e E= 539118,844 m; daí segue com o azimute e distância: 45,62960º e 100,074 m até o vértice M7 de coordenadas N= 7453036,554 m e E= 539190,380 m; deste, com o azimute e distância 136,46880º e 85,800 m até o vértice M8 de coordenadas N= 7452974,349 m e E= 539249,475 m; deste, segue o azimute e distância: 39,48911º e 83,643 m até o vértice M9 de coordenadas N= 7453038,901 m e E= 539302,667 m; segue no azimute e distância: 12,43905º e 77,736 m até o vértice M10 de coordenadas N= 7453114,812 m e E= 539319,411 m; deste marco segue no azimute e distância: 28,70852º e 332,474 m até o vértice M11 de coordenada N= 7453406,417 m e E= 539479,116 m; segue com o azimute e distância: 68,98687º e 699,686 m até o vértice M12 de coordenadas N= 7453657,311 m e E= 540132,272 m; deste marco segue, margeando a estrada secundária, com o azimute e distância: 156,32946º e 165,270 m até o vértice M13 de coordenadas N= 7453505,945 m e E= 540198,624 m; deste, segue o azimute e distância: 255,22301º e 684,123 m até o vértice M14 de coordenadas N= 7453331,454 m e E= 539537,128 m; deste, segue o azimute e distância: 214,44791º e 271,176 m até o vértice M15 de coordenadas N= 7453107,831 m e E= 539383,735 m; deste, segue o azimute e distância: 89,50364º e 209,432 m até o vértice M16 de coordenadas N= 7453109,646 m e E= 539593,159 m; deste, segue com o azimute e distância: 181,18119º e 150,880 m até o vértice M17 de coordenadas N= 7452958,798 m e E= 539590,049 m; deste, segue o azimute e distância: 256,33575º e 310,580 m até o vértice M18 de coordenadas N= 7452885,429 m e E= 539288,259 m; segue para o azimute e distância: 206,56504º e 233,693 m até o vértice M19 de coordenadas N= 7452676,408 m e E= 539183,749 m; deste, segue no azimute e distância: 109,17888º e 32,215 m até o vértice M20 de coordenadas N= 7452665,824 m e E= 539214,176 m; deste segue no azimute e distância: 204,21187º e 144,254 m até o vértice M21de coordenadas N= 7452534,260 m e E= 539155,015 m; deste, segue no azimute e distância: 266,38612º e 47,500 m até o vértice M22 de coordenadas N= 7452531,266 m e E= 539107,610 m; daí, segue no azimute e distância: 204,99570º e 81,485 m até o vértice M23 de coordenadas N= 7452457,412 m e E= 539073,178 m; daí, segue o azimute e distância: 330,29523º e 51,844 m até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Descrição da Área 3

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, localizado às margens do Rio São Gonçalo, de coordenadas N= 7451906,645 m e E= 539142,083 m; deste ponto, segue com o azimute e distância: 92,40597º e 145,008 m até o vértice M2 de coordenadas N= 7451900,557 m e E= 539286,964 m; deste, segue com o azimute e distância: 182,33731º e 298,532 m até o vértice M3, localizado às margens do rio supracitado, de coordenadas N= 7451602,274 m e E= 539274,789 m; daí, segue pela margem esquerda do rio, até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

MEMORIAL DESCRITIVO

Núcleo: Taquarí

Comarca: Paraty

Município: Paraty

UF: RJ

Área 1: 24,2931 ha.

Perímetro 1: 2.976,645 m

Área 2: 57,7408 ha.

Perímetro 2: 6.883,570 m

Área 3: 19,9368 a.

Perímetro 3: 4.534,126 m

Área 4: 3,0945 ha.

Perímetro 4: 803,998 m

Descrição da Área 1

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, localizado às margens da Rodovia Rio Santos, de coordenadas N= 7450277,133 m e E= 532940,771 m; deste ponto, segue margeando a Rodovia com o azimute e distância: 207,52075º e 868,310 m até o vértice M2 de coordenadas N= 7449507,078 m e E= 532539,551 m; deste, segue pela Rodovia, com o azimute e distância: 218,66362º e 247,068 m até o vértice M3 de coordenadas N= 7449314,161 m e E= 532385,196 m; daí, ainda pela Rodovia, segue para 236,93888º e 204,722 m até o vértice M4, de coordenadas N= 7449202,478 m e E= 532213,621 m; deste marco segue 357,52245º e 538,702 m até o vértice M5, de coordenadas N= 7449740,677 m e E= 532190,334 m; deste, segue no azimute e distância: 72,75579º e 336,369 m até o vértice M6 de coordenadas N= 7449840,392 m e E= 532511,583 m; daí segue com o azimute e distância: 32,00538º e 213,166 m até o vértice M7 de coordenadas N= 7450021,156 m e E= 532624,561 m; deste, com o azimute e distância 132,34315º e 91,141 m até o vértice M8 de coordenadas N= 7449959,766 m e E= 532691,925 m; deste, com o azimute e distância 27,23627º e 399,901 m até o vértice M9 de coordenadas N= 7450315,329 m e E= 532874,944 m; deste, segue o azimute e distância: 120,12432º e 76,105 m até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Descrição da Área 2

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, de coordenadas N= 7451353,953 m e E= 532162,020 m; deste ponto, segue com o azimute e distância: 41,46044º e 152,259 m até o vértice M2 de coordenadas N= 7451468,058 m e E= 532262,831 m; deste,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

segue com o azimute e distância: 127,63892º e 165,079 m até o vértice M3 de coordenadas N= 7451367,247 m e E= 532393,554 m; daí, segue para 215,71645º e 165,098 m até o vértice M4, de coordenadas N= 7451233,201 m e E= 532297,174 m; deste marco segue 144,76003º e 272,633 m até o vértice M5, de coordenadas N= 7451010,530 m e E= 532454,483 m; deste, segue no azimute e distância: 117,55281º e 431,089 m até o vértice M6 de coordenadas N= 7450811,123 m e E= 532836,680 m; daí segue com o azimute e distância: 136,94974º e 368,385 m até o vértice M7, localizado às margens da Rodovia Rio Santos, de coordenadas N= 7450541,924 m e E= 533088,154 m; deste, segue pela Rodovia com o azimute e distância 212,47119º e 57,777 m até o vértice M8 de coordenadas N= 7450493,180 m e E= 533057,135 m; deste, segue o azimute e distância: 308,32780º e 418,004 m até o vértice M9 de coordenadas N= 7450752,409 m e E= 532729,222 m; segue no azimute e distância: 220,13777º e 415,886 m até o vértice M10 de coordenadas N= 7450434,465 m e E= 532461,130 m; deste marco segue no azimute e distância: 271,33488º e 109,851 m até o vértice M11 de coordenada N= 7450437,024 m e E= 532351,309 m; segue com o azimute e distância: 218,18358º e 161,408 m até o vértice M12 de coordenadas N= 7450310,152 m e E= 532251,530 m; deste marco segue com o azimute e distância: 128,53018º e 45,614 m até o vértice M13 de coordenadas N= 7450281,738 m e E= 532287,212 m; deste, segue o azimute e distância: 247,83365º e 77,061 m até o vértice M14 de coordenadas N= 7450252,663 m e E= 532215,847 m; deste, segue o azimute e distância: 303,91743º e 46,185 m até o vértice M15 de coordenadas N= 7450278,434 m e E= 532177,521 m; deste, segue o azimute e distância: 38,95553º e 204,636 m até o vértice M16 de coordenadas N= 7450437,566 m e E= 532306,179 m; deste, segue com o azimute e distância: 2,97715º e 61,235 m até o vértice M17 de coordenadas N= 7450498,719 m e E= 532309,360 m; deste, segue o azimute e distância: 42,60499º e 206,200 m até o vértice M18 de coordenadas N= 7450650,490 m e E= 532448,944 m; segue para o azimute e distância: 302,47119º e 144,442 m até o vértice M19 de coordenadas N= 7450728,037 m e E= 532327,085 m; deste, segue no azimute e distância: 333,03228º e 81,682 m até o vértice M20 de coordenadas N= 7450800,837 m e E= 532290,043 m; deste segue no azimute e distância: 293,28606º e 319,668 m até o vértice M21de coordenadas N= 7450927,208 m e E= 531996,414 m; deste, segue no azimute e distância: 24,96071º e 100,187 m até o vértice M22 de coordenadas N= 7451018,038 m e E= 532038,693 m; daí, segue no azimute e distância: 111,38233º e 75,509 m até o vértice M23 de coordenadas N= 7450990,508 m e E= 532109,005 m; segue no azimute e distância: 28,07249º e 91,840 m até o vértice M24 de coordenadas N= 7451071,543 m e E= 532152,223 m; segue no azimute e distância: 316,49872º e 556,962 m até o vértice M25 de coordenadas N= 7451475,540 m e E= 531768,827 m; deste ponto segue no azimute e distância: 49,46085º e 108,522 m até o vértice M26 de coordenadas N= 7451546,076 m e E= 531851,299 m; deste segue no azimute e distância: 321,00901º e 29,319 m até o vértice M27de coordenadas N= 7451568,864 m e E= 531832,852 m; deste, segue no azimute e distância: 282,65635º e 83,665 m até o vértice M28 de coordenadas N= 7451587,196 m e E= 531751,219 m; daí, segue no azimute e distância: 230,82634º e 144,502 m até o vértice M29 de coordenadas N= 7451495,918 m e E= 531639,196 m; segue no azimute e distância: 309,85724º e 196,376 m até o vértice M30 de coordenadas N= 7451621,771 m e E= 531488,450 m; segue no azimute e distância: 257,79953º e 52,353 m até o vértice M31 de coordenadas N= 7451610,707 m e E= 531437,279 m; deste ponto segue no azimute e distância: 300,23875º e 253,062 m até o vértice M32 de coordenadas N= 7451738,150 m e E= 531218,650 m; deste segue no azimute e distância: 47,14552º e 266,449 m até o vértice M33 de coordenadas N= 7451919,371 m e E= 531413,979 m; deste, segue no azimute e distância: 117,34932º e 201,593 m até o vértice M34 de coordenadas N= 7451826,757 m e E= 531593,039 m; daí, segue no azimute e distância: 35,77089º e 68,674 m até o vértice M35 de coordenadas N= 7451882,476 m e E= 531633,182 m; segue no azimute e distância: 134,98293º e 747,667 m até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Descrição da Área 3

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, às margens da Rodovia Rio Santos, de coordenadas N= 7451180,634 m e E= 534873,243 m; deste ponto, segue com o azimute e distância: 153,66691º e 108,166 m até o vértice M2 de coordenadas N= 7451083,692 m e E= 534921,224 m; deste, segue com o azimute e distância: 250,16787º e 63,498 m até o vértice M3 de coordenadas N= 7451062,149 m e E= 534861,492 m; daí, segue para 336,27960º e 70,592 m até o vértice M4, de coordenadas N= 7451126,777 m e E= 534833,095 m; deste marco segue 265,97665º e 320,994 m até o vértice M5, de coordenadas N= 7451104,256 m e E= 534512,893 m; deste, segue no azimute e distância: 212,73523º e 114,081 m até o vértice M6 de coordenadas N= 7451008,293 m e E= 534451,202 m; daí segue com o azimute e distância: 295,15930º e 142,804 m até o vértice M7 de coordenadas N= 7451069,004 m e E= 534321,946 m; deste, segue com o azimute e distância 223,72697º e 62,332 m até o vértice M8 de coordenadas N= 7451023,960 m e E= 534278,861 m; deste, segue o azimute e distância: 320,15987º e 207,872 m até o vértice M9, às margens da Rodovia Rio Santos, de coordenadas N= 7451183,572 m e E= 534145,688 m; deste ponto segue pela Rodovia no azimute e distância: 270,55731º e 200,983 m até o vértice M10 de coordenadas N= 7451185,527 m e E= 533944,715 m; deste marco, ainda na Rodovia, segue no azimute e distância: 257,02358º e 187,009 m até o vértice M11 de coordenada N= 7451143,534 m e E= 533762,482 m; ainda pela Rodovia, segue com o azimute e distância: 239,29450º e 211,026 m até o vértice M12 de coordenadas N= 7451035,778 m e E= 533581,040 m; deste marco segue pela Rodovia, com o azimute e distância: 226,16078º e 254,397 m até o vértice M13 de coordenadas N= 7450859,573 m e E= 533397,547 m; deste, segue o azimute e distância: 314,18372º e 270,032 m até o vértice M14 de coordenadas N= 7451047,775 m e E= 533203,905 m; deste, segue o azimute e distância: 48,78506º e 12,665 m até o vértice M15 de coordenadas N= 7451056,120 m e E= 533213,433 m; deste, segue o azimute e distância: 313,33166º e 43,135 m até o vértice M16 de coordenadas N= 7451085,720 m e E= 533182,056 m; deste, segue com o azimute e distância: 53,48288º e 21,260 m até o vértice M17 de coordenadas N= 7451098,372 m e E= 533199,142 m; deste, segue o azimute e distância: 134,32596º e 47,625 m até o vértice M18 de coordenadas N= 7451065,094 m e E= 533233,212 m; segue para o azimute e distância: 83,75044º e 276,579 m até o vértice M19 de coordenadas N= 7451095,202 m e E= 533508,147 m; deste, segue no azimute e distância: 155,55605º e 19,147 m até o vértice M20 de coordenadas N= 7451077,771 m e E= 533516,070 m; deste segue no azimute e distância: 68,33885º e 120,206 m até o vértice M21de coordenadas N= 7451122,141 m e E= 533627,787 m; deste, segue no azimute e distância: 343,36051º e 16,361 m até o vértice M22 de coordenadas N= 7451137,817 m e E= 533623,102 m; daí, segue no azimute e distância: 67,43101º e 205,154 m até o vértice M23 de coordenadas N= 7451216,554 m e E= 533812,545 m; segue no azimute e distância: 337,00398º e 65,277 m até o vértice M24 de coordenadas N= 7451276,643 m e E= 533787,044 m; segue no azimute e distância: 69,16557º e 310,427 m até o vértice M25 de coordenadas N= 7451387,053 m e E= 534077,173 m; deste ponto segue no azimute e distância: 151,50436º e 47,153 m até o vértice M26 de coordenadas N= 7451345,612 m e E= 534099,669 m; deste segue no azimute e distância: 221,51068º e 68,780 m até o vértice M27 de coordenadas N= 7451294,107 m e E= 534054,084 m; deste, segue no azimute e distância: 151,71582º e 42,256 m até o vértice M28 de coordenadas N= 7451256,896 m e E= 534074,107 m; daí, segue no azimute e distância: 88,28370º e 155,281 m até o vértice M29 de coordenadas N= 7451261,547 m e E= 534229,319 m; segue no azimute e distância: 359,24793º e 75,581 m até o vértice M30 de coordenadas N= 7451337,121 m e E= 534228,327 m; segue no azimute e distância: 90,00000º e 56,859 m até o vértice M31 de coordenadas N= 7451337,121 m e E= 534285,185 m; deste ponto segue no azimute e distância: 178,41904º e 150,891 m até o vértice M32, às margens da Rodovia Rio Santos, de coordenadas N= 7451186,288 m e E= 534289,348 m; deste, segue margeando a Rodovia no azimute e distância: 90,55476º e 583,922 m até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Descrição da Área 4

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, de coordenadas N= 7451838,435 m e E= 534940,708 m; deste ponto, segue com o azimute e distância: 107,66937º e 124,381 m até o vértice M2 de coordenadas N= 7451800,683 m e E= 535059,221 m; deste, segue com o azimute e distância: 136,39811º e 106,937 m até o vértice M3 de coordenadas N= 7451723,244 m e E= 535132,970 m; daí, segue para 227,95111º e 142,850 m até o vértice M4, de coordenadas N= 7451627,569 m e E= 535026,893 m; deste marco segue 307,70177º e 69,919 m até o vértice M5, de coordenadas N= 7451670,327 m e E= 534971,573 m; deste, segue no azimute e distância: 261,86985º e 37,418 m até o vértice M6 de coordenadas N= 7451665,036 m e E= 534934,532 m; daí segue com o azimute e distância: 195,29064º e 65,635 m até o vértice M7 de coordenadas N= 7451601,725 m e E= 534917,223 m; deste, segue com o azimute e distância 313,64498º e 41,895 m até o vértice M8 de coordenadas N= 7451630,640 m e E= 534886,907 m; deste, segue no azimute e distância: 14,51602º e 214,647 m até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

MEMORIAL DESCRITIVO
Núcleo: São Roque
Comarca: Paraty
Município: Paraty
UF: RJ
Área 1: 52,0047 ha.
Perímetro 1: 6.415,113 m
Área 2: 13,9371 ha.
Perímetro 2: 1.495,362 m
Descrição da Área 1

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, de coordenadas N= 7448312,236 m e E= 531025,084 m, às margens da Rodovia Rio Santos; deste ponto, segue com o azimute e distância: 291,20282º e 241,276 m até o vértice M2 de coordenadas N= 7448399,498 m e E= 530800,141 m; deste, segue com o azimute e distância: 171,47973º e 261,767 m até o vértice M3 de coordenadas N= 7448140,620 m e E= 530838,924 m; daí, segue para 252,55281º e 35,572 m até o vértice M4, de coordenadas N= 7448129,954 m e E= 530804,989 m; deste marco segue 326,62496º e 391,275 m até o vértice M5, de coordenadas N= 7448456,704 m e E= 530589,741 m; deste, no azimute e distância: 205,72253º e 147,443 m até o vértice M6 de coordenadas N= 7448323,871 m e E= 530525,749 m; daí segue com o azimute e distância: 247,53785º e 72,721 m até o vértice M7 de coordenadas N= 7448296,086 m e E= 530458,545 m; deste, com o azimute e distância 344,07176º e 333,041 m até o vértice M8 de coordenadas N= 7448616,340 m e E= 530367,148 m; deste, segue o azimute e distância: 275,29300º e 500,760 m até o vértice M9 de coordenadas N= 7448662,535 m e E= 529868,523 m; segue no azimute e distância: 211,32866º e 71,241 m até o vértice M10 de coordenadas N= 7448601,681 m e E= 529831,482 m; deste marco segue no azimute e distância: 275,77433º e 473,361 m até o vértice M11 de coordenada N= 7448649,306 m e E= 529360,522 m; segue com o azimute e distância: 194,74358º e 51,982 m até o vértice M12 de coordenadas N= 7448599,035 m e E= 529347,293 m; deste marco segue com o azimute e distância: 277,76515º e 176,241 m até o vértice M13 de coordenadas N= 7448622,847 m e E= 529172,668 m; deste, segue o azimute e distância: 7,61233º e 74,036 m até o vértice M14 de coordenadas N= 7448696,230 m e E= 529182,475 m; deste, segue o azimute e distância: 300,80855º e 300,991 m até o vértice M15 de coordenadas N= 7448850,389 m e E= 528923,959 m; deste, segue o azimute e distância: 238,05359º e 117,968 m até o vértice M16 de coordenadas N= 7448787,970 m e E= 528823,858 m; deste, segue com o azimute e distância: 303,54611º e 131,516 m até o vértice M17 de coordenadas N= 7448860,646 m e E= 528714,248 m; deste, segue o azimute e distância: 24,14554º e 37,864 m até o vértice M18 de coordenadas N= 7448895,197 m e E= 528729,736 m; segue para o azimute e distância: 93,33195º e 348,483 m até às margens do rio Mambucaba no vértice M19 de coordenadas N= 7448874,943 m e E= 529077,630 m; deste, segue no azimute e distância: 115,14884º e 400,204 m até o vértice M20 de coordenadas N= 7448704,868 m e E= 529439,898 m; deste segue no azimute e distância: 93,23969º e 140,454 m até o vértice M21de coordenadas N= 7448696,931 m e E= 529580,127 m; deste, segue no azimute e distância: 359,76409º e 121,798 m até o vértice M22 de coordenadas N= 7448818,728 m e E= 529579,625 m; daí, segue no azimute e distância: 98,58621º e 284,145 m até o vértice M23 de coordenadas N= 7448776,306 m e E= 529860,586 m; segue no azimute e distância: 51,48185º e 114,070 m até o vértice M24 de coordenadas N= 7448847,344 m e E= 529949,835 m; segue no azimute e distância: 96,97523º e 1180,876 m até o vértice M25 de coordenadas N= 7448703,938 m e E= 531121,972 m; deste ponto segue a Rodovia Rio Santos no azimute e distância: 193,89330º e 403,507 m até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Descrição da Área 2

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, localizado às margens do Rio São Roque, de coordenadas N= 7448044,556 m e E= 530630,746 m; deste ponto, segue por sua margem direita, até o vértice M2, localizado às margens da Rodovia Rio Santos, de coordenadas N= 7447906,474 m e E= 530966,160 m; deste, segue pela Rodovia até o vértice M3 de coordenadas N= 7447583,734 m e E= 530923,044 m; daí, segue para 269,51445º e 234,988 m até o vértice M4, de coordenadas N= 7447581,743 m e E= 530688,065 m; deste, segue no azimute e distância: 352,93992º e 466,349 m até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

MEMORIAL DESCRITIVO
Núcleo: Barra Grande
Comarca: Paraty
Município: Paraty
UF: RJ
Área: 93,7882 ha.
Perímetro: 6.985,203 m
Descrição da Área

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, de coordenadas N= 7446661,000 m e E= 528113,141 m; deste ponto, segue e corta longitudinalmente o rio Barra Grande com o azimute e distância: 98,12047º e 293,815 m até o vértice M2, localizado às margens do mesmo rio de coordenadas N= 7446619,497 m e E= 528404,010 m; deste, segue, margeando o rio com o azimute e distância: 112,24902º e 150,617 m até o vértice M3 de coordenadas N= 7446562,468 m e E= 528543,414 m; daí, segue a margem direita do rio com azimute e distância: 131,52221º e 135,414 m até o vértice M4, de coordenadas N= 7446472,701 m e E= 528644,798 m; deste marco, continua a margem direita do rio supracitado e segue o azimute e distância: 97,07892º e 162,822 m até o vértice M5, de coordenadas N= 7446452,635m e E= 528806,379 m; deste, segue ainda pela margem direita do rio no azimute e distância: 144,44141º e 190,120 m até o vértice M6 de coordenadas N= 7446297,968 m e E= 528916,941 m; daí segue com o azimute e distância: 203,60425º e 97,975 m até o vértice M7 de coordenadas N= 7446208,190 m e E= 528877,710 m; deste, com o azimute e distância 110,81161º e 66,499 m até o vértice M8 de coordenadas N= 7446184,563 m e E= 528939,870 m; deste, segue o azimute e distância: 184,792º e 179,163 m até o vértice M9 de coordenadas N= 7446006,027 m e E= 528924,903 m; segue no azimute e distância: 127,83276º e 854,004 m até o vértice M10 de coordenadas N= 7445482,216 m e E= 529599,400 m; deste marco segue no azimute e distância: 60,25512º e 134,985 m até o vértice M11 de coordenada N= 7445549,187 m e E= 529716,600 m; segue com o azimute e distância: 82,04860º e 164,541 m até o vértice M12 de coordenadas N= 7445571,948 m e E= 529879,558 m; deste marco segue com o azimute e distância: 104,27024º e 169,967 m até o vértice M13 de coordenadas N= 7445530,052 m e E= 530044,280 m; deste, segue o azimute e distância: 82,23483º e 106,215 m até o vértice M14 de coordenadas N= 7445544,403 m e E= 530149,521 m; deste, segue o azimute e distância: 171,63411º e 82,197 m até o vértice M15, localizado às margens da Rodovia Rio Santos, de coordenadas N= 7445463,081 m e E= 530161,480 m; deste, segue pela Rodovia sentido sudoeste até o vértice M16, ainda na Rodovia, de coordenadas N= 7445039,727 m e E= 529891,203 m; deste, segue com o azimute e distância: 265,10091º e 168,042 m até o vértice M17 de coordenadas N= 7445025,376 m e E= 529723,775 m; deste, segue o azimute e distância: 309,97551º e 1152,184 m até o vértice M18 de coordenadas N= 7445928,252 m e E= 528651,880 m; segue para o azimute e distância: 253,24803º e 178,286 m até o vértice M19 de coordenadas N= 7445876,865 m e E= 528481,160 m; deste, segue no azimute e distância: 305,07375º e 183,308 m até o vértice M20 de coordenadas N= 7445982,199 m e E= 528331,139 m; deste segue no azimute e distância: 30,96376º e 186,121 m até o vértice M21 de coordenadas N= 7446141,796 m e E= 528426,897 m; deste, segue no azimute e distância: 306,72311º e 697,697 m até o vértice M22 de coordenadas N= 7446558,983 m e E= 527867,668 m; daí, segue no azimute e distância: 268,62410º e 264,577 m até o vértice M23 de coordenadas N= 7446552,630 m e E= 527603,168 m; segue no azimute e distância: 358,91908º e 67,583 m até o vértice M24 de coordenadas N= 7446620,202 m e E= 527601,893 m; segue no azimute e distância: 94,39409º e 178,566 até o vértice M25 de coordenadas N= 7446606,521 m e E= 527779,935 m; deste, segue no azimute e distância: 42,11704º e 65,944 m até o vértice M26 de coordenadas N= 7446655,436 m e E= 527824,160 m; daí, segue no azimute e distância: 88,89712º e 289,035 m até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MEMORIAL DESCRITIVO
Núcleo: Graúna
Comarca: Paraty
Município: Paraty
UF: RJ
Área 1: 31,6610 ha.
Perímetro 1: 4.636,676 m
Área 2: 1,9065 ha.
Perímetro 2: 634,361 m
Área 1

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, de coordenadas N= 7441234,766 m e E= 528550,447 m; deste ponto, segue com o azimute e distância: 14,49923º e 123,730 m até o vértice M2 de coordenadas N= 7441354,556 m e E= 528581,425 m; deste, segue com o azimute e distância: 86,30861º e 22,359 m até o vértice M3 de coordenadas N= 7441355,995 m e E= 528603,738 m; daí, segue para 167,75367º e 95,011 m até o vértice M4, de coordenadas N= 7441263,146 m e E= 528623,891 m; deste marco segue 104,32272º e 34,914 m até o vértice M5, de coordenadas N= 7441254,509 m e E= 528657,720 m; deste, segue no azimute e distância: 24,48394º e 163,229 m até o vértice M6 de coordenadas N= 7441403,060 m e E= 528725,368 m; daí segue com o azimute e distância: 123,76864º e 79,494 m até o vértice M7 de coordenadas N= 7441358,874 m e E= 528791,451 m; deste, com o azimute e distância 219,08304º e 58,457 m até o vértice M8 de coordenadas N= 7441313,498 m e E= 528754,598 m; deste, segue o azimute e distância: 112,94720º e 62,688 m até o vértice M9 de coordenadas N= 7441289,058 m e E= 528812,324 m; segue no azimute e distância: 181,26030º e 71,993 m até o vértice M10 de coordenadas N= 7441217,082 m e E= 528810,741 m; deste marco segue no azimute e distância: 270,21299º e 193,617 m até o vértice M11 de coordenada N= 7441217,801 m e E= 528617,126 m; segue com o azimute e distância: 183,65222º e 101,693 m até o vértice M12 de coordenadas N= 7441116,315 m e E= 528610,648 m; deste marco segue com o azimute e distância: 230,29428º e 294,584 m até o vértice M13 de coordenadas N= 7440928,122 m e E= 528384,014 m; deste, segue o azimute e distância: 314,50104º e 38,474 m até o vértice M14 de coordenadas N= 7440955,089 m e E= 528356,573 m; deste, segue o azimute e distância: 21,86526º e 109,651 m até o vértice M15 de coordenadas N= 7441056,852 m e E= 528397,409 m; deste, segue o azimute e distância: 249,10865º e 125,219 m até o vértice M16 de coordenadas N= 7441012,199 m e E= 528280,423 m; deste, segue com o azimute e distância: 210,86479º e 117,510 m até o vértice M17 de coordenadas N= 7440911,331 m e E= 528220,138 m; deste, segue o azimute e distância: 261,09023º e 145,014 m até o vértice M18 de coordenadas N= 7440888,871 m e E= 528076,874 m; segue para o azimute e distância: 271,30436º e 296,422 m até o vértice M19 de coordenadas N= 7440895,619 m e E= 527780,529 m; deste, segue no azimute e distância: 193,22780º e 74,827 m até o vértice M20 de coordenadas N= 7440822,777 m e E= 527763,407 m; deste segue no azimute e distância: 270,55625º e 59,785 m até o vértice M21de coordenadas N= 7440823,358 m e E= 527703,624 m; deste, segue no azimute e distância: 358,83442º e 93,407 m até o vértice M22 de coordenadas N= 7440916,746 m e E= 527701,724 m; daí, segue no azimute e distância: 314,60328º e 29,968 m até o vértice M23 de coordenadas N= 7440937,789 m e E= 527680,387 m; segue no azimute e distância: 242,66091º e 98,972 m até o vértice M24 de coordenadas N= 7440892,336 m e E= 527592,470 m; segue no azimute e distância: 188,83994º e 47,718 m até o vértice M25 de coordenadas N= 7440845,185 m e E= 527585,137 m; deste ponto segue no azimute e distância: 279,28550º e 261,827 m até o vértice M26 de coordenadas N= 7440887,432 m e E= 527326,741 m; deste segue no azimute e distância: 10,13364º e 151,298 m até o vértice M27de coordenadas N= 7441036,370 m e E= 527353,361 m; deste, segue no azimute e distância: 98,77076º e 217,811 m até o vértice M28 de coordenadas N= 7441003,157 m e E= 527568,625 m; daí, segue no azimute e distância: 30,97171º e 156,356 m até o vértice M29 de coordenadas N= 7441137,220 m e E= 527649,088 m; segue no azimute e distância: 120,69972º e 123,873 m até o vértice M30 de coordenadas N= 7441073,978 m e E= 527755,601 m; segue no azimute e distância: 35,04666º e 214,465 m até o vértice M31 de coordenadas N= 7441249,558 m e E= 527878,756 m; deste ponto segue no azimute e distância: 114,97569º e 139,047 m até o vértice M32 de coordenadas N= 7441190,847 m e E= 528004,800 m; deste segue no azimute e distância: 216,23675º e 65,476 m até o vértice M33 de coordenadas N= 7441138,036 m e E= 527966,096 m; deste, segue no azimute e distância: 116,56505º e 47,634 m até o vértice M34 de coordenadas N= 7441116,733 m e E= 528008,701 m; daí, segue no azimute e distância: 62,13288º e 123,535 m até o vértice M35 de coordenadas N= 7441174,476 m e E= 528117,910 m; segue no azimute e distância: 101,97654º e 176,484 m até o vértice M36 de coordenadas N= 7441137,854 m e E= 528290,552 m; segue no azimute e distância: 48,55472º e 57,577 m até o vértice M37 de coordenadas N= 7441175,964 m e E= 528333,711 m; daí, segue no azimute e distância: 326,50223º e 44,128 m até o vértice M38 de coordenadas N= 7441212,763 m e E= 528309,356 m; segue no azimute e distância: 19,92614º e 97,354 m até o vértice M39 de coordenadas N= 7441304,289 m e E= 528342,535 m; deste, segue o azimute e distância: 108,48915º e 219,228 m até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Área 2

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, de coordenadas N= 7440583,519 m e E= 527826,987 m; deste ponto, segue com o azimute e distância: 110,93879º e 104,600 m até o vértice M2 de coordenadas N= 7440546,138 m e E= 527924,679 m; deste, segue com o azimute e distância: 201,02164º e 110,027 m até o vértice M3 de coordenadas N= 7440443,434 m e E= 527885,210 m; daí, segue para 298,43179º e 193,174 m até o vértice M4, de coordenadas N= 7440535,406 m e E= 527715,336 m; deste marco segue 3,21429º e 26,942 m até o vértice M5, de coordenadas N= 7440562,305 m e E= 527716,847 m; deste, no azimute e distância: 274,50361º e 28,292 m até o vértice M6 de coordenadas N= 7440564,527 m e E= 527688,641 m; daí segue com o azimute e distância: 358,89829º e 31,554 m até o vértice M7 de coordenadas N= 7440596,075 m e E= 527688,035 m; deste, com o azimute e distância 95,16338º e 139,518 m até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

MEMORIAL DESCRITIVO
Núcleo: Praia Grande
Comarca: Paraty
Município: Paraty
UF: RJ
Área 1: 9,8294 ha.
Perímetro 1: 1,655,067 m
Descrição da Área

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, de coordenadas N= 7439791,516 m e E= 530974,498 m; deste ponto, segue com o azimute e distância: 119,70220º e 54,627 m até o vértice M2 de coordenadas N= 7439764,449 m e E= 531021,948 m localizada no canto da Praia Grande; deste, segue margeando o limite da praia com o azimute e distância: 229,08562º e 85,675 m até o vértice M3 de coordenadas N= 7439708,338 m e E= 530957,204 m; daí, continua margeando o limite da praia no azimute e distância: 197,90445º e 73,708 m até o vértice M4, de coordenadas N= 7439638,199 m e E= 530934,544 m; deste marco segue ainda no limite da praia no azimute e distância: 175,99583º e 108,170 m até o vértice M5, de coordenadas N= 7439530,294 m e E= 530942,098 m; deste, segue no azimute e distância: 149,82648º e 53,671 m, até o vértice M6, no canto da Praia Grande de coordenadas N= 7439483,894 m e E= 530969,074 m; daí segue com o azimute e distância: 72,78244º e 117,989 m até o vértice M7 de coordenadas N= 7439518,819 m e E= 531081,776 m; deste, com o azimute e distância 147,38075º e 78,621 m até o vértice M8 de coordenadas N= 7439452,599 m e E= 531124,157 m; deste, segue o azimute e distância: 235,12108º e 137,744 m até o vértice M9 de coordenadas N= 7439373,831 m e E= 531011,157 m; segue no azimute e distância: 297,69947º e 48,749 m até o vértice M10 de coordenadas N= 7439396,491 m e E= 530967,995 m; deste marco segue no azimute e distância: 238,55128º e 153,047 m até o vértice M11 de coordenada N= 7439316,641 m e E= 530837,429 m; segue com o azimute e distância: 310,85538º e 52,786 m até o vértice M12 de coordenadas N= 7439351,170 m e E= 530797,504 m, no canto da Rodovia Rio Santos; deste marco segue pela Rodovia, com o azimute e distância: 22,93210º e 60,926 m até o vértice M13 de coordenadas N= 7439407,281 m e E= 530821,243 m; deste, continua pela Rodovia no azimute e distância: 354,61069º e 57,444 m até o vértice M14 de coordenadas N= 7439464,471 m e E= 530815,848 m; deste, ainda pela Rodovia, segue o azimute e distância: 334,10309º e 165,532 m até o vértice M15 de coordenadas N= 7439613,381 m e E= 530743,551 m; deste, segue pela Rodovia, o azimute e distância: 3,84603º e 128,697 m até o vértice M16 de coordenadas N= 7439741,789 m e E= 530752,184 m; deste, ainda pela Rodovia, segue com o azimute e distância: 27,14968º e 94,588 m até o vértice M17 de coordenadas N= 7439825,955 m e E= 530795,346 m; deste, segue o azimute e distância: 100,88143º e 182,432 m até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

MEMORIAL DESCRITIVO
Núcleo: Cabral
Comarca: Paraty
Município: Paraty
UF: RJ
Área 1: 8,9748 ha.
Perímetro 1: 1.507,606 m
Área 2: 2,1038 ha.
Perímetro 2: 768,141 m
Descrição da Área 1

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, de coordenadas N= 7427035,694 m e E= 529947,611 m; deste ponto, com o azimute e distância: 42,10720º e 394,103 m até o vértice M2 de coordenadas N= 7427328,076 m e E= 530211,865 m; deste, segue com o azimute e distância: 116,13748º e 221,797 m até o vértice M3 de coordenadas N= 7427230,369 m e E= 530410,980 m; daí, segue para 210,00492º e 60,688 m até o vértice M4, de coordenadas N= 7427177,814 m e E= 530380,632 m; deste marco segue 299,18896º e 95,810 m até o vértice M5, de coordenadas N= 7427224,539 m e E= 530296,988 m; deste, no azimute e distância: 182,10551º e 125,920 m até o vértice M6 de coordenadas N= 7427098,704 m e E= 530292,362 m; daí segue com o azimute e distância: 259,08887º e 78,210 m até o vértice M7 de coordenadas N= 7427083,900 m e E= 530215,566 m; deste, com o azimute e distância 164,05460º e 175,135 m até o vértice M8 de coordenadas N= 7426915,503 m e E= 530263,679 m; deste, segue o azimute e distância: 269,64413º e 148,969 m até o vértice M9 de coordenadas N= 7426914,578 m e E= 530114,713 m; deste, segue no azimute e distância: 305,93483º e 206,379 m até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Descrição da Área 2

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, de coordenadas N= 7426445,100 m e E= 528614,505 m; deste ponto, com o azimute e distância: 120,87681 º e 62,630 m até o vértice M2 de coordenadas N= 7426412,958 m e E= 528668,258 m; deste, segue com o azimute e distância: 215,13419º e 182,957 m até o vértice M3 de coordenadas N= 7426263,335 m e E= 528562,968 m; daí, segue para 276,94597º e 109,977 m até o vértice M4, de coordenadas N= 7426276,635 m e E= 528453,798 m; deste marco segue 332,03288º e 70,900 m até o vértice M5, de coordenadas N= 7426339,255 m e E= 528420,548 m; deste, no azimute e distância: 60,94540º e 68,465 m até o vértice M6 de coordenadas N= 7426372,504 m e E= 528480,398 m; daí segue com o azimute e distância: 60,98964º e 69,703 m até o vértice M7 de coordenadas N= 7426406,308 m e E= 528541,355 m; deste, com o azimute e distância 171,86990º e 74,452 m até o vértice M8 de coordenadas N= 7426332,605 m e E= 528551,884 m; deste, segue no azimute e distância: 29,10251º e 128,749 m até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

MEMORIAL DESCRITIVO
Núcleo: Pedras Azuis
Comarca: Paraty
Município: Paraty
UF: RJ
Área: 45,9991 ha.
Perímetro: 5.239,815 m
Descrição da Área

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, de coordenadas N= 7425766,321 m e E= 532147,306 m, deste ponto, segue com azimute e distância: 200,38050º e 265,320 m até o vértice M2 de coordenadas N= 7425517,610 m e E= 532054,907 m; deste, segue com o azimute e distância: 287,12805º e 233,376 m até o vértice M3 de coordenadas N= 7425586,342 m e E= 531831,882 m; daí, segue para 197,59242º e 422,320 m até o vértice M4, de coordenadas N= 7425183,773 m e E= 531704,238 m; deste marco segue 185,87218º e 117,462 m até o vértice M5, de coordenadas N= 7425066,928 m e E= 531692,220 m; deste, no azimute e distância: 238,72844º e 250,134 m até o vértice M6 de coordenadas N= 7424937,085 m e E= 531478,427 m; daí segue com o azimute e distância: 218,32352º e 476,543 m até o vértice M7 de coordenadas N= 7424563,226 m e E= 531182,922 m; deste, com o azimute e distância 185,87960º e 388,546 m até o vértice M8 de coordenadas N= 7424176,724 m e E= 531143,120 m; deste, segue o azimute e distância: 205,70995º e 220,424 m até o vértice M9 de coordenadas N= 7423978,122 m e E= 531047,497 m; segue no azimute e distância: 295,08359º e 190,857 m até o vértice M10, localizado às margens da Rodovia Rio Santos, de coordenadas N= 7424059,034 m e E= 530874,640 m; deste marco segue pela rodovia até o vértice M11 de coordenada N= 7425465,711 m e E= 531610,259 m; segue com o azimute e distância: 290,92450º e 102,116 m até o vértice M12 de coordenadas N= 7425502,181 m e E= 531514,876 m; deste marco segue com o azimute e distância: 23,01756º e 233,174 m até o vértice M13 de coordenadas N= 7425716,791 m e E= 531606,051 m; deste, segue o azimute e distância: 107,54900º e 172,124 m até o vértice M14 de coordenadas N= 7425664,892 m e E= 531770,164 m; deste, segue o azimute e distância: 24,07550º e 216,622 m até o vértice M15 de coordenadas N= 7425862,669 m e E= 531858,532 m; deste, segue no azimute e distância: 108,45105º e 304,422 m até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

MEMORIAL DESCRITIVO
Núcleo: Novo Horizonte
Comarca: Paraty
Município: Paraty
UF: RJ
Área: 21,9287 ha.
Perímetro: 2.810,448 m
Descrição da Área

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, de coordenadas N= 7422456,818 m e E= 529004,208 m; deste ponto, segue com o azimute e distância: 150,75931º e 341,470 m até o vértice M2, na margem da Rodovia Rio Santos, de coordenadas N= 7422158,860 m e E= 529171,009 m; deste, segue pela Rodovia, com o azimute e distância: 78,53047º e 337,369 m até o vértice M3 de coordenadas N= 7422225,945 m e E= 529501,641 m; daí, segue para 164,38061º e 132,206 m até o vértice M4, de coordenadas N= 7422098,621 m e E= 529537,237 m; deste marco segue 254,87156º e 461,633 m até o vértice M5, de coordenadas N= 7421978,142 m e E= 529091,602 m; deste, segue no azimute e distância: 339,57767º e 137,325 m até o vértice M6, na margem da Rodovia, de coordenadas N= 7422106,835 m e E= 529043,685 m; daí segue pela Rodovia, com o azimute e distância: 222,00357º e 313,794 m até o vértice M7 de coordenadas N= 7421873,654 m e E= 528833,701 m; deste, com o azimute e distância 304,31509º e 47,799 m até o vértice M8 de coordenadas N= 7421900,600 m e E= 528794,222 m; deste, segue o azimute e distância: 5,67906º e 95,101 m até o vértice M9 de coordenadas N= 7421995,234 m e E= 528803,633 m; segue no azimute e distância: 320,58987º e 137,122 m até o vértice M10 de coordenadas N= 7422101,178 m e E= 528716,579 m; deste marco segue no azimute e distância: 236,97613º e 33,798 m até o vértice M11 de coordenada N= 7422082,758 m e E= 528688,241 m; segue com o azimute e distância: 327,98300º e 165,737 m até o vértice M12 de coordenadas N= 7422223,285 m e E= 528600,372 m; deste marco segue com o azimute e distância: 65,35834º e 235,406 m até o vértice M13 de coordenadas N= 7422321,435 m e E= 528814,340 m; deste, segue o azimute e distância: 146,37561º e 49,279 m até o vértice M14 de coordenadas N= 7422280,401 m e E= 528841,629 m; deste, segue o azimute e distância: 63,43495º e 59,163 m até o vértice M15 de coordenadas N= 7422306,860 m e E= 528894,545 m; deste, segue o azimute e distância: 331,34629º e 93,384 m até o vértice M16 de coordenadas N= 7422388,807 m e E= 528849,767 m; segue o azimute e distância: 66,23289º e 168,753 m até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

MEMORIAL DESCRITIVO
Núcleo: Patrimônio
Comarca: Paraty
Município: Paraty
UF: RJ
Área: 14,0279 ha.
Perímetro: 3.438,636 m
Descrição da Área

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, a margem da Rodovia Rio Santos, de coordenadas N= 7421689,597 m e E= 528692,226 m; deste ponto, segue pela Rodovia sentido sudoeste, até o vértice M2 de coordenadas N= 7421281,323 m e E= 528497,898 m;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA

deste, segue com o azimute e distância: 138,47417º e 142,732 m até o vértice M3 de coordenadas N= 7421174,465 m e E= 528592,523 m; daí, segue para 232,11490º e 114,630 m até o vértice M4, de coordenadas N= 7421104,073 m e E= 528502,052 m; deste marco segue com azimute e distância: 317,82712º e 158,820 m até o vértice M5, localizado às margens da Rodovia Rio Santos, de coordenadas N= 7421221,778 m e E= 528395,425 m; deste, segue pela Rodovia sentido sudoeste até o vértice M6 de coordenadas N= 7420844,356 m e E= 528039,764 m; daí segue com o azimute e distância: 127,49265º e 98,278 m até o vértice M7 de coordenadas N= 7420784,538 m e E= 528117,741 m; deste, com o azimute e distância 226,91624º e 203,293 m até o vértice M8 de coordenadas N= 7420645,675 m e E= 527969,264 m; deste, segue o azimute e distância: 325,90451º e 177,563 m até o vértice M9 de coordenadas N= 7420792,716 m e E= 527869,727 m; segue no azimute e distância: 50,82634º e 126,330 m até o vértice M10 de coordenadas N= 7420872,515 m e E= 527967,663 m; deste marco segue no azimute e distância: 312,42884º e 123,969 m até o vértice M11 de coordenada N= 7420956,154 m e E= 527876,160 m; segue com o azimute e distância: 48,25871º e 128,369 m até o vértice M12 de coordenadas N= 7421041,618 m e E= 527971,943 m; deste marco segue com o azimute e distância: 131,24827º e 125,434 m até o vértice M13 de coordenadas N= 7420958,916 m e E= 528066,252 m; deste, segue o azimute e distância: 35,73834º e 111,142 m até o vértice M14 de coordenadas N= 7421049,130 m e E= 528131,168 m; segue no azimute e distância: 12,21151º e 98,682 m até o vértice M15 de coordenadas N= 7421145,579 m e E= 528152,042 m; deste marco segue no azimute e distância: 44,86158º e 346,412 m até o vértice M16 de coordenada N= 7421391,120 m e E= 528396,399 m; segue com o azimute e distância: 61,34820º e 183,515 m até o vértice M17 de coordenadas N= 7421479,113 m e E= 528557,442 m; deste marco segue com o azimute e distância: 18,56913º e 249,312 m até o vértice M18 de coordenadas N= 7421715,446 m e E= 528636,836 m;deste, segue o azimute e distância: 115,01689º e 61,125 m até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

MEMORIAL DESCRITIVO
Núcleo: Curupira
Comarca: Paraty
Município: Paraty
UF: RJ
Área 1: 6,0432 ha.
Perímetro 1: 1.192,973 m
Área 2: 6,8377 ha.
Perímetro 2: 1.687,234 m
Descrição da Área 1

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, de coordenadas N= 7424902,756 m e E= 535571,427 m; deste ponto, segue com o azimute e distância: 82,04247º e 77,187 m até o vértice M2 de coordenadas N= 7424913,441 m e E= 535647,871 m; deste, segue com o azimute e distância: 120,96376º e 210,887 m até o vértice M3 de coordenadas N= 7424804,941 m e E= 535828,705 m; daí, segue para 211,94887º e 82,137 m até o vértice M4, localizado na praia do Curupira, de coordenadas N= 7424735,246 m e E= 535785,241 m; deste marco segue 171,86990º e 98,340 m até o vértice M5, no canto da praia, de coordenadas N= 7424637,894 m e E= 535799,148 m; deste, segue no azimute e distância: 298,27284º e 153,103 m até o vértice M6 de coordenadas N= 7424710,414 m e E= 535664,310 m; daí segue com o azimute e distância: 277,30576º e 96,958 m até o vértice M7 de coordenadas N= 7424722,744 m e E= 535568,140 m; deste, segue o azimute e distância: 1,04638º e 180,042 m até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Descrição da Área 2

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, de coordenadas N= 7424005,870 m e E= 534814,534 m; deste ponto, segue com o azimute e distância: 27,97947º e 56,507 m até o vértice M2 de coordenadas N= 7424055,773 m e E= 534841,044 m; deste, segue com o azimute e distância: 162,85445º e 460,217 m até o vértice M3 de coordenadas N= 7423616,008 m e E= 534976,716 m; daí, segue para 268,09085º e 46,809 m até o vértice M4, de coordenadas N= 7423614,449 m e E= 534929,933 m; deste marco segue 157,69379º e 65,738 m até o vértice M5, de coordenadas N= 7423553,630 m e E= 534954,884 m; deste, segue no azimute e distância: 243,43495º e 62,767 m até o vértice M6 de coordenadas N= 7423525,560 m e E= 534898,744 m; daí segue com o azimute e distância: 155,29757º e 85,826 m até o vértice M7 de coordenadas N= 7423447,588 m e E= 534934,611 m; deste, com o azimute e distância 283,05525º e 110,457 m até o vértice M8 de coordenadas N= 7423472,539 m e E= 534827,009 m; deste, segue o azimute e distância: 238,49573º e 113,401 m até o vértice M9 de coordenadas N= 7423413,280 m e E= 534730,324 m; segue no azimute e distância: 339,04422º e 78,485 m até o vértice M10 de coordenadas N= 7423486,574 m e E= 534702,254 m; deste marco segue no azimute e distância: 63,09391º e 117,166 m até o vértice M11 de coordenada N= 7423539,595 m e E= 534806,737 m; segue com o azimute e distância: 339,25392º e 110,060 m até o vértice M12 de coordenadas N= 7423642,519 m e E= 534767,750 m; deste marco segue com o azimute e distância: 22,77038º e 136,992 m até o vértice M13 de coordenadas N= 7423768,834 m e E= 534820,772 m; deste, segue o azimute e distância: 8,04289º e 144,894 m até o vértice M14 de coordenadas N= 7423912,303 m e E= 534841,044 m; deste, segue o azimute e distância: 344,18081º e 97,250 m até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

MEMORIAL DESCRITIVO
Núcleo: Praia do Baixio
Comarca: Paraty
Município: Paraty
UF: RJ
Área: 9,5829 ha.
Perímetro: 2.547,286 m
Descrição da Área

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, de coordenadas N= 7425004,625 m e E= 537720,842 m; deste ponto, segue com o azimute e distância: 268,45184º e 68,600 m até o vértice M2 de coordenadas N= 7425002,771 m e E= 537652,267 m; deste, segue com o azimute e distância: 220,23636º e 189,371 m até o vértice M3 de coordenadas N= 7424858,208 m e E= 537529,944 m; daí, segue para 234,81126º e 176,888 m até o vértice M4, de coordenadas N= 7424756,272 m e E= 537385,381 m; deste marco segue 12,99462º e 123,635 m até o vértice M5, de coordenadas N= 7424876,742 m e E= 537413,182 m; deste, segue no azimute e distância: 84,05960º e 100,129 m até o vértice M6 de coordenadas N= 7424887,104 m e E= 537512,773 m; daí segue com o azimute e distância: 39,15543º e 353,847 m até o vértice M7 de coordenadas N= 7425161,490 m e E= 537736,201 m; deste, com o azimute e distância 60,83239º e 96,514 m até o vértice M8 de coordenadas N= 7425208,528 m e E= 537820,477 m; deste, segue o azimute e distância: 19,42422º e 296,716 m até o vértice M9 de coordenadas N= 7425488,355 m e E= 537919,153 m; segue no azimute e distância: 330,15407º e 130,344 m até o vértice M10 de coordenadas N= 7425601,411 m e E= 537854,285 m; deste marco segue no azimute e distância: 27,64598º e 43,937 m até o vértice M11 de coordenada N= 7425640,332 m e E= 537874,672 m; segue com o azimute e distância: 106,75026º e 199,356 m até o vértice M12 de coordenadas N= 7425582,877 m e E= 538065,569 m; deste marco segue com o azimute e distância: 197,86955º e 356,359 m até o vértice M13 de coordenadas N= 7425243,710 m e E= 537956,220 m; deste, segue o azimute e distância: 263,82982º e 68,974 m até o vértice M14 de coordenadas N= 7425236,296 m e E= 537887,645 m; deste, segue o azimute e distância: 210,57923º e 47,361 m até o vértice M15 de coordenadas N= 7425195,522 m e E= 537863,551 m; deste, segue o azimute e distância: 150,25512º e 74,712 m até o vértice M16 de coordenadas N= 7425130,654 m e E= 537900,619 m; deste, segue o azimute e distância: 234,96836º e 219,553 m até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

MEMORIAL DESCRITIVO
Núcleo: Vila do Cruzeiro
Comarca: Paraty
Município: Paraty
UF: RJ
Área: 10,2353 ha.
Perímetro: 1.467,941 m
Descrição da Área

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, de coordenadas N= 7427098,725 m e E= 538688,376 m; deste ponto, segue com o azimute e distância: 124,75963º e 125,202 m até o vértice M2 de coordenadas N= 7427027,343 m e E= 538791,236 m; deste, segue com o azimute e distância: 153,77464º e 175,341 m até o vértice M3 de coordenadas N= 7426870,051 m e E= 538868,719 m; daí, segue para 258,57881º e 78,259 m até o vértice M4, de coordenadas N= 7426854,554 m e E= 538792,010 m; deste marco segue 203,05130º e 39,577 m até o vértice M5, de coordenadas N= 7426818,137 m e E= 538776,514 m; deste, segue no azimute e distância: 143,61565º e 109,721 m até o vértice M6 de coordenadas N= 7426729,805 m e E= 538841,600 m; daí segue com o azimute e distância: 192,22512º e 95,138 m até o vértice M7 de coordenadas N= 7426636,824 m e E= 538821,454 m; deste, com o azimute e distância 308,53018º e 106,973 m até o vértice M8 de coordenadas N= 7426703,461 m e E= 538737,772 m; deste, segue o azimute e distância: 272,17474º e 61,256 m até o vértice M9 de coordenadas N= 7426705,785 m e E= 538676,559 m; segue no azimute e distância: 223,71267º e 97,550 m até o vértice M10 de coordenadas N= 7426635,275 m e E= 538609,149 m; deste marco segue no azimute e distância: 307,20703º e 127,016 m até o vértice M11 de coordenada N= 7426712,081 m e E= 538507,986 m; segue com o azimute e distância: 22,28559º e 52,604 m até o vértice M12, localizado na praia do Cruzeiro, de coordenadas N= 7426760,755 m e E= 538527,935 m; deste marco segue pelo limite da praia, com o azimute e distância: 358,09085º e 47,903 m até o vértice M13 de coordenadas N= 7426808,632 m e E= 538526,339 m; deste, ainda pelo limite da praia, segue o azimute e distância: 32,64464º e 60,649 m até o vértice M14 de coordenadas N= 7426859,700 m e E= 538559,054 m; deste, segue o azimute e distância: 349,61114º e 48,674 m até o vértice M15 de coordenadas N= 7426907,576 m e E= 538550,277 m; deste, segue o azimute e distância: 19,85521º e 91,624 m até o vértice M16 de coordenadas N= 7426993,754 m e E= 538581,397 m; deste, segue o azimute e distância: 45,54276º e 149,878 m até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

MEMORIAL DESCRITIVO
Núcleo: Ponta da Romana
Comarca: Paraty
Município: Paraty
UF: RJ
Área 1: 8,0790 ha.
Perímetro 1: 1.986,385 m
Área 2: 5,1456 ha.
Perímetro 2: 1.805,714 m
Descrição da Área 1

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, de coordenadas N= 7428315,929 m e E= 539580,424 m; deste ponto, segue com o azimute e distância: 278,35075º e 188,726 m até o vértice M2 de coordenadas N= 7428343,338 m e E= 539393,699 m; deste, segue com o azimute e distância: 210,96376º e 69,922 m até o vértice M3 de coordenadas N= 7428283,380 m e E= 539357,724 m; daí, segue para 270,00000º e 54,818 m até o vértice M4, de coordenadas N= 7428283,380 m e E= 539302,906 m; deste marco segue 222,61406º e 58,194 m até o vértice M5, de coordenadas N= 7428240,553 m e E= 539263,505 m; deste, segue no azimute e distância: 134,01224º e 140,535 m até o vértice M6 de coordenadas N= 7428142,908 m e E= 539364,577 m; daí segue com o azimute e distância: 260,40687º e 123,353 m até o vértice M7 de coordenadas N= 7428122,351 m e E= 539242,948 m; deste, com o azimute e distância 211,37301º e 82,263 m até o vértice M8 de coordenadas N= 7428052,115 m e E= 539200,121 m; deste, segue o azimute e distância: 287,81889º e 50,383 m até o vértice M9 de coordenadas N= 7428067,532 m e E= 539152,155 m; segue no azimute e distância: 24,15320º e 201,528 m até o vértice M10 de coordenadas N= 7428251,418 m e E= 539234,616 m; deste marco segue no azimute e distância: 40,41245º e 163,474 m até o vértice M11 de coordenada N= 7428375,886 m e E= 539340,594 m; segue com o azimute e distância: 71,30102º e 117,555 m até o vértice M12 de coordenadas N= 7428413,574 m e E= 539451,944 m; deste marco segue com o azimute e distância: 43,66778º e 104,202 m até o vértice M13 de coordenadas N= 7428488,949 m e E= 539523,893 m; deste, segue o azimute e distância: 92,44407º e 281,200 m até o vértice M14 de coordenadas N= 7428476,958 m e E= 539804,837 m; deste, segue o azimute e distância: 176,53177º e 113,271 m até o vértice M15 de coordenadas N= 7428363,895 m e E= 539811,690 m; deste, segue o azimute e distância: 258,28257º e 236,187 m até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Descrição da Área 2

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, de coordenadas N= 7428881,244 m e E= 540498,634 m; deste ponto, segue com o azimute e distância: 357,13759º e 34,304 m até o vértice M2 de coordenadas N= 7428915,506 m e E= 540496,921 m; deste, segue com o azimute e distância: 79,80401º e 241,938 m até o vértice M3 de coordenadas N= 7428958,332 m e E= 540735,038 m; daí, segue para 175,91438º e 48,088 m até o vértice M4, de coordenadas N= 7428910,366 m e E= 540738,464 m; deste marco segue 259,87533º e 97,450 m até o vértice M5, de coordenadas N= 7428893,236 m e E= 540642,532 m; deste, segue no azimute e distância: 216,43086º e 89,425 m até o vértice M6 de coordenadas N= 7428821,286 m e E= 540589,427 m; daí segue com o azimute e distância: 267,56335º e 80,587 m até o vértice M7 de coordenadas N= 7428817,860 m e E= 540508,912 m; deste, com o azimute e distância 221,60029º e 245,120 m até o vértice M8 de coordenadas N= 7428634,561 m e E= 540346,170 m; deste, segue o azimute e distância: 194,30034º e 89,387 m até o vértice M9 de coordenadas N= 7428547,944 m e E= 540324,091 m; segue no azimute e distância: 291,90507º e 103,603 m até o vértice M10 de coordenadas N= 7428586,595 m e E= 540227,968 m; deste marco segue no azimute e distância: 242,11926º e 89,178 m até o vértice M11 de coordenada N= 7428544,892 m e E= 540149,141 m; segue com o azimute e distância: 301,36349º e 116,331 m até o vértice M12 de coordenadas N= 7428605,439 m e E= 540049,808 m; deste marco segue com o azimute e distância: 91,68468º e 116,540 m até o vértice M13 de coordenadas N= 7428602,012 m e E= 540166,297 m; deste, segue o azimute e distância: 75,73549º e 104,287 m até o vértice M14 de coordenadas N= 7428627,709 m e E= 540267,368 m; deste, segue o azimute e distância: 34,07720º e 210,959 m até o vértice M15 de coordenadas N= 7428802,442 m e E= 540385,571 m; deste, com o azimute e distância 55,12467º e 137,815 m até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

MEMORIAL DESCRITIVO
Núcleo: Praia Grande da Cajaíba
Comarca: Paraty
Município: Paraty
UF: RJ
Área: 19,2568 ha.
Perímetro: 3.478,389 m
Descrição da Área

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, de coordenadas N= 7426214,556 m e E= 542337,245 m; deste ponto, segue com o azimute e distância: 155,22486º e 60,045 m até o vértice M2 de coordenadas N= 7426160,037 m e E= 542362,407 m; deste, segue com o azimute e distância: 80,81116º e 288,881 m até o vértice M3 de coordenadas N= 7426206,168 m e E= 542647,581 m; daí, segue para 151,50436º e 55,671 m até o vértice M4, de coordenadas N= 7426157,241 m e E= 542674,141 m; deste marco segue 68,96249º e 38,941 m até o vértice M5, de coordenadas N= 7426171,220 m e E= 542710,487 m; deste, segue no azimute e distância: 343,95100º e 106,186 m até o vértice M6 de coordenadas N= 7426273,268 m e E= 542681,131 m; daí segue com o azimute e distância: 33,36637º e 68,626 m até o vértice M7 de coordenadas N= 7426330,582 m e E= 542718,875 m; deste, com o azimute e distância 109,24953º e 93,284 m até o vértice M8 de coordenadas N= 7426299,828 m e E= 542806,943 m; deste, segue o azimute e distância: 54,74364º e 99,291 m até o vértice M9 de coordenadas N= 7426357,143 m e E= 542888,022 m; segue no azimute e distância: 184,83042º e 99,605 m até o vértice M10 de coordenadas N= 7426257,891 m e E= 542879,634 m; deste marco segue no azimute e distância: 142,81529º e 101,769 m até o vértice M11 de coordenada N= 7426176,812 m e E= 542941,142 m; segue com o azimute e distância: 260,94006º e 122,649 m até o vértice M12 de coordenadas N= 7426157,499 m e E= 542820,024 m; deste marco segue com o azimute e distância: 176,12148º e 139,796 m até o vértice M13 de coordenadas N= 7426018,023 m e E= 542829,480 m; deste, segue o azimute e distância: 256,60750º e 102,063 m até o vértice M14 de coordenadas N= 7425994,383 m e E= 542730,192 m; deste, segue o azimute e distância: 332,26688º e 174,518 m até o vértice M15 de coordenadas N= 7426148,854 m e E= 542648,979 m; deste, segue o azimute e distância: 258,69007º e 228,095 m até o vértice M16 de coordenadas N= 7426104,121 m e E= 542425,313 m; deste, segue

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

com o azimute e distância: 237,49248º e 169,078 m até o vértice M17 de coordenadas N= 7426013,257 m e E= 542282,726 m; deste, segue o azimute e distância: 282,22512º e 85,821 m até o vértice M18 de coordenadas N= 7426031,429 m e E= 542198,852 m; segue para o azimute e distância: 223,39400º e 317,424 m até o vértice M19 de coordenadas N= 7425800,774 m e E= 541980,777 m; deste, segue no azimute e distância: 280,02207º e 329,341 m até o vértice M20 de coordenadas N= 7425858,088 m e E= 541656,462 m; deste segue no azimute e distância: 57,97784º e 506,177 m até o vértice M21 de coordenadas N= 7426126,487 m e E= 542085,621 m; deste, segue no azimute e distância: 23,55226º e 59,473 m até o vértice M22 de coordenadas N= 7426181,006 m e E= 542109,385 m; deste, segue o azimute e distância: 81,62399º e 230,316 m até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

MEMORIAL DESCRITIVO
Núcleo: Calhaus
Comarca: Paraty
Município: Paraty
UF: RJ
Área: 7,8809 ha.
Perímetro: 1.821,679 m
Descrição da Área

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, de coordenadas N= 7426402,745 m e E= 544380,691 m; deste ponto, segue com o azimute e distância: 176,98721º e 60,646 m até o vértice M2 de coordenadas N= 7426342,183 m e E= 544383,879 m; deste, segue com o azimute e distância: 117,29957º e 37,066 m até o vértice M3 de coordenadas N= 7426325,183 m e E= 544416,816 m; daí, segue para 197,87870º e 34,609 m até o vértice M4, localizado na praia do Calhaus, de coordenadas N= 7426292,245 m e E= 544406,191 m; deste marco segue pelo limite da praia com o azimute e distância: 116,56505º e 130,670 m até o vértice M5, de coordenadas N= 7426233,808 m e E= 544523,065 m; deste, segue no azimute e distância: 40,68397º e 79,864 m até o vértice M6 de coordenadas N= 7426294,370 m e E= 544575,128 m; daí segue com o azimute e distância: 77,68055º e 94,616 m até o vértice M7 de coordenadas N= 7426314,558 m e E= 544667,565 m; deste, com o azimute e distância 102,31945º e 94,616 m até o vértice M8 de coordenadas N= 7426294,370 m e E= 544760,002 m; deste, segue o azimute e distância: 133,73818º e 170,586 m até o vértice M9 de coordenadas N= 7426176,433 m e E= 544883,251 m; segue no azimute e distância: 193,94810º e 167,500 m até o vértice M10 de coordenadas N= 7426013,872 m e E= 544842,876 m; deste marco segue no azimute e distância: 341,56505º e 188,155 m até o vértice M11 de coordenada N= 7426192,371 m e E= 544783,376 m; segue com o azimute e distância: 252,53198º e 318,564 m até o vértice M12 de coordenadas N= 7426096,746 m e E= 544479,503 m; deste marco segue com o azimute e distância: 336,57131º e 69,478 m até o vértice M13 de coordenadas N= 7426160,496 m e E= 544451,878 m; deste, segue o azimute e distância: 305,28675º e 169,214 m até o vértice M14 de coordenadas N= 7426258,246 m e E= 544313,754 m; deste, segue o azimute e distância: 3,12986º e 146,432 m até o vértice M15 de coordenadas N= 7426404,459 m e E= 544321,749 m; deste, segue o azimute e distância: 91,66608º e 58,967 m até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

MEMORIAL DESCRITIVO
Núcleo: Pouso da Cajaíba
Comarca: Paraty
Município: Paraty
UF: RJ
Área: 21,7411 ha.
Perímetro: 3.714,915 m
Descrição da Área

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, de coordenadas N= 7426275,812 m e E= 545676,414 m; deste ponto, segue com o azimute e distância: 57,38076º e 118,409 m até o vértice M2 de coordenadas N= 7426339,641 m e E= 545776,147 m; deste, segue com o azimute e distância: 93,01279º e 75,902 m até o vértice M3 de coordenadas N= 7426335,652 m e E= 545851,943 m; daí, segue para 199,44003º e 71,918 m até o vértice M4, de coordenadas N= 7426267,834 m e E= 545828,008 m; deste marco segue 171,02737º e 76,736 m até o vértice M5, de coordenadas N= 7426192,037 m e E= 545839,975 m; deste, segue no azimute e distância: 58,73627º e 130,676 m até o vértice M6 de coordenadas N= 7426259,855 m e E= 545951,676 m; daí segue com o azimute e distância: 131,05481º e 81,999 m até o vértice M7 de coordenadas N= 7426205,999 m e E= 546013,510 m; deste, com o azimute e distância 199,33481º e 120,491 m até o vértice M8, localizado no limite da praia do Pouso da Cajaíba, de coordenadas N= 7426092,304 m e E= 545973,617 m; deste, segue pela praia no azimute e distância: 135,00000º e 87,447 m até o vértice M9 de coordenadas N= 7426030,470 m e E= 546035,451 m; deste ponto, ainda pela praia, segue no azimute e distância: 96,20345º e 276,883 m até o vértice M10 de coordenadas N= 7426000,551 m e E= 546310,713 m; deste marco segue pela praia no azimute e distância: 22,52057º e 88,532 m até o vértice M11 de coordenada N= 7426082,331 m e E= 546344,622 m; daí, segue, com o azimute e distância: 147,52881º e 78,021 m até o vértice M12 de coordenadas N= 7426016,508 m e E= 546386,510 m; deste marco segue com o azimute e distância: 186,34019º e 126,436 m até o vértice M13 de coordenadas N= 7425890,845 m e E= 546372,547 m; deste, segue o azimute e distância: 119,74488º e 96,488 m até o vértice M14 de coordenadas N= 7425842,973 m e E= 546456,322 m; deste, segue o azimute e distância: 353,08877º e 66,305 m até o vértice M15 de coordenadas N= 7425908,797 m e E= 546448,344 m; deste, segue o azimute e distância: 90,67250º e 161,461 m até o vértice M16 de coordenadas N= 7425906,902 m e E= 546609,793 m; deste, segue com o azimute e distância: 147,59234º e 96,985 m até o vértice M17 de coordenadas N= 7425825,021 m e E= 546661,771 m; deste, segue o azimute e distância: 270,93919º e 121,690 m até o vértice M18 de coordenadas N= 7425827,016 m e E= 546540,098 m; segue para o azimute e distância: 227,16108º e 149,612 m até o vértice M19 de coordenadas N= 7425725,289 m e E= 546430,392 m; deste, segue no azimute e distância: 270,00000º e 265,288 m até o vértice M20 de coordenadas N= 7425725,289 m e E= 546165,103 m; deste segue no azimute e distância: 210,74997º e 183,356 m até o vértice M21de coordenadas N= 7425567,711 m e E= 546071,355 m; deste, segue no azimute e distância: 299,80094º e 252,849 m até o vértice M22 de coordenadas N= 7425693,374 m e E= 545851,943 m; daí, segue no azimute e distância: 35,49781º e 333,202 m até o vértice M23 de coordenadas N= 7425964,647 m e E= 546045,424 m; segue no azimute e distância: 322,22432º e 201,884 m até o vértice M24 de coordenadas N= 7426124,219 m e E= 545921,756 m; segue no azimute e distância: 265,00626º e 145,678 m até o vértice M25 de coordenadas N= 7426111,538 m e E= 545776,631 m; deste ponto segue no azimute e distância: 14,38062º e 134,582 m até o vértice M26 de coordenadas N= 7426241,903 m e E= 545810,056 m; deste segue no azimute e distância: 261,02737º e 115,104 m até o vértice M27de coordenadas N= 7426223,951 m e E= 545696,361 m;deste, segue o azimute e distância: 338,96249º e 55,565 m até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

MEMORIAL DESCRITIVO
Núcleo: Ponta da Juatinga
Comarca: Paraty
Município: Paraty
UF: RJ
Área: 2,2102 ha.
Perímetro: 851,599 m
Descrição da Área

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, de coordenadas N= 7424153,547 m e E= 550646,313 m; deste ponto, segue com o azimute e distância: 231,84277º e 64,857 m até o vértice M2 de coordenadas N= 7424113,477 m e E= 550595,314 m; deste, segue com o azimute e distância: 282,77124º e 46,689 m até o vértice M3 de coordenadas N= 7424123,798 m e E= 550549,780 m; daí, segue para 254,79978º e 166,721 m até o vértice M4, de coordenadas N= 7424080,085 m e E= 550388,892 m; deste marco segue 205,46335º e 42,364 m até o vértice M5, de coordenadas N= 7424041,837 m e E= 550370,678 m; deste, segue no azimute e distância: 239,65675º e 28,843 m até o vértice M6 de coordenadas N= 7424027,266 m e E= 550345,786 m; daí segue com o azimute e distância: 304,17699º e 59,442 m até o vértice M7 de coordenadas N= 7424060,657 m e E= 550296,609 m; deste, com o azimute e distância 14,93142º e 65,976 m até o vértice M8 de coordenadas N= 7424124,405 m e E= 550313,609 m; deste, segue o azimute e distância: 91,25905º e 55,262 m até o vértice M9 de coordenadas N= 7424123,191 m e E= 550368,857 m; segue no azimute e distância: 69,96608º e 116,967 m até o vértice M10 de coordenadas N= 7424163,261 m e E= 550478,746 m; deste marco segue no azimute e distância: 53,40891º e 49,906 m até o vértice M11 de coordenada N= 7424193,011 m e E= 550518,817 m; segue com o azimute e distância: 104,03624º e 47,562 m até o vértice M12 de coordenadas N= 7424181,475 m e E= 550564,958 m; deste marco segue com o azimute e distância: 58,57043º e 38,422 m até o vértice M13 de coordenadas N= 7424201,510 m e E= 528384,014 m; deste, segue o azimute e distância: 134,63965º e 68,260 m até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

MEMORIAL DESCRITIVO
Núcleo: Martim de Sá
Comarca: Paraty
Município: Paraty
UF: RJ
Área: 5,5995 ha.
Perímetro: 1.127,627 m
Descrição da Área

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, de coordenadas N= 7423081,481 m e E= 545559,732 m; deste ponto, segue com o azimute e distância: 68,19859º e 20,881 m até o vértice M2 de coordenadas N= 7423089,236 m e E= 545579,120 m; deste, segue com o azimute e distância: 148,86103º e 54,363 m até o vértice M3 de coordenadas N= 7423042,705 m e E= 545607,232 m; daí, segue para 106,23884º e 207,990 m até o vértice M4, de coordenadas N= 7422984,542 m e E= 545806,924 m; deste marco segue 172,79394º e 85,008 m até o vértice M5, de coordenadas N= 7422900,206 m e E= 545817,587 m; deste, segue no azimute e distância: 225,48970º e 80,201 m até o vértice M6, na praia de Martins de Sá, de coordenadas N= 7422843,982 m e E= 545760,394 m; daí segue pela praia, com o azimute e distância: 278,60647º e 181,378 m até o vértice M7 de coordenadas N= 7422871,125 m e E= 545581,058 m; deste, ainda pela praia, com o azimute e distância 264,06847º e 75,044 m até o vértice M8 de coordenadas N= 7422863,370 m e E= 545506,416 m; deste, segue o azimute e distância: 310,27986º e 74,969 m até o vértice M9 de coordenadas N= 7422911,839 m e E= 545449,223 m; segue no azimute e distância: 331,57879º e 93,690 m até o vértice M10 de coordenadas N= 7422994,236 m e E= 545404,631 m; deste marco segue no azimute e distância: 52,43141º e 15,899 m até o vértice M11 de coordenada N= 7423003,930 m e E= 545417,233 m; segue com o azimute e distância: 111,70988º e 112,686 m até o vértice M12 de coordenadas N= 7422962,247 m e E= 545521,926 m; deste, segue o azimute e distância: 17,59242º e 125,084 m até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

MEMORIAL DESCRITIVO
Núcleo: Saco das Enxovas
Comarca: Paraty
Município: Paraty
UF: RJ
Área: 1,6387 ha.
Perímetro: 751,639 m
Descrição da Área

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, de coordenadas N= 7421754,137 m e E= 544670,359 m; deste ponto, segue com o azimute e distância: 72,91691º e 145,763 m até o vértice M2 de coordenadas N= 7421796,956 m e E= 544809,691 m; deste, segue com o azimute e distância: 211,63604º e 89,409 m até o vértice M3 de coordenadas N= 7421720,834 m e E= 544762,794 m; daí, segue para 170,94211º e 47,489 m até o vértice M4, de coordenadas N= 7421673,937 m e E= 544770,270 m; deste marco segue 84,94275º e 77,102 m até o vértice M5, de coordenadas N= 7421680,734 m e E= 544847,072 m; deste, segue no azimute e distância: 205,53743º e 67,793 m até o vértice M6 de coordenadas N= 7421619,564 m e E= 544817,847 m; daí segue com o azimute e distância: 228,23970º e 102,050 m até o vértice M7 de coordenadas N= 7421551,597 m e E= 544741,724 m; deste, com o azimute e distância 359,37040º e 61,853 m até o vértice M8 de coordenadas N= 7421613,447 m e E= 544741,044 m; deste, segue o azimute e distância: 340,20112º e 108,355 m até o vértice M9 de coordenadas N= 7421715,396 m e E= 544704,342 m; deste, segue o azimute e distância: 318,74299º e 51,534 m até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

MEMORIAL DESCRITIVO
Núcleo: Cairuçu das Pedras
Comarca: Paraty
Município: Paraty
UF: RJ
Área: 2,5296 ha.
Perímetro: 912,830 m
Descrição da Área

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, de coordenadas N= 7420452,114 m e E= 544482,348 m; deste ponto, segue com o azimute e distância: 241,91418º e 201,033 m até o vértice M2 de coordenadas N= 7420357,469 m e E= 544304,988 m; deste, segue com o azimute e distância: 322,36475º e 83,359 m até o vértice M3 de coordenadas N= 7420423,482 m e E= 544254,087 m; daí, segue para 60,48248º e 124,299 m até o vértice M4, de coordenadas N= 7420484,723 m e E= 544362,252 m; deste marco segue 337,89055º e 137,354 m até o vértice M5, de coordenadas N= 7420611,977 m e E= 544310,556 m; deste, segue no azimute e distância: 321,63251º e 48,691 m até o vértice M6 de coordenadas N= 7420650,153 m e E= 544280,333 m; daí segue com o azimute e distância: 53,53077º e 22,747 m até o vértice M7 de coordenadas N= 7420663,674 m e E= 544298,626 m; deste, com o azimute e distância 111,44774º e 23,926 m até o vértice M8, localizado no limite da praia de Cairuçu das Pedras, de coordenadas N= 7420654,925 m e E= 544320,895 m; deste, segue pelo limite da praia no azimute e distância: 174,40066º e 40,757 m até o vértice M9 de coordenadas N= 7420614,363 m e E= 544324,872 m; ainda pelo limite da praia, segue no azimute e distância: 115,38791º e 51,941 m até o vértice M10 de coordenadas N= 7420592,093 m e E= 544371,796 m; deste, segue o azimute e distância: 141,69928º e 178,370 m até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

MEMORIAL DESCRITIVO
Núcleo: Ponta Negra
Comarca: Paraty
Município: Paraty
UF: RJ
Área: 20,2083 ha.
Perímetro: 2.496,062 m
Descrição da Área

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, de coordenadas N= 7418435,839 m e E= 540461,210 m; deste ponto, segue com o azimute e distância: 99,75242º e 99,870 m até o vértice M2 de coordenadas N= 7418418,922 m e E= 540559,637 m; deste, segue com o azimute e distância: 173,19095º e 103,773 m até o vértice M3 de coordenadas N= 7418315,881 m e E= 540571,941 m; daí, segue para 193,16323º e 195,848 m até o vértice M4, de coordenadas N= 7418125,179 m e E= 540527,341 m; deste marco segue 163,73980º e 115,344 m até o vértice M5, de coordenadas N= 7418014,449 m e E= 540559,637 m; deste, segue no azimute e distância: 267,22978º e 95,463 m até o vértice M6 de coordenadas N= 7418009,835 m e E= 540464,286 m; daí segue com o azimute e distância: 209,05460º e 79,169 m até o vértice M7 de coordenadas N= 7417940,629 m e E= 540425,838 m; deste, com o azimute e distância 141,76617º e 64,611 m até o vértice M8 de coordenadas N= 7417889,878 m e E= 540465,824 m; deste, segue o azimute e distância: 96,11550º e 86,616 m até o vértice M9 de coordenadas N= 7417880,650 m e E= 540551,948 m; segue no azimute e distância: 158,74949º e 29,702 m até o vértice M10 de coordenadas N= 7417852,968 m e E= 540562,713 m; deste marco segue no azimute e distância: 252,56721º e 333,675 m até o vértice M11 de coordenada N= 7417753,003 m e E= 540244,364 m; segue com o azimute e distância: 333,10376º e 118,988 m até o vértice M12 de coordenadas N= 7417859,119 m e E= 540190,536 m; deste marco segue com o azimute e distância: 7,85331º e 90,044 m até o vértice M13, localizado no limite da praia de Ponta Negra, de coordenadas N= 7417948,319 m e E= 540202,840 m; deste, segue pelo limite da praia, no azimute e distância: 308,88450º e 61,247 m até o vértice M14 de coordenadas N= 7417986,767 m e E= 540155,164 m; deste, segue pelo limite da praia, no azimute e distância: 275,31455º e 66,416 m até o vértice M15 de coordenadas N= 7417992,918 m e E= 540089,034 m; deste, segue o azimute e distância: 220,42608º e 54,547 m até o vértice M16 de coordenadas N= 7417951,394 m e E= 540053,662 m; deste, segue com o azimute e distância: 182,66300º e 66,202 m até o vértice M17 de coordenadas N= 7417885,264 m e E= 540050,586 m; deste, segue o azimute e distância: 258,43987º e 69,070 m até o vértice M18 de coordenadas N= 7417871,423 m e E= 539982,917 m; segue para o azimute e distância: 33,31063º e 128,819 m até o vértice M19 de coordenadas N= 7417979,077 m e E= 540053,662 m; deste, segue no azimute e distância: 18,74976º e 177,028 m até o vértice M20 de coordenadas N= 7418146,710 m e E= 540110,565 m; deste segue no azimute e distância: 63,12186º e 125,865 m até o vértice M21de coordenadas N= 7418203,613 m e E= 540222,833 m; deste, segue o azimute e distância: 45,74892º e 332,795 m até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

MEMORIAL DESCRITIVO
Núcleo: Sono
Comarca: Paraty
Município: Paraty
UF: RJ
Área: 29,7246 ha.
Perímetro: 3.199,525 m
Descrição da Área

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, de coordenadas N= 7419778,306 m e E= 536963,270 m; deste ponto, segue com o azimute e distância: 37,89010º e 210,879 m até o vértice M2 de coordenadas N= 7419944,730 m e E= 537092,781 m; deste, segue com o azimute e distância: 90,31655º e 39,749 m até o vértice M3 de coordenadas N= 7419944,511 m e E= 537132,530 m; daí, segue para 152,18969º e 140,986 m até o vértice M4, de coordenadas N= 7419819,809 m e E= 537198,306 m; deste marco segue 112,41615º e 109,026 m até o vértice M5, de coordenadas N= 7419778,234 m e E= 537299,094 m; deste, segue no azimute e distância: 62,00568º e 467,232 m até o vértice M6 de coordenadas N= 7419997,546 m e E= 537711,657 m; daí segue com o azimute e distância: 125,34851º e 24,977 m até o vértice M7 de coordenadas N= 7419983,095 m e E= 537732,030 m; deste, com o azimute e distância 197,97710º e 139,222 m até o vértice M8 de coordenadas N= 7419850,670 m e E= 537689,061 m; deste, segue o azimute e distância: 135,59066º e 101,084 m até o vértice M9 de coordenadas N= 7419778,460 m e E= 537759,797 m; segue no azimute e distância: 192,10978º e 140,115 m até o vértice M10 de coordenadas N= 7419641,463 m e E= 537730,403 m; deste marco segue no azimute e distância: 126,77250º e 37,184 m até o vértice M11 de coordenada N= 7419619,203 m e E= 537760,188 m; segue com o azimute e distância: 50,24123º e 202,333 m até o vértice M12 de coordenadas N= 7419748,607 m e E= 537915,731 m; deste marco segue com o azimute e distância: 139,53777º e 28,842 m até o vértice M13 de coordenadas N= 7419726,663 m e E= 537934,447 m; deste, segue o azimute e distância: 200,09173º e 87,257 m até o vértice M14 de coordenadas N= 7419644,717 m e E= 537904,473 m; deste, segue o azimute e distância: 181,27940º e 333,306 m até o vértice M15 de coordenadas N= 7419311,493 m e E= 537897,030 m; deste, segue o azimute e distância: 210,67106º e 90,022 m até o vértice M16, no canto da praia do Sono, de coordenadas N= 7419234,065 m e E= 537851,110 m; deste, segue pela praia, com o azimute e distância: 310,00005º e 258,981 m até o vértice M17 de coordenadas N= 7419400,535 m e E= 537652,719 m; deste, seguindo pela praia no azimute e distância: 301,59050º e 380,756 m até o vértice M18 de coordenadas N= 7419599,992 m e E= 537328,385 m; deste, segue o azimute e distância: 296,02987º e 406,331 m até o vértice M1, no canto da praia, ponto inicial da descrição deste perímetro.

MEMORIAL DESCRITIVO
Núcleo: Vila Oratório
Comarca: Paraty
Município: Paraty
UF: RJ
Área: 15,7149 ha.
Perímetro: 2.618,146 m
Descrição da Área

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, de coordenadas N= 7419542,319 m e E= 534093,223 m; deste ponto, segue próximo a estrada de acesso a Vila Oratório, com o azimute e distância: 247,40984º e 112,442 m até o vértice M2 de coordenadas N= 7419499,126 m e E= 533989,408 m; deste, segue com o azimute e distância: 339,62356º e 28,293 m até o vértice M3 de coordenadas N= 7419525,648 m e E= 533979,557 m; daí, segue para 48,31094º e 64,944 m até o vértice M4, de coordenadas N= 7419568,841 m e E= 534028,054 m; deste marco segue 62,52024º e 186,353 m até o vértice M5, de coordenadas N= 7419654,831 m e E= 534193,382 m; deste, segue no azimute e distância: 26,06100º e 101,949 m até o vértice M6 de coordenadas N= 7419746,415 m e E= 534238,171 m; daí segue com o azimute e distância: 105,80903º e 69,266 m até o vértice M7 de coordenadas N= 7419727,545 m e E= 534304,818 m; deste, com o azimute e distância 30,35724º e 416,158 m até o vértice M8 de coordenadas N= 7420086,644 m e E= 534515,140 m; deste, segue o azimute e distância: 160,78225º e 236,234 m até o vértice M9 de coordenadas N= 7419863,574 m e E= 534592,899 m; segue no azimute e distância: 65,55605º e 198,413 m até o vértice M10 de coordenadas N= 7419945,678 m e E= 534773,527 m; deste marco segue no azimute e distância: 149,03624º e 110,709 m até o vértice M11 de coordenada N= 7419850,746 m e E= 534830,486 m; segue com o azimute e distância: 236,18274º e 119,918 m até o vértice M12 de coordenadas N= 7419784,006 m e E= 534730,857 m; deste marco segue com o azimute e distância: 172,02052º e 47,068 m até o vértice M13 de coordenadas N= 7419737,393 m e E= 534737,391 m; deste, segue o azimute e distância: 253,25119º e 286,903 m até o vértice M14 de coordenadas N= 7419654,715 m e E= 534462,659 m; deste, segue o azimute e distância: 323,48629º e 100,456 m até o vértice M15 de coordenadas N= 7419735,453 m e E= 534402,886 m; deste, segue o azimute e distância: 203,54890º e 182,600 m até o vértice M16 de coordenadas N= 7419568,060 m e E= 534329,931 m; deste, segue com o azimute e distância: 227,67169º e 213,466 m até o vértice M17 de coordenadas N= 7419424,316 m e E= 534172,116 m; deste, segue o azimute e distância: 326,23452º e 141,946 m até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

MEMORIAL DESCRITIVO
Núcleo: Trindade
Comarca: Paraty
Município: Paraty
UF: RJ
Área: 15,3564 ha.
Perímetro: 2.408,363 m
Descrição da Área

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, na praia do Rancho, de coordenadas N= 7417941,469 m e E= 528529,660 m; deste ponto, segue pela praia, com o azimute e distância: 213,85711º e 162,635 m até o vértice M2 de coordenadas N= 7417806,412 m e E= 528439,053 m; deste, ainda pela praia, segue com o azimute e distância: 202,26659º e 234,611 m até o vértice M3 de coordenadas N= 7417589,296 m e E= 528350,155 m; daí, continuando pela praia, segue para o azimute e distância: 186,03768º e 178,788 m até o vértice M4, de coordenadas N= 7417411,500 m e E= 528331,349 m; deste marco segue 100,71679º e 10,040 m até o vértice M5, de coordenadas N= 7417409,633 m e E= 528341,215 m; deste, segue no azimute e distância: 163,26400º e 127,805 m até o vértice M6 de coordenadas N= 7417287,242 m e E= 528378,018 m; daí segue com o azimute e distância: 255,67728º e 41,517 m até o vértice M7 de coordenadas N= 7417276,971 m e E= 528337,791 m; deste, com o azimute e distância 344,67308º e 119,805 m até o vértice M8 de coordenadas N= 7417392,515 m e E= 528306,124 m;deste, segue no azimute e distância: 304,33022º e 254,635 m até o vértice M9 de coordenadas N= 7417551,685 m e E= 528071,494 m; daí segue com o azimute e distância: 217,64762º e 75,570 m até o vértice M10 de coordenadas N= 7417491,850 m e E= 528025,335 m; deste, com o azimute e distância 305,96052º e 107,717 m até o vértice M11 de coordenadas N= 7417555,104 m e E= 527938,147 m; deste, segue o azimute e distância: 37,18471º e 124,459 m até o vértice M12 de coordenadas N= 7417654,260 m e E= 528013,368 m; segue no azimute e distância: 311,90594º e 89,586 m até o vértice M13 de coordenadas N= 7417714,095 m e E= 527946,695 m; deste marco segue no azimute e distância: 40,03026º e 55,817 m até o vértice M14 de coordenada N= 7417756,834 m e E= 527982,596 m; segue com o azimute e distância: 126,86990º e 68,383 m até o vértice M15 de coordenadas N= 7417715,805 m e E= 528037,302 m; deste marco segue com o azimute e distância: 65,77225º e 337,445 m até o vértice M16 de coordenadas N= 7417854,280 m e E= 528345,026 m; deste, segue o azimute e distância: 22,24902º e 40,636 m até o vértice M17 de coordenadas N= 7417891,891 m e E= 528360,412 m; deste, segue o azimute e distância: 293,42869º e 55,896 m até o vértice M18 de coordenadas N= 7417914,115 m e E= 528309,125 m; deste, segue o azimute e distância: 24,44395º e 103,284 m até o vértice M19 de coordenadas N= 7418008,142 m e E= 528351,864 m; deste, segue o azimute e distância: 110,55605º e 189,886 m até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

MEMORIAL DESCRITIVO
Núcleo: Ilha do Araújo
Comarca: Paraty
Município: Paraty
UF: RJ
Área 1: 30,8376 ha.
Perímetro 1: 4.653,793 m
Área 2: 2,7257 ha.
Perímetro 2: 972,770 m
Descrição da Área 1

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, de coordenadas N= 7437896,142 m e E= 531555,723 m; deste ponto, segue com o azimute e distância: 71,07556º e 76,484 m até o vértice M2 de coordenadas N= 7437920,947 m e E= 531628,073 m; deste, segue com o azimute e distância: 356,75340º e 54,828 m até o vértice M3 de coordenadas N= 7437975,687 m e E= 531624,968 m; daí, segue para 30,18785º e 122,521 m até o vértice M4, de coordenadas N= 7438081,592 m e E= 531686,576 m; deste marco segue 86,20569º e 56,836 m até o vértice M5, de coordenadas N= 7438085,353 m e E= 531743,287 m; deste, no azimute e distância: 6,24545º e 175,549 m até o vértice M6 de coordenadas N= 7438259,860 m e E= 531762,384 m; daí segue com o azimute e distância: 335,39721º e 180,496 m até o vértice M7 de coordenadas N= 7438423,970 m e E= 531687,239 m; deste, com o azimute e distância 264,28941º e 52,083 m até o vértice M8 de coordenadas N= 7438418,787 m e E= 531635,415 m; deste, segue o azimute e distância: 302,80940º e 57,113 m até o vértice M9 de coordenadas N= 7438449,734 m e E= 531587,413 m; segue no azimute e distância; 339,50497º e 112,450 m até o vértice M10 de coordenadas N= 7438555,066 m e E= 531548,041 m; deste marco segue no azimute e distância: 316,77682º e 218,665 m até o vértice M11 de coordenada N= 7438714,406 m e E= 531398,290 m; segue com o azimute e distância: 263,51389º e 54,165 m até o vértice M12 de coordenadas N= 7438708,287 m e E= 531344,472 m; deste marco segue com o azimute e distância: 8,27888º e 408,950 m até o vértice M13 de coordenadas N= 7439112,976 m e E= 531403,357 m; deste, segue o azimute e distância: 89,18894º e 415,974 m até o vértice M14 de coordenadas N= 7439118,864 m e E= 531819,290 m; deste, segue o azimute e distância: 30,12100º e 177,466 m até o vértice M15 de coordenadas N= 7439272,366 m e E= 531908,347 m; deste, segue o azimute e distância: 1,58191º e 203,868 m até o vértice M16 de coordenadas N= 7439476,157 m e E= 531913,975 m; deste, segue com o azimute e distância: 219,62045º e 264,447 m até o vértice M17 de coordenadas N= 7439272,457 m e E= 531745,338 m; deste, segue o azimute e distância: 255,57581º e 255,213 m até o vértice M18 de coordenadas N= 7439208,884 m e E= 531498,169 m; segue para o azimute e distância: 273,21084º e 225,052 m até o vértice M19 de coordenadas N= 7439221,489 m e E= 531273,471 m; deste, segue no azimute e distância: 188,62736º e 562,632 m até o vértice M20 de coordenadas N= 7438665,223 m e E= 531189,072 m; deste segue no azimute e distância: 124,75209º e 139,408 m até o vértice M21de coordenadas N= 7438585,757 m e E= 531303,613 m; deste, segue no azimute e distância: 152,65499º e 198,054 m até o vértice M22 de coordenadas N= 7438409,834 m e E= 531394,589 m; daí, segue no azimute e distância: 179,42782º e 108,291 m até o vértice M23 de coordenadas N= 7438301,549 m e E= 531395,670 m; segue no azimute e distância: 127,40944º e 251,164 m até o vértice M24 de coordenadas N= 7438148,965 m e E= 531595,173 m; segue no azimute e distância: 153,04783º e 72,549 m até o vértice M25 de coordenadas N= 7438084,296 m e E= 531628,056 m; segue no azimute e distância: 180,00000º e 64,121 m até o vértice M26 de coordenadas N= 7438020,174 m e E= 531628,056 m; deste ponto segue no azimute e distância: 210,24979º e 143,584 m até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Descrição da Área 2

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, de coordenadas N= 7438535,414 m e E= 532016,857 m; deste ponto, segue azimute e distância: 210,03329º e 96,357 m até o vértice M2, de coordenadas N= 7438451,995 m e E= 531968,630 m; deste, segue azimute e distância: 200,55614º e 67,181 m até o vértice M3 de coordenadas N= 7438389,091 m e E= 531945,041 m; daí, segue para 187,52375º e 70,060 m até o vértice M4, de coordenadas N= 7438319,634 m e E= 531935,868 m; deste marco segue 178,21019º e 41,956 m até o vértice M5, de coordenadas N= 7438277,698 m e E= 531937,178 m; deste, no azimute e distância: 153,43482º e 46,886 m até o vértice M6 de coordenadas N= 7438235,763 m e E= 531958,146 m; daí segue com o azimute e distância: 180,00000º e 39,315 m até o vértice M7 de coordenadas N= 7438196,448 m e E= 531958,146 m; deste, com o azimute e distância 213,26226º e 40,236 m até o vértice M8 de coordenadas N= 7438162,803 m e E= 531936,078 m; deste, segue o azimute e distância: 271,50750º e 73,408 m até o vértice M9 de coordenadas N= 7438164,735 m e E= 531862,695 m; segue no azimute e distância: 20,55591º e 35,910 m até o vértice M10 de coordenadas N= 7438198,358 m e E= 531875,304 m; deste marco segue no azimute e distância: 358,34511º e 114,526 m até o vértice M11 de coordenada N= 7438312,837 m e E= 531871,996 m; segue com o azimute e distância: 12,31541º e 65,978 m até o vértice M12 de coordenadas N= 7438377,296 m e E= 531886,069 m; deste marco segue com o azimute e distância: 2,65715º e 85,716 m até o vértice M13 de coordenadas N= 7438462,920 m e E= 531890,042 m; deste, segue o azimute e distância: 43,70618º e 151,670 m até o vértice M14 de coordenadas N= 7438572,560 m e E= 531994,840 m; deste, segue no azimute e distância: 149,34479º e 43,181 m até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

MEMORIAL DESCRITIVO
Núcleo: Ilha do Algodão
Comarca: Paraty
Município: Paraty
UF: RJ
Área 1: 25,0212 ha.
Perímetro 1: 4.320,223 m
Área 2: 8,9482 ha.
Perímetro 2: 1.184,856 m
Área 3: 3,0961 ha.
Perímetro 3: 667,846 m
Descrição da Área 1

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, de coordenadas N= 7432361,096 m e E= 539603,002 m; deste ponto, segue com o azimute e distância: 253,46514º e 148,690 m até o vértice M2 de coordenadas N= 7432403,413 m e E= 539745,543 m; deste, segue com o azimute e distância: 243,54362º e 262,456 m até o vértice M3 de coordenadas N= 7432520,342 m e E= 539980,514 m; daí, segue para 275,22223º e 207,993 m até o vértice M4, de coordenadas N= 7432501,410 m e E= 540187,644 m; deste marco segue 251,40453º e 125,719 m até o vértice M5, de coordenadas N= 7432541,500 m e E= 540306,799 m; deste, no azimute e distância: 220,70516º e 199,783 m até o vértice M6 de coordenadas N= 7432552,636 m e E= 540375,843 m; daí segue com o azimute e distância: 172,12611º e 105,675 m até o vértice M7 de coordenadas N= 7432704,087 m e E= 540506,134 m; deste, com o azimute e distância 234,04461º e 195,351 m até o vértice M8 de coordenadas N= 7432808,766 m e E= 540491,657 m; deste, segue o azimute e distância: 210,89983º e 171,311 m até o vértice M9 de coordenadas N= 7432923,467 m e E= 540649,789 m; segue no azimute e distância: 159,90484º e 48,618 m até o vértice M10 de coordenadas N= 7433070,463 m e E= 540737,764 m; deste marco segue no azimute e distância: 204,13234º e 152,531 m até o vértice M11 de coordenada N= 7433116,121 m e E= 540721,060 m; segue com o azimute e distância: 178,21012º e 35,653 m até o vértice M12 de coordenadas N= 7433255,321 m e E= 540783,422 m; deste marco segue com o azimute e distância: 219,71870º e 188,209 m até o vértice M13 de coordenadas N= 7433290,957 m e E= 540782,308 m; deste, segue o azimute e distância: 267,11827º e 115,197 m até o vértice M14 de coordenadas N= 7433435,726 m e E= 540902,577 m; deste, segue o azimute e distância: 19,19372º e 93,072 m até o vértice M15, localizado na curva de nível de cota 40, de coordenadas N= 7433441,517 m e E= 541017,628 m; deste, segue sentido sul por essa cota, até o vértice M16 de coordenadas N= 7433353,619 m e E= 540987,029 m; deste ponto segue no azimute e distância: 174,26107º e 83,879 m até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Descrição da Área 2

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, localizado na curva de nível de cota 100, de coordenadas N= 7433028,124 m e E= 541776,194 m; deste ponto, segue no azimute e distância: 279,83300º e 0,942 m até o vértice M2, localizado ainda na mesma cota, de coordenadas N= 7433307,919 m e E= 541780,794 m; deste, segue por essa cota até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Descrição da Área 3

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, localizado na curva de nível de cota 80, de coordenadas N= 7433571,915 m e E= 541653,700 m; deste ponto, segue no azimute e distância: 79,45921º e 97,847 m até o vértice M2, localizado ainda na mesma cota, de coordenadas N= 7433554,015 m e E= 541557,504 m; deste, segue por essa cota até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

EXEMPLAR DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

ANEXO 4

Critérios para Intervenção no Sítio Tombado
1. Parâmetros Construtivos Gerais

	Lote Mínimo	Altura Máxima da Edificação	Taxa de Ocupação	Área de Projeção Máxima de cada Edificação*	Afastamento Mínimo entre Edificações	Afastamentos das Divisas
Área de Estruturação Territorial (AET)	X	8,5 m	X	X	X	X
Área de Tolerância à Ocupação (ATO)	20.000 m²	6,0 m	2 %	200 m²	10 m	8 m
Área de Contenção da Ocupação (ACO)	20.000 m²	6,0 m	1 %	200 m²	20 m	15 m

* Admite-se a construção de mais de uma edificação em um mesmo lote.

2. Parâmetros Construtivos nas imediações do Bairro Histórico

	Altura Máxima da Edificação	Taxa de Ocupação	Outros Parâmetros
Zona do Bairro Histórico	Norma específica do Bairro Histórico - até edição da portaria específica, valem os critérios definidos nas leis municipais 608/81 e 655/83.		
Zona de Influência Direta sobre o Bairro Histórico			
Imediação do Bairro Histórico - Beco da Generosa	6,0 m	50%	As construções com fachada voltada para a Av. Marechal Deodoro deverão ser preservadas
Imediação do Bairro Histórico - Chácara	8,5 m	50%	Afastamento Frontal - 5m nas Ruas Marechal Deodoro, José Vieira Ramos, João Luís do Rosário, Jango Pádua
Imediação do Bairro Histórico - Patitiba	8,5 m	50%	Nos lotes com fundos para o mangue, a taxa de ocupação de 50% deverá ser exercida na parte frontal, ficando 50% do terreno livre nos fundos.
Ilha das Cobras	8,5 m		A orla deverá ser objeto de projeto paisagístico.
Boa Vista	8,5 m até cota 05 m; 6,0 m entre cotas 05 m e 30 m	25%	A área de projeção máxima de cada edificação será de 200 m². Galpões das marinas poderão atingir 8,5 m de altura, não sendo aplicável a limitação de 200m² para a área de projeção máxima.
Imediação da Santa Casa de Misericórdia	6,0 m	50%	
Imediação do Bairro Histórico - Pontal	8,5 m	50%	
Área de preservação do Morro do Forte Defensor Perpétuo			Área a ser preservada.
Imediação do Bairro Histórico - Encosta Sul do Morro do Caborê	6,0 m	50%	
Imediação do Bairro Histórico - Encosta Norte do Morro do Caborê 1	6,0 m	20%	
Imediação do Bairro Histórico - Encosta Norte do Morro do Caborê 2	8,5 m	20%	
Zona de Influência Indireta sobre o Bairro Histórico	8,5 m	60%	

Obs. Avenida Roberto da Silveira (incluindo a avenida projetada entre esta avenida e a Jabaquara) - Será admitido nesses eixos taxa de ocupação de 70% e exigido afastamento frontal mínimo de 5,0 (cinco) metros.

3. Parâmetros Construtivos nos Núcleos Habitacionais

	Altura Máxima da Edificação	Taxa de Ocupação	Outros Parâmetros
Núcleos da Zona Especial de Preservação	6m	30%	Em áreas do núcleo localizadas até a cota altimétrica de 20m, valem os parâmetros de AET.
Núcleos da Zona de Preservação	6m	50%	Em áreas do núcleo localizadas até cota altimétrica de 20m, valem os parâmetros de AET. É admitida altura máxima da edificação de 16m no polígono 2 do Núcleo Chapéu do Sol.
Núcleos da Zona de Preservação identificados pelo Plano de Manejo da APA Cairuçu como vilas caiçaras	Aplicam-se os critérios da APA do Cairuçu		

ANEXO 5

Bens de Especial Interesse Cultural

São classificados como Bens de Especial Interesse Cultural, sem prejuízo de outros que venham a ser identificados, os bens abaixo relacionados.

Qualquer intervenção nos Bens de Especial Interesse Cultural dependerá de prévia autorização do IPHAN.

As intervenções no Sítio Tombado deverão considerar os critérios indicados a seguir para garantir a preservação dos Bens de Especial de Interesse Cultural e outros que possam vir a ser estabelecidos pelo IPHAN diante do caso concreto.

Bens de Especial Interesse Cultural

1. Caminho do Ouro

No Sítio Tombado, fica vedada a construção de novas edificações, bem como qualquer intervenção, movimento de terra, abertura de vala de drenagem e fundações, na faixa de 120 (cento e vinte) metros de largura tendo como eixo central o alinhamento dos remanescentes da antiga trilha que ligava Paraty ao interior do país, conhecida como "caminho do ouro", bem como vedada qualquer intervenção ou retirada de material nas construções ou remanescentes de construções e ele associadas.

2. Elementos ou espaços localizados no Núcleo Sede relevantes para a compreensão do Bairro Histórico:

a. Chafariz do Presidente Pedreira localizado na Praça Macedo Soares;

b. Cruz das Almas, na rua Presidente Pedreira;

c. Portão de Ferro;

d. Antigo rocio, em correspondência aproximada ao atual campo de futebol.

- Fica vedada a construção de novas edificações, implantação de quaisquer novos elementos no espaço público ou intervenções que interfiram na ambiência e visibilidade dos Bens de Especial Interesse Cultural.

3. Edificações de antigas fazendas e engenhos localizados no Sítio Tombado:

a. Edificação-sede da Fazenda Bom Retiro, no Corumbê

b. Edificação-sede da Fazenda Muricana, na Pedra Branca;

c. Sobrado e Engenho na Fazenda Boa Vista, na Olaria;

d. Edificação-sede da Fazenda Itatinga, no Saco do Fundão, Enseada de Paraty-Mirim;

e. Engenho do rio dos Meros, no sertão do rio dos Meros.

Fica vedada a construção de novas edificações no raio de 200 (duzentos) metros do respectivo Bem de Especial Interesse Cultural.

4. Igreja do Corumbê

Fica vedada a construção de novas edificações no raio de 200 (duzentos) metros do respectivo Bem de Especial Interesse Cultural.

5. Conjunto Arquitetônico e Histórico de Paraty-Mirim formado por Igreja, duas edificações contíguas e ruínas

Fica vedada a construção de novas edificações na poligonal do sítio arqueológico denominado Complexo Arqueológico Ruínas de Paraty-Mirim.

6. Forte Defensor Perpétuo

Fica vedada a construção de edificações na Área de Preservação do Morro do Forte Defensor Perpétuo.

7. Igreja de Nossa Senhora das Dores

Aplicam-se os critérios de intervenção previstos pelo IPHAN para o Bairro Histórico no que couber.

8. Igreja de Nossa Senhora do Rosário

Aplicam-se os critérios de intervenção previstos pelo IPHAN para o Bairro Histórico no que couber.

9. Igreja de Santa Rita

Aplicam-se os critérios de intervenção previstos pelo IPHAN para o Bairro Histórico no que couber.

10. Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios

Aplicam-se os critérios de intervenção previstos pelo IPHAN para o Bairro Histórico no que couber.

11. Antiga Cadeia, situada no Largo de Santa Rita

Aplicam-se os critérios de intervenção previstos pelo IPHAN para o Bairro Histórico no que couber.

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 519, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1° - Aprovar projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)

12 5614 - Era uma vez ... E há muito tempo atrás...
WINTRACOM CONSTRUÇÕES, INVESTIMENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 05.567.551/0001-55
Processo: 01400.015970/20-12
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 1.865.988,00
Prazo de Captação: 14/09/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:

Produzir com apurada qualidade cenográfica e efeitos visuais gráficos o ambiente que propicie a melhor experiência de contação de histórias, em 72 apresentações gratuitas, sendo histórias de contos tradicionais, adaptados à linguagem de hoje para crianças de ensino fundamental. As 72 apresentações serão registradas em vídeo digital full HD de alta resolução para serem disponibilizadas via internet, exibições em canais de tv e ou distribuição em mídias físicas.

12 5545 - PROJETO O QUEBRA NOZES
Instituto Educarte de Educação e Arte
CNPJ/CPF: 08.580.323/0001-03
Processo: 01400.015871/20-12
DF - Brasília
Valor do Apoio R$: 490.609,54
Prazo de Captação: 14/09/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:

Realizar, sob a Direção Geral e Artística de Gisèle Santoro e a Direção Musical do Maestro Titular da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Claudio Santoro - OSTNCS, o Maestro Cláudio Cohen, o ballet "O QUEBRA-NOZES" na Sala VILLA LOBOS do Teatro Nacional Claudio Santoro. Serão realizadas 06 récitas do espetáculo.

12 5021 - REDEMUNHO
Bateia Cultura Produções Artísticas Ltda ME
CNPJ/CPF: 10.506.387/0001-06
Processo: 01400.012936/20-12
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 336.633,34
Prazo de Captação: 14/09/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:

Espetáculo teatral composto por 3 contos do livro Faca, de Ronaldo Correia de Brito. Os contos apresentam um Brasil ainda arcaico, com imagens penetrantes e de alta densidade poética. Realizaremos uma temporada de 8 semanas, de quinta a domingo, totalizando 32 apresentações em teatro ainda não agendado, no Rio de Janeiro.

12 5568 - Removendo Pedras & Plantando Flores
Cooperativa Paulista de Teatro
CNPJ/CPF: 51.561.819/0001-69
Processo: 01400.015897/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 375.100,00
Prazo de Captação: 14/09/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:

A Cia. Teatro da Investigação, dirigida por Edu Brisa e integrante da Cooperativa Paulista de Teatro, pretende montar a peça teatral "Removendo Pedras, Plantando Flores" de autoria de Mauro Hirdes A peça trata da vida da poetisa Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas (1889 - 1985), conhecida como Cora Coralina.

O PROJETO PREVÊ 24 APRESENTAÇÕES EM TEATRO NA CIDADE DE SÃO PAULO.

12 5023 - A Volta ao Mundo em 80 dias
SOLAS DE VENTO PRODUÇÃO CULTURAL E ARTISTICA S/S LTDA - ME
CNPJ/CPF: 11.917.731/0001-12
Processo: 01400.012938/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 327.855,00
Prazo de Captação: 14/09/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:

O projeto trata da itinerância da peça infantil "A Volta ao Mundo em 80 dias" da Cia Solas de Vento. A peça, sucesso de público e crítica que esteve em cartaz durante o ano de 2010 e 2011 na cidade de São Paulo e também no interior de SP, agora irá itinerar para 5 capitais brasileiras: Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador e Recife. A peça é baseada na obra homônima de Julio Vernes.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
12 4622 - Pra ver a Banda passar
Denise Damaris da Silva
CNPJ/CPF: 056.321.936-08
Processo: 01400.012408/20-12
MG - Confins
Valor do Apoio R$: 218.439,00
Prazo de Captação: 14/09/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O Projeto "Pra ver a Banda passar" consiste na gravação de um CD-ROOM contendo 12 faixas com obras de maestros e músicos que fizeram parte da história da Corporação Musical Nossa Senhora de Lourdes, com tiragem de 3.000 cópias. As obras gravadas terão suas partituras disponibilizadas no CD-ROOM em formato PDF, podendo ser impressas para execução das composições, promovendo, assim, sua difusão que ainda se dará através das retretas realizadas pela Corporação Musical Nossa Senhora de Lourdes.
12 3784 - 8º Festival de Música italiana
Sociedade Recreativa Indaial
CNPJ/CPF: 84.232.511/0001-29
Processo: 01400.010766/20-12
SC - Indaial
Valor do Apoio R$: 629.730,00
Prazo de Captação: 14/09/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Concurso de musica Italiana, nas modalidades de composição inédita e interpretação, onde estas musicas e tablaturas serão apresentadas a uma comissão julgadora que as classificara como concorrentes do concurso. Após sua classificação para o concurso estas musicas no total de 24 (vinte e quatro), 12 (doze) Inédita e 12 (doze) Interpretação, serão apresentadas a comissão de jurados e plateia, para que julguem e premiem as 5 (cinco) melhores em cada categoria.
12 5116 - - Arte e Inclusão; Orquestra Escola Infanto-juvenil
e Ateliê de Artes Visuais -
Lar da Benção Divina
CNPJ/CPF: 62.702.550/0001-00
Processo: 01400.014934/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 603.970,00
Prazo de Captação: 14/09/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Projeto de continuidade das atividades artístico-pedagógicas da Associação Lar da Benção Divina com a manutenção da Orquestra Escola Infanto-juvenil (oficinas de musicalização e concertos) e de sua implementação com o ateliê de oficinas de artes-visuais. As atividades serão oferecidas gratuitamente a crianças e jovens carentes pelo período de 01 ano.
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)
12 5463 - Exposição Hereros Angola - no Museu Nacional da Cultura Afro Brasileira em Salvador Maianga Produções Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 04.000.416/0001-60
Processo: 01400.015748/20-12
BA - Salvador
Valor do Apoio R$: 341.658,40
Prazo de Captação: 14/09/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Realizar a itinerância da exposição fotográfica Hereros Angola em Salvador, Com fotos de Sérgio Guerra e curadoria de Emanoel Araújo, a mostra é um registro iconográfico e documental do mais antigo grupo étnico de África - os Hereros -, e mostra as raízes ancestrais e os fortes elos socioculturais que unem a África ao Brasil.
12 6875 - 6xAlbano
Cineviola Filmes e Comunicação LTDA
CNPJ/CPF: 68.669.787/0001-12
Processo: 01400.022459/20-12
RJ - Três Rios
Valor do Apoio R$: 77.294,00
Prazo de Captação: 14/09/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Exposição multimidia reunindo 6 grandes e premiados fotógrafos de uma mesma família: os nascidos em Fortaleza, os irmãos José e Maurício Albano, e seu filho Ciro Albano; e os nascidos no Rio de Janeiro, o irmãos Mario, Ricardo e Fernando de Aratanha. Apresentada em sala escura, as fotos e microvídeos são projetados em sequencias simultâneas, em grande formato. São utilizados 6 projetores de última geração que atuam ao mesmo tempo.
12 3321 - ANTROPOFAGIA DO PASSO - POR ONDE VOCÊ CAMINHA? LUIZA RIBEIRO PRODUCOES VISUAIS LTDA EM
CNPJ/CPF: 15.185.459/0001-84
Processo: 01400.010214/20-12
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 286.350,00
Prazo de Captação: 14/09/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Projeto de vídeo-instalação idealizado pela poeta, curadora e artista plástica Luzia Ribeiro integrando vários segmentos como gravação audiovisual, montagem de exposição e leitura de poemas com o objetivo de homenagear 12 importantes representantes da arte contemporânea brasileira: Anna Bella Geiger, Arthur Omar, Antonio Manoel, Cabelo, Daniel Senise, Luiz Alphonsus, Roberto Magalhães, Ronald Duarte, Tunga, Victor Arruda, Wanda Pimentel e Xico Chaves.
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 18)
12 3684 - Portal BrasilMuseus
Giallo Marketing e Atitude Ltda
CNPJ/CPF: 11.579.634/0001-67
Processo: 01400.010650/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 613.550,40
Prazo de Captação: 14/09/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
"BrasilMuseus" é uma publicação digital, no formato de um sitio de intrernet/portal, contendo informações sobre museus dos diferentes municípios brasileiros. Com uma linguagem simples, interativa e, principalmente visual, o BrasilMuseus terá como missão valorizar o patrimônio museológico nacional, aumentando a sua atratividade e incentivando visitas aos museus por brasileiros (público interno) e estrangeiros (público externo).
ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
12 4929 - Memórias sobre rodas
Conteúdo Participações e Serviços Teatrais Ltda.
CNPJ/CPF: 05.945.247/0001-02
Processo: 01400.012794/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 357.482,60
Prazo de Captação: 14/09/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Produção, edição e publicação de livro que irá retratar a memória do País na década de 70, tendo o automóvel como ícone. A partir de fotos e texto narrativo serão apresentadas informações sobre o desenvolvimento da sociedade brasileira, a partir do incremento do automóvel num país que - apesar de estar vivendo numa ditadura-, apresentava um milagre econômico que transformou esta época num período de crescimento surpreendente.
12 6162 - Feira do Livro de São Vendelino- 2012
ASSOCIACAO DO TRANSPORTE UNIVERSITARIO DE SAO VENDELINO
CNPJ/CPF: 01.692.312/0001-76
Processo: 01400.016751/20-12
RS - São Vendelino
Valor do Apoio R$: 50.715,00
Prazo de Captação: 14/09/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
A Feira do Livro de São Vendelino é o maior evento literário do município. Realiza-se com entrada gratuita, recebendo cerca de 5000 pessoas. Paralelamente estaremos lançando o Livro "História de São Vendelino" sobre os referenciais históricos e culturais da cidade, sendo este uma importante fonte de pesquisa e de democratização do acesso a esta memória coletiva e distribuído gratuitamente.
12 6876 - MARIO QUINTANA O POETA DAS COISAS SIMPLES - Performance Poética Teatral Crochet Eventos e Promoções Ltda
CNPJ/CPF: 12.082.654/0001-90
Processo: 01400.022462/20-12
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 217.221,60
Prazo de Captação: 14/09/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Performance Poética Literária Teatral sobrea vida e obra do poeta Mario Quintana
12 5384 - Revisitando Koch-Grünberg - um antropólogo alemão nos mundos de Makunaíma Contexto Produções Editoriais
CNPJ/CPF: 00.999.863/0001-14
Processo: 01400.015656/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 255.800,00
Prazo de Captação: 14/09/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O projeto visa à publicação de um livro sobre Theodor Koch-Grünberg (Grünberg, Oberhessen, Alemanha, 1872; Bela Vista, Roraima, 1925), em edição bilíngue; português e alemão -, amplamente ilustrado, com contribuições inéditas de conhecidos pesquisadores brasileiros da área de antropologia, musicologia, literatura e história, todos ligados a instituições universitárias do país e da Alemanha.
12 5522 - O circo no Brasil - história e personagens Editora
Terceiro Nome Ltda.
CNPJ/CPF: 02.868.441/0001-35
Processo: 01400.015832/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 317.702,00
Prazo de Captação: 14/09/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Nossa proposta é a elaboração de um livro que reúna vasta iconografia, documentos, fotografias e texto que conte a história do circo no Brasil; suas influências, fases e movimentos, passando pelos processos de imigração, de encontro de diferentes culturas, de divulgação da arte popular, e chegando até os dias de hoje, quando o circo é utilizado como poderoso veículo de inclusão social.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
12 5387 - Gravação e Lançamento do CD: "Obrigado, Poeta!
O Retrô interpreta Paulo César Feital". AS3 PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME
CNPJ/CPF: 13.317.384/0001-12
Processo: 01400.015659/20-12
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 371.328,00
Prazo de Captação: 14/09/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Gravação e lançamento de CD, pelo grupo "O retrô". O disco terá composições inéditas do poeta, compositor e teatrólogo Paulo César Feital. O projeto receberá convidados especiais, além da participação do poeta homenageado. Serão produzidos 2000 exemplares do disco, além da realização de 4 shows de lançamento,. Como forma de contrapartida social serão realizados 2 shows gratuitos.
12 4946 - Prêmio Universidade FM
Fundação Sousandrade de Apoio ao Desenvolvimento da UFMA
CNPJ/CPF: 07.060.718/0001-12
Processo: 01400.012813/20-12
MA - São Luís
Valor do Apoio R$: 339.416,62
Prazo de Captação: 14/09/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Realização de uma premiação a fim de valorizar a produção cultural maranhense, bem como incentivar a produção das mais diferentes formas musicais, estimular a produção cultural no Estado, fomentar o aparecimento de novos compositores e artistas e promover o fortalecimento da singularidade da nossa cultura
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 26)
12 5078 - Arte Ambiental G.C. CULTURAL EVENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 11.572.337/0001-90
Processo: 01400.014887/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 407.321,00
Prazo de Captação: 14/09/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O projeto Arte Ambiental atenderá 1000 adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, em escolas públicas municipais-estaduais de 10 cidades, a fim de dar-lhes oportunidade de acesso a cultura por meio das artes plásticas, promovendo a criatividade e divulgando os talentos por meio de uma exposição dos trabalhos produzidos em cada uma das cidades envolvidas.
ÁREA : 6 HUMANIDADES - (ART26)
12 5627 - Arq. Futuro
BEI - Comunicação Ltda.
CNPJ/CPF: 01.764.496/0001-32
Processo: 01400.015997/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 741.440,00
Prazo de Captação: 14/09/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O projeto pretende realizar a 3ª edição do Arq.Futuro, que consiste em um grande encontro entre público, estudantes e arquitetos nacionais e internacionais, em um ciclo de debates e palestras a respeito da arquitetura. Com esse evento pretende-se fazer a difusão de um debate maior a respeito da arquitetura, em todas as suas facetas. Além dos debates e palestras, o projeto prevê a criação de um site e um livro impresso, bilingue (português/inglês).
12 6198 - Arq.Futuro - Edição Minas Gerais - 2012 (título provisório)
BEI - Comunicação Ltda.
CNPJ/CPF: 01.764.496/0001-32
Processo: 01400.016808/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 585.940,00
Prazo de Captação: 14/09/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O projeto pretende realizar a edição de Minas Gerais do projeto Arq.futuro. Será um grande encontro entre público, estudantes e arquitetos nacionais e internacionais, em um ciclo de debates e palestras a respeito da arquitetura. Com esse evento pretende-se fazer a difusão de um debate maior a respeito da arquitetura, em todas as suas facetas. Além dos debates e palestras, o projeto prevê a criação de um site, um livro impresso e um eletrônico (edição bilíngue - português/inglês).

PORTARIA N° 520, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1° - Aprovar a complementação de Valor em favor do projeto cultural relacionado no anexo a esta Portaria, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
11 13897 - III Rio Jazz Festival
Orquestra de Bolso Produções Artísticas Ltda - ME
CNPJ/CPF: 09.559.284/0001-25
RJ - Rio de Janeiro
Valor Complementar em R$: 48.000,00
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)
11 2871 - A Terra Vista do Céu
Bonfilm Produção e Distribuição Audiovisual Ltda.
CNPJ/CPF: 10.383.039/0001-99
RJ - Rio de Janeiro
Valor Complementar em R$: 241.655,00

PORTARIA N° 521, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art.1°- Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO I

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 18)
99 6496 - RB 762
Fundação Universitária José Bonifácio FUJB
CNPJ/CPF: 42.429.480/0001-50
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
ANEXO II
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 26)
06 5984 - Espaço Cultural de Itapetininga
Associação Comercial de Itapetininga
CNPJ/CPF: 49.704.927/0001-00
SP - Itapetininga
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012

PORTARIA N° 522, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1° - Aprovar a redução de Valor em favor dos projetos culturais relacionados no anexo a esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
11 9179 - ESPAÇO VIDA & MÚSICA - Edição I - Fases III e IV
INSTITUTO CARGOLIFT
CNPJ/CPF: 05.792.857/0001-05
PR - Curitiba
Valor reduzido em R$: 70.812,72

PORTARIA N° 523, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

ART.1º - Alterar o enquadramento do projeto abaixo relacionado:

PRONAC: 12 0256 - "COLEÇÃO DE FOTOGRAFIA APARECIDO JANNIR SALATINI - CATALOGAÇÃO, DIGITALIZAÇÃO E BANCO DE DADOS VIRTUAL", publicado na portaria n° 0227/12 de 20/04/2012, publicada no D.O.U. em 23/04/2012.

Onde se lê: ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 26)

Leia-se: ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

RETIFICAÇÃO

Retificar o art. 1º da Portaria nº 774, de 28 de dezembro de 2011, publicada em 29/12/2011, Seção 1, pagina 11 que torna pública a relação dos requerimentos selecionados pela Comissão de Avaliação e Seleção do Programa de Intercâmbio e Difusão Cultural, para participação em eventos culturais cujas viagens estejam previstas para março de 2012:

Onde se lê: I - Requerimentos de grupos:

PROCESSO	PRONAC	REQUERENTE	TÍTULO DO PROJETO/EVENTO	ORIGEM (UF)	DESTINO	PONTUAÇÃO	VALOR DO BENEFÍCIO
01400.041943/2011- 11	11 14424	Grupo Ana Luisa Brites Blaser - Ana Luisa	Novos olhares e perspectivas acerca da educação escolar indígena: intercâmbio cultural entre os Krahô e Xikrin nas escolas Baniwa e Tuyuka do alto Rio Negro	SP	AM	47,5	R$ 16.500,00

Leia-se: V - II - Requerimentos de grupos:

PROCESSO	PRONAC	REQUERENTE	TÍTULO DO PROJETO/EVENTO	ORIGEM (UF)	DESTINO	PONTUAÇÃO	VALOR DO BENEFÍCIO
01400.041943/2011- 11	11 14424	Grupo Ana Luisa Brites Blaser - Ana Luisa	Novos olhares e perspectivas acerca da educação escolar indígena: intercâmbio cultural entre os Krahô e Xikrin nas escolas Baniwa e Tuyuka do alto Rio Negro	SP	AM	47,5	R$ 21.500,00

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL

PORTARIA DCTA Nº 161-T/DRH-SDPC, DE 30 DE AGOSTO DE 2012

Subdelegação de competência ao Magnífico Reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica.

Protocolo COMAER nº 67700.004653/2012-93

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 10 do Regulamento do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial, aprovado pela Portaria nº 26/GC3, de 15 de janeiro de 2010; de acordo com o disposto nos artigos 11 e 12 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e no art. 6º do Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979; e, ainda, considerando o que consta da Portaria nº 543/GC1, de 28 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 168, de 29 de agosto de 2012, Seção 1, resolve:

Art. 1º Subdelegar competência ao Magnífico Reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) para, observada a legislação em vigor, adotar providências que se fizerem necessárias para a realização do concurso público destinado ao provimento dos cargos de Professor da Carreira de Magistério Superior, autorizado pela Portaria nº 358, de 15 de agosto de 2012, do MPOG, publicado no Diário Oficial da União nº 159, de 16 de agosto de 2012, Seção 1.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar AILTON DOS SANTOS POHLMANN

COMANDO DA MARINHA
TRIBUNAL MARÍTIMO
SECRETARIA-GERAL

ATA DA 6.747ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 2012 (TERÇA-FEIRA)

Presidência do Exmo. Sr. Juiz Vice-Almirante (RM1) LUIZ AUGUSTO CORREIA, Secretário do Tribunal, o Bacharel MANOEL MACHADO DOS ANJOS.

Às 13h30min, presentes os Exmos. Srs. Juízes, FERNANDO ALVES LADEIRAS, MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA PADILHA, MARCELO DAVID GONÇALVES, SERGIO CEZAR BOKEL, SERGIO BEZERRA DE MATOS e NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO, foi aberta a Sessão. Sem impugnação, foi aprovada a Ata da Sessão anterior, distribuída nos termos do art. 31 do Regimento Interno.

REPRESENTAÇÕES RECEBIDAS

Nº 26.947/2012 - Fato da navegação envolvendo a baleeira do NM "PHILIP", ocorrido no fundeadouro nº 4 da baía de São Marcos, São Luís, Maranhão, em 22 de março de 2011.

Relator: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Yevgen Zhygaryev (Comandante).

Nº 26.701/2012 - Acidente da navegação envolvendo o NM "CMA CGM HOMERE", de bandeira do Reino Unido, com o fundo, ocorrido na área do porto de Natal, Rio Grande do Norte, em 02 de abril de 2011.

Relator: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Sebastião Rodrigues Leite (Prático), Lúcio Flávio Azevedo da Costa (Prático) e Focsa Gheorghe (Comandante).

Nº 27.100/2012 - Fato da navegação envolvendo o NM "AMORITA", de bandeira panamenha, ocorrido no canal do Espadarte, Salinas, Pará, em 16 de setembro de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Rolando Villasenor Dulay (Comandante).

JULGAMENTO

Nº 23.273/2008 - Acidente da navegação envolvendo a LM "OCEAN THERAPY" com a laje do Maná, baía da Ribeira, Angra dos Reis, Rio de Janeiro, ocorrido em 12 de outubro de 2007.

Relatora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Revisor: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Eraldo Alves da Silva (Condutor), Adv. Dr. Eduardo Duílio Piragibe (DPU/RJ). Decisão unânime: julgar procedente a Representação da Douta Procuradoria Especial da Marinha (fls. 48/50) e considerando o acidente da navegação, previsto no Art. 14, letra "a", da Lei nº 2.180/54 e suas consequências, como decorrente da conduta imprudente e negligente de ERALDO ALVES DA SILVA, condenando-o à pena de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais), prevista no Art. 121, inciso VII, c/c Art. 121, inciso I, 127, 139, inciso IV, alíneas "a" e "d", todos os Art. da Lei nº 2.180/54, com redação dada pela Lei nº 8.969/94. Custas na forma da lei.

Nº 24.844/2010 - Acidente da navegação envolvendo a embarcação "ELIANAI", não inscrita, ocorrido no rio Grajaú, município de Vitorino Freire, Maranhão, em 24 de janeiro de 2009.

Relator: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Antônio Pereira dos Santos (Proprietário/Condutor), Adv. Dr. Wolmer de Azevedo Araújo (OAB/MA 7.734). Decisão unânime: julgar o acidente da navegação como decorrente da imprudência e negligência do representado ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS, condenando-o à pena de multa de R$ 800,00 (oitocentos reais) e ao pagamento de custas na forma dos artigos 14, letra "a" e 121, inciso VII, da Lei nº 2.180/54. Medidas Preventivas e de Segurança: determinar à Capitania dos Portos do Maranhão, agente da Autoridade Marítima, vistoria nas embarcações utilizadas na travessia do local do acidente.

Nº 25.341/2010 - Acidente da navegação envolvendo o tender nº 9 do NM "MSC ARMONIA", de bandeira panamenha, e a escuna "BABYLON", ocorrido no cais do porto Veleiro, Armação dos Búzios, Rio de Janeiro, em 02 de dezembro de 2009.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Revisora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Roberto la Camera (Terceiro Oficial de Náutica), Adv. Dr. Eduardo Cesar Paredes de Carvalho (DPU/RJ). Decisão unânime: julgar o acidente da navegação previsto na art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de imperícia, condenando ROBERTO LA CAMERA à pena de repreensão, de acordo com o art. 121, inciso I, combinado com o art. 124, inciso I, atenuado pelo art. 139, inciso II, da Lei nº 2.180/54, com a redação dada pela Lei nº 8.969/94 e ao pagamento das custas processuais.

Nº 25.821/2011 - Acidente da navegação envolvendo o catamarã "INGÁ II" com pedras de contenção do aterro da antiga Vila Olímpica de Niterói, Rio de Janeiro, ocorrido em 23 de agosto de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Marcos Jorge Vidal (Comandante), Advª Drª Maria das Neves Santos da Rocha (OAB/RJ 61.673). Decisão unânime: julgar o acidente da navegação previsto no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de negligência e imperícia, condenando MARCOS JORGE VIDAL à pena de multa de R$ 600,00 (seiscentos reais), de acordo com o art. 121, inciso VII, § 5º, combinado com o art. 124, inciso I e art. 127, da Lei nº 2.180/54, com a redação dada pela Lei nº 8.969/94 e ao pagamento das custas processuais.

Nº 25.861/2011 - Fato da navegação envolvendo o bote "OTAVÃO" com tronco de madeira submerso e uma passageira, ocorrido no rio São Francisco, município de Buritizeiro, Minas Gerais, em 27 de janeiro de 2011.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Sebastião Alves de Moura (Condutor inabilitado), Advª Drª Bethânia Guimarães Costa e Silva (OAB/MG 89.889). Decisão unânime: julgar o acidente da navegação previsto no art. 14, alínea "a", da Lei n° 2.180/54, como de natureza fortuita e o fato da navegação previsto no art. 15, alínea "e", da supracitada lei, como decorrente de negligência, condenando SEBASTIÃO ALVES DE MOURA, deixando de aplicar-lhe pena, de acordo com o art. 143 da Lei n° 2.180/54, com a redação dada pela Lei n° 8.969/94, atribuindo-lhe o pagamento das custas processuais. Oficiar à Capitania Fluvial do São Francisco, agente local da Autoridade Marítima, as infrações ao RLESTA, art. 11 (conduzir embarcação ou contratar tripulante sem habilitação para operá-la), art. 16, inciso I (falta de transferência de propriedade) e a infração à Lei n° 3374/91 (não apresentação de bilhete de seguro obrigatório DPEM em vigor na data do acidente), cometidas pelo proprietário do bote "OTAVÃO", Tiago Sabino Alves.

Nº 26.265/2011 - Acidente e fato da navegação envolvendo o bote/baleeira "VÔ ZICO" com um banco de areia submerso, ocorridos nas proximidades da praia da Carioca, Porto Rico, Paraná, em 29 de dezembro de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Marcos Antônio Borges Tavares (Condutor), Adv. Dr. Thales Arcoverde Treiger (DPU/RJ). Decisão unânime: julgar o acidente e o fato da navegação, previstos no art. 14, alínea "a" e no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de imprudência, imperícia e negligência de MARCOS ANTÔNIO BORGES TAVARES, condenando-o à pena de multa de R$ 400,00 (quatrocentos reais), de acordo com o art. 121, inciso VII, § 5º, combinado com o art. 127 e com o art. 135, inciso II, da Lei nº 2.180/54, com a redação dada pela Lei nº 8.969/94 e ao pagamento das custas processuais.

PROCESSOS QUE SERÃO ARQUIVADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 68, § 1º, INCISO I, DO REGIMENTO INTERNO PROCESSUAL DO TRIBUNAL MARÍTIMO:

Nº 26.014/2011 - Fato da navegação envolvendo o bote "PIUMBINI" e seus três tripulantes, ocorrido no litoral norte do estado do Espírito Santo, em 03 de outubro de 2010.

Relatora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Revisor: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: determinar o arquivamento dos autos, como requerido pela PEM, (fls. 96/98), considerando o fato da navegação, previsto no art. 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54, como de origem indeterminada.

Nº 26.323/2011 - Fato da navegação envolvendo a plataforma "GSF ARCTIC I", de bandeira vanuatuense, e um trabalhador, ocorrido na bacia de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, em 13 de maio de 2011.

Relatora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Revisor: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: arquivar os autos como requerido pela PEM, fl. 70, equiparando o fato da navegação previsto no art. 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54, como de origem fortuita.

Nº 26.397/2011 - Fato da navegação envolvendo o bote "LA RENA" e um pescador, ocorrido na altura do município de Itaipava, litoral sul do Espírito Santo, em 21 de julho de 2010.

Relatora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Revisor: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras, Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: determinamos o arquivamento dos autos como requerido pela PEM, em sua promoção de fls. 67 a 69, considerando o fato da navegação previsto no art. 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54 e suas consequências, como de origem fortuita. Deve-se, contudo, oficiar à Capitania dos Portos do Espírito Santo, agente da Autoridade Marítima, comunicando o descumprimento ao art. 8, inciso V, letra "b", da Lei nº 9.537/97, por parte do Sr. Amador Portela Laves, na condição de então Mestre da embarcação "LA RENA", quando deixou de comunicar o fato da navegação, objeto do presente inquérito.

Nº 26.749/2012 - Fato da navegação envolvendo a balsa "BOTO NAVEGADOR I" e uma passageira, ocorrido no rio Negro, Manaus, Amazonas, em 29 de dezembro de 2010.

Relatora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Revisor: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: determinamos o arquivamento dos presentes autos, como requerido pela PEM (fls. 52/53), considerando o fato da navegação previsto no art. 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de infortúnio da própria vítima.

Nº 26.821/2012 - Acidente da navegação envolvendo o BM "ELIZABETH II" com banco de areia submerso, ocorrido no rio Negro, na altura de Terra Nova, Manaus, Amazonas, em 15 de outubro de 2010.

Relatora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Revisor: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: arquivar os autos como requerido pela PEM, (fls. 51/52), considerando o acidente da navegação (encalhe), previsto no art. 14, letra "a", da Lei nº 2.180/54, como de natureza fortuita.

Nº 26.897/2012 - Fato da navegação envolvendo o bote/baleeira "PARADISE" e dois tripulantes, ocorrido no rio Paraná, nas proximidades de Porto Figueira, Paraná, em 15 de outubro de 2011.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Revisor: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação previsto no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como de origem indeterminada, mandando arquivar os autos, conforme promoção da PEM.

Nº 26.289/2011 - Acidente e fato da navegação envolvendo a plataforma "PETROBRAS 26", de bandeira panamenha, e o navio supridor "SIEM SUPPLIER", de bandeira norueguesa, ocorrido na bacia de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, em 28 de agosto de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o acidente e o fato da navegação, tipificados no art. 14, letra "b" (defeito no navio e nas suas instalações) e art. 15, letra "e" (todos os fatos, queda de carga na água), ambos da Lei nº 2.180/54, como decorrente de causa na apurada com a devida precisão, mandando arquivar os presentes autos, conforme promoção da Douta Procuradoria Especial da Marinha.

Nº 26.542/2011 - Fato da navegação envolvendo o NM "SANKO MINERAL", de bandeira do Japão, ocorrido no porto de Vitória, Espírito Santo, em 18 de março de 2011.

Relator: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisor: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação tipificado no art. 15, alínea "e" (todos os fatos), da Lei nº 2.180/54, como decorrente de causa na apurada com a devida precisão, mandando arquivar os presentes autos, conforme promoção da Douta Procuradoria Especial da Marinha.

Nº 26.492/2011 - Acidente da navegação envolvendo a lancha "BUKA", ocorrido no rio Paraná, Presidente Epitácio, São Paulo, em 27 de julho de 2011.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de caso fortuito, mandando arquivar os autos.

Nº 26.735/2012 - Fato da navegação envolvendo a balsa "BELMAN III", ocorrido no rio Negro, nas proximidades do cais das Torres, Manaus, Amazonas, em 28 de setembro de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação capitulado no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de delito com a autoria não apurada, mandando arquivar os autos.

Nº 26.775/2012 - Suposto acidente da navegação envolvendo o NM "BRAVE HARALAMBOS", de bandeira maltesa, com três defensas do píer nº 1 do lado norte do porto de Tubarão, Espírito Santo, ocorrido em 05 de junho de 2011.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a" (colisão), da Lei nº 2.180/54, como decorrente de causa não apurada com a devida precisão, mandando arquivar os autos.

Nº 26.781/2012 - Acidente da navegação envolvendo o NT "SUN QUEEN I", de bandeira panamenha, ocorrido nas proximidades do banco de Abrolhos, Linhares, Espírito Santo, em 22 de dezembro de 2011.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "b", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de caso fortuito, mandando arquivar os autos.

Esteve presente, pela Procuradoria, a Advogada da União, Drª Aline Gonzalez Rocha.

Esgotada a matéria da pauta, colocada a palavra à disposição, e nada mais havendo a tratar, às 15h35min foi encerrada a Sessão. Do que, para constar, mandei digitar a presente Ata, que vai assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e por mim, Diretor-Geral da Secretaria.

Tribunal Marítimo, em 11 de setembro de 2012.
LUIZ AUGUSTO CORREIA
Vice-Almirante (RM1)
Juiz-Presidente

MANOEL MACHADO DOS ANJOS
Secretário

PROCESSOS EM PAUTA PARA JULGAMENTO SESSÃO DE 20 DE SETEMBRO DE 2012 (QUINTA-FEIRA), ÀS 13H30MIN

Nº 24.512/2009 - Acidente da navegação envolvendo as LM "CAVALO MARINHO III" e "BAHIA EXPRESS", ocorrido nas proximidades do Terminal Marítimo de Mar Grande, baía de Todos os Santos, Salvador, Bahia, em 08 de fevereiro de 2009.
Relator : Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves
Revisor : Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Drª Aline Gonzalez Rocha
Representados : Ewaldo Carneiro Vieira (Condutor)
Advogado : Dr. Lucas Pinto (OAB/BA 25.031)
: Walter Tosta Andrade (Condutor)
Advogada : Drª Juliana Santos (OAB/BA 28.682)

Nº 25.676/2011 - Fato da navegação envolvendo a plataforma "PRIDE VENEZUELA", de bandeira liberiana, por ocasião de sua movimentação do Rio de Janeiro para a bacia de Santos, em 04 de outubro de 2010.
Relator : Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves
Revisor : Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representados : Johann Gervais Glot (Gerente de manutenção) e
: Ensco do Brasil Petróleo e Gás Ltda. (Armadora)
Advogada : Drª Amanda Lourenço Cunha (OAB/RJ 122.660)

Nº 22.799/2007 - conexo aos Nºs 22.831/2007, 22.915/2007 e 22.916/2007.
Fato da navegação envolvendo os BP "VALENTE" e "GEAN PATRICK III", ocorrido nas proximidades da Estação Ecológica de Maracá-Jipióca, Amapá, em 24 de junho de 2006.
Relator : Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel
Revisor : Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representados : Reginaldo Vilhena de Araújo (Proprietário)
Advogado : Dr. Haroldo Alves dos Santos (OAB/PA 2.616)
: Jackson Silva Lisboa (Comandante) - Revel

Nº 22.831/2007 - conexo aos Nºs 22.799/2007, 22.915/2007 e 22.916/2007.
Fato da navegação envolvendo o BP "LINHARES", ocorrido nas proximidades da Estação Ecológica de Maracá-Jipióca, Amapá, em 24 de junho de 2006.
Relator : Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel
Revisor : Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representados : Enildo Abreu Linhares (Proprietário)
Advogado : Dr. João Wilkens Gouveia Furtado Belém (OAB/PA 1.514)
: Ricardo Costa Silva (Comandante)
Advogado : Dr. Osíris Cipriano da Costa (OAB/PA 7.731)

Nº 22.915/2007 - conexo aos Nºs 22.799/2007, 22.831/2007 e 22.916/2007.
Fato da navegação envolvendo o BP "MORRO VERDE", ocorrido nas proximidades da Estação Ecológica de Maracá-Jipióca, Amapá, em 24 de junho de 2006.
Relator : Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel
Revisor : Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representado : Manoel Pereira (Comandante)
Advogada : Drª Georgete Abdou Yazbek (OAB/PA 4.858)

Nº 22.916/2007 - conexo aos Nºs 22.799/2007, 22.831/2007 e 22.915/2007.
Fato da navegação envolvendo o BP "GEAN PATRIK III", ocorrido nas proximidades da Estação Ecológica de Maracá-Jipióca, Amapá, em 24 de junho de 2006.
Relator : Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel
Revisor : Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representados : Reginaldo Vilhena de Araújo (Proprietário)
Advogado : Dr. Haroldo Alves dos Santos (OAB/PA 2.616)
: Cícero Carneiro Lisboa da Silva (Comandante) - Revel

Nº 25.342/2010 - Embargos de Declaração de 15AGO2012.
Acidente e fato da navegação envolvendo o Rb "MIRZAN", a LM "ABSURDA" e dois tripulantes, ocorridos nas proximidades do Terminal Petroleiro PP-1, na baía de Guanabara, Rio de Janeiro, em 11 de fevereiro de 2010.
Relator : Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Embargante : Saveiros Camuyrano Serviços Marítimos Ltda. (Proprietária)
Advogado : Dr. Luiz Regulo Ramalho (OAB/RJ 26.889)
Embargada : Decisão do Tribunal de 03MAI2012.
Representados : Benedito Martins Barbosa (Condutor)
Advogado : Dr. Luiz Eugênio da Silva Rocha (OAB/RJ 1.503-B)
: Osni Pereira Alves (Condutor)
Advogado : Dr. Paulo José Valente Carvalho de Mendonça (OAB/RJ 62.282)
: Saveiros Camuyrano Serviços Marítimos Ltda. (Proprietária)
Advogado : Dr. Iwam Jaeger Jr. (OAB/RJ 44.606)
OBS: Esta Pauta substitui a anteriormente publicada.

Secretaria do Tribunal Marítimo, em 13 de setembro de 2012.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA

PORTARIA Nº 2.482/DEADI/SEORI/MD, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA, com fundamento do disposto nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentados pelo Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, e de acordo com o art. 6º da Portaria nº 802/SEORI, de 18 de agosto de 2003, prorrogada pela Portaria nº 2.457/SEORI/MD, de 12 de setembro de 2012, resolve:

Art. 1º O prazo de que trata o art. 3º da Portaria nº 848/SEORI/DEADI, de 4 de setembro de 2003, publicada na Seção 2 do Diário Oficial da União do dia 5 de setembro de 2003, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a contar de 19 de setembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO BAUER

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.149, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 69/2012, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 20079158, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciada a Faculdade Piauiense, com sede na Av. Jóquei Clube, nº 710, Bairro Jóquei Clube, no Município de Teresina, no Estado do Piauí, mantida pelo Centro de Ensino Superior Piauiense Ltda., com sede no mesmo Município, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773, de 2006, os atos autorizativos são válidos até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

PORTARIA Nº 1.154, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 341/2011, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 20072948, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciada a Faculdade de Tecnologia SENAI Rio do Sul, sediada à Estrada da Madeira, nº 3.000, Bairro Barragem, no Município de Rio do Sul, no Estado de Santa Catarina, mantida pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)/Departamento Regional de Santa Catarina, sediado no Município de Florianópolis, no mesmo Estado, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773, de 2006, os atos autorizativos são válidos até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

PORTARIA Nº 1.155, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 76/2012, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 200901681, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciada a Faculdade Baiana de Direito e Gestão, com sede na Estrada do Coqueiro Grande, nº 42, bairro Cajazeiras, no Município de Salvador, no Estado da Bahia, mantida pela Escola Baiana de Direito e Gestão Ltda., com sede em Salvador, no Estado da Bahia, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773, de 2006, os atos autorizativos são válidos até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

PORTARIA Nº 1.156, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 74/2012, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 200801291, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciado o Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves, com sede na Avenida Leite de Castro, nº 1.101, bairro Fábricas, Município de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais, mantido pelo Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves Ltda., com sede no mesmo Município e Estado, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773, de 2006, os atos autorizativos são válidos até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

PORTARIA Nº 1.157, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 73/2012, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 20079003, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciada a Faculdade Tapajós, com sede à Rua Transamazônica, nº 479, bairro Bela Vista, Município de Itaituba, Estado do Pará, mantida pela Sociedade Educacional do Vale do Rio Tapajós, com sede no mesmo Município e Estado, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773, de 2006, os atos autorizativos são válidos até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

PORTARIA Nº 1.158, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 32/2012, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 200901735, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciado o Instituto Superior de Educação de Oliveira - ISEOL, com sede na Rua Cel. Benjamim Guimarães, bairro Centro, no Município de Oliveira, no Estado de Minas Gerais/MG, mantida pela Fundação Educacional de Oliveira, com sede no Município de Oliveira, no Estado de Minas Gerais, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773, de 2006, os atos autorizativos são válidos até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

PORTARIA Nº 1.159, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 31/2012, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 20077348, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciada a Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas - FACSÃOLUÍS, com sede na Rua Grande, nº 1.455, bairro Diamante, no Município de São Luís, Estado do Maranhão, mantida pela UB UniSãoLuís Educacional S.A., com sede no mesmo endereço, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773, de 2006, os atos autorizativos são válidos até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

PORTARIA Nº 1.160, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 30/2012, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 200906790, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciada a Faculdade Anhanguera de Joinville, com sede à Rua Presidente Campos Salles, nº 850, bairro Glória, no Município de Joinville, Estado de Santa Catarina, mantida pela Anhanguera Educacional Participações S.A., com sede na cidade de Valinhos, no Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773, de 2006, os atos autorizativos são válidos até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

PORTARIA Nº 1.161, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 29/2012, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 200811878, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciada a Faculdade Cásper Líbero, com sede à Avenida Paulista, nº 900, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, mantida pela Fundação Cásper Líbero, com sede no município de São Paulo/SP, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773, de 2006, os atos autorizativos são válidos até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

PORTARIA Nº 1.162, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 28/2012, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 201014731, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciada a Faculdade Jesus Maria José, com sede na cidade de Taguatinga, QNG 46, Área Especial 8, no Distrito Federal, mantida pela Associação Religiosa e Beneficente Jesus Maria José, com sede em São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida Adolfo Pinheiro, nº 893, bairro Santo Amaro, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773, de 2006, os atos autorizativos são válidos até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

PORTARIA Nº 1.163, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 79/2012, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 201012183, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciada a Faculdade Metropolitana de Marabá, com sede à Rodovia BR 230 KM 5, bairro Nova Marabá, Município de Marabá, Estado do Pará, mantida pelo Centro de Ensino Superior de Marabá, com sede no mesmo Município e Estado, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773, de 2006, os atos autorizativos são válidos até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 1.164, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 77/2012, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 200906854, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciada a Escola Superior de Administração, Direito e Economia, mantida pela Escola Superior de Administração, Direito e Economia S.A., ambas localizadas na Rua General Vitorino, nº 25, Centro, Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773, de 2006, os atos autorizativos são válidos até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

PORTARIA Nº 1.165, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 548/2011, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 200804428, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciada a Faculdade Itanhaém - FAITA, com sede na Avenida Embaixador Pedro de Toledo, nº 196, bairro Centro, Município de Itanhaém, Estado de São Paulo, mantida pela Unidade de Ensino Superior de Itanhaém, com sede no Município de Itanhaém, Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773, de 2006, os atos autorizativos são válidos até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

PORTARIA Nº 1.166, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 545/2011, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 200815376, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciada a Escola de Administração de Empresas de São Paulo, com sede na Avenida 9 de Julho 2.029, Bairro Bela Vista, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, mantida pela Fundação Getúlio Vargas, com sede na Praia de Botafogo, nº 190, bairro Botafogo, no Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773, de 2006, os atos autorizativos são válidos até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 13 de setembro de 2012

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 69/2012, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento da Faculdade Piauiense, com sede na Av. Jóquei Clube, nº 710, Bairro Jóquei Clube, no Município de Teresina, no Estado do Piauí, mantida pelo Centro de Ensino Superior Piauiense Ltda., com sede no mesmo Município, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos, fixado pelo art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como a exigência avaliativa prevista no art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 20079158.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 341/2011, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento da Faculdade de Tecnologia SENAI Rio do Sul, sediada à Estrada da Madeira, nº 3.000, Bairro Barragem, no Município de Rio do Sul, no Estado de Santa Catarina, mantida pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)/Departamento Regional de Santa Catarina, sediado no Município de Florianópolis, no mesmo Estado, até o primeiro ciclo avaliativo do SINAES a se realizar após a homologação deste Parecer, fixado pelo art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, observado o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme consta do processo e-MEC nº 20072948.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 76/2012, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento da Faculdade Baiana de Direito e Gestão, com sede na Estrada do Coqueiro Grande, nº 42, bairro Cajazeiras, no Município de Salvador, no Estado da Bahia, mantida pela Escola Baiana de Direito e Gestão Ltda., com sede em Salvador, no Estado da Bahia, observado o prazo máximo de 5 (cinco) anos, fixado pelo art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como a exigência avaliativa prevista no art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 200901681.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 74/2012, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves, com sede na Avenida Leite de Castro, nº 1.101, bairro Fábricas, Município de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais, mantido pelo Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves Ltda., com sede no mesmo Município e Estado, observado o prazo máximo de 5 (cinco) anos, fixado pelo art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como a exigência avaliativa prevista no art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 200801291.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 73/2012, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento da Faculdade Tapajós, com sede à Rua Transamazônica, nº 479, bairro Bela Vista, Município de Itaituba, Estado do Pará, mantida pela Sociedade Educacional do Vale do Rio Tapajós, com sede no mesmo Município e Estado, observado o prazo máximo de 5 (cinco) anos, fixado pelo art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como a exigência avaliativa prevista no art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 20079003.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 32/2012, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento do Instituto Superior de Educação de Oliveira - ISEOL, com sede na Rua Cel. Benjamim Guimarães, bairro Centro, no Município de Oliveira, no Estado de Minas Gerais/MG, mantida pela Fundação Educacional de Oliveira, com sede no Município de Oliveira, no Estado de Minas Gerais, observado o prazo máximo de 5 (cinco) anos, fixado pelo art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como a exigência avaliativa prevista no art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 200901735.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 31/2012, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas - FACSÃOLUÍS, com sede na Rua Grande, nº 1.455, bairro Diamante, no Município de São Luís, Estado do Maranhão, mantida pela UB UniSãoLuís Educacional S.A., com sede no mesmo endereço, observado o prazo máximo de 5 (cinco) anos, fixado pelo art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como a exigência avaliativa prevista no art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 20077348.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 30/2012, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento da Faculdade Anhanguera de Joinville, com sede à Rua Presidente Campos Salles, nº 850, bairro Glória, no Município de Joinville, Estado de Santa Catarina, mantida pela Anhanguera Educacional Participações S.A., com sede na cidade de Valinhos, no Estado de São Paulo, observado o prazo máximo de 5 (cinco) anos, fixado pelo art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como a exigência avaliativa prevista no art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 200906790.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 29/2012, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento da Faculdade Cásper Líbero, com sede à Avenida Paulista, nº 900, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, mantida pela Fundação Cásper Líbero, com sede no município de São Paulo/SP, observado o prazo máximo de 5 (cinco) anos, fixado pelo art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como a exigência avaliativa prevista no art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 200811878.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 28/2012, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento da Faculdade Jesus Maria José, com sede na cidade de Taguatinga, QNG 46, Área Especial 8, no Distrito Federal, mantida pela Associação Religiosa e Beneficente Jesus Maria José, com sede em São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida Adolfo Pinheiro, nº 893, bairro Santo Amaro, observado o prazo máximo de 5 (cinco) anos, fixado pelo art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como a exigência avaliativa prevista no art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 201014731.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 79/2012, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento da Faculdade Metropolitana de Marabá, com sede à Rodovia BR 230 KM 5, bairro Nova Marabá, Município de Marabá, Estado do Pará, mantida pelo Centro de Ensino Superior de Marabá, com sede no mesmo Município e Estado, observado o prazo máximo de 5 (cinco) anos, fixado pelo art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como a exigência avaliativa prevista no art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 201012183.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 77/2012, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento da Escola Superior de Administração, Direito e Economia, mantida pela Escola Superior de Administração, Direito e Economia S.A., ambas localizadas na Rua General Vitorino, nº 25, Centro, Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, observado o prazo máximo de 5 (cinco) anos, fixado pelo art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como a exigência avaliativa prevista no art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 200906854.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 548/2011, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento da Faculdade Itanhaém - FAITA, com sede na Avenida Embaixador Pedro de Toledo, nº 196, bairro Centro, Município de Itanhaém, Estado de São Paulo, mantida pela Unidade de Ensino Superior de Itanhaém, com sede no Município de Itanhaém, Estado de São Paulo, observando o prazo máximo de 5 (cinco) anos, fixado pelo art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como a exigência avaliativa prevista no art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 200804428.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 545/2011, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, com sede na Avenida 9 de Julho 2.029, Bairro Bela Vista, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, mantida pela Fundação Getúlio Vargas, com sede na Praia de Botafogo, nº 190, bairro Botafogo, no Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, observado o prazo máximo de 5 (cinco) anos, fixado pelo art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como a exigência avaliativa prevista no art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 200815376.

Processo nº: 021894.2012-13
Interessado: CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
Assunto: Relatório de Inspeção Correcional CSMEC nº 2/2012 - Processo nº 00190.008891/2011-13. Universidade Federal do Piauí - UFPI. Análise de procedimentos disciplinares. Incidência de prescrição e atuação de autoridade impedida em processos disciplinares deflagrados no âmbito da UFPI.
DECISÃO: Vistos os autos em referência, aprovo a Nota nº 1.585/2012/CONJUR-MEC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica junto a este Ministério, e, com base nas suas razões, determino sejam os autos encaminhados à Universidade Federal do Piauí, para que, em relação à constatação consignada no item 5.3.7 do Relatório de Inspeção Correcional CSMEC nº 2/2012, o Magnífico Reitor daquela Universidade proceda conforme recomendado pela CSMEC/CGU, ficando ainda cientificada aquela autoridade, no que diz respeito à constatação consignada no item 5.3.8 do mesmo relatório, de que deve se abster de realizar qualquer manifestação nos processos em que figure como interessado, na forma prescrita no art. 19 da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA

SÚMULA DE PARECERES
REUNIÃO ORDINÁRIA DE 4, 5 E 6 DE JUNHO DE 2012
(Complementar à publicada no DOU de 31/8/2012, Seção 1, pp. 29-31)

CONSELHO PLENO

Processo: 23001.000194/2008-02 Parecer: CNE/CP 11/2012 Comissão: Adeum Hilário Sauer (Relator), Maria Beatriz Luce (Presidente), Francisco Aparecido Cordão, Maria Izabel Noronha e Paulo Speller (Membros) Interessado: Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno - Brasília/DF Assunto: Regime de Colaboração entre os Sistemas de Ensino Voto da comissão: Submetemos ao Conselho Pleno do CNE, para aprovação, o presente Parecer, contendo proposta de implementação do instituto do Regime de Colaboração, previsto em nosso ordenamento jurídico, construída a partir da análise da realidade em interlocução com seus atores e da sua interpretação em conformidade com a Constituição Federal e as leis em vigor, no

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

âmbito das atribuições estabelecidas no art. 7º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, e no Regimento Interno do CNE. Retomando os termos do Parecer, de forma sintética, destacamos o seguinte: 1) Como caminho de implementação, valorizam-se experiências e práticas, existentes na realidade educacional, reconhecendo-se sua importância para promoção da necessária cultura institucional colaborativa e superação das relações verticalizadas enraizadas na cultura política do federalismo brasileiro. 2) O Regime de Colaboração é mandamento constitucional a ser observado para a organização da educação nacional entre os sistemas de ensino dos entes federados autônomos, que compõem a estrutura federativa brasileira, assegurando sua articulação no projeto de educação nacional. Sua efetividade dá-se pela inserção no Sistema Nacional de Educação - forma de organização matricial federativa para superar as ações pontuais e assegurar a unidade nacional da educação -, constituindo-se no seu método de operação. 3) Os planos de educação (nacional, estaduais, distrital e municipais) são elementos constitutivos do sistema e instrumentos para articular a unidade na diversidade. A articulação do todo nacional visa à organização sistêmica das ações, para promoção do padrão nacional de qualidade da educação e superação das assimetrias regionais. Implica a definição de papéis, (co)responsabilidades, compromissos, referenciais nacionais de qualidade da educação, na implementação de formas de colaboração e na criação e fortalecimento de espaços institucionais democráticos de pactuação. 4) No conjunto, destaca-se o compromisso e a corresponsabilidade solidária dos entes federados de promover um padrão nacional de qualidade, no atendimento do direito à educação, e o papel central do financiamento como meio de construção dessa qualidade e de correção das assimetrias. 5) Adota-se uma perspectiva instituinte dos processos de (re)construção institucional, reconhecendo nos avanços de educação e em seus movimentos constituintes um ponto de partida para a consolidação do novo arranjo institucional. A proposta de uma agenda de práticas sociais instituintes é o caminho apontado para a construção de uma estrutura capaz de dinamizar a implementação do Regime de Colaboração. São ações de colaboração, de iniciativa comum das três esferas de governo e da sociedade, na perspectiva instituinte do Sistema Nacional de Educação. Sua institucionalização requer definição legal e outras ações que encontram subsídio nessa agenda, especialmente na indicação de tópicos necessários à regulamentação, emanados da argumentação desenvolvida ao longo do parecer: princípios, objetivos, gestão, planos de educação, compromissos, responsabilidades e formas de colaboração Decisão do Conselho Pleno: APROVADO por unanimidade.Processos: 23001.000167/2008-21 e 23001.000162/2010-13 Parecer: CNE/CP 12/2012 Relatora: Clélia Brandão de Alvarenga Craveiro Interessado: ISEP - Instituto Superior de Estudos Pedagógicos - Rio de Janeiro/RJ Assunto: Recurso contra decisão do Parecer CNE/CES nº 62/2010, que trata da convalidação dos estudos realizados e a respectiva validade nacional dos títulos obtidos no curso de Mestrado em Ciências Pedagógicas na área de Educação Voto da relatora: Nos termos do artigo 33 do Regimento Interno do CNE, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da decisão exarada no Parecer CNE/CES nº 62/2010, desfavorável à convalidação dos estudos e à validação nacional dos títulos de Mestre obtidos no curso de Mestrado em Ciências Pedagógicas, ministrado pelo Instituto Superior de Estudos Pedagógicos, sediado no Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro Decisão do Conselho Pleno: APROVADO por unanimidade.Processo: 23001.000143/2008-72 Parecer: CNE/CP 13/2012 Relator: Adeum Hilário Sauer Interessado: Flavio José Dantas de Oliveira Assunto: Recurso contra decisão do Parecer CNE/CES nº 102/2008, que trata da regularidade do título de Livre-Docente em Clínica Homeopática obtido na Universidade do Rio de Janeiro - UNIRIO, em 1991 Voto do relator: Nos termos do art. 33 do Regimento Interno do CNE e na forma deste parecer, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão proferida, pela Câmara de Educação Superior, de que o título de livre-docente em Clínica Homeopática obtido na Universidade do Rio de Janeiro - UNIRIO, em 1991, por Flavio José Dantas de Oliveira, não atende às exigências da legislação em vigor na época em que foi obtido, em especial a Lei nº 5.802/72, sem prejuízo de outras possíveis demandas sobre a validade do título, por parte do autor, embasadas no Direito nacional Decisão do Conselho Pleno: APROVADO por maioria.

CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Processo: 23001.000111/2007-96 Parecer: CNE/CES 224/2012 Relator: Paulo Monteiro Vieira Braga Barone Interessado: Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior - Brasília/DF Assunto: Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Oceanografia, bacharelado Voto do relator: Voto pela aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Oceanografia, na forma apresentada no Projeto de Resolução em anexo, que é parte integrante deste Parecer Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.Processo: 23001.000157/2004-62 Parecer: CNE/CES 225/2012 Relator: Paulo Monteiro Vieira Braga Barone Interessado: Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior - Brasília/DF Assunto: Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Ciências Aeronáuticas, bacharelado Voto do relator: Voto pela aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Ciências Aeronáuticas, na forma apresentada no Projeto de Resolução em anexo, que é parte integrante deste Parecer Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.e-MEC: 20077889 Parecer: CNE/CES 231/2012 Relatora: Maria Beatriz Luce.Interessada: Casa Nossa Senhora da Paz - Ação Social Franciscana - Bragança Paulista/SP Assunto: Recredenciamento da Universidade São Francisco, com sede no Município de Bragança Paulista, no Estado de São Paulo Voto da relatora: Favorável ao recredenciamento da Universidade São Francisco, com sede na Avenida São Francisco de Assis, nº 218, Jardim São José, Campus Universitário no Município de Bragança Paulista, no Estado de São Paulo, observados tanto o prazo máximo de 10 (dez) anos, conforme o artigo 4º da Lei nº 10.870/2004, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto n. 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/20 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.e-MEC: 201105543 Parecer: CNE/CES 237/2012 Relator: Paulo Monteiro Vieira Braga Barone Interessada: IUNI Educacional Ltda. - Cuiabá/MT Assunto: Recredenciamento da Universidade de Cuiabá, com sede no Município de Cuiabá, no Estado de Mato Grosso Voto do relator: Nos termos do artigo 11, da Resolução CNE/CES nº 3/2010, voto favoravelmente ao recredenciamento, em caráter excepcional, da Universidade de Cuiabá, com sede no Município de Cuiabá, no Estado do Mato Grosso, observados tanto o prazo máximo de 4 (quatro) anos, conforme o artigo 4º, da Lei nº 10.870/2004, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, devendo a Instituição ora recredenciada cumprir as seguintes metas: (a) ampliar a oferta da pós-graduação stricto sensu por meio de, pelo menos, mais 1 (um) curso de mestrado e 1 (um) de doutorado, reconhecidos pelo MEC, até 2013; (b) atendidos os requisitos apresentados na letra "a", ampliar, até 2016, a oferta de, no mínimo, mais 1 (um) curso de mestrado e 1 (um) doutorado, também reconhecidos pelo MEC Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.Processo: 23001.000016/2012-50 Parecer: CNE/CES 240/2012 Relatora: Maria Beatriz Luce Interessada: Comunidade Evangélica Luterana São Paulo - Canoas/RS Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior que, por meio do Despacho nº 57, de 11 de julho de 2011, publicado no DOU de 12 de julho de 2011, aplicou medida cautelar de suspensão de quaisquer processos seletivos ou de transferência para ingresso de novos estudantes nos cursos superiores de graduação e pós-graduação lato sensu oferecidos na modalidade a distância pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) Voto da relatora: Nos termos do artigo 6°, inciso VIII, do Decreto n° 5.773/2006, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, reformando os atos do Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, do Ministério da Educação, expressos no item "(i)" do Despacho nº 57, de 11 de julho de 2011, publicado no DOU de 12/7/2011, que aplica medida cautelar de suspensão de quaisquer processos seletivos ou de transferência para ingresso de novos estudantes, nos cursos superiores de graduação e pós-graduação lato sensu, oferecidos na modalidade a distância, e na Portaria nº 256/2012, que instaurou o processo administrativo para a aplicação de penalidades, bem como o que mais estiver disposto secundariamente, no mesmo sentido. Ao mesmo tempo, recomendo a manutenção do procedimento de supervisão específico para o descredenciamento de 193 (cento e noventa e três) polos de apoio presencial da ULBRA e a continuidade do processo de recredenciamento para a oferta de cursos na modalidade EAD, protocolado no e-MEC 201114596, ambos de acordo com a solicitação da Universidade Luterana do Brasil, instalada à Rua Farroupilha, nº 8.001, bairro Canoas, no Município de Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul. Por oportuno, ainda recomendo que a SERES examine a oportunidade de encerramento do processo de supervisão instaurado sob o nº 23000.016005/2008-15, por terem sido superados os motivos de sua deflagração Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.Processo: 23001.000157/2006-24 Parecer: CNE/CES 241/2012 Relator: Paulo Monteiro Vieira Braga Barone Interessada: Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior (ABMES) - Brasília/DF Assunto: Consulta referente às atribuições da regulação da Educação Superior, tendo em vista a Resolução nº 3/2006 do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil Voto do relator: Responda-se ao interessado nos termos deste Parecer Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.e-MEC: 201010326 Parecer: CNE/CES 243/2012 Relator: Paulo Monteiro Vieira Braga Barone Interessado: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) Departamento Regional de São Paulo - São Paulo/SP Assunto: Credenciamento da Faculdade de Tecnologia SENAI Suíço-Brasileira, a ser instalada no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo Voto do relator: Favorável ao credenciamento da Faculdade de Tecnologia SENAI Suíço-Brasileira, a ser instalada na Rua Bento Branco de Andrade Filho, nº 379, bairro Jardim Dom Bosco, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, observados tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme o artigo 13, § 4º, do Decreto nº 5.773/2006, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta inicial Curso Superior de Tecnologia em Mecânica de Precisão, com 80 (oitenta) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.e-MEC: 201008298 Parecer: CNE/CES 244/2012 Relator: Paulo Monteiro Vieira Braga Barone Interessada: Academia Juinense de Ensino Superior Ltda. - Juína/MT Assunto: Credenciamento da Faculdade Noroeste do Mato Grosso, a ser instalada no Município de Juína, no Estado do Mato Grosso Voto do relator: Favorável ao credenciamento da Faculdade Noroeste do Mato Grosso, a ser instalada na Avenida Gabriel Muller, s/n, Bairro Módulo 1, no Município de Juína, no Estado do Mato Grosso, observados tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme o artigo 13, § 4º, do Decreto nº 5.773/2006, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta inicial do curso de licenciatura em Educação Física, com 100 (cem) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.Processo: 23000.011459/2010-14 Parecer: CNE/CES 258/2012 Relator: Gilberto Gonçalves Garcia Interessada: Associação de Ensino Superior de Nova Iguaçu - Nova Iguaçu/RJ Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Educação Superior que, por meio do Despacho nº 99/2010-CGSUP/DESUP/SESu/MEC, determinou a redução da oferta de vagas do curso de Medicina, bacharelado, da Universidade Iguaçu, campus Itaperuna, que passará a ofertar 60 (sessenta) vagas totais anuais, até o próximo ciclo avaliativo do SINAES, após a publicação do Conceito Preliminar do Curso (CPC) satisfatório Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, reformando a decisão proferida pelo Despacho nº 99/2010-CGSUP/DESUP/SESu/MEC, que determinou a redução da oferta de vagas do curso de Medicina, bacharelado, da Universidade Iguaçu, campus Itaperuna, que passará a ofertar 100 (cem) vagas totais anuais até a renovação de seu ato autorizativo, no próximo ciclo avaliativo do SINAES, após a publicação do novo Conceito Preliminar do Curso (CPC) satisfatório Decisão da Câmara: APROVADO por maioria.

Observação: De acordo com o Regimento Interno do CNE e a Lei nº 9.784/1999, os interessados terão prazo de 30 (trinta) dias para recursos, quando couber, a partir da data de publicação desta Súmula no Diário Oficial da União, ressalvados os processos em trâmite no Sistema e-MEC, cuja data de publicação, para efeito de contagem do prazo recursal, será efetuada a partir da publicação nesse Sistema, nos termos do artigo 1º, § 2º, da Portaria Normativa MEC nº 40/2007. Os Pareceres citados encontram-se à disposição dos interessados no Conselho Nacional de Educação e serão divulgados na página do CNE (http://portal.mec.gov.br/cne/).

Brasília, 13 de setembro de 2012.
ANDRÉA TAUIL OSLLER MALAGUTTI
Secretária Executiva
Substituta

SÚMULA DE PARECERES
REUNIÃO ORDINÁRIA DE 3, 4 E 5 DE JULHO DE 2012

CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Processo: 23001.000013/2012-16 Parecer: CNE/CES 261/2012 Relator: Gilberto Gonçalves Garcia Interessada: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/MEC) - Brasília/DF Assunto: Alterações em programas de pós-graduação stricto sensu recomendados pelo Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC/CAPES), requeridas pelas respectivas IES Voto do relator: Voto favoravelmente às alterações solicitadas à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por Instituições de Educação Superior, referentes a Programas de Pós-Graduação, nos termos que seguem: Fundação Getúlio Vargas -FGV/EESP: alterar a nomenclatura do Programa de Pós-Graduação em Agroenergia - código 33128014001P5, nível de Mestrado Profissional, para Programa de Pós-Graduação em Agronegócio; Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG: alterar a nomenclatura do Programa de Pós-Graduação em Tratamento da Informação Espacial - código 32008015003P4, níveis de Mestrado Acadêmico e Doutorado, para Programa de Pós-Graduação em Geografia - Tratamento da Informação Espacial; Universidade Federal do Amazonas - UFAM: alterar a nomenclatura do Programa de Pós-Graduação em Patologia Tropical - código 12001015010P0, nível de Mestrado Acadêmico, para Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, retroativo a fevereiro de 2010; Universidade Federal do Ceará - UFC: alterar a nomenclatura do Programa de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento - código 22001018011P4, nível de Mestrado Acadêmico, para Programa de Pós-Graduação em Direito; Universidade Federal do Espírito Santo - UFES: alterar a nomenclatura do Curso de Pós-Graduação em Patologia Geral das Doenças Infecciosas - código 30001013010D1, nível de Doutorado, para Programa de Pós-Graduação em Doenças Infecciosas, retroativo a fevereiro de 2010; Universidade Federal de Goiás - UFG: alterar a nomenclatura do Programa de Pós-Graduação em Biociências - código 52001016053P3, nível de Mestrado Acadêmico, para Programa de Pós-Graduação em Biologia das Relações Parasito-Hospedeiro; Universidade Federal do Paraná - UFPR: alterar a nomenclatura do Programa de Pós-Graduação em Processos Biotecnológicos - código 40001016036P8, níveis de Mestrado Acadêmico e Doutorado, para Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia; Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ: alterar a nomenclatura do Curso de Pós-Graduação em Anatomia Patológica - código 31001017040D0, nível de Doutorado, para Medicina (Anatomia Patológica), retroativo a fevereiro de 2010; Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP: alterar a nomenclatura do Programa de Pós-Graduação em Morfologia - código 33009015034P6, níveis de Mestrado Acadêmico e Doutorado, para Programa de Pós-Graduação em Biologia Estrutural e Funcional. Voto também favoravelmente à solicitação de desativação dos seguintes Programas de Pós-Graduação: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG): Programa de Pós-Graduação em Farmacologia Bioquímica e Molecular - código 32001010063P2, níveis de Mestrado Acadêmico e Doutorado; Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC: Programa de Pós-Graduação em Metrologia Científica e Industrial - código 41001010042P4, nível de Mestrado Acadêmico; Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR: Programa de Pós-Graduação em Fotônica - código 40006018021P2, nível de Mestrado Acadêmico Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.Processo: 23001.000043/2012-22 Parecer: CNE/CES 263/2012 Relator: Gilberto Gonçalves Garcia Interessado: João Paulo da Cunha Silva Lopes - João Pessoa/PB Assunto: Solicita autorização para cursar 50% (cinquenta por cento) do regime de internato do Curso de Medicina, fora da unidade federativa de origem junto ao Hospital Santo Antônio - Obras Sociais Irmã Dulce, localizado no Município de Salvador, Estado da Bahia Voto do relator: Favorável à autorização, em caráter excepcional, para que João Paulo da Cunha Silva Lopes, portador da cédula de identidade RG nº 11.634.567-56, realize 50% do Estágio Curricular Supervisionado (Internato) no Hospital Santo Antônio, mantido pela Associação Obras Sociais Irmã Dulce, com sede no Município de Salvador, Estado da Bahia, portanto, fora da Unidade Federativa da sede da IES onde possui vínculo acadêmico, Faculdade de Medicina Nova Esperança - FAMENE, mantida pela Escola de

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Enfermagem Nova Esperança Ltda., com sede no Município de João Pessoa, Estado da Paraíba Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.Processo: 23000.008060/2011-37 Parecer: CNE/CES 265/2012 Relator: Paschoal Laércio Armonia Interessado: Instituto Campinense de Educação Superior Ltda. - Campina Grande/PB Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior que, por meio da Portaria nº 69, de 1º de junho de 2011, autorizou o curso de bacharelado em Direito com 100 (cem) vagas totais anuais, reduzindo em 140 (cento e quarenta) vagas o número pleiteado pela Faculdade Maurício de Nassau de Campina Grande Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior expressa na Portaria SERES nº 69, de 1º de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 2 de junho de 2011, para manter as 240 (duzentas e quarenta) vagas totais anuais do curso de Direito, bacharelado, da Faculdade Maurício de Nassau, com sede à Rua Prefeito Antônio Carvalho de Souza, s/n, Bairro Estação Velha, no Município de Campina Grande, no Estado da Paraíba Decisão da Câmara: APROVADO por maioria.e-MEC: 200812965 Parecer: CNE/CES 266/2012 Relator: Paschoal Laércio Armonia Interessado: Instituto de Ensino Superior de Formosa Ltda. - Formosa/GO Assunto: Credenciamento da Faculdade do Planalto Central, com sede no Município de Formosa, no Estado de Goiás Voto do relator: Favorável ao credenciamento da Faculdade do Planalto Central (FAPLAC), a ser instalada na Praça Nossa Senhora da Conceição, nº 284, bairro Centro, no Município de Formosa, no Estado de Goiás, observando-se tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme o artigo 13, § 4º, do Decreto nº 5.773/2006, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta dos cursos de Administração, bacharelado, com 200 (duzentas) vagas totais anuais, e Pedagogia, licenciatura, com 100 (cem) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.e-MEC: 200809567 Parecer: CNE/CES 267/2012 Relator: Reynaldo Fernandes Interessado: Centro de Educação Tecnológica de Teresina Francisco Alves de Araújo Ltda. - Teresina/PI Assunto: Credenciamento da Faculdade de Tecnologia de Teresina, com sede no Município de Teresina, Estado do Piauí, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do relator: Favorável ao credenciamento da Faculdade de Tecnologia de Teresina, para oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede na Rua Firmino Pires, nº 527, bairro Centro, no Município de Teresina, no Estado do Piauí, observando-se tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 13, § 4º, do Decreto 5.773/2006, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto 6.303/2007, com abrangência de atuação em sua sede e no seguinte polo de apoio presencial: Avenida João XXIII, nº 4.500, bairro São Cristovão, no Município de Teresina, no Estado do Piauí, a partir da oferta dos cursos de licenciatura em Computação e Informática e bacharelado em Administração, com 150 (cento e cinquenta) vagas anuais cada um Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.e-MEC: 200812998 Parecer: CNE/CES 268/2012 Relator: Reynaldo Fernandes Interessada: Sociedade Empresarial de Estudos Superiores e Tecnológicos Sant'Ana Ltda. - Feira de Santana/BA Assunto: Credenciamento das Faculdades Unidas Feira de Santana, com sede no Município de Feira de Santana, no Estado da Bahia Voto do relator: Favorável ao credenciamento das Faculdades Unidas Feira de Santana, a ser instalada na Avenida Getúlio Vargas, nº 3.347, bairro Capuchinhos, no Município de Feira de Santana, no Estado da Bahia, observando-se tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme o artigo 13, § 4º, do Decreto nº 5.773/2006, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do mesmo Decreto, a partir da oferta dos cursos de Radiologia, Biomedicina e Fisioterapia, com 150 (cento e cinquenta) vagas totais anuais, e do curso de Nutrição, com 90 (noventa) vagas totais anuais

Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Observação: De acordo com o Regimento Interno do CNE e a Lei nº 9.784/1999, os interessados terão prazo de 30 (trinta) dias para recursos, quando couber, a partir da data de publicação desta Súmula no Diário Oficial da União, ressalvados os processos em trâmite no Sistema e-MEC, cuja data de publicação, para efeito de contagem do prazo recursal, será efetuada a partir da publicação nesse Sistema, nos termos do artigo 1º, § 2º, da Portaria Normativa MEC nº 40/2007. Os Pareceres citados encontram-se à disposição dos interessados no Conselho Nacional de Educação e serão divulgados na página do CNE (http://portal.mec.gov.br/cne/).

Brasília, 13 de setembro de 2012.
ANDRÉA TAUIL OSLLER MALAGUTTI
Secretária Executiva
Substituta

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

PORTARIA Nº 134, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

O PRESIDENTE DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 7.692, de 02 de março de 2012 e tendo em vista o disposto no § 2º, inciso II, art. 52 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Promover a alteração da Modalidade de Aplicação de dotação orçamentária consignada na Lei nº 12.595, de 19 de janeiro 2012, e suas alterações, de acordo com a legislação vigente, conforme Anexo desta Portaria.

Art. 2º A presente alteração se faz necessária para a execução dos Programas da Educação Básica, via convênio.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE ALMEIDA GUIMARÃES

ANEXO

26291 - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Programa de Trabalho	ESF	ID USO	FONTE	GRUPO DE DESPESA: 3	Modalidade de Aplicação	
					SIT. ANTERIOR	SIT. ATUAL
2030 - EDUCAÇÃO BÁSICA						
12.368.2030.20RJ.0001						
APOIO A CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES, PROFISSIONAIS, FUNCIONÁRIOS E GESTORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA						
	1	0	0312	5.000.000,00	90	30

(*) Republicada por ter saído, no DOU de 13-9-2012, Seção 1, pág. 108, com incorreção no original.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PORTARIA Nº 2.276, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo nº. 23113.007797/12-66/Departamento de Engenharia Química/CCET; resolve:

Art. 1º - Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Efetivo do Departamento de Engenharia Química/CCET, objeto do Edital nº. 019/2012, publicado no D.O.U. de 15/05/2012, conforme informações que seguem:

Matéria de Ensino	Fenômenos de Transporte
Disciplinas	Mecânica dos Fluídos, Transferência de calor, Transferência de Massa, Fenômenos de transporte I e II; Laboratório de Fenômenos de Transporte.
Cargo/Nível	Professor Adjunto - Nível I
Regime de Trabalho	Dedicação Exclusiva
Resultado Final	1º lugar: Alex Barreto Machado - 70,94 2º lugar: José da Paixão Lopes dos Santos - 67,40

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSUÉ MODESTO DOS PASSOS SUBRINHO

PORTARIA Nº 2.278, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo nº. 23113.006781/12-91/Departamento de Educação Física/CCBS, resolve:

Art. 1º - Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Efetivo do Departamento de Educação Física/CCBS, objeto do Edital nº. 019/2012, publicado no D.O.U. de 15/05/2012, conforme informações que seguem:

Matérias de Ensino	Bases Comportamentais do Movimento Humano
Cargo/Nível	Professor Adjunto - Nível I
Regime de Trabalho	Dedicação Exclusiva
Resultado Final	1º lugar: Renato Izidoro da Silva- 66,24

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSUÉ MODESTO DOS PASSOS SUBRINHO

PORTARIA Nº 2.281, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo nº. 23113.007972/12-24/Departamento de Odontologia/CCBS, resolve:

Art. 1º - Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Efetivo do Departamento de Odontologia/CCBS, objeto do Edital nº. 019/2012, publicado no D.O.U. de 15/05/2012, conforme informações que seguem:

Disciplinas	Prótese Total; Prótese Parcial Removível; Prótese Fixa; Estágio Clinica Odontológica Integrada I e II: área de concentração reabilitação oral e DTM.
Cargo/Nível	Professor Adjunto - Nível I
Regime de Trabalho	Dedicação Exclusiva
Resultado Final	1º lugar: Mônica Barbosa Leal Macedo- 81,61

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSUÉ MODESTO DOS PASSOS SUBRINHO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

PORTARIAS DE 6 DE SETEMBRO DE 2012

O Vice-Reitor da Universidade Federal de Viçosa, no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria 0618/2011, de 10/06/2011, publicada no Diário Oficial da União de 13/06/2011, resolve:

Nº 1.021 - aplicar à empresa BRASLIMP PRODUTOS DE LIMPEZA E DESCARTÁVEIS LTDA, com sede à Rua Sir Alexandre Fleming, nº 284, Bairro Vila Seixas, Ribeirão Preto - SP, CEP 14020-030, inscrita no CNPJ sob o nº 07.796.670/0001-05, a pena de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração (UFV) pelo prazo de 8 (oito) meses, cumulada com multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato representado pela Nota de Empenho nº 2008NE902743, bem como com sua rescisão, pela inexecução total das obrigações assumidas com esta Instituição, com fundamento no art. 87, incisos II e III, e §2º, e no art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, assim como no item 7 e no subitem 7.2 da Nota de Empenho supracitada, a contar da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, determinando, ainda, o registro da punição e descredenciamento junto ao SICAF, de acordo com o item 8 do contrato mencionado, c/c art. 38 da Instrução Normativa nº 02/SLTI/MPOG, de 11 de outubro de 2010. (Processo 014736/2008)

Nº 1.022 - aplicar à empresa CRISTIANE AUGUSTO MAHMOUD - ME, com sede à Rua Luiz Gama, nº 111, Bairro Jardim D'Abril, Osasco - SP, CEP 06038-070, inscrita no CNPJ sob o nº 11.995.202/0001-37, a pena de impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 6 (seis) meses, cumulada com multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato representado pela Nota de Empenho nº 904198/2010, bem como com sua rescisão, pela inexecução total das obrigações assumidas com esta Instituição, tudo com fundamento nos subitens 12.1, 12.1.6 e 12.2 do Edital de Pregão nº 633/2010, a

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

contar da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, determinando, ainda, o registro das punições junto ao SICAF, de acordo com o subitem 12.5 do Edital mencionado. (Processo 013863/2010)

Nº 1.024 - aplicar à empresa ON LINE EQUIPAMENTOS E DISTRIBUIDORA DE INFORMÁTICA LTDA, com sede à Rua Conde Afonso Celso, nº 36, Bairro Capoeiras, Florianópolis - SC, CEP 88075-560, inscrita no CNPJ sob o nº 07.014.031/0001-40, a pena de impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 1 (um) ano, cumulada com multa de 10% (dez por cento) do valor do Contrato nº 225/2011, bem como com sua rescisão, pela inexecução total das obrigações assumidas com esta Instituição, tudo com fundamento nos subitens 1, 1.6, 2 e 2.2 da cláusula sétima do instrumento contratual, a contar da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, determinando, ainda, o registro da punição e descredenciamento junto ao SICAF, de acordo com o item 5 da cláusula sétima do contrato mencionado. (Processo 017824/2010)

DEMETRIUS DAVID DA SILVA

PORTARIA Nº 1.058, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

A Reitora da Universidade Federal de Viçosa, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto de 16/05/2011, publicado no Diário Oficial da União de 17/05/2011, considerando o que consta do Processo 017824/2010, resolve:

Aplicar à empresa MAIS IMAGEM LOCAÇÕES LTDA EPP, com sede à Rua Jacuí, nº 346, Bairro Floresta, Belo Horizonte, MG, CEP 31110-050, inscrita no CNPJ sob o nº 05.201.844/0001-14, a pena de impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo 1 (um) ano, cumulada com multa de 10% (dez por cento) do valor do Contrato nº 228/2011, bem como com sua rescisão, pela inexecução total das obrigações assumidas com esta Instituição, com fundamento nos subitens 1, 1.6, 2 e 2.2 da cláusula sétima do instrumento contratual, a contar da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, determinando, ainda, o registro das punições e descredenciamento junto ao SICAF, de acordo com o item 5 da cláusula sétima do contrato mencionado.

NILDA DE FÁTIMA FERREIRA SOARES

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 169, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação, conforme planilha anexa, ministrados pelas Instituições de Ensino Superior, nos termos do disposto no artigo 35, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na planilha anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAUJO MESSIAS

ANEXO

(Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201106469	ENGENHARIA DE MATERIAIS (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAI CIMATEC	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL	AVENIDA ORLANDO GOMES, 1845, PIATÃ, SALVADOR/BA
2.	201015077	PETRÓLEO E GÁS (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE REGIONAL DA BAHIA	UNIRB - UNIDADES DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA LTDA	RUA TAMBURUGY, 474, COLÉGIO DIPLOMATA, PATAMARES, SALVADOR/BA
3.	201010045	PEDAGOGIA (Licenciatura)	120 (cento e vinte)	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE JOÃO PESSOA	CENESUP - CENTRO NACIONAL DE ENSINO SUPERIOR LTDA	RUA ALMIRANTE BARROSO, 883, CENTRO, JOÃO PESSOA/PB
4.	201013619	FARMÁCIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DA ALDEIA DE CARAPICUÍBA	CEALCA-CENTRO DE ENSINO ALDEIA DE CARAPICUIBA LTDA	ESTRADA DA ALDEIA, 9999, JARDIM MARILU, CARAPICUÍBA/SP
5.	201115246	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADES INTEGRADAS DE BAURU	ASSOCIAÇÃO RANIERI DE EDUCACAO E CULTURA LTDA	RUA RODOLFINA DIAS DOMINGUES, 11, QUINTA RANIERI, JARDIM FERRAZ, BAURU/SP
6.	201109673	SEGURANÇA NO TRABALHO (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE ESTÁCIO DO RECIFE - ESTÁCIO FIR	IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MÉDIO E FUNDAMENTAL LTDA.	AVENIDA ENGENHEIRO ABDIAS DE CARVALHO, 1678, MADALENA, RECIFE/PE
7.	201115072	AGRONOMIA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	RUA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, 3863, CAMPUS UNIVERSITÁRIO, SÃO JORGE, ITACOATIARA/AM
8.	201105890	LOGÍSTICA (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE METROPOLITANA DE MANAUS	IME INSTITUTO METROPOLITANO DE ENSINO LTDA	AVENIDA CONSTANTINO NERY, 3000, CHAPADA, MANAUS/AM
9.	201101910	GESTÃO PÚBLICA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE DIREITO E CIÊNCIAS SOCIAIS DO LESTE DE MINAS - FADILESTE	SOCIEDADE EDUCACIONAL BREDER LOPES	NILDA BREDER BARBOSA LOPES, 01, CENTRO, REDUTO/MG
10.	201112067	CIÊNCIAS ATUARIAIS (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - UNIFAL-MG	RUA ALFREDO BRAGA DE CARVALHO, 303, SOBRADO, INDUSTRIAL JK, VARGINHA/MG
11.	201112289	ENGENHARIA AMBIENTAL E URBANA (Bacharelado)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - UNIFAL-MG	RODOVIA JOSÉ AURÉLIO VILELA - BR 267, 11999, CIDADE UNIVERSITÁRIA, POÇOS DE CALDAS/MG
12.	200910459	LETRAS - PORTUGUÊS E ESPANHOL (Licenciatura)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADES INTEGRADAS SIMONSEN	ORGANIZACAO BRASILEIRA DE CULTURA E EDUCACAO ORBRACE	RUA IBITIUVA, 151, PADRE MIGUEL, RIO DE JANEIRO/RJ
13.	201111633	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - UNIFAL-MG	RUA ALFREDO BRAGA DE CARVALHO, 303, SOBRADO, INDUSTRIAL JK, VARGINHA/MG
14.	201109166	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADES INTEGRADAS DE TRÊS LAGOAS	ASSOCIAÇÃO DE ENSINO E CULTURA DE MATO GROSSO DO SUL	AVENIDA PONTA PORÃ, 2750, DISTRITO INDUSTRIAL, TRÊS LAGOAS/MS
15.	201116022	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE PROJEÇÃO DE CEILÂNDIA	GUATAG ASSOCIAÇÃO DE ASSISTENCIA EDUCACIONAL	QNM 30, MÓDULOS H, I E J, S/N, REGIÃO ADMINISTRATIVA IX, CEILÂNDIA NORTE, BRASÍLIA/DF
16.	201110569	LETRAS - PORTUGUÊS E ALEMÃO (Licenciatura)	50 (cinquenta)	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO IVOTI	ASSOCIAÇÃO EVANGELICA DE ENSINO	RUA JÚLIO HAUSER, 171, SETE DE SETEMBRO, IVOTI/RS
17.	201111120	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	220 (duzentas e vinte)	FACULDADE DE TECNOLOGIA CDL DE FORTALEZA	CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE FORTALEZA	RUA 25 DE MARÇO, 882, CENTRO, FORTALEZA/CE
18.	201112427	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DE MARKETING E NEGÓCIOS	UNIESSA - UNIÃO DE ENSINO SUPERIOR E SERVICOS EM ADMINISTRACAO LTDA	AVENIDA FERNANDO VILELA, 839, - ATÉ 1261/1262, MARTINS, UBERLÂNDIA/MG
19.	201200180	COMÉRCIO EXTERIOR (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE ALVES FARIA	CENTRO EDUCACIONAL ALVES FARIA LTDA.	AVENIDA PERIMETRAL NORTE, 4.129, VILA JOÃO VAZ, GOIÂNIA/GO
20.	200816048	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FATEC- FACULDADE SENAI DE TECNOLOGIA	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL	AVENIDA MARECHAL MASCARENHAS DE MORAES, 2235, BENTO FERREIRA, VITÓRIA/ES
21.	201107002	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADE DE TELÊMACO BORBA	FATEB EDUCACAO INTEGRAL LTDA	AVENIDA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 1181, ALTO DAS OLIVEIRAS, TELÊMACO BORBA/PR
22.	201013333	SEGURANÇA NO TRABALHO (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE CAMPINA GRANDE	INSTITUTO CAMPINENSE DE ENSINO SUPERIOR LTDA	RUA PREFEITO ANTÔNIO CARVALHO DE SOUZA, S/N, ESTAÇÃO VELHA, CAMPINA GRANDE/PB
23.	201109486	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	100 (cem)	ESCOLA SUPERIOR PAULISTA DE ADMINISTRAÇÃO - ESPA	ESCOLA SUPERIOR DE ENSINO DE GUARULHOS LTDA	RUA JOÃO GONÇALVES, 455/471, CENTRO, GUARULHOS/SP
24.	201111988	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE DE MARKETING E NEGÓCIOS	UNIESSA - UNIÃO DE ENSINO SUPERIOR E SERVICOS EM ADMINISTRACAO LTDA	AVENIDA FERNANDO VILELA, 839, - ATÉ 1261/1262, MARTINS, UBERLÂNDIA/MG
25.	201112426	GESTÃO AMBIENTAL (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE DE MARKETING E NEGÓCIOS	UNIESSA - UNIÃO DE ENSINO SUPERIOR E SERVICOS EM ADMINISTRACAO LTDA	AVENIDA FERNANDO VILELA, 839, - ATÉ 1261/1262, MARTINS, UBERLÂNDIA/MG
26.	201106528	GESTÃO DA QUALIDADE (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE METROPOLITANA DE MANAUS	IME INSTITUTO METROPOLITANO DE ENSINO LTDA	AVENIDA CONSTANTINO NERY, 3000, CHAPADA, MANAUS/AM

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

27.	201116006	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE ALVES FARIA	CENTRO EDUCACIONAL ALVES FARIA LTDA.	AVENIDA PERIMETRAL NORTE, 4.129, VILA JOÃO VAZ, GOIÂNIA/GO
28.	200816049	ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FATEC- FACULDADE SENAI DE TECNOLOGIA	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL	AVENIDA MARECHAL MASCARENHAS DE MORAES, 2235, BENTO FERREIRA, VITÓRIA/ES
29.	201112069	ENGENHARIA QUÍMICA (Bacharelado)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - UNIFAL-MG	RODOVIA JOSÉ AURÉLIO VILELA - BR 267, 11999, CIDADE UNIVERSITÁRIA, POÇOS DE CALDAS/MG
30.	201110621	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE VISCONDE DE CAIRÚ	FUNDAÇÃO VISCONDE DE CAIRU	RUA DO SALETE, 50, BARRIS, SALVADOR/BA
31.	201010812	SEGURANÇA NO TRABALHO (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE JOAQUIM NABUCO RECIFE	SER EDUCACIONAL S.A.	AV. GUARARAPES, 203, SANTO ANTÔNIO, RECIFE/PE
32.	201110670	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE EVANGÉLICA DE GOIANÉSIA	ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA EVANGÉLICA	AVENIDA BRASIL, 1000, COVOÁ, GOIANÉSIA/GO
33.	201113120	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTÁCIO DE SÁ LTDA	RUA EDUARDO LUIZ GOMES, 134, CENTRO, NITERÓI/RJ
34.	201112180	CIÊNCIAS ECONÔMICAS (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - UNIFAL-MG	RUA ALFREDO BRAGA DE CARVALHO, 303, SOBRADO, INDUSTRIAL JK, VARGINHA/MG
35.	201108721	LOGÍSTICA (Tecnológico)	100 (cem)	ESCOLA SUPERIOR PAULISTA DE ADMINISTRAÇÃO - ESPA	ESCOLA SUPERIOR DE ENSINO DE GUARULHOS LTDA	RUA JOÃO GONÇALVES, 455/471, CENTRO, GUARULHOS/SP
36.	201107153	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE REGIONAL DA BAHIA	UNIRB - UNIDADES DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA LTDA	RUA TAMBURUGY, 474, COLÉGIO DIPLOMATA, PATAMARES, SALVADOR/BA
37.	201015088	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE TECNOLOGIA DA SERRA GAÚCHA - CAXIAS DO SUL	SOCIEDADE EDUCACIONAL SANTA TEREZA LTDA.	RUA MARECHAL FLORIANO, 889, PIO X, CAXIAS DO SUL/RS
38.	201110216	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	100 (cem)	FACULDADE SÃO SEBASTIÃO	INSTITUTO DE ENSINO SAO SEBASTIAO LTDA	RUA AGRIPINO JOSÉ DO NASCIMENTO, 177, VILA AMÉLIA, SÃO SEBASTIÃO/SP
39.	201100466	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE CAMPINA GRANDE	INSTITUTO CAMPINENSE DE ENSINO SUPERIOR LTDA	RUA PREFEITO ANTÔNIO CARVALHO DE SOUZA, S/N, ESTAÇÃO VELHA, CAMPINA GRANDE/PB
40.	20072536	LETRAS - PORTUGUÊS E INGLÊS E RESPECTIVAS LITERATURAS (Licenciatura)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DINÂMICA	UNIÃO DINÂMICA DE FACULDADES CATARATAS UDC LTDA	RUA PIRATININGA, 879, NOVO CENTRO, MARINGÁ/PR
41.	201107931	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	60 (sessenta)	FACULDADE DINÂMICA DO VALE DO PIRANGA	SESP SOCIEDADE EDUCACIONAL SUPERIOR DE PONTE NOVA LTDA	RUA G, Nº 205, QUADRA E, PARAÍSO, PONTE NOVA/MG
42.	201114014	MARKETING (Tecnológico)	200 (duzentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO SALESIANO DE SÃO PAULO	LICEU CORAÇÃO DE JESUS	AV. ALMEIDA GARRET, 267, JARDIM NOSSA SENHORA AUXILIADORA, CAMPINAS/SP
43.	200811968	MANUTENÇÃO INDUSTRIAL (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	ÁREA1 - FACULDADE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	CBES - CENTRO BAIANO DE ENSINO SUPERIOR LTDA	AVENIDA LUIS VIANA FILHO, 3172, PRÉDIO, PARALELA, SALVADOR/BA
44.	201110120	ENGENHARIA AMBIENTAL E ENERGIAS RENOVÁVEIS (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE METROPOLITANA DE MANAUS	IME INSTITUTO METROPOLITANO DE ENSINO LTDA	AVENIDA CONSTANTINO NERY, 3000, CHAPADA, MANAUS/AM
45.	201111965	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DE MARKETING E NEGÓCIOS	UNIESSA - UNIÃO DE ENSINO SUPERIOR E SERVIÇOS EM ADMINISTRAÇÃO LTDA	AVENIDA FERNANDO VILELA, 839, - ATÉ 1261/1262, MARTINS, UBERLÂNDIA/MG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

PORTARIA Nº 114, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

O Diretor do Centro de Educação e Saúde da Universidade Federal de Campina Grande, no exercício da Direção e no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Estatuto da Instituição, e tendo em vista o que consta no processo nº 23096.034134/11-87, resolve:

Art. 1º - Aplicar multa e suspender temporariamente por 02 (dois) anos, a contar da publicação dessa portaria no Diário Oficial da União, a Empresa MK Construções LTDA- CNPJ: 06.074.105/0001-71, de participar de licitação e contratar com a Universidade Federal de Campina Grande, em virtude de inexecução parcial do Contrato 001/2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

RAMILTON MARINHO COSTA

CENTRO DE SAÚDE E TECNOLOGIA RURAL

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 90, de 05 de setembro de 2012, publicada no D.O.U de 11/09/2012, Seção 1, pág. 12. Onde se lê: "R$ 7.333,01", leia-se: "R$ 7.331,01".

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
HOSPITAL DAS CLÍNICAS

PORTARIA 79, DE 1º DE AGOSTO DE 2012

O DIRETOR GERAL DO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do Processo nº. 23070.013546/2011-63 e em conformidade com o disposto na Súmula 473 do STF, resolve:

Cancelar a Ata de Registro de Preços nº. 628/2011 referente ao Pregão Eletrônico nº. 67/2011, celebrada com a empresa EB Prod. Farmaceuticos. Ltda, CNPJ nº. 10.940.830//0001-52, com fundamento no inciso IV, art. 13 do Decreto nº. 3.931/2001, e Cláusula Décima Primeira, alínea "e" da referida Ata, por razão de ter sido constatado vínculo funcional do sócio/administrador da empresa com o Hospital das Clínicas. Hospital das Clínicas/UFG: 1ª Avenida nº. 545, St. Leste Universitário, Goiânia (GO), CEP: 74605050.

JOSÉ GARCIA NETO

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 310, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

Regulamenta critérios e procedimentos para avaliação de desempenho individual e institucional visando à atribuição da Gratificação de Desempenho de Atividade Fazendária - GDAFAZ aos servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda - PECFAZ.

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, regulamentada pelo Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, resolve:

Art. 1º Ficam aprovados, na forma desta Portaria, os critérios e procedimentos específicos do monitoramento sistemático e contínuo da atuação do servidor e institucional, para efeito de pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Fazendária - GDAFAZ, tendo como referência as metas globais e intermediárias das unidades.

Art. 2º A GDAFAZ é devida aos servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda - PECFAZ, quando lotados e no exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo nas unidades administrativas deste Ministério.

Art. 3º A GDAFAZ não poderá ser paga cumulativamente com qualquer outra gratificação de desempenho profissional, individual, institucional ou de produtividade, independentemente da sua denominação ou base de cálculo.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 4º A gratificação de que trata o art. 2º desta Portaria, será atribuída ao servidor em função do alcance de metas de desempenho individual e de desempenho institucional deste Ministério.

Art. 5º As avaliações de desempenho individual e institucional serão utilizadas como instrumento de gestão, com a identificação de aspectos do desempenho que possam ser melhorados por meio de oportunidades de capacitação e aperfeiçoamento profissional.

Art. 6º Para efeito de aplicação do disposto nesta Portaria ficam definidos os seguintes termos:

I - avaliação de desempenho: monitoramento sistemático e contínuo da atuação individual do servidor e institucional do órgão de lotação dos servidores integrantes do PECFAZ, tendo como referência as metas globais e intermediárias destas unidades;

II - unidade de avaliação: unidade administrativa do Ministério, de acordo com sua estrutura básica, que execute atividades de mesma natureza, ou uma unidade isolada, a partir de critérios geográficos ou de hierarquia organizacional;

III - equipe de trabalho: servidores que assumem, em conjunto, a responsabilidade pela condução de uma ou mais ações definidas no plano de trabalho;

IV - ciclo de avaliação: período de doze meses considerado para realização da avaliação de desempenho individual e institucional, com vistas a aferir o desempenho dos servidores do PECFAZ; e

V- plano de trabalho: documento representativo dos compromissos firmados no início do ciclo de avaliação entre o gestor, a equipe e cada integrante da equipe de trabalho, em que serão registrados os dados referentes a cada etapa do ciclo de avaliação, visando aferir o desempenho individual e institucional por meio do acompanhamento do cumprimento das metas organizacionais globais e intermediárias.

CAPÍTULO II
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Seção I
Do Ciclo de Avaliação

Art. 7º O ciclo da avaliação de desempenho terá a duração de 12 (doze) meses.

Seção II
Dos Critérios de Pontuação

Art. 8º A GDAFAZ será atribuída no limite máximo de 100 (cem) pontos e no mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, respeitada a seguinte distribuição:

I - até 20 (vinte) pontos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até 80 (oitenta) pontos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

CAPÍTULO III
DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL

Art. 9º A avaliação de desempenho individual visa aferir o desempenho do servidor no exercício das atribuições do cargo ou função, com foco na contribuição individual para o alcance dos objetivos organizacionais, e deverá ser realizada pelas partes envolvidas no período de 1º (primeiro) a 10 (dez) de novembro.

Seção I
Dos Servidores Sujeitos à Avaliação de Desempenho Individual

Art. 10. Os servidores integrantes do PECFAZ, quando lotados e no exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo nas unidades administrativas deste Ministério, ou quando requisitados na forma prevista no inciso I do art. 24 desta Portaria, não ocupantes de cargos em comissão ou função de confiança, serão avaliados na dimensão individual, observando cada uma das fases a seguir:

I - Autoavaliação: a partir dos conceitos atribuídos pelo próprio avaliado, na proporção de 15% (quinze por cento);

II - Avaliação da Chefia: a partir dos conceitos atribuídos pela chefia imediata, na proporção de 60% (sessenta por cento); e

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

III - Avaliação dos integrantes da equipe: a partir da média dos conceitos atribuídos pelos demais integrantes da equipe de trabalho, na proporção de 25% (vinte e cinco por cento).

§ 1º Na ausência ou afastamento da chefia imediata, seu substituto deverá realizar a avaliação de que trata o inciso II.

§ 2º O substituto da chefia imediata, caso realize a avaliação do inciso II, não poderá participar da avaliação como integrante da equipe de que trata o inciso III deste artigo.

§ 3º Para efeito da avaliação de que trata o inciso III deste artigo, serão admitidos até 3 (três) servidores que executam trabalho semelhante ao avaliado e participem do plano de trabalho previsto no Capítulo V.

§ 4º Os servidores integrantes do PECFAZ investidos em função de confiança ou cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 3, 2, 1 ou equivalentes, neste Ministério ou em órgãos de que trata o inciso I do art. 24 desta Portaria, serão avaliados na forma dos incisos I e II deste artigo, e a avaliação do inciso III será realizada pela equipe subordinada.

§ 5º O disposto no caput deste artigo não se aplica aos servidores investidos em cargo de Natureza Especial ou função de confiança ou cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 6, 5, 4 ou equivalentes, em exercício neste Ministério, requisitados pela Presidência ou Vice-Presidência da República ou nas hipóteses previstas em lei, ou cedidos para outros órgãos ou entidades da União.

§ 6º O servidor que não realizar no prazo estabelecido no art. 9º a autoavaliação prevista no inciso I deste artigo somente receberá a GDAFAZ após o processamento final da sua avaliação de desempenho individual.

Seção II

Dos Fatores de Avaliação de Desempenho Individual

Art. 11. As avaliações individuais serão efetuadas utilizando o formulário eletrônico "Relatório de Desempenho Individual - RDI", na forma do Anexo I desta Portaria, disponibilizado no Sistema de Avaliação de Desempenho GDAFAZ, observando-se os seguintes fatores de avaliação:

I - produtividade no trabalho: realizar o trabalho com qualidade, considerando a complexidade, a prioridade e os prazos estabelecidos;

II - conhecimento de métodos e técnicas: aplicar os conhecimentos necessários ao desenvolvimento das atividades;

III - trabalho em equipe: desenvolver atividades em equipe, respeitando as diferenças individuais, na busca de objetivos comuns à instituição;

IV - comprometimento com o trabalho: executar suas atividades com responsabilidade, demonstrando interesse em contribuir para o alcance dos objetivos institucionais;

V - cumprimento das normas de procedimentos e de conduta no desempenho das atribuições do cargo: atuar no exercício de suas atribuições em observância ao código de ética do servidor público e às normas legais e regulamentares;

VI - capacidade de autodesenvolvimento: ter predisposição para aprender e buscar conhecimento, mantendo-se continuamente atualizado; e

VII - contribuição para o alcance dos compromissos de desempenho individual: contribuir para o alcance das metas pactuadas com a chefia imediata e as equipes de trabalho, de acordo com os compromissos de desempenho individual assumidos no plano de trabalho.

Seção III

Dos Critérios de Pontuação dos Fatores de Avaliação de Desempenho Individual

Art. 12. A cada um dos fatores de avaliação de desempenho individual, deverá ser atribuída pontuação conveniente:

I - não atende às expectativas: 1 ponto;

II - atende pouco às expectativas: 2 pontos;

III - atende satisfatoriamente às expectativas: 3 pontos;

IV - atende muito às expectativas: 4 pontos; e

V - atende totalmente às expectativas: 5 pontos.

§ 1º Será atribuído peso 1 para os fatores contidos no art. 11 desta Portaria, exceto os fatores III, IV e VII cujo peso atribuído será 2.

§ 2º O fator VII deverá ser avaliado de forma objetiva, com base no cumprimento dos compromissos de desempenho individual assumidos no plano de trabalho, e será avaliado pelo servidor, pelos integrantes da equipe e pela chefia.

CAPÍTULO IV

DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL

Art. 13. A avaliação institucional visa aferir o desempenho deste Ministério e de suas unidades no alcance das metas e dos objetivos organizacionais, podendo considerar projetos e atividades prioritárias e condições especiais de trabalho, além de outras características específicas das atividades desenvolvidas.

Art. 14. As metas referentes à avaliação de desempenho institucional deverão ser segmentadas em:

I - metas globais, elaboradas, quando couber, em consonância com o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA; e

II - metas intermediárias, referentes às equipes de trabalho.

§ 1º As metas referidas neste artigo devem ser objetivamente mensuráveis, utilizando-se como parâmetros indicadores que visem aferir a qualidade dos serviços relacionados à atividade finalística deste Ministério, levando-se em conta, no momento de sua fixação, os índices alcançados nos exercícios anteriores.

§ 2º As metas globais referidas no inciso I deste artigo serão fixadas anualmente, podendo ser revistas, a qualquer tempo, na hipótese de superveniência de fatores que influenciem significativa e diretamente a sua consecução, desde que o órgão ou entidade não tenha dado causa a tais fatores.

§ 3º As metas intermediárias de que trata o inciso II deste artigo deverão ser elaboradas em consonância com as metas globais, podendo ser segmentadas, segundo critérios geográficos, de hierarquia organizacional ou de natureza de atividade.

§ 4º As metas de desempenho individual e as metas intermediárias de desempenho institucional deverão ser definidas por critérios objetivos e comporão o plano de trabalho de cada unidade do órgão ou entidade de lotação e, salvo situações devidamente justificadas, serão previamente acordadas entre o servidor, a chefia e a equipe de trabalho.

§ 5º Não havendo acordo entre o servidor, a chefia e a equipe de trabalho, até o início do período de avaliação de desempenho, caberá à chefia responsável pela equipe fixar as metas.

§ 6º As metas de desempenho institucional e os resultados apurados a cada período deverão ser amplamente divulgados, inclusive no sítio eletrônico deste Ministério, permanecendo acessíveis a qualquer tempo.

CAPÍTULO V

DO PLANO DE TRABALHO

Art. 15. Cada servidor em exercício na unidade de avaliação deverá estar vinculado a pelo menos uma ação, atividade, projeto ou processo previsto no plano de trabalho, que deverá conter:

I - as ações mais representativas da unidade de avaliação;

II - as atividades, projetos ou processos em que se desdobram as ações;

III - as metas intermediárias de desempenho institucional e as metas de desempenho individual propostas;

IV - os compromissos de desempenho individual e institucional, firmados no início do ciclo de avaliação;

V - os critérios e procedimentos de acompanhamento do desempenho individual e institucional de todas as etapas ao longo do ciclo de avaliação;

VI - a avaliação parcial dos resultados obtidos, para subsidiar ajustes no decorrer do ciclo de avaliação; e

VII - a apuração final do cumprimento das metas e demais compromissos firmados de forma a possibilitar o fechamento dos resultados obtidos em todos os componentes da avaliação de desempenho.

CAPÍTULO VI

DOS EFEITOS FINANCEIROS E DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Art. 16. As avaliações de desempenho individual e institucional serão apuradas anualmente e produzirão efeitos financeiros mensais por igual período.

Art. 17. Os servidores integrantes do PECFAZ, que fazem jus à GDAFAZ, serão avaliados na dimensão individual, observando os procedimentos constantes do art. 10 desta Portaria, somado ao resultado da avaliação de desempenho institucional do período, exceto os investidos em cargo de Natureza Especial ou cargo em comissão ou função de confiança do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS de níveis 6, 5, 4 ou equivalentes, que perceberão a GDAFAZ da seguinte forma:

I - quando em exercício neste Ministério, não serão submetidos à avaliação de desempenho individual e perceberão a gratificação calculada com base no valor máximo da parcela individual, somado ao resultado da Avaliação de Desempenho Institucional do período; e

II - quando cedidos para órgãos ou entidades da União, exceto para Presidência ou Vice-Presidência da República e nas hipóteses de requisição previstas em lei, perceberão a gratificação de desempenho calculada com base no resultado da avaliação institucional do período.

Art. 18. Os valores a serem pagos a título de GDAFAZ serão calculados multiplicando-se o somatório dos pontos auferidos nas avaliações de desempenho individual e institucional pelo valor do ponto constante do Anexo CXXXVII da Lei nº 11.907 de 2009, observado o nível, a classe e o padrão em que se encontra posicionado o servidor.

Art. 19. As avaliações serão processadas no mês subsequente ao término do período avaliativo e gerarão efeitos financeiros a partir do primeiro dia do mês seguinte ao do processamento das avaliações.

Parágrafo único. A data de publicação do ato de fixação das metas de desempenho institucional constitui o marco temporal para o início do período de avaliação.

CAPÍTULO VII

DOS AFASTAMENTOS

Seção I

Disposições gerais

Art. 20. Somente participará do processo de avaliação de desempenho o servidor que tiver permanecido no exercício de suas atividades por, no mínimo, dois terços do ciclo de avaliação.

§ 1º Em caso de afastamentos e licenças considerados como de efetivo exercício, sem prejuízo da remuneração e com direito à percepção da gratificação de desempenho, o servidor continuará percebendo a respectiva gratificação correspondente à última pontuação obtida na avaliação de desempenho, até que seja processada a sua primeira avaliação após o seu retorno.

§ 2º O disposto no § 1º não se aplica aos casos de cessão.

§ 3º Nos casos de reversão de aposentadoria e quando não houver cumprido dois terços do ciclo da avaliação de desempenho, o servidor receberá a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos, até que seja processada a sua primeira avaliação após o retorno à atividade.

Art. 21. Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual, o servidor recém nomeado para cargo efetivo de que trata o art. 2º desta Portaria e aquele que tenha retornado de licença sem vencimentos, de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção de gratificação de desempenho, no decurso do ciclo de avaliação, receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos.

Art. 22. O servidor que não permanecer em efetivo exercício na mesma unidade durante todo o período da avaliação de desempenho será avaliado pela chefia imediata de onde houver permanecido por maior tempo.

Parágrafo único. Caso o servidor tenha permanecido o mesmo número de dias em diferentes unidades organizacionais, a avaliação será feita pela chefia imediata da unidade em que se encontrava no momento do encerramento do período de avaliação de desempenho.

Art. 23. Ocorrendo exoneração de cargo em comissão ou função de confiança, o servidor de que trata o art. 2º desta Portaria continuará percebendo a GDAFAZ correspondente ao último valor obtido, até que seja processada a próxima avaliação de desempenho.

Seção II

Dos Requisitados e Cedidos

Art. 24. Os servidores de que trata o art. 2º desta Portaria, quando não se encontrarem em exercício neste Ministério, ressalvado o disposto em legislação específica, somente farão jus à GDAFAZ:

I - quando requisitados pela Presidência ou Vice-Presidência da República ou nas hipóteses de requisição previstas em lei, em que perceberão a gratificação de desempenho calculada com base nas regras aplicáveis como se estivessem em efetivo exercício neste Ministério; e

II - quando cedidos para órgãos ou entidades da União distintos dos indicados no inciso I e investidos em cargo de Natureza Especial, de provimento em comissão ou função de confiança do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 6, 5, 4 ou equivalentes, em que perceberão a gratificação de desempenho conforme disposto no inciso II do art. 17 desta Portaria.

Parágrafo único. Os servidores requisitados e cedidos que não se enquadrarem nas situações descritas nos incisos I e II deste artigo, não farão jus à gratificação.

CAPÍTULO VIII

DAS UNIDADES DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Art. 25. São consideradas unidades de avaliação, as seguintes unidades administrativas do Ministério:

I - Gabinete do Ministro - GMF;

II - Secretaria-Executiva - SE;

III - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA;

IV - Superintendências de Administração do Ministério da Fazenda - SAMFs;

V - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN;

VI - Secretaria do Tesouro Nacional - STN;

VII - Secretaria de Política Econômica - SPE;

VIII - Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE;

IX - Secretaria de Assuntos Internacionais - SAIN;

X - Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB;

XI - Escola de Administração Fazendária - ESAF;

XII - Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF;

XIII - Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF; e

XIV - Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ.

CAPÍTULO IX

DO ACOMPANHAMENTO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Seção I

Da Comissão de Acompanhamento da Avaliação Institucional

Art. 26. Fica criada a Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho - CAD, cuja composição e abrangência serão definidas em ato próprio, com a finalidade de:

I - julgar, em última instância, os recursos interpostos quanto ao resultado da avaliação de desempenho individual;

II - propor alterações consideradas necessárias para a melhor operacionalização dos critérios e procedimentos estabelecidos nesta Portaria;

III - acompanhar todas as etapas do ciclo de avaliação de desempenho;

IV - encaminhar às áreas de gestão de pessoas da unidade de exercício do servidor avaliado o resultado final do recurso, fornecendo cópia da íntegra da decisão, para ciência do interessado, de sua chefia imediata e dos integrantes da equipe de trabalho; e

V - providenciar o ato de publicação do resultado final do recurso no Boletim de Serviço, identificando os servidores por meio do número de matrícula no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE.

Parágrafo único. A CAD poderá convocar as partes envolvidas no processo de avaliação de desempenho individual para prestarem esclarecimentos durante a fase de julgamento dos recursos previsto no inciso I deste artigo.

Art. 27. A CAD será composta por representantes das unidades centrais do Ministério da Fazenda no Distrito Federal e por representantes de Entidades representativas dos servidores do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda.

§ 1º Os integrantes da CAD deverão ser servidores efetivos que não estejam em estágio probatório ou respondendo a processo administrativo disciplinar, e deverão conhecer o processo de avaliação de desempenho e seus instrumentos.

§ 2º Os representantes das unidades administrativas deste Ministério na CAD não poderão compor o corpo diretor ou administrativo de Entidades representativas dos servidores do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda.

§ 3º A CAD será presidida por representante da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Seção II

Das Subcomissões de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho

Art. 28. As Subcomissões de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho - SADs serão instituídas por ato do Superintendente de Administração do Ministério da Fazenda em cada Estado, exceto no Distrito Federal e em Tocantins.

§ 1º As SADs serão constituídas por representantes das unidades descentralizadas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, da Escola de Administração Fazendária - ESAF e da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado, que as presidirá, e ainda, por representantes sindicais do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda.

§ 2º As unidades administrativas deste Ministério no Estado do Tocantins serão representadas pela Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Goiás.

§ 3º As unidades descentralizadas localizadas no Distrito Federal serão representadas pela CAD.

§ 4º As unidades de que trata o § 1º deste artigo deverão encaminhar aos seus respectivos órgãos de gestão de pessoas as indicações dos servidores que comporão as SADs, observando o disposto no §§ 1º e 2º do art. 27.

§ 5º As Superintendências de Administração do Ministério da Fazenda nos Estados deverão remeter à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - COGEP/SPOA/SE/MF a Portaria de constituição das SADs.

Art. 29. À SAD caberá as atribuições contidas nos incisos I a V e no parágrafo único do art. 26 desta Portaria.

CAPÍTULO X

DAS COMPETÊNCIAS

Seção I

Das Unidades de Avaliação

Art. 30. Caberá às unidades de avaliação:

I - adotar as providências necessárias à implantação e acompanhamento da avaliação de desempenho, de acordo com as diretrizes e orientações transmitidas pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - COGEP/SPOA/SE/MF;

II - identificar os servidores que deverão ser avaliados, assim como seus respectivos avaliadores, e solicitar autorização de acesso ao Sistema de Avaliação de Desempenho GDAFAZ, quando necessário, observando o disposto nos arts. 16 a 24 desta Portaria;

III - conduzir o processo de elaboração dos planos de trabalho - metas individuais e institucionais, em consonância com o disposto na Portaria que regulamenta as metas globais;

IV - orientar, acompanhar e controlar a aplicação das normas pertinentes;

V - consolidar o resultado alcançado pelos servidores da sua unidade na Avaliação Individual com a Avaliação Institucional, na forma do Anexo IV desta Portaria, e encaminhar à respectiva unidade pagadora - UPAG para inclusão em folha de pagamento;

VI - providenciar a publicação do resultado final das avaliações dos servidores de sua unidade em Boletim de Pessoal ou de Serviço, conforme formulário "Resultado Final Avaliação de Desempenho - GDAFAZ constante do Anexo IV;

VII - zelar pelo cumprimento dos prazos estabelecidos no cronograma de realização das avaliações;

VIII - submeter os servidores que obtiverem avaliação de desempenho individual inferior a 50% (cinquenta por cento) da pontuação máxima prevista a processo de capacitação, ou proceder à análise da adequação funcional, conforme o caso, visando propiciar a melhoria do desempenho do servidor; e

IX - orientar as suas unidades administrativas sobre a necessidade de manter os registros e a guarda do acervo das avaliações de desempenho.

Seção II

Da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

Art. 31. Caberá à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA, por meio da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas- COGEP:

I - a gestão da avaliação de desempenho individual, estabelecendo metodologia que garanta a transparência e a efetividade do processo avaliativo;

II - assegurar aos servidores de que trata o art. 2º desta Portaria a participação no processo de avaliação de desempenho, mediante prévio conhecimento dos critérios e instrumentos utilizados, assim como do acompanhamento do processo; e

III - acompanhar a elaboração e publicação dos atos de constituição das Subcomissões de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho pelas Superintendências de Administração do Ministério da Fazenda nos Estados.

Parágrafo único. Para a composição das Subcomissões de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho deverá ser observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 27.

Art. 32. Caberá à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA, por meio da Coordenação-Geral de Planejamento e Projetos - COGPL:

I - coordenar, em articulação com as unidades de avaliação, o processo de fixação, ajuste e apuração das metas de desempenho institucional;

II - verificar, quando couber, a adequação das metas com o PPA, a LDO e a LOA;

III - preparar os atos necessários à publicação da fixação e apuração das metas de desempenho institucional; e

IV - publicar e divulgar, inclusive na página eletrônica deste Ministério, as metas de desempenho institucional e os resultados apurados a cada período, permanecendo acessíveis a qualquer tempo.

Seção III

Das Unidades Pagadoras

Art. 33. Compete às unidades pagadoras do Ministério da Fazenda efetuar o processamento do valor da GDAFAZ na folha de pagamento, observando o disposto nos arts. 16 a 24 desta Portaria.

CAPÍTULO XI

DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO E DO RECURSO

Art. 34. O servidor será notificado da conclusão da sua avaliação de desempenho individual por meio de mensagem eletrônica, e a média das notas estará disponível no Sistema de Avaliação de Desempenho GDAFAZ, para conhecimento do resultado até o dia 12 (doze) de novembro.

Art. 35. Caso discorde do resultado de sua avaliação de desempenho individual, o servidor poderá apresentar pedido de reconsideração, devidamente justificado, no prazo de 10 (dez) dias a partir do prazo estabelecido no art. 34 desta Portaria.

§ 1º O pedido de reconsideração será apresentado pelo servidor avaliado por meio do Sistema de Avaliação de Desempenho GDAFAZ, utilizando o formulário eletrônico "Pedido de Reconsideração", conforme modelo constante do Anexo II desta Portaria.

§ 2º A unidade de avaliação ou o responsável pela gestão de pessoas e a chefia imediata do servidor avaliado serão notificados, por meio de mensagem eletrônica, sobre o pedido de reconsideração apresentado pelo servidor.

Art. 36. Caso o servidor não apresente o pedido de reconsideração no prazo estabelecido no art. 35, será mantido o resultado da sua avaliação de desempenho individual divulgada no Sistema de Avaliação de Desempenho GDAFAZ.

Parágrafo único. Não será aplicada a preclusão de que trata o caput deste artigo ao servidor avaliado que não tenha apresentado o pedido de reconsideração por motivo de afastamentos e licenças considerados pela Lei nº 8.112, de 1990, como de efetivo exercício, sendo-lhe assegurado o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu retorno, para sua apresentação.

Art. 37. Ao receber a notificação do pedido de reconsideração, a chefia imediata deverá convocar os integrantes da equipe de trabalho, ou equipe subordinada, que participaram da avaliação do servidor para, no prazo de 5 (cinco) dias, analisar e decidir o pedido de reconsideração, podendo deferir o pleito, total ou parcialmente, ou indeferi-lo, de forma fundamentada, por meio do Sistema de Avaliação de Desempenho GDAFAZ.

§ 1º Na ausência ou afastamento da chefia imediata, o seu substituto e a equipe de trabalho, ou equipe subordinada, deverão analisar e decidir o pedido de reconsideração de que trata o caput deste artigo.

§ 2º Em caso de ausência ou afastamento da chefia imediata e do seu substituto, a responsabilidade para analisar e decidir o pedido de reconsideração de que trata o caput deste artigo será do titular da unidade hierarquicamente superior à de exercício do servidor avaliado e dos integrantes da equipe de trabalho, ou equipe subordinada, no exercício de suas funções no momento da decisão.

Art. 38. O servidor será notificado, por meio de mensagem eletrônica, para acessar, até o dia 30 (trinta) de novembro, o resultado da sua avaliação de desempenho individual após a decisão do pedido de reconsideração no Sistema de Avaliação de Desempenho GDAFAZ.

§ 1º Na hipótese de deferimento parcial ou indeferimento do pedido de reconsideração pela chefia imediata e pela equipe de trabalho, ou equipe subordinada, o servidor poderá interpor recurso, no prazo de 10 (dez) dias a partir do prazo estabelecido no caput, na forma do Anexo III, à CAD ou à SAD, que o julgará em última instância, conforme disposto no Capítulo IX desta Portaria.

§ 2º Não havendo a interposição do recurso no prazo estabelecido no §1º, será mantida a pontuação obtida após a decisão do pedido de reconsideração.

§ 3º Ao servidor que não interpuser recurso por motivo de afastamentos e licenças considerados pela Lei nº 8.112, de 1990, como de efetivo exercício, será assegurado o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu retorno, para a sua interposição.

§ 4º Após o julgamento do recurso pela CAD ou pela SAD, o servidor será notificado da sua nota final, por meio de mensagem eletrônica.

§ 5º Após ciência do resultado do julgamento do recurso de que trata o § 1º deste artigo, poderá o servidor apresentar pedido de reconsideração, devidamente justificado, à CAD ou à SAD, no prazo de 10 (dez) dias, na forma do disposto no art. 35.

CAPÍTULO XII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 39. Aos servidores de que trata o art. 2º desta Portaria, é assegurada a participação e o acompanhamento do processo de avaliação de desempenho, mediante prévio conhecimento dos critérios e instrumentos estabelecidos.

Art. 40. Aplicar-se-ão os critérios e procedimentos estabelecidos nesta Portaria aos servidores pertencentes ao Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, lotados neste Ministério, visando à atribuição da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE, no que couber, respeitados os §§ 3º e 4º e os §§ 6º a 10 do art. 7-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, com redação dada pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, observado, ainda, o art. 15 do Decreto nº 7.133, de 2010.

Art. 41. Caberá ao Secretário-Executivo estabelecer os indicadores de desempenho institucional de que trata o inciso VI do parágrafo único do art. 7º do Decreto nº 7.133, de 2010.

Art. 42. Fica delegada ao Secretário-Executivo a competência para fixar anualmente as metas globais de desempenho institucional no âmbito deste Ministério.

Art. 43. Os controles necessários à implementação da GDAFAZ serão definidos em ato do Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração.

Art. 44. Fica delegada ao Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração a competência para definir a composição e designar os representantes da Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho - CAD, criada pelo art. 26 desta Portaria.

Art. 45. Os casos omissos e situações não previstas nesta Portaria serão dirimidos pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.

Art. 46. Ficam revogadas as Portarias MF nº 468, de 1º de setembro de 2010, nº 475, de 9 de setembro de 2010, nº 357, de 20 de julho de 2011, e nº 16, de 24 de janeiro de 2012.

Art. 47. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUIDO MANTEGA

ANEXO I

	Ministério da Fazenda Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas	AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL - GDAFAZ RELATÓRIO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL - RDI

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR AVALIADO

SERVIDOR:		MATRÍCULA SIAPE:
CARGO:	UNIDADE DE LOTAÇÃO:	UNIDADE DE EXERCÍCIO:
OCUPANTE DE FUNÇÃO: ( ) SIM ( ) NÃO	FUNÇÃO/CÓDIGO:	
PERÍODO AVALIATIVO:	DATA DA AVALIAÇÃO:	

IDENTIFICAÇÃO DO AVALIADOR

4

AVALIADOR: ( ) AUTOAVALIAÇÃO ( ) INTEGRANTE DA EQUIPE ( ) CHEFIA IMEDIATA	
UNIDADE DE AVALIAÇÃO:	CHEFIA IMEDIATA:
CARGO/FUNÇÃO:	CÓDIGO:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

AVALIAÇÃO DOS FATORES DE COMPETÊNCIA

CONCEITOS A SEREM ATRIBUÍDOS					
5 - Atende totalmente às expectativas 4 - Atende muito às expectativas 3 - Atende satisfatoriamente às expectativas		2 - Atende pouco às expectativas 1 - Não atende às expectativas			
Nº	FATOR	DESCRIÇÃO	CONCEITO	PESO	TOTAL
1	Produtividade no trabalho	Realizar o trabalho com qualidade, considerando a complexidade, a prioridade e os prazos estabelecidos.		1	
2	Conhecimento de métodos e técnicas	Aplicar os conhecimentos necessários ao desenvolvimento das atividades.		1	
3	Trabalho em equipe	Desenvolver atividades em equipe, respeitando as diferenças individuais, na busca de objetivos comuns à instituição.		2	
4	Comprometimento com o trabalho	Executar suas atividades com responsabilidade, demonstrando interesse em contribuir para o alcance dos objetivos institucionais.		2	
5	Cumprimento das normas de procedimentos e de conduta no desempenho das atribuições do cargo	Atuar no exercício de suas atribuições em observância ao código de ética do servidor público e às normas legais e regulamentares.		1	
6	Capacidade de Autodesenvolvimento	Ter predisposição para aprender e buscar conhecimento, mantendo-se continuamente atualizado.		1	
7	Contribuição para o alcance dos compromissos de desempenho individual	Contribuir para o alcance das metas pactuadas com a chefia e as equipes de trabalho, de acordo com os compromissos de desempenho individual assumidos no Plano de Trabalho.		2	
CONCEITO ATRIBUÍDO (Média Ponderada)					

AVALIADORES

CHEFIA IMEDIATA:	CARGO/FUNÇAO:
:SUBSTITUTO	CARGO/FUNÇÃO:
EQUIPE DE TRABALHO	CARGO/FUNÇÃO:

CONSOLIDAÇÃO RDI

CONSOLIDAÇÃO DA AVALIAÇÃO INDIVIDUAL	CONCEITO ATRIBUÍDO	PROPORÇÃO	TOTAL
Autoavaliação		15%	
Média da Avaliação da Equipe		25%	
Avaliação da Chefia		60%	
Resultado RDI			

AFERIÇÃO DE PONTOS DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL

RESULTADO DA AVALIAÇÃO INDIVIDUAL			PONTOS
4,0	a	5,0	20
3,5	a	3,9	17
3,0	a	3,4	14
2,0	a	2,9	10
1,0	a	1,9	5

ANEXO II

	Ministério da Fazenda Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas	AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL - GDAFAZ PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR AVALIADO

SERVIDOR:		MATRÍCULA SIAPE:
CARGO:	LOTAÇÃO:	EXERCÍCIO:
OCUPANTE DE FUNÇÃO: ( ) SIM ( ) NÃO	FUNÇÃO / CÓDIGO :	
PERÍODO AVALIATIVO:	DATA DA AVALIAÇÃO:	

IDENTIFICAÇÃO DO AVALIADOR

UNIDADE DE AVALIAÇÃO:	CHEFIA IMEDIATA:
CARGO/FUNÇÃO:	CÓDIGO:

AVALIAÇÃO DOS FATORES DE COMPETÊNCIA

CONCEITOS A SEREM ATRIBUÍDOS				
5 - Atende totalmente às expectativas 4 - Atende muito às expectativas 3 - Atende satisfatoriamente às expectativas			2 - Atende pouco às expectativas 1 - Não atende às expectativas	
Nº	FATOR	NOTA (MÉDIA)	NÃO CONCORDO	JUSTIFICATIVA
1	Produtividade no trabalho			
2	Conhecimento de métodos e técnicas			
3	Trabalho em equipe			
4	Comprometimento com o trabalho			
5	Cumprimento das normas de procedimentos e de conduta no desempenho das atribuições do cargo.			
6	Capacidade de autodesenvolvimento			
7	Contribuição para o alcance dos compromissos de desempenho individual			
CONCEITO ATRIBUÍDO (Média Ponderada)				

ANEXO III

	Ministério da Fazenda Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas	RECURSO AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL - GDAFAZ

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR AVALIADO

SERVIDOR:		MATRÍCULA SIAPE:
CARGO:	LOTAÇÃO:	EXERCÍCIO:
OCUPANTE DE FUNÇÃO: ( ) SIM ( ) NÃO	FUNÇÃO/CÓDIGO :	
PERÍODO AVALIATIVO:	DATA DA AVALIAÇÃO:	

IDENTIFICAÇÃO DO AVALIADOR

UNIDADE DE AVALIAÇÃO:	CHEFIA IMEDIATA:
CARGO/FUNÇÃO:	CÓDIGO:

AVALIAÇÃO DOS FATORES DE COMPETÊNCIA

CONCEITOS A SEREM ATRIBUÍDOS				
5 - Atende totalmente às expectativas 4 - Atende muito às expectativas 3 - Atende satisfatoriamente às expectativas			2 - Atende pouco às expectativas 1 - Não atende às expectativas	
Nº	FATOR	NOTA (MÉDIA)	NÃO CONCORDO	JUSTIFICATIVA
1	Produtividade no trabalho			
2	Conhecimento de métodos e técnicas			
3	Trabalho em equipe			
4	Comprometimento com o trabalho			
5	Cumprimento das normas de procedimentos e de conduta no desempenho das atribuições do cargo.			
6	Capacidade de autodesenvolvimento			
7	Contribuição para o alcance dos compromissos de desempenho individual			
CONCEITO ATRIBUÍDO (Média Ponderada)				

PUBLICAÇÃO

Matrícula SIAPE	Resultado Avaliação Individual

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO IV

	Ministério da Fazenda Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas	RESULTADO FINAL AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO - GDAFAZ

UNIDADES DE AVALIAÇÃO

UNIDADE DE AVALIAÇÃO:	PERÍODO DE AVALIAÇÃO:

PONTUAÇÃO ALCANÇADA PELOS SERVIDORES

Nº	MATRÍCULA SIAPE	RESULTADO DA AVALIAÇÃO INDIVIDUAL	RESULTADO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	TOTAL DE PONTOS AVALIAÇÃO GDAFAZ
1.				
2.				
3.				
4.				
5.				
6.				
7.				
8.				
9.				
10				
11.				
12.				
13				
14.				
15				
16				
17				
18				
19				
20				

PORTARIA Nº 311, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

Dispõe sobre o estágio probatório dos servidores integrantes do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda-PECFAZ.

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I, II e IV, da Constituição Federal de 1988, e tendo em vista o disposto no art. 41, § 4º, da Constituição Federal, no art. 20 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no item 15 da Instrução Normativa nº 10, de 14 de setembro de 1994, do Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Administração Federal, resolve:

Art. 1º Fica determinado que, até que o Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão regulamente o disposto no § 4º do art. 41 da Constituição Federal, a avaliação de desempenho do estágio probatório dos servidores integrantes do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda - PECFAZ, instituído pela Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, far-se-á em conformidade com o estabelecido nesta Portaria.

Art. 2º O servidor que ingressar no PECFAZ cumprirá o estágio probatório para fins de estabilidade no cargo para o qual tenha sido nomeado, nos termos do § 4º do art. 41 da Constituição Federal, e do art. 20 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais

Art.3º A avaliação de desempenho do estágio probatório dos servidores pertencentes ao PECFAZ consistirá no monitoramento sistemático e contínuo da sua atuação, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual serão verificadas a aptidão e a capacidade para o exercício do cargo, com base nas avaliações de desempenho do estágio probatório, que observarão os seguintes fatores:

I - assiduidade: cumprimento regular da jornada de trabalho estabelecida para o cargo;

II - disciplina: observância da hierarquia, acatamento de decisões, normas, regulamentos e ordens superiores, salvo se manifestamente ilegais;

III - capacidade de iniciativa: disposição para agir ou solucionar problemas, por si ou recorrendo a outros agentes competentes, e para sugerir melhorias nos processos de trabalho da unidade administrativa em que atua;

IV - produtividade: capacidade de produzir o trabalho na sua totalidade, mediante a utilização de métodos e técnicas apropriados, observando-se os prazos aplicáveis e a qualidade do serviço; e

V - responsabilidade: comportamento do servidor frente aos seus deveres, com a assunção dos resultados positivos e negativos de sua atuação.

Art. 4º A avaliação da assiduidade prevista no inciso I do art. 3º desta Portaria será realizada mediante critérios objetivos e levará em conta o cumprimento regular da jornada de trabalho estabelecida para o cargo, observando-se as folhas ou relatórios de frequência do servidor avaliado.

§ 1º Para a apuração do disposto neste artigo não serão computados os afastamentos e as licenças considerados pela Lei nº 8.112, de 1990, como de efetivo exercício.

§ 2º Ao servidor em estágio probatório somente poderão ser concedidas as licenças e os afastamentos previstos nos arts. 81, incisos I a IV, 94, 95 e 96 da Lei nº 8.112, de 1990, bem como afastamento para participar de curso de formação decorrente de aprovação em concurso para outro cargo na Administração Pública Federal.

§ 3º Não será deferido ao servidor em estágio probatório afastamento para participar de programa de pós-graduação stricto sensu.

§ 4º O estágio probatório ficará suspenso durante as licenças e os afastamentos previstos nos arts. 83, 84, § 1º, 85, 86, 94, 95 e 96 da Lei nº 8.112, de 1990, bem como na hipótese de participação em curso de formação, e será retomado a partir do término do impedimento.

CAPÍTULO II

Do Processo de Avaliação

Art. 5º A avaliação do estágio probatório será realizada em 3 (três) ciclos avaliativos, sendo o 1º (primeiro) no 12º (décimo segundo) mês após o servidor nomeado entrar em exercício, o 2º (segundo) no 24º (vigésimo quarto) mês e o 3º (terceiro) no 32º (trigésimo segundo) mês, ou seja, 4 (quatro) meses antes do encerramento do período do estágio probatório.

Art. 6º No transcurso do processo de avaliação do estágio probatório caberá à chefia imediata acompanhar e avaliar sistematicamente o servidor no desempenho de suas atribuições.

Art. 7º O desempenho do servidor em estágio probatório será aferido pela chefia imediata a cada ciclo avaliativo, observando-se o roteiro previsto na Ficha de Avaliação de Desempenho do Estágio Probatório constante do Anexo I, mediante a atribuição de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos para cada fator, da seguinte forma:

I - 0 (zero): não atende às expectativas;

II - 5 (cinco): atende pouco às expectativas;

III - 10 (dez): atende satisfatoriamente às expectativas;

IV - 15 (quinze): atende muito às expectativas; e

V - 20 (vinte): atende totalmente às expectativas.

§ 1º O servidor que esteve subordinado, durante determinado ciclo avaliativo, a mais de uma unidade administrativa deverá ter sua avaliação efetuada pela chefia imediata da unidade onde esteve lotado por mais tempo.

§ 2º Caso o servidor tenha permanecido o mesmo número de dias em diferentes unidades administrativas, a avaliação será realizada pela chefia imediata da unidade de exercício atual.

§ 3º As avaliações terão como base a atuação profissional apresentada pelo servidor durante o período do ciclo avaliativo.

§ 4º Para os efeitos desta Portaria, considera-se chefia imediata o responsável direto pela supervisão das atividades do servidor avaliado.

§ 5º Caso a chefia imediata e seu substituto legal estejam impedidos, por qualquer motivo, a avaliação será realizada pela autoridade imediatamente superior.

§ 6º Incumbe ao avaliador dar ciência ao servidor de sua avaliação em até 2 (dois) dias úteis, bem como lhe oferecer a necessária orientação sobre os critérios adotados.

§ 7º A avaliação será conferida e assinada pelo servidor avaliado.

§ 8º Se o servidor avaliado se recusar a tomar ciência da avaliação, o fato deverá ser registrado na "Ficha de Avaliação de Desempenho do Estágio Probatório", constante do Anexo I, com aposição das assinaturas do avaliador e de pelo menos um servidor efetivo e estável que tenha testemunhado a recusa.

§ 9º Ao final de cada uma das avaliações, as chefias imediatas devem encaminhar a Ficha de Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas do órgão de exercício do servidor, para fins de registro e acompanhamento.

Art. 8º Compete aos responsáveis pelas áreas de gestão de pessoas das unidades deste Ministério, após as avaliações realizadas no 12º, no 24º e no 32º meses, consolidar todas as avaliações, em forma de processo, mediante o preenchimento do Formulário Consolidação da Avaliação do Estágio Probatório, constante do Anexo V.

Parágrafo único. Os responsáveis pelas áreas de gestão de pessoas submeterão os processos referidos no caput, com antecedência de 4 (quatro) meses do encerramento do estágio probatório, à Comissão de Avaliação de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório - COADE ou à Subcomissão de Avaliação de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório - SUADE da sua unidade de exercício, para elaboração de Parecer conclusivo.

Art. 9º A nota final do servidor na avaliação de estágio probatório será calculada de acordo com a seguinte fórmula matemática:

Nota do 1º Ciclo + Nota do 2º Ciclo + Nota do 3º Ciclo = Nota Final

3

§ 1º Serão considerados aprovados no estágio probatório os servidores que obtiverem nota final igual ou superior a 60 (sessenta) pontos, calculados de acordo com a fórmula matemática prevista no caput.

§ 2º O servidor que obtiver nota final inferior a 60 (sessenta) pontos será reprovado no estágio probatório, e, conseqüentemente, exonerado, ou será reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, se estável, nos termos do inciso I do art. 29 da Lei nº 8.112, de 1990.

CAPÍTULO III

Do Pedido de Reconsideração e Recurso

Seção I

Do Pedido de Reconsideração

Art.10. Em cada ciclo avaliativo, o servidor avaliado poderá apresentar pedido de reconsideração da Avaliação de Desempenho de Estagio Probatório à chefia imediata, devidamente justificado, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da ciência do resultado da avaliação, conforme formulário Pedido de Reconsideração, constante do Anexo II.

Art.11. A chefia imediata decidirá o pedido de reconsideração no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

Parágrafo único. Na ausência do titular caberá ao substituto decidir o pedido de reconsideração de que trata este artigo.

Seção II

Do Recurso Administrativo a Cada Ciclo Avaliativo

Art.12. Na hipótese de deferimento parcial ou indeferimento do pedido de reconsideração, o servidor poderá interpor recurso administrativo, direcionado à autoridade imediatamente superior mencionada no § 5º do art. 7º desta Portaria, no prazo de 10 (dez) dias úteis, conforme formulário "Recurso Administrativo I", constante do Anexo III.

§1º A autoridade imediatamente superior decidirá o recurso administrativo no prazo de 10 (dez) dias.

§2º Na ausência do titular caberá ao substituto decidir o recurso administrativo de que trata este artigo.

Art.13. Na hipótese de deferimento parcial ou indeferimento do recurso administrativo de que trata o art. 12, o servidor poderá apresentar novo recurso administrativo, em última instância, devidamente justificado, direcionado ao dirigente máximo do órgão de exercício, no prazo de 10 (dez) dias úteis, conforme formulário "Recurso Administrativo II", constante do Anexo IV.

§1º O dirigente máximo do órgão de exercício do servidor avaliado decidirá o recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias.

§2º Na ausência do titular caberá ao substituto decidir o recurso administrativo de que trata este artigo.

CAPÍTULO IV

Da Comissão e da Subcomissão de Avaliação de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório

Art.14. Serão instituídas Comissões de Avaliação de Desempenho do Servidor em Estágio Probatório - COADEs pelos Coordenadores-Gerais de Gestão de Pessoas dos órgãos deste Ministério.

§ 1º Os órgãos do Ministério da Fazenda que não possuem Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas em sua estrutura serão representados pela Comissão instituída pela COGEP/SPOA.

§ 2º As COADEs terão caráter permanente e serão constituídas por no mínimo 2 (dois) membros, indicados dentre os servidores estáveis ocupantes de cargo de provimento efetivo pertencente ao PECFAZ.

§ 3º Poderão ser instituídas Subcomissões de Avaliação de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório - SUADEs nos órgãos que possuem unidades descentralizadas nos Estados, cuja composição será a mesma das COADEs, referidas no § 2º deste artigo.

§ 4º As SUADEs serão instituídas pelos dirigentes máximos dos órgãos do Ministério da Fazenda nas unidades regionais.

§ 5º Caberá às COADEs e às SUADEs, após as avaliações realizadas no 12º, no 24º e no 32º meses, elaborar Parecer com base na média aritmética simples das avaliações de desempenho do estágio probatório dos servidores do PECFAZ, que será submetido à homologação do Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas da unidade de exercício do servidor.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

§ 6º O Parecer das avaliações do estágio probatório terá por base as avaliações efetuadas pela chefia imediata do avaliado, nos termos desta Portaria, bem como eventuais manifestações do avaliado e do(s) avaliador(es) registradas durante os ciclos de avaliação.

§ 7º É facultado às COADEs e às SUADEs diligenciar para apurar informações coletadas no processo avaliativo.

§ 8º Todas as decisões das COADEs e das SUADEs serão motivadas.

CAPÍTULO V

Da Homologação e Da Publicação do Estágio Probatório

Art.15. No prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar do recebimento das avaliações referidas no parágrafo único do art. 8º desta Portaria, a COADE ou a SUADE restituirá à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas da unidade de exercício do servidor avaliado o formulário "Resultado Final das Avaliações do Estágio Probatório", constante do Anexo VI, consubstanciando o resultado final da avaliação de cada servidor.

Art.16. Caberá ao Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas da unidade de exercício do servidor a homologação do resultado final da avaliação do estágio probatório.

Art.17. Ao final do 36º mês, a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas da unidade de exercício do servidor avaliado publicará, em Boletim de Pessoal ou Boletim de Serviço, Portaria com os nomes dos servidores aprovados e reprovados no estágio probatório, fazendo constar nos assentamentos funcionais de cada servidor.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Finais

Art.18. Os casos omissos e as situações não previstas nesta Portaria serão dirimidos pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - COGEP/SPOA, na qualidade de Órgão Setorial do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC.

Art.19. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUIDO MANTEGA

ANEXO I

	Ministério da Fazenda Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas	FICHA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

CICLO AVALIATIVO

1º CICLO: ( ) 12º MÊS	2º CICLO: ( ) 24º MÊS	3º CICLO: ( ) 32º MÊS

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR AVALIADO

SERVIDOR:		MATRÍCULA SIAPE:
CARGO:	UNIDADE DE LOTAÇÃO:	UNIDADE DE EXERCÍCIO:
OCUPANTE DE FUNÇÃO: ( ) SIM ( ) NÃO	FUNÇÃO/CÓDIGO:	
PERÍODO AVALIATIVO:		

IDENTIFICAÇÃO DO AVALIADOR

NOME DO AVALIADOR:	
CARGO/FUNÇÃO:	CÓDIGO:
SITUAÇÃO: ( ) CHEFIA IMEDIATA ( ) SUBSTITUTO	

AVALIAÇÃO DOS FATORES DE COMPETÊNCIA

PONTOS A SEREM ATRIBUÍDOS

20 - Atende totalmente às expectativas 15 - Atende muito às expectativas 10 - Atende satisfatoriamente às expectativas	5 - Atende pouco às expectativas 0 - Não atende às expectativas

Nº	FATOR	DESCRIÇÃO	CONCEITO (Pontuação de 0 a 20)
1	Assiduidade	Avaliar a frequência do servidor ao trabalho	
2	Disciplina	Avaliar como o servidor preenche os padrões de conduta, tendo em vista a maneira pela qual acata e cumpre as normas e orientações recebidas.	
3	Capacidade de Iniciativa	Avaliar a capacidade do servidor de iniciar ideias e ações	
4	Produtividade	Realizar o trabalho com qualidade, considerando a complexidade, a prioridade e prazos estabelecidos.	
5	Responsabilidade	Avaliar o cumprimento de suas atribuições dentro dos prazos e condições estipuladas	
TOTAL			

DATA E CIÊNCIA DA AVALIAÇÃO

DATA DA AVALIAÇÃO ____/_____/____	DATA DA CIÊNCIA DA AVALIAÇÃO ____/____/____. Chefia Imediata do Servidor
Servidor Avaliado	
Dirigente da Unidade	Testemunha
Obs.: Em cada ciclo avaliativo, o servidor avaliado poderá apresentar à chefia imediata, pedido de reconsideração, devidamente justificado, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data da ciência do resultado da avaliação.	

ANEXO II

	Ministério da Fazenda Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas	PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

CICLOS

1º CICLO: ( )	2º CICLO: ( )	3º CICLO: ( )

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR AVALIADO

SERVIDOR:		MATRÍCULA SIAPE:
CARGO:	UNIDADE DE LOTAÇÃO:	UNIDADE DE EXERCÍCIO:
OCUPANTE DE FUNÇÃO: ( ) SIM ( ) NÃO	FUNÇÃO/CÓDIGO:	
PERÍODO AVALIATIVO:	DATA DA AVALIAÇÃO:	

IDENTIFICAÇÃO DO AVALIADOR

UNIDADE DE AVALIAÇÃO:	CHEFIA IMEDIATA:
CARGO/FUNÇÃO:	CÓDIGO:

AVALIAÇÃO DOS FATORES DE COMPETÊNCIA

CONCEITOS A SEREM ATRIBUÍDOS

20 - Atende totalmente às expectativas 15 - Atende muito às expectativas 10 - Atende satisfatoriamente às expectativas	5 - Atende pouco às expectativas 0 - Não atende às expectativas

Nº	FATOR	AVALIADO		AVALIADOR	
		CONCEITO	NÃO CONCORDO	ANÁLISE (deferido / indeferido)	PONTUAÇÃO ATUAL
1	Assiduidade				
2	Disciplina				
3	Capacidade de Iniciativa				
4	Produtividade				
5	Responsabilidade				
TOTAL					

JUSTIFICATIVA DO AVALIADO

JUSTIFICATIVA DO AVALIADOR

CIÊNCIA DO RESULTADO DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

DATA DA AVALIAÇÃO ____/_____/ _____ .	
Servidor Avaliado	Chefia Imediata do Servidor
Obs.: Na hipótese de deferimento parcial ou indeferimento do pedido de reconsideração, o servidor poderá apresentar recurso hierárquico, direcionado à chefia imediatamente superior, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da ciência.	

ANEXO III

	Ministério da Fazenda Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas	RECURSO ADMINISTRATIVO I ESTÁGIO PROBATÓRIO

CICLOS

1º CICLO: ( )	2º CICLO: ( )	3º CICLO: ( )

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR AVALIADO

SERVIDOR:		MATRÍCULA SIAPE:
CARGO:	LOTAÇÃO:	EXERCÍCIO:
OCUPANTE DE FUNÇÃO: ( ) SIM ( ) NÃO	FUNÇÃO/CÓDIGO :	
PERÍODO AVALIATIVO:	DATA DA AVALIAÇÃO:	

IDENTIFICAÇÃO DO AVALIADOR

UNIDADE DE AVALIAÇÃO:	CHEFIA IMEDIATA:
CARGO/FUNÇÃO:	CÓDIGO:

AVALIAÇÃO DOS FATORES DE COMPETÊNCIA

PONTOS A SEREM ATRIBUÍDOS

20 - Atende totalmente às expectativas 15 - Atende muito às expectativas 10 - Atende satisfatoriamente às expectativas	5 - Atende pouco às expectativas 0 - Não atende às expectativas

Nº	FATOR	AVALIADO		AVALIADOR	
		CONCEITO	NÃO CONCORDO	ANÁLISE (deferido / indeferido)	PONTUAÇÃO ATUAL
1	Assiduidade				
2	Disciplina				
3	Capacidade de Iniciativa				
4	Produtividade				
5	Responsabilidade				
TOTAL					

JUSTIFICATIVA DO AVALIADO

JUSTIFICATIVA DO AVALIADOR

CIÊNCIA DO RESULTADO DO RECURSO ADMINISTRATIVO I

DATA DA AVALIAÇÃO ____/_____/ _____	
Servidor Avalia	Chefia Imediatamente Superior
Obs.: Na hipótese de deferimento parcial ou indeferimento do pedido de reconsideração, o servidor poderá apresentar recurso hierárquico, direcionado à chefia imediatamente superior, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da ciência.	

ANEXO IV

	Ministério da Fazenda Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas	RECURSO ADMINISTRATIVO II ESTÁGIO PROBATÓRIO

CICLOS

1º CICLO: ( )	2º CICLO: ( )	3º CICLO: ( )

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR AVALIADO

SERVIDOR:		MATRÍCULA SIAPE:
CARGO:	LOTAÇÃO:	EXERCÍCIO:
OCUPANTE DE FUNÇÃO: ( ) SIM ( ) NÃO	FUNÇÃO/CÓDIGO :	
PERÍODO AVALIATIVO:	DATA DA AVALIAÇÃO:	

IDENTIFICAÇÃO DO AVALIADOR

UNIDADE DE AVALIAÇÃO:	CHEFIA IMEDIATA:
CARGO/FUNÇÃO:	CÓDIGO:

AVALIAÇÃO DOS FATORES DE COMPETÊNCIA

PONTOS A SEREM ATRIBUÍDOS

20 - Atende totalmente às expectativas 15 - Atende muito às expectativas 10 - Atende satisfatoriamente às expectativas	5 - Atende pouco às expectativas 0 - Não atende às expectativas

Nº	FATOR	AVALIADO		AVALIADOR	
		CONCEITO	NÃO CONCORDO	ANÁLISE (deferido / indeferido)	PONTUAÇÃO ATUAL
1	Assiduidade				
2	Disciplina				
3	Capacidade de Iniciativa				

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

4	Produtividade				
5	Responsabilidade				
TOTAL					

JUSTIFICATIVA DO AVALIADO

JUSTIFICATIVA DO AVALIADOR

CIÊNCIA DO RESULTADO DO RECURSO ADMINISTRATIVO II

DATA DA AVALIAÇÃO _____/_____/ _____ .

_____ _____

Servidor Avaliado Dirigente Máximo do órgão de Exercício

ANEXO V

	Ministério da Fazenda Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas	CONSOLIDAÇÃO DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR AVALIADO

SERVIDOR:		MATRÍCULA SIAPE:
CARGO:	LOTAÇÃO:	EXERCÍCIO:

RESULTADO DAS AVALIAÇÕES DO ESTÁGIO PROBATÓRIO POR CICLO

PONTUAÇÃO	1º CICLO	2º CICLO	3º CICLO	RESULTADO FINAL MÉDIA DAS AVALIAÇÕES

PARECER DA COMISSÃO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

APROVADO ( )	REPROVADO ( )

CIENCIA DO SERVIDOR AVALIADO

DATA _____/_____/_____

_____ _____

Servidor Avaliado Chefia Imediata do Servidor

ASSINATURA / MATRICULA DOS COMPONENTES DA COMISSÃO / SUBCOMISSÃO

COMPONENTE 1	COMPONENTE 2	COMPONENTE 3

ANEXO VI

	Ministério da Fazenda Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas	RESULTADO FINAL DAS AVALIAÇOES DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

UNIDADE DE AVALIAÇÃO

UNIDADE DE AVALIAÇÃO:	PERÍODO DE AVALIAÇÃO:

PONTUAÇÃO ALCANÇADA PELOS SERVIDORES

Nº	MATRÍCULA SIAPE	NOME DO SERVIDOR	MÉDIA FINAL	RESULTADO FINAL APROVADO / REPROVADO
1.				
2.				
3.				
4.				
5.				
6.				
7.				
8.				
9.				
10				
11.				
12.				
13				
14.				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				
23				
24				
25				
26				
27				
28				

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DESPACHO DO MINISTRO
Em 12 de setembro de 2012

Processo nº: 17944.001480/2011-30
Interessado: Município de São Bernardo do Campo (SP)
Assunto: Concessão de excepcionalidade ao Município de São Bernardo do Campo (SP) quanto à sua capacidade de pagamento em referência à operação de crédito externo, com garantia da União, entre o Ente e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), de principal, para o financiamento parcial do "Programa de Saneamento Ambiental dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (Programa Mananciais)".
Despacho: No Despacho de 28 de agosto de 2012, publicado no Diário Oficial de 30 de agosto de 2012, onde se lê "no valor de até USD 20,280,000.00 (vinte milhões e duzentos e oitenta mil dólares norte-americanos)", leia-se "no valor de até USD 20,820,000.00 (vinte milhões e oitocentos e vinte mil dólares norte-americanos)".
Publique-se, e adotem-se as providências complementares.

GUIDO MANTEGA

BANCO DO BRASIL S/A

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 1º DE AGOSTO DE 2012

I. DATA, HORA E LOCAL: Em 1º de agosto de 2012, às 16 horas, na sede social da BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., CNPJ 30.822.936/0001-69; NIRE: 3330001980-4, situada na Praça XV de Novembro, nº 20, salas 201, 202, 301 e 302, Centro, Rio de Janeiro (RJ) ("Companhia"). II. MESA: Presidente: Carlos Massaru Takahashi Secretário: Aurislon José Ferreira III. PRESENÇA: Banco do Brasil S.A., único acionista, representado pelo seu Vice-Presidente Danilo Angst. IV. CONVOCAÇÃO: Dispensada, na forma do § 4° do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença do acionista representante da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Presença de Acionistas. V. ORDEM DO DIA: Eleição de membro do Conselho Fiscal. VI. DELIBERAÇÃO: O acionista decidiu, em virtude da renúncia apresentada pelo Sr. Manoel Carlos de Castro Pires, nesta data, eleger o Sr. Arnaldo Barbosa de Lima Junior, a seguir qualificado, para completar o mandato 2012/2013, esclarecido que o eleito atende às exigências legais e estatutárias: Titular: ARNALDO BARBOSA DE LIMA JUNIOR, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF sob o nº 702.512.311-00, portador da Carteira de Identidade nº 1977762, expedida em 16.03.2004 pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bl. P, sala 317, Brasília - DF. VII. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, lavrando-se a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes. Ass.) Aurislon José Ferreira, Secretário, Carlos Massaru Takahashi, Diretor Executivo da BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Presidente da Assembleia, e Danilo Angst, Representante do Banco do Brasil S.A. ESTE DOCUMENTO É CÓPIA FIEL TRANSCRITA DO LIVRO DE Nº 8 PÁGINA 47. Atestamos que este documento foi submetido a exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados consta de carta emitida à parte. Departamento de Organização do Sistema Financeiro-DEORF - 3.249.351-7 - Fernando Leonel de Paiva - Analista. A Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro certificou o deferimento em 30.08.2012, e o registro sob o número 00002378294.

VALÉRIA G. M. SERRA
Secretária-Geral

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
COLEGIADO

DECISÃO DE 31 DE JULHO DE 2012

PARTICIPANTES
OTÁVIO YAZBEK- PRESIDENTE INTERINO
ANA DOLORES MOURA CARNEIRO DE NOVAES - DIRETORA
LUCIANA PIRES DIAS - DIRETORA
ROBERTO TADEU ANTUNES FERNANDES- DIRETOR
CUMPRIMENTO DE TERMO DE COMPROMISSO - PROC. RJ2011/13837 - BRASIL TELECOM S.A.
Reg. nº 6802/09
Relator: SAD

Trata-se de apreciação de cumprimento das condições constantes no Termo de Compromisso celebrado por Verônica Valente Dantas e Eduardo Penido Monteiro, aprovado na reunião de Colegiado de 24.04.12, no âmbito do PAS 02/2008.

Baseado na manifestação da Superintendência Administrativo-Financeira - SAD, área responsável por atestar o cumprimento das cláusulas acordadas, de que os pagamentos previstos no Termo de Compromisso ocorreram na forma convencionada e de que não há obrigação adicional a ser cumprida, o Colegiado deliberou o arquivamento do PAS 02/2008 em relação aos compromitentes.

SOLANGE MARIA DA ROCHA RODRIGUES
Coordenadora

DECISÕES DE 7 DE AGOSTO DE 2012

PARTICIPANTES
OTÁVIO YAZBEK- PRESIDENTE INTERINO
ANA DOLORES MOURA CARNEIRO DE NOVAES - DIRETORA
LUCIANA PIRES DIAS - DIRETORA
ROBERTO TADEU ANTUNES FERNANDES- DIRETOR
APRECIAÇÃO DE NOVA PROPOSTA DE TERMO DE COMPROMISSO - PAS RJ2010/11349 - CARFEPE S.A. - ADMINISTRADORA E PARTICIPADORA
Reg. nº 8142/12
Relator: DLD

Trata-se de apreciação de nova proposta de Termo de Compromisso apresentada por Doris Pereira Carneiro, José Eustáquio Cantini, José Flávio Neves Mohallem, Lincoln Gonçalves Fernandes, Mauro de Freitas Pereira, Rogério Pereira Carneiro e Ronan de Freitas Pereira, administradores da Carfepe S.A. - Administradora e Participadora ("Carfepe"), nos autos do Processo Administrativo Sancionador RJ2010/11349, instaurado pela Superintendência de Relações com Empresas - SEP.

José Eustáquio Cantini, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da Carfepe, foi acusado de não ter mantido atualizado o registro da companhia aberta, ao não enviar as informações periódicas e eventuais a partir de 14.11.02 (data do vencimento da primeira informação periódica) até 14.04.05 (data da suspensão do registro da companhia) (infração ao disposto nos arts. 6º, 13, 16 e 17 da Instrução CVM 202/93, vigente à época).

José Eustáquio Cantini, Lincoln Gonçalves Fernandes e Mauro de Freitas Pereira, na qualidade de Diretores da Carfepe, foram acusados de não terem feito elaborar, no devido prazo legal, as demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais findos em 31.12.02 e 31.12.03 (infração ao disposto nos arts. 132, 133 e 176 da Lei 6.404/76).

Lincoln Gonçalves Fernandes, Mauro de Freitas Pereira, Ronan Freitas Pereira, Rogério Pereira Carneiro, José Flávio Neves Mohallem e Doris Pereira Carneiro, na qualidade de Membros do Conselho de Administração da Carfepe, foram acusados pela não convocação, no prazo legal, das Assembleias Gerais Ordinárias referentes aos exercícios sociais findos em 31.12.02 e 31.12.03 (infração ao disposto nos arts. 132 e 142, inciso IV, da Lei 6.404/76).

Em reunião de 06.03.12, o Colegiado deliberou a rejeição da proposta de celebração de termo de compromisso apresentada, acompanhando o entendimento consubstanciado no parecer do Comitê de Termo de Compromisso.

Os proponentes apresentaram nova proposta em que se comprometem a pagar à CVM o valor total de R$ 180.000,00.

O Colegiado deliberou aceitar a nova proposta de Termo de Compromisso apresentada em conjunto por Doris Pereira Carneiro, José Eustáquio Cantini, José Flávio Neves Mohallem, Lincoln Gonçalves Fernandes, Mauro de Freitas Pereira, Rogério Pereira Carneiro e Ronan de Freitas Pereira, por considerar que a obrigação assumida é proporcional às infrações imputadas aos indiciados. Em sua decisão, o Colegiado ressaltou que a redação do Termo de Compromisso deverá qualificar os pagamentos a serem efetuados como "condição para celebração do termo de compromisso". O Colegiado fixou, ainda, o prazo de dez dias, a contar da publicação do Termo no Diário Oficial da União, para o cumprimento das obrigações pecuniárias assumidas, e o prazo de trinta dias para a assinatura do Termo, contado da comunicação da presente decisão aos proponentes. A Superintendência Administrativo-Financeira - SAD foi designada como responsável por atestar o cumprimento das obrigações assumidas pelos proponentes.

PARTICIPANTES
OTÁVIO YAZBEK- PRESIDENTE INTERINO
ANA DOLORES MOURA CARNEIRO DE NOVAES - DIRETORA
LUCIANA PIRES DIAS - DIRETORA
ROBERTO TADEU ANTUNES FERNANDES- DIRETOR APRECIAÇÃO DE PROPOSTA DE TERMO DE COMPROMISSO - PAS RJ2010/12040 - BIOMM S.A.
Reg. nº 8282/12
Relator: SGE

Trata-se de apreciação de propostas de Termo de Compromisso apresentadas por Francisco Carlos Marques de Freitas e, em conjunto, por Guilherme Caldas Emrich, Ítalo Aurélio Gaetani, Roberto Antônio Pinto de Melo Carvalho e Walfrido Silvino dos Mares Guia Neto, na qualidade de administradores da Biomm S.A. ("Biomm"), nos autos do Processo Administrativo Sancionador RJ2010/12040 instaurado pela Superintendência de Relações com Empresas - SEP.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012091400042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Francisco Carlos Marques de Freitas, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da Biomm, foi acusado de: (i) não ter enviado o edital de convocação da Assembleia Geral Ordinária relativa ao exercício social findo em 31.12.08 e pelo envio intempestivo do Formulário IAN relativo ao exercício social findo em 31.12.09 (infração ao disposto nos arts. 6º, 13 e 16, incisos III e IV da Instrução CVM 202/93, vigente até 31.12.09); (ii) enviar intempestivamente os Formulários Cadastral e de Referência relativos ao exercício social findo em 31.12.10 (infração ao disposto nos arts. 13, 23, parágrafo único, 24, § 5º, e 45 da Instrução CVM 480/09). Na qualidade de Diretor Presidente da Biomm, foi ainda acusado de descumprir os arts. 133 e 176 da Lei 6.404/76, pela elaboração intempestiva das demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31.12.08, 31.12.09 e 31.12.10.

Guilherme Caldas Emrich, Ítalo Aurélio Gaetani, Roberto Antônio Pinto de Melo Carvalho e Walfrido Silvino dos Mares Guia Neto, na qualidade de membros do Conselho de Administração da Biomm, foram acusados de convocar intempestivamente as AGOs relativas aos exercícios findos em 31.12.09 e 31.12.10 (infração ao disposto nos arts. 132 e 142, inciso IV, da Lei 6.404/76).

Francisco Carlos Marques de Freitas apresentou proposta em que se comprometeu a pagar à CVM o valor de R$ 50.000,00.

Após negociações com o Comitê, Guilherme Caldas Emrich, Ítalo Aurélio Gaetani, Roberto Antônio Pinto de Melo Carvalho e Walfrido Silvino dos Mares Guia Neto, apresentaram proposta conjunta em se comprometeram a pagar à CVM R$ 20.000,00 cada um, totalizando o montante de R$ 80.000,00.

Segundo o Comitê, a aceitação das propostas é conveniente e oportuna, representando compromissos suficientes para desestimular a prática de condutas assemelhadas.

O Colegiado deliberou a aceitação das propostas de Termo de Compromisso apresentadas por Francisco Carlos Marques de Freitas e, em conjunto, por Guilherme Caldas Emrich, Ítalo Aurélio Gaetani, Roberto Antônio Pinto de Melo Carvalho e Walfrido Silvino dos Mares Guia Neto, acompanhando o entendimento consubstanciado no parecer do Comitê. Em sua decisão, o Colegiado ressaltou que a redação dos Termos de Compromisso deverá qualificar os pagamentos a serem efetuados como "condição para celebração do termo de compromisso". O Colegiado fixou, ainda, o prazo de dez dias, a contar da publicação dos Termos no Diário Oficial da União, para o cumprimento das obrigações pecuniárias assumidas, e o prazo de trinta dias para a assinatura dos Termos, contado da comunicação da presente decisão aos proponentes. A Superintendência Administrativo-Financeira - SAD foi designada como responsável por atestar o cumprimento das obrigações assumidas pelos proponentes.

PARTICIPANTES
OTÁVIO YAZBEK- PRESIDENTE INTERINO
ANA DOLORES MOURA CARNEIRO DE NOVAES - DIRETORA
LUCIANA PIRES DIAS - DIRETORA
ROBERTO TADEU ANTUNES FERNANDES- DIRETOR
APRECIAÇÃO DE PROPOSTA DE TERMO DE COMPROMISSO - PAS RJ2012/1542 - METALGRÁFICA IGUAÇU S.A.
Reg. nº 8283/12
Relator: SGE

Trata-se de apreciação de proposta de Termo de Compromisso apresentada por Rogério Paybrune St. Sève Marins, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da Metalgráfica Iguaçu S.A. ("Companhia"), nos autos do Processo Administrativo Sancionador RJ2012/1542 instaurado pela Superintendência de Relações com Empresas - SEP.

O proponente foi acusado de não ter transmitido à CVM as informações sobre as reduções superiores a 5% nas participações do acionista controlador e do Diretor Vice Presidente no capital preferencial da Companhia, tão logo recebidas (infração ao disposto no § 6° do art. 12 da Instrução CVM 358/02).

Após negociações com o Comitê de Termo de Compromisso, o proponente apresentou proposta de pagar à CVM o montante de R$ 10.000,00 e de cumprir integralmente a legislação e regulamentação aplicáveis.

Em seguida, apesar dos esforços despendidos com a abertura de negociação junto ao proponente, não houve adesão ao valor sugerido pelo Comitê. Dessa forma, o Comitê propôs a rejeição da proposta, por entender que o valor proposto se afigurava insuficiente para desestimular a prática de condutas semelhantes.

O Colegiado, acompanhando o entendimento exarado no parecer do Comitê de Termo de Compromisso, deliberou a rejeição da proposta de Termo de Compromisso apresentada por Rogério Paybrune St. Sève Marins.

Na sequência, o Diretor Otavio Yazbek foi sorteado como relator do PAS RJ2012/1542.

PARTICIPANTES
OTÁVIO YAZBEK- PRESIDENTE INTERINO
ANA DOLORES MOURA CARNEIRO DE NOVAES - DIRETORA
LUCIANA PIRES DIAS
ROBERTO TADEU ANTUNES FERNANDES- DIRETOR APRECIAÇÃO DE PROPOSTA DE TERMO DE COMPROMISSO - PROC. RJ2012/3799 - PANAMERICANO DTVM S.A.
Reg. nº 8183/12
Relator: SGE

Trata-se de apreciação de proposta de Termo de Compromisso apresentada por Liderprime Participações Ltda., atual denominação da Panamericano DTVM S.A., nos autos do Processo Administrativo Sancionador RJ2011/10415, instaurado pela Superintendência de Relações com Investidores Institucionais - SIN.

proponente foi acusada de, na qualidade de administradora do Autopan FIDC CDC Veículos e do Master Panamericano FIDC CDC Veículos, fundos abertos, das seguintes infrações à Instrução 356/01: (i) ausência de segregação de atividades entre a administradora dos fundos e o cedente dos direitos creditórios que integravam a sua carteira, uma vez que a função era exercida pelo mesmo diretor (infração ao disposto no art. 8º, § 1º, inciso V); (ii) não inclusão nos relatórios trimestrais do ano de 2009 de informações sobre os procedimentos de verificação de lastro por amostragem adotados pelo custodiante e a metodologia para seleção da amostra verificada, assim como os resultados da verificação do lastro por amostragem realizada pelo custodiante e eventual quantidade e relevância dos créditos inexistentes porventura encontrados (infração ao disposto no art. 8º, § 3º, incisos III e IV); (iii) não inclusão nos regulamentos dos fundos de referência e identificação de pessoa jurídica para prestar serviços de consultoria especializada para análise dos riscos dos devedores e seleção dos direitos creditórios que integravam as carteiras dos fundos (infração ao disposto no art. 24, inciso XI, "b"); (iv) não divulgação das decisões das assembleias gerais realizadas em 16.03.09 no periódico utilizado para a divulgação de informações dos fundos ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada cotista (infração ao disposto no art. 30, parágrafo único); (v) não realização da revisão anual na classificação de operações de crédito integrantes da carteira dos fundos para contratos de financiamento com valores superiores a R$ 50.000,00 (infração ao disposto no art. 44, parágrafo único). A proponente foi ainda acusada de (i) inexistência nos prospectos apresentados à CVM em 18.02.10 de informação sobre eventuais taxas de desconto praticadas pelos administradores do ofertante na aquisição dos direitos creditórios (infração ao disposto no art. 40, § 1º, da Instrução CVM 400/03); e (ii) não fiscalização da instituição contratada para prestar os serviços de custódia para os fundos (infração ao art. 65, inciso XV, da Instrução CVM 409/04, aplicável por força do seu art. 119-A).

Devidamente intimada, a acusada apresentou suas razões de defesa, bem como proposta de celebração de Termo de Compromisso em que se comprometeu a pagar à CVM o valor de R$ 50.000,00.

No entendimento do Comitê, o valor ofertado mostra-se flagrantemente desproporcional à natureza e pluralidade das acusações imputadas à proponente, não havendo bases mínimas que justifiquem a abertura de negociação de seus termos pelo Comitê. Ademais, a celebração do Termo de Compromisso ora proposto não significaria ganho relevante para a Administração em termos de celeridade e economia processual, já que o curso do processo prosseguiria em relação a outros acusados. Desse modo, o Comitê concluiu que a aceitação da proposta seria inconveniente e inoportuna, recomendando a sua rejeição.

O Colegiado, acompanhando o entendimento exarado no parecer do Comitê de Termo de Compromisso, deliberou a rejeição da proposta de Termo de Compromisso apresentada por Liderprime Participações Ltda., atual denominação da Panamericano DTVM S.A.

SOLANGE MARIA DA ROCHA RODRIGUES
Coordenadora da Secretaria Executiva

DECISÕES DE 21 DE AGOSTO DE 2012

PARTICIPANTES
OTÁVIO YAZBEK- PRESIDENTE INTERINO
ANA DOLORES MOURA CARNEIRO DE NOVAES - DIRETORA
LUCIANA PIRES DIAS - DIRETORA
ROBERTO TADEU ANTUNES FERNANDES- DIRETOR APRECIAÇÃO DE PROPOSTA DE TERMO DE COMPROMISSO - PAS RJ2011/14269 - SERGIPE INDUSTRIAL S.A. - SISA
Reg. nº 8290/12
Relator: SGE

Trata-se de apreciação de proposta de Termo de Compromisso apresentada em conjunto pelos Srs. Marcos Leite Franco Sobrinho, Osvaldo Miranda Franco, Alfredo Freire do Sacramento, Maria Virginia Leite Franco e Tereza Augusta Miranda Franco, administradores da companhia incentivada Sergipe Industrial S.A. - SISA, no âmbito do Processo Administrativo Sancionador RJ2011/14269 instaurado pela Superintendência de Relações com Empresas - SEP.

Marcos Leite Franco Sobrinho, na qualidade de Diretor Administrativo, Osvaldo Miranda Franco, na qualidade de Diretor Financeiro, e Alfredo Freire do Sacramento, na qualidade de Diretor Industrial, eleitos em 08.02.07, foram acusados de: (i) não terem feito constar, nas notas explicativas às Demonstrações Financeiras de 31.12.08, as informações referentes ao contrato de mútuo celebrado pela SISA em 28.01.08, por meio do qual foi realizado empréstimo à sua controladora, Comercial Nortista Ltda., no valor de R$ 18 milhões (infração ao disposto no art. 176, § 4° da Lei 6.404/76); e (ii) não terem feito divulgar Fato Relevante acerca do referido contrato de mútuo (infração ao disposto no art. 157, § 4°, da Lei 6.404/76 c/c os arts. 10 e 13, inciso V, da Instrução CVM 265/97).

Marcos Leite Franco Sobrinho e Osvaldo Miranda Franco foram ainda acusados de terem celebrado o contrato de mútuo sem a aprovação da assembleia geral ou do conselho de administração ao tempo que cada um detinha 33,85% do capital da Comercial Nortista (infração ao disposto nos arts. 154, § 2°, "b", e 156 da Lei 6.404/76).

Maria Virginia Leite Franco e Tereza Augusta Miranda Franco, na qualidade de Conselheiras de Administração, eleitas em 25.04.07, foram acusadas de não terem feito divulgar Fato Relevante acerca do contrato de mútuo (infração ao art. 157, § 4°, da Lei 6.404/76 c/c os arts. 10 e 13, inciso V, da Instrução CVM 265/97).

Após negociações com o Comitê, os acusados apresentaram proposta conjunta de pagar à CVM o montante de R$ 270.000,00, na seguinte proporção: (i) Marcos Leite Franco Sobrinho e Osvaldo Miranda Franco, R$ 90.000,00 cada um; (ii) Alfredo Freire do Sacramento, R$ 50.000,00; e (iii) Maria Virginia Leite Franco e Tereza Augusta Miranda Franco, R$ 20.00,00 cada uma.

Segundo o Comitê, apesar dos esforços despendidos com a abertura de negociação junto aos proponentes, não houve adesão aos valores sugeridos. Dessa forma, o Comitê propôs a rejeição da proposta, por entender que os valores propostos se afiguram insuficientes para desestimular a prática de condutas semelhantes.

O Colegiado, acompanhando o entendimento exarado no parecer do Comitê de Termo de Compromisso, deliberou a rejeição da proposta conjunta de Termo de Compromisso apresentada por Marcos Leite Franco Sobrinho, Osvaldo Miranda Franco, Alfredo Freire do Sacramento, Maria Virginia Leite Franco e Tereza Augusta Miranda Franco.

Na sequência, a Diretora Ana Novaes foi sorteada como relatora do PAS RJ2011/14269.

PARTICIPANTES
OTÁVIO YAZBEK- PRESIDENTE INTERINO
ANA DOLORES MOURA CARNEIRO DE NOVAES - DIRETORA
LUCIANA PIRES DIAS - DIRETORA
ROBERTO TADEU ANTUNES FERNANDES- DIRETOR CUMPRIMENTO DE TERMO DE COMPROMISSO - PAS RJ2011/9483 - COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE
Reg. nº 8062/11
Relator: SAD

Trata-se de apreciação de cumprimento das condições constantes no Termo de Compromisso celebrado por Jurandir Vieira Santiago, aprovado na reunião de Colegiado de 17.01.12, no âmbito do PAS RJ2011/9483.

Baseado na manifestação da Superintendência Administrativo-Financeira - SAD, área responsável por atestar o cumprimento das cláusulas acordadas, de que o pagamento previsto no Termo de Compromisso ocorreu na forma convencionada e de que não há obrigação adicional a ser cumprida, o Colegiado deliberou o arquivamento do PAS RJ2011/9483 em relação ao compromitente.

SOLANGE MARIA DA ROCHA RODRIGUES
Coordenadora da Secretaria Executiva

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
3ª SEÇÃO
3ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas , Setor Comercial Sul, Quadra 01, Edifício Alvorada, plenário 201, em Brasília - Distrito Federal.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independentemente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 24 DE SETEMBRO DE 2012, ÀS 14:00 HORAS

Relator: JOSE ADAO VITORINO DE MORAIS

01 - Processo: 16095.000816/2008-27 - Recorrente: ACHE LABORATORIOS FARMACEUTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ANTONIO LISBOA CARDOSO

02 - Processo: 14090.002101/2008-23 - Nome do Contribuinte: M. DIESEL CAMINHOES E ONIBUS LIMITADA

03 - Processo: 14090.002099/2008-92 - Nome do Contribuinte: M. DIESEL CAMINHOES E ONIBUS LIMITADA

04 - Processo: 14090.002100/2008-89 - Nome do Contribuinte: M. DIESEL CAMINHOES E ONIBUS LIMITADA

05 - Processo: 14090.002102/2008-78 - Nome do Contribuinte: M. DIESEL CAMINHOES E ONIBUS LIMITADA

06 - Processo: 14090.002103/2008-12 - Nome do Contribuinte: M. DIESEL CAMINHOES E ONIBUS LIMITADA

07 - Processo: 14090.002104/2008-67 - Nome do Contribuinte: M. DIESEL CAMINHOES E ONIBUS LIMITADA

08 - Processo: 14090.002106/2008-56 - Nome do Contribuinte: M. DIESEL CAMINHOES E ONIBUS LIMITADA

09 - Processo: 14090.002107/2008-09 - Nome do Contribuinte: M. DIESEL CAMINHOES E ONIBUS LIMITADA

10 - Processo: 14090.002108/2008-45 - Nome do Contribuinte: M. DIESEL CAMINHOES E ONIBUS LIMITADA

11 - Processo: 14090.002109/2008-90 - Nome do Contribuinte: M. DIESEL CAMINHOES E ONIBUS LIMITADA

12 - Processo: 14090.002110/2008-14 - Nome do Contribuinte: M. DIESEL CAMINHOES E ONIBUS LIMITADA

Relator: ANDREA MEDRADO DARZE

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

13 - Processo: 13899.000968/2003-71 - Recorrente: ASEM PROD HOSPITALARES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOSE ADAO VITORINO DE MORAIS

14 - Processo: 13362.900565/2009-78 - Recorrente: CANEL CENTRAL AGRICOLA NOVA ERA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo: 13362.900601/2009-01 - Recorrente: CANEL CENTRAL AGRICOLA NOVA ERA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo: 13362.900602/2009-48 - Recorrente: CANEL CENTRAL AGRICOLA NOVA ERA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo: 13362.900603/2009-92 - Recorrente: CANEL CENTRAL AGRICOLA NOVA ERA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo: 13362.900604/2009-37 - Recorrente: CANEL CENTRAL AGRICOLA NOVA ERA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo: 13362.900605/2009-81 - Recorrente: CANEL CENTRAL AGRICOLA NOVA ERA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ANDREA MEDRADO DARZE

20 - Processo: 10215.720378/2010-41 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo: 11543.003308/2004-28 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo: 11543.003309/2004-72 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo: 13888.001425/2004-81 - Recorrente: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SANTA MARIA DA SERRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 25 DE SETEMBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: JOSE ADAO VITORINO DE MORAIS

24- Processo: 10830.002762/2005-44 - Recorrente: SENSATA TECHNOLOGIES SENSORES E CONTROLES DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo: 10935.007336/2010-96 - Recorrente: TRANSOJA TRANSPORTES RODOVIARIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ANTONIO LISBOA CARDOSO

26 - Processo: 10880.720983/2008-55 - Recorrente: ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S A CASAS PERNAMBUCANAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo: 11516.003676/2006-65 - Recorrente: COOPERATIVA REGIONAL SUL DE ELETRIFICACAO RURAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo: 13005.000508/2005-22 - Recorrente: ELISEU KOPP & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ANDREA MEDRADO DARZE

29 - Processo: 10630.000027/2007-14 - Recorrente: PREDILETA MAGAZIN LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo: 10680.015341/2007-14 - Recorrente: BRASCOOP - COOPERATIVA BRASILEIRA DOS TRABALHADORES AUTONOMOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo: 11543.004214/2004-76 - Recorrente: ELETRONICA GORZA LTDA EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo: 15892.000018/2006-85 - Recorrente: SUPERMERCADO LUZITANA DE LINS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOSE ADAO VITORINO DE MORAIS

33 - Processo: 10280.004902/2002-40 - Recorrente: BRASILTON BELEM HOTEIS E TURISMO S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ANTONIO LISBOA CARDOSO

34 - Processo: 13808.003742/00-07 - Recorrente: BRAVOX S/A INDUSTRIA E COM ELETRONICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo: 11080.009904/2006-78 - Recorrente: CELULOSE IRANI SOCIEDADE ANONIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ANDREA MEDRADO DARZE

36 - Processo: 11610.009864/2003-86 - Recorrente: PROBEL SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 25 DE SETEMBRO DE 2012, ÀS 14:00 HORAS

Relator: JOSE ADAO VITORINO DE MORAIS

37 - Processo: 10980.725205/2010-49 - Recorrente: BERNECK S.A. PAINEIS E SERRADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo: 11065.001377/2010-28 - Recorrente: SPRINGER CARRIER LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ANTONIO LISBOA CARDOSO

39 - Processo: 13811.003471/2002-47 - Recorrente: CHRISCINTOS DE SEGURANCA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo: 13770.000140/2002-89 - Recorrente: BARTER COMERCIO INTERNACIONAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo: 13767.000249/2003-56 - Recorrente: FRISA FRIGORIFICO RIO DOCE S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

42 - Processo: 13063.000289/2001-63 - Recorrente: INDUSTRIA GRAFICA SUL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

43 - Processo: 11080.011387/2008-69 - Recorrente: FRIGORIFICO MERCOSUL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo: 11080.011289/2003-17 - Recorrente: COMPANHIA PETROQUIMICA DO SUL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ANDREA MEDRADO DARZE

45 - Processo: 10875.002903/2003-41 - Recorrente: MOPA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo: 13897.000634/2003-18 - Recorrente: PCTEC ENG E ASSIST TECNICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ANTONIO LISBOA CARDOSO

47 - Processo: 10865.900227/2008-04 - Recorrente: INDUSTRIA CERAMICA FRAGNANI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 26 DE SETEMBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ANTONIO LISBOA CARDOSO

48 - Processo: 10865.900366/2008-20 - Recorrente: INDUSTRIA CERAMICA FRAGNANI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

49 - Processo: 10865.900818/2008-73 - Recorrente: INDUSTRIA CERAMICA FRAGNANI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

RODRIGO DA COSTA POSSAS
Presidente da 1ª Turma Ordinária

AREOVALDO MARIANO TAVARES
Secretário da 1ª Turma Ordinária

4ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas , Setor Comercial Sul, Quadra 01, Edifício Alvorada, em Brasília - Distrito Federal, 2º andar, sala 202.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado

DIA 25 DE SETEMBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: EMANUEL CARLOS DANTAS DE ASSIS

1 - Processo: 10120.006764/2002-76 - Recorrente: CARAMURU ALIMENTOS S/A.

2 - Processo: 10920.001381/2009-62 - Recorrente: CHOCOLEITE INDÚSTRIA DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA

3 - Processo: 11444.001129/2010-12 - Recorrente: PIRELLI PNEUS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo: 10675.001350/2003-65 - Recorrente: BRASPELCO INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ODASSI GUERZONI FILHO

5 - Processo: 19515.004018/2008-74 - Recorrente: JOCKEY CLUB DE SÃO PAULO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo: 10665.001722/2010-00 - Recorrente: CIAFAL - COMERCIO E INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE FERRO E AÇO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo: 10665.001734/2010-26 - Recorrente: CIAFAL - COMERCIO E INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE FERRO E AÇO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo: 10665.720921/2010-11 - Recorrente: CIAFAL - COMERCIO E INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE FERRO E AÇO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo: 10665.720930/2010-01 - Recorrente: CIAFAL - COMERCIO E INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE FERRO E AÇO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo: 10665.720931/2010-48 - Recorrente: CIAFAL - COMERCIO E INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE FERRO E AÇO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo: 10665.720932/2010-92 - Recorrente: CIAFAL - COMERCIO E INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE FERRO E AÇO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo: 10665.720933/2010-37 - Recorrente: CIAFAL - COMERCIO E INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE FERRO E AÇO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo: 10665.720943/2010-72 - Recorrente: CIAFAL - COMERCIO E INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE FERRO E AÇO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo: 10665.901724/2010-92 - Recorrente: CIAFAL - COMERCIO E INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE FERRO E AÇO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo: 10665.901725/2010-37 - Recorrente: CIAFAL - COMERCIO E INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE FERRO E AÇO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo: 10665.901726/2010-81 - Recorrente: CIAFAL - COMERCIO E INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE FERRO E AÇO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo: 10865.900236/2008-97 - Recorrente: INDÚSTRIA CERAMICA FRAGNANI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo: 10865.900254/2008-79 - Recorrente: INDÚSTRIA CERAMICA FRAGNANI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo: 10865.900270/2008-61 - Recorrente: INDÚSTRIA CERAMICA FRAGNANI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo: 10865.900312/2008-64 - Recorrente: INDÚSTRIA CERAMICA FRAGNANI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo: 10865.900377/2008-18 - Recorrente: INDÚSTRIA CERAMICA FRAGNANI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo: 10865.900379/2008-07 - Recorrente: INDÚSTRIA CERAMICA FRAGNANI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo: 10865.900380/2008-23 - Recorrente: INDÚSTRIA CERAMICA FRAGNANI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo: 10865.900382/2008-12 - Recorrente: INDÚSTRIA CERAMICA FRAGNANI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo: 10865.900383/2008-67 - Recorrente: INDÚSTRIA CERAMICA FRAGNANI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo: 10865.900384/2008-10 - Recorrente: INDÚSTRIA CERAMICA FRAGNANI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo: 10865.900385/2008-56 - Recorrente: INDÚSTRIA CERAMICA FRAGNANI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: FERNANDO MARQUES CLETO DUARTE

28 - Processo: 15374.908032/2008-40 - Recorrente: ZALCBERG ADVOGADOS ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo: 15374.932298/2008-11 - Recorrente: ZALCBERG ADVOGADOS ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo: 15374.939253/2008-60 - Recorrente: ZALCBERG ADVOGADOS ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ANGELA SARTORI

31 - Processo: 13609.720068/2008-77 - Recorrente: INSIVI-INDÚSTRIA SIDERÚRGICA VIANA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo: 11065.001448/2005-25 - Recorrente: MADEF SA INDÚSTRIA E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: EMANUEL CARLOS DANTAS DE ASSIS

33 - Processo: 10920.001380/2009-18 - Recorrente: CHOCOLEITE INDÚSTRIA DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 25 DE SETEMBRO DE 2012, ÀS 14:00 HORAS

Relator: EMANUEL CARLOS DANTAS DE ASSIS

34 - Processo: 10725.000355/2007-61 - Recorrente: NOBLE DO BRASIL S/C LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo: 10725.000356/2007-14 - Recorrente: NOBLE DO BRASIL S/C LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo: 10725.000357/2007-51 - Recorrente: NOBLE DO BRASIL S/C LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo: 10725.000358/2007-03 - Recorrente: NOBLE DO BRASIL S/C LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo: 10725.000361/2007-19 - Recorrente: NOBLE DO BRASIL S/C LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo: 10725.000362/2007-63 - Recorrente: NOBLE DO BRASIL S/C LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo: 10725.000363/2007-16 - Recorrente: NOBLE DO BRASIL S/C LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo: 10725.000390/2007-81 - Recorrente: NOBLE DO BRASIL S/C LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

42 - Processo: 10921.000320/2009-78 - Recorrente: ALL-FREIGHT LOGISTICA E TRANSPORTE INTER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

43 - Processo: 10921.000838/2008-21 - Recorrente: ALL-FREIGHT LOGISTICA E TRANSPORTE INTER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo: 10120.902849/2008-72 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D

Relator: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA

45 - Processo: 10675.907118/2009-28 - Recorrente: XINGULEDER COUROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo: 10675.907119/2009-72 - Recorrente: XINGULEDER COUROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo: 10675.907120/2009-05 - Recorrente: XINGULEDER COUROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo: 10675.909191/2009-34 - Recorrente: XINGULEDER COUROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

49 - Processo: 10675.909192/2009-89 - Recorrente: XINGULEDER COUROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo: 13822.000049/2001-20 - Recorrente: : CLEALCO ACUCAR E ALCOOL S/A e Recorrida FAZENDA NACIONAL

51 - Processo: 13822.000118/2001-03 - Recorrente: CLEALCO ACUCAR E ALCOOL S/A e Recorrida FAZENDA NACIONAL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

52 - Processo: 13822.000133/2001-43 - Recorrente: CLEALCO ACUCAR E ALCOOL S/A e Recorrida FAZENDA NACIONAL
Relator: ODASSI GUERZONI FILHO
53 - Processo: 11065.721097/2011-11 - Recorrente: INDÚSTRIA DE CALCADOS WEST COAST LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo: 10280.004253/2006-19 - Recorrente: TAPAJOS TIMBER COM IMP E EXP LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: FERNANDO MARQUES CLETO DUARTE
55 - Processo: 13007.000095/2004-85 - Recorrente: IPIRANGA PETROQUIMICA AS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo: 13007.000332/2003-27 - Recorrente: IPIRANGA PETROQUIMICA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo: 13007.000346/2003-41 - Recorrente: IPIRANGA PETROQUIMICA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ANGELA SARTORI
58 - Processo: 11128.000828/2008-11 - Recorrente: SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo: 13710.000358/2003-29 - Recorrente: IPECOL S/A INDÚSTRIAS GRAFICAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 26 DE SETEMBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: EMANUEL CARLOS DANTAS DE ASSIS
60 - Processo: 10945.001126/2010-75 - Recorrente: EMILIO BERWANGER & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo: 10925.002520/2006-82 - Recorrente: COOPER ECON CREDS MUTS MEDICOS E DEM PRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo: 10945.002433/2008-59 - Recorrente: VIAÇÃO ITAIPU LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA
63 - Processo: 10314.720089/2011-13 - Recorrente: FARM FRITES DO BRASIL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo: 19515.001780/2008-07 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FRIGORIFICO CENTRO OESTE SP LTDA.
Relator: ODASSI GUERZONI FILHO
65 - Processo: 10920.001422/97-80 - Recorrente: INDÚSTRIA DE FUNDIÇÃO TUPY LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo: 10660.002654/2005-71 - Recorrente: UNIMED LAVRAS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo: 11618.000542/2005-63 - Recorrente: CIPATEX DO NORDESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo: 13671.000131/2003-97 - Recorrente: VIDROMAT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: FERNANDO MARQUES CLETO DUARTE
69 - Processo: 13822.000029/2003-11 - Recorrente: CLEALCO ACUCAR E ALCOOL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo: 13822.000054/2003-02 - Recorrente: CLEALCO ACUCAR E ALCOOL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ANGELA SARTORI
71 - Processo: 11686.000038/2009-83 - Recorrente: MULTILAB INDÚSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS FARMAC LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo: 10840.002961/2003-71 - Recorrente: RIBEIRÃO DIESEL ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 26 DE SETEMBRO DE 2012, ÀS 14:00 HORAS

Relator: EMANUEL CARLOS DANTAS DE ASSIS
73 - Processo: 10980.008444/2008-16 - Recorrente: AUTO VIAÇÃO MARECHAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo: 11020.002706/2005-15 - Recorrente: AGRALE SOCIEDADE ANONIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo: 13312.000588/2004-61 - Recorrente: CONCORDIA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo: 11128.005301/2007-94 - Recorrente: MABE BRASIL ELETRODOMESTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA
77 - Processo: 16327.001427/2009-29 - Recorrente: BANCO PANAMERICANO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo: 13861.000089/2003-77 - Recorrente: COPEBRAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo: 13639.000116/2001-83 - Embargante: CIA INDUSTRIAL CATAGUASES e Embargada: FAZENDA NACIONAL
Relator: ODASSI GUERZONI FILHO
80 - Processo: 10480.731234/2011-61 - Recorrente: MARINALVA MARGARIDA DA SILVA ANDRADE - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo: 16327.000945/2010-69 - Recorrente: BANCO SOCIETE GENERALE BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo: 10830.004041/2002-26 - Recorrente: ASSOCIAÇÃO DO SENHOR JESUS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo: 10480.002754/2003-53 - Recorrente: INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO E TECNOLOGIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: FERNANDO MARQUES CLETO DUARTE
84 - Processo: 13807.001717/99-67 - Embargante: SUPER MERCADO CASTANHA LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo: 13808.000450/99-71 - Recorrente: ALSCO TOALHEIRO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ANGELA SARTORI
86 - Processo: 19991.000156/2009-40 - Recorrente: SIST. INF. COM. IMPORT. E EXPORT. LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo: 19991.000157/2009-94 - Recorrente: SIST.INF.COM.IMPORT. E EXPORT.LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 27 DE SETEMBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: EMANUEL CARLOS DANTAS DE ASSIS
88 - Processo: 11128.008084/2010-90 - Recorrente: IQ SOLUÇÕES & QUIMICA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo: 13857.000278/2004-90 - Recorrente: UNIMED DE S CARLOS- COOP. DE TRAB MEDICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo: 13660.000030/2003-45 - Recorrente: A PELUCIO COMERCIO E EXPORTAÇÃO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA
91 - Processo: 18471.002737/2008-41 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: NOVATRANS ENERGIA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo: 16327.001346/2009-29 - Recorrente: J.P. MORGAN CORRETORA DE CAMBIO E VALORES MOBILIARIOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ODASSI GUERZONI FILHO
93 - Processo: 13558.721414/2011-82 - Recorrente: MASCOTE PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo: 13840.000703/2003-49 - Recorrente: MIRANDA E CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo: 11065.909473/2008-00 - Recorrente: METALURGICA ACOREAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo: 11065.909475/2008-91 - Recorrente: METALURGICA ACOREAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo: 11516.000790/2007-14 - Recorrente: CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: FERNANDO MARQUES CLETO DUARTE
98 - Processo: 10630.000210/2004-77 - Embargante: COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DA REGIÃO DE LAJINHA LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo: 10630.000211/2004-11 - Embargante: COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DA REGIÃO DE LAJINHA LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL
Relator: ANGELA SARTORI
100 - Processo: 13839.902773/2008-87 - Recorrente: SUPERMERCADO TRES PINHEIRO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 27 DE SETEMBRO DE 2012, ÀS 14:00 HORAS

Relator: EMANUEL CARLOS DANTAS DE ASSIS
101 - Processo: 13520.000100/96-70 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: J. C. & FILHO LTDA
Relator: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA
102 - Processo: 10325.900126/2006-71 - Recorrente: VIENA SIDERURGICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo: 11543.001066/2002-76 - Recorrente: LOGISTIC NETWORK COMERCIO IMPORTAÇÃO E E e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ODASSI GUERZONI FILHO
104 - Processo: 10855.901346/2006-23 - Recorrente: METALUR LTDA
105 - Processo: 15504.011242/2010-13 - Recorrente: SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE MG - SEBRAE MG e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: FERNANDO MARQUES CLETO DUARTE
106 - Processo: 19515.004784/2003-24 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL DE LATICINIOS DO ESTADO DE S PAULO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo: 13062.000339/2004-65 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: KEPLER WEBER INDUSTRIAL S/A
108 - Processo: 13019.000074/2005-10 - Embargante: ITAPINUS INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo: 13019.000152/2004-97 - Embargante: ITAPINUS INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo: 13019.000155/2005-10 - Embargante: ITAPINUS INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL
111 - Processo: 13019.000159/2004-17 - Embargante: ITAPINUS INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo: 13019.000162/2004-22 - Embargante: ITAPINUS INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL
Relator: ANGELA SARTORI
113 - Processo: 16707.002353/00-46 - Recorrente: TELECOMUNICAÇÕES DO RIO GRANDE DO NORTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo: 13952.000124/2001-77 - Recorrente: USACIGA - ACUCAR, ALCOOL E ENERGIA ELETRICA S/A.
Relator: ODASSI GUERZONI FILHO
115 - Processo: 13884.003898/2003-72 - Recorrente: JAMES BARBOSA & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA
116 - Processo: 10665.000128/2003-64 - Recorrente: ELETRO MANGANES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

JULIO CESAR ALVES RAMOS
Presidente da Turma

ELAINE ALICE ANDRADE LIMA
Chefe da Secretaria

3ª TURMA ORDINÁRIA

DESPACHO

Tornar sem efeito a publicação da pauta de agosto de 2012, 3ª Turma Ordinária, 4ª Câmara, 3ª Seção, publicada no DOU de 13 de setembro de 2012, Seção 1, páginas 117/118.

JULIO CESAR ALVES RAMOS
Presidente da 4ª Câmara

ELAINE ALICE ANDRADE LIMA
Chefe da Secretaria

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHOS DO SECRETÁRIO EXECUTIVO
Em 13 de setembro de 2012

Habilitação a exercer a atividade de distribuição e revenda de ECF.

Nº 179 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto na cláusula décima sétima do Convênio ICMS 09/09, de 03 de abril de 2009, torna público que estão habilitados a exercer a atividade de distribuição e revenda de equipamentos Emissores de Cupom Fiscal (ECF) os seguintes estabelecimentos:

DENOMINAÇÃO	CNPJ	ENDEREÇO
RAJA INTERMEDIAÇÃO DE NEGÓCIOS E COMERCIO EM INFORMÁTICA LTDA - ME	08.289.823/0001-90	Rua Coronel Augusto Camargos, 540 - Lj 01 Centro Contagem - MG CEP: 32015-740
MICROS-FIDELIO DO BRASIL LTDA	02.693.253/0001-13	Av. Engenheiro Luis Carlos Berrini, 550 - 7º andar - Cj 72 Brooklin São Paulo - SP CEP: 04571-011
TAVARES & NOVAIS LTDA	09.453.298/0001-60	Av Raulina Fonseca Pascoal, 1892 Centro Catalão - GO CEP: 75701-480
M & A PRODUTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA ME	08.766.384/0001-60	Rua Gabriel Andrade Junqueira, 259 Centro Leopoldina - MG CEP: 36700-000
ODETE DIAS SORBELLO-ME	07.994.543/0001-10	Rua Dr Carvalho de Mendonça, 396 - Sala 02 Campo Grande Santos - SP CEP: 11070-101

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF Nºs.

Nº 180 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria-Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais não consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:
1. Escola Politécnica de Minas Gerais - POLIMIG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Sophia Informática Ltda	06.097.512/0001-02	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL3662012, nome: Sophia PAF, versão: 4.0, código MD-5: CD8A0DCFBC12386AE627CEBFB733CF11*Caixa

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Syspro Comercio de Computadores Ltda-ME	08.734.539/0001-86	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL3922012, nome: SGF Frente de Caixa, versão: 3.1.0, código MD-5: 756EE1DD61DAE75FC5252B4AB594D739 *SGF_FRENTECAIXA
Multilógica Informática Ltda	66.410.523/0001-14	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL3722012, nome: Plenus PDV-ECF-TEF, versão: 5.0, código MD-5: D60F33FF7B9DC-BA2F858DC62F904C7B4 *PDV

2. Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações - FINATEL

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Lojas Cem S/A	56.642.960/0001-00	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: INA0562012, nome: CX016a_CxCli, versão: 1.3, código: MD-5: A241B561579E3449CA1D748456876922
Bematech S/A	82.373.077/0001-71	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: INA0532012, nome: SmartECF Hcenter, versão: 1.1.0.617, código: MD-5: 88ACAF32FD5AB1F62EA0D46064FA16F0

3. Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Next Tecnologia Comércio e Serviços Ltda - ME	74.515.958/0001-51	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número IPT0532012, nome: Next Tecnologia GIN PDV, versão: 5.3, código MD-5: 41eb91298b6a7f8aacb9346bbdb8c216

4.Universidade Potiguar - UNP

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
J Alves e Oliveira Ltda	41.426.966/0001-72	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: UNP0612012 , nome: ZECF, versão: 0.1.0.5, código: MD-5: 8522ddf54095a22bb2fc241342d52937* Zecf

5. Universidade Federal de Goiás - UFG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
SMP Sistemas Ltda	11.422.814/0001-30	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número UFG0152012, nome: SMPPDV, versão: 1.1, código MD-5: cfd2bcb261a21bf725cad49e8441487a*SMPPDV
M & A Informatica Ltda - ME	10.172.646/0001-00	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número UFG0122012, nome: SIIT, versão: 2013, código MD-5: 560c64eef87e649797e1d74a9cbf9004
Vetor Solucoes Ltda ME	14.084.522/0001-23	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número UFG0172012, nome: Gestao PDV, versão: 12.11.01, código MD-5: a590b38b6eaf967de5714363edd2f59a*PDV
Itecgyn Informatica Ltda	06.113.817/0001-52	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número UFG0162012, nome: Gestao PDV, versão: 12.11.01, código MD-5: a590b38b6eaf967de5714363edd2f59a*PDV

6. Faculdade Idez - i10

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Aplic Tecnologia - Comércio de Software Ltda	10.459.707/0001-14	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número i100792012, nome: FAT-GW2, versão: 2.0, código MD-5: 980F05EAF4E75646C217C2FC5D505314
André Pedroza dos Santos ME	10.677.149/0001-63	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número i100942012, nome: ANRON SOFTWARE, versão: 3.0, código MD-5: 7BCC64DEC3A09F611B92D67497D0795E

7. Centro Universitário Filadélfia - UNIFIL

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Meta Tecnologia em Software Ltda	02.299.680/0001-11	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número IFL0452012, nome: MetaPDV, versão: 1.0, código MD-5: aa7ef9be0c31eb23dae6639b05f20649

8. Universidade Católica Dom Bosco - UDB

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Lojas Avenida Ltda	00.819.201/0001-15	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número UDB0132012, nome: VAR, versão: 6.44 R001, código MD-5: ff40baf341b1221ec33467c631844dea

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF Nºs.

Nº 181 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:

1. Escola Politécnica de Minas Gerais - POLIMIG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
CDA Informática Ltda - ME	09.315.512/0001-11	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL3632012, nome: CDA_PAF Fatura, versão: 2.0, código MD-5: BF5CC5C4BDA5D72276A88C65BB0E99DD*Caixa
Icoms - Soluções em comunicação e interconexão Ltda	01.577.990/0001-98	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL3522012, nome: Globe-Ecf, versão: 1.00, código MD-5: EE73B7DE52C40396B82481E5701C9CA1 * GlobeECF

Publica atualização do Roteiro de Análise do SAT, referido no Manual de Registro de Modelo de Equipamento SAT.

Nº 182 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 2º do Ato COTEPE/ICMS nº 06, de 13 de março de 2012, publica atualização do Roteiro de Análise do SAT.

O Roteiro atualizado estará disponível no site do CONFAZ, endereço eletrônico www.fazenda.gov.br/confaz, identificado como Roteiro_Analise_SAT_v_1_0_8.pdf e terá como chave de codificação digital a sequência FA2F1A0F5C569C4FBD7BB571B473D377, obtida com a aplicação do algoritmo MD5 - "Message Digest" 5.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA Nº 14, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS

EMENTA: CESSÃO DE MÃO DE OBRA. OBRAS DE FUNDAÇÕES (CNAE 4391-6/00). NÃO SUJEIÇÃO AO INSTITUTO DA RETENÇÃO DE 11% (ONZE POR CENTO).

As atividades de engenharia civil classificadas como prestação de serviços de fundações especiais, assim como as obras de fundações (compreendida a execução de obra de fundações diversas para edifícios e outras obras de engenharia civil, inclusive a cravação de estacas) não estão sujeitas à retenção das contribuições previdenciárias na forma do art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 31; Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, art. 219, §2º, III, e §3º; Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, arts. 142, 143 e Anexo VII.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA-PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 209, DE 10 DE SETEMBRO DE 2012

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.721194/2012-29 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara:

Face ao pagamento dos tributos, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade o veículo marca BMW, modelo X3 2.0I, cor cinza, ano de fabricação 2010, chassis WBAPC31030WH57560, desembaraçado através da Declaração de Importação nº 10/0647905-0, de 22/04/2010, pela Alfândega do Porto do Rio de Janeiro - RJ, de propriedade de PIER LUIGI GENTILE, CPF 700.212.271-10, para MARCELO PARDI, CPF 452.569.506-49.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUÍS EMÍLIO VINUEZA MARTINS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo de 11/09/2012, que declara nula a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda, de n.º 11.873.511/0001-34, em nome de Ana Claudia Abade Gonçalves 55191347587, publicado no D.O.U. de 13/09/2012, Seção 1, página 118, retifica-se o número do ato conforme abaixo:

Onde se lê: "ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 82, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012."

Leia-se: "ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 84, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012."

2ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE MANAUS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 35, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Habilita a empresa que menciona ao regime de suspensão da contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins/Importação.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE MANAUS, tendo em vista sua competência estabelecida no artigo 295, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21/12/2010, publicada no DOU de23/12/2010, declara:

I - Habilitada ao regime de suspensão da contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação a Empresa R&B PLÁSTICOS DA AMAZÔNIA LTDA, CNPJ nº 84.522.747/00001-08, Processo 12266.722400/2012-80, nos termos do artigo 8o da Instrução Normativa SRF n° 424, republicada no DOU de 08/06/2004.

II - A habilitação terá validade por prazo indeterminado, observado o disposto no parágrafo único do artigo 4o da supracitada Instrução Normativa.

III - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR FELIX DE CARVALHO

ATOS DECLARATÓRIOS EXECUTIVOS DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Habilita a empresa que menciona ao regime de suspensão da contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins/Importação.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE MANAUS, tendo em vista sua competência estabelecida no artigo 295, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21/12/2010, publicada no DOU de23/12/2010, declara:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nº 36 - I - Habilitada ao regime de suspensão da contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação a Empresa 3M MANAUS INDÚSTRIA DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA, CNPJ nº 08.114.346/0001-50, Processo 12266.721020/2012-28, nos termos do artigo 8o da Instrução Normativa SRF n° 424, republicada no DOU de 08/06/2004.

IV- A habilitação terá validade por prazo indeterminado, observado o disposto no parágrafo único do artigo 4o da supracitada Instrução Normativa.

V- Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 37 - I - Habilitada ao regime de suspensão da contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação a Empresa PERFILADOS DA AMAZÔNIA INDUSTRIAL LTDA, CNPJ nº 11.365/0001-46, Processo 12266.722072/2012-11, nos termos do artigo 8o da Instrução Normativa SRF n° 424, republicada no DOU de 08/06/2004.

II - A habilitação terá validade por prazo indeterminado, observado o disposto no parágrafo único do artigo 4o da supracitada Instrução Normativa.

III - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR FELIX DE CARVALHO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTARÉM

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 22, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Declara excluído do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional o contribuinte que menciona.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTARÉM-PA, no uso da competência que lhe confere o artigo 295, inciso III do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e na Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional - CGSN Nº5, de 23 de julho de 2007, declara:

ART 1o Fica o contribuinte, a seguir identificado, excluído do SIMPLES NACIONAL, conforme motivação e fundamentação legal abaixo:

Nome: AM LEAL COMERCIO ME

CNPJ: 08.782.939/0001-67

Embasamento: Processo Administrativo nº 10215-721.175/2012-34

Motivação: Não apresentação de Livros fiscais.

Fundamentação Legal: Lei Complementar 123/2006, art.29, inciso II.

ART 2o A exclusão do SIMPLES NACIONAL surtirá os efeitos previstos na Lei Complementar 123/2006, art.29, inciso II, parágrafo 1º, ficando a pessoa jurídica excluída do SIMPLES NACIONAL a partir de 01/05/2012.

ART 3o Poderá o contribuinte, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da ciência deste ato, manifestar sua inconformidade, por escrito, ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Santarém, nos termos do processo tributário administrativo, disciplinado pelo Decreto 70.235/72, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 8.748/93, 9.532/97 e alterações posteriores, relativamente à exclusão do SIMPLES NACIONAL, ficando assegurado o contraditório e a ampla defesa.

ART. 4º Não havendo manifestação no prazo previsto no artigo anterior, a exclusão do SIMPLES NACIONAL tornar-se-á definitiva.

WELSON NOGUEIRA DA SILVA

3ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 54, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

Concede Registro Especial - Papel Imune

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em Fortaleza - CE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 1º da Portaria DRF/FOR/CE nº 142, de 16 de julho de 2012 (DOU de 17/07/2012) c/c o inciso X do art. 224 e o inciso VII do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17.5.2012 e de acordo com o disposto no art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, com as alterações da Instrução Normativa RFB nº 1.011, de 23 de fevereiro de 2010 e da IN RFB nº 1.048, de 29 de junho de 2010, DECLARA:

Art. 1º Fica concedido o seguinte Registro Especial, de acordo com o disposto no art. 1º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, para a atividade de IMPORTADOR (IP), conforme inciso III, § 1º, art. 1º, da IN RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009 (DOU de 08/12/09):

I - Registro Especial nº: IP-03101/112;

II - Beneficiário: ABC Distribuidora S.A.

III - CNPJ: 07.228.042/0007-19;

IV - Domicílio fiscal: Av. Deputado Paulino Rocha, 155, Cajazeiras, Fortaleza /CE. CEP:60.864311;

V - Processo administrativo: 10380.728379/2012-94

Art. 2º O contribuinte está obrigado ao cumprimento da legislação tributária, em vigor e alterações posteriores, envolvendo operações com o papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial das exigências estabelecidas na IN RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, com as alterações da IN nº 1.011, de 23 de fevereiro de 2010 e da IN nº 1.048, de 29 de junho de 2010.

Art. 3º O não cumprimento das obrigações tributárias de que tratam os arts. 2º, incisos I, II e III; 7º; 9º,§1º; 12, incisos I,II e parágrafo único e 13 da IN RFB nº 976/09, estabelecidos para a concessão do presente registro poderá, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, ocasionar: a) o cancelamento do registro; b) a aplicação das penalidades previstas no art. 57 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001; c) a aplicação do regime especial de fiscalização, previsto no art. 33 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, uma vez configurada hipótese de crime contra a ordem tributária previstas no art. 2º da Lei nº 8.137, de 1990.

Art. 4º Publique-se no Diário Oficial da União e cientifique-se a requerente.

HELDER SILVA NOBRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 55, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

Concede Registro Especial - Papel Imune

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em Fortaleza - CE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 1º da Portaria DRF/FOR/CE nº 142, de 16 de julho de 2012 (DOU de 17/07/2012) c/c o inciso X do art. 203 e o inciso VII do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 125, de 04 de março de 2009, publicada no DOU de 06.03.2009 e de acordo com o disposto no art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, com as alterações da Instrução Normativa RFB nº 1.011, de 23 de fevereiro de 2010 e da IN RFB nº 1.048, de 29 de junho de 2010, DECLARA:

Art. 1º Fica concedido o seguinte Registro Especial, de acordo com o disposto no art. 1º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, para a atividade de DISTRIBUIDOR (DP), conforme inciso IV, § 1º, art. 1º, da IN RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009 (DOU de 08/12/09):

I - Registro Especial nº: DP-03101/59;

II - Beneficiário: ABC Distribuidora S.A.

III - CNPJ: 07.228.042/0007-19;

IV - Domicílio fiscal: Av. Deputado Paulino Rocha, 155, Cajazeiras, Fortaleza /CE. CEP:60.864311;

V - Processo administrativo: 10380.728380/2012-19

Art. 2º O contribuinte está obrigado ao cumprimento da legislação tributária, em vigor e alterações posteriores, envolvendo operações com o papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial das exigências estabelecidas na IN RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, com as alterações da IN nº 1.011, de 23 de fevereiro de 2010 e da IN nº 1.048, de 29 de junho de 2010.

Art. 3º O não cumprimento das obrigações tributárias de que tratam os arts. 2º, incisos I, II e III; 7º; 9º,§1º; 12, incisos I,II e parágrafo único e 13 da IN RFB nº 976/09, estabelecidos para a concessão do presente registro poderá, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, ocasionar: a) o cancelamento do registro; b) a aplicação das penalidades previstas no art. 57 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001; c) a aplicação do regime especial de fiscalização, previsto no art. 33 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, uma vez configurada hipótese de crime contra a ordem tributária previstas no art. 2º da Lei nº 8.137, de 1990.

Art. 4º Publique-se no Diário Oficial da União e cientifique-se a requerente.

HELDER SILVA NOBRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 56, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

Concede Registro Especial - Papel Imune

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em Fortaleza - CE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 1º da Portaria DRF/FOR/CE nº 142, de 16 de julho de 2012 (DOU de 17/07/2012) c/c o inciso X do art. 203 e o inciso VII do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 125, de 04 de março de 2009, publicada no DOU de 06.03.2009 e de acordo com o disposto no art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, com as alterações da Instrução Normativa RFB nº 1.011, de 23 de fevereiro de 2010 e da IN RFB nº 1.048, de 29 de junho de 2010, DECLARA:

Art. 1º Fica concedido o seguinte Registro Especial, de acordo com o disposto no art. 1º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, para a atividade de GRÁFICA - impressor de livros, jornais e periódicos, que recebe papel de terceiros ou adquire com imunidade tributária (GP), conforme inciso V, § 1º, art. 1º, da IN RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009 (DOU de 08/12/09):

I - Registro Especial nº: GP-03101/156;

II - Beneficiário: Francisco Vanilson da Silva Maia - ME

III - CNPJ: 07.153.886/0001-52;

IV - Domicílio fiscal: Rua Cel. Pompeu, 578, Centro, Aracati /CE. CEP:62.800-000;

V - Processo administrativo: 13302.720058/2012-62

Art. 2º O contribuinte está obrigado ao cumprimento da legislação tributária, em vigor e alterações posteriores, envolvendo operações com o papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial das exigências estabelecidas na IN RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, com as alterações da IN nº 1.011, de 23 de fevereiro de 2010 e da IN nº 1.048, de 29 de junho de 2010.

Art. 3º O não cumprimento das obrigações tributárias de que tratam os arts. 2º, incisos I, II e III; 7º; 9º,§1º; 12, incisos I,II e parágrafo único e 13 da IN RFB nº 976/09, estabelecidos para a concessão do presente registro poderá, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, ocasionar: a) o cancelamento do registro; b) a aplicação das penalidades previstas no art. 57 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001; c) a aplicação do regime especial de fiscalização, previsto no art. 33 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, uma vez configurada hipótese de crime contra a ordem tributária previstas no art. 2º da Lei nº 8.137, de 1990.

Art. 4º Publique-se no Diário Oficial da União e cientifique-se a requerente.

HELDER SILVA NOBRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 57, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Co-habilitação no Regime Especial (Reidi), instituído pelos artigos 1º ao 5º da Lei nº 11.488, de 2007. Suspensão do PIS/Pasep e da COFINS.

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA-CE, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, inciso I, da Portaria DRFB/FOR/CE nº 142, de 16 de Julho de 2012 e observado o disposto no art. 302, inciso VI do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17.5.2012, e tendo em vista o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-estrutura (Reidi) instituído pela Lei nº 11.488, de 15/06/2007, artigos 1º ao 5º, regulamentado pelo o Decreto nº 6.144, de 03/07/2007 e Instrução Normativa RFB nº 758, de 25/07/2007, inclusive suas alterações posteriores; e, considerando-se, ainda, que a pessoa jurídica habilitada, (CENTRAL GERADORA EÓLICA ICARAÍ II S/A, CNPJ Nº 11.477.001/0001-48), titular do projeto aprovado pela Portaria do Ministério de Minas e Energia (MME) nº 705, de 6 de agosto de 2010 (DOU de 9/8/2010, seção 1, página 69), Anexo I -EOL Icaraí II, Central Geradora Eólica, com prazo estimado para execução da obra de 249 (duzentos e quarenta e nove) dias, conforme consta do cronograma do referido projeto de fls. 51/52 e 194/195, do contrato, e seus aditivos, de fls. 119 a 218, do processo abaixo citado, foi habilitada pelo Ato Declaratório Executivo(ADE) nº 227, de 29 de dezembro de 2010 (DOU de 04/01/2011, seção 1, página 106), como também, o que consta do presente Processo Administrativo nº 10380.724.557/2012-16, resolve:

Art. 1º DECLARAR co-habilitada no Regime Especial (Reidi) a SUZLON ENERGIA EÓLICA DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 08.146.882/0001-00, para utilização da suspensão do PIS/Pasep e da COFINS naquilo em que se aplique o disposto no art. 2º do Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, no que diga respeito ao projeto acima citado, cujo objeto seja a execução de obra referente a este, aprovado pela Portaria do MME supracitada, a ser construída no Município de Amontada, no Estado do Ceará.

Art. 2º Nos casos de aquisição com suspensão do PIS/Pasep e da COFINS, a pessoa jurídica vendedora dos bens ou prestadora de serviços deve fazer constar na nota fiscal, a expressão cabível ao caso, nos termos em que determina o art. 11 do Decreto nº 6.144, de 2007.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER SILVA NOBRE

6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 205, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Concede o Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302, inciso VII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa IN RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, DOU de 08 de dezembro de 2009, alterada pela IN RFB nº 1.011 de 23 de fevereiro de 2010, DOU de 24 de fevereiro de 2010, e considerando o que consta do processo nº 15504.728047/2012-80, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Conceder à pessoa jurídica UNI DUNI EDITORA DE LIVROS LTDA., CNPJ: 08.226.569/0001-81, sita à Rua Antonio de Albuquerque, nº 247, salas 402 e 403, Funcionários, BH/MG, o Registro Especial nº UP-06101/00138 para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, de que trata a IN RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela IN RFB nº 1.011, de 23 de fevereiro de 2010.

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

REGINA CÉLIA BATISTA CORDEIRO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA
SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 34, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Exclui do direito à utilização de regime especial de crédito presumido da contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) de que tratam os arts. 63 e 64 da Instrução Normativa SRF nº247 de 21 de novembro de 2002, a pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA, Estado de Minas Gerais, por delegação de competência conferida através do art. 3º da Portaria DRF/JFA/MG nº 59, de 14/06/2012, publicada no Diário Oficial da União de 19/06/2012 e tendo em vista o disposto no art. 65 da Instrução Normativa SRF nº247 de 21 de novembro de 2002 com alterações introduzidas pela Instrução Normativa SRF nº 464 de 21 de outubro de 2004, declara:

Art. 1º Fica excluída do Regime Especial de Crédito Presumido da contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) de que tratam os arts. 63 e 64 da Instrução Normativa SRF nº247 de 21 de novembro de 2002 a pessoa jurídica, a seguir identificada, por não terem sido sanadas as irregularidades fiscais que motivaram o ADE/Sacat/DRF/JFA nº30 conforme disposto no § 7º do art. 65 da Instrução Normativa SRF nº247 de 21 de novembro de 2002:

Nome Empresarial: Quiral Química do Brasil S/A
CNPJ·: 38.661.559/0001-35

Art. 2º Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir do dia 13/09/2012, trigésimo primeiro dia da data de publicação do ADE/Sacat/DRF/JFA nº30 que promoveu a suspensão do regime especial de crédito presumido pessoa jurídica acima citada .

Art. 3º A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ADE, recurso, sem efeito suspensivo, em instância única, ao Superintendente Regional da Receita Federal do Brasil da 6ª Região Fiscal manifestação de inconformidade dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento, protocolada na unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil de sua jurisdição, nos termos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972 - Processo Administrativo Fiscal (PAF).

Art. 4º Se no prazo de 30(trinta) dias de publicação deste ADE as irregularidades que o motivaram não forem sanadas, ensejará a edição e publicação de ADE de Exclusão do Regime Especial de Crédito Presumido da contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), conforme § 10º do art. 65 da Instrução Normativa SRF nº247 de 21 de novembro de 2002 .

EDUARDO PENIDO PINTO MARQUES

7ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACAÉ
SEÇÃO DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 31, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684 de 30 de maio de 2003.

O AUDITOR-FISCAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL abaixo identificado, em exercício na SARAC/DRF/MACAÉ/RJ, no uso da competência delegada pela Portaria SRRF/7ª RF nº 14, de 05 de janeiro de 2012, publicada no DOU de 19 de janeiro de 2012, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art.12 da Lei nº 11.033 de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3 de 25 de agosto de 2004 e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4 de 20 de setembro de 2004, declara:

Artigo 1º Ficam excluídas do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º dfo art.1º da Lei nº 10.684 de 2003.

Artigo 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Artigo 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal de MACAÉ/RJ, de acordo com o § 1º do artigo 10 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 2007), no endereço: Rua Francisco Portela,nº 569- 2º andar - Centro-Macaé/RJ.

Artigo 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Artigo 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO DE ABREU RODRIGUES

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paex).

Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos I e II do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei 10.684 de 2003

31.026.255/0001-57	35.898.550/0001-54
31.507.247/0001-22	35.904.135/0001-66

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 39, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

Declara inapta a inscrição da entidade que menciona perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e a inidoneidade dos documentos fiscais por ela emitidos.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, declara:

Art. 1º Inapta à inscrição nº 01.717.086/0001-30 no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica da entidade VIVER SIS - SISTEMA INTEGRADO DE SAUDE LTDA - EPP, por sua não localização no endereço constante nos cadastros da Receita Federal do Brasil, tendo em vista o disposto nos artigos 81 e 82 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, bem como no inciso II do art. 37, inciso II e § 2º do art. 39, e sujeitando-se aos efeitos previstos nos arts. 42 a 44, todos da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011 e ainda o que consta do processo administrativo nº 15540.720286/2012-55.

Art. 2º Inidôneos, não produzindo efeitos tributários, em favor de terceiro interessado, os documentos por ela emitidos a partir da publicação do presente ato, em virtude do contido no inciso I do §3º do art. 43, da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

JULIO CESAR DO COUTO CANDIDO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO II

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 81, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Declara cancelada inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas(CPF).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO II, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IX do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no inciso I do art. 30 da Instrução Normativa RFB nº 1.042, de 10 de junho de 2010, declara:

Art. 1º Fica cancelada a inscrição no CPF no 114.754.327-55, em nome de CARLOS EDUARDO AZEVEDO GICOVATE, por ter sido atribuído mais de um número de inscrição para uma mesma pessoa física.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ AUGUSTO DO COUTO CHAGAS

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 64, DE 6 DE SETEMBRO DE 2012

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O INSPETOR CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso de sua competência prevista no artigo 7º da Instrução Normativa RFB nº 844, de 9 de maio de 2008, alterada pelas IN RFB nº 1.070, de 13 de setembro de 2010, IN RFB nº 1.089, de 30 de novembro de 2010, e IN RFB nº 1.284, de 23 de julho de 2012 tendo em vista o que consta dos processos relacionados no Anexo, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), com fulcro no art. 5º da IN RFB nº 844/2008, a empresa FUGRO BRASIL SERVIÇOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA., na execução dos contratos especificados no Anexo, até o termo final fixado nos mesmos, atuando por meio de seus estabelecimentos habilitados, conforme também consignado no Anexo, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação de que se trata poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de situações previstas no art. 34 da IN RFB nº 844/2008.

Art. 3º Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 5º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo SRRF07 nº 075, de 30 de março de 2012, publicado no DOU em 02 de abril de 2012.

JORGE HENRIQUE BARBOSA SOUZA

ANEXO

Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
Processo nº 10768.006816/2004-61				
03.595.293/0001-95	Petróleo Brasileiro S.A.	Campos em Produção: Albacora, Albacora Leste, Anequim, Badejo, Bagre, Barracuda, Bicudo, Bonito, Carapeba, Caratinga, Cherne, Congro, Coral, Corvina, Enchova, Enchova Oeste, Espadarte, Estrela do Mar, Garoupa, Garoupinha, Linguado, Malhado, Marimbá , Marlim, Marlim Leste, Marlim Sul, Moréia, Namorado, Nordeste de Namorado, Pampo, Parati, Pargo, Piraúna, Roncador, Trilha, Vermelho, Viola e Voador.		
			2050.0041151.08-2 ROV	05/04/2013
			2050.0044560.08-2 ROV	10/08/2013
			2050.0044561.08-2 ROV	
			2050.0047207.08-2 ROV	12/05/2013
			2050.0047209.08-2 ROV	29/11/2012
Processo nº 10768.000334/2011-26				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
03.595.293/0001-95	Petróleo Brasileiro S.A	Todas as áreas em que a PETROBRÁS for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97	2050.00663462.10.2 afretamento 2050.00663463.10.2 prestação de serviços embarcação Greatship Rohini	29/04/2016

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo nº 10768.000648/2011-29 Processo nº 10768.001844/2011-11 - Retificação Processo 10768.001439/2012-83				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
03.595.293/0001-95	Petróleo Brasileiro S.A	Todas as áreas em que a PETROBRÁS for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97	2050.0057214.10.2 afretamento 2050.0057215.10.2 prestação de serviços Embarcação Kelly Ann Candies	29/06/2015

Processo nº 10768.000858/2011-17				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
03.595.293/0001-95	Petróleo Brasileiro S.A	Todas as áreas em que a PETROBRÁS for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97	2050.0063457.10.2 afretamento 2050. 0063459.10.2 prestação de serviços embarcação Greatship Rashi	06/01/2016

Processo nº 10768.003459/2011-16				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
03.595.293/0001-95	Petróleo Brasileiro S.A	Todas as áreas em que a PETROBRÁS for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97	0801.0065374.11.2 prestação de serviços 0801.0065422.11.2 afretamento Concessão do regime condicionada ao atendimento do § 10 do art. 17 da IN RFB nº 844/2008, incluído pela IN RFB nº 1.089/2010.	24/04/2014

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 65, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O INSPETOR CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso de sua competência prevista no artigo 8º da Instrução Normativa (IN) RFB nº 844, de 9 de maio de 2008, alterada pelas IN RFB nº 1.070, de 13 de setembro de 2010, IN RFB nº 1.089 de 30 de novembro de 2010 e IN RFB nº 1.284 de 23 de julho de 2012, e tendo em vista o que consta dos processos relacionados no Anexo, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), com fulcro no art. 5º da IN RFB nº 844/2008, a empresa GLOBAL SERVIÇOS GEOFÍSICOS LTDA, na execução dos contratos especificados no Anexo, até o termo final fixado nos mesmos, atuando por meio de seus estabelecimentos habilitados, conforme também consignado no Anexo, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus artigos 1º a 3º.

Art. 2º Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação de que se trata poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de situações previstas no art. 34 da IN RFB nº 844/2008.

Art. 3º Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e revoga o Ato Declaratório Executivo SRRF07 nº 032, de 31 de janeiro de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 01 de fevereiro de 2012.

JORGE HENRIQUE BARBOSA SOUZA

ANEXO

PROCESSO 10768.007248/2010-63 e PROCESSO 10768.002648/2011-63 (*)				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
	PETRA ENERGIA S.A.	Contrato de Concessão na Bacia do São Francisco: BT-SF-3, e 3-A BT-SF-7, BT-SF-8 e BT-SF-09		(*)
11.831.795/0001-04			GLOBAL001/2010/PETRA (levantamento de dados sismicos)	09/11/2012
11.831.795/0002-87				
11.831.795/0003-68				

Processo 10768.003250/2011-44				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
	CONSÓRCIO DE EXPLORAÇÃO (liderado por IMETAME ENERGIA S/A).	Contrato de Concessão n.48610.001559/2009-41 Bloco SF-T-114		
11.831.795/0001-04			Contrato sem número (levantamento de dados sismicos)	28/09/2012
11.831.795/0002-87				
11.831.795/0003-68				

Processo 10768.003249/2011-10				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
	ORTENG EQUIPAMENTOS E SISTEMAS LTDA	Contrato de Concessão n.48610.001561/2009-11 Bloco SF-T-127		
11.831.795/0001-04			Contrato sem número (levantamento de dados sismicos)	28/09/2012
11.831.795/0002-87				
11.831.795/0003-68				

Processo 10768.003251/2011-99				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
	IMETAME ENERGIA S/A	Contrato de Concessão n.48610.001560/2009-76 Bloco SF-T-120		
11.831.795/0001-04			Contrato sem número (levantamento de dados sísmicos)	28/09/2012
11.831.795/0002-87				
11.831.795/0003-68				

Processo 10768.003252/2011-33				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
	CONSÓRCIO DE EMPLORAÇÃO (liderado por IMETAME ENERGIA S/A)	Contrato de Concessão n.48610.001558/2009-05 Bloco SF-T-104		
11.831.795/0001-04			Contrato sem número (levantamento de dados sismicos)	28/09/2012
11.831.795/0002-87				
11.831.795/0003-68				

Processo 10074.721215/2012-08				
Nº NO CNPJ	ÓRGÃO AUTORIZADOR	ÁREA DE AUTORIZAÇÃO (ANP)	Nº DA AUTORIZAÇÃO	TERMO FINAL
	AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP.	Área da Bacia do Parnaíba delimitada pelos vértices do polígono que compreende as coordenadas geográficas fixadas na Autorização nº 334, de 13/07/2012 concedida pela ANP.		
11.831.795/0001-04				15/07/2014
11.831.795/0005-20			Autorização nº 334, de 13 de julho de 2012, concedida pela ANP, para aquisição e processamento de dados sísmicos.	

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 66, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

Declara a inaptidão de empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e inidoneidade de documentos fiscais por ela emitidos.

O INSPETOR CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo 314, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e alterações, e tendo em vista o disposto nos artigos 81, parágrafo 1º, da Lei 9.430/96, com a redação dada pela Lei nº 11.941/09, e no artigo 40, § 2o da IN RFB nº 1.183/2011, declara:

Art. 1º - Considerando que a pessoa jurídica abaixo identificada não comprovou a origem, a disponibilidade e a efetiva transferência de recursos empregados em operações de comércio exterior, nos termos do artigo 37, inciso III da IN RFB nº 1.183/2011, DECLARA INAPTA a sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados os documentos por ela emitidos a partir de 16/02/2009.

EMPRESA: NEW VISION COMÉRCIO IMPORTAÇÃO DE BRINQUEDOS E PRODUTOS FOTOGRÁFICOS LTDA.

CNPJ: 09.120.543/0001-17

PROCESSO: 11762.720072/2012-13

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo terá validade a partir de sua publicação no DOU

JORGE HENRIQUE BARBOSA SOUZA

8ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 92, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Horário de atendimento CAC DRF Bauru

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 300, 301 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicado no DOU de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 3º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995 e no artigo 3º da Portaria RFB nº 10.926, de 29 de agosto de 2012, resolve:

Art. 1º Determinar que o atendimento ao público realizado pelo CAC - Centro de Atendimento ao Contribuinte situado na DRF Bauru - SP seja realizado no período das 07:00 às 19:00 horas, ininterruptamente.

Art. 2º Estabelecer que os servidores do referido CAC cumpram jornada de trabalho de 6 (seis) horas diárias e carga horária de 30 (trinta) horas semanais, em regime de turno, compreendida no período a que se refere o artigo 1º, dispensando-se o intervalo para refeições.

Art. 3º O disposto no artigo 2° não se aplica ao Chefe do referido CAC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor em 01 de outubro de 2012.

MARCELO BARRETO DE ARAÚJO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LIMEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

Autoriza o fornecimento de selos de controle a serem aplicados, pelo fabricante, no exterior, nas bebidas importadas, do código 2208.30 da TIPI, nos termos do artigo 57 da Instrução Normativa SRF nº 504, de 3 de fevereiro de 2005.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LIMEIRA -SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria nº 203, de 14 de maio de 2012 (DOU de 17/05/2012), do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, e tendo em vista o inciso I do artigo 57 da Instrução Normativa SRF nº 504, de 3 de fevereiro de 2005, e o que consta do processo administrativo nº 10865.722196/2012-12, resolve:

Art. 1º Autorizar o fornecimento de 1.350 (um mil, trezentos e cinqüenta) selos de controle do tipo Uísque, cor amarela, para selagem pelo fabricante no exterior, à empresa DOGMA FREE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE BEBIDAS LTDA, CNPJ nº 06.977.941/0001-66, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas, sob nº 08112/89, para serem aplicados nas unidades dos produtos relacionados no anexo único deste ADE.

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JÚLIO CESAR NAVAS

ANEXO ÚNICO

QUANTIDADE AUTORIZADA	PAÍS DE ORIGEM	CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO			SELOS DE CONTROLE	
		DESCRIÇÃO / MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	POSIÇÃO TIPI	TIPO	COR
204	ESCÓCIA - REINO UNIDO	GARRAFAS (BOTTLES) 10 YEAR OLD GLENFARCLAS HIGHLAND SINGLE MALT SCOTCH WHISKY 40% VOL.	700 ML	2208.30	UÍSQUE	AMARELO
204	ESCÓCIA - REINO UNIDO	GARRAFAS (BOTTLES) 12 YEAR OLD GLENFARCLAS HIGHLAND SINGLE MALT SCOTCH WHISKY 43% VOL.	700 ML	2208.30	UÍSQUE	AMARELO
102	ESCÓCIA - REINO UNIDO	GARRAFAS (BOTTLES) 15 YEAR OLD GLENFARCLAS HIGHLAND SINGLE MALT SCOTCH WHISKY 46% VOL.	700 ML	2208.30	UÍSQUE	AMARELO
600	ESCÓCIA - REINO UNIDO	GARRAFAS (BOTTLES) HERITAGE GLENFARCLAS HIGHLAND SINGLE MALT SCOTCH WHISKY 40% VOL.	700 ML	2208.30	UÍSQUE	AMARELO
60	ESCÓCIA - REINO UNIDO	GARRAFAS DE BENROMACH SPEYSIDE SINGLE MALT SCOTH WHISKY 10 YEAR 43% VOL.	700 ML	2208.30	UÍSQUE	AMARELO
120	ESCÓCIA - REINO UNIDO	GARRAFAS DE BENROMACH ORGANIC SPEYSIDE SINGLE MALT SCOTH WHISKY 10 YEAR 43% VOL.	700 ML	2208.30	UÍSQUE	AMARELO
60	ESCÓCIA - REINO UNIDO	GARRAFAS DE GLENGLASSAUGH REVIVAL SCOTCH SINGLE MALT WHISKY, 46% VOL.	700 ML	2208.30	UÍSQUE	AMARELO
TOTAL 1.350 UN	-	-	-	-	-	-

SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 10 DE SETEMBRO DE 2012

Exclui pessoa jurídica do Parcelamento Excepcional (Paex), de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LIMEIRA, no uso de suas atribuições, em especial a prevista no inciso XXI do art. 2º da Portaria DRF/Limeira nº 85, de 18 de junho de 2007, e tendo em vista o disposto nos art. 1º e 7º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, nos artigos 6º a 13 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 03 de janeiro de 2007, declara:

Art. 1º Fica excluída do Parcelamento Excepcional (Paex) de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, de acordo com seu art. 7º, a pessoa jurídica CASA DOS PARAFUSOS LIMA LTDA -ME, CNPJ nº 72.982.200/0001-06, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de dois meses consecutivos ou alternados sem recolhimento das parcelas do Paex ou com recolhimento parcial.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paex.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de ciência deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Limeira, na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Limeira, à Rua Pedro Zaccaria, 444, bairro Jardim Nova Itália, Limeira, São Paulo, CEP 13484-350, de acordo com o § 1º do artigo 10 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 03 de janeiro de 2007.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no artigo 3º, a exclusão do Paex será definitiva.

Art. 5o Este ADE entra em vigor na data de sua ciência/publicação.

JOSUÉ LOPES BARREIRA JUNIOR

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIBEIRÃO PRETO

PORTARIA Nº 58, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Retifica a Portaria nº 18, de 15 de fevereiro de 2012.

A DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIBEIRÃO PRETO/SP, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º RETIFICAR a Portaria nº 18, de 15 de fevereiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União, edição nº 34, de 16 de fevereiro de 2012, Seção 1, página 15, nos seguintes termos:

I - Onde se lê "44.567.41/0001-94", leia-se "44.567.410/0001-94";

II - Onde se lê "19651.720028/2011-91", leia-se "19651.720026/2012-83".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO TORRES
Delegado
Substituto

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 50, DE 6 DE SETEMBRO DE 2012

EDUARDO TORRES SIMÃO, Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, matrícula SIAPECAD N 1495288, no exercício da competência delegada pela Portaria N 86, de 21 de fevereiro de 2011, publicada no DOU de 23 de fevereiro de 2011 e no uso das atribuições pelo art. 295 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF N° 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, e à vista o que consta no processo 10880.075392/92-57, decide:

1. Anular, o registro de Despachante Aduaneiro, de.N° 8D.01.598, de EDSON SANTOS DA PAIXÃO, CPF 077.336.618-03,

2. Em virtude da existência de princípios definitórios de superiores interesses públicos éticos, como são os da segurança jurídica, da confiança dos administrados e da paz social, ficam ressalvados, do alcance da nulidade, os efeitos que hajam beneficiados terceiros de boa-fé, em razão da presunção da validade, bem como os efeitos que alcancem situações estabilizadas que, se alteradas, causariam proporcionalmente mais lesão que preservação dos segmentos do interesse público postos à guarda da Administração Pública.

3. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO TORRES SIMÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 51, DE 6 DE SETEMBRO DE 2012

EDUARDO TORRES SIMÃO, Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, matrícula SIAPECAD N 1495288, no exercício da competência delegada pela Portaria N 86, de 21 de fevereiro de 2011, publicada no DOU de 23 de fevereiro de 2011 e no uso das atribuições pelo art. 295 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF N° 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, e à vista o que consta no processo 10880.058062/92-14, decide:

1. Anular, o registro de Despachante Aduaneiro, de N° 8D.01.413, de FRANCISCO CORREA, CPF 682.774.238-53;

2. Em virtude da existência dos princípios definitórios de superiores interesses públicos éticos, como são os da segurança jurídica, da confiança dos administrados e da paz social, ficam ressalvados, do alcance da nulidade, os efeitos que hajam beneficiados terceiros de boa-fé, em razão da presunção da validade, bem como os efeitos que alcancem situações estabilizadas que, se alteradas, causariam proporcionalmente mais lesão que preservação dos segmentos do interesse público postos à guarda da Administração Pública;

3. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO TORRES SIMÃO

9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BLUMENAU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 38, DE 6 DE SETEMBRO DE 2012

Concede habilitação, à pessoa jurídica que menciona, ao Regime de Suspensão de PIS/COFINS nas aquisições de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, de que tratam o artigo 40 da Lei 10.865, de 30 de abril de 2004, com redação dada pela Lei 10.925, de 23 de julho de 2004 e alterado pela MP 563/2012, bem como a Instrução Normativa SRF 595/2005, alterada pela Instrução Normativa RFB 780/2007.

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BLUMENAU/SC, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302 e 303 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 6º da Instrução Normativa SRF 595/2005, alterada pela Instrução Normativa RFB 780/2007, e o constante do processo administrativo 13971.721245/2012-81, declara:

Artigo 1º. Fica concedida a habilitação ao Regime de Suspensão da Contribuição ao PIS/COFINS incidentes sobre as receitas de vendas de matérias-primas (MP), produtos intermediários (PI) e materiais de embalagem (ME), adquiridos por pessoa jurídica preponderantemente exportadora, de que tratam o artigo 40 da Lei 10.865/2004, com redação dada pela Lei 10.925/2004 e alterado pela Medida Provisória 563/2012, bem como a IN SRF 595/2005, alterada pela IN RFB 780/2007, para a pessoa jurídica a seguir identificada:

BUNGE ALIMENTOS S.A., CNPJ 84.046.101/0001-93.

Artigo 2º Constatando-se, em procedimento fiscal, que a contribuinte não preenchia, à época da expedição deste Ato Declaratório Executivo - ADE, ou deixou de preencher posteriormente as condições previstas para a habilitação ao Regime, será efetuado o cancelamento de ofício da mesma, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Artigo 3º Este Ato Declaratório Executivo - ADE entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ CARLOS DA VEIGA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 39, DE 10 DE SETEMBRO DE 2012

Declara a BAIXA DE OFÍCIO da inscrição de pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Blumenau-SC, usando da competência que lhe confere o artigo 302, combinado com o artigo 303 do Regimento interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria nº 203, de 14 de maio de 2012, nos termos da Lei nº 9.784, 29 de janeiro de 1999 que regula processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal e nos termos do artigo 80 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e dos artigos 27 e 29 da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2012, resolve:

Artigo 1º. Declarar a BAIXA DE OFÍCIO da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da entidade SPIEN TEX TECELAGEM LTDA, CNPJ 02.654.050/0001-18, por inexistência de fato, conforme representação formalizada no processo administrativo nº 13971.721721/2012-72.

MARIO SUEKI SONOMURA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 40, DE 10 DE SETEMBRO DE 2012

Declara a BAIXA DE OFÍCIO da inscrição de pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Blumenau-SC, usando da competência que lhe confere o artigo 302, combinado com o artigo 303 do Regimento interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria nº 203, de 14 de maio de 2012, nos termos da Lei nº 9.784, 29 de janeiro de 1999 que regula processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal e nos termos do artigo 80 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e dos artigos 27 e 29 da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2012, resolve:

Artigo 1º. Declarar a BAIXA DE OFÍCIO da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da entidade IRIE INDÚSTRIA DE CALÇADOS LTDA, CNPJ 06.913.731/0001-04, por inexistência de fato, conforme representação formalizada no processo administrativo nº 13971.721559/2012-83.

MARIO SUEKI SONOMURA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 41, DE 10 DE SETEMBRO DE 2012

Declara a BAIXA DE OFÍCIO da inscrição de pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Blumenau-SC, usando da competência que lhe confere o artigo 302, combinado com o artigo 303 do Regimento interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria nº 203, de 14 de maio de 2012, nos termos da Lei nº 9.784, 29 de janeiro de 1999 que regula processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal e nos termos do artigo 80 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e dos artigos 27 e 29 da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2012, resolve:

Artigo 1º. Declarar a BAIXA DE OFÍCIO da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da entidade SOGGY CONFECÇÕES LTDA, CNPJ 02.654.506/0001-40, por inexistência de fato, conforme representação formalizada no processo administrativo nº 13971.721713/2012-17.

MARIO SUEKI SONOMURA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 41, DE 10 DE SETEMBRO DE 2012

Declara a baixa da inscrição no CNPJ da pessoa jurídica abaixo relacionada.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Joaçaba - Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, com base na Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e alterações posteriores e artigo 31 da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, declara:

Art. 1º Baixada a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da pessoa jurídica abaixo relacionada, na forma do artigo 27, IV, da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 2011, face aos elementos de prova juntados ao processo administrativo n.º 13986.000031/2010-46;

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Pessoa Jurídica	CNPJ N.º
I.T. & C. INFORMATICA E SISTEMAS LTDA - ME	01.014.289/0001-60

OTTO MARESCH

10ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 198, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Cancela Registro Especial Provisório.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE CAXIAS DO SUL (RS), no uso da atribuição que lhe confere o art. 302 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, considerando o disposto no artigo 4º, § 3ºda Instrução Normativa SRF n° 1.026, de 16 de abril de 2010, combinado com o art 8º da Instrução Normativa SRF nº 504, de 3 de fevereiro de 2005 e o despacho exarado no processo n° 11020.003348/2010-17, declara:

Artigo único. Está cancelado o Registro Especial Provisório de Engarrafador pertencente ao estabelecimento da empresa Colonial Indústria de Bebidas Ltda, inscrito no CNPJ sob o nº 10.410.509/0001-66, situado no Travessão Hermínia, s/n, Sexta Légua, São Virgílho, no município de Caxias do Sul - RS.

LUIZ WESCHENFELDER

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 113, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

Declara baixada de ofício, por inexistência de fato, a inscrição no CNPJ.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE - RS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14/05/2012, publicada no DOU de 17/05/2012 e tendo em vista o disposto no § 2º do Art. 29 da IN RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011,

Declara baixada de ofício a inscrição no CNPJ por inexistência de fato, de acordo com o disposto na alínea 'a' do inciso II do Art. 27 da IN RFB nº 1.183/2011, de:

EQUALIZER BRASIL FERRAMENTAS ESPECIAIS LTDA - CNPJ 08.285.778/0001-04

LEOMAR WAYERBACHER

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTA MARIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 30, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Excepcional (Paex), de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

O AUDITOR-FISCAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL abaixo identificado, em exercício na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santa Maria/RS, no uso da competência delegada pela Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 3 de janeiro de 2007, publicada no DOU de 05 de janeiro de 2007, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, nos arts. 6º a 13 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 3 de janeiro de 2007, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Excepcional (Paex) de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 2006, de acordo com seu art. 7º, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de dois meses consecutivos ou alternados sem recolhimento das parcelas do Paex ou com recolhimento parcial.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paex.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Santa Maria/RS, no endereço: Rua Riachuelo, nº 80 - Bairro Centro, Santa Maria/RS.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paex será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL FELKL BARCHET

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paex).

Duas parcelas consecutivas ou alternadas sem recolhimento ou com recolhimento parcial.

CNPJ da pessoa jurídica excluída
96.589.569/0001-03

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ÂNGELO SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

Exclui pessoa jurídica do Parcelamento Excepcional (Paex), de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO - SACAT DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ÂNGELO - RS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, nos arts. 6º a 13 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 3 de janeiro de 2007, declara:

Art. 1º Fica excluída do Parcelamento Excepcional (Paex) de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 2006, de acordo com seu art. 7º, a pessoa jurídica AGROPECUÁRIA GUARANI LTDA, CNPJ nº 90.314.154/0001-40, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de dois meses consecutivos ou alternados sem recolhimento das parcelas do Paex ou com recolhimento parcial.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paex.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Santo Ângelo - RS, no endereço: Avenida Brasil, nº 1400, Santo Ângelo - RS, CEP 98.801-590.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paex será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍS CÉSAR NARDON DA VEIGA

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

RETIFICAÇÕES

Nas Soluções de Consulta nºs 114, 119, 120, 122, 124, 128 e 129, publicadas no DOU de 13/09/2012, Seção 1, páginas 125 a 127, onde se lê: "Auditora-Fiscal", leia-se: "Auditor-Fiscal".

Na Solução de Consulta nº 118, publicada no DOU de 13/09/2012, Seção 1, página 125, onde se lê: "LOURDES TERESINHA ROSSONI LUVISON - Auditora-Fiscal", leia-se: "RICARDO DIEFENTHAELER - Auditor-Fiscal".

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 540, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e em conformidade com o disposto no Decreto nº 578, de 24 de junho de 1992, na Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001, na Portaria nº 652 MEFP/MARA, de 1º de outubro de 1992, e na Instrução Normativa Conjunta INCRA/STN nº 01, de 07 de julho de 1995, resolve:

Art. 1º Autorizar o cancelamento dos TDAs abaixo relacionados, em cumprimento a decisões judiciais, determinações judiciais e despachos autorizativos, conforme os Ofícios INCRA nºs 382/2012/DA, de 31/07/2012, 393/2012/DA, de 06/08/2012, 394/2012/DA, 396/2012/DA a 399/2012/DA, de 07/08/2012, e 406/2012/DA e 407/2012/DA, de 09/08/2012:

Data de Lançamento	Valor Nominal de Lançamento	Prazo de Vencimento	Taxa de Juros	Qtde	Financeiro Total (R$)
1º/04/1996	55,92	05 anos	6% a.a.	575	32.154,00
1º/10/1996	58,01	05 anos	6% a.a.	327	18.969,27
1º/12/1997	64,34	15 anos	6% a.a.	1.000	64.340,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1º/12/2000	75,57	15 anos	3% a.a.	961	72.622,77
1º/03/2003	80,12	15 anos	3% a.a.	302	24.196,24
1º/08/2003	81,89	15 anos	3% a.a.	1.719	140.768,91
1º/04/2005	84,93	15 anos	3% a.a.	8.649	734.559,57
1º/11/2006	88,41	15 anos	3% a.a.	12	1.060,92
1º/06/2009	91,60	05 anos	6% a.a.	2.014	184.482,40
Total				**15.559**	**1.273.154,08**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

PORTARIA Nº 538, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na Portaria STN nº 538, de 03 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Tornar públicas as condições específicas a serem observadas na oferta pública de Letras do Tesouro Nacional, LTN, cujas características estão definidas no Decreto nº 3.859, de 04 de julho de 2001:

I - data do acolhimento das propostas e do leilão: 13.09.2012;

II - horário para acolhimento das propostas: de 11h às 11h30;

III - divulgação do resultado do leilão: na data do leilão, a partir das 12h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da emissão: 14.09.2012;

V - data da liquidação financeira: 14.09.2012;

VI - critério de seleção das propostas: melhor preço para o Tesouro Nacional;

VII - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o módulo Oferta Pública Formal Eletrônica (OFPUB), nos termos do regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC);

VIII - quantidade máxima de propostas por instituição: 7 para instituições dealers (credenciadas) e 3 para instituições não dealers;

IX - características da emissão:

Título	Cod. Selic	Venc.	Prazo (dias)	Qtde	VN (R$)	Adquirente
LTN	100000	01.10.2013	382	300.000	1.000,000000	Público
LTN	100000	01.07.2014	655	2.500.000	1.000,000000	Público
LTN	100000	01.01.2016	1.204	3.500.000	1.000,000000	Público

Art. 2º Na formulação das propostas deverá ser utilizado preço unitário com seis casas decimais, devendo o montante de cada proposta contemplar quantidades múltiplas de cinqüenta títulos.

Art. 3º As instituições credenciadas a operar com o DEMAB/BCB e com a CODIP/STN, nos termos da Decisão Conjunta nº 18, de 10 de fevereiro de 2010, poderão realizar operação especial, definida pelo art. 1º, inciso I, do Ato Normativo Conjunto nº 27, de 8 de fevereiro de 2012, que consistirá na aquisição de LTN com as características apresentadas abaixo, pelo preço médio de venda apurado na oferta pública de que trata o art. 1º desta Portaria:

I - data da operação especial: 13.09.2012;

II - horário para acolhimento das propostas: de 12h30 às 17h;

III - divulgação da quantidade total vendida: na data do leilão, a partir das 17h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da liquidação financeira: 14.09.2012;

V - características da emissão:

Título	Cod. Selic	Venc.	Prazo (dias)	Qtde	VN (R$)
LTN	100000	01.10.2013	382	60.000	1.000,000000
LTN	100000	01.07.2014	655	500.000	1.000,000000
LTN	100000	01.01.2016	1.204	700.000	1.000,000000

Parágrafo único. Somente será realizada a operação especial se pelo menos 50% do volume ofertado ao público for vendido.

Art. 4º A alocação da quantidade ofertada, conforme o disposto no art. 8º do mencionado Ato Normativo, obedecerá a seguinte proporção:

I - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso I do art. 2º (grupo 1) do referido Ato Normativo e;

II - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso II do art. 2º (grupo 2) do referido Ato Normativo.

Parágrafo único. Dos títulos destinados a cada grupo, a quantidade máxima que poderá ser adquirida por cada instituição observará os critérios estabelecidos no art. 8º, § 1º, do mencionado Ato Normativo, e será informada à instituição por meio do módulo OFDEALERS do SELIC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

PORTARIA Nº 539, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na Portaria STN nº 538, de 03 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Tornar públicas as condições específicas a serem observadas na oferta pública de Letras Financeiras do Tesouro, LFT, cujas características estão definidas no Decreto nº 3.859, de 04 de julho de 2001:

I - data do acolhimento das propostas e do leilão: 13.09.2012;

II - horário para acolhimento das propostas: de 11h às 11h30;

III - divulgação do resultado do leilão: na data do leilão, a partir das 12h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da emissão: 14.09.2012;

V - data da liquidação financeira: 14.09.2012;

VI - data-base das LFT: 01.07.2000;

VII - critério de seleção das propostas: melhor preço para o Tesouro Nacional;

VIII - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o módulo Oferta Pública Formal Eletrônica (OFPUB), nos termos do regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC);

IX - quantidade máxima de propostas por instituição: 7 para instituições dealers (credenciadas) e 3 para instituições não dealers;

X - características da emissão:

Título	Código Selic	Data do vencimento	Prazo (dias)	Quantidade	VN na data-base (em R$)	Adquirente
LFT	210100	01.03.2018	1.994	150.000	1.000,000000	Público

Art. 2º Na formulação das propostas deverá ser utilizada cotação com quatro casas decimais, devendo o montante de cada proposta contemplar quantidades múltiplas de cinqüenta títulos.

Art. 3º As instituições credenciadas a operar com o DEMAB/BCB e com a CODIP/STN, nos termos da Decisão Conjunta nº 18, de 10 de fevereiro de 2010, poderão realizar operação especial, definida pelo art. 1º, inciso I, do Ato Normativo Conjunto nº 27, de 8 de fevereiro de 2012, que consistirá na aquisição de LFT com as características apresentadas abaixo, pela cotação média de venda apuradas na oferta pública de que trata o art. 1º desta Portaria:

I - data da operação especial: 13.09.2012;

II - horário para acolhimento das propostas: de 12h30 às 17h;

III - divulgação da quantidade total vendida: na data do leilão, a partir das 17h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da liquidação financeira: 14.09.2012;

V - características da emissão:

Título	Código Selic	Data do vencimento	Prazo (dias)	VN na data-base (em R$)
LFT	210100	01.03.2018	1.994	1.000,000000

Parágrafo único. Somente será realizada a operação especial se pelo menos 50% do volume ofertado ao público for vendido.

Art. 4º A quantidade de títulos a ser ofertada na operação especial a que se refere o art. 3º, corresponderá a 5% (cinco por cento) da quantidade vendida ao público na oferta pública de que trata o art. 1º e obedecerá à mesma distribuição percentual verificada entre os títulos vendidos.

§ 1º.A alocação da quantidade ofertada, conforme o disposto no art. 8º do mencionado Ato Normativo, obedecerá a seguinte proporção:

I - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso I do art. 2º (grupo 1) do referido Ato Normativo e;

II - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso II do art. 2º (grupo 2) do referido Ato Normativo.

§ 2º. Dos títulos destinados a cada grupo, a quantidade máxima que poderá ser adquirida por cada instituição observará os critérios estabelecidos no art. 8º, § 1º, do mencionado Ato Normativo, e será informada à instituição por meio do módulo OFDEALERS do SELIC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 528, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Estabelece o procedimento de aprovação dos projetos de investimento considerados como prioritários em logística e transporte, mobilidade urbana, energia, telecomunicações, radiodifusão, saneamento básico e irrigação no âmbito do Ministério da Integração Nacional, para efeito do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, Interino, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, e no Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CAPÍTULO I

DO REQUERIMENTO E ANÁLISE DE PROJETOS

rt. 1º As pessoas jurídicas de direito privado, estabelecidas sob a forma de Sociedade de Propósito Específico - SPE, que possuam projetos de investimento ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação nas áreas de logística e transporte, mobilidade urbana, energia, telecomunicações, radiodifusão, saneamento básico e irrigação, devem requerer a aprovação do Ministério da Integração para implementação de projetos considerados como prioritários para fins de obtenção do benefício previsto no § 2° do art. 4° do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011.

Parágrafo único. São passíveis de enquadramento no caput os projetos de investimento nas áreas de infraestrutura ou produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação aprovados pelo Ministério da Integração Nacional, que visem a implantação, ampliação, manutenção, recuperação, adequação ou modernização, entre outros, dos setores de logística e transporte, mobilidade urbana, energia, telecomunicações, radiodifusão, saneamento básico e irrigação.

Art. 2º A SPE, constituída para esse fim, pode assumir a forma de companhia aberta, com valores mobiliários admitidos a negociação no mercado, por meio do lançamento da emissão de debêntures, nos termos da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Art. 3º A submissão do projeto será realizada mediante envio por meio de endereço eletrônico institucional de formulário próprio, disponibilizado no sítio eletrônico do Ministério da Integração Nacional, acompanhado dos seguintes documentos em formato eletrônico:

I - inscrição, no registro do comércio, do ato constitutivo da SPE;

II - indicação do número da inscrição da SPE no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

III - relação das pessoas jurídicas que integram a SPE, com indicação de seus respectivos números de inscrição no CNPJ e dos documentos que atestem o mandato de seus administradores;

IV - Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou de Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa relativas a tributos federais e à Dívida Ativa da União;

V - certificado de Regularidade do FGTS - CRF, referente à pessoa jurídica objeto do incentivo;

VI - cópia autenticada do Alvará de Funcionamento e Licença Ambiental, no que couber;

VII - certidão do IBGE, atualizada, do Estado da unidade produtiva objeto do incentivo, comprovando que a empresa está em dia com as informações estatísticas constantes da Lei nº 5.534, de 14 de novembro de 1968, no que couber;

VIII - certificado de regularidade emitido pelo Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal - CADIN;

IX - declaração emitida por Federação ou Agência que comprove que o empreendimento objeto do incentivo se encontra em funcionamento e que se dedica às atividades para as quais solicita o benefício fiscal, citando os produtos/serviços produzidos, no que couber;

X - declaração emitida pela SPE de que seus titulares não tenham transferido, em desacordo com as normas vigentes, o controle acionário de empresa titular de projeto em implantação, modernização, ampliação ou diversificação que seja beneficiado com recursos dos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste, ou dos Fundos de Investimentos Regionais;

XI - declaração emitida pela SPE que certifique que os titulares daquela sociedade não estejam em débito, ainda que em caráter não financeiro, com o Fundo de Investimento da Amazônia - FINAM, o Fundo de Investimento do Nordeste - FINOR, o Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo - FUNRES, as Superintendências de Desenvolvimento Regional (SUDAM, SUDENE e SUDECO) ou com os agentes operadores dos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia ou do Nordeste, sob pena de cancelamento da concessão de prioridade e restituição dos benefícios recebidos à Receita Federal do Brasil, sem prejuízo de acréscimos de multas e juros, calculados em conformidade com a legislação;

XII- outros documentos ou certidões que comprovem regularidade fiscal relativa a créditos tributários e não tributários específicos da atividade.

Parágrafo único. A solicitação deverá ser individual para cada projeto de investimento, a ser financiado no todo ou em parte com a emissão de debêntures, nos termos da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Art. 4º Os pleitos deverão ser enviados à Secretaria Executiva deste Ministério e serão distribuídos nos seguintes termos:

I - em se tratando de projetos nas Regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, às Superintendências de Desenvolvimento Regional;

II - em se tratando de projetos nas Regiões Sul e Sudeste excluindo-se a área de atuação da SUDENE:

a) Para os projetos enquadrados no setor de saneamento básico, a Secretaria de Infraestrutura Hídrica - SIH;

b) Para os projetos enquadrados nos setores de irrigação, a Secretaria Nacional de Irrigação - SENIR.

§ 1º. Os projetos que não se enquadrem nos setores de irrigação ou saneamento básico e não sejam desenvolvidos no âmbito das Superintendências de Desenvolvimento Regional serão devolvidos aos titulares daqueles pleitos para submissão ao Ministério setorial responsável.

§ 2º. Constatada a não conformidade da documentação apresentada, a requerente deverá ser notificada a regularizar as pendências, no prazo de dez dias, contados a partir do recebimento da notificação, sob pena de arquivamento, a ser determinado pela Secretaria Executiva.

§ 3º. O prazo a que se refere o §2º poderá ser prorrogado, a critério da Secretaria Executiva do Ministério, a pedido do interessado.

§ 4º. Os órgãos responsáveis a que se referem os incisos I e II deverão analisar, mediante parecer, a pertinência dos projetos no âmbito do Desenvolvimento Regional e aos parâmetros estabelecidos no art. 1º, desta Portaria, bem como a sua adequação à Lei nº 12.341, de 24 de junho de 2011 e Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011.

§ 5º. Os órgãos responsáveis a que se refere o inciso I deverão consultar o Ministério setorial responsável, de acordo com o setor em que o projeto esteja enquadrado, como vistas a indicar, em sua análise, o opinamento daquele Ministério.

§ 6º. Os órgãos responsáveis a que se referem os incisos I e II deverão elaborar minuta de Portaria de aprovação de prioridade, no que couber, submetendo à Secretaria Executiva para análise e posterior encaminhamento à Consultoria Jurídica - CONJUR.

§ 7º Cabe à Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais - SFRI acompanhar a implementação dos projetos considerados como prioritários pelo Ministério da Integração Nacional, nos termos do §2º, do art. 4º, do Decreto 7.603/11.

CAPÍTULO II

DA APROVAÇÃO PELO MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Art. 5º A aprovação do projeto pelo Ministro de Estado da Integração Nacional será publicada no Diário Oficial da União.

Parágrafo único. Na Portaria de aprovação do projeto como prioritário deverão constar:

I - o nome empresarial, o número de inscrição no CNPJ da SPE titular do projeto e a relação das pessoas jurídicas que a integram;

II - a descrição do projeto, com a especificação que se enquadra em uma das seguintes áreas, afetas ao Ministério da Integração Nacional: logística e transporte, mobilidade urbana, energia, telecomunicações, radiodifusão, saneamento básico e irrigação.

III - a relação dos documentos apresentados; e

IV - o local de implantação do projeto.

CAPÍTULO III

DO ACOMPANHAMENTO

Art. 6° A SPE deverá encaminhar anualmente, até o encerramento do 1° quadrimestre, o quadro de usos e fontes do projeto priorizado, destacando a destinação específica dos recursos captados através das debêntures abrangidas por esta Portaria, de acordo com formulário disponibilizado no sítio eletrônico do Ministério da Integração Nacional.

§ 1°. Ocorrendo alterações na execução dos investimentos suportados pelas debêntures em projetos aprovados como prioritários pelo Ministério da Integração Nacional, a SPE deverá informar, no prazo de trinta dias, ao respectivo órgão responsável pela análise do projeto, conforme art. 4º, desta Portaria, através de formulário disponibilizado no sítio eletrônico do Ministério da Integração Nacional.

§2° A validade da aprovação do projeto como prioritário é de um ano, devendo a SPE que não realizar a emissão das debêntures neste prazo informar ao respectivo órgão responsável pela análise do projeto, por meio do formulário disponibilizado no sítio eletrônico do Ministério da Integração.

§3º A SPE que receber a priorização do projeto, emitir as debêntures, mas não o implementar no prazo previamente informado, deverá comunicar os atrasos ao respectivo órgão responsável pela análise do projeto, no prazo de trinta dias a contar do vencimento do prazo previsto de inversão.

Art. 7º Para fins do disposto no Decreto nº 7.603, de 2011, a SPE responsável pela implementação e gestão dos projetos prioritários deve:

I - manter atualizada, a relação das pessoas jurídicas que a integram através de formulário disponibilizado no sítio eletrônico do Ministério da Integração Nacional;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação da portaria de aprovação e o compromisso de alocar os recursos obtidos no projeto prioritário aprovado; e

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos órgãos de controle.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8° O Agente Fiduciário, nomeado pela escritura de emissão das debêntures, que gozem do benefício previsto na Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, enviará ao órgão responsável pela análise do projeto de que trata o art. 4º, anualmente, cópia do relatório gerencial encaminhado aos debenturistas por força do inciso XVII do art. 12 da Instrução nº 28, de 23 de novembro de 1983, da Comissão de Valores Mobiliários.

Art. 9º. A eventual aprovação de que trata o art. 6º não exime a SPE de obter a aprovação da agência reguladora, quando as normas assim o exigirem.

Art. 10. Enquanto não for disponibilizado no sítio eletrônico do Ministério os formulários relacionados nesta Portaria, as informações devem ser encaminhadas ao respectivo órgão responsável pela análise do projeto por meio impresso, através dos formulários em anexo.

Art. 11. Revoga-se a Portaria nº 76, de 15 de fevereiro de 2012.

Art.12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE NAVARRO GARCIA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO I
CADASTRO DO PROJETO PRIORITÁRIO

DADOS GERAIS		
1. Denominação Comercial :		
2. Razão Social :		3.CNPJ:
4. Endereço da Sede :		
5. Cidade:	6. UF:	7: CEP:
8. Telefone : ( )		9. Fax :
10. Endereço Eletrônico (e-mail) :		
11. Objeto da SPE :		
12. Registro do Ato Constitutivo da SPE :		
13. Data da Constituição da SPE :		
14. Data do arquivamento de atos constitutivos da SPE :		
15. Data da publicação de atos constitutivos da SPE :		
16. Descrição do Projeto de Investimento :		
17. Prazo de duração :		
18. Contrato de Obras Nº:	( ) Permissão ( ) Concessão ( ) Ato de autorização	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012091400054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO II
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Valores
Prejuízo do período antes do imposto de renda e da contribuição social	
Ajustes	
Depreciação e amortização	
Juros e variações monetárias, líquidas	
Variação nos ativos e passivos	
Contas a receber	
Tributos a recuperar	
Despesas antecipadas	
Outros ativos	
Fornecedores	
Salários, encargos e contribuições sociais	
Tributos a pagar	
Outros passivos	
Caixa aplicado nas operações	
Juros pagos	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	
Aquisições de bens do ativo imobilizado	
Adições ao intangível	
Caixa líquido aplicado nas atividades de Investimentos	
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos	
Ingressos de empréstimos	
Aumento de capital social	
Amortização de empréstimos	
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	
Aumento líquido do caixa e equivalente de caixa	
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012091400055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO III
QUADRO ANUAL DE USOS E FONTES DO INVESTIMENTO

(Em R$ mil)

ITENS USOS	REALIZADO ATÉ _____/_____/_____	TOTAL A REALIZAR	TOTAL DO PROJETO	% 100%
1- Investimentos Financiáveis				
1.1. Fixo e Giro				
- Obras Civis				
- Montagens e Instalações				
- Estudos e Projetos				
- Despesas Pré-0peracionais				
- Despesas de Internação				
- Capital de Giro				
1.2. Máquinas/Equipamentos Nacionais				
1.3. Investimentos Sociais				
1.4. Investimentos Ambientais				
2 - Investimentos Não Financiáveis				
2.1. Máquinas/Equipamentos Importados				
FONTES				100%
Recursos Próprios				
Sistema BNDES				
Debêntures				
Outras fontes				

Obs.: A SPE deverá encaminhar anualmente, até o encerramento do 1º quadrimestre, o quadro de usos e fontes do projeto priorizado, destacando a destinação específica dos recursos por meio de debêntures abrangidas nesta Portaria.

ANEXO IV
QUADRO DE ACOMPANHAMENTO ANUAL DE USOS E FONTES DO INVESTIMENTO
Projeto Nº
Portaria MI/Nº /

(Em R$ mil)

ITENS USOS	REALIZADO ATÉ _____/_____/_____	TOTAL A REALIZAR	TOTAL DO PROJETO	% 100%
1- Investimentos Financiáveis				
1.1. Fixo e Giro				
- Obras Civis				
- Montagens e Instalações				
- Estudos e Projetos				
- Despesas Pré-0peracionais				
- Despesas de Internação				
- Capital de Giro				
1.2. Máquinas/Equipamentos Nacionais				
1.3. Investimentos Sociais				
1.4. Investimentos Ambientais 1.5. Outros				
FONTES				
Debêntures				
Outras fontes				

Obs.: A SPE deverá encaminhar anualmente, até o encerramento do 1º quadrimestre, o quadro de usos e fontes do projeto priorizado, destacando a destinação específica dos recursos por meio de debêntures abrangidas nesta Portaria.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012091400056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO V

ALTERAÇÕES NA EXECUÇÃO DOS INVESTIMENTOS SUPORTADOS PELA EMISSÃO DE DEBÊNTURES

Projeto Nº
Portaria MI/Nº /

EMISSÃO DE DEBÊNTURES				EXECUÇÃO			
DATA DA EMISSÃO	VALOR TOTAL	PRAZO	DATA DE VENCIMENTO	APROVADA / PRIORIZADA	REALIZADA	NÃO REALIZADA	JUSTIFICATIVAS [2]

ANEXO VI
JUSTIFICATIVA DA NÃO EMISSÃO DE DEBÊNTURES

Projeto Nº :
Portaria MI Nº /
Autorização para emissão Nº / **Data: ____/____/____**

JUSTIFICATIVAS PARA NÃO EMISSÃO DE DEBÊNTURES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012091400058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO VII

ALTERAÇÕES DE PESSOAS JURÍDICAS QUE INTEGRAM A SPE

Projeto Nº :

Portaria MI Nº /

PESSOA JURÍDICA		CNPJ
ENTRADA	SAÍDA	

PORTARIA Nº 530, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Autoriza empenho e transferência de recursos para ações de Defesa Civil ao Município de Jutaí / AM.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, Interino, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e repasse de recurso ao Município de Jutaí / AM, no valor de R$ 391.320,00 (trezentos e noventa e um mil e trezentos e vinte reais), para a execução de ações de Socorro, Assistência às vítimas e Restabelecimento de serviços essenciais conforme processo nº 59050.001260/2012-00

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0103; Natureza de Despesa: 33.40.41; Fonte: 0388; UG: 530012; devendo ser assinada pelo gestor financeiro e pelo ordenador de despesa, para prosseguimento do processo.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

ALEXANDRE NAVARRO GARCIA

PORTARIA Nº 531, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Autoriza empenho e transferência de recursos para ações de Defesa Civil ao Município de Beruri / AM.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, Interino, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e repasse de recurso ao Município de BERURI / AM, no valor de R$ 391.320,00 (trezentos e noventa e um mil e trezentos e vinte reais), para a execução de ações de Socorro, Assistência às vítimas e Restabelecimento de serviços essenciais conforme processo nº 59050.001244/2012-17.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0103; Natureza de Despesa: 33.40.41; Fonte: 0388; UG: 530012; devendo ser assinada pelo gestor financeiro e pelo ordenador de despesa, para prosseguimento do processo.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

ALEXANDRE NAVARRO GARCIA

SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 296, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Reconhece situação de emergência no Município de Santa Rita - PB.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto Municipal nº 028/2012, de 04 de julho de 2012, de Santa Rita, e demais informações constantes no processo nº 59050.001481/2012-70, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de Enxurradas ou Inundações Bruscas, CODAR: NE.HEX - 12.302, a situação de emergência no Município Santa Rita.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

PORTARIA Nº 297, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Reconhece situação de emergência em Municípios do Estado do Piauí.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial n° 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de Enxurradas - COBRADE 1.4.1.1.0, a Situação de Emergência nas áreas discriminadas no Formulário de Informação de Desastres, conforme os dados abaixo:

Município	Decreto	Data	Processo
Boqueirão do Piauí	007/2012	13/06/2012	59050.001375/2012-96
São Gonçalo do Piauí	02/2012	22/06/2012	59050.001454/2012-05

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

Ministério da Justiça

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

CERTIDÃO DE JULGAMENTO
1ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO

ATO DE CONCENTRAÇÃO Nº 08012.005573/2012-44

Requerentes: Industrial Development Corporation of South Africa Limited e Anglo American plc
Advogados: Tito Amaral de Andrade, Carolina Maria Matos Vieira e outros.
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

Brasília, 13 de setembro de 2012.

ATO DE CONCENTRAÇÃO Nº 08012.002582/2012-83

Requerentes: Emerson Eletric Co. e Johnson Controls, Inc.
Advogados: Francisco Ribeiro Todorov, Helena Cyrino de Sá e outros
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

Brasília, 13 de setembro de 2012.

ATO DE CONCENTRAÇÃO Nº 08012.011210/2011-67

Requerentes: Marfrig Alimentos S.A. e Brasil Foods S.A.
Advogados: Paola Petroziello Pugliese, Marina de Santana Souza, Paulo de Tarso Ribeiro, Caroline Cadavid e outros.
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

Brasília, 13 de setembro de 2012.

ATO DE CONCENTRAÇÃO Nº 08012.002263/2012-78

Requerentes: Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. e Abengoa Concessões Brasil Holding S.A.
Advogados: Marcel Medon Santos, Ana Cláudia Lobo Barreira, Jackson de Freitas Ferreira e outros
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Impedido o Presidente do CADE, Vinícius Marques de Carvalho.
Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

Brasília, 13 de setembro de 2012.

ATO DE CONCENTRAÇÃO Nº 08012.005371/2012-01

Requerentes: Toshiba Tec Corporation e International Business Machines Corp.
Advogados: Daniel Oliveira Andreoli, Cláudio Coelho de Souza Timm e outros
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

Brasília, 13 de setembro de 2012.

ATO DE CONCENTRAÇÃO Nº 08012.005299/2012-11

Requerentes: Ecisa Engenharia, Comércio e Indústria Ltda. e LGR Macaé Empreendimentos
Advogados: Sérgio Varella Bruna, Patrícia Agra Araújo, Natalia S. Pinheiro da Silveira, Isadora Postal Telli e outros
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Veríssimo
Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

Brasília, 13 de setembro de 2012.

ATO DE CONCENTRAÇÃO Nº 08012.003074/2012-12

Requerentes: BR MALLS Participações S.A. e Franere Participações S.A.
Advogados: José Orlando A. Arrochela Lobo, Valdo Cestari de Rizzo e outros
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

Brasília, 13 de setembro de 2012.

ATO DE CONCENTRAÇÃO Nº 08012.005636/2012-62

Requerentes: Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. e Credit Suisse Hedging-Griffo Investimentos S.A.
Advogados: Barbara Rosenberg, José Carlos da Matta Berardo e outros.
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

Brasília, 13 de setembro de 2012.

ATO DE CONCENTRAÇÃO Nº 08012.007524/2011-65

Requerentes: Veeder-Root do Brasil Comércio e Indústria Ltda e Stratema Indústria e Comércio Ltda.
Advogados: Tito Amaral de Andrade, Maria Eugênia Novis, Carolina Maria Matos Vieira.
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

Brasília, 13 de setembro de 2012.

ATO DE CONCENTRAÇÃO Nº 08012.003326/2012-11

Requerentes: National Oilwell Varco, Inc. e Wilson International Inc.
Advogados: Celso Cintra, Leonardo Peres da Rocha e Silva, Cristiane Saccab Zarzur e outros
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

Brasília, 13 de setembro de 2012.

ATO DE CONCENTRAÇÃO Nº 08012.002866/2012-70

Requerentes: Carpevie - Centro de Medicina Integrada Ltda, EGB 01 Empreendimentos e Participações Ltda. e ADIX Empreendimentos Imobiliários Ltda.
Advogados: Tito Amaral de Andrade, Carolina Maria Matos Vieira e outros
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Impedido o Presidente do CADE, Vinícius Marques de Carvalho.
Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

Brasília, 13 de setembro de 2012.

ATO DE CONCENTRAÇÃO Nº 08012.007524/2011-65

Requerentes: Veeder-Root do Brasil Comércio e Indústria Ltda e Stratema Indústria e Comércio Ltda.
Advogados: Tito Amaral de Andrade, Maria Eugênia Novis, Carolina Maria Matos Vieira.
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

Brasília, 13 de setembro de 2012.
CLOVIS MANZONI DOS SANTOS LORES
Secretário do Plenário

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 2.737, DE 3 DE SETEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3067 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:

Conceder autorização à empresa FEDERAL SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 00.914.803/0001-51, sediada em Goiás, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
212 (duzentas e doze) Munições calibre 38

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE AQUISIÇÃO EXPIRARÁ EM 60 DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.739, DE 3 DE SETEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3272 - DPF/CAS/SP, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Conceder autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0090-00, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
5 (cinco) Espingardas calibre 12
15 (quinze) Revólveres calibre 38
270 (duzentas e setenta) Munições calibre 38
105 (cento e cinco) Munições calibre 12

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE AQUISIÇÃO EXPIRARÁ EM 60 DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.788, DE 6 DE SETEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3503 - DELESP/DREX/SR/DPF/MT, resolve:

Conceder autorização à empresa PANTANAL VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 08.282.957/0001-80, sediada no Mato Grosso, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (dois) Revólveres calibre 38
12 (doze) Munições calibre 38

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE AQUISIÇÃO EXPIRARÁ EM 60 DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.802, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3489 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

Conceder autorização à empresa VIPERFORT SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 10.994.722/0001-62, sediada no Ceará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (duas) Espingardas calibre 12
8 (oito) Revólveres calibre 38
144 (cento e quarenta e quatro) Munições calibre 38
42 (quarenta e duas) Munições calibre 12

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE AQUISIÇÃO EXPIRARÁ EM 60 DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.811, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3599 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve: CONCEDER autorização à empresa ESCOLA MINEIRA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 05.845.911/0001-33, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
6000 (seis mil) Munições calibre 38
276248 (duzentas e setenta e seis mil e duzentas e quarenta e oito) Espoletas calibre 38
100000 (cem mil) Gramas de pólvora calibre 38
268248 (duzentos e sessenta e oito mil e duzentos e quarenta e oito) Projéteis calibre 38
3000 (três mil) Munições calibre .380
22524 (vinte e duas mil e quinhentas e vinte e quatro) Espoletas calibre .380
40000 (quarenta mil) Gramas de pólvora calibre .380
22524 (vinte e dois mil e quinhentos e vinte e quatro) Projéteis calibre .380
12708 (doze mil e setecentas e oito) Buchas calibre 12
300 (trezentos) Quilos de chumbo calibre 12
13208 (treze mil e duzentas e oito) Espoletas calibre 12
30000 (trinta mil) Gramas de pólvora calibre 12

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE AQUISIÇÃO EXPIRARÁ EM 60 DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.814, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3467 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

Conceder autorização à empresa JURISEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 07.658.074/0001-69, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
10 (dez) Revólveres calibre 38
180 (cento e oitenta) Munições calibre 38

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE AQUISIÇÃO EXPIRARÁ EM 60 DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.816, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3516 - DELESP/DREX/SR/DPF/AL, resolve:

Conceder autorização à empresa SCOLTT SEGURANÇA DE VALORES LTDA, CNPJ nº 11.866.801/0001-50, sediada em Alagoas, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
6 (seis) Revólveres calibre 38
108 (cento e oito) Munições calibre 38

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE AQUISIÇÃO EXPIRARÁ EM 60 DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.817, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3499 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve: CONCEDER autorização à empresa MISPA SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 13.167.893/0001-06, sediada no Ceará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
9 (nove) Revólveres calibre 38
162 (cento e sessenta e duas) Munições calibre 38

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE AQUISIÇÃO EXPIRARÁ EM 60 DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.821, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3322 - DPF/GVS/MG, resolve:

Conceder autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0019-64, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
408 (quatrocentas e oito) Munições calibre 12

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE AQUISIÇÃO EXPIRARÁ EM 60 DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.822, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/1858 - DPF/PDE/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GS ACADEMIA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL LTDA, CNPJ nº 07.970.040/0001-05, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 3762/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.828, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3219 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BRASIL FORTE VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 05.290.522/0001-99, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 3919/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DA DIRETORA

DEFIRO o pedido de Republicação do ato que concedeu a residência permanente, publicado no Diário Oficial da União de 19/03/2012, Seção 1, pág. 38, para que surta os devidos efeitos.

Processo Nº 08241.003512/2011-68 - RICHE LOUIDOR.

DEFIRO o pedido de Republicação do ato que concedeu a residência permanente, publicado no Diário Oficial da União de 10/02/2012, Seção 1, pág. 47, para que surta os devidos efeitos. Processo Nº 08241.001586/2011-60 - CAMILUS PIERRE.

Determino a REPUBLICAÇÃO do ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 30/09/2011, Seção 1, página 120, para que surta seus efeitos legais, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009. Processo Nº 08241.000372/2011-76 - MICHELET ESTYLE.

Determino a REPUBLICAÇÃO do ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 18/07/2011, Seção 1, página 53, para que surta seus efeitos legais, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009. Processo Nº 08221.000235/2011-70 - JONATHAN MADISTIN.

Determino a REPUBLICAÇÃO do ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 18/07/2011, Seção 1, página 51, para que surta seus efeitos legais, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009. Processo Nº 08221.000075/2011-69 - JEAN ACASE CHARLES.

IZAURA MARIA SOARES

COMITÊ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS

DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL
Em 13 de setembro de 2012

O Coordenador-Geral do Comitê Nacional para os refugiados - CONARE, torna sem efeito a notificação de indeferimento do estrangeiro abaixo relacionado, publicada no Edital de Notificação veiculado no D.O.U de 12 de janeiro de 2012, seção 1, página 45, tendo em vista que o mesmo foi incluído erroneamente na listagem dos processos de indeferimento.

Processo nº 08205.003343/2010-11. DAVUD DANESHVAR, nacional do Irã.

O Coordenador-Geral do Comitê Nacional para os refugiados - CONARE, torna sem efeito a notificação de indeferimento do estrangeiro abaixo relacionado, publicada no Edital de Notificação veiculado no D.O.U de 30 de março de 2012, seção 1, página 101, tendo em vista que o mesmo foi incluído erroneamente na listagem dos processos de indeferimento.

Processo nº 08280.033723/2011-69. SANDEEP KUMAR, nacional da India.

VIRGINIUS JOSÉ LIANZA DA FRANCA

DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

DESPACHOS DO CHEFE

O Chefe da Divisão de Nacionalidade e Naturalização, do Departamento de Estrangeiros, da Secretaria Nacional de Justiça, no uso das suas atribuições legais, com fulcro no Art. 1º, da Portaria nº 02, de 21 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2012, resolve:

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor da nacional indiana JOYTI INDUR MOORJANI, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome constante do seu registro, passando de JOYTI INDUR MOORJANI para SABRINA RISHI MIRPURI.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do nacional iraquiano RAFIE N ABDALLA, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome constante do seu registro, passando de RAFIE N ABDALLA para RAFIE NAJEM ABDALLA.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do nacional espanhol FERNANDO PIJOAN JIMENEZ, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome da genitora constante do seu registro, passando de NIEVES JIMENEZ QUINTANILLA para MARÍA NIEVES JIMÉNEZ QUINTANILLA.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor da nacional colombiana ELEONORA MEJIA VALENCIA, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome dos genitores constante do seu registro, passando de MARIA CRUZ VALENCIA para MARIA CRUZ VALENCIA VALLECILLA e BERNARDO MEJIA para BERNARDO MEJIA TASCON.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor da nacional italiana CARMELA MARONE COLELA, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome e data de nascimento constante do seu registro, passando de CARMELA MARONE COLELA para CARMELA MARONE COLELLA e a data de nascimento de 21/11/1944 para 26/11/1944.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor da nacional chinesa SU RUOLING, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado a data de nascimento o estado civil e o sexo constante do seu registro, passando de 02/11/1986 para 02/11/1983 o estado civil de SOLTEIRO para SOLTEIRA e o sexo de MASCULINO para FEMININO.

JOÃO BOSCO DE SOUZA
Substituto

DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO CHEFE

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem:

Processo Nº 08102.011247/2011-86 - FRANCISCO MIRANDA DA COSTA

Processo Nº 08354.003379/2011-72 - ELISE BARBARA PITTENGER

Processo Nº 08354.005767/2011-98 - NATALIA CHISTOVA NEVES

Processo Nº 08420.030645/2011-07 - MATTHEW WILLIAM POVOAS

Processo Nº 08420.030833/2011-27 - JOHN LEONARD CONWAY

Processo Nº 08420.034809/2011-67 - MANUEL ANTONIO PEIXOTO GOMES DE BESSA

Processo Nº 08444.006045/2011-41 - JOAO MANUEL PRINCES DA CUNHA LOPES

Processo Nº 08460.025214/2011-44 - KLAUS DIETER PAUL BRYLKA

Processo Nº 08460.028313/2011-88 - MARION MARIE MARTINE ANDONIAN MIRANDA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo Nº 08505.113837/2011-18 - MARTHA WIEBE FERREIRA
Processo Nº 08505.113886/2011-42 - EURIZANDA NONATO OTINTA
Processo Nº 08505.113965/2011-53 - DUARTE NUNO NUNES DOS SANTOS
Processo Nº 08420.015245/2011-63 - ANTONIO AVAGLIANO
Processo Nº 08102.002892/2011-16 - JOSE PAULO DOS SANTOS BASTOS MARTINS
Processo Nº 08102.012684/2011-17 - STEFANO NELLO
Processo Nº 08270.005532/2011-26 - FERNANDO SANCHEZ GARCIA
Processo Nº 08270.005603/2011-91 - D`MARI SANCA
Processo Nº 08270.009531/2011-51 - JOAQUIM NUNES FERREIRA DA COSTA
Processo Nº 08280.033505/2011-24 - GIUSEPPE MUGGIA
Processo Nº 08354.005578/2011-15 - ZOILA MARGOLITH BONIFACIO GUEVARA
Processo Nº 08375.002277/2011-91 - PAULO JORGE MADEIRA MAURICIO
Processo Nº 08375.009064/2011-91 - DAVID ALEXANDER MENEZES TANEMSMO
Processo Nº 08386.034202/2011-41 - HELENA DO CARMO FAROFIAS BENGALINHA SILVA
Processo Nº 08420.009412/2011-37 - BORIS MARIANO MORALES BENAVIDES
Processo Nº 08420.020703/2011-86 - JOSE MANUEL FERNANDEZ AUBAN
Processo Nº 08444.003254/2011-33 - FABIO PESCETELLI
Processo Nº 08477.002303/2011-33 - ELMER GUILLERMO BEDOYA YANEZ
Processo Nº 08520.016147/2011-15 - HANS JURGEN RODRIGUES DA SILVA
Processo Nº 08256.002291/2011-41 - PHILIPPE LUC ROUZET
Processo Nº 08270.027525/2011-85 - RAINER HERMANN GROSSART
Processo Nº 08362.001562/2011-34 - JOSE JOAQUIM DOS SANTOS VIEIRA
Processo Nº 08420.019646/2011-92 - EDUARDO MANUEL CORREIA MARQUES
Processo Nº 08435.003360/2011-26 - MARIO RUBEN MARTINEZ CHAS
Processo Nº 08444.002797/2011-33 - NELSON FRANCISCO DOTTI GONZALEZ
Processo Nº 08444.006802/2011-87 - MARIE ANNE LAURE ALEXANDRE DIETRICH
Processo Nº 08444.007270/2011-03 - SANDRA TOURNIER
Processo Nº 08460.004277/2011-67 - PEDRO ANTONIO GONZALEZ INFANTE
Processo Nº 08460.007682/2011-37 - HOMERO SAUCEDO LEAL
Processo Nº 08460.013024/2011-84 - ROBERT WILLIAM JONES
Processo Nº 08460.020406/2011-64 - JOHANNA SANCHEZ VERGARA
Processo Nº 08460.024947/2011-61 - CRISTINA TAMM
Processo Nº 08460.027247/2011-29 - STEFANO BENAMATI
Processo Nº 08495.005943/2011-87 - CRISTIAN LOPEZ QUIROS.

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem:
Processo Nº 08338.000054/2012-17 - SULLY NOEMI FRANCO
Processo Nº 08476.002078/2012-26 - DAVID NEGRETTE DEROMEDIS
Processo Nº 08505.026646/2012-90 - OMAR JARA RIOS e SANDRA GUISELLA YACHACHIN NAUPA
Processo Nº 08505.032538/2012-56 - GERSAO MARQUES ABREU SEABRA e FABIANA VIEIRA
Processo Nº 08505.034302/2012-54 - JOSE ERNESTO STARTARI CHAVEZ e MARTHA GUISELA DURAN MENDIA
Processo Nº 08505.034319/2012-10 - CHANGQING TENG e XIAOE YE
Processo Nº 08505.034329/2012-47 - MIGUEL ANGEL FERRARI MALACHE
Processo Nº 08707.000028/2012-43 - SATAPORN LOPES FERREIRA DA SILVA
Processo Nº 08709.002479/2012-03 - SIMON JONATHAN FRANKS

DEFIRO o pedido de permanência com base no art. 75, II, a, da Lei 6.815/80 para a Senhora CRISTINA MARIA DE JESUS FRANCO, bem assim para sua filha, INÊS SOFIA FRANCO VALENTE, concedo a permanência na forma do art. 2º, I, da Resolução Normativa nº 36/99. Processo Nº 08701.001280/2012-20 - CRISTINA MARIA DE JESUS FRANCO.

Tendo em vista os elementos presentes no processo que comprovam tratar-se de situação especial e em face da competência delegada pelo art. 3º da Portaria SNJ nº 22 de 07/07/2009, DEFIRO o pedido de residência provisória, nos termos da Lei 11.961/09.
Processo Nº 08485.017429/2009-99 - DOMINGOS JOSÉ ACUNA SALAZAR.

Determino o ARQUIVAMENTO do processo de permanência, diante da solicitação da parte interessada.
Processo Nº 08460.013019/2011-71 - DAVORKA LOZANCIC SJOSTEDT SWEET.

INDEFIRO os pedidos de permanência, abaixo relacionados, tendo em vista que o(s) estrangeiro(s) não foi (foram) localizado(s) no endereço fornecido nos autos, restando impossível verificar os requisitos do art. 75, II, "a", da Lei 6.815/80:
Processo Nº 08102.001312/2011-65 - SAMUEL ANSSI NYMAN
Processo Nº 08444.005148/2011-94 - ALEXANDER DENNIS BARNETT
Processo Nº 08491.001015/2011-83 - MD SAIFUL ISLAM
Processo Nº 08460.030045/2011-64 - JOÃO MANUEL PACHECO DE CARVALHO
Processo Nº 08478.004381/2011-62 - ABRADO JOAO CORDEIRO
Processo Nº 08506.012818/2011-57 - ALI ATAYA
Processo Nº 08701.009615/2011-77 - NALRUL ISLAM.

Torno Insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 20/06/2005, para indeferir, tendo em vista que o Requerente não foi localizado no endereço fornecido nos autos, restando impossível verificar a existência dos requisitos do art. 75, II, b, da Lei 6.815/80.
Processo Nº 08505.032879/2004-11 - JIANBO JIN e XIA ZULI.

FERNANDO LOPES DA FONSECA
p/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no País, do(s) temporário(s) item I, abaixo relacionado(s):
Processo Nº 08460.040738/2011-65 - JAIME GREGORIO BELLIDO CULLAHUACHO, até 08/02/2014
Processo Nº 08460.026342/2011-13 - JUAN ANDRES GONZALEZ MARIN, até 30/09/2012.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no País, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionado(s):
Processo Nº 08212.002614/2012-94 - ADRIANA MARCELA SILVA OLAYA, até 03/03/2013
Processo Nº 08212.002639/2012-98 - AMR SALAH MORSY AMINE SELEM, até 31/03/2013
Processo Nº 08230.017041/2011-02 - VONDO FILIPE MANUEL, até 13/01/2013
Processo Nº 08352.011261/2011-38 - INDIRA PATRICIA RIBEIRO CONTREIRAS, até 02/03/2013
Processo Nº 08390.007298/2011-13 - CESAR HUMBERTO VARON GRAJALES, até 05/01/2013
Processo Nº 08460.032712/2011-43 - NILESH BALBHADRA BHATT, até 24/04/2013
Processo Nº 08460.035621/2011-60 - ANA ISABEL MARQUEZ PEREZ, até 23/02/2013
Processo Nº 08460.035627/2011-37 - ANDREA MARGARITA QUADRELLI SANCHEZ, até 04/03/2013
Processo Nº 08460.035636/2011-28 - NILDA MERCEDES CABRERA PASCA, até 18/12/2012
Processo Nº 08460.035679/2011-11 - RUBEN EDWIN LIZARBE MONJE, até 30/12/2012
Processo Nº 08460.035750/2011-58 - ALVARO ERNESTO LASSO ACOSTA, até 24/01/2013
Processo Nº 08460.035760/2011-93 - GIZA MIRIAN BERNARDO CARLOS, até 07/03/2013
Processo Nº 08460.040757/2011-91 - JOSEMAR DA COSTA MAGALHAES, até 24/01/2013
Processo Nº 08505.000832/2012-07 - ENRIQUE ALBERTO GALLEGOS COLLADO, até 03/03/2013
Processo Nº 08505.005154/2012-61 - ISABEL MARIA LUCAS MARQUES, até 17/01/2013
Processo Nº 08505.005169/2012-29 - DEISSY MILENA SOTELO CASTELBLANCO, até 19/02/2013
Processo Nº 08505.005220/2012-01 - VIRGINIA ROMERO HERRERA, até 18/01/2013
Processo Nº 08505.005221/2012-47 - NEYMY JAZMYN MARTINEZ GUERRA, até 17/01/2013
Processo Nº 08505.005237/2012-50 - LUIS BERNARDO VARELA JIMENEZ, até 28/02/2013
Processo Nº 08505.005252/2012-06 - DENISE MARIA RUIZ REYES, até 17/02/2013
Processo Nº 08505.005361/2012-15 - JOELMA KARINE RODRIGUES SENA CASTRO, até 02/02/2013
Processo Nº 08505.005368/2012-37 - LEYLA ILIZOLITA ALMADA VARELA, até 18/02/2013
Processo Nº 08505.011341/2012-83 - FREDY GALVIS OVALLOS, até 10/03/2013
Processo Nº 08505.011366/2012-87 - RICARDO BECERRA ENRIQUEZ, até 25/03/2013
Processo Nº 08709.013662/2011-45 - PEDRO ANDERSON MARTINHO MOÇAMBIQUE, até 31/01/2013
Processo Nº 08460.040034/2011-92 - MARIA FERNANDA MERCADO SIEGERT, até 13/01/2013
Processo Nº 08460.040075/2011-89 - JUVANI DESLANDES ARAUJO RAMOS, até 27/02/2013
Processo Nº 08460.040761/2011-50 - JERSEY INACIO DA SILVA, até 11/02/2013
Processo Nº 08337.000233/2012-64 - ARTEMIO JUNIOR ROJAS CALONGA, até 20/02/2013
Processo Nº 08230.017089/2011-11 - MARIA GRACIELA DA COSTA CA, até 27/01/2013.

DEFIRO o pedido de republicação de prazo de estada solicitado pelo interessado, concedendo a prorrogação de prazo de estada até: 15/03/2013. Processo Nº 08375.014853/2011-43 - MAMERTO FERNANDO.

Diante dos novos elementos constantes nos autos, torno insubsistente o ato de ARQUIVAMENTO do pleito, publicado no Diário Oficial de 01/02/2012, Seção 1, página 31, DEFIRO o pedido de reconsideração para conceder a prorrogação de prazo da estada até 09/10/2012.
Processo Nº 08420.022842/2011-44 - SANDRA BORBON CARVAJAL.

Determino o ARQUIVAMENTO dos pedidos de prorrogação de prazo, abaixo relacionados, por já ter decorrido prazo(s) superior (es) ao da(s) estada(s) solicitada(s):
Processo Nº 08212.002606/2012-48 - JONATHAN MOTILLON
Processo Nº 08230.002030/2012-09 - FERNANDO JORGE SILVA MONTEIRO
Processo Nº 08460.020388/2011-11 - JOSE DA PAIXAO ZOLA LUEMBA
Processo Nº 08460.020392/2011-89 - GIANCARLO LUIS GOMEZ GONZALES
Processo Nº 08460.020400/2011-97 - EDGAR SARMIENTO CALISAYA
Processo Nº 08460.020403/2011-21 - JOELMA DE FATIMA NEVES DO NASCIMENTO
Processo Nº 08460.023153/2011-81 - ROBERTO CARLOS FERREIRA JOAO
Processo Nº 08460.023159/2011-58 - KARY ANN DEL CARMEN SORIANO OCAÑA
Processo Nº 08460.023703/2011-61 - PEDRO NUNO DORSAM DOS SANTOS
Processo Nº 08460.023875/2011-35 - ALEJANDRO SIMARRA CANATE
Processo Nº 08460.023885/2011-71 - LIBER MONTEIRO LOPES CO
Processo Nº 08460.026120/2011-92 - ANTONELLA MAIELLO
Processo Nº 08460.026123/2011-26 - MARIA LUISA CAETANO NETO
Processo Nº 08460.035768/2011-50 - KRISTIN WADEWITZ
Processo Nº 08505.005235/2012-61 - ELIAS POVEDA SIRVENT
Processo Nº 08230.002037/2012-12 - ANALIA BARROS DA SILVA
Processo Nº 08505.071075/2011-67 - ADRIANA JOHANNY MURCIA SANTANILLA e BYRON ANDRES HINCAPIE MURCIA.

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
p/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no País, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionado(s):
Processo Nº 08102.001289/2012-90 - MARIANA PAOLA CABRERA, até 15/02/2013
Processo Nº 08260.000845/2012-98 - PAULO OCTAVIO NUNES DIAS TEIXEIRA, até 07/03/2013
Processo Nº 08270.003532/2012-72 - CADIJATU SEIDI, até 31/03/2013
Processo Nº 08354.000679/2012-81 - MONICA ANDREA GUTIERREZ ESPINOSA, até 03/03/2013
Processo Nº 08354.000710/2012-83 - ALEJANDRO GIRALDO PEREZ, até 05/02/2013
Processo Nº 08354.000759/2012-36 - SYED SHAH HASSAN, até 03/04/2013
Processo Nº 08390.000790/2012-31 - ERMINIO RODRIGUEZ RUIZ DIAZ, até 18/03/2013
Processo Nº 08444.000182/2012-53 - EVELYN MARIBEL CONDORI PENALOZA, até 19/03/2013
Processo Nº 08444.000254/2012-62 - ROMMY ELIZABETH KRAUSS AQUINO, até 18/02/2013
Processo Nº 08460.040723/2011-05 - ANA LUCIA GONZALEZ DE CASTRO, até 01/02/2013
Processo Nº 08505.011243/2012-46 - EMERSON RICARDO PEDRO LOTE, até 04/03/2013
Processo Nº 08505.011259/2012-59 - SOLENNE DERIGOND, até 20/03/2013
Processo Nº 08505.011268/2012-40 - CAROLINA TORRES GUTIERREZ, até 17/03/2013
Processo Nº 08505.011279/2012-20 - JULIEN LOUTRE, até 04/03/2013
Processo Nº 08505.011300/2012-97 - ATANASIO SERAFIM VIDANE, até 15/03/2013
Processo Nº 08505.011320/2012-68 - SOFIA DA CONCEIÇÃO DIOGO VILOLA, até 10/03/2013
Processo Nº 08505.011417/2012-71 - MILAN PUH, até 09/03/2013
Processo Nº 08508.002358/2012-10 - JUNIOR STEVE GARRIDO PEREZ, até 17/03/2013
Processo Nº 08508.002377/2012-46 - CLEOTILDE TERESA DOMINGOS, até 25/03/2013
Processo Nº 08508.002405/2012-25 - RINA MANUELA FERNANDES SATURNINO DE OLIVEIRA, até 25/03/2013
Processo Nº 08505.010061/2012-58 - ALEXANDER ALVAREZ ROSARIO, até 03/03/2013.

Determino o ARQUIVAMENTO dos pedidos de prorrogação de prazo, abaixo relacionados, por já ter decorrido prazo(s) superior (es) ao da(s) estada(s) solicitada(s):
Processo Nº 08102.006908/2011-51 - LUQUENIA IRACEMA DOMINGUES JAIME
Processo Nº 08212.011201/2011-10 - SIMÃO JOÃO SAMBA
Processo Nº 08260.000565/2012-80 - JAVIER VAZQUEZ BASILIO
Processo Nº 08354.000637/2012-40 - PAOLA HELENA BARROS ZARANTE
Processo Nº 08354.000777/2012-18 - SONA CANDE
Processo Nº 08505.009093/2012-19 - MATTHIAS FENKES.

FÁBIO GONSALVES FERREIRA
p/Delegação de Competência

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

PORTARIA Nº 186, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

O Diretor Adjunto no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, na Portaria MJ nº 1.100, de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006 e na Portaria nº 1.220 de 11 de Julho de 2007, publicada no DOU de 13 de julho de 2007, resolve classificar:

Programa: A FAZENDA ESPECIAL (Brasil - 2012)
Produtor(es): Rádio e Televisão Record S/A.
Diretor(es): Rodrigo Carelli
Distribuidor(es): Rádio e Televisão Record S/A.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Reality Show
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Tema: Competição
Processo: 08017.002772/2012-51
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: OPERAÇÃO INVASÃO - (+ ADICIONAIS) (THE RAID - REDEMPTION, Indonésia - 2012)
Produtor(es): Ario Sagantoro
Diretor(es): Gareth Huw Evans
Distribuidor(es): Sony Pictures Home Entertainment do Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Gênero: Drama/Ação
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Violência Extrema
Tema: Redenção
Processo: 08017.003199/2012-01
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: MENTIRAS SÃO CONTADAS EM JULHO (Brasil - 2012)
Produtor(es): Fábrica de Quadrinhos
Diretor(es): Rogério Vilela
Distribuidor(es):
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Animação
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência
Tema: Drama
Processo: 08017.003343/2012-09
Requerente: FÁBRICA DE QUADRINHOS

Trailer: POSSESSÃO (THE POSSESSION, Estados Unidos da América - 2012)
Produtor(es): Sam Raimi/Robert G. Tapert/J.R. Young
Diretor(es): Ole Bordenal
Distribuidor(es): SM Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Terror
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.003560/2012-91
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: E AGORA, AONDE VAMOS? (ET MAINTENANT ON VA OU?, Líbano - 2011)
Produtor(es): Nadine Labaki
Diretor(es): Nadine Labaki
Distribuidor(es): Unifilmes Distribuidora, Importadora e Exportadora de Filmes Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama/Comédia
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Drogas
Processo: 08017.003561/2012-35
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: DE PERNAS PRO AR 2 - TRAILER 3 (DE PERNAS PRO AR 2, Brasil - 2012)
Produtor(es): Mariza Leão
Diretor(es): Roberto Santucci
Distribuidor(es): Freespirit Distribuidora de Filmes Ltda / Downtown Filmes
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Comédia
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Conteúdo Sexual
Processo: 08017.003562/2012-80
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: CORAÇÃO DO BRASIL (Brasil - 2011)
Produtor(es): Marçal de Souza
Diretor(es): Daniel Solá Santiago
Distribuidor(es): Providence Distribuidora de Filmes Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Expedição
Processo: 08017.003567/2012-11
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: ADEUS BERTHE, O ENTERRO DA VOVÓ (ADIEU BERTHE L`ENTERREMENT DE MÉI, França - 2012)
Produtor(es): Pascal Caucheteux
Diretor(es): Bruno Podalydes
Distribuidor(es): Unifilmes Distribuidora, Importadora e Exportadora de Filmes Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Comédia
Tipo de Análise: Pen Drive
Classificação: Livre
Processo: 08017.003571/2012-71
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: A FILHA DO PAI (LA FILLE DU PUISATIER, França - 2011)
Produtor(es): Alain Sairde
Diretor(es): Daniel Auteuil
Distribuidor(es): Unifilmes Distribuidora, Importadora e Exportadora de Filmes Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama/Romance
Tipo de Análise: Pen Drive
Classificação: Livre
Processo: 08017.003572/2012-15
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: TITEUF (TITEUF, LE FILM, França - 2011)
Produtor(es): Jeremy Burdek
Diretor(es): Zep
Distribuidor(es): Unifilmes Distribuidora, Importadora e Exportadora de Filmes Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Animação/Comédia
Tipo de Análise: Pen Drive
Classificação: Livre
Processo: 08017.003573/2012-60
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

PORTARIA Nº 187, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria MJ nº 1.100, de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006, resolve classificar:

Episódio: PILOT (ONCE UPON A TIME: THE COMPLETE FIRST SEASON, Estados Unidos da América - 2011)
Episódio(s): 01
Título da Série: ONCE UPON A TIME - A PRIMEIRA TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es):
Diretor(es): Mark Mylod
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Fantasia
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Tema: Conto de Fadas
Processo: 08017.003097/2012-87
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: THE THING YOU LOVE MOST (ONCE UPON A TIME: THE COMPLETE FIRST SEASON, Estados Unidos da América - 2011)
Episódio(s): 02
Título da Série: ONCE UPON A TIME - A PRIMEIRA TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es):
Diretor(es): Mark Mylod
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Fantasia
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Tema: Conto de Fadas
Processo: 08017.003098/2012-21
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: SNOW FALLS (ONCE UPON A TIME: THE COMPLETE FIRST SEASON, Estados Unidos da América - 2011)
Episódio(s): 03
Título da Série: ONCE UPON A TIME - A PRIMEIRA TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es):
Diretor(es): Mark Mylod
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Fantasia
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Tema: Conto de Fadas
Processo: 08017.003099/2012-76
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: THE PRICE OF GOLD (ONCE UPON A TIME: THE COMPLETE FIRST SEASON, Estados Unidos da América - 2011)
Episódio(s): 04
Título da Série: ONCE UPON A TIME - A PRIMEIRA TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es):
Diretor(es): Mark Mylod
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Fantasia
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Conto de Fadas
Processo: 08017.003100/2012-62
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: THAT STILL SMALL VOICE (ONCE UPON A TIME: THE COMPLETE FIRST SEASON, Estados Unidos da América - 2011)
Episódio(s): 05
Título da Série: ONCE UPON A TIME - A PRIMEIRA TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es):
Diretor(es): Mark Mylod
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Fantasia
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Conto de Fadas
Processo: 08017.003101/2012-15
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: THE SHEPHERD (ONCE UPON A TIME: THE COMPLETE FIRST SEASON, Estados Unidos da América - 2011)
Episódio(s): 06
Título da Série: ONCE UPON A TIME - A PRIMEIRA TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es):
Diretor(es): Mark Mylod
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Fantasia
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Tema: Conto de Fadas
Processo: 08017.003102/2012-51
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: THE HEART IS A LONELY HUNTER (ONCE UPON A TIME: THE COMPLETE FIRST SEASON, Estados Unidos da América - 2011)
Episódio(s): 07
Título da Série: ONCE UPON A TIME - A PRIMEIRA TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es):
Diretor(es): Mark Mylod
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Fantasia
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Tema: Conto de Fadas
Processo: 08017.003103/2012-04
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: DESPERATE SOULS (ONCE UPON A TIME: THE COMPLETE FIRST SEASON, Estados Unidos da América - 2011)
Episódio(s): 08
Título da Série: ONCE UPON A TIME - A PRIMEIRA TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es):
Diretor(es): Mark Mylod
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Fantasia
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Tema: Conto de Fadas
Processo: 08017.003104/2012-41
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: TRUE NORTH (ONCE UPON A TIME: THE COMPLETE FIRST SEASON, Estados Unidos da América - 2011)
Episódio(s): 09
Título da Série: ONCE UPON A TIME - A PRIMEIRA TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es):
Diretor(es): Mark Mylod
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Fantasia
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Tema: Conto de Fadas
Processo: 08017.003105/2012-95
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: 7:15 AM (ONCE UPON A TIME: THE COMPLETE FIRST SEASON, Estados Unidos da América - 2011)
Episódio(s): 10
Título da Série: ONCE UPON A TIME - A PRIMEIRA TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es):
Diretor(es): Mark Mylod
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Fantasia
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Tema: Conto de Fadas
Processo: 08017.003106/2012-30
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: FRUIT OF THE POISONOUS TREE (ONCE UPON A TIME: THE COMPLETE FIRST SEASON, Estados Unidos da América - 2011)
Episódio(s): 11
Título da Série: ONCE UPON A TIME - A PRIMEIRA TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es):
Diretor(es): Mark Mylod
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Fantasia
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Tema: Conto de Fadas
Processo: 08017.003107/2012-84
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: SKIN DEEP (ONCE UPON A TIME: THE COMPLETE FIRST SEASON, Estados Unidos da América - 2011)
Episódio(s): 12
Título da Série: ONCE UPON A TIME - A PRIMEIRA TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es):
Diretor(es): Mark Mylod
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Fantasia
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Tema: Conto de Fadas
Processo: 08017.003108/2012-29
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: WHAT HAPPENED TO FREDERICK (ONCE UPON A TIME: THE COMPLETE FIRST SEASON, Estados Unidos da América - 2011)
Episódio(s): 13
Título da Série: ONCE UPON A TIME - A PRIMEIRA TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es):
Diretor(es): Mark Mylod
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Fantasia
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Tema: Conto de Fadas
Processo: 08017.003109/2012-73
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: DREAMY (ONCE UPON A TIME: THE COMPLETE FIRST SEASON, Estados Unidos da América - 2011)
Episódio(s): 14
Título da Série: ONCE UPON A TIME - A PRIMEIRA TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es):
Diretor(es): Mark Mylod
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Fantasia
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Conto de Fadas
Processo: 08017.003110/2012-06
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: RED-HANDED (ONCE UPON A TIME: THE COMPLETE FIRST SEASON, Estados Unidos da América - 2011)
Episódio(s): 15
Título da Série: ONCE UPON A TIME - A PRIMEIRA TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es):
Diretor(es): Mark Mylod
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Fantasia
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Tema: Conto de Fadas
Processo: 08017.003111/2012-42
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: HEART OF DARKNESS (ONCE UPON A TIME: THE COMPLETE FIRST SEASON, Estados Unidos da América - 2011)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Episódio(s): 16
Título da Série: ONCE UPON A TIME - A PRIMEIRA TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es):
Diretor(es): Mark Mylod
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Fantasia
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Tema: Conto de Fadas
Processo: 08017.003112/2012-97
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: HAT TRICK (ONCE UPON A TIME: THE COMPLETE FIRST SEASON, Estados Unidos da América - 2011)
Episódio(s): 17
Título da Série: ONCE UPON A TIME - A PRIMEIRA TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es):
Diretor(es): Mark Mylod
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Fantasia
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Tema: Conto de Fadas
Processo: 08017.003113/2012-31
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: THE STABLE BOY (ONCE UPON A TIME: THE COMPLETE FIRST SEASON, Estados Unidos da América - 2011)
Episódio(s): 18
Título da Série: ONCE UPON A TIME - A PRIMEIRA TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es):
Diretor(es): Mark Mylod
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Fantasia
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Tema: Conto de Fadas
Processo: 08017.003114/2012-86
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: THE RETURN (ONCE UPON A TIME: THE COMPLETE FIRST SEASON, Estados Unidos da América - 2011)
Episódio(s): 19
Título da Série: ONCE UPON A TIME - A PRIMEIRA TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es):
Diretor(es): Mark Mylod
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Fantasia
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Tema: Conto de Fadas
Processo: 08017.003115/2012-21
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: THE STRANGER (ONCE UPON A TIME: THE COMPLETE FIRST SEASON, Estados Unidos da América - 2011)
Episódio(s): 20
Título da Série: ONCE UPON A TIME - A PRIMEIRA TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es):
Diretor(es): Mark Mylod
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Fantasia
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Conto de Fadas
Processo: 08017.003116/2012-75
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: AN APPLE RED AS BLOOD (ONCE UPON A TIME: THE COMPLETE FIRST SEASON, Estados Unidos da América - 2011)
Episódio(s): 21
Título da Série: ONCE UPON A TIME - A PRIMEIRA TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es):
Diretor(es): Mark Mylod
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Fantasia
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Tema: Conto de Fadas
Processo: 08017.003117/2012-10
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: A LAND WITHOUT MAGIC (ONCE UPON A TIME: THE COMPLETE FIRST SEASON, Estados Unidos da América - 2011)
Episódio(s): 22
Título da Série: ONCE UPON A TIME - A PRIMEIRA TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es):
Diretor(es): Mark Mylod
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Fantasia
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Tema: Conto de Fadas
Processo: 08017.003118/2012-64
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

DESPACHOS DO DIRETOR ADJUNTO
Em 6 de setembro de 2012

Nº 494 - Considerando que a Fundação União Sistemas de Ensino, CNPJ: 02.884.851/0001-70, teve sua personalidade jurídica encerrada, conforme consta na Certidão emitida pelo 4º Tabelionato de Ponta Grossa - PR, datada de 9 de julho de 2012, encaminhada a este órgão pelo Ministério Público do Estado do Paraná, Protocolo nº 08015.004366/2012-42.

Considerando que a destinação do patrimônio remanescente se deu conforme o previsto no inciso IV do art. 4º da Lei nº 9.790/99.

O Diretor-Adjunto do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação, no uso da competência prevista no art. 15 da Portaria nº 1.443/06, declara o cancelamento da qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público da Fundação União Sistemas de Ensino, CNPJ: 02.884.851/0001-70.

Em 12 de setembro de 2012

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria MJ nº 1.100, de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006;

Processo MJ nº 08017.003119/2012-17
Série: "PRIVATE PRACTICE - A QUINTA TEMPORADA COMPLETA"
Temporada: QUINTA TEMPORADA
Representante: SET - Serviços Empresariais Ltda. EPP
Classificação Pretendida: Não recomendado para menores de 14 (quatorze) anos
Tema: Relações interpessoais

CONSIDERANDO que a quinta temporada da série "PRIVATE PRACTICE" foi apresentada sob a forma de análise comum por episódio, formando-se vinte e dois processos com seus respectivos números de protocolo de 08017.003119/2012-17 a 08017.003140/2012-12.

CONSIDERANDO que a análise dos episódios constatou haver coerência temática entre eles.

CONSIDERANDO que a classificação indicativa tem como objetivo transmitir aos cidadãos informação completa e de fácil compreensão sobre o conteúdo de diversões públicas.

CONSIDERANDO que, no presente caso, para melhor informar aos cidadãos e em atenção aos princípios da razoabilidade, do interesse público e da eficiência.

Resolvo apensar os processos de número protocolar de 08017.003120/2012-33 a 08017.003140/2012-12 ao processo 08017.003119/2012-17, e deferir o pedido de análise comum dos episódios aqui referidos, atribuindo a todos os episódios dessa temporada a classificação única de "Não Recomendada para Menores de 14 (quatorze) anos" por apresentar violência, conteúdo sexual e drogas lícitas.

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

Ministério da Previdência Social

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

PORTARIA Nº 508, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O DIRETOR-SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PREVIC, com fundamento no inciso VI do artigo 2º e no inciso X do artigo 11, ambos do Anexo I do Decreto nº 7075, de 26 de janeiro de 2010, combinado com a delegação de competência concedida pela Diretoria Colegiada da PREVIC, em sua 97ª Sessão Ordinária, realizada em 20 de março de 2012, resolve:

Art. 1º Prorrogar, por mais 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 28 de setembro de 2012, o prazo de que trata a Portaria nº 142, de 21 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 57, de 22 de março de 2012, seção 1, página 57, referente à intervenção na CAPAF - Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MARIA RABELO

DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

PORTARIAS DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPS nº 44000.002246/04-23, sob o comando nº 354530306 e juntada nº 356080773, resolve:

Nº 510 - Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Demais Profissionais da Saúde de Erechim Ltda., na condição de instituidora do Plano de Benefícios Previdenciários dos Cooperados do Sistema Unicred - Precaver - CNPB nº 2004.0027-11, e a Quanta - Previdência Unicred.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPS nº 44000.002246/04-23, sob o comando nº 354528010 e juntada nº 356167651, resolve:

Nº 511 - Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos, Profissionais da Saúde e Demais Profissionais Liberais do Vale do Sinos Ltda. - Unicred Vale do Sinos, na condição de instituidora do Plano de Benefícios Previdenciários dos Cooperados do Sistema Unicred - Precaver - CNPB nº 2004.0027-11, e a Quanta - Previdência Unicred.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ROBERTO FERREIRA

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.008, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Aprova a Etapa II do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado de Minas Gerais e Municípios, e aloca recursos financeiros para sua implantação.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria n° 4.279/GM/MS, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria n° 1.600/GM/MS, de 7 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria n° 2.338/GM/MS, de 3 de outubro de 2011, que estabelece diretrizes e cria mecanismos para a implantação do componente Sala de Estabilização (SE) da Rede de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria n° 2.395/GM/MS, de 11 de outubro de 2011, que organiza o Componente Hospitalar da Rede de Atenção às Urgências no âmbito do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria n° 2.527/GM/MS, de 27 de outubro de 2011, que redefine a Atenção Domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria n° 665/GM/MS, de 12 de abril de 2012, que dispõe sobre os critérios de habilitação dos estabelecimentos hospitalares como Centro de Atendimento de Urgência aos Pacientes com Acidente Vascular Cerebral (AVC), no âmbito do Sistema Único de Saúde, institui o respectivo incentivo financeiro e aprova a Linha de Cuidados em AVC;

Considerando a Portaria n° 2.994/GM/MS, de 13 de dezembro de 2011, que Aprova a Linha de Cuidado do Infarto Agudo do Miocárdio e o Protocolo de Síndromes Coronarianas Agudas, cria e altera procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS;

Considerando a Portaria n° 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 1.172/GM/MS, de 5 junho de 2012, que dispõe sobre o incentivo financeiro de custeio para o Componente Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas da Rede de Atenção às Urgências, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências; e

Considerando a Deliberação CIB-SUS/MG nº 1.160, de 20 de junho de 2012, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado de Minas Gerais, que aprova a Rede de Atenção às Urgências da Macrorregião Norte no âmbito do Estado de Minas Gerais, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Fica aprovada a Etapa II do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado de Minas Gerais, referente à Macrorregião Norte.

§ 1º O Plano de Ação de que trata o caput deste artigo estará disponível no site: http://sismac.saude.gov.br/ em até 15 (quinze) dias após a publicação desta Portaria.

§ 2º Os recursos referentes à Etapa II do Plano de Ação encontram-se no anexo I desta Portaria.

Art. 2º Ficam estabelecidos recursos a serem incorporados ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado e Municípios de Minas Gerais, conforme anexo II desta Portaria, destinados à implementação do previsto no Plano de Ação de que trata o art. 1º desta Portaria.

§ 1º Os recursos serão incorporados de acordo com o tipo de gestão dos estabelecimentos contemplados no Plano de Ação, de acordo com informação constante na ficha cadastral desses no Sistema de Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (SCNES).

§ 2º No caso dos estabelecimentos que possuem dupla gestão, o recurso será incorporado ao limite financeiro MAC do ente responsável pelo faturamento dos recursos referentes à última produção verificada no Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH-SUS).

Art. 3º Os recursos referentes à habilitação de novos leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), Unidade de Terapia Intensiva Coronariana (UCO), qualificação de UPA, habilitação e qualificação de Centrais de Regulação e Unidades do SAMU, custeio de Salas de Estabilização e habilitação de equipes de Atenção Domiciliar, serão incorporados aos limites do Estado e municípios mediante visitas técnicas e/ou habilitações, de acordo com o previsto nas portarias específicas de cada componente.

Art. 4º O cadastramento no CNES de novos leitos de UTI habilitados e/ou qualificados, novas UPA habilitadas e/ou qualificadas, novas centrais de regulação do SAMU e unidades do SAMU habilitadas e/ou qualificadas e o cadastramento das equipes de atenção domiciliar deverão ocorrer de acordo com as portarias específicas.

Art. 5º Os leitos novos e já existentes qualificados deverão ser cadastrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), nos quantitativos previstos nos planos de ação, no prazo de 30 (trinta) dias após o início de vigência desta Portaria.

Art. 6º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, aos Fundos de Saúde do Estado e Municípios de Minas Gerais, do valor mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante estabelecido no anexo II deste ato normativo, de acordo com as competências estabelecidas.

Art. 7º Os recursos orçamentários, objeto do anexo II desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade (RAU-HOSP).

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência junho de 2012.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO I

RECURSOS DO PLANO APROVADO DO ESTADO DE MINGAS GERAIS E MUNICÍPIOS (ETAPA II)

IBGE	MUNICÍPIO	VALOR APROVADO
310730	BOCAIÚVA	1.116.900,00
310860	BRASÍLIA DE MINAS	5.767.323,84
310940	BURITIZEIRO	1.116.900,00
311880	CORAÇÃO DE JESUS	300.000,00
312430	ESPINOSA	300.000,00
312670	FRANCISCO SÁ	1.200.000,00
312780	GRÃO MOGOL	1.116.900,00
313210	ITACARAMBI	300.000,00
313510	JANAÚBA	7.116.650,00
313520	JANUÁRIA	2.628.000,00
313930	MANGA	1.116.900,00
314200	MIRABELA	300.000,00
314330	MONTES CLAROS	34.406.087,56
315120	PIRAPORA	3.595.573,84
315220	PORTEIRINHA	1.116.900,00
316110	SÃO FRANCISCO	2.316.900,00
316240	SÃO JOÃO DA PONTE	300.000,00
316270	SÃO JOÃO DO PARAÍSO	1.116.900,00
316420	SÃO ROMÃO	300.000,00
316800	TAIOBEIRAS	3.595.573,84
317052	URUCUIA	300.000,00
317080	VÁRZEA DA PALMA	1.200.000,00
TOTAL		70.627.509,08

ANEXO II

RECURSOS DO PLANO APROVADO DO ESTADO DE MINAS GERAIS E MUNICÍPIOS, PARA REPASSE DA COMPETÊNCIA JUNHO DE 2012

IBGE	MUNICÍPIO	GESTÃO	VALOR
310860	BRASÍLIA DE MINAS	ESTADUAL	5.767.323,84
313510	JANAÚBA	ESTADUAL	4.488.650,00
314330	MONTES CLAROS	ESTADUAL	11.060.129,88
314330	MONTES CLAROS	MUNICIPAL	3.550.147,68
315120	PIRAPORA	ESTADUAL	2.819.948,84
316800	TAIOBEIRAS	ESTADUAL	2.044.323,84
TOTAL			29.730.524,08

PORTARIA Nº 2.009, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Aprova o Regimento Interno da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (CONITEC).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 31 do Decreto nº 7.646, de 21 de dezembro de 2011, e

Considerando os arts. 19-Q e 19-R da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, incluídos pela Lei nº 12.401, de 28 de abril de 2011, que dispõem sobre a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (CONITEC) e sobre os processos de incorporação, exclusão ou alteração pelo Sistema Único de Saúde (SUS) de medicamentos, produtos e procedimentos, bem como a constituição ou a alteração de protocolo clínico ou de diretriz terapêutica;

Considerando a competência do Ministério da Saúde para dispor sobre a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), observadas as diretrizes pactuadas pela Comissão Intergestores Tripartite (CIT), nos termos do art. 26 do Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011; e

Considerando a competência do Ministério da Saúde para dispor sobre a Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (RENASES), em âmbito nacional, observadas as diretrizes pactuadas pela CIT, nos termos do art. 22 do Decreto nº 7.508, de 28 de junho 2011, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (CONITEC), na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 1.254/GM/MS, de 29 de julho de 2005, publicada no Diário Oficial da União nº 146, Seção 1, de 1º de agosto de 2005, página 73.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO NACIONAL DE INCORPORAÇÃO

DE TECNOLOGIAS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (CONITEC)

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º A Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (CONITEC), de que trata o art. 19-Q da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, incluído pela Lei nº 12.401, de 28 de abril de 2011, e regulamentado pelo Decreto nº 7.646, de 21 de dezembro de 2011, é órgão colegiado de caráter permanente, integrante da estrutura regimental do Ministério da Saúde.

Art. 2º A CONITEC tem por objetivo assessorar o Ministério da Saúde nas atribuições relativas à incorporação, exclusão ou alteração pelo Sistema Único de Saúde (SUS) de tecnologias em saúde, na constituição ou na alteração de Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) e na atualização da Relação Nacional de Medicamentos (RENAME).

Parágrafo único. O assessoramento de que trata o caput consiste na produção de relatório que levará em consideração, no mínimo, os seguintes elementos:

I - as evidências científicas sobre a eficácia, a acurácia, a efetividade e a segurança do medicamento, produto ou procedimento objeto do processo relatado, acatadas pelo órgão competente para o registro ou a autorização de uso, de preferência comparadas à melhor tecnologia disponível no SUS e complementadas por revisão da literatura na perspectiva do SUS;

II - a avaliação econômica comparativa dos benefícios e dos custos em relação às tecnologias já incorporadas, inclusive no que se refere aos atendimentos domiciliar, ambulatorial ou hospitalar, quando cabível;

III - o impacto da incorporação da tecnologia no SUS;

IV - a relevância da incorporação tecnológica para as políticas de saúde prioritárias do SUS;

V - as condicionantes necessárias, tais como o preço máximo de incorporação, critérios técnico-assistenciais para alocação, estrutura e logística necessários para implantação da tecnologia e acompanhamento da tecnologia incorporada, quando pertinente;

VI - as contribuições recebidas nas consultas públicas e, quando realizadas, nas audiências públicas; e

VII - a inovação e contribuição para o desenvolvimento tecnológico do Brasil.

Art. 3º No exercício de suas competências, a CONITEC deverá observar as seguintes diretrizes:

I - a universalidade e a integralidade das ações de saúde no âmbito do SUS;

II - a proteção do cidadão nas ações de promoção à saúde, prevenção de doenças e assistência, por meio de processo qualificado de incorporação de tecnologias no SUS;

III - a incorporação de tecnologias por critérios racionais e parâmetros de eficácia, efetividade, eficiência e segurança adequados às necessidades de saúde; e

IV - a incorporação de tecnologias que sejam relevantes para o sistema de saúde, baseadas na relação custo-efetividade.

§ 1º Os atos da CONITEC serão públicos, ressalvados aqueles protegidos por sigilo, nos termos da lei.

§ 2º Caberá exclusivamente à Secretaria-Executiva da CONITEC dar publicidade aos atos do referido colegiado.

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 4° Compete à CONITEC:

I - emitir relatório sobre:

a) a incorporação, exclusão ou alteração no SUS de tecnologias em saúde; e

b) a constituição ou alteração de PCDT; e

II - propor a atualização da RENAME.

Parágrafo único. Para o cumprimento de suas competências a CONITEC poderá:

I - solicitar aos órgãos do Ministério da Saúde:

a) a elaboração de proposta de constituição ou de alteração de PCDT de interesse para o SUS;

b) a realização de avaliação das solicitações de incorporação, alteração ou exclusão de tecnologias em saúde no âmbito do SUS; e

c) estudos de impacto orçamentário no SUS em virtude da incorporação, exclusão ou alteração de tecnologias em saúde;

II - solicitar à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde (SCTIE/MS):

a) a realização e contratação de estudos;

b) a celebração de acordos de cooperação técnica com entidades públicas e privadas e hospitais de ensino para a realização de estudos de avaliação de tecnologias em saúde; e

c) a celebração de acordos de cooperação técnica com órgãos e entidades públicas estrangeiras com atribuições afins;

III - solicitar aos órgãos do Ministério da Saúde e às entidades a ele vinculadas informações relativas ao monitoramento de novas tecnologias em saúde;

IV - solicitar à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) informações relativas ao registro, indicações, características, monitoramento de mercado e vigilância pós-comercialização de tecnologias em saúde, além de outras informações necessárias;

V - solicitar e fornecer informações à Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), criada pela Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003;

VI - disponibilizar informações a órgãos e entidades públicas para gestão de tecnologias em saúde, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei;

VII - organizar repositório de informações sobre tecnologias em saúde; e

VIII - constituir subcomissões técnicas no âmbito da CONITEC.

Art. 5º A CONITEC poderá convidar representantes de entidades, autoridades, cientistas e técnicos nacionais ou estrangeiros para, exclusivamente em caráter auxiliar, colaborar em reuniões ou fornecer subsídios técnicos.

§ 1º Ante a natureza das matérias tratadas, os convidados de que trata o caput deverão apresentar declaração de potenciais conflitos de interesse e firmar termo de confidencialidade sobre as atividades que desenvolverem em cooperação com a CONITEC.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§ 2º As despesas decorrentes do deslocamento e da estadia de convidados para a participação nas reuniões da CONITEC serão custeadas por meio das dotações orçamentárias consignadas ao Ministério da Saúde, observados os limites de movimentação, empenho e pagamento fixados anualmente e obedecido o disposto na legislação vigente.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DA CONITEC

Art. 6º A CONITEC tem a seguinte estrutura de funcionamento:

I - Plenário; e

II - Secretaria-Executiva.

Seção I

Do Plenário

Art. 7º O Plenário é o fórum responsável pela discussão e deliberação das matérias submetidas à CONITEC.

Art. 8º O Plenário é composto por treze membros, com direito a voto, que representam os seguintes órgãos e entidades:

I - Ministério da Saúde:

a) Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE/MS), que a presidirá;

b) Secretaria-Executiva (SE/MS);

c) Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI/MS);

d) Secretaria de Atenção à Saúde (SAS/MS);

e) Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS/MS);

f) Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP/MS); e

g) Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES/MS);

II - Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS);

III - Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);

IV - Conselho Nacional de Saúde (CNS);

V - Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS);

VI - Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS); e

VII - Conselho Federal de Medicina (CFM).

Parágrafo único. Os representantes serão indicados pelos respectivos dirigentes máximos à Secretaria-Executiva da CONITEC e serão designados pelo Ministro de Estado da Saúde.

Art. 9º Cada órgão ou entidade deverá indicar um titular, além do primeiro e segundo suplentes, para fins da respectiva representação no Plenário, cuja indicação deverá ser comunicada à Secretaria-Executiva da CONITEC.

§ 1º A eventual substituição de representante indicado, que poderá ser efetuada a qualquer tempo, deverá ser comunicada à Secretaria-Executiva da CONITEC para fins da respectiva designação pelo Ministro de Estado da Saúde.

§ 2º Os representantes, titulares e suplentes, deverão firmar termo de confidencialidade e declaração de conflito de interesse relativamente aos assuntos deliberados no âmbito da CONITEC.

§ 3º A participação do representante na CONITEC será considerada função de relevante interesse público e não será remunerada.

§ 4º As despesas de transporte e estadia para a participação do titular ou seu substituto serão, quando necessário, custeadas por meio das dotações orçamentárias consignadas ao Ministério da Saúde, observados os limites de movimentação, empenho e pagamento fixados anualmente e o disposto na legislação vigente.

§ 5º O disposto no § 4º aplica-se às despesas decorrentes de reuniões ordinárias e extraordinárias.

§ 6º Para fins de justificativa junto aos órgãos competentes, a Secretaria-Executiva da CONITEC poderá emitir declaração de participação dos membros do Plenário nas reuniões.

Art. 10. Aos membros do Plenário da CONITEC compete:

I - zelar pelo pleno exercício das suas competências;

II - analisar, nos prazos estabelecidos neste Regimento, matérias que lhes forem distribuídas, podendo solicitar o assessoramento técnico e administrativo do Ministério da Saúde;

III - elaborar relatório e voto fundamentado, a serem proferidos em reunião do Plenário, sobre a matéria que lhes for distribuída;

IV - votar nas matérias submetidas à deliberação;

V - manter confidencialidade dos assuntos tratados no âmbito da CONITEC; e

VI - declarar impedimento de votação na hipótese de haver conflito de interesse na matéria a ser deliberada.

Seção II

Da Secretaria-Executiva da CONITEC

Art. 11. A Secretaria-Executiva é responsável pela gestão e pelo suporte administrativo da CONITEC.

Parágrafo único. A Secretaria-Executiva da CONITEC será exercida pelo Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde (DGITS/SCTIE/MS).

Art. 12. Compete à Secretaria-Executiva da CONITEC:

I - realizar análise prévia dos requerimentos administrativos apresentados à CONITEC, por meio de avaliação da conformidade formal da documentação e das amostras, nos termos do Capítulo V deste Regimento Interno;

II - providenciar, a pedido do Plenário da CONITEC, a submissão das matérias à consulta pública;

III - praticar todos os atos de gestão administrativa necessários ao desenvolvimento das atividades da CONITEC, inclusive a sistematização de informações para subsidiar as atividades dos membros do Plenário, nos termos deste Regimento Interno;

IV - sem prejuízo das atribuições do Plenário, desenvolver as atividades previstas nos incisos III, IV, VI e VII do parágrafo único do art. 4º;

V - sistematizar as informações para subsidiar as atividades dos membros do Plenário;

VI - dar publicidade ao relatório da CONITEC após o término do processo; e

VII - efetuar atividades determinadas pelo Plenário.

§ 1º Para o cumprimento do disposto neste artigo, a Secretaria-Executiva poderá articular-se com os demais órgãos do Ministério da Saúde.

§ 2º Os integrantes da Secretaria-Executiva deverão firmar termo de confidencialidade e declaração de potenciais conflitos de interesses relativamente a quaisquer assuntos tratados no âmbito da CONITEC.

Seção III

Das Subcomissões Técnicas

Art. 13. As subcomissões técnicas têm a função de prover apoio técnico às reuniões do Plenário da CONITEC.

Parágrafo único. As atividades executadas pelas subcomissões técnicas serão enviadas ao Plenário com trâmite pela Secretaria-Executiva.

Art. 14. Os membros das subcomissões técnicas serão indicados pelos órgãos e entidades designadas pelo Plenário da CONITEC.

Art. 15. Para cumprimento de suas finalidades, ficam instituídas as seguintes subcomissões técnicas permanentes no âmbito da CONITEC:

I - Subcomissão Técnica de Avaliação de PCDT;

II - Subcomissão Técnica de Atualização da RENAME e do Formulário Terapêutico Nacional (FTN); e

III - Subcomissão Técnica de Atualização da Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (RENASES).

Art. 16. Fica o Plenário autorizado a instituir, se conveniente e oportuno, de forma motivada, outras subcomissões de caráter temporário.

§ 1º No caso de subcomissões de caráter temporário, a sua duração será de dois anos, prorrogável uma única vez por, no máximo, dois anos.

§ 2º Decorrido o prazo máximo de prorrogação de que trata o parágrafo anterior, caso seja conveniente e oportuna a manutenção das atividades da subcomissão temporária, fica o Plenário da CONITEC autorizado a submeter à aprovação do Ministro de Estado da Saúde, de forma motivada, a sua constituição em caráter permanente mediante proposta de alteração deste Regimento Interno.

Art. 17. Para cumprimento de suas competências, as subcomissões técnicas poderão convidar representantes de entidades, autoridades, cientistas e técnicos nacionais ou estrangeiros para, exclusivamente em caráter auxiliar, colaborarem em suas atividades.

§ 1º Aos convidados das subcomissões aplica-se o disposto no § 1º do art. 5º.

§ 2º Os convites deverão ser previamente avaliados pela Secretaria-Executiva sobre a existência de disponibilidade orçamentária para custeio das despesas de que trata o § 2º do art. 5º.

Subseção I

Da Subcomissão Técnica de Avaliação de PCDT

Art. 18. A Subcomissão Técnica de Avaliação de PCDT será composta de um representante, titular e suplente, dos seguintes órgãos do Ministério da Saúde:

I - da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE/MS):

a) do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologia em Saúde (DGITS/SCTIE/MS), que a coordenará;

b) do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos (DAF/SCTIE/MS); e

c) do Departamento de Ciência e Tecnologia (DECIT/SCTIE/MS);

II - da Secretaria de Atenção à Saúde (SAS/MS);

III - da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS/MS); e

IV - da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI/MS).

Art. 19. Compete à Subcomissão Técnica de Avaliação de PCDT:

I - aprimorar guia metodológico para a elaboração de PCDT;

II - definir metodologia e fluxo para avaliação de PCDT;

III - construir banco de especialistas para elaborar e revisar PCDT;

IV - desenvolver critérios para a escolha de temas para futuros PCDT;

V - definir temas para novos PCDT e delimitar escopo;

VI - acompanhar, em conjunto com os órgãos competentes do Ministério da Saúde, a elaboração dos PCDT;

VII - avaliar a versão preliminar do texto do PCDT e os algoritmos de diagnóstico, tratamento e monitoramento propostos;

VIII - avaliar as evidências apresentadas e definir a necessidade de estudos adicionais;

IX - receber a síntese das contribuições das consultas públicas realizadas pelos órgãos competentes do Ministério da Saúde e avaliar a necessidade de informações adicionais;

X - avaliar a versão final do PCDT e preparar manifestação técnica para subsidiar a análise pelo Plenário;

XI - desenvolver estratégias de comunicação e disseminação dos PCDT para os diversos atores da sociedade; e

XII - atualizar periodicamente os PCDT vigentes.

Subseção II

Da Subcomissão Técnica de Atualização da RENAME e do FTN

Art. 20. A Subcomissão Técnica de Atualização da RENAME e do FTN será composta de um representante, titular e suplente, dos seguintes órgãos do Ministério da Saúde:

I - do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégico (DAF/SCTIE/MS), que a coordenará;

II - do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde (DGITS/SCTIE/MS); e

III - do Departamento de Ciência e Tecnologia (DECIT/SCTIE/MS).

Art. 21. Compete à Subcomissão Técnica de Atualização da RENAME e do FTN:

I - revisar o elenco de medicamentos e insumos da RENAME vigente, visando a sua atualização permanente;

II - demandar ao Plenário a avaliação para incorporação, exclusão e alteração de medicamentos e insumos da RENAME analisados pela subcomissão, que constam ou não da RENAME vigente;

III - consolidar periodicamente a RENAME, a partir das deliberações da CONITEC, e submetê-la ao DAF/SCTIE/MS para fins de pactuação tripartite; e

IV - atualizar de forma permanente o FTN, tornando-o instrumento para a promoção do uso racional dos medicamentos definidos na RENAME.

Subseção III

Da Subcomissão Técnica de Atualização da RENASES

Art. 22. A Subcomissão Técnica de Atualização da RENASES será composta de um representante, titular e suplente, dos seguintes órgãos do Ministério da Saúde:

I - da Secretaria de Atenção à Saúde (SAS/MS), que a coordenará;

II - da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE/MS):

a) do Departamento e Gestão e Incorporação de Tecnologia em Saúde (DGITS/SCTIE/MS);

b) do Departamento de Ciência e Tecnologia (DECIT/SCTIE/MS);

c) do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos (DAF/SCTIE/MS); e

d) do Departamento do Complexo Industrial e Inovação em Saúde (DECIIS/SCTIE/MS);

III - da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS/MS);

IV - da Secretaria-Executiva (SE/MS); e

V - da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI/MS).

Art. 23. Compete à Subcomissão Técnica de Atualização da RENASES:

I - revisar o elenco de ações e serviços disponibilizados na RENASES vigente, visando a sua atualização permanente;

II - demandar ao Plenário a avaliação para incorporação, exclusão e alteração de tecnologias e procedimentos da RENASES analisados pela subcomissão, que constam ou não da RENASES vigente; e

III - consolidar periodicamente a RENASES, a partir das deliberações da CONITEC, e submetê-la à pactuação tripartite.

CAPÍTULO IV

DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Art. 24. A incorporação, a exclusão e a alteração pelo SUS de tecnologias em saúde e a constituição ou alteração de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas serão precedidas de processo administrativo.

Art. 25. O processo administrativo deverá ser concluído em prazo não superior a cento e oitenta dias, contado da data em que foi protocolado o requerimento, admitida a sua prorrogação por noventa dias, quando as circunstâncias exigirem.

§ 1º Considera-se a decisão do Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde sobre o pedido formulado no processo administrativo como o termo final para fins de contagem do prazo previsto no caput.

§ 2º No caso de impossibilidade de cumprimento do prazo previsto no caput, o processo administrativo entrará em regime de urgência nos seguintes termos:

I - se o processo estiver em análise pela CONITEC, ficam sobrestadas todas as deliberações a respeito de processos prontos para avaliação até a emissão do relatório sobre o processo pendente; ou

II - se o processo estiver em fase de decisão pelo Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, ficam sobrestados todos os demais processos prontos para decisão até a prática do ato sobre o processo pendente.

Seção I

Do Requerimento

Art. 26. Os requerimentos de instauração do processo administrativo para incorporação, alteração ou exclusão pelo SUS de tecnologias em saúde e para constituição ou alteração de PCDT deverão ser protocolados pelo interessado na Secretaria-Executiva da CONITEC, para registro no Sistema Integrado de Protocolo e Arquivo do Ministério da Saúde (SIPAR).

§ 1º O solicitante deverá apresentar, no ato da protocolização, os documentos exigidos, obedecendo-se o modelo estabelecido pela CONITEC conforme descrito no Capítulo V deste Regimento Interno.

§ 2º Caso o medicamento seja destinado a mais de uma indicação, deverão ser protocoladas solicitações específicas para cada uma dessas indicações.

§ 3º No caso de produto para saúde, quando dois ou mais produtos compuserem um único sistema, deverá ser protocolado um único requerimento abrangendo todos os produtos para aquela indicação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

§ 4º A Secretaria-Executiva poderá solicitar informações complementares ao requerente para subsidiar a análise do pedido.

§ 5º No caso de propostas de iniciativa do próprio Ministério da Saúde, serão consideradas as informações disponíveis e os estudos técnicos baseados em evidências científicas já realizados para fins de análise pela CONITEC.

§ 6º Para fins do disposto no parágrafo anterior, quando se tratar de PCDT, a documentação mínima obrigatória deverá conter o algoritmo de diagnóstico e tratamento e os pareceres técnico-científicos das tecnologias em saúde a serem incluídas e excluídas e caberá à área técnica indicar o relator da matéria na reunião do Plenário.

Art. 27. O requerimento de instauração do processo administrativo para a exclusão de tecnologias em saúde no SUS deverá ser acompanhado dos documentos previstos no Capítulo V deste Regimento Interno, além de outros que venham a ser determinados em ato específico da CONITEC.

Art. 28. A Secretaria-Executiva da CONITEC verificará previamente a conformidade da documentação exigida.

§ 1º Constatada, de forma motivada, a ausência de conformidade da documentação com os requisitos previstos no Capítulo V deste Regimento Interno, a Secretaria-Executiva remeterá o processo, com identificação do requisito formal descumprido pelo interessado, para avaliação da matéria pelo Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, que poderá:

I - acolher a manifestação técnica e indeferir o processamento do pedido, sem avaliação do mérito; ou

II - não acolher a manifestação técnica e determinar o retorno dos autos à Secretaria-Executiva da CONITEC para o processamento do pedido.

§ 2º Na hipótese do inciso I do § 1º, a Secretaria-Executiva da CONITEC notificará o requerente no prazo de quinze dias e procederá ao arquivamento do requerimento, sem prejuízo da possibilidade de apresentação pelo interessado de novo requerimento junto ao Ministério da Saúde com observância dos requisitos previstos no Capítulo V desta Portaria.

§ 3º Da decisão de que trata o inciso I do § 1º caberá a interposição de recurso ao Ministro de Estado da Saúde, sem efeito suspensivo, no prazo de dez dias contado a partir da ciência da decisão.

Seção II

Da Instrução Processual

Art. 29. A Secretaria-Executiva da CONITEC, após atestar o cumprimento dos requisitos formais para o processamento do pedido, adotará as providências necessárias para instrução do processo e, posteriormente, a sua distribuição ao Plenário.

Art. 30. Para os fins do disposto no artigo anterior, as providências necessárias para a instrução do processo são:

I - acionamento do órgão do Ministério da Saúde responsável pelo tema demandado para incorporação, alteração ou exclusão de tecnologias em saúde;

II - análise das evidências científicas e avaliações econômicas apresentadas pelo solicitante; e

III - se necessário, o desenvolvimento de estudos e pesquisas, em articulação com os órgãos do Ministério da Saúde ou das entidades a ele vinculadas e/ou com instituições de ensino, pesquisa e assistência.

Parágrafo único. Após a conclusão das providências descritas no caput, a Secretaria-Executiva elaborará relatório técnico e o encaminhará ao Plenário.

Art. 31. A Secretaria-Executiva, de ordem do Presidente da CONITEC, tornará pública aos membros do Plenário a pauta de processos a serem deliberados, com antecedência mínima de dez dias da reunião.

Art. 32. O Plenário poderá requerer à Secretaria-Executiva a realização de diligência para complementar a instrução do processo.

Seção III

Das Reuniões do Plenário

Art. 33. O Plenário reunir-se-á ordinariamente de acordo com calendário anual previamente por ele aprovado e, extraordinariamente, por convocação da Presidência.

§ 1º As reuniões do Plenário serão realizadas com o quórum mínimo de sete membros.

§ 2º Caso seja constatada a ausência do membro titular por três reuniões ordinárias no período de seis meses, a Secretaria-Executiva da CONITEC solicitará ao órgão ou entidade a indicação de novo membro titular para fins de substituição do referido representante.

§ 3º Depois de oficiada a solicitação de que trata o § 2º, deverão ser observados os seguintes procedimentos:

I - o membro titular ficará impedido de votar nas reuniões subsequentes do Plenário, ocasiões em que o direito de voto poderá ser provisoriamente exercido pelo respectivo primeiro ou segundo suplente; e

II - o órgão ou entidade terá até trinta dias a contar da ciência da solicitação para que seja indicado novo membro titular para fins de designação pelo Ministro de Estado da Saúde.

§ 4º A reunião ordinária poderá ser cancelada por falta de quórum mínimo, por determinação do Presidente da CONITEC ou por motivo de força maior, sendo possível ser substituída por reunião extraordinária.

§ 5º As reuniões extraordinárias, quando convocadas, observarão os mesmos procedimentos das reuniões ordinárias.

Art. 34. As reuniões do Plenário serão registradas em atas, nas quais devem constar, no mínimo:

I - a relação dos participantes contendo o nome de cada membro, do órgão ou entidade que representa e a qualidade de sua participação, ou seja, se titular, primeiro ou segundo suplente;

II - a súmula dos assuntos tratados, descrita de forma sucinta, incluindo-se sugestões apresentadas, todos os votos proferidos e seus fundamentos; e

III - a aprovação da ata da reunião anterior.

§ 1º A súmula deve mencionar o número de votos contra e a favor a uma determinada posição adotada no âmbito do Plenário e os eventuais impedimentos de votação para cada assunto da ordem do dia.

§ 2° A ata de cada reunião será elaborada pela Secretaria-Executiva da CONITEC, que providenciará o envio a cada membro do Plenário, para análise, no prazo de quinze dias, após a realização da reunião.

§ 3º As eventuais sugestões de emendas e correções à ata deverão ser encaminhadas à Secretaria-Executiva da CONITEC no prazo de sete dias depois do seu recebimento e poderão ser incluídas no texto para assinatura na reunião subsequente.

§ 4º Uma vez aprovada a ata pelo Plenário, a Secretaria-Executiva da CONITEC providenciará os devidos registros e seu arquivamento.

Seção IV

Das Deliberações do Plenário

Art. 35. As deliberações do Plenário serão aprovadas preferencialmente por consenso.

§ 1º Caso não haja consenso, o Plenário firmará posicionamento sobre a matéria por meio de votação nominal de seus membros, vencendo a posição que obtiver aprovação por maioria simples, observado o quorum mínimo estabelecido no § 1º do art. 33 para a realização das reuniões.

§ 2º Caso haja pedido de vista por parte de um dos membros, a votação será suspensa temporariamente e a matéria deverá retornar para continuidade da deliberação na próxima reunião, ordinária ou extraordinária.

§ 3º Os convidados de que trata o art. 5º, os integrantes da Secretaria-Executiva e o membro que esteja apenas acompanhando aquele em efetiva representação de seu órgão ou entidade na reunião terão direito a voz, mas não a voto.

Art. 36. As deliberações do Plenário da CONITEC para cada processo serão convertidas em Registros subscritos por todos os votantes, na forma de relatórios, separados por tipo de recomendação e numerados correlativamente.

§ 1º No caso da impossibilidade de um ou mais membros subscreverem um Registro, o Plenário poderá conferir ao Presidente a responsabilidade por efetuar a referida subscrição.

§ 2º O Registro poderá ser de um dos seguintes tipos formais:

I - pela incorporação da tecnologia em saúde;

II - pela não incorporação da tecnologia em saúde;

III - pela ampliação da indicação da tecnologia em saúde, segundo a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10);

IV - pela restrição da indicação da tecnologia em saúde, segundo a CID-10;

V - pela exclusão da tecnologia em saúde;

VI - pela não exclusão da tecnologia em saúde;

VII - pela constituição ou alteração de PCDT; ou

VIII - pela aprovação de PCDT.

§ 3º A deliberação do Plenário da CONITEC poderá ser condicionada a um ou mais dos seguintes requisitos:

I - preço máximo para incorporação da tecnologia em saúde;

II - seleção de centros de notória especialização para incorporação da tecnologia em saúde;

III - realização de estudo nas condições reais de uso da população brasileira;

IV - incorporação de múltiplas tecnologias em saúde em uma linha de cuidado; e

V - outros requisitos que venham a ser estabelecidos pelo Plenário.

Art. 37. Para cada processo deliberado, o respectivo Registro, na forma de relatório, constituir-se-á no parecer conclusivo sobre o tema, que será submetido pela Secretaria-Executiva à consulta pública para recebimento de contribuições e sugestões pelo prazo de vinte dias.

§ 1º A critério do Plenário e com a devida motivação, o período de recebimento de contribuições poderá ser excepcionalmente reduzido, caso se verifique urgência na deliberação, respeitado o período mínimo de dez dias.

§ 2º As contribuições à consulta pública que se referirem ao mérito das evidências científicas deverão ser acompanhadas dos estudos completos sobre a matéria e das respectivas referências bibliográficas.

§ 3º Quando se tratar de PCDT, caberá à Secretaria-Executiva da CONITEC encaminhar a demanda ao órgão do Ministério da Saúde competente para realização de consulta pública, observados os prazos máximos definidos neste artigo.

Art. 38. As contribuições e sugestões recebidas na consulta pública serão organizadas pela Secretaria-Executiva e encaminhadas para análise pelo Plenário em regime de prioridade.

Parágrafo único. O Plenário examinará as contribuições e sugestões e retificará ou ratificará o parecer conclusivo, com a respectiva fundamentação.

Art. 39. Concluída a deliberação pelo Plenário, o Registro, na forma de relatório, será encaminhado pela Secretaria-Executiva da CONITEC ao Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde para decisão.

Seção V

Da Decisão Sobre o Requerimento Formulado no Processo Administrativo

Art. 40. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde poderá solicitar a realização de audiência pública antes de sua decisão, conforme a relevância da matéria.

Parágrafo único. Na hipótese de realização de audiência pública, poderá o Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde requerer manifestação, em regime de prioridade, pelo Plenário da CONITEC sobre as sugestões e contribuições apresentadas, que as examinará, proferindo a respectiva manifestação sobre a matéria com a devida fundamentação.

Art. 41. Quando se tratar de constituição ou alteração de PCDT, o Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos deverá submeter o pedido à manifestação do titular da Secretaria responsável pelo programa ou ação, conforme a matéria.

Art. 42. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde decidirá sobre o requerimento formulado no processo administrativo, com respectiva publicação do ato no Diário Oficial da União.

Parágrafo único. A decisão de que trata o caput deste artigo observará, no caso de requerimento de constituição ou alteração de PCDT, a manifestação emitida nos termos do art. 41.

Art. 43. Da decisão de que trata o artigo anterior cabe recurso, sem efeito suspensivo, no prazo de dez dias, contado a partir da publicação oficial da decisão.

Art. 44. O recurso deverá ser dirigido ao Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos que, caso não reconsidere sua decisão no prazo de cinco dias, o encaminhará de ofício ao Ministro de Estado da Saúde, instância máxima decisória em nível administrativo.

Parágrafo único. Os recursos serão interpostos por meio de requerimento no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, podendo juntar os documentos que julgar convenientes para instruí-lo.

Art. 45. O Ministro de Estado da Saúde poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida em até trinta dias, prorrogáveis, mediante justificativa expressa, por igual período de tempo.

§ 1º Se a decisão do Ministro de Estado da Saúde puder implicar gravame à situação do recorrente, este deverá ser cientificado para que formule suas alegações em até dez dias.

§ 2º A decisão do Ministro de Estado da Saúde será publicada no Diário Oficial da União.

Art. 46. Na contagem dos prazos, exclui-se o dia do início e inclui-se o dia do vencimento.

§ 1º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se a data final para a prática do ato se encerrar em dia não útil, feriado ou em dia em que:

I - for determinado o fechamento das dependências do Ministério da Saúde; ou

II - o expediente do Ministério da Saúde for encerrado antes do horário regular de funcionamento.

§ 2º Os prazos somente começam a correr a partir do primeiro dia útil após a publicação das decisões ou a notificação do interessado.

CAPÍTULO V

DAS INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE INCORPORAÇÃO DE TECNOLOGIA PARA A SAÚDE

Art. 47. Para cada tipo de tecnologia em saúde a ser proposta para fins de incorporação pelo SUS, o proponente deverá entregar a seguinte documentação:

I - formulário para apresentação de proposta de incorporação de tecnologia em saúde preenchido, impresso e assinado, contendo os seguintes itens:

a) informações sobre o proponente;

b) declaração de entrega de todas as informações e documentos obrigatórios para a composição do processo de proposta de incorporação, exclusão ou alteração de tecnologia em saúde; e

c) resumo executivo: descrição sucinta da proposta de incorporação, exclusão ou alteração de tecnologia em saúde, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

1. motivo da solicitação de incorporação, exclusão ou alteração de tecnologia em saúde;

2. nome comercial da tecnologia em saúde no Brasil e, no caso de medicamento, também o do princípio ativo;

3. nome do fabricante;

4. natureza da tecnologia: terapia, diagnóstico, prevenção ou, no caso de outra, com a respectiva classificação;

5. proteções patentárias da tecnologia em saúde no Brasil e as respectivas validades;

6. descrição da(s) apresentação(ões) solicitada(s), conforme registro na ANVISA;

7. número e validade do registro na ANVISA;

8. indicações e/ou usos aprovados pela ANVISA;

9. indicação proposta para o SUS (deve ser citada apenas uma indicação por solicitação);

10. fase ou estágio da doença ou da condição de saúde em que a tecnologia em saúde será utilizada (deve ser citada apenas uma fase/estágio por solicitação);

11. caracterização da tecnologia em saúde em relação (à)s atualmente utilizada(s) no SUS (alternativa, complementar, substitutiva);

12. valor agregado com o uso da tecnologia em saúde, se houver;

13. necessidade de adequação de infraestrutura para o uso da tecnologia;

14. comparador principal ou padrão-ouro;

15. estudo(s) no(s) qual(is) a evidência clínica apresentada é baseada;

16. principais desfechos clínicos dos estudos apresentados na proposta;

17. tipo de avaliação econômica realizada (na perspectiva do SUS);

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

18. razão incremental de custo-efetividade;

19. preço CMED (preço fábrica - ICMS 18%), no caso de medicamento;

20. preço proposto para a incorporação ou alteração da tecnologia em saúde, em moeda corrente (R$);

21. estimativa anual do número de pacientes que poderão utilizar a tecnologia em saúde nos primeiros cinco anos; e

22. estimativa de impacto orçamentário da tecnologia em saúde no SUS, na abordagem epidemiológica, para os primeiros cinco anos de utilização;

II - documento principal composto das seguintes partes:

a) sumário: lista organizada, com indicação dos números das páginas em que estão localizados os assuntos, seções, etc;

b) descrição da doença e/ou condição de saúde: epidemiologia, história natural da doença, incidência e/ou prevalência, etc;

c) descrição da tecnologia em saúde, com o seguinte conteúdo mínimo:

1. informações sobre a tecnologia em saúde: nome comercial do produto no Brasil e no País de origem, descrição sintética da tecnologia em saúde, identificação do fabricante, indicação (doença ou condição de saúde), proposta da tecnologia em saúde em conformidade com o registro do produto na ANVISA e forma de apresentação e concentração (em caso de medicamentos);

2. identificação de proposta: apontar se trata da incorporação de medicamento ou produto para saúde (diagnóstico ou tratamento) ou procedimento ou nova indicação ou nova apresentação de medicamento já disponível no SUS;

3. informações sobre a regularidade sanitária: número de registro na ANVISA (13 dígitos), validade do registro na ANVISA e data da publicação do registro na ANVISA; e

4. informações de mercado: proteção patentária no Brasil, validade da patente, preço aprovado pela CMED, no caso de medicamento, e preço proposto de venda ao governo;

d) descrição das evidências científicas relativas à eficácia, efetividade, acurácia e segurança da tecnologia em saúde proposta, comparadas, quando couber, a tecnologias em saúde já incorporadas, por meio de apresentação de Revisão Sistemática ou Parecer Técnico-Científico (PTC) desenvolvido de acordo com a edição atualizada da Diretriz Metodológica de Elaboração de PTC do Ministério da Saúde;

e) apresentação de estudo de avaliação econômica (custo-efetividade, custo-minimização, custo-utilidade ou custo-benefício) na perspectiva do SUS, de acordo com a edição atualizada da Diretriz Metodológica de Estudos de Avaliação Econômica de Tecnologias em Saúde do Ministério da Saúde;

f) apresentação de estimativa de impacto orçamentário, na abordagem epidemiológica, da tecnologia proposta e correspondente comparação com a tecnologia em saúde já disponível no SUS;

g) referências bibliográficas; e

h) anexo: cópia da bula ou instrução de uso aprovada na ANVISA;

III - textos completos dos estudos científicos referenciados (apenas em meio digital).

Parágrafo único. O formulário para apresentação de proposta de incorporação de tecnologia em saúde e as Diretrizes Metodológicas do Ministério da Saúde encontram-se disponíveis no Portal da Saúde, no endereço eletrônico http://portal.saude.gov.br, na página da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos - Novas Tecnologias.

Art. 48. Os artigos científicos em língua estrangeira, exceto nas línguas inglesa e espanhola, deverão ser entregues com tradução juramentada para a língua portuguesa.

Art. 49. A CONITEC poderá dispensar a entrega de documento(s) listado(s) nos termos do art. 47 nos casos de necessidade emergencial ou interesse do SUS.

Art. 50. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão dirimidos pelo Plenário.

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.266, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal na operadora UNICLÍNICAS Plano de Saúde Ltda.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do art. 6º e a alínea "c" do inciso II do art. 86, do Regimento Interno aprovado pela RN 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 28 de agosto de 2012, considerando os elementos constantes do processo administrativo n.º 33902.627735/2011-31, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente, na forma do disposto no inciso I e III, do art. 82, da RN 197, de 16 de julho de 2009, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica encerrado o Regime de Direção Fiscal na operadora UNICLÍNICAS Plano de Saúde Ltda, Registro ANS nº 34.774-4, inscrita no CNPJ sob n.º 76.104.132/0001-25.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

MAURICIO CESCHIN
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.267, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora UNIMED Parnaíba Cooperativa de Trabalho Médico.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do art. 6º e a alínea "c" do inciso II do art. 86, do Regimento Interno aprovado pela RN 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 28 de agosto de 2012, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo n.º 33902.311095/2010-60, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente, na forma do disposto nos incisos I e III, do art. 82, da RN 197 de 16 de julho de 2009, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica instaurado o Regime de Direção Fiscal na operadora UNIMED Parnaíba Cooperativa de Trabalho Médico, registro ANS nº 33.371-9, inscrita no CNPJ sob o nº 23.511.850/0001-50.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

MAURICIO CESCHIN
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.268, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal na empresa Caixa de Assistência dos Advogados da Paraíba - CAAPB.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do art. 6º e a alínea "c" do inciso II do art. 86, do Regimento Interno aprovado pela RN 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 28 de agosto de 2012, considerando os elementos constantes do processo administrativo n.º 33902.216977/2012-84, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente, na forma do disposto no inciso I e III, do art. 82, da RN 197, de 16 de julho de 2009, determino a sua publicação:

Art. 1ºFica encerrado o Regime de Direção Fiscal na empresa Caixa de Assistência dos Advogados da Paraíba - CAAPB, sem registro ANS , inscrita no CNPJ sob n.º 41.139.882/0001-58.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

MAURICIO CESCHIN
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.269, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal e posterior cancelamento do registro da operadora Policlínica Rio Grande Ltda.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do art. 6º e a alínea "c" do inciso II do art. 86, do Regimento Interno aprovado pela RN 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 28 de agosto de 2012, considerando os elementos constantes do processo administrativo n.º 33902.314469/2010-07, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente, na forma do disposto no inciso I e III, do art. 82, da RN 197, de 16 de julho de 2009, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica encerrado o Regime de Direção Fiscal e o posterior cancelamento do registro da operadora Policlínica Rio Grande Ltda, registro ANS nº 40.488-8, inscrita no CNPJ sob n.º 89.429.815/0001-02.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

MAURICIO CESCHIN
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.270, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal na empresa Centro de Saúde Luz Ltda.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do art. 6º e a alínea "c" do inciso II do art. 86, do Regimento Interno aprovado pela RN 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 28 de agosto de 2012, considerando os elementos constantes do processo administrativo n.º 33902.197946/2010-55, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente, na forma do disposto no inciso I e III, do art. 82, da RN 197, de 16 de julho de 2009, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica encerrado o Regime de Direção Fiscal na empresa Centro de Saúde Luz Ltda, sem registro ANS, inscrita no CNPJ sob n.º 08.358.634/0001-22.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

MAURICIO CESCHIN
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.271, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal e posterior cancelamento do registro da operadora M.C. de Carvalho Rodrigues e Cia Ltda.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do art. 6º e a alínea "c" do inciso II do art. 86, do Regimento Interno aprovado pela RN 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 28 de agosto de 2012, considerando os elementos constantes do processo administrativo n.º 33902.280365/2010-83, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente, na forma do disposto no inciso I e III, do art. 82, da RN 197, de 16 de julho de 2009, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica encerrado o Regime de Direção Fiscal e o posterior cancelamento do registro da operadora M.C. de Carvalho Rodrigues e Cia Ltda, registro ANS nº 41.248-1, inscrita no CNPJ sob n.º 01.638.673/0001-34.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

MAURICIO CESCHIN
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.272, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Caixa de Assistência dos Funcionários da Empresa Energética de Sergipe - CAGIPE.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do art. 6º e a alínea "c" do inciso II do art. 86, do Regimento Interno aprovado pela RN 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 28 de agosto de 2012, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes dos processo administrativo nº 33902.028434/2011-21, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor Presidente, na forma do disposto nos incisos I e III do art. 82, da RN 197 de 16 de julho de 2009, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica determinado que a operadora Caixa de Assistência dos Funcionários da Empresa Energética de Sergipe - CAGIPE, registro ANS nº 37.032-1, inscrita no CNPJ nº 32.894.974/0001-52, promova a alienação da sua carteira, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da intimação a que se refere o art. 10 da RN nº 112, de 28 de setembro de 2005.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

MAURICIO CESCHIN
Diretor-Presidente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.273, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Roque.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do art. 6º e a alínea "c" do inciso II do art. 86, do Regimento Interno aprovado pela RN 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 28 de agosto de 2012, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes dos processo administrativo nº 33902.386218/2011-05, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor Presidente, na forma do disposto nos incisos I e III do art. 82, da RN 197 de 16 de julho de 2009, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica determinado que a operadora Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Roque, registro ANS nº 40.113-7, inscrita no CNPJ nº 70.945.936/0001-70, promova a alienação da sua carteira, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da intimação a que se refere o art. 10 da RN nº 112, de 28 de setembro de 2005.

Art. 2º Fica suspensa a comercialização de planos ou produtos da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Roque, com base no artigo 9º, § 4º, da Lei 9.656/1998.

Art. 3º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

MAURICIO CESCHIN
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.275, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

Dispõe sobre a concessão da portabilidade especial aos beneficiários da operadora ORAL HEALTH Sistema Integrado de Assistência Odontológica Ltda.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe confere os arts. 4º, inciso XXXIV, e 10, inciso II da Lei n.º 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em vista do disposto nos arts. 24 e 24-D da Lei n.º 9.656, de 3 de junho de 1998, e na forma prevista nos arts. 6º, inciso IV, e 86, inciso II, alínea "c" da Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009, em reunião ordinária de 28 de agosto de 2012, considerando as anormalidades econômico-financeiras, assistenciais e administrativas graves, constantes no processo administrativo nº 33902.352309/2010-58, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica concedido o prazo por até 60 (sessenta) dias para que os beneficiários da operadora ORAL HEALTH Sistema Integrado de Assistência Odontológica Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 56.463.441/0001-84, registro ANS nº 30.095-1, exerçam a portabilidade especial de carências para plano individual ou familiar ou coletivo por adesão da escolha desses beneficiários, na forma prevista na Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2008, alterada pela Resolução Normativa nº 252, de 28 de abril de 2011, observadas as seguintes especificidades:

I - a portabilidade especial de carências pode ser exercida por todos os beneficiários da operadora, independentemente do tipo de contratação e da data de assinatura dos contratos;

II - o beneficiário que esteja cumprindo carência ou cobertura parcial temporária na ORAL HEALTH Sistema Integrado de Assistência Odontológica Ltda, pode exercer a portabilidade especial de carências sujeitando-se aos respectivos períodos remanescentes;

III - o beneficiário que esteja pagando agravo e que tenha menos de 24 (vinte e quatro) meses de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências, podendo optar pelo cumprimento de cobertura parcial temporária referente ao tempo remanescente para completar o referido período de 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo pagamento de agravo a ser negociado com a operadora do plano de destino.

IV - o beneficiário que tenha 24 (vinte e quatro) meses ou mais de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências tratada nesse artigo sem o cumprimento de cobertura parcial temporária e sem o pagamento de agravo.

§1º Não se aplicam à portabilidade especial de carências tratada nesse artigo os requisitos previstos nos incisos I e II e o disposto nos §§ 2º, 3º e 4º do artigo 3º de Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009.

§2º Aplicam-se à portabilidade especial de carências os requisitos previstos nos incisos III, IV e V e o disposto no § 1º do artigo 3º da Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009.

§3º Na portabilidade especial de carências, a comprovação de cumprimento do requisito previsto no inciso I do artigo 3º da Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009 se dá através da apresentação de cópia dos comprovantes de pagamento de pelo menos quatro boletos vencidos, referentes ao período dos últimos seis meses.

§4º A partir da publicação desta Resolução Operacional, a ORAL HEALTH Sistema Integrado de Assistência Odontológica Ltda deve enviar comunicado a todos os seus beneficiários, por qualquer meio que assegure a sua ciência, no prazo de 10 (dez) dias, informando a abertura de prazo para exercício da portabilidade especial de carências.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MAURICIO CESCHIN
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.276, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

Dispõe sobre a concessão da portabilidade especial aos beneficiários da operadora Associação Assistencial e em Defesa dos Direitos dos Comerciários, Industriários, Autônomos e Trabalhadores em Geral de Paulínia e Região - ADECIT-MED.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe confere os arts. 4º, inciso XXXIV, e 10, inciso II da Lei n.º 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em vista do disposto nos arts. 24 e 24-D da Lei n.º 9.656, de 3 de junho de 1998, e na forma prevista nos arts. 6º, inciso IV, e 86, inciso II, alínea "c" da Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009, em reunião ordinária de 28 de agosto de 2012, considerando as anormalidades econômico-financeiras, assistenciais e administrativas graves, constantes no processo administrativo nº 33902.352309/2010-58, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica concedido o prazo por até 60 (sessenta) dias para que os beneficiários da operadora Associação Assistencial e em Defesa dos Direitos dos Comerciários, Industriários, Autônomos e Trabalhadores em Geral de Paulínia e Região - ADECIT-MED, inscrita no CNPJ sob o nº 05.256.845/0001-66, registro ANS nº 41.630-4, exerçam a portabilidade especial de carências para plano individual ou familiar ou coletivo por adesão da escolha desses beneficiários, na forma prevista na Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2008, alterada pela Resolução Normativa nº 252, de 28 de abril de 2011, observadas as seguintes especificidades:

I - a portabilidade especial de carências pode ser exercida por todos os beneficiários da operadora, independentemente do tipo de contratação e da data de assinatura dos contratos;

II - o beneficiário que esteja cumprindo carência ou cobertura parcial temporária na Associação Assistencial e em Defesa dos Direitos dos Comerciários, Industriários, Autônomos e Trabalhadores em Geral de Paulínia e Região - ADECIT-MED, pode exercer a portabilidade especial de carências sujeitando-se aos respectivos períodos remanescentes;

III - o beneficiário que esteja pagando agravo e que tenha menos de 24 (vinte e quatro) meses de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências, podendo optar pelo cumprimento de cobertura parcial temporária referente ao tempo remanescente para completar o referido período de 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo pagamento de agravo a ser negociado com a operadora do plano de destino.

IV - o beneficiário que tenha 24 (vinte e quatro) meses ou mais de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências tratada nesse artigo sem o cumprimento de cobertura parcial temporária e sem o pagamento de agravo.

§1º Não se aplicam à portabilidade especial de carências tratada nesse artigo os requisitos previstos nos incisos I e II e o disposto nos §§ 2º, 3º e 4º do artigo 3º de Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009.

§2º Aplicam-se à portabilidade especial de carências os requisitos previstos nos incisos III, IV e V e o disposto no § 1º do artigo 3º da Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009.

§3º Na portabilidade especial de carências, a comprovação de cumprimento do requisito previsto no inciso I do artigo 3º da Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009 se dá através da apresentação de cópia dos comprovantes de pagamento de pelo menos quatro boletos vencidos, referentes ao período dos últimos seis meses.

§4º A partir da publicação desta Resolução Operacional, a Associação Assistencial e em Defesa dos Direitos dos Comerciários, Industriários, Autônomos e Trabalhadores em Geral de Paulínia e Região - ADECIT-MED deve enviar comunicado a todos os seus beneficiários, por qualquer meio que assegure a sua ciência, no prazo de 10 (dez) dias, informando a abertura de prazo para exercício da portabilidade especial de carências.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MAURICIO CESCHIN
Diretor-Presidente

SÚMULA NORMATIVA Nº 25, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, em vista do que dispõem o artigo 3º e os incisos II, XXIV e XXVIII do artigo 4º, cumulados com o inciso II do artigo 10, todos da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000; em conformidade com o disposto no inciso III do artigo 6º e no inciso III do artigo 86, ambos da Resolução Normativa - RN n° 197, de 16 de julho de 2009.

Considerando as regras para planos privados de assistência à saúde com cobertura obstétrica, previstas no inciso III do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998;

Considerando a regra para planos privados de assistência à saúde acerca da inscrição do filho adotivo menor de 12 anos, prevista no inciso VII do art. 12 da Lei nº 9.656, de 1998;

Considerando as formas de imposição de carência para planos privados de assistência à saúde, dispostas no inciso V do art. 12 da Lei nº 9.656, de 1998;

Considerando o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, que constitui a referência básica para cobertura assistencial mínima nos planos privados de assistência à saúde, contratados a partir de 1º de janeiro de 1999, regulamentado pela Resolução Normativa - RN nº 211, de 11 de janeiro de 2010; e

Considerando a RN nº 162, de 17 de outubro de 2007, que dispõe, dentre outras questões, a respeito de Doenças ou Lesões Preexistentes (DLP) e Cobertura Parcial Temporária (CPT) em planos privados de assistência à saúde; e a Resolução CONSU nº 13, de 3 de novembro de 1998, que dispõe sobre a cobertura do atendimento nos casos de urgência e emergência.

Resolve adotar os seguintes entendimentos vinculativos:

QUANTO À COBERTURA ASSISTENCIAL DO PARTO.

1. A beneficiária de plano privado de assistência à saúde de segmentação hospitalar com obstetrícia tem garantida a cobertura do parto a termo e a internação dele decorrente após cumprir o prazo de carência máximo de 300 (trezentos) dias.

2. Em plano privado de assistência à saúde de segmentação hospitalar com obstetrícia, no que concerne à cobertura do atendimento de urgência relacionada a parto, decorrente de complicação no processo gestacional, observam-se as seguintes peculiaridades:

2.1 - caso a beneficiária já tenha cumprido o prazo de carência máximo de 180 (cento e oitenta) dias, o parto e a internação dele decorrente têm cobertura integral garantida; e

2.2 - caso a beneficiária ainda esteja cumprindo o prazo de carência máximo de 180 (cento e oitenta) dias:

2.2.1 - deverá ser garantido o atendimento de urgência, limitado até as 12 (doze) primeiras horas, excetuando-se o plano referência, cuja cobertura é integral;

2.2.2 - persistindo necessidade de internação ou havendo necessidade de realização de procedimentos exclusivos de cobertura hospitalar para a continuidade do atendimento, a cobertura cessará;

2.2.3 - uma vez ultrapassadas as 12 (doze) primeiras horas de cobertura, ou havendo necessidade de internação, a remoção da beneficiária ficará à cargo da operadora de planos privados de assistência à saúde; e

2.2.4 - em caso de impossibilidade de remoção por risco de vida, a responsabilidade financeira da continuidade da assistência será negociada entre o prestador de serviços de saúde e a beneficiária.

3. A contratação de plano de segmentação hospitalar com obstetrícia pelo beneficiário-pai não garante a cobertura do parto caso a mãe não seja beneficiária do mesmo plano ou, caso seja beneficiária, não tenha cumprido as carências para parto.

QUANTO À INSCRIÇÃO DO RECÉM-NASCIDO, FILHO NATURAL OU ADOTIVO, OU SOB GUARDA OU TUTELA.

4. O recém-nascido, filho natural ou adotivo de beneficiário de plano de saúde de segmentação hospitalar com obstetrícia, pode ser inscrito no plano de saúde em até 30 (trinta) dias do nascimento ou adoção, observando-se:

4.1. A inscrição pode ser exercida quando o beneficiário for o pai ou a mãe;

4.2. A inscrição independe de o parto ter sido coberto pela operadora ou do cumprimento de quaisquer prazos de carência; e

4.3. O cumprimento ou não do prazo de carência para parto a termo não interfere no direito à inscrição no plano de saúde.

5. O recém-nascido sob guarda ou tutela pode ser inscrito no plano de segmentação hospitalar com obstetrícia pelo responsável legal em até 30 (trinta) dias da tutela, ou guarda.

6. A inscrição do recém nascido, na forma dos itens 4 e 5, pelo dependente de plano privado de assistência a saúde de segmentação hospitalar com obstetrícia, em planos coletivos, observará as condições de elegibilidade previstas no contrato celebrado entre a operadora e a pessoa jurídica contratante.

QUANTO À INSCRIÇÃO DO MENOR ADOTADO, SOB GUARDA OU TUTELA, OU CUJA PATERNIDADE FOI RECONHECIDA, E DO APROVEITAMENTO DE CARÊNCIA.

7. O menor de 12 anos adotado por beneficiário de plano de saúde, ou sob guarda ou tutela deste, independente do tipo de segmentação contratada, pode ser inscrito no plano privado de assistência à saúde em até 30 (trinta) dias a contar da adoção, guarda, ou tutela, aproveitando os prazos de carência já cumpridos pelo beneficiário adotante, seja ele pai ou mãe, ou responsável legal, conforme o caso.

8. O filho menor de 12 anos cuja paternidade tenha sido reconhecida judicial ou extrajudicialmente pode ser inscrito no plano privado de assistência à saúde em até 30 dias do reconhecimento, aproveitando os prazos de carência cumpridos pelo beneficiário pai, independente da segmentação contratada.

9. Em planos coletivos, a inscrição de dependente prevista nos itens 7 e 8 observará as condições de elegibilidade previstas no contrato celebrado entre a operadora e a pessoa jurídica contratante.

QUANTO AOS PRAZOS DE CARÊNCIA E À COBERTURA ASSISTENCIAL DO RECÉM-NASCIDO.

10. Em planos de segmentação hospitalar com obstetrícia, no que diz respeito à imposição de carências máximas no ato da inscrição do recém-nascido, inscrito em até 30 dias na forma dos itens 4 e 5, mesmo que o parto não tenha sido coberto pela operadora, diferenciam-se as seguintes hipóteses:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

10.1 caso o beneficiário, pai ou mãe, ou responsável legal tenha cumprido o prazo de carência máximo de 180 (cento e oitenta) dias, o recém-nascido será isento do cumprimento de carências para cobertura assistencial; ou

10.2 caso o beneficiário, pai ou mãe, ou responsável legal não tenha cumprido o prazo de carência máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a cobertura assistencial a ser prestada ao recém-nascido seguirá o limite da carência já cumprida pelo beneficiário.

ENTENDIMENTOS COMPLEMENTARES.

11. Não é possível a alegação de doença ou lesão preexistente quando o dependente for inscrito nos primeiros trintas dias a contar:

11.1 do nascimento, no caso de recém-nascido filho natural de beneficiário, pai ou mãe, de plano privado de assistência à saúde com cobertura hospitalar com obstetrícia;

11.2 da guarda, ou tutela, ou adoção, no caso de recém-nascido de responsável legal beneficiário de plano privado de assistência à saúde com cobertura hospitalar com obstetrícia; e

11.3 na hipótese de menor de 12 anos, da guarda, tutela ou adoção, ou do reconhecimento de paternidade, independente do tipo de segmentação contratada.

12. Na hipótese de inscrição após o prazo de 30 (trinta) dias, pode ocorrer argüição de doença ou lesão preexistente, bem como a imposição de cobertura parcial temporária.

13. Os prazos de carência previstos nesta súmula referem-se aos prazos máximos legais de carência dispostos no inciso V, do art. 12 da Lei 9.656, de 1998; na hipótese de o contrato de plano privado de assistência à saúde dispor de prazo menor, aplica-se o prazo previsto contratualmente.

MAURICIO CESCHIN
Diretor-Presidente

DECISÃO DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através de Circuito Deliberativo, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Deliberação	Beneficiário
33902.275175/2006-68	SANTA HELENA ASSIST MÉDICA S/A	DIFIS	Pelo arquivamento do processo diante da extinção superveniente do vínculo contratual entre a operadora e o beneficiário e consequente perda do objeto do processo - Parecer n.º130/2009/GECOS/PROGE-ANS/PGF	M.R.P
33902.165316/2006-35	UNIMED PATO BRANCO COOP.DE TRAB MÉDICO	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância que considerou improcedente a alegação da operadora de doença e lesão preexistente	M.B
33902.031145/2006-41	UNIMED CURITIBA SOCIEDADE COOP DE TRAB MÉDICO	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância que considerou improcedente a alegação da operadora de doença e lesão preexistente	N.V.H

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

MAURICIO CESCHIN
Diretor-Presidente

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
NÚCLEO EM MATO GROSSO

DECISÃO DE 11 DE SETEMBRO DE 2012

O Chefe do NUCLEO DA ANS MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria n. 4931 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33903.000529/2009-55	AMIL SAÚDE LTDA.	302872.	43.358.647/0001-00	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas no art. 12 da Lei 9656 de 1998 e sua regulamentação para os planos privados de assistência à saúde, incluindo a inscrição de filhos naturais e adotivos prevista nos seus incisos III e VII. (Art.12, I da Lei 9.656)	176000 (CENTO E SETENTA E SEIS MIL REAIS)

ANDRÉ MALHEIROS RIBEIRO

NÚCLEO EM MINAS GERAIS

DECISÃO DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

O(A) Chefe do NUCLEO DA ANS MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 43, de 09/08/2008, publicada no DOU de 11/09/2008, seção 2, fl. 34, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25779.008138/2012-29	Só Saúde Assistência Médica Ltda	410926	03.550.445/0001-33	deixar de garantir no prazo máximo estabelecido pela RNnº259/2011, cobertura de adeno-amigdalectomia, em 02/2012 p/benef. A.C.D.S,.art.12,II, "a", da Lei nº 9.656/98, c/c art.3º, item XIII da RNnº 259/2011).	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)

EUNICE MOURA DALLE

NÚCLEO NO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

O Chefe do Núcleo da ANS Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 49, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25785.003654/2008-00	COMUNID. EVANGELICA LUTERANA SP	375918.	88.332.580/0001-65	Estão sujeitas à penalid. pecun. diária, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), as pessoas jurídicas de direito priv. que atuarem no mercado de planos priv. de assist. à saúde sem a autorização de funcionamento da ANS, na forma da Resolução Normativa nº 85. (Art. 8º, da Lei nº 9.656/98 c/c art. 2º da RN 85/04, alterada pela RN 100/05.)	Anul. do Auto de Infração nº 28.063. Arq.

ANDRÉ LUIS PEREIRA DUARTE

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO RDC Nº 50, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Dispõe sobre os procedimentos no âmbito da ANVISA para registro de produtos em processo de desenvolvimento ou de transferência de tecnologias objetos de Parcerias de Desenvolvimento Produtivo público-público ou público-privado de interesse do Sistema Único de Saúde.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e IV, do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o inciso II, e §§ 1° e 3° do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e suas atualizações, tendo em vista o disposto nos incisos III, do art. 2º, III e IV, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 1999, e o Programa de Melhoria do Processo de Regulamentação da Agência, instituído por meio da Portaria nº 422, de 16 de abril de 2008, em reunião realizada em 13 de setembro de 2012, adota a seguinte Resolução e eu, Diretor Presidente, determino a sua publicação:

Art.1º Fica instituído o Registro de Produtos em Processo de Desenvolvimento, observadas as condições, os critérios e as limitações definidas na presente Resolução.

Parágrafo único - Somente poderão obter o Registro previsto no caput deste artigo os medicamentos e produtos para saúde que sejam objeto de processos de desenvolvimento, inovação ou transferência de tecnologia avalizados pelo Ministério da Saúde, por meio da formalização de Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo.

Art. 2º Para efeito desta Resolução são adotadas as seguintes definições:

I - Registro de Produtos em Processo de Desenvolvimento - análise prévia de produtos que sejam objeto de Parcerias de Desenvolvimento Produtivo para a produção no Brasil de medicamentos e produtos para a saúde;

II - Registro Sanitário - ato da autoridade sanitária, como previsto na Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e no Decreto 79.094, de 5 de janeiro de 1977.

III - Parcerias de Desenvolvimento Produtivo - são parcerias realizadas entre instituições públicas e outras de mesma natureza ou ainda instituições públicas e empresas privadas com o objetivo de permitir o acesso a tecnologias prioritárias e a redução da vulnerabilidade do Sistema Único de Saúde (SUS), mediante o comprometimento de internalização da produção ou o desenvolvimento novas tecnologias estratégicas.

IV - Produtos em Processo de Desenvolvimento Produtivo - são medicamentos ou produtos para saúde que sejam objeto de processos de desenvolvimento, inovação ou transferência de tecnologia, contemplados em Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo avalizadas pelo Ministério da Saúde.

Art. 3º Concedido o registro do produto de que trata o caput do art. 1º desta Resolução, o respectivo Processo de Desenvolvimento Produtivo passará automaticamente a ser monitorado pela ANVISA.

Art. 4º Os produtos cujos registros sejam concedidos com base no disposto nesta Resolução somente poderão ser comercializados, expostos à venda ou entregues ao consumo, após a obtenção do registro sanitário na categoria na qual se enquadrarem, nos termos definidos nesta Resolução e nas normas vigentes.

Art. 5º A concessão do registro de que trata a presente Resolução está condicionada ao peticionamento, em formulário próprio, e análise dos seguintes documentos, observadas as regulamentações vigentes:

I - Identificação das empresas envolvidas na Parceria de Desenvolvimento Produtivo de caráter público-público ou público-privado e indicação dos seus representantes legais, mediante a apresentação dos documentos comprobatórios.

II - Declaração assinada pelos representantes legais das empresas envolvidas de que o produto integra Parceria de Desenvolvimento Produtivo de caráter público-público ou público-privado, e documentos comprobatórios.

III - Descrição detalhada do produto objeto do registro, observando o conjunto de informações aplicadas nos casos de medicamentos e produtos para saúde.

IV - Cronograma detalhando as etapas do processo de desenvolvimento ou de transferência de tecnologia, incluindo a descrição das capacidades já instaladas ou a serem instaladas, metas e avaliação de resultados propostos pela empresa responsável pela produção no Brasil.

V - Cópia da publicação em Diário Oficial da União da Autorização de Funcionamento ou, quando aplicável, da Autorização Especial de Funcionamento do requerente do registro.

VI - Cópia atualizada do Certificado de Responsabilidade Técnica do requerente do registro.

VII - Cópia do certificado de boas práticas de fabricação e controle (CBPFC) atualizado emitido pela ANVISA ou pela autoridade do país onde está localizada a linha de produção na qual o produto é fabricado, nos casos de transferência de tecnologia.

Art. 6º Concedido o registro de que trata a presente Resolução, a Anvisa constituirá Comitê Técnico Regulatório com competência para acompanhar as atividades previstas no cronograma estabelecido pelo requerente.

Art. 7º O requerente deverá peticionar a conversão de seu Registro de Produto em Processo de Desenvolvimento em Registro Sanitário no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir do termo final do cronograma aprovado pela ANVISA.

Art. 8º O Registro de Produto em Processo de Desenvolvimento de que trata a presente Resolução poderá ser cancelado nas seguintes situações:

I - Por requisição do(s) detentor(es) do Registro de Produto em Processo de Desenvolvimento.

II - Quando se verificar o não cumprimento do cronograma previsto no inciso IV do Art. 5º da presente Resolução, ou de suas alterações aprovadas pelo Comitê Técnico Regulatório responsável pelo seu acompanhamento.

III - Na ocorrência de alterações do cronograma previsto no inciso IV do Art. 5º da presente Resolução sem aprovação do Comitê Técnico Regulatório respectivo.

IV - Caso não seja protocolado, no prazo estipulado no Art. 6º, o peticionamento de conversão do Registro de Produto em Processo de Desenvolvimento em registro definitivo.

V - Na ocorrência de indeferimento do peticionamento de conversão em registro sanitário, decorrente da análise técnica do conjunto dos documentos apresentados à ANVISA, observadas as regulamentações sanitárias pertinentes.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO
Diretor-Presidente

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 955, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Defere o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Quatis, com sede em Quatis/RJ.

A Secretária da Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições, e

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando a Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, que dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área de Saúde; e

Considerando o Despacho nº 1720/2012-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do processo MS nº 25000.664010/2009-45, que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes da Lei nº 12.101/2009, do Decreto nº 7.237/2010, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferido o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Quatis, CNES nº 2273101, inscrita no CNPJ nº 29.445.632/0001-40, com sede em Quatis/RJ.

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período de 01/01/2010 a 31/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 956, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Defere o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde ao Hospital de Cataguases, com sede em Cataguases/MG.

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições, e

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 2.536, de 06 de abril de 1998 e suas alterações, que dispõe sobre a Concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos;

Considerando o art. 2º da Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, que atribui à Secretaria de Atenção a Saúde a competência para a condução do processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área de Saúde; e

Considerando o Despacho nº 1739/2012-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo MS nº 25000.023272/2010-99 (CNAS nº 71010.002018/2009-11), que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes do Decreto nº 2.536/1998, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferido o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde ao Hospital de Cataguases, CNES nº 2098911, inscrito no CNPJ nº 19.529.478/0001-31, com sede em Cataguases/MG.

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período 01/01/2010 a 31/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 957, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Defere o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Santa Casa de Arcos, com sede em Arcos/MG.

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições, e

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 2.536, de 06 de abril de 1998 e suas alterações, que dispõe sobre a Concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos;

Considerando o art. 2º da Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, que atribui à Secretaria de Atenção a Saúde a competência para a condução do processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área de Saúde, e

Considerando o Despacho nº 1854/2012-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo MS nº 25000.023474/2010-31 (CNAS nº 71010.002037/2009-48), que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes do Decreto nº 2.536/1998, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferido o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Santa Casa de Arcos, CNES nº 2168693, inscrita no CNPJ nº 16.968.547/0001-15, com sede em Arcos/MG.

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período 01/01/2010 a 31/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 958, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Defere o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Eugenópolis, com sede em Eugenópolis/MG.

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições, e

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando a Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, que dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área de Saúde; e

Considerando o Despacho nº 1716/2012-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do processo MS nº 25000.209177/2010-81, que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes da Lei nº 12.101/2009, do Decreto nº 7.237/2010, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferido o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Eugenópolis, CNES nº 2163071, inscrita no CNPJ nº 20.432.563/0001-66, com sede em Eugenopólis/MG.

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período de 21/12/2010 a 20/12/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 959, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Defere o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Santa Casa de Misericórdia de Jacutinga, com sede em Jacutinga/MG.

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições, e

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando a Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, que dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área de Saúde; e

Considerando o Despacho nº 1676/2012-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo MS nº 25000.119313/2010-41, que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes da Lei n° 12.101/2009, Decreto nº 7.237/2010, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Fica deferido o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Santa Casa de Misericórdia de Jacutinga, CNES nº 2775980, inscrita no CNPJ nº 21.429.659/0001-38, com sede em Jacutinga/MG.

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período de 24/01/2011 a 23/01/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 960, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Defere o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Associação Santa Terezinha de Reabilitação Auditiva, com sede em Curitiba/PR.

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições, e

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998 e suas alterações, que dispõe sobre a Concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos;

Considerando o art. 2º da Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, que atribui à Secretaria de Atenção a Saúde a competência para a condução do processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área de Saúde; e

Considerando o Despacho nº 1732/2012-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo MS nº 25000.172848/2010-41 (CNAS nº 71010.001631/2009-11), que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes do Decreto nº 2.536/1998, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferido o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Associação Santa Terezinha de Reabilitação Auditiva, CNES nº 0016519, inscrita no CNPJ nº 75.642.892/0001-23, com sede em Curitiba/PR.

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período 27/04/2009 a 26/04/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 961, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Defere o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde ao Centro de Triagem e Obras Sociais do Vale do Ivai, com sede em Jandaia do Sul/PR.

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições, e

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando a Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, que dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área de Saúde; e

Considerando o Despacho nº 1717/2012-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do processo MS nº 25000.216904/2011-47, que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes da Lei nº 12.101/2009, do Decreto nº 7.237/2010, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferido o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde ao Centro de Triagem e Obras Sociais do Vale do Ivai, CNES nº 2573504, inscrito no CNPJ nº 75.753.442/0001-08, com sede em Jandaia do Sul/PR.

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período de 02/06/2012 a 01/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 962, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Defere o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde ao São Rafael Hospital Beneficente, com sede em Engenho Velho/RS.

A Secretária da Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições, e

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 2.536, de 06 de abril de 1998 e suas alterações, que dispõe sobre a Concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos;

Considerando o art. 2º da Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, que atribui à Secretaria de Atenção a Saúde a competência para a condução do processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área de Saúde; e

Considerando o Despacho nº 1725/2012-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do processo MS nº 25000.044562/2010-76 (CNAS nº 71000.051306/2009-19), que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes do Decreto nº 2.536/1998, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferido o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde ao São Rafael Hospital Beneficente, CNES nº 2235374, inscrito no CNPJ nº 89.336.945/0001-92, com sede em Engenho Velho/RS.

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período de 02/06/2010 a 01/06/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 963, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Defere o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde ao Hospital Beneficente Nossa Senhora de Fátima, com sede em Flores da Cunha/RS.

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições, e

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando a Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, que dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área de Saúde; e

Considerando o Despacho nº 1737/2012-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo MS nº 25000.053097/2010-64 (CNAS nº 71010.005192/2009-16), que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes da Lei n° 12.101/2009, Decreto nº 7.237/2010, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferido o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde ao Hospital Beneficente Nossa Senhora de Fátima, CNES nº 2241145, inscrito no CNPJ nº 89.963.334/0001-74, com sede em Flores da Cunha/RS.

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período de 01/01/2010 a 31/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 964, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Defere o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Associação Dr. Bartholomeu Tacchini, com sede em Bento Gonçalves/RS.

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições, e

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando a Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, que dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área de Saúde; e

Considerando o Despacho nº 1712/2012-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do processo MS nº 25000.055157/2010-83 (CNAS nº 71000.000516/2010-82), que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes da Lei nº 12.101/2009, do Decreto nº 7.237/2010, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferido o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Associação Dr. Bartholomeu Tacchini, CNES nº 2241021, inscrita no CNPJ nº 87.547.444/0001-20, com sede em Bento Gonçalves/RS.

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período de 01/01/2010 a 31/12/2012

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 965, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Defere o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Santa Casa de Macaubal, com sede em Macaubal/SP.

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições, e

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando a Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, que dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área de Saúde; e

Considerando o Despacho nº 1714/2012-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo MS nº 25000.086905/2010-70, que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes da Lei n° 12.101/2009, Decreto nº 7.237/2010, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferido o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Santa Casa de Macaubal, CNES nº 2081792, inscrita no CNPJ nº 49.965.973/0001-54, com sede em Macaubal/SP.

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período de 31/10/2010 a 30/10/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 966, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Defere o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde ao Hospital Espírita de Marília, com sede em Marília/SP.

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições, e

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 2.536, de 06 de abril de 1998 e suas alterações, que dispõe sobre a Concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos;

Considerando o art. 2º da Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, que atribui à Secretaria de Atenção a Saúde a competência para a condução do processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área de Saúde; e

Considerando o Despacho nº 1742/2012-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo MS nº 25000.033181/2010-61 (CNAS nº 71000.065555/2009-91), que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes do Decreto nº 2.536/1998, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferido o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde ao Hospital Espírita de Marília, CNES nº 2080990, inscrito no CNPJ nº 52.050.010/0001-35, com sede em Marília/SP.

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período 01/01/2010 a 31/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 967, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Defere o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde ao Centro de Oftalmologia Tadeu Cvintal, com sede em São Paulo/SP.

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições, e

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando a Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, que dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área de Saúde; e

Considerando o Despacho nº 2019/2012-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo MS nº 25000.221011/2010-32, que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes da Lei nº 12.101/2009, Decreto nº 7.237/2010, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Fica deferido o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde ao Centro de Oftalmologia Tadeu Cvintal, CNES nº 2091577, inscrito no CNPJ nº 05.099.467/0001-54, com sede em São Paulo/SP.

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 968, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Defere o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Nova Europa, com sede em Nova Europa/SP.

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições, e

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 2.536, de 06 de abril de 1998 e suas alterações, que dispõe sobre a Concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos;

Considerando o art. 2º da Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, que atribui à Secretaria de Atenção a Saúde a competência para a condução do processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área de Saúde; e

Considerando o Despacho nº 1740/2012-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo MS nº 25000.025234/2010-71 (CNAS nº 71010.003382/2009-07), que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes do Decreto nº 2.536/1998, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferido o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Nova Europa, CNES nº 2747685, inscrita no CNPJ nº 52.393.204/0001-33, com sede em Nova Europa/SP.

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período de 01/01/2010 a 31/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 969, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Defere o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Associação Hospital Beneficente de Maracaí, com sede em Maracaí/SP.

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições, e

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 2.536, de 06 de abril de 1998 e suas alterações, que dispõe sobre a Concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos;

Considerando o art. 2º da Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, que atribui à Secretaria de Atenção a Saúde a competência para a condução do processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área de Saúde; e

Considerando o Despacho nº 1746/2012-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do processo MS nº 25000.024722/2010-61 (CNAS nº 71000.051960/2009-22), que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes do Decreto nº 2.536/1998, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferido o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Associação Hospital Beneficente de Maracaí, CNES nº 2079437, inscrita no CNPJ nº 48.368.989/0001-17, com sede em Maracaí/SP.

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período de 3 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

PORTARIA Nº 25, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Torna pública a decisão de não incorporar o medicamento fingolimode para o tratamento da Esclerose Múltipla no Sistema Único de Saúde (SUS).

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e com base nos termos dos art. 20 e art. 23 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º Não incorporar no SUS o medicamento fingolimode para o tratamento da Esclerose Múltipla.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO GRABOIS GADELHA

PORTARIA Nº 26, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Torna pública a decisão de não incorporar o medicamento everolimo para o tratamento do Astrocitoma Subependimário de Células Gigantes (SEGA) associado à Esclerose Tuberosa no Sistema Único de Saúde (SUS).

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e com base nos termos dos art. 20 e art. 23 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º Não incorporar no SUS o medicamento everolimo para o tratamento do Astrocitoma Subependimário de Células Gigantes (SEGA) associado à Esclerose Tuberosa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO GRABOIS GADELHA

PORTARIA Nº 27, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Torna pública a decisão de não incorporar o medicamento Certolizumabe pegol para o tratamento da Doença de Crohn no Sistema Único de Saúde (SUS).

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e com base nos termos dos art. 20 e art. 23 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º Não incorporar no SUS o medicamento Certolizumabe pegol para o tratamento da Doença de Crohn.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO GRABOIS GADELHA

PORTARIA Nº 28, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Torna pública a decisão de não incorporar o medicamento ambrisentana para o tratamento da Hipertensão Arterial Pulmonar no Sistema Único de Saúde (SUS).

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e com base nos termos dos art. 20 e art. 23 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º Não incorporar no SUS o medicamento ambrisentana para o tratamento da Hipertensão Arterial Pulmonar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO GRABOIS GADELHA

Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 27, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Regulamenta, no âmbito do Ministério das Cidades, o processo seletivo simplificado para Habilitação e Contratação, relativo aos exercícios de 2012 e 2013, de operações de crédito para a execução de ações de saneamento básico, nas modalidades de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a que se refere o art. 9º-B da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, do Conselho Monetário Nacional, suas alterações e aditamentos - Mutuários Públicos, inseridas no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II, do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, o inciso III do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e o art. 1º do Anexo I do Decreto nº 4.665, de 3 de abril de 2003, e

Considerando o art. 6º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e o art. 66 do Decreto nº 99.684, de 08 de novembro de 1990, que aprova o Regulamento Consolidado do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

Considerando o disposto na Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952, e na Lei nº 5.662, de 21 de junho de 1971;

Considerando o disposto na Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007;

Considerando o disposto no art. 9º-B da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, do Conselho Monetário Nacional e suas alterações e aditamentos;

Considerando o disposto nas Resoluções nº 40, de 20 de dezembro de 2001, e nº 43, de 21 de dezembro de 2001, com suas alterações e aditamentos, ambas do Senado Federal;

Considerando o disposto na Resolução nº 460, de 14 de dezembro de 2004, suas alterações e aditamentos, na Resolução nº 476, de 31 de maio de 2005, alterada pela Resolução nº 647, de 14 de dezembro de 2010, na Resolução nº 676, de 09 de novembro de 2011, todas do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

Considerando o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), 2ª etapa, em 29 de março de 2010, com previsão de investimentos em ações de saneamento, no período de 2010 a 2014, incluindo recursos provenientes de fontes de onerosas, financiamento, resolve:

Art. 1º Regulamentar, nos termos dos Anexos I, II e III, o processo seletivo simplificado para Habilitação e Contratação, relativo aos exercícios de 2012 e 2013, de operações de crédito para a execução de ações de saneamento básico, nas modalidades de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a que se refere o art. 9º-B da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, do Conselho Monetário Nacional, suas alterações e aditamentos, com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e de outras fontes de financiamento, inseridas no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

Art. 2º Os casos omissos serão solucionados pela Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental ou por normativos complementares.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de publicação.

AGUINALDO VELOSO

ANEXO I

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA HABILITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, A QUE SE REFERE O ART. 9º-B DA RESOLUÇÃO Nº 2.827/2001 DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, SUAS ALTERAÇÕES E ADITAMENTOS, INSERIDAS NO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC)

1 DOS ASPECTOS GERAIS

1.1 O presente Anexo regulamenta, no âmbito do Ministério das Cidades, o processo seletivo simplificado para Habilitação e Contratação, relativo aos exercícios de 2012 e 2013, de operações de crédito para a execução de ações de saneamento básico, nas modalidades de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a que se refere o art. 9º-B da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, do Conselho Monetário Nacional (CMN), suas alterações e aditamentos - Mutuários Públicos, inseridas no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

1.2 Considerados os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e as demais fontes, incluindo o FAT/BNDES, serão habilitadas propostas de operação de crédito selecionadas até o montante de recursos disponíveis para contratação, dentro do limite autorizado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

1.3 O processo de seleção simplificado, objeto desta Instrução Normativa, se aplica somente a Mutuários Públicos.

1.4 Diante do fato de que o presente processo seletivo se aplica aos empreendimentos que serão inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), 2ª etapa, e que a seleção das fontes onerosas, financiamento, e não onerosas, Orçamento Geral da União (OGU), ocorrerão de maneira simultânea, poderá, durante o processo seletivo, ocorrer o aproveitamento, na seleção de financiamento, de Cartas Consultas que, inicialmente, foram enviadas na fonte de recursos não onerosos.

2 DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

O processo seletivo simplificado objeto desta Instrução Normativa será realizado em 03 (três) etapas:

i. Enquadramento das propostas apresentadas, por meio de Cartas Consultas, em sistema eletrônico do Ministério das Cidades;

ii. Pré-seleção das Cartas Consultas;

iii. Seleção das propostas, a partir de entrevistas técnicas e averiguação dos projetos de engenharia e demais documentações técnicas.

3 DAS MODALIDADES

As propostas de operações de crédito, objeto desta Instrução Normativa, devem se enquadrar nas seguintes modalidades:

abastecimento de água;

esgotamento sanitário.

3.1 As propostas, independentemente da fonte de recursos onerosos, FGTS e outras fontes, deverão ser elaboradas, de modo a atender os dispositivos previstos na Instrução Normativa nº 02, de 21 de janeiro de 2011, do Ministro de Estado das Cidades, que regulamenta os procedimentos e as disposições relativas às operações de crédito no âmbito do Programa "Saneamento para Todos", salvo requisitos específicos estabelecidos nesta Instrução Normativa.

3.1.1 No caso de utilização de outras fontes onerosas diferentes do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, se aplicará, nos contratos de financiamento, as regras específicas relativas à fonte utilizada, no que se refere à taxa de juros, prazo de carência e de amortização e outros encargos financeiros.

3.2 Na elaboração das propostas deverão ser observados os critérios de elegibilidade estabelecidos no item 4.

3.3 Serão excluídas do processo seletivo as propostas de operações de crédito que não sejam enquadradas nas modalidades previstas ou que não tenham como beneficiários os municípios elegíveis estabelecidos no item 4.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

4 DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Para efeito do presente processo seletivo, serão selecionadas somente as propostas que beneficiem os seguintes municípios:

a) que sejam capitais de estados ou integrantes de regiões metropolitanas prioritárias;

b) que apresentem população total acima de 250 mil habitantes (Censo Demográfico IBGE/2010).

4.1 Para efeito desta Instrução Normativa, são consideradas prioritárias as seguintes regiões metropolitanas: Porto Alegre - RS, Curitiba - PR, São Paulo - SP, Campinas - SP, Baixada Santista - SP, Rio de Janeiro - RJ, Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal - RIDE/DF, Salvador - BA, Belo Horizonte - MG, Fortaleza - CE, Recife - PE e Belém - PA.

5 DOS REQUISITOS BÁSICOS DAS PROPOSTAS

Na elaboração das propostas, os proponentes deverão levar em consideração os aspectos e dispositivos que disciplinam as fontes de recursos onerosos, financiamento, geridas pelo Ministério das Cidades, e as premissas do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, 2ª etapa, priorizando empreendimentos que:

a) complementem empreendimentos iniciados na primeira fase do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 1;

b) promovam a universalização dos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos sanitários urbanos;

c) atendam a demandas estruturantes, em especial, que beneficiem mais de um município, incluindo serviços em que a gestão estiver organizada na forma de Consórcios Públicos Intermunicipais;

5.1 Não serão aceitas propostas em que os projetos técnicos, se implantados, não garantam a plena funcionalidade das obras e o benefício imediato para a população. É vedado a aquisição de materiais, equipamentos novos ou terrenos destinados exclusivamente para a execução de instalações ou serviços futuros.

5.2 Há limitação, em função do porte populacional do município beneficiado, do número de propostas que cada proponente poderá enviar, conforme o estabelecido no Anexo II desta Instrução Normativa.

5.2.1 Os proponentes municipais e o Distrito Federal poderão apresentar uma quantidade de propostas limitada ao disposto no Anexo II desta Instrução Normativa.

5.2.2 No caso do proponente ser o Governo Estadual ou Prestador Regional ou Microrregional de serviços de saneamento, poderão ser apresentadas quantas propostas que julgarem conveniente, desde que observado o limite do número de propostas por município estabelecido no Anexo II desta Instrução Normativa.

5.2.3 Caso algum proponente encaminhe propostas em quantidade superior à admitida no Anexo II desta Instrução Normativa, serão consideradas, para efeito do processo seletivo, apenas as últimas propostas enviadas até o limite estabelecido no referido Anexo.

5.2.4 Não serão aceitas Cartas Consultas que beneficiem mais de um município, exceto quando tratar de sistemas e soluções integradas de caráter multimunicipal. Neste caso deverá constar na Carta Consulta a relação de todos os municípios a serem beneficiados.

5.2.4.1 Nos casos das soluções multimunicipais, todos os municípios beneficiários deverão ser elegíveis nas condições previstas no item 4. Executa-se do disposto, as unidades relativas à sistema de produção de água e de unidades tratamento de esgoto que beneficiem, além dos municípios elegíveis, outros não elegíveis.

5.3 Não serão aceitas propostas com valor de investimento inferior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

5.4 Independente das fontes de recursos do financiamento (FGTS e outras fontes), as propostas deverão atender os requisitos de contrapartida mínima estabelecidos na Instrução Normativa nº 02, de 21 de janeiro de 2011.

5.5 Na elaboração das propostas, os proponentes deverão observar, no que não contrariar, para cada modalidade, as condições e disposições previstas na Instrução Normativa nº 02, de 21 de janeiro de 2011 e as demais condições previstas nesta Instrução Normativa.

5.6 Nas intervenções em que ocorra a necessidade de remoção e de reassentamento de famílias, as propostas técnicas deverão prever, em item específico do Quadro de Composição do Investimento - QCI da Carta Consulta, além do valor relacionado à produção habitacional, os valores das obras de infraestrutura associadas.

5.6.1 As ações de reassentamento, bem como sua infraestrutura, devem ser custeadas por operações firmadas ou a serem firmadas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida do Fundo de Arrendamento Residencial - PMCMV/FAR, contratada diretamente pelo agente financeiro com as empresas construtoras.

5.6.2 Nos casos em que se comprovar inviável a execução das intervenções de remoção e reassentamento de famílias, por intermédio de operações do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV/FAR, estas poderão ser custeadas no contrato de financiamento da operação de saneamento.

5.6.2.1 A inviabilidade deverá ser comprovada mediante justificativa do proponente e parecer conclusivo do agente financeiro.

6 DOS REQUISITOS INSTITUCIONAIS

O atendimento dos requisitos institucionais é condição básica para o enquadramento das propostas.

A Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental - SNSA do Ministério das Cidades verificará os requisitos institucionais mínimos relativos à prestação dos serviços, verificando:

6.1 A comprovação do efetivo funcionamento de órgão prestador de serviços, constituído sob a forma de autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou consórcio público de direito público, executando política de recuperação dos custos dos serviços, através do efetivo lançamento de tarifas ou outros preços públicos legalmente instituídos.

6.1.1 No caso de autarquia, a comprovação de que trata o item 6.1 será realizada mediante apresentação da Lei de criação.

6.1.2 No caso de empresa pública ou sociedade de economia mista, a comprovação de que trata o item 6.1 será realizada mediante a apresentação da Lei autorizativa de criação.

6.1.3 No caso de consórcio público, a comprovação de que trata o item 6.1 será realizada mediante apresentação do estatuto aprovado pelos consorciados e do contrato a que se refere o art. 3º, da Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005, caso constituído após esta data.

6.1.4 É facultado à Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental solicitar, durante o Processo Seletivo, o balanço financeiro e patrimonial de 2011 do órgão prestador de serviço, caso julgue conveniente.

6.2 A comprovação da regularidade da outorga ou da delegação da prestação dos serviços que tenha como prestador:

a) autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista controlada pelo Município, onde o serviço é prestado, mediante apresentação da Lei de criação ou Lei autorizativa correspondente;

b) autarquia estadual, empresa pública ou sociedade de economia mista controlada por Estado, realizada mediante apresentação do contrato de concessão, contrato de programa ou do convênio de delegação, observado o disposto nas Leis nº 8.987/1995, nº 11.107/2005 e nº 11.445/2007;

c) consórcio público, realizada mediante apresentação do contrato de programa, estabelecido após a Lei nº 11.107/2005.

6.2.1 O item 6.2 não será adotado como critério para o enquadramento da proposta.

6.2.2 Na hipótese de prestador atuando sem a devida regularização da concessão, nas condições estabelecidas no item 6.2, a contratação da operação entre o mutuário e o agente financeiro, poderá ocorrer desde que sejam observados os dispositivos previstos nos Arts. 7º-A e 7º-B da Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007.

6.3 A comprovação, pelo prestador dos serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário, de que executa política de recuperação de custos dos serviços, por meio do efetivo estabelecimento de tarifas, capaz de cobrir os encargos financeiros e a amortização do financiamento em questão.

6.3.1 A comprovação do requisito do item 6.3 será feita mediante a apresentação de contas ou faturas emitidas pela prestação dos serviços durante o exercício de 2012.

6.3.2 É facultado a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental solicitar, durante o processo seletivo, informações adicionais sobre a política de recuperação de custos, caso julgue necessário.

6.4 No caso do tomador do financiamento não ser o prestador de serviço, há a necessidade de ser firmado Termo de Compromisso entre estes, estabelecendo que o prestador dos serviços tem conhecimento do empreendimento e que a implantação do mesmo será por ele supervisionada, assumindo ainda o compromisso de operar e manter as obras e serviços implantados.

6.4.1 O Termo de Compromisso previsto no Item 6.4 não será impeditivo para o enquadramento da proposta durante a fase de Pré-seleção das Cartas Consultas. No entanto, deverá ser apresentado até a fase de entrevista técnica.

6.5 A adimplência do Proponente junto ao Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS, no componente Água e Esgoto, versão 2010.

6.6 A documentação dos requisitos institucionais exigidos no item 6 desta Instrução Normativa deverá ser encaminhada à Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, pelos proponentes mutuários, no período estabelecido no cronograma do Anexo III.

7 Do procedimento para o cadastramento das propostas

No cadastramento das propostas, o proponente inscreverá Carta Consulta por meio do preenchimento de formulário específico em sistema eletrônico próprio do Ministério das Cidades, disponível no sítio eletrônico: www.cidades.gov.br

7.1 O preenchimento da Carta Consulta inclui a anexação de documentação necessária às análises institucional e técnica. Maiores informações sobre o preenchimento poderão ser obtidas no "Manual de Preenchimento - Carta Consulta - Seleção PAC 2", disponível no sítio eletrônico: www.cidades.gov.br/saneamento/financiamento/publico

7.2 A inscrição de Cartas Consultas será realizada no período previsto no cronograma constante do Anexo III.

7.3 A documentação de comprovação dos requisitos de viabilidade institucional não anexada na Carta Consulta deverá ser encaminhada, mediante Ofício, à Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades no período previsto no cronograma constante do Anexo III.

8 Do enquadramento e hierarquização das propostas

O enquadramento das propostas será feito pela Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, verificando:

a) O atendimento aos requisitos das modalidades previstas no item 3;

b) O atendimento aos critérios de elegibilidade previstos no item 4;

c) O atendimento aos requisitos básicos previstos no item 5;

d) O atendimento aos requisitos institucionais previstos no item 6;

8.1 A Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental poderá solicitar aos proponentes mutuários que tiverem propostas enquadradas e pré-selecionadas a apresentação dos respectivos projetos técnicos de engenharia para averiguação, em caráter preliminar, da documentação técnica e da compatibilidade da proposta com a Carta Consulta apresentada e com critérios estabelecidos na respectiva modalidade.

8.2 No processo de hierarquização das propostas serão priorizadas as propostas que possuam projetos de engenharia devidamente elaborados ou com estágio avançado de elaboração.

8.3 As propostas serão submetidas à avaliação do Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento - GEPAC, e selecionadas em função da demanda apresentada e qualificada, do limite disponível para contratação com setor público e da disponibilidade de recursos.

9 Da validação da proposta pelo agente financeiro

Após a deliberação do GEPAC, o Ministério das Cidades, por intermédio da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental - SNSA, informará aos proponentes/mutuários e agentes financeiros a relação das propostas selecionadas e que deverão ser objeto de análise de viabilidade financeira e de análise técnica.

9.1 Os proponentes/mutuários deverão apresentar, junto ao agente financeiro, a documentação técnica e jurídica/institucional necessárias à análise e à avaliação dos aspectos técnicos e de viabilidade financeira, conforme cronograma a ser estabelecido pelo Ministério das Cidades.

9.2 Os agentes financeiros deverão, proceder, previamente à validação da proposta, à verificação:

a) da compatibilidade da documentação técnica apresentada com a modalidade;

b) da compatibilidade da documentação técnica com a proposta enquadrada e selecionada pelo Ministério das Cidades;

c) dos requisitos de viabilidade financeira e dos aspectos institucionais;

d) da plena funcionalidade das obras e serviços propostos, de modo a proporcionar ao final da implantação do empreendimento benefícios imediatos a população.

9.3 A análise preliminar da documentação técnica feita pela Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental durante o processo de seleção das propostas não exime o proponente de acatar e realizar, com a agilidade devida, os ajustes e correções demandados pelo agente financeiro durante o processo de análise detalhada dos projetos de engenharia para a formalização do contrato de financiamento.

9.4 A proposta deverá apresentar resultado satisfatório na análise de risco de crédito realizada pelo agente financeiro.

9.5 O agente financeiro encaminhará à Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades:

a) a relação das propostas não validadas, com os respectivos motivos da não validação;

b) a relação das propostas validadas, acompanhada de relatórios conclusivos e individualizados por proposta, dos quais constem resultados das verificações referidas no item 9.2, com os respectivos subitens, destacando eventuais condicionantes e compromissos por parte do proponente mutuário.

10 da habilitação da proposta

A habilitação para contratação das propostas de operação de crédito, previamente validadas pelo agente financeiro, será feita pela Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental.

10.1 Somente serão habilitadas propostas até o limite disponível para contratação com o setor público, estabelecido no artigo 9º-B da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, do Conselho Monetário Nacional - CMN, suas alterações e aditamentos, e com as disponibilidades de recursos do FGTS e das demais fontes onerosas.

10.2 O Ministério das Cidades, por intermédio da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, fornecerá, ao respectivo agente financeiro, o Termo de Habilitação referente a cada proposta habilitada, e notificará o agente operador e o proponente mutuário.

10.3 O Termo de Habilitação será devidamente numerado e datado, registrado em sistema de controle do Ministério das Cidades e nele constará:

a) a identificação do mutuário;

b) a identificação do empreendimento;

c) a modalidade;

d) o valor do empréstimo;

e) as condicionantes, se for o caso.

10.4 O Termo de Habilitação terá a validade condicionada:

a) à contratação da operação de crédito no prazo máximo de 180 dias contados da data da sua emissão, prorrogável, a critério da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, com base em solicitação justificada do proponente mutuário e/ou do agente financeiro;

b) no caso de contratação de operações com Entes Federados, à apresentação, pelo agente financeiro, à Secretaria do Tesouro Nacional - STN do Ministério da Fazenda, em cronograma a ser estabelecido pelo Ministério das Cidades, da documentação necessária às análises e à verificação de limites e condições de que trata a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e as Resoluções do Senado Federal nº 40/2001 e nº 43/2001, suas alterações e aditamentos.

11 Da contratação da operação de crédito pelo agente financeiro

A contratação da operação de crédito pelo Agente Financeiro estará condicionada:

a) à emissão de Termo de Habilitação pelo Ministério das Cidades;

b) ao atendimento às condições estabelecidas na Portaria n° 396, de 02 de julho de 2009, alterada pela Portaria nº 138, de 03 de março de 2010, ambas da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, suas alterações e aditamentos, que trata da formalização de pedidos de verificação de limites e condições para a contratação de operações de crédito e concessão de garantias por parte dos Estados, Distrito Federal e Municípios, em se tratando de proposta vinculada a proponente mutuário Ente da Federação;

c) ao atendimento às condições estabelecidas pelo Ministério das Cidades em Instrução Normativa específica que regulamenta o orçamento de aplicação dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, quando se tratar de operações que estejam pleiteando esta fonte de recursos;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

d) ao estabelecimento de Acordo de Melhoria de Desempenho firmado entre o prestador de serviço e o Ministério das Cidades, nos termos da Instrução Normativa nº 05, de 22 de janeiro de 2008 e alterações e aditamentos;

e) No caso de serviços públicos de saneamento básico prestados por entidade da administração indireta dos Estados, por meio de concessão outorgada em caráter precário, com prazo vencido ou que estiverem em vigor com prazo indeterminado, a contratação da operação entre o mutuário e o agente financeiro poderá ocorrer desde que sejam atendidos os seguintes requisitos, previstos no Art. 2º da Lei nº 12.693, de 24 de junho de 2012:

i. comprovação da celebração de Convênio entre os Entes Federativos que autorize a gestão associada de serviços públicos de saneamento, o qual deverá constar como anexo do contrato de financiamento;

ii. previsão, no contrato de financiamento, de dispositivo que estabeleça a comprovação da celebração, até 31 de dezembro de 2016, entre os Entes Federativos ou suas entidades, de Contrato de Programa que discipline a prestação dos serviços de saneamento;

iii. O Convênio de Cooperação Federativa previsto no subitem "i" deverá conter cronograma fixando os prazos para o cumprimento das condições previstas no Art. 11 da Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que deverão estar atendidas na data de celebração do Contrato de Programa referido no subitem "ii";

iv. No caso de Convênio de Cooperação Federativa celebrado antes de 08 de março de 2012, os Entes Federativos e suas entidades deverão apresentar junto ao agente financeiro e ao Ministério das Cidades cronograma fixando os prazos para o cumprimentos das condições previstas no Art. 11 da Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que deverão ser atendidas na data de celebração do Contrato de Programa referido no subitem "ii". O cronograma apresentado deverá ser subscrito pelas partes e constar como anexo do contrato de financiamento.

11.1 Após a contratação, o Agente Financeiro fará o registro da operação contratada junto ao Banco Central e enviará cópia do contrato à Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades.

12 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Após o recebimento das propostas, o Ministério das Cidades estabelecerá o cronograma relativo às demais fases previstas no processo de Habilitação e Contratação das Operações de Crédito de saneamento, complementando o Anexo III da presente Instrução Normativa.

ANEXO II

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC 2 - NÚMERO MÁXIMO DE PROPOSTAS, POR PROPONENTE, POR MUNICÍPIO BENEFICIADO EM CADA MODALIDADE

PORTE DE MUNICÍPIO	LIMITE DE PROPOSTAS POR PROPONENTE PARA CADA MODALIDADE
Até 150 mil habitantes	2
Acima de 150 mil e até 1 milhão de habitantes	3
Acima de 1 milhão de habitantes	5

ANEXO III

CRONOGRAMA PARA HABILITAÇÃO DE CARTAS CONSULTAS PARA CONTRATAÇÃO EM 2012 E 2013 - PROCESSO DE SELEÇÃO SIMPLIFICADO - TOMADORES PÚBLICOS

PROCEDIMENTO	PRAZOS	
	INÍCIO	TÉRMINO
Inscrição da Carta Consulta pelo proponente mutuário no sistema da SNSA/MCIDADES e encaminhamento da documentação para análise institucional	14/09/12	11/10/12
Encaminhamento pelo proponente mutuário da documentação complementar de análise institucional	Até 19/10/2012	

PORTARIA Nº 469, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II, do parágrafo único, do art. 87, da Constituição Federal, o inciso III, do art. 27, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, resolve:

Art. 1º. Instituir processo de seleção de propostas para Ações/Modalidades a serem apoiadas com recursos do Orçamento Geral da União - OGU na terceira etapa do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2.

§ 1º. Os municípios elegíveis para atendimento no âmbito do PAC 2 são os integrantes do Anexo 1 desta Portaria.

§ 2º. O processo de seleção será realizado em três etapas:

I - Reuniões de pactuação com proponentes;

II - Enquadramento de propostas apresentadas por Cartas-Consulta eletrônicas;

II - Pré-seleção de Cartas-Consulta eletrônicas;

IV - Seleção de propostas a partir de entrevistas técnicas e análise de projetos técnicos.

Art. 2º. Para fins de atendimento das propostas apresentadas no âmbito do processo de seleção disciplinado por esta Portaria serão consideradas as disponibilidades orçamentárias e financeiras, bem como a convergência das propostas aos objetivos e às orientações contidas nos Manuais Técnicos dos Programas e Ações/Modalidades do Ministério das Cidades - MCIDADES e no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

Art. 3º. As propostas somente poderão ser apresentadas nas Ações/Modalidades constantes do Anexo 2 desta Portaria.

§ 1º Os proponentes municipais poderão apresentar uma quantidade de propostas limitada ao disposto no Anexo 3 desta Portaria.

§ 2º Os proponentes estaduais poderão apresentar quantas propostas julgarem conveniente, observado o limite máximo por município disposto no Anexo 3.

§ 3º. Não serão admitidas propostas apresentadas nas Ações/Modalidades do Anexo 2 desta Portaria, com valor de investimento inferior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

§ 4º. Caso um dado proponente encaminhe propostas em quantidade superior à admitida no Anexo 3 serão consideradas apenas as últimas enviadas, até o limite estabelecido no citado Anexo.

§ 5º. Só serão admitidas Cartas-Consulta de caráter multimunicipal para propostas que contemplem sistemas e soluções integradas e intermunicipais.

§ 6º. Com vistas a proporcionar um melhor enquadramento das propostas apresentadas e viabilizar a alocação de recursos em áreas economicamente deprimidas, o MCIDADES poderá alterar a modalidade de atendimento para Saneamento Integrado, durante o processo de seleção das iniciativas.

Art. 4º. Para efeito de atendimento das propostas apresentadas nas Ações/Modalidades do Anexo 2 desta Portaria serão priorizadas as intervenções urbanas que atendam aos critérios relacionados a seguir, sem prejuízo dos demais critérios constantes dos Manuais específicos dos Programas e Ações/Modalidades do MCIDADES:

I - complementam obras iniciadas na primeira etapa do PAC;

II - possibilitam a mitigação de danos ao meio ambiente em áreas de mananciais, de preservação ambiental ou de preservação permanente, causados por atividade antrópica;

III - eliminam gargalos na infraestrutura logística do país, tais como aquelas que impedem ou prejudicam o funcionamento de rodovias, hidrovias, ferrovias, portos, aeroportos, energia, água tratada e esgoto;

IV - promovam a universalização dos sistemas de abastecimento de água ou de coleta e tratamento dos esgotos urbanos;

V - atendam a demandas estruturantes que beneficiam mais de um município, em particular aquelas em que a gestão dos serviços estiver organizada na forma de Consórcios Públicos Intermunicipais, e

VI - possuam projeto básico de engenharia pronto ou em estágio avançado de preparação.

Parágrafo Único: Os critérios de seleção serão aplicados ao conjunto de propostas apresentadas em todas as Ações/Modalidades, para cada Unidade da Federação, de modo a minimizar a possibilidade de não atendimento.

Art. 5º. O processo de seleção de propostas será realizado na forma do roteiro descrito a seguir:

I - para fins de enquadramento e pré- seleção, os proponentes deverão encaminhar suas propostas de solicitação de recursos ao MCIDADES, na forma de Carta-Consulta, por intermédio de formulário eletrônico disponível no sítio eletrônico: www.cidades.gov.br, observando os prazos estabelecidos no cronograma de atividades constante do Anexo 4 desta Portaria, bem como os normativos específicos de cada Ação/Modalidade correspondente à proposta a ser encaminhada;

II - a apresentação das Cartas-Consulta será de responsabilidade, exclusiva, do chefe do Poder Executivo dos estados e dos municípios, ou representante legal;

III - as Cartas-Consulta recepcionadas nos prazos estabelecidos nesta Portaria passam à etapa de enquadramento, a ser realizada pelo MCIDADES, que consiste em verificar o atendimento aos objetivos e atos normativos que regem os Programas e suas respectivas Ações/Modalidades operacionais;

IV - Uma vez enquadradas, as propostas passam à etapa de pré-seleção a ser realizada pelo MCIDADES em conjunto com o Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento - GEPAC, de que trata o Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007;

V - a pré-seleção das Cartas Consultas poderá ser antecedida de reunião de pactuação com os proponentes de forma a esclarecer dúvidas, alinhas prioridades e estimular o debate de soluções integradas, especialmente aquelas de caráter intermunicipal;

VI - na etapa de seleção das propostas, os proponentes das intervenções poderão ser convocados para realizar entrevista, momento em que os correspondentes projetos técnicos deverão ser apresentados e submetidos à análise preliminar do MCIDADES;

VII - após conclusão da análise preliminar dos projetos técnicos das propostas, o CGPAC deliberará sobre a seleção final.

§ 1º. A etapa de enquadramento de propostas das Ações/Modalidades contemplará a realização de análise institucional da prestação dos serviços, para cuja realização os proponentes deverão enviar, junto com o formulário eletrônico de Carta-Consulta, os documentos relacionados nos Manuais Técnicos do Programas e Ações da Área de Saneamento Básico.

§ 2º. Os proponentes que tiverem suas propostas selecionadas apresentarão a relação de documentos descrita no Manual de Instruções para Aprovação e Execução dos Programas e Ações do Ministério das Cidades inseridos no PAC, aprovado pela Portaria nº 40, de 31 de janeiro de 2011, e disponibilizado no sítio eletrônico www.cidades.gov.br, à Gerência de Desenvolvimento Urbano da Caixa Econômica Federal - CAIXA da região onde estiver localizado o município beneficiado.

§ 3º. A formalização do atendimento das propostas dar-se-á por meio da assinatura de Termo de Compromisso, conforme estabelecido na Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, o qual será firmado junto à CAIXA, mandatária da União para estas operações e poderá ser realizada com clausula suspensiva, dispensando o cumprimento dos itens 18.2 a 18.5 do Manual de Instruções Para Contratação e Execução dos Programas e Ações do Ministério das Cidades inseridos na 2ª fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC_2), instituído pela Portaria MCIDADES nº 40, de 31 de janeiro de 2011;

§ 4º. A análise preliminar dos projetos técnicos empreendida pelo MCIDADES durante o processo de seleção das propostas não exime o proponente de acatar e realizar, com a agilidade devida, os ajustes e correções demandados pela CAIXA durante o processo de análise detalhada dos projetos e formalização dos Termos de Compromisso.

§ 5º. Os Termos de Compromisso poderão ser plurianuais, ou seja, terão previsão de empenho de recursos à conta de dotações orçamentárias dos exercícios de 2010 a 2014, em função da disponibilidade orçamentária de cada exercício, ficando o desembolso das parcelas vinculado ao cronograma físico-financeiro estabelecido e à execução das etapas do objeto pactuado.

§ 6º. Durante o processo de seleção de propostas e com vistas a proporcionar uma maior eficiência na alocação dos recursos disponíveis, o MCIDADES poderá, a seu critério, ofertar aos proponentes a possibilidade de alteração das fontes dos recursos inicialmente demandados nas Cartas-Consulta apresentadas.

§ 7º. As ações de aquisição ou edificação de unidades habitacionais, custeadas por operações do Programa Minha Casa Minha Vida/Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, serão firmadas diretamente pela CAIXA com as empresas construtoras.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AGUINALDO RIBEIRO

ANEXO 1

GRUPO	MUNICÍPIOS
I	Integrantes das Regiões Metropolitanas de Belém/PA, Fortaleza/CE, Recife/PE, Salvador/BA, Rio de Janeiro/RJ, Belo Horizonte/MG, São Paulo/SP, Campinas/SP, Baixada Santista/SP, Curitiba/PR e Porto Alegre/RS e da Região Integrada do Entorno do Distrito Federal - RIDE/DF; ou
	Com população acima de 250 mil habitantes

ANEXO 2

Nº	UNIDADE RESPONSÁVEL	ÁREA	AÇÕES/MODALIDADE
1	SNSA	SANEAMENTO	Abastecimento de Água
2	SNSA	SANEAMENTO	Esgotamento Sanitário

Legenda:
SNSA - Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental

ANEXO 3

PORTE DE MUNICÍPIO	LIMITE MÁXIMO DE CARTAS-CONSULTA A SEREM APRESENTADAS POR PROPONENTE PARA CADA AÇÃO/MODALIDADE
Até 150 mil habitantes	2
De 150 mil a 1 milhão de habitantes	3
Acima de 1 milhão de habitantes	5

ANEXO 4

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

ETAPAS	ATIVIDADE	PRAZO
1	Divulgação do processo de seleção	Até 13/09/2012
2	Inscrição de Cartas-Consulta por meio do formulário eletrônico	De 14/09 a 11/10//2012

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 478, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 19, inciso I, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro;

Considerando o disposto no art. 19 da Portaria nº 272, de 21 de dezembro de 2007, do DENATRAN, que dispõe sobre a certificação da empresa inscrita no DENATRAN como produtora de lacre com sistema de controle integrado;

Considerando o que consta do Documento nº 80000.035501/2012-98, resolve:

Art. 1° Alterar o art. 1º da Portaria DENATRAN nº 1.083, de 12 de dezembro de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Certificar a empresa DDS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LACRES LTDA - ME, CNPJ/MF nº 00.547.287/0001-74, com sede na cidade de Curitiba - PR, na Rua Saul Piccolli, 204 - Atuba - CEP 82.600-050, como produtora de lacres com sistema de controle integrado a serem aplicados nas placas de veículos automotores."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JULIO FERRAZ ARCOVERDE

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério das Comunicações

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ATO Nº 4.366, DE 3 DE AGOSTO DE 2012

Processo nº 53500.002909/2012. Afasta a aplicação da sanção de caducidade da autorização detida pela empresa FINDME MULTI SISTEMA DE RASTREAMENTO LTDA., CNPJ/MF nº 07.260.796/0001-60, autorizada para explorar o Serviço Limitado Especializado, de interesse restrito, para fins de rastreamento, em âmbito interior e internacional, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, tendo como área de prestação o território nacional, conforme descrito no Ato nº 4.094, de 22 de junho de 2010, tendo em vista que o crédito remuneratório teve sua exigibilidade suspensa por intermédio de parcelamento e, aplicar em substituição, a sanção de advertência, por descumprimento ao disposto no art. 48 da Lei nº 9.472/1997, c/c o art. 5º do Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite, aprovado pela Resolução nº 386, de 3 de novembro de 2004, nos termos do art. 173, inciso I, da Lei nº 9.472/1997. A sanção não desonera a empresa de suas obrigações com terceiros, inclusive as firmadas com a Anatel.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 5.160, DE 6 DE SETEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.021373/2010. Determinar a remessa dos autos do Processo ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, com parecer favorável da Anatel.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

DESPACHOS DO PRESIDENTE
Em 1º de fevereiro de 2012

Nº 1.015 - Processo nº 53504.024571/2010.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto pela TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A, Concessionária do STFC na Região III do Plano Geral de Outorgas (PGO), CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62, contra decisão de aplicação de sanção proferida pelo Superintendente de Serviços Públicos, por meio do Despacho nº 2.918/2011/PBQI/SPB, de 8 de abril de 2011, nos autos do processo em epígrafe, que tem por objeto a averiguação de irregularidades relacionadas ao Plano Geral de Metas de Qualidade para o STFC (PGMQ), aprovado pela Resolução nº 341, de 20 de junho de 2003, decidiu, em sua Reunião nº 635, de 26 de janeiro de 2012, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo integralmente os termos da decisão recorrida, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 0007/2012-GCJV, de 19 de janeiro de 2012.

Em 3 de setembro de 2012

Nº 5.622 - Processo nº 53500.013572/2009.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração apresentado por EMPRESA CATARINENSE DE TECNOLOGIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ/MF nº 08.519.692/0001-90, contra decisão do Conselho Diretor, exarada no Despacho nº 3.872/2012-CD, de 24 de maio de 2012, nos autos do processo em epígrafe, instaurado para averiguação de descumprimento de preceitos do Regulamento de Serviço de Comunicação Multimídia, aprovado na forma do Anexo à Resolução nº 272, de 9 de agosto de 2001, decidiu em sua Reunião n. 663, realizada em 23 de agosto de 2012, não conhecer do Pedido apresentado em virtude da ausência do requisito de admissibilidade da tempestividade, mantendo, assim, os termos da decisão, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 389/2012-GCRZ, de 17 de agosto de 2012

Em 5 de setembro de 2012

Nº 5.651 - Processos nº 53500.019639/2009 (apensador) e 53500.011879/2010.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração apresentado pela RÁDIO MÓVEL DIGITAL S/A, CNPJ/MF nº 68.886.571/0001-09, controlada pela NEXTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA., autorizada do Serviço Móvel Especializado, contra decisão exarada pelo Conselho Diretor, por meio do Despacho nº 3.225/2012-CD, de 24 de abril de 2012, nos autos dos processos em epígrafe, decidiu, em sua Reunião nº 665, realizada em 4 de setembro de 2012, conhecer do Pedido de Reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo integralmente os termos da decisão recorrida, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 599/2012-GCER, de 29 de agosto de 2012.

JOÃO BATISTA DE REZENDE

SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA

ATO Nº 5.327, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

A SUPERINTENDENTE EXECUTIVA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso de suas competências, consoante o disposto no inciso VIII do art. 189, do Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, aprovado pela Resolução n.º 270, de 19 de julho de 2001, alterado pela Resolução n.º 489, de 05 de dezembro de 2007;

CONSIDERANDO o disposto no art. 211 da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações;

CONSIDERANDO o ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N.º 02/2012, de 16 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial da União no dia 29 subsequente;

CONSIDERANDO o resultado da Consulta Pública n.º 782, de 12 de abril de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 16 de abril de 2007; da Consulta Pública n.º 21, de 25 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 29 de maio de 2012 e da Consulta Pública n.º 33, de 26 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2012, resolve:

Art. 1º Proceder, no Plano Básico de Distribuição de Canais de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada - PBFM, as alterações indicadas no Anexo deste Ato.

Art. 2º Fixar o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado da data da publicação deste Ato, para que as entidades cujas características técnicas estão sendo alteradas apresentem à Anatel formulário padronizado contendo suas novas características técnicas de operação.

Art. 3º Determinar os prazos de 4 (quatro) meses para alteração de frequência e de 12 (doze) meses para adaptação às demais características técnicas, contados a partir da data de publicação do respectivo Ato autorizativo das novas características de operação das emissoras, para que as mesmas realizem seu enquadramento.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

MARILDA MOREIRA

ANEXO

I - Inclusão de canais no Plano Básico de Distribuição de Canais de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada - PBFM:

UF	Localidade	Canal	Classe	Limitação Para:		Observação
				Azimute (Graus)	ERP (kW)	
PR	Ibiporã	262	A3			(ZC)

II - Proposta de alteração de canais do Plano Básico de Distribuição Canais de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada - PBFM:

SITUAÇÃO ATUAL:

UF	Localidade	Canal	Classe	Limitação Para:		Observação
				Azimute (Graus)	ERP (kW)	
MG	Barbacena	269	A1			
PA	Curralinho	246E	B2			01ºS 48' 52"; 49ºW 49' 11"
RJ	Petrópolis	216	A2	63º 113º	17,370 18,190	22ºS 30' 03"; 43ºW 09' 19"
RN	Natal	255	A4			
RS	Campo Bom	204	E3	8º a 80º 273º a 281º	0,600 0,800	29ºS 38' 18"; 51ºW 05' 33" (ZC)
RS	Imbé	218	B2			
SC	Blumenau	278	A4			26ºS 56' 07"; 49ºW 02' 33"
SC	Florianópolis	269	E3	18º	5,000	27ºS 35' 15"; 48ºW 32' 22"
SC	Santo Amaro da Imperatriz	293	E3	173º a 200º 200º a 215º 215º a 332º 332º a 341º 341º a 47º	9,000 8,200 9,100 2,700 9,100	27ºS 39' 14"; 48ºW 44' 11"
SP	Franca	239	A3			20ºS 30' 23"; 47ºW 24' 03"
SP	Ribeirão Preto	259	E3	75º	16,000	21ºS 09' 35"; 47ºW 54' 03"
SP	São Paulo	213	E3	80º a 102º 153º a 240º	12,700 9,319	23ºS 33' 55"; 46ºW 39' 02"
SP	São Vicente	220	A3	23º	11,000	23ºS57'36"; 46ºW21'19"

NOVA SITUAÇÃO:

UF	Localidade	Canal	Classe	Limitação Para:		Observação
				Azimute (Graus)	ERP (kW)	
MG	Barbacena	269	A2			
PA	Curralinho	246E	B2			
RJ	Petrópolis	216	A2	90º a 153º (Rio Bonito/RJ)	3,500	22ºS 32' 23"; 43ºW 08' 56"
RN	Natal	255	A2	199° a 210° (Campina Grande/PB)	15,000	05ºS 50' 46"; 35ºW 12' 39"
RS	Campo Bom	204	E3	8º a 80º (Canela/RS)	0,600	29ºS 38' 20"; 51ºW 05' 37" (ZC)
RS	Imbé	268	B2			
SC	Blumenau	278	A4			26ºS 56' 11"; 49ºW 02' 32"
SC	Florianópolis	269	E3			27ºS 35' 13"; 48ºW 31' 58"
SC	Santo Amaro da Imperatriz	293	E2	285º a 326º (Indaial/SC) 326º a 16º (Joinville/SC)	9,100 5,500	27ºS 35' 17"; 48ºW 32' 02"
SP	Franca	239	A3			20ºS 30' 15"; 47ºW 24' 10"
SP	Ribeirão Preto	259	E3	75º	16,000	21ºS 09' 27"; 47ºW 54' 05"
SP	São Paulo	213	E3	80º a 102º 153º a 240º	12,700 9,319	23ºS 33' 55"; 46ºW 39' 04"
SP	São Vicente	219	A1	241º a 45º (Campinas/SP) 224º a 240º (Iguape/SP)	0,400 6,200	23ºS55'44"; 46ºW32'40"

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

CONSULTA PÚBLICA Nº 39, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

Minuta de Termo de Referência para contratação de solução de tecnologia de informação para atividades de gestão de riscos relacionados à segurança das infraestruturas críticas de telecomunicações.

O SUPERINTENDENTE DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no exercício da Coordenação Geral do Grupo de Trabalho para assessorar e subsidiar o Conselho Diretor desta Agência na gestão da infraestrutura de telecomunicações para os grandes eventos internacionais compreendidos no período de 2011 a 2016, que lhe foi conferido pelo § 2º do art. 6º do Anexo da Portaria nº 470, de 2 de junho de 2011, republicado com alterações por meio da Portaria nº 430, de 4 de maio de 2012, que criou o referido Grupo de Trabalho, bem assim no uso das atribuições que lhe foram conferidas por meio do Caderno de Encargos da Anatel para Grandes Eventos Internacionais, aprovado na Reunião nº 625, realizada em 13 de outubro de 2011, submete a comentários e sugestões do público em geral Minuta de Termo de Referência para contratação de solução de tecnologia de informação para atividades de gestão de riscos relacionados à segurança das infraestruturas críticas de telecomunicações, na forma do Anexo à presente Consulta Pública.

Esta Consulta Pública tem como base as seguintes considerações:

a) Dentre os Projetos aprovados pela Anatel estabelecendo a programação das atividades indispensáveis à realização, com sucesso, dos grandes eventos internacionais que serão sediados pelo Brasil nos próximos anos, há o da Fiscalização que tem por objetivo tratar dos aspectos e de procedimentos quanto aos recursos necessários para fiscalização, avaliação e monitoragem das redes e serviços de telecomunicações, em função do desempenho esperado para a prestação dos serviços.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

b) O objetivo da Anatel de buscar o sucesso na realização dos compromissos assumidos pelo Brasil para sediar os eventos mencionados, envidando esforços para que diversos segmentos de Estado e do setor privado atuem de forma cooperativa e integrada.

c) A necessidade de a Anatel identificar e avaliar os riscos que possam afetar a segurança das infraestruturas críticas de telecomunicações, no âmbito dos grandes eventos internacionais.

d) As ações definidas no Plano Geral de Atualização da Regulamentação das Telecomunicações no Brasil (PGR), emitido pela Anatel.

e) Como resultado da presente Consulta Pública, a Anatel pretende adotar e publicar Termo de Referência para contratação de solução de tecnologia de informação para atividades de gestão de riscos relacionados à segurança das infraestruturas críticas de telecomunicações.

O texto completo da minuta em epígrafe estará disponível na Biblioteca da Anatel, no endereço apresentado a seguir, e na página da Anatel na Internet, endereço http://www.anatel.gov.br, a partir das 14h da data de publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

As contribuições e sugestões devem ser formuladas no idioma português, fundamentadas, devidamente identificadas e encaminhadas conforme indicado a seguir, preferencialmente, por meio de formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública, disponível no endereço na Internet http://www.anatel.gov.br, relativo a esta Consulta Pública, até às 24h do dia 27 de setembro de 2012.

Serão também consideradas as manifestações que forem encaminhadas por carta, fax ou correspondência eletrônica recebidas até às 18h do dia 26 de setembro de 2012, para:

Agência Nacional de Telecomunicações
Assessoria Técnica
Consulta Pública nº 39, de 12 de Setembro de 2012.
Minuta de Termo de Referência para contratação de solução de TI para gestão de riscos.
SAUS - Quadra 06 - Bloco F - Térreo - Biblioteca
70070-940 - BRASÍLIA - DF
Fax: (061) 2312-2002
biblioteca@anatel.gov.br

As manifestações recebidas merecerão exame pela Anatel e permanecerão à disposição do público na Biblioteca da Agência.

MARCUS VINÍCIUS PAOLUCCI

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

Aplica as entidades, abaixo relacionadas, sanção de MULTA, em conformidade com o artigo 173, inciso II, da Lei 9.472/97, pela infração aos dispositivos normativos abaixo relacionados:

N.º do Processo	Entidade	Cidade/UF	CPF/CNPJ	Valor da multa (R$)	Enquadramento Legal	Data do Despacho
53504.001439/200	ORLANDO DE LUCA JÚNIOR	ITAPIRA/SP	02.093.211/0001-41	4.826,88	Item 8.7 Alíneas "c", "j", e "l" da Norma nº 20/96, Instituída pela Portaria nº 1533, de 04/11/96, em infringências aos itens 5.5.1, 5.5.7 e 7.15 do mesmo dispositivo legal, e ao Art. 162 "caput", da Lei nº 9.472/1997.	03/01/2003

ORLANDO DE LUCA JÚNIOR
Em exercício

Aplica as entidades, abaixo relacionadas, sanção de MULTA, em conformidade com o artigo 173, inciso II, da Lei 9.472/97, pela infração aos dispositivos normativos abaixo relacionados:

N.º do Processo	Entidade	Cidade/UF	CPF/CNPJ	Valor da multa (R$)	Enquadramento Legal	Data do Despacho
53504.000.159/2002 53504.000.160/2002 53504.000.161/2001 53504.000.162/2002 53504.000.163/2002 53504.000.164/2002	TELESP CELULAR S.A	JACAREI/SP CAMPOS DO JORDÃO/SP SÃO BENTO DO SAPUCAI/SP	02.319.126/0001-59	46.116,56	Subitem 8.7, Alíneas "c", da Norma 20, aprovada pela Portaria nº 1533/1996, por infração ao Art. 162 da Lei nº 9472/1997	03/02/2006

ANTONIO ROBERTO ZANONI
Substituto

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO ESCRITÓRIO REGIONAL EM SÃO PAULO

DESPACHOS DO GERENTE

Aplica às entidades abaixo relacionadas sanção de ADVERTÊNCIA, nos termos do artigo 173, inciso I, da Lei n.º 9.472/97, por estarem incursas nos preceitos abaixo relacionados:

N.º do Processo	Entidade	Cidade/UF	CPF/CNPJ	Dispositivo Infringido	Data do Despacho
53504.021993/2011	VASCULAB LTDA	SÃO PAULO/SP	54.533.153/0003-95	Art. 55, V, do Anexo à Resolução nº 242/2000, com fundamento no Art. 173, I, da Lei 9.472/1997	16/02/2012
53504.021776/2011	JEFERSON MANSOREITCH AGOSTINI	ITAPUI/SP	305.834.568-20	Art. 4º c/c Art. 55, V, "a", do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2002.	26/01/2012
53504.020342/2011	GHILHERME PIRES RAMOS	VINHEDO/SP	125.550.808-64	Parágrafo único do Art. 20 c/c Art. 4 do Anexo à Resolução nº 242/2000 c/c § 2º do Art. 162 da Lei nº 9472/1997.	15/02/2012
53504.024441/2011	CARLOS ALBERTO BONATTI	RIO CLARO/SP	067.614.868-90	Art. 34 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 449/2006 e ao Art. 17, I c/c Art. 48 c/c Art. 53 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 259/2001, com fundamento do Art. 173, I, da Lei nº 9.472/1997.	26/01/2012
53504.002370/2009	IDIVALDO DE ALCÂNTARA	CAJATI/SP	252.811.748-51	Item 5 da Norma 01A /80 e do Art. 55, V, "b" do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	26/01/2011
53504.021809/2004	MARCELO DIAS MULA	ARARAQUARA/SP	020.132.608-69	Item 8.2 e 5 c/c 5.1 da Norma 01 A/80.	15/08/2008
53504.018674/2011	RMONTAN TECNOLOGIA LTDA - ME	TABOÃO DA SERRA/SP	05.429.590/0001-96	Art. 28 e 30 c/c 65 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 272/2001.	09/12/2011

Aplica as entidades, abaixo relacionadas, sanção de MULTA, em conformidade com o artigo 173, inciso II, da Lei 9.472/97, pela infração aos dispositivos normativos abaixo relacionados:

N.º do Processo	Entidade	Cidade/UF	CPF/CNPJ	Valor da multa (R$)	Enquadramento Legal	Data do Despacho
53504.020464/2009	TNL PCS S.A	SÃO PAULO/SP	04.164.616/0001-59	9.040,74	Art. 72 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 477/2007 c/c art. 37, IV do Regulamento aprovado pela Resolução nº 73/1998.	19/102009
53504.019623/2005	TESS S.A	SÃO PAULO/SP	02.093.211/0001-41	8.883,00	Art. 18 c/c Art. 61 do RLEC	11/02/2010
53504.005816/2008	RN BRASIL SERVIÇOS DE PROVEDORES LTDA	PRESIDENTE PRUDENTE/SP	05.827.543/0001-09	6.561,00	Art. 10, 27 e 28 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 272/2001.	22/01/2010

EVERALDO GOMES FERREIRA

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

ATO Nº 4.444, DE 9 DE AGOSTO DE 2012

Processo nº 53000.026660/2012. RÁDIO E TELEVISÃO GRANDE RIO FM STEREO LTDA - FM - Petrolina/PE - Autoriza a substituição do transmissor principal e uso de transmissor auxiliar.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS

ATO Nº 3.431, DE 21 DE JUNHO DE 2012

Processo nº 53569.001990/2010. Aplica à empresa Webcem Serviços e Comercio LTDA - ME., CNPJ 05.906.332/0001-53, a sanção de multa no valor total de R$ 843,39 (oitocentos e quarenta e três reais e trinta e nove centavos) pela violação ao disposto no artigo 46, do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, com fundamento no inciso II do art. 173 da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, e inciso II do art. 4º do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, aprovado pela Resolução n.º 589, de 7 de maio de 2012.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 5.161, DE 6 DE SETEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.009841/2009 - Autoriza à INTELSAT LICENSE LLC, por meio de seus representantes legais Intelsat Brasil Ltda, CNPJ nº 03.804.764/0001-28, e PanAmSat do Brasil Ltda., CNPJ nº 02.947.060/0001-41, o uso em todo território nacional de radiofrequências, em acréscimo àquelas associadas ao direito de exploração do satélite estrangeiro IS-1R, conferido por meio do Ato nº 445, de 20 de janeiro de 2011, respeitadas as condições estabelecidas.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 5.162, DE 6 DE SETEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.004122/2001 - Autoriza à INTELSAT LICENSE LLC, por meio de seus representantes legais Intelsat Brasil Ltda, CNPJ nº 03.804.764/0001-28, e PanAmSat do Brasil Ltda., CNPJ nº 02.947.060/0001-41, o uso em todo território nacional de radiofrequências, em acréscimo àquelas associadas ao direito de exploração do satélite estrangeiro IS-9, conferido por meio do Ato nº 34.525, de 14 de março de 2003, respeitadas as condições estabelecidas.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 5.163, DE 6 DE SETEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.020638/2007 - Autoriza à INTELSAT LICENSE LLC, por meio de seu representante legal Intelsat Brasil Ltda., CNPJ nº 03.804.764/0001-28, o uso em todo território nacional de radiofrequências, em acréscimo àquelas associadas ao direito de exploração do satélite estrangeiro IS 10-02 conferido por meio do Ato nº 1.583, de 20 de março de 2008, respeitadas as condições estabelecidas.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 5.165, DE 6 DE SETEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.015087/2005 - Autoriza à INTELSAT LICENSE LLC, por meio de seu representante legal Intelsat Brasil Ltda., CNPJ nº 03.804.764/0001-28, o uso em todo território nacional de radiofrequências, em acréscimo àquelas associadas ao direito de exploração do satélite estrangeiro IS-901 conferido por meio do Ato nº 21.072, de 27 de novembro de 2001, e prorrogado, até 31 de agosto de 2019, pelo Ato nº 7.648, de 10 de dezembro de 2008, respeitadas as condições estabelecidas.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO Nº 5.200, DE 10 DE SETEMBRO DE 2012

Processo n.º 53500.017888/2009 - Transfere ao MINISTÉRIO DA DEFESA, CNPJ n.º 03.277.610/0001-25, a autorização para execução do Serviço Limitado Móvel Privado - SLMP, em todo o território nacional, expedida ao COMANDO DO EXÉRCITO, CNPJ n.º 00.394.452/0534-87, por meio do Ato n.º 5.278, de 17/09/2009, D.O.U. de 06/11/2009, bem como transferir a outorga de autorização dos canais de radiofrequências, sem exclusividade, expedida por meio do Ato n.º 5.278/2009 e do Ato n.º 2.576, de 27/04/2011, D.O.U. de 04/05/2011, e outorga autorização do uso de 18 (dezoito) canais de radiofrequência associados ao SLMP ao MINISTÉRIO DA DEFESA, sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras autorizadas nos estados da Paraíba e Pernambuco, até 06/11/2019, prorrogável uma única vez, por 10 (dez) anos, e a título oneroso, em todo o território nacional, exceto o estado do Rio de Janeiro.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 6.823, DE 5 DE SETEMBRO DE 2011

Processos n. 53500.013572/2009 - Aplica à EMPRESA CATARINENSE DE TECNOLOGIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ n. 08.519.692/0001-90, a sanção de MULTA no valor de R$ 10.388,73 (dez mil, trezentos e oitenta e oito reais e setenta e três centavos), pela violação do art. 46 incisos I, II, III, IV, V, e VI, do art. 51, do art. 59 incisos IV, VII, todos do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia - SCM aprovado pela Resolução n. 272, de 9 de agosto 2001. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 1.649, DE 21 DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.070673/2007, resolve:

Art. 1º Consignar à TV ÔMEGA LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de TAUBATÉ, estado de São Paulo, o canal nº 38 (trinta e oito), correspondente à faixa de frequência de 614 a 620 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.650, DE 21 DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.014179/2012, resolve:

Art. 1º Consignar à PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de SALTO, estado de São Paulo, o canal nº 16 (dezesseis), correspondente à faixa de frequência de 482 a 488 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.651, DE 21 DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.069223/2007, resolve:

Art. 1º Consignar à TV ÔMEGA LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de PRESIDENTE VENCESLAU, estado de São Paulo, o canal nº 49 (quarenta e nove), correspondente à faixa de frequência de 680 a 686 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.652, DE 21 DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.070701/2007, resolve:

Art. 1º Consignar à TV ÔMEGA LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de AMPARO, estado de São Paulo, o canal nº 48 (quarenta e oito), correspondente à faixa de frequência de 674 a 680 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.653, DE 21 DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.070683/2007, resolve:

Art. 1º Consignar à TV ÔMEGA LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de IGUAPE, estado de São Paulo, o canal nº 47 (quarenta e sete), correspondente à faixa de frequência de 668 a 674 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.661, DE 21 DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.022139/2012, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO SÉCULO VINTE E UM, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de ESTÂNCIA, estado de Sergipe, o canal nº 19 (dezenove), correspondente à faixa de frequência de 500 a 506 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.681, DE 21 DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.013002/2009, resolve:

Art. 1º Consignar à RÁDIO E TELEVISÃO UNIÃO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de BRASILÉIA, estado do Acre, o canal 39 (trinta e nove), correspondente à faixa de frequência de 620 a 626 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.683, DE 21 DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.020731/2012, resolve:

Art. 1º Consignar à LM TELECOMUNICAÇÕES LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de JUIZ DE FORA, estado de Minas Gerais, o canal nº 44 (quarenta e quatro), correspondente à faixa de frequência de 650 a 656 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.685, DE 21 DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.022146/2012, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO SÉCULO VINTE E UM, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de ARAXÁ, estado de Minas Gerais, o canal nº 19 (dezenove), correspondente à faixa de frequência de 500 a 506 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.686, DE 21 DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.020476/2012, resolve:

Art. 1º Consignar à REDE MULHER DE TELEVISÃO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de MATÃO, estado de São Paulo, o canal nº 35 (trinta e cinco), correspondente à faixa de frequência de 596 a 602 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.687, DE 21 DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.070657/2007, resolve:

Art. 1º Consignar à TV ÔMEGA LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de MOCOCA, estado de São Paulo, o canal nº 49 (quarenta e nove), correspondente à faixa de frequência de 680 a 686 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.688, DE 21 DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.039430/2011, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Consignar à TV ARATU S/A, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de ITAMARAJU, estado da Bahia, o canal 26 (vinte e seis), correspondente à faixa de frequência de 542 a 548 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.689, DE 21 DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.016385/2011, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO BAHIA LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de IAÇU, estado da Bahia, o canal 30 (trinta), correspondente à faixa de frequência de 566 a 572 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.690, DE 21 DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.016731/2011-02, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO BAHIA LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Planalto, Estado da Bahia, o canal 30 (trinta), correspondente à faixa de frequência de 566 a 572 megahertz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.691, DE 21 DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.069231/2007, resolve:

Art. 1º Consignar à TV ÔMEGA LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de SANTA RITA DO PASSA QUATRO, estado de São Paulo, o canal nº 40 (quarenta), correspondente à faixa de frequência de 626 a 632 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.698, DE 21 DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.017008/2011, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO BAHIA LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de CASA NOVA, estado da Bahia, o canal 27 (vinte e sete), correspondente à faixa de frequência de 548 a 554 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.701, DE 21 DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.044676/2011, resolve:

Art. 1º Consignar ao DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TELECOMUNICAÇÕES DE MINAS GERAIS, autorizatário do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de FREI GASPAR, estado de Minas Gerais, o canal 17 (dezessete), correspondente à faixa de frequência de 488 a 494 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.707, DE 21 DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.014048/2012, resolve:

Art. 1º Consignar à REDE MINEIRA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de FRUTAL, estado de Minas Gerais, o canal nº 28 (vinte e oito), correspondente à faixa de frequência de 554 a 560 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.708, DE 21 DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.014037/2012, resolve:

Art. 1º Consignar à REDE MINEIRA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de CATALÃO, estado de Goiás, o canal nº 29 (vinte e nove), correspondente à faixa de frequência de 560 a 566 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.710, DE 21 DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.014032/2012, resolve:

Art. 1º Consignar à REDE MINEIRA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de UBERABA, estado de Minas Gerais, o canal nº 29 (vinte e nove), correspondente à faixa de frequência de 560 a 566 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.711, DE 21 DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.014027/2012, resolve:

Art. 1º Consignar à REDE MINEIRA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de ITUIUTABA, estado de Minas Gerais, o canal nº 28 (vinte e oito), correspondente à faixa de frequência de 554 a 560 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.729, DE 21 DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.013489/2009, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL PLANALTO DE POÇOS DE CALDAS, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de POÇOS DE CALDAS, estado de Minas Gerais, o canal 51 (cinquenta e um), correspondente à faixa de frequência de 692 a 698 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º O instrumento pactual decorrente desta consignação será celebrado entre a concessionária e a União em prazo não superior a sessenta dias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.739, DE 21 DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.044659/2011-03, resolve:

Art. 1º Consignar à DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TELECOMUNICAÇÕES DE MINAS GERAIS, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Arcos, Estado de Minas Gerais, o canal 30 (trinta), correspondente à faixa de frequência de 566 a 572 megahertz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.741, DE 21 DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.015062/2012, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO TV BELTRÃO, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de FRANCISCO BELTRÃO, estado do Paraná, o canal nº 18 (dezoito), correspondente à faixa de frequência de 494 a 500 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º O instrumento pactual decorrente desta consignação será celebrado entre a concessionária e a União em prazo não superior a sessenta dias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIAS DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XVIII do art. 71 do Regimento Interno da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, anexo IV, aprovado pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art 1º Aplicar às Entidades abaixo relacionadas a penalidade de suspensão.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

ANEXO

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Período	Enquadramento Legal	Portaria
53000.054797/2010	Rádio Progresso Ltda	OM	Lagarto	SE	Suspensão	2(dois) dias	Alínea "c" do art. 38 do Código Brasileiro de Telecomunicações, com redação dada pelo art. 7º da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002	Portaria SCE n° 1977, de 13/9/2012
53000.054720/2010	Rádio FM Aparecida do Nordeste Ltda	FM	Lagarto	SE	Suspensão	2(dois) dias	Alínea "c" do art. 38 do Código Brasileiro de Telecomunicações, com redação dada pelo art. 7º da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002	Portaria SCE n° 1978, de 13/9/2012
53000.017609/2010	Central São Carlos de Comunicação Ltda	OM	São Carlos	SP	Suspensão	1(um) dia	Alínea "c" do art. 38 do Código Brasileiro de Telecomunicações, com redação dada pelo art. 7º da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002	Portaria SCE n° 1979, de 13/9/2012
53000.042519/2010	Rádio Vale do Potengi Ltda	OM	São Paulo do Potengi	RN	Suspensão	2(dois) dias	Alínea "c" do art. 38 do Código Brasileiro de Telecomunicações, com redação dada pelo art. 7º da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002	Portaria SCE n° 1980, de 13/9/2012
53000.017608/2010	Rede Regional Ltda	FM	Ibaté	SP	Suspensão	1(um) dia	Alínea "c" do art. 38 do Código Brasileiro de Telecomunicações, com redação dada pelo art. 7º da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002	Portaria SCE n° 1981, de 13/9/2012

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 149, DE 2 DE AGOSTO DE 2012

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, Art. 72, § 1º, inciso I, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo n.º 53000.003706/2012, resolve:

Art. 1º Autorizar a CANADÁ RADIOFUSÃO LTDA, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Neves Paulista, Estado de São Paulo, canal 205 (duzentos e cinco), frequência 88,9, classe C, a executar o Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas (LINK), no referido município, e aprovar seus locais de instalação, em conformidade com a Nota Técnica nº 268/2012/GTCO/SCE-MC, em anexo.

Art. 2º A estação somente poderá entrar em operação após a obtenção do uso da radiofrequência associado ao Serviço, e seu início efetivo, condicionada à emissão da respectiva Licença de Funcionamento pelo Ministério das Comunicações.

Art. 3º Determinar que, no prazo máximo de 12 (doze) meses, contado a partir da data de publicação desta Portaria, a entidade providencie a efetivação do que foi aprovado e requeira vistoria para fins de licenciamento ou encaminhe formulário de vistoria conforme Portaria SCE/MC nº 159, de 8 de abril de 2009, publicada no D.O.U. de 9 de abril de 2009.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

PORTARIA Nº 152, DE AGOSTO DE 2012

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, Art. 72, § 1º, inciso I, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo n.º 53000.024845/2011, resolve:

Art. 1º Autorizar a CONTINENTAL COMUNICAÇÕES LTDA, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Confresa, estado de Mato Grosso, canal 203 (duzentos e três), classe C, a executar o Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas (LINK), no referido município, e aprovar seus locais de instalação, em conformidade com a Nota Técnica nº 361/2012/GTCO/SCE-MC, em anexo.

Art. 2º A estação somente poderá entrar em operação após a obtenção do uso da radiofrequência associado ao Serviço, e seu início efetivo, condicionada à emissão da respectiva Licença de Funcionamento pelo Ministério das Comunicações.

Art. 3º Determinar que, no prazo máximo de 12 (doze) meses, contado a partir da data de publicação desta Portaria, a entidade providencie a efetivação do que foi aprovado e requeira vistoria para fins de licenciamento ou encaminhe formulário de vistoria conforme Portaria SCE/MC nº 159, de 8 de abril de 2009, publicada no D.O.U. de 9 de abril de 2009.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

PORTARIA Nº 153, DE 16 DE AGOSTO DE 2012

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, Art. 72, § 1º, inciso I, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no Processo nº 53000.094470/2006, resolve:

Art. 1º Autorizar a RÁDIO 102 FM LTDA, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Além Paraíba, Estado de Minas Gerais, canal 274 (duzentos e setenta e quatro), frequência 102,7 MHz, classe B1, a executar o Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas (LINK), no município de Além Paraíba, Estado de Minas Gerais, e aprovar seus locais de instalação, em conformidade com a Nota Técnica nº 300/2012/DRMC-01-SP, em anexo.

Art. 3º A estação somente poderá entrar em operação após a obtenção do uso da radiofreqüência associado ao Serviço, e seu início efetivo, condicionada à emissão da respectiva Licença de Funcionamento pelo Ministério das Comunicações.

Art. 4º Determinar que, no prazo máximo de 12 (doze) meses, contado a partir da data de publicação desta Portaria, a entidade providencie a efetivação do que foi aprovado e requeira vistoria para fins de licenciamento ou encaminhe formulário de vistoria conforme Portaria SCE/MC nº 159, de 8 de abril de 2009, publicada no D.O.U. de 9 de abril de 2009.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 508, DE 4 DE SETEMBRO DE 2012

Estabelece critérios e condições para celebração de acordo bilateral entre partes signatárias de CCEAR de energia nova.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, no art. 2º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, no Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, o que consta do Processo nº 48500.006051/2011-00 e o resultado da Audiência Pública nº 081/2011, que permitiu o aperfeiçoamento deste ato regulamentar, resolve:

Art. 1º Estabelecer critérios e condições para celebração de acordo bilateral entre partes signatárias de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR proveniente de leilões de novos empreendimentos de geração.

Parágrafo único. Para fins de simplificação, o contrato de que trata esta Resolução será denominado "CCEAR de energia nova".

CONDIÇÕES E CRITÉRIOS APLICÁVEIS A ACORDO BILATERAL ATINENTE A CCEAR DE ENERGIA NOVA

Art. 2º Todo acordo bilateral atinente a CCEAR de energia nova de que trata o artigo 6º deverá ser submetido pelas partes signatárias para prévia aprovação da ANEEL.

§ 1º Quando aprovado, o acordo bilateral de que trata o caput deverá ser formalizado por meio de termo aditivo ao CCEAR de energia nova.

§ 2º As disposições do termo aditivo ao CCEAR de energia nova deverão ser refletidas:

I - no processo de contabilização das operações de compra e venda de energia elétrica no mercado de curto prazo; e

II - no cálculo do repasse tarifário, nos termos do art. 11.

Art. 3º No processo de análise da proposta de acordo bilateral envolvendo CCEAR de energia nova, serão observados os princípios de garantia de suprimento de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN - e de modicidade tarifária.

Parágrafo único. O acordo bilateral firmado não poderá produzir efeitos negativos relevantes na disponibilidade de garantia física do SIN e na operação eletroenergética do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

Art. 4º Na avaliação das eventuais repercussões do acordo bilateral atinente a CCEAR de energia nova na garantia de suprimento de energia elétrica no SIN, a ser realizada pela ANEEL no processo de aprovação, será considerado o balanço estático de energia elétrica.

Art. 5º Na avaliação a respeito da repercussão do acordo bilateral submetido ao processo de aprovação no custo médio de aquisição de energia elétrica pela distribuidora, serão observados:

I - o preço da energia associada ao CCEAR envolvido no acordo bilateral;

II - o valor médio de todos os CCEARs celebrados pela distribuidora e considerados na Data de Reajuste em Processamento - DRP vigente no momento da celebração do acordo bilateral; e

III - o nível de cobertura contratual estimado, considerando os efeitos do acordo bilateral.

Parágrafo único. Na definição do preço da energia associada ao CCEAR envolvido no acordo bilateral, serão considerados:

I - o valor atualizado do preço de venda do CCEAR, para o caso de contrato por quantidade; e

II - o valor correspondente ao lance considerado vencedor no leilão, atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, para o caso de CCEAR por disponibilidade.

MODALIDADES DE ACORDO BILATERAL ATINENTE A CCEAR DE ENERGIA NOVA

Art. 6º Para adequar o nível de cobertura contratual às necessidades de energia e potência de seus consumidores cativos, a distribuidora poderá celebrar as seguintes modalidades de acordo bilateral envolvendo CCEAR de energia nova:

I - postergação do início do período de suprimento;

II - suspensão temporária do período de suprimento;

III - redução temporária ou permanente de energia contratada;

IV - rescisão contratual amigável; e

V - transferência direta, temporária ou permanente, de posição contratual para outra distribuidora.

§ 1º Na celebração de acordo bilateral de que trata a modalidade prevista no inciso I, a data de término do período de suprimento poderá ser alterada de modo a manter o prazo de suprimento original.

§ 2º Não será reconhecida exposição involuntária da distribuidora para as modalidades de acordo bilateral previstas nos incisos II a V.

§ 3º Na celebração de acordo bilateral de que tratam as modalidades previstas nos incisos II, III e V, a data de término do período de suprimento deverá permanecer inalterada.

§ 4º A modalidade de acordo bilateral prevista no inciso V:

a) envolve a alteração da parte compradora com manifestação favorável da parte vendedora; e

b) poderá ser celebrada até a implementação de mecanismo de compensação de sobras e déficits aplicável a CCEAR de energia nova, conforme norma específica a ser aprovada pela ANEEL.

§ 5º A aprovação dos acordos bilaterais previstos nos incisos II e IV será precedida de consulta, pela ANEEL, ao Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE - e ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS - a respeito dos impactos da operação para o SIN.

Art. 7º O acordo bilateral de postergação do início do período de suprimento do CCEAR de energia nova poderá ser firmado por agente vendedor cuja usina que confere respaldo físico ao contrato não se encontra em operação comercial em razão do atraso na entrada em operação comercial das instalações de uso do âmbito da transmissão ou distribuição necessárias para o escoamento da energia produzida pela usina.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 8º O acordo bilateral de suspensão temporária do período de suprimento do CCEAR de energia nova poderá envolver agente vendedor cuja usina que confere respaldo físico ao contrato esteja com obras em andamento, conforme atestado pela ANEEL.

Art. 9º O acordo bilateral de redução temporária ou permanente de montante de energia associado a CCEAR de energia nova poderá ser celebrado por agente vendedor que se enquadre, de forma cumulativa, nos seguintes requisitos:

I - cuja usina que confere respaldo físico ao contrato esteja em operação comercial; e

II - tenha a necessidade de recomposição de lastro em virtude de o valor apurado de garantia física, referenciado ao centro de gravidade, ser inferior ao montante de energia contratada.

Art. 10. A rescisão amigável de CCEAR de energia nova poderá ser pactuada somente por agente vendedor cuja usina que confere respaldo físico ao contrato não esteja em operação comercial.

Parágrafo único. No processo de aprovação de acordo bilateral de que trata o caput, será considerado o estágio de desenvolvimento das obras, de forma a vedar a celebração de acordo que envolva usinas em condições ou prestes a entrar em operação comercial.

DO REPASSE TARIFÁRIO APLICÁVEL A ACORDO BILATERAL

ATINENTE A CCEAR DE ENERGIA NOVA

Art. 11. A repercussão no cálculo tarifário do acordo bilateral atinente a CCEAR de energia nova aprovado se dará mediante repasse do custo de sobrecontratação estabelecido na Resolução Normativa nº 255, de 6 de março de 2007, visando ao compartilhamento de ganhos com o consumidor, considerados os seguintes parâmetros apurados no ano civil em que a descontratação se realizou:

I - o montante anual da energia associada ao CCEAR envolvido no acordo, que será proporcionalizado entre ambas as parcelas componentes do excedente total contratado pela distribuidora, que serão assim definidas:

a) montante de energia passível de repasse de sobrecontratação, nos termos da Resolução Normativa nº 255, de 2007; e

b) diferença entre o excedente total contratado pela distribuidora e o montante definido na alínea "a".

II - as partes proporcionais definidas no inciso I serão subtraídas da respectiva parcela, conforme metodologia a ser detalhada no Submódulo 4.3 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET; e

III - a aplicação do critério de proporcionalização definido no inciso II será realizada:

a) somente uma vez, para os casos de redução permanente de energia contratada, rescisão contratual amigável e transferência direta de posição contratual permanente; e

b) enquanto o acordo bilateral produzir efeitos no nível de contratação da distribuidora, para os demais casos.

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 12. Excepcionalmente, os acordos bilaterais atinentes a CCEAR de energia nova apresentados à ANEEL antes da publicação desta Resolução, na hipótese de serem mantidos pelas partes signatárias e aprovados pela ANEEL, produzirão efeitos retroativos à data de assinatura.

§ 1º As partes signatárias dos acordos bilaterais de que trata o caput deverão confirmar, no prazo máximo de 20 dias contados da publicação desta Resolução, o interesse pelo referido acordo, sendo permitida a alteração de seu conteúdo.

§ 2º Não serão realizadas as consultas ao CMSE e ao ONS, previstas no art. 6º, § 5º, quando da análise dos acordos bilaterais aludidos no caput.

Art. 13. Com o objetivo de orientar os agentes, serão disponibilizados, em procedimento de comercialização específico, modelos de termo aditivo aplicáveis às modalidades de acordo bilateral descritas no art. 6º.

Parágrafo único. Na hipótese de a formalização do acordo bilateral envolvendo CCEAR de energia nova não estar consubstanciada em modelo de termo aditivo de que trata o caput, a instrução do processo de aprovação desse acordo contemplará, além da análise dos requisitos estabelecidos no art. 3º, a apreciação da minuta de termo aditivo formulada pelas partes signatárias.

Art. 14. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE - deverá submeter à aprovação da ANEEL, no que couber, proposta de alteração das Regras e Procedimentos de Comercialização, de forma a adequá-los a esta Resolução, no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
Em 28 de agosto de 2012

Nº 2.672 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo n. 48500.001431/2008-44, resolve prorrogar, até 5 de setembro de 2012, o prazo fixado no item (iii) do Despacho n. 2.456/2012 para que, sob pena de indeferimento do pleito de revogação amigável da autorização da Usina Termelétrica MC2 Macaíba, a UTE MC2 Macaíba S.A. apresente documento comprobatório de interesse de rescisão amigável dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs - atrelados à usina por parte de todas as distribuidoras signatárias.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 13 de setembro de 2012

Nº 2.833 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, considerando o disposto na Resolução Normativa nº 390, de 15 de dezembro de 2009, e o que consta do Processo nº 48500.004713/2012-80, resolve registrar o recebimento do requerimento de outorga da Usina Solar Fotovoltaica Sobrado 2 e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, com 30.000 kW de potência instalada, com a finalidade de produção independente de energia elétrica, localizada no município de Casa Nova, estado da Bahia, em favor da empresa Sobrado Solar Energia SPE Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 16.594.336/0001-60, conferindo-lhe as prerrogativas estabelecidas no §1º do artigo 6º da referida REN 390/09, observadas as condições dispostas no §2º desse dispositivo.

Nº 2.834 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, considerando o disposto na Resolução Normativa - REN nº 391, de 15 de dezembro de 2009, e o que consta do Processo nº. 48500.004525/2012-51, resolve registrar o recebimento do requerimento de outorga da EOL Tapes III e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, com 30.000 kW de potência instalada, visando à produção independente de energia, localizada no município de Tapes, estado do Rio Grande do Sul, em favor da empresa Tapes Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 12.265.189/0001-23, conferindo-lhe as prerrogativas estabelecidas no artigo 6º da referida REN 391/09, observadas as condições dispostas no §2º desse dispositivo, sendo de sua responsabilidade eventuais ajustes e/ou compensações decorrentes da possível interferência (de que trata o item 2.6 do ANEXO I da REN 391/2009) em outros empreendimentos já outorgados, ou que tenham registros para fins de habilitação técnica e cadastramento junto à EPE durante o curso do Leilão de Energia em que estejam participando.

Nº 2.835 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a delegação de competências estabelecida pela Portaria nº 1.850, de 5 de julho de 2011 e o que consta do Processo nº. 48500.000082/2006-65, resolve, nos termos do artigo 4º da Resolução nº 420, de 30 de novembro de 2010, registrar a Potência Instalada de 83.657 kW e a Potência Líquida de 81.663 kW da UHE Retiro Baixo, outorgada pelo Decreto s/nº, de 25 julho de 2006, à Orteng Equipamentos e Sistemas Ltda., posteriormente transferida à empresa Retiro Baixo Energética S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 07.783.055/0001-64, mediante a Resolução nº 807, de 06 de fevereiro de 2007.

Nº 2.856 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, considerando o disposto na Resolução Normativa nº 390, de 15 de dezembro de 2009, e o que consta do Processo nº 48500.004826/2012-85, resolve registrar o recebimento do requerimento de outorga da Usina Solar Fotovoltaica Sobrado 1 e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, com 30.000 kW de potência instalada, com a finalidade de produção independente de energia elétrica, localizada no município de Casa Nova, estado da Bahia, em favor da empresa Sobrado Solar Energia SPE Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 16.594.336/0001-60, conferindo-lhe as prerrogativas estabelecidas no §1º do artigo 6º da referida REN 390/09, observadas as condições dispostas no §2º desse dispositivo.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 13 de setembro de 2012

Nº 2.858 - Decisão: Liberar unidades geradoras para início de operação em teste a partir de 14 de setembro de 2012 Processo nº 48500.006007/2010-19 Interessado: Ventos da Lagoa S.A. Usina: EOL Sangradouro 2 Unidades Geradoras: UG1 a UG13, de 2.000 kW cada Localização: Município de Osório, Estado do Rio Grande do Sul.

A íntegra do Despacho está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca.

CAMILLA DE ANDRADE GONÇALVES FERNANDES
Substituta

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 12 de setembro de 2012

Nº 2.826 - Processo nº 48500.003228/2010-27, resolve: i - Revogar o Despacho nº 2.124, de 26 de julho de 2010; ii - Transferir para a condição de inativo o registro para a realização dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio São Benedito, localizado na sub-bacia 17, bacia hidrográfica do rio Amazonas, no Estado do Pará, com fulcro no § 1º, art. 10 da Resolução nº 393/1998.
A integra destes despachos consta dos autos e encontram-se disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 13 de setembro de 2012

Nº 2.836 - Processo nº 48500.003068/2011-05 e 48500.002516/2011-45. Decisão: (i) prorrogar o prazo, estabelecido no Despacho nº 3.123, de 2/8/2011, para entrega do Projeto Básico da PCH Cachoeira, situada no rio Piracanjuba, sub-bacia 60, bacia hidrográfica do rio Paraná, no Estado de Goiás; (ii) os estudos deverão ser entregues ao protocolo da ANEEL até a data de 8/12/2012.

Nº 2.837. Processo nº 48500.003071/2011-11 e 48500.002521/2011-58. Decisão: (i) prorrogar o prazo, estabelecido no Despacho nº 3.125, de 2/8/2011, para entrega do Projeto Básico da PCH Cachoeirinha, situada no rio Piracanjuba, sub-bacia 60, bacia hidrográfica do rio Paraná, no Estado de Goiás; (ii) os estudos deverão ser entregues ao protocolo da ANEEL até a data de 8/12/2012.

Nº 2.838. Processo nº 48500.007245/2006-86. Decisão: anuir com o pedido de transferência de titularidade referente ao Projeto Básico da PCH Cachoeira do Cambará, localizada no rio Cambará, no Estado de Rondônia, solicitado pela empresa Incomex - Indústria, Comércio e Exportação Ltda., para a empresa Pequena Central Hidrelétrica Cachoeira do Cambará Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 15.682.054/0001-51.

Nº 2.839. Processo nº 48500.003067/2011-52 e 48500.002514/2011-56. Decisão: (i) prorrogar o prazo, estabelecido no Despacho nº 3.124, de 2/8/2011, para entrega do Projeto Básico da PCH Santa Bárbara, situada no rio Piracanjuba, sub-bacia 60, bacia hidrográfica do rio Paraná, no Estado de Goiás; (ii) os estudos deverão ser entregues ao protocolo da ANEEL até a data de 8/12/2012.

Nº 2.840. Processo: 48500.004735/2011-69. Decisão: (i) prorrogar até 27/8/2013 o prazo, estabelecido no Despacho nº 3.731, de 14 de setembro de 2011, para entrega dos Estudos de Viabilidade do AHE Santa Branca, com potência instalada de referência de 58 MW, localizada no Rio Tibagi, sub-bacia 64, no Estado de Paraná, solicitado pela empresa CNEC WorleyParsons Engenharia S.A.

Nº 2.841. Processo: 48500.004737/2011-58. Decisão: (i) prorrogar até 27/8/2013 o prazo, estabelecido no Despacho nº 3.734, de 14 de setembro de 2011, para entrega dos Estudos de Viabilidade do AHE Cebolão Médio, com potência instalada de referência de 120 MW, localizada no Rio Tibagi, sub-bacia 64, no Estado de Paraná, solicitado pela empresa CNEC WorleyParsons Engenharia S.A.

Nº 2.842. Processo: 48500.004734/2011-14. Decisão: (i) prorrogar até 17/8/2013 o prazo, estabelecido no Despacho nº 3.732, de 14 de setembro de 2011, para entrega dos Estudos de Viabilidade do AHE Limoeiro, com potência instalada de referência de 142 MW, localizada no Rio Tibagi, sub-bacia 64, no Estado de Paraná, solicitado pela empresa CNEC WorleyParsons Engenharia S.A.

Nº 2.843. Processo: 48500.004577/2012-28. Decisão: (i) efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do Rio Apuaê ou Ligeiro, afluente do Rio Uruguai, subbacia 72, bacia hidrográfica do Rio Uruguai, no Estado de Santa Catarina, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 24/8/2012 pela empresa Casaforte Energia S.A, inscrito no CNPJ sob o nº 12.031.289/0001-95, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 9º da Resolução ANEEL nº 393/98; (ii) estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo da ANEEL até a data de 11/3/2013, conforme cronograma apresentado pelo interessado.

Nº 2.844. Processo: 48500.005299/2010-64. Decisão: (i) Transferir para a condição de inativo o registro para a realização dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do Rio Alto Braço, no trecho entre a nascente e o reservatório da PCH Aguti, localizado na sub-bacia 84, no Estado de Santa Catarina, concedido à empresa Mafras Energia e Reflorestamento Ltda., devido o não atendimento ao disposto no parágrafo 1º do artigo 10 da Resolução ANEEL nº 393/1998. (ii) Revogar o Despacho nº 994, de 2 de março de 2011.

Nº 2.845. Processo: 48500.004128/2012-80. Decisão: (i) efetivar como ativo o registro para a realização da Revisão dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do Rio Alto Braço, no trecho entre a nascente e o remanso do reservatório da PCH Aguti, sub-bacia 84, bacia hidrográfica do Atlântico, no Estado de Santa Catarina, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 4/7/2012 pela empresa Alto Braço Energia Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 15.609.494/0001-83, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 9º da Resolução ANEEL nº 393/98; (ii) estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo da ANEEL até a data de 11/3/2013.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 2.846. Processo: 48500.001298/2011-21. Decisão: (i) Transferir para a condição de inativo o registro para a realização dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do Rio Santa Quitéria e seus afluentes, o Rio Central e Rio do Ouro, sub-bacia 64, no Estado do Paraná, concedido aos Senhores Marcelo Colombelli e Mirabel Caldeira Lopes, devido o não atendimento ao disposto no parágrafo 1º do artigo 10 da Resolução ANEEL nº 393/1998. (ii) Revogar o Despacho nº 2.231, de 27 de maio de 2011.

Nº 2.847. Processo: 48500.000084/2011-38. Decisão: (i) Transferir para a condição de inativo o registro para a realização da Revisão dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do Lajeado Grande, no trecho entre o canal de fuga da PCH Palanquinho e a foz, localizado na sub-bacia 86, bacia hidrográfica do Atlântico Sudeste, no Estado do Rio Grande do Sul, concedido à empresa Correcta Consultoria e Projetos de Engenharia S/C Ltda., devido o não atendimento ao disposto no parágrafo 1º do artigo 10 da Resolução ANEEL nº 393/1998. (ii) Revogar o Despacho nº 860, de 25 de fevereiro de 2011.

Nº 2.848. Processo: 48500.000410/2010-26. Decisão: (i) Transferir para a condição de inativo o registro para a realização da Revisão dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do Lajeado Grande, no trecho entre o canal de fuga da PCH Palanquinho e a foz, localizado na sub-bacia 86, bacia hidrográfica do Atlântico Sudeste, no Estado do Rio Grande do Sul, concedido à empresa HP Energética S.A, devido o não atendimento ao disposto no parágrafo 1º do artigo 10 da Resolução ANEEL nº 393/1998. (ii) Revogar o Despacho nº 1.894, de 5 de julho de 2010.

Nº 2.849. Processo: 48500.004319/2012-41. Decisão: (i) efetivar como ativo o registro para a realização da Revisão dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do Rio Juína, no trecho entre a montante do remanso da PCH Juína I até a sua nascente, localizado na sub-bacia 17, bacia hidrográfica do Rio Amazonas, no Estado de Mato Grosso, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 31/7/2012 pelo Senhor Osvaldo Kenhiti Kasicawa, inscrito no CPF sob o nº 362.194.601-20, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 9º da Resolução ANEEL nº 393/98; (ii) estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo da ANEEL até a data de 15/9/2014.

A íntegra destes Despachos consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ODENIR JOSÉ DOS REIS

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

RESOLUÇÃO Nº 27, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

A DIRETORA-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 9º, inciso III, do Anexo I, do Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, de acordo com as disposições da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e com base na Resolução de Diretoria nº 842, de 5 de setembro de 2012, resolve o seguinte:

Considerando a necessidade de compatibilizar o inciso IV, do §7º, do art. 3º da Resolução ANP nº 43, de 22 de dezembro de 2009, com seu inciso II do art. 2º,

Art. 1º Fica alterado o inciso IV do §7º do art. 3º da Resolução ANP nº 43, de 22 de dezembro de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"IV - cópias autenticadas dos atos constitutivos da pessoa jurídica interessada e de todas as alterações realizadas nos últimos dois anos, registrados e arquivados na Junta Comercial, demonstrando que seja controlada direta ou indiretamente por dois ou mais produtores ou cooperativas de produtores de etanol, nos termos do inciso II do art. 2º, desta Resolução;"

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MAGDA MARIA DE REGINA CHAMBRIARD

DIRETORIA I

DESPACHO DO DIRETOR
Em 13 de setembro de 2012

Nº 1.047 - O DIRETOR I DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso III, do Regimento Interno da ANP, aprovado pela Portaria ANP nº69, de 6 de abril de 2011, em atendimento às determinações do Ofício n.º 069/2002, de 08 de maio de 2002, do Tribunal de Contas da União, e tendo em vista o que consta do Processo TC n.º 002.102/2001-8, torna público o volume de petróleo e gás natural produzido em maio de 2012 por campo e produção desagregada por Estado e Município (ANEXO I); a relação dos Estados, Municípios e Órgãos Federais indenizados a título de Royalties; os respectivos valores creditados em 20 de julho de 2012, mês de competência maio de 2012 (ANEXO II); e que nos termos do Acórdão 5933/2012 - TCU - 2ª Câmara, constante do Processo TC nº 015.408/2012-4, será descontinuada a publicação mensal no Diário Oficial da União em virtude dos dados relativos às Participações Governamentais estarem disponíveis no endereço de internet da ANP em www.anp.gov.br opção 'Participações Governamentais e de Terceiros'.

FLORIVAL RODRIGUES DE CARVALHO

ANEXO I

PRODUÇÃO POR CAMPO

Nome do Campo	N.º Contrato de Concessão	Petróleo m³	Gás Natural m³
AGULHA	48000.003779/97-66	1.326,29	124.156,98
ALBACORA	48000.003703/97-02	337.717,46	34.296.422,23
ALBACORA LESTE	48000.003895/97-67	318.849,53	26.740.810,28
ARABAIANA	48000.003913/97-47	819,34	10.057.125,23
ARATUM	48000.003780/97-45	1.293,34	50.757,01
ARGONAUTA	48000.003552/97-11	29.927,70	738.960,84
ARUANÃ	48610.009156/2005-17	48.050,53	2.747.234,99
BADEJO	48000.003705/97-20	3.463,64	1.382.306,51
BAGRE	48000.003726/97-08	1.227,58	293.513,03
BALEIA FRANCA	48000.003560/97-49	23.256,59	8.349.426,25
BARRACUDA	48000.003897/97-92	591.868,68	48.438.998,44
BAUNA	48610.009494/2003	82.791,10	3.334.547,28
BICUDO	48000.003717/97-17	17.490,85	1.325.505,30
BIJUPIRA	48000.003709/97-81	51.482,52	5.192.492,79
BIQUARA	48000.003909/97-70	-	13.836,00
BONITO	48000.003718/97-71	17.802,86	9.966.216,13
CACHALOTE	48000.003560/97-49	285.016,22	16.515.238,22
CAIOBA	48000.003836/97-06	334,45	16.866.485,28
CAMARUPIM	48000.003535/97-00	5.003,08	26.750.559,39
CAMARUPIM NORTE	48610.010724/2001	11.396,96	60.937.503,76
CAMORIM	48000.003837/97-61	5.977,23	5.561.719,97
CANDEIAS-Mar	48000.003638/97-34	813,78	-
CANGOA	48000.003902/97-21	460,99	11.609.382,00
CARAPEBA	48000.003711/97-22	69.722,01	1.685.074,50
CARATINGA	48000.003898/97-55	191.570,75	17.474.303,12
CHERNE	48000.003727/97-62	71.469,72	3.718.294,07
CIOBA	48000.003906/97-81	2.653,64	27.714,36
CONGRO	48000.003714/97-11	11.133,14	1.386.877,41
CORVINA	48000.003715/97-83	25.756,00	1.768.320,55
CURIMA	48000.003776/97-78	4.002,01	654.751,06
DOM JOAO MAR	48000.003645/97-08	692,83	5.542,35
DOURADO	48000.003838/97-23	372,59	34.484,88
ENCHOVA OESTE	48000.003720/97-13	20.091,22	1.965.540,78
ESPADA	48000.003777/97-31	8.967,68	605.486,32
ESPADARTE	48000.003899/97-18	148.912,75	4.900.747,28
GAROUPA	48000.003721/97-86	19.248,64	1.359.510,97
GAROUPINHA	48000.003722/97-49	1.100,28	39.234,85
GOLFINHO	48000.003535/97-00	99.623,37	18.941.481,29
GUARICEMA	48000.003839/97-96	9.219,08	-
JUBARTE	48000.003560/97-49	776.691,14	50.699.380,79
LAGOSTA	48000.003570/97-01	3.665,27	11.851.583,83
LINGUADO	48000.003706/97-92	11.342,74	-
LULA	48610.003886/2000	396.739,05	90.822.658,46
MALHADO	48000.003716/97-46	24.114,65	1.814.559,04
MANATI	48000.003518/97-82	3.346,39	204.972.667,39
MARIMBA	48000.003732/97-01	105.855,01	11.456.895,90
MARLIM	48000.003723/97-10	1.014.459,64	84.601.150,50
MARLIM LESTE	48000.003900/97-03	588.806,72	56.344.176,52
MARLIM SUL	48000.003724/97-74	1.479.776,62	201.029.048,66
MERLUZA	48000.003866/97-69	91,12	822.243,12
MEXILHÃO	48000.003576/97-89	11.819,69	120.687.277,84
NAMORADO	48000.003728/97-25	62.722,58	4.938.856,19
OESTE DE UBARANA	48000.003910/97-59	519,64	1.325.327,04
OSTRA	48000.003552/97-11	198.660,15	6.716.011,14
PAMPO	48000.003707/97-55	88.347,15	7.503.063,18
PARATI	48000.003731/97-30	1.057,78	147.296,49
PARGO	48000.003712/97-95	19.844,75	839.909,90
PEREGRINO	48610.003887/2000	239.711,92	2.746.410,00
PEROÁ	48000.003903/97-93	4.995,34	88.252.405,00
PESCADA	48000.003912/97-84	1.879,27	5.626.007,56
PIRACABA	48610.009494/2003	38.417,33	1.433.003,43
PIRANEMA	48000.003495/97-89	29.286,91	4.607.028,64
PIRAUNA	48000.003733/97-65	7.954,25	447.249,76
POLVO	48610.003888/2000	80.482,94	1.182.565,95
RONCADOR	48000.003901/97-68	1.236.238,03	140.549.455,17
SALGO	48000.003841/97-38	804,00	25.948,00
SERRA	48000.003781/97-16	18.656,79	382.225,80
TARTARUGA	48000.003835/97-35	148,81	1.432,99
TATUI	48000.003834/97-72	345,93	98.066,99
TUBARÃO AZUL	48610.001369/2008-43	43.023,24	1.479.198,25
UBARANA	48000.003782/97-71	9.442,97	7.279.180,52
URUGUÁ	48000.003577/97-41	60.017,96	41.996.494,33
VERMELHO	48000.003713/97-58	42.565,05	1.460.052,67
VIOLA	48000.003734/97-28	6.110,62	177.244,26
VOADOR	48000.003704/97-67	57.172,49	5.614.793,40
XAREU	48000.003778/97-01	7.912,03	411.517,89
ACAUA	48610.003901/2000	52,59	48,70
AGUA GRANDE	48000.003629/97-43	12.131,93	-
AGUILHADA	48000.003842/97-09	1.101,74	15.423,93
ALTO DO RODRIGUES	48000.003784/97-04	11.906,51	59.197,82
ANAMBE	48610.003892/2000	4.002,32	1.350.468,76
ANDORINHA	48610.007994/2004	351,18	7.036,00
ANDORINHA SUL	48610.008002/2004	88,30	1.766,00
ANGELIM	48000.003843/97-63	415,68	2.092,16
ANGICO	48000.003484/97-62	49,50	597,48
APRAIUS	48000.003630/97-22	256,77	9.387,16
ARAÇARI	48610.009487/2003	97,37	10.029,36
ARACAS	48000.003631/97-95	20.897,53	2.055.025,62
ARAÇÁS LESTE	48610.009289/2005-93	34,57	345,70
ARACUA	48610.009202/2005-88	466,61	194.079,00
ARATU	48000.003632/97-58	-	842.952,99
ARUARI	48000.003844/97-26	264,11	1.320,39
ASA BRANCA	48000.003482/97-37	523,04	611.501,24
ATALAIA SUL	48000.003845/97-99	473,01	1.891,59
BAIXA DO ALGODAO	48000.003785/97-69	2.453,20	11.361,30
BAIXA DO JUAZEIRO	48000.003914/97-18	19,63	267,02
BARRINHA	48000.003786/97-21	44,35	580,85
BARRINHA LESTE	48610.003901/2000	14,74	192,97
BENFICA	48610.004003/98	3.885,60	121.120,83
BIRIBA	48000.003672/97-72	35,07	2.022.131,80
BOA ESPERANCA	48000.003787/97-94	1.387,28	763.437,39
BOA VISTA	48000.003788/97-57	3.105,45	29.317,22
BOM LUGAR	48610.009285/2005-13	154,90	12.856,70
BONSUCESSO	48000.003658/97-41	502,97	16.884,97
BREJINHO	48000.003636/97-17	422,41	12.779,01
BREJINHO	48000.003789/97-10	3.481,04	834.647,19
BREJO GRANDE	48000.003846/97-51	1.078,91	-
BT-POT-8	48610.009225/2002	249,58	425.398,04
BURACICA	48000.003635/97-46	21.161,96	126.761,36
BURIZINHO	48610.009231/2002	30,06	315,00
CACHOEIRINHA	48000.003791/97-61	1.123,37	473.603,60
CAMPO GRANDE	48000.003737/97-16	164,12	15.848,88
CANABRAVA	48000.003637/97-71	146,45	6.144,56
CANARIO	48610.003899/2000	1.013,78	70.964,45
CANCA	48610.009491/2003	4.494,08	111.187,54
CANDEIAS-Terra	48000.003638/97-34	3.954,74	-
CANTA GALO	48000.003639/97-05	43,89	1.308.554,19
CANTO DO AMARO	48000.003792/97-24	100.837,19	1.485.775,61
CARAPANAÚBA	48000.003868/97-94	278,90	1.555.976,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CARCARÁ	48610.009127/2005-55	115,60	2.312,00
CARDEAL	48610.008000/2004	1.666,90	566,80
CARMOPOLIS	48000.003847/97-14	107.244,10	5.416.265,22
CASSARONGONGO	48000.003640/97-86	9.932,92	206.392,54
CASTANHAL	48000.003848/97-87	1.475,45	14.754,24
CEXIS	48000.003641/97-49	4.485,59	4.563.390,51
CIDADE DE ARACAJU	48610.009284/2005-61	30,34	151,70
CIDADE DE SAO MIGUEL DOS CAMPOS	48000.003850/97-29	594,32	5.324.155,92
CIDADE ENTRE RIOS	48000.003642/97-10	4.568,46	77.498,28
COLIBRI	48610.009503/2003	117,86	40,06
CONCEICAO	48000.003702/97-31	31,11	1.127.213,36
CONCRIZ	48610.009134/2005-57	8,30	787,21
COQUEIRO SECO	48000.003851/97-91	38,74	774,78
CORREGO CEDRO NORTE	48000.003738/97-89	632,75	4.503,39
CORREGO DAS PEDRAS	48000.003739/97-41	97,61	6.408,79
CORREGO DOURADO	48000.003740/97-21	954,69	20.346,87
CUPIUBA	48000.003869/97-57	112,05	707.981,00
DOM JOAO	48000.003644/97-37	5.821,50	46.567,27
ESTREITO	48000.003793/97-97	38.025,93	151.956,02
FAZENDA ALEGRE	48000.003742/97-56	32.551,81	635.374,26
FAZENDA ALTO DAS PEDRAS	48610.004004/98	20,98	274.667,40
FAZENDA ALVORADA	48000.003646/97-62	3.677,94	39.523,24
FAZENDA AZEVEDO	48000.003647/97-25	263,08	78.924,60
FAZENDA BALSAMO	48000.003648/97-98	15.351,14	284.754,54
FAZENDA BELEM	48000.003649/97-51	3.733,74	141.292,96
FAZENDA BELEM	48000.003795/97-12	6.406,36	32.407,32
FAZENDA BOA ESPERANCA	48000.003650/97-30	11.662,60	622.574,62
FAZENDA CANAAN	48000.003796/97-85	233,50	232,63
FAZENDA CEDRO	48000.003743/97-19	782,17	25.958,02
FAZENDA CEDRO NORTE	48000.003745/97-44	413,07	28.297,29
FAZENDA CURRAL	48000.003797/97-48	685,43	16.609,30
FAZENDA IMBE	48000.003651/97-01	4.790,33	705.464,56
FAZENDA MALAQUIAS	48000.003798/97-19	3.516,76	2.030,02
FAZENDA MATINHA	48000.003891/97-14	7,64	182.176,35
FAZENDA ONCA	48000.003652/97-65	314,34	6.265,53
FAZENDA PANELAS	48000.003653/97-28	6.773,97	1.175.915,29
FAZENDA POCINHO	48000.003799/97-73	17.691,58	190.962,29
FAZENDA QUEIMADAS	48000.003744/97-81	798,66	39.231,77
FAZENDA RIO BRANCO	48000.003654/97-91	248,87	15.558,59
FAZENDA SANTA LUZIA	48000.003746/97-15	4.474,38	628.691,86
FAZENDA SANTA ROSA	48000.003883/97-88	20,81	504.784,13
FAZENDA SANTO ESTEVAO	48000.003655/97-53	798,54	12.776,64
FAZENDA SAO JORGE	48000.003747/97-70	2.178,21	48.100,12
FAZENDA SAO RAFAEL	48000.003750/97-84	13.860,25	3.472.622,87
FOZ DO VAZA BARRIS	48610.009278/2005-1	15,54	341,00
FURADO	48000.003854/97-80	5.194,94	5.486.905,12
GALO DE CAMPINA	48610.003884/2000	199,25	47.530,20
GOMO	48000.003656/97-16	248,07	14.813,67
GUAMARE	48000.003800/97-51	3.434,90	-
GUANAMBI	48610.008017/2004	431,38	64.318,86
GURIRI	48000.003751/97-47	87,16	1.481,64
ICAPUI	48000.003801/97-13	44,20	220,90
ILHA BIMBARRA	48000.003657/97-89	-	205.881,86
ILHA PEQUENA	48000.003855/97-42	411,21	139.627,21
INHAMBU	48610.010735/2001	2.470,73	15.668,81
IRAUNA	48610.008001/2004	100,15	1.512,10
IRERE	48610.003900/2000	54,74	1.313,71
ITAPARICA	48000.003659/97-12	245,92	1.966,82
JACANA	48610.009225/2002	648,11	11.793,79
JACUIPE	48000.003660/97-93	7,18	1.764.045,04
JACUTINGA	48610.007984/2004	1.178,28	7.215,29
JANDAIA	48610.009488/2003	6.302,93	574.357,04
JANDUI	48000.003802/97-86	13,70	106.253,47
JAPUACU	48610.003892/2000	18,97	1.805,70
JEQUIA	48000.003856/97-13	46,58	1.630,22
JIRIBATUBA	48610.009282/2005-71	38,82	194,10
JOAO DE BARRO	48610.009509/2003	91,14	16.382,87
JUAZEIRO	48000.003803/97-49	53,07	3.316,58
JURITI	48610.008012/2004	35,21	1.514,00
LAGOA AROEIRA	48000.003804/97-10	420,33	3.323,37
LAGOA BONITA	48000.003748/97-32	74,88	1.871,89
LAGOA DO PAULO	48610.009231/2002	437,45	5.362,70
LAGOA DO PAULO NORTE	48610.009231/2002	369,77	12.677,00
LAGOA DO PAULO SUL	48610.009231/2002	19,09	640,00
LAGOA PACAS	48000.003921/97-75	1,02	177.019,36
LAGOA PARDA	48000.003752/97-18	2.008,25	130.534,80
LAGOA PARDA NORTE	48000.003754/97-35	95,71	1.520,49
LAGOA PIABANHA	48000.003755/97-06	305,53	396,22
LAGOA SURUACA	48000.003757/97-23	1.195,86	-
LAMARAO	48000.003664/97-44	47,39	1.952.675,52
LEODORIO	48000.003665/97-15	106,85	8.013,98
LESTE DE POCO XAVIER	48610.004000/98	2.495,97	289.537,15
LESTE DO URUCU	48000.003627/97-18	83.413,35	77.466.242,83
LIVRAMENTO	48000.003805/97-74	4.263,92	2.359.864,76
LORENA	48000.003807/97-08	4.192,54	6.863.047,72
MACAU	48000.003808/97-62	149,65	1.433,64
MALOMBE	48000.003666/97-70	3.951,25	50.409,64
MANDACARU	48000.003667/97-32	3,61	3.011,25
MAPELE	48000.003633/97-11	5,27	120.020,31
MARIRICU	48000.003758/97-96	39,93	678,68
MARIRICU NORTE	48000.003760/97-38	31,38	1.129,47
MARIRICU OESTE	48000.003759/97-59	98,51	2.955,39
MASSAPE	48000.003668/97-03	3.406,45	4.219.669,29
MASSUI	48000.003669/97-68	709,88	148.544,44
MATA DE SAO JOAO	48000.003670/97-47	4.347,07	1.068.033,72
MATO GROSSO	48000.003857/97-78	2.461,10	388.325,10
MATO GROSSO NOROESTE	48610.009197/2005-11	231,83	26.783,99
MATO GROSSO NORTE	48610.009197/2005-11	438,95	68.254,03
MATO GROSSO SUDOESTE	48610.009197/2005-11	9,26	1.209,75
MATO GROSSO SUL	48610.009197/2005-11	155,35	21.629,87
MIRANGA	48000.003673/97-35	10.370,04	25.691.184,38
MIRANGA NORTE	48000.003676/97-23	43,25	58.913,00
MONTE ALEGRE	48000.003809/97-25	3.871,51	39.737,72
MORRINHO	48000.003810/97-12	787,04	1.756,03
MORRO DO BARRO	48610.009283/2005-16	-	693.030,00
MOSSORO	48000.003811/97-77	3.337,46	3.335,02
NATIVO OESTE	48000.003761/97-09	216,24	1.852,95
NORTE FAZENDA CARUACU	48000.003677/97-96	816,15	1.124.842,68
PA-1ALV2BA-REC-T-155	48610.001427/2008-39	1.198,29	134.088,32
PA-1BRSA769AM-SOL-T-171	48610.009146/2005-81	7.294,07	5.462.727,00
PA-1GALP11_1GALP12-BT-SEAL-13	48610.009198/2005-58	1.218,15	60.223,50
PA-1STAR11RN_POT-T-749	48610.009128/2005-16	1.137,40	46.633,29
PA-1STAR9RN_ 1STAR10RN_INTEGRADO	48610.009128/2005-16	1.283,47	355.955,75
PA-1VITA4ES-ES-T-391	48610.001402/2008-35	33,17	331,70
PAJEU	48000.003813/97-01	2.261,46	13.262,15
PEDRA SENTADA	48610.004001/98	77,13	2.094,86
PERIQUITO	48610.008005/2004	206,89	39.615,19
PILAR	48000.003859/97-01	11.327,10	24.662.272,19
PINTASSILGO	48610.003901/2000	3.773,33	3.770,98
POCO VERDE	48000.003814/97-65	1.008,90	996,63
POCO XAVIER	48000.003815/97-28	236,67	46.950,94
POJUCA	48000.003679/97-11	137,38	10.893,92
PONTA DO MEL	48000.003816/97-91	745,99	601.099,71
PORTO CARAO	48000.003817/97-53	946,30	7.021,02
QUERERA	48000.003894/97-02	2,42	376.150,30
REDONDA	48000.003818/97-16	1.162,14	1.160,07
REDONDA PROFUNDO	48000.003819/97-89	2.264,34	6.781,52
REMANSO	48000.003671/97-18	3.273,22	855.230,45
RIACHO DA BARRA	48000.003682/97-26	4.846,72	651.094,51
RIACHO DA FORQUILHA	48000.003821/97-21	14.444,97	3.754.844,82
RIACHO OURICURI	48000.003683/97-99	1.264,27	45.944,44
RIACHO SAO PEDRO	48000.003684/97-51	-	47.614,58
RIACHO VELHO	48610.007480/2006-81	6,57	65,65
RIACHUELO	48000.003860/97-82	14.770,71	43.059,71
RIO DA SERRA	48000.003685/97-14	249,56	1.270,73
RIO DO BU	48000.003686/97-87	10.213,93	90.274,82
RIO DOS OVOS	48000.003687/97-40	1.327,13	26.864,54
RIO IPIRANGA	48610.007482/2006-71	115,45	23.551,80
RIO ITARIRI	48000.003688/97-11	1.744,68	16.771,70
RIO ITAUNAS	48000.003766/97-14	810,12	21.427,58
RIO JOANES	48000.003890/97-43	-	16.417,50
RIO MARIRICU	48000.003768/97-40	63,60	9.348,78
RIO MARIRICU SUL	48610.009188/2005-12	20,92	209,22
RIO MOSSORO	48000.003824/97-19	127,24	10.179,04
RIO PIPIRI	48000.003674/97-06	9,31	157.255,91
RIO POJUCA	48000.003689/97-75	3.329,39	206.540,39
RIO PRETO	48000.003769/97-11	82,95	2.781,66
RIO PRETO OESTE	48000.003770/97-91	937,48	13.104,34
RIO PRETO SUDESTE	48610.009188/2005-12	161,98	1.619,81
RIO PRETO SUL	48000.003771/97-54	1.210,65	47.913,49
RIO SAO MATEUS	48000.003772/97-17	193,02	435.262,71
RIO SAO MATEUS OESTE	48610.007984/2004	40,69	406,91
RIO SAUIPE	48000.003690/97-54	109,27	9.834,03
RIO SUBAUMA	48000.003691/97-17	133,21	1.205,41
RIO URUCU	48000.003628/97-81	70.590,99	62.309.529,64
ROLINHA	48610.009227/2002	14,32	143,20
SABIA	48000.003916/97-35	-	367.533,29
SAIRA	48610.010735/2001	106,58	106,44
SALINA CRISTAL	48000.003825/97-81	12.201,77	2.613.593,05
SANTANA	48000.003692/97-80	138,43	11.070,00
SAO DOMINGOS	48000.003693/97-42	31,86	254,59
SAO MATEUS	48000.003773/97-80	2.304,33	35.385,78
SÃO MATEUS LESTE	48610.009188/2005-12	105,86	12.271,26
SAO MIGUEL DOS CAMPOS	48000.003861/97-45	686,03	3.312.276,59
SAO PEDRO	48000.003694/97-13	141,86	18.063,34
SERIEMA	48610.007984/2004	338,95	3.389,40
SERRA DO MEL	48000.003828/97-70	40,51	11.424,26
SERRA VERMELHA	48000.003829/97-32	8,35	8,06
SERRARIA	48000.003830/97-11	1.939,80	9.011,91
SESMARIA	48000.003696/97-31	1.243,98	444.773,74
SIRIRIZINHO	48000.003862/97-16	24.097,62	1.204.481,33
SOCORRO	48000.003697/97-01	1.231,70	74.383,90
SOCORRO EXTENSAO	48000.003698/97-66	93,33	718.497,91
SUDOESTE URUCU	48000.003873/97-24	2.715,60	8.866.403,99
SUL DE CORURIPE	48000.003863/97-71	102,69	3.080,80
SUSSUARANA	48000.003699/97-29	42,82	374.035,65
TABUIAIA	48610.007986/2004	74,47	2.961,22
TABULEIRO DOS MARTINS	48000.003864/97-33	1.240,92	38.250,41
TANGARA	48610.009488/2003	1.654,59	48.864,44
TAQUIPE	48000.003700/97-14	12.820,74	1.160.589,72
TIGRE	48610.009279/05-58	123,72	23.580,37
TRES MARIAS	48000.003832/97-47	626,44	2.504,74
TRINCA FERRO	48610.008001/2004	431,28	136.826,67
UIRAPURU	48610.003899/2000	114,83	43.154,07
UPANEMA	48000.003833/97-18	621,73	21.908,06
VARGINHA	48610.004002/98	288,48	212.831,38
TOTAL		**10.092.616,66**	**1.799.492.351,76**

VOLUME DE ÓLEO E GÁS PRODUZIDO EM TERRA POR ESTADO E MUNICÍPIO

UF	MUNICÍPIOS	PRODUÇÃO (M3)	
		PETRÓLEO	GÁS NATURAL
AL	COQUEIRO SECO-AL	38,74	774,78
	CORURIPE-AL	102,69	3.080,80
	JEQUIA DA PRAIA-AL	120,65	198.935,45
	MACEIO-AL	1.240,92	38.250,41
	MARECHAL DEODORO-AL	2.740,83	1.929.889,37
	PILAR-AL	6.583,72	22.247.800,59
	RIO LARGO-AL	259,85	207.492,67
	ROTEIRO-AL	47,60	178.649,58
	SANTA LUZIA DO NORTE-AL	31,26	2.739,98
	SAO MIGUEL DOS CAMPOS-AL	10.375,93	15.276.676,64
	SATUBA-AL	1.711,44	274.349,58
	TOTAL - AL	**23.253,64**	**40.358.639,85**
AM	COARI-AM	157.110,89	150.906.133,46
	TEFE-AM	7.294,07	5.462.727,00
	TOTAL - AM	**164.404,96**	**156.368.860,46**
BA	ALAGOINHAS-BA	27.994,11	1.335.281,14
	ARACAS-BA	20.749,13	1.541.050,29
	CAMACARI-BA	-	398.192,91

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

	CANDEIAS-BA	8.816,12	6.036.906,64
	CARDEAL DA SILVA-BA	5.612,20	816.915,29
	CATU-BA	13.745,01	1.452.553,06
	CONDE-BA	276,27	4.714,64
	ENTRE RIOS-BA	23.631,01	2.013.682,80
	ESPLANADA-BA	43.324,49	1.121.905,04
	INHAMBUPE-BA	7,64	182.176,35
	ITANAGRA-BA	1.582,40	431.860,23
	ITAPARICA-BA	245,92	1.966,82
	MATA DE SAO JOAO-BA	9.219,73	4.071.880,01
	POJUCA-BA	26.717,85	28.427.917,61
	SAO FRANCISCO DO CONDE-BA	6.013,25	1.033.242,11
	SAO SEBASTIAO DO PASSE-BA	22.437,67	8.462.580,80
	SATIRO DIAS-BA	23,23	880.934,43
	SIMOES FILHO-BA	5,27	962.973,30
	TEODORO SAMPAIO-BA	146,45	6.144,56
	VERA CRUZ-BA	38,82	693.224,10
	TOTAL - BA	**210.586,55**	**59.876.102,13**
CE	ARACATI-CE	4.791,15	24.266,80
	ICAPUI-CE	1.635,17	8.240,78
	JAGUARUANA-CE	24,23	120,64
	TOTAL - CE	**6.450,55**	**32.628,22**
ES	CONCEICAO DA BARRA-ES	810,12	21.427,58
	JAGUARE-ES	32.715,93	651.223,14
	LINHARES-ES	29.831,75	4.441.785,68
	SAO MATEUS-ES	12.446,67	697.512,99
	TOTAL - ES	**75.804,48**	**5.811.949,39**
RN	ACU-RN	18.590,27	944.142,00
	AFONSO BEZERRA-RN	46,69	186,74
	ALTO DO RODRIGUES-RN	17.292,13	78.339,94
	ANGICOS-RN	334,32	3.610,37
	APODI-RN	15.348,62	4.192.060,49
	AREIA BRANCA-RN	30.948,58	2.164.226,97
	CARAUBAS-RN	5.387,30	2.833.468,36
	CARNAUBAIS-RN	15.341,77	73.661,79
	FELIPE GUERRA-RN	4.931,43	1.924.258,10
	GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO-RN	10.924,78	6.733.059,44
	GUAMARE-RN	439,76	-
	MACAU-RN	23.842,49	2.706.744,27
	MOSSORO-RN	95.761,64	276.754,23
	PENDENCIAS-RN	15.878,66	392.013,75
	SERRA DO MEL-RN	2.587,20	35.793,65
	UPANEMA-RN	4.045,09	859.409,22
	TOTAL - RN	**261.700,71**	**23.217.729,32**
SE	ARACAJU-SE	939,62	195.970,59
	AREIA BRANCA-SE	201,50	509,60
	BREJO GRANDE-SE	1.078,91	-
	CAPELA-SE	1.156,13	19.145,62
	CARMOPOLIS-SE	45.001,13	2.377.163,86
	DIVINA PASTORA-SE	19.945,43	895.808,02
	GENERAL MAYNARD-SE	191,15	12.556,44
	ITAPORANGA D'AJUDA-SE	15,54	341,00
	JAPARATUBA-SE	53.993,57	2.371.804,09
	MARUIM-SE	1.681,80	195.814,82
	PACATUBA-SE	123,72	23.580,37
	PIRAMBU-SE	1.101,74	15.423,93
	RIACHUELO-SE	5.133,78	12.837,37
	ROSARIO DO CATETE-SE	10.819,42	655.126,09
	SANTO AMARO DAS BROTAS-SE	3.623,18	226.901,02
	SAO CRISTOVAO-SE	441,55	139.778,91
	SIRIRI-SE	11.035,23	480.732,36
	TOTAL - SE	**156.483,39**	**7.623.494,09**
TOTAL GERAL		**898.684,28**	**293.289.403,46**

ANEXO II

ROYALTIES

BENEFICIÁRIOS	VALOR (R$)			
	Royalties até 5%	Royalties excedentes a 5%	Total	Acumulado em 2012
BRASIL				
ESTADOS	236.746.514,80	171.971.342,92	408.717.857,72	2.709.463.949,12
MUNICIPIOS	273.698.102,61	200.332.453,05	474.030.555,66	3.185.718.894,60
FUNDO ESPECIAL	63.455.966,46	46.915.186,03	110.371.152,49	738.707.781,66
COMANDO DA MARINHA	117.233.104,36	86.765.173,05	203.998.277,41	1.400.190.916,99
MCT	-	159.478.043,12	159.478.043,12	1.086.431.356,18
FUNDO SOCIAL	9.678.828,59	18.840.530,76	28.519.359,35	131.500.302,30
TOTAL	**700.812.516,82**	**684.302.728,93**	**1.385.115.245,75**	**9.252.013.200,85**

BENEFICIÁRIOS	VALOR (R$)			
	Royalties até 5%	Royalties excedentes a 5%	Total	Acumulado em 2012
ESTADOS				
ALAGOAS	1.543.176,43	984.212,50	2.527.388,93	16.851.382,79
AMAZONAS	11.215.617,77	8.235.185,08	19.450.802,85	115.946.158,98
BAHIA	12.020.117,61	7.400.419,70	19.420.537,31	126.105.639,37
CEARA	672.128,21	418.160,67	1.090.288,88	8.802.916,06
ESPIRITO SANTO	33.547.207,49	27.236.760,87	60.783.968,36	407.697.373,94
RIO DE JANEIRO	153.068.911,96	110.766.777,55	263.835.689,51	1.749.933.772,86
RIO GRANDE DO NORTE	13.278.763,85	8.864.812,52	22.143.576,37	142.896.881,79
SAO PAULO	3.488.356,82	2.436.454,82	5.924.811,64	51.065.493,55
SERGIPE	7.912.234,66	5.628.559,21	13.540.793,87	90.164.329,78
TOTAL	**236.746.514,80**	**171.971.342,92**	**408.717.857,72**	**2.709.463.949,12**

* Valor sem a retenção de 1% (um por cento) de PASEP, conforme disposto no inciso III, do Art.2º da Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, combinado como parágrafo 6º do Art.19 da Medida Provisória nº 2.158, de 24 de agosto de 2001.

ROYALTIES POR MUNICÍPIO

BENEFICIÁRIOS		VALOR (R$)			
		Royalties até 5%	Royalties excedentes a 5%	Total*	Acumulado em 2012
ANADIA-AL	AL	-	-	-	2.846,19
ATALAIA-AL	AL	-	-	-	3.676,34
BARRA DE SANTO ANTONIO-AL	AL	-	-	-	2.727,59
BARRA DE SAO MIGUEL-AL	AL	-	-	-	2.371,81
BOCA DA MATA-AL	AL	-	-	-	3.201,96
BRANQUINHA-AL	AL	-	-	-	2.490,41
CAJUEIRO-AL	AL	-	-	-	3.083,36
CAMPESTRE-AL	AL	-	-	-	2.371,81
CAMPO ALEGRE-AL	AL	-	-	-	3.794,92
CAPELA-AL	AL	-	-	-	2.846,19
CHA PRETA-AL	AL	-	-	-	2.371,81
COLONIA LEOPOLDINA-AL	AL	-	-	-	3.083,36
COQUEIRO SECO-AL	AL	92.098,36	404,99	92.503,35	597.170,64
CORURIPE-AL	AL	92.966,99	1.063,62	94.030,61	10.458.892,40
FELIZ DESERTO-AL	AL	-	-	-	205.697,84
FLEXEIRAS-AL	AL	-	-	-	2.609,00
IBATEGUARA-AL	AL	-	-	-	2.727,59
IGREJA NOVA-AL	AL	-	-	-	3.083,36
JACUIPE-AL	AL	-	-	-	2.371,81
JAPARATINGA-AL	AL	-	-	-	2.371,81
JEQUIA DA PRAIA-AL	AL	2.248,75	944,47	3.193,22	31.379,87
JOAQUIM GOMES-AL	AL	-	-	-	3.083,36
JUNDIA-AL	AL	-	-	-	2.371,81
JUNQUEIRO-AL	AL	-	-	-	3.083,36
MACEIO-AL	AL	108.604,80	28.040,54	136.645,34	883.312,94
MARAGOGI-AL	AL	-	-	-	3.320,56
MARECHAL DEODORO-AL	AL	43.515,62	39.388,76	82.904,38	930.754,68
MATRIZ DE CAMARAGIBE-AL	AL	-	-	-	3.083,36
MESSIAS-AL	AL	-	-	-	2.727,59
MURICI-AL	AL	-	-	-	3.201,96
NOVO LINO-AL	AL	-	-	-	2.609,00
PARIPUEIRA-AL	AL	-	11.328,66	11.328,66	63.361,29
PASSO DE CAMARAGIBE-AL	AL	-	-	-	2.727,59
PIACABUCU-AL	AL	-	-	-	2.846,19
PILAR-AL	AL	248.047,50	171.319,39	419.366,89	2.089.889,28
PINDOBA-AL	AL	-	-	-	2.371,81
PORTO CALVO-AL	AL	-	-	-	3.201,96
PORTO DE PEDRAS-AL	AL	-	-	-	2.371,81
PORTO REAL DO COLEGIO-AL	AL	-	-	-	2.964,77
RIO LARGO-AL	AL	4.196,93	2.707,02	6.903,95	68.933,93
ROTEIRO-AL	AL	92.594,50	968,47	93.562,97	608.882,20
SANTA LUZIA DO NORTE-AL	AL	92.000,70	333,73	92.334,43	597.412,60
SANTANA DO MUNDAU-AL	AL	-	-	-	2.490,41
SAO JOSE DA LAJE-AL	AL	-	-	-	3.083,36
SAO LUIS DO QUITUNDE-AL	AL	-	-	-	3.439,16
SAO MIGUEL DOS CAMPOS-AL	AL	281.157,06	172.210,61	453.367,67	3.028.742,99
SAO MIGUEL DOS MILAGRES-AL	AL	-	-	-	2.371,81
SATUBA-AL	AL	24.417,82	15.749,49	40.167,31	150.656,59
TEOTONIO VILELA-AL	AL	-	-	-	3.676,34
UNIAO DOS PALMARES-AL	AL	-	-	-	3.913,51
VICOSA-AL	AL	-	-	-	3.201,96
ALAGOAS TOTAL		**1.081.849,03**	**444.459,75**	**1.526.308,78**	**19.825.258,25**
ANAMA-AM	AM	-	3.774,45	3.774,45	22.910,67
ANORI-AM	AM	-	3.774,45	3.774,45	22.910,67
AUTAZES-AM	AM	-	9.679,64	9.679,64	61.364,59
BERURI-AM	AM	-	3.774,45	3.774,45	22.910,67
CAREIRO DA VARZEA-AM	AM	-	9.679,64	9.679,64	61.364,59
CAREIRO-AM	AM	-	3.774,45	3.774,45	22.910,67
COARI-AM	AM	3.173.792,16	3.046.928,44	6.220.720,60	38.270.024,30
CODAJAS-AM	AM	-	3.774,45	3.774,45	22.910,67
IRANDUBA-AM	AM	-	9.679,64	9.679,64	61.364,59
ITACOATIARA-AM	AM	-	9.679,64	9.679,64	61.364,59
ITAPIRANGA-AM	AM	-	9.679,64	9.679,64	61.364,59
MANACAPURU-AM	AM	-	3.774,45	3.774,45	22.910,67
MANAQUIRI-AM	AM	-	3.774,45	3.774,45	22.910,67
MANAUS-AM	AM	2.130.560,84	117.941,99	2.248.502,83	14.971.969,16
PARINTINS-AM	AM	-	9.679,64	9.679,64	61.364,59
SILVES-AM	AM	-	9.679,64	9.679,64	61.364,59
TEFE-AM	AM	213.792,89	110.449,22	324.242,11	575.436,27
URUCARA-AM	AM	-	9.679,64	9.679,64	61.364,59
URUCURITUBA-AM	AM	-	9.679,64	9.679,64	61.364,59
AMAZONAS TOTAL		**5.518.145,89**	**3.388.857,56**	**8.907.003,45**	**54.530.085,73**
LARANJAL DO JARI-AP	AP	-	9.679,64	9.679,64	61.364,59
MACAPA-AP	AP	-	9.679,64	9.679,64	61.364,59
MAZAGAO-AP	AP	-	9.679,64	9.679,64	61.364,59
AMAPA TOTAL		-	**29.038,92**	**29.038,92**	**184.093,77**
ACAJUTIBA-BA	BA	1.310,65	-	1.310,65	7.511,87
ADUSTINA-BA	BA	1.310,65	-	1.310,65	7.511,87
AGUA FRIA-BA	BA	1.310,65	-	1.310,65	7.511,87
AIQUARA-BA	BA	1.139,70	-	1.139,70	6.532,05
ALAGOINHAS-BA	BA	475.579,64	280.956,87	756.536,51	5.256.030,51
ALCOBACA-BA	BA	1.481,61	-	1.481,61	8.491,67
ALMADINA-BA	BA	1.139,70	-	1.139,70	6.532,05
AMARGOSA-BA	BA	1.652,56	-	1.652,56	9.471,49
AMELIA RODRIGUES-BA	BA	1.538,59	-	1.538,59	8.818,28
ANAGE-BA	BA	1.538,59	-	1.538,59	8.818,28
ANGUERA-BA	BA	1.196,68	-	1.196,68	6.858,65
ANTAS-BA	BA	1.367,64	-	1.367,64	7.838,46
ANTONIO CARDOSO-BA	BA	1.196,68	-	1.196,68	6.858,65
APORA-BA	BA	1.367,64	-	1.367,64	7.838,46
APUAREMA-BA	BA	1.139,70	-	1.139,70	6.532,05
ARACAS-BA	BA	380.781,20	206.992,25	587.773,45	3.389.959,23
ARACI-BA	BA	1.823,52	-	1.823,52	10.451,30
ARAMARI-BA	BA	1.196,68	-	1.196,68	6.858,65
ARATACA-BA	BA	1.196,68	-	1.196,68	6.858,65
ARATUIPE-BA	BA	1.139,70	-	1.139,70	6.532,05
AURELINO LEAL-BA	BA	1.253,67	-	1.253,67	7.185,26
BAIXA GRANDE-BA	BA	1.481,61	-	1.481,61	8.491,67
BANZAE-BA	BA	1.196,68	-	1.196,68	6.858,65
BARRA DO CHOCA-BA	BA	1.652,56	-	1.652,56	9.471,49
BARRA DO ROCHA-BA	BA	1.139,70	-	1.139,70	6.532,05
BARRO PRETO-BA	BA	1.139,70	-	1.139,70	6.532,05
BARROCAS-BA	BA	1.310,65	-	1.310,65	7.511,87
BELMONTE-BA	BA	1.481,61	-	1.481,61	8.491,67
BELO CAMPO-BA	BA	1.367,64	-	1.367,64	7.838,46
BIRITINGA-BA	BA	1.310,65	-	1.310,65	7.511,87
BOA NOVA-BA	BA	1.310,65	-	1.310,65	7.511,87
BOA VISTA DO TUPIM-BA	BA	1.367,64	-	1.367,64	7.838,46
BOM JESUS DA SERRA-BA	BA	1.196,68	-	1.196,68	6.858,65

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

BREJOES-BA	BA	1.310,65	-	1.310,65	7.511,87
BUERAREMA-BA	BA	1.424,62	-	1.424,62	8.165,06
CAATIBA-BA	BA	1.196,68	-	1.196,68	6.858,65
CABACEIRAS DO PARAGUACU-BA	BA	1.367,64	-	1.367,64	7.838,46
CACHOEIRA-BA	BA	1.652,56	-	1.652,56	9.471,49
CAEM-BA	BA	1.196,68	-	1.196,68	6.858,65
CAETANOS-BA	BA	1.253,67	-	1.253,67	7.185,26
CAIRU-BA	BA	39.371,45	449.161,89	488.533,34	2.783.491,08
CAMACAN-BA	BA	1.595,58	-	1.595,58	9.144,88
CAMACARI-BA	BA	3.478,63	503,67	3.982,30	22.314,94
CAMAMU-BA	BA	1.652,56	-	1.652,56	9.471,49
CANAVIEIRAS-BA	BA	1.652,56	-	1.652,56	9.471,49
CANDEAL-BA	BA	1.139,70	-	1.139,70	6.532,05
CANDEIAS-BA	BA	299.323,66	442.853,79	742.177,45	4.293.366,99
CANDIDO SALES-BA	BA	1.538,59	-	1.538,59	8.818,28
CANSANCAO-BA	BA	1.652,56	-	1.652,56	9.471,49
CANUDOS-BA	BA	1.310,65	-	1.310,65	7.511,87
CAPELA DO ALTO ALEGRE-BA	BA	1.196,68	-	1.196,68	6.858,65
CAPIM GROSSO-BA	BA	1.538,59	-	1.538,59	8.818,28
CARAVELAS-BA	BA	1.481,61	-	1.481,61	8.491,67
CARDEAL DA SILVA-BA	BA	172.460,99	52.056,85	224.517,84	1.569.731,29
CASTRO ALVES-BA	BA	1.538,59	-	1.538,59	8.818,28
CATU-BA	BA	284.295,27	144.793,21	429.088,48	2.679.945,76
CICERO DANTAS-BA	BA	1.652,56	-	1.652,56	9.471,49
CIPO-BA	BA	1.310,65	-	1.310,65	7.511,87
COARACI-BA	BA	1.481,61	-	1.481,61	8.491,67
CONCEICAO DA FEIRA-BA	BA	1.481,61	-	1.481,61	8.491,67
CONCEICAO DO ALMEIDA-BA	BA	1.367,64	-	1.367,64	7.838,46
CONCEICAO DO COITE-BA	BA	1.880,50	-	1.880,50	10.777,90
CONCEICAO DO JACUIPE-BA	BA	1.595,58	-	1.595,58	9.144,88
CONDE-BA	BA	5.209,35	2.404,39	7.613,74	59.732,14
CORACAO DE MARIA-BA	BA	1.481,61	-	1.481,61	8.491,67
CORONEL JOAO SA-BA	BA	1.367,64	-	1.367,64	7.838,46
CRAVOLANDIA-BA	BA	1.139,70	-	1.139,70	6.532,05
CRISOPOLIS-BA	BA	1.481,61	-	1.481,61	8.491,67
CRUZ DAS ALMAS-BA	BA	1.880,50	-	1.880,50	10.777,90
DARIO MEIRA-BA	BA	1.253,67	-	1.253,67	7.185,26
DIAS D'AVILA-BA	BA	1.937,49	-	1.937,49	11.104,49
DOM MACEDO COSTA-BA	BA	1.139,70	-	1.139,70	6.532,05
ELISIO MEDRADO-BA	BA	1.139,70	-	1.139,70	6.532,05
ENCRUZILHADA-BA	BA	1.481,61	-	1.481,61	8.491,67
ENTRE RIOS-BA	BA	422.029,79	278.810,17	700.839,96	4.702.095,68
ESPLANADA-BA	BA	680.672,17	458.958,03	1.139.630,20	7.845.297,29
EUCLIDES DA CUNHA-BA	BA	1.880,50	-	1.880,50	10.777,90
EUNAPOLIS-BA	BA	2.108,44	-	2.108,44	12.084,31
FATIMA-BA	BA	1.367,64	-	1.367,64	7.838,46
FEIRA DE SANTANA-BA	BA	2.279,40	-	2.279,40	13.064,13
FIRMINO ALVES-BA	BA	1.139,70	-	1.139,70	6.532,05
FLORESTA AZUL-BA	BA	1.196,68	-	1.196,68	6.858,65
GANDU-BA	BA	1.595,58	-	1.595,58	9.144,88
GAVIAO-BA	BA	1.139,70	-	1.139,70	6.532,05
GLORIA-BA	BA	1.310,65	-	1.310,65	7.511,87
GONGOGI-BA	BA	1.139,70	-	1.139,70	6.532,05
GOVERNADOR MANGABEIRA-BA	BA	1.424,62	-	1.424,62	8.165,06
GUARATINGA-BA	BA	1.481,61	-	1.481,61	8.491,67
HELIOPOLIS-BA	BA	1.253,67	-	1.253,67	7.185,26
IACU-BA	BA	1.538,59	-	1.538,59	8.818,28
IBICARAI-BA	BA	1.538,59	-	1.538,59	8.818,28
IBICUI-BA	BA	1.310,65	-	1.310,65	7.511,87
IBIQUERA-BA	BA	1.139,70	-	1.139,70	6.532,05
IBIRAPITANGA-BA	BA	1.481,61	-	1.481,61	8.491,67
IBIRAPUA-BA	BA	1.139,70	-	1.139,70	6.532,05
IBIRATAIA-BA	BA	1.424,62	-	1.424,62	8.165,06
ICHU-BA	BA	1.139,70	-	1.139,70	6.532,05
IGRAPIUNA-BA	BA	1.253,67	-	1.253,67	7.185,26
IGUAI-BA	BA	1.538,59	-	1.538,59	8.818,28
ILHEUS-BA	BA	2.279,40	-	2.279,40	13.064,13
INHAMBUPE-BA	BA	2.578,59	443,21	3.021,80	20.579,17
IPECAETA-BA	BA	1.310,65	-	1.310,65	7.511,87
IPIAU-BA	BA	1.766,53	-	1.766,53	10.124,68
IPIRA-BA	BA	1.880,50	-	1.880,50	10.777,90
IRAJUBA-BA	BA	1.139,70	-	1.139,70	6.532,05
IRARA-BA	BA	1.538,59	-	1.538,59	8.818,28
ITABELA-BA	BA	1.595,58	-	1.595,58	9.144,88
ITABERABA-BA	BA	1.880,50	-	1.880,50	10.777,90
ITABUNA-BA	BA	2.279,40	-	2.279,40	13.064,13
ITACARE-BA	BA	1.538,59	-	1.538,59	8.818,28
ITAGI-BA	BA	1.253,67	-	1.253,67	7.185,26
ITAGIBA-BA	BA	1.310,65	-	1.310,65	7.511,87
ITAGIMIRIM-BA	BA	1.139,70	-	1.139,70	6.532,05
ITAJU DO COLONIA-BA	BA	1.139,70	-	1.139,70	6.532,05
ITAJUIPE-BA	BA	1.481,61	-	1.481,61	8.491,67
ITAMARAJU-BA	BA	1.880,50	-	1.880,50	10.777,90
ITAMARI-BA	BA	1.139,70	-	1.139,70	6.532,05
ITAMBE-BA	BA	1.481,61	-	1.481,61	8.491,67
ITANAGRA-BA	BA	115.771,48	18.674,96	134.446,44	797.103,00
ITANHEM-BA	BA	1.481,61	-	1.481,61	8.491,67
ITAPARICA-BA	BA	139.388,79	331.970,50	471.359,29	2.466.641,00
ITAPE-BA	BA	1.196,68	-	1.196,68	6.858,65
ITAPEBI-BA	BA	1.196,68	-	1.196,68	6.858,65
ITAPETINGA-BA	BA	1.937,49	-	1.937,49	11.104,49
ITAPICURU-BA	BA	1.652,56	-	1.652,56	9.471,49
ITAPITANGA-BA	BA	1.196,68	-	1.196,68	6.858,65
ITAQUARA-BA	BA	1.139,70	-	1.139,70	6.532,05
ITARANTIM-BA	BA	1.424,62	-	1.424,62	8.165,06
ITATIM-BA	BA	1.310,65	-	1.310,65	7.511,87
ITIRUCU-BA	BA	1.253,67	-	1.253,67	7.185,26
ITIUBA-BA	BA	1.709,55	-	1.709,55	9.798,09
ITORORO-BA	BA	1.424,62	-	1.424,62	8.165,06
ITUBERA-BA	BA	1.538,59	-	1.538,59	8.818,28
JACOBINA-BA	BA	1.994,47	-	1.994,47	11.431,11
JAGUAQUARA-BA	BA	1.823,52	-	1.823,52	10.451,30
JAGUARIPE-BA	BA	61.410,91	-	61.410,91	336.856,57
JANDAIRA-BA	BA	1.196,68	-	1.196,68	6.858,65
JEQUIE-BA	BA	2.279,40	-	2.279,40	13.064,13
JEREMOABO-BA	BA	1.709,55	-	1.709,55	9.798,09
JIQUIRICA-BA	BA	1.310,65	-	1.310,65	7.511,87
JITAUNA-BA	BA	1.310,65	-	1.310,65	7.511,87
JUCURUCU-BA	BA	1.196,68	-	1.196,68	6.858,65
JUSSARI-BA	BA	1.139,70	-	1.139,70	6.532,05
LAFAIETE COUTINHO-BA	BA	1.139,70	-	1.139,70	6.532,05
LAJE-BA	BA	1.481,61	-	1.481,61	8.491,67
LAJEDAO-BA	BA	1.139,70	-	1.139,70	6.532,05
LAJEDINHO-BA	BA	1.139,70	-	1.139,70	6.532,05
LAJEDO DO TABOCAL-BA	BA	1.139,70	-	1.139,70	6.532,05
LAMARAO-BA	BA	1.139,70	-	1.139,70	6.532,05
LAURO DE FREITAS-BA	BA	2.279,40	-	2.279,40	13.064,13
MACAJUBA-BA	BA	1.196,68	-	1.196,68	6.858,65
MACARANI-BA	BA	1.367,64	-	1.367,64	7.838,46
MADRE DE DEUS-BA	BA	2.021.790,19	1.535.255,30	3.557.045,49	21.689.699,73
MAIQUINIQUE-BA	BA	1.139,70	-	1.139,70	6.532,05
MAIRI-BA	BA	1.424,62	-	1.424,62	8.165,06
MANOEL VITORINO-BA	BA	1.310,65	-	1.310,65	7.511,87
MARACAS-BA	BA	1.538,59	-	1.538,59	8.818,28
MARAGOGIPE-BA	BA	53.065,87	-	53.065,87	295.189,20
MARAU-BA	BA	1.424,62	-	1.424,62	8.165,06
MARCIONILIO SOUZA-BA	BA	1.196,68	-	1.196,68	6.858,65
MASCOTE-BA	BA	1.310,65	-	1.310,65	7.511,87
MATA DE SAO JOAO-BA	BA	230.760,44	108.804,49	339.564,93	2.322.106,46
MEDEIROS NETO-BA	BA	1.481,61	-	1.481,61	8.491,67
MIGUEL CALMON-BA	BA	1.538,59	-	1.538,59	8.818,28
MILAGRES-BA	BA	1.196,68	-	1.196,68	6.858,65
MIRANTE-BA	BA	1.196,68	-	1.196,68	6.858,65
MONTE SANTO-BA	BA	1.823,52	-	1.823,52	10.451,30
MUCURI-BA	BA	1.709,55	-	1.709,55	9.798,09
MUNDO NOVO-BA	BA	1.538,59	-	1.538,59	8.818,28
MUNIZ FERREIRA-BA	BA	1.139,70	-	1.139,70	6.532,05
MURITIBA-BA	BA	1.595,58	-	1.595,58	9.144,88
MUTUIPE-BA	BA	1.481,61	-	1.481,61	8.491,67
NAZARE-BA	BA	1.538,59	-	1.538,59	8.818,28
NILO PECANHA-BA	BA	1.253,67	-	1.253,67	7.185,26
NORDESTINA-BA	BA	1.253,67	-	1.253,67	7.185,26
NOVA CANAA-BA	BA	1.367,64	-	1.367,64	7.838,46
NOVA FATIMA-BA	BA	1.139,70	-	1.139,70	6.532,05
NOVA IBIA-BA	BA	1.139,70	-	1.139,70	6.532,05
NOVA ITARANA-BA	BA	1.139,70	-	1.139,70	6.532,05
NOVA SOURE-BA	BA	1.538,59	-	1.538,59	8.818,28
NOVA VICOSA-BA	BA	1.709,55	-	1.709,55	9.798,09
NOVO TRIUNFO-BA	BA	1.310,65	-	1.310,65	7.511,87
OLINDINA-BA	BA	1.538,59	-	1.538,59	8.818,28
OURICANGAS-BA	BA	1.139,70	-	1.139,70	6.532,05
OUROLANDIA-BA	BA	1.367,64	-	1.367,64	7.838,46
PARIPIRANGA-BA	BA	1.538,59	-	1.538,59	8.818,28
PAU BRASIL-BA	BA	1.196,68	-	1.196,68	6.858,65
PAULO AFONSO-BA	BA	2.108,44	-	2.108,44	12.084,31
PE DE SERRA-BA	BA	1.253,67	-	1.253,67	7.185,26
PEDRAO-BA	BA	1.139,70	-	1.139,70	6.532,05
PEDRO ALEXANDRE-BA	BA	1.367,64	-	1.367,64	7.838,46
PINTADAS-BA	BA	1.196,68	-	1.196,68	6.858,65
PIRAI DO NORTE-BA	BA	1.139,70	-	1.139,70	6.532,05
PIRITIBA-BA	BA	1.481,61	-	1.481,61	8.491,67
PLANALTINO-BA	BA	1.139,70	-	1.139,70	6.532,05
PLANALTO-BA	BA	1.538,59	-	1.538,59	8.818,28
POCOES-BA	BA	1.766,53	-	1.766,53	10.124,68
POJUCA-BA	BA	576.019,26	438.595,52	1.014.614,78	7.037.678,92
PORTO SEGURO-BA	BA	2.165,43	-	2.165,43	12.410,92
POTIRAGUA-BA	BA	1.139,70	-	1.139,70	6.532,05
PRADO-BA	BA	1.538,59	-	1.538,59	8.818,28
PRESIDENTE TANCREDO NEVES-BA	BA	1.481,61	-	1.481,61	8.491,67
QUEIMADAS-BA	BA	1.538,59	-	1.538,59	8.818,28
QUIJINGUE-BA	BA	1.538,59	-	1.538,59	8.818,28
QUIXABEIRA-BA	BA	1.139,70	-	1.139,70	6.532,05
RAFAEL JAMBEIRO-BA	BA	1.481,61	-	1.481,61	8.491,67
RETIROLANDIA-BA	BA	1.253,67	-	1.253,67	7.185,26
RIACHAO DO JACUIPE-BA	BA	1.652,56	-	1.652,56	9.471,49
RIBEIRA DO AMPARO-BA	BA	1.310,65	-	1.310,65	7.511,87
RIBEIRA DO POMBAL-BA	BA	1.766,53	-	1.766,53	10.124,68
RIBEIRAO DO LARGO-BA	BA	1.139,70	-	1.139,70	6.532,05
RIO REAL-BA	BA	1.709,55	-	1.709,55	9.798,09
RUY BARBOSA-BA	BA	1.595,58	-	1.595,58	9.144,88
SALINAS DA MARGARIDA-BA	BA	37.659,65	330.705,81	368.365,46	1.816.588,35
SALVADOR-BA	BA	68.472,10	330.705,81	399.177,91	1.995.941,54
SANTA BARBARA-BA	BA	1.424,62	-	1.424,62	8.165,06
SANTA BRIGIDA-BA	BA	1.310,65	-	1.310,65	7.511,87
SANTA CRUZ CABRALIA-BA	BA	1.538,59	-	1.538,59	8.818,28
SANTA CRUZ DA VITORIA-BA	BA	1.139,70	-	1.139,70	6.532,05
SANTA INES-BA	BA	1.196,68	-	1.196,68	6.858,65
SANTA LUZIA-BA	BA	1.253,67	-	1.253,67	7.185,26
SANTA TERESINHA-BA	BA	1.139,70	-	1.139,70	6.532,05
SANTALUZ-BA	BA	1.652,56	-	1.652,56	9.471,49
SANTANOPOLIS-BA	BA	1.139,70	-	1.139,70	6.532,05
SANTO AMARO-BA	BA	56.489,48	330.705,81	387.195,29	1.926.193,07
SANTO ANTONIO DE JESUS-BA	BA	2.051,46	-	2.051,46	11.757,71
SANTO ESTEVAO-BA	BA	1.766,53	-	1.766,53	10.124,68
SAO DOMINGOS-BA	BA	1.139,70	-	1.139,70	6.532,05
SAO FELIPE-BA	BA	1.481,61	-	1.481,61	8.491,67
SAO FELIX-BA	BA	1.310,65	-	1.310,65	7.511,87
SAO FRANCISCO DO CONDE-BA	BA	2.311.012,33	1.338.751,17	3.649.763,50	23.302.619,57
SAO GONCALO DOS CAMPOS-BA	BA	1.652,56	-	1.652,56	9.471,49
SAO JOSE DA VITORIA-BA	BA	1.139,70	-	1.139,70	6.532,05
SAO JOSE DO JACUIPE-BA	BA	1.196,68	-	1.196,68	6.858,65
SAO MIGUEL DAS MATAS-BA	BA	1.196,68	-	1.196,68	6.858,65
SAO SEBASTIAO DO PASSE-BA	BA	475.408,34	249.264,13	724.672,47	4.469.266,19
SAPEACU-BA	BA	1.367,64	-	1.367,64	7.838,46
SATIRO DIAS-BA	BA	95.723,16	2.710,82	98.433,98	637.744,32
SAUBARA-BA	BA	35.947,85	330.705,81	366.653,66	1.806.624,27
SERRA PRETA-BA	BA	1.310,65	-	1.310,65	7.511,87
SERRINHA-BA	BA	1.994,47	-	1.994,47	11.431,11
SERROLANDIA-BA	BA	1.253,67	-	1.253,67	7.185,26
SIMOES FILHO-BA	BA	96.229,14	2.640,64	98.869,78	634.764,82

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SITIO DO QUINTO-BA	BA	1.253,67	-	1.253,67	7.185,26
TANQUINHO-BA	BA	1.139,70	-	1.139,70	6.532,05
TAPEROA-BA	BA	1.424,62	-	1.424,62	8.165,06
TAPIRAMUTA-BA	BA	1.367,64	-	1.367,64	7.838,46
TEIXEIRA DE FREITAS-BA	BA	2.222,41	-	2.222,41	12.737,53
TEODORO SAMPAIO-BA	BA	94.708,66	1.521,35	96.230,01	628.102,82
TEOFILANDIA-BA	BA	1.481,61	-	1.481,61	8.491,67
TEOLANDIA-BA	BA	1.310,65	-	1.310,65	7.511,87
TERRA NOVA-BA	BA	1.253,67	-	1.253,67	7.185,26
TUCANO-BA	BA	1.823,52	-	1.823,52	10.451,30
UAUA-BA	BA	1.538,59	-	1.538,59	8.818,28
UBAIRA-BA	BA	1.424,62	-	1.424,62	8.165,06
UBAITABA-BA	BA	1.481,61	-	1.481,61	8.491,67
UBATA-BA	BA	1.538,59	-	1.538,59	8.818,28
UNA-BA	BA	1.538,59	-	1.538,59	8.818,28
URUCUCA-BA	BA	1.424,62	-	1.424,62	8.165,06
VALENCA-BA	BA	61.410,91	-	61.410,91	336.856,57
VALENTE-BA	BA	1.538,59	-	1.538,59	8.818,28
VARZEA DA ROCA-BA	BA	1.253,67	-	1.253,67	7.185,26
VARZEA DO POCO-BA	BA	1.139,70	-	1.139,70	6.532,05
VARZEA NOVA-BA	BA	1.253,67	-	1.253,67	7.185,26
VARZEDO-BA	BA	1.139,70	-	1.139,70	6.532,05
VERA CRUZ-BA	BA	97.060,23	1.065,22	98.125,45	638.398,22
VEREDA-BA	BA	1.139,70	-	1.139,70	6.532,05
VITORIA DA CONQUISTA-BA	BA	2.279,40	-	2.279,40	13.064,13
WENCESLAU GUIMARAES-BA	BA	1.481,61	-	1.481,61	8.491,67
BAHIA TOTAL		**9.736.360,88**	**7.670.011,67**	**17.406.372,55**	**107.722.494,94**
ACARAU-CE	CE	2.277,76	-	2.277,76	19.602,95
ALCANTARAS-CE	CE	1.449,48	-	1.449,48	12.474,58
AMONTADA-CE	CE	46.839,72	83.593,29	130.433,01	940.472,85
APUIARES-CE	CE	1.518,51	-	1.518,51	13.068,62
AQUIRAZ-CE	CE	-	61.680,23	61.680,23	236.406,60
ARACATI-CE	CE	146.945,49	26.699,49	173.644,98	1.130.645,33
ARARENDA-CE	CE	1.449,48	-	1.449,48	12.474,58
BARROQUINHA-CE	CE	1.587,53	-	1.587,53	13.662,64
BELA CRUZ-CE	CE	1.932,65	-	1.932,65	16.632,79
CAMOCIM-CE	CE	2.277,76	-	2.277,76	19.602,95
CANINDE-CE	CE	2.415,81	-	2.415,81	20.791,01
CARIDADE-CE	CE	1.794,60	-	1.794,60	15.444,73
CARIRE-CE	CE	1.725,58	-	1.725,58	14.850,70
CARNAUBAL-CE	CE	1.656,55	-	1.656,55	14.256,66
CATUNDA-CE	CE	1.380,46	-	1.380,46	11.880,55
CAUCAIA-CE	CE	-	61.680,23	61.680,23	219.178,55
CHAVAL-CE	CE	1.518,51	-	1.518,51	13.068,62
COREAU-CE	CE	1.794,60	-	1.794,60	15.444,73
CRATEUS-CE	CE	2.415,81	-	2.415,81	20.791,01
CROATA-CE	CE	1.656,55	-	1.656,55	14.256,66
CRUZ-CE	CE	1.794,60	-	1.794,60	15.444,73
FORQUILHA-CE	CE	1.794,60	-	1.794,60	15.444,73
FORTALEZA-CE	CE	2.201.327,76	82.240,31	2.283.568,07	14.716.549,97
FRECHEIRINHA-CE	CE	1.518,51	-	1.518,51	13.068,62
GENERAL SAMPAIO-CE	CE	1.380,46	-	1.380,46	11.880,55
GRACA-CE	CE	1.587,53	-	1.587,53	13.662,64
GRANJA-CE	CE	2.208,74	-	2.208,74	19.008,91
GROAIRAS-CE	CE	1.449,48	-	1.449,48	12.474,58
GUARACIABA DO NORTE-CE	CE	2.070,69	-	2.070,69	17.820,85
HIDROLANDIA-CE	CE	1.725,58	-	1.725,58	14.850,70
IBIAPINA-CE	CE	1.794,60	-	1.794,60	15.444,73
ICAPUI-CE	CE	110.462,81	19.003,73	129.466,54	877.441,19
INDEPENDENCIA-CE	CE	1.863,62	-	1.863,62	16.038,76
IPAPORANGA-CE	CE	1.449,48	-	1.449,48	12.474,58
IPU-CE	CE	2.139,72	-	2.139,72	18.414,90
IPUEIRAS-CE	CE	2.070,69	-	2.070,69	17.820,85
IRAUCUBA-CE	CE	1.794,60	-	1.794,60	15.444,73
ITAPAGE-CE	CE	2.208,74	-	2.208,74	19.008,91
ITAPIPOCA-CE	CE	59.330,32	70.587,47	129.917,79	1.014.866,21
ITAREMA-CE	CE	46.839,72	-	46.839,72	688.410,41
JAGUARUANA-CE	CE	91.841,52	172,31	92.013,83	431.677,72
JIJOCA DE JERICOACOARA-CE	CE	1.656,55	-	1.656,55	14.256,66
MARACANAU-CE	CE	-	-	-	0,36
MARCO-CE	CE	1.863,62	-	1.863,62	16.038,76
MARTINOPOLE-CE	CE	1.449,48	-	1.449,48	12.474,58
MASSAPE-CE	CE	2.001,67	-	2.001,67	17.226,83
MERUOCA-CE	CE	1.518,51	-	1.518,51	13.068,62
MIRAIMA-CE	CE	1.518,51	-	1.518,51	13.068,62
MONSENHOR TABOSA-CE	CE	1.656,55	-	1.656,55	14.256,66
MORAUJO-CE	CE	1.380,46	-	1.380,46	11.880,55
MORRINHOS-CE	CE	1.794,60	-	1.794,60	15.444,73
MUCAMBO-CE	CE	1.587,53	-	1.587,53	13.662,64
NOVA RUSSAS-CE	CE	1.932,65	-	1.932,65	16.632,79
NOVO ORIENTE-CE	CE	1.863,62	-	1.863,62	16.038,76
PACUJA-CE	CE	1.380,46	-	1.380,46	11.880,55
PARACURU-CE	CE	43.717,07	96.409,73	140.126,80	994.905,79
PARAIPABA-CE	CE	1.932,65	11,95	1.944,60	37.833,79
PARAMOTI-CE	CE	1.449,48	-	1.449,48	12.474,58
PENTECOSTE-CE	CE	2.001,67	-	2.001,67	17.226,83
PIRES FERREIRA-CE	CE	1.449,48	-	1.449,48	12.474,58
PORANGA-CE	CE	1.518,51	-	1.518,51	13.068,62
QUITERIANOPOLIS-CE	CE	1.725,58	-	1.725,58	14.850,70
RERIUTABA-CE	CE	1.725,58	-	1.725,58	14.850,70
SANTA QUITERIA-CE	CE	2.139,72	-	2.139,72	18.414,90
SANTANA DO ACARAU-CE	CE	1.932,65	-	1.932,65	16.632,79
SAO BENEDITO-CE	CE	2.139,72	-	2.139,72	18.414,90
SAO LUIS DO CURU-CE	CE	1.518,51	-	1.518,51	13.068,62
SENADOR SA-CE	CE	1.380,46	-	1.380,46	11.880,55
SOBRAL-CE	CE	2.760,93	-	2.760,93	23.761,15
TAMBORIL-CE	CE	1.863,62	-	1.863,62	16.038,76
TEJUCUOCA-CE	CE	1.656,55	-	1.656,55	14.256,66
TIANGUA-CE	CE	2.346,79	-	2.346,79	20.196,98
TRAIRI-CE	CE	49.962,37	57.759,08	107.721,45	1.117.032,90
TURURU-CE	CE	1.587,53	-	1.587,53	13.662,64
UBAJARA-CE	CE	1.932,65	-	1.932,65	16.632,79
UMIRIM-CE	CE	1.725,58	-	1.725,58	14.850,70
URUBURETAMA-CE	CE	1.725,58	-	1.725,58	14.850,70
URUOCA-CE	CE	1.518,51	-	1.518,51	13.068,62
VARJOTA-CE	CE	1.656,55	-	1.656,55	14.256,66
VICOSA DO CEARA-CE	CE	2.208,74	-	2.208,74	19.008,91
CEARA TOTAL		2.918.471,31	559.837,82	3.478.309,13	23.431.902,31
AFONSO CLAUDIO-ES	ES	203.986,10	-	203.986,10	1.394.613,13
AGUA DOCE DO NORTE-ES	ES	152.989,57	-	152.989,57	1.045.959,84
AGUIA BRANCA-ES	ES	145.704,36	-	145.704,36	996.152,23
ALEGRE-ES	ES	203.986,10	-	203.986,10	1.394.613,13
ALFREDO CHAVES-ES	ES	160.274,79	-	160.274,79	1.095.767,45
ALTO RIO NOVO-ES	ES	145.704,36	-	145.704,36	996.152,23
ANCHIETA-ES	ES	3.187.046,89	1.748.071,88	4.935.118,77	32.967.693,27
APIACA-ES	ES	145.704,36	-	145.704,36	996.152,23
ARACRUZ-ES	ES	1.370.907,99	1.625.543,37	2.996.451,36	21.018.270,99
ATILIO VIVACQUA-ES	ES	145.704,36	-	145.704,36	996.152,23
BAIXO GUANDU-ES	ES	203.986,10	-	203.986,10	1.394.613,13
BARRA DE SAO FRANCISCO-ES	ES	225.841,75	-	225.841,75	1.544.035,98
BOA ESPERANCA-ES	ES	167.560,01	-	167.560,01	1.145.575,07
BOM JESUS DO NORTE-ES	ES	145.704,36	-	145.704,36	996.152,23
BREJETUBA-ES	ES	152.989,57	-	152.989,57	1.045.959,84
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES	ES	291.408,72	-	291.408,72	1.992.304,52
CARIACICA-ES	ES	291.408,72	-	291.408,72	1.992.304,52
CASTELO-ES	ES	211.271,31	-	211.271,31	1.444.420,76
COLATINA-ES	ES	269.553,07	-	269.553,07	1.842.881,68
CONCEICAO DA BARRA-ES	ES	305.870,21	41.970,55	347.840,76	2.288.595,93
CONCEICAO DO CASTELO-ES	ES	152.989,57	-	152.989,57	1.045.959,84
DIVINO DE SAO LOURENCO-ES	ES	145.704,36	-	145.704,36	996.152,23
DOMINGOS MARTINS-ES	ES	203.986,10	-	203.986,10	1.394.613,13
DORES DO RIO PRETO-ES	ES	145.704,36	-	145.704,36	996.152,23
ECOPORANGA-ES	ES	189.415,66	-	189.415,66	1.294.997,91
FUNDAO-ES	ES	913.938,66	162.030,84	1.075.969,50	7.438.064,66
GOVERNADOR LINDENBERG-ES	ES	152.989,57	-	152.989,57	1.045.959,84
GUACUI-ES	ES	196.700,88	-	196.700,88	1.344.805,52
GUARAPARI-ES	ES	269.553,07	-	269.553,07	1.842.881,68
IBATIBA-ES	ES	189.415,66	-	189.415,66	1.294.997,91
IBIRACU-ES	ES	152.989,57	-	152.989,57	1.045.959,84
IBITIRAMA-ES	ES	145.704,36	-	145.704,36	996.152,23
ICONHA-ES	ES	160.274,79	-	160.274,79	1.095.767,45
IRUPI-ES	ES	152.989,57	-	152.989,57	1.045.959,84
ITAGUACU-ES	ES	167.560,01	-	167.560,01	1.145.575,07
ITAPEMIRIM-ES	ES	1.066.261,77	7.458.243,36	8.524.505,13	57.830.038,86
ITARANA-ES	ES	152.989,57	-	152.989,57	1.045.959,84
IUNA-ES	ES	196.700,88	-	196.700,88	1.344.805,52
JAGUARE-ES	ES	686.777,14	225.903,77	912.680,91	5.903.022,06
JERONIMO MONTEIRO-ES	ES	152.989,57	-	152.989,57	1.045.959,84
JOAO NEIVA-ES	ES	167.560,01	-	167.560,01	1.145.575,07
LARANJA DA TERRA-ES	ES	152.989,57	-	152.989,57	1.045.959,84
LINHARES-ES	ES	8.410.127,47	1.550.133,40	9.960.260,87	67.215.257,01
MANTENOPOLIS-ES	ES	160.274,79	-	160.274,79	1.095.767,45
MARATAIZES-ES	ES	211.271,31	2.527.329,85	2.738.601,16	19.049.964,69
MARECHAL FLORIANO-ES	ES	167.560,01	-	167.560,01	1.145.575,07
MARILANDIA-ES	ES	152.989,57	-	152.989,57	1.045.959,84
MIMOSO DO SUL-ES	ES	196.700,88	-	196.700,88	1.344.805,52
MONTANHA-ES	ES	174.845,23	-	174.845,23	1.195.382,69
MUCURICI-ES	ES	145.704,36	-	145.704,36	996.152,23
MUNIZ FREIRE-ES	ES	182.130,44	-	182.130,44	1.245.190,27
MUQUI-ES	ES	167.560,01	-	167.560,01	1.145.575,07
NOVA VENECIA-ES	ES	225.841,75	-	225.841,75	1.544.035,98
PANCAS-ES	ES	189.415,66	-	189.415,66	1.294.997,91
PEDRO CANARIO-ES	ES	189.415,66	-	189.415,66	1.294.997,91
PINHEIROS-ES	ES	189.415,66	-	189.415,66	1.294.997,91
PIUMA-ES	ES	952.019,44	354.629,88	1.306.649,32	8.975.160,30
PONTO BELO-ES	ES	145.704,36	-	145.704,36	996.152,23
PRESIDENTE KENNEDY-ES	ES	799.696,32	10.979.851,03	11.779.547,35	77.724.809,92
RIO BANANAL-ES	ES	174.845,23	-	174.845,23	1.195.382,69
RIO NOVO DO SUL-ES	ES	152.989,57	-	152.989,57	1.045.959,84
SANTA LEOPOLDINA-ES	ES	160.274,79	-	160.274,79	1.095.767,45
SANTA MARIA DE JETIBA-ES	ES	211.271,31	-	211.271,31	1.444.420,76
SANTA TERESA-ES	ES	189.415,66	-	189.415,66	1.294.997,91
SAO DOMINGOS DO NORTE-ES	ES	145.704,36	-	145.704,36	996.152,23
SAO GABRIEL DA PALHA-ES	ES	203.986,10	-	203.986,10	1.394.613,13
SAO JOSE DO CALCADO-ES	ES	152.989,57	-	152.989,57	1.045.959,84
SAO MATEUS-ES	ES	3.549.581,19	193.345,55	3.742.926,74	25.945.327,18
SAO ROQUE DO CANAA-ES	ES	152.989,57	-	152.989,57	1.045.959,84
SERRA-ES	ES	1.523.231,10	412.438,27	1.935.669,37	13.509.033,16
SOORETAMA-ES	ES	189.415,66	-	189.415,66	1.294.997,91
VARGEM ALTA-ES	ES	182.130,44	-	182.130,44	1.245.190,27
VENDA NOVA DO IMIGRANTE-ES	ES	189.415,66	-	189.415,66	1.294.997,91
VIANA-ES	ES	247.697,41	-	247.697,41	1.693.458,85
VILA PAVAO-ES	ES	145.704,36	-	145.704,36	996.152,23
VILA VALERIO-ES	ES	160.274,79	-	160.274,79	1.095.767,45
VILA VELHA-ES	ES	1.523.231,10	-	1.523.231,10	10.414.033,63
VITORIA-ES	ES	1.523.231,10	35.633,74	1.558.864,84	10.669.396,05
ESPIRITO SANTO TOTAL		37.482.839,29	27.315.125,49	64.797.964,78	439.296.041,13
BETIM-MG	MG	72.807,87	-	72.807,87	458.692,80
MINAS GERAIS TOTAL		72.807,87	-	72.807,87	458.692,80
AFUA-PA	PA	-	9.679,64	9.679,64	61.364,59
ALENQUER-PA	PA	-	9.679,64	9.679,64	61.364,59
ALMEIRIM-PA	PA	-	9.679,64	9.679,64	61.364,59
ANAJAS-PA	PA	-	9.679,64	9.679,64	61.364,59
BREVES-PA	PA	-	9.679,64	9.679,64	61.364,59
CHAVES-PA	PA	-	9.679,64	9.679,64	61.364,59
CURUA-PA	PA	-	9.679,64	9.679,64	61.364,59
FARO-PA	PA	-	9.679,64	9.679,64	61.364,59
GURUPA-PA	PA	-	9.679,64	9.679,64	61.364,59
JURUTI-PA	PA	-	9.679,64	9.679,64	61.364,59
MELGACO-PA	PA	-	9.679,64	9.679,64	61.364,59
MONTE ALEGRE-PA	PA	-	9.679,64	9.679,64	61.364,59
OBIDOS-PA	PA	-	9.679,64	9.679,64	61.364,59
PORTO DE MOZ-PA	PA	-	9.679,64	9.679,64	61.364,59
PRAINHA-PA	PA	-	9.679,64	9.679,64	61.364,59
SANTAREM-PA	PA	-	9.679,64	9.679,64	61.364,59
TERRA SANTA-PA	PA	-	9.679,64	9.679,64	61.364,59
PARA TOTAL		-	164.553,88	164.553,88	1.043.198,03
ALHANDRA-PB	PB	1.257.099,32	-	1.257.099,32	13.460.391,96
PARAIBA TOTAL		1.257.099,32	-	1.257.099,32	13.460.391,96
CABO DE SANTO AGOSTINHO-PE	PE	1.247.918,35	-	1.247.918,35	8.237.948,72
GOIANA-PE	PE	-	-	-	2.231.196,35
ITAQUITINGA-PE	PE	1.247.918,35	-	1.247.918,35	8.237.950,88
PAULISTA-PE	PE	-	-	-	5.493.768,36
PERNAMBUCO TOTAL		2.495.836,70	-	2.495.836,70	24.200.864,31
ANGRA DOS REIS-RJ	RJ	6.433.233,64	2.862.054,70	9.295.288,34	59.248.817,10
APERIBE-RJ	RJ	497.079,45	-	497.079,45	3.277.850,53
ARARUAMA-RJ	RJ	899.477,10	-	899.477,10	5.931.101,78
ARMACAO DOS BUZIOS-RJ	RJ	3.050.081,64	2.330.628,92	5.380.710,56	36.541.020,39
ARRAIAL DO CABO-RJ	RJ	3.050.081,64	916.166,81	3.966.248,45	25.456.924,53

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

BARRA DO PIRAI-RJ	RJ	852.136,20	-	852.136,20	5.618.058,02
BARRA MANSA-RJ	RJ	946.818,00	-	946.818,00	6.152.458,27
BELFORD ROXO-RJ	RJ	946.818,00	-	946.818,00	6.242.800,21
BOM JARDIM-RJ	RJ	639.102,15	-	639.102,15	4.213.897,98
BOM JESUS DO ITABAPOANA-RJ	RJ	686.443,05	-	686.443,05	4.525.993,34
CABO FRIO-RJ	RJ	4.518.639,46	11.206.574,16	15.725.213,62	107.491.855,69
CACHOEIRAS DE MACACU-RJ	RJ	3.579.837,44	-	3.579.837,44	23.723.216,89
CAMBUCI-RJ	RJ	544.420,35	-	544.420,35	3.589.599,75
CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ	RJ	4.518.639,46	52.927.438,47	57.446.077,93	376.107.715,50
CANTAGALO-RJ	RJ	591.761,25	-	591.761,25	3.901.757,83
CARAPEBUS-RJ	RJ	2.485.251,70	737.357,27	3.222.608,97	21.838.434,47
CARDOSO MOREIRA-RJ	RJ	520.749,90	-	520.749,90	3.433.545,61
CARMO-RJ	RJ	568.090,80	-	568.090,80	3.745.680,13
CASIMIRO DE ABREU-RJ	RJ	3.276.013,60	3.361.219,10	6.637.232,70	44.650.217,91
CONCEICAO DE MACABU-RJ	RJ	615.431,70	-	615.431,70	4.058.264,17
CORDEIRO-RJ	RJ	615.431,70	-	615.431,70	4.058.254,40
DUAS BARRAS-RJ	RJ	497.079,45	-	497.079,45	3.277.468,26
DUQUE DE CAXIAS-RJ	RJ	4.518.639,46	336.117,06	4.854.756,52	32.464.861,88
ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN-RJ	RJ	520.749,90	-	520.749,90	3.433.544,18
GUAPIMIRIM-RJ	RJ	3.950.165,46	336.117,06	4.286.282,52	28.109.725,97
IGUABA GRANDE-RJ	RJ	615.431,70	-	615.431,70	4.058.265,86
ITABORAI-RJ	RJ	946.818,00	336.117,06	1.282.935,06	8.172.750,83
ITAGUAI-RJ	RJ	4.179.741,50	1.448,46	4.181.189,96	21.638.005,81
ITALVA-RJ	RJ	544.420,35	-	544.420,35	3.589.567,94
ITAOCARA-RJ	RJ	615.431,70	-	615.431,70	4.057.821,36
ITAPERUNA-RJ	RJ	852.136,20	-	852.136,20	5.618.517,77
ITATIAIA-RJ	RJ	662.772,60	-	662.772,60	4.369.952,79
JAPERI-RJ	RJ	852.136,20	-	852.136,20	5.528.112,95
LAJE DO MURIAE-RJ	RJ	473.409,00	-	473.409,00	3.121.387,86
MACAE-RJ	RJ	32.502.927,89	10.223.381,83	42.726.309,72	284.818.016,21
MACUCO-RJ	RJ	473.409,00	-	473.409,00	3.121.403,64
MAGE-RJ	RJ	4.567.378,82	336.117,06	4.903.495,88	32.199.940,64
MANGARATIBA-RJ	RJ	710.113,50	2.146.541,02	2.856.654,52	16.099.243,92
MARICA-RJ	RJ	4.292.707,48	3.808.873,79	8.101.581,27	51.559.307,92
MENDES-RJ	RJ	568.090,80	-	568.090,80	3.745.619,59
MESQUITA-RJ	RJ	946.818,00	-	946.818,00	6.242.810,23
MIGUEL PEREIRA-RJ	RJ	639.102,15	-	639.102,15	4.213.892,22
MIRACEMA-RJ	RJ	639.102,15	-	639.102,15	4.213.891,97
NATIVIDADE-RJ	RJ	544.420,35	-	544.420,35	3.589.613,01
NILOPOLIS-RJ	RJ	946.818,00	-	946.818,00	6.242.768,23
NITEROI-RJ	RJ	4.518.639,46	3.020.930,24	7.539.569,70	47.702.822,83
NOVA FRIBURGO-RJ	RJ	946.818,00	-	946.818,00	6.242.814,90
NOVA IGUACU-RJ	RJ	946.818,00	-	946.818,00	6.242.809,98
PARACAMBI-RJ	RJ	733.783,95	-	733.783,95	4.838.174,69
PARATI-RJ	RJ	3.388.979,58	4.124.422,85	7.513.402,43	47.564.272,98
PATY DO ALFERES-RJ	RJ	639.102,15	-	639.102,15	4.213.891,97
PETROPOLIS-RJ	RJ	946.818,00	-	946.818,00	6.242.800,21
PINHEIRAL-RJ	RJ	615.431,70	-	615.431,70	4.057.827,37
PIRAI-RJ	RJ	639.102,15	-	639.102,15	4.123.540,26
PORCIUNCULA-RJ	RJ	568.090,80	-	568.090,80	3.745.645,90
PORTO REAL-RJ	RJ	568.090,80	-	568.090,80	3.746.123,90
QUATIS-RJ	RJ	520.749,90	-	520.749,90	3.433.542,01
QUEIMADOS-RJ	RJ	923.147,55	-	923.147,55	6.086.745,40
QUISSAMA-RJ	RJ	2.937.115,65	5.250.960,99	8.188.076,64	54.039.828,13
RESENDE-RJ	RJ	899.477,10	-	899.477,10	5.930.676,19
RIO BONITO-RJ	RJ	757.454,40	-	757.454,40	4.994.190,15
RIO CLARO-RJ	RJ	568.090,80	-	568.090,80	3.745.595,17
RIO DAS FLORES-RJ	RJ	473.409,00	-	473.409,00	3.121.387,86
RIO DAS OSTRAS-RJ	RJ	4.179.741,50	12.819.696,69	16.999.438,19	111.060.917,14
RIO DE JANEIRO-RJ	RJ	6.540.624,11	1.856.355,84	8.396.979,95	54.927.507,94
SANTA MARIA MADALENA-RJ	RJ	497.079,45	-	497.079,45	3.277.471,75
SANTO ANTONIO DE PADUA-RJ	RJ	733.783,95	-	733.783,95	4.838.178,29
SAO FIDELIS-RJ	RJ	710.113,50	-	710.113,50	4.682.107,31
SAO FRANCISCO DE ITABAPOANA-RJ	RJ	733.783,95	-	733.783,95	4.838.164,67
SAO GONCALO-RJ	RJ	946.818,00	336.117,06	1.282.935,06	8.172.703,52
SAO JOAO DA BARRA-RJ	RJ	3.276.013,60	5.820.122,35	9.096.135,95	73.763.422,84
SAO JOAO DE MERITI-RJ	RJ	946.818,00	-	946.818,00	6.242.810,23
SAO JOSE DE UBA-RJ	RJ	473.409,00	-	473.409,00	3.121.405,08
SAO JOSE DO VALE DO RIO PRETO-RJ	RJ	615.431,70	-	615.431,70	4.058.269,46
SAO PEDRO DA ALDEIA-RJ	RJ	852.136,20	-	852.136,20	5.618.972,04
SAO SEBASTIAO DO ALTO-RJ	RJ	473.409,00	-	473.409,00	3.121.405,08
SAQUAREMA-RJ	RJ	828.465,75	-	828.465,75	5.463.344,58
SEROPEDICA-RJ	RJ	828.465,75	-	828.465,75	5.462.458,96
SILVA JARDIM-RJ	RJ	3.209.509,43	-	3.209.509,43	21.269.049,65
SUMIDOURO-RJ	RJ	544.420,35	-	544.420,35	3.589.615,89
TANGUA-RJ	RJ	662.772,60	-	662.772,60	4.369.967,13
TERESOPOLIS-RJ	RJ	946.818,00	-	946.818,00	6.242.810,23
TRAJANO DE MORAIS-RJ	RJ	497.079,45	-	497.079,45	3.277.918,16
VALENCA-RJ	RJ	804.795,30	-	804.795,30	5.306.388,72
VARRE-SAI-RJ	RJ	473.409,00	-	473.409,00	3.121.405,08
VASSOURAS-RJ	RJ	686.443,05	-	686.443,05	4.526.037,41
VOLTA REDONDA-RJ	RJ	946.818,00	-	946.818,00	6.152.451,80
RIO DE JANEIRO TOTAL		158.894.635,52	125.094.758,79	283.989.394,31	1.873.871.428,40
ACARI-RN	RN	4.112,48	-	4.112,48	26.950,94
ACU-RN	RN	351.482,08	138.399,07	489.881,15	3.266.846,77
AFONSO BEZERRA-RN	RN	96.286,44	372,62	96.659,06	458.971,06
AGUA NOVA-RN	RN	3.916,64	-	3.916,64	25.667,57
ALEXANDRIA-RN	RN	4.308,31	-	4.308,31	28.234,32
ALMINO AFONSO-RN	RN	3.916,64	-	3.916,64	25.667,57
ALTO DO RODRIGUES-RN	RN	2.519.138,30	132.679,25	2.651.817,55	17.033.519,60
ANGICOS-RN	RN	4.372,65	2.820,36	7.193,01	40.754,53
ANTONIO MARTINS-RN	RN	3.916,64	-	3.916,64	25.667,57
APODI-RN	RN	325.714,86	194.043,63	519.758,49	3.553.149,62
AREIA BRANCA-RN	RN	589.963,94	420.942,48	1.010.906,42	6.057.444,88
AUGUSTO SEVERO-RN	RN	3.916,64	-	3.916,64	25.667,57
BARAUNA-RN	RN	5.287,47	-	5.287,47	34.651,23
CAICO-RN	RN	6.462,47	-	6.462,47	42.351,52
CARAUBAS-RN	RN	186.238,90	81.569,52	267.808,42	1.679.462,48
CARNAUBA DOS DANTAS-RN	RN	3.916,64	-	3.916,64	25.667,57
CARNAUBAIS-RN	RN	296.870,01	139.557,43	436.427,44	2.826.772,83
CERRO CORA-RN	RN	4.112,48	-	4.112,48	26.950,94
CORONEL JOAO PESSOA-RN	RN	3.916,64	-	3.916,64	25.667,57
CRUZETA-RN	RN	3.916,64	-	3.916,64	25.667,57
CURRAIS NOVOS-RN	RN	6.070,80	-	6.070,80	39.784,74
DOUTOR SEVERIANO-RN	RN	3.916,64	-	3.916,64	25.667,57
ENCANTO-RN	RN	3.916,64	-	3.916,64	25.667,57
EQUADOR-RN	RN	3.916,64	-	3.916,64	25.667,57
FELIPE GUERRA-RN	RN	170.869,00	58.602,01	229.471,01	1.458.025,36
FLORANIA-RN	RN	3.916,64	-	3.916,64	25.667,57
FRANCISCO DANTAS-RN	RN	3.916,64	-	3.916,64	25.667,57
FRUTUOSO GOMES-RN	RN	3.916,64	-	3.916,64	25.667,57
GALINHOS-RN	RN	3.916,64	58.464,39	62.381,03	413.132,81
GOIANINHA-RN	RN	1.247.918,35	-	1.247.918,35	8.237.949,80
GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO-RN	RN	268.463,36	156.737,66	425.201,02	2.973.706,29
GROSSOS-RN	RN	58.550,58	49.947,17	108.497,75	719.311,91
GUAMARE-RN	RN	2.050.853,82	750.168,50	2.801.022,32	19.054.655,58
IELMO MARINHO-RN	RN	1.247.918,35	-	1.247.918,35	8.237.948,00
IPANGUACU-RN	RN	4.308,31	-	4.308,31	28.234,32
IPUEIRA-RN	RN	3.916,64	-	3.916,64	25.667,57
ITAJA-RN	RN	3.916,64	-	3.916,64	25.667,57
ITAU-RN	RN	3.916,64	-	3.916,64	25.667,57
JANDAIRA-RN	RN	3.916,64	-	3.916,64	25.667,57
JANDUIS-RN	RN	3.916,64	-	3.916,64	25.667,57
JARDIM DE PIRANHAS-RN	RN	4.308,31	-	4.308,31	28.234,32
JARDIM DO SERIDO-RN	RN	4.308,31	-	4.308,31	28.234,32
JOAO DIAS-RN	RN	3.916,64	-	3.916,64	25.667,57
JOSE DA PENHA-RN	RN	3.916,64	-	3.916,64	25.667,57
JUCURUTU-RN	RN	4.699,97	-	4.699,97	30.801,09
LAGOA NOVA-RN	RN	4.308,31	-	4.308,31	28.234,32
LUCRECIA-RN	RN	3.916,64	-	3.916,64	25.667,57
LUIS GOMES-RN	RN	3.916,64	-	3.916,64	25.667,57
MACAIBA-RN	RN	-	-	-	2.603,32
MACAU-RN	RN	2.378.529,87	555.022,23	2.933.552,10	20.100.380,28
MAJOR SALES-RN	RN	3.916,64	-	3.916,64	25.667,57
MARCELINO VIEIRA-RN	RN	3.916,64	-	3.916,64	25.667,57
MARTINS-RN	RN	3.916,64	-	3.916,64	25.667,57
MESSIAS TARGINO-RN	RN	3.916,64	-	3.916,64	25.667,57
MOSSORO-RN	RN	1.463.319,58	1.261.110,33	2.724.429,91	16.637.567,82
OLHO D'AGUA DO BORGES-RN	RN	3.916,64	-	3.916,64	25.667,57
OURO BRANCO-RN	RN	3.916,64	-	3.916,64	25.667,57
PARANA-RN	RN	3.916,64	-	3.916,64	25.667,57
PARAU-RN	RN	3.916,64	-	3.916,64	25.667,57
PARELHAS-RN	RN	5.091,64	-	5.091,64	33.367,85
PATU-RN	RN	4.112,48	-	4.112,48	26.950,94
PAU DOS FERROS-RN	RN	5.287,47	-	5.287,47	34.651,23
PEDRO AVELINO-RN	RN	3.916,64	-	3.916,64	25.667,57
PENDENCIAS-RN	RN	2.501.535,87	144.568,50	2.646.104,37	16.866.145,04
PILOES-RN	RN	3.916,64	-	3.916,64	25.667,57
PORTALEGRE-RN	RN	3.916,64	-	3.916,64	25.667,57
PORTO DO MANGUE-RN	RN	58.551,02	215.519,70	274.070,72	2.037.046,34
RAFAEL FERNANDES-RN	RN	3.916,64	-	3.916,64	25.667,57
RAFAEL GODEIRO-RN	RN	3.916,64	-	3.916,64	25.667,57
RIACHO DA CRUZ-RN	RN	3.916,64	-	3.916,64	25.667,57
RIACHO DE SANTANA-RN	RN	3.916,64	-	3.916,64	25.667,57
RODOLFO FERNANDES-RN	RN	3.916,64	-	3.916,64	25.667,57
SANTANA DO SERIDO-RN	RN	3.916,64	-	3.916,64	25.667,57
SAO FERNANDO-RN	RN	3.916,64	-	3.916,64	25.667,57
SAO FRANCISCO DO OESTE-RN	RN	3.916,64	-	3.916,64	25.667,57
SAO JOAO DO SABUGI-RN	RN	3.916,64	-	3.916,64	25.667,57
SAO JOSE DO SERIDO-RN	RN	3.916,64	-	3.916,64	25.667,57
SAO MIGUEL-RN	RN	5.091,64	-	5.091,64	33.367,85
SAO RAFAEL-RN	RN	3.916,64	-	3.916,64	25.667,57
SAO VICENTE-RN	RN	3.916,64	-	3.916,64	25.667,57
SERRA DO MEL-RN	RN	130.302,94	29.906,81	160.209,75	1.101.798,01
SERRA NEGRA DO NORTE-RN	RN	3.916,64	-	3.916,64	25.667,57
SERRINHA DOS PINTOS-RN	RN	3.916,64	-	3.916,64	25.667,57
SEVERIANO MELO-RN	RN	3.916,64	-	3.916,64	25.667,57
TABOLEIRO GRANDE-RN	RN	3.916,64	-	3.916,64	25.667,57
TENENTE ANANIAS-RN	RN	3.916,64	-	3.916,64	25.667,57
TENENTE LAURENTINO CRUZ-RN	RN	3.916,64	-	3.916,64	25.667,57
TIBAU-RN	RN	58.550,58	10.054,66	68.605,24	445.540,13
TIMBAUBA DOS BATISTAS-RN	RN	3.916,64	-	3.916,64	25.667,57
TRIUNFO POTIGUAR-RN	RN	3.916,64	-	3.916,64	25.667,57
UMARIZAL-RN	RN	4.112,48	-	4.112,48	26.950,94
UPANEMA-RN	RN	151.501,59	100.453,02	251.954,61	1.700.539,47
VENHA-VER-RN	RN	3.916,64	-	3.916,64	25.667,57
VICOSA-RN	RN	3.916,64	-	3.916,64	25.667,57
RIO GRANDE DO NORTE TOTAL		16.452.246,86	4.500.939,34	20.953.186,20	136.812.939,15
ARAMBARE-RS	RS	-	8.536,41	8.536,41	78.505,39
BARRA DO RIBEIRO-RS	RS	-	8.536,41	8.536,41	78.505,39
CAMAQUA-RS	RS	-	8.536,41	8.536,41	78.505,39
CANOAS-RS	RS	5.610.488,55	-	5.610.488,55	12.214.618,93
CAPIVARI DO SUL-RS	RS	-	8.536,41	8.536,41	78.505,39
CIDREIRA-RS	RS	-	689.297,83	689.297,83	4.503.661,93
ELDORADO DO SUL-RS	RS	-	8.536,41	8.536,41	78.505,39
GUAIBA-RS	RS	-	8.536,41	8.536,41	78.505,39
IMBE-RS	RS	-	689.297,83	689.297,83	4.503.661,93
MOSTARDAS-RS	RS	-	8.536,41	8.536,41	78.505,39
OSORIO-RS	RS	1.247.918,35	2.297.637,51	3.545.555,86	10.599.589,04
PALMARES DO SUL-RS	RS	-	8.536,41	8.536,41	78.505,39
PELOTAS-RS	RS	-	8.536,41	8.536,41	78.505,39
PORTO ALEGRE-RS	RS	-	8.536,41	8.536,41	78.505,39
RIO GRANDE-RS	RS	2.196.946,68	91.055,14	2.288.001,82	14.680.730,09
SAO FRANCISCO DE PAULA-RS	RS	-	-	-	0,36
SAO JOSE DO NORTE-RS	RS	-	8.536,41	8.536,41	78.505,39
SAO LOURENCO DO SUL-RS	RS	-	8.536,41	8.536,41	78.505,39
TAPES-RS	RS	-	8.536,41	8.536,41	78.505,39
TAVARES-RS	RS	-	8.536,41	8.536,41	78.505,39
TRAMANDAI-RS	RS	1.889.145,51	919.063,79	2.808.209,30	19.471.575,49
TURUCU-RS	RS	-	8.536,41	8.536,41	78.505,39
VIAMAO-RS	RS	-	8.536,41	8.536,41	78.505,39
RIO GRANDE DO SUL TOTAL		10.944.499,09	4.822.934,66	15.767.433,75	67.229.924,01
ARAQUARI-SC	SC	-	411.604,65	411.604,65	2.538.513,37
BALNEARIO BARRA DO SUL-SC	SC	-	411.604,65	411.604,65	2.538.513,37
GARUVA-SC	SC	-	411.604,65	411.604,65	2.538.513,37
ITAPOA-SC	SC	-	411.604,65	411.604,65	2.538.513,37
JOINVILLE-SC	SC	-	411.604,65	411.604,65	2.538.513,37
SAO FRANCISCO DO SUL-SC	SC	1.901.789,08	1.372.015,54	3.273.804,62	21.965.659,49
SANTA CATARINA TOTAL		1.901.789,08	3.430.038,79	5.331.827,87	34.658.226,34
AMPARO DE SAO FRANCISCO-SE	SE	5.532,48	-	5.532,48	37.323,94
AQUIDABA-SE	SE	7.192,22	-	7.192,22	48.521,14
ARACAJU-SE	SE	2.152.749,93	588.813,76	2.741.563,69	19.888.835,73
ARAUA-SE	SE	5.809,10	-	5.809,10	39.190,14
AREIA BRANCA-SE	SE	9.084,81	1.577,56	10.662,37	70.425,67

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

BARRA DOS COQUEIROS-SE	SE	106.922,46	184.295,47	291.217,93	1.993.379,34
BOQUIM-SE	SE	7.468,84	-	7.468,84	50.387,32
BREJO GRANDE-SE	SE	110.170,67	10.037,31	120.207,98	787.801,67
CAMPO DO BRITO-SE	SE	6.638,97	-	6.638,97	44.788,73
CANHOBA-SE	SE	5.532,48	-	5.532,48	37.323,94
CANINDE DE SAO FRANCISCO-SE	SE	7.468,84	-	7.468,84	50.387,32
CAPELA-SE	SE	21.853,37	9.099,60	30.952,97	61.256,79
CARIRA-SE	SE	7.192,22	-	7.192,22	48.521,14
CARMOPOLIS-SE	SE	2.851.137,34	706.402,85	3.557.540,19	22.881.745,25
CEDRO DE SAO JOAO-SE	SE	5.532,48	-	5.532,48	37.323,94
CRISTINAPOLIS-SE	SE	6.638,97	-	6.638,97	44.788,73
CUMBE-SE	SE	5.532,48	-	5.532,48	37.323,94
DIVINA PASTORA-SE	SE	343.960,96	215.094,53	559.055,49	3.684.279,10
ESTANCIA-SE	SE	134.643,10	240.829,68	375.472,78	2.609.115,30
FEIRA NOVA-SE	SE	5.532,48	-	5.532,48	37.323,94
FREI PAULO-SE	SE	6.085,72	-	6.085,72	41.056,32
GARARU-SE	SE	5.809,10	-	5.809,10	39.190,14
GENERAL MAYNARD-SE	SE	7.907,98	1.781,63	9.689,61	85.166,19
GRACHO CARDOSO-SE	SE	5.532,48	-	5.532,48	37.323,94
ILHA DAS FLORES-SE	SE	5.532,48	-	5.532,48	37.323,94
INDIAROBA-SE	SE	6.362,35	-	6.362,35	10.968,60
ITABAIANA-SE	SE	9.958,46	-	9.958,46	67.183,11
ITABAIANINHA-SE	SE	8.298,72	-	8.298,72	55.985,93
ITABI-SE	SE	5.532,48	-	5.532,48	37.323,94
ITAPORANGA D'AJUDA-SE	SE	199.262,22	318.510,47	517.772,69	2.983.584,54
JAPARATUBA-SE	SE	763.710,70	558.466,02	1.322.176,72	8.764.903,95
JAPOATA-SE	SE	6.085,72	-	6.085,72	73.341,70
LAGARTO-SE	SE	9.958,46	-	9.958,46	67.183,11
LARANJEIRAS-SE	SE	7.468,84	-	7.468,84	50.387,32
MACAMBIRA-SE	SE	5.532,48	-	5.532,48	37.323,94
MALHADA DOS BOIS-SE	SE	5.532,48	-	5.532,48	37.323,94
MALHADOR-SE	SE	6.085,72	-	6.085,72	41.056,32
MARUIM-SE	SE	119.327,49	20.697,81	140.025,30	906.204,76
MOITA BONITA-SE	SE	5.809,10	-	5.809,10	39.190,14
MONTE ALEGRE DE SERGIPE-SE	SE	6.085,72	-	6.085,72	41.056,32
MURIBECA-SE	SE	5.532,48	-	5.532,48	37.323,94
NEOPOLIS-SE	SE	6.915,60	-	6.915,60	46.654,93
NOSSA SENHORA APARECIDA-SE	SE	5.532,48	-	5.532,48	37.323,94
NOSSA SENHORA DA GLORIA-SE	SE	8.022,09	-	8.022,09	54.119,71
NOSSA SENHORA DAS DORES-SE	SE	7.468,84	-	7.468,84	50.387,32
NOSSA SENHORA DE LOURDES-SE	SE	5.532,48	-	5.532,48	37.323,94
NOSSA SENHORA DO SOCORRO-SE	SE	11.064,96	-	11.064,96	38.338,58
PACATUBA-SE	SE	180.534,99	5.979,67	186.514,66	1.239.190,29
PEDRA MOLE-SE	SE	5.532,48	-	5.532,48	37.323,94
PEDRINHAS-SE	SE	5.532,48	-	5.532,48	37.323,94
PINHAO-SE	SE	5.532,48	-	5.532,48	37.323,94
PIRAMBU-SE	SE	184.186,42	12.928,16	197.114,58	1.337.325,19
POCO REDONDO-SE	SE	7.745,47	-	7.745,47	52.253,53
POCO VERDE-SE	SE	7.192,22	-	7.192,22	48.521,14
PORTO DA FOLHA-SE	SE	7.468,84	-	7.468,84	50.387,32
PROPRIA-SE	SE	7.745,47	-	7.745,47	52.253,53
RIACHAO DO DANTAS-SE	SE	6.915,60	-	6.915,60	46.654,93
RIACHUELO-SE	SE	159.406,36	40.442,39	199.848,75	1.264.771,71
RIBEIROPOLIS-SE	SE	6.638,97	-	6.638,97	44.788,73
ROSARIO DO CATETE-SE	SE	231.370,66	120.227,64	351.598,30	3.844.805,18
SALGADO-SE	SE	6.915,60	-	6.915,60	46.654,93
SANTA LUZIA DO ITANHY-SE	SE	6.085,72	-	6.085,72	7.634,85
SANTA ROSA DE LIMA-SE	SE	5.532,48	-	5.532,48	37.323,94
SANTANA DO SAO FRANCISCO-SE	SE	5.532,48	-	5.532,48	37.323,94
SANTO AMARO DAS BROTAS-SE	SE	139.407,13	39.615,33	179.022,46	1.036.318,45
SAO CRISTOVAO-SE	SE	107.733,75	4.797,24	112.530,99	772.398,86
SAO DOMINGOS-SE	SE	5.809,10	-	5.809,10	39.190,14
SAO FRANCISCO-SE	SE	5.532,48	-	5.532,48	37.323,94
SAO MIGUEL DO ALEIXO-SE	SE	5.532,48	-	5.532,48	37.323,94
SIMAO DIAS-SE	SE	8.298,72	-	8.298,72	55.985,93
SIRIRI-SE	SE	233.183,63	93.883,84	327.067,47	2.244.111,36
TELHA-SE	SE	5.532,48	-	5.532,48	37.323,94
TOBIAS BARRETO-SE	SE	8.851,96	-	8.851,96	59.718,31
TOMAR DO GERU-SE	SE	6.085,72	-	6.085,72	41.056,32
UMBAUBA-SE	SE	7.192,22	-	7.192,22	48.521,14
SERGIPE TOTAL		8.425.570,22	3.173.480,96	11.599.051,18	78.875.726,94
APARECIDA-SP	SP	10.708,78	-	10.708,78	90.051,26
ARAPEI-SP	SP	7.385,36	-	7.385,36	62.104,31
AREIAS-SP	SP	7.385,36	-	7.385,36	62.104,31
ARUJA-SP	SP	12.924,39	-	12.924,39	108.682,57
BANANAL-SP	SP	7.754,63	-	7.754,63	65.209,51
BARRA DO TURVO-SP	SP	7.385,36	-	7.385,36	62.104,31
BARUERI-SP	SP	14.770,73	-	14.770,73	124.208,67
BERTIOGA-SP	SP	260.576,05	2.638.399,25	2.898.975,30	23.765.983,30
BIRITIBA-MIRIM-SP	SP	10.339,51	-	10.339,51	86.946,04
CACAPAVA-SP	SP	13.293,65	-	13.293,65	111.787,77
CACHOEIRA PAULISTA-SP	SP	10.339,51	-	10.339,51	86.946,04
CAIEIRAS-SP	SP	13.293,65	-	13.293,65	111.787,77
CAJAMAR-SP	SP	12.555,12	-	12.555,12	105.577,35
CAJATI-SP	SP	10.339,51	-	10.339,51	86.946,04
CAMPOS DO JORDAO-SP	SP	11.447,31	-	11.447,31	96.261,70
CANANEIA-SP	SP	184.924,93	39.235,55	224.160,48	2.096.366,96
CANAS-SP	SP	7.385,36	-	7.385,36	62.104,31
CARAGUATATUBA-SP	SP	2.507.956,79	3.757.961,18	6.265.917,97	44.451.035,38
CARAPICUIBA-SP	SP	14.770,73	-	14.770,73	124.208,67
COTIA-SP	SP	14.770,73	-	14.770,73	124.208,67
CRUZEIRO-SP	SP	12.924,39	-	12.924,39	108.682,57
CUBATAO-SP	SP	2.894.595,38	68.514,78	2.963.110,16	18.337.238,61
CUNHA-SP	SP	9.600,97	-	9.600,97	80.735,60
DIADEMA-SP	SP	14.770,73	-	14.770,73	124.208,67
ELDORADO-SP	SP	8.493,16	-	8.493,16	71.419,94
EMBU-GUACU-SP	SP	12.185,86	-	12.185,86	102.472,14
EMBU-SP	SP	14.770,73	-	14.770,73	124.208,67
FERRAZ DE VASCONCELOS-SP	SP	14.770,73	-	14.770,73	124.208,67
FRANCISCO MORATO-SP	SP	14.770,73	-	14.770,73	124.208,67
FRANCO DA ROCHA-SP	SP	14.401,46	-	14.401,46	121.103,43
GUARAREMA-SP	SP	1.257.888,59	3.150.573,77	4.408.462,36	45.864.375,69
GUARATINGUETA-SP	SP	14.032,20	-	14.032,20	117.998,25
GUARUJA-SP	SP	14.770,73	-	14.770,73	124.208,67
GUARULHOS-SP	SP	14.770,73	-	14.770,73	124.208,67
IGARATA-SP	SP	7.385,36	-	7.385,36	62.104,31
IGUAPE-SP	SP	235.359,01	216.057,77	451.416,78	4.216.762,27
ILHA COMPRIDA-SP	SP	168.113,57	1.884.335,12	2.052.448,69	35.385.800,55
ILHABELA-SP	SP	235.359,01	2.706.987,12	2.942.346,13	28.606.548,32
ITANHAEM-SP	SP	13.293,65	-	13.293,65	111.787,77
ITAPECERICA DA SERRA-SP	SP	14.770,73	-	14.770,73	124.208,67
ITAPEVI-SP	SP	14.770,73	-	14.770,73	124.208,67
ITAQUAQUECETUBA-SP	SP	14.770,73	-	14.770,73	124.208,67
ITARIRI-SP	SP	8.493,16	-	8.493,16	71.419,94
JACAREI-SP	SP	14.770,73	-	14.770,73	124.208,67
JACUPIRANGA-SP	SP	8.862,44	-	8.862,44	74.525,19
JAMBEIRO-SP	SP	7.385,36	-	7.385,36	62.104,31
JANDIRA-SP	SP	13.662,93	-	13.662,93	114.893,00
JUQUIA-SP	SP	9.231,70	-	9.231,70	77.630,39
JUQUITIBA-SP	SP	10.339,51	-	10.339,51	86.946,04
LAGOINHA-SP	SP	7.385,36	-	7.385,36	62.104,31
LAVRINHAS-SP	SP	7.385,36	-	7.385,36	62.104,31
LORENA-SP	SP	13.293,65	-	13.293,65	111.787,77
MAIRIPORA-SP	SP	13.293,65	-	13.293,65	111.787,77
MAUA-SP	SP	14.770,73	-	14.770,73	124.208,67
MIRACATU-SP	SP	9.600,97	-	9.600,97	80.735,60
MOJI DAS CRUZES-SP	SP	14.770,73	-	14.770,73	124.208,67
MONGAGUA-SP	SP	11.447,31	-	11.447,31	96.261,70
MONTEIRO LOBATO-SP	SP	7.385,36	-	7.385,36	62.104,31
NATIVIDADE DA SERRA-SP	SP	7.385,36	-	7.385,36	62.104,31
OSASCO-SP	SP	14.770,73	-	14.770,73	124.208,67
PARAIBUNA-SP	SP	8.862,44	-	8.862,44	74.525,19
PARIQUERA-ACU-SP	SP	9.231,70	-	9.231,70	77.630,39
PEDRO DE TOLEDO-SP	SP	7.754,63	-	7.754,63	65.209,51
PERUIBE-SP	SP	12.185,86	54.029,82	66.215,68	435.621,67
PINDAMONHANGABA-SP	SP	1.189.881,21	-	1.189.881,21	7.903.465,31
PIQUETE-SP	SP	8.493,16	-	8.493,16	71.419,94
PIRAPORA DO BOM JESUS-SP	SP	8.493,16	-	8.493,16	71.419,94
POA-SP	SP	13.662,93	-	13.662,93	114.893,00
POTIM-SP	SP	9.231,70	-	9.231,70	77.630,39
PRAIA GRANDE-SP	SP	174.417,83	-	174.417,83	1.466.697,91
QUELUZ-SP	SP	7.754,63	-	7.754,63	65.209,51
REDENCAO DA SERRA-SP	SP	7.385,36	-	7.385,36	62.104,31
REGISTRO-SP	SP	11.816,58	-	11.816,58	99.366,92
RIBEIRAO PIRES-SP	SP	14.032,20	-	14.032,20	117.998,25
RIO GRANDE DA SERRA-SP	SP	11.447,31	-	11.447,31	96.261,70
ROSEIRA-SP	SP	7.385,36	-	7.385,36	62.104,31
SALESOPOLIS-SP	SP	8.493,16	-	8.493,16	71.419,94
SANTA BRANCA-SP	SP	8.123,90	-	8.123,90	68.314,75
SANTA ISABEL-SP	SP	11.816,58	-	11.816,58	99.366,92
SANTANA DE PARNAIBA-SP	SP	13.662,93	-	13.662,93	114.893,00
SANTO ANDRE-SP	SP	14.770,73	-	14.770,73	124.208,67
SANTO ANTONIO DO PINHAL-SP	SP	7.385,36	-	7.385,36	62.104,31
SANTOS-SP	SP	3.919,71	-	3.919,71	113.357,65
SAO BENTO DO SAPUCAI-SP	SP	7.754,63	-	7.754,63	65.209,51
SAO BERNARDO DO CAMPO-SP	SP	14.770,73	-	14.770,73	124.208,67
SAO CAETANO DO SUL-SP	SP	14.770,73	-	14.770,73	124.208,67
SAO JOSE DO BARREIRO-SP	SP	7.385,36	-	7.385,36	62.104,31
SAO JOSE DOS CAMPOS-SP	SP	14.770,73	-	14.770,73	124.208,67
SAO LOURENCO DA SERRA-SP	SP	8.123,90	-	8.123,90	68.314,75
SAO LUIS DO PARAITINGA-SP	SP	7.754,63	-	7.754,63	65.209,51
SAO PAULO-SP	SP	14.770,73	-	14.770,73	124.208,67
SAO SEBASTIAO-SP	SP	1.993.631,32	5.198.185,43	7.191.816,75	56.149.730,41
SAO VICENTE-SP	SP	174.417,83	-	174.417,83	1.466.697,91
SETE BARRAS-SP	SP	8.123,90	-	8.123,90	68.314,75
SILVEIRAS-SP	SP	7.385,36	-	7.385,36	62.104,31
SUZANO-SP	SP	14.770,73	-	14.770,73	124.208,67
TABOAO DA SERRA-SP	SP	14.770,73	-	14.770,73	124.208,67
TAUBATE-SP	SP	14.770,73	-	14.770,73	124.208,67
TREMEMBE-SP	SP	11.447,31	-	11.447,31	96.261,70
UBATUBA-SP	SP	12.924,39	19.549,68	32.474,07	229.226,48
VARGEM GRANDE PAULISTA-SP	SP	11.447,31	-	11.447,31	96.261,70
SAO PAULO TOTAL		12.275.111,16	19.733.829,47	32.008.940,63	278.636.995,57
TOTAL MUNICÍPIOS		269.457.262,22	200.327.867,10	469.785.129,32	3.154.238.263,64
PIRAMBU-SE (DEPOSITO JUDICIAL)	SE	1.889.145,51	4.585,95	1.893.731,46	13.511.399,85
ARACATI-CE (DEPOSITO JUDICIAL)	CE	1.175.110,48	-	1.175.110,48	7.779.256,28
MARECHAL DEODORO-AL (DEPÓSITO JUDICIAL)	AL	1.176.584,40	-	1.176.584,40	7.701.153,36
PILAR-AL (DEPÓSITO JUDICIAL)	AL	-	-	-	190.476,22
MACAIBA-RN	RN	-	-	-	2.298.345,25
DEPÓSITO JUDICIAL TOTAL		4.240.840,39	4.585,95	4.245.426,34	31.480.630,96
TOTAL GERAL		273.698.102,61	200.332.453,05	474.030.555,66	3.185.718.894,60

*Valor sem a retenção de 1% (um por cento) de PASEP, conforme disposto no inciso III, do Art.2º da Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, combinado como parágrafo 6º do Art.19 da Medida Provisória nº 2.158, de 24 de agosto de 2001.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DIRETORIA IV
SUPERINTENDÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

AUTORIZAÇÃO Nº 414, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 64, de 1º de março de 2012, com base nas atribuições conferidas à ANP pela Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, tendo em vista o constante no processo ANP n.º 48610.001688/2012-35, e considerando o atendimento a todas as exigências da Resolução ANP n.º 52, de 29 de setembro de 2011, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa W. Petróleo S.A., com registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 08.584.563/0001-86, autorizada a exercer a atividade de comercialização de gás natural na esfera de competência da União, mediante a celebração de contratos registrados na ANP.

Art. 2º A presente Autorização não contempla a autorização para o exercício da atividade de distribuição de Gás Natural Comprimido (GNC) a granel e para a realização de Projeto para Uso Próprio e de Projeto Estruturante, cuja outorga é disciplinada pela Resolução ANP n.º 41, de 05 de dezembro de 2007, republicada no Diário Oficial da União em 17 de junho de 2010.

Art. 3º A presente Autorização não contempla a autorização para o exercício da atividade de distribuição de Gás Natural Liquefeito (GNL) a granel, cuja outorga é disciplinada pela Portaria ANP n.º 118, de 11 de julho de 2000.

Art. 4º Fica a empresa obrigada a cumprir integralmente todas as obrigações previstas nos arts. 10, 11, 12 e 13 da Resolução ANP nº 52, de 29 de setembro de 2011.

Art. 5º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições para o exercício da atividade de comercialização de gás natural na esfera de competência da União, previstas e comprovadas para a presente outorga.

Art. 6º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

AUTORIZAÇÃO Nº 415, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 64, de 1º de março de 2012, com base nas atribuições conferidas à ANP pela Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, tendo em vista o constante no processo ANP n.º 48610.008138/2012-47, e considerando o atendimento a todas as exigências da Resolução ANP n.º 52, de 29 de setembro de 2011, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Partner Energy S.A., com registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 11.733.415/0001-90, autorizada a exercer a atividade de comercialização de gás natural na esfera de competência da União, mediante a celebração de contratos registrados na ANP.

Art. 2º A presente Autorização não contempla a autorização para o exercício da atividade de distribuição de Gás Natural Comprimido (GNC) a granel e para a realização de Projeto para Uso Próprio e de Projeto Estruturante, cuja outorga é disciplinada pela Resolução ANP n.º 41, de 05 de dezembro de 2007, republicada no Diário Oficial da União em 17 de junho de 2010.

Art. 3º A presente Autorização não contempla a autorização para o exercício da atividade de distribuição de Gás Natural Liquefeito (GNL) a granel, cuja outorga é disciplinada pela Portaria ANP n.º 118, de 11 de julho de 2000.

Art. 4º Fica a empresa obrigada a cumprir integralmente todas as obrigações previstas nos arts. 10, 11, 12 e 13 da Resolução ANP nº 52, de 29 de setembro de 2011.

Art. 5º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições para o exercício da atividade de comercialização de gás natural na esfera de competência da União, previstas e comprovadas para a presente outorga.

Art. 6º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 13 de setembro de 2012

Nº 1.045 - O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 64, de 1º de março de 2012, tendo em vista o constante no processo ANP n.º 48610.001688/2012-35,
Considerando:
- O atendimento a todas as exigências da Resolução ANP n.º 52, de 29 de setembro de 2011; e
- O deferimento do pedido de autorização de comercialização de gás natural na esfera de competência da União;
Resolve:

1. Fica a W. Petróleo S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 08.584.563/0001-86, registrada como Agente Vendedor de gás natural com o nº 03.35.06.08584563.

Nº 1.046 -O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 64, de 1º de março de 2012, tendo em vista o constante no processo ANP n.º 48610.008138/2012-47,
Considerando:
- O atendimento a todas as exigências da Resolução ANP n.º 52, de 29 de setembro de 2011; e
- O deferimento do pedido de autorização de comercialização de gás natural na esfera de competência da União;
Resolve:

1. Fica a Partner Energy S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 11.733.415/0001-90, registrada como Agente Vendedor de gás natural com o nº 03.33.35.11733415.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 106/2012 - DF

Referência: Processo nº 800.174/2001
Interessado: Mineração Santa Maria Ltda.
Assunto: Nulidade do Alvará de Pesquisa.
Nos termos da manifestação do Senhor Procurador-Chefe quanto à NOTA Nº 936/2011-PROGE/DNPM/MP, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, ANULO o ato administrativo de fls. 188, publicado no D.O.U. de 3 de fevereiro de 2006, que revogou o despacho de fl.159, com efeitos *ex tunc*, retroagindo à data de publicação o ato que declarou a caducidade do alvará de pesquisa.(256)

Referência: Processo nº 800.542/1975 (2 Volumes)
Interessado: Tecminas - Empresa Técnica, Comercial e Industrial de Minério de Ferro.
Assunto: Recurso contra Multa por atraso na apresentação do Relatório Anual de Lavra (RAL)

Nos termos da manifestação do Senhor Procurador-Chefe quanto à NOTA Nº 375/2012/LM/PROGE-DNPM, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, CONHEÇO e, no mérito, NEGO PROVIMENTO ao recurso interposto pela Interessada.(508)

Referência: Processo nº 801.608/1975 (2 Volumes)
Interessado: Tecminas - Empresa Técnica, Comercial e Industrial de Minério de Ferro.
Assunto: Recurso contra Multa por atraso na apresentação do Relatório Anual de Lavra (RAL)
Nos termos da manifestação do Senhor Procurador-Chefe quanto à NOTA Nº 375/2012/LM/PROGE-DNPM, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, CONHEÇO e, no mérito, NEGO PROVIMENTO ao recurso interposto pela Interessada.(508)

Referência: Processos DNPM nºs 806.040/2006
806.041/2006
Interessado: Pedro Lécio Galleti
Assunto: Pedido de Reconsideração.
Nos termos do Parecer Nº 264/2011/PROGE/DMPM-PSSN, que ora aprovo e adoto como fundamento, desta decisão,
- ACOLHO os pagamentos das TAHs efetuados em 20/03/2007, às fls. 47 e 57 dos processos DNPM nºs 806.040/2006 e 806.041/2006, respectivamente, como relativos ao 1º ano de vigência dos alvarás de pesquisa;
- ANULO as notificações administrativas nºs 98 e 100/2007 - 22º Distrito DNPM/MA, constantes de fls. 56 e 64 dos processos DNPM nºs 806.040/2006 e 806.041/2006, respectivamente, publicadas no D.O.U. de 15/05/2007;
- ANULO os despachos de fls. 55 e 63 dos processos DNPM nºs 806.040/2006 e 806.041/2006, respectivamente, por meio dos quais o Superintendente do DNPM/MA declarou a nulidade dos alvarás de pesquisas correspondentes aos referidos processos, ficando restabelecidos os prazos de vigência dos títulos minerários que lhes restavam quando da publicação do ato ora anulado;

- MANTENHO os Autos de Infração nºs 040 e 041/2007 - 22º Distrito DNPM/MA, os respectivos atos de imposição de multas e as Notificações Administrativas nºs 99 e 101/2007 - 22º Distrito DNPM/MA.(316)

Referência: Processo nº 812.189/1969 (2 Volumes)
Interessado: Tecminas - Empresa Técnica, Comercial e Industrial de Minério de Ferro.
Assunto: Recurso contra Multa por atraso na apresentação do Relatório Anual de Lavra (RAL)
Nos termos da manifestação do Senhor Procurador-Chefe quanto à NOTA Nº 374/2012/LM/PROGE-DNPM, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, CONHEÇO e, no mérito, NEGO PROVIMENTO ao recurso interposto pela Interessada.(508)

Referência: Processos DNPM nº815.674/2007

Interessado: Tecnoclay Mineração, Indústria e Comércio Ltda.
Assunto: Recurso Contra Multa.
Nos termos da NOTA Nº 973/2011/FM/PROGE/DNPM, que ora aprovo e adoto como fundamento, NEGO PROVIMENTO ao recurso interposto pela interessada e MANTENHO a multa imposta.(356)

Referência: Processo nº 817.492/1970 (2 Volumes)
Interessado: Tecminas - Empresa Técnica, Comercial e Industrial de Minério de Ferro.
Assunto: Recurso contra Multa por atraso na apresentação do Relatório Anual de Lavra (RAL)
Nos termos da manifestação do Senhor Procurador-Chefe quanto à NOTA Nº 376/2012/LM/PROGE-DNPM, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, CONHEÇO e, no mérito, NEGO PROVIMENTO ao recurso interposto pela Interessada(316).

Processos nºs 830.980/1999 930.115/2009 933.183/2009
Antônio Carlos Gonsalves
Mineração Canaã Gonsalves
Indústria e Comércio Ltda.
Pedido de reconsideração do despacho que instituiu servidão.
Nos termos do Despacho Nº 359/2011/PROGE/DNPM, que ora aprovo e adoto como fundamento,
- INDEFIRO, o pedido de reconsideração de fls. 1602/1612, do processo nº 830.980/1999 e MANTENHO a decisão que aprovou o laudo de servidão;
- DETERMINO o encerramento do processo nº 930.115/2009 e
- INDEFIRO o pedido de nova vistoria formulado às fls. 19/20 do processo nº 933.183/2009.(508)

Referência: Processo nº 831.620/2009
831.622/2009
Interessado: Souza Fernandes Consultoria mineral e Ambiental Ltda.
Assunto: Desistência de Requerimento de Pesquisa.
Nos termos da manifestação do Senhor Procurador-Chefe quanto ao despacho de fls. 79, do Coordenador de Assuntos Minerários da PROGE /DNPM, que ora aprovo e adoto como fundamento, INDEFIRO os pedidos de fls. 36/45 e 46/55 formulado pela empresa Souza Fernandes Consultoria mineral e Ambiental Ltda., e MANTENHO o ato que homologou a renúncia.(156)

Processos DNPM nºs 831.742/1988 930.379/2006 931.609/2007
MSM Mariana Soapstone Mining Mineração eComércio Ltda.
OPPS - Mineração, Construções, Indústrias e Comércio Ltda.
Assunto: Recurso contra indeferimento de requerimentos de pesquisa.
Nos termos da manifestação do Senhor Procurador-Chefe quanto ao PARECER-PROC/SUPRIN/DNPM/MG N° 1-1/2012-OC, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, NEGO PROVIMENTO aos recursos interpostos pelas empresas OPPS - Mineração, Construções e Comércio Ltda., e Quality Granitos e Mármores Ltda.(316)

Referência: Processos DNPM nº 833.023/2010
Interessado: Dall Júnior Mineração e Indústria Ltda.
Assunto: Recurso Contra a Nulidade do Alvará de Pesquisa Ato Tornado Sem Efeito
Nos termos do da recomendação da DIPAR contida no DESPACHO Nº 429/2012, ANULO, o despacho de fls. 68, publicado no D.O.U. de 9 de maio de 2012, que tornou sem efeito a caducidade de alvará de pesquisa referente ao presente processo.(192)

Referência: Processo nº 835.765/1995.
Interessado: Mineração J. Mendes Ltda.
Assunto: Prorrogação de Alvará.
Nos termos da manifestação do Senhor Coordenador de Assuntos Minerários quanto ao Parecer nº 442/2010/HP/PROGE/DNPM, que ora aprovo e adoto como fundamento, INDEFIRO o pedido de reconsideração apresentada pela interessada.(316)

Referência: Processo DNPM nº 840.012/2006 (2 Volumes)
Interessado: Mafalda Perim Costa e Agape Construtora Ltda. - ME
Assunto: Recurso contra ato que declarou caduco direito de requerer a lavra.
Nos termos da manifestação do Senhor Procurador-Chefe quanto ao PARECER Nº 299/2011-MP, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, DEFIRO ao pedido de reconsideração formulado pelo interessado e, em consequência ANULO a decisão fls. 405, publicada no D.O.U. em 09 de dezembro de 2010, que declarou caduco o direito de requerer a lavra.(356)

Referência: Processo DNPM nº 840.305/1992 (3 Vol.)
Interessado: Torres e Pedrosa Comércio de Águas Minerais Ltda.
Associação Brasileira da Indústria de Águas Minerais - ABINAM
Assunto: Água Mineral. Aprovação de rótulos e suposta utilização indevida de expressão ou marca comercial.
Nos termos da manifestação do Senhor Procurador-Chefe quanto ao PARECER Nº 606/2011/HP/PROGE/DNPM, que ora aprovo e adoto como fundamento, INDEFIRO o requerimento de fls. 1163/1164, apresentado pela Associação Brasileira da Indústria de Águas Minerais - ABINAM e, por força do princípio da autotutela, DETERMINO a Superintendência do DNPM/PE que revise a aprovação de

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

rótulos, intimando previamente a empresa titular, nos termos propostos no item 22 do Parecer acima referido.(508)

Referência: Processos DNPM nºs 851.036/1985; 851.105/1985; 851.106/1985; 851.111/1985; 48400.000.407/2010 E 48400.000.676/2011
Interessado: Ronaldo Machado Corrêa
Mineração Cassitan Ltda.
Assunto: Apuração de fatos e verificação de supostas irregularidades em processos minerários.
Nos termos da manifestação do Senhor Procurador-Chefe quanto ao PARECER Nº 137/2012/HP/PROGE/DNPM, que ora aprovo e adoto como fundamento, INDEFIRO os pedidos de anulação dos alvarás de pesquisa expedidos nos autos dos processos DNPM nºs 851.036/1985, 851.105/1985, 851.106/1985 e 851.111/1985.(316)

Referência: Processo DNPM nº 890.729/1989 (2 Volumes)
Interessado: Algamar Mineração Marítima Ltda.
Assunto: Pedido de chamamento do feito à ordem.
Nos termos da manifestação do Senhor Procurador-Chefe quanto ao Parecer Nº 239/2012-SC/PROGE/DMPM que ora aprovo e adoto como fundamento, INDEFIRO o pedido de chamamento do feito à ordem, formulado pela titular às fls. 577/600 e, de ofício, anulo as exigências formuladas por meio do ofício nº 076/00/20ºDS/DNPM, de 14 de fevereiro de 2000, reiterado pelo Ofício nº 560/00/20ºDS/DNPM, de 5 de maio de 2002, e pelo Ofício nº117/20ºDS/DNPM, de 25 de janeiro de 2002, por contrariarem a Resolução CONAMA nº 237/1997.(356)

SÉRGIO AUGUSTO DÂMASO DE SOUSA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 416, de 3 de setembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 5 de setembro de 2012, Seção 1, página 77, onde se lê:

"Considerando que a Lei nº 12.334, de 2010, estabeleceu que os empreendedores de barragens deverão submeter à aprovação dos órgãos fiscalizadores relatório especificando as ações e o cronograma para implantação do Plano de Segurança da Barragem, do qual é parte integrante a Revisão Periódica de Segurança da Barragem, até 20 de setembro de 2013;",

leia-se:

"Considerando que a Lei nº 12.334, de 2010, estabeleceu que os empreendedores de barragens deverão submeter à aprovação dos órgãos fiscalizadores relatório especificando as ações e o cronograma para implantação do Plano de Segurança da Barragem, do qual é parte integrante a Revisão Periódica de Segurança da Barragem, até 20 de setembro de 2012;"

onde se lê:

"I - barragens de mineração: barragens, barramentos, diques, reservatórios, localizados no interior da área concedida ou área de servidão, utilizados para fins de contenção, acumulação ou decantação de rejeito de mineração, descarga de sedimentos provenientes de atividades em mineração, com ou sem captação de água associada, compreendendo a estrutura do barramento e suas estruturas associadas;",

leia-se:

"I - barragens de mineração: barragens, barramentos, diques, reservatórios, cavas exauridas, localizados no interior da área concedida ou área de servidão, utilizados para fins de contenção, acumulação ou decantação de rejeito de mineração, descarga de sedimentos provenientes de atividades em mineração, com ou sem captação de água associada, compreendendo a estrutura do barramento e suas estruturas associadas;",

e onde se lê:

Parágrafo único. À exceção do Capítulo I que se aplica a toda e qualquer barragem de mineração, os demais dispositivos desta Portaria aplicam-se a barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação

de resíduos industriais que apresentem pelo menos uma das seguintes características:

I - altura do maciço, contada do ponto mais baixo da fundação à crista, maior ou igual a 15m (quinze metros);

II - capacidade total do reservatório maior ou igual a 3.000.000m³ (três milhões de metros cúbicos);

III - reservatório que contenha resíduos perigosos conforme normas técnicas aplicáveis; e

IV - categoria de dano potencial associado, médio ou alto.",

Leia-se:

Parágrafo único. O Capítulo I se aplica a toda e qualquer barragem de mineração de acordo com definição expressa no inciso I do artigo 2º desta Portaria.

SUPERINTENDÊNCIA NO AMAPÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 40/2012

Ficam os abaixo relacionado, NOTIFICADO para pagar, parcelar ou apresentar DEFESA, relativo ao débito apurado da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (Art. 3º, Inciso IX, da Lei 8.876/94. c/c as Leis nº 7.990/89 e 8.001/90 e art. 61da Lei nº 9.430/96), Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de dez dias, sob pena de inscrição em Divida Ativa, CADIM e ajuizamento de ação de execução.

LICENCIAMENTO (Código 7.72)
Processo de Cobrança nº 958.123/2012
Notificado: CERÂMICA TRAMONTIN LTDA
CNPJ nº 10.238.050/0001-65
NFLDP nº 006/2012
Valor R$ 6.182,52

ANTONIO DA JUSTA FEIJÃO

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 110/2012

CONCESSÃO DE LAVRA (Código 5.49)

Fica o abaixo relacionado cientes que o recurso administrativo interposto foi julgado improcedente; restando-lhe(s) pagar ou parcelar o débito apurado da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de Cobrança nº_901.462/2008
Notificado: São Geraldo Águas Minerais Ltda.
CNPJ/CPF-00.420097/0001-91
NFLDP nº 001/2009
Valor: R$ 85.421,66

LICENCIAMENTO (Código 7.72)

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que julgou-se improcedente(s) a(s) defesa(s) administrativa(s) interposta(s); restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de Cobrança: 900.727/2010
Notificado: CERÂMICA ASSUNÇÃO LTDA..
CNPJ/CPF: 35.093.301/0001-91
NFLDP nº:- 011/2010 - DNPM/CE.
Valor: R$ 16.948,29
Processo de Cobrança: 900.728/2010
Notificado: CERÂMICA ASSUNÇÃO LTDA..
CNPJ/CPF: 35.093.301/0001-91
NFLDP nº:- 007/2010 - DNPM/CE.
Valor: R$ 17.984,84

FERNANDO ANTÔNIO DA COSTA ROBERTO

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO DO SUL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 72/2012

Ficam os abaixo relacionados cientes que os recursos administrativos interpostos foram julgados improcedentes; restando-lhe pagar ou parcelar os débitos apurados da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

ORESTES PRATA TIBERY JUNIOR, CNPJ Nº 02.173.792/0001-21,
Processo de Cobrança nº 968.257/2009, NFLDP nº 133/2009 - Valor: R$ 1.185,74
Processo de Cobrança nº 968.258/2009, NFLDP nº 134/2009 - Valor: R$ 1.185,74
Processo de Cobrança nº 968.261/2009, NFLDP nº 137/2009 - Valor: R$ 1.185,74
Processo de Cobrança nº 968.262/2009, NFLDP nº 138/2009 - Valor: R$ 1.185,74
Processo de Cobrança nº 968.263/2009, NFLDP nº 139/2009 - Valor: R$ 1.185,74
Processo de Cobrança nº 968.230/2009, NFLDP nº 108/2009 - Valor: R$ 1.304,86
Processo de Cobrança nº 968.231/2009, NFLDP nº 107/2009 - Valor: R$ 1.740,47
Processo de Cobrança nº 968.232/2009, NFLDP nº 106/2009 - Valor: R$ 1.662,37
EMPRESA DE MINERAÇÃO PANORAMA LTDA, CNPJ Nº 48.804.868/0001-70,
Processo de Cobrança nº 968.326/2009, NFLDP nº 231/2009 - Valor: R$ 6.891,85

ANTONIO CARLOS NAVARRETE SANCHES

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 573/2012

Fica(m)o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s)de que não houve apresentação da(s) defesa(s) administrativa(s),restando-lhe pagar ou parcelar os débitos apurados da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM(art.3º,IX, da Lei nº8.876/94,c/c as Leis nº7.990/89 e nº8.001/90,art.61 da Lei nº9.430/96,Leis nº9.993/00,nº10.195/01 e Lei 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias,sob pena de inscrição em Dívida Ativa,CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de cobrança nº931.302/2011
Notificado:Humberto Eustáquio de Souza
CNPJ Ou CPF:20.406.955/0001-50
NFLDP nº903/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$2.242,97
Processo de cobrança nº933.829/2011
Notificado:Minerais Herculano Ltda
CNPJ Ou CPF:02.357.749/0001-16
NFLDP nº3542/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$15.008,12
Processo de cobrança nº933.837/2011
Notificado:Mineração Grizatti Ltda
CNPJ Ou CPF:17.855.370/0001-03
NFLDP nº3560/2011- Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$36.731,98
Processo de cobrança nº933.838/2011
Notificado:Empresa de Mineração Água Santa Ltda
CNPJ Ou CPF:01.590.773/0001-38
NFLDP nº3549/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$22.187,75
Processo de cobrança nº933.841/2011
Notificado:Pedra Branca Extração de Areia Ltda
CNPJ Ou CPF:02.019.349/0001-09
NFLDP nº3552/2011- Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$19.786,41
Processo de cobrança nº933.845/2011
Notificado:Mineração Planalto Ltda
CNPJ Ou CPF:02.672.517/0001-52
NFLDP nº3558/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$59.908,06
Processo de cobrança nº933.855/2011
Notificado:Sical Industrial Ltda
CNPJ Ou CPF:19.416.627/0001-56
NFLDP nº3521/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$7.214,02
Processo de cobrança nº933.856/2011
Notificado:Pedreira Rezende Ltda
CNPJ Ou CPF:19.281.310/0001-50
NFLDP nº3540/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$8.618,65
Processo de cobrança nº933.861/2011
Notificado:Marcal Marmores Caeira Ltda
CNPJ Ou CPF:18.535.484/0001-39
NFLDP nº3556/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$19.704,88
Processo de cobrança nº933.865/2011
Notificado:Pedreira e Britadora Franco Ltda
CNPJ Ou CPF:19.033.927/0001-56
NFLDP nº3527/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$10.346,56
Processo de cobrança nº933.876/2011
Notificado:Indústria de Cal SN Ltda
CNPJ Ou CPF:22.069.603/0001-82
NFLDP nº3535/2011 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$123.056,28
Processo de cobrança nº930.376/2012
Notificado:Cerâmica Lares Ltda
CNPJ Ou CPF:18.153.213/0001-19
NFLDP nº851/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$1.828,08
Processo de cobrança nº930.379/2012
Notificado:João Ribeiro
CNPJ Ou CPF:02.919.957/0001-61
NFLDP nº854/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$2.103,37
Processo de cobrança nº930.381/2012
Notificado:Sebastião dos Reis da Silva
CNPJ Ou CPF:02.909.755/0001-39
NFLDP nº856/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$171,97
Processo de cobrança nº930.382/2012
Notificado:Cerâmica Colonial Ind. e Com. Ltda
CNPJ Ou CPF:18.637.454/0001-33
NFLDP nº857/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$1.964,03
Processo de cobrança nº930.383/2012
Notificado:Irley Dias Tavares Filho - Firma Individual
CNPJ Ou CPF:02.256.769/0001-09
NFLDP nº858/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$2.115,50
Processo de cobrança nº930.388/2012
Notificado:José Henriques Maia ME
CNPJ Ou CPF:00.386.937/0001-47
NFLDP nº862/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$2.759,30
Processo de cobrança nº930.506/2012
Notificado:Sandra Mineração Ltda
CNPJ Ou CPF:30.280.564/0001-96
NFLDP nº950/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$719,21
Processo de cobrança nº930.507/2012
Notificado:Mineração Jad Ltda
CNPJ Ou CPF:16.943.722/0001-10
NFLDP nº951/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$1.178,92
Processo de cobrança nº930.508/2012
Notificado:Mineração Jad Ltda
CNPJ Ou CPF:16.943.722/0001-10
NFLDP nº952/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$1.016,62

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo de cobrança nº930.509/2012
Notificado:Frigorífico Tamoyo Ltda
CNPJ Ou CPF:20.395.778/0001-54
NFLDP nº953/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$1.257,89
Processo de cobrança nº930.517/2012
Notificado:Areias Manerrá Ltda
CNPJ Ou CPF:01.415.163/0001-06
NFLDP nº961/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$1.006,32
Processo de cobrança nº930.520/2012
Notificado:Areal OlhosD'Água Ltda
CNPJ Ou CPF:22.063.150/0001-87
NFLDP nº963/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$965,95
Processo de cobrança nº930.523/2012
Notificado:Jonas Pinto Costa
CNPJ Ou CPF:02.744.708/0001-82
NFLDP nº966/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$1.923,22
Processo de cobrança nº930.525/2012
Notificado:Areia Irmãos Ribeiro Ltda
CNPJ Ou CPF:01.731.658/0001-36
NFLDP nº968/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$1.089,01
Processo de cobrança nº930.526/2012
Notificado:Maria de Jesus Rodrigues Pereira
CNPJ Ou CPF:03.305.647/0001-10
NFLDP nº969/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$5.596,69
Processo de cobrança nº930.527/2012
Notificado:Luiz Gonzaga da Costa ME
CNPJ Ou CPF:03.338.205/0001-70
NFLDP nº970/2012 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$1.054,67

CELSO LUIZ GARCIA

SUPERINTENDÊNCIA NO PIAUÍ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 74/2012

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
803.332/2012-VEGAS MINERAÇAO LTDA
803.334/2012-VEGAS MINERAÇAO LTDA
803.335/2012-VEGAS MINERAÇAO LTDA
803.336/2012-VEGAS MINERAÇAO LTDA
803.337/2012-VEGAS MINERAÇAO LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
803.204/2012-CONSTRUTORA MONTE BELO LTDA-OF. N°1642/2012
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
803.749/2011-EAGLESTAR PETRÓLEO E MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
803.103/2010-CERAMICA ALVORADA LTDA (M.A.GL. GONÇALVES)- Alvará n°4364/2010 - Cessionario:803.195/2012-Marcos Antônio Lages Gonçalves- CPF ou CNPJ 199.628.193-34
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
804.058/2008-ADÃO HELENO RODRIGUES
804.061/2008-ADÃO HELENO RODRIGUES
804.062/2008-ADÃO HELENO RODRIGUES
804.063/2008-ADÃO HELENO RODRIGUES
804.065/2008-ADÃO HELENO RODRIGUES
804.080/2008-WALLASSE GUEDES CORREIA
804.094/2008-WALLASSE GUEDES CORREIA
804.096/2008-WALLASSE GUEDES CORREIA
804.097/2008-WALLASSE GUEDES CORREIA
804.098/2008-WALLASSE GUEDES CORREIA
804.099/2008-WALLASSE GUEDES CORREIA
804.375/2008-WALLASSE GUEDES CORREIA
804.377/2008-WALLASSE GUEDES CORREIA
804.387/2008-WALLASSE GUEDES CORREIA
804.428/2008-ADÃO HELENO RODRIGUES
804.430/2008-ADÃO HELENO RODRIGUES
804.431/2008-ADÃO HELENO RODRIGUES
804.432/2008-ADÃO HELENO RODRIGUES
804.435/2008-ADÃO HELENO RODRIGUES
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
803.402/2010-CONSTRUMAX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°1389/2012
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
803.265/2009-MARCIO FERRAZ MONTEIRO
803.266/2009-MARCIO FERRAZ MONTEIRO
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
803.142/2008-INVESTMINE MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°6134/2008
803.143/2008-INVESTMINE MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°6135/2008
803.158/2008-INVESTMINE MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°7154/2008
803.315/2008-INVESTMINE MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°7211/2008
803.346/2008-INVESTMINE MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°7238/2008
803.734/2008-INVESTMINE MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°15836/2008
803.735/2008-INVESTMINE MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°15837/2008
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
803.004/2005-MARCO TÚLIO NAVES DE CARVALHO-AI N°793/2012
803.009/2005-MINERAÇÃO DE CALCÁRIO PORTO ALEGRE LTDA-AI N°792/2012
803.030/2005-MINERAÇÃO DE CALCÁRIO PORTO ALEGRE LTDA-AI N°791/2012
803.035/2005-JOÃO MARTINS CORTEZ DE ALENCAR-AI N°799/2012
803.046/2005-DÊNIO DA ROCHA LIMA-AI N°790/2012
803.048/2005-ALVIMAR OLIVEIRA DE ANDRADE-AI N°798/2012
803.049/2005-ALVIMAR OLIVEIRA DE ANDRADE-AI N°797/2012
803.067/2005-MINERAÇÃO OURO BRANCO LTDA-AI N°789/2012
803.100/2005-MINERAÇÃO JU-BORDEAUX EXPORTAÇÃO LTDA-AI N°796/2012
803.102/2005-MINERAÇÃO JU-BORDEAUX EXPORTAÇÃO LTDA-AI N°795/2012
803.103/2005-MINERAÇÃO JU-BORDEAUX EXPORTAÇÃO LTDA-AI N°794/2012
803.139/2005-AMOPIL ARGILAS MODIFICADAS DO PIAUI LTDA-AI N°788/2012
803.164/2005-MARCOS ANTONIO LAGES GONÇALVES-AI N°787/2012
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
803.643/2007-HAMILTON LUIZ DA COSTA MOURÃO
803.644/2007-HAMILTON LUIZ DA COSTA MOURÃO

RELAÇÃO Nº 82/2012

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
803.464/2011-NARITA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1393/2012
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
803.081/1997-ECB ROCHAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA-OF. N°1395/2012
803.053/2000-ECB ROCHAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA-OF. N°1388/2012
803.028/2003-ECB ROCHAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA-OF. N°1397/2012
803.043/2003-ECB ROCHAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA-OF. N°1398/2012
803.299/2007-MINERAÇÃO COTO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-OF. N°1553/2012
803.300/2007-MINERAÇÃO COTO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-OF. N°1399/2012
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
803.214/2004-TERRA RICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALCÁRIOS E FERTILIZANTES DE SOLO LTDA.-OF. N°1394/2012-60 dias
803.299/2007-MINERAÇÃO COTO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-OF. N°1553/2012-60 dias
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
803.280/2011-AGREGADOS MINERAIS ESPECIAIS-Registro de Licença n°19/2012 de 12/09/2012-Vencimento em 29/06/2031
803.352/2011-PEREIRA & LIMA PASSOS LTDA-Registro de Licença n°16/2012 de 12/09/2012-Vencimento em 30/06/2013
803.505/2011-CERÂMICA CAMPO MAIOR LTDA-Registro de Licença n°18/2012 de 12/09/2012-Vencimento em 30/09/2031
803.109/2012-PEREIRA & LIMA PASSOS LTDA-Registro de Licença n°17/2012 de 12/09/2012-Vencimento em 30/06/2021
803.418/2012-PAULO ANDRÉ CARDOSO DE SOUSA-Registro de Licença n°20/2012 de 12/09/2012-Vencimento em 23/08/2022
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
800.083/1992-CERÂMICA CAMPO MAIOR LTDA- Registro de Licença No.:11/2012 - Vencimento em 23/03/2021
804.108/2008-ANTONIA DA SILVA OLIVEIRA- Registro de Licença No.:13/2012 - Vencimento em 24/05/2014
803.328/2009-IVANILDE SILVA DA COSTA- Registro de Licença No.:15/2012 - Vencimento em 16/07/2013
803.067/2010-ANTONIA DA SILVA OLIVEIRA- Registro de Licença No.:14/2012 - Vencimento em 24/05/2014
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
803.124/2011-JOSÉ ALVES DE SOUSA- Cessionário:NALDO RESENDE CONSTRUÇÕES- CNPJ 13.115.784/0001-45- Registro de Licença n°23/2011- Vencimento da Licença: 15/04/2013

EVALDO FREITAS LIRA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 150/2012

LICENCIAMENTO (Código 7.72)
Fica o abaixo relacionado ciente da não apresentação de recurso administrativo, restando-lhe pagar ou parcelar o débito apurado da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Processo de Cobrança nº 990.726/2011
Notificado: Soc. Agro-Pastorial Ind. Amorins Ltda
CNPJ: 30.084.396/0001-63
NFLDP nº 947/2011
Valor: R$ 4.564,44

RELAÇÃO Nº 151/2012

CONCESSÃO DE LAVRA (Código 5.49)
Ficam os abaixo relacionados cientes que os recursos administrativos interpostos foram julgados improcedentes, restando-lhes pagar ou parcelar os débitos apurados da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Processo de Cobrança nº 990.776/2011
Notificado: Valle Sul Pavimentação e Mineração Ltda
CNPJ/CPF: 28.689.842/0001-11
NFLDP nº 835/2011
Valor: R$ 47.800,36
LICENCIAMENTO (Código 7.72)
Processo de Cobrança nº 990.882/2011
Notificado: Cerâmica Rodrigues Ltda
CNPJ/CPF: 28.741.221/0001-30
NFLDP nº 868/2011
Valor: R$ 366,29

JADIEL PIRES NOGUEIRA DA SILVA

SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

PORTARIA Nº 254, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 826.314/2004, resolve:

Art. 1° Outorgar à CERÂMICA GNATTA LTDA, concessão para lavrar ARGILA, no Município de GUAMIRANGA/PR, numa área de 50,00ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 25°11'16,400"S / 50°52'51,900"W; 25°11'16,400"S / 50°52'34,042"W; 25°11'48,898"S / 50°52'34,041"W; 25°11'48,898"S / 50°52'51,900"W; 25°11'16,400"S / 50°52'51,900"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 25°11'16,400"S e Long. 50°52'51,900"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 500,0m-E; 1000,0m-S; 500,0m-W; 1000,0m-N.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 255, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 821.051/2002, resolve:

Art. 1° Outorgar à TIAGO ANTONIO VAZ ME, concessão para lavrar ARGILA e AREIA, nos Municípios de SÃO JOÃO DA BOA VISTA/SP, numa área de 46,68ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 22°02'52,828"S/46°48'52,835"W; 22°02'52,828"S/46°48'50,154"W; 22°02'56,649"S/46°48'50,154"W; 22°02'56,648"S/46°48'40,389"W; 22°02'52,828"S/46°48'40,389"W; 22°02'52,828"S/46°48'39,234"W; 22°02'59,327"S/46°48'39,234"W; 22°02'59,327"S/46°48'40,280"W; 22°03'04,204"S/46°48'40,280"W; 22°03'04,204"S/46°48'41,675"W; 22°03'15,908"S/46°48'41,675"W; 22°03'15,908"S/46°48'43,419"W; 22°03'20,785"S/46°48'43,418"W; 22°03'20,785"S/46°48'45,511"W; 22°03'23,711"S/46°48'45,511"W; 22°03'23,711"S/46°48'47,604"W; 22°03'26,312"S/46°48'47,604"W; 22°03'26,312"S/46°48'50,045"W; 22°03'30,213"S/46°48'50,045"W; 22°03'30,213"S/46°48'51,440"W;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

22°03'32,164"S/46°48'51,440"W; 22°03'32,164"S/46°48'52,835"W; 22°03'34,439"S/46°48'52,835"W; 22°03'34,439"S/46°48'54,928"W; 22°03'37,044"S/46°48'54,928"W; 22°03'37,044"S/46°49'02,252"W; 22°03'28,916"S/46°49'02,252"W; 22°03'28,916"S/46°48'57,718"W; 22°03'04,207"S/46°48'57,718"W; 22°03'04,207"S/46°48'52,835"W; 22°02'52,828"S/46°48'52,835"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 37,0m, no rumo verdadeiro de 61°37'59"586 NW, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 22°02'53,400"S e Long. 46°48'51,700"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 76,9m-E; 117,5m-S; 280,0m-E; 117,5m-N; 33,1m-E; 199,9m-S; 30,0m-W; 150,0m-S; 40,0m-W; 360,0m-S; 50,0m-W; 150,0m-S; 60,0m-W; 90,0m-S; 60,0m-W; 80,0m-S; 70,0m-W; 120,0m-S; 40,0m-W; 60,0m-S; 40,0m-W; 70,0m-S; 60,0m-W; 80,1m-S; 210,0m-W; 250,0m-N; 130,0m-E; 760,0m-N; 140,0m-E; 350,0m-N.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 256, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 860.238/1993, resolve:

Art. 1° Outorgar à MINERAÇÃO THERMAS CORUMBÁ LTDA., concessão para lavrar ÁGUA MINERAL, no Município de CALDAS NOVAS/GO, numa área de 28,00ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 17°45'33,490"S / 48°37'06,873"W; 17°45'56,259"S / 48°37'06,873"W; 17°45'56,259"S / 48°36'53,294"W; 17°45'33,490"S / 48°36'53,294"W; 17°45'33,490"S / 48°37'06,873"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 17°45'33,490"S e Long. 48°37'06,873"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 700,0m-S; 400,0m-E; 700,0m-N; 400,0m-W.

Art. 2º Fica estabelecida a área de proteção desta Fonte, com extensão de 23235,62 ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 17°43'20,394"S/48°36'26,078"W; 17°45'30,855"S/48°36'26,078"W; 17°45'30,855"S/48°36'52,694"W; 17°46'04,213"S/48°36'52,694"W; 17°46'04,213"S/48°37'08,236"W; 17°45'32,074"S/48°37'08,236"W; 17°45'32,074"S/48°37'40,574"W; 17°45'35,031"S/48°37'40,574"W; 17°45'35,031"S/48°37'44,538"W; 17°45'41,634"S/48°37'44,538"W; 17°45'41,634"S/48°37'54,155"W; 17°45'32,693"S/48°37'54,155"W; 17°45'32,693"S/48°39'13,144"W; 17°46'16,975"S/48°39'13,144"W; 17°46'16,975"S/48°38'53,638"W; 17°48'49,194"S/48°38'53,638"W; 17°48'49,194"S/48°38'20,190"W; 17°49'57,409"S/48°38'20,190"W; 17°49'57,409"S/48°37'34,610"W; 17°51'05,064"S/48°37'34,610"W; 17°51'05,064"S/48°39'11,282"W; 17°50'29,943"S/48°39'11,282"W; 17°50'29,943"S/48°39'27,913"W; 17°50'03,335"S/48°39'27,913"W; 17°50'03,335"S/48°40'02,823"W; 17°50'34,267"S/48°40'02,823"W; 17°50'34,267"S/48°40'20,071"W; 17°51'07,212"S/48°40'20,071"W; 17°51'07,212"S/48°40'37,409"W; 17°51'33,058"S/48°40'37,409"W; 17°51'33,058"S/48°41'19,599"W; 17°51'21,803"S/48°41'19,599"W; 17°51'21,803"S/48°42'58,148"W; 17°50'56,516"S/48°42'58,148"W; 17°50'56,516"S/48°44'16,504"W; 17°49'45,724"S/48°44'16,504"W; 17°49'45,724"S/48°45'01,916"W; 17°47'54,496"S/48°45'01,916"W; 17°47'54,496"S/48°45'23,244"W; 17°46'41,749"S/48°45'23,244"W; 17°46'41,749"S/48°45'10,425"W; 17°46'22,235"S/48°45'10,425"W; 17°46'22,235"S/48°45'58,013"W; 17°46'09,207"S/48°45'58,013"W; 17°46'09,207"S/48°46'32,104"W; 17°46'00,764"S/48°46'32,104"W; 17°46'00,764"S/48°46'42,613"W; 17°45'41,294"S/48°46'42,613"W; 17°45'41,294"S/48°46'49,493"W; 17°45'34,586"S/48°46'49,493"W; 17°45'34,586"S/48°46'32,675"W; 17°45'24,873"S/48°46'32,675"W; 17°45'24,873"S/48°45'58,682"W; 17°45'18,538"S/48°45'58,682"W; 17°45'18,538"S/48°45'19,029"W; 17°44'40,005"S/48°45'19,029"W; 17°44'40,005"S/48°45'10,969"W; 17°44'07,096"S/48°45'10,969"W; 17°44'07,096"S/48°44'32,709"W; 17°43'56,067"S/48°44'32,709"W; 17°43'56,067"S/48°44'18,017"W; 17°43'47,086"S/48°44'18,017"W; 17°43'47,086"S/48°43'58,251"W; 17°43'39,814"S/48°43'58,251"W; 17°43'39,814"S/48°43'31,539"W; 17°43'39,814"S/48°43'08,898"W; 17°43'13,453"S/48°43'08,898"W; 17°42'53,705"S/48°43'08,898"W; 17°42'53,705"S/48°42'12,346"W; 17°42'13,703"S/48°42'12,346"W; 17°42'13,703"S/48°42'40,022"W; 17°41'37,363"S/48°42'40,022"W; 17°41'37,363"S/48°43'27,637"W; 17°41'15,631"S/48°43'27,637"W; 17°41'15,631"S/48°43'13,824"W; 17°39'42,077"S/48°43'13,824"W; 17°39'42,077"S/48°43'23,332"W; 17°39'01,536"S/48°43'23,332"W; 17°39'01,536"S/48°43'46,022"W; 17°38'28,888"S/48°43'46,022"W; 17°38'28,888"S/48°42'58,607"W; 17°38'33,162"S/48°42'58,607"W; 17°38'33,162"S/48°42'14,322"W; 17°38'18,577"S/48°42'14,322"W; 17°38'18,577"S/48°41'56,227"W; 17°38'00,449"S/48°41'56,227"W; 17°38'00,449"S/48°41'21,264"W; 17°38'44,947"S/48°41'21,264"W; 17°38'44,947"S/48°40'48,986"W; 17°39'20,284"S/48°40'48,986"W; 17°39'20,284"S/48°39'31,037"W; 17°40'06,729"S/48°39'31,037"W; 17°40'06,729"S/48°41'24,021"W; 17°40'29,429"S/48°41'24,021"W; 17°40'29,429"S/48°41'53,125"W; 17°40'46,068"S/48°41'53,125"W; 17°40'46,068"S/48°42'34,349"W; 17°41'06,576"S/48°42'34,349"W; 17°41'06,576"S/48°42'08,042"W; 17°41'17,912"S/48°42'08,042"W; 17°41'17,912"S/48°41'26,282"W; 17°42'18,087"S/48°41'26,282"W; 17°42'18,087"S/48°40'29,283"W; 17°42'55,081"S/48°40'29,283"W; 17°42'55,081"S/48°39'47,837"W; 17°42'57,683"S/48°39'47,837"W; 17°42'57,683"S/48°39'45,138"W; 17°42'37,014"S/48°39'45,138"W; 17°42'37,014"S/48°39'19,526"W; 17°42'14,853"S/48°39'19,526"W; 17°42'14,853"S/48°38'57,763"W; 17°42'40,722"S/48°38'57,763"W; 17°42'40,722"S/48°38'52,114"W; 17°42'50,162"S/48°38'52,114"W; 17°42'50,162"S/48°36'48,871"W; 17°41'30,795"S/48°36'48,871"W; 17°41'30,795"S/48°36'14,888"W; 17°41'35,673"S/48°36'14,888"W; 17°41'35,673"S/48°35'57,899"W; 17°41'40,561"S/48°35'57,899"W; 17°41'40,561"S/48°35'54,496"W; 17°41'42,177"S/48°35'54,496"W; 17°41'42,177"S/48°35'47,791"W; 17°41'40,525"S/48°35'47,791"W; 17°41'40,525"S/48°35'29,143"W; 17°41'24,314"S/48°35'29,143"W; 17°41'24,314"S/48°35'22,324"W; 17°41'17,078"S/48°35'22,324"W; 17°41'17,078"S/48°35'05,528"W; 17°41'10,973"S/48°35'05,528"W; 17°41'10,973"S/48°34'57,126"W; 17°41'07,246"S/48°34'57,126"W; 17°41'07,246"S/48°34'59,461"W; 17°40'53,123"S/48°34'59,461"W; 17°40'53,123"S/48°34'59,112"W; 17°40'46,443"S/48°34'59,112"W; 17°40'46,443"S/48°35'03,453"W; 17°40'36,922"S/48°35'03,453"W; 17°40'36,922"S/48°34'48,263"W; 17°41'29,025"S/48°34'48,263"W; 17°41'29,025"S/48°34'50,716"W; 17°41'31,848"S/48°34'50,716"W; 17°41'31,848"S/48°34'57,735"W; 17°41'45,121"S/48°34'57,735"W; 17°41'45,121"S/48°34'45,052"W; 17°41'34,111"S/48°34'45,052"W; 17°41'34,111"S/48°34'27,500"W; 17°42'13,823"S/48°34'27,500"W; 17°42'13,823"S/48°34'42,073"W; 17°42'07,543"S/48°34'42,073"W; 17°42'07,543"S/48°34'57,345"W; 17°42'43,617"S/48°34'57,345"W; 17°42'43,617"S/48°35'27,962"W; 17°43'20,394"S/48°35'27,962"W; 17°43'20,394"S/48°36'26,078"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 17°43'20,394"S e Long. 48°36'26,078"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 4010,9m-S; 784,2m-W; 1025,6m-S; 457,9m-W; 988,1m-N; 952,8m-W; 90,9m-S; 116,8m-W; 203,0m-S; 283,3m-W; 274,9m-N; 2327,2m-W; 1361,4m-S; 574,5m-E; 4679,8m-S; 984,8m-E; 2097,2m-S; 1341,9m-E; 2080,0m-S; 2846,8m-W; 1079,8m-N; 489,8m-W; 818,0m-N; 1028,1m-W; 951,0m-S; 508,0m-W; 1012,9m-S; 510,6m-W; 794,6m-S; 1242,4m-W; 346,0m-N; 2902,0m-W; 777,4m-N; 2307,4m-W; 2176,5m-N; 1337,5m-W; 3419,6m-N; 628,3m-W; 2236,5m-N; 377,5m-E; 599,9m-N; 1402,0m-W; 400,5m-N; 1004,4m-W; 259,6m-N; 309,6m-W; 598,6m-N; 202,7m-W; 206,2m-N; 495,3m-E; 298,6m-N; 1001,2m-E; 194,8m-N; 1167,9m-E; 1184,7m-N; 237,4m-E; 1011,8m-N; 1127,0m-E; 339,1m-N; 432,8m-E; 276,1m-N; 582,3m-E; 223,6m-N; 786,9m-E; 667,0m-E; 810,4m-N; 607,1m-N; 1666,0m-E; 1229,8m-N; 815,7m-W; 1117,2m-N; 1403,4m-W; 668,1m-N; 407,0m-E; 2876,2m-N; 280,3m-W; 1246,4m-N; 668,9m-W; 1003,7m-N; 1397,4m-E; 131,4m-S; 1305,2m-E; 448,4m-N; 533,3m-E; 557,3m-N; 1030,5m-E; 1368,0m-S; 951,3m-E; 1086,4m-S; 2297,1m-E; 1427,9m-S; 3330,5m-W; 697,9m-S; 857,9m-W; 511,5m-S; 1215,1m-W; 630,5m-S; 775,1m-E; 348,5m-S; 1230,4m-E; 1850,0m-S; 1679,3m-E; 1137,3m-S; 1221,0m-E; 80,0m-S; 79,5m-E; 635,5m-N; 754,6m-E; 681,3m-N; 641,2m-E; 795,3m-S; 166,4m-E; 290,2m-S; 3630,8m-E; 2440,0m-N; 1001,3m-E; 150,0m-S; 500,6m-E; 150,3m-S; 100,3m-E; 49,7m-S; 197,6m-E; 50,8m-N; 549,4m-E; 498,4m-N; 200,9m-E; 222,5m-N; 494,9m-E; 187,7m-N; 247,6m-E; 114,6m-N; 68,8m-W; 434,2m-N; 10,3m-E; 205,4m-N; 128,0m-W; 292,7m-N; 447,6m-E; 1601,8m-S; 72,3m-W; 86,8m-S; 206,9m-W; 408,1m-S; 373,7m-E; 338,5m-N; 517,2m-E; 1220,9m-S; 429,5m-W; 193,1m-N; 450,1m-W; 1109,1m-S; 902,3m-W; 1130,7m-S; 1712,6m-W

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 257, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 860.323/2007, resolve:

Art. 1° Outorgar à FORNECEDORA SILVÂNIA DE AREIA LTDA ME, concessão para lavrar AREIA, no Município de SILVÂNIA/GO, numa área de 45,00ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 16°31'49,382"S/48°26'35,190"W; 16°32'18,629"S/48°26'35,190"W; 16°32'18,629"S/48°26'37,000"W; 16°32'22,700"S/48°26'37,000"W; 16°32'22,700"S/48°26'30,300"W; 16°32'39,773"S/48°26'30,300"W; 16°32'39,773"S/48°26'33,000"W; 16°32'51,810"S/48°26'33,000"W; 16°32'51,810"S/48°26'40,412"W; 16°32'33,927"S/48°26'40,411"W; 16°32'33,927"S/48°26'38,724"W; 16°32'29,063"S/48°26'38,724"W; 16°32'29,063"S/48°26'38,731"W; 16°32'29,038"S/48°26'38,731"W; 16°32'29,038"S/48°26'42,097"W; 16°32'25,810"S/48°26'42,097"W; 16°32'25,810"S/48°26'42,104"W; 16°32'25,785"S/48°26'42,104"W; 16°32'25,785"S/48°26'43,108"W; 16°32'17,007"S/48°26'43,108"W; 16°32'17,007"S/48°26'41,422"W; 16°31'59,141"S/48°26'41,421"W; 16°31'59,141"S/48°26'41,429"W; 16°31'59,110"S/48°26'41,429"W; 16°31'59,110"S/48°26'43,686"W; 16°31'59,082"S/48°26'43,685"W; 16°31'59,082"S/48°26'43,107"W; 16°31'49,382"S/48°26'43,106"W; 16°31'49,382"S/48°26'35,190"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 16°31'49,382"S e Long. 48°26'35,190"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 899,1m-SW 00°00'00"000; 53,7m-SW 90°00'00"000; 125,2m-SW 00°00'00"000; 198,7m-NE 90°00'00"000; 524,8m-SW 00°00'00"000; 80,1m-SW 90°00'00"000; 370,0m-SW 00°00'00"000; 219,8m-SW 90°00'00"000; 549,7m-NE 00°00'11"256; 50,0m-NE 90°00'00"000; 149,5m-NE 00°00'00"000; 0,2m-SW 90°00'00"000; 0,8m-NE 00°00'00"000; 99,8m-SW 90°00'00"000; 99,2m-NE 00°00'00"000; 0,2m-SW 90°00'00"000; 0,8m-NE 00°00'00"000; 29,8m-SW 90°00'00"000; 269,8m-NW 00°00'07"644; 50,0m-NE 89°59'18"739; 549,2m-NE 00°00'11"267; 0,2m-SW 90°00'00"000; 1,0m-NE 00°00'00"000; 66,9m-SW 90°00'00"000; 0,9m-NE 02°39'46"803; 17,1m-NE 90°00'00"000; 298,2m-NE 00°00'13"835; 234,7m-NE 90°00'00"000.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 258, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 896.092/1999, resolve:

Art. 1° Outorgar à FORNO GRANDE PEDRAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA EPP, concessão para lavrar GRANITO, no Município de CASTELO/ES, numa área de 559,74ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 20°33'29,796"S/41°11'49,572"W; 20°33'44,555"S/41°11'49,569"W; 20°33'44,555"S/41°11'49,556"W; 20°33'44,573"S/41°11'49,556"W; 20°33'44,573"S/41°12'07,017"W; 20°33'44,593"S/41°12'07,017"W; 20°33'44,593"S/41°12'07,026"W; 20°34'41,309"S/41°12'07,020"W; 20°35'37,394"S/41°12'07,023"W; 20°35'37,395"S/41°12'18,134"W; 20°35'30,892"S/41°12'18,134"W; 20°35'30,893"S/41°12'35,400"W; 20°35'17,886"S/41°12'35,401"W; 20°35'17,886"S/41°12'50,077"W; 20°34'37,240"S/41°12'50,078"W; 20°34'37,241"S/41°13'03,889"W; 20°33'29,801"S/41°13'03,889"W; 20°33'29,796"S/41°11'49,572"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 20°33'29,796"S e Long. 41°11'49,572"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 453,9m-S; 0,4m-E; 0,6m-S; 505,8m-W; 0,6m-S; 0,3m-W; 1744,2m-S; 1724,8m-S; 321,8m-W; 200,0m-N; 500,0m-W; 400,0m-N; 425,0m-W; 1250,0m-N; 400,0m-W; 2074,0m-N; 2152,5m-E.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 259, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 867.257/2005, resolve:

Art. 1° Outorgar à CALCÁRIO MATO GROSSO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, concessão para lavrar CALCÁRIO, no Município de NOBRES/MT, numa área de 48,92ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 14°40'54,099"S / 56°19'18,785"W; 14°40'13,950"S / 56°19'18,785"W; 14°40'13,950"S / 56°19'16,779"W; 14°40'10,696"S / 56°19'16,779"W; 14°40'10,696"S / 56°19'11,766"W; 14°40'07,442"S / 56°19'11,766"W; 14°40'07,442"S / 56°19'06,753"W; 14°40'54,099"S / 56°19'06,752"W; 14°40'54,099"S / 56°19'18,785"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 907,0m, no rumo verdadeiro de 89°59'59"983 SE, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 14°40'54,100"S e Long. 56°19'49,100"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 1234,0m-N; 60,0m-E; 100,0m-N; 150,0m-E; 100,0m-N; 150,0m-E; 1434,0m-S; 360,0m-W.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 260, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 880.173/2006, resolve:

Art. 1° Outorgar à BMAM COMÉRCIO DE ÁGUAS LTDA, concessão para lavrar ÁGUA MINERAL, no Município de PRESIDENTE FIGUEIREDO/AM, numa área de 48,57ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 01°57'34,260"S / 60°02'11,000"W; 01°57'56,990"S / 60°02'11,000"W; 01°57'56,990"S / 60°02'33,513"W; 01°57'34,262"S / 60°02'33,514"W; 01°57'34,260"S / 60°02'11,000"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 01°57'34,260"S e Long. 60°02'11,000"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 698,1m-S; 695,8m-W; 698,1m-N; 695,8m-E.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 2º Fica estabelecida a área de proteção desta Fonte, com extensão de 100,17 ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 01°57'29,600"S / 60°02'12,200"W; 01°57'43,000"S / 60°02'41,700"W; 01°58'12,300"S / 60°02'27,500"W; 01°57'58,700"S / 60°01'57,900"W; 01°57'29,600"S / 60°02'12,200"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 01°57'29,600"S e Long. 60°02'12,200"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 1000,3m-SW 65°42'08"418; 1001,3m-SE 25°59'41"518; 1005,6m-NE 65°27'21"381; 997,1m-NW 26°18'32"758.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 261, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 815.457/2007, resolve:

Art. 1° Outorgar à MINERADORA PORTO IGUAÇU LTDA, concessão para lavrar AREIA e ARGILA, no Município de PORTO UNIÃO/SC, numa área de 50,00ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 26°15'01,792"S/51°02'20,662"W; 26°15'01,792"S/51°02'02,645"W; 26°14'53,670"S/51°02'02,645"W; 26°14'53,670"S/51°02'31,080"W; 26°15'03,092"S/51°02'31,080"W; 26°15'03,092"S/51°02'30,035"W; 26°15'08,618"S/51°02'30,035"W; 26°15'08,618"S/51°02'36,524"W; 26°15'10,894"S/51°02'36,524"W; 26°15'10,894"S/51°02'39,408"W; 26°15'12,519"S/51°02'39,408"W; 26°15'12,519"S/51°02'41,210"W; 26°15'14,794"S/51°02'41,210"W; 26°15'14,794"S/51°02'43,013"W; 26°15'16,744"S/51°02'43,013"W; 26°15'16,744"S/51°02'46,618"W; 26°15'19,020"S/51°02'46,618"W; 26°15'19,020"S/51°02'49,502"W; 26°15'23,408"S/51°02'49,502"W; 26°15'23,408"S/51°02'33,640"W; 26°15'21,458"S/51°02'33,640"W; 26°15'21,458"S/51°02'31,838"W; 26°15'20,483"S/51°02'31,838"W; 26°15'20,483"S/51°02'26,791"W; 26°15'19,183"S/51°02'26,791"W; 26°15'19,183"S/51°02'25,359"W; 26°15'17,232"S/51°02'25,359"W; 26°15'17,232"S/51°02'20,662"W; 26°15'01,792"S/51°02'20,662"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 26°15'01,792"S e Long. 51°02'20,662"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 500,0m-E; 250,0m-N; 789,1m-W; 290,0m-S; 29,0m-E; 170,1m-S; 180,1m-W; 70,1m-S; 80,0m-W; 50,0m-S; 50,0m-W; 70,0m-S; 50,0m-W; 60,0m-S; 100,0m-W; 70,0m-S; 80,0m-W; 135,0m-S; 440,2m-E; 60,0m-N; 50,0m-E; 30,0m-N; 140,1m-E; 40,0m-N; 39,7m-E; 60,1m-N; 130,3m-E; 475,2m-N.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 262, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 872.483/2007, resolve:

Art. 1° Outorgar à SÃO FRANCISCO MINERAÇÃO LTDA, concessão para lavrar GRANULITO, no Município de FEIRA DE SANTANA/BA, numa área de 50,00ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 12°10'04,600"S / 38°58'15,000"W; 12°10'04,600"S / 38°58'41,462"W; 12°09'44,260"S / 38°58'41,461"W; 12°09'44,261"S / 38°58'15,000"W; 12°10'04,600"S / 38°58'15,000"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 12°10'04,600"S e Long. 38°58'15,000"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 800,0m-W; 625,0m-N; 800,0m-E; 625,0m-S.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 263, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 861.610/2008, resolve:

Art. 1° Outorgar à MINERAX MINERAÇÕES S. A., concessão para lavrar CALCÁRIO, no Município de PADRE BERNARDO/GO, numa área de 491,19ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 15°30'08,929"S/48°21'20,251"W; 15°31'40,023"S/48°21'20,251"W; 15°31'40,023"S/48°21'05,151"W; 15°32'09,304"S/48°21'05,151"W; 15°32'09,304"S/48°21'11,192"W; 15°32'23,944"S/48°21'11,192"W; 15°32'23,944"S/48°20'47,701"W; 15°31'43,275"S/48°20'47,701"W; 15°31'43,275"S/48°20'05,755"W; 15°32'06,211"S/48°20'05,755"W; 15°32'06,211"S/48°20'14,145"W; 15°32'30,612"S/48°20'14,145"W; 15°32'30,612"S/48°19'54,010"W; 15°32'19,225"S/48°19'54,010"W; 15°32'19,225"S/48°19'39,915"W; 15°31'56,125"S/48°19'39,915"W; 15°31'56,125"S/48°19'33,204"W; 15°31'41,160"S/48°19'33,204"W; 15°31'41,160"S/48°20'47,363"W; 15°30'08,929"S/48°20'47,363"W; 15°30'08,929"S/48°21'20,251"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 15°30'08,929"S e Long. 48°21'20,251"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 2800,0m-S; 450,0m-E; 900,0m-S; 180,0m-W; 450,0m-S; 700,0m-E; 1250,1m-N; 1250,1m-E; 705,0m-S; 250,0m-W; 750,0m-S; 600,0m-E; 350,0m-N; 420,0m-E; 710,0m-N; 200,0m-E; 460,0m-N; 2209,9m-W; 2834,9m-N; 980,2m-W.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 100, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º da Portaria MME nº 440, de 20 de julho de 2012, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento da Central Geradora Eólica denominada EOL Baixa do Feijão II, de titularidade da empresa Central Eólica Baixa do Feijão II S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.496.545/0001-45, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, conforme descrito no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTINO VENTURA FILHO

ANEXO

Nome	EOL Baixa do Feijão II.
Tipo	Central Geradora Eólica.
Ato Autorizativo	Portaria MME nº 472, de 10 de agosto de 2012.
Pessoa Jurídica Titular	Central Eólica Baixa do Feijão II S.A.
CNPJ	14.496.545/0001-45.
Localização	Município de Jandaíra, Estado do Rio Grande do Norte.
Potência Instalada	30.000 kW.
Enquadramento	Art. 3º, inciso II, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008.
Identificação do Processo	ANEEL nºs 48500.006736/2011-48, 48500.004169/2012-76 e MME nº 00000.000893/2012-00.

PORTARIA Nº 101, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º da Portaria MME nº 440, de 20 de julho de 2012, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento da Central Geradora Eólica denominada EOL São Cristovão, de titularidade da empresa Central Eólica São Cristóvão S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.272.500/0001-36, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, conforme descrito no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTINO VENTURA FILHO

ANEXO

Nome	EOL São Cristovão.
Tipo	Central Geradora Eólica.
Ato Autorizativo	Portaria MME nº 411, de 10 de julho de 2012.
Pessoa Jurídica Titular	Central Eólica São Cristóvão S.A.
CNPJ	10.272.500/0001-36.
Localização	Município de Trairi, Estado do Ceará.
Potência Instalada	29.900 kW.
Enquadramento	Art. 3º, inciso II, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008.
Identificação do Processo	ANEEL nºs 48500.004386/2011-85, 48500.004492/2012-40 e MME nº 00000.000917/2012-00.

PORTARIA Nº 102, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º da Portaria MME nº 440, de 20 de julho de 2012, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento da Central Geradora Eólica denominada EOL Baixa do Feijão IV, de titularidade da empresa Central Eólica Baixa do Feijão IV S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.496.317/0001-75, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, conforme descrito no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTINO VENTURA FILHO

ANEXO

Nome	EOL Baixa do Feijão IV.
Tipo	Central Geradora Eólica.
Ato Autorizativo	Portaria MME nº 470, de 10 de agosto de 2012.
Pessoa Jurídica Titular	Central Eólica Baixa do Feijão IV S.A.
CNPJ	14.496.317/0001-75.
Localização	Município de Jandaíra, Estado do Rio Grande do Norte.
Potência Instalada	30.000 kW.
Enquadramento	Art. 3º, inciso II, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008.
Identificação do Processo	ANEEL nºs 48500.006735/2011-01, 48500.004167/2012-87 e MME nº 00000.000902/2012-00.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 27, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Dispõe sobre o processo de eleição da representação da sociedade civil no CNAS - Gestão 2012/2014, para uma vaga como representante do segmento das entidades e organizações de assistência social, na condição de terceiro suplente.

O CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS, em reunião ordinária realizada em 11 a 13 de setembro de 2012, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 5º do Decreto nº 5.003, de 4 de março de 2004, publicado no Diário Oficial da União no dia 5 de março de 2004 e,

Considerando o disposto no inciso II do § 1º do art. 17 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS;

Considerando a determinação proferida no subitem 9.6 do Acórdão do TCU nº 2.809/2009-TCU;

Considerando que no processo eleitoral da representação da sociedade civil no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, Gestão 2012/2014, e

Considerando a vacância da terceira suplência da representação da sociedade civil, notadamente em relação às entidades e organizações de assistência social resolve:

Art. 1º O processo de eleição da representação da sociedade civil no CNAS - Gestão 2012/2014, para uma vaga como representante do segmento das entidades e organizações de assistência social, na condição de terceiro suplente, dar-se-á conforme preveem os artigos 3º e 4º do Decreto nº 5.003/04, em Assembleia especialmente convocada para este fim, sob a fiscalização do Ministério Público Federal.

§1º A Assembleia de que trata o caput realizar-se-á em Brasília, no dia 24 de outubro de 2012, em conformidade com art.6º do Decreto nº 5.003/04, convocada por meio de Edital.

§2º O Ato de Homologação da relação dos representantes das entidades e organizações de assistência social habilitados a designarem candidato (a), juntamente com a respectiva pessoa física a ser eleita, bem como as habilitadas como eleitora, será publicado no Diário Oficial da União no dia 19 de outubro de 2012.

Art. 2º Será instituída pelo CNAS uma Comissão Eleitoral, integrada por seis conselheiros, dividida em Subcomissão de Habilitação e Subcomissão de Recursos para coordenar o processo de habilitação dos representantes das entidades e organizações de assistência social, habilitadas a designarem candidato (a), juntamente com a respectiva pessoa física designada, bem como as postulantes a eleitoras.

§1º Caberá ao CNAS eleger, em reunião plenária, a Comissão Eleitoral.

§2º A Comissão Eleitoral será composta exclusivamente por conselheiros nacionais, representantes e organizações de usuários, entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS.

§3º A Comissão Eleitoral coordenará o processo eleitoral até a instalação da Assembleia de Eleição.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§4º A Comissão Eleitoral elegerá, entre seus pares, um presidente e um vice-presidente, de segmentos diferentes, e um coordenador para cada Subcomissão, sendo elas a de Habilitação e de Recursos.

Art. 3º As regras e critérios definidos na Resolução CNAS nº 4, de 14 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 14 de março de 2012, serão mantidas para o processo de eleição da representação da sociedade civil no CNAS - Gestão 2012/2014, para uma vaga como representante do segmento das entidades e organizações de assistência social, na condição de terceiro suplente, observado o calendário para a realização do processo, a ser fixado em edital.

Art. 4º A documentação necessária para a habilitação, deverá ser enviada, via postagem registrada, ao Protocolo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, conforme edital, no período de 14/09 a 24/09/2012, no horário de 8h30 às 18h, em dias úteis, no endereço abaixo:

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS

A/C Secretaria Executiva do CNAS

Esplanada dos Ministérios - Bloco A, Sala T-40

CEP 70054-906, Brasília - DF

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

LUZIELE MARIA DE SOUZA TAPAJÓS
Presidenta do Conselho

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA Nº 911, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 266/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71010.001973/2009-31, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social do Instituto de Estudos Socioeconômicos, CNPJ: 00.580.159/0001-22, com sede em Brasília/DF, pelo período de 24/10/2009 a 23/10/2012, nos termos do art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 2.536, de 7 de abril de 1998.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 912, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 560/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/ MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.065400/2009-55, resolve:

Art. 1º Indeferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela Associação Itapirense de Preparo do Adolescente, CNPJ 57.486.235/0001-52, com sede em Itapira/SP, por não se enquadrar no art. 2º da Lei nº 8.742/93, no art. 2º do Decreto nº 2.536/98 e na Política Nacional de Assistência Social - Resolução CNAS nº 145/2004 e por infringir o art. 3º, inciso VI, do Decreto nº 2.536/98.

Art. 2º Abrir prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta publicação, para que a entidade apresente recurso contra a decisão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 913, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 579/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71010.002068/2009-07, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social do Asilo São Vicente de Paulo, CNPJ: 19.055.193/0001-06, com sede em Guaranésia/MG, pelo período de 18/09/2009 a 17/09/2012, nos termos do art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 2.536, de 7 de abril de 1998.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 914, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 586/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.065390/2009-58, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social do Círculo Operário Leopoldense, CNPJ: 96.740.238/0001-22, com sede em São Leopoldo/RS, pelo período de 30/04/2010 a 29/04/2013, nos termos do art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 2.536, de 7 de abril de 1998.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 915, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 597/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.051795/2009-17, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social da Sociedade Benfeitora Jaguaré, CNPJ: 62.852.892/0001-06, com sede em São Paulo/SP, pelo período de 05/05/2009 a 04/05/2012, nos termos do art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 2.536, de 7 de abril de 1998.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 916, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 605/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.066337/2009-74, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social do Centro de Assistência Social de Capão Bonito, CNPJ: 45.928.603/0001-96, com sede em Capão Bonito/SP, com validade de 03 (três) anos, a contar da data desta publicação, nos termos do parágrafo 2º, art. 3º do Decreto nº 2.536, de 07 de abril de 1998, em virtude da intempestividade do pedido.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 917, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 611/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/ MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.075268/2009-90, resolve:

Art. 1º Indeferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Borrazópolis, CNPJ 80.894.660/0001-00, com sede em Borrazópolis/PR, por não cumprir os requisitos estabelecidos no art. 3º, inciso VI, e art. 4º, parágrafo único, do Decreto nº 2.536 de 1998.

Art. 2º Abrir prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta publicação, para que a entidade apresente recurso contra a decisão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 918, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 619/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.066268/2009-07, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social do Lar dos Idosos São Jerônimo da Sociedade de São Vicente de Paulo, CNPJ: 18.327.585/0001-14, com sede em Jaboticatubas/MG, pelo período de 27/10/2009 a 26/10/2012, nos termos do art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 2.536, de 7 de abril de 1998.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 919, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 633/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.104322/2009-11, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social da Creche Nosso Lar, CNPJ: 25.456.757/0001-15, com sede em Belo Horizonte/MG, pelo período de 12/09/2009 a 11/09/2012, nos termos do art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 2.536, de 7 de abril de 1998.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 920, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 634/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.075724/2009-00, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social da Associação Beneficente Infantil de Paracuru, CNPJ: 23.530.736/0001-77, com sede em Paracuru/CE, pelo período de 07/10/2009 a 06/10/2012, nos termos do art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 2.536, de 7 de abril de 1998.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 921, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 635/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.034141/2009-11, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social do Instituto Acaiá, CNPJ: 04.449.826/0001-93, com sede em São Paulo/SP, pelo período de 13/04/2009 a 12/04/2012, nos termos do art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 2.536, de 7 de abril de 1998.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 922, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 641/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.075691/2009-90, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social da Associação Monsenhor Severino, CNPJ: 28.970.416/0001-51, com sede em Campos dos Goytacazes/RJ, pelo período de 01/01/2010 a 31/12/2012, nos termos do art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 2.536, de 7 de abril de 1998.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 923, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 644/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.075933/2009-45, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Paraíso do Norte, CNPJ: 80.899.248/0001-75, com sede em Paraíso do Norte/PR, pelo período de 18/09/2009 a 17/09/2012, nos termos do art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 2.536, de 7 de abril de 1998.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 924, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 647/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.075722/2009-11, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social da Mitra Diocesana de Petrópolis, CNPJ: 28.805.190/0001-33, com sede em Petrópolis/RJ, pelo período de 01/09/2009 a 31/08/2012, nos termos do art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 2.536, de 7 de abril de 1998.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 925, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 652/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.066354/2009-10, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, CNPJ: 80.627.300/0001-34, com sede em Seara/SC, pelo período de 07/10/2009 a 06/10/2012, nos termos do art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 2.536, de 7 de abril de 1998.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 926, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 662/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/ MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.075734/2009-37, resolve:

Art. 1º Indeferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela Associação Nossa Senhora do Cenáculo, CNPJ 33.000.209/0001-04, com sede no Rio de Janeiro/RJ, por descumprir o disposto no inciso VI, art. 3º, do Decreto nº 2.536/1998.

Art. 2º Abrir prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta publicação, para que a entidade apresente recurso contra a decisão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 927, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 668/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.077243/2009-21, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social da Associação de Reabilitação Infantil Limeirense, CNPJ: 51.472.447/0001-02, com sede em Limeira/SP, pelo período de 01/01/2010 a 31/12/2012, nos termos do art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 2.536, de 7 de abril de 1998.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 928, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 670/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.076233/2009-78, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social da Comunidade Rural Casa do Caminho, CNPJ: 28.459.667/0001-76, com sede em Duque de Caxias/RJ, com validade de 03 (três) anos, a contar da data desta publicação, nos termos do parágrafo 2º, art. 3º do Decreto nº 2.536, de 07 de abril de 1998, em virtude da intempestividade do pedido.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 929, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 673/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/ MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.013611/2009-11, resolve:

Art. 1º Indeferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela Obra Kolping do Brasil, CNPJ 44.041.218/0001-60, com sede em São Paulo/SP, por descumprimento ao disposto na NBC T 10.19, aprovada pela Resolução CFC 877/2000, e no art. 3º, inciso VI, Decreto nº 2.536/98.

Art. 2º Abrir prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta publicação, para que a entidade apresente recurso contra a decisão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 930, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 687/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/ MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.076436/2009-64, resolve:

Art. 1º Indeferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela Obras Sociais São Pedro Apóstolo, CNPJ 43.322.189/0001-41, com sede em São Bernardo do Campo/SP, por não atender o inciso VI do art. 3º do Decreto nº 2.536/1998.

Art. 2º Abrir prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta publicação, para que a entidade apresente recurso contra a decisão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 931, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 690/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.037537/2009-10, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social do COESO - Centro de Orientação e Educação Social, CNPJ: 03.887.856/0001-19 com sede em Sorocaba/SP, com validade de 03 (três) anos, a contar da data desta publicação, nos termos do parágrafo 2º, art. 3º do Decreto nº 2.536, de 07 de abril de 1998, em virtude da intempestividade do pedido.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 932, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 696/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.076439/2009-06, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social da Associação Curumins, CNPJ: 01.305.132/0001-94, com sede em Fortaleza/CE, pelo período de 18/09/2009 a 17/09/2012, nos termos do art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 2.536, de 7 de abril de 1998.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 933, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 706/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71010.004129/2009-62, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, CNPJ: 88.881.198/0001-00, com sede em Osório/RS, pelo período de 05/10/2009 a 04/10/2012, nos termos do art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 2.536, de 7 de abril de 1998.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 934, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 723/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.037326/2009-87, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social da Associação Bento-Gonçalvense de Convivência e Apoio à Infância e Juventude - Abraçai, CNPJ: 88.669.957/0001-76, com sede em Bento Gonçalves/RS, com validade de 03 (três) anos, a contar da data desta publicação, nos termos do parágrafo 2º, art. 3º do Decreto nº 2.536, de 07 de abril de 1998, em virtude da intempestividade do pedido.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 935, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 724/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71010.001897/2009-64, resolve:

Art. 1º Indeferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pelo SODIPROM, CNPJ 59.168.955/0001-03, com sede em Diadema/SP, por não atender o disposto no inciso VI do artigo 3º do Decreto 2.536/1998.

Art. 2º Abrir prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta publicação, para que a entidade apresente recurso contra a decisão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 936, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 728/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/ MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.060194/2009-97, resolve:

Art. 1º Indeferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela Obras Sociais do Centro Espírita Irmão Áureo, CNPJ 25.006.149/0001-09, com sede em Goiânia/GO, por não cumprir o disposto no inciso VI do art. 3º do Decreto nº 2.536/1998.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 2º Abrir prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta publicação, para que a entidade apresente recurso contra a decisão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 937, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 729/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.017952/2009-57, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social da Federação das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais do Estado do Ceará, CNPJ: 00.675.817/0001-60 com sede em Fortaleza/CE, com validade de 03 (três) anos, a contar da data desta publicação, nos termos do parágrafo 2º, art. 3º do Decreto nº 2.536, de 07 de abril de 1998, em virtude da intempestividade do pedido.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 938, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 735/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/ MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.058736/2009-61, resolve:

Art. 1º Indeferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pelo Centro de Integração Empresa Escola do Estado do Rio de Janeiro, CNPJ 33.661.745/0001-50, com sede no Rio de Janeiro/RJ, por não se enquadrar no art. 2º da Lei nº 8.742/93, no art. 2º do Decreto nº 2.536/98 e na Política Nacional de Assistência Social (Resolução CNAS nº 145/2004), bem como por infringir o disposto no parágrafo único do art. 4º do Decreto n.º 2.536/1998.

Art. 2º Abrir prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta publicação, para que a entidade apresente recurso contra a decisão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 939, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 747/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/ MDS, exarado nos autos do Processo nº 71010.001138/2009-00, resolve:

Art. 1º Renovar a certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela Associação Canoense de Deficientes Físicos, CNPJ 87.671.384/0001-52, com sede em Canoas/RS, com validade assegurada de 14/10/2008 a 13/10/2011, nos termos do art. 37, caput, da Medida Provisória nº 446, de 07 de novembro de 2008.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 940, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 749/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.042222/2009-94, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social da Compassion do Brasil, CNPJ: 57.492.050/0001-50, com sede em Campinas/SP, pelo período de 20/07/2009 a 19/07/2012, nos termos do art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 2.536, de 7 de abril de 1998.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 941, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 761/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/ MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.052073/2009-71, resolve:

Art. 1º Indeferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pelo Centro de Aprendizagem Metódica Profissionalizante - CAMP, CNPJ 46.400.776/0001-08, com sede em Mogi Guaçu/SP, por não desenvolver atividade de Assistência Social, conforme prevê a Lei Orgânica de Assistência Social - Lei nº 8.742/1993 - LOAS e a Política Nacional de Assistência Social - Resolução CNAS nº 145/2004, bem como o art. 2º do Decreto nº 2.536/98, e por descumprir o inciso VI do art. 3º do Decreto 2.536 de 1998.

Art. 2º Abrir prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta publicação, para que a entidade apresente recurso contra a decisão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 942, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 762/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/ MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.042105/2009-21, resolve:

Art. 1º Indeferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pelo Centro Comunitário Irmão André CECOIA, CNPJ 68.009.653/0001-75, com sede em Campinas/SP, por infringir o disposto no inciso VI do artigo 3º do Decreto 2.536/1998.

Art. 2º Abrir prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta publicação, para que a entidade apresente recurso contra a decisão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 943, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 786/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.057923/2009-28, resolve:

Art. 1º Renovar a certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela Associação de Reabilitação e Apoio Bem-Me-Quer, CNPJ 26.147.256/0001-10, com sede em Cataguases/MG, com validade assegurada de 20/10/2008 a 19/10/2011, nos termos do art. 37, caput, da Medida Provisória nº 446, de 07 de novembro de 2008.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 944, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 790/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.043591/2009-02, resolve:

Art. 1º Indeferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela Associação de Educação do Homem de Amanhã, CNPJ: 46.072.666/0001-56, com sede em Campinas/SP, por infringir o disposto no inciso VI do artigo 3º do Decreto 2.536/1998.

Art. 2º Abrir prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta publicação, para que a entidade apresente recurso contra a decisão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 945, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 795/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/ MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.042218/2009-26, resolve:

Art. 1º Indeferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pelo NURAP - Núcleo de Aprendizagem Profissional, CNPJ 57.745.291/0001-64, com sede em São Paulo/SP, por não atender ao disposto no art. 3º, inciso VI, do Decreto nº 2.536 de 1998.

Art. 2º Abrir prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta publicação, para que a entidade apresente recurso contra a decisão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 946, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 798/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/ MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.064014/2009-46, resolve:

Art. 1º Indeferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pelo Movimento Pró-Criança, CNPJ 02.539.347/0001-32, com sede em Recife/PE, por não atender o disposto no inciso VI do artigo 3º do Decreto nº 2.536/1998.

Art. 2º Abrir prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta publicação, para que a entidade apresente recurso contra a decisão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 947, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 801/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.077960/2009-52, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pelo Centro Social Maria Tilio - Roupeiro de Santa Rita de Cássia, CNPJ 77.280.642/0001-16, com sede em Maringá/PR, pelo período de 28/05/2010 a 27/05/2013, nos termos do art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 2.536, de 7 de abril de 1998.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 948, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 813/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.077417/2009-55, resolve:

Art. 1º Renovar a certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela Associação de Assistência ao Adolescente, CNPJ: 34.050.815/0001-05, com sede no Rio de Janeiro/RJ, pelo período de 10/11/2008 a 09/11/2011, nos termos do art. 37, caput, da Medida Provisória nº 446, de 07 de novembro de 2008, considerando a intempestividade do pedido.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 949, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 816/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/ MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.046377/2009-08, resolve:

Art. 1º Indeferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela Obra Social Nossa Senhora da Glória - Fazenda da Esperança, CNPJ 48.555.775/0001-50, com sede em Guaratinguetá/SP, por não atender o disposto no inciso VI do art. 3º do Decreto 2536/1998.

Art. 2º Abrir prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta publicação, para que a entidade apresente recurso contra a decisão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 950, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 934/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.090366/2009-57, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social do Asylo Espírita João Evangelista, CNPJ: 34.053.876/0001-18, com sede no Rio de Janeiro/RJ, pelo período de 01/01/2010 a 31/12/2012, nos termos do art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 2.536, de 7 de abril de 1998.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 951, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 936/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.089997/2009-23, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social do Instituto Santa Lúcia, CNPJ: 33.694.548/0001-38, com sede no Rio de Janeiro/RJ, pelo período de 14/04/2010 a 13/04/2013, nos termos do art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 2.536, de 7 de abril de 1998.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 952, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 978/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.090999/2009-65, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social da Sociedade Lajeadense de Auxílio aos Necessitados, atualmente denominada Sociedade Lajeadense de Atendimento à Criança e ao Adolescente, CNPJ: 88.070.040/0001-50, com sede em Lajeado/RS, pelo período de 30/12/2009 a 29/12/2012, nos termos do art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 2.536, de 7 de abril de 1998.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 953, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 990/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.091049/2009-58, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social do Asilo São Vicente de Paulo, CNPJ: 02.254.757/0001-37, com sede em Carbonita/MG, pelo período de 26/10/2009 a 25/10/2012, nos termos do art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 2.536, de 7 de abril de 1998.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 954, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 1000/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.101771/2009-16, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social do Lar São Vicente de Paulo de Casa Branca, CNPJ: 47.024.146/0001-30, com sede em Casa Branca/SP, pelo período de 01/01/2010 a 31/12/2012, nos termos do art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 2.536, de 7 de abril de 1998.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 955, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 1163/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.103474/2009-05, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social da Associação A Palavra de Deus, CNPJ: 54.013.487/0001-76, com sede em Limeira/SP, pelo período de 20/11/2009 a 19/11/2012, nos termos do art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 2.536, de 7 de abril de 1998.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 956, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 1171/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71010.008237/2008-23, resolve:

Art. 1º Deferir a concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela Associação Arraial dos Amigos, CNPJ 03.886.286/0001-42, com sede em Caçu/GO, com validade de 03 (três) anos, a contar da data desta publicação no Diário Oficial da União, nos termos do parágrafo 2º, art. 3º do Decreto nº 2.536, de 07 de abril de 1998.

Art. 2º Pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 957, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 1184/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71010.000951/2005-21, resolve:

Art. 1º Indeferir a concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela Associação Comunidade Luz da Vida, CNPJ 02.812.043/0001-05, com sede em Goiânia/GO, por contrariar o inciso VI do art. 3º do Decreto nº 2.536/1998.

Art. 2º Abrir prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta publicação, para que a entidade apresente recurso contra a decisão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 958, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 1186/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71010.008334/2008-16, resolve:

Art. 1º Indeferir a concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pelo Centro Educacional Anne Sullivan, CNPJ: 31.443.997/0001-88, com sede no Rio de Janeiro/RJ, por não cumprir o disposto no inciso VI do art. 3º e inciso III do art. 4º do Decreto 2.536 de 1998.

Art. 2º Abrir prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta publicação, para que a entidade apresente recurso contra a decisão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 959, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 1187/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 44006.000002/2003-75, resolve:

Art. 1º Indeferir a concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela Associação de Recuperação pela Educação, Saúde e Trabalho, CNPJ 19.015.619/0001-06, com sede em Lavras/MG, por contrariar o disposto no inciso VI, do art. 3º e incisos III e IV, do art. 4º do Decreto nº 2536/1998.

Art. 2º Abrir prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta publicação, para que a entidade apresente recurso contra a decisão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 960, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 1189/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.077450/2009-85, resolve:

Art. 1º Deferir a concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela Sociedade Espírita Francisco de Assis, CNPJ 94.076.973/0001-58, com sede em Cachoeirinha/RS, com validade de 03 (três) anos, a contar da data desta publicação no Diário Oficial da União, nos termos do parágrafo 2º, art. 3º do Decreto nº 2.536, de 07 de abril de 1998.

Art. 2º Pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 961, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 1193/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.108010/2009-87, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social do Centro Social Escadinha do Céu, CNPJ: 47.765.003/0001-80, com sede em Guararapes/SP, pelo período de 05/02/2010 a 04/02/2013, nos termos do art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 2.536, de 7 de abril de 1998.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 962, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 1194/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/ MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.102732/2009-28, resolve:

Art. 1º Indeferir a concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela Associação de Pais e Amigos de Pessoas Especiais - APAPE, CNPJ: 07.306.154/0001-55, com sede em Belo Horizonte/MG, por não cumprir o disposto no inciso VI do art. 3º do Decreto nº 2.536/1998.

Art. 2º Abrir prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta publicação, para que a entidade apresente recurso contra a decisão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 963, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 1197/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.041261/2009-74, resolve:

Art. 1º Deferir a concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pelo Lar dos Idosos Caibrar Schutel, CNPJ 81.757.353/0001-32, com sede em Rolandia/PR, com validade de 03 (três) anos, a contar da data desta publicação no Diário Oficial da União, nos termos do parágrafo 2º, art. 3º do Decreto nº 2.536, de 07 de abril de 1998.

Art. 2º Pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 964, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 1201/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.066260/2009-32, resolve:

Art. 1º Deferir a concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pelo IPIS - Instituto de Promoção e Inclusão Social, CNPJ 04.442.931/0001-09, com sede em Birigui/SP, com validade de 03 (três) anos, a contar da data desta publicação no Diário Oficial da União, nos termos do parágrafo 2º, art. 3º do Decreto nº 2.536, de 07 de abril de 1998.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 2º Pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 965, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 1204/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71010.002172/2007-21, resolve:

Art. 1º Deferir a concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela Associação Solidários Amigos de Betânia, CNPJ 03.653.432/0001-90, com sede no Rio de Janeiro/RJ, com validade de 03 (três) anos, a contar da data desta publicação no Diário Oficial da União, nos termos do parágrafo 2º, art. 3º do Decreto nº 2.536, de 07 de abril de 1998.

Art. 2º Pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 966, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 1208/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71010.001963/2007-34, resolve:

Art. 1º Deferir a concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela Associação Cristã de Moços de Brasília, CNPJ 00.640.466/0001-51, com sede em Brasília/DF, com validade de 03 (três) anos, a contar da data desta publicação no Diário Oficial da União, nos termos do parágrafo 2º, art. 3º do Decreto nº 2.536, de 07 de abril de 1998.

Art. 2º Pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 967, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 746/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/ MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.065028/2009-87, resolve:

Art. 1º Indeferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela Associação de Educação do Homem de Amanhã de Pedreira, CNPJ 50.066.885/0001-08, com sede em Pedreira/SP, por não se enquadrar no art. 2º da Lei nº 8.742/93, no art. 2º do Decreto nº 2.536/98 e na Política Nacional de Assistência Social - Resolução CNAS nº 145/2004.

Art. 2º Abrir prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta publicação, para que a entidade apresente recurso contra a decisão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 968, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 829/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.077242/2009-86, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social da Associação a Proteção à Maternidade, à Infância e Família, CNPJ: 77.557.395/0001-52 com sede em Ibiporã/PR, com validade de 03 (três) anos, a contar da data desta publicação, nos termos do parágrafo 2º, art. 3º do Decreto nº 2.536, de 07 de abril de 1998, em virtude da intempestividade do pedido.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 969, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 989/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.059994/2009-65, resolve:

Art. 1º Indeferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social da Associação Patobranquense de Idosos, CNPJ: 80.871.353/0001-04, com sede em Pato Branco/PR, por não cumprir o disposto no inciso V e parágrafo único do art. 4º do Decreto nº 2.536/1998 e art. 4º, parágrafo único, do Decreto nº 2.536/1998, que inviabiliza a verificação da parte final do requisito estabelecido no inciso VI do art. 3º do referido Decreto.

Art. 2º Abrir prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta publicação, para que a entidade apresente recurso contra a decisão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 970, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 1164/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.104319/2009-06, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social da CAMINHAR - Associação das Famílias, Pessoas e Portadores de Paralisia Cerebral de Franca, CNPJ: 02.050.429/0001-19, com sede em Franca/SP, pelo período de 19/12/2009 a 18/12/2012, nos termos do art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 2.536, de 7 de abril de 1998.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 971, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 1166/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.075944/2009-25, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social do Lar da Redenção, CNPJ 50.993.880/0001-12, com sede em São Paulo/SP, pelo período de 26/10/2009 a 25/10/2012, nos termos do art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 2.536, de 7 de abril de 1998.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 972, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 748/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.053035/2009-36, resolve:

Art. 1º Renovar a certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pelo Centro de Promoção Humana de Santa Fé CPHSF, CNPJ: 80.911.035/0001-11, com sede em Santa Fé/PR, pelo período de 10/11/2008 a 09/11/2011, nos termos do art. 37, caput, da Medida Provisória nº 446, de 07 de novembro de 2008, considerando a intempestividade do pedido.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 973, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 1140/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71010.003354/2009-81, resolve:

Art. 1º Deferir a concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Arvorezinha, CNPJ 03.523.000/0001-64, com sede em Arvorezinha/RS, com validade de 03 (três) anos, a contar da data desta publicação no Diário Oficial da União, nos termos do parágrafo 2º, art. 3º do Decreto nº 2.536, de 07 de abril de 1998.

Art. 2º Pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 974, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 1146/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.076638/2009-14, resolve:

Art. 1º Deferir a concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela Fundação Nair Vilella Rabello, CNPJ 04.479.644/0001-65, com sede em Belo Horizonte/MG, com validade de 03 (três) anos, a contar da data desta publicação no Diário Oficial da União, nos termos do parágrafo 2º, art. 3º do Decreto nº 2.536, de 07 de abril de 1998.

Art. 2º Pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 975, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 1151/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.108012/2009-76, resolve:

Art. 1º Deferir a concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela Associação Paulista de Terapia Familiar, CNPJ 71.725.949/0001-05, com sede em São Paulo/SP, com validade de 03 (três) anos, a contar da data desta publicação no Diário Oficial da União, nos termos do parágrafo 2º, art. 3º do Decreto nº 2.536, de 07 de abril de 1998.

Art. 2º Pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 976, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 1153/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71010.007881/2008-84, resolve:

Art. 1º Indeferir a concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela Guarda Mirim Boinas Verde Escola de Aprendiz de Coronel Fabriciano GM/BVEACEL, CNPJ 03.594.945/0001-77, com sede em Coronel Fabriciano/MG, por não atender o inciso VI do art. 3º do Decreto nº 2.536/1998.

Art. 2º Abrir prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta publicação, para que a entidade apresente recurso contra a decisão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 977, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 1155/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.090307/2009-89, resolve:

Art. 1º Deferir a concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pelo Lar São Vicente de Paulo de Delfinópolis, CNPJ 20.901.740/0001-06, com sede em Delfinópolis/MG, com validade de 03 (três) anos, a contar da data desta publicação no Diário Oficial da União, nos termos do parágrafo 2º, art. 3º do Decreto nº 2.536, de 07 de abril de 1998.

Art. 2º Pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 978, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 1159/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71010.001681/2007-37, resolve:

Art. 1º Deferir a concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela Associação Casa da Família, CNPJ 08.608.749/0001-28, com sede em São Paulo/SP, com validade de 03 (três) anos, a contar da data desta publicação no Diário Oficial da União, nos termos do parágrafo 2º, art. 3º do Decreto nº 2.536, de 07 de abril de 1998.

Art. 2º Pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de seis meses do termo final de validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN L

PORTARIA Nº 979, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições, com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, e considerando a Ação Ordinária n.º 5000050-41.2010.404.7016, o Parecer n.º 0243/2011/CONJUR/MDS e os fundamentos constantes no Despacho nº 1705/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, resolve:

Art. 1º Anular o item 28 da Resolução CNAS nº 15, de 10 de fevereiro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 11/02/2009, referente à emissão de segunda via do certificado RCEAS 10892007.

Art. 2º Retomar os efeitos da Resolução CNAS nº 140, de 16 de agosto de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30/8/2007, que deferiu o processo de renovação n.º 71010.000072/2004-18 da entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jesuítas, CNPJ n.º 78.669.769/0001-94, com sede em Jesuítas/PR, com validade assegurada de 1/4/2004 a 31/3/2007.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 980, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições, com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, e considerando o Parecer n.º 0243/2011/CONJUR/MDS e os fundamentos constantes no Despacho nº 421/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, resolve:

Art. 1º Manter os efeitos da Resolução CNAS n.º 53, de 28 de março de 2000, publicada no Diário Oficial da União de 4/4/2000, que deferiu o processo de renovação n.º 44006.002803/1999-09, da entidade Lar Bezerra de Menezes, CNPJ n.º 28.919.348/0001-04, com validade assegurada de 01/01/1998 a 31/12/2000.

Art. 2º Manter os efeitos da Resolução CNAS n.º 107 de 17 de julho de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 19/7/2001, que deferiu o processo de renovação n.º 44006.001690/2000-86, com validade assegurada de 01/01/2001 a 31/12/2003.

Art. 3º Manter a retificação do erro material constante do processo de Renovação nº 44006.001558/2003-89, que ajustou o prazo de validade do certificado anterior, alterando-o de 01/01/2004 a 31/12/2006 para 24/12/2005 a 23/12/2008.

Art. 4º Manter o enquadramento do Processo de Renovação nº 71000.003877/2006-85 no artigo 37 da Medida Provisória nº 446/2008, conforme item 234 da Resolução CNAS nº 07, de 03 de fevereiro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 04/02/2009, que deferiu a renovação pelo período de 24/12/2008 a 23/12/2011.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 466, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Consulta Pública

Regulamento Técnico da Qualidade para Máquinas de Lavar Roupas.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do artigo 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do artigo 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n° 6.275, de 28 de novembro de 2007, resolve:

Art. 1º Disponibilizar, no sitio www.inmetro.gov.br, a proposta de texto da Portaria Definitiva e a do Regulamento Técnico da Qualidade para Máquinas de Lavar Roupas.

Art. 2º Declarar aberto, a partir da data da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas sugestões e críticas relativas aos textos propostos.

Art. 3º Informar que as críticas e sugestões deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

Diretoria da Qualidade - Dqual

Divisão de Programas de Avaliação da Conformidade - Dipac

Rua da Estrela n.º 67 - 2º andar - Rio Comprido

CEP 20.251-900 - Rio de Janeiro - RJ, ou

- E-mail: dipac.consultapublica@inmetro.gov.br

Art. 4º Estabelecer que, findo o prazo fixado no artigo 2º desta Portaria, o Inmetro se articulará com as entidades que tenham manifestado interesse na matéria, para que indiquem representantes nas discussões posteriores, visando à consolidação do texto final.

Art. 5º Publicar esta Portaria de Consulta Pública no Diário Oficial da União, quando iniciará a sua vigência.

JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA

PORTARIA Nº 467, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Consulta Pública

Regulamento Técnico da Qualidade para Eixo Veicular Auxiliar

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do artigo 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do artigo 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n° 6.275, de 28 de novembro de 2007, resolve:

Art. 1º Disponibilizar, no sitio www.inmetro.gov.br, a proposta de texto da Portaria Definitiva e a do Regulamento Técnico da Qualidade para Eixo Veicular Auxiliar.

Art. 2º Declarar aberto, a partir da data da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas sugestões e críticas relativas aos textos propostos.

Art. 3º Informar que as críticas e sugestões a respeito dos textos supramencionados deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro.

Diretoria da Qualidade - Dqual

Divisão de Programas de Avaliação da Conformidade - Dipac

Rua da Estrela n.º 67 - 2º andar - Rio Comprido

CEP 20.251-900 - Rio de Janeiro - RJ, ou

E-mail: dipac.consultapublica@inmetro.gov.br

Art. 4º Estabelecer que, findo o prazo estipulado no artigo 2º desta Portaria, o Inmetro se articulará com as entidades que tenham manifestado interesse na matéria, para que indiquem representantes nas discussões posteriores, visando à consolidação do texto final.

Art. 5º Publicar esta Portaria de Consulta Pública no Diário Oficial da União, quando iniciará a sua vigência.

JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

DESPACHOS

Com fundamento nos termos do art. 25 da Lei n.º 8.666/93 e considerando o contido na Proposição n.º 53, de 30/08/2012, Resolução do CAS n.º 161, de 30/08/2012, Parecer Técnico n.º 124/2012 -SPR/CGPRI/COPEA e Parecer n.º 530/2012 - RAT/MCM/PF/SUFRAMA, além do cumprimento da Decisão n.º 153/2001 - TCU Plenário, prolatada nos autos do Processo n.º TC 927.102/1998-6, reconheço a inexigibilidade de licitação para alienação do lote n° 10-A-1/A, com área total de 5.000,00 m², localizado na Avenida dos Oitis, s/n, Expansão do Distrito Industrial Marechal Castello Branco, à empresa AMAZON PLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA., por inviabilidade de competição em situação excepcional, motivada na aplicação do art. 29 e Parágrafo Único do Decreto-lei n.º 288/67, referente à implantação do projeto aprovado pela SUFRAMA, tudo de acordo com o processo n.º 52710.005215/2007-99.

Manaus - AM, 13 de setembro de 2012.
JOSÉ LOPO DE FIGUEIREDO FILHO
Superintendente Adjunto de Projetos
em exercício

Ratifico a inexigibilidade de licitação, em cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei n.º 8.666/93, por atender aos requisitos legais pertinentes, e determino a publicação dos atos no Diário Oficial da União, como condição de eficácia legal.

Manaus - AM, 13 de setembro de 2012.
THOMAZ AFONSO QUEIROZ NOGUEIRA
Superintendente

Com fundamento nos termos do art. 25 da Lei n.º 8.666/93 e considerando o contido na Proposição n.º 059, de 16/08/2012, Resolução do CAS n.º 166, de 30/08/2012, Parecer n.º 162/2012 - SPR/CGPRI/COPEA e PARECER N° 599/2012 - RAT/MCM/PF/SUFRAMA, além do cumprimento da Decisão n.º 153/2001 - TCU Plenário, prolatada nos autos do Processo n.º TC 927.102/1998-6, reconheço a inexigibilidade de licitação para alienação do lote n° 3-3B, com 3.093,609 m², situado na Gleba D2, localizado na Av. dos Oitis, s/n. - Expansão do Distrito Industrial, ao Governo do Estado do Amazonas, por inviabilidade de competição em situação excepcional, motivada na aplicação do art. 29 e Parágrafo Único do Decreto-lei n.º 288/67, referente a implantação da via de acesso secundária à Estação de Tratamento de Água - ETA, do Programa de Águas de Manaus - PROAMA, tudo de acordo com o processo n.º 52710.000606/2009-89.

Manaus - AM, 13 de setembro de 2012.
JOSÉ LOPO DE FIGUEIREDO FILHO
Superintendente Adjunto de Projetos
em exercício

Ratifico a inexigibilidade de licitação, em cumprimento ao disposto no art. 26 da Lei n.º 8.666/93, por atender aos requisitos legais pertinentes, e determino a publicação dos atos no Diário Oficial da União, como condição de eficácia legal.

Manaus - AM, 13 de setembro de 2012.
THOMAZ AFONSO QUEIROZ NOGUEIRA
Superintendente

Com fundamento nos termos do art. 25 da Lei n.º 8.666/93 e considerando o contido na Proposição n.º 55, de 30/08/2012, Resolução do CAS n.º 162, de 30/08/2012, Parecer Técnico n.º 137/2012 -SPR/CGPRI/COPEA e Parecer n.º 576/2012 - RAT/MCM/PF/SUFRAMA, além do cumprimento da Decisão n.º 153/2001 - TCU Plenário, prolatada nos autos do Processo n.º TC 927.102/1998-6, reconheço a inexigibilidade de licitação para alienação do lote n° 7-B-11, com área total de 2.000,00 m², localizado na Avenida dos Oitis, s/n, Expansão do Distrito Industrial Marechal Castello Branco, à empresa LC MANUTENÇÃO E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA., por inviabilidade de competição em situação excepcional, motivada na aplicação do art. 29 e Parágrafo Único do Decreto-lei n.º 288/67, referente à implantação do projeto aprovado pela SUFRAMA, tudo de acordo com o processo n.º 52710.001293/2010-10.

Manaus - AM, 13 de setembro de 2012.
JOSÉ LOPO DE FIGUEIREDO FILHO
Superintendente Adjunto de Projetos
em exercício

Ratifico a inexigibilidade de licitação, em cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei n.º 8.666/93, por atender aos requisitos legais pertinentes, e determino a publicação dos atos no Diário Oficial da União, como condição de eficácia legal.

Manaus - AM, 13 de setembro de 2012.
THOMAZ AFONSO QUEIROZ NOGUEIRA
Superintendente

Com fundamento nos termos do art. 25 da Lei n.º 8.666/93 e considerando o contido na Proposição n.º 061, de 21/08/2012, Resolução do CAS n.º 168, de 30/08/2012, Parecer n.º 164/2012-SPR/CGPRI/COPEA e Parecer N. 612/2012 - RAT/MCM/PF/SUFRAMA, além do cumprimento da Decisão n.º 153/2001 - TCU Plenário, prolatada nos autos do Processo n.º TC 927.102/1998-6, reconheço a inexigibilidade de licitação para alienação do lote nº 1.74/1, com área total de 2.743,366 m², localizado na Av. Buriti, s/nº - Distrito Industrial Marechal Castello Branco, à empresa LMG CAVALCANTE & CIA LTDA., por inviabilidade de competição em situação excepcional, motivada na aplicação do art. 29 e Parágrafo Único do Decreto-lei n.º 288/67, referente à implantação do projeto aprovado pela SUFRAMA, tudo de acordo com o processo n.º 52710.001782/1986-00.

Manaus - AM, 13 de setembro de 2012.
JOSÉ LOPO DE FIGUEIREDO FILHO
Superintendente Adjunto de Projetos
em exercício

Ratifico a inexigibilidade de licitação, em cumprimento ao disposto no art. 26 da Lei n.º 8.666/93, por atender aos requisitos legais pertinentes, e determino a publicação dos atos no Diário Oficial da União, como condição de eficácia legal.

Manaus - AM, 13 de setembro de 2012.
THOMAZ AFONSO QUEIROZ NOGUEIRA
Superintendente

RETIFICAÇÃO

Retificação da PORTARIA Nº 375 de 30 de AGOSTO DE 2012, publicada no Diário Oficial Nº 171, de 03/09/2012, Seção 01, pág. 148 e ainda no Boletim de Serviço da SUFRAMA nº 58/2012. Onde se lê "para o segmento de indústrias produtoras de motocicletas, motonetas, ciclomotores, triciclos, quadriciclos e componentes destinados a fabricação destes produtos instalados no Pólo Industrial de Manaus", leia-se "para o segmento de indústrias produtoras e de componentes de motocicletas, motonetas, ciclomotores, triciclos, quadriciclos destinados a fabricação destes produtos instalados no Pólo Industrial de Manaus".

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 156, DE 30 DE AGOSTO DE 2012

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SUFRAMA, na sua 258ª Reunião Ordinária, realizada em 30 de agosto de 2012, em Manaus/AM, aprovou a seguinte Resolução: Nº 156/12 O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SUFRAMA, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO os termos da Proposição no 071/2012 da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, submetida a este Colegiado em sua 258a Reunião Ordinária, realizada em 30 de agosto de 2012, na qual foi HOMOLOGADA a PROPOSIÇÃO Nº. 071, de 30 de agosto de 2012, a qual trata sobre a redução de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da Taxa de Serviços Administrativos - TSA, pelos serviços prestados pela SUFRAMA, para o segmento de indústrias produtoras e de componentes motocicletas, motonetas, ciclomotores, triciclos e quadriciclos, destinados à fabricação destes produtos instalados no Polo Industrial de Manaus; CONSIDERANDO a política de governo estruturada em desoneração tributária, determinada dentre outros: a um, por meio do Decreto nº 7.725, de 21.05.2012, no qual dispõe sobre alterações nas Notas Complementares NC (87-2), NC (87-4), NC (87-5) e NC (87-7) da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, e dispõe sobre a devolução ficta dos produtos nelas referidos; a dois, por meio do Decreto nº. 7.726, de 21.05.2012, no qual diminui o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) em financiamentos para aquisição de automóveis. Os decretos publicados, ora em vigência, fazem parte de um conjunto de medidas de estímulo à economia brasileira, voltadas ao setor automotivo e à indústria de bens de capital, tendo como ponto fulcral a incidência sobre os produtos que menciona, para minimizar os efeitos da crise econômica e financeira, para alavancar a economia brasileira, mantendo os empregos e a distribuição de geração de rendas; CONSIDERANDO a competência delega ao titular desta Superintendência, com fulcro no Art. 7º da Lei nº. 9.960, de 28 de janeiro de 2000, em regulamentar sobre prazos e condições de recolhimento da TSA, inclusive sobre a redução de níveis de cobrança diferenciados para segmentos considerados de interesse para o desenvolvimento da região, sujeita essa redução à homologação pelo CAS; CONSIDERANDO as manifestações técnicas exaradas por meio da Nota Técnica nº. 63/2012 - COGEC/SUFRAMA, da Nota Informativa nº. 01/2012 CEORC/CGORF e do PARECER nº. 630/2012 - FNF/PF/SUFRAMA, todos de forma favoráveis; CONSIDERANDO o disposto nos artigos 8o e 20o do Regimento Interno do CAS, RESOLVE: Art. 1o HOMOLOGAR a Proposição nº. 71 de 30 de agosto de 2012, na qual dispõe sobre a redução de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da Taxa de Serviços Administrativos - TSA pelos serviços prestados pela SUFRAMA, segmento de indústrias produtoras e de componentes de motocicletas, motonetas, ciclomotores, triciclos, quadriciclos, destinados a fabricação destes produtos instalados no Polo Industrial de Manaus - PIM. Art. 2o Esta Resolução entrará em vigor a partir de 03 de setembro de 2012, com validade até 31 de dezembro de 2012, revogada as disposições em contrário. Art. 3º Publique-se no Diário Oficial da União - DOU para publicidade, eficiência e eficácia do Ato.

THOMAZ AFONSO QUEIROZ NOGUEIRA
Presidente do Conselho

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 390, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados na reunião ordinária realizada em 07/08/2012 e na reunião extraordinária realizada em 24/07/2012.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 172 de 28 de setembro de 2009 e pela Portaria nº 130 de 05 de julho de 2010, considerando:

a) aprovação dos projetos desportivos aprovados na reunião ordinária realizada em 07/08/2012 e na reunião extraordinária realizada em 24/07/2012.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 3 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação dos projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para os projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO CAPPELLI
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58701.002696/2011-52
Proponente: Prefeitura Municipal de Bofete
Título: Bofete Kids Esporte
Registro: 01SP084352011
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 46.634.143/0001-56
Cidade: Bofete - UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 28.802,75
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0079 DV: 5 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 49058-X
Período de Captação: da data de publicação até 06/07/2013.

ANEXO II

1 - Processo: 58701.001751/2009-72
Proponente: APARU - \Associação dos Paraplégicos de Uberlândia
Título: Construção do Complexo Esportivo da APARU de Uberlândia
Valor aprovado para captação: R$ 2.716.165,11
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2591 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 43301-2
Período de Captação: da data de publicação até 20/09/2013.
2 - Processo: 58701.000655/2010-41
Proponente: APARU - \Associação dos Paraplégicos de Uberlândia
Título: APARU - Montagem de um Espaço Fitness e de Musculação para Atividades Físicas Adaptadas
Valor aprovado para captação: R$ 257.294,96
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2591 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 42762-4
Período de Captação: da data de publicação até 20/09/2013.
3 - Processo: 58701.004577/2010-53
Proponente: Associação Desportiva Comercial Monte Horébe
Título: Talentos da Bola
Valor aprovado para captação: R$ 3.183.747,39
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3927 DV: 6 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 25223-9
Período de Captação: da data de publicação até 31/12/2012.
4 - Processo: 58701.001355/2011-60
Proponente: Liga Desportiva de Ponta Grossa
Título: Novo Basquete Ponta Grossa
Valor aprovado para captação: R$ 1.798.463,25
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0030 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 64534-6
Período de Captação: da data de publicação até 29/06/2013.

DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA

PORTARIA Nº 163, DE 30 DE AGOSTO DE 2012

Dispõe sobre a descentralização externa de crédito orçamentário e repasse financeiro a UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, e dá outras providências.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a delegação de competência contida na Portaria ME nº 175, de 24 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Autorizar a descentralização externa de créditos e o repasse de recursos financeiros a UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS visando complementar parcela de destaque não executada no exercício de 2011 e suplementar recursos no âmbito do Termo de Cooperação n° 166/2011, conforme segue:

Órgão Cedente: Ministério do Esporte
Unidade Gestora: 180002 - Gestão: 00001 - Departamento de Gestão Interna
Órgão Executor: UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
Unidade Gestora: 153052 Gestão: 26235-UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS-UFG
Funcional Programática: 27.812.2035.20JP.0001
Natureza da despesa:
33.90.20 - R$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais)
33.90.30- R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
Fonte: 100
Valor: R$ 50.400,00 (cinquenta mil e quatrocentos reais)

Art. 2º Caberá à Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social-SNELIS exercer o acompanhamento das ações previstas para execução do objeto dessa descentralização, de modo a evidenciar a boa e regular aplicação dos recursos transferidos.

Art. 3º A UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, deverá restituir ao Ministério do Esporte os créditos transferidos e não empenhados até o final do exercício de 2012.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO SIMÃO

PORTARIA Nº 169, DE 30 DE AGOSTO DE 2012

Dispõe sobre a descentralização externa de crédito orçamentário e repasse financeiro a UNIVERSIDADE DE BRASILIA, e dá outras providências.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a delegação de competência contida na Portaria ME nº 175, de 24 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Autorizar a descentralização externa de créditos e o repasse de recursos financeiros a UNIVERSIDADE DE BRASILIA visando suplementar recursos já descentralizados no âmbito do Termo de Cooperação n° 171/2011, conforme segue:

Órgão Cedente: Ministério do Esporte
Unidade Gestora: 180002 - Gestão: 00001 - Departamento de Gestão Interna
Órgão Executor: UNIVERSIDADE DE BRASILIA
Unidade Gestora: 154040 Gestão: 26271-UNIVERSIDADE DE BRASILIA
Funcional Programática: 27.812.2035.20JP.0001
Natureza da despesa:
33.90.18 - R$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais)
Fonte: 100
Valor: R$ R$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais)

Art. 2º Caberá à Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social- SNELIS exercer o acompanhamento das ações previstas para execução do objeto dessa descentralização, de modo a evidenciar a boa e regular aplicação dos recursos transferidos.

Art. 3º A UNIVERSIDADE DE BRASILIA, deverá restituir ao Ministério do Esporte os créditos transferidos e não empenhados até o final do exercício de 2012.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO SIMÃO

PORTARIA Nº 170, DE 30 DE AGOSTO DE 2012

Dispõe sobre a descentralização externa de crédito orçamentário e repasse financeiro a UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA/RS, e dá outras providências.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a delegação de competência contida na Portaria ME nº 175, de 24 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Autorizar a descentralização externa de créditos e o repasse de recursos financeiros a UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA/RS visando suplementar recursos já descentralizados no âmbito do Termo de Cooperação n° 151/2011, conforme segue:

Órgão Cedente: Ministério do Esporte
Unidade Gestora: 180002 - Gestão: 00001 - Departamento de Gestão Interna
Órgão Executor: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA/RS
Unidade Gestora: 153164 Gestão: 26247
Funcional Programática: 27.812.2035.20JP.0001
Natureza da despesa:
33.90.36 - R$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais)
Fonte: 100
Valor: R$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais)

Art. 2º Caberá à Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social- SNELIS exercer o acompanhamento das ações previstas para execução do objeto dessa descentralização, de modo a evidenciar a boa e regular aplicação dos recursos transferidos.

Art. 3º A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA/RS, deverá restituir ao Ministério do Esporte os créditos transferidos e não empenhados até o final do exercício de 2012.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO SIMÃO

PORTARIA Nº 172, DE 30 DE AGOSTO DE 2012

Dispõe sobre a descentralização externa de crédito orçamentário e repasse financeiro a UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, e dá outras providências.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência contida na Portaria ME nº 175, de 24 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Autorizar a descentralização externa de créditos e o repasse de recursos financeiros para a UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, visando complementar parcela de destaque não efetivado no exercício de 2011 e suplementar recursos no âmbito do Termo de Cooperação nº 159/2011, conforme segue:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Órgão Cedente: Ministério do Esporte
Unidade Gestora: 180002 - Gestão: 0001 - Departamento de Gestão Interna.
Órgão Executor: UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
Unidade Gestora: 154051 ..Gestão: 15268 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
Programa: 27.812.2035.20JP.0001
Natureza da despesa:
33.90.30 - R$ 331,96 (trezentos e trinta e um reais e noventa e seis centavos)
33.90.36 - R$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais)
Fonte: 100
Valor Projeto: R$ 26.731,96 (vinte e seis mil, setecentos e trinta e um reais e noventa e seis centavos)
Art. 2º Caberá à Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - SNELIS exercer o acompanhamento das ações previstas para execução do objeto dessa descentralização, de modo a evidenciar a boa e regular aplicação dos recursos transferidos.
Art. 3º A UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, deverá restituir ao Ministério do Esporte os créditos transferidos e não empenhados até o final do exercício de 2012.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO SIMÃO

PORTARIA Nº 174, DE 30 DE AGOSTO DE 2012

Dispõe sobre a descentralização externa de crédito orçamentário e repasse financeiro a UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ-PR, e dá outras providências.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência contida na Portaria ME nº 175, de 24 de setembro de 2008, resolve:
Art. 1º Autorizar a descentralização externa de créditos e o repasse de recursos financeiros para a UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ-PR, visando suplementar recursos já descentralizados em 2011, no âmbito do Termo de Cooperação nº 174/2011, de acordo com Despacho nº 092/CGPAG/DPGE/SE/ME, á fl. 59 dos autos, conforme segue:
Órgão Cedente: Ministério do Esporte
Unidade Gestora: 180002 - Gestão: 0001 - Departamento de Gestão Interna.
Órgão Executor UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ-PR
Unidade Gestora: 153079 Gestão: 26241 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ-PR
Programa: 27.512.2035.20JP.0001
Natureza da despesa:
33.90.39 - R$ 26.400,000 (vinte e seis mil e quatrocentos reais)
Fonte: 100
Valor Projeto R$ 26.400,000 (vinte e seis mil e quatrocentos reais)
Art. 2º Caberá à Secretaria Nacional de Esporte Educação, Lazer e Inclusão Social- SNELIS, exercer o acompanhamento das ações previstas para execução do objeto dessa descentralização, de modo a evidenciar a boa e regular aplicação dos recursos transferidos.
Art. 3º A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ-PR deverá restituir ao Ministério do Esporte os créditos transferidos e não empenhados até o final do exercício de 2012.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO SIMÃO

PORTARIA Nº 175, DE 30 DE AGOSTO DE 2012

Dispõe sobre a descentralização externa de crédito orçamentário e repasse financeiro a UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, e dá outras providências.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência contida na Portaria ME nº 175, de 24 de setembro de 2008, resolve:
Art. 1º Autorizar a descentralização externa de créditos e o repasse de recursos financeiros para a UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, visando suplementar recursos já descentralizados em 2011, no âmbito do Termo de Cooperação nº 147/2011, de acordo com Despacho nº 093/CGPAG/DPGE/SE/ME, á fl. 48 dos autos, conforme segue:
Órgão Cedente: Ministério do Esporte
Unidade Gestora: 180002 - Gestão: 0001 - Departamento de Gestão Interna.
Órgão Executor UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Unidade Gestora: 153278 Gestão: 15229 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Programa: 27.812.2035.20JP.0001
Natureza da despesa:
33.90.20 - R$ 26.400,000 (vinte e seis mil e quatrocentos reais)
Fonte: 100
Valor Projeto R$ 26.400,000 (vinte e seis mil e quatrocentos reais)
Art. 2º Caberá à Secretaria Nacional de Esporte Educação, Lazer e Inclusão Social- SNELIS, exercer o acompanhamento das ações previstas para execução do objeto dessa descentralização, de modo a evidenciar a boa e regular aplicação dos recursos transferidos.
Art. 3º A UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS deverá restituir ao Ministério do Esporte os créditos transferidos e não empenhados até o final do exercício de 2012.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO SIMÃO

PORTARIA Nº 177, DE 31 DE AGOSTO DE 2012

Dispõe sobre a descentralização externa de crédito orçamentário e repasse financeiro a UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS/MG, e dá outras providências.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a delegação de competência contida na Portaria ME nº 175, de 24 de setembro de 2008, resolve:
Art. 1º Autorizar a descentralização externa de créditos e o repasse de recursos financeiros a UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS/MG visando suplementar os recursos já descentralizados no âmbito do termo de Cooperação nº 148/2011, conforme segue:
Órgão Cedente: Ministério do Esporte
Unidade Gestora: 180002 - Gestão: 00001 - Departamento de Gestão Interna
Órgão Executor: UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS/MG
Unidade Gestora: 153028 Gestão: 15248
Funcional Programática: 27.812.2035.20JP.0001
Natureza da despesa:
33.90.36 - R$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais)
Fonte: 100
Valor: R$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais)
Art. 2º Caberá à Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social- SNELIS exercer o acompanhamento das ações previstas para execução do objeto dessa descentralização, de modo a evidenciar a boa e regular aplicação dos recursos transferidos.
Art. 3º A UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS/MG, deverá restituir ao Ministério do Esporte os créditos transferidos e não empenhados até o final do exercício de 2012.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO SIMÃO

PORTARIA Nº 178, DE 31 DE AGOSTO DE 2012

Dispõe sobre a descentralização externa de crédito orçamentário e repasse financeiro a UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ/PR, e dá outras providências.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a delegação de competência contida na Portaria ME nº 175, de 24 de setembro de 2008, resolve:
Art. 1º Autorizar a descentralização externa de créditos e o repasse de recursos financeiros a UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ/PR, para complementar parcela de destaque não executada no exercício de 2011, de R$ 10.280,00 e; suplementar recursos, na ordem de R$ 26.400,00 - no âmbito do Termo de Cooperação nº 161/2011, conforme segue:
Órgão Cedente: Ministério do Esporte
Unidade Gestora: 180002 - Gestão: 00001 - Departamento de Gestão Interna
Órgão Executor: UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ/PR
Unidade Gestora: 153019 Gestão: 15246
Funcional Programática: 27.812.2035.20JP.0001
Natureza da despesa:
33.90.36 - R$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais)
44.90.52 - R$ 10.280,00 (dez mil, duzentos e oitenta reais)
Fonte: 100
Valor: R$ 36.680,00 (trinta e seis mil, seiscentos e oitenta reais)
Art. 2º Caberá à Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social- SNELIS exercer o acompanhamento das ações previstas para execução do objeto dessa descentralização, de modo a evidenciar a boa e regular aplicação dos recursos transferidos.
Art. 3º A UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ/PR, deverá restituir ao Ministério do Esporte os créditos transferidos e não empenhados até o final do exercício de 2012.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO SIMÃO

PORTARIA Nº 184, DE 10 DE SETEMBRO DE 2012

Dispõe sobre a descentralização externa de crédito orçamentário e repasse financeiro a UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, e dá outras providências.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência contida na Portaria ME nº 175, de 24 de setembro de 2008, resolve:
Art. 1º Autorizar a descentralização externa de créditos e o repasse de recursos financeiros para a UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, visando apoio financeiros para a realização de reforma, ampliação e adaptação do espaço físico e instalações da Pista de Atletismo da Escola de Educação Física da UFG, conforme segue:
Órgão Cedente: Ministério do Esporte
Unidade Gestora: 180002 - Gestão: 0001 - Departamento de Gestão Interna.
Órgão Executor: UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
Unidade Gestora: 153052 ..Gestão: 15226 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - UFG
Programa: 27.811.2035.20SL.0001
Natureza da despesa:
44.90.51 - R$ 5.574.994,80 (cinco milhões, quinhentos e setenta e quatro mil novecentos e noventa e quatro reais e oitenta centavos)
Fonte: 100
Valor Projeto: R$ 5.574.994,80 (cinco milhões, quinhentos e setenta e quatro mil novecentos e noventa e quatro reais e oitenta centavos)
Art. 2º Caberá à Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimentos- SNEAR, exercer o acompanhamento das ações previstas para execução do objeto dessa descentralização, de modo a evidenciar a boa e regular aplicação dos recursos transferidos.
Art. 3º A UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS deverá restituir ao Ministério do Esporte os créditos transferidos e não empenhados até o final do exercício de 2012.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO SIMÃO

PORTARIA Nº 185, DE 10 DE SETEMBRO DE 2012

Dispõe sobre a descentralização externa de crédito orçamentário e repasse financeiro a UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS/MG, e dá outras providências.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a delegação de competência contida na Portaria ME nº 175, de 24 de setembro de 2008, resolve:
Art. 1º Autorizar a descentralização externa de créditos e o repasse de recursos financeiros a UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS/MG visando suplementar os recursos já descentralizados no âmbito do termo de Cooperação nº 001/2010, conforme segue:
Órgão Cedente: Ministério do Esporte
Unidade Gestora: 180002 - Gestão: 00001 - Departamento de Gestão Interna
Órgão Executor: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS/MG
Unidade Gestora: 153294 Gestão: 15229
Funcional Programática: 27.812.2035.20JP.0001
Natureza da despesa:
33.90.18 - R$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais)
33.90.33 - R$ 20.354,35 (vinte mil, trezentos e cinqüenta e quatro reais e trinta e cinco centavos)
Fonte: 100
Valor: R$ 30.854,35 (trinta mil, oitocentos e cinqüenta e quatro reais e trinta e cinco centavos)
Art. 2º Caberá à Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social- SNELIS exercer o acompanhamento das ações previstas para execução do objeto dessa descentralização, de modo a evidenciar a boa e regular aplicação dos recursos transferidos.
Art. 3º A UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS/MG, deverá restituir ao Ministério do Esporte os créditos transferidos e não empenhados até o final do exercício de 2012.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO SIMÃO

PORTARIA Nº 186, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012

Dispõe sobre a descentralização externa de crédito orçamentário e repasse financeiro a UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, e dá outras providências.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência contida na Portaria ME nº 175, de 24 de setembro de 2008, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Autorizar a descentralização externa de créditos e o repasse de recursos financeiros para a UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, visando apoio financeiros para à suplementação de recursos para a inclusão de um Coordenador Pedagógico para o desenvolvimento do PST,conforme segue:

Órgão Cedente: Ministério do Esporte

Unidade Gestora: 180002 - Gestão: 0001 - Departamento de Gestão Interna.

Órgão Executor: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Unidade Gestora: 153063 ..Gestão: 15230 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Programa: 27.812.2035.20JP.0001

Natureza da despesa:

33.90.36 - R$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais)

Fonte: 100

Valor Projeto: R$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais)

Art. 2º Caberá à Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - SNELIS exercer o acompanhamento das ações previstas para execução do objeto dessa descentralização, de modo a evidenciar a boa e regular aplicação dos recursos transferidos.

Art. 3º A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, deverá restituir ao Ministério do Esporte os créditos transferidos e não empenhados até o final do exercício de 2012.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO SIMÃO

PORTARIA Nº 188, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012

Dispõe sobre a descentralização externa de crédito orçamentário e repasse financeiro a UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI/MG, e dá outras providências.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência contida na Portaria ME nº 175, de 24 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Autorizar a descentralização externa de créditos e o repasse de recursos financeiros para a UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI/MG, visando suplementar os recursos já descentralizados no âmbito do termo de Cooperação nº 186/2011 para desenvolvimento do PST Universitário, em decorrência da inclusão de um Coordenador Pedagógico, conforme segue:

Órgão Cedente: Ministério do Esporte

Unidade Gestora: 180002 - Gestão: 0001 - Departamento de Gestão Interna.

Órgão Executor: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI/MG

Unidade Gestora: 154069 Gestão: 15276

Programa: 27.812.2035.20JP.0001

Natureza da despesa:

33.90.20 - R$ 26.400,00 (Vinte e seis mil e quatrocentos reais)

Fonte: 100

Valor Projeto: R$ 26.400,00 (Vinte e seis mil e quatrocentos reais)

Art. 2º Caberá à Secretaria Nacional de Esporte Educação, Lazer e Inclusão Social- SNELIS, exercer o acompanhamento das ações previstas para execução do objeto dessa descentralização, de modo a evidenciar a boa e regular aplicação dos recursos transferidos.

Art. 3º A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI/MG deverá restituir ao Ministério do Esporte os créditos transferidos e não empenhados até o final do exercício de 2012.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO SIMÃO

PORTARIA Nº 189, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012

Dispõe sobre a descentralização externa de crédito orçamentário e repasse financeiro a UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO/UFES, e dá outras providências.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a delegação de competência contida na Portaria ME nº 175, de 24 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Autorizar a descentralização externa de créditos e o repasse de recursos financeiros a UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO/UFES visando suplementar os recursos já descentralizados no âmbito do termo de Cooperação nº 183/2011 para desenvolvimento do PST Universitário, em decorrência da inclusão de um Coordenador Pedagógico, conforme segue:

Órgão Cedente: Ministério do Esporte

Unidade Gestora: 180002 - Gestão: 00001 - Departamento de Gestão Interna

Órgão Executor: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO/UFES

Unidade Gestora: 153046 Gestão: 15225

Funcional Programática: 27.812.2035.20JP.0001

Natureza da despesa:

33.90.36 - R$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais)

Fonte: 100

Valor: R$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais)

Art. 2º Caberá à Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social- SNELIS exercer o acompanhamento das ações previstas para execução do objeto dessa descentralização, de modo a evidenciar a boa e regular aplicação dos recursos transferidos.

Art. 3º A UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO/UFES, deverá restituir ao Ministério do Esporte os créditos transferidos e não empenhados até o final do exercício de 2012.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO SIMÃO

Ministério do Meio Ambiente

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 497, DE 10 DE SETEMBRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere à Portaria nº 84, de 12 de dezembro de 2002, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 460ª Reunião Ordinária, realizada em 10 de setembro de 2012, com fundamento no art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e com base nos elementos do Processo nº 02501.001924/2004-40, resolve:

Art. 1º Revogar, a partir de 1º/09/2011, a Resolução nº 081, de 22 de março de 2010, emitida pela Agência Nacional de Águas - ANA, publicada no Diário Oficial da União em 29 de março de 2010, Seção I, pag. 75, a qual outorgou a João Tadeu Jorge, CPF nº 486.991.878-15, o direito de uso de recursos hídricos para captação de água no Reservatório da Usina Hidrelétrica de Volta Grande, situado no rio Grande, com a finalidade de irrigação, em uma área de vinte e nove hectares, na propriedade denominada Fazenda Santa Bárbara, Município de Miguelópolis, Estado de São Paulo, em função do Termo de Indeferimento nº 81370/2011, emitido pela CETESB, referente à intervenção em Área de Preservação Permanente da propriedade em questão.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO LOPES VIANA

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 103, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural ODIR ZANELATTO.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso VII, do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 7.515, de 08 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente e pela Portaria nº 304, de 28 de março de 2012, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, de 28 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 29 de março de 2012;

Considerando o disposto no art. 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza; no Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que o regulamenta; no Decreto nº 5.746, de 05 de abril de 2006, que regulamenta a categoria de unidade de conservação de uso sustentável, Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN; e na Instrução Normativa ICMBio nº 07, de 17 de dezembro de 2009; e,

Considerando as proposições apresentadas no Processo ICMBio/MMA n° 02070.003677/2011-62, RESOLVE:

Art. 1º - Fica criada a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN ODIR ZANELATTO, de interesse público e em caráter de perpetuidade, em parte do imóvel denominado Mata Rio do Couro, situada no município de Itaiópolis, no Estado de Santa Catarina, matriculado no Registro de Imóveis da Comarca de Itaiópolis/SC sob o n.º 17.596, registro número 02, livro de Registro Geral nº 2, fls. 01, de 20 de outubro de 2011.

Art. 2º - A RPPN Odir Zanelatto tem área de 212,07 ha (duzentos e doze hectares e sete ares), dentro do imóvel referido no art. 1º.

Parágrafo único. A área de que trata o caput tem os limites definidos a partir do levantamento topográfico constante no processo citado acima, conforme descrito a seguir: inicia-se a descrição deste perímetro no vértice D35-M-0014, de coordenadas N 7.062.397,75m e E 604.980,31m; deste, segue confrontando com a propriedade de Espólio de Venceslau Bodnar, com azimute 354°42'26" e distância de 200,83m até o vértice D35-M-0015, de coordenadas N 7.062.597,72m e E 604.961,78m; deste, segue pelo limite da faixa de domínio a margem direita da Estrada Secundaria Municipal ITS 282, com os seguintes azimutes e distancia: 5°29'14" e 71,09m até o vértice D35-0-0001, de coordenadas N 7.062.668,48m e E 604.968,58m; 310°32'07" e 46,01m até o vértice D35-0-0002, de coordenadas N 7.062.698,38m e E 604.933,61m; 351°27'55" e 24,06m até o vértice D35-0-0003, de coordenadas N 7.062.722,18m e E 604.930,04m; 32°47'15" e 47,70m até o vértice D35-0-0004, de coordenadas N 7.062.762,27m e E 604.955,87m; 17°33'48" e 51,68m até o vértice D35-0-0005, de coordenadas N 7.062.811,55m e E 604.971,47m; 352°36'12" e 74,22m até o vértice D35-0-0006, de coordenadas N 7.062.885,15m e E 604.961,91m; 22°15'10" e 108,05m até o vértice D35-0-0007, de coordenadas N 7.062.985,15m e E 605.002,83m; 54°33'39" e 28,79m até o vértice D35-0-0008, de coordenadas N 7.063.001,84m e E 605.026,29m; 92°50'47" e 69,52m até o vértice D35-0-0009, de coordenadas N 7.062.998,39m e E 605.095,72m; 85°58'13" e 63,57m até o vértice D35-0-0010, de coordenadas N 7.063.002,86m e E 605.159,13m; 38°10'47" e 22,21m até o vértice D35-0-0011, de coordenadas N 7.063.020,31m e E 605.172,86m; 2°26'02" e 169,69m até o vértice D35-0-0012, de coordenadas N 7.063.189,85m e E 605.180,07m; 9°10'16" e 88,24m até o vértice D35-0-0013, de coordenadas N 7.063.276,96m e E 605.194,13m; 6°54'20" e 173,07m até o vértice D35-0-0014, de coordenadas N 7.063.448,77m e E 605.214,94m; 352°31'29" e 70,77m até o vértice D35-0-0015, de coordenadas N 7.063.518,94m e E 605.205,73m; 18°34'09" e 85,48m até o vértice D35-0-0016, de coordenadas N 7.063.599,97m e E 605.232,95m; 27°50'28" e 110,81m até o vértice D35-0-0017, de coordenadas N 7.063.697,95m e E 605.284,70m; 13°38'30" e 107,02m até o vértice D35-0-0018, de coordenadas N 7.063.801,95m e E 605.309,94m; 30°29'41" e 139,25m até o vértice D35-0-0019, de coordenadas N 7.063.921,94m e E 605.380,61m; 63°16'09" e 126,33m até o vértice D35-0-0020, de coordenadas N 7.063.978,77m e E 605.493,43m; 65°20'33" e 144,18m até o vértice D35-0-0021, de coordenadas N 7.064.038,92m e E 605.624,47m; 53°18'57" e 51,35m até o vértice D35-0-0022, de coordenadas N 7.064.069,59m e E 605.665,65m;71°51'12" e 42,85m até o vértice D35-M-0016, de coordenadas N 7.064.082,94m e E 605.706,36m deste segue confrontando com a propriedade de Acir Veiga, com azimute 106°42'39" e distância de 320,90m até o vértice D35-M-0017, de coordenadas N 7.063.990,67m e E 606.013,71m; deste, segue confrontando com a propriedade das Industrias Madereira Lucena Ltda., com azimute 54°36'39" e distância de 1.215,27m até o vértice V-02, de coordenadas N 7.064.694,46m e E 607.004,44m; deste, segue confrontando com a margem direita do Rio do Couro, com os seguintes azimutes e distâncias: 330°45'32" e 114,09m até o vértice D35-P-0003, de coordenadas N 7.064.594,91m e E 607.060,17m; 222°14'07" e 60,35m até o vértice D35-P-0004, de coordenadas N 7.064.550,22m e E 607.019,61m; 154°27'29" e 159,04m até o vértice D35-P-0005, de coordenadas N 7.064.406,72m e E 607.088,18m; 203°27'47" e 59,89m até o vértice D35-P-0006, de coordenadas N 7.064.351,78m e E 607.064,34m; 166°03'34" e 117,98m até o vértice D35-P-0007, de coordenadas N 7.064.237,27m e E 607.092,76m; 224°28'33" e 89,29m até o vértice D35-P-0008, de coordenadas N 7.064.173,56m e E 607.030,20m; 169°32'50" e 102,83m até o vértice D35-P-0009, de coordenadas N 7.064.072,43m e E 607.048,86m; 158°43'09" e 150,07m até o vértice D35-P-0010, de coordenadas N 7.063.932,60m e E 607.103,32m; 82°49'26" e 62,91m até o vértice D35-P-0011, de coordenadas N 7.063.940,45m e E 607.165,74m;180°15'11" e 65,43m até o vértice D35-P-0012, de coordenadas N 7.063.875,03m e E 607.165,46m deste segue confrontando com a propriedade de Germano Woehl Junior, com azimute 247°26'60" e distância de 2,40m até o vértice D35-M-0010, de coordenadas N 7.063.874,11m e E 607.163,24m; deste, segue confrontando com a propriedade de Elza Nishimura Woehl e Germano Woehl Junior, com azimute 54°07'54" e distância de 2.635,60m até o vértice V-01, de coordenadas N 7.062.329,85m e E 605.027,44m; deste, segue confrontando com a propriedade de Espólio de Alois Bodnar, com azimute 145°14'05" e distância de 82,66m até o vértice D35-M-0014, , ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° WGr., tendo como Sistema Geodésico de Referência o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 3º - A RPPN Odir Zanelatto será administrada pelos representantes do Instituto Rã-Bugio para Conservação da Biodiversidade.

Parágrafo único. Os administradores referidos no caput serão responsáveis pelo cumprimento das exigências contidas na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no Decreto n.º 5.746, de 05 de abril de 2006.

Art. 4º - As condutas e atividades lesivas à área reconhecida como RPPN ODIR ZANELATTO sujeitarão os infratores às sanções cabíveis previstas na Lei n° 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e no Decreto n° 6.514, de 22 de julho de 2008.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 429, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, e considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria e do item 5 do Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço no quadro de pessoal da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB dos empregados constantes do Anexo Único desta Portaria, sob regime celetista (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe à CONAB notificar, no prazo de trinta dias, os empregados para se apresentarem ao serviço, conforme determina o §1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º Os empregados deverão se apresentar à CONAB no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado na CONAB.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO ÚNICO

CPF	Nome	Processo nº
643.323.907-25	ELIANE MARTINS	46040.049610/93-54
412.887.930-49	JAIR TADEU BORGES	04599.509116/2004-10
830.435.607-44	MARCOS ANTONIO TEIXEIRA DOS SANTOS	46040.011826/93-19
696.044.957-04	MARLEIDE VIEIRA DOS SANTOS	46040.018896/93-44

PORTARIA Nº 430, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, e considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria e do item 5 do Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço no quadro de pessoal da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU, do empregado constante do Anexo Único desta Portaria, sob regime celetista (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe à CBTU notificar, no prazo de trinta dias, o empregado para se apresentar ao serviço, conforme determina o §1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º O empregado deverá se apresentar à CBTU no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado na CBTU.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO ÚNICO

CPF	Nome	Processo nº
520.338.487-87	NELCI COSTA	04500.011988/2009-07

PORTARIA Nº 431, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012.

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria, e o disposto no Parecer CGU/AGU Nº 01/2007 - RVJ, aprovado pelo Presidente da República, no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 2007, Seção 1, Página 4, em especial nos seus parágrafos 273, 274, 284 e 301, e no art. 4º -A, inciso IV, do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004 bem como o item 5 do Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço dos empregados constantes do Anexo Único desta Portaria, oriundos da extinta Empresa de Portos do Brasil S/A - PORTOBRAS, para compor quadro especial em extinção da Secretaria Especial de Portos, sob regime celetista (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe à Secretaria Especial de Portos notificar, no prazo de trinta dias, os empregados para se apresentarem ao serviço, conforme determina o §1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º Os empregados deverão se apresentar à Secretaria Especial de Portos no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado na Secretaria Especial de Portos.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO ÚNICO

CPF	Nome	Processo nº
032.931.491-20	JOÃO GUIMARÃES SANTANA	04599.002533/2009-41
339.429.947-04	MARCOS ANTONIO DOS SANTOS	04599.504678/2004-77

PORTARIA Nº 432, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria, e o disposto no Parecer CGU/AGU Nº 01/2007 - RVJ, aprovado pelo Presidente da República, no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 2007, Seção 1, Página 4, em especial nos seus parágrafos 273, 274, 284 e 301, e no art. 4º -A, inciso IV, do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004 bem como o item 5 do Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço do empregado constante do Anexo Único desta Portaria, oriundo da extinta Telecomunicações de Pernambuco S. A. - TELPE, para compor quadro especial em extinção do Ministério das Comunicações - MC, sob regime celetista (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe ao MC notificar, no prazo de trinta dias, o empregado para se apresentar ao serviço, conforme determina o §1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º O empregado deverá se apresentar ao MC no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado no MC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO

CPF	Nome	Processo nº
138.062.544-00	PAULO ROBERTO DE BARROS	04500.006978/2004-37

PORTARIA Nº 433, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, bem como considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria, e o disposto no Parecer CGU/AGU Nº 01/2007 - RVJ, aprovado pelo Presidente da República, no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 2007, Seção 1, Página 4, em especial nos seus parágrafos 273, 274, 284 e 301, e no art. 4º -A, inciso IV, do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, e do item 5 no Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço dos empregados constantes do Anexo Único desta Portaria, oriundos da extinta Telecomunicações do Rio de Janeiro S. A. - TELERJ, para compor quadro especial em extinção do Ministério das Comunicações - MC, sob regime celetista (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe ao MC notificar, no prazo de trinta dias, os empregados para se apresentarem ao serviço, conforme determina o § 1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º Os empregados deverão se apresentar ao MC no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado no MC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO ÚNICO

CPF	Nome	Processo nº
223.377.507-44	ANTONIO MARCOS DOS SANTOS	04500.011346/2011-14
420.248.707-91	ANTONIO PAULO FERREIRA ABRANTES	15604.003286/2004-95
833.545.147-87	MARIA TERESA FERREIRA CAMPOS	46070.002181/1993-11
598.286.257-68	MARY GRACIA GONÇALVES SANTIAGO	04500.010212/2011-86
508.479.107-68	ORLANDO DIAS CHAVES FILHO	46070.002284/1993-46
496.371.857-04	PEDRO ANTONIO DE BARROS	46040.028772/1993-68
884.604.957-87	ROSANA PORTOCARRERO SISINNO	04599.000104/2012-34

PORTARIA Nº 434, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria, e o disposto no Parecer CGU/AGU Nº 01/2007 - RVJ, aprovado pelo Presidente da República, no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 2007, Seção 1, Página 4, em especial nos seus parágrafos 273, 274, 284 e 301, e no art. 4º -A, inciso IV, do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004 bem como o item 5 do Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço no quadro de pessoal da Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, dos empregados constantes do Anexo Único desta Portaria, oriundos da extinta Petrobras Mineração S/A - PETROMISA, sob regime celetista (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe à PETROBRAS notificar, no prazo de trinta dias, os empregados para se apresentarem ao serviço, conforme determina o §1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º Os empregados deverão se apresentar à PETROBRAS no prazo de trinta dias, contado da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado na PETROBRAS.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO ÚNICO

CPF	Nome	Processo nº
127.090.345-49	ABI CUSTODIO DIVINO	04599.501708/2004-93
180.715.545-53	ALDERMAN CORREIA COSTA	10583.000164/2004-19
002.465.958-41	ALOISIO PEREIRA GUIMARAES	04599.505829/2004-12
422.989.205-59	ANDRE LUIS CAMPOS DE FREITAS	04599.505765/2004-41
467.711.077-87	ANGELA MARIA GOMES DO CARMO	04500.007309/2004-82
266.212.665-53	ANIZIO SILVA DE ANDRADE	04599.505769/2004-20
018.375.368-21	ANTONIO ALVES ANDRADE	04599.505827/2004-15
513.817.297-20	ANTONIO CARDOSO DE SOUZA	04599.505828/2004-60
120.320.695-04	ANTONIO FRANCISCO DOS SANTOS FILHO	04599.513690/2004-72
201.997.245-04	ANTONIO JOSE DOS SANTOS FILHO	04599.519814/2004-23
136.449.045-53	ANTONIO SERGIO SANTANA DAENCARNACAO	04599.506310/2004-43
183.301.425-15	ARIVANDO SANTA BARBARA SUZART	04599.505767/2004-31
265.576.305-04	ARNALDO DOS SANTOS FILHO	10583.000229/2004-26
138.734.315-72	CARIVALDO RODRIGUES MENESES	10583.000198/2004-11
151.069.505-20	CARLOS AUGUSTO LUDUGERO DOS SANTOS	04599.501699/2004-31
122.804.965-34	CARLOS AUGUSTO SANTOS	04599.506327/2004-09
076.965.073-20	CARLOS CESAR COSTA VELOSO	04500.007258/2004-99
312.519.005-34	CARLOS NUNES DE ALMEIDA FILHO	04599.505826/2004-71
387.909.045-91	CASSIO MURILO ALMEIDA LIMA	04500.007303/2004-13
108.575.085-04	CICERO BARBOSA ALENCAR	04599.501712/2004-51
198.486.685-00	CICERO SILVA	04599.501713/2004-04
082.053.535-49	CLOVIS PAIXAO MENDES	04599.501714/2004-41
126.991.105-82	DAMIAO LIMEIRA SANTOS	04599.505797/2004-47
326.382.055-91	ELCIO CONCEICAO DE SANTANA	04599.505791/2004-70
201.333.595-49	ELIO JOSE NASCIMENTO DE FRANCA	10583.000203/2004-88
358.888.305-34	FABIO RAMOS DOS SANTOS	04599.505830/2004-39
613.701.697-87	FLORIVAL BATISTA DO NASCIMENTO	04599.501697/2004-41
098.116.724-15	FRANCISCO ARCANJO DE MEDEIROS	10583.000179/2004-87
201.988.845-91	FRANCISCO PAULINO DA SILVA	04599.505790/2004-25
263.083.555-34	GENIVALDO OLIVEIRA SANTOS	04599.505837/2004-51
051.996.705-49	GENTIL SANTOS CRUZ	04599.501702/2004-16
102.718.135-04	GETULIO DOS SANTOS	10583.000199/2004-58
235.431.165-68	GILDETE DE ALMEIDA VASCONCELOS	10583.000145/2004-92
264.704.385-04	GIVALDO REZENDE PRADO	04599.505803/2004-66
170.512.825-49	GLADISTON DE SOUZA	04599.501701/2004-71
256.492.995-87	GONCALO MENEZES PASSOS JUNIOR	04599.501694/2004-16
252.198.399-34	HONORIO BONFANTE	04599.501700/2004-27
275.334.255-53	ISMAEL PEREIRA LESSA	04599.501696/2004-05
278.464.075-20	IVANILTO DE SOUSA COSTA	10583.000142/2004-59
097.367.354-00	JESU DA SILVA MARTINS	04599.505758/2004-40
249.026.086-34	JOAO BOSCO ALVES FORTES	04599.505820/2004-01
275.961.685-15	JOAO ROMEIRO MELO	04599.521291/2004-85
241.596.114-00	JOAO ZITO DE ARAUJO	04599.505764/2004-05
559.953.739-00	JONE CESAR BONFANTE	04599.505761/2004-63
150.406.905-68	JORGE BOMFIM	04599.506328/2004-45
256.114.375-91	JOSE ALCINO COELHO NASCIMENTO	04599.521290/2004-31
740.575.457-00	JOSE ALEXANDRE MELGACO PEREIRA	04599.505783/2004-23
120.211.135-15	JOSE ANTONIO SANTOS OLIVEIRA	10583.000153/2004-39
200.544.165-15	JOSE AROALDO DOS SANTOS	04599.501728/2004-64
155.003.305-00	JOSE BATISTA DOS SANTOS FILHO	04599.505756/2004-51
188.923.615-20	JOSE CARLOS DE JESUS DAS JUDAS	04599.505781/2004-34
033.125.425-53	JOSE CLAUDIO BRANDAO DE FARIAS	04599.505780/2004-90
269.806.145-68	JOSE CLAUDIO DOS SANTOS LIMA	04500.007156/2004-73
103.239.965-15	JOSE EDNALDO PINTO FONTES	10583.000223/2004-59
428.226.708-97	JOSE ERASMO BISPO	04599.501718/2004-29
353.065.564-34	JOSE ERNESTO DA SILVA	04599.505789/2004-09
214.181.525-87	JOSE ESTEVAM DE BRITO JUNIOR	04599.505752/2004-72
208.209.924-53	JOSE HELIO DOS SANTOS	04599.505779/2004-65
102.566.285-72	JOSE IBANES DIAS GUIMARAES	04599.505729/2004-88
336.364.355-15	JOSE JEOVA BEZERRA	10583.000191/2004-91
361.742.895-91	JOSE JORGE SOBRAL	04599.505757/2004-03
149.184.205-91	JOSE NEVITON DOS ANJOS	04599.505777/2004-76
544.665.808-63	JOSE RABELO CADUDA	04599.505778/2004-11
170.725.225-49	JOSE RAIMUNDO DE JESUS	10583.000174/2004-54
077.807.455-20	JOSE RAIMUNDO FREIRE FILHO	04599.501715/2004-95
116.415.095-20	JOSE RUBENS FONTES LIMA	04599.505782/2004-89
199.939.355-49	JOSE SANTOS	04599.505775/2004-87
356.572.005-00	JOSE SILVA FILHO	04599.505788/2004-56
246.149.125-91	JOSE SILVEIRINHA DOS SANTOS	04599.505815/2004-91
201.187.755-53	JOSE SILVIO GOMES	04599.501707/2004-49
112.954.145-20	JOSE VALDO DOS SANTOS	04599.505816/2004-35
310.700.785-49	JOSE WASHINGTON DE JESUS	04500.007352/2004-48
312.471.995-68	LEVI TAVARES ROSA NUNES	04500.007253/2004-66
154.492.034-20	LINDOMAR ALBINO DOS SANTOS	04599.505843/2004-16

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

312.201.695-87	LUCYLEILA DIAS GUIMARAES	04599.505719/2004-42
149.347.605-04	LUIZ ADILSON MORAES FILGUEIRAS	04599.505754/2004-61
094.708.914-49	LUIZ JOSE DA SILVA FILHO	04599.505812/2004-57
001.078.378-46	LUIZ PEREIRA DA SILVA	04599.505755/2004-14
466.452.764-00	MACIA BEZERRA LEITAO	04599.506332/2004-11
900.791.248-87	MANOEL DE SANTANA LEITE	04599.505772/2004-43
199.973.885-34	MANOEL MESSIAS	10583.000183/2004-45
385.563.165-49	MARCONDES SANTOS COSTA	10583.000139/2004-35
170.674.725-04	MARCOS JOSE DE SANTANA TELES	10583.000149/2004-71
252.371.445-00	MARIA EREMITA DE ALMEIDA SANTANA	04599.505813/2004-00
401.066.407-04	MARIA RAQUEL RODRIGUES REIS	04500.007123/2010-71
199.260.815-68	MARIA VALDENICE SANTOS SOBRAL	10583.000147/2004-81
365.720.714-72	NAZARENO CESARIO TIMBO DE OLIVEIRA	04599.501688/2004-51
141.496.806-04	OLINDO MARQUES CAPISTRANO FILHO	04599.501766/2004-17
160.310.755-04	OTACIANO BISPO DA SILVA	10583.000181/2004-56
126.982.105-91	OYAMA DE SANTANA BRANDAO TELES	04500.007264/2004-46
359.168.185-72	PAULO JOSE FERREIRA ALVES	04599.506322/2004-78
154.063.005-63	PAULO JOSE SANTOS	04500.007346/2004-91
116.615.695-87	REGINALDO SANTOS DE ALMEIDA	04500.007351/2004-01
083.891.015-72	REINALDO ALVES DA SILVA	04599.506323/2004-12
202.029.545-87	REMULO CRUZ DOS ANJOS	04599.506324/2004-67
193.269.715-20	RICARDO MOURA PASCOAL DA COSTA	04599.501761/2004-94
170.211.385-04	ROBERTO DOS SANTOS	04599.501695/2004-52
310.936.805-63	ROGERIO ALVES MENESES	04500.007348/2004-80
266.349.455-00	RONALDO ALVES DE OLIVEIRA	04500.007155/2004-29
676.523.288-53	RUBENS TELES DE SOUZA	04500.007349/2004-24
797.568.838-04	SEBASTIAO FLORENTINO NOVAIS	10583.000225/2004-48
312.552.805-49	SERGIO ANDRADE DE SOUZA	10583.000148/2004-26
235.778.605-10	SILVEIRA DANTAS RIBEIRO	04599.501703/2004-61
280.182.655-34	SIVAL AZEVEDO DE ALMEIDA	10583.000143/2004-01
224.238.933-53	VALDEMAR DOS ANJOS SOUZA	04500.007311/2004-51
089.694.265-15	WALBERTO RIBEIRO DA SILVA	04599.506325/2004-10
116.359.165-34	WALFRIDES COSTA DE ANDRADE	04500.007257/2004-44
371.520.765-53	WESLEY ANDRADE LEITE	04500.007261/2004-11
356.722.855-20	WILSON MASCARENHAS JUNIOR	04500.007260/2004-68
077.375.215-34	WILSON TELES DE MENEZES FILHO	04500.007262/2004-57

SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 8, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Altera a Instrução Normativa nº 7, de 24 de agosto de 2012, que institui o modelo de contratação para prestação de serviços de aquisição de passagens aéreas nacionais e internacionais.

O SECRETÁRIO DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 31 do Anexo I do Decreto nº 7.675, de 20 de janeiro de 2012, resolve:

Art. 1º A Instrução Normativa nº 7, de 24 de agosto de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 6º .....

"§ 3º Os contratos em vigor, reequilibrados ou não, somente poderão ser prorrogados por até cento e vinte dias, a contar da publicação desta Instrução Normativa, cabendo ao órgão ou entidade realizar licitação com base na nova regra de mercado, adequando-se às disposições desta Instrução Normativa." (NR)

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

DELFINO NATAL DE SOUZA

SECRETARIA DE RELAÇÕES DE TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO

PORTARIA CONJUNTA Nº 1, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Estabelece orientação quanto à análise técnica dos termos de opção e da documentação apresentada pelos servidores civis e militares oriundos do ex-Território Federal de Rondônia, do Estado de Rondônia e municípios alcançados pelo art. 89 do ADCT, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 60, de 11 de novembro de 2009.

O SECRETÁRIO DE RELAÇÕES DE TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO E A SECRETÁRIA DE GESTÃO PÚBLICA DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhes conferem, respectivamente, o art. 38, inciso XIV, e 23, inciso III, do Anexo I do Decreto nº 7.675, de 20 de janeiro de 2012, e considerando o disposto no art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, nos arts. 86, 88 e 89 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2009, e no art. 5º e demais disposições do Decreto nº 7.514, de 5 de julho de 2011, resolvem:

Art. 1º Esta Portaria Normativa Conjunta tem por objetivo estabelecer orientações e diretrizes sobre os procedimentos e requisitos a serem observados na análise técnica dos termos de opção e da documentação a serem apresentados pelos servidores civis e militares oriundos do ex-Território Federal de Rondônia e municípios, alcançados pelo art. 89 do ADCT, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 60, de 11 de novembro de 2009, para ingresso em quadro em extinção da Administração Pública Federal.

Art. 2º Poderão apresentar o termo de opção de que trata o art. 1º desta Portaria Normativa Conjunta:

I - os integrantes da Carreira Policial Militar e os servidores municipais do ex-Território de Rondônia que, comprovadamente, se encontravam no exercício regular de suas funções, prestando serviço àquele ex-Território, em 23 de dezembro de 1981, data em que foi transformado em Estado;

II - os servidores admitidos regularmente nos quadros do Estado de Rondônia até a data de posse do primeiro governador eleito, em 15 de março de 1987; e

III - os servidores e os policiais militares a que se referem o parágrafo único do art. 18, o art. 22 e o art. 29 da Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981, os quais foram custeados pela União até o exercício de 1991 com base no art. 36 da Lei Complementar nº 41, de 1981, quais sejam:

a) os servidores e empregados públicos nomeados ou admitidos até a data da vigência da Lei nº 6.550, de 5 de julho de 1978, e em exercício a 31 de dezembro de 1981 na Administração do Território Federal de Rondônia que foram enquadrados nos quadros e tabelas provisórias de pessoal da Administração do Estado de Rondônia com base no parágrafo único do art. 18 da Lei Complementar nº 41, de 1981;

b) o pessoal militar da Polícia Militar do Território Federal de Rondônia que passou a constituir a Polícia Militar do Estado de Rondônia, em exercício na data da edição da Lei Complementar nº 41, de 1981;

c) os servidores contratados pela Administração do Território Federal de Rondônia, após a vigência da Lei nº 6.550, de 1978, e em exercício a 31 de dezembro de 1981, que, a partir da Lei Complementar nº 41, de 1981, passaram a integrar Tabela Especial de Empregos, em extinção, do Governo do Estado de Rondônia, e foram posteriormente absorvidos nos Quadros e Tabelas a que se refere o art. 19 da Lei Complementar nº 41, de 1981, após a observância das normas estabelecidas para a contratação de pessoal e mediante concurso público, nos termos do art. 29 da Lei Complementar nº 41, de 1981.

§1º Para efeitos do disposto no caput, serão considerados admitidos regularmente:

I - os servidores ocupantes de cargos efetivos admitidos por meio de concurso público, salvo as exceções constitucionalmente admitidas à época, inclusive no tocante às ascensões funcionais; e

II - os servidores ocupantes de emprego público admitidos até a data de posse do primeiro governador eleito, em 15 de março de 1987, mediante contrato de trabalho celebrado nos moldes da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.425, de 1º de maio de 1943, e devidamente registrado na Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, excluídos os empregados de empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias, nos termos do § 2º do art. 89 do ADCT.

§ 2º Os servidores mencionados no caput somente poderão optar pelo ingresso em quadro em extinção da Administração Federal se ainda mantiverem o mesmo vínculo funcional existente em 15 de março de 1987, ou, no caso dos servidores municipais, se mantiverem o mesmo vínculo funcional existente em 23 de dezembro de 1981, ressalvadas as ascensões funcionais regularmente obtidas antes da promulgação da Constituição Federal de 1988.

§ 3º Eventual ascensão funcional posterior à Constituição Federal de 1988, ante sua expressa vedação constitucional, corresponderá a novo vínculo funcional com o Estado de Rondônia, impossibilitando o ingresso do servidor em quadro em extinção da Administração federal.

§ 4º Considerando o disposto no art. 19, caput e § 1º, do ADCT:

I - não será concedida estabilidade aos empregados públicos que não tenham sido admitidos por concurso público e que não contavam com cinco anos de exercício na data da promulgação da Constituição Federal de 1988; e

II - não será concedida efetividade aos servidores que não tenham sido admitidos por concurso público.

§ 5º Observado o disposto nos parágrafos anteriores, não farão jus à opção de que trata o caput deste artigo:

I - os contratados como prestadores de serviços;

II - os terceirizados;

III - os que laboravam informalmente e eram pagos mediante recibo;

IV - os ocupantes de cargos, empregos e funções de confiança ou em comissão, ou os que a lei declare de livre nomeação e exoneração;

V - os servidores cedidos ao Estado de Rondônia e seus municípios, oriundos de órgãos estranhos à estrutura orgânica da administração territorial e municipal, ainda que, em 15 de março de 1987, estivessem em exercício no Estado de Rondônia ou em seus municípios;

VI - os servidores e empregados públicos estaduais nomeados ou admitidos após 15 de março de 1987, independentemente do cargo ou do emprego ocupado; e

VII - os servidores e empregados públicos municipais nomeados ou admitidos após 23 de dezembro de 1981.

Art. 3º A Comissão Interministerial de Rondônia - CIR será regida pelo Regimento Interno constante do Anexo I desta Portaria Normativa.

Parágrafo único. No desempenho de suas atividades, a Comissão Interministerial pautará suas atividades nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e motivação.

Art. 4º O Termo de Opção, cujo modelo consta no Anexo II desta Portaria Normativa, somente será analisado pela CIR se acompanhado de cópia dos seguintes documentos:

I - Carteira de Identidade ;

II - CPF;

III - Ato de admissão (Diário Oficial da União, do Estado ou Município; Portaria; Boletim Interno, Contrato, etc);

IV - Carteira de trabalho;

V - Ficha Funcional Atualizada;

VI - Contra-cheque, ficha financeira ou documento equivalente estadual, ou municipal, dos três últimos meses;

VII - comprovante de recolhimento das contribuições previdenciárias da época da admissão (registro previdenciário); e

VIII - comprovante de escolaridade relativo ao cargo ocupado.

Parágrafo Único. Os documentos de que tratam os incisos do caput deste artigo deverão ser apresentados por cópia autenticada em cartório ou validada por servidor público federal no exercício de suas funções, mediante apresentação do original para conferência, nos termos do Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009.

Art. 5º O Termo de Opção e os documentos que o acompanham, tratados no art. 4º desta Portaria Normativa, serão entregues e autuados na Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Rondônia - SAMF/RO, que fará a conferência com os originais e a autenticação, e o posterior trâmite para a Coordenação Administrativa e Suporte Técnico da Secretaria de Relações de Trabalho no Serviço Público, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SRT, nos termos das disposições contidas na Portaria Normativa SLTI/MP nº 05/2002.

§1º A SAMF/RO poderá se valer do apoio técnico, operacional e administrativo do Estado de Rondônia e dos Municípios.

§2º O prazo de recebimento do Termo de Opção será de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de publicação desta Portaria Normativa.

Art. 6º As comunicações e notificações da Comissão Interministerial serão encaminhadas diretamente ao interessado, no endereço informado no Termo de Opção, inclusive por meio eletrônico, observadas as disposições contidas no art. 28 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 7º Os servidores civis e militares serão posicionados em cargos ou empregos do quadro em extinção com a mesma denominação, classe e remuneração percebida na esfera estadual ou municipal na data da opção de que trata o art. 1º desta Portaria Normativa, utilizando-se como parâmetro, conforme o caso, os quadros e tabelas estadual ou municipais vigentes na data da opção.

Art. 8º Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO EDUARDO ARBULU MENDONÇA

ANA LÚCIA AMORIM DE BRITO

Anexo I

REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE RONDÔNIA -

CIR

Art. 1º A Comissão Interministerial de Rondônia - CIR, instituída pelo Decreto nº 7.514, de 5 de julho de 2011, tem por finalidade:

I - promover a análise técnica dos termos de opção e da documentação apresentada pelos servidores civis e militares alcançados pela Emenda Constitucional nº 60/2009, observadas as disposições da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, e do Decreto nº 7.514, de 5 de julho de 2011; e

II - atuar segundo as orientações normativas da SRT, em especial quanto:

a) aos procedimentos para a apresentação do termo de opção;

b) à documentação necessária para comprovação da forma de ingresso do interessado nos quadros de pessoal e da situação atual perante o ente público respectivo; e

c) ao detalhamento das hipóteses de cabimento e de descabimento da inclusão em quadro em extinção da administração federal de que trata o art. 2º do Decreto nº 7.514, de 5 de julho de 2011.

Art. 2º A Comissão se reunirá em Plenário para deliberação dos processos, em datas previamente agendadas.

Art. 3º Ao Plenário compete:

I - promover análise técnica dos termos de opção e da documentação apresentada pelos servidores;

II - determinar a realização de diligências para sanear dúvidas quanto à documentação apresentada; e

III - deliberar sobre a forma de distribuição dos processos.

Art. 4º Ao Presidente compete assegurar o correto funcionamento da Comissão Interministerial, em todas as suas atividades, levando-a à realização plena dos seus objetivos e especificamente:

I - encaminhar ao Secretário de Relações de Trabalho no Serviço Público os processos concluídos pela Comissão;

II- convocar as sessões ordinárias e extraordinárias, determinando o dia e local de sua realização; e

III - supervisionar os trabalhos dos auxiliares da Comissão.

Art. 5º Aos Membros da Comissão compete analisar os processos que lhes forem distribuídos, apresentando-os ao Plenário para deliberação.

Art. 6º O Presidente da Comissão presidirá as sessões plenárias.

Parágrafo único. Nas ausências e impedimentos do Presidente, os trabalhos serão dirigidos pelo segundo representante do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão.

Art. 7º O Plenário reunir-se-á por convocação do Presidente, em sessão ordinária a ser realizada uma vez por semana, ou extraordinariamente, sempre que necessário, com a maioria de seus membros.

Art. 8º As atas de deliberação serão divulgadas no sítio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão na internet.

Art. 9º Na sessão, o Presidente concederá a palavra ao Relator, que apresentará seu voto, para discussão e votação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

§ 1º É facultada vistas do processo a qualquer membro, concedendo-lhe o prazo de três sessões para manifestação e apresentação à deliberação do Plenário.

§ 2º Em caso de empate na votação, o Presidente exercerá o voto de qualidade.

Art. 10. A Comissão Interministerial de Rondônia - CIR contará com o apoio administrativo da SRT.

Art. 11. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão dirimidos pelo Secretário de Relações de Trabalho no Serviço Público.

Art. 12. Os membros e equipe de apoio poderão exercer outras atividades necessárias para cumprimento dos objetivos e finalidades da Comissão, além das competências e atribuições estabelecidas neste Regimento.

Art. 13. Qualquer membro poderá apresentar propostas de alteração deste Regimento Interno, que será submetida ao Plenário e encaminhada ao Secretário de Relações de Trabalho no Serviço Público para apreciação.

ANEXO II

Termo de Opção
Dados Pessoais

Nome do Servidor/Empregado:		
CPF:	Data de Nascimento:	Identidade/Órgão emissor:
Endereço:		
Bairro:	Cidade:	UF:
CEP:	DDD + Telefone:	DDD + Celular:
Endereço de e-mail:		
Nome da Mãe:		

Dados Funcionais

Cargo/Emprego de ingresso:	Data de ingresso:
Cargo/Emprego atual:	
Órgão/Entidade: ( ) - Estadual - _____ ( ) - Municipal - _____	Matrícula no órgão/entidade de origem:
Venho, nos termos do disposto no art. 86 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, optar por integrar o QUADRO EM EXTINÇÃO da Administração Federal de que trata o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a redação da Emenda Constitucional nº 60/2009; os arts. 85 a 100 da Lei nº 12.249/2010; e o Decreto nº 7.514/2011.	
Declaro estar ciente dos termos e condições para ingresso no QUADRO EM EXTINÇÃO da Administração Federal, especialmente o disposto no art. 98 da Lei nº 12.249/2010 ("O Termo de Opção produzirá efeitos a partir da publicação do ato a que se refere o art. 97, quando será considerado ato irretratável").	
Local e data: _____, _____/_____/_____ _____ Assinatura do Requerente	

Área reservada à SAMF/RO

Data: _____/_____/_____ _____ Carimbo e Assinatura do Responsável pelo recebimento do Termo de Opção

Ministério do Trabalho e Emprego

GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHO DO COORDENADOR-GERAL
Em 13 de setembro de 2012

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho:

Processo: 46094022799201236 Empresa: MAMMOET BRASIL GUINDASTES LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOHANNES VAN ALMENKERK Passaporte: BN29L77L3, Processo: 46312004891201201 Empresa: GRECONST INDUSTRIA E CONSTRUCOES LTDA ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FERNANDO JOSE NAZARÉ NORTE Passaporte: J622676, Processo: 46215013436201296 Empresa: MEN ON THE MOON INVESTIMENTOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VALERE CLAUDE MARC PIERRE BOURCET Passaporte: 11CV80744, Processo: 46094017741201271 Empresa: ENERPLANT COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA DE BIOFERTILIZANTES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CANDELARIO FLORES BARCENAS Passaporte: GO2489282, Processo: 46220004226201238 Empresa: NUMBER SEVEN RESTAURANTE E BAR LTDA ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MAFALDA CÔRREA MENDES DE LEMOS GUIMARÃES Passaporte: L987992, Processo: 46094023156201218 Empresa: CENTRO DE ESTETICA VARENNES E RICHTER LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARIA CRISTINA SOUSA RAMOS DO AMARAL DA SILVA ANDRADE Passaporte: H336456, Processo: 46312004892201247 Empresa: GRECONST INDUSTRIA E CONSTRUCOES LTDA ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSE EDUARDO VENCESLAU DO NORTE Passaporte: M075004, Processo: 46094026348201278 Empresa: PROGISYS SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GÄETAN MARIE BAUDOUIN ODART DE RILLY D'OYSONVILLE Passaporte: 10CZ05235, Processo: 46094030179201271 Empresa: PITA SANDWICHES LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Ricardo Nestor Aguiar de Sousa Passaporte: L995012, Processo: 46094028794201217 Empresa: AMAZONIA BRASIL APICULTURA LTDA - EPP Prazo: Indeterminado Estrangeiro: DAN HU Passaporte: G50915218, Processo: 46094030644201273 Empresa: LANCHONETE E PIZZARIA REI LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Gan Yongqing Passaporte: G32319126.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho, constantes do(s) ofício(s) ao MRE nos 0424/2012 de 4/9/2012, 0426/2012 de 5/9/2012, 0432/2012 de 6/9/2012 e 0435/2012 de 10/9/2012, respectivamente:

Temporário - Com Contrato - RN 76 - Resolução Normativa, de 03/05/2007:

Processo: 46293001407201259 Empresa: CLUBE ATLETICO CAMBE Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KHALIL FOLLY Passaporte: G0033014, Processo: 46293001409201248 Empresa: CLUBE ATLETICO CAMBE Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL WADIER Passaporte: G0032888, Processo: 46293001408201201 Empresa: CLUBE ATLETICO CAMBE Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ISAAC GAWU Passaporte: G0033004, Processo: 46094030392201282 Empresa: ASSOCIACAO BAURU BASKETBALL TEAM Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: DE ANDRE ANTWAN COLEMAN Passaporte: 448347156, Processo: 46094032215201231 Empresa: ESPORTE CLUBE PINHEIROS Prazo: 10 Mês(es) Estrangeiro: JOSEPH TROY SMITH Passaporte: 471057847, Processo: 46094032214201296 Empresa: INSTITUTO VIVER BASQUETEBOL Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: DANILO AGUSTIN PINNOCK JR Passaporte: 048375977, Processo: 46094033385201232 Empresa: MINAS TENIS CLUBE Prazo: 10 Mês(es) Estrangeiro: ANTHONY B. WALTON Passaporte: 490186452.

Temporário - Com Contrato - RN 80 - Resolução Normativa, de 14/10/2008:

Processo: 47758000042201201 Empresa: CONSTRUTORA CASA BELLA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDREA ACCAMO Passaporte: E502543, Processo: 46094014902201274 Empresa: PLAN CONSULTORIA E PESQUISA EM CIENCIAS SOCIAIS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: William Nathaniel Faulkner Passaporte: 421159099, Processo: 46094018092201225 Empresa: SIHI DO BRASIL INDUSTRIA DE SISTEMAS DE BOMBEAMENTO LTDA Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: Diana Patrícia Vargas Guerrero Passaporte: CC52805757, Processo: 46094029470201204 Empresa: BAHIA MINERACAO S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YELENA KALIVACH Passaporte: 10933726, Processo: 46215015545201248 Empresa: AKAER ENGENHARIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RÚBEN LUÍS PIRES MOUTINHO Passaporte: L988301, Processo: 46094020694201242 Empresa: IRISH BAR COMPANY LTDA EPP. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARK KENNETH WINGATE Passaporte: 094579133, Processo: 46094024296201203 Empresa: MAZARS & GUERARD AUDITORES INDEPENDENTES Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHARLOTTE MARIA LUCIE OGE Passaporte: 09PA21155, Processo: 46094020389201251 Empresa: HBA HUTCHINSON BRASIL AUTOMOTIVE LTDA Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: Emile Andre Raymond Eugene Hebert Passaporte: 09PR94668, Processo: 46094029709201238 Empresa: CERAGON AMERICA LATINA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ODED ISRAELI Passaporte: 11944476, Processo: 46094022598201239 Empresa: VILA GALE BRASIL - ATIVIDADES HOTELEIRAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUIS MANUEL CAMACHO MONTEZ MADERA Passaporte: L665389, Processo: 46094029623201213 Empresa: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL RUSH Passaporte: 705303252, Processo: 46094022838201203 Empresa: INGABA INVESTIMENTO GALICIA BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSE BRUNO MARQUEZ ESTELA Passaporte: BE699206, Processo: 46094029469201271 Empresa: VIABAHIA CONCESSIONARIA DE RODOVIAS S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MIGUEL ASTRAIN GANUZA Passaporte: AAD153115, Processo: 46215021662201241 Empresa: CONDOMINIO DO ECO RESORT DE ANGRA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NUNO TEIXEIRA CERQUEIRA Passaporte: L943432, Processo: 46094024009201257 Empresa: MARITA SERVICOS DE CONSTRUCOES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LLUIS SALGADO VECIANA Passaporte: AAF414394, Processo: 46094023970201224 Empresa: ENTREPOSE ANDAIMES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARIA BEATRIZ BLAZQUEZ PALOMARES Passaporte: AAD818596, Processo: 46094024590201215 Empresa: IMC SASTE-CONSTRUCOES, SERVICOS E COMERCIO LTDA. Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: JORGE VALENZUELA TAVARES PALMARES Passaporte: H458629, Processo: 46094030080201279 Empresa: VBA - TECNOLOGIA E SERVICOS DE ENGENHARIA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: UNAI IRASTORZA LOPETEGUI Passaporte: BE448724, Processo: 46094026985201244 Empresa: SUMITOMO INDUSTRIAS PESADAS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AKIO KAWASAKI Passaporte: TH4607713, Processo: 46094027333201227 Empresa: R & R EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARIO LEMUS MONTERO Passaporte: AAD278729, Processo: 46094026109201218 Empresa: LABORATORIOS SERVIER DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CAROLINA VASSALO COIMBRA Passaporte: J428098, Processo: 46094026492201212 Empresa: MARTIFER - CONSTRUCOES METALICAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GIL PAULO GOMES MATIAS Passaporte: M073365, Processo: 46094026495201248 Empresa: MARTIFER - CONSTRUCOES METALICAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FABIO ALEXANDRE RAMALHO NUNES Passaporte: M019786, Processo: 46212008478201235 Empresa: SOCIEDADE EDUCACIONAL DO PLANALTO NORTE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LARRY ANDRES SANCHES GALVIS Passaporte: CC1018403136, Processo: 46215020763201202 Empresa: FLAVIENSE CONSTRUCOES E ISOLAMENTOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FERNANDO DOMINGOS FERREIRA NOGUEIRA Passaporte: H591721, Processo: 46094026533201262 Empresa: ALVES RIBEIRO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Vitor Manuel Pereira da Silva Passaporte: L711185, Processo: 46094026532201218 Empresa: ALVES RIBEIRO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Diamantino Duarte Dias Lopes Passaporte: L384744, Processo: 46094026499201226 Empresa: BRAZIL TRANSLATIONS & SOLUTIONS - TRADUCOES E INTERPRETACOES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AYMANE JALIL Passaporte: EJ5874892, Processo: 46094029843201239 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GIOVANNI MARIA ORLANDO Passaporte: AA4178249, Processo: 46094027936201229 Empresa: ROBERT BOSCH LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ROGER ELEUTHERI Passaporte: X0503629, Processo: 46094026771201278 Empresa: AGRU TECNOLOGIA EM PLASTICO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NADINE LEBLHUBER Passaporte: P1750237, Processo: 46215021762201277 Empresa: REBRAS - REBOCADORES DO BRASIL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ROBERT MARTIJN SMITS Passaporte: NX13DK2R6, Processo: 46094028953201283 Empresa: PEUGEOT-CITROEN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Gérard Francis Michel Diot Passaporte: 11DD57249, Processo: 46094029707201249 Empresa: UNILEVER BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SANTIAGO VALLEJO CANO Passaporte: CC80087680, Processo: 46094029823201268 Empresa: BAIN BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TESS DAKOTA BROOKS Passaporte: 432054620, Processo: 46094030613201212 Empresa: EMPA S/A SERVICOS DE ENGENHARIA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Renato Nunes Marques Passaporte: L237359, Processo: 46094029759201215 Empresa: TEREOS INTERNACIONAL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ROBIN RENÉ FRANÇOIS CHARLES LEFÈBVRE Passaporte: 08AK39459, Processo: 46094027312201210 Empresa: ZTE DO BRASIL, INDUSTRIA, COMERCIO, SERVICOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHUNFANG ZHUANG Passaporte: P01465596, Processo: 46094028056201270 Empresa: HITACHI HIGH-TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HIRONOBU HIRAMATSU Passaporte: TK2800387, Processo: 46094030535201256 Empresa: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DANIEL JORGE CAMPINA CORREIA Passaporte: J957765, Processo: 46094030132201215 Empresa: TURBOMECA DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GILBERT ANDRE MARC MALGOUYRES Passaporte: 09PF13129, Processo: 46094028113201211 Empresa: SOPSEC BRASIL CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RUI MIGUEL DE SOUSA CARRIÇO Passaporte: L358783, Processo: 46094029809201264 Empresa: IPANEMA COMERCIAL E EXPORTADORA S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TOM PABLO JONATAN LANGE Passaporte: C1T51V6ZH, Processo: 46094028928201208 Empresa: CONTINENTAL BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CARSTEN BENZIN Passaporte: 401205230, Processo: 46094030455201209 Empresa: HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FERNANDO MIGUEL FOGAÇA MENEZES FALCÃO Passaporte: M248234, Processo: 46094029630201215 Empresa: SOFTTEK TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NAIARA AZPIRI Passaporte: 447535872, Processo: 46094028954201228 Empresa: MICROSOFT INFORMATICA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CLÁUDIA GOYA MAGALHÃES BARROS SANTOS G PERLOIRO Passaporte: J503744, Processo: 46094028268201257 Empresa: SAMSUNG SDS LATIN AMERICA SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HYO GEUN KANG Pas-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

saporte: 7514696, Processo: 46094029471201241 Empresa: ERICSSON TELECOMUNICACOES S A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KARL TOMAS FORNELL Passaporte: 81541369, Processo: 46094030170201260 Empresa: SISTEMAS DE ENSINO UNO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CARMEN ROSA NAVARRO CONTRERAS Passaporte: 045272923, Processo: 46094028935201200 Empresa: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSE ANTONIO TIRO RODRIGUEZ Passaporte: 11809973694, Processo: 46094030024201234 Empresa: ITAU UNIBANCO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LAURA ABRANTES PINHEIRO DA SILVA CHAVES Passaporte: M212511, Processo: 46094030046201202 Empresa: SANTOS CMI ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RINA GABRIELA BUENAÑO FRANCO Passaporte: 0921369013, Processo: 46094028952201239 Empresa: SHARP BRASIL COMERCIO E DISTRIBUICAO DE ARTIGOS ELETRONICOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KAYOKO FUJIO Passaporte: TH5680043, Processo: 46094028611201263 Empresa: EMPA S/A SERVICOS DE ENGENHARIA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CARLOS ALBERTO GODINHO BATALHA Passaporte: L789570, Processo: 46094030686201212 Empresa: BRITISH COLEGIO DO BRASIL - BCB LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Joanne Price Passaporte: P272902, Processo: 46094028909201273 Empresa: NUTRIFARMA NUTRICAO E SAUDE ANIMAL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SANDRA OLIVEIRA GONZALEZ Passaporte: AAF512819, Processo: 46094029739201244 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SHIGEKAZU IWAMOTO Passaporte: TH1941881, Processo: 46094030458201234 Empresa: THE BOSTON CONSULTING GROUP (BRASIL) LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PEDRO MIGUEL DA GRAÇA FRAGOSO PIRES Passaporte: G848675, Processo: 46094030123201216 Empresa: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TERUYOSHI YOSHIDA Passaporte: TK4728358, Processo: 46094030122201271 Empresa: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KAZUHIRO SUZUKI Passaporte: TH7295441, Processo: 46094029897201202 Empresa: BASF SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DANIEL LUTZ HÜMMERICH Passaporte: C2VX6F981, Processo: 46094030023201290 Empresa: BASF SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ROMAN GEBHARDT Passaporte: C2ZWRH1MN, Processo: 46094030616201256 Empresa: EMPA S/A SERVICOS DE ENGENHARIA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PEDRO ALEXANDRE SANCHES GERALDES DE JESUS Passaporte: J726087, Processo: 46094030131201262 Empresa: SUNEDISON BRASIL - PROJETOS, MONTAGEM E INSTALACAO DE EMPREENDIMENTOS DE ENERGIA SOLAR LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARIA AZAHAR GOMEZ BUENO Passaporte: BE038844, Processo: 46094030113201281 Empresa: BRITISH COLEGIO DO BRASIL - BCB LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Ayesha Ashker Passaporte: 207661491, Processo: 46094029817201219 Empresa: INFOSYS TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AMIT MISRA Passaporte: E6920132, Processo: 46094029814201277 Empresa: INFOSYS TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JAGADEESH SADASIVUNI Passaporte: J2820251, Processo: 46094029863201218 Empresa: CHEIL BRASIL COMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SUSANA CARINA AMARO COERVER Passaporte: H505602, Processo: 46094030492201217 Empresa: BERTELSMANN BRASIL PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL FOTIOS BOURI Passaporte: AI1694558, Processo: 46094029816201266 Empresa: INFOSYS TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SANU SUTHAN PILLAI Passaporte: K2630154, Processo: 46094028927201255 Empresa: LT TRIANGULO S A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GONZALO ROMÁN RODRÍGUEZ DE TEMBLEQUE ECHEVERRÍA Passaporte: AAD473248, Processo: 46094029691201274 Empresa: GAMESA EOLICA BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DANIEL ZALDIVAR FERNÁNDEZ Passaporte: AAF088821, Processo: 46094028966201252 Empresa: BTS DO BRASIL SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HUGO MIGUEL GOMES DA CONCEIÇÃO Passaporte: M259376, Processo: 46094028964201263 Empresa: INDRA BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARIA DOLORES SERRANO LARRAZABAL Passaporte: AAA742440, Processo: 46094028908201229 Empresa: PAMESA DO BRASIL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FRANCISCO JOSE GOMEZ GUINOT Passaporte: AF251005, Processo: 46094030463201247 Empresa: EVERIS BRASIL CONSULTORIA DE NEGOCIOS E TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RENATO BOTTINI Passaporte: D043214, Processo: 46094028958201214 Empresa: INDRA BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARTA ALVARGONZALEZ DIAZ-CANEJA Passaporte: AAC698193, Processo: 46094030169201235 Empresa: PANZERI DO BRASIL INSTALACOES TECNOLOGICAS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PIER LUIGI SACCHI Passaporte: C188255, Processo: 46094028975201243 Empresa: CHEVRON BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JUAN BITERNAS CASAPI Passaporte: 047783568, Processo: 46094028956201217 Empresa: IMPLANTE E ARTE CLINICA ODONTOLOGICA ESPECIALIZADA LTDA - ME Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARIA TERESA RIBEIRO DE CASTRO Passaporte: L064261, Processo: 46094030310201208 Empresa: INTEGRAL INVESTIMENTOS S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARIA TERESA SILVA CABRITA DA COSTA Passaporte: L510396, Processo: 46094030529201207 Empresa: NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: HIROYUKI NAKAMURA Passaporte: TK3411104, Processo: 46094028926201219 Empresa: HCL (BRAZIL) TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ISH CHHABRA Passaporte: F0076915, Processo: 46094028925201266 Empresa: ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TOBIAS FLUCKIGER Passaporte: X2778107, Processo: 46094029898201249 Empresa: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MIROSLAW MARTIN DUDEK Passaporte: 439324810, Processo: 46094030530201223 Empresa: NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: OSAMU NISHIYAMA Passaporte: TH9680823, Processo: 46094028979201221 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MATTHEW ALLAN CLARKE Passaporte: 461187163, Processo: 46094029647201264 Empresa: TEMPOEL BRASIL COMERCIO DE INFORMATICA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PEDRO NUNO ALVES SOUSA LIMA Passaporte: J593505, Processo: 46094029785201243 Empresa: A-TONO LATIN AMERICA MARKETING E SERVICOS DIGITAIS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: COSIMO VALERIO Passaporte: AA3419148, Processo: 46094030100201210 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SÉVERIN MARIE JEAN-EUDES BENOIT DEMONCHY Passaporte: 11CP92353, Processo: 46094029555201284 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FRANCISCO JAVIER CAZARES JAEN Passaporte: G08427100, Processo: 46094029607201212 Empresa: ACCIONA INFRAESTRUCTURAS S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GONZALO ENRIQUE RODRIGUEZ MESCUA Passaporte: AAE935497, Processo: 46094030308201221 Empresa: SOMAGUE MPH CONSTRUCOES S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RUI MIGUEL ALMEIDA PORTELA Passaporte: M048845, Processo: 46094029877201223 Empresa: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PABLO MARIA CUADRO SAEZ Passaporte: AAA947226, Processo: 46094029638201273 Empresa: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DAVID PAUL KAMINSKI Passaporte: 028888251, Processo: 46094029562201286 Empresa: PRIVALIA SERVICOS DE INFORMACAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ENRIQUE NOGALES PIÑAS Passaporte: AAC975823, Processo: 46094029560201297 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TIMOTHY CRAIG VELASQUEZ Passaporte: 438398836, Processo: 46094029917201237 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BING LI Passaporte: G21005484, Processo: 46094030006201252 Empresa: SONY BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KAZUMA WATANABE Passaporte: TK2011426, Processo: 46094030171201212 Empresa: HUAWEI GESTAO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HAO SHI Passaporte: G30522744, Processo: 46094030237201266 Empresa: ALLIANZ SEGUROS S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HARRY GERHARD GROSCH Passaporte: C4WFPXTW5, Processo: 46094030325201268 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Tim Laure Nicky De Fruyt Passaporte: EJ112084, Processo: 46212009852201210 Empresa: SMP AUTOMOTIVE PRODUTOS AUTOMOTIVOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Francisco Manuel Rodrigues Alves Passaporte: L896266, Processo: 46094030173201201 Empresa: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YUAN FENG Passaporte: G32501126, Processo: 46094029804201231 Empresa: SPAL INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JESSICA PONCE DE LEON GAITAN Passaporte: G03476645, Processo: 46094029881201291 Empresa: MCKINSEY & COMPANY, INC. DO BRASIL CONSULTORIA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALEXIS JONAMA MULET Passaporte: AAC254169, Processo: 46094030210201273 Empresa: PROCTER & GAMBLE INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: OMAR GEORGE GOFF Passaporte: 488933228, Processo: 46094029782201218 Empresa: NORSK HYDRO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ARNAUD PHILIPPE GUILLAUME JACQUES DAMIENS Passaporte: 08CP02855, Processo: 46094030022201245 Empresa: STMICROELECTRONICS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FABIO ROMANO Passaporte: YA3753491, Processo: 46094030176201237 Empresa: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANTAO FAN Passaporte: G55883653, Processo: 46094030174201248 Empresa: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ZHIYU LIU Passaporte: G59246786, Processo: 46094030175201292 Empresa: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GUANGGUI SUN Passaporte: G50657219, Processo: 46094029961201247 Empresa: SANY IMPORTACAO E EXPORTACAO DA AMERICA DO SUL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: XIANG WENMING Passaporte: E00373899, Processo: 46094029963201236 Empresa: SANY IMPORTACAO E EXPORTACAO DA AMERICA DO SUL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ZHANG DESHENG Passaporte: G44412191, Processo: 46094030300201264 Empresa: IBERICA CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SERGIO CORTINA AZORIN Passaporte: AAD169516, Processo: 46094030301201217 Empresa: IBERICA CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARIA SORAYA ALAGUERO MARTIN Passaporte: AAD169521, Processo: 46094029967201214 Empresa: SANY IMPORTACAO E EXPORTACAO DA AMERICA DO SUL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LI HAILIN Passaporte: G61949277, Processo: 46094029980201273 Empresa: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JONGHYUN SHIN Passaporte: M65505491, Processo: 46094029987201295 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EDWIN PATRICIO LOPEZ GALLO Passaporte: A3165577, Processo: 46094030172201259 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHUNLIANG ZHAO Passaporte: G42158775, Processo: 46094030332201260 Empresa: BLOOMBERG DO BRASIL COMERCIO E SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MAURICIO RINCON TORRES Passaporte: G09407256, Processo: 46094029979201249 Empresa: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JE WOOK PARK Passaporte: M37225959, Processo: 46094029981201218 Empresa: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SEUNG KI CHOUNG Passaporte: JR3255092, Processo: 46094030242201279 Empresa: TIM CELULAR S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MIRIAM SOZZI Passaporte: AA5818729, Processo: 46094030284201218 Empresa: DOW BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MATTHEW BRANT HOOVER Passaporte: 438185380, Processo: 46094030283201265 Empresa: T-SYSTEMS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KAI TORBEN BRUNING Passaporte: G6YR01C7N, Processo: 46212010009201286 Empresa: FORMULA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Miguel Pedro Morete Polónia Passaporte: M193304, Processo: 46094030457201290 Empresa: BANCO J. P. MORGAN S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSE JOÃO PINTO BASTO ROQUE DE PINHO Passaporte: L353413, Processo: 46094030250201215 Empresa: REPSOL SINOPEC BRASIL SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: OLIVIER HUGUES KIRSTETTER Passaporte: 10AF31279, Processo: 46094030427201283 Empresa: BRPR A ADMINISTRADORA DE ATIVOS IMOBILIARIOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ISABELLE COSTA FERREIRA DE JESUS Passaporte: L906899, Processo: 46094030249201291 Empresa: REPSOL SINOPEC BRASIL SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SHARAD KUMAR CHOUDHARY Passaporte: K4373829, Processo: 46094030251201260 Empresa: INTERNATIONAL CHRISTIAN SCHOOL OF RIO DE JANEIRO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DOROTHY CHINELO CHIMEZIE Passaporte: A02560179, Processo: 46094030569201241 Empresa: ADIDAS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MAURICIO FERNANDO TEJEDA DE FLON Passaporte: G04063627, Processo: 46094030568201204 Empresa: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ZENGFU DU Passaporte: G29144484, Processo: 46212010086201236 Empresa: WIPRO DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Francisco da Silva Teixeira Passaporte: L146602, Processo: 46094030439201216 Empresa: CEGELEC S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DECLAN PATRICK O'MEARA Passaporte: LT0014739, Processo: 46094030317201211 Empresa: LANXESS ELASTOMEROS DO BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KEITH HENDERSON BLIZZARD Passaporte: 466950798, Processo: 46094030437201219 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER JOHN DARGIE Passaporte: N1444406, Processo: 46094030553201238 Empresa: INTERNATIONAL PAPER DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BART ELLIOT RASH Passaporte: 456964258, Processo: 46094030461201258 Empresa: CAF BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JORGE VELASCO AZNAR Passaporte: AA469967.

Temporário - Com Contrato - RN 80/08 C/C RN 89/10 - Combinação, de 12/11/2010:

Processo: 46094029930201296 Empresa: ATUAL SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA-EPP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Erika Elisa Iglesias Supelano Passaporte: AM549298, Processo: 46094029918201281 Empresa: MGE - EQUIPAMENTOS E SERVICOS FERROVIARIOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HANS DAVID TORRES NAVARRETE Passaporte: 79656168.

Temporário - Com Contrato - RN 94 - Resolução Normativa, de 16/03/2011:

Processo: 46094016076201206 Empresa: AKRETION LTDA - ME Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: Florent Julien Berteau Passaporte: 11AI28612.

Temporário - Sem Contrato - RN 61 - Resolução Normativa, de 08/12/2004:

Processo: 46094015751201271 Empresa: SOMARSIL - CONSTRUCOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOAQUIM REBELO MARQUES RIBEIRO Passaporte: L594340, Processo: 46094016460201209 Empresa: GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NESTOR FLOREZ MORENO Passaporte: CC13924419, Processo: 46094016670201299 Empresa: MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ATLE MICHAL ROBERTSEN Passaporte: 28136330, Processo: 46094018275201241 Empresa: EMPRESA DE NAVEGACAO ELCANO S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JUAN CARLOS OUTEIRAL MIRANDA Passaporte: AAD985873, Processo: 46094028206201245 Empresa: QUIP SA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ERWIN JOHANNES CORNELIS MARIA JACOBS Passaporte: NW63CJ3R1, Processo: 46094021020201265 Empresa: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL SCOTT MC NEIL Passaporte: 711016185, Processo: 46094022421201232 Empresa: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PARTHIBAN PAULPANDI Passaporte: E6164571, Processo: 46094021896201210 Empresa: SEPA HIGHTEX COBERTURAS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Jan Kovacík Passaporte: 34989793, Processo: 46094021891201289 Empresa: SEPA HIGHTEX COBERTURAS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Martin Voves Passaporte: 39055217, Processo: 46094021894201212 Empresa: SEPA HIGHTEX COBERTURAS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Oleg Skovortsov Passaporte: KB0370991, Processo: 46094021895201267 Empresa: SEPA HIGHTEX COBERTURAS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Thorsten Fries Passaporte: C5NH53VNV, Processo: 46094021892201223 Empresa: SEPA HIGHTEX COBERTURAS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Stanislav Ondrik Passaporte: BD0856094, Processo: 46094021897201256 Empresa: SEPA HIGHTEX COBERTURAS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Jakub Kanderka Passaporte:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

BJ5923817, Processo: 46094021890201234 Empresa: SEPA HIGHTEX COBERTURAS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Karol Palus Passaporte: BI1182798, Processo: 46094024754201204 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GEORGE CHRISTIE Passaporte: 801319060, Processo: 46094026220201212 Empresa: CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALEX ETXEBARRIA BARAÑANO Passaporte: BF407140, Processo: 46094025624201281 Empresa: AETI ALLIANCE GROUP BRAZIL SISTEMAS E SERVICOS EM ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Oscar Michael Paretta Passaporte: 135403477, Processo: 46094025515201263 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALAN CAMERON Passaporte: 099195802, Processo: 46094025870201232 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ABDULLAH HAKAN GONENÇ Passaporte: U04893633, Processo: 46094026257201232 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTIAN CLYDE ARCHIBALD Passaporte: 403046316, Processo: 46094026254201207 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAMIE SCOTT MOORE Passaporte: 801800825, Processo: 46094026253201254 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FRASER JAMES THOMSON COYLE Passaporte: 800681455, Processo: 46094026256201298 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WILLIAM FERRIE PATTERSON Passaporte: 402853871, Processo: 46094026259201221 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CAMERON LIDDLE Passaporte: 462937193, Processo: 46094026258201287 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MICHELE CORBO Passaporte: YA0057627, Processo: 46094026252201218 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HENRY HILLAN Passaporte: 460369117, Processo: 46094026255201243 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAN-WILLEM DIRKSEN Passaporte: NS701HH69, Processo: 46094026917201285 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SUSUMU UCHIDA Passaporte: TK0542519, Processo: 46094026915201296 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HIROTO SHIRAKAWA Passaporte: TK7211742, Processo: 46094026914201241 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HARUHISA IIMURO Passaporte: TG6297089, Processo: 46094026916201231 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RYUJI HAKAMATA Passaporte: MS4211859, Processo: 46094026918201220 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TAKAHIRO MIYOSHI Passaporte: TK5358523, Processo: 46094027065201243 Empresa: TRIALL COMERCIO EXTERIOR SA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALEJANDRO BLANCO GARCIA Passaporte: AAD897715, Processo: 46094027384201259 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KEVIN ROSS Passaporte: 509932525, Processo: 46094027391201251 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PETER MICHAEL DAVISON Passaporte: 509506994, Processo: 46094027387201292 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KEVIN JAMES MACKAY Passaporte: 510097369, Processo: 46094027392201203 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSEF KOCIS Passaporte: 39877477, Processo: 46094027386201248 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER JOSEPH RYAN Passaporte: 801605669, Processo: 46094027393201240 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER PAUL MURPHY Passaporte: 458433805, Processo: 46094027382201260 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JONATHAN GRAHAM COLES Passaporte: 099100485, Processo: 46094027383201212 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PETER JOHN FINLAY Passaporte: 510223118, Processo: 46094027389201281 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DARRYL KENNETH FERGUSON Passaporte: 510733937, Processo: 46094027390201214 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DARREN ROBERT GORDON MACLEOD Passaporte: 105881243, Processo: 46094027385201201 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHARLES EDMUND FINLAYSON Passaporte: 508913118, Processo: 46094027388201237 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SHAUN ALAN DICKSON Passaporte: 510220081, Processo: 46094027483201231 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GRAEME TATE Passaporte: 511407102, Processo: 46094027482201296 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANDREW THOMAS THOMSON Passaporte: 511388077, Processo: 46094027487201219 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GRAEME EWAN BOWLES Passaporte: 510745710, Processo: 46094027478201228 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DAVID STEWART BARLOW Passaporte: 503688647, Processo: 46094027486201274 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DUNCAN JOSEPH MACRAE Passaporte: 099059022, Processo: 46094027484201285 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARK BRADLEY CLEMMONS Passaporte: 450470098, Processo: 46094027485201220 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SIMON JOHN EDWARDS Passaporte: 504586874, Processo: 46094027475201294 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOHN WILLIAM WATSON Passaporte: 509861758, Processo: 46094027481201241 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RICHARD STEWART FLEETWOOD Passaporte: 136081255, Processo: 46094027480201205 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL EDWARD RAESIDE Passaporte: 510296244, Processo: 46094027479201272 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: STEPHEN MATHEW CAMERON Passaporte: 507768721, Processo: 46094027488201263 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALEXANDER COLIN MURRAY MACKENZIE Passaporte: 402198062, Processo: 46094027476201239 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DANIEL PATRICK HANZIK Passaporte: 426198733, Processo: 46094027474201240 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAMIE MICHAEL DAVIES Passaporte: 208742141, Processo: 46094027477201283 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GRZEGORZ KILICHOWSKI Passaporte: AS9816222, Processo: 46094028120201212 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MATTHEW GEORGE WILLIAM GRINDON Passaporte: 099133323, Processo: 46094028116201254 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GARY PERO Passaporte: 099042582, Processo: 46094028114201265 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JEREMY POT Passaporte: NSLKJ9099, Processo: 46094028117201207 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: IAIN MACLEAN Passaporte: 509776792, Processo: 46094028115201218 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAMES CHARLESTON Passaporte: 425355518, Processo: 46094028119201298 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TAMMO TRISTAN BERGENHENEGOUWEN Passaporte: NR49R0F05, Processo: 46094028118201243 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WERNER ALOUISIUS DE BOOIJ Passaporte: NR6C22F63, Processo: 46094028489201225 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PER AXEL HOLMBERG Passaporte: 80614747, Processo: 46094028368201283 Empresa: BP ENERGY DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WILLIAM JAMES MACDONALD Passaporte: 508295997, Processo: 46094030741201266 Empresa: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RAUL SANCHEZ DE PABLOS Passaporte: AB658896, Processo: 46094028366201294 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NIELS THEODORUS PAUL LASSNER Passaporte: NSH1BRF04, Processo: 46094028365201240 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAN HENDRIK VAN'T VERLAAT Passaporte: NVF18CH27, Processo: 46094029598201260 Empresa: TECNIMONT DO BRASIL CONSTRUCAO E ADMINISTRACAO DE PROJETOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Sergio Mercati Passaporte: A464783, Processo: 46094029265201231 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GARY MICHAEL KEMPTON Passaporte: 403319778, Processo: 46094029266201285 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAMES COYLE Passaporte: 720085293, Processo: 46094029561201231 Empresa: FOXCONN DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GUILAN DENG Passaporte: G61123059, Processo: 46094029692201219 Empresa: CONCESSAO METROVIARIA DO RIO DE JANEIRO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: QINGMIN CAO Passaporte: E00309676, Processo: 46094029796201223 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: INNES RIACH CRONSHAW Passaporte: 402966344, Processo: 46094029799201267 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KEVAN PAUL SMITH Passaporte: 207957946, Processo: 46094029797201278 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DONALD BENJAMIN WALKER Passaporte: 457745208, Processo: 46094029798201212 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BRUCE JAMES RULE Passaporte: 093122792, Processo: 46094029793201290 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOHN MCCAFFERTY Passaporte: 401210157, Processo: 46094029792201245 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JONATHAN FRANCIS MILLER Passaporte: 403353394, Processo: 46094029795201289 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BENJAMIN JOHN SAWYER Passaporte: 099282144, Processo: 46094029794201234 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ROBERT JOHN GARTLEY Passaporte: 401936050, Processo: 46094029790201256 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER JOHN VAN RYNSWOUD Passaporte: 111412916, Processo: 46094029791201209 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GARRY MACMILLAN Passaporte: 403323427, Processo: 46094029789201221 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ROMANA FERGUSON Passaporte: 402752099, Processo: 46094030435201220 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BRANDON JOSEPH LE COMPTE Passaporte: 408055094.

Temporário - Sem Contrato - RN 61 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 6°):

Processo: 46094024286201260 Empresa: MMX PORTO SUDESTE LTDA Prazo: 89 Dia(s) Estrangeiro: ZHU ZELIN Passaporte: P00720158, Processo: 46094026660201261 Empresa: INVENSYS SYSTEMS BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Mahmoud Salah Mahmoud Hussien Hatab Passaporte: A00405015, Processo: 46094028062201227 Empresa: COSMA DO BRASIL PRODUTOS E SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: VINCENZO OLIVETTI Passaporte: AA1578799, Processo: 46094026646201268 Empresa: GS HYDRO DO BRASIL SISTEMAS HIDRAULICOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FRANCISCO JAVIER RAMILO ALONSO Passaporte: AAE757703, Processo: 46094026648201257 Empresa: GS HYDRO DO BRASIL SISTEMAS HIDRAULICOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ALBERTO MARUGAN LOPEZ Passaporte: AD123416, Processo: 46094026647201211 Empresa: GS HYDRO DO BRASIL SISTEMAS HIDRAULICOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ALBERTO GIL FERNANDEZ Passaporte: BD792115, Processo: 46094032069201243 Empresa: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DAG ERNST HELMUT SCHMIDT Passaporte: CH1HLNRCF, Processo: 46094032068201207 Empresa: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JAN KLÜVER Passaporte: JAN KLÜVER, Processo: 46094027799201222 Empresa: REAL HOSPITAL PORTUGUES DE BENEFICENCIA EM PERNAMBUCO Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: VICTORIA BLESILA S NAVARRO Passaporte: 212810718, Processo: 46094027805201241 Empresa: REAL HOSPITAL PORTUGUES DE BENEFICENCIA EM PERNAMBUCO Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DEBORAH BAUGHER HOBSON Passaporte: 17744836, Processo: 46094027801201263 Empresa: REAL HOSPITAL PORTUGUES DE BENEFICENCIA EM PERNAMBUCO Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARTIN LEWIS BLEDSOE Passaporte: 17290788, Processo: 46094027802201216 Empresa: REAL HOSPITAL PORTUGUES DE BENEFICENCIA EM PERNAMBUCO Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DANIELLE MONIQUE JENNINGS Passaporte: 211414098, Processo: 46094027804201205 Empresa: REAL HOSPITAL PORTUGUES DE BENEFICENCIA EM PERNAMBUCO Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANATOLY GIMBURG Passaporte: 432881906, Processo: 46094027803201252 Empresa: REAL HOSPITAL PORTUGUES DE BENEFICENCIA EM PERNAMBUCO Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JANE CAROLINE SHIVNAN Passaporte: 222283626, Processo: 46094027809201220 Empresa: REAL HOSPITAL PORTUGUES DE BENEFICENCIA EM PERNAMBUCO Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TRISH MARIE PERL-DELISLE Passaporte: 423500397, Processo: 46094027800201219 Empresa: REAL HOSPITAL PORTUGUES DE BENEFICENCIA EM PERNAMBUCO Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PATRICK JOSEPH BYRNE Passaporte: 468703851, Processo: 46094027808201285 Empresa: REAL HOSPITAL PORTUGUES DE BENEFICENCIA EM PERNAMBUCO Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ERNEST ROBERT FEROLI JR Passaporte: 449926633, Processo: 46094027807201231 Empresa: REAL HOSPITAL PORTUGUES DE BENEFICENCIA EM PERNAMBUCO Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOYCE LEPAULA JONES Passaporte: 17943234, Processo: 46094027806201296 Empresa: REAL HOSPITAL PORTUGUES DE BENEFICENCIA EM PERNAMBUCO Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ELIZABETH CONSTABLE VON KESSLER Passaporte: 218790943, Processo: 46094028731201261 Empresa: EHMS ASSESSORIA E NEGOCIOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Frank Ingo Philip Wihelm Rossbruch Passaporte: C75Y6ZZP3, Processo: 46094028280201261 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FELIX RUBEN LEIVA HERNANDEZ Passaporte: 016344116, Processo: 46094031511201214 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RICHARD BRADLEY ANDRYSIAK Passaporte: 216086822, Processo: 46094031512201269 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RONALD REIHER Passaporte: 035313536, Processo: 46094031508201209 Empresa: FIAT AUTOMOVEIS SA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KAZUNARI MIYAWAKI Passaporte: TK1120768, Processo: 46094031507201256 Empresa: FIAT AUTOMOVEIS SA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JUNICHI MIZUKAMI Passaporte: TG8769661, Processo: 46094028165201297 Empresa: DANIELI DO BRASIL S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DRAGAN PERSIC Passaporte: 171089503, Processo: 46094032196201242 Empresa: AERIS INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA GERACAO DE ENERGIA S.A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JIN ZHU Passaporte: G50459252, Processo: 46094032195201206 Empresa: AERIS INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA GERACAO DE ENERGIA S.A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: XUEGANG TANG Passaporte: G50461942, Processo: 46094030015201243 Empresa: CBC INDUSTRIAS PESADAS S A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KENNETH WAYNE ANDERSON Passaporte: 212718910, Processo: 46094028587201262 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: STEVE DOHAR Passaporte: 439723436, Processo: 46094028879201203 Empresa: VINICOLA OURO VERDE SA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PEDRO MIGUEL CARRASCO Passaporte: 001337765, Processo: 46094031510201270 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: IGNACIO PENA Passaporte: 491212494, Processo: 46094031145201201 Empresa: METSO PAPER SOUTH AMERICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOHAN SVEN PEDER EILIV ELDEN Passaporte: 26137892, Processo: 46094029915201248 Empresa: CAE SOUTH AMERICA FLIGHT TRAINING DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Guy Ronald Labonté Passaporte: BA741670, Processo: 46094031265201209 Empresa: KLABIN S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Patrick Alfred Catana Passaporte: YA0589958, Processo: 46094031932201245 Empresa: CAE SOUTH AMERICA FLIGHT TRAINING DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: STEPHEN ERNEST WHITE Passaporte: 465019509, Processo: 46094030017201232 Empresa: CBC INDUSTRIAS PESADAS S A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: EDWARD LEONARD MICHALSKI Passaporte: 488812838, Processo: 46094031264201256 Empresa: KLABIN S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Luigi Malizia Passaporte: AA2007810, Processo: 46094031263201210 Empresa: KLABIN S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Marco Beccaletto Passaporte: F978086, Processo: 46094031255201265 Empresa: KLABIN S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Massimiliano Martinelli Passaporte: YA3616460, Processo: 46094031256201218 Empresa: KLABIN S.A.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Paolo Rosi Passaporte: AA2009065, Processo: 46094031258201207 Empresa: KLABIN S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Riccardo Marri Passaporte: AA5104855, Processo: 46094031267201290 Empresa: KLABIN S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LUCA MELA Passaporte: YA3616979, Processo: 46094031452201284 Empresa: DANIELI DO BRASIL S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DANIELE CLARINO Passaporte: D531552, Processo: 46094031651201292 Empresa: DANIELI DO BRASIL S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GIANNI NIERO Passaporte: AA0030261, Processo: 46094031259201243 Empresa: KLABIN S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ALESSIO MUTTI Passaporte: F 780700, Processo: 46094031266201245 Empresa: KLABIN S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ENRICO GRANI Passaporte: B 102960, Processo: 46094031269201289 Empresa: KLABIN S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: VALERIO RAZZARI Passaporte: AA5349937, Processo: 46094031257201254 Empresa: KLABIN S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FRANCESCO CARUSO Passaporte: YA0842471, Processo: 46094031262201267 Empresa: KLABIN S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Gianluca Manuelli Passaporte: AA3919978, Processo: 46094031268201234 Empresa: KLABIN S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Giuseppe Cannizzo Passaporte: YA0589899, Processo: 46094031260201278 Empresa: KLABIN S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANTONELLO MENICONI Passaporte: YA1092889, Processo: 46094031261201212 Empresa: KLABIN S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Claudio Piazzi Passaporte: AA2617858, Processo: 46094029548201282 Empresa: UNITED SAFETY BRASIL SERVICOS DE SEGURANCA INDUSTRIAL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DANIEL NGUIMBI Passaporte: N0640841, Processo: 46094029624201250 Empresa: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOHN DAVID CARMICHAEL Passaporte: 099215395, Processo: 46094031488201268 Empresa: TECNOIL COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JONATHAN PETER ANFIELD Passaporte: 099087336, Processo: 46094031489201211 Empresa: TECNOIL COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JAMES PAUL SHEILS Passaporte: 720008489, Processo: 46094032138201219 Empresa: COSTA FORTUNA FUNDACOES E CONSTRUCOES LIMITADA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SERGIO MONTIEL GARCIA Passaporte: G09099376, Processo: 46094031414201221 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TAE WON JEONG Passaporte: M66226570, Processo: 46094030842201237 Empresa: BRIDGESTONE DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HIDEKI ONODERA Passaporte: TH1743983, Processo: 46094029573201266 Empresa: VALLOUREC & SUMITOMO TUBOS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HUI LIANG Passaporte: G32947304, Processo: 46094029991201253 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: STEEN LARSEN Passaporte: 102417763, Processo: 46094029992201206 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BJARNE MOLLER Passaporte: 204978037, Processo: 46094031823201228 Empresa: YAMAHA MOTOR DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MASAHIRO INOUE Passaporte: TK7002786, Processo: 46094031016201213 Empresa: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ERIC MATTHEW WIENS Passaporte: 444286470, Processo: 46094030432201296 Empresa: SMS - SYNERGY MANAGEMENT SOLUTION CONSULTORIA E DESENVOLVIMENTO EM INFORMATICA LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARIA DA GRAÇA GOMES FERNANDES REGTERSCHOT Passaporte: R121231, Processo: 46094030314201288 Empresa: CAMERON DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SILVANO PEREZ LOPEZ Passaporte: G08738893, Processo: 46094030239201255 Empresa: TIM CELULAR S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANDREA SILIGARDI Passaporte: AA0639565, Processo: 46094030241201224 Empresa: TIM CELULAR S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GIANPIERO PERGA Passaporte: G234494, Processo: 46094032004201206 Empresa: TIM CELULAR S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GIORGIO ROMANIN Passaporte: YA0153257, Processo: 46094031786201258 Empresa: BY ENGENHARIA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CLYDE MATHUS CHURCH III Passaporte: 467099808, Processo: 46094032132201241 Empresa: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Nils Naumann Passaporte: 2630385498, Processo: 46094031720201268 Empresa: JF PASQUA CONDUTORES ELETRICOS LTDA Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: XIAOHUI YANG Passaporte: G35249005, Processo: 46094032148201254 Empresa: LIEBHERR BRASIL GUINDASTES E MAQUINAS OPERATRIZES LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROBERT WITTMANN Passaporte: CGWYJ3KWN, Processo: 46094030362201276 Empresa: OUTOTEC TECNOLOGIA BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DAVID ANTHONY WUJEK Passaporte: M6041689, Processo: 46094030361201221 Empresa: OUTOTEC TECNOLOGIA BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GARY STEPHEN REINWALD Passaporte: M7888604, Processo: 46094031475201299 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: OSAMU ODA Passaporte: TK4542492, Processo: 46094031476201233 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TOMOKAZU TAGO Passaporte: TH9041310, Processo: 46094031218201257 Empresa: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JEREMY DALE BRANDT Passaporte: 473292971, Processo: 46094031719201233 Empresa: JF PASQUA CONDUTORES ELETRICOS LTDA Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: JINSHENG YUAN Passaporte: G49146427, Processo: 46094031717201244 Empresa: JF PASQUA CONDUTORES ELETRICOS LTDA Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: JINYUAN CHENG Passaporte: G51959844, Processo: 46094031706201264 Empresa: MONSANTO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DANIEL CHRISTOPHER FRANCIS Passaporte: 499225248, Processo: 46094031705201210 Empresa: MONSANTO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DEWAYNE WALKER Passaporte: 469658294, Processo: 46094031689201265 Empresa: CRYOSTAR DO BRASIL EQUIPAMENTOS ROTATIVOS & CRIOGENICOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: VINCENT JEAN MARCEL WIDLOECHER Passaporte: 09AL48542, Processo: 46094031688201211 Empresa: CRYOSTAR DO BRASIL EQUIPAMENTOS ROTATIVOS & CRIOGENICOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: OLIVIER JEAN-GABRIEL VERMANDE Passaporte: 11CL48205, Processo: 46094031280201249 Empresa: AJINOMOTO DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SHINICHI TANAKA Passaporte: TH1296538, Processo: 46094031271201258 Empresa: KONGSBERG MARITIME DO BRASIL S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JON BERNHARD HØSTMARK Passaporte: 28944451, Processo: 46094031170201287 Empresa: CAMERON DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PAUL LESLIE THEODORE Passaporte: 462464576, Processo: 46094031612201295 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL CROFTS SCOTT Passaporte: 402181935, Processo: 46094031718201299 Empresa: JF PASQUA CONDUTORES ELETRICOS LTDA Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: ZHANQI WU Passaporte: G55714067, Processo: 46094031824201272 Empresa: YAMAHA MOTOR DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YUSUKE SUZUKI Passaporte: TH8309824, Processo: 46094031611201241 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RIKKI MACKAY Passaporte: 402431863, Processo: 46094031822201283 Empresa: YAMAHA MOTOR DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TAKEHISA NAGANO Passaporte: TH2125999, Processo: 46094031649201213 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PAVAN HARIDAS BHATT Passaporte: J4008130, Processo: 46094031154201294 Empresa: AMDOCS (BRASIL) LIMITADA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SAURABH SHARMA Passaporte: G4579062, Processo: 46094031686201221 Empresa: CATERPILLAR BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Paul Teho Willetts Passaporte: M9716916, Processo: 46094031782201270 Empresa: ESTILO PACK PRODUTOS SUSTENTAVEIS LTDA. - EPP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YU LIN Passaporte: G25855892, Processo: 46094031698201256 Empresa: ERICSSON TELECOMUNICACOES S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RUBEN PAVEL MURILLO PEREZ Passaporte: 07350027301, Processo: 46094032065201265 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KOJI INAGAKI Passaporte: TG8016210, Processo: 46094031680201254 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NAOTO SASAKI Passaporte: TK5510993, Processo: 46094031679201220 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MASA TAKEUCHI Passaporte: TK5634064, Processo: 46094031677201231 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SHOJI KAWAGUCHI Passaporte: TK7204965, Processo: 46094031681201207 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TSUTOMU WASO Passaporte: TK4751426, Processo: 46094032042201251 Empresa: EMERSON NETWORK POWER DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PHILLIP ANTHONY YAHNERT Passaporte: 309375984, Processo: 46094031727201280 Empresa: FPT POWERTRAIN TECHNOLOGIES DO BRASIL - INDUSTRIA E COMERCIO DE MOTORES LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RALF MEIER Passaporte: C7854YRL5, Processo: 46094031275201236 Empresa: HYDRATIGHT EQUIPAMENTOS, SERVICOS E INDUSTRIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROBERT PAUL TILL Passaporte: 108914556, Processo: 46094031051201224 Empresa: 2H OFFSHORE PROJETOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CRAIG ALLAN STEPHEN Passaporte: 401488935, Processo: 46094031050201280 Empresa: 2H OFFSHORE PROJETOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ALEXANDER MCGEE DUNCAN Passaporte: 504602523, Processo: 46094031046201211 Empresa: 2H OFFSHORE PROJETOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GARY TURRIFF Passaporte: 402663075, Processo: 46094031049201255 Empresa: 2H OFFSHORE PROJETOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GRAEME ROBERT WEST Passaporte: 505131292, Processo: 46094031048201219 Empresa: 2H OFFSHORE PROJETOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JAMES DONALD GALLAGHER Passaporte: 505845122, Processo: 46094031045201277 Empresa: 2H OFFSHORE PROJETOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOHN ALEXANDER SIMPSON Passaporte: 402190165, Processo: 46094031831201274 Empresa: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GORDON STUART ADAMS Passaporte: 109333804, Processo: 46094031658201212 Empresa: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER BRYAN DIEHL Passaporte: 135168773, Processo: 46094031481201246 Empresa: NKT FLEXIBLES INDUSTRIA E SERVICOS DE TUBOS FLEXIVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KRISTIAN KASSOW Passaporte: 202791974, Processo: 46094031722201257 Empresa: FMC TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ERNESTO ENRIQUE FERNANDEZ BAPTISTA Passaporte: 024557447, Processo: 46094031721201211 Empresa: FMC TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOSE ALBERTO LOPEZ PEREZ Passaporte: G08732969, Processo: 46094031723201200 Empresa: FMC TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARCO ANTONIO SILVA HERNANDEZ Passaporte: G01459148, Processo: 46094031529201216 Empresa: COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHANGJI LI Passaporte: G29758625, Processo: 46094032108201211 Empresa: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KENNETH WILLIAM RONALD MOSELEY Passaporte: 099197582, Processo: 46094031144201259 Empresa: METSO PAPER SOUTH AMERICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: REIMA JARMO TAPIO MATTILA Passaporte: PR7036697, Processo: 46094030897201247 Empresa: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MIGUEL ANGEL ROMERO ACOSTA Passaporte: G09772041, Processo: 46094032156201209 Empresa: LIEBHERR BRASIL GUINDASTES E MAQUINAS OPERATRIZES LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LUIS ANAUT BERNAT Passaporte: AAF442979, Processo: 46094032112201271 Empresa: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RUSSELL ROBERT DAVID STEWART Passaporte: 099230372, Processo: 46094032111201226 Empresa: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL CARR Passaporte: 099188253, Processo: 46094032113201215 Empresa: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANDREW GLENN BUXTON Passaporte: 099185260, Processo: 46094032149201207 Empresa: PETRÓLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KEISHI SATO Passaporte: TH8369746, Processo: 46094031239201272 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Ma. Yanjing Passaporte: E00600702, Processo: 46094032150201223 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HIDEAKI OKOSHI Passaporte: TH0861074, Processo: 46094031238201228 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Ma. Changbao Passaporte: G60468799, Processo: 46094031814201237 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BJØRN JOHAN SKOGEN Passaporte: 29008772, Processo: 46094031524201293 Empresa: COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: XUEJUN XU Passaporte: G32047526, Processo: 46094031381201210 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARKO PRODANOVIC Passaporte: 010717892, Processo: 46094031788201247 Empresa: EFACEC DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RÚBEN LUCAS RODRIGUES Passaporte: L392736, Processo: 46094031379201241 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CLAUDIO ALESSIO Passaporte: D208693, Processo: 46094031380201275 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ENEA MAESTRI Passaporte: YA3243616, Processo: 46094032109201257 Empresa: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JEROME D SMILEY JR Passaporte: 476062327, Processo: 46094032110201281 Empresa: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DANE EDGAR CLARK Passaporte: 099197603, Processo: 46094032114201260 Empresa: NOV DOWNHOLE COMERCIALIZACAO DE EQUIPAMENTOS PARA PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JAMES PAUL COWAN Passaporte: 402657028, Processo: 46094031287201261 Empresa: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RAJEEV RAJ Passaporte: F2778193, Processo: 46094031382201264 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANDREW PRESTON BUTLER Passaporte: 209696157, Processo: 46094031523201249 Empresa: COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YONG ZHAO Passaporte: E02026833, Processo: 46094031531201295 Empresa: COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LONGJIANG WANG Passaporte: E02026838, Processo: 46094031528201271 Empresa: COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: XIANZHU YUE Passaporte: E02026842, Processo: 46094031526201282 Empresa: COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FENGCUN GONG Passaporte: E02026848, Processo: 46094031533201284 Empresa: COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DONG LIU Passaporte: E02026836, Processo: 46094031233201203 Empresa: ROCHLING PLASTICOS DE ENGENHARIA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KLAUS DIETER NEHMER Passaporte: 182703921, Processo: 46094031231201214 Empresa: ROCHLING PLASTICOS DE ENGENHARIA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ERWIN GROSSMANN Passaporte: 179904400, Processo: 46094031232201251 Empresa: ROCHLING PLASTICOS DE ENGENHARIA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HANS JOACHIM HEISE Passaporte: 182428963, Processo: 46094031230201261 Empresa: ROCHLING PLASTICOS DE ENGENHARIA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JAN ROLFES Passaporte: C2GZHHCKP, Processo: 46094031234201240 Empresa: ROCHLING PLASTICOS DE ENGENHARIA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KARL GERHARD MILIUS Passaporte: 182305938, Processo: 46094031527201227 Empresa: COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: XIANLEI MENG Passaporte: E02026832, Processo: 46094031175201218 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ATLE OSCAR MONSEN Passaporte: 25381658, Processo: 46094031532201230 Empresa: COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: QIANPING LIU Passaporte: E02026831, Processo: 46094031530201241 Empresa: COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LINGTAO MENG Passaporte: E02026845, Processo: 46094031363201238 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Sita Rama Swamy Kankanalapalli Passaporte: H0468367, Processo: 46094031525201238 Empresa: COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: XINGCHANG PAN Passaporte: E02026849, Processo:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

46094032151201278 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JEROLD PAUL DUNN Passaporte: 482161851, Processo: 46094031423201212 Empresa: SSI SCHAEFER LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROBERT GÖTTFRIED Passaporte: L0656026, Processo: 46094031426201256 Empresa: SSI SCHAEFER LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTIAN SCHWARTZ Passaporte: J0096928, Processo: 46094031534201229 Empresa: COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YANDONG YI Passaporte: E01994405, Processo: 46094031519201281 Empresa: CEBRACE CRISTAL PLANO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JITENDRA SINGH GOSAIN Passaporte: H9574517, Processo: 46094031630201277 Empresa: DANIELI DO BRASIL S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MILJENKO BENGEZ Passaporte: 001619997, Processo: 46094031787201201 Empresa: EFACEC DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: AVELINO MARCO CORREIA MAGOSTEIRO Passaporte: L648154, Processo: 46094031740201239 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YOUNG BOK KIM Passaporte: M11370654, Processo: 46094031738201260 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHANG-BONG OH Passaporte: M06103211, Processo: 46094031480201200 Empresa: CERAGON AMERICA LATINA LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ALBERT RICHARDSON Passaporte: 099051015, Processo: 46094031741201283 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JUNGEON KIM Passaporte: M12904401, Processo: 46094031767201221 Empresa: DECATRON AUTOMACAO E TECNOLOGIA DE INFORMACAO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PIETER RETIEF VON WIELLIGH Passaporte: 441139284, Processo: 46094031397201222 Empresa: CHEVRON BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARIA AMELIA FRATESCHI Passaporte: AAA052127, Processo: 46094031551201266 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SHELLY-ANNE SHERISSE JEFFREY Passaporte: TA737108, Processo: 46094031779201256 Empresa: SCOPPA GMBH BRASIL LTDA EPP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOSE LUIS JARDON ZAMORA Passaporte: G06529364, Processo: 46094032152201212 Empresa: FUNDICAO REGALI BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: VANCHO TODOROV Passaporte: A0067357, Processo: 46094031395201233 Empresa: CHEVRON BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOSE EFRAIN DURAN SAEZ Passaporte: 009755008, Processo: 46094031429201290 Empresa: SSI SCHAEFER LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANDREAS HEROLD-MARTINEZ Passaporte: P4800256, Processo: 46094031552201219 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GEORGE PERRON CHATHAM Passaporte: 441374353, Processo: 46094031737201215 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HOKWON BANG Passaporte: M29447053, Processo: 46094031433201258 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Tony Kersten Passaporte: C6G3X36MR, Processo: 46094031436201291 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Torsten Voigt Passaporte: 473229496, Processo: 46094031434201201 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: André Kruppa Passaporte: 479006121, Processo: 46094031553201255 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: WILLIAM DAVID REYNOLDS JR. Passaporte: 463045249, Processo: 46094031439201225 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Frank Elzermann Passaporte: 470117291, Processo: 46094031653201281 Empresa: DANIELI DO BRASIL S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: VASJA PRINCIC Passaporte: PB0727780, Processo: 46094031437201236 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Steffen Seidl Passaporte: 484724366, Processo: 46094031555201244 Empresa: PANCOAST NAVEGACAO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: IOANNIS VLAMIS Passaporte: AH2133759, Processo: 46094031432201211 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Jens Uwe Eschholz Passaporte: 470118067, Processo: 46094031739201212 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JAE HYUNE LIM Passaporte: M75856657, Processo: 46094031435201247 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Thomas Bruno Grundmann Passaporte: 473229717, Processo: 46094031556201299 Empresa: PANCOAST NAVEGACAO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LAZAROS PALAIOLOGOS Passaporte: AI0373016, Processo: 46094031430201214 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Oliver Hackel Passaporte: C6L52YZCN, Processo: 46094031583201261 Empresa: VALLOUREC & SUMITOMO TUBOS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GUOXIN HU Passaporte: G30021359, Processo: 46094031438201281 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Andreas Hesse Passaporte: 475003395, Processo: 46094031584201214 Empresa: VALLOUREC & SUMITOMO TUBOS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: QINGHUA SONG Passaporte: G61459652, Processo: 46094031585201251 Empresa: VALLOUREC & SUMITOMO TUBOS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SEN LI Passaporte: E03172854, Processo: 46094031558201288 Empresa: PANCOAST NAVEGACAO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: IOANNIS RAISIS Passaporte: AH3587034, Processo: 46094031586201203 Empresa: VALLOUREC & SUMITOMO TUBOS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: XIUHAI LAI Passaporte: E02374156, Processo: 46094031587201240 Empresa: VALLOUREC & SUMITOMO TUBOS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ZANYANG ZHANG Passaporte: E03063830, Processo: 46094031588201294 Empresa: VALLOUREC & SUMITOMO TUBOS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KAI YUAN Passaporte: G41108408, Processo: 46094031984201211 Empresa: QUICKFLANGE DO

BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PHILIP CROSS Passaporte: 093068959, Processo: 46094031557201233 Empresa: PANCOAST NAVEGACAO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GEORGIOS SOUNIOS Passaporte: AH4183581, Processo: 46094031579201201 Empresa: V & M DO BRASIL S. A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Shawn Adam Hawk Passaporte: 430111066, Processo: 46094031582201217 Empresa: V & M DO BRASIL S. A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: REINER MICHAEL QUANDT Passaporte: 772228462, Processo: 46094032153201267 Empresa: FUNDICAO REGALI BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: AMEL BRKA Passaporte: 6076604, Processo: 46094031580201228 Empresa: V & M DO BRASIL S. A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RAJKO HEINIG Passaporte: 595901489, Processo: 46094031581201272 Empresa: V & M DO BRASIL S. A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NORMAN LEHMANN Passaporte: CCV69JNOW, Processo: 46094032155201256 Empresa: FUNDICAO REGALI BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ASMIR BAJRAMOVIC Passaporte: A1137690, Processo: 46094031650201248 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TOMAS CLEMENTE DEITO Passaporte: AAD339077, Processo: 46094031971201242 Empresa: V. SHIPS BRASIL S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BOHWAN HWANG Passaporte: M78101917, Processo: 46094032154201210 Empresa: FUNDICAO REGALI BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HALIL ALIBASIC Passaporte: A0124880, Processo: 46094031596201231 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: WILLIAN TARSICIO MORENO HURTADO Passaporte: CC79749325, Processo: 46094031597201285 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NICHOLAS JOHN CARTER Passaporte: 305900837, Processo: 46094031704201275 Empresa: INTERNATIONAL PAPER DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: THOMAS ALAN KLEINHANS Passaporte: 401986536, Processo: 46094031595201296 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: IAN GEORGE THOMSON Passaporte: 112301061, Processo: 46094031642201200 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KARL JOSEF FRIEDRICH LANG Passaporte: CG624PF8T, Processo: 46094031640201211 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JAMES MICHAEL ANTONINI Passaporte: 473 367 294, Processo: 46094031641201257 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GRANVILLE CARTER LILES Passaporte: 472 244 124, Processo: 46094031643201246 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GARRETT EVAN ARNOLD Passaporte: 467 983 438, Processo: 46094031594201241 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RICHARD MICHAEL TODD Passaporte: 507665500, Processo: 46094031742201228 Empresa: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTOFFER DOERUM Passaporte: 26110211, Processo: 46094031744201217 Empresa: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROY EGELAND Passaporte: 28779563, Processo: 46094031644201291 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PATRICK ALFRED MC FARLINE Passaporte: 484662852, Processo: 46094031746201214 Empresa: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KRISTIAN HAUGLAND SKEGGS Passaporte: 21368513, Processo: 46094031816201226 Empresa: FIVE STARS DE MACAE SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GARY LEE FONTENOT Passaporte: 136056202, Processo: 46094031820201294 Empresa: FIVE STARS DE MACAE SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BILLY EDWIN RINGBAUER Passaporte: 445878086, Processo: 46094032084201291 Empresa: HYDRO ALUMINIO ACRO S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MAURIZIO TERENGHI Passaporte: AA0426013, Processo: 46094032082201201 Empresa: HYDRO ALUMINIO ACRO S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GIANLUCA SARDI Passaporte: F995727, Processo: 46094032028201257 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ALEXANDER FUNK Passaporte: C6G3V61ZZ, Processo: 46094032080201211 Empresa: TEXA ALUMINIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JIANLIN LIU Passaporte: G39743226, Processo: 46094032137201274 Empresa: CAMERON DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GENE BLUNT JR. Passaporte: 421146869, Processo: 46094032136201220 Empresa: CAMERON DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RONNIE LEE SEGREST Passaporte: 483765162, Processo: 46094031931201209 Empresa: THYSSENKRUPP METALURGICA CAMPO LIMPO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HORST SCHOELLHAMMER Passaporte: C982PRMM3, Processo: 46094032030201226 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Torsten Engler Passaporte: C6G3LPTZP, Processo: 46094031884201295 Empresa: ACCIONA INFRAESTRUCTURAS S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HENRRY GREGORIO MOREIRA NAVARRETE Passaporte: 1309417754, Processo: 46094032204201251 Empresa: EMERSON PROCESS MANAGEMENT LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Brian Lee Daugherty Passaporte: 057385476, Processo: 46094031961201215 Empresa: STATOIL BRASIL OLEO E GAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LEIF GERNER SCHMIDT Passaporte: 200160604, Processo: 46094032099201250 Empresa: NISSIN-AJINOMOTO ALIMENTOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SATOSHI UESHIMA Passaporte: TK1381192, Processo: 46094031896201210 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Mark Leon Courville Passaporte: 494461166, Processo: 46094031895201275 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Kenneth William Houk Passaporte: 479347871, Processo: 46094032023201224 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANNE- KATHRIN MATTIS Passaporte: C6G3F4WC, Processo: 46094031997201291 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HELGE MUCHA Passaporte: 26923806, Processo: 46094032011201208 Empresa: EMC COMPUTER SYSTEMS BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MITESHKUMAR VADILAL SHAH Passaporte: 440965372, Processo: 46094032029201200 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DETTLEF- FRANK KRETSCHMANN Passaporte: 470117721, Processo: 46094032157201245 Empresa: FIVES DO BRASIL COMERCIO DE MAQUINAS INDUSTRIAIS E SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BRUNO ALAIN FRANÇOIS SOUQUET Passaporte: 07AZ07365, Processo: 46094032216201285 Empresa: CHEVRON BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: WILLIAM TERRY SCHROEDER Passaporte: 478505745.

Temporário - Sem Contrato - RN 69 - Resolução Normativa, de 22/03/2006:

Processo: 46094030855201214 Empresa: D + 3 PRODUCOES ARTISTICAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DANIEL CHRISTIAN FRISCHKNECHT KNORR Passaporte: X2766033 Estrangeiro: JAN FREI Passaporte: X3362881 Estrangeiro: NILS TOBIJA KELLER Passaporte: F1287811, Processo: 46094031197201270 Empresa: ROMA CULTURAL LTDA. - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: AMADEO CORDERO HIDALGO Passaporte: 111600246 Estrangeiro: ANA CLARA CARRANZA Passaporte: 21528630N Estrangeiro: ANDY GUSTAVO GAMBOA ARGUEDAS Passaporte: 110460359 Estrangeiro: BERTHA GLADIS ALZATE QUINTERO Passaporte: 800800991 Estrangeiro: CARLOS ALBERTO ALVARADO ANDRES Passaporte: 700580006 Estrangeiro: EDUARDO JOSE CARRILLO MURILLO Passaporte: 303910678 Estrangeiro: ERIC CORDOBA LOPEZ Passaporte: 109430686 Estrangeiro: EUGENIA CHAVERRI FONSECA Passaporte: 103160272 Estrangeiro: FABIAN ALEJANDRO SANABRIA UMAÑA Passaporte: 114280225 Estrangeiro: FIORELLA BÁKIT PALACIOS Passaporte: 112930035 Estrangeiro: GERARDO ALBERTO ARCE QUESADA Passaporte: 900240222 Estrangeiro: GIOVANNI SANDI CASTILLO Passaporte: 503030728 Estrangeiro: JOSE DANIEL MARENCO CAMPOS Passaporte: 108400319 Estrangeiro: JOSE MANUEL ELIZONDO CHAVES Passaporte: 303030013 Estrangeiro: LUIS DIEGO UREÑA BENAVIDES Passaporte: 110070114 Estrangeiro: LUIS FERNANDO EGEA MONTERO Passaporte: 107710058 Estrangeiro: LUIS FERNANDO GOMEZ LEON Passaporte: 202380724 Estrangeiro: MARIA FERNANDA CAMPOS FALLAS Passaporte: 107750450 Estrangeiro: MARIANO GONZALEZ SALAS Passaporte: 900190948 Estrangeiro: MIRYAM CALDERON COLES Passaporte: 106520290 Estrangeiro: NATALIA PAMELA ARIAS MORA Passaporte: 113000449 Estrangeiro: ROLANDO TREJOS SOLANO Passaporte: 302600600 Estrangeiro: RONALD MICHAEL GONZALEZ BRENES Passaporte: 111180088 Estrangeiro: WILBERT UREÑA ALFARO Passaporte: 105030807, Processo: 46094031773201289 Empresa: GUILHERME SUSIN DONADEL Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SCOTT DICKIE Passaporte: 801831048 Estrangeiro: STUART CHARLES SANDEMAN Passaporte: 500503935, Processo: 46094030592201235 Empresa: CARLOS ISMAEL NASCIMENTO EZEQUIEL ME Prazo: 60 Dia(s) Estrangeiro: JACOB LOVE ANDERSKOV Passaporte: 200181365, Processo: 46094030590201246 Empresa: CARLOS ISMAEL NASCIMENTO EZEQUIEL ME Prazo: 60 Dia(s) Estrangeiro: JANUS CHRISTOPHER TEMPLETON Passaporte: 200245348 Estrangeiro: MORTEN SILBERG SCHANTZ Passaporte: 206196970 Estrangeiro: MORTEN ZOLLNER ANKARFELDT Passaporte: 202783259 Estrangeiro: SINNE EEG Passaporte: 202304276, Processo: 46094031624201210 Empresa: AGENTZ PRODUCOES CULTURAIS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: BLANCA LUZ CAPELLA Passaporte: 31231651N Estrangeiro: THIERRY MICHEL AZOULAY Passaporte: 06AH78685, Processo: 46094032933201215 Empresa: XYZ LIVE COMUNICACAO E EVENTOS S.A. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: CAMERON JAYMES MONTGOMERY Passaporte: 466466448 Estrangeiro: CHARLES ANTHONY FORD Passaporte: 483005112 Estrangeiro: DAVID GREGORY JACQUIN Passaporte: 407035358 Estrangeiro: IAN SEBASTIAN KEAGGY Passaporte: 402475719 Estrangeiro: JAMIE CHRISTIAN FOLLESE Passaporte: 444412121 Estrangeiro: JOHN WESLEY HAMLIN Passaporte: 488765522 Estrangeiro: NASH LINDEN MILLER OVERSTREET Passaporte: 488838655 Estrangeiro: RYAN KEITH FOLLESE Passaporte: 493044615 Estrangeiro: ZACHARY ANDREW CAINE SNYDER Passaporte: 451508492, Processo: 46094032535201291 Empresa: ACL ASSOCIACAO DE CULTURA LIVRE Prazo: 15 Dia(s) Estrangeiro: EDWIN BARBASH Passaporte: 455347275, Processo: 46094032536201235 Empresa: ACL ASSOCIACAO DE CULTURA LIVRE Prazo: 15 Dia(s) Estrangeiro: JESSE SOLOVITCH SCHEININ Passaporte: 461166388, Processo: 46094033334201219 Empresa: ACL ASSOCIACAO DE CULTURA LIVRE Prazo: 15 Dia(s) Estrangeiro: GREGORY IVAN CASSEUS Passaporte: 484094464, Processo: 46094032981201203 Empresa: IPPC PUBLICIDADE LTDA Prazo: 60 Dia(s) Estrangeiro: DANIEL RAYMOND CHARLES CIAMPOLINI Passaporte: 06AZ05492 Estrangeiro: GILBERT OLIVIER CHARLES MARIE URBAIN TOUSSAINT DU WAST Passaporte: 11AV60317 Estrangeiro: JUN ADACHI Passaporte: TK3491589 Estrangeiro: PHILIPPE ROBERT LOUIS PAGÈS Passaporte: 11CL06331, Processo: 46094032277201242 Empresa: JACQUES GUILLAUME FIGUERAS - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Be-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

noit Louis Nicolas Corboz Passaporte: F3388908 Estrangeiro: Christophe Nicolas René Chambet Passaporte: F2426783 Estrangeiro: Erik TRUFFAZ Passaporte: 07AZ12467 Estrangeiro: Maxence Sibille Passaporte: 11CK28899, Processo: 46094031771201290 Empresa: JACQUES GUILLAUME FIGUERAS - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Amir Bresler Passaporte: C4JT5MYTW Estrangeiro: Avishai Cohen Passaporte: 13277293 Estrangeiro: OMRI MOR Passaporte: 11252944, Processo: 46094031764201298 Empresa: AYMBERE PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME Prazo: 7 Dia(s) Estrangeiro: Andrea Gabriela Nussembaum Passaporte: 29905733N Estrangeiro: Fernando Oscar Rubio Passaporte: 24921064N Estrangeiro: Juliana Mercedes Muras Passaporte: 24183464N Estrangeiro: Marcelo Rodolfo Subiotto Passaporte: 18404437N Estrangeiro: Maria Lourdes Pingeon Passaporte: 34551502N Estrangeiro: Martín Urruty Passaporte: 27283171N Estrangeiro: Pablo Luis Gasloli Passaporte: 24623569N Estrangeiro: Santiago Andres Pianca Passaporte: 27771543N Estrangeiro: Santiago Rey Passaporte: 24030622N, Processo: 46094032491201207 Empresa: XYZ LIVE COMUNICACAO E EVENTOS S.A. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: CARLOS ROBERTO PENA SERRANO Passaporte: 466365338 Estrangeiro: CODY JOHN CLARK Passaporte: 500203436 Estrangeiro: CRISTOPHER LEPURAGE Passaporte: 475917847 Estrangeiro: DEREK HUGHES PURCIFUL Passaporte: 456026986 Estrangeiro: DUSTIN EARL BELT Passaporte: 434918716 Estrangeiro: ERIC THOMAS MORRIS Passaporte: 444548435 Estrangeiro: J ROGER DENNIS Passaporte: 460538325 Estrangeiro: JAMES DAVID BURGUE MASLOW Passaporte: 480410286 Estrangeiro: JEREMY PAUL BOLTON Passaporte: 135578900 Estrangeiro: JIM LIN SABENGSY Passaporte: 476143917 Estrangeiro: JOHN JOSEPH MC LEISH Passaporte: 480636162 Estrangeiro: JORDAN HOWARD PLOSKY Passaporte: 459316574 Estrangeiro: JOSHUA ASHER KOFFMAN Passaporte: BA321851 Estrangeiro: JOSHUA COLE SCOTT Passaporte: 424536919 Estrangeiro: KENDALL FRANCIS SCHMIDT Passaporte: 475121117 Estrangeiro: LAUREN ANN CARROLL Passaporte: 096840757 Estrangeiro: LEO CHRISTOPHER STAUB Passaporte: 420340750 Estrangeiro: LOGAN PHILIP HENDERSON Passaporte: 424168716 Estrangeiro: MATTHEW DELEER DEAL FREY Passaporte: 431293665 Estrangeiro: MELISSA ANN AGEE Passaporte: 422095864 Estrangeiro: MICHELLE SABOLCHICK PETTINATO Passaporte: 488887436 Estrangeiro: RANDY ALLAN SCHULTE Passaporte: 480410611 Estrangeiro: RANEL JAVA CALDEO Passaporte: 422052547 Estrangeiro: RICHARD WRIGHT VOUTSELAS Passaporte: 207854319 Estrangeiro: ROBERT EDDIE FEGGANS JR Passaporte: 017138516 Estrangeiro: SUZANNE ELIZABETH MELOCHE Passaporte: 455722864, Processo: 46094032490201254 Empresa: T4F ENTRETENIMENTO S.A. Prazo: 60 Dia(s) Estrangeiro: AARON DEREK WARNER Passaporte: 303905737 Estrangeiro: ADRIAN MARK VINES Passaporte: 094615386 Estrangeiro: ADRIENE LEA RAMSEY Passaporte: 488690503 Estrangeiro: ALBERT VICTOR LAWRENCE Passaporte: 801473533 Estrangeiro: ALESSANDRO SOCCOLI Passaporte: AA2545782 Estrangeiro: AMANDA CATHERINE GIANGARDELLA Passaporte: 488782801 Estrangeiro: AMANDA LAUREN BALEN Passaporte: QC284070 Estrangeiro: AMILCAR CABRAL NAVARRO Passaporte: 481621199 Estrangeiro: ANDREW LANE SOLOMON Passaporte: 488690507 Estrangeiro: ANDREW SHILLITO Passaporte: 094364812 Estrangeiro: ANDRÁS JUHÁSZ Passaporte: BB1159651 Estrangeiro: ANTOIN NEIL PATTEN Passaporte: PT3921270 Estrangeiro: ANTON ZASLAVSKI Passaporte: C2Z01K8Y1 Estrangeiro: ANTONIO JOSE DUARTE DA CRUZ Passaporte: R229383 Estrangeiro: ARMANDO VERA JR Passaporte: 483725786 Estrangeiro: BALAZS KEREKGYARTO Passaporte: ZF401208 Estrangeiro: BARBARA JOYCE CHENNAULT Passaporte: 488782466 Estrangeiro: BART CARLA LUDO IVO DECKERS Passaporte: EI151788 Estrangeiro: BART FRANS MARIA NYS Passaporte: EJ149407 Estrangeiro: BART LUDOVICUS JOSEFINE LIEVENS Passaporte: EH742645 Estrangeiro: BEN AN LEO HOMMERS Passaporte: EJ202994 Estrangeiro: BENNY RONALD STERCKX Passaporte: EI602425 Estrangeiro: BERT VANHUMBEECK Passaporte: EJ144290 Estrangeiro: BRADLEY MICHAEL HOLLAND Passaporte: 488702647 Estrangeiro: BRANDON JEROME KENNEDY Passaporte: 488782628 Estrangeiro: BRANDON VANCE MAXWELL Passaporte: 481486276 Estrangeiro: BRIAN ANTHONY REED Passaporte: 488816893 Estrangeiro: BROCKETT ASPINWALL PARSONS Passaporte: 488782928 Estrangeiro: BRUNO PETRILLI Passaporte: BA445365 Estrangeiro: BRYAN LOUIS WHITTAKER Passaporte: 488783126 Estrangeiro: CALEB LEE PETERSEN Passaporte: 488816021 Estrangeiro: CALVIN MC CASKILL MOSIER Passaporte: 488782799 Estrangeiro: CARLA SUSANA DA ENCARNAÇÃO MALHOA Passaporte: J925909 Estrangeiro: CEZARY SEBASTIAN GORKA Passaporte: EA0700692 Estrangeiro: CHARLES GREGORY SCALLIONS Passaporte: 488783127 Estrangeiro: CHARLES JOHN CEVALLOS Passaporte: 488817162 Estrangeiro: CHRISTOPHER GERARD ORGAN Passaporte: 720090384 Estrangeiro: CHRISTOPHER RYAN POLT BELLAMY Passaporte: 488782696 Estrangeiro: CHRISTOPHER TODD CARTER Passaporte: 488782800 Estrangeiro: CIARAN FLAHERTY Passaporte: LT0070911 Estrangeiro: COLLEEN MARY MARTIN Passaporte: 488815570 Estrangeiro: CONOR NICHOLAS CULLEN OREILLY Passaporte: PA2031861 Estrangeiro: COREY MARC PROULX Passaporte: QF126894 Estrangeiro: DALIBOR MISURA Passaporte: L4191538 Estrangeiro: DANIEL ALEXANDER SEAL Passaporte: 099175070 Estrangeiro: DANIEL FRANCIS HAWKINS Passaporte: 094392031 Estrangeiro: DANIEL JOSEPH GURCHIK Passaporte: 488782796 Estrangeiro: DANIEL PAUL KLOCKER Passaporte: 488782785 Estrangeiro: DANIEL SCOTT RAVAS Passaporte: 444515255 Estrangeiro: DAVID A DRAGOSIN Passaporte: 488782916 Estrangeiro: DAVID CHRISTOPHER RABOLD Passaporte: 483081009 Estrangeiro: DAVID EDWARD EVANS Passaporte: 720053788 Estrangeiro: DAVID JAMES SWANSON Passaporte: 422096533 Estrangeiro: DAVID LEIBRANDT MASTERSON Passaporte: 488782529 Estrangeiro: DAVID STUART RUSSELL Passaporte: 707068069 Estrangeiro: DENNIS ELFRIED JACQUES LIEVELD Passaporte: NFD885897 Estrangeiro: DINO JOHN ZISIS Passaporte: 217619468 Estrangeiro: DOMINIK SONNTAG Passaporte: 937205447 Estrangeiro: EDWARD FRANCIS MAJCINA Passaporte: 488690435 Estrangeiro: EDWIN JAMES GRAHAM Passaporte: 093164556 Estrangeiro: EMMA WELSH Passaporte: 503613546 Estrangeiro: ERIC WILLIAM WAGNER Passaporte: 482557048 Estrangeiro: ERIK MUHM Passaporte: P1173606 Estrangeiro: ERIN KELLY OBRIEN Passaporte: 488783027 Estrangeiro: FERNANDO NUNEZ GARIBAY Passaporte: 039465078 Estrangeiro: FRANCIS GILES POULLAIN PATTERSON Passaporte: 099267871 Estrangeiro: FRANZ RIEGER Passaporte: P6657608 Estrangeiro: FREDDY HURTADO Passaporte: 434981794 Estrangeiro: FREDERIC ASPIRAS Passaporte: 488782467 Estrangeiro: GARY FRANCIS DOERR Passaporte: 488782693 Estrangeiro: GEERT JAN SAARLOOS Passaporte: NS9B4DC26 Estrangeiro: GEORGE HUBERT MC CURDY III Passaporte: 488783032 Estrangeiro: GERARD MAES Passaporte: EJ114529 Estrangeiro: GINA M BULETTA Passaporte: 488782784 Estrangeiro: GRAHAM DAVID BREITENSTEIN Passaporte: 488782728 Estrangeiro: GUSTAVO RODRIGUEZ OLIVARES Passaporte: G09462076 Estrangeiro: HEDWIG FRANCISCUS HENRI DE MEYER Passaporte: EJ345153 Estrangeiro: HELEN PATRICIA SMITH Passaporte: 505859100 Estrangeiro: HENDRIK FRANCIS VERDEYEN Passaporte: EH975969 Estrangeiro: HILLARY LANE BENTLEY Passaporte: 488782885 Estrangeiro: HUGH DUNCAN Passaporte: 099287354 Estrangeiro: HUGUES IMSCHOOT Passaporte: EH739797 Estrangeiro: IAIN LLOYD HARDWICK Passaporte: 509082495 Estrangeiro: IAN JAQUES MC KENZIE Passaporte: 488690568 Estrangeiro: JAKE ROGER JEVONS Passaporte: 504336125 Estrangeiro: JAMES BRUCE RAMACUS Passaporte: 017170010 Estrangeiro: JAMES CHRISTOPHER VINEYARD Passaporte: 488782929 Estrangeiro: JAMES JOSEPH BYRNE Passaporte: PT4449801 Estrangeiro: JAMES RODNEY VAN EGMOND Passaporte: 488782656 Estrangeiro: JAMES THOMAS LA MARCA Passaporte: 488782804 Estrangeiro: JANOS KEREKGYARTO Passaporte: BC2106068 Estrangeiro: JASON FREDRICK KIRSCHNICK Passaporte: 488782884 Estrangeiro: JASON GEORGE LEWIS Passaporte: BA442033 Estrangeiro: JASON HARVEY Passaporte: 761301579 Estrangeiro: JASON MICHAEL DANTER Passaporte: 099108753 Estrangeiro: JAVIER SALDANA Passaporte: 488783031 Estrangeiro: JEFFREY STEVEN ADKISSON Passaporte: 488782658 Estrangeiro: JENEATHA JANE CLEAVINGER Passaporte: 304649338 Estrangeiro: JEREMY CRAIG HUDSON Passaporte: 488690567 Estrangeiro: JEREMY SPENCER HARMER Passaporte: 707400955 Estrangeiro: JESSE HELM MEYER Passaporte: 429895955 Estrangeiro: JOHANNES PETRUS MARIA KOSTERMAN Passaporte: NX69K5PD8 Estrangeiro: JOHN CHARLES CONK Passaporte: 489305922 Estrangeiro: JOHN JAMAL KEARNEY CRAWFORD Passaporte: 488782626 Estrangeiro: JOHN KEVIN BERNAL Passaporte: 459827319 Estrangeiro: JOHN TEWKSBURY WARREN Passaporte: 488782781 Estrangeiro: JOHN THOMAS FLYNN Passaporte: PD4573706 Estrangeiro: JONAS FETS Passaporte: EH678669 Estrangeiro: JOSEPH D WILSON Passaporte: 483737355 Estrangeiro: JOYA SUE CLEVELAND Passaporte: 488782659 Estrangeiro: JOÃO ALBERTO MENDES ANTUNES Passaporte: J925305 Estrangeiro: JOËL ROGER BRAMS Passaporte: EJ554150 Estrangeiro: JUSTIN DAVID HAWKINS Passaporte: 094265846 Estrangeiro: JÖRG MARKUS STROBEL Passaporte: CGWPYHLJ4 Estrangeiro: KARL DENNIS MARTIN Passaporte: 488782970 Estrangeiro: KATRINA LOUISE DOY Passaporte: 504163040 Estrangeiro: KENNETH SCOTT WALLER Passaporte: 488783004 Estrangeiro: KERI JO BUNKERS Passaporte: 210285442 Estrangeiro: KEVIN ANDREW FREY Passaporte: 488782890 Estrangeiro: KIMBERLY ANNE MC ALLISTER Passaporte: 489301118 Estrangeiro: KRYSTENA LEE RICE Passaporte: 488782936 Estrangeiro: KURT GORDON JENKS Passaporte: 488782888 Estrangeiro: LACEE ROSE FRANKS Passaporte: 488782930 Estrangeiro: LANAR BRANTLEY Passaporte: 488782497 Estrangeiro: LAURA ELIZABETH SPRATT Passaporte: 801851739 Estrangeiro: LAURA JEAN ADAMS Passaporte: WP091849 Estrangeiro: LAUREN PATRICE ACKERT Passaporte: 488782589 Estrangeiro: LEE LESLIE BARRY FOX FURNELL Passaporte: 720063362 Estrangeiro: LENYN WILSON BARAHONA Passaporte: 488816914 Estrangeiro: LISA NINFA BRUNO Passaporte: 488782501 Estrangeiro: LONNIE LEE ADAMS II Passaporte: 488782748 Estrangeiro: LOTHAR JOHANN FREIBERGER GEB. KNIE Passaporte: CGPKXLWJG Estrangeiro: LUIS ANDRES VILLARROEL VILLARROEL Passaporte: 106342423 Estrangeiro: LUKE JAMES LARSON Passaporte: 488783577 Estrangeiro: MAARTEN JOHANNES THEODORUS VAN KRUIJSDIJK Passaporte: NPF42L4F9 Estrangeiro: MARC JOSEPH VAN DIJCK Passaporte: EJ295242 Estrangeiro: MARCO PIETER VAN DE PANNE Passaporte: NVH73DF65 Estrangeiro: MARK KENNETH IOANE KANEMURA Passaporte: 488690565 Estrangeiro: MARLA SUE WEINHOFF Passaporte: 113303991 Estrangeiro: MARY JO SPILLANE Passaporte: 112809833 Estrangeiro: MATTHEW DAVID STRAKIS Passaporte: 488782783 Estrangeiro: MICHAEL AUSTIN CORYELL Passaporte: 433808627 Estrangeiro: MICHAEL CHARLES SIENKIEWICZ Passaporte: 488782836 Estrangeiro: MICHAEL ROBERT HACKMAN Passaporte: 761335214 Estrangeiro: MONICA VELASQUEZ Passaporte: 488782689 Estrangeiro: MONTANA MICHELLE EFAW Passaporte: 488690545 Estrangeiro: NATHANIEL BLAKE ROMO Passaporte: 488783874 Estrangeiro: NEIL ANDREW YOUNG Passaporte: 206486952 Estrangeiro: NICHOLAS PAUL MONSON Passaporte: 490154376 Estrangeiro: NICO G. WITTOUCK Passaporte: EG640037 Estrangeiro: NICO RAAT Passaporte: NNLF764H2 Estrangeiro: NICOLE BREAHN HAGGINS Passaporte: 488782541 Estrangeiro: NOAM SIGAL Passaporte: 488782846 Estrangeiro: NORMAN BERND JOHN MARIE OOSTERBROEK Passaporte: NMH1PJK05 Estrangeiro: NUNO RODRIGO FIGUEIREDO LOPES Passaporte: L017842 Estrangeiro: OLIVER MATTHEW BUCKLAND JAMES Passaporte: 099157904 Estrangeiro: OLIVER MICHAEL EBNER Passaporte: P5926780 Estrangeiro: OWEN LEE SHULL Passaporte: 488783133 Estrangeiro: PAUL EDWARD BLAIR Passaporte: 449065388 Estrangeiro: PAUL LOVELL BUTT Passaporte: LT0069250 Estrangeiro: PAUL WURM Passaporte: P2753220 Estrangeiro: PERRY JOHN MEEK Passaporte: 488782499 Estrangeiro: PETER ALEXANDER VAN DER VEEN Passaporte: BYRFD99K2 Estrangeiro: PETER MICHAEL SISSONS Passaporte: 099082816 Estrangeiro: PHILIP ALDEN EALY Passaporte: 488782727 Estrangeiro: PHILIP CABOT Passaporte: 489294813 Estrangeiro: RACHEL MOORE Passaporte: 508502756 Estrangeiro: RAEGAN MATTHEW WEXLER Passaporte: 488783125 Estrangeiro: RAMON JUVENTINO MORALES Passaporte: 488815499 Estrangeiro: RICHARD ALLEN KROHNE JR Passaporte: 488782886 Estrangeiro: RICHARD DON ARLIN WHITE III Passaporte: 489301654 Estrangeiro: RICHARD DONALD SOBKOWIAK II Passaporte: 488782690 Estrangeiro: RICHARD GRIFFIN CANNY JR Passaporte: 431658017 Estrangeiro: RICHARD JOHN FLANAGAN Passaporte: LT0069580 Estrangeiro: RICKY TILLO Passaporte: BA725982 Estrangeiro: RIK VAN ELZEN Passaporte: EJ188803 Estrangeiro: ROBERT BENJAMIN STARKSFIELD Passaporte: 111338592 Estrangeiro: ROBERT EDWARD MARSHALL JR Passaporte: 488783827 Estrangeiro: ROBERT GARDINER HAGEDORN Passaporte: 488782657 Estrangeiro: ROBERT J LISCIO Passaporte: BA284599 Estrangeiro: ROBERT JAMES ARTHUR GARDNER Passaporte: 720088755 Estrangeiro: ROBERT JOHN MOORE Passaporte: 488782883 Estrangeiro: ROBERT LAYTON MORRISON Passaporte: 489294466 Estrangeiro: ROBERT LUDWIG SCHREINZER Passaporte: P1435579 Estrangeiro: ROBERT WAYNE KEHRER CAMPBELL Passaporte: 038352547 Estrangeiro: RODERIC MAGNUS MACLEOD HARDING Passaporte: 463002211 Estrangeiro: ROEL CHRISTIAAN VELDINK Passaporte: NNCRJDR13 Estrangeiro: SARAH NICOLE TANNO Passaporte: 488782660 Estrangeiro: SCOTT JOSEPH STEWART Passaporte: 704508345 Estrangeiro: SEAN DAVID HAWKINS Passaporte: PT2382645 Estrangeiro: SETH JASON GOLDFARB Passaporte: 437222198 Estrangeiro: SLOAN TAYLOR RABINOR Passaporte: 488782515 Estrangeiro: SONJA NIKIA DURHAM Passaporte: 488782803 Estrangeiro: STACEY SAARI Passaporte: BA789114 Estrangeiro: STEFAAN WILLY LISETTE VANDENBOSCH Passaporte: EH514617 Estrangeiro: STEFANI JOANNE GERMANOTTA Passaporte: 488783180 Estrangeiro: STEPHAN SCHUMACHER Passaporte: 686433461 Estrangeiro: STEVEN ANTHONY FATONE Passaporte: 488782692 Estrangeiro: STEVEN MICHAEL SCRIVENS Passaporte: 460055051 Estrangeiro: STEVEN WILLIAM EAGLES Passaporte: 060289051 Estrangeiro: TAMÁS BALOGH Passaporte: BB3805677 Estrangeiro: TARA ELIZABETH SAVELO Passaporte: 488782465 Estrangeiro: TERENCE FARRELL Passaporte: PT5079230 Estrangeiro: TERRENCE RICHARDSON Passaporte: 422310268 Estrangeiro: THOMAS DAVID BUCKLAND JAMES Passaporte: 094518388 Estrangeiro: THOMAS FRANCIS KROF JR Passaporte: 207523546 Estrangeiro: TILO KEIMLING Passaporte: C5V79F6CK Estrangeiro: TIM HARLAND STEWART Passaporte: 488816891 Estrangeiro: TODD MICHAEL GREEN Passaporte: 488816851 Estrangeiro: TROY LEMAR CARTER Passaporte: 488782625 Estrangeiro: VICTOR ENRIQUE ROJAS Passaporte: 489294465 Estrangeiro: VIKKI LOUISE WALKER Passaporte: 801214383 Estrangeiro: VINCENT ASIEL HARDISON Passaporte: 488782500 Estrangeiro: WAYNE ASHLEY BACON Passaporte: 720037744 Estrangeiro: WILFRIED EMILIUS MAGDALENA CELEN Passaporte: EI019649 Estrangeiro: WILLIAM BECKER RENGSTL Passaporte: 488782882 Estrangeiro: WILLIAM THEODORE FLUGAN Passaporte: 488782802 Estrangeiro: WIM CARENS Passaporte: EJ148307 Estrangeiro: ZAKIA CRAWFORD Passaporte: 488782627, Processo: 46094031890201242 Empresa: MICHAEL MUSATTI Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROY TILBOR Passaporte: 13329911, Processo: 46094031889201218 Empresa: MICHAEL MUSATTI Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Jhonathan Oshrat Passaporte: 29003794, Processo: 46094031892201231 Empresa: T2 EVENTOS E ESTRUTURAS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: David Maurice Clarke Passaporte: 099166548 Estrangeiro: Niels Hubertus Anna Brands Passaporte: NWBF1HFD7, Processo: 46094032821201256 Empresa: JIGAR HANS ASSAR Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Peter John Hayes Passaporte: M6271581, Processo: 46094032384201271 Empresa: RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES LTDA Prazo: 14 Dia(s) Estrangeiro: WILLIAM MICHAEL SCHWANDT JR Passaporte: 488816119, Processo: 46094032823201245 Empresa: MICHAEL MUSATTI Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KONSTANTINOS PSARAS Passaporte: 099095870, Processo: 46094032822201209 Empresa: MICHAEL MUSATTI Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FRÉDÉRIC HOLYSZEWSKI Passaporte: 12AI94637, Processo: 46094032820201210 Empresa: CLAUDIO EVANDRO DA SILVA GATTONI Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CIHAN ÖTÜN Passaporte: C6ZNKYKXG, Processo: 46094032405201258 Empresa: ENTOURAGE PRODUCOES E EVENTOS LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Oliver Huntemann Passaporte: C1VY4CPT1, Processo: 46094032990201296 Empresa: DDB BRASIL PUBLICIDADE LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ANDREW JOHNATHAN EGERTON Passaporte: 455111644 Estrangeiro: DEREK EDWARD FUDGE Passaporte: 093150248 Estrangeiro: FELIX WHITE Passaporte: 504404454 Estrangeiro: HUGO WHITE Passaporte: 540337004 Estrangeiro: JAMIE THOMAS MCLUCKIE Passaporte: 504631927 Estrangeiro: ORLANDO THOMAS PENHALE WEEKS Passaporte: 503244987 Estrangeiro: PHILIP RAYMOND SHAW Passaporte: 099251938 Estrangeiro: REUBEN GOTTO Passaporte: 500594725 Estrangeiro: RUPERT ALEXANDER JAMES JARVIS SHEPHERD Passaporte:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

540335812 Estrangeiro: SAM DOYLE Passaporte: 094504450 Estrangeiro: THOMAS PAUL CLUES Passaporte: 509658835 Estrangeiro: WILLIAM WHITE Passaporte: 107962510, Processo: 46094032406201201 Empresa: ENTOURAGE PRODUCOES E EVENTOS LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Stephan Bodzin Passaporte: CH2F15X31, Processo: 46094032262201284 Empresa: INSTITUTO CULTURAL FILARMONICA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: AUGUSTIN LINDO HADELICH Passaporte: C4G41FPMM, Processo: 46094032582201234 Empresa: XYZ LIVE COMUNICACAO E EVENTOS S.A. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: CHAD JOSEPH PETERS Passaporte: 452102826 Estrangeiro: CHARLES MICHAEL OLECH Passaporte: 422085393 Estrangeiro: CHRISTOPHER JONAS NAUDA Passaporte: 018002428 Estrangeiro: CLINTON KELLY ARTHUR JACKSON Passaporte: WA855763 Estrangeiro: DEMETRIA DEVONNE LOVATO Passaporte: 488782993 Estrangeiro: DUSTIN JAMES DELUNA Passaporte: 209319903 Estrangeiro: JAMES WILLIAM KANE Passaporte: 211622198 Estrangeiro: JILL MC QUIDDY POWELL Passaporte: 485645917 Estrangeiro: KAISHA ASKINS BLACKSTONE Passaporte: 447849720 Estrangeiro: KATHERINE JEAN LUBAHN Passaporte: 447669895 Estrangeiro: MARYA C GULLO Passaporte: 467241694 Estrangeiro: MATTHEW ALEXANDER LEA Passaporte: M5193122 Estrangeiro: MICHAEL GARDINER BAYER Passaporte: 442094791 Estrangeiro: MICHAEL HUNTER REID JR Passaporte: 426783764 Estrangeiro: MICHAEL JOHN MANNING Passaporte: 444670229 Estrangeiro: NIKKI ELLEN BOHANNON Passaporte: 405344636 Estrangeiro: PHILIP DANIEL MCINTYRE Passaporte: 039 649 149 Estrangeiro: SHARI LYNN SHORT Passaporte: 485625949 Estrangeiro: STEVEN RODRIGUEZ Passaporte: 141412365 Estrangeiro: WILLIAM GORDON BEAMAN Passaporte: 454665540, Processo: 46094032991201231 Empresa: GAIA PRODUCOES ARTISTICAS E CULTURAIS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: AKIKO YAMAZAKI Passaporte: TH5339064 Estrangeiro: DANIELA YOHANNES Passaporte: 720028130 Estrangeiro: Jeffrey Michael Culbert Passaporte: 439071699 Estrangeiro: Keith Daniel Jarrett Passaporte: 216677527 Estrangeiro: MARTIN GEOFFREY PEARSON Passaporte: 705510532 Estrangeiro: STEPHEN ERIC CLOUD Passaporte: 39752527, Processo: 46094032388201259 Empresa: RADIOLA RECORDS GRAVADORA E EDITORA LTDA - ME Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DANIEL MARK GLASS Passaporte: 218456510 Estrangeiro: DAVID EDWARD CROZIER Passaporte: 217570711 Estrangeiro: DAVID JAMES MILLER Passaporte: 464969803 Estrangeiro: DAVID JESSE DORAME Passaporte: 498739263 Estrangeiro: EDWIN BRUCE NICHOLS Passaporte: 431553863 Estrangeiro: GARY ELDRIDGE GRICE Passaporte: 112965062 Estrangeiro: JENNIFER ELIZABETH KEITH Passaporte: 038951051 Estrangeiro: JOSE MIGUEL REYNOSO JR Passaporte: 113300059 Estrangeiro: KAREEM WOODS Passaporte: 112863302 Estrangeiro: KIMBERLY LOUISE VOLLSTEDT Passaporte: 440562122 Estrangeiro: LEE RANKIN THORNBURG Passaporte: 038625217 Estrangeiro: MARK WARREN CALLY Passaporte: N6200186 Estrangeiro: RYAN CHRISTOPHER RASHEED Passaporte: 047287593, Processo: 46094032526201208 Empresa: OVERLOAD EVENTOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: AARON JOHN BARTON Passaporte: 448538715 Estrangeiro: ARLEY AVALOS CERVANTES Passaporte: 458658093 Estrangeiro: IAN MATTHEW FINTAK Passaporte: 422060503 Estrangeiro: JONATHAN LLOYD ELLIS Passaporte: 108256450 Estrangeiro: KEITH ANDREW WARREN Passaporte: 510151655 Estrangeiro: MICHAEL DAVISON Passaporte: 099221158 Estrangeiro: PETER JONATHAN NICHOLSON Passaporte: 453755805 Estrangeiro: RYAN PATRICK HAGEN Passaporte: 469920659 Estrangeiro: SHAHEN HAGOBIAN Passaporte: 039775030 Estrangeiro: TONY ALAN HOGG Passaporte: 306342459 Estrangeiro: ZACCHARY WEST HINKLEY Passaporte: 479863883, Processo: 46094032989201261 Empresa: HBS PRODUCOES ARTISTICAS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: NICK ROTTEVEEL Passaporte: NNLF11246 Estrangeiro: SANDER LANDSAAT Passaporte: NPBBP0R95, Processo: 46094032750201291 Empresa: ENTOURAGE PRODUCOES E EVENTOS LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Adam Kershen Passaporte: BA280557, Processo: 46094032527201244 Empresa: BORANDA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: MARINA FORMENTI Passaporte: AA1101025 Estrangeiro: RALPH NORMAN TOWNER Passaporte: 711589604, Processo: 46094032749201267 Empresa: ENTOURAGE PRODUCOES E EVENTOS LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: SANDER KETELAARS Passaporte: BY4LPC683, Processo: 46094032935201204 Empresa: PAULO MAURICIO VASCONCELLOS CHELLES DE ANDRADE FIGUEIRA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ALISTAIR IAN CAMPBELL Passaporte: 093242746 Estrangeiro: BETH ELLEN HINDERLITER Passaporte: 307868819 Estrangeiro: CARL LEONARD ROSAMOND Passaporte: 099184400 Estrangeiro: COLIN DALE GRAHAM Passaporte: 099223609 Estrangeiro: DANIEL JOACHIM BARTLEY Passaporte: 506578677 Estrangeiro: DON SYLVESTER CHANDLER Passaporte: 801219198 Estrangeiro: DOUGLAS PAUL TAYLOR Passaporte: 093101321 Estrangeiro: EMILY AUTUMN FRITZGES Passaporte: 220726263 Estrangeiro: GIULIANA HONOR HILTON Passaporte: C760391 Estrangeiro: JAMIE DAVID HICKS Passaporte: 504646786 Estrangeiro: JEWEL FREDERICK KING Passaporte: 465082757 Estrangeiro: JOHN FITZGERALD JOHNSON Passaporte: 094280948 Estrangeiro: MARGARET ROSE LALLY Passaporte: 214622904 Estrangeiro: MARVIN PAUL THOMAS Passaporte: 058030130 Estrangeiro: MATTHEW JAMES HOY Passaporte: 504546854 Estrangeiro: MELISSA DAWN KING Passaporte: 425306387 Estrangeiro: MICHAEL ANTHONY MARTIN Passaporte: 801852617 Estrangeiro: MICHAEL ANTHONY VIRTUE Passaporte: 093242753 Estrangeiro: PAUL ANTHONY SLOWLEY Passaporte: 720022265 Estrangeiro: PAUL HOWARD TAYLOR Passaporte: 720106295 Estrangeiro: PAUL JOSEPH SOUTHERNWOOD Passaporte: 094411405 Estrangeiro: TARA LEE HEFFNER Passaporte: 425707657 Estrangeiro: WINSTON EMMANUEL DELANDRO Passaporte: 099163877 Estrangeiro: WINSTON ROSE Passaporte: 099191937, Processo: 46094032934201251 Empresa: VIA FUNCHAL EMPREENDIMENTOS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: AARON CARRINGTON Passaporte: 456645387 Estrangeiro: ALEXANDER BELOKOPYTOV Passaporte: 715356284 Estrangeiro: ALEXANDER RIVERS PASSMORE Passaporte: 304027901 Estrangeiro: ALEXANDR USTINOV Passaporte: 714749419 Estrangeiro: ALEXEY USKOV Passaporte: 639423768 Estrangeiro: CLAIRE BOURNET Passaporte: 05VK89854 Estrangeiro: DAVID LOUIS REGIS GUILLEMOT Passaporte: 08CV04893 Estrangeiro: DENIS BALANDIN Passaporte: 644510910 Estrangeiro: EGOR KOSHCHEEV Passaporte: 713795192 Estrangeiro: EKATERINA BELOKOPYTOVA Passaporte: 715357239 Estrangeiro: EKATERINA BOKIY Passaporte: 716499256 Estrangeiro: EVGENIA KAZAK Passaporte: 514116734 Estrangeiro: IAKOV KUPRIN Passaporte: 644863922 Estrangeiro: JONATHAN LESLIE STEPHEN FOWLER Passaporte: 652763798 Estrangeiro: JULIAN ROBERT ANTHONY DEPLIDGE Passaporte: 801863058 Estrangeiro: JULIEN ERIC PHILIPPE DULIÉRE Passaporte: 10AC44436 Estrangeiro: LIUDMILA BUTSKOVA Passaporte: 711606102 Estrangeiro: MYKHAYLO HALMIZ Passaporte: ET641600 Estrangeiro: NATALIA POPOVA Passaporte: 716171093 Estrangeiro: NATALJA MINTALS Passaporte: KB0451946 Estrangeiro: NICHOLAS PAUL HOLLINGDALE Passaporte: 651847874 Estrangeiro: OLEKSANDR GALMIZ Passaporte: EH677414 Estrangeiro: OLGA BALANDINA Passaporte: LV3414540 Estrangeiro: OLGA KOLOTILINA Passaporte: 718138119 Estrangeiro: RINATA ARASLANOVA Passaporte: 714629355 Estrangeiro: SAMUEL LEE CLARKSON Passaporte: 801397583 Estrangeiro: SERGEY SLAVNOV Passaporte: 642361998 Estrangeiro: SERGEY SMIRNOV Passaporte: 716156523 Estrangeiro: SVETLANA KUPRINA Passaporte: 514864546 Estrangeiro: SVETLANA PERKINA Passaporte: 515264639 Estrangeiro: VALDIS MINTALS Passaporte: KB0193580 Estrangeiro: VALERIIA VOROBEVA Passaporte: 646268563 Estrangeiro: YULIA KONOVALOVA Passaporte: 714245664 Estrangeiro: YURY KUPRIN Passaporte: 514016587, Processo: 46094033036201211 Empresa: FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DO ESTADO DE SAO PAULO - FUNDACAO OSESP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MAGNUS GUSTAF-ADOLF LINDBERG Passaporte: PH9610314, Processo: 46094033037201265 Empresa: FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DO ESTADO DE SAO PAULO - FUNDACAO OSESP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: COLIN SCOT BALZER Passaporte: BA668894, Processo: 46094033035201276 Empresa: FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DO ESTADO DE SAO PAULO - FUNDACAO OSESP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARI ERIKSMOEN Passaporte: 25733341, Processo: 46094032984201239 Empresa: BRALLI LTDA - ME Prazo: 1 Mês(es) Estrangeiro: Charlotte Woodson Passaporte: 463133033 Estrangeiro: Kaseem Steven Johnson Passaporte: 464425228, Processo: 46094032988201217 Empresa: DARK DIMENSIONS PRODUTORA DE EVENTOS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: GONZALO ANTONIO GARCIA CANDIA Passaporte: 139008936 Estrangeiro: HAYATO FUKAYAMA Passaporte: MS9205073 Estrangeiro: HIDEO MIKI Passaporte: TH7456056 Estrangeiro: KENTARO KASANO Passaporte: TG6063443 Estrangeiro: KOJI TAKASHIMA Passaporte: TG6733924 Estrangeiro: MANABU SATO Passaporte: TH3654418 Estrangeiro: MAYUMI MARUO Passaporte: TG6658330 Estrangeiro: NOBUHIRO SUGIYAMA Passaporte: TG8390664 Estrangeiro: SEIJI SUMIYOSHI Passaporte: TG8209252 Estrangeiro: TAKAYUKI SATO Passaporte: MS6133557 Estrangeiro: TAKU YASUDA Passaporte: TK4646029 Estrangeiro: YUKIE ITOH Passaporte: TH0314800, Processo: 46094032987201272 Empresa: FCP PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ALEXANDRA ANNE SAUSER MONNIG Passaporte: 105035158 Estrangeiro: AMELIA RANDALL MEATH Passaporte: 104592807 Estrangeiro: BRENNDAN CHARLES McGUIRE Passaporte: WQ765715 Estrangeiro: BRENT SCOTT CLARK Passaporte: BA151896 Estrangeiro: BRIAN MANUEL LEBARTON Passaporte: 421965632 Estrangeiro: CHARLES IVAN JAY SPEARIN Passaporte: BA170012 Estrangeiro: JOSHUA BRIAN BENDER Passaporte: 096940073 Estrangeiro: KEITH MICHAEL MEGNA Passaporte: 447607968 Estrangeiro: LESLIE FEIST Passaporte: BA726756 Estrangeiro: MATTHEW MICHAEL SULLIVAN Passaporte: WJ709616 Estrangeiro: MOLLY ERIN SARLE Passaporte: 467121248 Estrangeiro: PAUL HENRY TAYLOR Passaporte: EB440305 Estrangeiro: ROBERT THOMAS KEMMIS Passaporte: BA347476 Estrangeiro: ROBERT WILLIAM LACKRITZ Passaporte: 039022682, Processo: 46094032986201228 Empresa: AUGUSTO STEVANOVICH - ME Prazo: 60 Dia(s) Estrangeiro: ALEXANDER PENKOV Passaporte: 703152090 Estrangeiro: ALEXEY KRUGLYAKOV Passaporte: 633593797 Estrangeiro: ALYONA PAVLOVA Passaporte: 635805493 Estrangeiro: ANASTASIIA RABCHEVSKA Passaporte: ET265715 Estrangeiro: ANDRII KASHYRIN Passaporte: EE255371 Estrangeiro: ANDRII VOVK Passaporte: EA124141 Estrangeiro: ANDRIY ISAYEV Passaporte: EH344371 Estrangeiro: ANDRIY SHMANDROVSKYY Passaporte: EK204335 Estrangeiro: ANDRIY SKLYAR Passaporte: AK361096 Estrangeiro: ARTUR VARDUMIAN Passaporte: EH866183 Estrangeiro: ELENA MARKINA Passaporte: 712900790 Estrangeiro: GANNA KRAINIUK Passaporte: ET191842 Estrangeiro: IAROSLAV MYGORODSKYI Passaporte: EH870125 Estrangeiro: INESA SHMANDROVSKA Passaporte: EK786191 Estrangeiro: KARYNA NEVECHERIA Passaporte: EH690786 Estrangeiro: MUKHTAR GUSENGADZHIEV Passaporte: 530130647 Estrangeiro: NATALIA KOVZALIUK Passaporte: ET688793 Estrangeiro: NATALIA SOLIANYK Passaporte: ET485539 Estrangeiro: OLEG RYBCHENKO Passaporte: EC840408 Estrangeiro: OLEKSANDR GURIN Passaporte: ET716491 Estrangeiro: OLEKSANDR OSTROVSKYI Passaporte: EA888953 Estrangeiro: OLEKSANDR SHYKIN Passaporte: AK267121 Estrangeiro: PAVLO SOROKIN Passaporte: EE084911 Estrangeiro: PETRO PAVUSH Passaporte: EK204598 Estrangeiro: RAUL RODRIGUEZ ALEGRIA Passaporte: AAC587129 Estrangeiro: ROMAN MARKIN Passaporte: 711209926 Estrangeiro: SERGEY ARTAMONOV Passaporte: 712900776 Estrangeiro: SERGII PETROV Passaporte: EE991840 Estrangeiro: SERGII ROMANOV Passaporte: EC152972 Estrangeiro: SERGII TEMKAIEV Passaporte: EC099881 Estrangeiro: VALENTIN URSE Passaporte: 13957612 Estrangeiro: VALENTYNA KRIHER Passaporte: ET864619 Estrangeiro: VALERII SIMONOV Passaporte: EH857636 Estrangeiro: VALERIY YEMETS Passaporte: EC549435 Estrangeiro: VALERIYA MARKOVA Passaporte: 639867726 Estrangeiro: VOLODYMYR GUMENIUK Passaporte: EH425020 Estrangeiro: VYACHESLAV KOROSTELEV Passaporte: 513809175 Estrangeiro: YEVGEN SHCHUKIN Passaporte: EH300630 Estrangeiro: YULIA SIMONOVA Passaporte: 700181351 Estrangeiro: ZHORA OGANISYAN Passaporte: 713167721, Processo: 46094033239201215 Empresa: FREE PASS PRODUCOES ARTISTICAS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ALAN CHAPMAN BERGMAN Passaporte: 210487198 Estrangeiro: ANDREW VENTURA BACA Passaporte: 476124079 Estrangeiro: BRENT WILLIAM EDWARD FITZ Passaporte: 480410054 Estrangeiro: DANIEL FASTRO Passaporte: G7A02V1 Estrangeiro: DIRK SAUER Passaporte: C5Z12H7F1 Estrangeiro: EDWARD MANUEL MALDONADO Passaporte: 310923162 Estrangeiro: FELIX BOHNKE Passaporte: C712M4T8H Estrangeiro: FRANK CHRISTIAN SIDORIS Passaporte: 443646031 Estrangeiro: HERBERT GARY HIRSTIUS Passaporte: 207760880 Estrangeiro: HORST MICHAEL SPIEB Passaporte: 831602130 Estrangeiro: IAN BRUCE KEITH Passaporte: 463175111 Estrangeiro: JACQUES HUSS Passaporte: G8U5236 Estrangeiro: JENS LUDWIG Passaporte: C5ZPTZR2J Estrangeiro: JOACHIM THEODOR KÜSTNER Passaporte: C1NOLPXLP Estrangeiro: MANUEL JOSÉ RIBEIRO ANTUNES Passaporte: J932395 Estrangeiro: MARK MATTHEW KUNTZ Passaporte: 443910034 Estrangeiro: MYLES RICHARD KENNEDY Passaporte: 112996906 Estrangeiro: PETER ANTHONY MERLUZZI IV Passaporte: 455522468 Estrangeiro: RUDIGER DREFFEIN Passaporte: C1J7WVPW9 Estrangeiro: SAMUEL CUYLER RISBRIDGER Passaporte: 483661072 Estrangeiro: SAUL HUDSON Passaporte: 488815794 Estrangeiro: TIMOTHY EVAN MARK Passaporte: 444753635 Estrangeiro: TOBIAS ANSELM GUIDO EXEL Passaporte: 444313598 Estrangeiro: TOBIAS SAMMET Passaporte: C5Z6R55GX Estrangeiro: TODD STEWART KERNS Passaporte: BA349409 Estrangeiro: YVES DITSCH Passaporte: G07L49C.

Temporário - Sem Contrato - RN 71 - Resolução Normativa, de 05/09/2006:

Processo: 46094031778201210 Empresa: ROYAL CARIBBEAN CRUZEIROS (BRASIL) LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JEFFERSON MANUEL VERGARA Passaporte: XX0882303 Estrangeiro: JESICA BELEN GONZALEZ Passaporte: 33019694N Estrangeiro: JESSRIEL PACULBA GATON Passaporte: EB0353783 Estrangeiro: JESUS MIGUEL LUJAN CARDENAS Passaporte: 4276255 Estrangeiro: JOHN JOSEPH WARREN CANLAS Passaporte: XX1911004 Estrangeiro: JOHN PAUL SISANTE BIGLAIN Passaporte: EB1715881 Estrangeiro: JOSE LAURENCE SARARANIA BATARIO Passaporte: EB3435222 Estrangeiro: JOSE ROY VILLACERAN LAMBERTE Passaporte: XX2585716 Estrangeiro: JOVENCIO JR. LOCSIN NAZARENO Passaporte: XX1995021 Estrangeiro: JOVO KOVAC Passaporte: A0410909 Estrangeiro: JUAN CARLOS QUINTERO DIAZ Passaporte: PE069233 Estrangeiro: JUAN PABLO CRISTANCHO TORRES Passaporte: AM829809 Estrangeiro: JUANITO JR. RIVERA ISON Passaporte: XX2492245 Estrangeiro: JUNALD BATERO JOVENA Passaporte: XX0539230 Estrangeiro: KENT MERCADO DOMINGO Passaporte: EB2296504 Estrangeiro: KISHOR KUMAR PENMETSA Passaporte: E8688838 Estrangeiro: KOMANG PURNAMA Passaporte: P 537407 Estrangeiro: LOLITO JR. SAGADAN REPOMPO Passaporte: XX3676237 Estrangeiro: MACARIO GAMAYEN SY Passaporte: XX5723153 Estrangeiro: MADE AGUS BUDIASA Passaporte: A 1013143 Estrangeiro: MADE SANDIYASA Passaporte: U 807445 Estrangeiro: MADE SUTRESNA Passaporte: S795779 Estrangeiro: MAHESH ADETLA Passaporte: G9229039 Estrangeiro: MANSYUR WAHID Passaporte: U 473116 Estrangeiro: MARCO GABATIN PAMPLONA Passaporte: XX2302475 Estrangeiro: MARIA VICTORIA BARAKAT Passaporte: 27689789N Estrangeiro: MARIANO PASTRANA SEPULVEDA Passaporte: BE342778 Estrangeiro: MARINA LORENA FLITER Passaporte: AAA127635 Estrangeiro: MARIO CAGULA NOVERO Passaporte: EB0094730 Estrangeiro: MARK ANTHONY CALUNIA Passaporte: XX5177502 Estrangeiro: MARTIN HIPOLITO REYES Passaporte: EB2810011 Estrangeiro: MARVIN IGNACIO MENDOZA Passaporte: XX5704662 Estrangeiro: MARVIN RICHMOND SOLOMON CUEVAS Passaporte: EB0803161 Estrangeiro: MAYUR BALAJI LOLAYEKAR Passaporte: F 5847806 Estrangeiro: MELITO ANTONIO PINHEIRO Passaporte: F 1453364 Estrangeiro: MICHAEL BRUCKMOSER Passaporte: P3142997 Estrangeiro: MICHAEL GOMES Passaporte: H6022857 Estrangeiro: MIGUEL ANGEL GRADOS GUERRERO Passaporte: 4857930 Estrangeiro: MIHAI HEFNER Passaporte: 050443140 Estrangeiro: MIODRAG CAKAREVIC Passaporte: 003134421 Estrangeiro: MUHAMAD BASRI SULAIMANJ Passaporte: R 460957 Estrangeiro: MUHAMMAD RUSDI Passaporte: S 605000 Estrangeiro: MUHAMMAD SYARIF BIN PAKKA Passaporte: R009882 Estrangeiro: NANET SANTOS FRANCISCO Passaporte: XX0522114 Estrangeiro: NARAYANA MUDIRAJ Passaporte: J3551690 Estrangeiro: NATACHA VALDES DE LA VEGA Passaporte: CC 22477169 Estrangeiro: NATHANIEL QUINTANA TIU Passaporte: EB2156675 Estrangeiro: NEIL LOUIE VAÑO CONSTANTINO Passaporte: EB2611550 Estrangeiro: NOEL RIVERA ARCIBAL Passaporte: EB1547045 Estrangeiro: NOEL TAGNIPEZ NAVARRO Passaporte: EB2896341 Estrangeiro: NORVIN BORRES PACATANG Passapor-

INTERESSADO: DIRETOR

te: EB0255687 Estrangeiro: ORLANDO GONZÁLEZ CALDERÓN Passaporte: 8.555.325-9 Estrangeiro: OSCAR DIAZ SALAMANCA Passaporte: CC 79648861 Estrangeiro: PABLITO EVASCO BROSAS Passaporte: XX5375290 Estrangeiro: PABLO EDGARDO VILLENAS MAYORAL Passaporte: 16.200.693-2 Estrangeiro: PATRICIA MASCHERONI GARZON Passaporte: 22990581N Estrangeiro: PATRICIO ARISTA ANTONIO Passaporte: WW 0086378 Estrangeiro: PAUL GOMONAN GABITANO Passaporte: EB5135824 Estrangeiro: PEDRO ANTONY ORTEGA MC ELROY Passaporte: C1257467 Estrangeiro: PRADEEP ADACHERY NARIKKUTTY Passaporte: G5433340 Estrangeiro: PRAKASH DEIVEEGAN Passaporte: G7899281 Estrangeiro: PRASHANT MADHUKAR NAIK Passaporte: E7793709 Estrangeiro: PUTU SUGIARTA Passaporte: R 339435 Estrangeiro: RAM REDDY BERETLA Passaporte: K 3645093 Estrangeiro: RANDULFH JIMENEZ MEJIA Passaporte: XX5305684 Estrangeiro: RANDY BOLA CALBARIO Passaporte: EB0619912 Estrangeiro: RAY VICTOR TARIN MAGHANOY Passaporte: EB0389597 Estrangeiro: REMIGIO PUNO PARAS Passaporte: XX3479037 Estrangeiro: RENATO DEBEUC Passaporte: 183729299 Estrangeiro: RENGADURAI KANNUSAMY Passaporte: E 3868866 Estrangeiro: REYNALDO BARCE DAPICORTAL Passaporte: EB0066785 Estrangeiro: RICARDO MARIO CABANILLAS ROSALES Passaporte: 5740644 Estrangeiro: ROBERT BIGLAIN ESTRELLA Passaporte: EB2999560 Estrangeiro: ROLANDO CAYABYAB CANO Passaporte: XX2236757 Estrangeiro: ROMEO CARANDANG PEJI Passaporte: XX1830211 Estrangeiro: ROMMEL AYING PAMPILON Passaporte: EB0414309 Estrangeiro: ROMUALDO RACELIS BAJAR Passaporte: EB3312606 Estrangeiro: RONNY DENNIS PATRICKSON Passaporte: D940129 Estrangeiro: ROSA OBDULIA ALARCON CONTRERAS Passaporte: 9.896.385-5 Estrangeiro: ROY PEREIRA Passaporte: G3197246 Estrangeiro: RUBÉN DARIO ESPINOZA FERNÁNDEZ Passaporte: 13.432.520-8 Estrangeiro: RUSSELL IBIA DETECIO Passaporte: XX2904479 Estrangeiro: RÚBEN MIGUEL FARIAS RAMINHOS Passaporte: L615909 Estrangeiro: SANDRA MILENA LOPERA DAVILA Passaporte: AM698614 Estrangeiro: SARA JANET RODRIGUEZ HARO Passaporte: 4767711 Estrangeiro: SHANTARAM UTTAM SHIRODKAR Passaporte: H 2630461 Estrangeiro: STANLEY THEREZA Passaporte: K 4081408 Estrangeiro: SUDIRMAN SUPU Passaporte: R 009881 Estrangeiro: TREVOR VALEY FERNANDES Passaporte: E 5563321 Estrangeiro: ULRICH ALBERT MERTSCH Passaporte: C7W2T5CGY Estrangeiro: UPPALAIAH BOORGULA Passaporte: G3218845 Estrangeiro: VENKATACHALAM VADUKATHAMPATTY KUMARAVEL Passaporte: H0961875 Estrangeiro: VERONICA VANESA CHAYAN Passaporte: 30915173N Estrangeiro: VICTOR PENTINIO DUEÑAS Passaporte: EB0534483 Estrangeiro: VIVIANA DEL CARMEN SANTIS SANTIS Passaporte: 13.769.166-3 Estrangeiro: WARLITO SALBANERA ADEM Passaporte: XX4217879 Estrangeiro: WILLIAM GUALBERTO HUAMANCHUMO SANDOVAL Passaporte: 4787408 Estrangeiro: WILLIAM JHONNATAN RUBIÑOS ALAS Passaporte: 4082823, Processo: 46094032818201232 Empresa: ROYAL CARIBBEAN CRUZEIROS (BRASIL) LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: AGUS KURNIAWAN Passaporte: A2264666 Estrangeiro: AMAR DADARÃO ÌNGLE Passaporte: H0880443 Estrangeiro: ANDREW NESTA BECKFORD Passaporte: A2241629 Estrangeiro: ARIS PORTELO MURPHY Passaporte: XX4779704 Estrangeiro: ARJAY MENDOZA ALCANCIA Passaporte: EB4849947 Estrangeiro: BENJO MAYUGA GARROTE Passaporte: EB0542704 Estrangeiro: BRIXSON BARRETTO Passaporte: E4795108 Estrangeiro: CARSON JERRY MILLER LUCAS Passaporte: Z045524 Estrangeiro: CEFERINO JR RODRIGUEZ OMATANG Passaporte: XX0991119 Estrangeiro: CRUZ FERNANDES Passaporte: E7792597 Estrangeiro: DANILO BONA CANAYON Passaporte: XX3608458 Estrangeiro: DANILO WATKINS OLAES Passaporte: XX5513236 Estrangeiro: DARREN LOPEZ ORIJUELA Passaporte: EB0274101 Estrangeiro: DEOGRACIAS MARTIN GIRAY Passaporte: EB5444930 Estrangeiro: DORIN DUMITRU LUPSA Passaporte: 13248944 Estrangeiro: ELOY FERNANDES Passaporte: H7460721 Estrangeiro: ERIC PINTON CAMPANER Passaporte: XX5330235 Estrangeiro: ERWIN GUTIERREZ GAJO Passaporte: XX4217252 Estrangeiro: EUGENIO GODOY PANIS Passaporte: XX1445437 Estrangeiro: FIDEL BAGU BAGAMANO Passaporte: EB0184649 Estrangeiro: GABRIEL JOSE CORREIA DA FONTE Passaporte: L515561 Estrangeiro: GRAITAWATI Passaporte: A0054237 Estrangeiro: IKADEK EDIE HARTAWAN Passaporte: A0788031 Estrangeiro: IRELLE ORACION TUZO Passaporte: XX0846177 Estrangeiro: JADE SALOMON SEGURA MARUCUT Passaporte: XX0420250 Estrangeiro: JEFREY ROMASASA JAMOROL Passaporte: EB0234876 Estrangeiro: JOE FRANCIS CABRAL Passaporte: G8069132 Estrangeiro: JONATHAN ROLDAN PLANTILLA Passaporte: XX1901847 Estrangeiro: JORGE VALENTIM DA CONCEIÇÃO GONCALVES QUINTELAS Passaporte: L317483 Estrangeiro: LAURENTIU GRIGORE Passaporte: 14238951 Estrangeiro: LENFORD RICHARDS HENRY Passaporte: A3356499 Estrangeiro: LUISITO OFILANDA PARINA Passaporte: EB2547561 Estrangeiro: MICHAEL AGNELO NORONHA Passaporte: H7460349 Estrangeiro: NILESH JAGNNATH PATIL Passaporte: J6358815 Estrangeiro: NOEL DELA CRUZ CATINDIG Passaporte: EB3244831 Estrangeiro: OLIVER ALPHONSO PLUNKETT Passaporte: A3113179 Estrangeiro: PEPITO PRADO PATRICIO Passaporte: EB1344681 Estrangeiro: PRASHANT NARAYAN LAD Passaporte: H4566596 Estrangeiro: PREETY BHURTUN Passaporte: 1209282 Estrangeiro: REINSON JEROME DSOUZA Passaporte: F8457466 Estrangeiro: RENATO COSTA Passaporte: G3198632 Estrangeiro: REYNALDO IBAÑEZ BALIBALOS Passaporte: EB0569875 Estrangeiro: RIGOR RANESES ORLAIN Passaporte: EB1053724 Estrangeiro: ROWLAND D COSTA Passaporte: H9410645 Estrangeiro: RUFINO MADRI DEJOS CADAPAN Passaporte: EB2535196 Estrangeiro: SANJIV CHANDRU NAIK Passaporte: F3578763 Estrangeiro: SARAVANAKUMAR PALANISAMY Passaporte: G7554639 Estrangeiro: SASI KUMAR ARJUNAN Passaporte: E8559205 Estrangeiro: SHELTON ROSARIO GRACIAS Passaporte: F4858597 Estrangeiro: SOORAJ NARASIMHA NAIK Passaporte: H4919417 Estrangeiro: SUNIL KUMAR BHOGAL Passaporte: E7988613 Estrangeiro: TROVOLTA MORAIS Passaporte: E6769074 Estrangeiro: VENKATESHWARALU DASARI YERRAKONDIAHA Passaporte: G0847757 Estrangeiro: VIKRAM POPAT MULIK Passaporte: G3622704 Estrangeiro: WILLIAM JOSEPH BRUNKHORST Passaporte: 047087996 Estrangeiro: XAVIER FREDDY FERNANDES Passaporte: Z2084408, Processo: 46094031711201277 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: PAOLA PASSAVANTI Passaporte: YA0789302 Estrangeiro: PRAVESH KAMLAKAR MHATRE Passaporte: K3179909, Processo: 46094031943201225 Empresa: ISS MARINE SERVICES LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANNE-KATRIN BIERMANN Passaporte: C1CFMK5WJ Estrangeiro: CHRISTIAN LENTER Passaporte: COF42J1NJ Estrangeiro: ERICK NOEL PESQUEIRA Passaporte: 427501668 Estrangeiro: KRISTINA SCHNAIDER Passaporte: C5MMVVYMJ Estrangeiro: OLLIN XOMIHA EGUREN VARGAS Passaporte: G04309765 Estrangeiro: SANDRA AHLFELD Passaporte: CONXPP4L1 Estrangeiro: SHRIGANESH JANARDHAN VALLAKATTI Passaporte: G0759133, Processo: 46094032166201236 Empresa: ISS MARINE SERVICES LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANDREA SCIBILIA Passaporte: YA2503431 Estrangeiro: ANDRII STETSKYI Passaporte: EE026076 Estrangeiro: ANETTA ANIKO SZABO Passaporte: BB3050420 Estrangeiro: BEATRIX HECKEL Passaporte: 132113126 Estrangeiro: CARINA SCHMIDTCHEN Passaporte: C609G8TKW Estrangeiro: CHRISTIAN KARL FRIEDRICH WOHLFAHRT Passaporte: 131810114 Estrangeiro: CLIFFORD JOHN NEWMAN Passaporte: 706228960 Estrangeiro: I KOMANG ARIASA Passaporte: S 797897 Estrangeiro: IEVGENIIA KUCHMA Passaporte: EA528352 Estrangeiro: JEANNE BECK Passaporte: C9JGZ52Y8 Estrangeiro: KYRYLO ROGOVYI Passaporte: EA044460 Estrangeiro: LEONARDE CARL JOHANNES BRAENDSTROEM Passaporte: AP9914363 Estrangeiro: MARIA GRAZIA GANCITANO Passaporte: YA3132087 Estrangeiro: MARTIN INDRIAN FIRMAN FIRDAUS Passaporte: W 672140 Estrangeiro: MICHAEL STRAUSS Passaporte: P2491012 Estrangeiro: MUHTAROM BIN MUCHLISIN Passaporte: A 2892049 Estrangeiro: OLEKSANDRA ZALAVSKA Passaporte: EE896865 Estrangeiro: PAULINE SCHUBERT Passaporte: C3MY0GW8N Estrangeiro: RADU ANDREI SIMON Passaporte: 15108670 Estrangeiro: ROBERT KASEL Passaporte: C27N1R7VF Estrangeiro: SEBASTIAN TAMMEN Passaporte: CGMF8NWWZ Estrangeiro: SILVIA MINARDI Passaporte: C278736 Estrangeiro: STEFAN OLTHOFF Passaporte: 051100308 Estrangeiro: THOMAS SAUCK Passaporte: C0NZVHY69, Processo: 46094031940201291 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: LODOVICO SANDRI Passaporte: AA3099900, Processo: 46094031941201236 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DADANG PRATAMA PUTRA Passaporte: A 1563651 Estrangeiro: STEFANO DI PRISCO Passaporte: F617403, Processo: 46094032474201261 Empresa: ISS MARINE SERVICES LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ALEJANDRO DANIEL BIANCHI PRIMO Passaporte: 03.109.280-6 Estrangeiro: ALMIR DULOVIC Passaporte: A0315453 Estrangeiro: ARLENA KRAJANCIC Passaporte: 002940869 Estrangeiro: AUGUSTO ERCOLI Passaporte: YA2187749 Estrangeiro: AYHAN OLMEZ Passaporte: U01306820 Estrangeiro: BIBI TANZILA JOOMUN Passaporte: 0961142 Estrangeiro: CARLOS EDUARDO CARO GONZÁLEZ Passaporte: 13.182.323-1 Estrangeiro: CARLOS GUSTAVO SUAREZ Passaporte: 20923235N Estrangeiro: CHARLENE GAIL CASPER Passaporte: 459789075 Estrangeiro: CHRISTIAN KLICHE Passaporte: L 0128083 4 Estrangeiro: CRISTIAN ROMICA TRIFAN Passaporte: 12358391 Estrangeiro: CRISTINA LOMBARDO Passaporte: AA0967722 Estrangeiro: DARWIN NICOLÁS ANDRÉS MELÉNDEZ GONZÁLEZ Passaporte: 17.032.752-7 Estrangeiro: DUSAN NESET Passaporte: BR7807906 Estrangeiro: ELENA MIRELA TERECOASA Passaporte: 14764651 Estrangeiro: ELENA LACRIMIOARA VALSAN Passaporte: 15366197 Estrangeiro: EMINA VELIC Passaporte: A0742313 Estrangeiro: FRANCESCO CICCONE Passaporte: CG6J6WGPK Estrangeiro: FRANZ HOLZERBAUER Passaporte: P 1073178 Estrangeiro: GABRIELA ROXANA NOACK Passaporte: 050522042 Estrangeiro: GARETH HAYDN STONE Passaporte: A01756834 Estrangeiro: INGRID MAEND Passaporte: KB0437450 Estrangeiro: IOSIF GIORGIAN BONE Passaporte: 050444904 Estrangeiro: IRINA ENCICA Passaporte: 11395730 Estrangeiro: IVANA BARBIC Passaporte: 003228732 Estrangeiro: JACQUES SCHMIDT Passaporte: 446416236 Estrangeiro: JADE RAEGAN MCFADDEN Passaporte: M7372649 Estrangeiro: JASMINA HRUSTEMOVIC Passaporte: A0220592 Estrangeiro: JELENA KRNETIC Passaporte: A0687757 Estrangeiro: JENNIFER LEE PEI VUN Passaporte: H24425522 Estrangeiro: JIRI KNEISL Passaporte: 40658691 Estrangeiro: JOANNE MAREE GODFREY Passaporte: N5315329 Estrangeiro: JUAN PABLO AGUILERA GODOY Passaporte: 10.776.094-6 Estrangeiro: KATHRINA MARIE CULLMANN Passaporte: 486940923 Estrangeiro: KEMAL KERIM SANLI Passaporte: TR-V Nº155364 Estrangeiro: KRISZTINA BORBELY Passaporte: BB4832023 Estrangeiro: KURT DUNKL Passaporte: L 0614845 1 Estrangeiro: LE ROY LOTTERING Passaporte: 444973292 Estrangeiro: LENA DANIELA YDVALL Passaporte: 45735256 Estrangeiro: LENCHEN KUHN Passaporte: A00792459 Estrangeiro: LEO ASSMAIR Passaporte: P 3434314 Estrangeiro: LILIJANA MEDELYTE Passaporte: 22658167 Estrangeiro: LOUW STEPHAN OOSTHUIZEN Passaporte: A01858436 Estrangeiro: MAJA PAVLICEVIC Passaporte: G83GS0688 Estrangeiro: MAJA RENDULIC Passaporte: P 4136010 Estrangeiro: MANUELA LUTZ Passaporte: P 2384917 Estrangeiro: MARIO FELIX SALVATO Passaporte: A01527046 Estrangeiro: MICHAEL SCOTT HARRIS Passaporte: 440848867 Estrangeiro: MIRELA ENCICA Passaporte: 12152827 Estrangeiro: MUSAWENKOSI KHULANI NGEMA Passaporte: 475536570 Estrangeiro: NADEZDA JOVETIC Passaporte: R75EP3338 Estrangeiro: NINA SCHUTZ Passaporte: 45154913 Estrangeiro: NORA ERZSEBET NEMETH Passaporte: BB2464747 Estrangeiro: OLEG LEBEDEV Passaporte: 22307520 Estrangeiro: OSCAR ANDRES ESQUEN SICHES Passaporte: 5723848 Estrangeiro: PAMELA DEL PILAR CERDA CASTRO Passaporte: 15.942.769-2 Estrangeiro: PETAR STANKOVIC Passaporte: 007398014 Estrangeiro: PETAR PRERADOVIC Passaporte: 008039223 Estrangeiro: PETRA CEPICKOVA Passaporte: 39771890 Estrangeiro: RAPHAEL DERKSON Passaporte: JX548395 Estrangeiro: RIAAN VAN DER POLL Passaporte: M00032715 Estrangeiro: SAMANTHA PIETERS Passaporte: 476887866 Estrangeiro: SERGIO MERENDINO Passaporte: YA1835919 Estrangeiro: SHANE ROBERT MORLEY Passaporte: E4020336 Estrangeiro: SIBEL SAKARYA Passaporte: U 03140345 Estrangeiro: SIMON ANDREW TITHECOTT Passaporte: 210171497 Estrangeiro: SIMONA BOBOC Passaporte: 050057279 Estrangeiro: SIMONE FISCHLER Passaporte: P 6180044 Estrangeiro: SRDJAN MILANOVIC Passaporte: 007908714 Estrangeiro: STEFAN HOHENEGG Passaporte: C755H1C02 Estrangeiro: STEPHANIE LYNNE ROTH Passaporte: WM245029 Estrangeiro: THAPO THATO MOHAU PHAHLANE Passaporte: A01097038 Estrangeiro: THOMAS NOACK Passaporte: CCP2WHL8C Estrangeiro: TURID WENCHE BRATLI Passaporte: 27513816 Estrangeiro: ULANDI GROENEWALD Passaporte: A01784517 Estrangeiro: VASIL HRISTOV Passaporte: A0541666 Estrangeiro: VESNA MLADENOVIC Passaporte: 008468464 Estrangeiro: VICENTE FRANCISCO CALDERON CABALLERO Passaporte: AAE661279 Estrangeiro: VIKTORIA ZSUZSANNA BOCSI Passaporte: BD1170369 Estrangeiro: VIKTORIJA ALCAUSKYTE Passaporte: 22935385 Estrangeiro: ZITA SZELECZKY Passaporte: BB3668691, Processo: 46094032167201281 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: VINCENZO PATERMO Passaporte: B757853, Processo: 46094032165201291 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANGELO LOIACONO Passaporte: YA1569054 Estrangeiro: ARABELLA BRACAMONTE BARDALEZ Passaporte: 5291869 Estrangeiro: NAVEEN JEO NIKX Passaporte: F2635162 Estrangeiro: RAJEEV KUMAR Passaporte: G4640828, Processo: 46094032164201247 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANNARITA PANICO Passaporte: YA3063640 Estrangeiro: HILDA ANNE FARRUGIA Passaporte: 742186 Estrangeiro: MARIA ULFAH Passaporte: W 220782 Estrangeiro: ROSHAN RAVINDRA SHINDE Passaporte: J2182552, Processo: 46094032163201201 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MAURIZIO DI MARTINO Passaporte: YA2780360 Estrangeiro: THOMAS FRAU Passaporte: AA5026231 Estrangeiro: VIKAS MULCHAND KANOJIA Passaporte: F9553840, Processo: 46094032982201240 Empresa: ROYAL CARIBBEAN CRUZEIROS (BRASIL) LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ARIEL BEN TAL Passaporte: 420535678 Estrangeiro: CHARLOTTE JOAN HATTON Passaporte: 207596913 Estrangeiro: CHRISTINA AUDREY CHEN Passaporte: 027926365 Estrangeiro: DAVID H MUSSELMAN Passaporte: 474369518 Estrangeiro: ELISA RENEE ROE Passaporte: 423759491 Estrangeiro: MARA MARZAGALLI Passaporte: YA0517608 Estrangeiro: MAURO ALEXANDRE VERÍSSIMO CATARINO Passaporte: M133705 Estrangeiro: NATASHA TASHARA SKEEN Passaporte: A2787195 Estrangeiro: STACY ANN YOUNG Passaporte: 434325157 Estrangeiro: YOUNG IN PARK Passaporte: M84109861, Processo: 46094032292201291 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: PENG CHEN Passaporte: G53545474, Processo: 46094032291201246 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANKIT GURUNG Passaporte: G6903899 Estrangeiro: RAJESH GAMBHIR SINGH Passaporte: J8449956 Estrangeiro: VISHAL KUMAR VIJAY KOTIAN Passaporte: J5509744, Processo: 46094032472201272 Empresa: IBERO CRUZEIROS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: CRETO RAVI D SILVA Passaporte: .G7236106 Estrangeiro: FERY FERDIAN Passaporte: W 220930 Estrangeiro: GAFUR Passaporte: T 330851 Estrangeiro: GUILLERMO JESUS SARMIENTO ARTEAGA Passaporte: AAA150425 Estrangeiro: HATIB ADAM Passaporte: A 3308647 Estrangeiro: IVAN GEORGIEV KOVACHEV Passaporte: 380673478 Estrangeiro: JIBIN JOSEPH Passaporte: J 3732956 Estrangeiro: LOUKAS NTOURAS Passaporte: .AE5475002 Estrangeiro: MIRNA LYDIA VARGAS Passaporte: 28706713N Estrangeiro: MIYANTO Passaporte: U 051779 Estrangeiro: MOHAMMAD FAUZI Passaporte: U 305882 Estrangeiro: RADOSLAV ELENKOV GRADEV Passaporte: 368919704 Estrangeiro: VELIKO IVANOV RUSANOV Passaporte: 365748959 Estrangeiro: WENDI Passaporte: U 173706, Processo: 46094032473201217 Empresa: IBERO CRUZEIROS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ABDESLAM ER RBIE GONZALEZ Passaporte: AAB742163 Estrangeiro: ATHANASIOS PITSAS Passaporte: AI1322957 Estrangeiro: BIELKA BEATRIZ BRITTON CHAVARRIA Passaporte: C0853628 Estrangeiro: DUMITRU PRICOP Passaporte: 050576737 Estrangeiro: EDWARD FERDIAN Passaporte: A 2265009 Estrangeiro: GEORGIOS TRAGANIS Passaporte: AI4498868 Estrangeiro: I KETUT SUDIARTA Passaporte: V 017781 Estrangeiro: I MADE SUGIANA Passaporte: A 0354396 Estrangeiro: I NENGAH SUDAYA Passaporte: W 110972 Estrangeiro: I WAYAN JUNIARTA Passaporte: R 801961 Estrangeiro: IOANA ADRIANA BERCEA Passaporte: 050475090 Estrangeiro: MADE DION PRISKANDIA Passaporte: R 802023 Estrangeiro: MAGNO ROQUE MARIO MASCARENHAS Passaporte: J3369233 Estrangeiro: PIO PEDRO SALVADOR DE SOUZA Passaporte: .J3369047 Estrangeiro:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PRAKASH VISHWANATH BODKE Passaporte: H6449762 Estrangeiro: RALITSA HRISTOVA YOSIFOVA Passaporte: 361975421 Estrangeiro: VINAY VARADARAJU Passaporte: .G2996094 Estrangeiro: WILDER GARATE TIRADO Passaporte: 5447316 Estrangeiro: ZULY BIBIANA GOMEZ GRISALES Passaporte: CC 43540904, Processo: 46094032672201225 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JOSE LUIS SAAVEDRA CASTRO Passaporte: 3799829 Estrangeiro: MAITE GARCIA CANGA Passaporte: BF422766, Processo: 46094032673201270 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DEWA NYOMAN PUJA YASA Passaporte: A 0152140 Estrangeiro: I KETUT SUASTAWA Passaporte: A 0356497 Estrangeiro: I KOMANG GEDE SUKAMANTARA Passaporte: S799628, Processo: 46094032911201247 Empresa: ISS MARINE SERVICES LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ALEXANDRA HASENPUSCH Passaporte: C75CJFZZJ Estrangeiro: ANDREA KNOLLE Passaporte: 355212252 Estrangeiro: ANDREAS ULLRICH Passaporte: CCHK1GZ0M Estrangeiro: BERND KRZYZYNSKI Passaporte: C7RX32CJ7 Estrangeiro: CHRISTIN SCHULZ Passaporte: C84FJKFH6 Estrangeiro: DANIELA ABT Passaporte: 836212489 Estrangeiro: DETLEF ROLAND RECKWARD Passaporte: 131819161 Estrangeiro: DIETER SCHAEFER Passaporte: C3JGWKKW1 Estrangeiro: ERIK FIDEL YERIKHO SOSELISA Passaporte: A 0455091 Estrangeiro: FAUZI RIDWAN Passaporte: A 0454736 Estrangeiro: FRANK GEROLD MICHATZ Passaporte: 035947516 Estrangeiro: GREGOR KOEBBING Passaporte: 539412035 Estrangeiro: I PUTU GEDE DESTRA Passaporte: V 404125 Estrangeiro: JENNIFER NADINE HERGST Passaporte: C3JL0C54F Estrangeiro: JOHANNES WACK Passaporte: C2HYPJHMH Estrangeiro: JOJI BABY VARGHESE Passaporte: F4066774 Estrangeiro: JULIA MAXI WOLFF Passaporte: C3JKV248L Estrangeiro: KATRIN NEIDAHL Passaporte: CGFK652R2 Estrangeiro: MANFRED PAUL REINHARD BOHN Passaporte: COLGXJCPM Estrangeiro: MARIE LENDOWSKI Passaporte: C3HVV0G50 Estrangeiro: MARTIN VIETZKE Passaporte: C2C52P5GN Estrangeiro: NIK GEISLER Passaporte: C1C1JZJZL Estrangeiro: NUNGGUMASANA TARIGAN Passaporte: R 673604 Estrangeiro: SIMON HERBERT KRISZYK Passaporte: N5622247 Estrangeiro: SUSANNE WEGNER Passaporte: C0F400VGK Estrangeiro: SVEN VOSSMERBAEUMER Passaporte: C7JNM0L1R Estrangeiro: YANUARSYAH MOHAMAD NASIR Passaporte: A 0387891, Processo: 46094032671201281 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANTONIO JOAQUIM RODRIGUES Passaporte: G7239436 Estrangeiro: HARSHA PARAMESHWAR KUMBLA Passaporte: Z2296875 Estrangeiro: HARYO DEO AMDANY Passaporte: A 1053906 Estrangeiro: I MADE RUDIASA Passaporte: A 1187098 Estrangeiro: MUHAMMAD SHALIH YUSUF Passaporte: S 736233 Estrangeiro: RIZKY IRVANSYAH Passaporte: A 1052445, Processo: 46094032670201236 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: BOGDAN ALEXANDRU PANA Passaporte: 050574112 Estrangeiro: CARLOS MANUEL DA SILVA COUVEIRO Passaporte: G646993 Estrangeiro: ELIANA RIFICI Passaporte: AA1827152 Estrangeiro: JAQUELINE DORI OTOYA ZURCHER Passaporte: 5781485 Estrangeiro: LILY LISBETH RAMIREZ QUICHIZ Passaporte: 3729003.

Temporário - Sem Contrato - RN 72 - Resolução Normativa, de 10/10/2006:

Processo: 46094018946201273 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: THOMAS HENRY HOUGHTON Passaporte: 450120963, Processo: 46094018944201284 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER NEIL MC KENNA Passaporte: 209380413, Processo: 46094018948201262 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MONTEREY CARDENAS JOHNSON Passaporte: B153926, Processo: 46094019516201279 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 01/07/2014 Estrangeiro: KRZYSTOF PÁWEL BERENT Passaporte: 950795MA, Processo: 46094022629201251 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ADAM JONIFER GICO GEROY Passaporte: XX4733094 Estrangeiro: ALBERTO JR. BETONIO ABUNDO Passaporte: EB3473415 Estrangeiro: CHRISTIAN PAOLO SUGUITAN PANUELOS Passaporte: EB2897508 Estrangeiro: GUNEREY PALAROAN PIMENTEL Passaporte: XX5588000 Estrangeiro: JEROME VERGARA PEDRESO Passaporte: XX3928101 Estrangeiro: MELCHOR MAGBOO CASTILLO Passaporte: EB4255703 Estrangeiro: RAMON JR TAN ALDANA Passaporte: XX3936662, Processo: 46094024181201219 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANGELOS MYTAKIDIS Passaporte: AE3918407 Estrangeiro: CHRISTOPHOROS VALLIANATOS Passaporte: AH4169325 Estrangeiro: KONSTANTINOS PATHEKAS Passaporte: AI0662906, Processo: 46094024716201243 Empresa: QUEIROZ GALVAO OLEO E GAS S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Dong Won Shin Passaporte: M15794117 Estrangeiro: Richard Edgie Conejos Pitogo Passaporte: EB4691280 Estrangeiro: Robert Harrison Passaporte: 761310587, Processo: 46094026067201215 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 15/12/2012 Estrangeiro: CHRISTIAN CARLO QUITALLA BRIAGAS Passaporte: XX4012070, Processo: 46094027107201246 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Randn Paul Constantine Passaporte: 462030726, Processo: 46094026745201240 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANGELO AUGUSTUS Passaporte: H26609917 Estrangeiro: LAI YOUNG WEI Passaporte: A18255336 Estrangeiro: MARUTHAVELLPILLAY ATMARAM Passaporte: A22599927 Estrangeiro: ZHENXU XU Passaporte: G33790959, Processo: 46094026812201226 Empresa: QUEIROZ GALVAO OLEO E GAS S/A Prazo: até 25/07/2014 Estrangeiro: Wonyoub Shin Passaporte: M11375565, Processo: 46094029163201215 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RANJIT PRABHAKAR MULAY Passaporte: H 6249059, Processo: 46094027620201237 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DISSON CAVAN TAYONG Passaporte: XX3914054, Processo: 46094028511201237 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SYMEON KOURTOGLOU Passaporte: AH2618688, Processo: 46094029295201247 Empresa: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MICHEL GÉRARD ANDRÉ KLIPFEL Passaporte: 03XY49877, Processo: 46094029487201253 Empresa: TRANSNAVE NAVEGACAO S/A. Prazo: até 30/06/2014 Estrangeiro: RUSLAN BAKLUNIN Passaporte: 645009049, Processo: 46094029492201266 Empresa: TRANSNAVE NAVEGACAO S/A. Prazo: até 30/06/2014 Estrangeiro: SERGIY KUDELSKY Passaporte: EH735637, Processo: 46094029473201230 Empresa: TRANSNAVE NAVEGACAO S/A. Prazo: até 30/06/2014 Estrangeiro: OLEKSII NOZDRIN Passaporte: EC494802, Processo: 46094029476201273 Empresa: TRANSNAVE NAVEGACAO S/A. Prazo: até 30/06/2014 Estrangeiro: OLEKSANDR MOZHAIEV Passaporte: ET 459157, Processo: 46094029475201229 Empresa: TRANSNAVE NAVEGACAO S/A. Prazo: até 30/06/2014 Estrangeiro: OLEKSII GONCHARENKO Passaporte: EC198886, Processo: 46094029489201242 Empresa: TRANSNAVE NAVEGACAO S/A. Prazo: até 30/06/2014 Estrangeiro: SERGII POSTOIUK Passaporte: EE301222, Processo: 46094029485201264 Empresa: TRANSNAVE NAVEGACAO S/A. Prazo: até 30/06/2014 Estrangeiro: SERGIY KOZORIZ Passaporte: EK649586, Processo: 46094029488201206 Empresa: TRANSNAVE NAVEGACAO S/A. Prazo: até 30/06/2014 Estrangeiro: OLEKSII TARAKHTII Passaporte: EA614176, Processo: 46094029491201211 Empresa: TRANSNAVE NAVEGACAO S/A. Prazo: até 30/06/2014 Estrangeiro: VOLODYMYR LOVEIKO Passaporte: EE404061, Processo: 46094029484201210 Empresa: TRANSNAVE NAVEGACAO S/A. Prazo: até 30/06/2014 Estrangeiro: OLEKSANDR PANFILOV Passaporte: EK216759, Processo: 46094030706201247 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RAYMOND MARIANO CUIZON Passaporte: XX2791875 Estrangeiro: ROMMEL TERWEL MAGLAQUI Passaporte: EB5810913, Processo: 46094029482201221 Empresa: TRANSNAVE NAVEGACAO S/A. Prazo: até 30/06/2014 Estrangeiro: PETRO GORODISHTIAN Passaporte: EA814124, Processo: 46094029392201230 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NIKOLAOS FILIPPOGLOU Passaporte: AI1234748, Processo: 46094029871201256 Empresa: TRANSNAVE NAVEGACAO S/A. Prazo: até 30/06/2014 Estrangeiro: YURIY ZOLOTARENKO Passaporte: AK587334, Processo: 46094029869201287 Empresa: TRANSNAVE NAVEGACAO S/A. Prazo: até 30/06/2014 Estrangeiro: ALEXANDRU DIACONU Passaporte: 050516747, Processo: 46094029479201215 Empresa: TRANSNAVE NAVEGACAO S/A. Prazo: até 30/06/2014 Estrangeiro: VADYM MURSHEL Passaporte: ET475329, Processo: 46094029866201243 Empresa: TRANSNAVE NAVEGACAO S/A. Prazo: até 30/06/2014 Estrangeiro: AHMED MOHAMED AHMED SELIM AHMED Passaporte: A02275599, Processo: 46094029478201262 Empresa: TRANSNAVE NAVEGACAO S/A. Prazo: até 30/06/2014 Estrangeiro: ANDRII GOLOVNOV Passaporte: EA370370, Processo: 46094029870201210 Empresa: TRANSNAVE NAVEGACAO S/A. Prazo: até 30/06/2014 Estrangeiro: OLEG KHUTSYYEV Passaporte: PO089993, Processo: 46094029472201295 Empresa: TRANSNAVE NAVEGACAO S/A. Prazo: até 30/06/2014 Estrangeiro: PETRO MOROZ Passaporte: EK539408, Processo: 46094029497201299 Empresa: TRANSNAVE NAVEGACAO S/A. Prazo: até 30/06/2014 Estrangeiro: SERGIY BUNYEYEV Passaporte: EK756390, Processo: 46094029415201214 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JAMES ELLISON VALDIZNO VIOLAGO Passaporte: EB0726832, Processo: 46094029480201231 Empresa: TRANSNAVE NAVEGACAO S/A. Prazo: até 30/06/2014 Estrangeiro: OLEG VINNICHENKO Passaporte: EA187149, Processo: 46094029486201217 Empresa: TRANSNAVE NAVEGACAO S/A. Prazo: até 30/06/2014 Estrangeiro: IVAN EVSEEV Passaporte: 716421685, Processo: 46094029416201251 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ONOFRE CLERIGO GUICO Passaporte: XX3051223, Processo: 46094029494201255 Empresa: TRANSNAVE NAVEGACAO S/A. Prazo: até 30/06/2014 Estrangeiro: SERGII SHAMARIN Passaporte: EE347422, Processo: 46094029868201232 Empresa: TRANSNAVE NAVEGACAO S/A. Prazo: até 30/06/2014 Estrangeiro: VADIM ROZHOK Passaporte: 637530919, Processo: 46094029483201275 Empresa: TRANSNAVE NAVEGACAO S/A. Prazo: até 30/06/2012 Estrangeiro: DMYTRO STOIANOV Passaporte: EA172017, Processo: 46094029496201244 Empresa: TRANSNAVE NAVEGACAO S/A. Prazo: até 30/06/2014 Estrangeiro: EDUARD ONISHCHUK Passaporte: AK905375, Processo: 46094030708201236 Empresa: SBM OPERACOES LTDA. Prazo: até 29/07/2013 Estrangeiro: ROUZBEH KEKI DOCTOR Passaporte: Z2384358, Processo: 46094029493201219 Empresa: TRANSNAVE NAVEGACAO S/A. Prazo: até 30/06/2014 Estrangeiro: MYKHAILO BROSKA Passaporte: ET565299, Processo: 46094029477201218 Empresa: TRANSNAVE NAVEGACAO S/A. Prazo: até 30/06/2014 Estrangeiro: VALERIY TROSHCHYNSKY Passaporte: EH213901, Processo: 46094029490201277 Empresa: TRANSNAVE NAVEGACAO S/A. Prazo: até 30/06/2014 Estrangeiro: PETRO KACHMAR Passaporte: KC371882, Processo: 46094029474201284 Empresa: TRANSNAVE NAVEGACAO S/A. Prazo: até 30/06/2014 Estrangeiro: IGOR POGORETSKY Passaporte: EK535398, Processo: 46094029495201208 Empresa: TRANSNAVE NAVEGACAO S/A. Prazo: até 30/06/2014 Estrangeiro: OLEKSANDR PANIKARENKO Passaporte: ET469526, Processo: 46094030484201262 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2014 Estrangeiro: KENNETH KLUNGSETH WEEDS Passaporte: 26995273, Processo: 46094028976201298 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANTON MILCHEV LYUBOMIROV Passaporte: 381411587 Estrangeiro: JACK LEE TRAHAN JR Passaporte: 440353516 Estrangeiro: JERRY LEDONNIS BEASLEY Passaporte: 221519030 Estrangeiro: MICHAEL K GARY Passaporte: 404544901, Processo: 46094028980201256 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ROLF ARTHUR ELLINGSEN Passaporte: 25832514, Processo: 46094030542201258 Empresa: GALAXIA MARITIMA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANGELO AGLIPA NOYNAY Passaporte: EB1447661, Processo: 46094030541201211 Empresa: GALAXIA MARITIMA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARCELITO EXCLAMADO PAGUIA Passaporte: XX1516684, Processo: 46094030276201263 Empresa: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 10/06/2014 Estrangeiro: STEPHEN DAVID HAMILTON Passaporte: 205205542, Processo: 46094030630201250 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 10/02/2014 Estrangeiro: Devendra Pal Singh Passaporte: G5148382, Processo: 46094030482201273 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2014 Estrangeiro: BENJAMIN ALEXANDRE FAUR Passaporte: 09PF81075 Estrangeiro: MOHAMED SOUALMI Passaporte: 08CT86996 Estrangeiro: SEBASTIEN LAURENT PERES Passaporte: 10AR16799, Processo: 46094030479201250 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2014 Estrangeiro: ALESSIO SEGONI Passaporte: YA0371848 Estrangeiro: ANGELO CORTINOVIS Passaporte: YA0271664 Estrangeiro: MARIO CRIPPA Passaporte: YA3954915 Estrangeiro: NICOLA SOLINAS Passaporte: YA2118772 Estrangeiro: SERGIO ZAMPIERI Passaporte: AA4182016 Estrangeiro: TOBIA ERCOLE Passaporte: YA0864284, Processo: 46094030536201209 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 24/09/2013 Estrangeiro: ADAM PRZEMYSLAW SPICH Passaporte: AP1231365, Processo: 46094030533201267 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 24/09/2013 Estrangeiro: LAKHBIR SINGH SANDHU Passaporte: J1687809 Estrangeiro: MADHUSOODANAN VISWAMBHARAN Passaporte: Z2230687 Estrangeiro: PARWINDERJIT SINGH BAJWA Passaporte: H7217125 Estrangeiro: RAMESH DUDA Passaporte: Z1726316, Processo: 46094030711201250 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 25/08/2013 Estrangeiro: ERIK WAUMANS Passaporte: NV1794BL5, Processo: 46094030483201218 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2014 Estrangeiro: ADRIAN COMAN Passaporte: 051154366 Estrangeiro: STELIAN NEAGU Passaporte: 12224551, Processo: 46094030502201214 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JEFFREY JAMES BOWLUS Passaporte: 057264999, Processo: 46094030407201211 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SERGEY KAZAKU Passaporte: 63N°9033918, Processo: 46094030402201280 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 11/04/2013 Estrangeiro: MARINO JURICA Passaporte: 041787584, Processo: 46094030404201279 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/10/2013 Estrangeiro: JOEL MANDAUE FERNAN Passaporte: EB2021339 Estrangeiro: MARLON BRUCAL MACALALAD Passaporte: XX3715617, Processo: 46094030486201251 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2014 Estrangeiro: JAIME JR. BORDA CABOTEJA Passaporte: XX4305802, Processo: 46094030503201251 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GIUSEPPE GIUDICE Passaporte: YA2111603, Processo: 46094030466201281 Empresa: SIEM OFFSHORE DO BRASIL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AAGE RAGNAR LIEN Passaporte: 27676173, Processo: 46094030481201229 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2014 Estrangeiro: EMMANUEL RAPHAEL HUOT Passaporte: 11CC25302 Estrangeiro: LAURENT DANEY Passaporte: 11CK79218 Estrangeiro: LIBORIO MOCERI Passaporte: 04PI01749, Processo: 46094030416201201 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 10/02/2014 Estrangeiro: PANKAJ ADHIKARY Passaporte: H5713478, Processo: 46094030480201284 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2014 Estrangeiro: DAMIANO VANTI Passaporte: YA1132507 Estrangeiro: MARCO NOVELLO Passaporte: A656113 Estrangeiro: PIERGIORGIO GRIGGIO Passaporte: E636757 Estrangeiro: STEFANO MEGGIO Passaporte: YA0296171 Estrangeiro: VINCENZO VETTURELLI Passaporte: AA1131657, Processo: 46094030710201213 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 25/08/2013 Estrangeiro: SYTSE RIEMER SAMPLONIUS Passaporte: NUBBFHLB1, Processo: 46094030485201215 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2014 Estrangeiro: RIZA YILDIRAN Passaporte: U04100255, Processo: 46094030487201204 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2014 Estrangeiro: MOHD FADHIL BIN ZAKARIA Passaporte: A22041907, Processo: 46094030414201212 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SHANE MAX PIERCE Passaporte: 421301048, Processo: 46094030488201241 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2014 Estrangeiro: IVAR OLAI NORDVIK Passaporte: N6696074, Pro-

VEDADA A VENDA EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

cesso: 46094030489201295 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2014 Estrangeiro: VEDRAN GRGURINA Passaporte: 004061217, Processo: 46094030705201201 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2014 Estrangeiro: ROSS MCLEAN Passaporte: 403160399, Processo: 46094030478201213 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2014 Estrangeiro: ANTONELLO LANZI Passaporte: YA1641008 Estrangeiro: CONSTANTIN ROIBU Passaporte: 14772333 Estrangeiro: GAETANO CATANESE Passaporte: AA6067019 Estrangeiro: GIOVANNI LATESSA Passaporte: D386393 Estrangeiro: GIUSEPPE MARRA Passaporte: AA5456134 Estrangeiro: LUCA DELL'ANNA Passaporte: AA4018551, Processo: 46094030490201210 Empresa: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 10/06/2014 Estrangeiro: BRIAN HENRY ELEY Passaporte: 402081320, Processo: 46094030628201281 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 30/04/2014 Estrangeiro: Tadeusz Ryszard Piecychna Passaporte: ED0541559 Estrangeiro: Vitaliy Osypenko Passaporte: EC209535, Processo: 46094030629201225 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 31/05/2014 Estrangeiro: Igor Svyatets Passaporte: 704384423, Processo: 46094030702201269 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2014 Estrangeiro: ALEXANDER FOMIN Passaporte: 71 9924733 Estrangeiro: IVAN BABARIKA Passaporte: 70 3519072 Estrangeiro: MIKHAIL PUKHOV Passaporte: 63Nº8192126 Estrangeiro: VITALY SHISHOV Passaporte: 63Nº6968132, Processo: 46094030704201258 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2014 Estrangeiro: MICHAEL BARSATAN AQUINO Passaporte: EB3493011, Processo: 46094030703201211 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2014 Estrangeiro: ANDRIY LUKOVKIN Passaporte: EK452362 Estrangeiro: ANDRIY YANCHUK Passaporte: ET990911 Estrangeiro: SERGIY POCHTARENKO Passaporte: EP071046, Processo: 46094030632201249 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Gregory Cornelius Whyte Passaporte: WK190881, Processo: 46094030622201211 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FRED BIZARES GALVEZ Passaporte: EB0007113 Estrangeiro: JAKE CARANGA BACUEL Passaporte: EB2598799 Estrangeiro: KJELL MORTEN MEVIK Passaporte: 28776045, Processo: 46094030618201245 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALCHER FORTUN ROSAL Passaporte: XX1861193 Estrangeiro: GENESIS DELA PEÑA BESANA Passaporte: EB3378351 Estrangeiro: JEFFREY STA. ROSA DE LA CRUZ Passaporte: EB0613958 Estrangeiro: JOHN APRIL GALANG SISON Passaporte: XX2587826, Processo: 46094030707201291 Empresa: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 10/06/2014 Estrangeiro: THOMAS ALEXANDER MATHESON Passaporte: 505391071, Processo: 46094030635201282 Empresa: TEEKAY PIRANEMA SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MORTEN SOLAAS Passaporte: 29299916, Processo: 46094030620201214 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 02/05/2014 Estrangeiro: JOEL GUZMAN LACUESTA Passaporte: EB2614521 Estrangeiro: REUBEN VILCHES GALIDO Passaporte: EB0394342, Processo: 46094030619201290 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 18/03/2013 Estrangeiro: MYKOLA BELOV Passaporte: AK056915 Estrangeiro: OLEKSIY BARSEGYAN Passaporte: AK900776 Estrangeiro: VLADIMIR VOLIKOV Passaporte: 712615249, Processo: 46094030621201269 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 02/06/2013 Estrangeiro: ANTON SHISHKOV Passaporte: 702186492, Processo: 46094030623201258 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 14/08/2014 Estrangeiro: RODEL ASIS RAFER Passaporte: EB4992799, Processo: 46094030626201291 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 30/04/2013 Estrangeiro: EDWIN SALOMON CORTES Passaporte: XX4215403, Processo: 46094030636201227 Empresa: CHIBATAO NAVEGACAO E COMERCIO LTDA Prazo: até 17/01/2013 Estrangeiro: SORIN CIOCLU Passaporte: 11977828, Processo: 46094030624201201 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUKASZ MARCIN MACH Passaporte: AH5287108 Estrangeiro: RICHARD HENRY RUSSELL Passaporte: 213219744, Processo: 46094030634201238 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: William Edward Charles Manuel Passaporte: A01824239, Processo: 46094030625201247 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Volodymyr Romantsov Passaporte: ET261673, Processo: 46094030627201236 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Radoslaw Ryszard Walczak Passaporte: EA1354528, Processo: 46094030779201239 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 09/09/2013 Estrangeiro: CANDIDO CASALAN BANSAG Passaporte: XX3701659, Processo: 46094030781201216 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANIL KUMAR Passaporte: J0046140 Estrangeiro: EDISON FLORES DELA PEÑA Passaporte: XX2781373 Estrangeiro: RENATO RIOVEROS MONTEROZO Passaporte: EB1669546, Processo: 46094030670201200 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 30/06/2013 Estrangeiro: KELLY WADE KOSOLOFSKI Passaporte: BA387693, Processo: 46094030775201251 Empresa: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 19/07/2014 Estrangeiro: ANTHONY HALL Passaporte: 459847016, Processo: 46094030776201203 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DARRELL GORDON CALLAN Passaporte: BA333486, Processo: 46094030774201214 Empresa: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 19/07/2014 Estrangeiro: STUART EDWARD JAMIESON Passaporte: 650972448, Processo: 46094030773201261 Empresa: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: até 30/11/2012 Estrangeiro: JESIE DICO Passaporte: XX5558596, Processo: 46094030860201219 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VIACHESLAV MELNYK Passaporte: EC530832, Processo: 46094030861201263 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 03/10/2013 Estrangeiro: ANTONIOS VAMVAKARIS Passaporte: AI1544573, Processo: 46094030872201243 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JAIME CANLAS MIRASOL Passaporte: XX4223568, Processo: 46094030873201298 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CLIFF FANDEVILA GALLARDO Passaporte: EB5532069 Estrangeiro: GUILLERMO JR. MEDEL LLORENTE Passaporte: EB2907149 Estrangeiro: PHILIP DALE OLIVA EMPERADO Passaporte: EB4748839 Estrangeiro: ZACCHIE PARIÑO PAÑEDO Passaporte: EB1617178, Processo: 46094030859201294 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARK GENER PRADO CORTEZ Passaporte: XX5139293, Processo: 46094030874201232 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDREJS GOLOLOBOVS Passaporte: LZ2145749, Processo: 46094030865201241 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Mark Anthony Padrigan Lim Passaporte: EB0706262.

Permanente - Sem Contrato - RN 01 - Resolução Normativa, de 05/05/1997:

Processo: 46094028903201204 Empresa: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL Prazo: Indeterminado Estrangeiro: PAOLO RECH Passaporte: AA0587539.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso I):

Processo: 46094022734201291 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: YONGJOO JIN Passaporte: M 37639076, Processo: 46094022739201213 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: INHO RYU Passaporte: M 64549758, Processo: 46094022724201255 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: CHANGSIN SUNG Passaporte: M 40420988, Processo: 46094022723201219 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: HANGDO YUN Passaporte: M 58105138, Processo: 46094022746201215 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: EUNKYOO LEE Passaporte: M 87935133, Processo: 46094029248201201 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: Weidong Chen Passaporte: G40514435, Processo: 46094027703201226 Empresa: AVGUST CROP PROTECTION IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: KSENIA ERMOKHINA Passaporte: 717315807, Processo: 46094028207201290 Empresa: MAYOLY SPINDLER DO BRASIL CONSULTORIA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: PASCAL MARCEL RAYMOND GARTNER Passaporte: 10CF16555, Processo: 46094030828201233 Empresa: TOYOBO DO BRASIL INDUSTRIA TEXTIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MASAMICHI SAHARA Passaporte: TK6326872, Processo: 46094029886201214 Empresa: NIPPON EXPRESS DO BRASIL TRANSPORTES INTERNAC. LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: TAKEHIKO OGISHIMA Passaporte: TK2437123, Processo: 46094029887201269 Empresa: NIPPON EXPRESS DO BRASIL TRANSPORTES INTERNAC. LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: KEIICHI HARASHIMA Passaporte: TK5477878, Processo: 46094030748201288 Empresa: MITSUI & CO. (BRASIL) S.A. Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: KENTARO YABE Passaporte: TZ0438214, Processo: 46094030462201201 Empresa: ROTO FRANK BRASIL TECNOLOGIA EM PORTAS E JANELAS LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: NIKOLAUS KNOPS Passaporte: C8Z9NH5VC, Processo: 46094030472201238 Empresa: NORIENT PRODUCT POOL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: TOMAS SAUL PADILLA Passaporte: 483787565, Processo: 46094030749201222 Empresa: MITSUI & CO. (BRASIL) S.A. Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: YUTAKA SANO Passaporte: TG4560406, Processo: 46094030567201251 Empresa: TYROLIT DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MARKO STEFAN MIKULA Passaporte: J03828791, Processo: 46094030328201200 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: BART JOSE MARIE SNAUWAERT Passaporte: EH740566, Processo: 46094030327201257 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: TOM FRANS VAN SLAMBROUCK Passaporte: EI501199, Processo: 46094030787201285 Empresa: BODO MINERACAO LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: CRAIG MARTIN RILEY Passaporte: M5080639, Processo: 46094030722201230 Empresa: ENOTEL - HOTELS & RESORTS S/A Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: CARLOS JOSE RODRIGUES DOS RAMOS Passaporte: L748694, Processo: 46094030440201232 Empresa: ODFJELL GESTAO DE PERFURACOES DO BRASIL LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: ARVE GRASDAL Passaporte: 28826696, Processo: 46094030460201211 Empresa: SISMA DO BRASIL COMERCIO DE MAQUINAS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: LUIGINO DESTRO Passaporte: YA 0606173, Processo: 46094030459201289 Empresa: MEGGLE EXCIPIENTES DO BRASIL LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: RUTH LEINENBACH Passaporte: CFG324Y3F8D, Processo: 46094030438201263 Empresa: PRIVALIA SERVICOS DE INFORMACAO LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: JOSE MANUEL VILLANUEVA VILLALBA Passaporte: BE085238, Processo: 46094030647201215 Empresa: QIWI BRASIL TECNOLOGIA DE CAPTURA E PROCESSAMENTO DE TRANSACOES LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SERGEY TERENTYEV Passaporte: 7178171994, Processo: 46094030827201299 Empresa: TOYOTA BOSHOKU DO BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: TAKAAKI SAITO Passaporte: TZ0785489, Processo: 46094030806201273 Empresa: PRIVALIA SERVICOS DE INFORMACAO LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: ELISA TATTONI Passaporte: AA1786986, Processo: 46094030886201267 Empresa: ISBAN BRASIL S.A. Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: MIGUEL YEBRA SACEDA Passaporte: AAB772642.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso II):

Processo: 46205012806201297 Empresa: EL CONNECTION FABRICACAO DE FIBRA OTICA, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SOEREN WERNER RASMUSSEN Passaporte: 204386699, Processo: 46094030112201236 Empresa: A TEC GRECO PROJETOS E EQUIPAMENTOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TORSTEN MICHAEL OFFTERMATT Passaporte: C4VWPF7JL, Processo: 46094029933201220 Empresa: ANADARKO EXPLORACAO E PRODUCAO DE PETROLEO E GAS NATURAL LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: JOHNNIE JACOB GREEN Passaporte: 135380223, Processo: 46094030660201266 Empresa: ELASTEQ INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA CONSTRUCAO CIVIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KRISTIAN KAHRE Passaporte: KB0295758.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 8°):

Processo: 46094030526201265 Empresa: ITAU UNIBANCO HOLDING S.A. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ROBERT GEORGE STRIBLING Passaporte: E 4044975.

Permanente - Sem Contrato - RN 84 - Resolução Normativa, de 10/02/2009:

Processo: 46220003379201268 Empresa: EUROBRASIL INCORPORACAO DE IMOVEIS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JOSÉ PEDRO TEIXEIRA PAREDES Passaporte: L898238, Processo: 46094030652201210 Empresa: ANGIE & JUDE CONSULTORIA E COMERCIO TEXTIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Yemtob Lenny Eddo Sitbon Passaporte: 04RE57893, Processo: 46094030060201206 Empresa: EUNJIN ESCOLA DE MUSICA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: EUNJIN LEE Passaporte: M07597577, Processo: 46215021538201285 Empresa: ODEM ORGANIZACAO, DISTRIBUICAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LUCA ZENORINI Passaporte: AA2310700, Processo: 46215021539201220 Empresa: ODEM ORGANIZACAO, DISTRIBUICAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ANDREA CERVELLIN Passaporte: YA1245548, Processo: 46094030788201220 Empresa: HONOUR ASSOCIATES, ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: RAYMOND JEFFREY HONOUR Passaporte: 093129274, Processo: 46094030238201219 Empresa: MONONGAHELA CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Nicholas Steven Reise Passaporte: 452026524, Processo: 46215021540201254 Empresa: ODEM ORGANIZACAO, DISTRIBUICAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MIRKO CERVELLIN Passaporte: AA2314014, Processo: 46094030790201207 Empresa: IT STRAND DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ROGER OYSTEN ANKILL STRAND Passaporte: 20787984, Processo: 46094030845201271 Empresa: ABRACADABAR RESTAURANTE LTDA-EPP Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GEOFFROY PATRICE JOURNAUD Passaporte: 11CK51332, Processo: 46205014804201232 Empresa: DONG GWANG ENC CONSTRUTORA BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: HAENGWOON SHIN Passaporte: M34596190.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso da delegação de competência prevista na Portaria nº 45, de 29/03/2007, resolve, tendo em vista substituição de embarcações, cancelar, a partir da presente data, as autorizações para prorrogação dos prazos de cumprimento de contratação de brasileiros previstos no artigo 3º da Resolução Normativa nº 72/2006 do Conselho Nacional de Imigração, conforme publicado em 29 de setembro de 2011, na Seção I, página 118, em

relação às seguintes embarcações de bandeira estrangeira: "Alaska", "Almi Spirit", "Archangel", "Axios", Cape Bastia", Challenge Passage", "Essex", "Finesse", "Front Brabant", "Gas Premiership", "Gulf Esprit", "Hellas Constellation", "High Progress", "Jag Lavanya", "Meltemi", "Navion Clipper", "Navion Savonita", "Navion Torinita", "Oklahoma", "Opal Express", "Pinnacle Spirit", "Sócrates", "Thera", "Torm Mette", "Torm Venture", "Turid Knutsen" e "Vallesina", afretadas pela empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRÁS. Resolve, ainda, em substituição, deferir a prorrogação, até 31 de agosto de 2013, do prazo para contratação de marítimos brasileiros conforme estabelecido no art. 3, incisos I a III da mesma Resolução, em relação às embarcações de bandeira estrangeira: "Abu Dhabi Star", "Ajax", "Almi Horizon", "Almi Star", "Angra dos Reis", "Arcádia I", "Aris", "BW Nice", "Eagle Paraíba", "Eagle Paraná", "Elka Glory", "Exquisite", "FSL Hamburg", "FSL Singapore", "Genmar ST Nikolas", "Jag Pahel", "Jag Pankhi", "Ludovica", "Madre de Deus", "Norient Scorpius", "Rio Grande", "São Sebastião", "São Luis", "Sestrea", "Seycheles Patriot" e "Storviken" afretadas pela empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRÁS, processo nº 46094.030533/2011-86.

PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012091400114

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 13 de setembro de 2012

Pedido de Registro Sindical

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, em virtude de decisão judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 0001552-04.2011.5.10.0004 em trâmite perante a 4ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, com fundamento nas Notas Técnicas nº 199/2012/AIP/SRT/MTE e 236/2012/AIP/SRT/MTE, resolve ANULAR A PUBLICAÇÃO constante referente ao Sindicato das Empresas da Reciclagem de Cartuchos de Impressoras de São Paulo - SERCISP, processo administrativo nº 46219.025137/2009-69, CNPJ nº 10.779.095/0001-47, constante do Diário Oficial da União de 08/08/2012, Seção I, pág 101, nº 153 e PUBLICAR O PEDIDO DE REGISTRO SINDICAL do Sindicato das Empresas da Reciclagem de Cartuchos de Impressoras de São Paulo - SERCISP, processo administrativo nº 46219.025137/2009-69, CNPJ nº 10.779.095/0001-47, para representar a categoria dos proprietários de empresas da reciclagem de cartuchos de impressoras e outras que interesse tiver, na base territorial dos municípios de Arujá, Barueri, Biritiba-Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Itapecerica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Juquitiba, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Lourenço da Serra, São Paulo, Suzano, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista, todos no Estado de São Paulo, ficando aberto o prazo de 30 (trinta dias), para que os interessados possam se manifestar nos termos da Portaria Nº 188, de 05 de julho de 2007 e Portaria 186/2008 publicada no DOU em 14 de abril de 2008.

MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 119, DE 6 DE SETEMBRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta o que consta no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial N.º 1.095 de 19/05/10, publicada no D.O.U. de 20/05/10, e considerando o que consta dos autos do processo n.º 47998.003938/2012-10, conceder autorização à empresa:

ITRON SOLUÇÕES PARA ENERGIA E ÁGUA LTDA., inscrita no CPNJ sob o nº 60.882.719/0001-25, situada a Avenida Joaquim Bôer, 792, Bairro Santa Helena, Município de Americana, Estado de São Paulo, para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação conforme consta no acordo coletivo de trabalho, nos termos do que prescreve o parágrafo 3º, do artigo 71, da Consolidação das Leis do Trabalho, vigendo até 31 de dezembro de 2012, a contar da publicação desta, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial n.º 1.095/10 com a juntada de relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos a redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação. Os horários a serem observados são os constantes às fls. 36 a 38 do referido processo, sendo para os funcionários dos 1º, 2º e 3º turnos. Outrossim, a presente autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

PORTARIA Nº 120, DE 10 DE SETEMBRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta o que consta no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial N.º 1.095 de 19/05/10, publicada no D.O.U. de 20/05/10, e considerando o que consta dos autos do processo n.º 46263.001904/2012-12, conceder autorização à empresa:

POLISTAMPO INDÚSTRIA METALÚRGICA LTDA., inscrita no CPNJ sob o nº 51.120.079/0001-25, situada a Rua Rio de Janeiro, 44, Bairro Jardim Ruyce, Município de Diadema, Estado de São Paulo para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação conforme consta no acordo coletivo de trabalho, nos termos do que prescreve o parágrafo 3º, do artigo 71, da Consolidação das Leis do Trabalho, vigendo até 03 de junho de 2014, a contar da publicação desta, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial n.º 1.095/10 com a juntada de relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos a redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação. Os horários a serem observados são os constantes às fls. 04 e 05 do referido processo, sendo para os funcionários do Setor de Produção dos 1º, 2º e 3º turnos. Outrossim, a presente autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

PORTARIA Nº 121, DE 10 DE SETEMBRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta a Portaria Ministerial N.º 3118, de 03/04/89, publicada no D.O.U. de 05/04/89, que subdelegou competência ao SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, para decidir acerca dos pedidos de autorização para o trabalho aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos e, considerando o que consta dos autos do Processo N.º 46257.003303/2012-15, resolve conceder autorização à empresa: INDÚSTRIA GRÁFICA BRASILEIRA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 61.418.141/0001-13, para funcionar aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos, em seu estabelecimento situado a Alameda Caiapós, 525, Bairro Tamboré, Município de Barueri, Estado de São Paulo, nos termos do que prescreve os artigos 68 e 70, da C.L.T. e as disposições da Lei Nº 605, de 05/01/49 e seu Regulamento aprovado pelo Decreto Nº 27.048, de 12/08/49, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos constantes nas alíneas do artigo 2º, da referida Portaria Ministerial N.º 3118/89. Outrossim, observa-se que a presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

PORTARIA Nº 122, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta o que consta no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial N.º 1.095 de 19/05/10, publicada no D.O.U. de 20/05/10, e considerando o que consta dos autos do processo n.º 46262.002838/2012-08, conceder autorização à empresa: DURA AUTOMOTIVE SYSTEMS DO BRASIL LTDA., inscrita no CPNJ sob o nº 57.501.207/0001-67, situada a Avenida Dom Pedro I, n.º 743, Bairro: Centro, Município de Rio Grande da Serra, Estado de São Paulo para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação conforme consta no acordo coletivo de trabalho, nos termos do que prescreve o parágrafo 3º, do artigo 71, da Consolidação das Leis do Trabalho, vigendo até 31 de março de 2013, a contar da publicação desta, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial n.º 1.095/10 com a juntada de relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos a redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação. Os horários a serem observados são os constantes às fls. 03 do referido processo. Outrossim, a presente autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

PORTARIA Nº 123, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta a Portaria Ministerial N.º 3118, de 03/04/89, publicada no D.O.U. de 05/04/89, que subdelegou competência ao SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, para decidir acerca dos pedidos de autorização para o trabalho aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos e, considerando o que consta dos autos do Processo N.º 47998.005194/2011-89, resolve conceder autorização à empresa: JARI CELULOSE, PAPEL E EMBALAGENS S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 04.815.734/0012-32, para funcionar aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos, em seu estabelecimento situado a Rua Henedina R. O Bresler, n.º 150, Bairro Bela Vista, Município de Paulínia, Estado de São Paulo, nos termos do que prescreve os artigos 68 e 70, da C.L.T. e as disposições da Lei Nº 605, de 05/01/49 e seu Regulamento aprovado pelo Decreto Nº 27.048, de 12/08/49, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos constantes nas alíneas do artigo 2º, da referida Portaria Ministerial N.º 3118/89. Outrossim, observa-se que a presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

JOSÉ ROBERTO DE MELO.

RETIFICAÇÃO

Retificar na portaria 57, publicada no DOU, Nº. 56 de 21 de março de 2012, Seção I, Página 81. Onde se lê: vigendo até 19 de maio de 2012, Leia-se: vigendo até 19 de maio de 2014.

Retificar na portaria 58, publicada no DOU, Nº. 56 de 21 de março de 2012, Seção I, Página 81. Onde se lê: vigendo até 19 de maio de 2012, Leia-se: vigendo até 19 de maio de 2014.

Ministério dos Transportes

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 214, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Aprova o enquadramento, como prioritário, do Projeto de Investimento em Infraestrutura na Área de Transporte e Logística no Setor Rodoviário, proposto pela Sociedade de Propósito Específico - SPE, Concessionária do Sistema Anhanguera - Bandeirantes S.A. - CCR AutoBAn, para fins de emissão de debêntures incentivadas.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, no Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, e na Portaria nº 09, de 27 de janeiro de 2012, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento, como prioritário, do projeto de investimento em infraestrutura na área de transporte e logística no setor rodoviário, proposto pela Concessionária do Sistema Anhanguera - Bandeirantes S.A. - CCR AutoBAn, para a exploração do Sistema Rodoviário Anhanguera-Bandeirantes no Estado de São Paulo, para fins de emissão de debêntures incentivadas, conforme descrito no Anexo desta Portaria.

Art. 2º Os autos do Processo nº 50000.034951/2012-01 ficarão arquivados e disponíveis neste Ministério, para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO PASSOS

ANEXO

Projeto	Investimentos: (1) Projeto Anhangüera (Rodovia Anhangüera - SP-330); (2) Faixas adicionais nas rodovias SP-348, SP-330 e SP-300; (3) Restauração do pavimento nas rodovias SP-348, SP-330 e SP-300; (4) Ligação Campinas-Sumaré-Nova Odessa-Americana (Rodovia Anhangüera - SP-330); (5) Manutenção de estruturas nas rodovias SP-348, SP-330, SP-300 e SP-102/330.
Denominação Comercial	AutoBAn
Razão Social	Concessionária do Sistema Anhanguera - Bandeirantes S.A.
CNPJ	02.451.848/0001-62
Relação das Pessoas Jurídicas	- CCR S.A. - Companhia de Participações em Concessões
Relação dos Documentos Apresentados - Formulário de Cadastro do Projeto da SPE (Anexo I). - Formulário de Demonstração dos Fluxos de Caixa (Anexo II). - Quadro Anual de Usos e Fontes do Investimento (Anexo III).	
- Ata da Assembleia de Constituição da Concessionária do Sistema Anhanguera - Bandeirantes S.A., realizada em 05.03.1998. - Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral. - Relação das Pessoas Jurídicas. - Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União. - Mapa de Usos e Fontes distribuído por ano.	
Local de Implantação do Projeto: Sistema Rodoviário Anhanguera-Bandeirantes no Estado de São Paulo.	

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 2.624, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

AUtoriza A Celebração de Contrato de Uso Temporário Entre A APPA e a EMPRESA TECHINT ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO S/A.

O DIRETOR-GERAL EM EXERCÍCIO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.003538/2011-21 e tendo em vista o que foi deliberado na 321ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 5 de setembro de 2012, resolve:

Art. 1º Autorizar a celebração de Contrato de Uso Temporário entre a Administração Portuária de Paranaguá e Antonina - APPA e a empresa Techint Engenharia e Construção S/A, CNPJ nº 61.575.775/0001-80, referente à área de 100.000m² , localizada no Terminal Barão de Tefé no Porto de Antonina, nos termos da Resolução nº 2.240-ANTAQ, de 2011 e do processo nº 50300.003538/2011-21.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

TIAGO PEREIRA LIMA

ACÓRDÃO Nº 15, DE 5 DE SETEMBRO DE 2012

PROCESSO: 50300.000541/2011-92.
Parte: SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE ITAJAÍ - SPI.
Ementa:
Trata o presente acórdão do exame de recurso administrativo requerido pela SPI, contra decisão da Superintendência de Portos - SPO desta Agência, por meio do Despacho nº 06/2011-SPO, que aplicou a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 40.000,00, em desfavor da SPI, por infringência ao disposto no inciso XXXV, art. 13, da Resolução nº 858-ANTAQ, de 2007, tipificada no inciso XXXIII, do art. 10, da Resolução nº 858-ANTAQ.
Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade dos votos objeto da Ata da 319ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 9 de agosto de 2012, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, pelo conhecimento do pedido de reconsideração, e, no mérito, negar-lhe provimento, por não apresentar fatos ou argumentos novos que possam substanciar a revisão da decisão proferida, ficando mantidos os efeitos do Despacho nº 06/2011-SPO, de 4/10/2011, e ainda, considerando o disposto na decisão recorrida, relativamente a determinação para a SPI de adotar as ações cabíveis para exigir da arrendatária TECONVI S.A. o ônus do reforço do cais de atracação, na forma estabelecida no respectivo contrato de arrendamento, compete a área técnica afeta da ANTAQ, verificar o cumprimento do determinado, bem como do acordado no TAC celebrado entre a SPI e a ANTAQ, com a finalidade de pacificar todas as questões pendentes referentes ao Contrato de Arrendamento nº 030/2001, e, ainda, o do estabelecido na Portaria nº 50/2010 da SPI, que determina a abertura de processo administrativo de análise da necessidade de revisão do equilíbrio econômico-financeiro do citado contrato de arrendamento. Participaram da reunião o Diretor-Geral em exercício, Tiago Pereira Lima, o Diretor-Relator Pedro Brito do Nascimento, o Procurador-Geral, Glauco Alves Cardoso, e o Secretário-Geral, Aguinaldo José Teixeira.

TIAGO PEREIRA LIMA
Diretor-Geral
em exercício

PEDRO BRITO DO NASCIMENTO
Diretor-Relator

ACÓRDÃO Nº 16, DE 23 DE AGOSTO DE 2012

PROCESSO: 50300.000977/2009-67.
Parte: SUAPE - COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO GOVERNADOR ERALDO GUEIROS.
Ementa:

Trata o presente acórdão do exame do pedido de reconsideração requerido pelo SUAPE, contra decisão da Diretoria Colegiada que em sua 301ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 15 de setembro de 2011, dentre outras deliberações, decidiu aplicar a essa Empresa a penalidade de multa de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), conforme consta da Resolução nº 2275-ANTAQ, de 20/10/2011 e do Acórdão nº 20-ANTAQ, de 15/9/2011.
Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade dos votos objeto da Ata da 320ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 23 de agosto de 2012 acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, pelo conhecimento do pedido de reconsideração, dado sua regularidade e tempestividade, e, no mérito, negar-lhe provimento, por não apresentar fatos ou argumentos novos que possam substanciar a revisão da decisão proferida, todavia, considerando restar mantido o efeito pedagógico e a adequabilidade da penalidade de multa imposta, fica a multa reduzida ao montante de R$ 150.000,00, ficando mantidas as demais disposições. Participaram da reunião o Diretor-Geral em exercício, Relator, Tiago Pereira Lima, o Diretor Pedro Brito do Nascimento, o Procurador-Geral, Glauco Alves Cardoso Moreira, e o Secretário-Geral, Aguinaldo José Teixeira.

TIAGO PEREIRA LIMA
Diretor-Geral
em exercício

PEDRO BRITO DO NASCIMENTO
Diretor-Relator

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

RESOLUÇÃO Nº 3.900, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

Autoriza a transferência dos serviços operados no regime de autorização especial da empresa Silva Tur Transportes e Turismo S.A. para a empresa Guerino Seiscento Transportes Ltda.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto nas Resoluções nº 2.868, de 4 de setembro de 2008, e nº 3.076, de 26 de março de 2009, fundamentada no Voto DJB - 098, de 27 de agosto de 2012, e no que consta do Processo nº 50500.069273/2011-77, RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o pedido de transferência dos serviços operados no regime de autorização especial Franca (SP) - Londrina (PR), prefixo nº 08-0524-00, Londrina (PR) - São José do Rio Preto (SP), prefixo nº 08-0713-00 e Bauru (SP) - Londrina (PR), prefixo nº 08-0714-00, da empresa Silva Tur Transportes e Turismo S.A. para a empresa Guerino Seiscento Transportes Ltda.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

IVO BORGES DE LIMA
Diretor-Geral
em Exercício

Conselho Nacional do Ministério Público

SECRETARIA-GERAL

SESSÕES DE DISTRIBUIÇÕES AUTOMÁTICA DE PROCESSOS

SESSÃO: 1115 DATA:12/09/2012 HORA:15:46

RELATÓRIO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

Processo : 0.00.000.000990/2012-28
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : Coronel Fabriciano/MG
Relator : Almino Afonso Fernandes
Processo : 0.00.000.000992/2012-17
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : Arenápolis/MT e Tapurah/MT
Relator : José Lázaro Alfredo Guimarães
Processo : 0.00.000.000991/2012-72
Tipo Proc: Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo - RIEP
Origem : Juína/MT
Relator : Maria Ester Henriques Tavares
Processo : 0.00.000.000993/2012-61
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : Teresina/PI
Relator : Tito Souza do Amaral

ALCÍDIA SOUZA
Coordenadora de Autuação e Distribuição

PLENÁRIO

DECISÃO DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

PROCESSO N° 0.00.000.002381/2010-41
ASSUNTO: PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO
RELATOR: CONSELHEIRO ALMINO AFONSO FERNANDES
REQUERENTE: FRANKLIN JAVERT SILVA E FREDERICO BÔA-VIAGEM RABELLO
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

(…) Portanto, chega-se à ilação de que não assiste razão aos requerentes, a uma porque a Procuradora-Chefe da Procuradoria Regional da República da 5ª Região tem competência para lotar analistas que não ocupem cargo em comissão ou função comissionada nos gabinetes dos Procuradores Regionais da República; e, a duas porque os requerentes não tem direito de exigir o local de sua lotação, pois tal atribuição é inerente a Administração Pública, por oportunidade e conveniência, visando sempre o interesse público.

Por tais considerações, determino o arquivamento do presente procedimento de controle administrativo, nos termos do artigo 46, inciso X, alínea "b", do RICNMP.

ALMINO AFONSO
Relator

ATA DA 7ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE JULHO DE 2012

Aos vinte e quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às nove horas e trinta e oito minutos, no edifício-sede do Conselho Nacional do Ministério Público, iniciou-se a Sétima Sessão Ordinária do Conselho Nacional do Ministério Público, sob a Presidência do Doutor Roberto Monteiro Gurgel Santos, Presidente do CNMP e Procurador-Geral da República. Presentes os Conselheiros Maria Ester Henriques Tavares, Taís Schilling Ferraz, Almino Afonso Fernandes, Adilson Gurgel de Castro, Mario Luiz Bonsaglia, Jarbas Soares Júnior, Alessandro Tramujas Assad, Tito Souza do Amaral, José Lázaro Alfredo Guimarães e Fabiano Augusto Martins Silveira. Presentes, também, o Doutor José Adércio Leite Sampaio, Secretário-Geral do CNMP, o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - CFOAB, Doutor Ophir Filgueiras Cavalcante Junior e os Doutores Ivens Carvalho, Procurador de Justiça do Estado de Santa Catarina; Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT; Antônio Marcos Dezan, Presidente da Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - AMPDFT; José Robalinho Cavalcanti, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR; Marcos Regenold Fernandes, Promotor de Justiça do Estado do Mato Grosso; Marcello Souza Queiroz, Presidente da Associação Espírito-Santense do Ministério Público - AESMP; Vinicius Gahyva Martins, Presidente da Associação Mato-Grossense do Ministério Público - AMMP; Marcelo Ferra de Carvalho, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso; José Maria da Silva Júnior, Procurador de Justiça do Estado do Tocantins; Andrey Cunha Amorim, Presidente da Associação Catarinense do Ministério Público - ACMP; César Bechara Nader Mattar Júnior, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP; Norma Angélica Cavalcanti, Presidente da Associação do Ministério Público do Estado da Bahia - AMPEB; Vinicius Menandro Evangelista de Souza, Promotor de Justiça do Estado do Acre; Josemar Moreira, Procurador de Justiça do Estado do Espírito Santo; Flávio de Souza Santos, Promotor de Justiça do Estado do Espírito Santo; Daniela Varandas, Procuradora do Trabalho; Bianca Seibel Pinto, Promotora de Justiça do Estado do Espírito Santo; Patrícia de Amorim Rego, Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Acre; Maria Amélia Barreto Peixoto, Promotora de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; Lio Marcos Marin, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina; Sammy Barbosa Lopes, Procurador de Justiça do Estado do Acre e Eduardo de Lima Veiga, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Iniciados os trabalhos, o Presidente cumprimentou a todos e destacou a presença do eminente Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Ophir Filgueiras Cavalcante Junior. Em seguida, foram aprovadas as atas da 6ª Sessão Ordinária, da Sessão Solene de Aniversário do CNMP e da 5ª Sessão Extraordinária, sem retificações. Após, a pedido dos relatores, comunicou o adiamento dos Processos CNMP nºs 0.00.000.001003/2010-41, 0.00.000.000040/2011-12, 0.00.000.000037/2011-07, 0.00.000.000669/2011-62, 0.00.000.001726/2011-21, 0.00.000.000488/2012-17, 0.00.000.001071/2009-76, 0.00.000.000076/2012-87, 0.00.000.000139/2012-03, 0.00.000.001438/2009-51, 0.00.000.000899/2011-21, 0.00.000.001196/2011-11, 0.00.000.001398/2011-62, 0.00.000.001611/2011-39, 0.00.000.000485/2012-83, 0.00.000.001071/2009-76, 0.00.000.001400/2009-89, 0.00.000.001427/2009-71, 0.00.000.000649/2011-91, 0.00.000.001150/2011-00, 0.00.000.001419/2011-40, 0.00.000.000781/2011-01, 0.00.000.001558/2010-92, 0.00.000.000318/2011-51, 0.00.000.001045/2011-62, 0.00.000.001371/2011-70, 0.00.000.000237/2012-32, 0.00.000.000328/2012-78, 0.00.000.000451/2012-99, 0.00.000.000457/2012-66, 0.00.000.000585/2012-18 e a retirada de pauta dos Processos CNMP nºs 0.00.000.001247/2010-23, 0.00.000.000500/2011-11, 0.00.000.001549/2011-82, 0.00.000.000340/2012-82, 0.00.000.000410/2012-01, 0.00.000.000178/2012-01. Na ocasião, o Conselheiro Mario Bonsaglia solicitou a inclusão extrapauta do Processo CNMP n.º 0.00.000.000692/2012-38, em razão da urgência da matéria, o que foi deferido à unanimidade. Em seguida, os Conselheiros Tito Amaral, Lázaro Guimarães, Adilson Gurgel e Fabiano Silveira solicitaram, respectivamente, a preferência no julgamento dos Processos CNMP nºs 0.00.000.000125/2012-81, 0.00.000.000646/2012-39, 0.00.000.000681/2012-58 e 0.00.000.000552/2012-60, o que foi deferido à unanimidade. Após, o Presidente consultou o Plenário acerca dos Processos CNMP nº 0.00.000.000040/2011-12, 0.00.000.000139/2012-03, 0.00.000.000899/2011-21, 0.00.000.001398/2011-62 e 0.00.000.001611/2011-39, sob a relatoria do então Conselheiro Luiz Moreira, que se encontram com vistas a outros Conselheiros, no sentido de suspender os feitos por trinta dias, retomando-se a tramitação normal após esse prazo. Sugeriu, ainda, que a mencionada providência fosse adotada em relação ao Processo CNMP nº 0.00.000.000752/2011-31, da relatoria do Conselheiro Adilson Gurgel, no qual há pedido de vista conjunta, dentre outros, do Conselheiro Luiz Moreira. Comunicou, por fim, que a suspensão do Processo CNMP n.º 0.00.000.000037/2011-07, também com pedido de vista do Conselheiro Luiz Moreira, será analisada pelo Conselheiro Jeferson Coelho, relator do feito, em virtude da possibilidade de prescrição ou outra situação que justifique o prosseguimento imediato

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

do processo, o que foi acatado por todos. Na oportunidade, o Conselheiro Jarbas Soares Júnior solicitou o adiamento do Processo CNMP n.º 0.00.000.000461/2011-43, o que foi deferido à unanimidade. Em seguida, passou-se, então, ao julgamento dos processos incluídos em pauta, registrando-se os resultados constantes das certidões consolidadas em anexo. Por ocasião do julgamento do Processo CNMP n.º 0.00.000.000373/2012-22, os Conselheiros Mario Bonsaglia e Almino Afonso cumprimentaram o Conselheiro Adilson Gurgel, relator do feito, pelo voto proferido. Durante o julgamento do Processo CNMP n.º 0.00.000.000552/2012-60, que trata da proposta de resolução acerca do atendimento ao público e aos advogados por parte dos membros do Ministério Público, o relator, Conselheiro Fabiano Silveira, agradeceu aos Conselheiros Alessandro Tramujas, Jarbas Soares Júnior e Almino Afonso pelos debates travados sobre a matéria. Ainda por ocasião desse julgamento, após a sustentação oral do Vice-Presidente da ANPR, José Robalinho Cavalcanti, o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Ophir Filgueiras Cavalcante Junior, fez uso da palavra, parabenizou o Conselheiro Fabiano Silveira, autor da proposta de resolução, e manifestou-se no sentido de que seja fixado um prazo para o atendimento do advogado pela autoridade ministerial, sob pena de ineficácia da mencionada resolução. Questionou, ainda, se o texto da resolução faz ressalva aos casos de urgência, como os de perecimento de direito ou de liberdade de locomoção. Em seguida, o Conselheiro Fabiano Silveira agradeceu pelas intervenções feitas e, acolhendo a sugestão do Presidente do CFOAB, sugeriu no parágrafo segundo o acréscimo da expressão "com a necessária brevidade". Iniciada a fase de debates, a Conselheira Taís Ferraz aderiu à sugestão do Conselheiro Fabiano Silveira, ressaltando a sua preocupação em relação à possibilidade de engessamento da atividade do membro do Ministério Público. Em seguida, o Conselheiro Alessandro Tramujas cumprimentou o Presidente do CFOAB e o Conselheiro Fabiano Silveira pela iniciativa, em razão da importância do tema, e sugeriu que a proposta de resolução fosse convertida em recomendação, a ser dirigida aos Corregedores-Gerais dos Ministérios Públicos. Após, o Conselheiro Mario Bonsaglia pediu vista dos autos para apreciar a proposta apresentada e a sugestão dada pelo Conselheiro Alessandro Tramujas, comprometendo-se a trazer o seu voto na próxima sessão. Em seguida, o Conselheiro Almino Afonso registrou louvor à iniciativa do Conselheiro Fabiano Silveira e também pediu vista dos autos. Na ocasião, o Conselheiro Jarbas Soares Júnior manifestou sua satisfação pela contribuição ao aperfeiçoamento dos serviços do Ministério Público dada por outras instituições e registrou sua preocupação em relação ao texto da proposição que, ao tratar de atendimento ao público, não leva em consideração outro público que não seja o advogado. No ensejo, o Conselheiro Tito Amaral cumprimentou o Presidente do CFOAB e mencionou a sua preocupação acerca da aplicabilidade da resolução. Em seguida, o Conselheiro Lázaro Guimarães manifestou-se no sentido de ser necessária a regulamentação da matéria por resolução, que deve disciplinar separadamente as hipóteses de atendimento ao advogado e às partes. Após o julgamento desse processo, ausentaram-se, justificadamente, o Presidente do CFOAB e, ocasionalmente, os Conselheiros Fabiano Silveira e Almino Afonso. Por ocasião do julgamento do Processo CNMP n.º 0.00.000.000646/2012-39, ausentou-se o Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos e assumiu a presidência a Conselheira Maria Ester. Na oportunidade, o Conselheiro Fabiano Silveira voltou a compor a mesa. Durante o julgamento do Processo CNMP n.º 0.00.000.000348/2012-49, o Conselheiro Mario Bonsaglia pediu vista em mesa dos referidos autos, o que foi acolhido à unanimidade. Na ocasião, o Conselheiro Almino Afonso retornou ao plenário. Após o julgamento do Processo CNMP n.º 0.00.000.000157/2012-81, o Conselheiro Mario Bonsaglia levou a julgamento o Processo CNMP n.º 0.00.000.000348/2012-49, o qual havia pedido vista em mesa. A sessão foi suspensa às doze horas e reiniciada às quatorze horas e quarenta e nove minutos, sob a Presidência do Doutor Roberto Monteiro Gurgel Santos, Presidente do CNMP e Procurador-Geral da República, ocasião em que voltou a compor a mesa o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Ophir Filgueiras Cavalcante Junior. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Coelho, Claudia Chagas e Lázaro Guimarães. Em seguida, o Presidente do CNMP anunciou a escolha do Ouvidor Nacional. Na ocasião, a Conselheira Taís Ferraz, na condição de atual Ouvidora, indicou o Conselheiro Almino Afonso como candidato, o que foi aprovado à unanimidade. Após, o Presidente do CNMP submeteu ao Plenário a indicação do Conselheiro Almino Afonso ao cargo de Ouvidor Nacional, que foi aprovado à unanimidade. Na oportunidade, o Conselheiro Mario Bonsaglia parabenizou a Conselheira Taís Ferraz pela gestão pioneira à frente da Ouvidoria que, por sua vez, fez uma breve leitura do relatório das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria, agradeceu a confiança que lhe foi outorgada pelo Plenário, pela Administração do Conselho e agradeceu, também, à equipe da Ouvidoria, constituída pelos servidores Wilfredo Pacheco, Thaiza Vilela e Vladimir da Matta, propondo-lhes um voto de louvor. Em seguida, o Presidente do CNMP, em nome do Plenário, aprovou o voto de louvor aos mencionados servidores e parabenizou a Conselheira Taís Ferraz e sua equipe pelo primoroso trabalho desenvolvido na Ouvidoria, desejando, ainda, ao Conselheiro Almino Afonso, êxito no exercício do cargo de Ouvidor Nacional. Na ocasião, o Conselheiro Almino Afonso também agradeceu a confiança que lhe foi outorgada pelo Plenário e enalteceu a gestão da Conselheira Taís Ferraz, asseverando que dará continuidade aos seus trabalhos. Em seguida, a Conselheira Maria Ester levou a julgamento, extrapauta, os Processos CNMP n.º 0.00.000.000534/2012 e n.º 0.00.000.000535/2012, sobre os quais o Plenário deliberou, à unanimidade, pela prorrogação do prazo por mais trinta dias para a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante, a contar do dia 6 de agosto do corrente ano. Após, o Conselheiro Tito Amaral solicitou preferência no julgamento do Processo CNMP n.º 0.00.000.000691/2012-93, o que foi deferido à unanimidade. Em seguida, o Conselheiro Mario Bonsaglia levou a julgamento, extrapauta, o Processo CNMP n.º 0.00.000.000692/2012-38, que trata da revisão da Portaria CNMP-PRESI n.º 50/2012, que dispõe sobre a implementação do quadro próprio de pessoal da Secretaria do Conselho Nacional do Ministério Público e fixa prazo para que os servidores do Ministério Público da União lotados nos órgãos optem por sua redistribuição ou permanência, com prejuízo ao seu direito de remoção para outros ramos, ocasião em que o Doutor Roberto Monteiro Gurgel Santos ausentou-se justificadamente e a Conselheira Maria Ester assumiu a Presidência. Na oportunidade, o Conselheiro Alessandro Tramujas ressalvou o seu posicionamento, no tocante à fundamentação, para que o marco temporal para a opção seja contado a partir da realização do concurso público do CNMP e preenchimento gradativo das vagas, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Jarbas Soares Júnior que, por sua vez, cumprimentou o Conselheiro Mario Bonsaglia, relator do feito, pela qualidade do voto proferido. Na ocasião, os Conselheiros Taís Ferraz e Adilson Gurgel cumprimentaram o relator pela abrangência e qualidade do voto proferido. Após o julgamento desse processo, o Secretário-Geral do CNMP agradeceu em nome da Secretaria Geral e dos servidores pela compreensão do Plenário. Em seguida, o Conselheiro Almino Afonso apresentou Proposta de Recomendação que dispõe sobre o Projeto Dignidade Eleitoral, consistente em recomendar aos membros do Ministério Público Eleitoral medidas de prevenção contra o abuso do poder econômico, poluição ambiental e corrupção nas eleições pelo Ministério Público Eleitoral como mediador das atividades eleitorais previstas no art. 17-A da Lei 9.504/97. Na ocasião, o Conselheiro Mario Bonsaglia sugeriu que fossem distribuídas cópias da mencionada proposta aos demais Conselheiros, a fim de que a matéria seja discutida na próxima sessão plenária, o que foi acatado por todos. Por ocasião do julgamento do Processo CNMP n.º 0.00.000.000125/2012-81, a Conselheira Maria Ester declarou o seu impedimento e passou a presidência à Conselheira Taís Ferraz. Em seguida, o Conselheiro Mario Bonsaglia apresentou proposta de resolução que regulamenta a Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011) no âmbito do Ministério Público brasileiro, oportunidade em que foram distribuídas cópias da referida proposta a todos os Conselheiros, iniciando-se o prazo de 15 (quinze) dias para o oferecimento de emendas, conforme artigo 66, do RICNMP. Após o julgamento do Processo CNMP n.º 0.00.000.000681/2012-58, o Conselheiro Tito Amaral informou que há sob sua relatoria proposta orçamentária de alguns dos ramos do MPU e que trará o relatório na próxima sessão. Em seguida, o Conselheiro Fabiano Silveira apresentou proposta de criação de um fórum de articulação das ações do Ministério Público brasileiro em relação aos preparativos para a Copa das Confederações de 2013 e a Copa do Mundo de 2014, com o objetivo de estimular a troca de experiências e informações entre os vários ramos do Ministério Público brasileiro, no sentido de aprimorar, coordenar e otimizar a fiscalização de obras, serviços e demais empreendimentos públicos voltados à realização dos mencionados eventos desportivos, oportunidade em que foram distribuídas cópias da referida proposta a todos os Conselheiros, a fim de que a matéria seja discutida na próxima sessão plenária. Após o julgamento do Processo CNMP n.º 0.00.000.000495/2010-57, a Conselheira Taís Ferraz levou a julgamento, extrapauta, o Processo CNMP n.º 0.00.000.000078/2012-76. A sessão foi suspensa às dezessete horas e oito minutos e reiniciada às dezessete horas e trinta e um minutos, sob a presidência da Conselheira Maria Ester. Por ocasião do julgamento do Processo CNMP n.º 0.00.000.000981/2011-56, que trata de processo disciplinar contra membro do Ministério Público Federal, declarou-se impedida a Conselheira Maria Ester e assumiu a presidência a Conselheira Taís Ferraz. Na oportunidade, o Conselheiro Jarbas Soares Júnior registrou que proferiu voto-vista nos mencionados autos e manifestou-se no sentido de que o CNMP apenas declara a aplicação da pena de demissão, não podendo executá-la, uma vez que é necessária a propositura da ação judicial competente. Por ocasião do julgamento do Processo CNMP n.º 0.00.000.000042/2012-92, declarou-se impedida a Conselheira Maria Ester, assumindo a presidência a Conselheira Taís Ferraz. Por ocasião do julgamento dos Processos CNMP n.º 0.00.000.000663/2011-95 e n.º 0.00.000.001508/2009-71, declarou-se impedida a Conselheira Maria Ester, passando a presidência à Conselheira Taís Ferraz que, por sua vez, em razão de ser relatora dos mencionados feitos, passou ao Conselheiro Almino Afonso. Por ocasião do julgamento do Processo CNMP n.º 0.00.000.000229/2012-96, que trata do exercício da função de Ouvidor no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, por membro do Parquet, sem prejuízo de suas atividades regulares, a Conselheira Taís Ferraz registrou que a questão da exclusividade da atuação dos Ouvidores está em discussão no Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público. A sessão foi encerrada as dezenove horas e vinte minutos e dela lavrou-se esta ata, que vai assinada pelo Presidente.

ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS
Presidente do Conselho

CERTIDÕES DE JULGAMENTO

SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA - 24/07/2012

1) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000373/2012-22 (Procedimento de Controle Administrativo)

RELATOR: Cons. Adilson Gurgel de Castro

REQUERENTE: Adriana Maria Silva Candeira

REQUERIDO: Ministério Público do Trabalho

ASSUNTO: Requer o controle de ato praticado pela Comissão do 13° Concurso para o cargo de Procurador do Trabalho, o qual indeferiu a inscrição da candidata pelo motivo de exigência de comprovação de tempo de atividade jurídica no momento da inscrição definitiva.

SUSTENTAÇÃO ORAL: Adriana Maria Silva Candeira (Requerente)

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, julgou procedente o pedido, para revisar o ato administrativo da comissão de concurso e determinar ao Procurador-Geral do Trabalho que adote as providências necessárias para a investidura da requerente no cargo de Procurador do Trabalho, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Coelho e Claudia Chagas.

2) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000552/2012-60 (Proposta de Resolução)

RELATOR: Cons. Fabiano Augusto Martins Silveira

PROPONENTE: Cons. Fabiano Augusto Martins Silveira

ASSUNTO: Proposta de Resolução que dispõe sobre o atendimento ao público e aos advogados por parte dos membros do Ministério Público.

SUSTENTAÇÃO ORAL: José Robalino Cavalcanti, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República

DECISÃO: Após voto do relator, no sentido de apresentar o texto da Proposta de Resolução, pediram vista os Conselheiros Mario Bonsaglia, Almino Afonso e Jarbas Soares Júnior. Aguardam os demais. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Coelho e Claudia Chagas.

3) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000646/2012-39 (Procedimento de Controle Administrativo)

RELATOR: Cons. José Lázaro Alfredo Guimarães

REQUERENTE: Harlen Almeida Barreto

REQUERIDO: Ministério Público Federal

ASSUNTO: Requer a determinação de arquivamento do Procedimento Administrativo Disciplinar nº 1.00.000.00.5551/2010-94 que tramita na Procuradoria Geral da República, bem como a declaração de nulidade da instauração do referido procedimento em razão de suposta violação à Resolução CNMP n° 27/2008. Pedido de Liminar.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, julgou procedente o presente procedimento de controle administrativo, para determinar a anulação do Processo Administrativo Disciplinar n.º 1.00.000.005551/2010-94, nos termos do voto do Relator. O Conselheiro Fabiano Silveira não votou, em razão de não ter assistido à leitura do relatório. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Coelho, Claudia Chagas e Almino Afonso.

4) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000910/2011-53 (Embargos de Declaração)

RELATOR: Cons. José Lázaro Alfredo Guimarães

EMBARGANTE: Cesar Zacharias Mártyres - Subprocurador-Geral do Trabalho

ASSUNTO: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que não conheceu os Embargos de Declaração.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, não conheceu os presentes Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Coelho, Claudia Chagas e Almino Afonso.

5) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000348/2012-49 (Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo)

RELATOR: Cons. José Lázaro Alfredo Guimarães

REQUERENTE: Marcelo Augusto Alves de Siqueira

REQUERIDO: Ministério Público Federal

ASSUNTO: Alegação de inércia por parte do Ministério Público Federal em dar andamento a denúncia feita via online na unidade ministerial na cidade do Rio de Janeiro.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, julgou parcialmente procedente o pedido, determinando a expedição de recomendação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Rio de Janeiro, no sentido de melhor organizar e estruturar os serviços auxiliares e de apoio administrativo, bem como o encaminhamento de cópia integral dos presentes autos ao Procurador-Geral da República, para conhecimento e adoção das providências necessárias, nos termos do voto do relator. O Conselheiro Almino Afonso não votou em razão de não ter assistido à leitura do relatório. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Coelho e Claudia Chagas.

6) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000157/2012-87 (Procedimento de Controle Administrativo) (Apensos: Processos CNMP nºs 0.00.000.000202/2012-01 e 0.00.000.000397/2012-81)

RELATOR: Cons. José Lázaro Alfredo Guimarães

REQUERENTES: Luís Antônio Camargo de Melo - Procurador-Geral do Trabalho

Roberto Monteiro Gurgel Santos - Procurador-Geral da República

INTERESSADOS: Ives Gandra da Silva Martins Filho; André Cremonesi; João de Deus Gomes de Souza e Fausto Lustosa Neto

ADVOGADO: Ronaldo Ferreira Tolentino - OAB/DF 17384

ASSUNTO: Requer providências no sentido de que seja uniformizado, neste Conselho Nacional, o entendimento acerca da data inicial da prescrição quinquenal para requerimento de conversão em pecúnia dos dias de licença-prêmio não usufruídos, com manifestação, inclusive, sobre o pagamento determinado em procedimentos já julgados por este Colegiado.

SUSTENTAÇÃO ORAL: Ronaldo Ferreira Tolentino - OAB/DF nº 17384 (Advogado dos Interessados João de Deus Gomes de Souza e Fausto Lustosa Neto)

DECISÃO: Após o voto-vista divergente da Conselheira Taís Ferraz, no sentido de manter a orientação anterior do CNMP, relativa à contagem do prazo prescricional a partir de 1º de outubro de 2007, data em que a Administração reconheceu o direito à conversão de licença-prêmio não usufruída em pecúnia, pediu vista o Conselheiro Mario Bonsaglia. O Relator, Conselheiro Lázaro Guimarães, votou na 6ª Sessão Ordinária, no sentido de julgar procedente o pedido para considerar como termo inicial da prescrição a data da extinção do vínculo funcional, determinando o cancelamento das decisões de pagamento ainda não cumpridas e propondo enunciado para unifor-

VEDADA A VENDA EXCLUSIVA PARA ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

mização da matéria. Anteciparam seus votos, também na 6ª Sessão Ordinária, os Conselheiros Maria Ester, Fabiano Silveira e Luiz Moreira, acompanhando a divergência levantada pela Conselheira Claudia Chagas, que não concordava com o cancelamento das mencionadas decisões. Aguardam os demais. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Jeferson Coelho.

7) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000534/2012-88
RELATORA: Cons. Maria Ester Henriques Tavares
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba
ASSUNTO: Processo Disciplinar nº 03101/2009 avocado do Ministério Público do Estado da Paraíba.

DELIBERAÇÃO: O Conselho, por unanimidade, decidiu pela prorrogação de prazo por mais 30 (trinta) dias, contados a partir do dia 6 de agosto do corrente ano, para a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante, nos termos do voto da Relatora. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Coelho, Claudia Chagas e Lázaro Guimarães.

8) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000535/2012-22
RELATORA: Cons. Maria Ester Henriques Tavares
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba
ASSUNTO: Processo Administrativo nº 2009/21277 avocado do Ministério Público do Estado da Paraíba, incluindo os procedimentos nºs 004/2010 (Exceção de Suspeição) e 2010/9902 (Recurso).

DELIBERAÇÃO: O Conselho, por unanimidade, decidiu pela prorrogação de prazo por mais 30 (trinta) dias, contados a partir do dia 6 de agosto do corrente ano, para a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante, nos termos do voto da Relatora. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Coelho, Claudia Chagas e Lázaro Guimarães.

9) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000691/2012-93 (Pedido de Avocação)
RELATOR: Cons. Tito Souza do Amaral
REQUERENTE: Cláudio Henrique Portela do Rego - Promotor de Justiça
REQUERIDO: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
ASSUNTO: Pedido de Avocação de Inquérito Administrativo Disciplinar nº 08190.050852/11-12, que tramita perante o Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, julgou procedente o Pedido de Avocação, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Coelho, Claudia Chagas e Lázaro Guimarães.

10) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000692/2012-38 (Procedimento de Controle Administrativo)
RELATOR: Cons. Mario Bonsaglia
REQUERENTE: Alcídia Aparecida de Souza Nardes
REQUERIDO: Conselho Nacional do Ministério Público
ASSUNTO: Requer a revisão dos termos da Portaria CNMP-PRESI n.º 50/2012, que dispõe sobre a implementação do quadro próprio de pessoal da Secretaria do Conselho Nacional do Ministério Público e fixa prazo para que os servidores do Ministério Público da União lotados no órgão optem por sua redistribuição ou permanência, com prejuízo ao seu direito de remoção para outros ramos.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, julgou parcialmente procedente o pedido, para assegurar à requerente, e a todos os servidores alcançados pela anulação da norma questionada, o direito à remoção para os demais ramos do Ministério Público da União, reconhecendo, de ofício, o mesmo direito aos servidores nomeados para ocupar os cargos criados pela Lei n.º 12.412/2011, nos termos do voto do relator, ressalvando-se apenas, no tocante à fundamentação, o posicionamento do Conselheiro Alessandro Tramujas para que o marco da opção seja contado a partir de concurso próprio do CNMP e preenchimento gradativo das vagas, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Jarbas Soares Júnior. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Coelho, Claudia Chagas e Lázaro Guimarães.

11) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000125/2012-81 (Recurso Interno)
RELATOR: Cons. Tito Souza do Amaral
RECORRENTE: Organização de Direitos Humanos Projeto Legal
ADVOGADOS: Aderlan Viana Crespo - OAB/RJ n° 79.609
Ana Utzeri - OAB/RJ n° 130.362
Anderson Pinto dos Santos - OAB/RJ n° 145.361
Carlos Nicodemos - OAB/RJ n° 75.208
Frans Nederstigt - OAB/RJ n° 157.257
Ian Luiz Silva e Silva - OAB/RJ n° 159.510
Ingrid Hrusa Coutinho da Silva - OAB/RJ n° 138.735
Renata de Alcântara Dutra - OAB/RJ n° 159.965
RECORRIDO: Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
ASSUNTO: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, negou provimento ao Recurso Interno, nos termos do voto do Relator. Declarou-se impedida a Conselheira Maria Ester Henriques Tavares. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Coelho, Claudia Chagas e Lázaro Guimarães.

12) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000681/2012-58 (Pedido de Providências)
RELATOR: Cons. Adilson Gurgel de Castro
REQUERENTE: Conselho Nacional do Ministério Público
ASSUNTO: Proposta Orçamentária do Conselho Nacional do Ministério Público para o exercício financeiro de 2013.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, aprovou a proposta orçamentária do Conselho Nacional do Ministério Público para o exercício de 2013, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Coelho, Claudia Chagas e Lázaro Guimarães.

13) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000495/2010-57 (Procedimento de Controle Administrativo)
RELATOR: Cons. Jarbas Soares Júnior (em substituição ao ex-Cons. Cláudio Barros)
REQUERENTE: Conselheiro Almino Afonso Fernandes - Comissão de Controle Administrativo e Financeiro.
REQUERIDO: Ministério Público do Estado da Bahia
ASSUNTO: Visa apurar as informações prestadas pelo Tribunal de Contas do Estado da Bahia nos relatórios de inspeção e nas decisões proferidas acerca das contas da Administração do Ministério Público Estadual, a partir do ano de 2005.

DECISÃO: Após o voto-vista divergente do Conselheiro Almino Afonso, no sentido de converter em diligência os presentes autos, pediram vista os Conselheiros Alessandro Tramujas e Mario Bonsaglia. Aguardam os demais. O relator já havia apresentado o seu voto na 6ª Sessão Ordinária de 2011, no sentido de julgar improcedente o presente feito. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Coelho, Claudia Chagas e Lázaro Guimarães.

14) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000078/2012-76 (Pedido de Providências)
RELATOR: Cons. Adilson Gurgel de Castro
REQUERENTE: Francisco Neves Junior - Procurador-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul, em exercício
ASSUNTO: Apresenta consulta concernente à forma de composição dos quintos sucessivos da lista de antiguidade para a formação da lista tríplice nas promoções por merecimento.

DECISÃO: O Conselho, por maioria, julgou procedente a consulta para esclarecer que, nas promoções e remoções por merecimento, se nenhum integrante da primeira quinta parte da lista de antiguidade manifestar interesse, buscam-se candidatos no quinto mais antigo subsequente, considerando o número total de integrantes da respectiva entrância, nos termos do voto divergente da Conselheira Taís Ferraz. Vencidos o Relator e os Conselheiros Mario Bonsaglia e Almino Afonso, que deduziam do número total o número de integrantes do primeiro quinto, e o Conselheiro Tito Amaral, que considerava não haver previsão constitucional para a formação de quintos sucessivos. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Coelho, Claudia Chagas e Lázaro Guimarães.

15) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000981/2011-56 (Embargos de Declaração) (Apenso: Processo CNMP nº 0.00.000.000614/2009-38)
RELATOR: Cons. Almino Afonso Fernandes
EMBARGANTE: Membro do Ministério Público Federal
ASSUNTO: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou procedente Processo Disciplinar para aplicar pena de demissão, convertida em suspensão por 90 (noventa) dias, a membro do Ministério Público Federal.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, rejeitou a preliminar de suspeição do Conselheiro Luiz Moreira e, por maioria, negou provimento aos presentes Embargos de Declaração, determinando, ainda, o imediato cumprimento da decisão com aplicação da penalidade imposta, nos termos do voto do Relator. Vencido o Conselheiro Mario Bonsaglia, que deu parcial provimento aos Embargos, no sentido de aclarar a controvérsia quanto à possibilidade de demissão administrativa de membro vitalício do Ministério Público pelo CNMP e, ainda, por entender que a penalidade imposta deva ser aplicada somente após o trânsito em julgado da decisão. Vencido, em parte, o Conselheiro Jarbas Soares Júnior, que entendia que a aplicação da pena deveria ocorrer após o trâmite processual de praxe. O Conselheiro Adilson Gurgel não votou em razão de sua ausência na 5ª Sessão Ordinária, em que o relator proferiu seu voto. Declarou-se impedida a Conselheira Maria Ester. Ausentes, justificadamente, a Conselheira Claudia Chagas, que, por ocasião da 5ª Sessão Ordinária, já havia antecipado seu voto rejeitando a preliminar, e os Conselheiros Jeferson Coelho e Lázaro Guimarães.

16) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000172/2012-25 (Procedimento de Controle Administrativo)
RELATOR: Cons. Mario Luiz Bonsaglia
REQUERENTES: Armando Aguiar dos Santos, Clarisse Ferreira da Silva Medeiros de La Cerda Vianna de Souza, Guilherme Henrique Lino da Silva, Joseleno Lamas Lopes, Luiza Felix de Souza Barçante, Rafael Mendes de Castro Alves, Rodrigo Oliveira Purceti e Tatiana Barcellos Figueiredo Valenca.
REQUERIDO: Ministério Público da União
ASSUNTO: Requer o controle de possíveis irregularidades em relação a nomeações de diversos não concursados para cargos em comissão em detrimento aos candidatos aprovados para o cargo de analista processual no VI concurso do Ministério Público da União, bem como quanto ao não preenchimento dos cargos de 1° provimento.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, julgou improcedente o presente Procedimento de Controle Administrativo, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Coelho, Claudia Chagas e Lázaro Guimarães.

17) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000042/2012-92 (Recurso Interno)
RELATOR: Cons. Fabiano Augusto Martins Silveira
RECORRENTE: Felipe de Amorim Sousa Filho
ADVOGADO: Kleber Mendes Pessoa - OAB/PI n° 4798
RECORRIDO: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí
ASSUNTO: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional que determinou arquivamento de Reclamação Disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado do Piauí.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, negou provimento ao presente Recurso Interno, nos termos do voto do Relator. Declarou-se impedida a Conselheira Maria Ester. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Coelho, Claudia Chagas e Lázaro Guimarães.

18) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.001729/2011-64 (Embargos de Declaração)
RELATOR: Cons. Fabiano Augusto Martins Silveira
EMBARGANTE: Ministério Público Federal
ASSUNTO: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou procedente a Reclamação para Preservação da Autoridade e da Competência das Decisões do Conselho.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, conheceu os presentes Embargos de Declaração e deu-lhes parcial provimento, para suprimir da decisão impugnada as considerações lançadas a título de obter dictum, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Coelho, Claudia Chagas e Lázaro Guimarães.

19) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000663/2011-95 (Recurso Interno)
RELATORA: Cons. Taís Schilling Ferraz
RECORRENTE: Adenilson Antônio Mota de Souza
RECORRIDO: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
ASSUNTO: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, negou provimento ao presente Recurso Interno, nos termos do voto da Relatora. Declarou-se impedida a Conselheira Maria Ester Henriques Tavares. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Coelho, Claudia Chagas e Lázaro Guimarães.

20) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.001508/2009-71 (Recurso Interno)
RELATORA: Cons. Taís Schilling Ferraz
RECORRENTE: Mário Asbestas
RECORRIDO: Corregedoria Nacional do Ministério Público
ASSUNTO: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou arquivamento de Reclamação Disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado da Paraíba.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, negou provimento ao presente Recurso Interno, nos termos do voto da Relatora. Declarou-se impedida a Conselheira Maria Ester Henriques Tavares. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Coelho, Claudia Chagas e Lázaro Guimarães.

21) PROCESSO CNMP 0.00.000.000873/2011-83 (Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo)
RELATOR: Cons. Almino Afonso Fernandes
REQUERENTE: Adriano Antônio Carvalho Miguel
REQUERIDO: Ministério Público do Estado de São Paulo
ASSUNTO: Alegação de inércia por parte do Ministério Público do Estado de São Paulo em dar andamento à denúncia de corrupção na Administração Pública do Município de Taboão da Serra/SP.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, julgou improcedente a presente Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Coelho, Claudia Chagas e Lázaro Guimarães.

22) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.002023/2010-39 (Recurso Interno)
RELATOR: Cons. Almino Afonso Fernandes
RECORRENTE: Maria Isabela Santoro Caldari Matsubara
RECORRIDO: Ministério Público do Estado de São Paulo
ASSUNTO: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, negou provimento ao presente Recurso Interno, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Coelho, Claudia Chagas e Lázaro Guimarães.

23) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.001010/2011-23 (Embargos de Declaração)
RELATOR: Cons. Adilson Gurgel de Castro
EMBARGANTE: Associação Goiana do Ministério Público - AGMP
ADVOGADOS: Alexandre Iunes Machado - OAB/GO nº 17275
Bruno Oliveira R. Guimarães - OAB/GO nº 26891
Carlos Magno Correia de Sá - OAB/GO nº 29437
ASSUNTO: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou improcedente Procedimento de Controle Administrativo.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, negou provimento aos presentes Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Coelho, Claudia Chagas e Lázaro Guimarães.

24) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000476/2012-92 (Embargos de Declaração) (Apensos: Processos CNMP nºs 0.00.000.000505/2012-16, 0.00.000.000547/2012-57, 0.00.000.000555/2012-01, 0.00.000.000566/2012-83, 0.00.000.000568/2012-72, 0.00.000.000597/2012-34)
RELATOR: Cons. Adilson Gurgel de Castro
EMBARGANTE: Cristiomário Sousa Medeiros
ASSUNTO: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou parcialmente procedente os Procedimentos de Controle Administrativo.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, negou provimento aos presentes Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Coelho, Claudia Chagas e Lázaro Guimarães.

25) PROCESSO CNMP 0.00.000.001513/2010-18 (Procedimento de Controle Administrativo)

RELATOR: Cons. Mario Luiz Bonsaglia

REQUERENTE: Luiza Maria Coimbra da Silva

REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Pará

ASSUNTO: Requer revisão de decisão do Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará, que negou requerimento de pagamento de horas extras trabalhadas em regime de plantão, e denuncia irregularidades no concurso às vagas do quinto constitucional.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, julgou improcedente o presente Procedimento de Controle Administrativo, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Coelho, Claudia Chagas e Lázaro Guimarães.

26) PROCESSO CNMP 0.00.000.000396/2011-56 (Procedimento de Controle Administrativo)

RELATOR: Cons. Mario Luiz Bonsaglia

REQUERENTES: Raimundo Afonso R. Pereira, Sara Correa Barros, Naiara Aleixo Silva Sousa, João Batista Silva Vasconcelos, Osvaldo Mattos Ogata Júnior, Francisco de Assis Alves Barros, Júlio César Bordalo Lopes, Ernani Barbosa Braga, João Batista Silva Vasconcelos, José Torres Brito Cardoso, Sara Corrêa Barros, Fábio Marcelino, Naiara Aleixo Silva Souza, Ana Cláudia de N. Barata Aarão, Maria Cristina Lopes de Souza, Carlos Rodrigues, Raimundo Nonato N. Filho, Márcio Castanho, Paulo R. T. Quaresma, Marcio Henrique F. da Cunha, Virgínia V. Brito, Marcio Roberto de Souza Damasceno, Rubens Craveiro, Antônio Carlos N. Costa, José Cardoso e Maria Denise A. Freire

REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Pará

ASSUNTO: Visa apurar pagamento de adicional de risco de vida aos Oficiais de Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Pará.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, julgou improcedente o presente Procedimento de Controle Administrativo, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Coelho, Claudia Chagas e Lázaro Guimarães.

27) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000071/2012-54 (Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo)

RELATOR: Cons. Jarbas Soares Júnior

REQUERENTE: Jorge Dario Bastos de Oliveira

REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Pará

ASSUNTO: Alegação de suposta inércia do Ministério Público do Estado do Pará em apurar denúncias de irregularidades estruturais na área da saúde, com prejuízo à comunidade que depende daquela prestação de serviços.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, julgou improcedente a presente Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Coelho, Claudia Chagas e Lázaro Guimarães.

28) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000229/2012-96 (Pedido de Providências)

RELATOR: Cons. Alessandro Tramujas Assad

REQUERENTE: Paulo Gomes Pimentel Júnior - Promotor de Justiça e Ouvidor do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte

REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte

ASSUNTO: Requer providências quanto a ato discricionário do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte em relação à determinação de exercício da função de Ouvidor, por membro do Parquet, sem prejuízo de suas atividades regulares.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, julgou improcedente o presente Pedido de Providências, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Coelho, Claudia Chagas e Lázaro Guimarães.

29) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.001229/2011-22 (Procedimento de Controle Administrativo)

RELATOR: Cons. Alessandro Tramujas Assad

REQUERENTES: Abel Silva do Santos; Eduardo Gueths; Gustavo Braga Senra; Gustavo Rocha de Albuquerque; Maurício Rocha Martinez; Rosmari M. C. Edler

REQUERIDO: Ministério Público do Trabalho

ASSUNTO: Visa apurar supostas irregularidades no Ministério Público do Trabalho acerca do exercício de funções privativas de servidores de carreira por servidores com cargo em comissão (não concursados), servidores de provimento efetivo do MPU com desvio de função nesse cargo e servidores requisitados de outros órgãos, prejudicando a nomeação de candidatos aprovados no IV, V e VI concursos do Ministério Público da União para o cargo de Analista de Engenharia de Segurança do Trabalho/Perito.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, julgou improcedente o presente Procedimento de Controle Administrativo, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Coelho, Claudia Chagas e Lázaro Guimarães.

30) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000374/2012-77 (Procedimento de Controle Administrativo)

RELATOR: Cons. Tito Souza do Amaral

REQUERENTE: Geraldo Marques Vasconcelos de Abreu - Promotor de Justiça

REQUERIDOS: Ministério Público do Estado do Espírito Santo

Ministério Público Federal no Estado do Espírito Santo

ASSUNTO: Requer anulação de atos do Ministério Público do Estado do Espírito Santo e Ministério Público Federal/ES referentes à designação para função eleitoral, que importaria em violação à Resolução 30/2008 deste Conselho Nacional do Ministério Público.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, julgou improcedente o presente Procedimento de Controle Administrativo, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Coelho, Claudia Chagas e Lázaro Guimarães.

31) PROCESSO CNMP 0.00.000.000861/2011-59 (Procedimento de Controle Administrativo)

RELATOR: Cons. Tito Souza do Amaral

REQUERENTE: Luis Carlos Cordova Burigo - Procurador do Trabalho

REQUERIDO: Ministério Público do Trabalho

ASSUNTO: Visa à apuração de aparente irregularidade em formação de listas tríplices em concurso de promoção por merecimento ao cargo de Procurador Regional do Trabalho e ainda suspensão imediata de nomeações decorrentes das referidas listas tríplices. Pedido de liminar.

DECISÃO: Após o voto do Relator, no sentido de julgar parcialmente procedente o feito, para reconhecer a irregularidade dos procedimentos adotados no concurso de promoção por merecimento ao cargo de Procurador Regional do Trabalho, deixando, porém, de anulá-los, bem como para determinar ao Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho a adoção de providências nos mencionados concursos, pediu vista o Conselheiro Mario Bonsaglia. Aguardam os demais. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Coelho, Claudia Chagas e Lázaro Guimarães.

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 17, DE 31 DE JULHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições institucionais, conferidas pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Complementar 75/1993, RESOLVE instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, a fim de apurar irregularidades na prestação de contas referentes ao convênio nº 3759/96-FAE - SIAFI nº 304409, entre o Fundo Nacional de Educação - FNDE e o ex Prefeito do Município de Tabatinga, Sr. Francisco Rodrigues Balieiro, bem como DETERMINAR:

I - a autuação, o registro e a distribuição ao 1º ofício desta Unidade Ministerial;

II - a comunicação à 5ª CCR, acerca da autuação do presente Procedimento Administrativo;

III - a afixação da presente portaria no quadro de avisos desta Procuradoria da República, pelo prazo de 10 (dez) dias, bem como, a remessa de cópia para a publicação na imprensa oficial;

IV -Oficiar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE- solicitando cópia da Tomada de Contas especial referentes ao convênio SIAFI nº 304409, realizado com o Município de Tabatinga-AM, referente ao Programa PTA, processo n. 23011.00081095-95. Instruir o ofício com documentos anexos emitidos pelo Próprio FNDE;

V - Oficiar ao Tribunal de Contas da União solicitando relatório de fiscalização e julgamento das contas referentes ao convênio supracitado;

VI- Oficiar à Controladoria Geral da União (CGU) solicitando relatório técnico de fiscalização referente ao convênio acima discriminado;

VII- Comunicar ao denunciante sobre a instauração do Procedimento Administrativo, com cópia desta portaria de instauração e de sua representação protocolizada na Procuradoria da República do Amazonas.

Com vista aos princípios constitucionais da supremacia do interesse público e da duração razoável do processo, fixo o prazo de 15 (quinze) dias úteis para o atendimento das requisições.

MARCO ANTONIO GHANNAGE BARBOSA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA BAHIA

PORTARIA Nº 67, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012

ANDRE SAMPAIO VIANA, Procurador da República, lotado e em exercício na Procuradoria da República no Município de Vitória da Conquista, nos termos do art. 2º, I, da Resolução nº 23/07 do CNMP, e do art. 2, I, da Resolução nº 87/06, do CSMPF e,

CONSIDERANDO:

Que o Ministério Público Federal é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

Que são funções institucionais do Ministério Público, dentre outras previstas no art. 129 da Constituição Federal, zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, bem como promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção dos direitos difusos e coletivos;

O inteiro teor do Relatório de Demandas Especiais nº. 00190.030832/2008-26 encaminhado pela Controladoria Geral da União, acompanhado da mídia Cd-Rom contendo os papéis de trabalho da referida fiscalização, noticiando irregularidades no processo de dispensa de licitação na obra de Adequação de Contorno Rodoviário - BR 116 - no município de Vitória da Conquista, bem como irregularidades no Programa de Mobilidade Urbana que teve por ação apoio a Projetos de Corredores Estruturais de Transporte Coletivo Urbano - duplicação da avenida Juracy Magalhães.

O transcurso do prazo estabelecido no §1º, do art. 4º, da Resolução nº 87/2006 - CSMPF, bem assim a necessidade de prosseguimento do feito.

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando as seguintes diligências preliminares:

a) Registrar e autuar a presente portaria, juntamente com o Procedimento Administrativo nº 1.14.007.000083/2012-78;

b) Expedir ofício ao município de Vitória da Conquista requisitando o envio de cópias dos Processos de Dispensa nº. 07/2004 e 17/2007.

c) Registrar que o objeto do presente Inquérito Civil é a apuração das irregularidades no processo de dispensa de licitação (nº. 07/2004 e 17/2007) na obra de Adequação de Contorno Rodoviário - BR 116 - no município de Vitória da Conquista, bem como irregularidades na execução do Programa de Mobilidade Urbana - duplicação da avenida Juracy Magalhães.

Após, venham os autos conclusos para análise do conteúdo da mídia Cd-Rom encaminhado pela Controladoria Geral da União, contendo os papéis de trabalho da fiscalização empreendida no município de Vitória da Conquista/BA.

Fica o servidor Pedro Antônio Ribeiro Filho, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nos termos do art. 4º, da Resolução nº 23/2007 - CNMP, nomeado para funcionar como Secretário; o qual será substituído, em suas ausências, pelos demais servidores que integram o Setor Jurídico desta Procuradoria da República, por meio de termo nos autos.

Dê-se ciência da instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, na pessoa de sua Procuradora, remetendo-lhe, em dez dias, nos termos do art. 6º, da Resolução nº 87/2006 - CSMPF, cópia da presente para fins de publicação.

ANDRÉ SAMPAIO VIANA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO CEARÁ

PORTARIA Nº 32, DE 31 DE JULHO DE 2012

Ref. procedimento no 1.15.003.000190/2011-18

I) O presente procedimento versa sobre o não repasse das contribuições sociais descontadas da remuneração dos funcionários (e prestadores de serviço) da Secretaria de Pesca de Cruz, relativo ao exercício de 2009.

II) A condução do mesmo seguia o disposto na Resolução CSMPF no 87/2006, em sua redação originária, a qual instituía prazo de 60 (sessenta) dias para sua tramitação, prorrogável sem limitação

III) Em 6/4/2010, foi editada a Resolução CSMPF no 106/2010, que dispõe o prazo de 90 (noventa) dias, para a prorrogação dos procedimentos administrativos, prorrogáveis uma única vez por igual período.

IV) Assim, com base no artigo 127, caput e artigo 129 da Constituição Federal e artigos 1o e 2o, 5o a 7o, 38 e 41 da Lei complementar no 75/93, determino a CONVERSÃO do presente procedimento em INQUÉRITO CIVIL.

V)Determino, ainda, seja oficiado o TCM, requisitando cópia, preferencialmente em meio eletrônico, da documentação que serviram de base para as conclusões constantes do item 5.0 da Informação Técnica Inicial nº 7.199/2011 - Das receitas e despesas extra-orçamentárias.

VI)Proceda-se ao registro da presente conversão na capa dos autos e no sistema informatizado.

VII) Encaminhe-se cópia da presente à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF para ciência e publicação em diário oficial.

VIII)Designo o chefe do setor processual para secretaria o presente feito.

FERNANDO BRAGA DAMASCENO
Procurador da República

PORTARIA Nº 34, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012

Autos nº 1.15.002.000239/2012-23

A Dra. Lívia Maria de Sousa, Procuradora da República atuante na PRM Polo Juazeiro do Norte/Iguatu/CE, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na resolução n.º 87, de 03 de agosto de 2006, com as modificações introduzidas pela Resolução n.º 106, de 06 de abril de 2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal,

Converter, com fulcro no art. 129, III, da Constituição Federal, e arts. 6º, VII, "b", e 38, I, da Lei Complementar nº 75/93, a Peça de Informação em epígrafe em Inquérito Civil Público - ICP, instaurado a partir da representação de Regilane Maria Viana Souza dando conta do não fornecimento do medicamento Venlafaxina 75mg pela Secretaria de Saúde de Juazeiro do Norte.

Determinar, de imediato, as seguintes providências:

I. Comunique-se por meio eletrônico à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, conforme o caso, em observância ao art. 6º da resolução nº 87/2006, remetendo-lhe cópia desta portaria, a fim de que lhe seja dada a devida publicidade, nos termos do art. 16 da Resolução nº 87/2006;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

II. Efetuem-se os devidos registros no Sistema Único, para fins de controle de prazo de tramitação deste procedimento.

III. Expeça-se ofício à Secretaria de Saúde de Juazeiro do Norte para que preste informações a respeito do fornecimento do referido medicamento à paciente conforme prescrição medica.

Para secretariar os trabalhos, designo a servidora Fabrícia Helena Linhares Coelho da Silva Pereira.

LÍVIA MARIA DE SOUSA

PORTARIA Nº 73, DE 4 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação;

Instaure-se INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.15.003.000094/2012-51 a partir de ofício da Funai, relatando conflitos ocorridos nas Comunidades Indígenas existentes nas áreas de abrangência da PRM/Sobral.

Autue-se a presente portaria e as peças de informação que a acompanham como inquérito civil.

Determino, ainda, o desmembramento e autuação como peças de informação de todos as representações contidas no presente procedimento, à exceção do primeiro, que trata dos conflitos existentes na Comunidade Indígena Tremembé de Almofala, notadamente no que se refere aos abusos cometidos pelo sr. José Beija, não índio, na referida comunidade, retornando os respectivos autos conclusos para análise e deliberação.

Ressalte-se, ademais, que todos os novos procedimentos deverão seguir com cópia da portaria.

Por fim, determino:

i) o desentranhamento da fl.28, para que seja juntada nos autos do ICP nº 1.15.003.000104/2011-77, haja vista tratar de assuntos conexos ao da referida documentação.

ii) o desentranhamento das fls. 123-128, para que seja juntada nos autos do ICP nº 1.15.003.000001/2011-15, haja vista tratar de assuntos conexos ao da referida documentação.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

FERNANDO BRAGA DAMASCENO

PORTARIA Nº 126, DE 16 DE AGOSTO DE 2012

Ref. procedimento no 1.15.003.000036/2012-27

I) O presente procedimento notícia o não repasse das contribuições sociais descontadas da remuneração paga, nos anos 2009 e 2010, aos funcionários (e demais prestadores de serviço) da Prefeitura Municipal de Uruburetama/CE.

II) Assim, considerando os indícios já colacionados junto com a representação e com base no artigo 127, caput e artigo 129 da Constituição Federal e artigos 1o e 2o, 5o a 7o, 38 e 41 da Lei complementar no 75/93, determino a CONVERSÃO do presente procedimento em INQUÉRITO CIVIL.

III)Determino, ainda, seja oficiada a Receita Federal, requisitando a realização de Diligência Fiscal na Prefeitura de Uruburetama, com vistas à comprovação da conduta delineada nos autos, bem assim a quantificação de prejuízo respectivo.

IV)Proceda-se ao registro da presente instauração na capa dos autos e no sistema informatizado.

V) Encaminhe-se cópia da presente à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF para ciência e publicação em diário oficial.

VI)Designo o chefe do setor processual para secretaria o presente feito.

PATRÍCIO NOÉ DA FONSECA
Procurador da República

PORTARIA Nº 206, DE 10 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, com lastro nos arts. 127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art. 6º, VII, da Lei Complementar 75/93;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal instaurou o Procedimento Administrativo (PA) nº 0.15.000.000434/2012-73 cujo objeto cinge-se em apurar suposta destruição do patrimônio arqueológico subaquático promovido através da obra do quebra-mar na Praia de Iracema, irregularidades acerca do licenciamento da obra e analisar a possível recuperação e restauração do navio naufragado em 1908, para melhor preservar e registrar a história do povo cearense.

CONSIDERANDO que ainda não obtemos respostas suficientes das autoridades públicas responsáveis, o que pode indicar um reforço à verossimilhança das irregularidades ou as diligências solicitadas demandam mais tempo. E que as respostas recebidas apresentam fortes indícios de irrgularidades no licenciamento ambiental da obra.

CONSIDERANDO que se faz premente, com o intuito de apurar a possível recuperação à um patrimônio histórico, registro da cultura cearense, que apresenta o risco de tornar-se irrecuperável, causando dano incalculável à população de Fortaleza.

CONSIDERANDO que o prazo para encerramento do citado Procedimento Administrativo, de acordo com as normas de regência, já expirou;

CONSIDERANDO a necessidade de continuar nas investigações, com o intuito de carrear aos autos mais elementos de convicção, DETERMINA:

1. Converter o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, mantendo-se sua ementa, número de autuação e o ofício para o qual distribuído.

2. Comunicar o fato à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva.

3. A publicação em meio eletrônico e na imprensa oficial, considerando o disposto nos artigos 4º, VI, parte final, e 7º, §2º, I, da Resolução nº 23 do CNMP, assim como no artigo 16, § 1º, I, da Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

4. Que a SOTC anote a vinculação do presente ICP ao PA anterior, para fins de recebimento de ofícios ainda pendentes de resposta.

5. Após, voltem conclusos para deliberações.

OSCAR COSTA FILHO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA Nº 408, DE 9 DE SETEMBRO DE 2012

GAB/BBV Nº 05

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por seu presentante subscrito, no cumprimento de suas atribuições constitucionais e legais, e:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF/88, art. 127);

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, bem como promover o inquérito civil e a ação civil pública, para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, II e III, da CF/88, regulamentado pelo art. 6°, VII a XX, c/c arts. 7º e 8º, todos da Lei Complementar n° 75/93, e arts. 1º, 8°, § 1°, c/c art. 21 da Lei n° 7.347/85, c/c art. 90 da Lei nº 8.078/90);

CONSIDERANDO que a defesa da ordem econômica e da livre concorrência se constitui em clássico direito difuso titularizado por toda a coletividade (Lei nº 12.529/2011, art. 1º);

CONSIDERANDO que a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os princípios da soberania nacional, propriedade privada, função social da propriedade, livre concorrência, defesa do consumidor e meio ambiente, redução das desigualdades regionais e sociais, busca do pleno emprego e tratamento favorecido a empresas brasileiras de pequeno porte (CF/88, art. 170);

CONSIDERANDO que a lei reprime o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros; estabelecendo a responsabilidade civil e administrativa objetivas e solidárias das pessoas naturais, jurídicas e entes despersonalizados que praticarem ilícitos contra a ordem econômica e economia popular (CF/88, art. 173, §§ 4º e 5º, c/c Lei 12.529/2011, arts. 31 a 36);

CONSIDERANDO que "Constituem infração da ordem econômica, independentemente de culpa, os atos sob qualquer forma manifestados, que tenham por objeto ou possam produzir os seguintes efeitos, ainda que não sejam alcançados: I - limitar, falsear ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência ou a livre iniciativa; II - dominar mercado relevante de bens ou serviços; III - aumentar arbitrariamente os lucros; e IV - exercer de forma abusiva posição dominante." (Lei 12.529/2011, art. 36);

CONSIDERANDO que "Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado." e que "O mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e sócio-econômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do País, nos termos de lei federal." (CF/88, art. 174 e 219);

CONSIDERANDO que "Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.", sendo que "Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo." (Lei nº 8.078/90, art. 2º);

CONSIDERANDO que "Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.", e que "Produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial.", e também que "Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista." (Lei nº 8.078/90, art. 3º);

CONSIDERANDO que "São direitos básicos do consumidor (…) o acesso aos órgãos judiciários e administrativos com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção jurídica, administrativa e técnica aos necessitados; (…) a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;" (Lei nº 8078/90, art. 6º, VII e VIII);

CONSIDERANDO as notícias de ilícitos, encaminhadas a esta Procuradoria da República, as quais informam que, p.ex., a Viação Anapolina, empresa responsável pelo transporte interestadual terrestre referente ao trecho "Luziânia/GO a Brasília/DF" (e outros trechos) teria reajustado a tarifa respectiva acima e infringindo os critérios normativamente fixados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT (fls. 03/05 dos autos principais nº 1.16.000.002217/2012-81, e fl. 06 do Apenso 1.18.000.001809/2012-19);

CONSIDERANDO que cabe à ANTT "proceder à revisão e ao reajuste de tarifas dos serviços prestados, segundo as disposições contratuais, após prévia comunicação ao Ministério da Fazenda" e "fiscalizar a prestação dos serviços e a manutenção dos bens arrendados, cumprindo e fazendo cumprir as cláusulas e condições avençadas nas outorgas e aplicando penalidades pelo seu descumprimento" (Lei nº 10.233/2001, art. 24, VII e VIII);

CONSIDERANDO que, caso confirmada, a conduta narrada na representação pode vir a configurar ofensa a direitos consumeristas e descumprimento do contrato administrativo ("autorização especial") pertinente ao serviço público de transporte terrestre interestadual;

Resolve:

a) Instaurar o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.16.000.002217/2012-81, nos termos da CF/88, art. 129, III, regulamentada pelo art. 6°, VII, da Lei Complementar n° 75/93 e art. 8°, § 1 °, c/c art. 21 da Lei n° 7.347/85, c/c art. 90 da Lei nº 8.078/90 e art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 12.529/2011.

b) Determinar, à Secretaria deste 1º Ofício da Ordem Econômica e Consumerista, a adoção das seguintes providências:

b.1-autue-se e registre-se no sistema Único a presente portaria;

b.2- comunique-se, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a Conspícua 3ª CCR/MPF acerca da instauração do presente inquérito civil, encaminhando-lhe arquivo digital desta portaria, para fins de cumprimento da Resolução CSMPF nº 87/2006, art. 6º, c/c art. 16 (publicação no Diário Oficial);

c) Requisite-se, à ANTT (encaminhando cópia das notícias de fls. 03/05 dos autos principais nº 1.16.000.002217/2012-81, e fl. 06 do Apenso 1.18.000.001809/2012-19), no prazo de 20 (vinte) dias, que responda às seguintes indagações:

1) São verdadeiros os fatos narrados pelos Noticiantes? Justifique com fatos e fundamentos jurídicos.

1.1- Qual(is) empresa(s) realiza(m) serviço de transporte nos trechos "Águas Lindas a Brasília-DF" e "St. Antônio do Descoberto a Brasília-DF" (fl. 06 do Apenso 1.18.000.001809/2012-19)?

2) Qual é, exatamente, o critério adotado pela ANTT para a fixação das tarifas em questão? Justifique com fatos e fundamentos jurídicos.

3) Foi autorizado o reajuste do valor das tarifas referentes aos trechos reclamados (p.ex, o trecho "Luziânia/GO a Brasília/DF", operado pela Viação Anapolina)? Em caso positivo, qual o preço anterior, qual o preço posterior (ao aumento autorizado), qual o valor do aumento (autorizado), e qual o percentual (autorizadamente) aumentado (em relação ao preço original)?

4) Quais os valores atualmente praticados pelas transportadoras que sofreram a representação?

5) Esse valores estão em conformidade com o reajuste autorizado? Em caso negativo, quais as providências adotadas por essa Autarquia para sanar e punir referidos ilícitos?

6) Há outras informações julgadas pertinentes, ainda que não indagadas?

e) A(s) requisição(ões) deverá(ão) ser instruída(s) com cópia das folhas acima aludidas.

f) Para que a(s) parte(s) responda(m) em conformidade com o objeto destes autos, toda e qualquer requisição deverá ser instruída com cópia da presente portaria de instauração, nos termos da Resolução CSMPF nº 87, de 6.4.2010, art. 9º, § 9º, incluído pela Resolução CSMPF nº 106, de 6.4.2010.

BRUNO BAIOCCHI VIEIRA
Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MARANHÃO

PORTARIA Nº 73, DE 10 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio de sua agente signatária, no uso de suas atribuições constitucionais (art. 127, caput, e art. 129, II, III e IX, da Constituição Federal), legais (art. 1º e 2º; art. 5º, I, II, "d", III, "e", e V, "a"; art. 6º, VII, "a" e "d", e XIV, "c"; art. 7º, I; art. 11 a 16; art. 38, I; e art. 41, todos da Lei Complementar nº 75/93) e administrativas (Resolução do Conselho Superior do Ministério Público Federal nº 87/2006 e Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público nº 23/2007);

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando o teor do Termo de Declarações anexo, noticiando que a greve dos servidores da Universidade Federal do Maranhão - UFMA teria implicado em paralisação dos serviços de emissão de declarações pelo Colégio Universitário, prejudicando os alunos que necessitam de documento comprobatório de que estão cursando o ano letivo;

Considerando que o Ministério Público, conforme o art. 127 da Constituição Federal de 1988, tem por função institucional a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, entre os quais se inclui o direito fundamental à educação, consagrado nos artigos 6º e 205 da Carta Magna;

Considerando que, a teor dos artigos 11 a 16 da Lei Complementar nº 75/1993, incumbe à Procuradoria dos Direitos do Cidadão garantir o efetivo respeito dos direitos constitucionais do cidadão por parte do Poder Público e dos serviços de relevância pública;

Considerando que o Ministério Público possui como função institucional a promoção do inquérito civil público e da ação civil pública para a proteção de direitos constitucionais e de interesses difusos e coletivos;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o fito de apurar o caso.

Para tanto, determino a adoção das seguintes diligências:

i. autue-se a presente Portaria e os documentos a ela anexos como INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO vinculado ao 1º Ofício Cível, afeto à Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão - PRDC;

ii. oficie-se à UFMA requisitando manifestação circunstanciada, no prazo de 10 (dez) dias, acerca dos fatos narrados no citado Termo de Declarações, cuja cópia deve seguir anexa, especialmente sobre a atual situação da greve de seus servidores e sobre se houve paralisação total dos serviços do Colun no período respectivo; e

iii. cientifique-se a PFDC, por e-mail, anexando-se arquivo digital desta Portaria, requerendo a sua publicação no Diário Oficial da União, conforme previsão do art. 6º e 16 da Resolução nº 87/2006 do CSMPF.

ANA KARÍZIA TÁVORA TEIXEIRA NOGUEIRA
Procuradora da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MATO GROSSO

PORTARIA Nº 51, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, em exercício na Procuradoria da República no Município de Sinop/MT, desempenhando as atribuições institucionais conferidas pelos artigos 129 da Constituição da República e 5ª da Lei Complementar 75/93, e:

CONSIDERANDO incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, ademais, que a Constituição Federal e a Lei Complementar nº 75/93 incumbem ao Ministério Público a função institucional de promover o inquérito civil público para a assegurar o efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

CONSIDERANDO a necessidade de maiores informações acerca dos fatos, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

CONSIDERANDO, por derradeiro, a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §4º do artigo 4º da Resolução nº 87/2006, alterada pela Resolução 106/2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal (Vencido o prazo mencionado no § 1º, o membro do Ministério Público promoverá seu arquivamento, ajuizará a respectiva ação civil pública ou o converterá em inquérito civil);

Resolve converter a Peça de Informação nº 1.20.002.000012/2011-37 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar a malversação de verbas públicas aplicadas pelo Município de Terra Nova do Norte, bem como DETERMINAR:

I - a autuação, o registro e a publicação, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº 23/2007 do Egrégio Conselho Nacional do Ministério Público (O inquérito civil será instaurado por portaria, numerada em ordem crescente, renovada anualmente, devidamente registrada em livro próprio e autuada, contendo:VI - a determinação de afixação da portaria no local de costume, bem como a de remessa de cópia para publicação.) e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal (A publicidade consistirá: I - na publicação, no Diário Oficial, da portaria de instauração do Inquérito Civil, do extrato do compromisso de ajustamento de conduta e no portal do Ministério Público Federal, aqueles atos bem como as promoções de arquivamento e outros atos que o presidente de Inquérito entender cabível);

II - a comunicação à Egrégia 5ª Câmara, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº 75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal (Da instauração do inquérito civil far-se-á comunicação à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva ou à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, no prazo de 10 dias, sem prejuízo da publicidade prevista no art. 16, desta Resolução e, observando-se, sempre, as situações de sigilo).

III - a adoção da seguinte diligência: oficie-se à Prefeitura de Terra Nova do Norte solicitando que informe, no prazo de 15 (quinze) dias, a origem dos recursos das cartas convite nº 13/2009, 36/2009, 11/2009, 29/2009, 06/2009 e 05/2009, das Tomada de Preços nº 03/2009 e 02/2009, das licitações não especificada nº 23/2008, dispensada nº 04/2009 e inexigida nº 001/2009, dos pregões presenciais nº 07/2009, 05/2009, 09/2009 e do contrato nº 38/2009.

ANALÍCIA ORTEGA HARTZ

PORTARIA Nº 78, DE 23 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, lotada na Procuradoria da República no Município de Sinop/MT, no exercício das atribuições institucionais conferidas pelos artigos 129 da Constituição da República e 5ª da Lei Complementar 75/93, e:

CONSIDERANDO incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, ademais, que a Constituição Federal e a Lei Complementar nº 75/93 incumbem ao Ministério Público a função institucional de promover o inquérito civil público para a assegurar o efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

CONSIDERANDO a necessidade de maiores informações acerca dos fatos, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

Resolve converter o Procedimento Administrativo nº 1.20.000.000519/2009-96 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar noticia que denuncia maus tratos sofridos pelos detentos da Cadeia Pública do Município de Sorriso, bem como DETERMINAR:

I - a autuação, o registro e a publicação, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº 23/2007 do Egrégio Conselho Nacional do Ministério Público (O inquérito civil será instaurado por portaria, numerada em ordem crescente, renovada anualmente, devidamente registrada em livro próprio e autuada, contendo:VI - a determinação de afixação da portaria no local de costume, bem como a de remessa de cópia para publicação.) e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal (A publicidade consistirá: I - na publicação, no Diário Oficial, da portaria de instauração do Inquérito Civil, do extrato do compromisso de ajustamento de conduta e no portal do Ministério Público Federal, aqueles atos bem como as promoções de arquivamento e outros atos que o presidente de Inquérito entender cabível);

II - a comunicação à Egrégia PFDC, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº 75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal (Da instauração do inquérito civil far-se-á comunicação à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva ou à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, no prazo de 10 dias, sem prejuízo da publicidade prevista no art. 16, desta Resolução e, observando-se, sempre, as situações de sigilo);

III - seja oficiada a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso para que informe, no prazo de 15 dias, a atual situação das celas de encarceramento da Cadeia Pública do município de Sorriso, quanto aos requisitos de salubridade do ambiente, aeração, insolação e condicionamento térmico adequados à existência humana.

ADRIANO BARROS FERNANDES

PORTARIA Nº 82, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, lotado na Procuradoria da República no Município de Sinop/MT, no exercício das atribuições institucionais conferidas pelos artigos 129 da Constituição da República e 5ª da Lei Complementar 75/93, e:

CONSIDERANDO incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, ademais, que a Constituição Federal e a Lei Complementar nº 75/93 incumbem ao Ministério Público a função institucional de promover o inquérito civil público para a assegurar o efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

CONSIDERANDO a necessidade de maiores informações acerca dos fatos, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

CONSIDERANDO, por derradeiro, a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo;

Resolve instaurar o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO n.º 1.20.002.000089/2011-15 para apurar supostas fraudes perpetradas por Manoel Rodrigues de Freitas Neto, então prefeito do município de Terra Nova do Norte, em licitações realizadas para construção de escola de educação infantil, para aquisição de ônibus para transporte escolar e para a construção da estrada da 9.ª Agrovila, todas com verbas provenientes da União, bem como DETERMINAR:

I - a autuação, o registro e a publicação, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº 23/2007 do Egrégio Conselho Nacional do Ministério Público (O inquérito civil será instaurado por portaria, numerada em ordem crescente, renovada anualmente, devidamente registrada em livro próprio e autuada, contendo:VI - a determinação de afixação da portaria no local de costume, bem como a de remessa de cópia para publicação.) e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal (A publicidade consistirá: I - na publicação, no Diário Oficial, da portaria de instauração do Inquérito Civil, do extrato do compromisso de ajustamento de conduta e no portal do Ministério Público Federal, aqueles atos bem como as promoções de arquivamento e outros atos que o presidente de Inquérito entender cabível);

II - a comunicação à Egrégia 5.ª CCR, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº 75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal (Da instauração do inquérito civil far-se-á comunicação à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva ou à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, no prazo de 10 dias, sem prejuízo da publicidade prevista no art. 16, desta Resolução e, observando-se, sempre, as situações de sigilo);

III - a adoção das seguintes diligências:

a) oficie-se à PRR1 encaminhando cópia integral dos autos;

b) oficie-se à Controladoria Geral da União solicitando o resultado de eventual fiscalização que tenha sido realizada nos Convênios SIAFI nº 625273, 625614, 663702, 627633 e 722692 firmados com o Município de Terra Nova do Norte/MT. Prazo 10 (dez) dias;

c) oficie-se ao Ministério da Educação solicitando o resultado de eventual fiscalização que tenha sido realizada nos convênios nº 625273, 625614 e 663702, firmados com o Município de Terra Nova do Norte/MT. Prazo 10 (dez) dias;

d) oficie-se ao Ministério do Desenvolvimento Agrário solicitando o resultado de eventual fiscalização que tenha sido realizada nos convênios nº 627633 e 722692, firmados com o Município de Terra Nova do Norte/MT. Prazo 10 (dez) dias.

ADRIANO BARROS FERNANDES

PORTARIA Nº 83, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, lotado na Procuradoria da República no Município de Sinop/MT, no exercício das atribuições institucionais conferidas pelos artigos 129 da Constituição da República e 5ª da Lei Complementar 75/93, e:

CONSIDERANDO incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, ademais, que a Constituição Federal e a Lei Complementar nº 75/93 incumbem ao Ministério Público a função institucional de promover o inquérito civil público para a assegurar o efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

CONSIDERANDO a necessidade de maiores informações acerca dos fatos, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

CONSIDERANDO, por derradeiro, a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §4º do artigo 4º da Resolução nº 87/2006, alterada pela Resolução 106/2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal (Vencido o prazo mencionado no § 1º, o membro do Ministério Público promoverá seu arquivamento, ajuizará a respectiva ação civil pública ou o converterá em inquérito civil);

Resolve converter o Procedimento Administrativo nº 1.20.002.000018/2010-23 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar possíveis irregularidades na aplicação de recursos oriundos do Fundo Nacional de Saúde pela Secretaria Municipal de Saúde de Sorriso/MT, bem como DETERMINAR:

I - a autuação, o registro e a publicação, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº 23/2007 do Egrégio Conselho Nacional do Ministério Público (O inquérito civil será instaurado por portaria, numerada em ordem crescente, renovada anualmente, devidamente registrada em livro próprio e autuada, contendo:VI - a determinação de afixação da portaria no local de costume, bem como a de remessa de cópia para publicação.) e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federa (A publicidade consistirá: I -

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

na publicação, no Diário Oficial, da portaria de instauração do Inquérito Civil, do extrato do compromisso de ajustamento de conduta e no portal do Ministério Público Federal, aqueles atos bem como as promoções de arquivamento e outros atos que o presidente de Inquérito entender cabível);

II - a comunicação à Egrégia 5ª Câmara, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº 75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal (Da instauração do inquérito civil far-se-á comunicação à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva ou à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, no prazo de 10 dias, sem prejuízo da publicidade prevista no art. 16, desta Resolução e, observando-se, sempre, as situações de sigilo);

III - a adoção da seguinte diligência: oficiar a Prefeitura de Sorriso para que comprove, em 15 (quinze) dias: a) que a movimentação dos recursos financeiros do Piso da Atenção Básica PAB-FIXO) foram mantidos e movimentados nas contas específicas 58042-2, do Banco do Brasil, e 66240033, da Caixa Econômica Federal; b) a inclusão na LDO da dotação orçamentária para o Conselho Municipal de Saúde.

ANDRÉ BUENO DA SILVEIRA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

PORTARIA Nº 190, DE 24 DE JULHO DE 2012

Instauração de Inquérito Civil Público. Documento PRM-DRS-MS Nº 4911/2012. Assunto: Implantação de posto de atendimento do Juizado Especial Criminal da Comarca de Dourados/MS na Aldeia Jaguapiru.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, III, da Constituição Federal e pelo art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93,

CONSIDERANDO que a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis são objetivos institucionais do Ministério Público, estabelecidos no art. 127, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, notadamente a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, conforme art. 129, incisos II e III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a legislação infraconstitucional, especificamente os dispositivos do art. 6º, incisos VII, "b" e XIV, "d", da Lei Complementar 75/93 e art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 (LACP), conferem ao Ministério Público a legitimidade para atuar na defesa do meio ambiente e de outros interesses sociais, difusos e coletivos, bem como a Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que regulamenta a instauração e a tramitação do Inquérito Civil Público;

CONSIDERANDO a necessidade de aprofundar a investigação, com vistas à apuração dos fatos em toda a sua extensão e à busca de soluções administrativas ou de elementos para a propositura das medidas judiciais que se fizerem necessárias, visando à defesa da ordem jurídica e à proteção dos interesses que ao Ministério Público Federal incumbe resguardar; resolve:

Em observância aos termos dos artigo 2º, § 7º e 4º da Resolução nº 23 do CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, de 17/09/2007, e subsidiariamente da Resolução nº 87 do CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, Instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar os fatos, adotando as seguintes diligências:

1. Autue-se a presente Portaria, conferindo-lhe a publicidade devida;

2. Remeta-se cópia desta Portaria à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

3. Elabore-se minuta de ofício à FUNAI para que efetive consulta à comunidade indígena, bem como esclareça sobre o custeio da instalação do Posto de Atendimento do Juizado e respectivo deslocamento dos magistrados e servidores, devendo-se enviar cópia do ofício nº 126/12/GAECO/DRS/MS.

MARCO ANTONIO DELFINO DE ALMEIDA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 24, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

Ângelo Giardini de Oliveira, Procurador da República em exercício na Procuradoria da República em Divinópolis-MG, com fundamento nas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 127 e 129 da Constituição Federal de 1988 e pelo artigo 5º e seguintes da Lei Complementar nº 75/93,

CONSIDERANDO que o Procedimento Administrativo Cível nº 1.22.012.000064/2012-09, que tramita nesta Procuradoria da República, foi instaurado para a apuração de eventual negligência do DNIT na instalação de redutores de velocidade nos marcos quilométricos de números 400 (Pará de Minas/MG), 438 a 447 (Nova Serrana/MG), 477 (Bom Despacho/MG), 523 (Luz/MG) e 546 a 571 (Serra da Saudade) da Rodovia BR-262/MG, entre os Municípios de Pará de Minas/MG e Luz/MG,

CONSIDERANDO que a Polícia Rodoviária Federal já remeteu vários ofícios ao DNIT, munidos de estudos estatísticos que apontam altos índices de acidentes nos citados marcos quilométricos, os quais foram, inclusive, objeto de indicação para a instalação dos redutores de velocidade,

CONSIDERANDO que o DNIT elaborou o Edital nº 369/2010, cujo objeto consiste em obras de duplicação, restauração e melhoramentos da travessia urbana do Município de Nova Serrana/MG, o qual, todavia, encontra-se suspenso,

CONSIDERANDO que este procedimento administrativo tem por escopo mediato a salvaguarda da vida e da segurança dos usuários da Rodovia BR-262, no trecho compreendido entre os Municípios de Pará de Minas/MG e Luz/MG,

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 129, III, da Constituição Federal, incumbe ao Ministério Público a promoção do inquérito civil e da ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que o referido procedimento administrativo completará o prazo 180 (cento e oitenta) dias no próximo dia 22/09/2012 e ainda há diligências pendentes para a apuração dos fatos (art. 4, § 4º, da Resolução CSMPF nº 87/2010);

DETERMINA:

1) a conversão do Procedimento Administrativo Cível nº 1.22.012.000064/2012-09 em Inquérito Civil Público, nos termos do art. 4º, § 4º, da Resolução CSMPF nº 87, de 06/04/2010;

2) após os registros de praxe, a imediata comunicação à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do disposto no art. 4º, VI, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, mediante correspondência eletrônica, para fins de publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, certificando-se nos autos;

3) a nomeação do servidor Lindomar Salvino Rodrigues, técnico administrativo, para funcionar como Secretário, nos termos do art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007 e art. 5º, V, da Resolução CSMPF nº 87/2006, que será substituído, em suas ausências, pelos demais servidores em exercício na Secretaria Jurídica desta PRM;

4) o cumprimento do despacho proferido nesta data.

Cumpra-se.

ÂNGELO GIARDINI DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 24, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

Ângelo Giardini de Oliveira, Procurador da República em exercício na Procuradoria da República em Divinópolis-MG, com fundamento nas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 127 e 129 da Constituição Federal de 1988 e pelo artigo 5º e seguintes da Lei Complementar nº 75/93,

CONSIDERANDO que o Procedimento Administrativo Cível nº 1.22.012.000064/2012-09, que tramita nesta Procuradoria da República, foi instaurado para a apuração de eventual negligência do DNIT na instalação de redutores de velocidade nos marcos quilométricos de números 400 (Pará de Minas/MG), 438 a 447 (Nova Serrana/MG), 477 (Bom Despacho/MG), 523 (Luz/MG) e 546 a 571 (Serra da Saudade) da Rodovia BR-262/MG, entre os Municípios de Pará de Minas/MG e Luz/MG,

CONSIDERANDO que a Polícia Rodoviária Federal já remeteu vários ofícios ao DNIT, munidos de estudos estatísticos que apontam altos índices de acidentes nos citados marcos quilométricos, os quais foram, inclusive, objeto de indicação para a instalação dos redutores de velocidade,

CONSIDERANDO que o DNIT elaborou o Edital nº 369/2010, cujo objeto consiste em obras de duplicação, restauração e melhoramentos da travessia urbana do Município de Nova Serrana/MG, o qual, todavia, encontra-se suspenso,

CONSIDERANDO que este procedimento administrativo tem por escopo mediato a salvaguarda da vida e da segurança dos usuários da Rodovia BR-262, no trecho compreendido entre os Municípios de Pará de Minas/MG e Luz/MG,

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 129, III, da Constituição Federal, incumbe ao Ministério Público a promoção do inquérito civil e da ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que o referido procedimento administrativo completará o prazo 180 (cento e oitenta) dias no próximo dia 22/09/2012 e ainda há diligências pendentes para a apuração dos fatos (art. 4, § 4º, da Resolução CSMPF nº 87/2010);

DETERMINA:

1) a conversão do Procedimento Administrativo Cível nº 1.22.012.000064/2012-09 em Inquérito Civil Público, nos termos do art. 4º, § 4º, da Resolução CSMPF nº 87, de 06/04/2010;

2) após os registros de praxe, a imediata comunicação à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do disposto no art. 4º, VI, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, mediante correspondência eletrônica, para fins de publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, certificando-se nos autos;

3) a nomeação do servidor Lindomar Salvino Rodrigues, técnico administrativo, para funcionar como Secretário, nos termos do art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007 e art. 5º, V, da Resolução CSMPF nº 87/2006, que será substituído, em suas ausências, pelos demais servidores em exercício na Secretaria Jurídica desta PRM;

4) o cumprimento do despacho proferido nesta data.

Cumpra-se.

ÂNGELO GIARDINI DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 43, DE 5 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (art. 6º, VII, "b", da Lei Complementar nº 75, de 20.5.93);

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, (art. 129, VI, CF; art. 8º, II, LC 75/93);

Resolve instaurar Inquérito Civil Público, para apurar possíveis irregularidades no Contrato de Repasse nº 0319649-79 (SIAFI nº 660411), que tem por objeto a construção de 100 (cem) unidades habitacionais no bairro Jardim Esperança no Município de Patos de Minas.

Para isso, DETERMINA-SE:

I - Seja autuada esta portaria no início do procedimento, publicada nos termos do art. 5º, VI da Resolução n. 87/2006/CSMPF, e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - Junte-se a este ICP cópias das fls., 07, 31, do CD de fls. 31v do ICP n. 1.22.006.000306/2011-54 e das pesquisas realizadas no Portal da Transparência e no site da CAIXA (anexas)

III - seja oficiada a Caixa Econômica Federal solicitando no prazo de 30 (trinta) dias: a) cópia do Contrato de Repasse (SIAFI n. 660411); b) informar os motivos pelos quais ainda não foram executadas as obras; c) indicar a conta específica relativa ao r. Contrato de Repasse; d) encaminhar cópia integral da prestação de contas parciais ainda que, não concluída a análise.

ATHAYDE RIBEIRO COSTA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA Nº 57, DE 3 DE SETEMBRO DE 2012

A Procuradora da República no Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, art. 8º da Lei Complementar n.º 75/93, de 20/05/1993 e Resolução nº 77 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, de 14/09/2004, e

Considerando o teor do Procedimento Administrativo nº 1.23.000.001454/2009-94, que apura indícios de irregularidades no emprego de verbas públicas provenientes do FNDE, no Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, por parte da ex-prefeita do Município de Acará/PA, FRANCISCA MARTINS OLIVEIRA E SIVA, no período compreendido entre 1998 e 2004;

CONSIDERANDO a possível ocorrência dos delitos descritos no art. 1º, incisos I e II, do Decreto-Lei 201/67, perpetrados pela aludida ex-gestora;

CONSIDERANDO que em consulta ao endereço eletrônico do FNDE só foi possível verificar a situação das prestações de contas a partir do ano de 1999;

CONSIDERANDO que o FNDE não atendeu completamente as requisições exaradas nos ofícios nº 650/2009 e 715/2009-PR/PA/GAB1, uma vez que não informou sobre a situação da prestação de contas do ente municipal referente ao PDDE no ano de 1998;

CONSIDERANDO que os documentos até então juntados aos autos não oferecem elementos suficientes para a formação da opinio delicti e, por conseguinte, a propositura de ação penal;

Resolve

Instaurar PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL - PIC, determinando:

I - Autue-se.

II - Oficie-se o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE para que informe se houve a conclusão da prestação de contas do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, pertinente ao ano de 1998, da Prefeitura Municipal de Acará-PA, e, caso positivo, seja enviado cópia integral do processo a esse Parquet;

Comunique-se à 2ª CCR.

NAYANA FADUL DA SILVA

PORTARIA Nº 58, DE 3 DE SETEMBRO DE 2011

A Procuradora da República no Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, art. 8º, da Lei Complementar n.º 75/93, de 20/05/1993 e na Resolução nº 77, de 14/09/2004, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

CONSIDERANDO a representação em face de ÓTICA EL SHADAY, PAULO BARBOSA DE HOLANDA (CNPJ nº 00..4.764.634/0001-71) e IM DE SOUZA PINTO (CNPJ nº 00.04.764.634/0001-71), formulada pelas ex-funcionárias Lorena Mota das Chagas e Gabriela Roca da Costa, que noticiam suposto crime de sonegação fiscal previdenciária por parte do representante legal das empresas citadas, Sr. José Almir Soares Pinto.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSIDERANDO que os fatos indicam possível ocorrência de infração penal de natureza pública, hábil a ensejar a atuação ministerial,

CONSIDERANDO que há necessidade de melhor apuração dos fatos,

Resolve:

Instaurar PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL - PIC, para apurar as responsabilidades e os motivos da conduta criminal.

Entretanto, tendo em vista a resposta oferecida pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Belém, à fl. 09, informando que foi encaminhada requisição de instauração de procedimento fiscal à equipe responsável pela análise de interesse fiscal para providências, determino o sobrestamento dos autos pelo prazo de 6 (seis) meses. Findo o sobrestamento, oficie-se a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Belém para que encaminhe o procedimento fiscal concluído. Com a resposta, voltem conclusos.

Comunique-se à 2ª CCR.

Após, volte-me conclusos.

NAYANA FADUL DA SILVA

PORTARIA Nº 59, DE 4 DE SETEMBRO DE 2011

A Procuradora da República no Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, art. 8º, da Lei Complementar n.º 75/93, de 20/05/1993 e na Resolução nº 77, de 14/09/2004, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

CONSIDERANDO a representação formulada pela ex-funcionária da empresa MASTER CONSTRUÇÕES INCORPORAÇÕES LTDA, Sra. YARA LINDA RIBEIRO DA COSTA, que noticia suposto crime de sonegação fiscal previdenciária por parte do representante legal da referida empresa, Sr. Roberto Barreto Alves, no período de novembro de 2002 à março de 2006.

CONSIDERANDO que os fatos indicam possível ocorrência de infração penal de natureza pública, hábil a ensejar a atuação ministerial,

CONSIDERANDO que há necessidade de melhor apuração dos fatos,

Resolve:

Instaurar PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL - PIC, para apurar as responsabilidades e os motivos da conduta criminal.

Entretanto, tendo em vista a resposta oferecida pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Belém, à fl. 24, informando que foi encaminhada requisição de instauração de procedimento fiscal à equipe responsável pela análise de interesse fiscal para providências, determino o sobrestamento dos autos pelo prazo de 6 (seis) meses. Findo o sobrestamento, oficie-se a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Belém para que encaminhe o procedimento fiscal concluído. Com a resposta, voltem conclusos.

Comunique-se à 2ª CCR.

Após, volte-me conclusos.

NAYANA FADUL DA SILVA

PORTARIA Nº 170, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e na Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

Considerando sua função institucional de defesa do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o inquérito civil e a ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea b, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando os fatos constantes nas Peças de Informação nº 1.23.002.000523/2012-28, autuadas a partir de cópia do PIC 1.23.002.000643/2011-44, com vistas à quantificação do dano ambiental causado e posterior ajuizamento de ação civil pública;

Considerando a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo § 1º do artigo 4º da Resolução 87, de 03.08.2006, do CSMPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto os fatos já constantes das referidas peça de Informação, pelo que:

Determina-se:

i - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil;

ii - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16 da Resolução nº 87/2006, do CSMPF;

iii - Informe-se ao NUPER que a perícia de quantificação do dano ambiental pedida em relação ao PIC 1.23.002.000643/2011-44, deve ser encaminhada ao ICP que ora se determina instaurar.

LUIZ ANTONIO MIRANDA AMORIM SILVA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA PARAÍBA

PORTARIA Nº 91, DE 30 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação;

Converte as peças de informação autuadas sob o nº 1.24.000.001422/2012-57 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, a apuração de irregularidades constantes na execução da reforma da Escola Municipal Antônio dos Santos Coelho Neto, localizada no Bairro da Penha, João Pessoa-PB, cujas informações veiculam superfaturamento e excessiva demora na conclusão da obra.

Determina a publicação desta Portaria no mural de avisos da Procuradoria da República no Estado da Paraíba, nos termos do que prevê o art. 7º, IV, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

RODOLFO ALVES SILVA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 252, DE 6 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fundamento no art. 129, III da Constituição da República, c/c art. 6º, VII e 7ª, I da Lei Complementar nº 75/93, bem como art. 8º, § 1º da Lei nº 7.347/85, CONVERTE o Procedimento Administrativo autuado sob o nº 1.25.005.000331/2012-17 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, a apuração dos fatos abaixo especificados:

DESCRIÇÃO RESUMIDA DOS FATOS INVESTIGADOS:

Contrato nº SMGP-0027/2011, firmado entre o município de Londrina e a empresa Viaenge Planejamento Viário e Construções Ltda, para recuperação de pavimento com CBUQ e obras viárias na Alameda Júlio Mesquita Filho, Rua Gomes Carneiro, rotatória do Moringão e Avenida Bandeirantes, cuja execução deveria empregar serviços e materiais que obedecem aos requisitos de qualidade, resistência, funcionalidade e segurança. Fotos demonstram que apenas quatro meses após o final da vigência do contrato, as vias públicas objeto de recuperação nos termos da avença apresentaram evidentes defeitos de pavimentação. As verbas usadas na contratação possuem origem federal, por meio de contrato de repasse com o ente municipal.

POSSÍVEL RESPONSÁVEL PELOS FATOS INVESTIGADOS:

A apurar.

AUTOR DA REPRESENTAÇÃO: Ministério Público Federal

Determina que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos do arts. 4º, IV, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

LUIZ ANTONIO XIMENES CIBIN

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 30, DE 10 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República que este subscreve, com lastro nos arts.127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art.6º, VII, da Lei Complementar 75/93; e

1) Considerando o disposto na Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

2) Considerando o disposto na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

3) Considerando a necessidade de continuidade das investigações dos fatos referentes ao Procedimento Administrativo nº 1.30.017.000220/2012-10, DETERMINA:

Art. 1º - Converta-se o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, com a seguinte ementa: "CONSUMIDOR - Notícia de má prestação de serviço pela CEF, consistente na atuação negligente ao permitir descontos em conta corrente de correntista de valores relacionados a contrato de empréstimo supostamente fraudulento firmado com o Banco Matone.".

Art. 2º - Comunique-se à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para conhecimento e publicação.

ANA CLÁUDIA DE SALES ALENCAR

PORTARIA Nº 31, DE 10 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República que este subscreve, com lastro nos arts.127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art.6º, VII, da Lei Complementar 75/93; e

1) Considerando o disposto na Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

2) Considerando o disposto na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

3) Considerando a necessidade de continuidade das investigações dos fatos referentes ao Procedimento Administrativo nº 1.30.017.000210/2012-76, DETERMINA:

Art. 1º - Converta-se o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, com a seguinte ementa: "CONSUMIDOR - Possível lesão a direito do consumidor praticada pela operadora de plano de saúde DIX, consistente no descredenciamento no Município de Duque Caxias do laboratório Sérgio Franco, fazendo com que os usuários sópossam se utilizar dos laboratórios Bronstein, que tem apenas uma unidade no município, e DIGI, que apresenta más condições de higiene. Averiguação de omissão da ANS.".

Art. 2º - Comunique-se à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para conhecimento e publicação.

ANA CLÁUDIA DE SALES ALENCAR

PORTARIA Nº 32, DE 10 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República que este subscreve, com lastro nos arts.127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art.6º, VII, da Lei Complementar 75/93; e

1) Considerando o disposto na Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

2) Considerando o disposto na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

3) Considerando a necessidade de continuidade das investigações dos fatos referentes ao Procedimento Administrativo nº 1.30.017.000217/2012-98, DETERMINA:

Art. 1º - Converta-se o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, com a seguinte ementa: "CONSUMIDOR - Averiguação de compra e armazenamento irregulares de botijões de GLP por distribuidora no município de Duque de Caxias/RJ.".

Art. 2º - Comunique-se à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para conhecimento e publicação.

ANA CLÁUDIA DE SALES ALENCAR

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PORTARIA Nº 8, DE 10 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição da República, e:

a) considerando os elementos constantes no Procedimento Administrativo n.º 1.28.000.001839/2011-90, para apurar possíveis irregularidades no recolhimento dos valores das contribuições sociais devidas pelo estado potiguar entre os meses de maio e agosto do ano de 2010;

b) considerando o vencimento do prazo máximo de tramitação do Procedimento Administrativo (180 dias);

c) considerando que há a necessidade de realização, análise e cumprimento de diligências para a formação do convencimento deste Órgão Ministerial;

d) considerando que a adoção de medidas instrutórias, como a expedição de notificações e requisições de documentos ou informações e tomada de depoimentos, após o vencimento do prazo de tramitação do Procedimento Administrativo, pressupõe a instauração de inquérito civil, conforme dispõe o art. 4º, § 4º, da Resolução n.º 87/2006, com a redação dada pela Resolução n.º 106/2010;

RESOLVE converter o Procedimento Administrativo n.° 1.28.000.001839/2011-90 em INQUÉRITO CIVIL, com base nas razões e fundamentos expressos na presente Portaria, para a regular e formal coleta de elementos destinados a auxiliar a formação de convicção ministerial acerca dos fatos, autuando-a e publicando-a no sítio oficial desta Procuradoria da República.

Após os registros de praxe, comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

GILBERTO BARROSO DE CARVALHO JÚNIOR

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 9, DE 10 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição da República, e:

a) considerando os elementos constantes no Procedimento Administrativo n.º 1.28.000.001823/2011-87, para apurar denúncia de possíveis irregularidades atribuídas ao presidente da Junta Comercial do RN - JUCERN;

b) considerando o vencimento do prazo máximo de tramitação do Procedimento Administrativo (180 dias);

c) considerando que há a necessidade de realização, análise e cumprimento de diligências para a formação do convencimento deste Órgão Ministerial;

d) considerando que a adoção de medidas instrutórias, como a expedição de notificações e requisições de documentos ou informações e tomada de depoimentos, após o vencimento do prazo de tramitação do Procedimento Administrativo, pressupõe a instauração de inquérito civil, conforme dispõe o art. 4º, § 4º, da Resolução n.º 87/2006, com a redação dada pela Resolução n.º 106/2010;

RESOLVE converter o Procedimento Administrativo n.° 1.28.000.001823/2011-87 em INQUÉRITO CIVIL, com base nas razões e fundamentos expressos na presente Portaria, para a regular e formal coleta de elementos destinados a auxiliar a formação de convicção ministerial acerca dos fatos, autuando-a e publicando-a no sítio oficial desta Procuradoria da República.

Após os registros de praxe, comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

GILBERTO BARROSO DE CARVALHO JÚNIOR

PORTARIA Nº 10, DE 10 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição da República, e:

a) considerando os elementos constantes no Procedimento Administrativo n.º 1.28.000.000175/2012-22, instaurado para adoção de medidas para coibir possíveis irregularidades na transferência de PMs, com fins de ingresso no curso de direito da UFRN em Caicó/RN;

b) considerando o vencimento do prazo máximo de tramitação do Procedimento Administrativo (180 dias);

c) considerando que há a necessidade de realização, análise e cumprimento de diligências para a formação do convencimento deste Órgão Ministerial;

d) considerando que a adoção de medidas instrutórias, como a expedição de notificações e requisições de documentos ou informações e tomada de depoimentos, após o vencimento do prazo de tramitação do Procedimento Administrativo, pressupõe a instauração de inquérito civil, conforme dispõe o art. 4º, § 4º, da Resolução n.º 87/2006, com a redação dada pela Resolução n.º 106/2010;

RESOLVE converter o Procedimento Administrativo n.° 1.28.000.000175/2012-22 em INQUÉRITO CIVIL, com base nas razões e fundamentos expressos na presente Portaria, para a regular e formal coleta de elementos destinados a auxiliar a formação de convicção ministerial acerca dos fatos, autuando-a e publicando-a no sítio oficial desta Procuradoria da República.

Após os registros de praxe, comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

GILBERTO BARROSO DE CARVALHO JÚNIOR

PORTARIA Nº 11, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição da República, e:

a) considerando os elementos constantes no Procedimento Administrativo n.º 1.28.000.000360/2012-17, para apurar possíveis irregularidades na prestação de contas do programa DST/AIDS/2010 pela SESAP;

b) considerando o vencimento do prazo máximo de tramitação do Procedimento Administrativo (180 dias);

c) considerando que há a necessidade de realização, análise e cumprimento de diligências para a formação do convencimento deste Órgão Ministerial;

d) considerando que a adoção de medidas instrutórias, como a expedição de notificações e requisições de documentos ou informações e tomada de depoimentos, após o vencimento do prazo de tramitação do Procedimento Administrativo, pressupõe a instauração de inquérito civil, conforme dispõe o art. 4º, § 4º, da Resolução n.º 87/2006, com a redação dada pela Resolução n.º 106/2010;

Resolve converter o Procedimento Administrativo n.° 1.28.000.000360/2012-17 em INQUÉRITO CIVIL, com base nas razões e fundamentos expressos na presente Portaria, para a regular e formal coleta de elementos destinados a auxiliar a formação de convicção ministerial acerca dos fatos, autuando-a e publicando-a no sítio oficial desta Procuradoria da República.

Após os registros de praxe, comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

GILBERTO BARROSO DE CARVALHO JÚNIOR

PORTARIA Nº 34, DE 5 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelos artigos 127, caput, e 129 da Constituição Federal de 1988; artigos 1°, 2°, 5° a 7° e 38, todos da Lei Complementar n°. 75/1993; e pela Resolução do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF nº. 87/2006, alterada pela Resolução CSMPF n°. 106/2010, e:

a) considerando a incumbência disposta no artigo 6º, inciso VII, alínea "b", e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar nº. 75/1993;

b) considerando o teor do Ofício nº. 612/11 - 44PmJ/SEC, de 12 de dezembro de 2011, oriundo da 44ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público da Comarca de Natal, Rio Grande do Norte, que encaminhou a esta Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte os autos do Inquérito Civil nº. 080/2010 (02 volumes e 24 anexos), vertido à apuração de possíveis irregularidades detectadas pela equipe de auditoria financeira, contábil e administrativa do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO no quadro funcional do Instituto de Pesos e Medidas do Rio Grande do Norte - IPEM/RN, perpetradas ao longo dos exercícios de 2007 a 2010, interregno de gestão do ex-diretor geral Rychardson de Macedo Bernardo, que figura como principal investigado na "Operação Pecado Capital";

c) considerando que as ilicitudes possivelmente ocorridas na situação podem configurar atos de improbidade administrativa previstos na Lei federal nº 8.429/1992 e crimes descritos na Lei federal nº. 8.666/1993 ou no Código Penal;

d) considerando que os elementos carreados aos fólios não permitem a formulação de um juízo conclusivo sobre a espécie, conduzindo, pois, à necessidade de realização de diligências para a formação do convencimento deste órgão ministerial;

e) considerando que a adoção de medidas instrutórias, a exemplo da expedição de notificações e requisições de documentos ou informações e tomada de depoimentos, pressupõe a instauração de inquérito civil, conforme dispõe o artigo 1º, parágrafo único, da Resolução CSMPF nº. 87/2006, com a redação dada pela Resolução CSMPF nº 106/2010;

Instaura inquérito civil público, com base nas razões e fundamentos expressos na presente portaria, para a regular e formal coleta de elementos destinados a auxiliar a formação de convicção ministerial acerca dos fatos abaixo especificados:

DESCRIÇÃO RESUMIDA DOS FATOS INVESTIGADOS: Aplicação irregular de verbas públicas repassadas ao Instituto de Pesos e Medidas do Rio Grande do Norte - IPEM/RN por meio dos Convênios de Cooperação Técnica e Administrativa nºs. 018/2005 e 020/2010, celebrados entre o IPEM/RN e o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO. Dispêndio irregular de verba pública em benefício de Laila Cristiane Nagib, Ana Maria Saraiva da Cunha, Sayonara Rosado da Costa Saraiva, Rebeca Brandão Bezerra, Silvana Botelho Munay, Sílvio Roberto Procópio Júnior, Sarah Cardoso Sansano, Vicente Zacarias da Costa Neto, Marcos Maia Carneiro, Marcos Maia Carneiro Júnior, Deborah Dayana M. da Cunha Santos, Francisco Canindé Alves Filho, Joyce Laíse da Silva Ribeiro, Juliana dos Santos Pessoal, Heriberto de Melo, Luíza Carvalho Dantas, Márcia Cristina da Silva, Marcone dos Reis, Maria Suely de Moura Diniz e Oldair Vieira de Andrade. Inserção de "funcionários fantasmas" no quadro de pessoal da autarquia metrológica estadual.

POSSÍVEL RESPONSÁVEL PELOS FATOS INVESTIGADOS: Rychardson de Macedo Bernardo e Outros.

AUTOR DA REPRESENTAÇÃO: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte.

Determina a publicação desta Portaria no mural de avisos da Procuradoria da República no Rio Grande do Norte, nos termos do que prevê o artigo 7º, inciso IV, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos artigos 4º, inciso VI, e 7º, § 2º, incisos I e II, da Resolução CNMP nº 23/2007, bem como que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

Manda, por fim, que sejam concretizadas as providências indicadas no despacho anexo à vertente portaria.

RODRIGO TELLES DE SOUZA

PORTARIA Nº 35, DE 5 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelos artigos 127, caput, e 129 da Constituição Federal de 1988; artigos 1°, 2°, 5° a 7° e 38, todos da Lei Complementar n°. 75/1993; e pela Resolução do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF nº. 87/2006, alterada pela Resolução CSMPF n°. 106/2010, e:

a) considerando a incumbência disposta no artigo 6º, inciso VII, alínea "b", e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar nº. 75/1993;

b) considerando o teor do Ofício nº. 612/11 - 44PmJ/SEC, de 12 de dezembro de 2011, oriundo da 44ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público da Comarca de Natal, Rio Grande do Norte, que encaminhou a esta Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte os autos do Inquérito Civil nº. 080/2010 (02 volumes e 24 anexos), vertido à apuração de possíveis irregularidades detectadas pela equipe de auditoria financeira, contábil e administrativa do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO no quadro funcional do Instituto de Pesos e Medidas do Rio Grande do Norte - IPEM/RN, perpetradas ao longo dos exercícios de 2007 a 2010, interregno de gestão do ex-diretor geral Rychardson de Macedo Bernardo, que figura como principal investigado na "Operação Pecado Capital";

c) considerando que as ilicitudes possivelmente ocorridas na situação podem configurar atos de improbidade administrativa previstos na Lei federal nº 8.429/1992 e crimes descritos na Lei federal nº. 8.666/1993 ou no Código Penal;

d) considerando que os elementos carreados aos fólios não permitem a formulação de um juízo conclusivo sobre a espécie, conduzindo, pois, à necessidade de realização de diligências para a formação do convencimento deste órgão ministerial;

e) considerando que a adoção de medidas instrutórias, a exemplo da expedição de notificações e requisições de documentos ou informações e tomada de depoimentos, pressupõe a instauração de inquérito civil, conforme dispõe o artigo 1º, parágrafo único, da Resolução CSMPF nº. 87/2006, com a redação dada pela Resolução CSMPF nº 106/2010;

Instaura inquérito civil público, com base nas razões e fundamentos expressos na presente portaria, para a regular e formal coleta de elementos destinados a auxiliar a formação de convicção ministerial acerca dos fatos abaixo especificados:

DESCRIÇÃO RESUMIDA DOS FATOS INVESTIGADOS: Aplicação irregular de verbas públicas repassadas ao Instituto de Pesos e Medidas do Rio Grande do Norte - IPEM/RN por meio dos Convênios de Cooperação Técnica e Administrativa nºs. 018/2005 e 020/2010, celebrados entre o IPEM/RN e o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO. Dispêndio irregular de verba pública em benefício de Alexandre A. Tavares Dantas Caldas, Júlio César Tavares Dantas Caldas, Alex Sandro de Brito Galvão, Alexandre Pinho do Rosário, Ana Lúcia Souza de Oliveira, Antão Alves da Silva, Adalúcia Barreto de Oliveira, Afrânio Nicácio S. Filho, Bruno Pinheiro Meira, Carlos Eduardo D. Fonseca, Carlos Eduardo N. Galvão, Diógenes Severiano de Aquino, Danúbio A. de Medeiros, Demerval José Benício, Esther Maria Vicentina Ferreira Assunção e Lílian Christina R. Magalhães. Inserção de "funcionários fantasmas" no quadro de pessoal da autarquia metrológica estadual.

POSSÍVEL RESPONSÁVEL PELOS FATOS INVESTIGADOS: Rychardson de Macedo Bernardo e Outros.

AUTOR DA REPRESENTAÇÃO: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte.

Determina a publicação desta Portaria no mural de avisos da Procuradoria da República no Rio Grande do Norte, nos termos do que prevê o artigo 7º, inciso IV, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos artigos 4º, inciso VI, e 7º, § 2º, incisos I e II, da Resolução CNMP nº 23/2007, bem como que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

Manda, por fim, que sejam concretizadas as providências indicadas no despacho anexo à vertente portaria.

RODRIGO TELLES DE SOUZA

PORTARIA Nº 38, DE 5 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelos artigos 127, caput, e 129 da Constituição Federal de 1988; artigos 1°, 2°, 5° a 7° e 38, todos da Lei Complementar n°. 75/1993; e pela Resolução do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF nº. 87/2006, alterada pela Resolução CSMPF n°. 106/2010, e:

a) considerando a incumbência disposta no artigo 6º, inciso VII, alínea "b", e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar nº. 75/1993;

b) considerando o teor do Ofício nº. 612/11 - 44PmJ/SEC, de 12 de dezembro de 2011, oriundo da 44ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público da Comarca de Natal, Rio Grande do Norte, que encaminhou a esta Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte os autos do Inquérito Civil nº. 080/2010 (02 volumes e 24 anexos), vertido à apuração de possíveis irregularidades detectadas pela equipe de auditoria financeira, contábil e administrativa do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO no quadro funcional do Instituto de Pesos e Medidas do Rio Grande do Norte - IPEM/RN, perpetradas ao longo dos exercícios de 2007 a 2010, interregno de gestão do ex-diretor geral Rychardson de Macedo Bernardo, que figura como principal investigado na "Operação Pecado Capital";

c) considerando que as ilicitudes possivelmente ocorridas na situação podem configurar atos de improbidade administrativa previstos na Lei federal nº 8.429/1992 e crimes descritos na Lei federal nº. 8.666/1993 ou no Código Penal;

d) considerando que os elementos carreados aos fólios não permitem a formulação de um juízo conclusivo sobre a espécie, conduzindo, pois, à necessidade de realização de diligências para a formação do convencimento deste órgão ministerial;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

e) considerando que a adoção de medidas instrutórias, a exemplo da expedição de notificações e requisições de documentos ou informações e tomada de depoimentos, pressupõe a instauração de inquérito civil, conforme dispõe o artigo 1º, parágrafo único, da Resolução CSMPF nº. 87/2006, com a redação dada pela Resolução CSMPF nº 106/2010;

Instaura inquérito civil público, com base nas razões e fundamentos expressos na presente portaria, para a regular e formal coleta de elementos destinados a auxiliar a formação de convicção ministerial acerca dos fatos abaixo especificados:

DESCRIÇÃO RESUMIDA DOS FATOS INVESTIGADOS: Aplicação irregular de verbas públicas repassadas ao Instituto de Pesos e Medidas do Rio Grande do Norte - IPEM/RN por meio dos Convênios de Cooperação Técnica e Administrativa nºs. 018/2005 e 020/2010, celebrados entre o IPEM/RN e o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO. Dispêndio irregular de verba pública em benefício de Iure Melo Cavalcante, Inácio Simões Filho, Iranildo B. B. de Paula, Ivanise de Fátima Medeiros Maia, José Tavares Sobrinho, José Bruno de Souza, José Bruno Neto, Jothilde R. de Morais, Jurema Figueiredo da Silva, José Gilberto Alves de Souza, Juliano Augusto Medeiros, Jefferson Ricardo Marinho de Souza, João Bosco R. F. de Melo, João Paulo dos Santos Nunes, José Araceli Gomes Dantas, Júlio César dos Santos, Luciene de Medeiros Vieira e Luís Juete Dias Figueiredo. Inserção de "funcionários fantasmas" no quadro de pessoal da autarquia metrológica estadual.

POSSÍVEL RESPONSÁVEL PELOS FATOS INVESTIGADOS: Rychardson de Macedo Bernardo e Outros.

AUTOR DA REPRESENTAÇÃO: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte.

Determina a publicação desta Portaria no mural de avisos da Procuradoria da República no Rio Grande do Norte, nos termos do que prevê o artigo 7º, inciso IV, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos artigos 4º, inciso VI, e 7º, § 2º, incisos I e II, da Resolução CNMP nº 23/2007, bem como que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

Manda, por fim, que sejam concretizadas as providências indicadas no despacho anexo à vertente portaria.

RODRIGO TELLES DE SOUZA

PORTARIA Nº 39, DE 5 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelos artigos 127, caput, e 129 da Constituição Federal de 1988; artigos 1°, 2°, 5° a 7° e 38, todos da Lei Complementar n°. 75/1993; e pela Resolução do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF nº. 87/2006, alterada pela Resolução CSMPF n°. 106/2010, e:

a) considerando a incumbência disposta no artigo 6º, inciso VII, alínea "b", e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar nº. 75/1993;

b) considerando o teor do Ofício nº. 612/11 - 44PmJ/SEC, de 12 de dezembro de 2011, oriundo da 44ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público da Comarca de Natal, Rio Grande do Norte, que encaminhou a esta Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte os autos do Inquérito Civil nº. 080/2010 (02 volumes e 24 anexos), vertido à apuração de possíveis irregularidades detectadas pela equipe de auditoria financeira, contábil e administrativa do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO no quadro funcional do Instituto de Pesos e Medidas do Rio Grande do Norte - IPEM/RN, perpetradas ao longo dos exercícios de 2007 a 2010, interregno de gestão do ex-diretor geral Rychardson de Macedo Bernardo, que figura como principal investigado na "Operação Pecado Capital";

c) considerando que as ilicitudes possivelmente ocorridas na situação podem configurar atos de improbidade administrativa previstos na Lei federal nº 8.429/1992 e crimes descritos na Lei federal nº. 8.666/1993 ou no Código Penal;

d) considerando que os elementos carreados aos fólios não permitem a formulação de um juízo conclusivo sobre a espécie, conduzindo, pois, à necessidade de realização de diligências para a formação do convencimento deste órgão ministerial;

e) considerando que a adoção de medidas instrutórias, a exemplo da expedição de notificações e requisições de documentos ou informações e tomada de depoimentos, pressupõe a instauração de inquérito civil, conforme dispõe o artigo 1º, parágrafo único, da Resolução CSMPF nº. 87/2006, com a redação dada pela Resolução CSMPF nº 106/2010;

Instaura inquérito civil público, com base nas razões e fundamentos expressos na presente portaria, para a regular e formal coleta de elementos destinados a auxiliar a formação de convicção ministerial acerca dos fatos abaixo especificados:

DESCRIÇÃO RESUMIDA DOS FATOS INVESTIGADOS: Aplicação irregular de verbas públicas repassadas ao Instituto de Pesos e Medidas do Rio Grande do Norte - IPEM/RN por meio dos Convênios de Cooperação Técnica e Administrativa nºs. 018/2005 e 020/2010, celebrados entre o IPEM/RN e o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO. Dispêndio irregular de verba pública em benefício de Luís Felipe da Costa Medeiros, Lílian de Souza Batista Silva, Margarete Querino Olímpio, Márcia Gadelha M. de Souza, Márcio Coutinho de Carvalho, Michele Arcângela S. Noronha, Maria das Graças Cândido de Lima, Maria de Fátima Alves, Mailson Fernandes da Silva, Marcônio Dantas Nepomuceno, Maria de Fátima Lima Xavier, Maria José Bezerra, Marcelo Maranhão Alves, Márcia Vandercleide de lima, Maxuel Justino de Lima, Nélia Ramalho Freire, Norivaldo Falcão e Priscila Villar Accioly. Inserção de "funcionários fantasmas" no quadro de pessoal da autarquia metrológica estadual.

POSSÍVEL RESPONSÁVEL PELOS FATOS INVESTIGADOS: Rychardson de Macedo Bernardo e Outros.

AUTOR DA REPRESENTAÇÃO: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte.

Determina a publicação desta Portaria no mural de avisos da Procuradoria da República no Rio Grande do Norte, nos termos do que prevê o artigo 7º, inciso IV, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos artigos 4º, inciso VI, e 7º, § 2º, incisos I e II, da Resolução CNMP nº 23/2007, bem como que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

Manda, por fim, que sejam concretizadas as providências indicadas no despacho anexo à vertente portaria.

RODRIGO TELLES DE SOUZA

PORTARIA Nº 40, DE 5 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelos artigos 127, caput, e 129 da Constituição Federal de 1988; artigos 1°, 2°, 5° a 7° e 38, todos da Lei Complementar n°. 75/1993; e pela Resolução do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF nº. 87/2006, alterada pela Resolução CSMPF n°. 106/2010, e:

a) considerando a incumbência disposta no artigo 6º, inciso VII, alínea "b", e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar nº. 75/1993;

b) considerando o teor do Ofício nº. 612/11 - 44PmJ/SEC, de 12 de dezembro de 2011, oriundo da 44ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público da Comarca de Natal, Rio Grande do Norte, que encaminhou a esta Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte os autos do Inquérito Civil nº. 080/2010 (02 volumes e 24 anexos), vertido à apuração de possíveis irregularidades detectadas pela equipe de auditoria financeira, contábil e administrativa do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO no quadro funcional do Instituto de Pesos e Medidas do Rio Grande do Norte - IPEM/RN, perpetradas ao longo dos exercícios de 2007 a 2010, interregno de gestão do ex-diretor geral Rychardson de Macedo Bernardo, que figura como principal investigado na "Operação Pecado Capital";

c) considerando que as ilicitudes possivelmente ocorridas na situação podem configurar atos de improbidade administrativa previstos na Lei federal nº 8.429/1992 e crimes descritos na Lei federal nº. 8.666/1993 ou no Código Penal;

d) considerando que os elementos carreados aos fólios não permitem a formulação de um juízo conclusivo sobre a espécie, conduzindo, pois, à necessidade de realização de diligências para a formação do convencimento deste órgão ministerial;

e) considerando que a adoção de medidas instrutórias, a exemplo da expedição de notificações e requisições de documentos ou informações e tomada de depoimentos, pressupõe a instauração de inquérito civil, conforme dispõe o artigo 1º, parágrafo único, da Resolução CSMPF nº. 87/2006, com a redação dada pela Resolução CSMPF nº 106/2010;

Instaura inquérito civil público, com base nas razões e fundamentos expressos na presente portaria, para a regular e formal coleta de elementos destinados a auxiliar a formação de convicção ministerial acerca dos fatos abaixo especificados:

DESCRIÇÃO RESUMIDA DOS FATOS INVESTIGADOS: Aplicação irregular de verbas públicas repassadas ao Instituto de Pesos e Medidas do Rio Grande do Norte - IPEM/RN por meio dos Convênios de Cooperação Técnica e Administrativa nºs. 018/2005 e 020/2010, celebrados entre o IPEM/RN e o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO. Dispêndio irregular de verba pública em benefício de Pedro Marinho da Silva Neto, Danielson S. da Silveira, Danúbio A. de Medeiros, Débora Sarah Lintro Ferreira, Polliana Karidja de O. Morais, Raul Isaac N. A. de Oliveira, Rafaella Dantas Floquet, Rejane do Nascimento Martins, Roberto Batista de Paula, Ranierison R. de Figueiredo, Wilkerson Alexandre Ribeiro e Zenaide Tavares de Castro. Inserção de "funcionários fantasmas" no quadro de pessoal da autarquia metrológica estadual.

POSSÍVEL RESPONSÁVEL PELOS FATOS INVESTIGADOS: Rychardson de Macedo Bernardo e Outros.

AUTOR DA REPRESENTAÇÃO: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte.

Determina a publicação desta Portaria no mural de avisos da Procuradoria da República no Rio Grande do Norte, nos termos do que prevê o artigo 7º, inciso IV, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos artigos 4º, inciso VI, e 7º, § 2º, incisos I e II, da Resolução CNMP nº 23/2007, bem como que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

Manda, por fim, que sejam concretizadas as providências indicadas no despacho anexo à vertente portaria.

RODRIGO TELLES DE SOUZA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA Nº 32, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República signatário, lotado e em exercício na Procuradoria da República no Município de Pelotas/RS, no uso de suas atribuições constitucionais (artigos 129, caput, e inciso III, da Constituição Federal), legais (artigo 8.º, § 1.º, da Lei n.º 7.347/1985; e, artigos 1.º; 5.º; 6.º, incisos VII; 7.º, inciso I; e, 38, inciso I; da Lei Complementar n.º 75/1993) e regulamentares (artigo 1.º e seguintes da Resolução CSMPF n.º 87/2006 e artigo 1.º e seguintes da Resolução CNMP n.º 23/2007); e ...

CONSIDERANDO que se encontra em curso na Procuradoria da República no Município de Pelotas/RS o Procedimento Administrativo n.º 1.29.005.000063/2012-94, cujo objeto é averiguar a possibilidade de obtenção de espaço físico na Festa Nacional do Doce - FENADOCE, em Pelotas/RS, para que integrantes de comunidade Kaingang possam comercializar artesanatos;

CONSIDERANDO que o referido procedimento preparatório ainda não se encontra instruído com dados suficientes a permitir a adoção imediata de quaisquer das medidas judiciais ou extrajudiciais cabíveis (propositura de ação civil pública, expedição de recomendação etc), sendo necessária a realização de novas diligências, como a requisição de informações e/ou documentos;

Resolve, em face do disposto no artigo 4.º, § 4.º, da Resolução CSMPF n.º 87/2006 e no artigo 2.º, § 7.º, da Resolução CNMP n.º 23/2007, converter o referido procedimento administrativo em inquérito civil, razão pela qual deverá a Secretaria dos Ofícios da Tutela Coletiva - SOTC:

1. registrar e autuar a presente Portaria com os autos do procedimento administrativo preparatório findo, mantendo-se a numeração deste; e, registrar, na capa dos autos, como objeto do inquérito civil: "Averiguar a possibilidade de obtenção de espaço físico na FENADOCE para que integrantes de comunidade Kaingang possam comercializar artesanatos";

2. comunicar à 6.ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal acerca da conversão do procedimento administrativo em inquérito civil, enviando-se o arquivo virtual da portaria ao endereço eletrônico 6camara@pgr.mpf.gov.br, para fins de sua publicação no Diário Oficial da União, conforme determinado no artigo 16, § 1.º, inciso I, da Resolução CSMPF n.º 87/2006 e no artigo 7.º, § 2.º, inciso I, da Resolução CNMP n.º 23/2007; e,

3. contatar a representante Sheila Basso por meio do número de telefone constante no termo de comparecimento da fl. 4, a fim de verificar se ainda persiste o interesse na obtenção de espaço físico na FENADOCE para comercialização de artesanato da comunidade Kaingang.

Após, voltem os autos conclusos para posteriores deliberações.

DESIGNA-SE, para secretariar os trabalhos, a servidora ALICE CORSO CAVALHEIRO.

MAURO CICHOWSKI DOS SANTOS

PORTARIA Nº 33, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República signatário, lotado e em exercício na Procuradoria da República no Município de Pelotas/RS, no uso de suas atribuições constitucionais (artigos 129, caput, e inciso III, da Constituição Federal), legais (artigo 8.º, § 1.º, da Lei n.º 7.347/1985; e, artigos 1.º; 5.º; 6.º, incisos VII; 7.º, inciso I; e, 38, inciso I; da Lei Complementar n.º 75/1993) e regulamentares (artigo 1.º e seguintes da Resolução CSMPF n.º 87/2006 e artigo 1.º e seguintes da Resolução CNMP n.º 23/2007); e ...

CONSIDERANDO que se encontra em curso na Procuradoria da República no Município de Pelotas/RS o Procedimento Administrativo n.º 1.29.005.000073/2012-20, cujo objeto é apurar supostas irregularidades na execução do programa de auxílio moradia estudantil por parte da Fundação Universidade Federal de Pelotas - UFPel, como a infraestrutura precária da "Casa do Estudante Universitário"; e,

CONSIDERANDO que o referido procedimento preparatório ainda não se encontra instruído com dados suficientes a permitir a adoção imediata de quaisquer das medidas judiciais ou extrajudiciais cabíveis (propositura de ação civil pública, expedição de recomendação etc), sendo necessária a realização de novas diligências, como a requisição de informações e/ou documentos;

Resolve, em face do disposto no artigo 4.º, § 4.º, da Resolução CSMPF n.º 87/2006 e no artigo 2.º, § 7.º, da Resolução CNMP n.º 23/2007, converter o referido procedimento administrativo em inquérito civil, razão pela qual deverá a Secretaria dos Ofícios da Tutela Coletiva - SOTC:

1. registrar e autuar a presente Portaria com os autos do procedimento administrativo preparatório findo, mantendo-se a numeração deste; e, registrar, na capa dos autos, como objeto do inquérito civil: "Apurar supostas irregularidades na execução do programa de auxílio moradia estudantil por parte da UFPel, como a infraestrutura precária da 'Casa do Estudante Universitário'"; e,

2. comunicar à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - PFDC acerca da conversão do procedimento administrativo em inquérito civil, enviando-se o arquivo virtual da portaria ao endereço eletrônico pfdc005@pgr.mpf.gov.br, para fins de sua publicação no Diário Oficial da União, conforme determinado no artigo 16, § 1.º, inciso I, da Resolução CSMPF n.º 87/2006 e no artigo 7.º, § 2.º, inciso I, da Resolução CNMP n.º 23/2007.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Após, voltem os autos conclusos para posteriores deliberações.

DESIGNA-SE, para secretariar os trabalhos, o servidor CARLOS EDUARDO SPOHR.

MAURO CICHOWSKI DOS SANTOS

PORTARIA Nº 34, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República signatário, lotado e em exercício na Procuradoria da República no Município de Pelotas/RS, no uso de suas atribuições constitucionais (artigos 129, caput, e inciso III, da Constituição Federal), legais (artigo 8.º, § 1.º, da Lei n.º 7.347/1985; e, artigos 1.º; 5.º; 6.º, incisos VII; 7.º, inciso I; e, 38, inciso I; da Lei Complementar n.º 75/1993) e regulamentares (artigo 1.º e seguintes da Resolução CSMPF n.º 87/2006 e artigo 1.º e seguintes da Resolução CNMP n.º 23/2007); e ...

CONSIDERANDO que se encontra em curso na Procuradoria da República no Município de Pelotas/RS o Procedimento Administrativo n.º 1.29.005.000068/2012-17, cujo objeto é apurar o suposto vazamento de dados cadastrais de candidatos inscritos no concurso público da Fundação Universidade Federal de Pelotas - UFPel aberto pelo Edital n.º 037/2001, e se houve participação, no ato irregular, de servidores públicos;

CONSIDERANDO que o referido procedimento preparatório ainda não se encontra instruído com dados suficientes a permitir a adoção imediata de quaisquer das medidas judiciais ou extrajudiciais cabíveis (propositura de ação civil pública, expedição de recomendação etc), sendo necessária a realização de novas diligências, como a requisição de informações e/ou documentos;

Resolve, em face do disposto no artigo 4.º, § 4.º, da Resolução CSMPF n.º 87/2006 e no artigo 2.º, § 7.º, da Resolução CNMP n.º 23/2007, converter o referido procedimento administrativo em inquérito civil, razão pela qual deverá a Secretaria dos Ofícios da Tutela Coletiva - SOTC:

1. registrar e autuar a presente Portaria com os autos do procedimento administrativo preparatório findo, mantendo-se a numeração deste; e, registrar, na capa dos autos, como objeto do inquérito civil: "Apurar o suposto vazamento de dados cadastrais de candidatos inscritos no concurso público da UFPel aberto pelo Edital n.º 037/2001, e se houve participação, no ato irregular, de servidores públicos"; e,

2. comunicar à 5.ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal acerca da conversão do procedimento administrativo em inquérito civil, enviando-se o arquivo virtual da portaria ao endereço eletrônico 5camara@pgr.mpf.gov.br, para fins de sua publicação no Diário Oficial da União, conforme determinado no artigo 16, § 1.º, inciso I, da Resolução CSMPF n.º 87/2006 e no artigo 7.º, § 2.º, inciso I, da Resolução CNMP n.º 23/2007.

Após, voltem os autos conclusos para posteriores deliberações.

DESIGNA-SE, para secretariar os trabalhos, a servidora JULIANA ROCHA GOMES.

MAURO CICHOWSKI DOS SANTOS

PORTARIA Nº 48, DE 6 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no exercício de suas funções institucionais,

CONSIDERANDO a função institucional do Ministério Público de promover o inquérito civil e a Ação Civil Pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (artigo 129, inciso III, CF e art. 6º, inciso VII, 'b', LC nº 75/93);

Considerando o teor dos documentos do IBAMA dando conta da apreensão de quarenta e uma unidades da fauna silvestre, dentre eles um pintassilgo, um caboclinho e um papa capim, passeriformes ameaçados de extinção segundo IN nº 003 do IBAMA, em poder de CLAUDIO LUIZ PIZZUTTI;

Determina a instauração de Inquérito Civil Público com o objetivo de viabilizar o ajuizamento das medidas judiciais e/ou adoção das medidas extrajudiciais cabíveis.

Inicialmente, requisite-se ao IBAMA cópia do processo que versa sobre a apreensão de fauna silvestre ameaçada de extinção em poder de CLAUDIO LUIZ PUZZUTTI, em 11/07/2008, no Município de Guaporé. Ressalte-se no ofício a possibilidade de envio da cópia do feito para o "e-mail" desta PRM. Outrossim, deverá informar qual o destino das aves transportadas sob a licença nº 17/2008.

Após o retorno dos documentos à instrução do feito, notifique-se o investigado CLAUDIO LUIZ PIZZUTTI para firmatura de TAC.

Comunique-se à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, acerca da instauração do presente inquérito civil (art. 6º da Res. nº 87/06).

ALEXANDRE SCHNEIDER
Procurador da República

PORTARIA Nº 49, DE 7 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no exercício das atribuições constitucionais estatuídas no art. 129 da Constituição da República;

CONSIDERANDO a função institucional do Ministério Público de promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do meio ambiente, em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, especialmente quanto ao meio ambiente (arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal, e arts. 5º, inciso III, alínea 'd' e 6º, inciso VII, 'b', LC nº 75/93);

Considerando o teor da documentação anexa, autuada sob o nº 1.29.012.000038/2012-11, remetida pela Procuradoria da República no Município de Novo Hamburgo, noticiando que a instalação da Linha de Transmissão de Energia Elétrica 525KV Campos Novos - Nova Santa Rita passará pelos Municípios de Bento Gonçalves e Carlos Barbosa, ambos de atribuição desta PRM; que foram acostados laudos técnicos comprovando prejuízos ao ambiente natural;

Determina a instauração de Inquérito Civil Público a fim de diligenciar os prejuízos à fauna (espécies em extinção) e flora, para, ao fim e ao cabo, se for o caso, viabilizar o ajuizamento das medidas judiciais e/ou adoção das medidas extrajudiciais cabíveis.

Inicialmente, oficie-se ao IBAMA para que preste esclarecimentos acerca do(s) procedimento(s) administrativo(s) que versam sobre a Linha de Transmissão de Energia Elétrica 525KV Campos Novos - Nova Santa Rita, referindo principalmente quais as medidas necessárias à compensação/mitigação do dano ambiental nos Municípios de Bento Gonçalves e Carlos Barbosa, bem assim em que passo se encontram a execução dessas.

Comunique-se à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, acerca da instauração do presente inquérito civil (art. 6º da Res. nº 87/06).

ALEXANDRE SCHNEIDER
Procurador da República

PORTARIA Nº 60, DE 4 DE SETEMBRO DE 2012

Inquérito Civil Público n° 1.29.003.000215/2012-79

O Ministério Público Federal, por intermédio do Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais, legais e regulamentares;

Considerando a instauração do Procedimento Administrativo 1.29.003.000113/2011-72, com o fim de averiguar a regularidade convênio 75/2009 (SIAFI nº 709661), firmado entre o Ministério da Justiça e a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo/RS, para o Projeto Protejo de Novo Hamburgo, no valor de R$ 953.562,05;

Considerando a informação enviada por correio eletrônico por Josué Roberto Farias, da ocorrência de impropriedades no Projeto Protejo em Novo Hamburgo, relativa ao mencionado convênio;

Considerando a insuficiência de elementos que permitam o imediato ajuizamento de Ação Civil Pública ou a promoção do arquivamento deste Procedimento Administrativo;

Considerando ser função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da CF; art. 6º, VII, b, da LC nº 75/93);

Resolve converter este Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, nos termos do art. 4º, § 4º, da Resolução nº 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, a fim de averiguar a regular prestação de contas pela Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo/RS, relativa ao convênio 75/2009, firmado com o Ministério da Justiça para inclusão e proteção social dos adolescentes e jovens entre 15 e 24 anos de idade, egressos do sistema prisional, em cumprimento de medidas sócio-educativas.

Determino à Secretaria da Tutela Coletiva que autue esta portaria e remeta cópia à Egrégia 5ª CCR, para comunicar a instauração deste inquérito civil e requerer a publicação deste ato no Diário Oficial da União, em observância aos arts. 5º, VI, 6º e 16, § 1º, I, da Resolução nº 87/2010 do CSMPF.

Após, oficie-se a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo para que informe sobre a análise da prestação de contas relativa ao convênio 75/2009.

CELSO TRES

PORTARIA Nº 72, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012

O Ministério Público Federal, por intermédio do Procurador da República Cláudio Terre do Amaral, lotado e em exercício na Procuradoria da República no Município de Rio Grande, RS, no uso de suas atribuições legais, à vista do disposto nos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição da República, c/c artigos 5o, incisos I e III, alínea "e", 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d" e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93, e em conformidade com o disposto nas Resoluções CSMPF nos 87/2006, diante do implemento, relativamente ao Procedimento Administrativo autuado nesta PRM sob o nº 1.29.006.000134/2012-49, dos prazos previstos no parágrafo 1o do artigo 4o da Resolução CSMPF nº 87/2006 (com a redação que lhe foi conferida pela Resolução CSMPF nº 106/2010), sem que, até o momento, encontrem-se nele presentes elementos suficientes para a adoção de qualquer das medidas previstas nos incisos, I, III, IV e V do artigo 4o da citada Resolução CSMPF nº 87/2006, RESOLVE, na forma do parágrafo 4o do artigo 4o da Resolução CSMPF nº 87/2006 (com a redação que lhe foi dada pela Resolução CSMPF nº 106/2010), CONVERTÊ-LO EM INQUÉRITO CIVIL, tendo por objeto "suposta irregularidade no curso de Organizador de eventos, ministrado pela ONG Instituto Nacional América".

Determino, pois, (a) a autuação da presente Portaria, efetuando a Secretaria as anotações pertinentes nos registros do Procedimento Administrativo no 1.29.006.000134/2012-49, com vistas à sua conversão em Inquérito Civil, bem como a sua comunicação à 1ª CCR/MPF, para os fins dos artigos 6º e 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF nº 87/2006; (b) a expedição de ofício ao Ministério do Trabalho e Emprego.

CLÁUDIO TERRE DO AMARAL

PORTARIA Nº 73, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012

O Ministério Público Federal, por intermédio d Procurador da República Cláudio Terre do Amaral, lotado e em exercício na Procuradoria da República no Município de Rio Grande, RS, no uso de suas atribuições legais, à vista do disposto nos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição da República, c/c artigos 5o, incisos I e III, alínea "e", 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d" e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93, e em conformidade com o disposto nas Resoluções CSMPF nos 87/2006, diante do implemento, relativamente ao Procedimento Administrativo autuado nesta PRM sob o nº 1.29.006.000129/2012-36, dos prazos previstos no parágrafo 1o do artigo 4o da Resolução CSMPF nº 87/2006 (com a redação que lhe foi conferida pela Resolução CSMPF nº 106/2010), sem que, até o momento, encontrem-se nele presentes elementos suficientes para a adoção de qualquer das medidas previstas nos incisos, I, III, IV e V do artigo 4o da citada Resolução CSMPF nº 87/2006, RESOLVE, na forma do parágrafo 4o do artigo 4o da Resolução CSMPF nº 87/2006 (com a redação que lhe foi dada pela Resolução CSMPF nº 106/2010), CONVERTÊ-LO EM INQUÉRITO CIVIL, tendo por objeto "suposta irregularidade praticada pela FURG na nomeação, para o cargo de Técnico em Laboratório - Edital 005/2010, de candidato sem registro no CREA".

Determino, pois, (a) a autuação da presente Portaria, efetuando a Secretaria as anotações pertinentes nos registros do Procedimento Administrativo no 1.29.006.000129/2012-36, com vistas à sua conversão em Inquérito Civil, bem como a sua comunicação à 1ª CCR/MPF, para os fins dos artigos 6º e 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF nº 87/2006; (b) a expedição de ofício à FURG.

CLÁUDIO TERRE DO AMARAL

PORTARIA Nº 74, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012

O Ministério Público Federal, por intermédio do Procurador da República Cláudio Terre do Amaral, Procurador da República titular do 2º ofício na Procuradoria da República no Município de Rio Grande, RS, no uso de suas atribuições legais, à vista do disposto nos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição da República, c/c artigos 5o, incisos I e III, alínea "b", 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d" e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93, e em conformidade com o disposto nas Resoluções CSMPF nos 87/2006, diante do implemento, relativamente ao Procedimento Administrativo autuado nesta PRM sob o nº 1.29.006.000068/2012-15, dos prazos previstos no parágrafo 1o do artigo 4o da Resolução CSMPF nº 87/2006 (com a redação que lhe foi conferida pela Resolução CSMPF nº 106/2010), sem que, até o momento, encontrem-se nele presentes elementos suficientes para a adoção de qualquer das medidas previstas nos incisos, I, III, IV e V do artigo 4o da citada Resolução CSMPF nº 87/2006, Resolve, na forma do parágrafo 4o do artigo 4o da Resolução CSMPF nº 87/2006 (com a redação que lhe foi dada pela Resolução CSMPF nº 106/2010), CONVERTÊ-LO EM INQUÉRITO CIVIL, tendo por objeto "redução da carga horária dos profissionais de enfermagem técnicos - administrativos do Hospital Universitário e consequente realização de plantões com vistas à percepção de APH, Adicional de Plantão Hospitalar."

Determino, pois: a) a autuação da presente Portaria, efetuando a Secretaria as anotações pertinentes nos registros do Procedimento Administrativo no 1.29.006.000068/2012-15, com vistas à sua conversão em Inquérito Civil, bem como a sua comunicação à 5ºCCR/MPF, para os fins dos artigos 6º e 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF nº 87/2006; b) oficie-se à FURG solicitando que informe as medidas que estão sendo tomadas em atendimento ao art. 2º da Deliberação nº 014/2008 de seu Conselho Diretor.

CLÁUDIO TERRE DO AMARAL

PORTARIA Nº 79, DE 10 DE SETEMBRO DE 2012

O Ministério Público Federal, por intermédio do Procurador da República Cláudio Terre do Amaral, titular do 2° ofício da Procuradoria da República no Município de Rio Grande, RS, no uso de suas atribuições legais, à vista do disposto nos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição da República, c/c artigos 5o, incisos I e III, alínea "c", 6º, inciso VII, alínea "b" e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93, diante da necessidade de avaliar a eventual ocorrência de danos ambientais durante a instalação do loteamento Parque São Pedro e o correto dimensionamento do sistema de esgotamento sanitário, Resolve, na forma do artigo 4o, inciso II da Resolução CSMPF nº 87/2006 e do artigo 2°, § 7° da Resolução CNMP n° 23/2007, CONVERTER o Procedimento Administrativo autuado nesta PRM sob o nº 1.29.006.000075/2012-17 em INQUÉRITO CIVIL, tendo por objeto a instalação da 2ª fase do loteamento Parque São Pedro no Município de Rio Grande/RS por parte da empresa Katerra Incorporação e Administração e Comércio Ltda., CNPJ n° 89.414.106/0001-45.

Determino, pois, a autuação da presente Portaria, efetuando a Secretaria as anotações pertinentes nos registros do Procedimento Administrativo no 1.29.006.000075/2012-17, com vistas à sua conversão em Inquérito Civil, bem como a sua comunicação à 4ºCCR/MPF, para os fins dos artigos 6º e 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF nº 87/2006.

Determino, ainda, seja enviado ofício à empresa responsável pelo loteamento.

CLÁUDIO TERRE DO AMARAL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 80, DE 10 DE SETEMBRO DE 2012

O Ministério Público Federal, por intermédio do Procurador da República Cláudio Terre do Amaral, titular do 2° ofício da Procuradoria da República no Município de Rio Grande, RS, no uso de suas atribuições legais, à vista do disposto nos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição da República, c/c artigos 5o, incisos I e III, alínea "c", 6º, inciso VII, alínea "b" e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93, diante da necessidade de acompanhar a instalação do empreendimento e de obter mais elementos para subsidiar a sua atuação, RESOLVE, na forma do artigo 4o, inciso II da Resolução CSMPF nº 87/2006 e do artigo 2°, § 7° da Resolução CNMP n° 23/2007, CONVERTER o Procedimento Administrativo autuado nesta PRM sob o nº 1.29.006.000074/2012-64 em INQUÉRITO CIVIL, tendo por objeto a proteção do patrimônio arqueológico, em face da atividade orizícola no Município de Santa Vitória do Palmar/RS.

Determino, pois, a autuação da presente Portaria, efetuando a Secretaria as anotações pertinentes nos registros do Procedimento Administrativo no 1.29.006.000074/2012-64, com vistas à sua conversão em Inquérito Civil, bem como a sua comunicação à 4ºCCR/MPF, para os fins dos artigos 6º e 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF nº 87/2006.

Determino, ainda, seja reiterado o Ofício SETCOL/PRM/RG/RS n° 360/2012, porquanto ainda não recebeu resposta.

CLÁUDIO TERRE DO AMARAL

PORTARIA Nº 81, DE 10 DE SETEMBRO DE 2012

O Ministério Público Federal, por intermédio do Procurador da República Cláudio Terre do Amaral, titular do 2° ofício da Procuradoria da República no Município de Rio Grande, RS, no uso de suas atribuições legais, à vista do disposto nos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição da República, c/c artigos 5o, incisos I e VI, 6º, inciso VII, alínea "b" e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93, diante da necessidade de obter mais elementos para subsidiar a sua atuação, RESOLVE, na forma do artigo 4o, inciso II da Resolução CSMPF nº 87/2006 e do artigo 2°, §7° da Resolução CNMP n° 23/2007, CONVERTER o Procedimento Administrativo autuado nesta PRM sob o nº 1.29.006.000034/2012-12 em INQUÉRITO CIVIL, tendo por objeto a regularidade da renovação do contrato de arrendamento firmado entre a SUPRG e a empresa TERGRASA SA., CNPJ n° 01.785.688/0001-25.

Determino, pois, a autuação da presente Portaria, efetuando a Secretaria as anotações pertinentes nos registros do Procedimento Administrativo no 1.29.006.000034/2012-12, com vistas à sua conversão em Inquérito Civil, bem como a sua comunicação à 5ª CCR/MPF, para os fins dos artigos 6º e 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF nº 87/2006.

Determino, ainda, seja reiterado o Ofício SETCOL/PRM/RG nº 1026/2012, dirigido à SUPRG, porquanto ainda não respondido.

CLÁUDIO TERRE DO AMARAL

PORTARIA Nº 82, DE 10 DE SETEMBRO DE 2012

O Ministério Público Federal, por intermédio do Procurador da República Cláudio Terre do Amaral, Procurador da República titular do 2º ofício na Procuradoria da República no Município de Rio Grande, RS, no uso de suas atribuições legais, à vista do disposto nos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição da República, c/c artigos 5o, incisos I e III, alínea "b", 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d" e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93, e em conformidade com o disposto nas Resoluções CSMPF nos 87/2006, diante do implemento, relativamente ao Procedimento Administrativo autuado nesta PRM sob o nº 1.29.006.000065/2012-73, dos prazos previstos no parágrafo 1o do artigo 4o da Resolução CSMPF nº 87/2006 (com a redação que lhe foi conferida pela Resolução CSMPF nº 106/2010), sem que, até o momento, encontrem-se nele presentes elementos suficientes para a adoção de qualquer das medidas previstas nos incisos, I, III, IV e V do artigo 4o da citada Resolução CSMPF nº 87/2006, RESOLVE, na forma do parágrafo 4o do artigo 4o da Resolução CSMPF nº 87/2006 (com a redação que lhe foi dada pela Resolução CSMPF nº 106/2010), CONVERTÊ-LO EM INQUÉRITO CIVIL, tendo por objeto "denúncia de supostas irregularidades em processos licitatórios promovidos pelo Órgão de Gestão de Mão de obra do Trabalho Portuário Avulso do Porto Organizado do Rio Grande - OGMO/RG, em Rio Grande, RS".

Determino, pois a autuação da presente Portaria, efetuando a Secretaria as anotações pertinentes nos registros do Procedimento Administrativo no 1.29.006.000065/2012-73, com vistas à sua conversão em Inquérito Civil, bem como a sua comunicação à 5ºCCR/MPF, para os fins dos artigos 6º e 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF nº 87/2006.

CLÁUDIO TERRE DO AMARAL

PORTARIA Nº 83, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012

O Ministério Público Federal, por intermédio do Procurador da República Cláudio Terre do Aamral, Procurador da República titular do 2º ofício na Procuradoria da República no Município de Rio Grande, RS, no uso de suas atribuições legais, à vista do disposto nos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição da República, c/c artigos 5o, incisos I e III, alínea "e", 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d" e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93, e em conformidade com o disposto nas Resoluções CSMPF nos 87/2006, diante do implemento, relativamente ao Procedimento Administrativo autuado nesta PRM sob o nº 1.29.006.000009/2012-39, dos prazos previstos no parágrafo 1o do artigo 4o da Resolução CSMPF nº 87/2006 (com a redação que lhe foi conferida pela Resolução CSMPF nº 106/2010), sem que, até o momento, encontrem-se nele presentes elementos suficientes para a adoção de qualquer das medidas previstas nos incisos, I, III, IV e V do artigo 4o da citada Resolução CSMPF nº 87/2006, RESOLVE, na forma do parágrafo 4o do artigo 4o da Resolução CSMPF nº 87/2006 (com a redação que lhe foi dada pela Resolução CSMPF nº 106/2010), CONVERTÊ-LO EM INQUÉRITO CIVIL, tendo por objeto "possíveis irregularidades na lista de espera do SISU, por parte da FURG, em Rio Grande, RS".

Determino, pois, a) a autuação da presente Portaria, efetuando a Secretaria as anotações pertinentes nos registros do Procedimento Administrativo no 1.29.006.000009/2012-39, com vistas à sua conversão em Inquérito Civil, bem como a sua comunicação à PFDC/MPF, para os fins dos artigos 6º e 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF nº 87/2006; b) Oficie-se a FURG solicitando: 1) que se manifeste quanto a publicidade dada à atualização do PROAI em face do processo seletivo 2012; 2) encaminhe cópia da Lista de Espera do SISU encaminhada pelo MEC; 3) Informe e documente todos os candidatos que foram chamados e efetuaram matrícula em razão da Lista de Espera da FURG, incluindo e destacando os casos judiciais individuais.

CLÁUDIO TERRE DO AMARAL

PORTARIA Nº 392, DE 23 DE AGOSTO DE 2012

INSTAURA INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.29.000.001522/2012-05

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por sua Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO ser atribuição do Ministério Público Federal o zelo pelo meio ambiente, promovendo as medidas necessárias para sua garantia (art. 129, inc. III, da CF), sendo cabível a instauração de inquéritos civis públicos e procedimentos administrativos correlatos (art. 7º, inc. I, da LC nº 75/93);

CONSIDERANDO que o objeto da presente peça informativa se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

E, por fim, CONSIDERANDO ser atribuição do Ministério Público Federal instaurar Inquéritos Civis Públicos e Procedimentos Administrativos correlatos (art. 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93 e arts. 4º, II e 5º, ambos da Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal), DETERMINO:

A instauração de Inquérito Civil Público, tendo por objeto a manutenção de pássaro em cativeiro, sem licença do órgão ambiental competente, por parte de Fernanda da Silva Linck (Auto de Infração n.º 496950-D).

Autuação e registro da presente Portaria de Instauração, nos termos da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Publicação e comunicação desta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

CRISTIANNA DUTRA BRUNELLI NÁCUL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA

PORTARIA Nº 23, DE 31 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, incisos VI, VII e VIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, diante do procedimento administrativo 1.31.001.000072/2011-86, que tramita há mais de 90 (noventa) dias (art. 2º, §6º, da Resolução CNMP nº 23/2007 c/c o art. 4, § 1º, da Resolução nº 87/2006 do CSMPF), sem prorrogação, e considerando a necessidade da realização de mais diligências para obtenção de elementos suficientes para a adoção de qualquer das medidas previstas no artigo 4º, I, III, IV ou V, da Resolução CSMPF nº 87/2006,

Resolve

CONVERTER o procedimento administrativo nº 1.31.001.000072/2011-86 em Inquérito Civil Público, destinado a apurar supostas irregularidades em processo licitatório realizado pelo Município de Primavera de Rondônia, cujo objeto foi custeado com recursos do Plano Nacional de Apoio ao Transporte Escolar, noticiadas pela Controladoria-Geral da União no item 1.1.9 do Relatório de Fiscalização nº 1593/2010.

DESIGNAR o servidor Lindemberg Teles Portela Dourado, Técnico Administrativo, matrícula 21723-9, para funcionar como Secretário encarregado de acompanhar o trâmite do presente procedimento, o qual será substituído, em suas ausências, pelos demais servidores que integram/venham a integrar a Secretaria do 2º Ofício, desta PRM;

DETERMINAR, como providências e diligências preliminares, as seguintes:

1. Expeça-se ofício à Delegacia da Polícia Federal em Vilhena/RO, solicitando cópia da portaria do inquérito cuja instauração foi requisitada por intermédio do Ofício nº 298/2012/PRM/JP/2ºOfício.

2. Expeça-se ofício, ainda, à Coordenadoria de Apoio ao Transporte Escolar, requisitando, com prazo de 10 (dez) dias úteis para cumprimento, informações, subsidiadas com documentos, sobre as demais providências adotadas pelo órgão em relação às irregularidades apontadas pela CGU no item 1.1.9 do Relatório de Fiscalização nº 1593/2010 e mencionadas no Ofício nº 155/2011-COATE/CGAME/DIRAE/FNDE/MEC (fl. 03), inclusive sobre o resultado da análise da prestação de contas (ou de eventual tomada de contas especial, se for o caso) dos respectivos recursos.

3. Desentranhem-se os documentos juntados ao anexo I que não se referem aos fatos relatados no item 1.1.9 do Relatório de Fiscalização nº 1593/2010, juntando-os aos autos dos inquéritos instaurados a partir das peças de informação nº 1.31.001.000016/2011-4 ou, se já constem desses autos, arquivando-os em pasta própria.

4. Comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF a instauração do presente ICP, nos termos do artigo 6º da Resolução CSMPF nº 087/2006.

5. Efetuem-se os registros necessários no Sistema Único, incluindo, em atenção ao que dispõe o artigo 5º, inciso II, da Resolução CSMPF nº 87/2006, que os interessados serão posteriormente nominados.

VALÉRIA ETGETON DE SIQUEIRA

PORTARIA Nº 34, DE 22 DE AGOSTO DE 2012

Interessado: Povo Indígena Karitiana

A Procuradora da República WALQUIRIA IMAMURA PICOLI, Representante Estadual da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal no Estado de Rondônia, que trata de índios e minorias, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 129, III, da Constituição da República; artigo 5o, III, "e", da Lei Complementar no 75/1993; artigo 25, IV, "a", da Lei no 8.625/93; e pelo artigo 8o, §1o, da Lei no 7.347/85, e ainda:

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público Federal, dentre outras, zelar pelo efetivo respeito aos direitos e interesses sociais e individuais indisponíveis assegurados na Constituição da República de 1988, promovendo, para tanto, e se necessário, o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública (art. 129, III, da Carta Magna e artigo 5o, III, "e", da Lei Complementar no 75/1993);

CONSIDERANDO que dentre as funções acima mencionadas, compreende-se a defesa dos bens e interesses coletivos das comunidades indígenas (art. 5º, inc. III, "e", da LC 75/93);

CONSIDERANDO as diretrizes e programação do Plano Emergencial de Proteção à Terra Indígena Karitiana, sob influência da UHE Santo Antônio, pactuado em razão das compensações do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira e que envolve atividades a serem realizadas pela FUNAI, Polícia Militar Ambiental e indígenas;

CONSIDERANDO o teor do registrado em Relatório da XXIV Assembleia Geral Extraordinária da Associação Indígena Karitiana e declarações do presidente da Associação do Povo Indígena Karitiana, Antenor de Assis Karitiana, durante a referida Assembleia, em que relatou o inadimplemento da fiscalização e vigilância no interior e limites da TI Karitiana;

CONSIDERANDO o teor do termo de declarações prestado por cacique indígena do povo Karitiana, que noticia a ocorrência de crimes ambientais em área de estudos de ampliação de demarcação de terras pretendida do povo indígena Karitiana;

CONSIDERANDO que deve ser reconhecido aos povos indígenas e tribais o direito de propriedade e posse da terra e adotadas as medidas necessárias para resguardar o direito de usufruto e integridade destes espaços e dos recursos naturais neles existentes, conforme preconiza a Convenção nº 169 da OIT, no art. 14, 1 e 2;

CONSIDERANDO que são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, competindo à União, proteger e fazer respeitar todos os seus bens; conforme estabelecido no art. 231 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto no art. 2º, I, "e" do Estatuto da FUNAI, instituído por meio do Decreto 7.778/2012;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria Interministerial n° 419 de 26 de outubro de 2011, que regulamenta a atuação dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal envolvidos em procedimentos de licenciamento ambiental;

CONSIDERANDO o teor das disposições do art. 4º do Decreto n° 7.747/2012 que institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas - PNGATI;

Resolve:

INSTAURAR Inquérito Civil Público objetivando acompanhar as ações previstas no Plano Emergencial de Proteção a Terra Indígena Karitiana, sob influência de impacto da UHE de Santo Antônio.

NOMEAR os servidores lotados junto a este ofício para atuar como Secretários no presente.

DETERMINAR como diligências preliminares as seguintes:

1. Registre-se e autue-se os documentos como INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, devendo o feito ser iniciado por meio desta Portaria. Havendo novos documentos pertinentes, deverão ser juntados ou apensados, naturalmente;

2. Expeça-se Ofício a Coordenação Geral de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente da FUNAI em Brasília, encaminhando cópia desta Portaria e do Plano Emergencial de Proteção à Terra Indígena Karitiana, sob influência da UHE Santo Antônio, solicitando informações com fulcro no art. 8º, II, da LC nº 75/93, sobre a efetiva implementação das ações previstas no acordo e, em caso de não terem

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

sido implementadas, as razões que acarretaram o impedimento, solicitando o envio de cópias de documentação comprobatória do alegado. Solicita-se, ainda, o estabelecimento de um prazo para que as ações previstas sejam efetivamente implementadas. Fixe-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do recebimento, para a resposta quanto ao solicitado (§ 5º, art. 8º, LC 75/93);

3. Expeça-se Ofício no mesmo teor do item 3 acima, ao Coordenador Regional da FUNAI em Ji-Paraná;

4. Expeça-se Ofício ao Comandante do Batalhão de Polícia Ambiental de Candeias do Jamari, encaminhando cópia desta Portaria e do Plano Emergencial de Proteção à Terra Indígena Karitiana, sob influência da UHE Santo Antônio, solicitando informações, com fulcro no art. 8º, II, da LC nº 75/93, sobre o cumprimento das ações de fiscalização pela Polícia Militar Ambiental, conforme consta no Plano e, em não havendo atuação, quais as razões da omissão. Solicita-se, ainda, informações e relatórios sobre ações de fiscalização realizadas no entorno da Terra Indígena Karitiana e sobre a existência de investigações relativas a atividades de extração madeireira na região. Fixe-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do recebimento, para a resposta quanto ao solicitado (§ 5º, art. 8º, LC 75/93);

5. Expeça-se Ofício a Superintendência da Polícia Federal no Estado de Rondônia, encaminhando cópia do Termo de Declarações prestado por cacique indígena Karitiana, solicitando, com fulcro no art. 8º, II, da LC 75/93, a realização de diligências na localidade mencionada no termo, para apuração dos crimes ambientais supostamente existentes e das supostas ameaças realizadas por fazendeiros a indígenas, promovendo a identificação e oitiva/indiciamento das pessoas mencionadas. Solicita-se a realização da diligência em caráter prioritário e que seja encaminhado o relatório circunstanciado das diligências levadas a efeito pela Polícia Federal e informações sobre eventuais inquéritos policiais instaurados para apurar crimes na apontada região. Fixe-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do recebimento, para a resposta quanto ao solicitado (§ 5º, art. 8º, LC nº 75/93);

6. À secretaria do Ofício para que encaminhe, por e-mail, uma via digital da presente Portaria para a Associação do Povo Karitiana, para conhecimento.

Após a vinda das informações, venha o procedimento concluso para deliberação.

Cientifique-se a 6a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, na pessoa de sua Coordenadora, encaminhando-lhe cópia do presente e solicitando sua devida publicação na Imprensa Oficial.

WALQUIRIA IMAMURA PICOLI

PORTARIA Nº 45, DE 5 DE SETEMBRO DE 2012

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF/88, art. 127);

Considerando, também, ser função institucional do Ministério Público, dentre outras, zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública, bem como efetivar os direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, bem ainda promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (CF/88, art. 129, II e III);

Considerando que o artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1998 assevera que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá- lo para as presentes e futuras gerações;

Considerando o teor do disposto no auto de infração nº 554725-D, o qual relata sobre a ocorrência de danos ambientais em área de preservação permanente, localizada dentro de terra indígena;

Considerando que as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são bens da União (CF, art. 20, XI);

O Ministério Público Federal, pela Procuradora da República signatária, Resolve Instaurar inquérito civil público, com fundamento no artigo 129, incisos III, da Constituição Federal e no artigo 7º, inciso I, da LC nº 75/93, e nos termos da Res. n. 87 do CSMPF, para apurar os danos ambientais porventura causados na área de preservação permanente e na terra indígena.

Para regularização e instrução deste inquérito civil, determino, desde logo, as seguintes providências e diligências:

a) que a Secretaria dos Ofícios da Tutela Coletiva providencie o registro da presente portaria de instauração e sua autuação seguida das peças de informação pertinentes a matéria ora apurada, constantes do procedimento administrativo citado;

b) que a secretaria deste gabinete providencie as anotações de praxe, incluindo as inserções devidas nos cadastros eletrônicos da Instituição, bem como a devida comunicação à Egrégia 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, prevista no artigo 6º, da Resolução CSMPF nº 87, acompanhada de solicitação para publicação de extrato (com a supressão do cabeçalho e dos considerandos) desta portaria no Diário Oficial, nos termos do art. 16, §1º, inciso I, da mesma Resolução;

c) cumpra-se os itens 1 e 2 do despacho de conversão de PA em ICP, de 05 de setembro de 2012.

GISELE DIAS DE OLIVEIRA BLEGGI CUNHA
Procuradora da República

PORTARIA Nº 47, DE 10 DE SETEMBRO DE 2012

ASSUNTO: Apurar a destruição de 34,00 hectares de floresta nativa sem autorização do órgão ambiental competente, no interior da Floresta Nacional do Bom Futuro, supostamente praticada por Elias Jose Cordeiro.

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF/88, art. 127);

Considerando, também, ser função institucional do Ministério Público, dentre outras, zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública, bem como efetivar os direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, bem ainda promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (CF/88, art. 129, II e III);

Considerando que a CF/88, em seus artigos 23, incisos I, VI e VII, e 225, caput, atribuiu ao Poder Público (União, Estados e Municípios, diretamente ou por meio de órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta) e à coletividade o dever de promover a defesa e proteção do meio ambiente para as presentes e futuras gerações;

Considerando que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados, confirme dispõe o artigo 225, § 3º, da Magna Carta;

Considerando que é objetiva a responsabilidade por dano ambiental, cabendo ao degradador a obrigação de reparar o dano, independente de culpa, nos termos do artigo 14, § 1º, da Lei Nacional do Meio Ambiente(Lei 6.938/81);

Considerando que a obrigação de reparar o dano ambiental é propter rem, em razão da coisa, estando o proprietário ou possuidor obrigado a reparar o dano;

Considerando o teor do boletim de ocorrência ambiental nº 001325, noticiando a destruição de 34,00 hectares de floresta nativa sem autorização do órgão ambiental competente, no interior da Floresta Nacional do Bom Futuro, coordenadas geográficas S 09°35'10.1" W 063°53'21.1", supostamente praticada por Elias Jose Cordeiro;

Resolve o Ministério Público Federal, pela Procuradora da República signatária, Instaurar inquérito civil público, com fundamento no artigo 129, incisos III, da Constituição Federal e no artigo 7º, inciso I, da LC nº 75/93, e nos termos da Res. n. 87 do CSMPF, para apurar a destruição de 34,00 hectares de floresta nativa, no interior da Floresta Nacional do Bom Futuro, supostamente praticada por Elias Jose Cordeiro.

Para regularização e instrução deste inquérito civil, determino, desde logo, as seguintes providências e diligências:

a) que a Secretaria dos Ofícios da Tutela Coletiva providencie o registro da presente portaria de instauração e sua autuação seguida das peças de informação autuadas, além da formação de apenso dos documentos recebidos nesta Procuradoria em data anterior a 2008;

b) que a secretaria deste gabinete providencie as anotações de praxe, incluindo as inserções devidas nos cadastros eletrônicos da Instituição, bem como a devida comunicação à Egrégia 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, prevista no artigo 6º, da Resolução CSMPF nº 87, acompanhada de solicitação para publicação de extrato (com a supressão do cabeçalho e dos considerandos) desta portaria no Diário Oficial, nos termos do art. 16, §1º, inciso I, da mesma Resolução;

c) encaminhe-se cópia do Boletim de Ocorrência Ambiental nº 001325 à Superintendência da Polícia Federal em Porto Velho, requisitando a instauração de inquérito policial ou juntada a eventual apuratório porventura existente, se for o caso, para averiguar os fatos noticiados, que podem configurar, em tese, delitos ambientais;

d) oficie-se ao IBAMA, solicitando, com fundamento no art. 8º, II, da LC 75/93, que, no prazo de lei, informe o andamento do procedimento administrativo originado da lavratura do Auto de Infração nº 702104, bem como que informe se foi cumprida a penalidade de multa pelo autuado. Solicite-se, também, que este Instituto realize perícia para avaliar as medidas necessárias à recuperação do meio ambiente degradado, que deverá ser encaminhada tanto para a Superintendência da Polícia Federal no Estado de Rondônia (para instruir inquérito policial instaurado naquele âmbito) quanto para esta Procuradoria da República (para instruir este Inquérito Civil Público), informando, ainda, o valor econômico do prejuízo ambiental causado.

e) com resposta, ou com o decurso do prazo de 30 dias, venham-me os autos conclusos.

GISELE DIAS DE OLIVEIRA BLEGGI CUNHA
Procuradora da República

PORTARIA Nº 50, DE 10 DE SETEMBRO DE 2012

ASSUNTO: Apurar a destruição de 20 hectares de floresta nativa sem autorização do órgão ambiental competente, no interior da Floresta Nacional do Bom Futuro, supostamente praticada por Gidalvo Carmo Oliveira.

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF/88, art. 127);

Considerando, também, ser função institucional do Ministério Público, dentre outras, zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública, bem como efetivar os direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, bem ainda promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (CF/88, art. 129, II e III);

Considerando que a CF/88, em seus artigos 23, incisos I, VI e VII, e 225, caput, atribuiu ao Poder Público (União, Estados e Municípios, diretamente ou por meio de órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta) e à coletividade o dever de promover a defesa e proteção do meio ambiente para as presentes e futuras gerações;

Considerando que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados, confirme dispõe o artigo 225, § 3º, da Magna Carta;

Considerando que é objetiva a responsabilidade por dano ambiental, cabendo ao degradador a obrigação de reparar o dano, independente de culpa, nos termos do artigo 14, § 1º, da Lei Nacional do Meio Ambiente(Lei 6.938/81);

Considerando que a obrigação de reparar o dano ambiental é propter rem, em razão da coisa, estando o proprietário ou possuidor obrigado a reparar o dano;

Considerando o teor do boletim de ocorrência ambiental nº 001324, noticiando a destruição de 20 hectares de floresta nativa sem autorização do órgão ambiental competente, no interior da Floresta Nacional do Bom Futuro, coordenadas geográficas S 09°38'28.4" W 063°47'27.2", supostamente praticada por Gidalvo Carmo Oliveira;

Resolve o Ministério Público Federal, pela Procuradora da República signatária, Instaurar inquérito civil público, com fundamento no artigo 129, incisos III, da Constituição Federal e no artigo 7º, inciso I, da LC nº 75/93, e nos termos da Res. n. 87 do CSMPF, para apurar a destruição de 20 hectares de floresta nativa, no interior da Floresta Nacional do Bom Futuro, supostamente praticada por Gidalvo Carmo Oliveira.

Para regularização e instrução deste inquérito civil, determino, desde logo, as seguintes providências e diligências:

a) que a Secretaria dos Ofícios da Tutela Coletiva providencie o registro da presente portaria de instauração e sua autuação seguida das peças de informação autuadas, além da formação de apenso dos documentos recebidos nesta Procuradoria em data anterior a 2008;

b) que a secretaria deste gabinete providencie as anotações de praxe, incluindo as inserções devidas nos cadastros eletrônicos da Instituição, bem como a devida comunicação à Egrégia 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, prevista no artigo 6º, da Resolução CSMPF nº 87, acompanhada de solicitação para publicação de extrato (com a supressão do cabeçalho e dos considerandos) desta portaria no Diário Oficial, nos termos do art. 16, §1º, inciso I, da mesma Resolução;

c) encaminhe-se cópia do Boletim de Ocorrência Ambiental nº 001324 à Superintendência da Polícia Federal em Porto Velho, requisitando a instauração de inquérito policial ou juntada a eventual apuratório porventura existente, se for o caso, para averiguar os fatos noticiados, que podem configurar, em tese, delitos ambientais;

d) oficie-se ao IBAMA, solicitando, com fundamento no art. 8º, II, da LC 75/93, que, no prazo de lei, informe o andamento do procedimento administrativo originado da lavratura do Auto de Infração nº 700971, bem como que informe se foi cumprida a penalidade de multa pelo autuado. Solicite-se, também, que este Instituto realize perícia para avaliar as medidas necessárias à recuperação do meio ambiente degradado, que deverá ser encaminhada tanto para a Superintendência da Polícia Federal no Estado de Rondônia (para instruir inquérito policial instaurado naquele âmbito) quanto para esta Procuradoria da República (para instruir este Inquérito Civil Público), informando, ainda, o valor econômico do prejuízo ambiental causado.

e) com resposta, ou com o decurso do prazo de 30 dias, venham-me os autos conclusos.

GISELE DIAS DE OLIVEIRA BLEGGI CUNHA
Procuradora da República

PORTARIA Nº 51, DE 10 DE SETEMBRO DE 2012

ASSUNTO: Apurar a destruição de 41,5 hectares de floresta nativa sem autorização do órgão ambiental competente, no interior da Floresta Nacional do Bom Futuro, supostamente praticada por Jucelino Belchior Pinto.

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF/88, art. 127);

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando, também, ser função institucional do Ministério Público, dentre outras, zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública, bem como efetivar os direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, bem ainda promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (CF/88, art. 129, II e III);

Considerando que a CF/88, em seus artigos 23, incisos I, VI e VII, e 225, caput, atribuiu ao Poder Público (União, Estados e Municípios, diretamente ou por meio de órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta) e à coletividade o dever de promover a defesa e proteção do meio ambiente para as presentes e futuras gerações;

Considerando que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados, confirme dispõe o artigo 225, § 3º, da Magna Carta;

Considerando que é objetiva a responsabilidade por dano ambiental, cabendo ao degradador a obrigação de reparar o dano, independente de culpa, nos termos do artigo 14, § 1º, da Lei Nacional do Meio Ambiente(Lei 6.938/81);

Considerando que a obrigação de reparar o dano ambiental é propter rem, em razão da coisa, estando o proprietário ou possuidor obrigado a reparar o dano;

Considerando o teor do boletim de ocorrência ambiental nº 001321, noticiando a destruição de 41,5 hectares de floresta nativa sem autorização do órgão ambiental competente, no interior da Floresta Nacional do Bom Futuro, coordenadas geográficas S 09°40'04.8" W 063°56'49.3", supostamente praticada por Jucelino Belchior Pinto;

Resolve o Ministério Público Federal, pela Procuradora da República signatária, Instaurar inquérito civil público, com fundamento no artigo 129, incisos III, da Constituição Federal e no artigo 7º, inciso I, da LC nº 75/93, e nos termos da Res. n. 87 do CSMPF, para apurar a destruição de 41,5 hectares de floresta nativa, no interior da Floresta Nacional do Bom Futuro, supostamente praticada por Jucelino Belchior Pinto.

Para regularização e instrução deste inquérito civil, determino, desde logo, as seguintes providências e diligências:

a) que a Secretaria dos Ofícios da Tutela Coletiva providencie o registro da presente portaria de instauração e sua autuação seguida das peças de informação autuadas, além da formação de apenso dos documentos recebidos nesta Procuradoria em data anterior a 2008;

b) que a secretaria deste gabinete providencie as anotações de praxe, incluindo as inserções devidas nos cadastros eletrônicos da Instituição, bem como a devida comunicação à Egrégia 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, prevista no artigo 6º, da Resolução CSMPF nº 87, acompanhada de solicitação para publicação de extrato (com a supressão do cabeçalho e dos considerandos) desta portaria no Diário Oficial, nos termos do art. 16, §1º, inciso I, da mesma Resolução;

c) encaminhe-se cópia do Boletim de Ocorrência Ambiental nº 001321 à Superintendência da Polícia Federal em Porto Velho, requisitando a instauração de inquérito policial ou juntada a eventual apuratório porventura existente, se for o caso, para averiguar os fatos noticiados, que podem configurar, em tese, delitos ambientais;

d) oficie-se ao IBAMA, solicitando, com fundamento no art. 8º, II, da LC 75/93, que, no prazo de lei, informe o andamento do procedimento administrativo originado da lavratura do Auto de Infração nº 708693, bem como que informe se foi cumprida a penalidade de multa pelo autuado. Solicite-se, também, que este Instituto realize perícia para avaliar as medidas necessárias à recuperação do meio ambiente degradado, que deverá ser encaminhada tanto para a Superintendência da Polícia Federal no Estado de Rondônia (para instruir inquérito policial instaurado naquele âmbito) quanto para esta Procuradoria da República (para instruir este Inquérito Civil Público), informando, ainda, o valor econômico do prejuízo ambiental causado.

e) com resposta, ou com o decurso do prazo de 30 dias, venham-me os autos conclusos.

GISELE DIAS DE OLIVEIRA BLEGGI CUNHA
Procuradora da República

PORTARIA Nº 115, DE 5 DE SETEMBRO DE 2012

O Excelentíssimo Senhor Reginaldo Pereira da Trindade, Procurador da República no Estado de Rondônia, Representante da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, que cuida da defesa do patrimônio público, no uso de suas atribuições legais etc.

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme determina a Constituição Federal de 1988 em seus artigos 127 a 129;

CONSIDERANDO, também, ser função institucional do Ministério Público Federal, dentre outras, promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, em consonância com os retromencionados dispositivos legais insculpidos na Lei Maior e em diversas legislações pátrias (Lei Complementar 75 de 1993; Lei da Ação Civil Pública 7.347/1985; Lei de Improbidade Administrativa 8.429/92 etc.), além de resoluções e portarias regulamentares;

CONSIDERANDO as graves irregularidades relacionadas à Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR identificadas nos autos do Inquérito Civil Público nº 1.31.000.001119/2011-39, sendo, pois, prudente destrinchá-las separadamente.

CONSIDERANDO que as diversas irregularidades identificadas podem acarretar prejuízos ao patrimônio público da União e ainda configurar, em tese, atos de improbidade administrativa;

CONSIDERANDO, por fim, a imperiosa necessidade de apuração rigorosa dos acontecimentos, com vistas à responsabilização por eventuais irregularidades praticadas.

Resolve

INSTAURAR inquérito civil público, colimando investigar adequadamente os fatos, bem assim subsidiar futuras e eventuais medidas judiciais ou extrajudiciais.

NOMEAR os servidores que estão lotados no 4º Ofício/5ªCCR desta unidade do Ministério Público Federal para secretariarem o presente feito, os quais, por serem funcionários do quadro efetivo, atuarão independentemente de compromisso.

DETERMINAR, como diligências preliminares, as seguintes:

1. Registre-se e autue-se a presente, juntamente com os documentos que lhe são conexos, devendo constar como resumo: "Apurar supostas irregularidades na execução do contrato 30/2009, PROINFANTIL".

2. CIÊNCIA à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, na pessoa de seu Coordenador, remetendo-lhe, em dez dias (Resolução nº 87, de 03/08/06 - CSMPF, art. 6º), cópia da presente para conhecimento e devida publicação.

Após, nova vista para outras diligências.

REGINALDO PEREIRA DA TRINDADE

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 380, DE 10 DE SETEMBRO DE 2012

Peça de Informação nº 1.33.000.002556/2012-86. CONVERSÃO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fundamento no art. 129 da Constituição Federal, regulamentado pelos artigos 5º a 8º da Lei Complementar nº 75/93, e na Resolução nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF:

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público instaurar inquérito civil para apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumbam defender (art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 c/c art. 1º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF);

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 129, III da Constituição Federal e do art. 6º da Lei Complementar nº 75/93, é função institucional do Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos relativos ao consumidor, dentre outros, inclusive promovendo a responsabilização respectiva;

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37 da CF/1988 e os princípios da supremacia do interesse público sobre o privado, da finalidade, razoabilidade e proporcionalidade, implícitos do texto constitucional;

CONSIDERANDO os termos da Peça de Informação nº 1.33.000.002556/2012-86 e a necessidade de dar continuidade a sua instrução;

determino a CONVERSÃO da presente Peça de Informação em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o objetivo de averiguar a legalidade da exclusividade da Caixa Econômica Federal no crédito consignado para os servidores da Prefeitura Municipal de Palhoça/SC.

Para tanto, determino:

a) a abertura, registro e autuação de Inquérito Civil Público, com a seguinte ementa: 3ª CCR. CONSUMIDOR E ORDEM ECONÔMICA. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. EXCLUSIVIDADE NO CRÉDITO CONSIGNADO PARA SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL. ;

b) a comunicação e remessa de cópia desta Portaria à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, solicitando a devida publicação;

c) após, o retorno dos autos a este Gabinete para novas providências.

CARLOS AUGUSTO DE AMORIM DUTRA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº.22, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

PRM-GRT-SP-00001995/2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República signatária, no exercício de suas atribuições conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, combinado com o artigo 6º, inciso VII, e 7º, inciso I, ambos da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 2003, bem como diante do estabelecido no artigo 8º, §1º, da Lei n.º 7.347/85 e de acordo com as Resoluções n.º 87/06, do SMPF e n.º 23/07, do CNMP:

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

Considerando que a defesa do consumidor é dever do Estado, erigida em garantia constitucional nos termos do artigo 5º, inciso XXXII, da Constituição Federal;

Considerando o dever constitucional e legal do Ministério Público Federal em promover a defesa do consumidor conforme disposto no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, e artigo 6º, incisos XIII e XVII, da Lei Complementar 75/93;

Considerando o teor do inquérito civil MP 14.0276.0000420/2012-5 encaminhado pela Promotoria de Justiça em Guaratinguetá/SP, tratando de possível violação ao direito de consumidores adquirentes de unidades habitacionais dos Residenciais "Bosque das Quaresmeiras" e "Resedá", por meio do Programa Minha Casa Minha Vida, ambos localizados no município de Guaratinguetá, Bairro São Manoel;

Considerando a responsabilidade contratual da "Caixa Econômica Federal", bem como da construtora "Canuanã Empreendimentos Imobiliários Ltda" na execução das unidades habitacionais e infraestrutura dos espaços comuns, bem como do município de Guaratinguetá/SP na aprovação dos respectivos loteamentos e consequente expedição de "habite-se";

Considerando as denúncias de falhas na execução dos projetos habitacionais, acarretando problemas estruturais nos imóveis e nos espaços comuns utilizados pelos moradores;

Considerando os termos da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2.007, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), notadamente o que dispõe o art. 4º do referido ato;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para a devida apuração dos fatos, ordenando, para tanto:

a) a autuação e o registro destas informações como inquérito civil, com a seguinte ementa;

Consumidor e Ordem Econômica. Unidades habitacionais adquiridas pelo "Programa Minha Casa Minha Vida" - "Caixa Econômica Federal" e "Canuanã Empreendimentos Imobiliários Ltda". Residencias "Bosque das Quaresmeiras" e "Resedá" - Município de Guaratinguetá/SP. Indícios de vícios de construção nos imóveis e espaços comuns; e

b) remessa de cópia desta Portaria à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, para a necessária publicação, ante o que estabelecido nos arts. 4º, VI, in fine e 7º, § 2º, I, ambos da sobredita Resolução do CNMP, assim como nos arts. 6º e 16, § 1º, I, estes da Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2.006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Ficam designados para secretariar o presente inquérito civil os servidores Paulo Sérgio Alves e Ricardo Uchoas de Paula.

FLÁVIA RIGO NÓBREGA

PORTARIA Nº 306, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

PP nº 1.34.001.001736/2012-01

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, e,

CONSIDERANDO que o Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, caput, da Constituição Federal e art. 1o da Lei Complementar nº 75/93 - Lei Orgânica do Ministério Público da União);

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, inciso III, da Constituição Federal, c.c. arts. 5o, incisos I, alínea h, e III, alíneas a e b, e 6o, incisos VII, alínea b, e XIV, alínea f, ambos da Lei Orgânica do Ministério Público da União);

CONSIDERANDO que o inquérito civil é procedimento investigatório, instaurado e presidido pelo Ministério Público, destinado a apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumba defender, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais (art. 1o da Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal);

CONSIDERANDO que o Ministério Público pode - e deve - ajuizar ação civil pública para o ressarcimento de dano ao patrimônio público e/ou destinada a levar a efeito as sanções cíveis decorrentes da prática de ato de improbidade administrativa (arts. 1o, inciso IV, e 5o, § 1o, da Lei nº 7.347/85 e arts. 5o e 17 da Lei nº 8.429/92);

CONSIDERANDO que compete aos juízes federais processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho (art. 109, inciso I, da Constituição Federal), o que determina, numa perspectiva constitucional, lógica e sistemática, a respectiva atribuição do Ministério Público Federal (art. 70 da Lei Orgânica do Ministério Publico da União);

CONSIDERANDO que foi instaurada nesta Procuradoria da República, a Peça de Informação n.º 1.34.001.001736/2012-01, autuada e distribuída para esse 2º Ofício do Grupo II da Tutela Coletiva - Patrimônio Público e Social com a seguinte ementa:

"PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL. Notícia de liberação de verba para patrocinar carreira do neto de Emerson Fitipaldi."

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSIDERANDO que a Peça de Informação foi autuada nesta Procuradoria da República a partir de denúncia realizada por meio do Digi-Denúncia, na qual o Sr. Josué Francisco do Nascimento Júnior questiona a regularidade na aprovação do incentivo para o Programa de Formação do Piloto Pietro Fittipaldi na Fórmula NASCAR, no valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), com base na Lei de Incentivo ao Esporte;

CONSIDERANDO que, segundo o denunciante, o piloto Pietro Fittipaldi seria americano, estaria residindo atualmente nos Estados Unidos da América do Norte - EUA e correria na Fórmula NASCAR, categoria de automobilismo próprio dos EUA;

CONSIDERANDO que estão em curso atos de instrução processual voltados à obtenção de documentos e informações necessárias ao aprofundamento das investigações;

CONSIDERANDO que a Peça Informativa foi convertida em Procedimento Preparatório, nos termos do art. 3º, §§ 4º a 7° da Resolução nº 23 do CNMP, de 17 de setembro de 2007, visando a obtenção de elementos sobre os fatos investigados;

CONSIDERANDO que o prazo do Procedimento Preparatório foi prorrogado por mais 90 (noventa) dias, nos termos da Resolução nº 23 do CNMP, de 17 de setembro de 2007;

CONSIDERANDO que o prazo de 90 (noventa) dias da prorrogação expirou-se e, nos termos do art. 3º, § 7º da Resolução nº 23 do CNMP, de 17 de setembro de 2007, uma vez expirado o prazo do § 6º o Ministério Público Federal promoverá seu arquivamento, ajuizará a respectiva ação civil pública ou o converterá em inquérito civil público;

CONSIDERANDO que, nos termo do art. 1º, "caput" da Resolução nº 23 do CNMP, de 17 de setembro de 20007, o inquérito civil público será instaurado para apurar fato que possa autorizar a tutela dos interesses ou direitos a cargo do Ministério Público, nos termos da legislação aplicável, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais;

CONSIDERANDO que os elementos que formam o presente Procedimento Preparatório não são suficientes para embasar o ajuizamento de ação civil pública e, por ora, também não é o caso de arquivamento, sugerindo a melhor apuração dos fatos por meio de inquérito civil público;

CONSIDERANDO, enfim, que os documentos e informações coligidos até o momento confirmam a premente necessidade de acompanhamento do Ministério Público Federal, visando a proteção do patrimônio público e da probidade administrativa;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL para apurar a hipótese, determinando, para tanto:

1. Autuem-se a Portaria e as Peças Informativas nº 1.34.001.001736/2012-01 como Inquérito Civil (art. 4 da Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público);

2. Registre-se e zele-se pelas respectivas normas (Rotina de Serviços nº 01/06 da Divisão de Tutela Coletiva);

3. Controle-se o respectivo prazo, anotando-se na contracapa dos autos a data de instauração e das prorrogações que venham a ser feitas (art. 9 da Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público);

4. Comunique-se a instauração deste inquérito civil à Egrégia 5a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, inclusive para a publicação, no Diário Oficial, da portaria de instauração (art. 4o, inciso VI, da Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público), atentando-se para o disposto no art. 15 do Decreto nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002 (Art. 15. A publicação dos atos sigilosos, se for o caso, limitar-se-á aos seus respectivos números, datas de expedição e ementas, redigidas de modo a não comprometer o sigilo".

Após, tornem os autos conclusos.

JOSÉ ROBERTO PIMENTA OLIVEIRA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL
CONSELHO SUPERIOR

ESTATÍSTICA DO MÊS DE AGOSTO DE 2012

I - PRODUTIVIDADE:

CONSELHEIRO	RELATOR				REVISOR			
	Saldo anterior	Processos Administrativos	Devolvidos	Em poder do Relator	Saldo anterior	Processos Administrativos	Devolvidos	Em poder do Revisor
José Alves Pereira Filho	0	3	1	2	0	2	2	0
Maria Guiomar Sanches de Mendonça	9	0	9	0	0	0	0	0
Ivana Auxiliadora Mendonça Santos	1	0	1	0	1	2	1	2
Edson Braz da Silva	0	2	1	1	0	0	0	0
Vera Regina Della Pozza Reis	6	2	1	7	0	2	1	1
Rogério Rodriguez Fernandez Filho	7	0	3	4	2	6	8	0
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas	0	1	1	0	0	1	0	1
Ronaldo Curado Fleury	0	1	0	1	0	0	0	0
Eduardo Antunes Parmeggiani	3	1	4	0	1	2	3	0
Luís Antônio Camargo de Melo[1]	1	0	0	1	1	0	0	1
TOTAIS	27	10	21	16	5	15	15	5

1 - Processos distribuídos anteriormente ao mandato de Procurador-Geral do Trabalho.

II - SITUAÇÃO

Entrada de processos no mês	5
Distribuição e redistribuição de processos no mês	3
Total de processos decididos/deliberados	121
Outras decisões/deliberações	6
Resoluções	2

Brasília-DF, 11 de setembro de 2012.
EDUARDO ANTUNES PARMEGGIANI
Secretário

PROCURADORIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO

PORTARIA Nº 2.865, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados no Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº 0590.2011.01.006/1-603, instaurado com a finalidade de apurar a a contratação de empregados sem registro, jornada de trabalho excessiva, atraso no pagamento de salários, atraso no pagamento de 13º salário, pagamento de verbas salariais não contabilizadas e não recolhimento do FGTS dos empregados.

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil;

RESOLVE:

Instaurar o Inquérito Civil nº 0590.2011.01.006/1-603 em face de RIO DE JANEIRO FILTROS DE ÁGUA LTDA CNPJ: 12.010.897/0001-13, com sede na rua Visconde de Sepetiba, nº 57B, Centro, Niterói/RJ. Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, SANDRO HENRIQUE FIGUEIREDO CARVALHO DE ARAUJO, que poderá ser secretariado pelo servidor MARCIO B. R. DE SENA, Analista Processual.

SANDRO HENRIQUE FIGUEIREDO CARVALHO DE ARAUJO

PORTARIA Nº 2.859, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, através da PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO - PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE NITERÓI, situado na Rua Visconde do Uruguai nº 353 / 8º Andar, Centro, no município de Niterói/RJ, CEP 24.030-077, com fulcro no artigo 127 e artigo 129, inciso III e VI da Constituição Federal c/c artigo 6º, inciso VII, artigo 8º e artigo 84, inciso II da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993 c/c Resolução nº 69, de 12 de dezembro de 2007, VEM INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, pelos fatos e fundamentos a seguir expendidos:

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, no seu artigo 127, caput, estabelece que "o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis";

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, no seu artigo 129, inciso III, estabelece que é função institucional do Ministério Público "promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos";

CONSIDERANDO que o artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 estabelece que "O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícia, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias úteis";

CONSIDERANDO que o artigo 83, inciso III da Lei Complementar nº 75/93 declara a legitimidade do Ministério Público, para "promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos";

CONSIDERANDO que o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93 estabelece que "Incumbe ao Ministério Público do Trabalho, no âmbito das suas atribuições, exercer as funções institucionais previstas nos Capítulos I, II, III e IV do Título I, especialmente instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, sempre que cabíveis, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores";

CONSIDERANDO que o artigo 6º, inciso VII Lei Complementar nº 75/93 estabelece que compete ao Ministério Público da União "promover o inquérito civil e a ação civil pública";

CONSIDERANDO que o Ministério Público é órgão de natureza constitucional que tem por missão institucional assegurar a efetividade dos direitos humanos fundamentais;

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO tem por missão defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a proteção dos interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e para a concretização dos ideais democráticos e da cidadania;

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO foi concebido constitucionalmente como instituição indispensável para a garantia dos interesses sociais, da cidadania e do regime democrático;

CONSIDERANDO que ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO incumbe a defesa da ordem jurídica trabalhista e dos direitos sociais e individuais indisponíveis dos trabalhadores;

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO tem a atribuição institucional de promover a defesa social dos direitos fundamentais da pessoa humana do trabalhador;

CONSIDERANDO que o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana está consagrado em nosso ordenamento jurídico constitucional como fundamento da República Federativa do Brasil, nos termos do artigo 1º, inciso III da Carta Política, fazendo da pessoa fundamento e fim da sociedade e do Estado;

CONSIDERANDO que os fatos relatados no bojo da Representação nº 000591.2011.01.006/8-602 ensejaram a instauração do presente procedimento investigatório em face da empresa NOVA DESTAK SERVIÇOS LTDA. ME, inscrita no CNPJ sob o número 10.363.246/0001-81, com a finalidade de apurar irregularidades atinentes ao descumprimento de normas trabalhistas de proteção à pessoa humana do indivíduo que labora relacionadas a condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho;

CONSIDERANDO que a Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho - CODEMAT e a Coordenadoria Nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho - CONAFRET elegeram o setor da construção civil como meta de atuação integrada visando à redução e eliminação das doenças e acidentes profissionais e mortes no setor, bem como à tomada de medidas impeditivas da precarização das relações laborais;

CONSIDERANDO que tal eleição resultou na elaboração do Programa Nacional de Combate às Irregularidades Trabalhistas na Indústria da Construção Civil;

CONSIDERANDO que referido Programa Nacional surgiu da necessidade de uma atuação preventiva e repressiva em face das empresas deste setor econômico devido ao aumento do número de acidentes laborais e ao crescimento de irregularidades nas relações de trabalho;

CONSIDERANDO que com relação ao Programa de Condições do Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção - PCMAT, ressalta-se a importância de exigir não só sua elaboração, mas seu efetivo cumprimento e implantação;

CONSIDERANDO que o Programa de Condições do Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção - PCMAT, embora tenha sido um avanço em termos de segurança e saúde do trabalho na indústria da construção, apresenta-se, na maioria das vezes, como uma série de papéis que não retratam a realidade da obra, os seus riscos e as medidas de proteção que devem ser adotadas em cada etapa ou fase da construção;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSIDERANDO que neste ponto cumpre destacar que o Programa de Condições do Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção - PCMAT é um programa de segurança que tem por objetivos: garantir, por ações preventivas, a integridade física e a saúde do trabalhador da construção, trabalhadores terceirizados, fornecedores e todas as pessoas que atuam direta ou indiretamente na realização de uma obra ou serviço e estabelecer um sistema de gestão em segurança do trabalho nos serviços relacionados à construção, por meio da definição de atribuições e responsabilidades à equipe que irá administrar a obra;

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO objetiva no caso em tela o restabelecimento da ordem jurídica violada, mediante o cumprimento de normas mínimas revestidas de indisponibilidade absoluta, relacionadas à saúde e segurança no trabalho;

CONSIDERANDO que a empresa que descumpre a legislação trabalhista pode vir a ser autuada pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, bem como, se persistir na irregularidade, ser demandada judicialmente pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO;

CONSIDERANDO que o artigo 21, inciso XXIV da Lei Fundamental da República estabelece que a União é competente para "organizar, manter e executar a inspeção do trabalho";

CONSIDERANDO que o artigo 626 da Consolidação das Leis do Trabalho estabelece que "incumbe às autoridades competentes do Ministério do Trabalho, ou àqueles que exercem funções delegadas, a fiscalização do fiel cumprimento das normas de proteção ao trabalho";

CONSIDERANDO que a GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM NITERÓI encaminhou ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO o expediente de fls. 17/31, em atendimento à requisição ministerial consubstanciada no OFÍCIO PRT 1ª REGIÃO/PTM NITERÓI 602/nº 71025/2012 (fls. 16), oportunidade em que referido órgão federal responsável pela inspeção do trabalho informou ao Parquet laboral que foi empreendida ação fiscal no âmbito da empresa investigada - NOVA DESTAK SERVIÇOS LTDA ME., inscrita no CNPJ sob o número 10.363.246/0001-81, conforme se infere dos documentos de fls. 20/23;

CONSIDERANDO que a GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM NITERÓI encaminhou ao Parquet laboral expediente complementar de fls. 38/40, em atendimento à requisição ministerial consubstanciada no OFÍCIO PRT 1ª REGIÃO/PTM NITERÓI 602/nº 71025/2012 (fls. 16);

CONSIDERANDO que regularmente notificada a empresa NOVA DESTAK SERVIÇOS LTDA ME., inscrita no CNPJ sob o número 10.363.246/0001-81, compareceu à Audiência Administrativa realizada no dia 24/07/2012, nesta Procuradoria do Trabalho no Município de Niterói, conforme Ata de fls. 54/55;

CONSIDERANDO que em cumprimento à determinação contida no Despacho de fls. 68 e verso, foi o feito incluído em pauta de Audiência Administrativa para o dia 03/10/2012 às 14:00 horas;, em atenção ao requerimento consubstanciado na Certidão de fls. 66;

CONSIDERANDO que incumbe ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, sempre que cabíveis, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, nos termos do artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93;

CONSIDERANDO que no caso tratado nos presentes autos há necessidade de continuação e aprofundamento das investigações pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO para apuração mais pormenorizada dos atos ilegítimos e irregulares denunciados por ofensa ao ordenamento jurídico pátrio;

RESOLVE, com espeque no artigo 8º, § 1º da Lei Complementar nº 75/93 e no artigo 9º da Resolução nº 69, de 12 de dezembro de 2007, do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, INSTAURAR O INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 000591.2011.01.006/8-602 em face da empresa NOVA DESTAK SERVIÇOS LTDA ME., inscrita no CNPJ sob o número 10.363.246/0001-81, adotando-se para tanto as seguintes providências

A designação da servidora Susana da Silveira Mulin, ocupante do cargo de Analista Processual, lotada na Procuradoria do Trabalho no Município de Niterói, para funcionar como secretária do presente inquérito civil;

ÉRICA BONFANTE DE ALMEIDA TESSAROLLO

PORTARIA Nº 2.872, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012.

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados no Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº 0064.2012.01.006/7-603, instaurado com a finalidade de apurar jornada de trabalho excessiva e não concessão de férias as seus empregados.

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil; RESOLVE:

Instaurar o Inquérito Civil nº 0064.2012.01.006/7-603 em face de SERMEDE SERVIÇO MÉDICO E DENTÁRIO LTDA (SERMEDE) CNPJ: 28.553.121/0001-80, com sede na Alameda São Boaventura, nº 527, Fonseca, Niterói/RJ. Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, SANDRO HENRIQUE FIGUEIREDO CARVALHO DE ARAUJO, que poderá ser secretariado pelo servidor MARCIO B. R. DE SENA, Analista Processual.

SANDRO HENRIQUE FIGUEIREDO CARVALHO DE ARAUJO

PORTARIA Nº 2.526, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, através da PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO - PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE NITERÓI, situado na Rua Visconde do Uruguai nº 353 / 8º Andar, Centro, no município de Niterói/RJ, CEP 24.030-077, com fulcro no artigo 127 e artigo 129, inciso III e VI da Constituição Federal c/c artigo 6º, inciso VII, artigo 8º e artigo 84, inciso II da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993 c/c Resolução nº 69, de 12 de dezembro de 2007, VEM INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, pelos fatos e fundamentos a seguir expendidos:

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, no seu artigo 127, caput, estabelece que "o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis"

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, no seu artigo 129, inciso III, estabelece que é função institucional do Ministério Público "promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos";

CONSIDERANDO que o artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 estabelece que "O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícia, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias úteis";

CONSIDERANDO que o artigo 83, inciso III da Lei Complementar nº 75/93 declara a legitimidade do Ministério Público, para "promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos";

CONSIDERANDO que o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93 estabelece que "Incumbe ao Ministério Público do Trabalho, no âmbito das suas atribuições, exercer as funções institucionais previstas nos Capítulos I, II, III e IV do Título I, especialmente instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, sempre que cabíveis, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores";

CONSIDERANDO que o artigo 6º, inciso VII Lei Complementar nº 75/93 estabelece que compete ao Ministério Público da União "promover o inquérito civil e a ação civil pública";

CONSIDERANDO que o Ministério Público é órgão de natureza constitucional que tem por missão institucional assegurar a efetividade dos direitos humanos fundamentais;

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO tem por missão defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a proteção dos interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e para a concretização dos ideais democráticos e da cidadania;

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO foi concebido constitucionalmente como instituição indispensável para a garantia dos interesses sociais, da cidadania e do regime democrático;

CONSIDERANDO que ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO incumbe a defesa da ordem jurídica trabalhista e dos direitos sociais e individuais indisponíveis dos trabalhadores;

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO tem a atribuição institucional de promover a defesa social dos direitos fundamentais da pessoa humana do trabalhador;

CONSIDERANDO que o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana está consagrado em nosso ordenamento jurídico constitucional como fundamento da República Federativa do Brasil, nos termos do artigo 1º, inciso III da Carta Política, fazendo da pessoa fundamento e fim da sociedade e do Estado;

CONSIDERANDO que os fatos relatados no bojo do Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº 002994.2009.01.000/8-029 ensejaram a instauração do presente procedimento investigatório em face da empresa WAL MART BRASIL LTDA., com matriz inscrita no CNPJ sob o número 00.063.960/0001-09, e do SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO RIO DE JANEIRO, inscrito no CNPJ sob o número 33.644.360/0001-85, com a finalidade de apurar irregularidades atinentes ao descumprimento de norma trabalhista de proteção à pessoa humana do indivíduo que labora, relacionada à suposta ilegalidade de cláusula inserida em convenção coletiva (piso salarial);

CONSIDERANDO que do Relatório Final de fls. 161/162, da lavra do ilustre Procurador do Trabalho Dr. João Carlos Teixeira, restou consignado que dos recibos salariais juntados pela empresa investigada constatou-se o cumprimento do piso salarial fixado pela Lei Estadual nº 5.940/2011 para os trabalhadores do Município do Rio de Janeiro, mas, entretanto, verificou-se que os empregados que exerciam a mesma função em Niterói recebiam salário inferior ao piso salarial estadual para empregados não especializados do comércio, razão pela qual houve a redistribuição do feito à esta Procuradoria do Trabalho no Município de Niterói;

CONSIDERANDO ainda que, regularmente intimada, a empresa investigada manifestou-se às fls. 166/171, afirmando que os trabalhadores da Região de Niterói possuem Sindicato de Classe que defende seus interesses e que a Lei Estadual em questão violaria a Convenção Coletiva que determina o piso da categoria;

CONSIDERANDO que incumbe ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, sempre que cabíveis, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, nos termos do artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93;

CONSIDERANDO que no caso tratado nos presentes autos há necessidade de continuação e aprofundamento das investigações pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO para apuração mais pormenorizada dos atos ilegítimos e irregulares denunciados por ofensa ao ordenamento jurídico pátrio;

RESOLVE, com espeque no artigo 8º, § 1º da Lei Complementar nº 75/93 e no artigo 9º da Resolução nº 69, de 12 de dezembro de 2007, do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, INSTAURAR O INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 002994.2009.01.000/8-029 em face da empresa WAL MART BRASIL LTDA., com matriz inscrita no CNPJ sob o número 00.063.960/0001-09, e do SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO RIO DE JANEIRO, inscrito no CNPJ sob o número 33.644.360/0001-85, adotando-se para tanto as seguintes providências:

A designação da servidora Susana da Silveira Mulin, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, lotada na Procuradoria do Trabalho no Município de Niterói, para funcionar como secretária do presente inquérito civil;

ÉRICA BONFANTE DE ALMEIDA TESSAROLLO

PORTARIA Nº 2.873, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados no Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº 0356.2012.01.006/7-603, instaurado com a finalidade de apurar irregularidades trabalhistas atinentes ao meio ambiente de trabalho, notadamente no que tange às condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho.

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil; resolve

Instaurar o Inquérito Civil nº 0356.2012.01.006/7-603 em face de CH3 RECICLAGEM E BENEFICIAMENTO DE RESÍDUOS LTDA ME CNPJ: 08.996.096/0001-00, com sede na Rua Ministro Joaquim Antunes, s/n Quadra 09 Lote 13, 16 e 17, Retiro São Joaquim Itaboraí/RJ. Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, SANDRO HENRIQUE FIGUEIREDO CARVALHO DE ARAUJO, que poderá ser secretariado pelo servidor MARCIO B. R. DE SENA, Analista Processual.

SANDRO HENRIQUE FIGUEIREDO CARVALHO DE ARAUJO

PORTARIA Nº 2.887, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados no Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº 0047.2012.01.006/2-603, instaurado com a finalidade de apurar irregularidades atinentes às condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho - NR-24 do MTE.

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil

RESOLVE:

Instaurar o Inquérito Civil nº 0047.2012.01.006/2-603 em face de GE OIL & GÁS DO BRASIL LTDA CNPJ: 05.635.291/0012-60, com filial na Praça Alcides Pereira, nº 01 parte, Ilha do Caximbau Lote 83A, Ilha da Conceição, Niterói/RJ. Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, SANDRO HENRIQUE FIGUEIREDO CARVALHO DE ARAUJO, que poderá ser secretariado pelo servidor MARCIO B. R. DE SENA, Analista Processual.

SANDRO HENRIQUE FIGUEIREDO CARVALHO DE ARAUJO

7ª REGIÃO

PORTARIA Nº 167, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a obrigatória publicação mensal dos mapas demonstrativos de movimento de processos, nos termos da Resolução nº 27, de 21/05/97, do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho,

Determina a publicação, no Diário Oficial da União, do Mapa de Produtividade e de Atuação Custos Legis de 1° Grau, anexo, referente ao mês de agosto de 2012.

NICODEMOS FABRÍCIO MAIA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXOS

MAPA DE PRODUTIVIDADE (CUSTOS LEGIS)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO
7ª REGIÃO
MÊS/ANO: AGOSTO /2012
ATUAÇÃO NO 1º GRAU (CUSTOS LEGIS)

PROCURADOR	SIT.	SALDO ANT.	DISTRIB.	TOTAL	RESTITUÍDOS		SALDO ATUAL				AUD.	INTERV.	DIV.
					NORMAL	COTA	EXERC. ANT.	MESES ANT.	MÊS ATUAL	TOTAL			
Ana Valéria Targino De Vasconcelos	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Antonio de Oliveira Lima	-	-	1	1	-	-	-	-	1	1	-	-	-
Carlos Leonardo Holanda Silva	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-
Cláudio Alcântara Meireles	-	2	-	2	2	-	-	-	-	-	1	2	-
Francisca Helena Duarte Camelo	14	-	4	4	0	4	-	-	-	-	-	-	-
Francisco Gérson Marques de Lima	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Francisco José Parente Vasconcelos Júnior	11/14	-	2	2	-	2	-	-	-	-	2	-	-
Geórgia Maria da Silveira Aragão	14	-	2	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-
Juliana Sombra Peixoto Garcia	-	-	4	4	1	2	-	-	1	1	-	1	-
Lorena Brandão Landim Camarotti	14/17	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maríana Férrer Carvalho Rolim	17	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nicodemos Fabrício Maia	10	-	6	6	2	4	-	-	-	-	-	4	-
Ricardo Araújo Cozer	16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	2	19	21	5	14	-	-	2	2	4	9	-

Situação(SIT): 10-Proc-Chefe 11-Proc-Chefe Substituto 14-Férias 16 - Licença-Prêmio 17 - Licença-Maternidade
OBSERVAÇÕES:
1)Durante o mês de agosto, houve uma redistribuição;
2)De acordo com a coluna "INTERV.", houve 9 processos de intervenção, dentre os quais 4 foram autuados somente como PAJ.
Publicação obrigatória de acordo com a Resolução nº 27/97 de 04.04.97 do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho

Fortaleza, 5 de setembro de 2012.
LAUREDÍSIA CARVALHO RIBEIRO PASSOS
Chefe da Seção Processual

NICODEMOS FABRÍCIO MAIA
Procurador-Chefe

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO
7ª REGIÃO
MÊS/ANO: AGOSTO / 2012
I - PRODUTIVIDADE

PROCURADOR	SIT	SALDO ANTERIOR	DISTRIB.	TOTAL	RESTITUÍDOS		SALDO ATUAL				SESSÕES	AUD. D.C.	PAREC. ORAL
					NORMAL	COTA	EXERC. ANT.	MESES ANT.	MÊS ATUAL	TOTAL			
Nicodemos Fabrício Maia	10/14	-	77	77	71	6	-	-	-	-	4	1	-
evanna soares	-	-	93	93	84	9	-	-	-	-	5	-	-
Fernanda Mª Uchoa de Albuquerque	14	-	47	47	46	1	-	-	-	-	2	-	-
Francisco gérson marques de Lima	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Francisco José Parente Vasconcelos Júnior	11	-	1	1	1	-	-	-	-	-	2	-	1
Geórgia Maria da Silveira Aragão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Juliana Sombra Peixoto Garcia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	218	218	202	16	-	-	-	-	17	1	1

Situação (SIT) : 10-Proc-Chefe 11 10-Proc-Chefe Substituto 14- Férias

II - TRÂNSITO DE PROCESSOS COM O TRIBUNAL

RECEBIDOS	REMETIDOS	DIFERENÇA ENTRE RECEBIDO/REMETIDO
218	218	-

III - PROCESSOS NA PROCURADORIA

AG. DISTRIB.	AG. EMISSÃO DE PARECER	AG. REMESSA	TOTAL EXIST.
-	-	-	-

IV - OBSERVAÇÕES:

NICODEMOS FABRÍCIO MAIA:

17/8 - Ato Público pelo Trabalho Seguro na Indústria da Construção Civil, no Estádio Castelão, juntamente com a SRTE e Presidenta do TRT da 7ª Região;

22/8 - Reunião com Procuradores-Chefes das Unidades do MPT com integrantes da Comissão de Planejamento e Gestão Estratégica do MPT, em Brasília-DF.

ANA VALÉRIA TARGINO DE VASCONCELOS:

16/7 a 3/8 - Férias.

ANTONIO DE OLIVEIRA LIMA:

2/8 - Wokshop: Mobilizando a Sociedade contra o Trabalho Infantil;

3/8 - Gravação de 4 videoaulas para o Curso "A escola no combate ao Trabalho Infantil", no CEATS - Centro de Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor, em São Paulo - SP;

8 e 11/8 - 1ª Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente - Participação representando o MPT na Delegação do Ceará, em Brasília-DF;

9/8 - Palestra sobre a Atuação do MPT no Combate ao Trabalho Infantil para os Atendentes do Disque 100 (Disque Direitos Humanos na Presidência da República), na PGT, em Brasília-DF.

13 e 20/8 - Reunião Ordinária do Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalhador Adolescente - FEETI, em Fortaleza-CE;

21/8 - Reunião com os Coordenadores e Vice-Coordenadores Nacionais Temáticos, com os Integrantes da Comissão de Planejamento e Gestão Estratégica do MPT, em Brasília-DF;

22/8 - I Encontro Nacional sobre Trabalho Infantil, em Brasília/DF;

23 a 24/8 - XXIII Reunião Nacional da Coordinfância;

29/8 - Debate sobre Trabalho Infantil e Políticas Públicas, no Programa Radar Nordeste, na TV O POVO;

29/8 - Ministrou Palestra sobre Trabalho Infantil e Saúde, na Reunião com os Gestores de Saúde do Estado do Ceará e com os CERESTS (Centros de Referência em Saúde do Trabalhador), em Fortaleza-CE

31/8 - Entrevista Concedida à Revista do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil sobre a Caravana Cearense contra o Trabalho Infantil;

31/8 - Discussões Realizadas por Ocasião da III Marcha Estadual do Trabalho Decente, com Tema: "De Olho Neles - Contra o Desmonte nos Municípios", em Fortaleza-CE.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CARLOS LEONARDO HOLANDA SILVA:
1º a 6/8 - Férias.
7 a 9/8 - Reunião Nacional da CODEMAT, em Brasília-DF;
30/7 a 6/8; 10 a 12/8; 14 a 18/8; 19 a 23/8 - Férias;
28/8 - XI Reunião do Comitê Interinstitucional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ceará, em Fortaleza-CE.
FERNANDA MARIA UCHOA DE ALBUQUERQUE:
23/7 - 11/8 - Férias.
FRANCISCO GÉRSON MARQUES DE LIMA:
6 a 10/8 - Ministrou Curso de Direito Sindical, em Manaus - AM;
13 a 20/8; 23 a 31/8 - Férias;
17/8 - Ministrou Palestra sobre Assédio Político, em Fortaleza-CE;
21/8 - Reunião com os Coordenadores e Vice-Coordenadores Nacionais Temáticos, com os Integrantes da Comissão de Planejamento e Gestão Estratégica do MPT, em Brasília-DF;
25/8 - Participou, como Debatedor, no Congresso da FITES - Federação Interestadual dos Trabalhadores em Entidades Sindicais, com o tema "Rumos do Sindicalismo no século XXI".
FRANCISCA HELENA DUARTE CAMELO:
13 a 31/8 - Férias.
FRANCISCO JOSÉ PARENTE VASCONCELOS JÚNIOR:
11/8 - Férias.
GEÓRGIA MARIA DA SILVEIRA ARAGÃO:
17/8 - Ato Público pelo Trabalho Seguro na Indústria da Construção, Realizado no Canteiro de Obras do Estádio Plácido Aderaldo Castelo (Arena Castelão), em Fortaleza-CE;
27/8 a 15/9 - Férias.
JULIANA SOMBRA PEIXOTO GARCIA:
17/8 - Ato Público pelo Trabalho Seguro na Indústria da Construção, Realizado no Canteiro de Obras do Estádio Plácido Aderaldo Castelo (Arena Castelão), em Fortaleza-CE;
LORENA BRANDÃO LANDIM CAMAROTTI:
30/7 a 18/8 - Férias;
20/8/12 a 15/2/13 - Licença Maternidade.
MARIANA FÉRRER CARVALHO ROLIM:
7/5 a 2/11 - Licença Maternidade.
RICARDO ARAÚJO COZER:
6 a 13/8 - Licença Prêmio
Última distribuição ordinária de processos em 14/08/2012.

Publicação obrigatória de acordo com a Resolução nº 27/97 de 21.05.97 do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho

Fortaleza, 5 de setembro de 2012.
LAUREDÍSIA CARVALHO RIBEIRO PASSOS
Chefe da Seção Processual

NICODEMOS FABRÍCIO MAIA
Procurador-Chefe

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL

PORTARIA Nº 3, DE 22 DE AGOSTO DE 2012

PRODEMA O titular da Primeira Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural (1ª PRODEMA), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, inciso III, da Constituição Federal c/c o artigo 7º, inciso I, fine, da Lei Complementar nº 75/1993; em substituição temporária titular da 2ª PRODEMA;Considerando-se a reportagem da Correio Brazilense, no caderno das cidades, na data de 15 de agosto de 2012 (quarta-feira), intitulada de Resíduos de abate ainda sujam o Pipiripau versando um vazamento no Frigorífico Nippo Bras, pois há tubulações despejando sangue de abate de gado no Córrego Pipiripau em Planaltina; com graves repercussões no ecossistema local;Considerando-se que a área em evidência encontra-se inserida na Unidade de Conservação de Uso Sustentável, rea de Preserva,o Ambiental (APA) do Rio São Bartolomeu, e que esta Unidade de Conserva,o foi criada com intuito e finalidade de se preservar o cerrado, as vrzeas e as matas ciliares;Considerando-se a matéria jornalística enuncia que: Água do córrego abastece as cidades de Planaltina e Sobradinho. Considerando-se a escassez de recursos hídrico para consumo humano no âmbito do Distrito Federal (como ilustram inclusas matérias jornalisticas) e ameaça representada pela poluição em exame;Considerando-se que tal conduta pode vir a caracterizar a infra,o penal ambiental tipificada no art. 54, g 2º, inciso II, da Lei 9.605/1998 (poluição hídrica);Considerando-se que todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial sadia qualidade de vida, cabendo a todos, inclusive ao Poder Público a responsabilidade por sua defesa e preserva,o, a teor do art. 225 da Constituição Federal;Considerando-se que, nos termos do artigo 129 da Constituição Federal de 1988, são funções institucionais do Ministério Público:III promover o inquérito civil e a ação civil pública, para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos ;atribui,o reafirmada pelo art. 5º, inciso III, alínea d, c/c o art. 6º, inciso VII, b ambos da Lei Complementar n º75/1993, bem como pelo art. 8º, g 1z da lei 7347/85;

Resolve instaurar o devido INQUÉRITO CIVIL determinando, como providências iniciais, as diligências que seguem:

o registro desta portaria e demais documentos que a acompanham nos devidos assentos da PRODEMA; requisite-se, no prazo de 30 dias, da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB e da ADASA, o encaminhamento a esta especializada dos estudos referentes à captação de água do Córrego Pipiripau para o abastecimento da população de Planaltina e as repercussões do fato noticiados na matéria que respalda esta Portaria; expeça-se ofício requisitório para atendimento em 30 dias ao Senhor Presidente do IBRAM, para que encaminhe a esta Promotoria relatório de vistoria e explique que providencias adotou face ao fato objeto da mencionada matéria; requisite-se também, a DEMA instauração de Inquérito Policial, no prazo de 15 dias para apurar o fato tratado nesta Portaria caso ainda não tenha feito; publique-se esta Portaria na imprensa oficial; dê-se conhecimento da instauração deste inquérito ao representante, bem como à Câmara de Coordenação e Revisão em matérias cíveis, nos termos do art. 2º, incisos VI e VII, da Resolução nº 66/2005 do Conselho Superior do MPDFT;

CUMPRA-SE

ROBERTO CARLOS BATISTA
Promotor de Justiça

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

ATA Nº 36, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012
(Sessão Extraordinária do Plenário)

Presidente: Ministro Benjamin Zymler
Representantes do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado
Secretário das Sessões: AUFC Luiz Henrique Pochyly da Costa
Subsecretária do Plenário: AUFC Marcia Paula Sartori

À hora regimental, o Presidente declarou aberta a sessão extraordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Valmir Campelo, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes, dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado para substituir o Ministro Augusto Nardes), Marcos Bemquerer Costa (convocado para substituir o Ministro Walton Alencar Rodrigues) e André Luís de Carvalho e do Representante do Ministério Público, Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado. Ausentes os Ministros Walton Alencar Rodrigues e Augusto Nardes, em missão oficial, e o Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em férias.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Tribunal Pleno homologou a Ata nº 35, da sessão ordinária realizada em 5 de setembro (Regimento Interno, artigo 101).

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet (www.tcu.gov.br).

COMUNICAÇÕES

Da Presidência:

Realização do Seminário Controle das Políticas Públicas de Acessibilidade; e

Realização do evento *Dia da Segurança da Informação no TCU*, com o tema Gestão de Continuidade de Negócios. (v. inteiro teor no Anexo I a esta Ata)

Do Ministro Valmir Campelo:

Participação do Encontro Técnico Nacional: os desafios do controle em rede e os riscos na Copa do Mundo de 2014, promovido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. (v. inteiro teor no Anexo I a esta Ata)

Do Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti:

Resultados da III Olimpíada dos Tribunais de Contas do Brasil.

MEDIDA CAUTELAR (v. inteiro teor no Anexo II a esta Ata)

O Plenário referendou, nos termos do disposto no § 1º do art. 276 do Regimento Interno deste Tribunal, a concessão da medida cautelar exarada no processo nº TC-032.298/2010-2, pelo Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, para que a Prefeitura de Aparecida de Goiânia/GO suspenda concorrência destinada à construção do Complexo Turístico da Serra das Areias.

SORTEIO ELETRÔNICO DE RELATOR DE PROCESSOS

De acordo com o parágrafo único do artigo 28 do Regimento Interno e nos termos da Portaria da Presidência nº 9/2011, entre os dias 5 e 10 de setembro foi realizado sorteio eletrônico dos seguintes processos:

Processo: 003.334/2012-0
Interessado: CONGRESSO NACIONAL, EIT Construções S.A.
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro VALMIR CAMPELO

Processo: 031.606/2011-3
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Assunto fora de LUJ
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Processo: 008.119/2009-8
Interessado: FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - MS, Prefeitura Municipal de Alta Floresta - MT, DETRAN/MT/DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO-MT
Motivo do sorteio: Impedimento - Arts. 111 e 151, Inciso II do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Processo: 009.111/2008-6
Interessado: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - MS
Motivo do sorteio: Impedimento - Arts. 111 e 151, Inciso II do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro ANA ARRAES

Recurso: 014.174/2003-6/R001
Recorrente: Byron Costa de Queiroz/Ernani Jose Varela de Melo/Osmundo Evangelista Rebouças
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ JORGE

Recurso: 000.362/2004-2/R001
Recorrente: Moyses Placin Rodrigues
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO

Recurso: 004.996/2004-1/R001
Recorrente: Jaime Neres dos Santos/José Franco de Carvalho Lima/Lourival Tomás da Cruz
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ

Recurso: 013.668/2004-0/R003
Recorrente: Leonidas Gonzaga de Alcantara Junior
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 013.668/2004-0/R004
Recorrente: Jorge Nemetala José Filho
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 013.668/2004-0/R005
Recorrente: Flora Valladares Coelho/Eduardo Sérgio Holanda Araújo/Evandro Bessa de Lima Filho/Francisco Serafim de Barros/João Batista de Melo Bastos/MANCIO LIMA CORDEIRO/José Benevenuto Ferreira Virgolino/Jose Carlos Rodrigues Bezerra/Letício de Campos Dantas Filho/Milton Barbosa Cordeiro/José das Neves Capela/Maria de Belem Silva Cotta/Evandro Airton Arrais Rosa
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 016.789/2005-7/R001
Recorrente: Wilson Roberto de Oliveira
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO

Recurso: 013.012/2006-8/R002
Recorrente: PETROBRÁS S.A
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES

Recurso: 021.753/2009-8/R001
Recorrente: Otaviano Olavo Pivetta
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ JORGE

Recurso: 002.092/2010-7/R002
Recorrente: Almir Rezende
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Recurso: 015.529/2010-0/R001
Recorrente: SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL - MP
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: ANA ARRAES

Recurso: 015.529/2010-0/R002
Recorrente: MINISTÉRIO DA DEFESA (VINCULADOR)
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: ANA ARRAES

Recurso: 018.617/2010-7/R001
Recorrente: Dionízia Julio Damasco/Ivete Amaral/Maria Alice Barcelos
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO

IMPRENSA NACIONAL
MODELO DE ASSINANTE DA IMPRENSA

Recurso: 029.283/2010-8/R001
Recorrente: Antônio Alpendre dos Santos Neto
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ JORGE

Recurso: 029.283/2010-8/R002
Recorrente: Selma Zelandra Medeiros
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ JORGE

Recurso: 029.283/2010-8/R003
Recorrente: Sonia Maria Gomes Ferreira
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ JORGE

Recurso: 032.602/2010-3/R001
Recorrente: José Ferreira do Amaral
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO

Recurso: 011.268/2012-3/R001
Recorrente: Filipe Gama Campos Silva/Gabriel Gama Campos Silva
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Recurso: 012.880/2012-4/R001
Recorrente: AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ

REABERTURAS DE DISCUSSÃO

Reaberta a discussão do processo nº TC-010.552/2009-1 (Ata nº 30/2012), nos termos do § 5º do art. 112 do Regimento Interno, o Tribunal aprovou por unanimidade o Acórdão nº 2442.

Reaberta a discussão do processo nº TC-013.264/2006-5 (Ata nº 19/2012) nos termos do § 5º do art. 112 do Regimento Interno, o Tribunal aprovou por unanimidade o Acórdão nº 2443.

SUSTENTAÇÃO ORAL

Na apreciação do processo nº TC-028.416/2008-1, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes, o Sr. Sérgio Rodrigues de Mendonça Cosson não compareceu para produzir sustentação oral que havia requerido.

PROCESSOS TRANSFERIDOS DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE CARÁTER RESERVADO

Os processos nºs TC-014.218/2006-7 e TC-014.789/2011-6, a serem relatados pelos Ministros-Substitutos Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho, respectivamente, foram transferidos da pauta da sessão extraordinária de caráter reservada realizada nesta data.

PEDIDO DE VISTA

Nos termos do § 3º do art. 119 do Regimento Interno, deu-se prosseguimento à votação do processo nº 009.364/2009-9 (Ata nº 12/2012), cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro e o 1º revisor, o Ministro Aroldo Cedraz. A votação foi novamente suspensa, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro José Jorge com base no art. 119 do RI.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta os processos de nºs:

TC-018.944/2008-0, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues;

TC-032.429/2010-0, cujo relator é o Ministro José Múcio Monteiro;

TC-001.205/2008-8, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes; e

TC-020.929/2012-9 e TC-027.429/2008-5, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 2432 a 2440.

RELAÇÃO Nº 34/2012 - Plenário
Relator - Ministro VALMIR CAMPELO

ACÓRDÃO Nº 2432/2012 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal de Contas da União, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em autorizar a Secretaria de Controle Externo competente a apostilar o Acórdão nº 957/2012-TCU - Plenário, Sessão de 25/4/2012, para fins de correção de erro material, na forma a seguir:

- nos itens 3.2 e 9.7, fazer constar o nº correto do CNPJ da entidade "Cooperativa Iguaçu de Prestação de Serviços Ltda./Cooperiguaçu", de forma que onde se lê: "81.188.724/001-02", leia-se: "81.188.724/0001-02".

- nos itens 9.1 (3 ocorrências) e 9.3, fazer constar o nº correto do CNPJ da entidade "Cooperativa Iguaçu de Prestação de Serviços Ltda./Cooperiguaçu", de forma que onde se lê: "81.188.724-02", leia-se: "81.188.724/0001-02".

- no item 9.1, quando da última informação de solidariedade (fls. 2 do Acórdão), faltou a menção ao "Valor Histórico", como consta da proposta de encaminhamento (peça nº 133, fls. 20, item 134.4), "Valor Histórico: R$ 220.783,68 ", de forma que onde se lê:

"Responsáveis Solidários:
- Cooperativa Central Base de Serviços com Interação Solidária do Sudoeste do Paraná-Cresol Base Sudoeste (CNPJ n° 05.089.241/0001-72), Luiz Ademir Possamai (CPF nº 453.224.909-06) e Cooperativa Iguaçu de Prestação de Serviços Ltda./Cooperiguaçu (CNPJ n° 81.188.724-02).
Ocorrência: descumprimento do objeto pactuado e comprovação de despesas com notas inidôneas, caracterizando fraude na comprovação e direcionamento da licitação e conluio.
Data de ocorrência: 13/11/2006 - para Cresol e Sr. Alzimiro Thomé (data do repasse) 07/05/2007 - para Cooperiguaçu (data do Pregão nº 022007)."

leia-se:
"Responsáveis Solidários:
- Cooperativa Central Base de Serviços com Interação Solidária do Sudoeste do Paraná-Cresol Base Sudoeste (CNPJ n° 05.089.241/0001-72), Luiz Ademir Possamai (CPF nº 453.224.909-06) e Cooperativa Iguaçu de Prestação de Serviços Ltda./Cooperiguaçu (CNPJ n° 81.188.724/0001-02).
Ocorrência: descumprimento do objeto pactuado e comprovação de despesas com notas inidôneas, caracterizando fraude na comprovação e direcionamento da licitação e conluio.
Valor Histórico: R$ 220.783,68 (duzentos e vinte mil, setecentos e oitenta e três reais e sessenta e oito centavos).
Data de ocorrência: 13/11/2006 - para Cresol e Sr. Alzimiro Thomé (data do repasse) 07/05/2007 - para Cooperiguaçu (data do Pregão nº 022007)."

1. Processo TC-029.160/2010-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apenso: 027.130/2009-8 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.2. Responsáveis: Cooperativa Central Base de Serviços com Interação Solidária do Sudoeste do Paraná - Cresol Base Sudoeste (05.089.241/0001-72); Alzimiro Thomé (589.434.559- 68), ex-dirigente da Cresol; Luiz Ademir Possamai (453.224.909-06), ex-dirigente da Cresol; Cooperativa Iguaçu de Prestação de Serviços Ltda./Cooperiguaçu (81.188.724/0001-02); Cooperativa Pinhais de Prestação de Serviços Ltda./Cooperpinhais (09.177.354/0001-73); e Ecopinhais Prestadora de Serviços. Ltda./Ecopinhais (04.548.154/0001-73).
1.3. Órgão/Entidade: Cooperativa Central Base de Serviços com Interação Solidaria do Sudoeste do Paraná - Cresol Base Sudoeste (05.089.241/0001-72).
1.4. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PR (SECEX-PR).
1.7. Advogado constituído nos autos: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2433/2012 - TCU - Plenário

Considerando os pedidos de dilação de prazo (peça 66), para atendimento às audiências e oitivas decorrentes do Acórdão 1843/2012-TCU-Plenário;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "e" do Regimento Interno, em autorizar as prorrogações de prazo, por 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste acórdão:

1. Processo TC-007.081/2012-0 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Responsáveis: Delmar Pellegrini Filho (CPF 335.704.260-68); Hiratan Pinheiro da Silva (CPF 976.900.900-87); Pedro Luzardo Gomes (CPF 401.223.600-87); STE - Serviços Técnicos de Engenharia S.A. (88.849.773/0001-98); Iccila - Indústria, Comércio e Construções Ibage Ltda. (CNPJ 88.074.364/0001-67), líder do Consórcio Conpasul/Cotrel/Iccila/Momento.
1.2. Interessado: Congresso Nacional
1.3. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - MT
1.4. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: 2ª Secretaria de Fiscalização de Obras (SECOB-2).
1.7. Advogado constituído nos autos: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 36/2012 - Plenário
Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária

RELAÇÃO Nº 41/2012 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

ACÓRDÃO Nº 2434/2012 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência no Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o subitem 9.2. do Acórdão 2215/2012-TCU-Plenário, onde se lê: *"9.2. tornar insubsistentes os subitens 9.1.1.3, 9.1.2, 9.1.3, 9.1.4, 9.1.5 e 9.**16** do Acórdão 446/2011, Plenário"*, leia-se "*9.2. tornar insubsistentes os subitens 9.1.1.3, 9.1.2, 9.1.3, 9.1.4, 9.1.5 e 9.**1.6** do Acórdão 446/2011, Plenário"*, mantendo-se inalterados os demais termos do referido acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-010.327/2009-8 (RELATÓRIO DE LEVANTAMENTOS)
1.1. Apensos: 010.332/2009-8 (RELATÓRIO DE LEVANTAMENTOS)
1.2. Responsáveis: Enger Engenharia S/A (51.167.500/0001-53); Sondotecnica Engenharia de Solos S A (33.386.210/0001-19)
1.3. Interessados: Congresso Nacional; Enger Engenharia S/A (51.167.500/0001-53)
1.4. Órgão/Entidade: Secretaria de Infra-estrutura Hídrica - MI
1.5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.6. Representante do Ministério Público: não atuou
1.7. Unidade Técnica: 4ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-4).
1.8. Advogado constituído nos autos: não há.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 36/2012 - Plenário
Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária

RELAÇÃO Nº 43/2012 - Plenário
Relator - Ministro JOSÉ JORGE

ACÓRDÃO Nº 2435/2012 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso V, alínea *a*, do Regimento Interno, e o art. 42 da Resolução-TCU nº 191/2006, em considerar atendidas as determinações constantes dos subitens 9.1.1 a 9.1.10 do Acórdão nº 415/2010-TCU-Plenário, promover o seu apensamento ao processo TC- 014.780/2009-5 (Relatório de Auditoria Operacional) e encaminhar cópia desta deliberação à Secretaria de Saúde do Estado do Piauí:

1. Processo TC-029.393/2010-8 (MONITORAMENTO)
1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União
1.2. Órgão: Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Piauí
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex-PI)
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 36/2012 - Plenário
Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária

RELAÇÃO Nº 46/2012 - Plenário
Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

ACÓRDÃO Nº 2436/2012 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material o Acórdão 1.852/2012 - TCU - Plenário, prolatado na Sessão de 18/7/2012, Ata nº 27/2012, relativamente ao item 3, para que, onde se lê "Maria Francélia da Silva Schimidt", leia-se "Maria Francélia da Silva Schmidt", mantendo-se os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.295/2010-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Maria Luiza da Silva (894.242.808-82); Maria Francélia da Silva Schmidt (032.503.688-81) e Ana Rita da Silva Galesi (136.058.238-07)
1.2. Unidade: Gerência Executiva do INSS - São Paulo Centro/SP
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SP (SECEX-SP)
1.6. Advogados constituídos nos autos: João Gomes da Silva (OAB/SP 50.890) e Paulo José de Almeida Brito (OAB/SP 158.104)
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 2437/2012 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 237 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la improcedente, indeferindo o pedido de medida cautelar, tendo em vista a inexistência dos pressupostos necessários para sua concessão, arquivando-a e dando ciência ao representante com o envio de cópia da respectiva instrução, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.230/2012-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Diana Paolucci S/A Indústria e Comércio (60.715.703/0001-28)

1.2. Unidade: Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: 1ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-1)

1.6. Advogado constituído nos autos: não há

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

Ata n° 36/2012 - Plenário
Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária

RELAÇÃO Nº 39/2012 - Plenário
Relatora - Ministra ANA ARRAES

ACÓRDÃO Nº 2438/2012 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, com fundamento no art. 237 do Regimento Interno, em conhecer desta representação, considerá-la procedente e arquivar os autos, nos termos do art. 250, inciso II, do Regimento Interno, sem prejuízo de fazer as determinações abaixo.

1. Processo TC-003.227/2011-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Classe de Assunto: VII.

1.2. Responsável: Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Rio de Janeiro - SPU/RJ (CNPJ 00.489.828/0021-07).

1.3. Interessada: Procuradoria da Fazenda Nacional (CNPJ 05.464.879/4564-65).

1.4. Unidade: Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Rio de Janeiro.

1.5. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.6. Representante do Ministério Público: não atuou

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex-RJ).

1.8. Advogado: não há.

1.9. determinar à Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Rio de Janeiro - SPU/RJ a adoção, no prazo de prazo de 180 dias, de providências para :

1.9.1.finalização do processo de desmembramento do RIP primitivo 6001.0003592-04, objetivando a criação de RIPs específicos para as unidades representadas pelos apartamentos 1.001 e 1.201, à semelhança do ocorrido com as demais 13 unidades integrantes (11 apartamentos e 2 lojas) do Edifício Himalaya, imóvel situado à Avenida Atlântica, 1896, Copacabana, Rio de Janeiro/RJ;

1.9.2. perfeita identificação dos proprietários dos mencionados apartamentos 1.001 e 1.201 do aludido Edifício Himalaya e exata quantificação dos débitos atinentes a taxas de ocupação, foros e laudêmios vencidos oriundos dos referidos imóveis, de forma a subsidiar, nos termos dos normativos que regem a matéria, a cobrança dos valores devidos;

1.9.3. avaliação da possibilidade de extinção do RIP primitivo 6001.0003592-04 tão logo estejam saneadas as pendências a ele correlacionadas, inclusive a desvinculação das duas últimas unidades ainda a ele atreladas, apartamentos 1.001 e 1.201 do já mencionado Edifício Himalaya;

1.9.4. cobrança, nos termos dos regulamentos internos do SPU, das unidades representadas pelos apartamentos 301(RIP 6001003325696), 401(RIP 6001002395429), 701(RIP 6001000359476), 901(RIP 6001011401673), 1301(RIP 6001003343325), Loja A (RIP 6001002465575) e Loja B (RIP 6001002465656) do citado Edifício Himalaya, por se encontrarem inadimplentes com relação às suas obrigações correlacionadas com as taxas de ocupação e foros devidos à União em 30/4/2012;

1.9.5. aprimorando dos controles internos do cadastramento de imóveis e de proprietários de imóveis situados em terras de marinha, com vistas à identificação do contribuinte foreiro e quantificação de débitos para fins de cobrança e, quando for o caso, inscrição na Divida Ativa da União, em conformidade com a IN SPU 1/2007, que dispõe sobre lançamento e cobrança de créditos originados de receitas patrimoniais;

1.9.6. no âmbito do Estado do Rio de janeiro, imediato saneamento das inconsistências cadastrais apontadas na Portaria SPU 85/2012 e que foram alvo do processo SPU 04905.000885/2012-56;

1.9.7. a partir do saneamento das inconsistências cadastrais mencionadas no item anterior, efetivar a identificação do contribuinte foreiro e do imóvel localizado em terreno de marinha, bem como para quantificação de débitos existentes e justa cobrança de foros, laudêmios e taxas de ocupação referentes aos Registros de Imóveis Patrimoniais - RIP correlacionados com os citados normativo e processo;

1.10. determinar à Secex/RJ o monitoramento das determinações acima;

1.11. dar ciência da presente deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao representante.

ACÓRDÃO Nº 2439/2012 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, com fulcro no art. 237, inciso IV, do Regimento Interno, em conhecer desta representação, considerá-la parcialmente procedente e arquivar este processo, uma vez que cumpriu o objetivo para o qual foi constituído, na forma do art. 169, inciso V, do Regimento Interno, sem prejuízo de remeter ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica.

1. Processo TC-008.694/2012-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Classe de Assunto: VII.

1.2. Interessado: Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso (CNPJ 15.024.128/0001-62).

1.3. Unidade: Secretaria de Estado de Transportes e Pavimentação Urbana de Mato Grosso.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (Secex-MT).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 36/2012 - Plenário
Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária

RELAÇÃO Nº 34/2012 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 2440/2012 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de monitoramento do cumprimento de determinações contida em deliberação proferida pela Primeira Câmara nos autos do TC-800.049/1998-5 - Relação 25/99, de 23/03/1999, e pelo Plenário, por meio do acórdão 181/2012.

Considerando que a deliberação da Primeira Câmara havia determinado à Delegacia de Administração do Ministério da Fazenda no Acre - Damf/AC, atual Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Acre -Samf/AC, que suspendesse "todos os pagamentos de acréscimos sobre remuneração posterior às respectivas datas-bases, dos servidores beneficiados pelas seguintes sentenças judiciais, dispensando-se a reposição das quantias pagas (enunciado 106 da Súmula do TCU) até ciênciada decisão que vier a ser proferida pelo Tribunal".

Considerando que o cumprimento dessa determinação foi temporariamente obstado, em alguns casos, por sentenças judiciais que determinaram a manutenção dos pagamentos até que apreciado o mérito da questão.

Considerando que, julgados o mérito dessas ações, e afastados os óbices ao cumprimento da deliberação da Primeira Câmara, a referida deliberação do Plenário determinou que os órgãos empregadores dos servidores beneficiários dos pagamentos irregulares apresentassem, no prazo de 60 dias, comprovação da cessação dos pagamentos objeto do referido acórdão da Primeira Câmara, que poderiam ter sido efetuados até outubro de 2009, no máximo, dispensada a restituição de valores até essa data.

Considerando que a Procuradoria da União, a Superintendência da Polícia Federal, a Superintendência Estadual do Patrimônio da União no ACre, a Superintendência da Administração do Ministério da Fazenda em Rondônia e a Fundação Universidade Federal do Acre - Fufac cumpriram integralmente as determinações desta Corte.

Considerando que a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Rio Branco/AC, a Superintendência do Ministério da Fazenda em Santa Catarina, a Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Acre, e a Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel cumpriram apenas parcialmente ou descumpriram as determinações deste Tribunal, pelo que se faz necessário reiterar as determinações já expedidas.

Considerando que a beneficiária inicialmente relacionada como lotada na Delegacia da Receita Feceral em Aracajú encontra-se lotada, em verdade, na Procuradoria da Fazenda Nacional no Acre, pelo que a determinação específica deve ser corrigida.

Considerando que as informações agora acostadas aos autos demonstraram a necessidade retificar nomes ou de incluir beneficiários dos pagamentos irregulares aqui tratados que não haviam sido nominalmente relacionados na deliberação anterior, pelo que se faz necessário expedir determinações que corrijam os erros observados.

Considerando que a presente deliberação apenas reitera e corrige os termos da deliberação anterior, sem qualquer inovação na questão de fundo.

Considerando que as análises e sugestões apresentadas pela unidade técnica em sua instrução data da de 02.08.2012 encontram-se completas e suficientes para a continuidade da instrução dos autos, pelo que devem ser acolhidas.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, por unanimidade, em:

a) considerar que a Procuradoria da União no Estado do Acre, Superintendência da Polícia Federal no Acre, Superintendência Estadual do Patrimônio da União - Acre, Superintendência da Administração do Ministério da Fazenda em Rondônia e a Fundação Universidade Federal do Acre - Fufac cumpriram integralmente o que lhes foi determinado no item 9.1 do Acórdão 181/2012-TCU-Plenário;

b) tornar insubsistente a determinação contida no item 9.1 do Acórdão 181/2012-TCU-Plenário relativamente à Delegacia da Receita Federal do Brasil em Aracajú;

c) dar ciência:

c.1) à Delegacia da Receita Federal do Brasil em Rio Branco, à Superintendência da Administração do Ministério da Fazenda em Santa Catarina - Samf/SC e à Superintendência da Administração do Ministério da Fazenda no Acre - Samf/AC que a decisão constante do Acórdão proferido pela Primeira Câmara, em 23/03/1999, no âmbito do TC 800.049/1998-5, c/c os itens 9.1 e 9.3 do Acórdão 181/2012-TCU-Plenário, não foi por elas integralmente cumprida, haja vista a omissão quanto à adoção de providências para o integral ressarcimento dos valores indevidamente pagos após outubro de 2009;

c.2) à Superintendência da Administração do Ministério da Fazenda no Acre - Samf/AC, sobre o descumprimento do Acórdão proferido pela Primeira Câmara, em 23/03/1999, no âmbito do TC 800.049/1998-5, c/c os itens 9.1 e 9.3 do Acórdão 181/2012-TCU-Plenário, tendo em vista que não houve cessação dos pagamentos em benefício da Sra. Coralia Barros Silva (beneficiária de pensão instituída pelo Sr. Antonio Moraes da Silva) e do Sr. Germano Rubim Cabral e Silva, decorrentes de sentenças judiciais cujos efeitos exauriram-se, nos termos da jurisprudência desta Corte de Contas esposada nos Acórdãos 1.720/2006-TCU-2ª Câmara e 155/2010 - Segunda Câmara;

c.3) à Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, sobre o descumprimento do Acórdão proferido pela Primeira Câmara, em 23/03/1999, no âmbito do TC 800.049/1998-5, c/c os itens 9.1 e 9.3 do Acórdão 181/2012-TCU-Plenário, tendo em vista que não houve cessação dos pagamentos em benefício da Sra. Edila Neile Pires da Silva, decorrentes de sentenças judiciais cujos efeitos exauriram-se, nos termos da jurisprudência desta Corte de Contas esposada nos Acórdãos 1.720/2006-TCU-2ª Câmara e 155/2010 - Segunda Câmara;

d) reiterar o entendimento firmado no Acórdão 181/2012-TCU-Plenário, e determinar:

d.1) à Delegacia da Receita Federal do Brasil em Rio Branco, à Superintendência da Administração do MF em Santa Catarina e à Superintendência da Administração do MF no Acre, que, no prazo de 60 (sessenta dias), demonstrem as providências adotadas com vistas a efetivar o integral ressarcimento ao erário dos valores indevidos pagos após outubro de 2009, conforme decidido no Acórdão proferido pela Primeira Câmara, em 23/03/1999, no âmbito do TC 800.049/1998-5, c/c os itens 9.1 e 9.3 do Acórdão 181/2012-TCU-Plenário;

d.2) à Superintendência da Administração do Ministério da Fazenda no Acre - Samf/AC, que, no prazo de 60 (sessenta) dias, apresente a este Tribunal comprovação (a) da cessação dos pagamentos objeto do Acórdão proferido pela Primeira Câmara, em 23/03/1999, no âmbito do TC 800.049/1998-5, em benefício da Sra. Coralia Barros Silva (beneficiária de pensão instituída pelo Sr. Antonio Moraes da Silva) e do Sr. Germano Rubim Cabral e Silva, e (b) das providências adotadas com vistas a efetivar o integral ressarcimento ao erário dos valores indevidos pagos aos referidos beneficiários após outubro de 2009, conforme determinado pela aludida decisão, c/c os itens 9.1 e 9.3 do Acórdão 181/2012-TCU-Plenário;

d.3) à Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, que, no prazo de 60 (sessenta) dias, apresente a este Tribunal comprovação (a) da cessação dos pagamentos objeto do Acórdão proferido pela Primeira Câmara, em 23/03/1999, no âmbito do TC 800.049/1998-5, em benefício da Sra. Edila Neile Pires da Silva, e (b) das providências adotadas com vistas a efetivar o integral ressarcimento ao erário dos valores indevidos pagos à servidora após outubro de 2009, conforme determinado pela aludida decisão, c/c os itens 9.1 e 9.3 do Acórdão 181/2012-TCU-Plenário;

e) determinar à Secex/AC que monitore, nestes mesmos autos, o cumprimento das determinações constantes dos itens retro;

f) autuar processo de representação, com fulcro no art. 237, inciso VI, do Regimento Interno/TCU, para apuração de possíveis irregularidades relativa à percepção da parcela referente a plano econômico por parte dos autores dos mandados de segurança n. 2005.30.00.000680-7 e 2005.30.00.000544-9 (peça 33), bem como da Ação Ordinária 97.760-0 (peça 26), todas ajuizadas perante a Justiça Federal - Seção Judiciária do Acre, vinculados à Delegacia da Receita Federal do Brasil em Rio Branco (item 12) e à Superintendência da Administração do Ministério da Fazenda no Acre - Samf/AC;

g) autuar processo de representação, com fulcro no art. 237, inciso VI, do Regimento Interno/TCU, para apuração de indício de ilegalidade praticada no âmbito da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Aracaju/SE), consistente na percepção de valores decorrentes de decisão judicial referente a plano econômico por parte de servidores da unidade irregularmente, consoante item 15 da instrução;

h) dar ciência do presente acórdão aos órgãos referenciados nos itens anteriores;

1. Processo TC-022.871/2009-6 (Monitoramento)

1.1. Responsável: Andréia Maria Costa Santos (078.961.072-87)

1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Acre - Samf/AC.

1.3. Relator: Auditor Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade técnica: 6ª Secex.

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

Ata n° 36/2012 - Plenário
Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária

VEDADA A VENDA E ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário proferiu os Acórdãos de nºs 2441 a 2478, a seguir transcritos e incluídos no Anexo III desta Ata, juntamente com os relatórios e votos em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 2441/2012 - TCU - Plenário

1. Processo TC 028.416/2008-1.
2. Grupo I - Classe I - Recurso de Revisão.
3. Recorrente: Gilmar Alves Pinheiro (CPF 365.185.573-20).
4. Unidade: Município de Praia Norte/TO.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro Valmir Campelo.
6. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.
8. Advogado: José Renard de Melo Pereira (OAB/TO 215-A).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de revisão interposto pelo Sr. Gilmar Alves Pinheiro, prefeito de Praia Norte/TO, contra o acórdão 3.356/2010 - 1ª Câmara, mantido pelo acórdão 1.370/2012 - 1ª Câmara,
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária do Plenário, ante as razões expostas pela relatora, em:
9.1. com fulcro nos arts. 35 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 288 do Regimento Interno, não conhecer do recurso de revisão, eis que não preenchidos os requisitos de admissibilidade;
9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 36/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2441-36/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2442/2012 - TCU - Plenário

1. Processo TC 010.552/2009-1.
2. Grupo II - Classe V - Levantamento de Auditoria.
3. Interessado: Congresso Nacional.
3.1. Responsáveis: Almir Guilherme Barbassa (CPF 012.113.586-15); Antônio Luiz Coelho dos Santos Neto (CPF 849.259.576-00); Carioca Christiani Nielsen S.A. (CNPJ 40.450.769/0001-26); Carlos Eduardo Sardenberg Bellot (CPF 490.791.077-00); Concremat Engenharia e Tecnologia S.A. (CPF 33.146.648/0001-20); Eduardo Backheuser (CPF 013.865.967-28); Guilherme Saber de Assis (CPF 052.582.666-13); Guilherme de Oliveira Estrella (CPF 012.771.627-00); João Jorge Vieira Sampaio (CPF 275.681.307-97); Jorge Luiz Zellada (CPF 447.164.787-34); Jorge Luiz de Melo França (CPF 486.771.407-00); José Fernandes Matos (CPF 673.806.547-72); José Sérgio Gabrielli de Azevedo (CPF 042.750.395-72); Luis Carlos Queiroz de Oliveira (CPF 080.526.797-29); Marcelo da Silva Mendonça (CPF 006.179.367-14); Marcus Vinicius Guanabara Corso (CPF 591.971.707-63); Maria das Graças Silva Foster (CPF 694.772.727-87); Mário Sérgio Azevedo de Oliveira (CPF 245.747.087-00); Paulo Roberto Costa (CPF 302.612.879-15); Pedro José Barusco Filho (CPF 987.145.708-15); Renato de Souza Duque (CPF 510.515.167-49); Ricardo Pernambuco Backheuser Junior (CPF 002.219.087-22); Roberto José Teixeira Gonçalves (CPF 389.831.847-87); Simon Ricardo Sanandres (CPF 466.725.167-00); Sérgio dos Santos Arantes (CPF 335.417.367-04); Wellington Luiz Petris (CPF 024.543.147-03).
4. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras 3 - Secob-3.
8. Advogados: Percival José Bariani Júnior (OAB/SP 252.566); Nelson Sá Gomes Ramalho (OAB/RJ 67.460); Tude José Cavalcante Brum de Oliveira (OAB/RJ 119.500); Nilton Antônio de Almeida Maia (OAB/RJ 67.460); Idmar de Paula Lopes (OAB/DF 24.882); Bruno Henrique de Oliveira Ferreira (OAB/DF 15.345); Hélio Siqueira Júnior (OAB/RJ 62.929).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de levantamento de auditoria realizado nas obras de implantação de terminal para ampliação da capacidade de escoamento de GLP e C5+, financiadas pela Petrobras e executadas no município de Barra do Riacho, no Estado do Espírito Santo.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária do Plenário, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 26; 28, inciso II; e 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 215, 216, 217 e 219 do Regimento Interno, em:
9.1. acolher as razões de justificativa apresentadas pelos Srs. Pedro José Barusco Filho, Almir Guilherme Barbassa, Guilherme de Oliveira Estrella, Jorge Luiz Zellada, Paulo Roberto Costa, Renato de Souza Duque, Maria das Graças Silva Foster, Carlos Eduardo Sardenberg Bellot, Luiz Carlos Queiroz de Oliveira, Marcus Vinicius Guanabara Corso, Jorge Luiz de Melo França, José Fernandes Matos e Guilherme Saber de Assis, Antônio Luiz Coelho dos Santos Neto, Marcelo da Silva Mendonça, Simon Ricardo Sanandres e Sérgio dos Santos Arantes;
9.2. determinar à Petrobras que:
9.2.1. em até 45 (quarenta e cinco) dias após a revisão do procedimento de ressarcimento dos custos de paralisação por ocorrência de chuvas, encaminhe ao TCU os aditivos contratuais firmados nas avenças relativas às obras do Terminal de Barra do Riacho;
9.2.2. não realize pagamentos a título de ressarcimento dos custos de paralisação por ocorrência de chuvas nas obras do Terminal de Barra do Riacho até que o novo procedimento esteja concluso;
9.3. determinar à Secob-3 que:
9.3.1. avalie a conveniência e oportunidade de se realizar trabalho específico acerca dos critérios utilizados pela Petrobras em suas licitações para a classificação das empresas a serem convidadas, com o objetivo de verificar a existência de falhas ou irregularidades nos procedimentos;
9.3.2. constitua processo específico para verificação do cumprimento dos itens 9.2.1 e 9.2.2;
9.4. juntar cópia desta deliberação, do voto e do relatório que a fundamentam, bem como da instrução da unidade técnica às folhas 378-442, ao TC 033.371/2010-5, que trata da prestação de contas da Petrobras do exercício de 2009, para que eventuais inobservâncias sistemáticas de critérios editalícios sejam avaliadas no âmbito da gestão da Estatal;
9.5. com fundamento no art. 33 da Resolução TCU 191/2006, apensar estes autos ao TC 009.832/2010-6, para que naquele processo seja avaliada a irregularidade relativa à execução de serviços sem autorização dos órgãos competentes;
9.6. dar ciência desta deliberação à Petróleo Brasileiro S/A. - Petrobras, à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq e à Secretaria do Patrimônio da União - SPU;
9.7. restituir os autos à Secob-3, para adoção das medidas processuais determinadas.

10. Ata n° 36/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2442-36/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Raimundo Carreiro, José Jorge (Revisor), José Múcio Monteiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2443/2012 - TCU - Plenário

1. Processo TC 013.264/2006-5.
1.1. Apenso: TC 004.101/2005-2.
2. Grupo II - Classe VII - Representação (revisão de ofício de aposentadoria).
3. Interessado: Jorge Ribeiro Soares (CPF 059.654.971-72).
4. Unidade: Tribunal de Contas da União.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
5.1. Relator da deliberação contestada: ministro-substituto Lincoln Magalhães da Rocha.
6. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Paulo Soares Bugarin e Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado (manifestação oral).
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Advogado: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia, no bojo de representação do Ministério Público junto ao Tribunal, revisão de ofício do acórdão 828/2005 - 2ª Câmara (relação 8/2005 - gabinete do ministro-substituto Lincoln Magalhães da Rocha), que considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria do Sr. Jorge Ribeiro Soares, servidor deste Tribunal,
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária do Plenário, diante das razões expostas pela relatora, com fundamento nos artigos 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, e 260, § 2º, do Regimento Interno, em:
9.1. manter inalterada a apreciação pela legalidade do ato de concessão de aposentadoria em favor do Sr. Jorge Ribeiro Soares levada a efeito pelo acórdão 828/2005 - 2ª Câmara, tendo em vista que já transcorreu o prazo previsto para a revisão de ofício, bem como que não há evidências de má-fé por parte do interessado;
9.2. determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo que adote as providências de sua alçada no sentido de estabelecer orientações específicas para que, nos processos que tratem de revisão de ofício da apreciação de atos de pessoal sujeitos a registro, não venham a ocorrer fatos como os que foram identificados neste feito, os quais impediram a revisão de ofício no prazo decadencial previsto; e
9.3. dar ciência desta deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentaram, ao representante e ao interessado.

10. Ata n° 36/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2443-36/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge (Revisor), José Múcio Monteiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2444/2012 - TCU - Plenário

1. Processo TC 003.334/2012-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Relatório de Auditoria).
3. Recorrente: Consórcio EIT/EDECONSIL/PB.
4. Unidade: Companhia de Saneamento ambiental do Maranhão - Caema.
5. Relator: Ministro Valmir Campelo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.
8. Advogados constituídos nos autos: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546) e Álvaro Luiz Miranda Costa Júnior (OAB/DF 29.760).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pedidos de Reexame interpostos pelo Consórcio EIT/EDECONSIL/PB contra os termos do Acórdão 1.528/2012 - TCU - Plenário, mediante o qual o Tribunal decidiu fixar o prazo de 15 (quinze) dias para que a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - Caema adotasse as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, consistente na anulação do julgamento da fase de habilitação da Concorrência 3/2011 e os atos subsequentes relativos à habilitação do mencionado Consórcio.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária do Plenário, com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, ante as razões expostas pelo Relator:
9.1. conhecer do presente Pedido de Reexame para, no mérito, dar-lhe provimento, para tornar insubsistente o subitem 9.1 do Acórdão 1.528/2012 - TCU - Plenário; e
9.2. dar ciência desta deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam ao recorrente, à Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - Caema, ao Ministério das Cidades, à Caixa Econômica Federal, à Secex/MA, à 2ª Secex, à 6ª Secex e ao Juízo da Comarca de Jaguaruana/CE, onde tramita a Ação de Recuperação Judicial 3129-55.2011.8.06.0108, de interesse da empresa EIT - Empresa Industrial Técnica S/A.

10. Ata n° 36/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2444-36/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.
13.3. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.4. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2445/2012 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.106/2009-6.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I Pedido de reexame (Relatório de Auditoria)
3. Interessados/Recorrente:
3.1. Interessados: Congresso Nacional; Netafim Brasil Sistemas e Equipamentos de Irrigação Ltda (00.549.740/0001-81);
3.2. Recorrente: Netafim Brasil Sistemas e Equipamentos de Irrigação Ltda (00.549.740/0001-81).
4. Entidade: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf.
5. Relator: Ministro Valmir Campelo
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo - SE (SECEX-SE).
8. Advogado constituído nos autos: Marcos Rogério dos Santos (OAB/SP 209.310)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto por Netafim Brasil Sistemas e Equipamentos de Irrigação Ltda. em face do item 9.2.1 do Acórdão 2292/2010-TCU-Plenário.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com base no art. 32, parágrafo único, da Lei 8.443/1992 e nos artigos 285, §2º, e 286 do Regimento Interno, não conhecer do recurso;
9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente e à Codevasf.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

10. Ata n° 36/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2445-36/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2446/2012 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 016.457/2012-9
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Assunto: Monitoramento
3. Entidade: Caixa Econômica Federal - Caixa
4. Relator: Ministro Valmir Campelo
5. Interessado: Tribunal de Contas da União; 2ª Secretaria de Controle Externo
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: 2ª Secretaria de Controle Externo - Secex-2
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de monitoramento do cumprimento da determinação constante do item 9.1 do Acórdão 1079/2012-TCU-Plenário, proferido nos autos do TC 001.585/2012-6, atinente a contrato de financiamento, firmado pela Caixa Econômica Federal com o governo do Estado de Mato Grosso, para obra de mobilidade urbana relacionada com os preparativos para a Copa do Mundo de 2014.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar integralmente cumprida a determinação constante do item 9.1 do Acórdão 1079/2012-TCU-Plenário;
9.2. apensar os presentes autos ao processo TC 001.585/2012-6, no qual foi proferida a determinação monitorada;
9.3. dar tratamento sigiloso à peça oito dos presentes autos, nos termos dos arts. 9º e 10 da Resolução TCU 191/2006 e do art. 6º, VII, da Resolução TCU 229/2009, tendo em vista a natureza das informações apresentadas;
9.4. dar ciência deste Acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, à Caixa Econômica Federal e ao Ministério das Cidades.

10. Ata n° 36/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2446-36/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2447/2012 - TCU - Plenário

1. Processo TC 013.605/2012-7.
2. Grupo I - Classe V - Relatório de Auditoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Congresso Nacional.
3.2. Responsável: Neucimar Ferreira Fraga (818.247.267-91).
4. Órgãos/Entidades: Caixa Econômica Federal - MF; Ministério das Cidades (vinculador); Prefeitura Municipal de Vila Velha - ES.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras 3 (Secob-3).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de fiscalização (Fiscobras 2012) realizada em atenção ao Acórdão 367/2012 - Plenário, que cuida de auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Vila Velha/ES (PMVV), na Caixa Econômica Federal (CEF) e no Ministério das Cidades (MCidades), no período compreendido entre 7/5/2012 e 29/6/2012, com o objetivo de fiscalizar as obras de macrodrenagem do Canal do Congo em Vila Velha/ES - Lote 3.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento no inciso II do art. 250 do RI/TCU, determinar à Prefeitura de Vila Velha/ES que encaminhe à 3º Secretaria de Fiscalização de Obras (Secob 3) do Tribunal de Contas da União, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após a publicação, cópia do edital de licitação que tenha por objeto a obra prevista no Edital de Concorrência 19/2012, revogado em 12/6/2012;
9.2. dar ciência à Caixa Econômica Federal acerca da ausência, no orçamento previsto para a execução dos serviços previstos no âmbito das sub-bacias 11 e 12, de trecho de 1.226 metros de extensão de bueiro duplo celular de concreto armado - BDCC 2,50 x 1,50 m, que deveria ter sido verificada na elaboração do Laudo de Análise de Empreendimento - LAE, emitido em 27/2/2012, o que afronta o disposto no art. 6º, inciso IX, alínea f da Lei 8.666/1993;
9.3. dar ciência à Prefeitura de Vila Velha/ES acerca das seguintes impropriedades, detectadas no Edital de Concorrência 19/2012, revogado em 12/6/2012, com a finalidade de que tais impropriedades não se repitam na realização de nova licitação para a obra em questão:
9.3.1. equívoco na orçamentação do item bueiro duplo fechado de concreto celular - BDCC 2,50 x 1,00 m, o que acarretou um sobrepreço de R$ 230.171,00 (duzentos e trinta mil cento e setenta e um reais), em afronta ao disposto no art. 125 da Lei 12.465/2011-LDO 2012;
9.3.2. não previsão do serviço de "Mobilização e Desmobilização" de forma direta no orçamento base do Edital de Concorrência 019/2012, ensejando às licitantes, na elaboração das propostas comerciais, a previsão de tais despesas, ainda que de forma não explícita, no custo indireto do empreendimento, o que afronta a jurisprudência deste TCU, consubstanciada, entre outros, nos Acórdãos 325/2007 e 2.369/2011, ambos do Plenário;
9.3.3. inclusão do item Administração Local na composição da taxa de Bonificações e Despesas Indiretas, o que afronta a jurisprudência deste TCU, consubstanciada, entre outros, nos Acórdãos 325/2007 e 2.369/2011, ambos do Plenário;
9.3.4. potencial restrição à competitividade decorrente de critérios inadequados de habilitação e julgamento, principalmente no que se refere à exigência de: (i) comprovação de que o(s) responsável(is) técnico(s) e a licitante detenham vínculo empregatício já no momento de apresentação das propostas; (ii) qualificação técnico-operacional em item sem grande complexidade técnica (destinação final de resíduos provenientes de limpeza, escavação e dragagem de solo mole) e (iii) apresentação de atestado de participação obrigatória na reunião/visita técnica, em afronta a jurisprudência deste TCU consubstanciada, entre outros, na Súmula 263/2011 e nos Acórdãos 1.178/2010 e 2.295/2005, ambos do Plenário;
9.3.5. ausência de especificação dos critérios de reajuste dos preços, no edital e na minuta de contrato, em afronta ao disposto nos artigos 40, Inciso XI e 55, Inciso III da Lei 8.666/1993;
9.3.6. ausência de critérios de medição para o serviço de destinação final de resíduos de macrodrenagem - classe II (material proveniente da limpeza, escavação e dragagem de solo mole), que é materialmente relevante, representando 18,64% do valor total estimado da obra, em afronta ao disposto art. 6, Inciso IX da Lei 8666/1993;
9.4. enviar cópia do Acórdão que vier a ser proferido, bem como do Voto e do Relatório que o fundamentarem, ao Ministério das Cidades, à Caixa Econômica Federal e à Prefeitura do Município de Vila Velha/ES.
9.5. arquivar o presente processo após as devidas comunicações.

10. Ata n° 36/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2447-36/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2448/2012 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 018.715/2012-5.
2. Grupo I - Classe II - Solicitação do Congresso Nacional.
3. Interessado: Senado Federal.
4. Órgão/Unidade: não há.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de solicitação oriunda do Congresso Nacional, de autoria do Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, Ex^mo Sr. Deputado Federal Marcelo Matos, acerca de avaliações ou inspeções recentes realizadas pelo TCU nos contratos de manutenção preventiva e corretiva dos terminais de passageiros do aeroporto do Galeão/RJ.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1 com fundamento no artigo 4º da Resolução-TCU 215/2008, conhecer da presente Solicitação;
9.2 responder ao solicitante que há quatro processos recentes neste Tribunal de Contas tratando de fiscalização de editais de licitação ou contratos relacionados aos terminais de passageiros do aeroporto do Galeão/RJ, conforme quadro informativo a seguir:

Processo	Objeto	Tipo de processo	Situação	Relator
011.742/2010-0	Obras de revitalização e modernização do terminal de passageiros 2, objeto do Contrato TC0111-EG/2008/0061	Relatório de Auditória	Com determinação de arquivamento (Acórdão 2.509/2011-TCU-Plenário)	Min. Valmir Campelo
015.614/2010-7	Irregularidades no Contrato 0001-LM/2010/0158, locação, instalação e operação de unidades condicionadoras de ar, destinadas a reforçar o sistema de climatização do AIRJ	Representação	. Com determinação de arquivamento (Acórdão 3.643/2012-TCU-1ª Câmara)	. Min. Walton Alencar Rodrigues
. 013.455/2011-7	. Obras de reforma e adequação do terminal de passageiros 1. Na ocasião da auditoria não havia edital de licitação publicado ou contrato vigente	. Relatório de Auditória	. Encerrado	. Min. Valmir Campelo
. 036.094/2011-0	Obras de reforma e adequação do terminal de passageiros 1, objeto da licitação RDC presencial 003/DALC/SBGL/2011. Não havia contrato assinado na ocasião	Relatório de Auditória	Encerrado	Min. Valmir Campelo

9.3 encaminhar ao demandante cópia eletrônica das últimas deliberações colegiadas prolatadas nos citados processos;
9.4 arquivar o presente processo.

10. Ata n° 36/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2448-36/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2449/2012 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 007.920/2012-1
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria
3. Interessado: Congresso Nacional.
4. Ógão(s)/Entidades(s): Companhia de Eletricidade do Acre (Eletroacre), Grupo Eletrobras
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade(s) Técnica(s): SECEX-AC/Secob-3
8. Advogado constituído nos autos: Mariana Araújo Becker (OAB/DF 14.675); Beatriz Helena C.Nunes (OAB/DF 29.059)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de Relatório de Auditoria (Fiscobras 2012) realizada na Companhia de Eletricidade do Acre, Grupo Eletrobras, no Edital da Concorrênci 005/2012 - - Cepisa, relativamente à Temática "Luz para Todos",
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. dar ciência à Eletrobras Distribuição Acre e à Eletrobras Distribuição Piauí sobre as seguintes ocorrências:
9.1.1. utilização de critério de aceitabilidade de preços unitários (item 8.9.1 do Edital de Concorrência Cepisa 005/2012) com fixação de faixa de variação (acréscimo de até 30%) em relação aos preços de referência de itens constantes nas planilhas orçamentárias, o que afronta o disposto no art. 40, inciso X, da Lei 8.666/1993, no art. 125, caput, da Lei 12.465/2011 (LDO 2012) e nos Acórdãos 3977/2009 - 2ª Câmara, 2000/2009 - 2ª Câmara e 87/2008 - Plenário;
9.1.2. utilização de percentual de 5% de imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS, indiscriminadamente, na composição de BDI de orçamentos referentes à Concorrência Cepisa 005/2012, sem observar a alíquota efetiva de cada município, o que afronta o princípio da economicidade e legislação tributária dos municípios, como a Lei Municipal de Rio Branco/AC 1.508/2003 e Lei Municipal de Cruzeiro do Sul 479/2007, exemplificativamente;
9.1.3. utilização de percentuais de PIS e Cofins (1,65% e 7,60%), previstos para o regime não cumulativo, na composição de BDI sobre mão de obra, no orçamento da Concorrência Cepisa 005/2012, destinada à contratação de empresas de construção civil por administração, empreitada ou subempreitada, o que afronta o disposto no art. 10, inciso XX, c/c art. 15, inciso V, da Lei 10.833/2003, pois tais empresas continuam submetidas ao regime cumulativo (alíquota de 0,65% e 3,00%, PIS/Cofins) até 31/12/2015 (Lei 12.375/2010);
9.1.4. inclusão de despesas que não deveriam figurar como custos indiretos (inclusão de custos com moveis e utensílios e alojamento), na composição de BDI sobre mão de obra no âmbito de orçamento da Concorrência Cepisa 005/2012, o que afronta farta jurisprudência do TCU (Acórdãos TCU 1471/2008, 1801/2008, 1947/2008, 2029/2008, 2062/2008, 2875/2008, 2524/2008, todos do Plenário);

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.1.5. ausência das Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) dos responsáveis pela elaboração do projeto básico e das planilhas orçamentárias que serviram de suporte para realização da Concorrência Cepisa 005/2012, o que afronta o disposto no art. 1º da Lei 6.496/1977, no art. 125, §4º, da Lei 12.465/2011 (LDO 2012), no art. 1º da Resolução Confea 425/1998, no art. 7º da Resolução Confea 361/1991 e na Súmula-TCU 260;

9.1.6 não inclusão, nas planilhas orçamentárias, das fontes de informação (referências) que embasaram os custos unitários dos itens que compõem os lotes 25 a 40 do Edital de Concorrência Cepisa 005/2012, obstando a aferição do cumprimento do disposto no art. 125 da Lei 12.465/2011 (LDO 2012) e, consequentemente, a avaliação dos custos da obra quanto à legalidade, legitimidade e economicidade, conforme previsto no art. 70, "caput", da Constituição Federal;

9.2. arquivar o processo.

10. Ata n° 36/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2449-36/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2450/2012 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 007.917/2012-0
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria
3. Interessado: Congresso Nacional.
4. Ógão(s)/Entidades(s): Companhia de Eletricidade do Acre (Eletroacre), Grupo Eletrobras
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade(s) Técnica(s): SECEX-AC/Secob-3
8. Advogado constituído nos autos: Mariana Araújo Becker (OAB/DF 14.675); Beatriz Helena C. Nunes (OAB/DF 29.059)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de Relatório de Auditoria (Fiscobras 2012) realizada na Companhia de Eletricidade do Acre, Grupo Eletrobras, no Contrato 047/2009, relativamente à Temática "Luz para Todos",

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. dar ciência à Eletrobras Distribuição Rondônia e à Eletrobras Distribuição Acre sobre as seguintes ocorrências:

9.1.1. utilização de critério de aceitabilidade de preços unitários (item 8.9.3 do Edital de Concorrência Ceron 002/2009) com fixação de faixa de variação (acréscimo de até 30%) em relação aos preços de referência de itens constantes nas planilhas orçamentárias, o que afronta o disposto no art. 40, inciso X, da Lei 8.666/1993, no art. 109, **caput**, da Lei 11.768/2008 (LDO 2009) e nos Acórdãos-TCU 3977/2009 - 2ª Câmara, 2000/2009 - 2ª Câmara e 87/2008 - Plenário;

9.1.2. utilização de percentual de imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS, na composição de BDI de orçamentos referentes à Concorrência Ceron 002/2009, distinto da alíquota efetiva de cada município, o que afronta o princípio da economicidade e a legislação tributária dos municípios, como a Lei Municipal de Rio Branco/AC 1.508/2003 e Lei Municipal de Cruzeiro do Sul 479/2007, exemplificativamente;

9.1.3. utilização de percentuais de PIS e COFINS (1,65% e 7,60%), previstos para o regime não

cumulativo, na composição de BDI sobre mão de obra, no âmbito do orçamento da Concorrência Ceron 002/2009, destinada à contratação de empresas de construção civil por administração, empreitada ou subempreitada, o que afronta o disposto no art. 10, inciso XX, c/c art. 15, inciso V, da Lei 10.833/2003, pois tais empresas continuam submetidas ao regime cumulativo (alíquota de 0,65% e

3,00%, PIS/COFINS) até 31/12/2015 (Lei 12.375/2010);

9.1.4. inclusão de despesas que não deveriam figurar como custos indiretos (inclusão de custos com móveis e utensílios e alojamento), na composição de BDI sobre mão de obra no âmbito de orçamento da Concorrência Ceron 002/2009, o que afronta farta jurisprudência do TCU, como os Acórdãos TCU 1471/2008, 1801/2008, 1947/2008, 2029/2008, 2062/2008, 2875/2008, 2524/2008, todos do Plenário;

9.1.5. ausência das Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) dos responsáveis pela elaboração do projeto básico e das planilhas orçamentárias que serviram de suporte para realização do Edital da Concorrência Ceron 002/2009, em afronta ao disposto no art. 1º da Lei 6.496/1977, no art. 109, § 5º, da Lei 11.768/2008 (LDO 2009), no art.1º da Resolução Confea 425/1998, no art. 7º da Resolução Confea 361/1991 e na Súmula-TCU 260;

9.1.6. não inclusão, nas planilhas orçamentárias, das fontes de informação (referências) que embasaram os custos unitários dos itens que compõem o lote III do Edital de Concorrência Ceron 002/2009, obstando a aferição do cumprimento do disposto no art. 109 da Lei 11.768/2008 (LDO 2009) e, consequentemente, dificultando a avaliação dos custos da obra quanto à legalidade, legitimidade e economicidade, conforme previsto no art. 70, caput, da Constituição Federal;

9.2 arquivar o processo.

10. Ata n° 36/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2450-36/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2451/2012 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 008.143/2011-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V- Relatório de Auditoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1 Interessados: Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP/MJ.
4. Órgãos/Entidades: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Pernambuco; Entidades/órgãos do Governo do Estado do Rio de Janeiro; Secretaria Nacional de Seg. Pública - SENASP/MJ.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: 8ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-8).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os atos de relatório de auditoria realizada na Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp - e em unidades dos Governos dos Estados do Rio de Janeiro e de Pernambuco, com enfoque na Ação Pronasci Bolsa-formação (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci - BF), visando a avaliar a gestão dos recursos federais destinados ao pagamento de auxílio-financeiro aos policiais militares e civis, aos agentes penitenciários, aos bombeiros, aos peritos criminais e às guardas-municipais de baixa renda, quanto à regularidade das respectivas concessões, aos pagamentos de benefícios e às condicionalidades estabelecidas, tanto por parte da Senasp quanto dos entes federados.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 com base no art. 250, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, determinar à Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça, que:

9.1.1 adote as providências de sua competência com vistas a obter a restituição dos valores correspondentes aos pagamentos irregulares do benefício Bolsa-formação, inclusive os relativos ao passivo gerado, o qual deverá incluir o apurado na planilha de restituição elaborada pelo Departamento de Pesquisas, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública da Secretaria Nacional de Segurança Pública-Depaid-Senasp, que indicava débito de R$ 1.366.778,00 (valores históricos - base agosto de 2011) (Item 2.3.8 do Relatório de Fiscalização);

9.1.2 adote as medidas necessárias para que os entes federativos que aderiram à Ação Pronasci denominada Projeto Bolsa-formação instituam, regulamentem e deem efetividade à Comissão Local de Acompanhamento (CLA) do projeto, nos termos da Cláusula Segunda, Item II, alínea "i", do termo padrão de adesão ao Programa Bolsa Formação (Item 2.2.8 do Relatório de Fiscalização);

9.1.3 implemente mecanismos e procedimentos de acompanhamento e de monitoramento que permitam aferir o efetivo funcionamento das Comissões Locais de Acompanhamento (CLA) do Projeto Bolsa-formação (Item 21);

9.1.4 encaminhe a este Tribunal o resultado das medidas saneadoras objeto do Ofício n. 7.199/DEPAID/SENASP/MJ, de 19/9/2011, que tratou dos casos de pagamentos irregulares de benefícios Bolsa-formação (Item 2.3.8 do Relatório de Fiscalização);

9.1.5 oriente os gestores locais do Projeto Bolsa-formação sobre a exigência de encaminhamento imediato da relação de servidores homologados no Sistema Nacional do Bolsa-formação (Sisfor) que se enquadrem em alguma das situações de exclusão do programa, abaixo descritas, alertando-os sobre o disposto no art. 14-A da Portaria/MJ 2.495, de 2011, que trata da restituição de valores pelos entes federados, sem prejuízo da eventual responsabilização solidária dos gestores omissos nos termos art. 8º da Lei 8.443/92 (Item 2.3.8 do Relatório de Fiscalização):

9.1.5.1 reprovado ou abandonar o curso que o habilitou ao recebimento do benefício;

9.1.5.2 apresentar informações ou documentos falsos;

9.1.5.3 solicitar sua exclusão;

9.1.5.4 condenado pela prática de infração administrativa de natureza grave ou condenados penalmente;

9.1.5.5 cedido ou designado para prestar serviço a outro órgão da administração;

9.1.5.6 usufruir de licença para interesse particular;

9.1.5.7 romper vínculo funcional com a instituição da qual fazia parte quando da homologação do requerimento;

9.1.5.8 aposentar-se ou falecer;

9.1.6 informe a este Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da ciência, sobre as medidas adotadas em cumprimento às determinações acima descritas;

9.1.7 sem prejuízo da determinação descrita no subitem 9.1.6, inclua em seu relatório anual de gestão referente ao exercício de 2012, a ser apresentado a este Tribunal em 2013, tópico específico com as informações sobre as medidas implementadas em função das determinações expedidas neste acórdão, incluindo os respectivos resultados;

9.2 determinar à 8ª Secex que monitore, em processo específico, o cumprimento das determinações ora expedidas à Senasp, encaminhando, oportunamente, os respectivos resultados ao relator deste acórdão, nos termos do art. 14 da Resolução-TCU 175/2005;

9.3 encaminhar cópia deste Acórdão, incluindo o Relatório e Voto que o fundamentam, bem como do relatório completo da presente auditoria (peça 13):

9.3.1 ao Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça, para cumprimento das determinações;

9.3.2 ao Ministro de Estado da Justiça, para supervisão ministerial;

9.3.3 à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, da Câmara dos Deputados, e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do Senado Federal, por tratar-se de assunto pertinente às suas áreas de atuação, a englobar o tema "segurança pública";

9.3.4 aos Secretários de Estado responsáveis pela área de Segurança Pública nos estados do Rio de Janeiro e de Pernambuco, para ciência;

9.4 autorizar o arquivamento do processo após as comunicações cabíveis.

10. Ata n° 36/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2451-36/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes.
13.3. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.4. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2452/2012 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 010.073/2012-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria
3. Interessado: Congresso Nacional.
4. Órgão(s)/Entidade(s): Eletrobras Distribuição Alagoas (CEAL,Grupo Eletrobras)
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secex/AL - Secob-3
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de relatório de auditoria (Fiscobras 2012) realizada na Eletrobras Distribuição Alagoas (CEAL), no Contrato 223/2009, relativamente à Temática "Luz para Todos".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. determinar à Eletrobras Distribuição Alagoas (CEAL) que, na hipótese de futuros aditivos ao contrato 223/2009 que envolvam itens que apresentem sobrepreço, adote para o custo destes itens o limite dos referenciais previstos na LDO 2009 (custos de insumos ou serviços iguais ou menores à mediana do Sinapi);

9.2. dar ciência à Eletrobras Distribuição Alagoas (CEAL), em relação às ocorrências relativas ao Projeto Básico do Edital Concorrência 001/2009, sobre:

9.2.1. o não cumprimento da exigência prevista no art. 7º, § 2º, inciso I, da Lei 8.666/1993, de que obras e serviços somente podem ser licitados quando houver projeto básico aprovado por autoridade competente;

9.2.2. a não observância, nos subitens 4.2 e 4.3, do limite imposto pelo art. 109 da LDO 2009 (Lei 11.768/2008), de que os custos unitários de insumos ou serviços executados com recursos dos orçamentos da União devem ser iguais ou menores que a mediana de seus correspondentes no Sinapi.;

9.3. arquivar o processo.

10. Ata n° 36/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2452-36/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2453/2012 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 021.340/2006-3
2. Classe de Assunto I - Embargos de Declaração (em Relatório de Auditoria)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessada: Universidade Federal do Paraná - UFPR/MEC (CNPJ 75.095.679/0001-49)
3.2. Responsáveis: Carlos Augusto Moreira Junior (CPF 428.164.169-68); Carlos Itsuo Yamamoto (CPF 128.211.788-24); Carlos Roberto Antunes dos Santos (CPF 005.075.399-15); David Zylbersztajn (CPF 465.004.057-49); Fundação Norte Rio-grandense de Pesquisa e Cultura - Mec (CNPJ 08.469.280/0001-93); Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Faurgs (CNPJ 74.704.008/0001-75); Haroldo Borges Rodrigues Lima (CPF

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

046.751.185-34); Henrique José Ternes Neto (CPF 450.624.639-04); Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento (CPF 01.715.975/0001-69); José Luiz da Silva Junior (CPF 090.509.904-44); José Tadeu Jorge (CPF 822.997.228-15); Lúcia Regina Assumpção Montanhini (CPF 313.336.059-00); Maria Antonieta Andrade de Souza (CPF 018.864.104-10); Nelson de Marco Rodrigues (CPF 864.800.908-10); Paulo Ademar Martins Leal (CPF 966.856.118-04); Paulo Afonso Bracarense Costa (CPF 255.419.949-34); Paulo Roberto Rocha Kruger (CPF 186.859.949-34); Rodrigo Costa Mattos (262.532.160-15); Rogério Piccoli (CPF 005.044.919-20); Sebastião do Rego Barros Netto (CPF 380.380.997-53); Universidade Federal do Paraná - UFPR/MEC (CNPJ 75.095.679/0001-49)

4. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná - UFPR e Agência Nacional de Petróleo - ANP

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos - Serur e Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná - SECEX/PR

8. Advogados constituídos nos autos: Fausto Pereira de Lacerda Filho (OAB/PR 5.491), Jeferson de Amorin (OAB/PR 31.047), Caio Fábio Coutinho Madruga (OAB/RN 2.270), Marilda Silva de Carvalho (OAB/RN 6.599), Otacílio Machado Ribeiro (OAB/SP 66.571), Maria Cristina Valim Lourenço Gomes (OAB/SP 99.243), Fernanda Lavras Costallat Silvado (OAB/SP 210.899), Beatriz Ferraz Chiozzini David (OAB/SP 149.011), Renata Aparecida Strazzacapa (OAB/SP 120.246) e Maximilian Köberle (OAB/SP 178.635)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase processual, de embargos de declaração opostos pela Universidade Federal do Paraná - UFPR, em face do Acórdão nº 2.838/2011-TCU-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, com fundamento no art. 34 da Lei nº 8.443/92, para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. dar ciência da presente deliberação, acompanhada do Relatório e Voto que a fundamentam à embargante e à Agência Nacional de Petróleo - ANP.

10. Ata n° 36/2012 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2453-36/12-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2454/2012 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 022.419/2005-1.

1.1. Apenso: 019.000/2008-0

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Revisão em Tomada de Contas Simplificada, exercício de 2004.

3. Responsáveis/Recorrente:

3.1. Responsáveis: Janito Flores (551.686.127-68); Tadeu Teixeira Martins D´avila (236.288.477-53); Wagner Dantas Lourenço (504.436.077-53).

3.2. Recorrente: Ministério Público junto ao TCU (Procuradora Cristina Machado da Costa e Silva)

4. Órgão: Comando do Material de Fuzileiros Navais.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: 3ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-3).

8. Advogados constituídos nos autos:

8.1. Advogados constituídos por Janito Flores: Jorge Ferreira Vianna (OAB/RJ 91.002) e outros.

8.2. Advogados constituídos por Tadeu Teixeira Martins D´avila: Fábio Cardoso Correia (OAB/RJ 73.799) e outros.

8.3. Advogados constituídos por Wagner Dantas Lourenço: Esther Bentus Benayon (OAB/RJ 152.813) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Revisão interposto pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União em face do Acórdão n.º 2.311/2006 - Plenário, constante da Relação nº 137/2006 - do Ministro-Substituto Augusto Sherman, que julgou regulares as contas do exercício de 2004 do Comando de Material de Fuzileiros Navais;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária, em:

9.1. com fundamento no art. 35, inciso III, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 288 do Regimento Interno do TCU, conhecer do recurso de revisão interposto pelo Ministério Público junto ao TCU para, no mérito, dar-lhe provimento;

9.2. tornar insubsistente o Acórdão n.º 2.311/2006 - Plenário, constante da Relação nº 137/2006 - do Ministro-Substituto Augusto Sherman, em relação ao Sr. Janito Flores;

9.3. rejeitar as alegações de defesa dos Senhores Wagner Dantas Lourenço, Janito Flores e Tadeu Teixeira Martins D'Ávila;

9.4. julgar irregulares as contas do Sr. Janito Flores e do Sr. Wagner Dantas Lourenço, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19 e 23, inciso III, da Lei nº 8.443/92, condenando-os, solidariamente com o Sr. Tadeu Teixeira Martins D'Ávila, ao pagamento das quantias abaixo discriminadas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que os responsáveis comprovem, perante o TCU (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, corrigida monetariamente e acrescidas dos encargos legais, calculados a partir das datas especificadas até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor	Data de ocorrência
R$ 69.016,35	09/07/2004
R$ 2.472,00	09/07/2004
R$ 25.382,00	09/07/2004
R$ 4.039,61	09/07/2004
R$ 838,80	09/07/2004

9.5. autorizar, desde logo, o parcelamento do débito, caso venha a ser requerido, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com amparo no art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 217 do RITCU, esclarecendo que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, de acordo com o que estabelece o § 2º do art. 217 do Regimento Interno;

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.7. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992 c/c o § 6º do art. 209 do RITCU, remeter cópia da deliberação que vier a ser proferida, bem como do relatório e do voto que a fundamentarem, à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, para adoção das medidas julgadas cabíveis; e

9.8. dar ciência do inteiro teor desta deliberação aos responsáveis.

10. Ata n° 36/2012 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2454-36/12-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2455/2012 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC-010.176/2011-0

2. Grupo II - Classe: VII - Assunto: Representação

3. Interessada: Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia (Secex/RO)

4. Entidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR

5. Relator: Ministro José Jorge

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia (Secex/RO)

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação oriunda da Ouvidoria do TCU, tratando de possível nepotismo no campus de Cacoal da Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, uma vez constatado o preenchimento dos requisitos de admissibilidade previstos nos artigos 237, inciso I e parágrafo único, e 235, **caput**, do Regimento Interno do TCU, para, no mérito considerá-la prejudicada, ante a perda de seu objeto tendo em vista o saneamento da irregularidade apontada nos autos;

9.2. dar ciência à Ouvidoria desta Corte, em obediência ao artigo 2º, § 3º, da Portaria-TCU nº 121/2005, do presente Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam;

9.3. recomendar, nos termos dos artigos 237, parágrafo único, e 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, à Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR que:

9.3.1. promova as adequações necessárias em seu estatuto bem como em suas normas internas, no sentido de se harmonizarem com os dispositivos legais vigentes, haja vista que o estabelecimento, em regulamento infralegal, de processo eleitoral para provimento do cargo em comissão e de função de confiança, não exime a autoridade nomeante de observar a proibição contida no art. 117, inciso VIII, da Lei nº 8.112/1990, e no parágrafo único do art. 4º, do Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010, quando do provimento dos referidos cargos;

9.3.2. adote controles eficazes com vistas a evitar a ocorrência de irregularidades relativas à nomeação de servidores parentes para cargo e/ou função de confiança na entidade, que guardem subordinação direta entre eles;

9.4. encaminhar cópia do presente Acórdão, acompanhado do Relatório e Voto que o fundamentam, à Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR;

9.5. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 36/2012 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2455-36/12-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2456/2012 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.314/2012-9.

2. Grupo: II - Classe: V - Assunto: Relatório de Auditoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Congresso Nacional.

3.2. Responsáveis: Francisco das Chagas e Silva (312.075.966-04); Raimundo Nonato Santos Neto (099.350.373-04).

4. Entidades: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - MI; Município de Floriano - PI.

5. Relator: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras 3 (SECOB-3).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de auditoria realizada na Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba - Codevasf e na Prefeitura Municipal de Floriano/PI, no âmbito do Fiscobras/2012, com o objetivo de fiscalizar as obras do sistema de esgotamento sanitário do referido município, no âmbito do Programa de Trabalho n.º 18.544.2068.10RM.0001/2012 - "*Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios das Bacias do São Francisco e Parnaíba - Nacional.*"

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, recomendar à Codevasf e à Prefeitura Municipal de Floriano/PI que:

9.1.1. conjuguem esforços no sentido de assegurar os recursos orçamentários para a execução das 2ª e 3ª fases das obras relativas ao sistema de esgotamento sanitário do Município de Floriano/PI, alertando-os quanto à necessidade, caso ainda não efetivado, de inclusão do empreendimento nos respectivos planos plurianuais, em face do disposto no art. 167, §1º, da Constituição Federal;

9.1.2. avaliem a conveniência de melhor explicitarem a forma de medição dos serviços de escavação em face da constatação da equipe de auditoria deste Tribunal acerca das alterações nos parâmetros de larguras de valas em relação ao projeto básico aprovado na Codevasf.

9.2. dar ciência à Prefeitura Municipal de Floriano e à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) sobre a seguinte impropriedade: o início da implantação do sistema de esgotamento sanitário sem autorização da Agência Nacional de Águas (ANA) para lançamento de efluentes no rio Parnaíba, identificado na execução do Contrato 247/2009, contraria o disposto no art. 12, inciso III, c/c o art. 49, inciso II, da Lei 9433/1997 e com o art. 4º, inciso IV, da Lei 9984/2000;

9.3. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 36/2012 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2456-36/12-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2457/2012 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.347/2012-4.

2. Grupo: II - Classe: V - Assunto: Relatório de Auditoria.

3. Interessado: Congresso Nacional.

4. Entidades: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e Município de Senhor do Bonfim/BA.

5. Relator: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras 1 (SECOB-1).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria de conformidade, integrante do Fiscobras 2012, realizada no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e no Município de Senhor do Bonfim/BA, com vistas a avaliar as obras de construção de quadra esportiva coberta com palco da Escola do Distrito de Missão do Sahy, localizada naquela municipalidade.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.1. dar ciência ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e à Prefeitura Municipal de Senhor do Bonfim/BA sobre as seguintes impropriedades no Contrato 1233/2011, resultante da Tomada de Preços 008/2011 e referente à construção da quadra esportiva da escola do distrito de Missão do Sahy:

9.1.1. incongruências entre a execução da obra e o projeto básico padrão fornecido pelo FNDE, em especial no que concerne aos quantitativos de concreto para a execução de arquibancadas (Serviço 3.4 da planilha orçamentária) e de aço para execução do piso industrial (Serviço 3.3), em dissonância com o exposto no Ofício 1149/2012-PRESI/FNDE, de 18 de maio de 2012, o que evidencia que o projeto disponibilizado aos municípios não contém informações suficientes para caracterizar os serviços, com possíveis reflexos nos valores contratados;

9.1.2. extrapolação do valor de referência admitido por este Tribunal para obras similares no âmbito do programa em análise, carecendo da demonstração, por meio de relatório circunstanciado, quanto à adequação e à pertinência dos valores executados no âmbito do termo de compromisso firmado com o FNDE.

9.1.3. ausência de planilha orçamentária de quantitativos e preços unitários acompanhada das composições de seus custos unitários, do BDI e dos encargos socais utilizados, em dissonância com os ditames estabelecidos no art. 6º, inciso IX, alínea f; art. 7º, § 2°, inciso II; e art. 40, § 2º, inciso II, da Lei 8.666/93.

9.2. recomendar ao Município de Senhor do Bonfim/BA que faça constar de suas vindouras leis orçamentárias os recursos suficientes a realização das manutenções preventivas nas edificações ora em apreço;

9.3. encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada do Relatório e Voto que a fundamentam, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, à Prefeitura Municipal de Senhor do Bonfim/BA, ao Ministério da Educação e à 6ª Secretaria de Controle Externo deste Tribunal;

9.4. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 36/2012 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2457-36/12-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.4. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2458/2012 - TCU - Plenário

1. Processo TC 024.251/2007-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Alexandre Dias de Lima (033.866.824-13); Dilton da Conti Oliveira (018.205.404-72); Fábio Nepomuceno Fraga (022.174.094-50); Joaquim Eduardo Campos Fernandes (081.656.294-68); José Ailton de Lima (070.673.994-91); Paulo Gitirana Gomes Ferreira (558.983.194-68); Ricardo Matias de Araújo (131.414.304-20); Rodrigo de Almeida Pinheiro (973.955.284-68); Suely Kummer da Rocha (459.656.254-72); Toshiba do Brasil S/A. (61.407.052/0001-71).

4. Entidade: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF

5. Relator: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Pernambuco (Secex-PE).

8. Advogados constituídos nos autos: Augusto Tolentino Pacheco de Medeiros (OAB/MG 50741), Flávio Leite Ribeiro (OAB/MG 87840), Renato Almeida Viana (OAB/MG 75257), Amilcar Bastos Falcão (OAB/PE 10128), Rafaella Ferreira Lins (OAB/PE 24994) e Silvana Rescigno Guerra Barreto (OAB/PE 18616)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos este processo de Tomada de Contas Especial ordenada pelo Acórdão 1829/2007-Plenário ante os indícios de reajustamento e pagamento indevido de preços verificado no Contrato CTNI 90.2005.2590, entre a Chesf e a Toshiba do Brasil S/A.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, c/c os arts. 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, julgar regulares com ressalvas as presentes contas, dando-lhes quitação;

9.2. determinar à Segecex que avalie a conveniência de aferir a adequabilidade dos parâmetros adotados na elaboração da fórmula de reajustamento de preços FC-244 pela FUNCOGE, de modo a verificar se a mesma retrata a variação efetiva do custo de produção, a teor do preconizado na Lei 8666/93, art. 40, XI, representando a este Tribunal caso se observe a falta de aderência da mesma ao mencionado dispositivo legal;

9.3. arquivar os autos.

10. Ata n° 36/2012 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2458-36/12-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2459/2012 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 000.533/2011-4

2. Grupo I - Classe IV - Tomada de Contas Especial

3. Responsável: Carlos Roberto Pereira (CPF: 391.349.381-68), ex-Chefe do Setor de Cobrança da AEM/MS

4. Unidade: Agência Estadual de Metrologia de Mato Grosso do Sul (AEM/MS)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidade Técnica: 9ª Secex

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) contra Carlos Roberto Pereira, servidor da Agência Estadual de Metrologia de Mato Grosso do Sul (AEM/MS), em razão de desvio na arrecadação de recursos federais.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea "d", e § 3º; 19, **caput**; 23, inciso III, alínea "a"; 28, inciso II; 57 e 60 da Lei 8.443/1992 c/c com os arts. 209, inciso IV, e § 6º; 210, **caput**, 214, inciso III, alínea "a"; e 267 do Regimento Interno/TCU e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 julgar irregulares as contas do responsável Carlos Roberto Pereira, condenando-o ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Inmetro, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data da Ocorrência	Valor original (R$)	Data da Ocorrência	Valor original (R$)
15/04/2002	21,10	04/12/2005	605,60
20/04/2002	21,10	23/12/2005	60,00
25/04/2002	21,10	15/01/2006	451,50
05/07/2002	21,10	30/01/2006	605,60
12/07/2002	21,10	19/02/2006	60,00
29/08/2002	21,10	26/02/2006	30,00
31/08/2002	21,10	05/03/2006	56,90
01/09/2002	21,10	07/04/2006	377,00
12/06/2003	21,10	09/04/2006	80,00
15/06/2003	21,10	11/04/2006	816,23
16/06/2003	21,10	11/04/2006	816,23
11/07/2003	350,50	15/04/2006	30,00
14/08/2003	287,50	21/04/2006	605,60
23/02/2004	25,00	06/05/2006	75,60
29/02/2004	25,00	08/05/2006	787,80
01/03/2004	25,00	12/05/2006	27,30
02/07/2004	60,00	12/05/2006	631,20
02/08/2004	459,20	18/05/2006	79,30
30/08/2004	319,80	20/05/2006	66,30
13/11/2004	30,00	25/05/2006	340,00
14/11/2004	60,00	27/05/2006	485,60
06/12/2004	60,00	05/06/2006	353,60
13/12/2004	299,53	12/06/2006	1.270,10
25/02/2005	1.007,10	13/06/2006	66,30
19/04/2005	702,67	18/06/2006	66,30
23/04/2005	1.091,20	21/06/2006	79,30
28/04/2005	60,00	22/06/2006	729,30
29/04/2005	79,30	28/06/2006	787,80
18/05/2005	75,00	15/07/2006	353,60
19/05/2005	485,60	22/07/2006	96,00
20/05/2005	91,00	28/07/2006	145,60
16/06/2005	60,00	18/08/2006	405,60
08/07/2005	30,00	19/08/2006	1.072,50
09/07/2005	30,00	07/09/2006	180,00
13/08/2005	729,30	28/10/2006	335,20
19/08/2005	513,58	04/12/2006	605,60
05/09/2005	66,30	07/12/2006	485,60
26/09/2005	435,90	09/12/2006	120,00
13/10/2005	1.091,20	12/12/2006	91,00
02/12/2005	30,00	10/01/2008	203.209,32
03/12/2005	79,30		

9.2. aplicar a Carlos Roberto Pereira multa no valor de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal o recolhimento da multa ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. inabilitar Carlos Roberto Pereira para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal pelo prazo de cinco anos;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.5. enviar cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso do Sul, para a adoção das medidas que julgar cabíveis; e

9.6. comunicar ao Inmetro que restou descaracterizada, ao longo da instrução do processo, a responsabilidade de Elizandra da Silva Morilho (CPF: 690.281.171-72) e Emerson de Souza Amorim (CPF: 793.549.551-34) em relação aos fatos aqui relatados, para que tome as providências administrativas necessárias.

10. Ata n° 36/2012 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2459-36/12-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2460/2012 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC-004.145/2005-7 (com 17 volumes e 62 anexos)

2. Grupo II, Classe IV - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Distrito Federal (CNPJ nº 00.394.601/0001-26), José Geraldo Maciel (ex-Secretário da Secretaria de Estado da Saúde/DF, CPF nº 000.463.371-72), Arnaldo Bernardino Alves (ex-Secretário da SES/DF, CPF nº 318.311.094-68), Mário Antônio Alvarenga Horta Barbosa (ex-Secretário-Adjunto da SES/DF, CPF nº 183.492.691-20), Horácio da Silva Botelho (ex-Subsecretário de Apoio Operacional da SES/DF, CPF nº 058.214.607-00), Aldery Silveira Júnior (ex-Subsecretário de Apoio Operacional da SES/DF, CPF nº 059.667.523-20), Carlos Alberto Tayar (ex-Diretor do Fundo de Saúde do Distrito Federal, CPF nº 183.492.691-20), Renato Fernandes de Azevedo (ex-Comandante-Geral da PMDF, CPF nº 191.721.090-68), Pedro José Ferreira Tabosa (ex-Comandante-Geral da PMDF, CPF nº 046.829.393-00)

4. Unidades: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF) e Polícia Militar do Distrito Federal (PM/DF)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidade Técnica: 4ª Secex

8. Advogados constituídos nos autos: Adriano César Santos Ribeiro (OAB/DF nº 24.516), Ulisses Riedel Resende (OAB/DF nº 968) e Raul Canal (OAB/DF nº 10.308),

9. ACÓRDÃO:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, convertida a partir de representação do Ministério Público junto ao TCU sobre eventuais irregularidades praticadas pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal no repasse de recursos do SUS ao Hospital Santa Juliana, e pela Polícia Militar do Distrito Federal em repasses feitos ao mesmo hospital.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 12, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 202, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa de Arnaldo Bernardino Alves;

9.2. rejeitar as alegações de defesa do Distrito Federal, fixando-lhe novo e improrrogável prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das quantias a seguir mencionadas aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente a partir das datas indicadas até a data do recolhimento, na forma da legislação em vigor;

Valor (R$)	Data
7.916,92	14/06/2004
12.897,35	14/06/2004
4.880,47	14/06/2004
18.243,15	16/06/2004
7.122,18	16/06/2004
4.248,08	24/06/2004
7.323,23	24/06/2004
28.366,10	24/06/2004
17.495,09	25/06/2004
11.464,55	25/06/2004
7.534,96	25/06/2004
195.703,74	30/06/2004
1.697,15	30/06/2004
5.035,80	12/07/2004
25.581,45	12/07/2004
295.341,15	13/07/2004
8.327,67	21/07/2004
21.335,06	05/08/2004
8.181,75	05/08/2004
1.910,51	05/08/2004
28.388,71	10/08/2004
48.160,62	10/08/2004
5.871,16	16/08/2004
12.302,83	16/08/2004
1.430,16	17/08/2004
9.048,23	19/08/2004
14.191,88	19/08/2004
30.241,54	30/08/2004
13.681,11	30/08/2004
64.957,91	03/09/2004
20.112,85	06/09/2004
25.432,38	06/09/2004
20.459,38	06/09/2004
13.353,15	09/09/2004
21.733,07	13/09/2004
3.607,72	15/10/2004

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

30.410,01	15/10/2004
7.055,48	04/11/2004
8.911,19	04/11/2004
66.066,61	08/11/2004
25.417,83	08/11/2004
2.001,20	18/11/2004
67.000,13	18/11/2004
57.343,31	18/11/2004
8.693,22	18/11/2004
7.769,94	18/11/2004
63.204,41	18/11/2004
8.207,83	18/11/2004
5.989,22	18/11/2004
23.541,05	18/11/2004
12.970,38	18/11/2004
688,11	18/11/2004
15.503,53	18/11/2004
39.552,54	18/11/2004
1.535,45	18/11/2004
3.706,48	18/11/2004
18.966,31	18/11/2004
68.137,99	18/11/2004
56.813,54	18/11/2004
5.823,08	18/11/2004
31.273,65	20/12/2004
178.241,09	27/12/2004
58.485,96	27/12/2004
31.163,90	27/12/2004
9.639,14	27/12/2004
69.957,20	27/12/2004
113.099,00	27/12/2004
33.219,82	27/12/2004
12.417,22	27/12/2004
7.525,00	27/12/2004
69.059,00	27/12/2004
53.952,26	27/12/2004
851,97	19/01/2005
6.135,35	19/01/2005
109.002,58	19/01/2005
143.742,91	19/01/2005
4.058,41	19/01/2005
11.221,39	19/01/2005
16.242,98	19/01/2005
26.083,11	19/01/2005
2.491,35	19/01/2005
29.319,38	19/01/2005
29.988,01	19/01/2005
11.403,35	19/01/2005
15.574,80	19/01/2005
72.601,05	19/01/2005
28.797,15	19/01/2005
20.136,62	19/01/2005
14.505,42	19/01/2005
4.123,52	19/01/2005
4.123,55	19/01/2005
52.629,43	24/02/2005
24.390,92	24/02/2005

9.3. determinar ao Distrito Federal que, na hipótese da impossibilidade de liquidação tempestiva do débito no prazo especificado no subitem 9.2 deste acórdão, adote providências com vistas à inclusão do valor da dívida em sua lei orçamentária, informando ao Tribunal as medidas adotadas no prazo de 30 (trinta) dias;

9.4. alertar o Distrito Federal de que a liquidação tempestiva do débito atualizado monetariamente ensejará o julgamento pela regularidade com ressalva de suas contas e que a ausência do recolhimento levará ao julgamento pela irregularidade, com imposição de débito a ser atualizado monetariamente e acrescido de juros moratórios;

9.5 informar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal de que, nos termos do art. 1º da Portaria GM/MS nº 1.606/2001, do Ministério da Saúde, a cautelar expedida no item 9.7 do Acórdão nº 2152/2005-Plenário não impede que o Distrito Federal transfira recursos próprios ao Hospital Santa Juliana.

10. Ata n° 36/2012 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2460-36/12-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2461/2012 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC-010.755/2004-3

1.1 Apenso: TC-024.154/2007-0

2. Grupo II, Classe I - Embargos de declaração (em Tomada de Contas Especial)

3. Embargante: Narciso Teixeira Neto (ex-prefeito, CPF nº 335.856.446-00)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Cuparaque/MG

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: não atuou

8. Advogada constituída nos autos: Loyanna de Andrade Miranda (OAB/MG nº 111.202)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em fase de embargos de declaração contra o Acórdão nº 977/2012-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei nº 8.443/92, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. notificar o embargante acerca desta deliberação.

10. Ata n° 36/2012 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2461-36/12-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2462/2012 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC-022.877/2008-1

1.1. Apensos: TC-009.325/2009-0, TC-009.324/2009-3 e TC-008.340/2010-2

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Revisão em TCE

3. Recorrente: Eugênio Pacelli Oliveira de Rezende (CPF: 099.423.944-00), ex-Presidente

4. Unidade: Círculo Cultural Anima Alagoana/AL

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da Decisão Recorrida: Ministro Augusto Nardes

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidades Técnicas: Serur e Secex/AL

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de recurso de revisão interposto por Eugênio Pacelli Oliveira de Rezende contra o Acórdão 726/2009 - 1ª Câmara, que julgou suas contas irregulares, imputando-lhe débito e multa, em face da omissão no dever de prestar contas do Convênio Minc/FNC 35/2005, celebrado entre o Ministério da Cultura e o Círculo Cultural Anima Alagoana com o objetivo de dar apoio ao Projeto "Boi de Carnaval".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea "a"; 19; 28, inciso II; 35, inciso III; e 58, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 209, inciso I e § 4º, do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer do presente recurso de revisão, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, tornando insubsistente o Acórdão 726/2009 - 1ª Câmara;

9.2. julgar irregulares as contas de Eugênio Pacelli Oliveira de Rezende, em decorrência da apresentação intempestiva da prestação de contas dos recursos federais repassados por meio do Convênio Minc/FNC 35/2005;

9.3. aplicar a Eugênio Pacelli Oliveira de Rezende multa no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.5. determinar ao Ministério da Cultura que investigue a destinação dada aos equipamentos comprados com recursos do Convênio Minc/FNC 35/2005, verificando a necessidade de fazer valer o disposto na cláusula décima segunda do referido instrumento;

9.6. dar ciência desta deliberação ao recorrente, ao Ministério da Cultura e à Procuradoria da República no Estado de Alagoas.

10. Ata n° 36/2012 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2462-36/12-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2463/2012 - TCU - Plenário

1. Processo TC 002.923/2012-2.

2. Grupo I - Classe V - Relatório de Auditoria.

3. Responsáveis: Alexandre Rocha da Silva (CPF 032.865.067-61); Altair Paulino de Oliveira Campos (CPF 523.206.937-34); Bruno Nogueira de Oliveira (CPF 052.822.607-00); Cláudia de Sá Xavier Monteiro (CPF 032.771.707-64); José Rogério Moura de Almeida Filho (CPF 320.957.837-00); Luiz Maurício Coutinho Jannotti Silva (CPF 003.239.487-07); Marcia Aparecida da Silva Prado (CPF 950.621.147-72); Rita de Cássia Oliveira Galdino (CPF 518.453.856-91); Sigmamed Distribuidora Ltda. (CNPJ 09.538.179/0001-00); Thais Gomes Moreira Bittar (CPF 210.107.906-25); Thiago José Gomes Faria (CPF 055.864.847-90).

4. Unidades: Município de Quatis; Município de Sapucaia; Município de Tanguá; Município de Valença; Município de Vassouras - estado do Rio de Janeiro.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro - Secex/RJ.

8. Advogado: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de auditoria realizada pela Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro nos municípios fluminenses de Quatis, Sapucaia, Tanguá, Valença e Vassouras, com o objetivo de analisar indícios de irregularidades na aplicação de recursos transferidos pelo Ministério da Saúde para aquisição de medicamentos da assistência farmacêutica básica.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária do Plenário, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos art. 43, inciso II, 47 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 250, inciso IV e 252 do Regimento Interno, em:

9.1. converter este processo em tomada de contas especial, autorizando a Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro a adotar as providências necessárias à citação dos responsáveis, na forma da proposta de encaminhamento sugerida neste processo, com as adequações constantes do parágrafo 10 do voto condutor deste acórdão;

9.2. determinar a audiência dos responsáveis abaixo mencionados, para que no prazo de 15 dias, apresentem razões de justificativas para os seguintes fatos;

9.2.1. Thais Gomes Moreira Bittar, Cláudia de Sá Xavier Monteiro, Thiago José Gomes Faria e Altair Paulino de Oliveira Campos, respectivamente, secretários municipais de saúde dos municípios de Sapucaia, Quatis, Valença e Vassouras, em razão da não alimentação regular do sistema Banco de Preços em Saúde do Ministério da Saúde por seus municípios, em desacordo com o decidido no item 9.11.1 do acórdão 661/2010-Plenário;

9.2.2. José Rogério Moura de Almeida Filho, ex-secretário municipal de saúde de Valença/RJ, em razão das aquisições, com recursos decorrentes das emendas parlamentares, de medicamentos em quantidades muito superiores às necessidades da população do município, implicando em um prejuízo potencial de R$ 118.126,40;

9.2.3. Alexandre Rocha da Silva, ex-secretário municipal de saúde de Quatis/RJ, em virtude das aquisições, com recursos decorrentes das emendas parlamentares, de medicamentos em quantidades muito superiores às necessidades da população do município, implicando em um prejuízo potencial de R$ 142.384,99;

9.2.4. Thiago José Gomes Faria e Altair Paulino de Oliveira Campos, respectivamente secretários municipais de saúde de Valença/RJ e Vassouras/RJ, em face das condições de guarda e armazenamento na Central de Abastecimento Farmacêutico dos municípios que permitem a deterioração dos medicamentos, contrariando o art. 15, § 7º, inciso III, da Lei 8.666/1993;

9.2.5. Luiz Maurício Coutinho Jannotti Silva, ex-secretário municipal de saúde de Sapucaia/RJ, em face da inexistência de controle de estoque dos medicamentos da Secretaria de Saúde, à época do Pregão 14/2011, impossibilitando a definição das unidades e quantidades a serem adquiridas em função do consumo e utilização prováveis, em desacordo com o que preconiza o inciso II do §7º do artigo 15 da Lei 8.666/1993, bem como impedindo a prerrogativa da Administração de fiscalizar a execução contratual, mediante o controle de entrada dos medicamentos adquiridos, em desacordo com o art. 58, inciso III, da mencionada lei;

9.3. determinar aos municípios de Quatis/RJ, Sapucaia/RJ, Tanguá/RJ, Valença/RJ e Vassouras/RJ que devolvam os recursos recebidos por meio da Portaria GM/MS 3.685/2010 que ainda estejam em sua posse e que não foram utilizados dentro do prazo de um ano da Portaria GM/MS 1.645/2010, apresentando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, os respectivos comprovantes de transferências ao Fundo Nacional de Saúde;

9.4. determinar ao município de Valença que transfira R$ 6.326,20 da conta corrente 6624008-6 (Bloco da Assistência Farmacêutica Básica) para a conta corrente 6624009-4 (Bloco da Atenção Básica em Saúde), ambas da agência 0945 da Caixa Econômica Federal, apresentando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, o comprovante de transferência;

9.5. recomendar à Comissão Intergestores Bipartite do Rio de Janeiro, vinculada administrativamente à Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro, que incentive as Secretarias Municipais de Saúde dos municípios fluminenses a divulgar seus editais de licitação no Diário Oficial da União, a fim de dar maior publicidade e aumentar a competitividade do certame, conforme feito pela Secretaria de Saúde de Vassouras/RJ, no Pregão 1/2011;

9.6. dar ciência à Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa sobre as seguintes impropriedades:

9.6.1. fornecimento de medicamentos pela empresa Sigmamed Distribuidora Ltda., cujas notas fiscais descrevem números de lotes e de validades dos medicamentos incorretos, identificado no Pregão 1/2011 de Quatis/RJ, o que afronta o disposto no art. 13, inciso X, da Portaria Anvisa 802/1998;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.6.2. fornecimento de medicamentos pelas empresas Cirúrgica Simões Ltda. e Telemedic Distribuidora de Medicamentos Ltda. documentados em notas fiscais que não descrevem os números dos respectivos lotes, identificado no processo 847/2010 de Tanguá/RJ, o que afronta o disposto no art. 13, inciso X, da Portaria Anvisa 802/1998;

9.7. dar ciência ao município de Quatis/RJ da ocorrência de impropriedade relativa ao recebimento de medicamentos cujas notas fiscais descrevem números de lotes e de validades dos medicamentos incorretos, identificado no Pregão 1/2011, o que afronta o disposto no art. 13, inciso X, da Portaria Anvisa 802/1998;

9.8. dar ciência aos municípios de Quatis/RJ, Sapucaia/RJ, Valença/RJ e Vassouras/RJ sobre a ausência de alimentação regular do Banco de Preços em Saúde com as respectivas aquisições de medicamentos, identificado no sistema BPS do Ministério da Saúde, o que afronta o disposto no item 9.11.1 do acórdão 661/2010-Plenário;

9.9. dar ciência ao município de Tanguá/RJ acerca do recebimento de medicamentos cujas notas fiscais não descrevem os números dos respectivos lotes, identificado no processo 847/2010, o que afronta o disposto no art. 13, inciso X, da Portaria Anvisa 802/1998;

9.10. determinar à 4ª SECEX que avalie a conveniência e oportunidade de recomendar ao Ministério da Saúde que faça a integração entre o Sistema Hórus - Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica - e o Sistema Banco de Preços em Saúde, de modo que, ao inserir dados de compras de medicamentos em um deles, as informações sejam automaticamente registradas no outro banco de dados.

9.11. determinar à Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro que monitore as determinações contidas neste acórdão.

10. Ata n° 36/2012 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2463-36/12-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2464/2012 - TCU - Plenário

1. Processo TC 018.659/2003-5.

1.1. Apenso: TC 015.665/2002-0.

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: A. C. G. Comércio e Representações Ltda. (CNPJ 05.377.775/0001-02); Carlos Augusto Beyruth Borges (CPF 047.439.382-87); Ely de Souza Santos (CPF 035.884.912-87); F. F. Maciel ME - Grafica Imperial Comercio e Representações (CNPJ 63.593.644/0001-50); F. C. Carvalho Filho - Comercial São Lucas (CNPJ 00.569.473/0001-04); G. S. Silveira ME - Celular Center (CNPJ 84.313.923/0001-93); Greice Helionay Freitas dos Passos (CPF 183.213.052-53); J. A. F. de Souza ME - Meu Cantinho (CNPJ 84.308.444/0001-89); José Ribamar Pinheiro de Almeida (CPF 028.424.402-34); M. M. Maciel ME - Comergraf (CNPJ 00.531.602/0001-75); Mauri Sérgio Moura de Oliveira (CPF 028.193.332-49); Paulo Charles Costa Barbosa (CPF 308.655.222-00); Paulo Henrique Filgueira Monteiro (CPF 809.970.238-72); Recol Distribuição e Comércio Ltda. (CNPJ 04.598.413/0001-70); Rosalvo Rodrigues da Silva - Impersoma Distribuidora (CNPJ 01.872.016/0001-57); W. G. Fernandes ME (CNPJ 14.412.688/0001-21).

4. Unidade: Município de Rio Branco/AC.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador-geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Acre - Secex/AC.

8. Advogados: Sílvio Ferreira Lima (OAB/AC 2435); Mário Sérgio Pereira dos Santos (OAB/AC 1910); Marco Antonio Mourão de Oliveira (OAB/AC 2426-A); Márcia Cristhiny Costa Barbosa (OAB/AC 2.525).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos tomada de contas especial sobre irregularidades nas aquisições de medicamentos efetuadas pela Prefeitura Municipal de Rio Branco/AC no exercício de 1998.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária do Plenário, ante as razões expostas pela relatora em:

9.1. considerar revéis as empresas Rosalvo Rodrigues da Silva - Impersoma Distribuidora, F. F. Maciel ME e M. M. Maciel ME, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992 e do art. 202, § 8º, do Regimento Interno do TCU;

9.2. acolher parcialmente as alegações de defesa dos responsáveis José Ribamar Pinheiro de Almeida, Ely de Souza Santos e Greice Helionay Freitas dos Passos, para eximi-los da obrigação solidária pelos débitos a seguir descritos, decorrentes da não comprovação da entrega dos produtos adquiridos à municipalidade:

a) R$ 75.000,00, referente ao convite 121/98 (Notas Fiscais nºs 170, 171 e 172, da empresa F. C. Carvalho Filho);

b) R$ 73.200,00, referente ao convite 122/98 (Notas Fiscais nºs 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179 e 181, da empresa F. C. Carvalho Filho);

c) R$ 74.213,93, referente ao convite 110/98 (Notas Fiscais nºs 151, 152 e 153, da empresa F. C. Carvalho Filho);

d) R$ 27.343,30, referente ao convite 97/98 (Notas Fiscais nºs 110, 111, 112, 113, 114 e 115, da empresa M. M. Maciel ME);

e) R$ 24.625,24, referente ao convite 101/98 (Notas Fiscais nº 014, 015, 016 e 019, da empresa J. A. F. de Souza ME);

f) R$ 40.000,07, referente ao convite 123/98 (Notas Fiscais nºs 140, 141, da empresa Rosalvo Rodrigues da Silva - Impersoma Distribuidora);

g) R$ 38.434,00, referente ao convite 80/98 (Notas Fiscais nº 002 e 003, da empresa J. A F. de Souza);

h) R$ 33.618,32, referente ao convite 82/98 (Notas Fiscais nºs 076, 077 e 078, da empresa W. G. Fernandes ME);

i) R$ 38.335,35, referente ao convite 22/98 (Nota Fiscal nº 39140, da empresa Recol Representações e Comércio Ltda.);

j) R$ 34.074,57, referente ao convite 109/98 (Notas Fiscais nºs 152, 153, 156 e 157, da empresa Rosalvo Rodrigues da Silva - Impersoma Distribuidora); e

k) R$ 38.100,00, referente ao convite 76/98 (Nota Fiscal nº 107, da empresa M. M. Maciel ME);

9.3. rejeitar as alegações de defesa dos responsáveis Mauri Sérgio Moura de Oliveira, Paulo Henrique Filgueira Monteiro, Carlos Augusto Beyruth Borges e Paulo Charles Costa Barbosa e das empresas W. G. Fernandes ME, G. S. Silveira ME, J. A. F. de Souza ME, A. C. G. Comércio e Representações, F. C. Carvalho Filho e Recol Distribuição e Comércio Ltda.;

9.4. acolher as razões de justificativa dos responsáveis José Ribamar Pinheiro de Almeida, Ely de Souza Santos e Greice Helionay Freitas dos Passos para as ocorrências descritas nos subitens 34.5, 34.7, 34.8, 34.9, 34.10 e 34.11 da instrução da unidade técnica, aproveitando-as ao Sr. Carlos Augusto Beyruth Borges, quanto às quatro primeiras;

9.5. rejeitar as razões de justificativas dos responsáveis José Ribamar Pinheiro de Almeida, Ely de Souza Santos e Greice Helionay Freitas dos Passos, referentes aos itens 34.1, 34.2, 34.3, 34.4, 34.6 e 34.12 da instrução da unidade técnica, e considerar não elididas as irregularidades imputadas ao Sr. Carlos Augusto Beyruth Borges, relativas ao subitem 32.8, alíneas "a" a "d", "f", "j" e "k" da instrução da unidade técnica;

9.6. rejeitar as razões de justificativas dos responsáveis Mauri Sérgio Moura de Oliveira e Carlos Augusto Beyruth Borges para o favorecimento da empresa F. C. Carvalho Filho nos procedimentos licitatórios realizados pela Prefeitura Municipal de Rio Branco/AC no exercício de 1998;

9.7. julgar irregulares, com fulcro nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas "b", "c" e "d" da Lei 8.443/1992, as contas dos seguintes responsáveis:

9.7.1. Mauri Sérgio Moura de Oliveira, ex-prefeito de Rio Branco/AC, em virtude das ocorrências descritas nos subitens 21.1 e 21.2 da instrução da unidade técnica; e

9.7.2. Carlos Augusto Beyruth Borges, ex-secretário de saúde de Rio Branco/AC, em virtude das ocorrências descritas nos subitens 23.1, alínea "o", 23.2, 32.4 e 32.8, alíneas "a" a "d", "f", "j" e "k" da instrução da unidade técnica;

9.8. julgar irregulares, com fulcro nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas "b" e "c" da Lei 8.443/1992, as contas dos Srs. José Ribamar Pinheiro de Almeida, ex-presidente da comissão permanente de licitação da prefeitura de Rio Branco/AC, Ely de Souza Santos e Greice Helionary Freitas dos Passos, ex-membros da comissão permanente de licitação da prefeitura de Rio Branco, em virtude das ocorrências descritas nos subitens 22.1, alínea "l", 34.1, 34.2, 34.3, 34.4, 34.6 e 34.12 da instrução da unidade técnica;

9.9. julgar irregulares, com fulcro nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas "c" e "d" da Lei 8.443/1992, as contas dos seguintes responsáveis:

9.9.1. Paulo Charles Costa Barbosa, ex-chefe do Setor de Almoxarifado de Rio Branco/AC, em virtude das ocorrências descritas nos subitens 29.1 e 29.2 da instrução da unidade técnica; e

9.9.2. Paulo Henrique Filgueira Monteiro, ex-diretor do Centro de Saúde Cláudia Vitorino em Rio Branco/AC, em virtude das ocorrências descritas no subitem 26.1 da instrução da unidade técnica;

9.10. condenar os responsáveis abaixo nominados, com fundamento nos arts. 19, **caput**, e 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, ao pagamento dos débitos a seguir discriminados, acrescidos de encargos legais, calculados das datas das ocorrências até a data do pagamento, fixando-lhes, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem o recolhimento dos débitos correspondentes ao Fundo Nacional de Saúde:

9.10.1. Sr. Mauri Sérgio Moura de Oliveira, solidariamente com os Srs. Paulo Charles Costa Barbosa e Carlos Augusto Beyruth Borges e com a empresa F. C. Carvalho Filho, em virtude de pagamentos realizados à referida empresa, com recursos do Fundo Nacional de Saúde, correspondentes às aquisições feitas com base nos convites 110/98, 121/98 e 122/98, cuja entrega dos produtos à municipalidade não foi comprovada:

Referência	Data da ocorrência	Valor Original
Convite 121/98 (notas fiscais 170, 171 e 172)	1/10/1998	75.000,00
Convite 122/98 (notas fiscais 173 a 181)	1/10/1998	73.200,00
Convite 110/98 (notas fiscais 151, 152 e 153)	24/8/1998	74.213,93

9.10.2. Sr. Mauri Sérgio Moura de Oliveira, solidariamente com o Sr. Carlos Augusto Beyruth Borges e com a empresa F. C. Carvalho Filho, em virtude de pagamentos realizados à referida empresa, com recursos do Fundo Nacional de Saúde, correspondentes às aquisições feitas com base na dispensa de licitação D2, cuja entrega dos produtos à municipalidade não foi comprovada:

Referência	Data da ocorrência	Valor Original
D2 - conforme item 18 - (notas fiscais 144)	17/9/1998	7.425,00

9.10.3. Sr. Mauri Sérgio Moura de Oliveira, solidariamente com os Srs. Paulo Charles Costa Barbosa e Carlos Augusto Beyruth Borges e com a empresa M. M. Maciel ME, em virtude de pagamentos realizados à referida empresa, com recursos do Fundo Nacional de Saúde, correspondentes às aquisições feitas com base no convite 97/98 e dispensa de licitação D4, cuja entrega dos produtos à municipalidade não foi comprovada:

Referência	Data da ocorrência	Valor Original
Convite 97/98 (NF 110, 111, 112, 113, 114 e 115)	24/8/1998	27.343,30
D4 (nota fiscal 118)	3/9/1998	7.800,00

9.10.4. Sr. Mauri Sérgio Moura de Oliveira, solidariamente com os Srs. Paulo Charles Costa Barbosa e Carlos Augusto Beyruth Borges e com a empresa J. A. F. de Souza ME, em virtude de pagamentos realizados à referida empresa, com recursos do Fundo Nacional de Saúde, correspondentes às aquisições feitas com base nos convites 80/98 e 101/98, cuja entrega dos produtos à municipalidade não foi comprovada:

Referência	Data da ocorrência	Valor Original
Convite 101/98(notas fiscais 014, 015, 016 e 19)	19/8/1998	24.625,24
Convite 80/98 (notas fiscais 002 e 003)	8/7/1998	38.434,00

9.10.5. Sr. Mauri Sérgio Moura de Oliveira, solidariamente com os Srs. Paulo Charles Costa Barbosa e Carlos Augusto Beyruth Borges e com a empresa Rosalvo Rodrigues da Silva - Impersoma Distribuidora, em virtude de pagamentos realizados à referida empresa, com recursos do Fundo Nacional de Saúde, correspondentes às aquisições feitas com base no convite 123/98, cuja entrega dos produtos à municipalidade não foi comprovada:

Referência	Data da ocorrência	Valor Original
Convite 123/98 (notas fiscais 140 e 141)	1/10/1998	40.000,07

9.10.6. Sr. Mauri Sérgio Moura de Oliveira, solidariamente com os Srs. Paulo Charles Costa Barbosa e Carlos Augusto Beyruth Borges e com a empresa W. G. Fernandes ME, em virtude de pagamentos realizados à referida empresa, com recursos do Fundo Nacional de Saúde, correspondentes às aquisições feitas com base no convite 82/98, cuja entrega dos produtos à municipalidade não foi comprovada:

Referência	Data da ocorrência	Valor Original
Convite 82/98 (notas fiscais 076, 077 e 078)	19/6/1998	33.618,32

9.10.7. Sr. Mauri Sérgio Moura de Oliveira, solidariamente com os Srs. Paulo Charles Costa Barbosa e Carlos Augusto Beyruth Borges e com a empresa Recol Distribuição e Comércio Ltda., em virtude de pagamentos realizados à referida empresa, com recursos do Fundo Nacional de Saúde, correspondentes às aquisições feitas com base no convite 22/98, cuja entrega dos produtos à municipalidade não foi comprovada:

Referência	Data da ocorrência	Valor Original
Convite 22/98 (nota fiscal 39140)	24/6/1998	38.335,35

9.10.8. Sr. Mauri Sérgio Moura de Oliveira, solidariamente com os Srs. Paulo Charles Costa Barbosa e Carlos Augusto Beyruth Borges e com a empresa A. C. G. Comércio e Representações Ltda., em virtude de pagamentos realizados à referida empresa, com recursos do Fundo Nacional de Saúde, correspondentes às aquisições feitas com base nas dispensas de licitação D9 e D10, cuja entrega dos produtos à municipalidade não foi comprovada:

]

Referência	Data da ocorrência	Valor Original
D9 (notas fiscais 1099 e 1100)	30/7/1998	7.377,10
D10 (notas fiscais 705, 706, 707, 708 e 709)	23/10/1998	735,96

9.10.9. Sr. Mauri Sérgio Moura de Oliveira, solidariamente com os Srs. Paulo Charles Costa Barbosa e Carlos Augusto Beyruth Borges e com a empresa F. F. Maciel ME, em virtude de pagamentos realizados à referida empresa, com recursos do Fundo Nacional de Saúde, correspondentes às aquisições feitas com base na dispensa de licitação D6, cuja entrega dos produtos à municipalidade não foi comprovada:

Referência	Data da ocorrência	Valor Original
D6 (nota fiscal 0010)	18/9/1998	7.800,00

9.10.10. Sr. Mauri Sérgio Moura de Oliveira, solidariamente com os Srs. Paulo Henrique Filgueira Monteiro e Carlos Augusto Beyruth Borges e com a empresa F. C. Carvalho Filho, em virtude de pagamentos realizados à referida empresa, com recursos do Fundo Nacional de Saúde, correspondentes às aquisições feitas com base na dispensa de licitação D1, cuja entrega dos produtos à municipalidade não foi comprovada:

Referência	Data da ocorrência	Valor Original
D1 (nota fiscal 132)	24/7/1998	7.799,20

9.10.11. Sr. Mauri Sérgio Moura de Oliveira, solidariamente com os Srs. Carlos Augusto Beyruth Borges, José Ribamar Pinheiro de Almeida e Ely de Souza Santos, com a Sra. Greice Helionay Freitas dos Passos e com a empresa F. C. Carvalho Filho, ante o superfaturamento constatado na contratação realizada por meio do convite 91/98:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Referência	Data da ocorrência	Valor Original
Convite 91/98 (nota fiscal 119)	16/7/1998	13.200,00

9.10.12. Sr. Mauri Sérgio Moura de Oliveira, solidariamente com o Sr. Carlos Augusto Beyruth Borges e com a empresa Rosalvo Rodrigues da Silva - Impersoma Distribuidora, em virtude de pagamentos realizados à referida empresa, com recursos do Fundo Nacional de Saúde, correspondentes às aquisições feitas com base no convite 109/98, cuja entrega dos produtos à municipalidade não foi comprovada:

Referência	Data da ocorrência	Valor Original
Convite 109/98 (NF 152, 153, 156 e 157)	24/8/1998	34.074,57

9.10.13. Sr. Mauri Sérgio Moura de Oliveira, solidariamente com o Sr. Carlos Augusto Beyruth Borges e com a empresa M. M. Maciel ME, em virtude de pagamentos realizados à referida empresa, com recursos do Fundo Nacional de Saúde, correspondentes às aquisições feitas com base no convite 76/98, cuja entrega dos produtos à municipalidade não foi comprovada:

Referência	Data da ocorrência	Valor Original
Convite 76/98 (nota fiscal 107)	12/6/1998	38.100,00

9.10.14. Sr. Mauri Sérgio Moura de Oliveira, solidariamente com o Sr. Carlos Augusto Beyruth Borges e com a empresa Rosalvo Rodrigues da Silva - Impersoma Distribuidora, em virtude de pagamentos realizados à referida empresa, com recursos do Fundo Nacional de Saúde, correspondentes às aquisições feitas com base na dispensa de licitação D3, cuja entrega dos produtos à municipalidade não foi comprovada:

Referência	Data da ocorrência	Valor Original
Dispensa D3 (nota fiscal 145)	15/12/1998	7.931,00

9.10.15. Sr. Mauri Sérgio Moura de Oliveira, solidariamente com o Sr. Carlos Augusto Beyruth Borges e com a empresa Recol Distribuição e Comércio Ltda., em virtude de pagamentos realizados à referida empresa, com recursos do Fundo Nacional de Saúde, correspondentes às aquisições feitas com base na dispensa de licitação D8, cuja entrega dos produtos à municipalidade não foi comprovada:

Referência	Data da ocorrência	Valor Original
Dispensa D8 (nota fiscal 42559)	7/10/1998	7.966,94

9.10.16. Sr. Mauri Sérgio Moura de Oliveira, solidariamente com o Sr. Carlos Augusto Beyruth Borges e com a empresa G. S. Silveira ME, em virtude de pagamentos realizados à referida empresa, com recursos do Fundo Nacional de Saúde, correspondentes às aquisições feitas com base na dispensa de licitação D11, cuja entrega dos produtos à municipalidade não foi comprovada:

Referência	Data da ocorrência	Valor Original
Dispensa D11 (nota fiscal 0208)	24/7/1998	7.800,00

9.11. com fundamento no art. 19, caput, da Lei 8.443/1992, aplicar, individualmente, aos Srs. Mauri Sérgio Moura de Oliveira, Carlos Augusto Beyruth Borges, José Ribamar Pinheiro de Almeida, Ely de Souza Santos, Paulo Charles Costa Barbosa, Paulo Henrique Filgueira Monteiro, Greice Helionay Freitas dos Passos e às empresas F. C. Carvalho Filho, M. M. Maciel ME, J. A. F. de Souza ME, Rosalvo Rodrigues da Silva (Impersoma Distribuidora), W. G. Fernandes ME, Recol Distribuição e Comércio Ltda., A. C. G. Comércio e Representações Ltda., F. F. Maciel ME e G. S. Silveira ME, a multa prevista no art. 57, da mesma lei, nos valores abaixo indicados, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU) o recolhimento dos valores aos cofres do Tesouro Nacional, com incidência de encargos legais, calculados da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo estipulado:

Responsável	Valor (R$)
Mauri Sérgio Moura de Oliveira	130.000,00
Carlos Augusto Beyruth Borges	130.000,00
José Ribamar Pinheiro de Almeida	3.000,00
Ely de Souza Santos	3.000,00
Paulo Charles Costa Barbosa	100.000,00
Paulo Henrique Filgueira Monteiro	2.000,00
Greice Helionay Freitas dos Passos	3.000,00
F. C. Carvalho Filho	60.000,00
M. M. Maciel ME	17.000,00
J. A. F. de Souza ME	15.000,00
Rosalvo Rodrigues da Silva (Impersoma Distribuidora)	20.000,00
W. G. Fernandes ME	8.000,00
Recol Distribuição e Comércio Ltda.	10.000,00
A. C. G. Comércio e Representações Ltda.	2.000,00
F. F. Maciel ME	2.000,00
G. S. Silveira ME	2.000,00

9.12. aplicar, individualmente, aos Srs. Mauri Sérgio Moura de Oliveira, Carlos Augusto Beyruth Borges, José Ribamar Pinheiro de Almeida, Ely de Souza Santos e Greice Helionay Freitas dos Passos a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, nos valores abaixo indicados, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU) o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, com incidência de encargos legais, calculados da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo estipulado:

Responsável	Valor (R$)
Mauri Sérgio Moura de Oliveira	5.000,00
Carlos Augusto Beyruth Borges	10.000,00
José Ribamar Pinheiro de Almeida	7.000,00
Ely de Souza Santos	7.000,00
Greice Helionay Freitas dos Passos	7.000,00

9.13. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.14. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.14.1. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias a contar do recebimento da notificação e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência de encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.14.2. alertar aos responsáveis que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 26, parágrafo único, c/c o § 2º do art. 217 do RITCU;

9.15. declarar os Srs. Mauri Sérgio Moura de Oliveira e Paulo Charles Costa Barbosa inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública, pelo período de 6 (seis) anos, nos termos do art. 60 da Lei 8.443/1992;

9.16. declarar, nos termos do art. 46 da Lei 8.443/1992, a empresa F. C. Carvalho Filho inidônea para participar, pelo prazo de 5 (cinco) anos, de licitação na administração pública federal;

9.17. remeter cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Acre para a adoção das medidas que entender cabíveis, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 36/2012 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2464-36/12-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2465/2012 - TCU - Plenário

1. Processo TC 034.910/2011-5.

2. Grupo I - Classe V - Relatório de Auditoria Operacional.

3. Interessado: Tribunal de Contas da União.

4. Unidade: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação - Sefti.

8. Advogado: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria operacional para avaliar o Sistema de Convênios do Governo Federal - Siconv quanto ao atendimento dos normativos federais que regulamentam convênios, contratos de repasses e termos de parceria, do ponto de vista de tecnologia da informação.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária do Plenário, ante as razões expostas pela relatora, em:

9.1. recomendar à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que:

9.1.1.estude a necessidade de inclusão de representante das instituições mandatárias da União na Comissão Gestora do sistema Siconv, de modo a mitigar o risco de que decisões inadequadas para o êxito do sistema e da sistemática de transferências voluntárias sejam tomadas sem a opinião desses atores, como recomendam as boas práticas do Cobit 4.1, objetivos de controle ME4.3 - Entrega de valor e PO10.4 - Comprometimento das partes interessadas;

9.1.2. mantenha o dicionário de dados compatível com o modelo de dados do Siconv, de modo a tornar mais eficientes as manutenções evolutivas e corretivas, melhorando o entendimento das equipes envolvidas sobre o sistema, como recomenda o Cobit 4.1, objetivos de controle AI2.7 e AI6.5;

9.1.3. elabore e revise periodicamente mapa contendo as atividades e perfis de usuários conflitantes no âmbito do Siconv, implementando mecanismos de controle que garantam a efetiva aplicação dessas restrições e a realização de processo de verificação periódica da base de usuários, com vistas a identificar, analisar e corrigir casos de usuários cadastrados em desconformidade com essas regras, de acordo com as recomendações do item 10.1.3 da Norma NBR ISO/IEC 27.002:2005;

9.1.4. elabore documentação de engenharia de software que atenda aos requisitos de auditabilidade do Siconv, implementando-as de tal modo que torne segura a identificação dos usuários nas transações, por meio de atributos como CPF, *timestamp* e IP da máquina de acesso, como recomenda o objetivo de controle AI2.3 - Controle e auditabilidade do aplicativo, do Cobit 4.1;

9.1.5. ao desenvolver ou manter funcionalidades de exibição de histórico de transações acessíveis aos usuários por meio do próprio sistema, a exemplo das funcionalidades F3.6, F4.5, F8.5, F11.5, F11.6, F11.7 e F11.8, previstas no Documento de Visão, defina funcionalidades em que seja possível a identificação de alterações nos conteúdos correspondentes com identificação de autor. De tal modo que seja possível ao usuário identificar alterações feitas por terceiros que possam comprometer a execução do ciclo da transferência voluntária ou que tenham sido realizadas de má-fé, como recomendado no objetivo de controle AI2.3 - Controle e auditabilidade do aplicativo, do Cobit 4.1;

9.1.6. em atenção ao princípio da eficiência, implemente rotina de pesquisa automática em bases de dados de membros do poder e de servidores públicos, conforme requisitos do art. 2º, II do Decreto 6.170/2007, de modo a reduzir a carga de trabalho dos usuários do Sinconv e mitigar a possibilidade de erros e fraudes em sua utilização;

9.1.7. em atenção ao princípio constitucional da eficiência, implemente rotina de pesquisa automática em sistemas ou serviços web aos requisitos da Portaria Interministerial 507/2011(Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Fazenda e Controladoria-Geral da União), listados a seguir, de modo a reduzir a carga de trabalho dos usuários do Siconv e mitigar a possibilidade de erros em sua utilização:

9.1.7.1. certificado de regularidade previdenciária (CRP), disponível no sítio do Ministério da Previdência Social (art. 38, inciso II);

9.1.7.2. certidão conjunta de débitos relativos a tributos e contribuições federais e à dívida ativa da União (art. 38, inciso III);

9.1.7.3. certidão negativa de débito da Secretaria da Receita Federal do Brasil (art. 38, inciso IV);

9.1.7.4. regularidade no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), mantido pelo Banco Central do Brasil (art. 38, inciso V);

9.1.7.5. regularidade no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mantido pela Caixa Econômica Federal (art. 38, inciso VI);

9.1.7.6. regularidade quanto à prestação de contas de recursos federais repassados anteriormente, mantido pelo sistema Siafi (art. 38, inciso VII);

9.1.7.7. regularidade em relação à adimplência financeira em empréstimos e financiamentos concedidos pela União, expedido pela Secretaria do Tesouro Nacional (art. 38, inciso VIII);

9.1.7.8. aplicação mínima na área de educação, expedido pelo Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação - Siope (art. 38, inciso IX);

9.1.7.9. aplicação mínima na área de saúde, expedido pelo Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde - Siops (art. 38, inciso X);

9.1.7.10. publicação do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), comprovado pelo Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação - Sistn (art. 38, inciso XI);

9.1.7.11. encaminhamento dos demonstrativos contábeis para consolidação das contas dos entes da Federação, comprovado pela Secretaria do Tesouro Nacional (art. 38, inciso XIII);

9.1.7.12. publicação do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), comprovado pelo Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação - Sistn (art. 38, inciso XIV);

9.1.7.13. regularidade quanto ao pagamento de precatórios judiciais, de acordo com o Cadastro de Inadimplentes do Conselho Nacional de Justiça - Cedin (art. 38, inciso XVI);

9.1.8. ao especificar as funcionalidades do módulo de prestação de contas do sistema Siconv, atente aos seguintes requisitos disciplinados na Portaria Interministerial 507/2011:

9.1.8.1. possibilidade de registro da inadimplência no Siconv por omissão na prestação de contas (art. 72, § 3º);

9.1.8.2. adição de documentos que contenham justificativas e medidas adotadas, a serem inseridos no Siconv (art. 72, § 7º);

9.1.8.3. suspensão do registro de inadimplência quando o atual responsável comunicar as medidas adotadas quanto ao administrador faltoso (art. 72, § 8º);

9.1.8.4. notificação prévia do convenente sobre as irregularidades apontadas (art. 72, § 9º);

9.1.8.5 registro de inadimplência deverá esperar 45 (quarenta e cinco) dias para ser efetivado após notificação prévia (art. 72, § 11);

9.1.9. ao especificar as funcionalidades do módulo de tomada de contas especial do sistema Siconv, atente aos seguintes requisitos disciplinados na Portaria Interministerial 507/2011:

9.1.9.1 possibilidade de inscrição de inadimplência no Siconv (art. 82, § 3º, I);

9.1.9.2 registro dos causadores do dano ao erário na conta "Diversos responsáveis" do Siafi (art. 82, § 3º, I);

9.1.10. atualize a documentação de engenharia de software para que contenha o requisito de transferência de informações relativas à movimentação de conta bancária, a serem providenciadas pelas instituições financeiras, em atendimento à Portaria Interministerial 507/2011, art. 64, § 2º, III;

9.1.11. disponibilize aos usuários do sistema Siconv histórico de trabalho dos convenentes, especialmente das entidades privadas sem fins lucrativos, como apoio e suporte ao processo de escolha de proponentes, em que seja possível a obtenção tempestiva de informações relevantes desses entes, tais como:

9.1.11.1. omissão no dever de prestar contas;

9.1.11.2. descumprimento injustificado do objeto de convênios, contratos de repasse ou termos de parceria;

9.1.11.3. desvio de finalidade na aplicação dos recursos transferidos;

9.1.11.4. ocorrência de dano ao erário, ou prática de outros atos ilícitos na execução de convênios, contratos de repasse ou termos de parceria;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.1.11.5. histórico de convênios e contratos de repasse executados;

9.1.11.6. outras informações relevantes ao processo de seleção de proponentes;

9.1.11.7. outras informações impeditivas de celebração de convênios, contratos de repasse e termos de parceria;

9.1.12. defina indicadores da eficiência e eficácia da qualidade técnica e da capacidade operacional dos convenentes, de modo que essas informações possam ser utilizadas como critérios na seleção dos proponentes, em consonância ao Decreto 6.170/2007, art. 5º, caput;

9.1.13. disponibilize consultas específicas no sistema Siconv, em área de livre acesso para possibilitar o controle social, em obediência aos preceitos da Lei 12.527/2011, § 3º, I, considerando a necessidade de pesquisar por:

9.1.13.1. nome do convenente (município, estado ou organização não governamental);

9.1.13.2.unidade gestora (Uasg);

9.1.13.3. número do convênio/contrato de repasse ou termo de parceria;

9.1.13.4. dados específicos de um convênio (número de processo, objeto, valores de repasse, valores de contrapartida, valor total de recursos, notas de empenho, ordem bancária, período de vigência, entre outros);

9.1.13.5. município de execução;

9.1.13.6. situação do convênio;

9.1.13.7. convênios celebrados por entes inadimplentes;

9.1.13.8. fornecedores (beneficiários de pagamentos);

9.1.14. estude a possibilidade de ampliação do atual limite máximo de tamanho de arquivos para *upload* no sistema Siconv (hoje de 1MB), de modo a propiciar maior eficiência no uso do sistema, bem como se adequar a limites utilizados por sistemas congêneres, e facilitar a utilização do Siconv;

9.1.15. implemente funcionalidades que permitam ao usuário retorno em operações sequenciais, de modo que seja possível retornar às telas iniciais de uma funcionalidade para complementação ou correção de informações, em atendimento ao princípio da eficiência e à diretriz 1.14 da Cartilha de Usabilidade do Governo Eletrônico, versão 1.2;

9.1.16. defina plano de redução de apurações especiais realizadas no sistema Siconv, a ser avaliado periodicamente, com base em metas, de modo a reduzir o expressivo número de operações diretas no banco de dados, criando soluções ou funcionalidades para mitigar esse tipo de necessidade, como as de retificação de eventos que permitam que os próprios usuários efetuem alterações no sistema, em atenção às boas práticas e ao princípio da eficiência;

9.1.17. estude a possibilidade de realização de pesquisas periódicas de usuários, de modo a aferir a percepção dos mesmos sobre o sistema Siconv e melhorar indicadores negativos;

9.2. dar ciência à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que a definição de *framework* de desenvolvimento de software, bem como a definição da arquitetura de solução de tecnologia da informação, sem a realização de estudo de pertinência e viabilidade técnica e financeira, identificado no desenvolvimento do Siconv, afronta o disposto na Lei 8.666/1993, art. 15, I c/c Instrução Normativa - MP/SLTI 4/2010 art. 13, II;

9.3. encaminhar cópia deste acórdão, do voto e do relatório que o fundamentaram, bem como os dados obtidos na pesquisa de opinião com usuários de órgãos e entidades concedentes e convenentes, inclusive acompanhados das sugestões apresentadas pelos usuários à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

9.4. encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado do voto e do relatório que o fundamentaram, à Casa Civil da Presidência da República, à Comissão Gestora do Siconv e à Controladoria-Geral da União;

9.5. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 36/2012 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2465-36/12-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2466/2012 - TCU - Plenário

1. Processo TC 009.594/2012-4.

2. Grupo: II - Classe de assunto: V - Relatório de Auditoria.

3. Interessado: Congresso Nacional.

4. Unidade: Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A..

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: Secob-4.

8. Advogado constituído nos autos: Ana Carolina Guizzo (OAB/SP 206.536) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria realizada no âmbito do Fiscobras/2012, tendo por objeto o Lote 5S da Ferrovia Norte-Sul, sob responsabilidade da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar à Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. que:

9.1.1. encaminhe a este Tribunal, até a data de 15/10/2012, os seguintes elementos:

9.1.1.1. definição do traçado da obra, com indicação das soluções para superação dos obstáculos e interferências ocorridos;

9.1.1.2. projetos de obras de arte especiais embasados em estudos adequados, os quais devem necessariamente incluir a sondagem do terreno que atenda, no mínimo, aos termos da norma Valec 80-EG-000A-29-000 em sua revisão 6 e aos parâmetros preconizados pela Valec no edital 2/2012, cujo objeto é elaboração do projeto executivo da Ferrovia de Integração Centro-Oeste;

9.1.1.3. caracterização do terreno ao longo do leito da ferrovia, por meio de sondagens, de forma a atender os parâmetros preconizados pela Valec no citado edital 2/2012;

9.1.1.4. composições unitárias que reflitam a realidade da obra no caso da produção de concreto em usina para as obras de arte especiais, obras de arte correntes e dispositivos de drenagem, conforme evidenciado no Relatório de Fiscalização 382/2012;

9.1.1.5. comprovação da exclusão dos itens referentes à contratação de helicóptero do contrato de obras civis do lote 5S da Extensão Sul da Ferrovia Norte-Sul;

9.1.1.6. adequação do orçamento, refletindo as alterações de projeto decorrentes das providências acima;

9.1.2. comprove a inclusão em suas normas de elaboração de projeto básico, da obrigatoriedade de apresentação de estudos que fundamentem a viabilidade de execução da obra no prazo estipulado, e que associem a realização das atividades da obra ao cumprimento de seus pré-requisitos, estudos esses contendo gráfico de Gantt, ABC de insumos, histograma de mão de obra e caminho crítico;

9.1.3. comprove a exclusão do item 4.a da norma "Valec 80-ES-028A-19-8001 - Colchão Drenante", a expressão "ou determinação da fiscalização", a qual contraria o disposto no art. 6º, inciso IX, da Lei 8.666/93, por permitir alterações do projeto básico por atos da fiscalização;

9.1.4. de forma a atender o disposto no art. 6º da Lei 8.666/1993, promova estudos com vistas à alteração da especificação de estudos geotécnicos para projetos (80-EG-000A-29-000), especialmente no que se refere ao intervalo, a profundidade e o método das sondagens no corpo estradal, utilizando, entrementes, no mínimo, os parâmetros estabelecidos na Publicação IPR 742 - Manual de Implantação Básica de Rodovia, 3ª edição 2010, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, até que a Valec disponha de normativo próprio;

9.2. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como das peças que o fundamentam à Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. e à empresa Tiisa - Triunfo Iesa Infraestrutura S.A..

10. Ata n° 36/2012 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2466-36/12-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2467/2012 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.612/2012-0.

2. Grupo: II - Classe de assunto: V - Auditoria.

3. Interessado: Congresso Nacional.

4. Unidade: Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. - MT.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: Secob-4.

8. Advogado constituído nos autos: Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria realizada no âmbito do Fiscobras/2012 nas obras da Extensão Sul da Ferrovia Norte Sul (FNS), nos lotes 1S a 4S, a cargo da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar à Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. que:

9.1.1. encaminhe a este Tribunal, até a data de 15/10/2012, os seguintes elementos:

9.1.1.1. definição do traçado da obra, com indicação das soluções para superação dos obstáculos e interferências ocorridos;

9.1.1.2. projetos de obras de arte especiais embasados em estudos adequados, os quais devem necessariamente incluir a sondagem do terreno que atenda, no mínimo, aos termos da norma Valec 80-EG-000A-29-000 em sua revisão 6 e aos parâmetros preconizados pela Valec no edital 2/2012, cujo objeto é elaboração do projeto executivo da Ferrovia de Integração Centro-Oeste;

9.1.1.3. caracterização do terreno ao longo do leito da ferrovia, por meio de sondagens, de forma a atender os parâmetros preconizados pela Valec no citado edital 2/2012;

9.1.1.4. composições unitárias que reflitam a realidade da obra no caso da produção de concreto em usina para as obras de arte especiais, obras de arte correntes e dispositivos de drenagem, conforme evidenciado no Relatório de Fiscalização 382/2012;

9.1.1.5. comprovação da exclusão dos itens referentes à contratação de aeronave do contrato de execução de obras civis dos lotes da Extensão Sul da Ferrovia Norte-Sul;

9.1.1.6. adequação dos orçamentos das obras dos lotes, refletindo as alterações de projeto decorrentes das providências acima;

9.1.2. comprove a inclusão em suas normas de elaboração de projeto básico, da obrigatoriedade de apresentação de estudos que fundamentem a viabilidade de execução da obra no prazo estipulado, e que associem a realização das atividades da obra ao cumprimento de seus pré-requisitos, estudos esses contendo gráfico de Gantt, ABC de insumos, histograma de mão de obra e caminho crítico;

9.1.3. comprove a exclusão do item 4.a da norma "Valec 80-ES-028A-19-8001 - Colchão Drenante", a expressão "ou determinação da fiscalização", a qual contraria o disposto no art. 6º, inciso IX, da Lei 8.666/93, por permitir alterações do projeto básico por atos da fiscalização;

9.1.4. de forma a atender o disposto no art. 6º da Lei 8.666/1993, promova estudos com vistas à alteração da especificação de estudos geotécnicos para projetos (80-EG-000A-29-000), especialmente no que se refere ao intervalo, a profundidade e o método das sondagens no corpo estradal, utilizando, entrementes, no mínimo, os parâmetros estabelecidos na Publicação IPR 742 - Manual de Implantação Básica de Rodovia, 3ª edição 2010, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, até que a Valec disponha de normativo próprio;

9.2. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como das peças que o fundamentam à Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. e aos consórcios executores das obras.

10. Ata n° 36/2012 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2467-36/12-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2468/2012 - TCU - Plenário

1. Processo TC-016.148/2011-8.

2. Grupo I - Classe VII - Representação

3. Interessada: Siemens Enterprise Communications - Tecnologia da Informação e Comunicações Corporativas Ltda. (art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993).

4. Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: 3ª Secretaria de Controle Externo (Secex/3).

8. Advogados constituídos nos autos: Elizabeth Diniz Martins Souto, OAB/DF 416-A; Luiz Cláudio de Almeida Abreu, OAB/DF 301; Marcelo Antônio Rodrigues Viegas, OAB/DF 18.503; Marisa Valadares Gontijo Guimarães, OAB/DF 11.625; Paulo Marcelo de Carvalho, OAB/DF 15.115; Plauto Afonso da Silva Ribeiro, OAB/DF 20.567; René Rocha Filho, OAB/DF 8.855; Saint-Clair Diniz Martins Souto, OAB/DF 23.368; Saint-Clair Martins Souto, OAB/DF 4.875; Simão Guimarães de Sousa, OAB/DF 1.023; Teresa Amaro Campelo Beserra, OAB/DF 3.037.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada com pedido de medida cautelar pela empresa Siemens Enterprise Communications - Tecnologia da Informação e Comunicações Corporativas Ltda. em face de irregularidades no Pregão Eletrônico SRP 137/2010, conduzido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDFT, com vistas à contratação dos serviços de fornecimento, instalação e configuração de materiais e equipamentos relativos à ampliação e atualização da planta de telecomunicações daquele órgão, em que se examina, nesta oportunidade, o atendimento às disposições do Acórdão 249/2012 - Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar suficientes as medidas adotadas pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios para o cumprimento dos subitens 9.4 e 9.8 do Acórdão 249/2012 - Plenário, permitindo-se, em razão da situação excepcional e peculiar verificada quanto à aquisição, por meio da ata de registro de preços firmada com a empresa A. Telecom, ARP nº 50/2011, do item 01 (aparelho telefônico IP Tipo I - Básico), do aparelho telefônico Cisco 7942G em substituição ao aparelho Cisco 6921, ao preço indicado originalmente e ora mantido na Ata de Retificação de Registro de Preços do Pregão Eletrônico 137/2010 (Ata 050/2011, peça 108, p. 49 destes autos); e

9.2. arquivar os presentes autos após ciência ao TJDFT.

10. Ata n° 36/2012 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2468-36/12-P.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Valmir Campelo.
13.3. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.
13.4. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.
ACÓRDÃO Nº 2469/2012 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 005.392/2011-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Monitoramento.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgãos/Entidades: Ministério dos Transportes (MT); Inventariança da Rede Ferroviária Federal; Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: 1ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-1).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de monitoramento da implementação das determinações constantes do Acórdão 486/2009-TCU-Plenário;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar prejudicado o integral atendimento do subitem 1.5.1 do Acórdão 486/2009-TCU-Plenário;
9.2. considerar que permanecem válidos os comandos ínsitos nos subitens 1.5.2 e 1.5.3 do Acórdão 486/2009-TCU-Plenário;
9.3. determinar:
9.3.1. à Agência Nacional de Transportes Terrestres e ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes que, conjuntamente, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, considerando a legalidade, a viabilidade, a conveniência, a oportunidade e o disposto no contrato de arrendamento, deliberem conjuntamente sobre a proposta da empresa Ferrovia Centro-Atlântica S/A, de recuperação da Estação Ferroviária São Francisco, informando esta Corte sobre o teor da decisão, ocasião em que deverão ser expostas as razões que levaram ao atendimento ou rejeição do pleito da concessionária;
9.3.2. à Agência Nacional de Transportes Terrestres que, no caso de rejeição da proposta a que se refere o item 9.3.1 deste acórdão, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da decisão de rejeição, adote as medidas necessárias à cobrança administrativa ou judicial da dívida decorrente da depredação da Estação Ferroviária São Francisco, em Alagoinhas/BA, no período em que esteve vinculada ao arrendamento à Ferrovia Centro-Atlântica S/A, com fundamento no art. 25, II, da Lei 10.233/2011 e na cláusula segunda do acordo de cooperação técnica firmado em 20/7/2009 entre a agência e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, informando esta Corte sobre as medidas adotadas;
9.3.3. à 1ª Secex que monitore o cumprimento das determinações deste acórdão.

10. Ata n° 36/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2469-36/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.
ACÓRDÃO Nº 2470/2012 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 014.218/2006-7.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Denúncia)
3. Interessado/Responsáveis:
3.1. Interessado: Benedito Ferreira Pires Terceiro;
3.2. Responsáveis: Benedito Ferreira Pires Terceiro, Superintendente Regional do Incra (CPF 012.221.983-04); Raimundo Moura Oliveira (CPF 499.007.733-49); Benedito Dias (CPF 864.565.553-53); Luiz Alfredo Soares da Fonseca (CPF 094.241.053-04); Bahia Construções e Edificações Ltda. (CNPJ 03.191.522/0001-06); Fulgêncio Gomes Filho (CPF 150.754.002-72); Antônio Gualhardo Álvares dos Prazeres (CPF 012.235.342-00); Carlos César Luso (CPF 124.828.033-49); Inca Planejamento, Assessoria e Consultoria (CNPJ 02.835.894/0001-65); Lina rosa de Carvalho Mello (CPF 437.663.403-44).
4. Órgãos/Entidades: Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento Pau de Estopa e Superintendência Regional do Incra no Estado do Maranhão.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
5.1. Relator da Deliberação Recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR);
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto por Benedito Ferreira Pires Terceiro, contra o Acórdão 1.313/2011- TCU - Plenário,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 32, 33 e 48, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 285 e 286, do Regimento Interno/TCU, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 36/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2470-36/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.
ACÓRDÃO Nº 2471/2012 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 013.396/2009-9.
2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Tribunal de Contas do Estado da Paraiba (09.283.110/0001-82).
3.2. Responsáveis: Francisco das Chagas Dantas Pereira (042.643.384-09); José Almeida Silva (132.794.914-87); José Araújo da Silva (149.327.028-17); Vanuzia Araujo da Silva (519.055.404-00); COMPAC - Construtora Compacta Ltda. (03.168.526/0001-73); Constat - Construções e Assistência Técnica Ltda. (10.764.389/0001-03); Empreiteira Nóbrega Ltda. (04.595.532/0001-70).
4. Órgão/Entidade: Município de Cajazeirinhas - PB.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PB (Secex-PB).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam representação formulada pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar revéis as empresas COPAC - Construtora Compacta Ltda. e CONSTAT-Construções e Assistência Técnica Ltda.;
9.2. acolher parcialmente as razões de justificativa de Vanúzia Araújo da Silva, José Almeida Silva, Francisco das Chagas Dantas Pereira e José Araújo da Silva e a manifestação da Empreiteira Nóbrega Ltda., afastando os indícios de irregularidade a que se referem às alíneas "c" a "f" do terceiro parágrafo do voto condutor deste Acórdão;
9.3. aplicar a Francisco das Chagas Dantas Pereira, José Almeida Silva, José Araújo da Silva e Vanuzia Araujo da Silva a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, no valor individual de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 216 do Regimento Interno), o recolhimento das multas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente da data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92, caso não atendidas as notificações;
9.5. declarar inidôneas as empresas CONSTAT - Construções e Assistência Técnica Ltda., Empreiteira Nóbrega Ltda. e CONPAC - Construtora Compacta Ltda., para participarem de licitações que envolvam recursos da Administração Pública Federal, mesmo os descentralizados mediante convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres federais, pelo prazo de 2 (dois) anos, com base no art. 46 da Lei n.º 8.443/1992;
9.6. com fundamento no art 209, § 7º, do Regimento Interno/TCU, remeter cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam à Procuradoria da República no Estado da Paraíba e ao Ministério Público do Estado da Paraíba e ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba;
9.7 determinar à Segecex que, em conjunto com a Secex/PB, realize a fiscalização dos demais procedimentos licitatórios que tiveram a participação das empresas relacionadas no item 9.5 deste Acórdão, representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata n° 36/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2471-36/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2472/2012 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 026.521/2011-3.
2. Grupo II - Classe de Assunto: VII (Representação de equipe de fiscalização).
3. Interessado/Responsável:
3.1. Interessado: Equipe de fiscalização da Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná.
3.2. Responsável: Consórcio Intergestores Paraná Saúde (03.273.207/0001-28).
4. Entidade: Estado do Paraná.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (Secex/PR).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada por equipe de fiscalização da Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná, em que se avalia possível irregularidade na aquisição de medicamentos pelo *Consórcio Intergestores Paraná Saúde*, com recursos transferidos pela União, em face da não aplicação da desoneração de ICMS prevista em convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 237, inciso V, 246 e 250, inciso I, do Regimento Interno, em:
9.1. conhecer da representação, para, no mérito, considerá-la improcedente;
9.2. encaminhar cópia da peça 14, ao *Consórcio Intergestores Paraná Saúde*, para adoção das providências que julgar conveniente;
9.3. encaminhar cópia do acórdão, assim como do relatório e voto que o fundamentam, ao *Consórcio Intergestores Paraná Saúde*, para conhecimento.

10. Ata n° 36/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2472-36/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2473/2012 - TCU - Plenário

1. Processo n. TC 003.924/2011-4.
1.1. Apenso: 000.241/2012-1
2. Grupo: II; Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria.
3. Responsáveis: Tereza Cristina Venturini Martins, CPF n. 719.699.181-87, Paulo Sardinha Mourão, CPF n. 064.775.342-15, Maurício Barbosa Pinto, CPF n. 962.032.001-82, Bruno Gomes Rocha, CPF n. 892.049.051-15, Ubiratã Araújo e Silva, CPF n. 151.821.931-49, Wellington Lustosa Filho, CPF n. 167.614.801-91, e Construtora Jardim Ltda. CNPJ n. 00.123.661/0001-04.
4. Entidade: Município de Porto Nacional/TO.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (Secex/TO).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos da auditoria realizada pela Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins - Secex/TO, que teve por objetivo a verificação da boa e regular gestão de recursos públicos federais repassados ao Município de Porto Nacional/TO nos exercícios de 2008 a 2010.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. determinar o desapensamento do TC 000.241/2012-1, para o aprofundamento da análise, pela Secex-TO, das questões referentes aos convênios celebrados entre o Município de Porto Nacional/TO e a Funasa para construção de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, inclusive quanto ao possível direcionamento das licitações realizadas;
9.2. determinar à Superintendência Estadual da Funasa no Tocantins que aprecie, no prazo de 90 (noventa) dias, as prestações de contas, parciais ou finais, dos seguintes convênios, tomando as medidas necessárias em caso de irregularidades, e remeta, ao término do referido prazo, informações sobre as providências adotadas à este TCU: CV 2697/05, EP 3054/06, EP 3055/06, EP 0361/07, EP 11/87/07 e EP 0362/07;
9.3. com fundamento no art. 250, inciso II, do RI/TCU, determinar ao Município de Porto Nacional/TO que:
9.3.1. no prazo de 120 (cento e vinte) dias, tome as medidas cabíveis para corrigir as falhas apontadas nas obras dos Convênios ns. 233672-47/2007 (Siafi 610356) e 251117-95/2008 (Siafi 623237), informando os resultados a este Tribunal ao final desse período;
9.3.2. adote providências com vistas a realizar concurso público, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da ciência deste Acórdão, para a contratação, com recursos federais, dos profissionais das equipes do Programa Saúde da Família, em atendimento aos Acórdãos 1.146/2003, 1.281/2007 e 281/2010, do Plenário, a fim de substituir todos os profissionais contratados de forma irregular, observando-se os requisitos previstos na Portaria MS n. 2.488/2011, no Decreto n. 3.189/1999, e na Lei n. 10.507/ 2002;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.3.3. observe as normas atinentes à elaboração do cardápio da merenda escolar, emitidas pelo Fnde/MEC, sob pena da aplicação das sanções previstas nos referidos normativos;

9.3.4. utilize a modalidade Pregão, preferencialmente na sua forma eletrônica, quando da aquisição de bens e serviços comuns com recursos federais, nos termos da Lei n. 10.520/2002 ou, na impossibilidade de fazê-lo, apresente as devidas justificativas;

9.3.5. conforme preconizam o art. 198, inciso I, da Constituição Federal e os artigos 7º, inciso IX e 9º, **caput**, inciso III, da Lei 8.080/1990: (i) assegure que o ordenador de despesas dos recursos financeiros da saúde seja o Secretário Municipal de Saúde; e (ii) implemente o Fundo Municipal de Saúde;

9.3.6. observe as normas relativas ao Programa Saúde da Família, notadamente as relativas ao cumprimento de horário integral de todos os profissionais das equipes do programa, nos termos da Portaria n. 648/GM, de 28/3/2006;

9.3.7. notifique os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede na localidade, da liberação de recursos públicos por órgãos e entidades da administração pública federal em benefício da municipalidade, a qualquer título, nos termos do art. 2º da Lei 9.452/1997 e art. 35 da Portaria MPOG/MF/CGU n. 127/2008;

9.3.8. cumpra a Resolução FNDE/CD n. 10/2008, segundo a qual os recursos do Pnate só podem ser destinados a pagamento de serviços de condução de escolares contratados junto a terceiros se tanto o veículo quanto o respectivo condutor obedecerem aos requisitos e às disposições do Código de Trânsito Brasileiro.

9.4. determinar ao Ministério das Cidades que verifique a correção das falhas apontadas pelo TCU e pela CGU/TO na execução dos Contratos de Repasse n. 233672-47/2007 (Siafi 610356) e 251117-95/2008 (Siafi 623237), quando da análise das prestações de contas pelo Município de Porto Nacional/TO, e adote as medidas legais em caso de irregularidades, remetendo a este Tribunal os resultados obtidos;

9.5. determinar à Secex/TO que, no bojo do TC 000.241/2012-1:

9.5.1. monitore o cumprimento da determinação do item 9.2 **supra**;

9.5.2. encaminhe ao Município de Porto Nacional/TO, como subsídio à resposta ao item 9.3.1 acima, cópia das peças ns. 101 e 202 deste processo, bem como do presente Acórdão e do Relatório e Voto que o fundamentam.

9.6. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado dos respectivos Relatório e Voto, à Controladoria Regional da União no Estado do Tocantins - CGU/TO;

10. Ata n° 36/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2473-36/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2474/2012 - TCU - Plenário

1. Processo n. TC 350.268/1997-5.
Apensos: TC 007.067/1999-2, TC 007.121/2000-8, TC 016.110/1999-4, TC 010.340/2000-6 e TC 010.422/2001-1, TC 006.998/2002-9.
2. Grupo: II, Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Astrogildo Fraguglia Quental, CPF n. 010.513.538-07; Domingos dos Santos Martins Filho (falecido), CPF n. 003.119.283-15; Francisco de Assis Milhomem Coelho, CPF n. 056.886.631-20; José Trajano Brandão Martins, CPF n. 012.389.653-34; Ricardo Laender Perez, CPF n. 055.154.671-91; Valdemar Cabral de Paula, CPF n. 039.227.073-00; e Coesa Engenharia Ltda., CNPJ n. 13.578.349/0001-57.
4. Entidades: Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Irrigação e Secretaria de Infraestrutura do Governo do Estado do Maranhão.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representantes do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidades: Secex/MA e 4ª Secob.
8. Advogados constituídos nos autos: João Geraldo Piquet Carneiro, OAB/DF 800-A; Luiz Custódio de Lima Barbosa, OAB/DF n. 791; Arthur Lima Guedes, OAB/DF n. 18.073; Mabel Lima Tourinho, OAB/DF n. 16.486; José Carlos Fonseca, OAB/DF n. 1.495-A; Walter Costa Porto, OAB/DF n. 6.098; José Raimundo Teixeira Raposo, OAB/DF n. 6.418.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial, oriunda da conversão, por força das disposições do subitem 9.1 do Acórdão n. 74/2003 - Plenário, do processo de Relatório da Inspeção, que tratou da fiscalização realizada no projeto denominado "Perímetro de Irrigação Salangô", no Município de São Mateus/MA.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar, com base nos arts. 16, inciso II, e 18 da Lei n. 8.443/1992, regulares com ressalva as contas dos Srs. Astrogildo Fraguglia Quental, Domingos dos Santos Martins Filho (falecido), Francisco de Assis Milhomem Coelho, José Trajano Brandão Martins, Ricardo Laender Perez e Valdemar Cabral de Paula, dando-lhes quitação;

9.2. dar ciência desta deliberação aos responsáveis arrolados nestes autos, à empresa Coesa Engenharia Ltda., bem como aos herdeiros do responsável falecido Sr. Domingos dos Santos Martins Filho;

9.3. arquivar os autos.

10. Ata n° 36/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2474-36/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2475/2012 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 006.065/2011-2.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Auditoria.
3. Interessado/Responsáveis:
3.1. Interessado: Congresso Nacional.
3.2. Responsável: Flávia Skrobot Barbosa Grosso (CPF 026.631.392-20).
4. Entidade: Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa/MDIC.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: Secob-3.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia o monitoramento de determinação constante do item 9.1 do Acórdão 2.176/2011-TCU-Plenário, no sentido de que a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) apresente a este Tribunal documento que comprove a aprovação do novo orçamento base das obras de Modernização da Malha Viária do Distrito Industrial de Manaus/AM (programa de trabalho 22.661.0392.2537.0101 - Manutenção do Distrito Industrial de Manaus), sem a duplicidade identificada na auditoria realizada no âmbito do Fiscobras 2011 em relação aos custos com areia e brita comercial;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar atendida a determinação constante do item 9.1 do Acórdão 2.176/2011-TCU-Plenário; e
9.2. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 36/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2475-36/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2476/2012 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 014.789/2011-6.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Auditoria.
3. Interessado/Responsável:
3.1. Interessado: Congresso Nacional.
3.2. Responsável: José Sérgio Gabrielli de Azevedo (CPF 042.750.395-72).
4. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras/MME.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secob-3.
8. Advogados constituídos nos autos: Carlos Roberto de Siqueira Castro, OAB/DF 20.015, e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de monitoramento da determinação encaminhada à Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) nos termos do item 9.1 do Acórdão 1.351/2012-TCU-Plenário, para a apresentação dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) referentes à implantação da Refinaria Premium II no Estado do Ceará;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar atendida a determinação constante do item 9.1 do Acórdão 1.351/2012-TCU-Plenário;
9.2. determinar que a Secob-3 autue processo apartado constituído por todos os documentos relativos aos EVTEA entregues, os quais devem permanecer sob a chancela de sigilo, como documento Reservado, nos termos do art. 27 da Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), conforme orientado no item 9.2 do Acórdão 1.351/2012-TCU-Plenário, de modo que o acesso a essas informações fique restrito à unidade técnica e aos Gabinetes de ministros, ministros substitutos e membros do MPTCU, além da própria empresa, por intermédio de seus representantes devidamente autorizados, fazendo-se o devido registro de todos aqueles que tiveram acesso aos autos, destacando-se que, nesse caso, a Secob-3 deve atentar para o cumprimento da salvaguarda legal do sigilo aposto aos documentos, bem como, entre outros, para o cumprimento dos artigos 22, 25 e 30 da Lei de Acesso à Informação; e
9.3. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 36/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2476-36/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2477/2012 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 019.694/2003-9.
2. Grupo II - Classe VI - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Wanda Lima de Figueiredo Hadad (CPF 196.823.362-87).
4. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/AC.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Sefip.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão inicial de aposentadoria em favor de Wanda Lima de Figueiredo Hadad, servidora do Tribunal Regional Eleitoral no Acre - TRE/AC, no cargo de Técnico Judiciário, com vigência a partir de 16/6/1997;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que dê cumprimento ao item 9.3 do Acórdão 351/2007-2ª Câmara, que já promoveu a insubsistência do Acórdão 140/2005-2ª Câmara e considerou legal a alteração no ato de aposentadoria da Sra. Wanda Lima de Figueiredo Hadad, no cargo de Técnico Judiciário do TRE/AC, ordenando-lhe o respectivo registro; e
9.2. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 36/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2477-36/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2478/2012 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 032.991/2010-0.
2. Grupo II - Classe IV - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Carlos Vinícius Teixeira Arrifano (CPF 279.744.802-20); Carlos José da Silva (CPF 039.842.222-20), Daniel Rogério de Oliveira Filho (CPF 099.001.102-00), Eliete Pereira de Carvalho (CPF 169.329.002-20), José Antonio Pereira Junior (CPF 091.784.302-91), Paulo Henrique Gomes de Castro (CPF 251.854.462-34), Raimundo Ferreira Barros (CPF 029.270.552-20), Raimundo Mário Gomes da Cruz (CPF 090.238.442-20), Reinaldo Nicácio da Silva Junior (CPF 108.550.922-20) e Rui Jorge Moura dos Santos (CPF 096.820.662-04).
4. Órgão: Museu Paraense Emílio Goeldi.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secex/PA.
8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Coordenação de Contabilidade e Programação Financeira do Ministério da Ciência e Tecnologia em desfavor de Carlos Vinícius Teixeira Arrifano, Carlos José da Silva, Daniel Rogério de Oliveira Filho, Eliete Pereira de Carvalho, José Antonio Pereira Junior, Paulo Henrique Gomes de Castro, Raimundo Ferreira Barros, Raimundo Mário Gomes da Cruz, Reinaldo Nicácio

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

da Silva Junior e Rui Jorge Moura dos Santos, em razão de irregularidades na utilização de recursos relativos a suprimentos de fundos no Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG, nos exercícios de 1997 a 2000.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar que Secex/PA promova o devido saneamento dos autos, dando prosseguimento ao feito, de modo que:

9.1.1. promova a citação de todos os agentes supridos arrolados nestes autos de TCE, aí incluído o Sr. Carlos Vinícius Teixeira Arrifano, em solidariedade com os correspondentes ordenadores de despesas do Museu Paraense Emílio Goeldi, responsáveis pela concessão dos aludidos suprimentos de fundos, pelos valores históricos dos débitos identificados neste processo;

9.1.2. faça constar das respectivas comunicações processuais informação expressa no sentido de que a falta de justificativas para as irregularidades detectadas nestes autos de TCE pode resultar na aplicação individual das penalidades legais aos correspondentes ordenadores de despesas e a cada um dos agentes supridos, a exemplo da aplicação de multa, simples ou proporcional ao débito, e da inabilitação dos responsáveis para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na administração federal, nos termos dos arts. 58, 57 e 60 da Lei nº 8.443, de 1992, respectivamente;

9.2. determinar ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e ao Museu Paraense Emílio Goeldi que, se possível, adotem as providências cabíveis com vistas a promover o devido ressarcimento do erário por meio do desconto, parcelado ou integral, dos valores nas respectivas folhas de pagamentos dos agentes supridos constantes da presente TCE, sem prejuízo de lhes assegurar o contraditório e a ampla defesa, informando ao TCU os resultados porventura obtidos com essa medida no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da notificação da presente deliberação;

9.3. remeter cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta:

9.3.1. ao Museu Paraense Emilio Goeldi, ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e à Controladoria-Geral da União, para ciência;

9.3.2. aos correspondentes ordenadores de despesas do Museu Paraense Emilio Goeldi, responsáveis pela concessão dos aludidos suprimentos de fundos, e a cada um dos diversos agentes supridos arrolados nestes autos de TCE, aí incluído o Sr. Carlos Vinícius Teixeira Arrifano, para facilitar a identificação das questões específicas que merecem ser rebatidas nas respectivas defesas.

10. Ata n° 36/2012 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2478-36/12-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ENCERRAMENTO

Às 15 horas e 53 minutos, a Presidência convocou Sessão Extraordinária de Caráter Reservado a ser realizada a seguir e encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

MARCIA PAULA SARTORI
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 13 de setembro de 2012.

BENJAMIN ZYMLER
Presidente

1ª CÂMARA

ATA Nº 32, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012 (SESSÃO EXTRAORDINÁRIA)

Presidência do Ministro: Valmir Campelo
Representante do Ministério Público: Dr. Paulo Soares Bugarin
Secretário da Sessão: AUFC Francisco Costa de Almeida

Com a presença dos Ministros José Múcio Monteiro, Ana Arraes, do Ministro-Substituto convocado Marcos Bemquerer Costa (substituindo o Ministro Walton Alencar Rodrigues), bem como do Representante do Ministério Público, Dr. Paulo Soares Bugarin, o Presidente da Primeira Câmara, Ministro Valmir Campelo, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão Extraordinária da Primeira Câmara às dez horas, havendo registrado as ausências do Ministro Walton Alencar Rodrigues, em missão oficial deste Tribunal, do Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, por estar substituindo Ministro integrante da Segunda Câmara e do Ministro-Substituto Weder de Oliveira, por motivo de férias (Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, artigos 11, 12, § 2º, 33, 55, incisos I, alíneas a e b, II, alíneas a e b e III, 133, incisos I a IV, VI e VII, 134 a 136 e 140).

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Primeira Câmara homologou a Ata nº 31, da Sessão Ordinária realizada em 4 de setembro de 2012, de acordo com os artigos 33, inciso X e 95, inciso I, do Regimento Interno.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

A presente Ata, bem como o seu Anexo, de acordo com a Resolução TCU n° 184/2005, está publicada na página do Tribunal de Contas da União na Internet (www.tcu.gov.br).

PROCESSOS RELACIONADOS

A Primeira Câmara aprovou as Relações de processos organizadas pelos respectivos Relatores, bem como os Acórdãos de n°s 5301 a 5437, conforme pauta n° 32/2012, a seguir transcritos (Regimento Interno, artigos 137, 138, 140, 141 e 143, e Resoluções TCU n°s 164/2003, 184/2005 e 195/2006):

a) Ministro Valmir Campelo (Relação nº 28):

ACÓRDÃO Nº 5301/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.556/2012-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Elizia Alves de Andrade (041.458.012-53)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Amazonas
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5302/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.560/2012-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Eliezer Andrade (013.065.296-20); João da Silva dos Santos (042.149.001-20); Laura Maria Martins Holanda (390.865.856-04)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5303/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.563/2012-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Angela Maria Oliva Palma (263.028.100-00); Jane dos Santos Torres (286.014.750-00); Margareth Mendes da Cunha (264.969.920-53)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5304/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.931/2012-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria da Conceição Pinheiro Scatamburllo (211.822.561-04)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Mato Grosso
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5305/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e art. 1º, inciso VIII, e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, e art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicado, por inépcia, a apreciação do mérito do ato constante deste processo, pela impossibilidade de formação de juízo sobre sua legalidade em razão de inconsistência entre informações prestadas, fazendo-se a determinação e a orientação a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.995/2012-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria de Lourdes Esser (284.385.079-72)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Rondônia
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. determinar ao Órgão de Pessoal que cadastre novo ato no sistema Sisac, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, e encaminhe-o via Controle Interno, corrigindo as falhas apontadas por esse Tribunal ou preenchendo o campo de "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal", detalhando a situação concreta, caso as falhas sejam confirmadas pelo gestor de pessoal;
1.8. orientar o Órgão de Pessoal no sentido de que o encaminhamento de atos Sisac a este Tribunal com omissões e inconsistências injustificadas pode ensejar a aplicação de multa ao responsável, nos termos do inciso II, art. 58, da Lei nº 8443, de 1992.

ACÓRDÃO Nº 5306/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.373/2012-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Abdenags Ferreira Gomes (634.546.452-04); Acacio Bonfim Araujo (901.190.022-72); Adailton Dias de Matos (647.432.331-00); Adeilton Freire dos Santos (400.012.452-87); Adejane Sousa da Silva (739.250.122-49); Adilane Watanabe Campineiro (697.063.282-20); Adonias Pinheiro Pires (828.897.162-87); Adriano Keyson Almada de Macedo (032.562.323-61); Adriano dos Santos Veras (577.512.181-34); Afranio Beserra Curvina (113.564.801-87); Alan Barros Costa (791.404.082-72); Alan Bruno Miranda Barbosa (950.470.342-91); Alan Calandrine Torres (559.564.242-49); Albemair Azevedo Costa (017.146.621-79); Alcione Rodrigues da Silva (021.863.341-60); Alessandro dos Santos Silva (813.001.152-20); Alex Amaral Mendes (640.969.802-00); Alex Lenzi (071.152.317-70); Alex Moises Sampaio de Azevedo (534.086.752-87); Alex Rodrigues de Oliveira (852.753.012-00); Alexandra Moreira Barbosa (717.369.642-91); Alexandre Jose Cordeiro da Silva (016.097.331-77); Altamiro Damasceno Rosa (231.889.951-72); Amarildo Rodrigues Cunha (206.444.503-04); Ana Caroline Assunção Manfé (597.660.422-68); Ana Caroline Souza da Silva (846.943.512-49); Ana Celia Almeida Almada (483.520.552-91); Ana Claudia dos Santos Santos (001.450.662-90); Ana Clesia Bezerra de Castro (908.027.561-15); Ana Cranira Araujo dos Santos Gonçalves (522.568.632-04); Ana Flávia Rufino de Moura (007.623.122-46); Ana Maria Caroline Alves de Lima (012.031.232-80); Ana Suelen Maia da Gama (417.094.702-91); Anderson Alves (726.776.781-87); Anderson Patrick da Silveira (527.681.122-91); Andre Holanda Grelo Maneschy (008.016.732-24); Andre Luiz Pereira da Silva (932.721.702-00); Andrea Chimello (972.497.501-00); Andreia Ines Dalcin (681.216.520-49); Angelo Augusto Santos Borges (596.153.382-49); Antonio Dany Gama de Menezes (811.034.412-72); Antonio Gilberto Neris do Nascimento (417.101.771-87); Antonio Lima Pontes (332.692.112-87); Antonio Madson Erasmos Silva (326.404.042-53); Antonio Ribeiro de Almeida (107.252.612-34); Aparecida Rodrigues Dezincourt (525.379.432-87); Ariane Campos Amoedo (949.028.602-87); Arles Santos Lopes (722.471.002-44); Armindo Vieira Rondon (441.893.891-53); Athos Mota de Castro (947.091.732-49); Augusto Fernando Tavares da Silva (762.984.932-04); Aurélio da Silva Oliveira Júnior (930.763.392-49); Benedito Geraldo Ferreira (031.292.092-04); Blenio Brito Bernardes (657.765.772-68); Bruna Burili (004.812.632-25); Bruna Paes Fonseca (632.138.182-91); Bruno Jose Moraes Barros (873.539.702-00); Caio Graco Santos Flor (021.970.771-55); Camila Mieko Noguti Coelho (732.588.572-53); Carla Cristina Cardoso de Sousa (983.602.132-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

91); Carlos Alberto Pinheiro Rodrigues (447.381.372-04); Carlos Augusto Lobo Jansen (226.391.793-49); Carlos Eduardo Fontenele Ferraz (887.610.292-20); Carlos Roberto Gama Silva Junior (722.105.401-00); Carmen Isabel de Lima Santos (048.337.434-26); Charles Alves de Souza (692.294.302-34); Charles Lima dos Santos (381.207.202-53); Charles Ribeiro de Castro (177.200.012-49); Christiane Feitoza Oliveira (778.585.652-49); Ciafra Oliveira Ferreira (917.044.302-59); Cibely Lojan Nunes de Souza (996.578.722-00); Clarissa Tavares de Campos (995.015.891-53); Claudia Hiromi Freitas Nakamura (316.909.458-00); Claudino Martins Santiago Filho (665.642.202-00); Cleber Danilo da Silva (018.933.301-41); Cleide Nazare Souza Bergh (124.088.912-72); Cleonice do Socorro Pinto Moraes da Silva (402.491.742-00); Daniel Benchimol Nicacio (946.423.892-53); Daniel Moura da Silva (948.155.002-82); Daniele dos Anjos Alves (010.729.572-56); Danielle Miranda Viana (577.956.142-72); Danielle Pimentel Coelho (480.006.392-20); Danilo Correa Pena (938.585.312-00); Deborah Borges dos Santos (930.103.542-15); Decio Carvalho Moreira (020.800.241-32); Deived Soares Aguiar (857.862.502-10); Delma Bone Ribeiro (824.012.332-53); Dianielly de Nazare Werneck e Silva (786.970.342-72); Diego Calixto Rocha (766.819.802-44); Diego Pedreira Silva (730.984.341-04); Diego de Brito Alves Pinto (034.682.611-01); Diemerson Monteiro da Silva (801.919.912-87); Dilson Souza (450.662.802-00); Domingo Nunes da Gloria (265.328.751-04); Edigar Henrique dos Santos Miranda (886.519.242-91); Edmo Cardoso de Abreu (570.491.732-15); Edney Luiz Maia Fernandes (687.043.562-68); Ednilson da Silva Melo (339.864.602-68); Edson Francisco do Nascimento Junior (696.698.132-04); Eduardo Alencar dos Santos (138.702.112-53)

1.2. Órgão/Entidade: Banco da Amazônia S.A. - MF

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5307/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.375/2012-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Julyana de Angelis Menezes Barata (609.756.872-04); Karine Alessandra Nascimento Rodrigues (947.918.132-00); Katiani Costa Luz (262.478.102-10); Keliane Silva Lobato (021.270.503-20); Kelly Pryscilla Amorim Carrilho (645.891.703-10); Keuda Sousa Aragão (650.174.123-87); Kezia de Oliveira Freitas (003.086.782-73); Klauber Lima de Oliveira (281.145.073-49); Laise Figueredo do Nascimento (362.077.802-72); Laismar Nazare de Oliveira Ferreira Guerreiro (145.420.688-89); Larissa Nairy Magalhães Pedroso (005.245.082-16); Larissa de Sousa Ancelmo (947.152.032-00); Laylla Gomes Araujo (004.178.142-24); Leandro Alberto Alves de Lima (888.702.432-49); Leandro Filipe Gomes de Vasconcelos (537.117.182-72); Leandro Varela Ferreira (598.876.722-20); Leidisan Saboia do Amaral (769.614.602-59); Leila Maria dos Santos Porto (617.726.072-15); Leonardo Patricio Ferreira Barbosa (844.187.022-53); Leovane Barros Leal (885.248.332-20); Leticia dos Santos Bezerra (007.425.672-65); Lidiane Amaral Monteiro (891.347.452-20); Lidineia Rodrigues do Nascimento (641.457.002-87); Lilian de Sousa Lima (758.912.043-04); Liliane da Silva Soares (000.800.533-86); Linda Gleeicy Pereira dos Anjos (682.466.092-20); Luana Aguiar Gaspar (794.296.022-68); Luana Pinheiro e Souza (829.955.752-68); Lucelia Alves de Barros (635.708.071-34); Luciene Cristina Gonçalves Moura (420.644.062-04); Luciene de Sousa Amaral (897.071.413-87); Lucilene Santos Batista (388.032.672-04); Lucimara Fermino Rodrigues Melo (631.971.201-59); Luis David Oliveira Pinto (629.438.122-34); Luiz Carlos Bazildo Pacheco (630.457.702-82); Luiz Fernando Gonçalves Dias (539.397.357-87); Luiz Sá Sousa Carrijo (010.937.682-07); Lygia Amaral de Oliveira (510.732.692-72); Magda Regina Hermogenes Vallim Andrade (645.290.372-15); Maisa Fernanda Campos Minosso (981.187.221-04); Mamedio de Araujo (185.084.213-20); Manoel Rosa Moraes Filho (035.287.313-20); Mara Freitas Brasilino (932.460.302-78); Marcelo Chaves Monteiro (572.228.512-91); Marcelo Fernandes Rocha (563.269.471-20); Marcelo Ferreira Barroso (464.593.592-53); Marcelo Gutemberg Castro de Sousa (035.799.943-60); Marcelo Mota de Brito (528.278.872-15); Marcelo Vinicius Lemos (561.759.143-68); Marcia Alessandra Silva Teixeira (578.106.992-53); Marcia Gabriele Carvalho e Silva (045.471.343-67); Marcio Fonseca Santos (837.361.312-91); Marcio Orsi Coutinhos (849.714.521-68); Marcius Nei Silva dos Santos (459.888.972-15); Marco Antonio Ribeiro dos Santos (673.731.002-87); Maria Andreylsan Ribeiro de Oliveira (932.190.322-49); Maria Arlete Costa Gadelha (118.005.852-68); Maria Eduarda Cardozo Torres (621.684.011-87); Maria do Perpetuo Socorro Siqueira do Nascimento (199.390.512-04); Marina Faro Ribeiro (973.235.512-34); Marina dos Reis Souza (947.154.832-20); Marisa Baptista de Carvalho (138.559.802-68); Marissandra Ferreira de Souza (597.189.192-87); Marla Silva Brito (966.392.963-49); Marli Aparecida Brambilla Marafon (714.450.722-20); Mauricio Gyorge Maia Santos (866.747.302-20); Mauricio Santos Oliveira (003.474.143-70); Mauro Jose Correa Sodre (402.289.592-68); Mauro Sergio Messias Oliveira (460.525.001-82); Mayk Frank Souza Serra (893.310.101-25); Maykon Djecson Ribeiro Macedo Santos (988.761.631-15); Mayra Hughes Ferreira (723.103.321-00); Meiriane Abreu Costa (953.708.622-49); Melk Silvano de Oliveira Silva (919.807.393-15); Michele Paula Silva Rodrigues (958.293.502-20); Micheli Cristina Araujo da Silva (697.359.562-68); Michelle Bastos Monteiro de Souza (757.656.912-34); Milena Ferraz Álvaro (990.198.502-10); Mirtes Lima da Rocha (699.822.442-72); Moacir da Silva Junior (735.427.682-00); Moises Viana Marialva (790.187.002-82); Mousaniel Froes Silva (267.139.342-34); Nasson Lopes Noleto (528.199.813-72); Nelsivan dos Santos Vieira (706.709.272-87); Nery Junio de Araujo Rebelo (001.236.442-83); Nilson Wanderley Nunes Pinho (209.143.932-00); Nilzilene Maciel de Souza (331.781.782-87); Nixon Oliveira Moraes (664.817.672-53); Odilon Magno Muniz Almeida (236.575.293-49); Patricia Sousa Diniz (027.337.343-93); Paula Narrayura Rocha Lemos (002.252.792-31); Paulo Araujo Soares Junior (745.842.272-68); Paulo Rogerio Ferreira Martins (687.824.382-34); Paulo Rudolph da Silva Nascimento (939.705.602-68); Paulo Vinicius de Miranda Pereira (012.212.311-54); Pericles Osorio Silva (881.467.074-91); Petronio Lima Arbues Neto (003.199.891-78); Poliana Sousa Chagas (808.920.513-53); Pollyana dos Santos Lopes (740.726.762-68); Rafael Pereira Nunes (002.663.222-55)

1.2. Órgão/Entidade: Banco da Amazônia S.A. - MF

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5308/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.383/2012-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alcina Duarte do Nascimento (012.354.656-75); Alcineia Chirley Strey (679.416.802-20); Alcy Pereira Dutra Filho (027.125.771-75); Alda Premaor (017.347.890-50); Aldan Anjos Santos (793.791.095-04); Aldo Cesar Pacheco Ribeiro (014.741.125-44); Aldo Pereira da Silva (809.720.048-15); Aldo Rogerio Furlaneto (381.552.478-48); Alessandra Batista Colares (473.206.132-04); Alessandra Cristina Franco (050.349.836-05); Alessandra Cury (312.481.648-06); Alessandra Daniela Porfirio de Souza Andrade (587.995.832-91); Alessandra Martins Sampaio (698.948.761-53); Alessandra Resende Carvalho (054.633.216-12); Alessandra Rodrigues (031.173.297-65); Alessandra Rosa Sales (959.138.311-87); Alessandra da Silva Singulani Costa (064.457.746-01); Alessandra de Souza Ferraz (672.090.092-72); Alessandro Augusto Rolla Ferreira (619.247.922-49); Alessandro Borges de Paiva (001.444.141-12); Alessandro Henrique de Jesus (026.441.461-60); Alessandro Manoel Casinato (598.724.702-00); Alessandro Moises Vieira (529.873.021-34); Alex Araujo Cruz (058.608.914-40); Alex Benedito Castilho do Prado (101.766.898-18); Alex Fernando Sarruf (020.078.659-80); Alex Finatto Donassolo (024.852.180-21); Alex Novais Vieira (320.725.818-26); Alex Nunes Pinheiro (007.544.667-79); Alex Rodrigo Correia (218.960.888-05); Alex Willy Grasel (042.262.719-47); Alex da Silva Imlau (008.540.030-02); Alex de Jesus Bellandi Lima (008.400.895-46); Alexander Afonso Nogueira Cavalcante (775.390.602-04); Alexander Alves Pereira (258.955.118-56); Alexander Leal Couto (355.027.578-11); Alexander Shido (310.656.498-94); Alexandra Biso de Carvalho (026.458.129-61); Alexandre Antonio de O Melo (641.223.014-91); Alexandre Bortolini (944.774.500-87); Alexandre Carvalho Bueno (075.943.904-40); Alexandre Euclides Dutra Ferreira (359.222.903-63); Alexandre Freire Vieira (808.301.700-06); Alexandre Gosmatti (023.472.169-37); Alexandre Hermann da Silva (029.214.867-41); Alexandre Kaiser Rauber (020.186.201-85); Alexandre Mendes Martins (909.880.359-87); Alexandre Mesquita Barreto (019.198.605-41); Alexandre Silveira Barbosa (020.592.379-80); Alexandre Sousa Gonçalves (928.270.041-00); Alexandre Vasconcelos Mello (221.682.618-90); Alexandre Willecke de Carvalho Rosa (038.774.259-09); Alexandre da Silva Dias (009.176.731-82); Alexandre da Silva Ferreira (938.807.825-04); Alexandre da Silva Pereira Santos (980.136.885-34); Alexandre da Silveira Soares (754.727.670-91); Alexandre de Mello Marins (001.275.321-10); Alexandrina Tatiane de Oliveira Mendonça (006.358.341-03); Alexandro Rodrigues de Lima (015.442.891-46); Alexsander Ananias Rodrigues Pimenta (045.969.416-29); Alexsandra Cardoso dos Santos (028.596.405-41); Alexsandro Cavalcante de Souza Dutra (019.546.661-60); Alfares Noleto Saraiva (348.922.061-72); Alfredo Paulo Coppini (016.794.108-90); Alfredo de Santi Neto (270.158.988-61); Alice Ferreira Santana (785.596.692-72); Aliel Henrique Teixeira (108.261.996-58); Aline Borges dos Santos (705.894.291-91); Aline Cardoso Coimbra (007.195.651-46); Aline Cunha Amaral (953.778.752-49); Aline Gabriele Costa (049.643.666-00); Aline Inessa Sehen (979.210.090-34); Aline Lira do Carmo (013.979.554-57); Aline Monteiro Rubez Felix (287.469.928-47); Aline Moreno Gomes (306.986.708-17); Aline Nataly Souza Prates (002.511.240-61); Aline Pimentel Auday (013.154.851-41); Aline Rodrigues Chaves (013.235.421-75); Aline Sampaio Sousa (041.885.963-92); Aline Schechtel (057.314.099-51); Aline Victorino Degini Cardoso (223.967.388-52); Aline de Azambuja Oliveira (008.803.231-08); Aline dos Santos Silva (063.573.836-86); Alinne Suelen Pereira dos Reis (077.109.236-90); Alipio Madeiro Neto (025.647.204-12); Alisson Azevedo Pinheiro (008.533.635-10); Alisson Bruno de Oliveira Araujo (963.190.972-72); Alisson Hendrik Menezes de Almeida (052.227.046-88); Allan Carlos Gomes Rodrigues da Silva (308.346.988-89); Allan David Mota (086.501.994-02); Allan Garcia Barroca (013.909.634-54); Allan Maximo de Oliveira Cerniauskas (226.706.448-05); Allan Toyama Mota (051.168.079-16); Allen Hellen Carneiro de Jesus (009.886.094-10); Alline Lustosa de Oliveira (005.516.221-56); Allisson Ferreira da Silva (981.562.842-91); Allisson Jimmy de Menezes (974.936.005-20); Almir Furtado (236.170.129-49); Aloisio de Souza (601.551.759-04); Altino Eliezer Goncalves (035.531.609-93)

1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5309/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.394/2012-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ellen Alencar Silva (305.689.658-41); Ellen Cristina Gasparetti (007.533.249-38); Ellen Cristina Mendes Motta (098.604.737-65); Ellen Cristina da Mata Santana Pacheco (827.258.961-34); Ellen Monyk de Sena Silva (339.483.758-79); Ellen Moreira Rangel (012.030.851-76); Ellen da Silva Muniz Maciel (223.730.528-57); Ellenise Natalia da Silva Cruz (351.270.958-31); Eloine Elke Arndt (009.009.371-22); Elson Divino Fernandes (785.376.141-49); Elton Ananias Carvalho (443.802.596-68); Elton Cardoso Teotonio (052.503.119-70); Elyel Assis Carvalho (034.757.731-80); Emanoel Mario dos Santos (904.559.674-15); Emanoelle da Costa Sousa (036.891.013-01); Emanuel Cordeiro da Silva (681.073.662-04); Emanuel Figueira Tarrago (097.438.907-26); Emanuela Chagas Moreira (809.665.195-15); Emanuela Silva Cardoso (413.360.148-30); Emerson Abreu Rodrigues (029.848.024-70); Emerson Albuquerque de Araujo (829.877.424-87); Emerson Alexandre Niimi (135.709.038-26); Emerson Aron Siqueira Souza (083.138.504-93); Emerson Ferreira Coelho (065.196.254-42); Emerson Silveira dos Reis (012.107.751-90); Emilene Gelain de Jesus (025.896.450-23); Emilia Soares Paparidis Valadares (058.947.696-39); Emilio Luiz Ribeiro (057.155.296-03); Emir Jose Tonolli (700.708.069-34); Emmanuele Raquel de Melo Miranda (056.469.497-50); Eneci de Aquino Pilar (357.758.740-72); Enio Alves de Andrade (967.176.703-63); Enio Dias de Souza (529.921.012-49); Enliu Rodrigues Taveira (006.152.651-70); Enndrey Rick Divino da Silva (038.722.961-24); Enzio Bezerra Galvao da Camara (537.995.264-04); Erde Nascimento Fonseca (728.915.051-15); Eric Brito Cunha (013.929.735-97); Erica Carolina Rodrigues da Silva (399.720.908-17); Erica Lobo Correia (009.279.641-98); Erica Mieko Motomura (035.817.559-39); Erica Moreira Milani Ribeiro (045.569.426-59); Erica Moreira Prates (026.001.775-23); Erica Renata Resende (058.968.646-12); Erica Vidal da Cunha (328.556.908-54); Erica de Carli Leonel Oliveira (021.043.399-01); Erick Diego Costa Oliveira (007.313.921-16); Erick Lopes de Souza (050.889.124-80); Erick Siqueira Torres (012.739.334-00); Erika Bitencourt Ribeiro (066.480.346-61); Erika Chau (352.724.298-85); Erika Fernanda Martinez Borsato (267.760.168-01); Erika Fernanda Vieira Ribeiro (002.881.323-51); Erika Kikuchi (220.594.628-51); Erika Maranho Miyamoto (324.635.978-44); Erika Mariluz Borsonello Aguiar (256.212.748-06); Erika Vanessa de Araujo (994.074.936-87); Erika dos Santos Duarte (783.910.592-00); Erismar de Souza Dias (224.602.588-52); Erivaldo de Souza Lima Junior (023.545.227-03); Erivam Pedro da Silva (838.797.814-00); Erlison Almeida Lima (750.457.882-72); Ermilia Mayumi Makida Nakashima (106.597.238-59); Ernani Andrade Ferreira (897.314.175-91); Erwin Mueller Peres (008.304.199-00); Esdras de Paiva Xavier (036.944.576-74); Esneime Vieira da Costa (078.437.887-86); Estanilha Fulgencio da Silva (069.773.067-00); Estefania Oliveira de Paula (391.007.628-90); Estelamar Silveira da Silva (419.239.440-53); Ester Medina Leal (020.468.630-03); Estevam Antonio Sachetti (050.767.379-47); Estevao Collor da Silva Neto (098.582.246-56); Etevaldo Feitosa Sa Junior (652.306.632-00); Ettyene Ochner de Souza (052.295.699-80); Eudes de Lemos Farias Filho (601.594.994-53); Eugenio Francisco Teixeira de Oliveira (018.089.525-70); Eugenio Matias dos Santos Neto (086.902.554-60); Eunapio Rodrigues Santana Junior (288.186.188-14); Eunice Aparecida de Oliveira (124.908.888-70); Eunice Beltrao Duarte de Lima (805.322.762-72); Eunice Ester Negrão (005.122.241-88); Eunice de Oliveira Anguinoni (642.404.600-34); Eurico Mendonça de Paula Severiano (095.692.416-67); Evaldo Oliveira Maia (755.597.903-97); Evaldo Silvino Santos (185.857.828-03); Evaldo de Rezende Filho (244.729.051-91); Evan Gregorio da Luz (037.898.734-89); Evandro Gomes da Silva (115.597.557-09); Evandro Verissimo Barbosa (067.748.644-81); Evaneide Dantas Paranhos (507.279.665-53); Evelin Bolze Soares (003.788.120-50); Evelin Rauber (055.547.869-60); Evelly Freitas Santos (008.465.955-67); Evelyne Maria Silva de Queiroz Vieira (837.673.123-87); Everaldo Lourenço da Silva (058.976.914-60); Everaldo Santos da Conceição (024.219.985-22); Everton Italo Silva de Morais (008.910.473-01); Everton Oliveira Cunha (013.422.795-65); Everton Rodrigues Santos (222.419.048-48)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5310/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.397/2012-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Flavia Amaral Prates (030.040.626-66); Flavia Andrade Lucena de Araujo (058.490.624-24); Flavia Carolina Nunes (060.905.046-02); Flavia Cristina Silva (029.329.746-02); Flavia Giselle Barbosa (047.389.296-07); Flavia Lins Ventura (071.562.307-94); Flavia Mariana Marques (077.732.609-40); Flavia Pimentel de Carvalho Moreira (284.986.628-85); Flavia Pozzebon (001.453.650-18); Flavia Prado Batbuta (368.845.288-77); Flavia Saide Martins Merhy (124.420.107-39); Flavia Scofoni Manfre (342.702.908-54); Flavia de Oliveira Fernandes Pinheiro (952.435.854-91); Flavia de Souza Nogueira (723.571.342-91); Flaviane Batista de Souza (025.165.721-31); Flavio Camilo Luz (400.618.608-83); Flavio Ivan do Amaral (191.782.258-84); Flavio Luis Guedes dos Santos (047.850.054-83); Flavio Luiz Klichowski (071.066.719-16); Flavio Marques Garcia de Souza (254.623.058-18); Flavio Notomi Kanazawa (377.777.038-89); Flavio Vieira Albuquerque (086.376.147-01); Flavio de Moura Miranda (043.547.126-01); Flavio de Oliveira Pereira (306.839.088-55); Florence Matias (051.370.009-90); Franciele Rossetto Demeneck (040.925.589-02); Francieli Bonez de Matos (020.948.590-61); Francielle Regina Vieira (055.082.509-64); Francilene Fernandes Ribeiro (726.986.591-49); Francilene Gomes da Costa (092.715.947-38); Francimara Costa Martinez (324.588.018-97); Francinaide Oliveira da Silva Cerqueira (040.573.304-61); Francinaldo Laureano de Lira (702.666.979-68); Francine Farias (372.176.708-02); Francine Lopes Goncalves Fraga (013.545.850-11); Francine Pereira Fraga (014.216.995-16); Francine Sparemberger (899.069.509-00); Francirene da Mota Soares (260.112.508-07); Francis Angelo Marques de Almeida (073.626.486-85); Francis Boeing (038.979.969-60); Francisca Delaiza Paula Chaves (484.444.482-49); Francisca Joice Cavalcante Melo (885.471.083-00); Francisca de Alcântara Rodrigues (383.266.473-49); Francisco Carlos Alencar dos Santos (014.718.903-92); Francisco Cesar Jordão de Barros (455.288.612-68); Francisco Claudimar Bezerra Sousa (777.516.804-82); Francisco Erismax de Lima Felix (038.958.173-92); Francisco Ferreira Machado (589.322.751-49); Francisco Ferreira de Souza (009.001.573-80); Francisco Ferrucio Rocha (293.567.503-78); Francisco Genivaldo Luciano de Moura (628.901.902-34); Francisco Heudes da Silva Ferreira (001.353.522-66); Francisco Kleber Leite Lima (603.488.444-68); Francisco Marcelo Alves de Araujo (003.786.963-94); Francisco Noan de Sousa Figueiredo (082.994.224-69); Francisco Oliveira Junior (305.467.648-00); Francisco Passifal Ramos de Sousa (622.405.443-68); Francisco Ranieri Neto (264.658.728-70); Francisco Takafaz Mota (857.034.862-20); Francisco da Silva Cafruni (002.653.290-51); Francisco das Chagas de Sousa Lendengues (730.789.562-53); Francislainy Aparecida do Prado (065.604.179-05); Franco Oliveira Cardoso Lima (022.925.785-22); Frank Jose Sacramento (219.167.588-35); Franklin Rocha Sartori (050.496.509-33); Frederico Lemos Torres Neto (022.839.355-80); Frederico Nadalet (341.514.668-51); Frederico Nazareth de Paula (026.636.027-01); Frederico Ruback Blanck (089.082.157-78); Frida Siqueira de Castro (759.846.282-87); Gabbiany Vasconcelos da Rocha (003.288.653-54); Gabriel Antonio da Silva (066.563.259-20); Gabriel Barto Junior (076.510.796-12); Gabriel Bastos Abrão (036.628.951-96); Gabriel Bezerra de Oliveira (807.288.200-72); Gabriel Brasil Castro (012.183.332-19); Gabriel Correa Reis (043.847.666-29); Gabriel Fernandes Pimentel (008.860.995-28); Gabriel Gonçalves Marquesi (082.820.709-71); Gabriel Martins da Silva (004.057.291-97); Gabriel Peres Cavassana (369.286.618-60); Gabriel Silva Borges (744.191.962-20); Gabriel Soares Vieira Cortez (071.502.876-62); Gabriela Aguiar Moreira (014.851.377-80); Gabriela Arão de Freitas (010.843.191-60); Gabriela Arruda de Farias (018.504.853-64); Gabriela Cereser do Prado (347.565.428-83); Gabriela Costa de Carvalho (058.781.086-66); Gabriela Cristina Libanori Sayed (815.896.111-87); Gabriela Dalla Costa (064.223.429-93); Gabriela Girardi Marcelino (015.273.781-28); Gabriela Lezier Dal Coleto Marcon (312.796.838-80); Gabriela Lopes Lumina Ferreira (718.774.361-00); Gabriela Pereira da Silva (101.775.617-18); Gabriela Ribeiro de Amorim (963.662.731-20); Gabriela Sousa da Silva (996.246.131-68); Gabriela Vieira de Carvalho Frank (959.044.925-53); Gabriele Tessaro (072.595.469-80); Gabriele Vicente da Silva (839.760.860-53); Gabrielle de Alencar Tonello (404.056.778-12)
1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5311/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.404/2012-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jefferson Luiz de Lima e Castro (019.460.101-38); Jefferson Melonio Machado (004.720.453-26); Jefferson Oliveira Cardoso (732.595.602-97); Jefferson Patricio do Vale Sousa (048.535.383-05); Jefferson Silva Souza (301.301.968-94); Jefferson Valerio Santos Silva (352.959.808-98); Jeisi Mara Guilherme Lanzarini (080.162.209-32); Jenifer da Rosa Moretto (061.274.199-05); Jenilson Gomes da Silva (030.856.835-42); Jeremias Penna Rocha (010.189.350-70); Jeronimo de Moraes Machado (012.160.920-01); Jeronymo Xavier Neto (047.829.779-30); Jerusa Zerbielli (960.643.400-10); Jessica Buss Fusinato (017.545.610-04); Jessica Camolezi Eiras (388.487.948-07); Jessica Felix Teixeira Mendes (702.918.291-04); Jessica Mello Carvalho (107.120.717-25); Jessica Midori Toyofuku (075.253.219-73); Jessica Pinheiro Ferreira (356.377.418-83); Jessica Ueda Tortorelli Junqueira (362.971.078-66); Jessica da Rosa Juriati (023.789.240-54); Jessica de Carvalho e Paula (012.061.601-79); Jetro dos Santos Duarte Nogueira (026.909.454-79); Jhonatan de Souza Lima (390.485.178-00); Joana Alves Ferreira (286.311.038-10); Joana Darc Zeferino de Almeida (315.770.748-58); João Batista Ramalho de Lima (046.046.624-01); João Batista de Angelis Silva (290.265.798-61); João Eduardo Singer Ayala Bassan (059.307.699-07); João Egidio Ferreira da Rocha (057.976.379-01); João Elias Jacinto (947.683.741-15); João Felipe Anchieta Rocha (133.701.157-60); João Guilherme Dias (065.898.529-95); João Gustavo Brandao de Oliveira (061.689.484-81); João Honorato Parreira Neto (061.599.538-18); João Iatalese Junior (158.421.548-89); João Luis Forte Andrade (565.247.811-04); João Luis Vigari (051.295.198-50); João Luiz Sa Marchioro (605.956.202-72); João Marcio de Faria Brandao (355.484.876-04); Joao Mario de Oliveira Freitas (005.828.472-90); João Paulo Luiz (972.940.551-49); João Paulo Santos Fontes (018.973.195-84); João Paulo Soares Muniz Dourado (002.321.201-29); João Paulo Teixeira Moyses (828.833.195-53); João Paulo de Vasconcelos Costa (019.845.721-99); João Pedro Santana (036.092.048-93); João Rafael Canever Buchelt (046.480.319-54); João Roberto Rakowski de Oliveira (008.762.930-54); João Toledo Neto (629.995.754-91); João Vicente Amorim de Araujo (008.133.054-54); João Vitor Almeida Barchet (000.239.240-20); Joao Vitor da Costa Casoni (228.413.298-79); João da Cruz Sousa Mota Filho (451.894.043-15); Jocelia Jesus dos Santos (489.265.585-68); Jocimar Nunes da Silva Junior (107.826.917-30); Joel Marek (041.439.979-08); Joel Vorubij (027.319.239-62); Joelma Alves Nunes da Silva (001.217.711-30); Johama Araujo de Lima (616.110.933-68); John Lennon Vinagre Medeiros de Araujo (052.882.674-30); Johnatan Diego de Souza Gomes (043.930.215-33); Joice Sundfeld (224.151.118-80); Joice de Aguiar Ruza (286.521.138-07); Joilson Ribeiro de Assis (010.182.821-73); Jonas Felipe Porto Canales (001.341.750-93); Jonas Herzog (020.428.920-33); Jonas Ricardo Ribeiro Parreira (053.777.517-01); Jonatas Leandro (745.036.692-49); Jonathan Carlos Monteiro Passos Cavalcante (039.440.561-75); Jonathan Diego Arndt (061.868.009-89); Jonathan Vieira de Melo Silva (726.588.271-72); Jonathan Winik Santos Laudelino (067.496.569-86); Jonathan dos Santos Lincher (013.435.176-21); Jonelisson Pereira Gusmao (915.015.803-10); Jones Alves Guimarães (052.108.537-30); Jonne Belchior de Lima (621.546.643-34); Jonny Di Carlo Meneghello (261.580.688-29); Jonny Peterson Rech e Silva (018.428.800-20); Jorge Abrão Vieira Vale e Faria (023.849.481-05); Jorge Alves Martins (467.531.259-49); Jorge Augusto Garcia (034.549.501-20); Jorge Felippe Cardoso de Souza Nunes (056.896.819-03); Jorge Fernando Leite Silva (704.250.192-68); Jorge Henrique Morais Evangelista (019.337.651-27); Jorge Luiz da Conceição (866.749.437-20); Jorge Luiz da Silva Oliveira (720.997.041-04); Jorge Medeiros Junior (170.274.288-14); Jorge Oliveira da Silva Filho (649.080.897-87); Jorge Ueliton de Sousa Tinoco (065.214.644-93); Jorge Valquis Souza Rocha Silva (890.232.775-20); Josane Pontes Paixão (758.311.717-87); Jose Adriano dos Santos Nunes (020.851.069-94); Jose Alberto Santos Fonseca (260.179.078-40); Jose Aldo Campos Junior (057.244.354-46); Jose Augusto Almeida Rego (357.996.842-49); Jose Bruno Lavor Sampaio (025.699.283-56); Jose Carlos de Oliveira (061.068.588-02); Jose Carlos de Oliveira Bezerra (837.875.183-04); Jose Carlos do Nascimento (746.006.305-30)
1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5312/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.408/2012-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Leonardo Martins de Vargas (007.563.060-51); Leonardo Mendonça Borges (014.531.461-80); Leonardo Nunes Pereira (022.254.117-27); Leonardo Pereira dos Reis (025.486.346-98); Leonardo Priebe de Oliveira (007.828.870-31); Leonardo Ribeiro dos Santos (080.596.307-33); Leonardo Richard Ferraz Vaz de Carvalho (378.597.218-05); Leonardo Rocha de Oliveira (088.514.147-42); Leonardo Rodrigues da Silva (055.179.056-33); Leonardo Targino Marques Prado (081.772.907-03); Leonardo Visacre Seixas (314.455.688-29); Leonice Geni Sirena (716.154.749-00); Leonil Martinez (242.215.030-68); Leopoldo Sellmann Souza Filho (002.762.465-00); Leticia Ferreira de Lima (908.227.652-68); Leticia Junho Moreira (050.005.776-12); Leticia Lameiro Sassone (010.657.740-95); Leticia Maria de Mello (111.973.967-56); Leticia Naomi Higashibara (031.469.069-70); Leticia Pereira Cordeiro (392.574.578-50); Leticia de Oliveira Faria (068.132.906-81); Leticia de Oliveira Lopes (328.815.938-44); Leticia de Souza Pires de Oliveira (023.646.079-06); Leto Miranda Garcia (022.620.491-06); Leude Mario Sganzerla (214.725.648-04); Levi Antonio Borges (277.354.351-34); Liana Mendes dos Santos Barbosa (023.163.755-10); Lidia Maria Rocha Dantas (027.201.103-70); Lidia Melo Batista (051.651.224-25); Lidiana Ferreira de Alencar (661.602.002-91); Lidiane Carla Vitorio dos Santos (040.676.325-92); Lidiane Rodrigues da Silva (001.235.620-40); Lidiane Vaneza Domingues Gomes (305.357.848-48); Lidiane da Silva Fernandes (052.274.979-82); Ligia Mara Ortiz Teixeira (281.435.578-39); Ligia Prangutti Orlandi (310.136.588-09); Ligia Rodrigues Randi (350.463.028-02); Lilia Roma de Medeiros (455.744.645-00); Lilian Barros Gomes (311.223.938-57); Lilian Gomes da Costa (030.011.695-08); Lilian Mota Badu (808.670.735-00); Lilian Paula Roveda Milani (313.692.818-03); Lilian Silva de Almeida (011.787.461-27); Lilian Teixeira Nunes (647.449.811-00); Lilian da Silva Pereira (045.941.824-61); Lilian da Silva Sobral (279.054.028-43); Liliana Sousa de Aguiar (083.358.477-46); Liliane Callegari da Silva (059.717.976-03); Liliane Campelo de Andrade (821.029.375-34); Liliane Gravina Dornellas (047.320.206-90); Liliane Maria Grubhofer Rauli (792.869.259-72); Liliane Neves de Azara (016.154.706-03); Liliane Rodrigues Muniz (730.020.891-68); Liliane Vaz de Almeida (082.837.407-41); Liliane da Conceição Leal (019.242.665-63); Lindolfo Nogueira da Silva (773.472.348-91); Lindomar Alves de Oliveira (342.719.295-49); Liniani Galaxe de Barros Cavadas (053.832.017-69); Liomar Paula de Gois Filho (758.013.962-68); Lionel Francisco Ribeiro Sousa (005.766.913-99); Lisandra Paz Mosselin (002.149.550-52); Lisandra Silva Sampaio (021.659.951-24); Lisandro Fiorotti de Souza (052.271.526-59); Lisangela Pinheiro (939.973.371-87); Livia Cristina Patrezze Rodrigues (321.670.118-22); Livia Favorito Miyahira (089.558.057-80); Livia Laubmeyer Alves de Souza (103.712.017-56); Livia Tania Leandro de Lima (346.081.748-86); Livia Wiprich Dorval Gonçalves (006.731.810-06); Livia de Almeida Farias Viana (052.206.384-59); Lizandra Rosane Batista Ramos Barbosa (013.433.253-90); Lizmarie Sella Polsler (953.800.949-53); Loraine Franco Oliveira (356.492.958-40); Lorena Alves Rolim de Albuquerque (799.963.615-00); Lorena Grazielle de Souza Guimarães (099.697.366-47); Lorena Loiola Ferreira Lopes (004.544.323-80); Lorena Machado Dias (032.209.981-19); Lorena Pereira Cunha (723.580.251-00); Lorena Silva Abreu (008.607.252-86); Lorena Viana de Almeida (928.613.341-34); Lorena da Silva Pereira (873.099.201-04); Lorena de Oliveira Araujo (004.112.901-69); Lorraine Marie de Almeida e Albuquerque Palmeira Landim (300.111.118-60); Louise Alves de Lima Silva (069.964.134-94); Louise de Freitas Abrahão (052.725.929-21); Lourival Miranda dos Reis (756.648.283-15); Lourival de Oliveira Lunguinho Junior (023.426.971-55); Luana Andressa Pires de Oliveira (012.623.403-57); Luana Bolotare Farias da Rocha (116.633.977-75); Luana Eduarda Oliveira Andrade (013.704.762-21); Luana Fernandes Pereira (014.168.116-05); Luana Figueiredo Satt (115.520.957-54); Luana Junges (834.766.280-00); Luana Marques Simões (317.930.228-36); Luana Monike Debo Orth (017.712.461-03); Luana Soares dos Santos (037.112.711-46); Luana Teixeira (018.094.280-84); Luanda Figueredo Nobre (013.903.345-97); Luane Vanessa Palheita Neves (003.530.462-64); Lucas Almeida Magalhães (045.708.105-86)
1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5313/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.410/2012-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Luiz Augusto Nunes da Costa (074.163.169-52); Luiz Carlos Bonfanti (398.865.140-00); Luiz Carlos Valdes Flores (160.637.400-15); Luiz Carlos de Sousa Rocha (267.432.211-04); Luiz Carlos do Nascimento (840.586.766-04); Luiz Eduardo Araujo de Oliveira (083.861.117-63); Luiz Felipe Baptista Vieira Rosa (033.252.645-30); Luiz Fernando Brito Cabral (040.563.751-94); Luiz Fernando Farias Hellmeister (006.334.112-30); Luiz Fernando Marcondes (269.283.068-74); Luiz Fernando Pinto (031.558.941-80); Luiz Fernando Watanuki Arashiro (327.303.048-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

86); Luiz Guilherme Vasconcelos dos Santos (797.968.932-15); Luiz Gustavo Gorgatto da Silveira (303.204.588-65); Luiz Marcelo Bressan (191.726.558-10); Luiz Phelipe Nery Diniz (104.057.247-21); Luiz Philipe Mourao de Oliveira (089.370.924-76); Luiz de Lima Teixeira (297.269.888-61); Luiza Khiroma Saito (077.794.148-17); Luriel Farias Souza (025.171.640-61); Luzia Gonçalves Franco (447.218.549-00); Lya Mourão Lima (011.213.481-57); Magno Cruz Santos (287.861.528-07); Maicon Carvalho de Santana Lima (022.446.505-88); Maicon Garcia Lima (007.687.010-31); Maicon Henrique Rohrig (010.965.360-21); Maikel Roberto Calasene Teixeira (218.623.728-88); Maiko Werley Vieira Barros (716.092.291-34); Mailza Caixeta Arakaki (696.341.901-97); Maiquel Soares Costa (013.369.950-17); Maiquel Staudt (001.778.540-57); Maira Patricio Campos de Oliveira (298.135.898-76); Mairo Rommel Assunção Lima (956.564.133-49); Maisa Comelli dos Santos (063.432.429-29); Makesley Lucas Santos Vieira (032.528.355-92); Makley Roberth Mendanha (042.278.651-90); Manoel Barbosa Cosmo (147.245.948-29); Manoel Henrique de Souza (602.731.673-08); Mara Luciana Franke (002.661.190-26); Marcela Calbar da Silva (297.384.628-51); Marcela Daguiar Almeida (028.415.217-02); Marcela Dias Novaes (008.179.285-96); Marcela Oliveira da Silva (882.565.023-04); Marcela Piccolo (344.027.548-52); Marcela Rodrigues Figueiroa (092.450.274-65); Marcela Santos de Almeida (368.902.798-59); Marcela Schitini Martins (324.520.868-51); Marcela dos Santos Koqui (344.931.118-28); Marcelle Paschoal de Carvalho (122.360.317-26); Marcello Francisco Carvalho Gonçalves (829.777.551-87); Marcello Paulo Juventino (410.621.508-05); Marcelo Abadia Rosa (009.967.861-63); Marcelo Alvarenga Marconi (351.546.868-45); Marcelo Alves Cavalcanti (834.647.604-30); Marcelo Anderson Diniz Felix (686.552.822-00); Marcelo Aparecido de Paiva (986.750.951-04); Marcelo Borges Barbosa (035.827.583-03); Marcelo Carvalho de Castro (029.480.639-30); Marcelo Carvalho do Amaral (226.837.568-44); Marcelo Eduardo Alves Teixeira (035.917.446-97); Marcelo Ferrari (545.691.841-20); Marcelo Ferreira Vieira Couto (000.763.307-61); Marcelo Geraldo de Oliveira (079.400.376-17); Marcelo Gibson da Silva (847.776.996-68); Marcelo Henrique Pereira de Souza (553.896.945-20); Marcelo Leite Pereira (021.604.071-00); Marcelo Lima Vilanova (934.383.463-20); Marcelo Luis Martins Prado (781.461.195-49); Marcelo Macedo de Castro (247.639.931-00); Marcelo Martins de Sousa (808.818.821-00); Marcelo Nunes Paixão (116.603.157-86); Marcelo Pereira Alves de Oliveira (072.906.376-31); Marcelo Pimenta Naves (713.474.966-53); Marcelo Roberto Fortini (033.649.549-84); Marcelo Rodrigues Gonçalves (923.328.381-04); Marcelo Rosa da Rocha (597.777.530-04); Marcelo Santos Guilherme (047.598.034-40); Marcelo Silva dos Santos (019.554.185-51); Marcelo Siqueira de Azevedo (628.387.251-49); Marcelo Soares Ferreira (027.503.573-57); Marcelo Vieira Castro (066.655.576-18); Marcelo Yano (116.451.348-65); Marcelo de Farias Barroso (632.973.023-72); Marcely Messa Moraes (926.324.322-00); Marcia Alves de Almeida (081.484.017-56); Marcia Aparecida dos Reis (648.238.571-00); Marcia Campos de Vasconcelos de Freitas (066.761.806-69); Marcia Ciufa (287.936.502-30); Marcia Claudino Fernandes da Silva (011.923.517-03); Marcia Cristina Lima Lopes (655.496.352-91); Marcia Danielle de Paula (105.354.396-44); Marcia Dedelica Franco Magalhães (515.658.705-49); Marcia Fernanda da Silva (218.745.838-54); Marcia Helena Lopes (450.342.060-72); Marcia Moreira Lima dos Reis (822.853.307-15); Marcia Nunes Pinheiro (167.309.048-60); Marcia Sa de Amorim (428.649.843-34); Marcia Sposito Ribeiro Goyano (336.254.921-72); Marcia Valeria Rocha Siqueira Jansen (836.466.129-91); Marcia de Abreu Fagundes (968.923.740-34)

1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5314/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.415/2012-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Neriuza Sulino Caliento (981.513.988-68); Neviton Rosa da Silva Freitas (704.965.361-68); Ney Braga de Carvalho (107.337.147-65); Ney Pires de Campos Junior (009.726.008-84); Nicola Turdo (013.629.378-60); Nicole Santos (399.595.648-35); Nidia Faria Pereira (718.080.516-53); Niedja Rossana Gringo da Silva (839.047.355-00); Nilce Sanae Kanashiro (409.386.638-44); Nildicea Ramalho do Nascimento (350.525.528-90); Nilo Gustavo Almeida Silva Serra (838.234.411-91); Nilson Carreiro (368.752.797-20); Nilson Gumiero Junior (038.514.548-98); Nilson Ribeiro Viana Filho (005.591.071-88); Nilton Furlanetto Guassu (334.285.398-00); Nilton Luiz de Bastos Vinhal (867.148.481-53); Nilza Cardoso de Morais (282.764.341-34); Nissi de Castro Orlandi (222.005.948-01); Nivaldo Leão Neto (010.333.031-35); Nivaldo Pereira de Abreu Junior (914.878.111-87); Nivan Freitas de Souza (004.851.675-90); Nivea Itana Santana Coelho (033.873.425-27); Nivia Santos Sao Pedro (026.405.715-59); Nizaldo Anselmo Ribeiro Filho (438.976.739-91); Noeli de Moura (774.877.459-53); Norvandir Martins Pereira Neto (006.984.611-18); Nubia Cicera Cosmo Brabo (859.917.914-49); Nubia Priscila Nogueira da Silva (041.691.494-24); Nubia Silva Oliveira Barbosa (609.650.882-00); Nuria Catarina Almeida Nunes (016.446.495-60); Ocimar Aparecido Lisboa (277.810.039-34); Oliver de Sena Pereira da Paixao (018.385.085-89); Olivier Leal Pires (052.348.256-63); Orlando Amâncio de Oliveira Junior (005.517.905-39); Oscar Takaiuki Haioka (069.110.798-02); Oscar de Souza Cobra (169.599.558-90); Osmar Paulo Benedito (074.651.077-25); Osmar dos Santos Canto (052.884.249-85); Osni Santos Lima (835.158.609-91); Osvaldo Cardoso Cerdeirinha Junior (332.151.698-51); Osvaldo Cardoso de Souza (262.432.388-06); Otanael Neves dos Santos (040.431.235-74); Otavio Augusto Basilio (330.281.598-05); Otavio Fernandes dos Santos (108.444.417-83); Otniel Pereira Lopes (026.639.191-52); Oziel Neves de Sousa (949.804.702-20); Pablo Peruzzo (904.242.209-20); Pablo Ratto Hoewell (006.699.060-26); Pablo Ricardo de Sousa Santos (933.103.312-53); Pablo Vinicius Mariano dos Santos (081.901.204-17); Pablo de Oliveira Santana (087.284.406-41); Paloma Jesus Santos (933.383.095-20); Paloma Pinheiro Silva (024.307.055-16); Paloma do Nascimento Machado Coelho Pastore (093.870.547-48); Pamela Aparecida de Sousa Marques (003.896.313-29); Pamella Larissa Barbosa Costa (070.009.664-75); Pammela Fernandes da Silva (037.050.001-60); Paola Carleto Durante (034.687.601-08); Paola Ninotchka Sodre da Hora (742.468.951-72); Patricia Adela Tejada Poersch (559.663.650-91); Patricia Akemi Nozaki (036.095.671-80); Patricia Barbosa Tabone (333.550.248-56); Patricia Bittencourt de Medeiros da Silva (009.072.049-02); Patricia Candido Simão Fernandes (980.600.071-49); Patricia Caroline Nicodemo Cerchiari (296.059.188-70); Patricia Coelho Batista Pereira (032.138.556-00); Patricia Conceição de Sousa Fontes (767.375.945-49); Patricia Cortes Dias (057.877.466-60); Patricia Cristiane Gonçalves (954.906.631-20); Patricia Danielle da Costa Pereira (658.957.462-68); Patricia Della Mea Holtermann (959.243.880-34); Patricia Ferreira Moura (282.831.678-55); Patricia Gonçalves Laureano Hipolito (345.549.188-07); Patricia Granzotto Antunes Alvarez (025.242.297-00); Patricia Helene Mendes Ferreira (007.073.433-05); Patricia Kluwe Gobbo (015.991.810-37); Patricia Krieser Grade (942.627.300-00); Patricia Leite Grieco (006.344.960-93); Patricia Loiola Santos (012.970.501-26); Patricia Magda Giro Lobo Belli (106.843.238-18); Patricia Mara da Conceição Fernandes (327.032.598-32); Patricia Maria Pereira Silva (049.389.613-93); Patricia Nobrega Dias (224.427.868-93); Patricia Nunes Pessoa (546.395.493-34); Patricia Pessoa Magaldi (975.290.526-91); Patricia Regina Chagas dos Passos (271.271.682-53); Patricia Reyanne Moura de Carvalho (975.202.173-53); Patricia Roberta de Faria (332.067.848-59); Patricia Vieira Freire (039.230.749-99); Patricia Wiezbicki (028.002.549-12); Patricia de Freitas Oliveira (087.250.656-88); Patricia dos Santos Portela (002.388.122-43); Patryck Araujo Carvalho (143.544.748-40); Paul Albert Kopf (830.552.239-34); Paula Alves Costa (089.970.067-54); Paula Alves Marcolino (090.612.617-75); Paula Biazus (641.063.900-78); Paula Casagrande Ceolato (014.573.960-09); Paula Cintra Gomes (042.680.276-45); Paula Cristine Gonçalves Melo (077.899.107-52)

1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5315/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.419/2012-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Roberto Claudio Morais de Oliveira Junior (030.551.444-06); Roberto Dias Cardim (964.794.505-15); Roberto Fabiano da Fonseca (152.699.968-47); Roberto Frattari Tulio Silva (012.505.116-66); Roberto Hermann Craesmeyer (071.867.558-44); Roberto Santos Dantas (992.061.375-49); Roberto Saraiva Lima (012.133.876-20); Roberto Zanoteli (027.646.827-94); Roberto da Costa Farias (089.351.627-95); Roberto de Assis Alvarenga da Silva (962.331.253-91); Roberto de Oliveira Siqueira (378.843.100-82); Roberto de Souza Meirelles (044.047.227-02); Roberto dos Santos (456.705.954-91); Robinson Santos Conrado de Souza (350.579.248-93); Robson Caires Martins (043.897.906-09); Robson Evandro Fabriz (002.819.340-70); Robson Jose de Albuquerque (869.259.974-34); Robson Nunes da Silva (015.883.443-71); Robson Santos da Purificacao (041.436.145-88); Robson Santos de Oliveira (233.241.878-42); Robson Williann Pompeu Braggio (072.831.129-10); Rodney Francisco Lima (014.519.423-03); Rodolfo Luiz de Souza (000.612.491-73); Rodolfo Saldanha (047.348.509-50); Rodolfo Von Muller Berneck (003.781.229-75); Rodrigo Abolim Alves (402.684.758-65); Rodrigo Adriano Rodrigues Gonçalves da Silva (011.677.031-70); Rodrigo Alves de Souza (023.353.495-46); Rodrigo Athayde Portela (027.593.395-48); Rodrigo Bentes de Souza Rangel (052.687.827-46); Rodrigo Bernardes Domingues (045.594.786-43); Rodrigo Bonadiman Zanatta (997.238.830-15); Rodrigo Bueno de Godoy (344.865.908-80); Rodrigo Caetano de Souza (325.734.908-40); Rodrigo Douglas Marques (036.938.669-88); Rodrigo Eiji Hashizume (330.978.928-42); Rodrigo Freitas da Silva (099.495.027-64); Rodrigo Gomes Menezes (016.073.946-26); Rodrigo Gusman Silva (082.500.467-57); Rodrigo Henriques de Macedo (072.689.277-70); Rodrigo Hut Martinelli (005.209.860-59); Rodrigo Kutter Bosenbecker (016.743.800-03); Rodrigo Lopes Martins (012.257.552-04); Rodrigo Luiz Alves de Oliveira (880.934.259-34); Rodrigo Manica (667.734.740-00); Rodrigo Marinho (257.677.378-86); Rodrigo Martins Matos (907.794.102-97); Rodrigo Massatelli Gonzalez (374.594.598-01); Rodrigo Matsumoto (364.942.028-70); Rodrigo Monteiro de Assuncao (036.139.731-38); Rodrigo Nascimento dos Santos (020.164.245-08); Rodrigo Nunes Hanada (002.681.981-36); Rodrigo Queiroz de Freitas (064.090.094-10); Rodrigo Rocha Gonçalves (047.137.429-61); Rodrigo Rogerio Santana (199.613.078-10); Rodrigo Sandi (032.692.819-78); Rodrigo Silva da Costa (703.437.642-53); Rodrigo Silveira Dallagnese (830.025.290-87); Rodrigo Viana Sousa (999.211.895-49); Rodrigo Victor Costa Coelho (072.135.624-95); Rodrigo Zanella Dal Corso (014.806.620-89); Rodrigo da Silva Barros (358.279.008-85); Rodrigo da Silva Fernandes (058.018.687-39); Rodrigo de Araujo Carmine (721.840.782-04); Rodrigo de Azevedo Lago (702.711.947-15); Rodrigo de Oliveira Silva (054.683.807-30); Rodrigo dos Reis Alves (229.165.648-10); Rogena Ximenes Viana (005.295.573-71); Rogeria Carvalho Ramos (955.143.256-87); Rogerio Adriano Proenca (139.052.728-06); Rogerio Almeida dos Santos (020.892.810-30); Rogerio Araujo Zarattini (201.958.208-27); Rogerio Balbino Moura (303.949.748-08); Rogerio Benedito de Oliveira (166.390.138-43); Rogerio Cadore (961.065.220-49); Rogerio Gularte Andreoli (585.881.160-49); Rogerio Lopes da Silva (166.968.448-21); Rogerio Maia Duarte (078.923.557-90); Rogerio Sukeziro Umekita (252.988.728-40); Rogerio Teruki Matubara (884.140.279-20); Rogerio de Miranda (040.959.336-23); Romeu Guimarães Carneiro (527.677.442-00); Romildo Jose Fernandes Cavalcanti (024.229.154-69); Romildo Rabelo Pereira (712.288.451-15); Romullo Assis dos Santos (109.148.887-81); Romulo Fedatto Pereira (057.678.039-19); Romulo Santana Teixeira Alves (057.101.947-19); Ronaldo Amorim do Sacramento (019.872.565-57); Ronaldo Francisco Telli (050.014.519-90); Ronaldo Gomes de Menezes Neto (074.715.414-74); Ronaldo Leite do Nascimento (577.764.581-04); Ronaldo Martins Espindola (636.637.672-72); Ronaldo Silva de Oliveira (792.928.361-53); Rondinele Romildo Borges Correa (014.003.911-21); Roneida Gonçalves Vieira (071.653.596-30); Roney Reis Silva (094.965.967-38); Rosali Nunes Ribeiro (684.771.474-34); Rosalvo Jeronimo Correa Junior (740.390.162-20); Rosana Aparecida de Almeida Freitas (028.221.706-14); Rosana de Fatima Silva (918.185.166-91)

1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5316/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.421/2012-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Sergio Lucas Mateus Souza (834.827.765-04); Sergio Marcos Martta (018.695.810-24); Sergio Quintanilha Luzitano (058.002.787-25); Sergio Ricardo Askinis (167.779.168-30); Sergio Ricardo Ferreira Monteiro (640.489.424-68); Sergio Ricardo Santos de Araujo (682.488.735-87); Sergio Zandroski (610.561.979-00); Shayna Luana Santos do Amaral (024.078.003-54); Sheila Catiuscia de Souza Lima (996.930.205-10); Sheila Mary Komatsu (270.002.168-16); Sheila Regina Pinheiro Moises Medeiros (274.874.308-39); Sheron Marto Orofino (048.467.469-25); Shirley Ceolin Durans (824.833.962-91); Shirley Soares de Andrade (011.651.167-23); Sidnei Rodrigo Gomes Espirito Santo (395.660.678-79); Silke Neylane de Jesus Menezes (057.028.674-32); Silmara Dauage Baggio (037.183.199-77); Silmara Leite de Souza Sereghetti (337.305.218-10); Silmara Ono de Moura Ferraro (299.305.128-88); Silomar Inácio Patriota (834.441.141-68); Silvana Alves Martins da Fonseca (266.012.368-37); Silvana Antonelli Santos (009.979.120-06); Silvana Bufon (998.090.440-20); Silvana Ferreira Nobre Mendes (151.038.028-05); Silvana Yuri Shibata Pinto (015.834.977-65); Silvania Maria Pereira (990.335.345-68); Silvania Vago Babilom (095.967.277-02); Silverio Godoy Del Fiaco (029.475.861-58); Silvia Fogolari (192.004.958-42); Silvia Lauermann Klain (966.175.190-00); Silvia Marina Cuco (095.895.888-24); Silvia Oliveira Battastini (011.408.150-67); Silviane Aparecida Souza Queiroz Souto (043.805.166-10); Silviane Vitkoski (036.810.109-60); Silvio Alex Lemes de Franca Barbosa (834.443.781-49); Silvio Antonio Lancas (519.010.648-91); Silvio Paulo Cavalcante Barros Filho (627.637.923-91); Silvio Rogerio Pizzulin Santos (248.253.078-41); Simara dos Santos Perez Camargo da Silva (100.731.077-43); Simon Pinheiro Mendes (402.259.388-12); Simon Tupac Alvarez Catalan (946.895.472-20); Simone Almeida Pereira (036.205.504-17); Simone Calegari Pizzetti (027.298.979-76); Simone Caroline Rossetto (089.382.689-85); Simone Cunha da Rocha (025.656.107-93); Simone Damasio de Afonseca (326.849.755-15); Simone Ferreira Campos de Avila (029.796.126-85); Simone Leticia Alixandre Gil (034.803.986-77); Simone Massignani (008.586.949-05); Simone Paulsen Panato (458.165.060-72); Simone Ramos Pereira (048.938.546-07); Simone Romão Bezerra (672.045.463-34); Simone do Carmo Langiano (310.471.728-10); Simonete Botelho de Souza Azevedo (637.518.285-91); Simoni Carlesso (008.690.059-52); Simony Neubauer Bahls (043.029.299-60); Sinesio Martins Lima

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

(764.205.662-15); Sintia Gleice Santos Campinas (793.852.222-87); Siomar Lopes Valença (022.771.128-95); Sirlei Adriane de Andrade (049.080.419-54); Sirleide Batista (234.455.131-04); Sirley Aparecida Oliveira da Silva (253.016.968-31); Solange Aparecida Benetti Moretti (022.422.168-05); Solange Cristina Costa (014.072.046-45); Soni Ewald Lindermann (018.663.779-90); Sonia Aparecida Delfina de Amorim (031.054.476-95); Sonia Maria Pereira (570.406.809-04); Soraya Alves de Queiroz Reis (182.771.058-60); Soraya Pires Miranda (892.359.671-04); Soraya Reis Franca (938.737.605-25); Sosigenes de Alencar Barros (762.811.833-04); Spencer Lima Seixas (570.054.192-00); Stefany Karolina Silva Rodrigues (070.738.399-45); Stenio Baltazar Medolla (648.390.521-15); Stephanie Alves da Silva (109.900.887-58); Stephanie Braga Reis Mendes (054.815.294-24); Stephano Carvalho Tiengo (077.069.854-90); Sthefanny Conesuque Neves (898.202.822-68); Sueko Alzira Suzuki (670.499.669-91); Suelen da Luz Leal Cortes (011.222.790-27); Sueli Harumi Takahashi Hiratzuka (104.851.348-37); Sueli Monteiro Elias (083.773.477-09); Sueli Pires de Oliveira (048.913.489-09); Sueli da Costa Fernandes de Souza (709.894.946-91); Suellen Falcão Abecassis (825.552.142-91); Suellen de Paula Cantanhede Castelo Branco (025.591.713-92); Suelma Rosy de Jesus Silva Rodrigues (726.122.403-06); Suenia Silva Ribeiro (823.279.801-78); Suiane Pires de Souza (005.433.199-46); Sulamita Martins da Silva (295.474.138-48); Susana Barbosa Gomes (094.897.127-44); Susy Lara Furtado Segatti (319.886.458-59); Suzana Cristina Oliveira da Vitoria (024.050.457-70); Suzana Marlise de Azevedo (928.762.000-82); Suzane Meyer Carlos da Silva (007.522.689-88); Suzane de Cassia Fernandes Nunes Rosa (332.795.248-57); Suzanna Marques Gomes (006.280.611-45); Suze Anne Sombra Santos (035.683.153-19); Suzi Barbosa de Sousa (706.309.171-91); Tabata Raquel Vieira (291.738.388-70)

1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5317/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.426/2012-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Wagner Martins de Souza (046.399.816-27); Wagner Pereira da Silva (092.278.207-52); Wagner Trindade Pimenta (044.175.736-70); Wakes Tulio Alves Diniz (017.289.441-71); Waldemary Andreia Rodrigues (284.111.038-97); Wallace Eduardo Barreto da Silva (679.536.545-04); Wallace Mauricio da Silva Barroco (133.913.927-89); Wallace Spiguel Turello Geronazio (051.092.329-11); Wallison Mata da Silva (084.714.836-02); Wallysson Luiz de Lima do Nascimento (962.180.612-72); Walmir Pereira da Silva (318.626.672-68); Walquiria Cardoso de Brito (025.756.191-90); Walter Wesley Dantas Frattini (376.530.498-00); Wander Lucio Gomes de Oliveira (492.787.461-34); Wanderley Quintino Moreira (261.112.618-60); Wanderson Cavalcante Silva (077.280.054-56); Wanderson Vargas Silva (021.735.601-07); Wanessa Natalia Cardoso Lima (016.071.335-80); Wanessa Patriciane Pereira de Araujo (035.616.684-88); Wania Priscila da Cunha (046.460.314-50); Wania Regina Machado Melo (738.418.702-87); Washington Luis Alves Bezerra (610.297.771-87); Washington Luis dos Santos (066.294.024-56); Washington Melo de Sousa (798.613.852-15); Wasty Siqueira Pinto da Silva (005.316.991-37); Webber Renner de Oliveira (006.359.813-27); Welder Alves dos Anjos (958.539.791-91); Weles Leandro Araujo de Oliveira (019.364.705-27); Welington Vasconcelos Costa (122.368.017-77); Wellington Silva de Oliveira (006.282.351-51); Welson Nascimento (703.758.101-10); Wendell Julian Souza (835.576.871-04); Wesley Coelho Souza (031.164.801-09); Wesley Gomes da Silva (025.416.154-50); Wesley Rodrigo Leite (341.187.118-00); Wesley Venceslenco (005.677.091-08); Weslley de Castro Silva (054.453.994-00); Weslley dos Santos Soares (026.859.933-55); Wilherberth Roberth Rodrigues Moreira (033.692.483-60); Wiliam Alves do Carmo (296.908.988-25); Wiliam Ivo Gontijo (394.312.076-72); Will Peterson Monteiro Guimarães (627.778.743-87); Willames do Nascimento Rodrigues (056.615.744-60); Willder de Oliveira Freire (952.084.453-87); William Braathen Salgueiro (011.803.670-06); William Carlos da Silva Alaniz (257.831.238-97); William Custodio Alves (084.005.107-71); William Divino da Silva (734.392.901-15); William Lopes Heffel (993.721.421-15); William Marques de Queiroz (077.530.436-09); Willian Alex Leme de Carvalho (152.961.228-44); Willian Emanuel Linke (047.073.429-90); Willian Fagner Magalhães Silva (042.274.974-50); Willian John Pontarolo (049.236.909-76); Willian Tomaz Nieckarz (058.521.719-05); Willian Volpato Heidemann (067.468.979-82); Wilson Barboza dos Santos Junior (452.931.205-49); Wilson Cardoso de Souza (738.291.022-91); Wilson Diovane Marques Junior (094.727.586-06); Wilson Ferreira Mendonça (013.426.341-36); Wilson Francisco Celeiroz (026.648.237-60); Wilson Lima de Lucena Jaber (055.379.517-11); Wilson Ribeiro Iwashita (048.067.114-11); Wilson Shigueo Mizumoto (845.480.028-04); Wilson da Silva Castro Santos (080.960.597-00); Wilza Leia Dutra Ferreira (676.428.296-04); Winter Jeans dos Santos (056.730.519-80); Xu Sikang (024.608.101-56); Yalla Jessica Dias Brito Paixão (023.340.151-21); Yara Miris de Medeiros Trevisan (342.742.108-20); Yara Sampaio Braga (010.760.383-79); Yaskara Cardoso Bazelenitz (011.412.834-09); Ygor Kamroyan (306.268.838-65); Yure Caldas Machado (781.065.915-49); Yuri Alexander de Oliveira Melo (024.938.141-93); Yuri de Vargas Muniz (007.177.221-98); Yuriko Ikari Pasian (023.755.698-73); Zildeni de Amarante dos Reis Silveira (973.137.775-15); Zilma Garcia de Oliveira (046.102.636-88); Zoziel Santana Junior (112.409.317-60)

1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5318/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado o mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.822/2012-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Gilberto Cavalcanti Onofre (162.522.844-91); João Bosco de Medeiros Filho (051.843.814-73)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Paraíba

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 32/2012 - Primeira Câmara
Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária

b) Ministro José Múcio Monteiro (Relação n° 25):

ACÓRDÃO Nº 5319/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.658/2012-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Dolair Julião da Silva (113.181.391-04); José de Farias Sousa Lima (038.126.771-72); Márcia Lyra Nascimento Egg (066.807.041-20); Orlando Casimiro de Oliveira (112.795.671-04)

1.2. Unidade: Senado Federal - SF

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5320/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.976/2012-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: João Domingos Neto (097.235.603-72); José Ferreira do Nascimento (013.043.053-68); Raimundo Rufino Vale (065.946.033-53)

1.2. Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí - MAPA

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5321/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.783/2012-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Hélio de Almeida (057.425.791-87)

1.2. Unidade: Secretaria Especial de Editoração e Publicação do Senado Federal

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5322/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.824/2012-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Crispim de Oliveira (313.395.147-53)

1.2. Unidade: Senado Federal - SF

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5323/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.883/2012-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Abelardo Barreto (001.669.441-49) e Lucy Stumpf Alves de Souza (002.086.981-91)

1.2. Unidade: Câmara dos Deputados - CD

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5324/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.665/2012-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Darli Jacinto dos Reis (042.253.099-91); Ilton Essenfelder Hintz (002.121.999-00); Pedro Perfeito (107.943.369-49)

1.2. Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Paraná - MAPA

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5325/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-025.668/2012-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: José de Anchieta Souza (001.785.271-49); Rosangela Thomaz Lima (457.329.227-68); Terson Carvalho de Araújo (001.437.581-87).
1.2. Unidade: Câmara dos Deputados - CD
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5326/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.681/2012-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Durval Aniceto (031.710.604-00)
1.2. Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Alagoas - MAPA
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5327/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.924/2012-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Euripedes Alves Ribeiro (001.771.561-04) e José Carlos Lopes de Lima (066.836.571-49)
1.2. Unidade: Secretaria Especial de Editoração e Publicação do Senado Federal
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5328/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.312/2012-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Pedro Paulo dos Santos (085.321.337-20)
1.2. Unidade: Ministério dos Transportes MT
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5329/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.686/2012-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alessandra Marinho da Silva (003.191.241-93); Andre Damas de Matos (833.003.091-15); Antonio de Souza Dantas (322.812.501-72); Edgar Benicio Rosa (296.065.781-00); Edval Gonçalves Vieira (798.982.971-15); Emmanuel de Figueiredo Caldas (399.349.341-91); Fabrício Fernandes Santana (088.777.757-00); Helio Marçola Junior (328.827.699-20); Herivelto Ferreira (921.240.111-20); Igor de Andrade Viana (003.933.401-55); Isabela Maria Siqueira Campos Mendonça Vilar (886.122.871-20); Jeziel Sousa Carvalho (476.192.874-34); Jorge Henrique Rogoski (308.292.321-68); Joseana Geaquinto Paganine (539.353.301-20); Klaus Bulcão Roseira (668.484.665-49); Klause Alvarenga do Nascimento (871.132.101-63); Lara Francischetti Piza (416.430.971-72); Leila de Fátima Sousa Carvalho (399.426.511-87); Luiz Antonio Santos Nunes (034.934.844-88); Marco Antônio Silva de Mendonça (583.666.601-68); Maria de Jesus Amorim Farias (811.436.644-34); Marilia Matias de Oliveira Coêlho (055.978.406-65); Marilia de Campos Moreira Santana (700.665.581-15); Marluci Ribeiro de Oliveira (908.434.877-04); Paola Michelle Nogueira de Cerqueira Lima (874.169.215-20); Renato Coelho (958.851.026-00); Ricardo Cavalcanti de Oliveira Amorim (039.453.994-08); Ritta Claudia Zumba e Santos (255.224.138-75); Sarah Albertina Cerqueira Nunez (084.314.687-77); Silvânia Alves de Azevedo (937.883.555-49); Thiago Rodrigues Tiburcio (054.538.997-60); Thomaz Henrique Gomma de Azevedo (376.760.241-53); Tiago Aquiles Ribeiro Medeiros (008.259.330-21); Tiago Gomes Sant'ana (717.567.281-00); Tiago Macini (216.584.838-55); Tânia de Souza Trindade (697.490.351-00); Vitor Choi Feitosa (909.141.711-00); Walberkley Braga dos Santos (765.903.721-87); Wennder Indalecio Oliveira Fidelis (772.067.111-20)
1.2. Unidade: Senado Federal - SF
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5330/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.457/2012-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Manoel Almeida da Silva (584.458.702-20); Marcio Costa Rodrigues (370.854.681-49)
1.2. Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Amapá - MAPA
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5331/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.902/2012-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Guilherme Jaborandy de Paula Alves (955.695.961-00)
1.2. Unidade: Ministério dos Transportes
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5332/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III e 143, inciso II; 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU; e nos termos do art. 3º, § 6º, da Resolução TCU nº 206/2007, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de concessões de pensões civis constantes do processo a seguir relacionado, por terem sido lançados, no sistema Sisac, com inconsistências decorrentes da falta de informação acerca da data da invalidez dos beneficiários, fazendo-se as seguintes determinações sugeridas nos pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.899/2011-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ana Neusa Chagas da Silva (509.300.362-04); Cezarino Maciel de Castro (636.416.312-20); Maria Raimunda Soares de Sousa (965.996.932-53)
1.2. Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Pará
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinar à unidade jurisdicionada que adote medidas para encaminhar, no prazo de 60 (sessenta) dias, novos atos de pensões civis, via sistema Sisac, com a correção das falhas e omissões nas informações prestadas e cadastradas nos formulários de concessão de interesse dos filhos maiores inválidos dos instituidores.
1.8. Determinar à Sefip que:
1.8.1. monitore o cumprimento da determinação para encaminhamento de novos atos corrigindo os que tiveram a apreciação de mérito considerada prejudicada;
1.8.2. faça permanecer no sistema Sisac todos os atos cuja análise de mérito vier a ser considerada prejudicada, mesmo após a disponibilização, no sistema, dos novos atos corrigidos.

ACÓRDÃO Nº 5333/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.632/2011-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Denise Aparecida Comar (632.649.199-15); Helena Flores Seyr (996.583.649-34); Ivan Canonice Dias Pinheiro (523.102.729-49); Vilna Cunha França (530.332.059-68)
1.2. Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Paraná
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5334/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º e 2º da Emenda Constitucional nº 70/2012; arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.600/2011-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Berenice Vilela Gomes Pena (024.697.564-48)
1.2. Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Alagoas - MAPA
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5335/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.055/2012-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Neves Gonçalves de Siqueira Meneses (123.151.841-34)
1.2. Unidade: Câmara dos Deputados - CD
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 5336/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.057/2012-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Matilde Leite Memória (697.517.301-04)
1.2. Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5337/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.103/2012-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Alisson Francisco da Silva Santos (113.207.674-94); Maria da Solidade dos Santos (384.057.764-00); Paulo Francisco da Silva Santos (113.207.634-05)
1.2. Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Alagoas - MAPA
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5338/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.909/2012-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Amélia Purpurina Brandão de Carvalho (850.109.017-49); Clementina Caetano Sarmento (027.680.327-27); Ofelina Porto Guimarães (097.974.437-79); Therezinha Ciciliotti Trindade (017.415.577-80)
1.2. Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Espírito Santo - MAPA
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5339/2012 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, que tratam, nesta fase processual, de "pedido de reconsideração" (petição) contra o Acórdão nº 4.241/2009-TCU-1ª Câmara, que julgou as presentes contas irregulares e condenou solidariamente Genilda Souza Lopes, ex-prefeita, e José Araújo Filho, ex-secretário municipal de Saúde, ao pagamento de débito, com a aplicação de multa individual no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em razão de irregularidades na aplicação de recursos do Fundo Nacional de Saúde.

Considerando que o recorrente já ingressou com recurso de reconsideração contra o Acórdão nº 4.241/2009-TCU-1ª Câmara, que não foi conhecido pelo Acórdão nº 939/2010-TCU-1ª Câmara, por ser intempestivo e não apresentar fatos novos, operando-se a preclusão consumativa, a teor do disposto no art. 278, § 3º, do Regimento Interno/TCU;

Considerando que o recebimento da peça como recurso de revisão seria prejudicial ao responsável, que teria encerrado, em definitivo, sua oportunidade de alterar a decisão;

Considerando que, no exame de admissibilidade de recursos, a Serur propôs que o "pedido de reconsideração" não seja conhecido, em decorrência da preclusão consumativa;

Considerando que o Ministério Público manifestou-se de acordo com a proposta da unidade técnica.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, em não conhecer do presente recurso e notificar o recorrente do teor deste acórdão.

1. Processo TC-004.975/2007-6 (Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial)
1.1. Apensos: 038.007/2011-8 (Cobrança Executiva); 038.004/2011-9 (Cobrança Executiva); 038.006/2011-1 (Cobrança Executiva)
1.2. Recorrente: José Araújo Filho (126.743.113-04)
1.3. Unidade: Prefeitura Municipal de Santa Quitéria do Maranhão - MA
1.4. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.5. Relator da deliberação recorrida: Auditor Augusto Sherman Cavalcanti
1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR) e Secretaria de Controle Externo - MA (SECEX-MA).
1.8. Advogado constituído nos autos: Igor da Silva Oliveira (OAB/MA 8.822).
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5340/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão nº 4.670/2012 - TCU - Primeira Câmara, prolatado na Sessão de 14/8/2012, Ata nº 28/2012, relativamente ao subitem 9.2, para que, onde se lê "*... o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, acrescidas da correção monetária e dos juros de mora calculados a partir das datas indicadas até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:*", leia-se "*... o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Saúde (FNS), acrescidas da correção monetária e dos juros de mora calculados a partir das datas indicadas até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor*:", mantendo-se os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.752/2011-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Eduardo de Almeida Gobira (ex-prefeito, CPF 427.120.846-91), Jurandina da Silva Luz Santos (CPF 023.711.986-25, ex-secretária municipal de saúde) e Maria Aparecida de Oliveira (CPF 669.526.976-91, ex-secretária municipal de saúde)
1.2. Unidade: Prefeitura Municipal de Jordânia/MG
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MG (SECEX-MG)
1.6. Advogado constituído nos autos: José Luiz Freitas Silva - OAB/MG nº 38.427
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 5341/2012 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em fase de embargos de declaração opostos contra o Acórdão nº 4.447/2012 - 1ª Câmara.

Considerando que o Acórdão nº 4.447/2012 - 1ª Câmara conheceu do recurso de reconsideração interposto por Simone Valêncio Kochanowski e pelo Grupo Dignidade pela Cidadania de Gays, Lésbicas e Transgêneros contra o Acórdão nº 10.089/2011 - 1ª Câmara para, no mérito, negar-lhe provimento;

Considerando que o aviso de recebimento incluído no processo mostra que os responsáveis receberam a notificação do acórdão embargado no dia 08/08/2012 (peça 85);

Considerando que os responsáveis protocolizaram os embargos de declaração no dia 23/08/2012, fora do prazo de 10 (dez) dias previsto no art. 34, § 1º, da Lei nº 8.443/1992 (peça 86);

Considerando que a notificação dos embargantes foi feita de acordo com o disposto no art. 179, inciso II, do Regimento Interno/TCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei nº 8.443/1992, em não conhecer dos presentes embargos de declaração, por serem intempestivos e notificar os embargantes do teor desta deliberação.

1. Processo TC-033.087/2010-5 (EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Recorrentes: Grupo Dignidade pela Cidadania de Gays, Lésbicas e Transgêneros (68.604.560/0001-99); Simone Valêncio Kochanowski (015.920.269-82)
1.2. Unidade: Grupo Dignidade pela Cidadania de Gays, Lésbicas e Transgêneros
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.6. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR) e Secretaria de Controle Externo - PR (SECEX-PR)
1.7. Advogado constituído nos autos: Umberto Giotto Neto (OAB/PR nº 22.946)
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 5342/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/92 c/c os arts. 143, inciso III; e 250 a 252 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar que o Ministério da Integração Nacional (MI) tomou as providências necessárias ao cumprimento das determinações constantes do subitem 1.5.1, alíneas "a" a "h", do Acórdão 6386/2009 - TCU - 1ª Câmara; alertar o órgão quanto à irregularidade caracterizada pelo descumprimento do Decreto 93.872, de 23/12/1986, que rege a aplicação dos recursos oriundos de suprimento de fundos, e a legislação complementar sobre o tema; e enviar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da Unidade Técnica, para a Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI) do Ministério da Integração Nacional e para a Secretaria Federal de Controle Interno (SFC), conforme os pareceres emitidos nos autos, apensando estes em seguida ao TC 018.438-2007-7.

1. Processo TC-014.025/2012-4 (MONITORAMENTO)
1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União
1.2. Unidade: Departamento de Gestão dos Fundos de Investimento do Ministério da Integração Nacional (DGFI/MI), atual Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI)
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: 4ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-4).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5343/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 1º, incisos II e IV, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em determinar a adoção das seguintes medidas:

1. Processo TC-027.382/2010-9 (MONITORAMENTO)
1.1. Interessada: Secretaria de Controle Externo - MT
1.2. Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde - MT
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MT (SECEX-MT).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Dar ciência ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde de Mato Grosso de que a realização de upgrade em máquinas e equipamentos de informática, sem que haja o registro de forma correta, de acordo com a classificação contábil da aquisição de equipamentos de informática, observando o princípio da oportunidade contábil e do registro pelo valor original, afronta os art. 94 e 95 da Lei nº 4320/64;
1.8. Apensar definitivamente os presentes autos ao TC-010.921/2005-4, com base no art. 5º, inciso II, da Portaria-Segecex 27/2009 e no art. 169, inciso I, do Regimento Interno do TCU, sem a conversão dos autos em tomada de contas especial, em razão do princípio da economicidade, da eficiência e da celeridade processual, a fim de que o presente processo não incorra em mais custos do que o seu potencial benefício e, considerando que o fato gerador das irregularidades apontadas no item 9.3.1 do Acórdão 676/2008 - TCU - 1ª Câmara já remontam a mais de 10 anos, com fundamento no art. 213 do Regimento Interno do TCU e no art. 5º, § 4º, da Instrução Normativa nº 56/2007.

ACÓRDÃO Nº 5344/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 250 a 252 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em adotar as seguintes providências, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.874/2012-5 (MONITORAMENTO)
1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União
1.2. Unidade: Secretaria do Audiovisual - MinC
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SP (SECEX-SP)
1.6. Advogado constituído nos autos: não há
1.7. Considerar como não mais sendo aplicável a determinação expedida no subitem 9.7 do Acórdão nº 2.948/2010 - 1ª Câmara;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.8. Determinar ao Ministério da Cultura que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da ciência desta deliberação, instaure procedimento administrativo interno visando apurar as causas e as circunstâncias em que ocorreram o extravio dos processos relacionados no subitem 9.7 do Acórdão nº 2.948/2010 - 1ª Câmara, bem como, se possível, a responsabilidade dos agentes públicos envolvidos na sua guarda, controle e acompanhamento, encaminhando a este Tribunal resultado conclusivo dessa apuração;

1.9. Determinar à Secex/SP que monitore o cumprimento da determinação a que se refere o item anterior;

1.10. Arquivar estes autos.

ACÓRDÃO Nº 5345/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/92 c/c os arts. 143, inciso III; e 250 a 252 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar cumpridos os itens 1.7.1 e 1.7.2, do Acórdão 1652/2012-1ª Câmara, sem prejuízo de mandar fazer a seguinte determinação, conforme os pareceres emitidos nos autos, arquivando estes em seguida.

1. Processo TC-028.614/2012-7 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União

1.2. Unidade: Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp)

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SP (SECEX-SP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Secex-SP que, após o prazo indicado para implantação das medidas corretivas, realize fiscalização na Codesp, para avaliar se o pagamento generalizado de horas extras foi solucionado.

ACÓRDÃO Nº 5346/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 250 a 252 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em mandar fazer as seguintes determinações, conforme pareceres emitidos nos autos, arquivando-se em seguida.

1. Processo TC-024.277/2007-0 (AUDITORIA DE CONFORMIDADE)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União

1.2. Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa)

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: 8ª Secex

1.7. Advogado constituído nos autos: não há

1.8. Determinar à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que:

1.8.1 utilize a modalidade pregão obrigatoriamente na forma eletrônica, salvo se houver comprovada e justificada inviabilidade, não se tratando de opção discricionária, de acordo com o § 1º do art. 4º do Decreto 5.450/2005;

1.8.2. especifique, nas próximas licitações para contratação de serviços de natureza contínua, as categorias profissionais a serem contratadas e não apenas os serviços a serem executados;

1.8.3. realize estudo visando otimizar a utilização de postos de vigilância desarmada, substituindo os postos cuja função principal seja o atendimento ao público por recepcionistas;

1.8.4. ao licitar os serviços de vigilância armada, desarmada e eletrônica, desmembre o objeto em dois contratos: um para a prestação de serviços de engenharia de instalação, disponibilização e manutenção dos equipamentos de vigilância eletrônica e outro para a prestação de vigilância armada e desarmada, incluindo o monitoramento dos equipamentos previamente instalados, caso não consiga demonstrar factualmente que a aquisição conjunta é economicamente mais vantajosa;

1.8.5. atente ao item 8.2, letra "a", da Decisão 265/2002 - Plenário;

1.8.6. abstenha-se de fazer constar dos orçamentos básicos das licitações, dos formulários para proposta de preços constantes dos editais e das justificativas de preço a que se refere o art. 26, inciso III, da Lei 8.666/1993, inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação, parcelas relativas a gastos com os tributos IRPJ e CSLL, não podendo ser aceitas também propostas de preços contendo custos relativos aos referidos tributos, seja na composição do BDI, seja como item específico da planilha ou orçamento.

ACÓRDÃO Nº 5347/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 237 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la procedente, mandando fazer as seguintes determinações, conforme os pareceres emitidos nos autos, arquivando o processo após cientificar a representante, com o envio de cópia da respectiva instrução, além do Acórdão 1.994/2012 - Plenário, inclusive do relatório e voto que o fundamentam.

1. Processo TC-001.737/2012-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Controladoria-Geral da União (CGU)

1.2. Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit)

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secob-2

1.6. Advogado constituído nos autos: não há

1.7. determinar à Controladoria-Geral da União que comunique as providências já adotadas com vistas à identificação dos responsáveis, quantificação e ressarcimento dos eventuais danos ocorridos na execução do Contrato TT-194/2006 assinado com a Construtora M. Martins Engenharia e Comércio Ltda., indicadas no Relatório de Demandas Especiais 00210.001285/2009-77, de 24/11/2011, indicando se já existe tomada de conta especial aberta para tratar dessa matéria, ou o prazo previsto para sua instauração;

1.8. determinar à Secob-2 que monitore o cumprimento da determinação constante do item precedente e adote as medidas cabíveis caso constate atraso injustificado na adoção das medidas a cargo da CGU.

ACÓRDÃO Nº 5348/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/92 c/c os arts. 143, inciso III; e 237 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la improcedente, arquivando-a e dando ciência ao representante com o envio de cópia da respectiva instrução, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-007.729/2012-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: 18ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória - Ministério Público do Estado do Espírito Santo

1.2. Unidade: Entidades/Órgãos do Governo do Estado do Espírito Santo

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - ES (SECEX-ES).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5349/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 237 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la procedente, mandando fazer a seguinte determinação, conforme os pareceres emitidos nos autos, arquivando-se o processo, após cientificar, do decidido, o representante, o FNDE e o prefeito municipal, com o envio de cópia da respectiva instrução.

1. Processo TC-009.827/2012-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Vereador Antônio Felix Teixeira Filho, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Municipal de Paraisópolis

1.2. Unidade: Prefeitura Municipal de Paraisópolis/MG

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secex/MG

1.6. Advogado constituído nos autos: não há

1.7. Determinar ao Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) que, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar do recebimento da comunicação, instaure tomada de contas especial, no intuito de apurar os indícios de pagamentos de serviços não executados, desnecessários, sem cobertura contratual e com divergência técnica em relação aos projetos aprovados, fatos esses que ocorreram na execução das obras da creche infantil do município de Paraisópolis/MG, objeto do Convênio 830.287/2007 (Siafi 599400), devendo adotar, em tal processo, as medidas necessárias para quantificar, de modo confiável, a parcela efetivamente executada do objeto pactuado com os recursos repassados e gastos, bem como avaliar a possibilidade, ou não, de aproveitamento dos serviços parcialmente executados para a conclusão da obra, encaminhando, ao final do prazo concedido, informações a este Tribunal acerca das providências efetivadas.

ACÓRDÃO Nº 5350/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 237 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la improcedente, arquivando-a e dando ciência aos interessados com o envio de cópia da respectiva instrução, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-010.057/2012-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (00.328.945/0001-20)

1.2. Unidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - Mdic

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: 9ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-9).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5351/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 237, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, mas considerá-la prejudicada, por perda de objeto, arquivando-a, dando-se ciência à representante, com o envio de cópia da respectiva instrução.

1. Processo TC-020.266/2012-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Makbrazil Importação e Exportação de Máquinas e Equipamentos Ltda. (13.187.625/0001-56)

1.2. Unidade: Prefeitura Municipal de Frei Lagonegro/MG

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MG (SECEX-MG).

1.6. Advogado constituído nos autos: Marco Antônio Ribeiro Feitosa (OAB/SP 200.096)

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5352/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 237 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la procedente, mandando fazer a seguinte comunicação conforme os pareceres emitidos nos autos, arquivando o processo após cientificar o representante do decidido, com o envio de cópia da respectiva instrução.

1. Processo TC-032.070/2011-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Procurador Fernando dos Santos Carneiro

1.2. Unidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Goiás (Sebrae/GO)1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secex/GO

1.6. Advogado constituído nos autos: não há

1.7. Dar ciência ao Sebrae/GO que as cessões de empregados de seu quadro devem ser realizadas somente após a devida formalização e publicidade, nos termos do caput do art. 37 da Constituição Federal (princípios da legalidade e publicidade), evitando falhas como a constatada na cessão do servidor Bruno Garibaldi Fleury ao Estado de Goiás, em que foi cedido em janeiro/2011 e a celebração do convênio entre o Sebrae/GO e o ente público somente ocorreu em setembro/2011.

Ata n° 32/2012 - Primeira Câmara

Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária

c) Ministra Ana Arraes (Relação n° 26):

ACÓRDÃO Nº 5353/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.772/2012-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Interessados: Carlos Borges da Silva (CPF 435.904.117-91); Ezaú Lauriano Filho (CPF 388.394.747-49); Maria Carmen Alves Pereira de Souza (CPF 553.099.507-10); Markos Papi Baptista (CPF 332.028.697-87).

1.3. Unidade: Gerência Regional de Administração de Pessoal no Distrito Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5354/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de Silvia Helena Maciel Lemos de Gusmão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-021.828/2012-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Silvia Helena Maciel Lemos de Gusmão (CPF 253.674.634-87).
1.3. Unidade: Tribunal Regional Federal da 5ª Região (PE-AL-CE-PB-RN-SE).
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5355/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fulcro no art. 7º, inciso I, da Resolução TCU 206/2007, com a redação dada pelo art. 1º da Resolução TCU 237/2010, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de aposentadoria de Valmor Jacobs Cardoso, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.909/2012-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Valmor Jacobs Cardoso (CPF 187.053.830-72).
1.3. Unidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região (RS-SC-PR).
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5356/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.607/2012-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Amaro Florêncio da Silva (CPF 650.143.407-68); Lucia Maria Marques de Almeida (CPF 152.800.391-87); Luiz Antonio da Silva (CPF 101.962.421-34).
1.3. Unidade: Ministério Público Militar.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5357/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.624/2012-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Elisete Rossi (CPF 063.981.908-74); Lea da Silva Severino Alves (CPF 006.286.878-00); Patricia Garcia de Oliveira Faria (CPF 809.792.118-91); Paulo Kazuyoshi Hagihara (CPF 851.469.008-68); Paulo de Tarso Barbosa (CPF 636.127.208-72); Pedro Paulo Lazarano Neto (CPF 048.334.068-53); Sueli da Silva Cripa (CPF 852.599.508-87); Wagner Verpa (CPF 532.892.778-87).
1.3. Unidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região (SP-MS).
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5358/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.625/2012-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Elizabeth Pereira Prado (CPF 882.101.118-68); Emilia Tomoko Tsunechiro Kazama (CPF 004.538.968-39); Ipotymar Blasco Soler (CPF 021.849.878-08); Nadir Demazo (CPF 131.956.838-65).
1.3. Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5359/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.626/2012-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Ana Maria Py Lucca (CPF 300.095.960-20); José Heitor de Souza (CPF 180.676.620-53).
1.3. Unidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região (RS-SC-PR).
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5360/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.728/2012-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Alexandre Salustino de Almeida (CPF 906.122.801-87); Cleber de Oliveira Tavares Neto (CPF 094.507.647-94); Francisco Alexandre de Paiva Forte (CPF 778.561.984-00); Francisco Etevanes Peres da Silva (CPF 441.226.403-34); Joao Marcos Neves Rocha (CPF 000.260.135-41); Kaline Felix da Silva (CPF 653.651.193-04); Leandro Zedes Lares Fernandes (CPF 642.716.091-53); Marcel Leandro da Silva Cunha (CPF 514.029.985-20); Marco Frattezi Gonçalves (CPF 013.764.986-00); Marcos Nassar (CPF 043.115.439-21); Martha Carvalho Dias de Figueiredo (CPF 002.114.915-19); Meliza Alves Barbosa (CPF 701.746.102-97); Patrick Menezes Colares (CPF 662.832.642-04); Roberson Henrique Pozzobon (CPF 049.103.019-33); Ruthiere Marcio Carrijo (CPF 698.819.011-20).
1.3. Unidade: Ministério Público Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5361/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.472/2012-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Ediene Kedman Ferreira da Cunha (CPF 837.257.501-06); Karyne Dias Gondim Neo (CPF 760.690.362-04); Marcel Bittencourt Silva (CPF 006.578.615-70); Marcelo da Silva Pereira (CPF 774.190.812-04).
1.3. Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5362/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil a Ireni Gomes Peres Martini, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.483/2006-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Ireni Gomes Peres Martini (CPF 035.380.281-68).
1.3. Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Estado de Goiás.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5363/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar parcialmente atendida a determinação contida no item 1.7 do acórdão 2.014/2012 - 1ª Câmara; em fixar novo e improrrogável prazo de 30 dias para que o Presidente do Sesc/DN implemente o procedimento previsto na alínea "b" do parágrafo único do art. 3º da Lei 8.730/1993 para apuração de infração político-administrativa, crime funcional ou falta grave disciplinar passível de perda do mandato, demissão do cargo, exoneração do emprego ou destituição da função, além da inabilitação, por até cinco anos, para exercício de novo mandato e de qualquer cargo, emprego ou função pública, quanto aos responsáveis abaixo nominados, que não entregaram suas declarações de bens e rendas referentes ao exercício de 2008, em desacordo com o art. 4º, *caput*, da Lei 8.730/1993 e com o art. 5º da Resolução Sesc 1.154/2008, informando, em 45 dias, as medidas adotadas e os resultados alcançados.

1. Processo TC-028.065/2010-7 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2009)
1.1. Classe de Assunto: II.
1.2. Responsáveis: Antonio Florêncio de Queiroz Júnior (CPF 504.456.507-53); Eduardo Cesar Goncalves Braga (CPF 101.527.335-15); Euclides Carli (CPF 003.264.538-49); Francinete Amaro da Silva Santos (CPF 199.646.172-91); German Baqueiro Duran (CPF 006.228.695-15); José Cid Sousa Alves dos Nascimento (CPF 010.533.628-97); José Francisco da Silva (CPF 064.049.954-68); José Rosenvaldo Evangelista Rios (CPF 005.768.085-04); José Marconi Medeiros de Souza (CPF 020.459.664-53); Lelio Vieira Carneiro (CPF 025.735.391-72); Rogério Firmino de Souza (CPF 032.489.177-68); Walter de Oliveira (CPF 002.859.601-30).
1.3. Unidade: Serviço Social do Comércio - Departamento Nacional
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.6. Unidade Técnica: 5ª Secretaria de Controle Externo (Secex-5).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5364/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, e com fundamento no art. 18 da Resolução TCU 02/1993, c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do TCU e com o inciso I, art. 463 do Código de Processo Civil, em retificar, por inexatidão material, o acórdão 4633/2012-1ª Câmara, prolatado na Sessão de 7/8/2012, relativamente ao item 9.3, uma vez que, a indicação de valor referente à gratificação natalina foi indicada somente por "13º" seguido do exercício, sem informação expressa do mês e do dia a que se refere, o que pode resultar em dúvida quanto à data a ser considerada para fins de incidência dos encargos legais, mantendo-se os demais termos da deliberação ora retificada, para que, onde se lê:

" Responsável: Alberto Batista de Paula Filho (CPF 040.454.084-87)

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR DEVIDO
13º 1995	502,02
13º 1996	501,9
13º 1997	501,9
13º 1998	542,07
13º 1999	564,34
13º 2000	564,34
13º 2001	760,26
13º 2002	806,52
13º 2003	806,52

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Responsável: Francisco Assis de Azevedo (CPF 041.050.524-20)

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR DEVIDO
13º 1995	92,36
13º 1996	433,04
13º 1997	433,04
13º 1998	484,91
13º 1999	514,52
13º 2000	514,52
13º 2001	664,85
13º 2002	778,85
13º 2003	778,85
1/7/2004	697,47
1/8/2004	697,47

Responsável: Haroldo Feitosa (CPF 043.867.954-72)

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR DEVIDO
13º 1995	395,32
13º 1996	395,08
13º 1997	395,08
13º 1998	446,95
13º 1999	476,56
13º 2000	476,56
13º 2001	579,26
13º 2002	693,26
13º 2003	693,26

- leia-se:

"Responsável: Alberto Batista de Paula Filho (CPF 040.454.084-87)

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR DEVIDO
1/12/1995 (13º)	502,02
1/12/1996 (13º)	501,9
1/12/1997 (13º)	501,9
1/12/1998 (13º)	542,07
1/12/1999 (13º)	564,34
1/12/2000 (13º)	564,34
1/12/2001 (13º)	760,26
1/12/2002 (13º)	806,52
1/12/2003 (13º)	806,52

Responsável: Francisco Assis de Azevedo (CPF 041.050.524-20)

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR DEVIDO
1/12/1995 (13º)	92,36
1/12/1996 (13º)	433,04
1/12/1997 (13º)	433,04
1/12/1998 (13º)	484,91
1/12/1999 (13º)	514,52
1/12/2000 (13º)	514,52
1/12/2001 (13º)	664,85
1/12/2002 (13º)	778,85
1/12/2003 (13º)	778,85

Responsável: Haroldo Feitosa (CPF 043.867.954-72)

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR DEVIDO
1/12/1995 (13º)	395,32
1/12/1996 (13º)	395,08
1/12/1997 (13º)	395,08
1/12/1998 (13º)	446,95
1/12/1999 (13º)	476,56
1/12/2000 (13º)	476,56
1/12/2001 (13º)	579,26
1/12/2002 (13º)	693,26
1/12/2003 (13º)	693,26

1. Processo TC-001.691/2007-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Classe de Assunto: II.

1.2. Responsáveis: Alberto Batista de Paula Filho (CPF 040.454.084-87); Francisco Assis de Azevedo (CPF 041.050.524-20); Haroldo Feitosa (CPF 043.867.954-72).

1.3. Unidade: Base Aérea de Natal; Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.6. Unidade Técnica: 3ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-3).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 32/2012 - Primeira Câmara
Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária

d) Ministro-Substituto convocado Marcos Bemquerer Costa (Relação n° 2):

ACÓRDÃO Nº 5365/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte pelo falecimento do interessado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.806/2012-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Luiz Pereira Barbosa (546.042.228-00)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SP

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5366/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c a Súmula TCU 279, em considerar ilegais os atos constantes deste processo, negando-se os respectivos registros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.188/2012-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ardel de Medeiros Gomes Ferreira (007.428.994-20); José Rosival Lemos Brandão (007.630.554-68); Magnólia Miranda de Almeida Vieira (113.090.674-49); Maria Lúcia Costa Cavalcante (661.181.908-87).

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Alagoas.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Alagoas:

1.7.1. no prazo de quinze dias, contados da ciência deste acórdão, providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes da concessão considerada ilegal (vantagem alusiva ao percentual de 28,86%, que consiste no pagamento dessa parcela sem considerar, para fins de absorção, as novas estruturas remuneratórias implantadas após o provimento jurisdicional), sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, dispensando o ressarcimento das importâncias recebidas de boa-fé;

1.7.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso não sejam providos;

1.7.3. encaminhe ao Tribunal, por cópia, comprovante da data em que os interessados tomaram conhecimento desta decisão;

1.8. esclarecer à unidade de origem que as concessões consideradas ilegais poderão prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novos atos concessórios, escoimadas as irregularidades abaixo relacionadas, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno:

1.8.1. pagamento da vantagem alusiva ao percentual de 28,86%, sem considerar, para fins de absorção, as estruturas remuneratórias posteriores ao provimento jurisdicional;

1.8.2. registro indevido de parcelas judiciais alusivas à PCCS;

1.9. esclarecer à unidade de origem que, nos termos da Súmula TCU 279, o valor decorrente de decisão judicial, quando expressamente imune de absorção pelos aumentos salariais subsequentes, deve ser considerado, desde o momento inicial em que devido, como vantagem pessoal nominalmente identificada (VPNI), sujeita exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, sendo vedado o seu pagamento, de modo continuado, sob a forma de percentual incidente sobre quaisquer das demais parcelas integrantes da remuneração do beneficiário;

1.10. determinar à Sefip que monitore o cumprimento deste acórdão.

ACÓRDÃO Nº 5367/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.660/2012-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Carlos Geraldo de Oliveira (057.875.999-34); Célia Regina Caetano Mamprim (256.250.479-87); Edvirges Winiarski Buba (162.985.949-49); Lurdete Cipriano dos Santos (252.401.539-49)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SC

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5368/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar ilegal, com negativa de registro, com fundamento na Súmula TCU 279, o ato de aposentadoria de Iracema Limeira Amorim, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.578/2012-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Iracema Limeira Amorim (049.200.744-68).

1.2. Entidade: Superintendência Estadual da Funasa em Alagoas.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações à Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde em Alagoas:

1.7.1. no prazo de quinze dias, contados da ciência deste Acórdão, providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes do ato de aposentadoria considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, dispensando o ressarcimento das importâncias recebidas de boa-fé;

1.7.2. comunique à interessada a presente deliberação, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

1.7.3. encaminhe ao Tribunal, por cópia, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento desta decisão;

1.8. esclarecer à unidade de origem que o ato considerado ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, livre da irregularidade detectada;

1.9. esclarecer à unidade de origem que, nos termos da Súmula TCU 279, o valor decorrente de decisão judicial, quando expressamente imune de absorção pelos aumentos salariais subsequentes, deve ser considerado, desde o momento inicial em que devido, como vantagem pessoal nominalmente identificada (VPNI), sujeita exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, sendo vedado o seu pagamento, de modo continuado, sob a forma de percentual incidente sobre quaisquer das demais parcelas integrantes da remuneração do beneficiário;

1.10. determinar à Sefip que monitore o cumprimento deste acórdão.

ACÓRDÃO Nº 5369/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar ilegal, com negativa de registro, com fundamento na Súmula TCU 279, o ato de aposentadoria de José Severino Silva de Araújo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.580/2012-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: José Severino Silva de Araújo (177.907.604-59).

1.2. Entidade: Superintendência Estadual da Funasa em Alagoas.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações à Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde em Alagoas:

1.7.1. no prazo de quinze dias, contados da ciência deste Acórdão, providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes do ato de aposentadoria considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, dispensando o ressarcimento das importâncias recebidas de boa-fé;

1.7.2. comunique ao interessado a presente deliberação, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

1.7.3. encaminhe ao Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento desta decisão;

1.8. esclarecer à unidade de origem que o ato considerado ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, livre da irregularidade detectada;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.9. esclarecer à unidade de origem que, nos termos da Súmula TCU 279, o valor decorrente de decisão judicial, quando expressamente imune de absorção pelos aumentos salariais subsequentes, deve ser considerado, desde o momento inicial em que devido, como vantagem pessoal nominalmente identificada (VPNI), sujeita exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, sendo vedado o seu pagamento, de modo continuado, sob a forma de percentual incidente sobre quaisquer das demais parcelas integrantes da remuneração do beneficiário;

1.10. determinar à Sefip que monitore o cumprimento deste acórdão.

ACÓRDÃO Nº 5370/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar ilegal, com negativa de registro, com fundamento na Súmula TCU 279, o ato de aposentadoria de Maria Inez Torres de Castro Vieira, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.584/2012-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Maria Inez Torres de Castro Vieira (136.164.394-34).

1.2. Entidade: Superintendência Estadual da Funasa em Alagoas.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações à Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde em Alagoas:

1.7.1. no prazo de quinze dias, contados da ciência deste Acórdão, providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes do ato de aposentadoria considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, dispensando o ressarcimento das importâncias recebidas de boa-fé;

1.7.2. comunique à interessada a presente deliberação, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

1.7.3. encaminhe ao Tribunal, por cópia, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento desta decisão;

1.8. esclarecer à unidade de origem que o ato considerado ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, livre da irregularidade detectada;

1.9. esclarecer à unidade de origem que, nos termos da Súmula TCU 279, o valor decorrente de decisão judicial, quando expressamente imune de absorção pelos aumentos salariais subsequentes, deve ser considerado, desde o momento inicial em que devido, como vantagem pessoal nominalmente identificada (VPNI), sujeita exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, sendo vedado o seu pagamento, de modo continuado, sob a forma de percentual incidente sobre quaisquer das demais parcelas integrantes da remuneração do beneficiário;

1.10. determinar à Sefip que monitore o cumprimento deste acórdão.

ACÓRDÃO Nº 5371/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar ilegal, com negativa de registro, com fundamento na Súmula TCU 279, o ato de aposentadoria de Cássia Maria Gomes Dória, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.740/2012-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Cássia Maria Gomes Dória (236.333.795-68).

1.2. Entidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária - MS.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações à Agência Nacional de Vigilância Sanitária no Mato Grosso do Sul:

1.7.1. no prazo de quinze dias, contados da ciência deste Acórdão, providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes do ato de aposentadoria considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, dispensando o ressarcimento das importâncias recebidas de boa-fé;

1.7.2. comunique à interessada a presente deliberação, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

1.7.3. encaminhe ao Tribunal, por cópia, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento desta decisão;

1.8. esclarecer à unidade de origem que o ato considerado ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, livre da irregularidade detectada;

1.9. esclarecer à unidade de origem que, nos termos da Súmula TCU 279, o valor decorrente de decisão judicial, quando expressamente imune de absorção pelos aumentos salariais subsequentes, deve ser considerado, desde o momento inicial em que devido, como vantagem pessoal nominalmente identificada (VPNI), sujeita exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, sendo vedado o seu pagamento, de modo continuado, sob a forma de percentual incidente sobre quaisquer das demais parcelas integrantes da remuneração do beneficiário;

1.10. determinar à Sefip que monitore o cumprimento deste acórdão.

ACÓRDÃO Nº 5372/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.774/2012-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Albenzio Trajano de Morais (115.856.331-00); Sergio Pereira Nunes (667.167.567-87)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (vinculador)

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5373/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.793/2012-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonio Carlos Aguiar (076.130.593-91); Antonio Eliézio Nunes de Carvalho (093.895.983-20); Antonio Pereira dos Santos (053.914.073-20); Aracati Simas Abreu (080.955.663-49); Ariosvaldo Ribeiro Cavalcante (044.116.683-00); Carlos Mendes (093.762.243-53); Cleves Chagas Souza (063.895.463-00); Edson Costa Mousinho (043.786.443-04); Francisco de Assis Costa (074.932.743-04); José Ribeiro Carvalhedo (043.836.303-59); José Rocha Ribeiro (044.039.163-68); Roberto Soares Freitas (062.581.903-91); Santino da Silva (076.623.003-15); Sebastião Francisco Enes (064.937.343-04); Teodoro Lopes do Nascimento (100.726.753-49); Valdemar Leal Costa (044.066.133-15); Vicente de Paula Alves de Sousa (043.801.773-00); Vicente de Paula Silva (044.469.253-34)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Maranhão

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5374/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.838/2012-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Antonio Inácio Ferreira (010.261.603-59)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/CE

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5375/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.839/2012-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Eny Gonçalves de Menezes Malta (402.711.887-15)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/ES

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5376/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.842/2012-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Clemilda Soares de Souza (160.341.984-53); Inácia Maria Pinto (133.252.804-04)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PB

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5377/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.843/2012-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Cleide Maria Ferreira da Silva (215.265.084-00); Maria Lúcia de Carvalho Paes de Andrade (105.871.364-72)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PE

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5378/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.844/2012-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Gelcia Maria Mongarde Lotfi de Souza (788.757.907-44)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PI

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5379/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-021.846/2012-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Juvanilda Lúcia Piva (370.155.917-15); Sandra Rosa da Silva (445.743.987-87)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5380/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.847/2012-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ângela Maria Hexel (193.972.750-20); Eliana Ferreira Guerra (290.090.810-87); Esdra Martins de Oliveira (439.354.940-68); Ida Maria Macke (143.056.580-20); Jones Cardon (119.618.480-15); Zilá de Lima Teixeira (489.629.450-53)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RS
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5381/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.850/2012-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Cerisia dos Santos (530.570.317-49); Emilia Rosa Ramos de Sousa (437.532.807-04); Jorge Luis Guedes Costa (265.222.417-49); Rosana Lopes de Carvalho (335.352.307-30)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Tecnológico de Informática do Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5382/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte pelo falecimento da interessada, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.926/2012-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Suzane Modesta Baptista Pinto Gonçalves (274.030.509-59)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PR
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5383/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.137/2012-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: João Benedito da Silva (066.003.873-00)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Piauí
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5384/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.144/2012-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alfredo de Castro (139.966.146-91); Marcos Siderlene Costa (153.790.006-49); Maria Inês Prates Saraiva (187.579.016-00)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MG
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5385/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 3º, § 6º, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicada por inépcia a apreciação de mérito do ato de aposentadoria a seguir relacionado e em fazer a determinação constante do item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.198/2012-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Edna Félix (085.538.665-72)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SE
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Sergipe que cadastre novo ato no sistema SISAC, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, e encaminhe-o via Controle Interno, corrigindo as falhas apontadas por este Tribunal ou preenchendo o campo de "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal", detalhando a situação concreta, caso as falhas apontadas sejam confirmadas pelo gestor de pessoal, bem como que oriente o citado Órgão no sentido de que o encaminhamento de atos SISAC a este Tribunal com omissões e inconsistências injustificadas pode ensejar a aplicação de multa ao responsável, nos termos do inciso II, art. 58, da Lei nº 8443, de 1992.

ACÓRDÃO Nº 5386/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro os ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.929/2012-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Eni Coppo (200.522.781-15)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5387/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.953/2012-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alfeu Motta Sarmento (168.471.806-68); Andrezina Pinheiro Goulart (379.105.076-15); Elza Augusta Freire (130.368.906-53); Fátima Regina Ferreira de Oliveira (375.568.357-15); Geralda Pereira da Silva (201.841.406-25); Omar Guimarães (006.467.846-68); Rosália de Fátima Nascimento Barbosa (253.991.286-91)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MG
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5388/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.186/2012-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Terezinha Santana Almeida (116.847.205-91)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa em Sergipe
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5389/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.266/2012-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Ilma Souza Ramos (435.954.997-00)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5390/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.735/2012-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Anderson Augusto Guedes (043.494.759-82); Cristiano Glowatzky (050.905.589-30); David de Souza Cardoso (033.297.779-07); Diego Luiz Culpi de Siqueira (045.905.929-75); Irau Alcílio Mattos Neto (059.382.339-76); Jacqueline Lidiane Vidal Pinto (027.815.219-81); Lucas Ricieri Martins Vizentin (063.026.229-21); Márcio Vinícius Bovo (075.099.709-54); Maycon José de Abreu (077.103.539-08); Rafael Sandrini Correa da Silva (009.313.459-28); Ricardo Silva (028.213.129-97); Sílvio César Grossklaus (033.404.669-63)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Paraná - DR/PR
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5391/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.016/2012-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Max Miliano Costa Marques (776.614.865-04)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT na Bahia - DR/BA

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5392/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 3º, § 6º, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicada por inépcia a apreciação de mérito dos atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 e em fazer a determinação constante do item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos pela Unidade Técnica e Ministério Público:

1. Processo TC-022.167/2012-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Caubi Ternes (135.357.570-53); Cleiton da Cunha Correa (743.637.860-00); Cristiane Maria Speroni (002.137.870-32); Edna Souza Silva (015.766.247-06); Fábio Reinaldo dos Reis (003.517.160-09); Fernanda Paschoal (018.423.460-32); Fernanda Santos do Nascimento (026.001.047-20); Franciele Michels (000.716.060-76); Francisco José da Silva Oliveira (361.654.252-91); Glason Welter Silveira (065.565.448-84); João Ricardo Guedes da Silva (543.217.431-68); Juliana Catto Pereira (000.604.850-19); Jussara Régia de Carvalho Freire (706.638.071-15); Moseli Rachelle (816.106.960-34); Pedro Guilherme Dresch (009.411.710-19); Rafael Ribeiro (001.319.810-64); Thaís de Assis Vieira (009.731.010-75); Thaísa Abreu Oliveira (021.859.681-22); Viviane Tolfo Cappellari (953.518.840-20)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar ao Ministério da Saúde que cadastre novos atos no sistema SISAC, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, e encaminhe-os via Controle Interno, corrigindo as falhas apontadas por este Tribunal ou preenchendo o campo de "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal", detalhando a situação concreta, caso as falhas apontadas sejam confirmadas pelo gestor de pessoal, bem como que oriente o citado Órgão no sentido de que o encaminhamento de atos SISAC a este Tribunal com omissões e inconsistências injustificadas pode ensejar a aplicação de multa ao responsável, nos termos do inciso II, art. 58, da Lei nº 8443, de 1992.

ACÓRDÃO Nº 5393/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.498/2012-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Mário Jorge Sobreira da Silva (044.156.427-56)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Câncer - MS

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5394/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.502/2012-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adailton Cardoso da Silva (943.020.495-53); Adam Eduardo Sousa Santos (857.859.615-39); Adama Gonçalves Bras (057.932.845-75); Adelmo Gomes Almeida Souza Junior (004.925.525-84); Adriano dos Santos Almeida (028.045.975-04); Adson dos Santos Oliveira (829.471.555-72); Ailton Santos Pereira Junior (056.208.195-07); Alan Vinicius Costa Paranhos (015.359.875-10); Alberto Martins Moreira (056.376.385-00); Aldalice Souza da Conceição (807.269.845-15); Alécio Oliveira Amorim (058.130.085-86); Alex Araujo de Souza (034.007.415-90); Alex Santos Abreu (032.259.165-10); Alexandre Araujo Pereira (063.928.645-39); Alexsandro Barbosa de Souza (008.859.945-07); Aline Lopes Souza Coelho (925.316.951-68); Alisson Bezerra Gomes (054.738.255-32); Alisson Moreira de Azevedo (012.862.165-67); Alisson da Silva Cruz (370.501.255-04); Allan Addson Mattos Santos (024.636.675-32); Altino Carlos de Jesus Sousa (913.040.915-20); Amanda Cruz Feitosa e Almeida (049.847.205-14); Amanda Rocha Valois (030.073.175-25); Ana Cleide Arruda Almeida (023.511.415-47); Ana Luiza Brasileiro Costa (053.163.255-59); Ana Patrícia dos Santos Miranda Patrício (019.540.065-86); Ana Paula Batista Ribeiro (031.101.015-64); Anaildes Lopes Bonfim (992.479.095-20); Anderson Nogueira Pereira dos Santos (052.786.715-21); Anderson Ribeiro Paixão (030.761.865-07); André Carlos Costa (051.930.845-08); André Johns da Silva Jesus (034.294.995-00); Andrey Estrela Gomes (854.631.405-53); Andriele Cátia Tavares Araujo (064.359.085-40); Ângelo Renato Queiroz Santiago (013.235.905-79); Anísio de Amorim Camacam (034.711.945-09); Antonio Eloy de Oliveira Santana (060.887.955-06); Antonio Hilário Moreira de Moura (058.432.924-52); Antonio Roberto Cunha Alcoforado (001.257.375-21); Artur Almeida Rocha (031.782.655-70); Augusto Micael Figueiredo dos Santos (052.005.695-75); Barbara Hayane Santos Almeida (029.544.685-48); Bartira Barreto de Miranda (029.166.635-33); Bruna Matos de Assis (054.992.175-30); Bruno Araujo Oliveira (022.013.295-08); Bruno Batista Reis Flores (015.912.875-70); Bruno Raphael Jesuino de Oliveira (023.936.665-40); Caio Matheus Ferreira Santos Souza (056.817.505-07); Carine Correia Pajuca (013.776.625-43); Carla Dantas Catharino Gordilho (830.640.365-72); Carleoni Brito de Oliveira (777.515.905-72); Carlos Eduardo Petersen Berenguer (039.776.575-42); Carlos Eduardo dos Santos Pereira (811.934.915-68); Catharine Santos da Silva (046.470.495-23); Cícero Vieira dos Santos (013.431.785-84); Claudio Aguiar e Silva (697.915.385-49); Claudio Oton Teixeira Fernandes (033.945.545-42); Claudio dos Santos Junior (023.062.775-75); Clayton Souza Lima (825.643.375-20); Cleber Severino Costa (940.451.945-68); Cleberson Cerqueira Coelho (046.436.835-97); Cribia Alves Pales Rodrigues Almeida (656.698.515-87); Cristiano Mota de Araujo (046.742.525-63); Cristiano Ribeiro dos Santos (022.062.805-07); Daniel Barros Evangelista (023.429.425-67); Daniel Martins Marinho (027.353.165-48); Daniel Santos Souza (855.394.815-34); Daniele Silva Souza (048.573.205-09); Danielle Mota Queiroz (033.757.595-92); Danilo Andrade Silva (015.761.795-59); Danilo Lopes da Silva (053.073.215-70); Danilo Silva Franca dos Santos (059.720.415-29); Davi Santana Souza (857.651.835-06); Dayane da Silva Brito (033.238.955-33); Deise Fracarolli Spinola (043.835.765-59); Diana Yoshie Takemoto (055.303.685-81); Diego Amorim Muniz do Amaral (037.053.475-19); Diego de Jesus Almeida (014.511.435-08); Diego dos Santos Vale (019.743.155-09); Dino Douglas Rodrigues de Aguilar (084.944.156-03); Domingos Ramos Nascimento dos Santos (004.907.605-11); Douglas David da Silva Oliveira (034.013.605-74); Edco Souza Martins (033.386.455-70); Edmeire Oliveira Carneiro (023.549.525-54); Elton Barros Pereira (023.271.935-75); Eveline Conceição Santos (035.492.635-70); Fabiane Farias dos Santos (046.512.455-01); Fábio Henrique Leal Leite (050.733.425-69); Fábio José de Lima (007.600.344-27); Fábio de Lima Oliveira (002.287.655-36); Fabrício Rodrigues de Meneses Junior (057.239.245-16); Felipe Batista de Lima (058.987.055-62); Felipe Cruz Almeida (031.894.975-08); Felipe Mateus de Oliveira (031.180.525-62); Felipe da Silva Souza (042.550.405-08); Feliphe de Oliveira Oliveira (064.290.035-31); Flavia Luisa Lima Viana Leite Alves (020.617.315-62); Francisco de Souza Silva (031.012.275-93); Gabriel Lucas Leite Santos (043.175.185-46); Geiciane Santos Souza (060.666.755-59)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT na Bahia - DR/BA

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5395/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.506/2012-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Anderson Luiz Silva dos Santos (111.553.667-27); Anderson Luiz da Conceição Santos (090.301.287-12); Anderson Martins de Castro (111.335.337-60); Anderson Silva Araujo (113.192.077-58); André Alves Pinto (115.527.937-96); André Dias Coelho (105.701.187-86); André Felippe Felix Sampaio (119.508.857-47); André Ferreira Araujo (116.781.157-70); André Henrique da Silva (855.943.934-04); André Henrique de Oliveira Ávila (121.996.637-10); André Luis Lopes de Figueiredo (023.557.401-51); André Luis Pereira do Nascimento (119.544.997-60); André Luis Santiago Barbosa (119.176.697-71); André Luis de Barros (051.921.237-12); André Luis de Sousa (014.837.097-79); André Luiz Borges da Silva (088.315.107-38); André Luiz Miranda Viana (099.103.997-17); André Luiz Soares Schiatti Junior (134.897.677-21); André Luiz da Cunha Conceição (104.640.237-42); André Luiz da Silva Sampaio (892.290.887-49); André Luiz de Alcântara Velho Barretto (426.892.524-49); André Luiz dos Santos Silva (051.562.087-46); André Pereira (032.559.147-44); André Vinicius Cardoso Rocha (142.233.957-26); André da Conceição dos Santos (146.780.087-21); André da Cruz dos Reis (028.606.567-31); André de Aguiar Carneiro (122.195.467-99); André do Patrocínio Costa (125.265.167-81); Andrea Gonçalves de Oliveira (011.569.967-83); Andrea Teresa de Almeida de Souza (018.669.257-92); Andressa Francisco Avelar (058.339.367-56); Andressa de Mello Coutinho (117.508.407-74); Andressa dos Santos do Nascimento (147.463.537-78); Andrew dos Santos de Souza (131.767.217-81); Andrezza Santana Pereira (129.609.167-86); Angélica da Silva Góes (137.456.077-40); Ângelo Gabriel Gariglio de Almeida (137.647.407-79); Anna Carolina Jardim Motta Barillo Borre (059.184.287-47); Anna Carolina Nogueira Redingles (135.207.657-80); Annita Gabriele Carvalho de Moraes (138.399.097-24); Antonio Carlos Ezequiel de Lima (023.812.267-02); Antonio Carlos Pereira da Costa (727.513.803-44); Antonio Carlos da Silva Alcebíades (078.148.867-24); Antonio José Azevedo Sardinha (723.333.163-49); Antonio José Ferreira Gomes (106.220.357-70); Antonio José da Silva Moreira (025.618.237-09); Antonio Marinaldo Adão Ferreira (016.358.997-61); Antonio Rodrigo Passos da Silva (055.378.857-43); Antonio Teixeira Lopes Neto (091.735.657-84); Ariela Cardoso da Silva (145.208.787-30); Ariene Almeida Gomes (140.370.957-26); Arnaldo Alves Cardoso (094.360.077-44); Arthur Rafael Dias dos Santos (154.451.167-19); Arthur Ribeiro de Oliveira (141.840.687-23); Arthur Silva de Araujo (107.611.937-90); Artur Felipe Melo Baudert (098.065.947-70); Artur Vinicius da Silva Fraga (059.361.077-60); Atami Santos Sampaio (137.741.617-80); Átila Sá (021.756.627-80); Augusto de Freitas Cardoso (136.197.447-85); Áurea de Carvalho Santos de Oliveira (026.045.527-01); Aurelir dos Santos Silva (103.199.987-62); Bárbara Barreto de Souza (141.120.237-66); Bárbara Cristina Cathermol (014.415.177-40); Bárbara Oliveira dos Santos (131.255.427-40); Ben-hur Felipe da Silva (124.102.977-65); Bernard Teixeira Mendes Hazlehurst (120.757.027-30); Bernardo Sanches de Azevedo (121.751.647-64); Bernardo Xavier da Silva Camara (086.900.367-41); Bianca Rosa dos Santos (100.612.207-95); Bismarck Bezerra Martins (125.030.757-03); Bruna Mello Veiga Ferrarez (109.256.057-27); Bruna Nunes Figueiredo Mendes (120.303.357-54); Bruna Salvador Guaranho (113.010.877-50); Bruna de Paula Krivochein (151.027.927-09); Bruno Alonso Pereira Alves (055.380.627-08); Bruno Alves Sant Anna (098.369.597-00); Bruno Cesar de Almeida Rocha dos Santos (130.094.917-19); Bruno Coelho Gonçalves (142.954.257-88); Bruno Coelho de Menezes (112.635.657-35); Bruno Costa Garcia (095.434.917-20); Bruno Costa da Silva (113.424.657-92); Bruno Dutra Correa (110.296.397-60); Bruno Ferreira de Souza Araujo (056.608.627-13); Bruno Lenilson Costa da Gama Saraiva (138.938.837-97); Bruno Leonardo Barreto Leite (103.468.377-23); Bruno Luis Gama Nogueira (106.192.287-17); Bruno Luiz Videira de Araujo (140.370.027-36); Bruno Márcio Franca Carneiro (114.382.527-65); Bruno Matassoli Braga (131.390.867-33); Bruno Medeiros de Souza (134.375.667-76); Bruno Oliveira Leite (056.047.767-85); Bruno Ramon Clementino de Lacerda (127.706.487-30); Bruno Rangel de Souza (104.590.127-03); Bruno Reic (085.428.277-75); Bruno Rocha Chaves Leme da Silva (144.758.567-44); Bruno Santos de Souza (117.269.677-27); Bruno da Silva Neves (099.549.047-35); Bruno de Castro Barreira (108.722.557-43); Bruno de Souza Santos (093.702.917-33)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Rio de Janeiro - DR/RJ

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5396/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.507/2012-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Bruno Sérgio Rangel de Sousa (094.149.507-88); Bruno Silva de Azevedo Moraes Laybenitz (133.342.937-18); Bruno Teixeira Soares (117.327.467-70); Caina Campos Gonçalves (142.207.247-96); Caio Cesar Taurino Custódio (122.961.237-83); Caio Gabriel de Carvalho Reis (098.783.217-46); Caio Oliveira de Almeida (154.453.017-02); Camila Cândido de Mattos (107.057.947-50); Camila Cristina Pinheiro Wergles (152.167.867-75); Camila Maia Elizeu da Silva (084.249.727-75); Camila Marins Silvestre (120.117.817-79); Camila Mendes da Conceição (143.579.157-67); Camila Rosário de Lima (142.573.067-18); Camilla Cruz da Conceição (122.136.267-40); Camilla de Souza Jenz (154.810.647-07); Carina Rodrigues Garcia (143.441.467-19); Carla Marceli Silva Silveira (134.031.087-24); Carla Regina Bastos Pereira (020.679.097-03); Carla Sassaki Maia Lopes da Rocha (147.551.197-31); Carla de Melo Oliveira (141.171.167-03); Carlos Alberto Carneiro Fonseca (736.594.527-34); Carlos Augusto Machado da Rocha (128.392.297-57); Carlos Bessone de Almeida Junior (084.018.497-21); Carlos Diego Pereira (093.513.277-52); Carlos Eduardo Barroso dos Santos (117.337.437-07); Carlos Eduardo Teixeira dos Santos (148.208.987-44); Carlos Eduardo de Souza Arruzzo (144.990.977-97); Carlos Edy Pinto Cunha Junior (106.927.217-54); Carlos Felipe

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Guedes da Costa (100.483.447-02); Carlos Guilherme Moreira de Faria (100.357.287-10); Carlos Henrique de Oliveira Moraes (128.627.867-80); Carlos Henrique dos Santos Pangaio (119.435.857-84); Carlos Laet Moutinho Neto (120.407.227-26); Carlos Leandro Ribeiro dos Santos (084.856.337-92); Carlos da Silva Pires (052.080.227-61); Carlos de Souza Victoriano (114.201.027-96); Carolina Ferreira Lima Sobral Cardoso (028.518.883-66); Carolina Rosa da Costa (117.463.237-28); Caroline de Jesus Ladislau de Barros (147.561.637-69); Clara Verônica Simões da Silva (056.987.267-79); Claudenir Falcão da Costa (039.077.047-70); Claudevan Alves dos Santos (049.055.304-40); Claudia Ferreira da Cruz (088.002.017-25); Claudio Eduardo Bercot da Silva (129.366.487-18); Claudio Elias Monteiro da Silva (018.692.667-73); Claudio Ferreira (122.079.417-10); Claudio Márcio Ramos Rabelo (073.569.847-33); Claudio Renato Clemente Batista (023.230.897-73); Claudio Roberto de Oliveira Martins (092.450.747-06); Claudir Campos Franca (007.232.353-17); Cleber Amaro de Souza (095.125.117-11); Cleber Payer Ferreira (133.375.667-40); Cleidson Santos de Souza (118.032.597-44); Cleison de Faria Tardivo (092.242.797-67); Cleiton Correa da Silva (073.382.987-26); Cristiane Angélica Justino da Conceição (105.579.197-38); Cristiano Gomes Mathias (037.938.297-07); Cristiano da Silva de Lima (052.831.977-94); Daiana Ramalho Barbosa (138.346.157-06); Damiana Fernanda Tinoco Nunes (147.265.557-58); Daniel Adílio Calixto dos Santos (106.515.327-95); Daniel Amancio Francelino (124.227.327-12); Daniel Assis da Silva (088.824.567-06); Daniel Cunha Maia (104.015.507-37); Daniel Ferrão Agnelo dos Santos (118.498.167-19); Daniel Ferreira dos Santos (107.054.087-01); Daniel Novaes Rodrigues (115.380.197-36); Daniel Pacifico de Alencar (114.909.287-40); Daniel Silva (070.070.847-29); Daniel da Costa Antonio (127.438.617-97); Daniel da Costa Barros (117.802.347-83); Daniel da Silva Paes Leme Baptista (118.689.367-24); Daniel de Oliveira Portugal Gomes (138.691.257-30); Daniel de Souza Oliveira (114.249.297-41); Daniela Silva Cardoso (134.181.187-55); Danielle Evelen Caetano Barreto (147.753.257-95); Danielle Inácia dos Santos (105.634.167-00); Danielle Mello Pereira (140.730.167-50); Danielle Saibro Lazaro (078.718.237-01); Danielle Santos de Sousa (145.925.777-44); Danillo Antunes Merat (126.896.877-39); Danilo Almeida Souza (110.383.177-11); Danilo Silva de Souza (141.091.817-39); Danilo da Silva Giovannini (033.633.107-06); Danilo da Silva Oliveira (058.438.437-85); Danilo de Matos Sant Ana (152.540.657-45); Darlan Teixeira de Castro (072.739.397-90); David Maicon dos Santos Fernandes (115.290.877-40); David Martins de Souza (058.031.427-86); Davidson Braga Santos (091.810.257-00); Davyd Souza de Paiva (109.506.797-47); Débora Perrin da Silva (141.140.337-18); Débora de Paulo Barreto (053.351.797-40); Deborah Aniceto Leite (143.173.327-01); Deborah Varela Dias Fernandes (136.166.137-28); Décio de Almeida Nascimento (107.843.697-55); Deivid Rodrigues Werly (145.453.027-85); Deivid de Farias Goudard (059.064.097-69); Deivison de Almeida Medeiros (099.646.487-58); Deivson Silva da Costa (102.905.027-99)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Rio de Janeiro - DR/RJ

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5397/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.513/2012-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marco Aurélio Pereira Andrade (146.661.107-39); Marco Vinicius Frambach da Cruz (122.858.347-13); Marcos Antonio de Oliveira Miranda (133.968.777-13); Marcos Antonio dos Santos Salazar Junior (148.454.867-17); Marcos Aurélio dos Santos (027.456.397-57); Marcos Figueiredo Lourenço (114.480.817-00); Marcos Lopes Mendes (114.182.827-82); Marcos Nascimento dos Santos (106.688.177-47); Marcos Paulo Soares (074.275.847-83); Marcos Vinicius Alves Florenzano (141.532.407-70); Marcos de Oliveira Santana (060.478.987-42); Marcus Vinicius Abreu Prates (145.001.897-18); Marcus Vinicius Gomes Cinelli (082.028.677-03); Marcus Vinicius Leite de Oliveira (136.113.557-39); Marcus Vinicius da Costa Arruda (124.542.637-00); Marcus Vinicius de Oliveira Valadao (100.178.717-00); Maria Patricia Almeida Carvalho Lima (016.691.037-65); Mariana Alves da Silva Ritter (112.059.857-51); Mariana Gomes de Barros (057.889.647-84); Mariana Manhaes Rangel (058.794.517-63); Mariana de Souza Barbosa (122.404.967-54); Mariany de Carvalho Batista (136.608.727-50); Marina Gonzalez de Paula Lopes (133.695.797-23); Mario Luis do Valle Pereira (018.366.887-17); Marisol Barros de Almeida (147.010.937-93); Marli Rezende (892.549.377-20); Marlon Rigueira do Nascimento (142.569.127-70); Mateus Risso Di Blasio (052.237.647-90); Matheus Amantino Manso (130.139.687-70); Matheus Christ Fassano Cesar (088.137.057-60); Matheus Felipe Lugon da Costa (138.693.677-41); Mauricio Eduardo Cossio Tapajoz (993.542.417-00); Mauricio Ramalho da Silva (137.417.337-17); Mauricio Rangel Coelho da Rocha (124.481.727-90); Mauricio de Oliveira Queiroz (148.498.407-28); Mauricio dos Santos Boz (035.883.717-02); Mauro Pinheiro Abi Abib (890.740.926-91); Mauro da Costa Lima (026.220.017-11); Maxwell Neres da Silva (099.184.437-82); Mayara Fuly Mulina da Silveira (105.643.237-30); Mayara Santos da Cruz (137.395.137-05); Maycon David de Brito Campelo da Silva (112.167.397-06); Melanie Evarino Leite Gama (134.425.487-05); Melissa Costa Silva (111.053.687-93); Melissa de Moraes Poyares (080.758.717-66); Michael Douglas de Souza (057.599.477-02); Michael Perkoski Barbosa (123.296.107-85); Michael William de Lima Silva (145.222.707-12); Michael da Silva Lopes (144.780.877-09); Michell Jesus da Silva (111.472.187-57); Michelle Fernandes de Souza Martins (093.127.087-16); Milena Azevedo de Melo (094.855.617-09); Millena Campos dos Santos (123.652.007-61); Milton Cabral Abrahao (644.469.307-10); Misia Canedo Conceicao (097.565.297-41); Moacyr Vieira Correa (377.459.487-20); Moises Rosa Ramos (124.891.117-28); Moises de Abreu Figueiredo (131.978.157-85); Monica Cristina da Silva Monteiro (076.275.327-79); Monica de Carvalho Garcia (126.881.137-80); Monique Carvalho de Souza (083.312.327-04); Monique da Silva Vasconcellos Dias (147.191.437-25); Moreno Magalhaes Pimentel (120.260.307-66); Narua Moizinho Souza (132.838.317-26); Natalia Santana Fernandes (139.416.307-09); Nataniel Oliveira Gentil (104.895.487-09); Nathalia Ferreira de Oliveira (142.550.137-05); Neemias Fonseca Neto (096.988.037-50); Nehemias Santos Menegatte Junior (052.044.287-39); Neliana do Nascimento Monteiro (148.190.007-21); Nelson Paulo Gaspar Gomes (130.635.047-69); Nicolas da Silva Mota (132.101.927-07); Nielson Duarte Dantas da Rocha (100.008.727-17); Nilson Araujo Santos Junior (151.343.677-52); Nilson de Freitas Lucas Junior (124.261.187-84); Noam Candido Soilo Oliveira (094.066.427-51); Nubia Regina da Silva Antunes Grijo (006.118.227-33); Odara Oliveira Correa (074.649.547-18); Olavo Vinicius Ferreira dos Santos (126.673.247-06); Omair Roque Rangel (084.588.547-24); Osvaldo Costa Jordao Filho (116.317.557-90); Oswaldo Mathias Neto (136.472.447-24); Otavio Garcia Coelho Junior (087.535.007-09); Pablo Fernades Barreiros (051.569.797-42); Pablo Gomes de Souza (026.490.237-83); Paloma Cassia Campelo de Oliveira (149.019.547-50); Paloma Costa Cancella (142.573.077-90); Paloma Trindade Motta de Melo Silva (116.961.627-50); Pamela de Oliveira Silva (125.838.657-73); Patricia Almeida da Silva (133.521.207-81); Patricia Cristina de Oliveira da Paixao (145.125.627-29); Patricia Danielle de Lavor Oliveira (133.732.917-71); Patricia Reis Guimaraes (056.161.627-28); Patricia Sales Siqueira de Oliveira (081.718.017-65); Patricia da Silva dos Santos (098.036.877-43); Patricia de Souza Alves (056.994.557-79); Patrick Antunes dos Santos (140.524.597-25); Patrick Gurgel Sapienza Mano (127.606.227-38); Patrick da Silva Fernandez (133.528.767-11); Patrick de Macedo Soares (132.036.447-03)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Rio de Janeiro - DR/RJ

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5398/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.517/2012-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Vinicius Kreischer Gomes (147.552.517-61); Vinicius Mendonça dos Santos (120.884.467-96); Vinicius Rodrigues Carvalhães (130.328.907-56); Vinicius Souza Teixeira (110.644.617-86); Virgolino Vieira da Silva (105.340.347-05); Vitor Calafange Castro (114.716.347-28); Vitor Cesar Laxe Marcondes (130.472.197-37); Vitor Gonçalves dos Santos (715.491.107-72); Viviane Menezes de Jesus Silva (146.649.147-76); Viviane Santos Silva (092.922.497-38); Wagner Myrrha Gemellaro (678.495.207-34); Wagner Siebra Lima Pereira (110.840.407-35); Walace dos Santos Rosa (106.878.677-97); Walan Santos de Souza (134.444.287-07); Waldemir Alves da Silva (095.971.877-01); Waldir Vieira da Silva Junior (080.076.027-12); Wallace Moreira Ribeiro (142.608.707-18); Wallace Oliveira de Sena (108.041.387-10); Wallace da Silva (131.009.747-00); Walter Alves Sansão (052.170.207-09); Walter Meireles de Oliveira (715.875.607-63); Walter de Souza Pereira (137.511.437-93); Wanderson Dias de Almada (136.959.347-35); Wanderson Nunes Falcão (107.548.607-60); Wanderson Silva Cunha (129.290.957-92); Wanderson Silva Godoy (089.988.667-14); Washington Luis Pinto da Costa (110.887.367-77); Washington Luiz Moreira Junior (052.529.577-11); Welington de Jesus Nogueira (904.932.657-91); Wellington Damasceno Carvalho (084.323.917-43); Wellington Erasmo dos Santos (056.961.677-80); Wellington Vitulo de Paula (099.392.737-89); Wellington de Jesus Neves Rodrigues (132.693.237-35); Wesley Taciel do Nascimento (119.348.727-76); Wesley Torquato da Silva (125.308.377-08); Weslley Sathler Albuquerque (141.634.437-38); Weslley de Jesus Correa Oliveira (118.760.337-62); William Monteiro Franco (087.349.147-57); William Moreira (041.403.067-26); William de Abreu Mello (135.562.487-86); Willian Carvalho Barbosa (152.052.537-03); Willian Maxuel Cardoso (104.179.387-13); Willians Pereira Roberto (141.550.147-50); Willyene Delmiro da Silva Vasconcellos (145.600.867-61); Wladimir de Farias Guirra (082.377.827-47); Wladimyr Borges Martins (922.750.877-53); Yago Luiz Camelo de Oliveira (136.023.987-14); Yasmin Alcalai Camargo (409.681.918-27); Zenilton Pereira (028.961.607-79); Zózimo Dias de Oliveira Junior (134.556.457-04)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Rio de Janeiro - DR/RJ

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5399/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.523/2012-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Apollo Martins Miranda (028.411.221-66); Arthur Hangell Machado (023.541.591-02); Celso Luiz de Souza Leles Filho (037.086.381-07); Douglas Arantes de Almeida (000.211.791-66); Edimar Gomes de Souza (026.947.461-79); Elson Lázaro Cardoso (769.312.261-34); Elvis Mendes de Almeida (984.916.101-97); Igor Daniel Guerra Santos (023.136.151-38); Ismair Gomes de Almeida (546.202.281-68); Jaciara Aparecida Ribeiro (005.080.721-82); Juliana da Silva Leite (012.605.191-71); Juliano Nascimento Diniz (916.609.471-20); Junior José Soares (602.651.081-87); Márcio Ivan Silva (934.111.201-00); Maximiano Niculau Pereira da Silva (075.824.334-08); Paulo Sérgio Nunes da Silva (493.580.141-72); Pedro Paulo Pereira de Melo (032.156.931-86); Roberto Rivelino Freitas do Nascimento (426.505.691-15); Rodrigo Matos da Silva (007.611.541-08); Taísa Ramos Barreto (011.905.881-29); Weliton Pereira Carvalho (001.853.041-92)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT em Goiás - DR/GO

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5400/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 3º, § 6º, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicada por inépcia a apreciação de mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados e em fazer a determinação constante do item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos pela Unidade Técnica e Ministério Público:

1. Processo TC-025.991/2012-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Emerson Ferreira da Silva (030.569.014-05); Júlio Lossio Neto (262.779.213-04); Luís Paulo Barbosa de Oliveira Sobrinho (102.773.784-60); Ronan Rodrigues da Silva (040.729.654-99); Silvan Gomes da Silva (011.472.634-50); Thiago Eliaquim Monteiro Pereira (009.701.134-71)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT em Pernambuco - DR/PE

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Diretoria Regional da ECT em Pernambuco que cadastre novos atos no sistema SISAC, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, e encaminhe-os via Controle Interno, corrigindo as falhas apontadas por este Tribunal ou preenchendo o campo de "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal", detalhando a situação concreta, caso as falhas apontadas sejam confirmadas pelo gestor de pessoal, bem como que oriente o citado Órgão no sentido de que o encaminhamento de atos SISAC a este Tribunal com omissões e inconsistências injustificadas pode ensejar a aplicação de multa ao responsável, nos termos do inciso II, art. 58, da Lei nº 8443, de 1992.

ACÓRDÃO Nº 5401/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.026/2012-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Carolina Saraiva de Figueiredo (084.405.437-27); Patrick Moreira Teixeira (512.857.972-72)

1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL - SEDE - MC

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5402/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.113/2012-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Anamaria Pilon (704.312.210-49)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Distrito Federal - DR/DF
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5403/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos

1. Processo TC-030.362/2012-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Rafael Giacometti (912.579.999-15)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Cristo Redentor S.A. - MS
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5404/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos

1. Processo TC-030.437/2012-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Caroline Alves de Oliveira Francescon (064.031.509-79); Elom Lopes Sampaio Dutra (074.463.529-22); Marcelo Paulo Jucosky (277.307.968-05); Marcos Rogério Norberto (066.655.599-04); Ney Marcos Virmond (526.988.829-72); Willian Rafael dos Santos Matos (078.749.939-00)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Paraná - DR/PR
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5405/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.959/2011-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Cristiane Elisa Barbosa Borges (034.903.151-70); Eduilson Borges de Lima Junior (034.903.091-03); Efigenia Maria Barbosa (477.910.396-72); Juliana Cristina Barbosa Borges (034.903.121-55); Maria Angela Reis Borges (273.701.191-49).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Distrito Federal - SRTE/DF.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5406/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão relacionados no item 1.1 e em excluir do sistema SISAC, por haver sido cadastrado em duplicidade, o ato relacionado no item 1.2, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.966/2011-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ana Ferreira Soares (397.821.823-20); Antonia Vieira da Silva (065.956.503-04); Antonio Messias de Vasconcelos Honorato (349.838.563-15); Conceição de Maria Veloso Costa (138.943.313-72); José Romualdo Rodrigues da Silva (339.383.423-15); Karla Patrícia Araújo Ferreira (007.793.093-24); Lucilia Alves de Abreu (446.046.373-34); Manoel Dias da Silva (001.479.663-53); Maria Eliete de Araújo Moura (392.598.111-04); Maria Gilbranne Moita Borges (653.203.103-82); Maria José Farias Silva (394.029.833-68); Messias Gomes de Mesquita (036.155.883-04); Rosa Maria Moita Borges (322.372.783-34)
1.2. Interessada: Antonia Ercidia de Oliveira (578.894.733-20)
1.3. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Piauí
1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
17. Advogado constituído nos autos: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5407/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c a Súmula TCU 279, em considerar ilegal o ato constante deste processo, negando-se o respectivo registro, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.048/2011-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Vitalina Capelini Faria (043.692.437-42).
1.2. Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Espírito Santo.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações à Superintendência Estadual da Funasa no Espírito Santo:
1.7.1. no prazo de quinze dias, contados da ciência deste acórdão, providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes da concessão considerada ilegal (vantagens "decisão judicial transitada em julgado apo" referentes a planos econômicos - Plano Collor - 84,32% - e URP - 26,05%), sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, dispensando o ressarcimento das importâncias recebidas de boa-fé;
1.7.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à beneficiária, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso não sejam providos;
1.7.3. encaminhe ao Tribunal, por cópia, comprovante da data em que a beneficiária tomou conhecimento desta decisão;
1.8. esclarecer à unidade de origem que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade verificada, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno;
1.9. esclarecer à unidade de origem que, nos termos da Súmula TCU 279, o valor decorrente de decisão judicial, quando expressamente imune de absorção pelos aumentos salariais subsequentes, deve ser considerado, desde o momento inicial em que devido, como vantagem pessoal nominalmente identificada (VPNI), sujeita exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, sendo vedado o seu pagamento, de modo continuado, sob a forma de percentual incidente sobre quaisquer das demais parcelas integrantes da remuneração do beneficiário;
1.10. determinar à Sefip que monitore o cumprimento deste acórdão.

ACÓRDÃO Nº 5408/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.053/2011-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Claides Neubuser Rocha (355.863.110-20); Maria Gemini dos Reis Canilha (427.184.810-72)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5409/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.067/2012-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Severino Francisco de Souza (256.175.247-04)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital dos Servidores do Estado/RJ - MS
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5410/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.078/2012-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Enio Villanova Torres (003.615.691-49)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MS
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5411/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.080/2012-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Josefa Zezita Luz Surica (757.551.064-87)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa em Alagoas
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5412/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.083/2012-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Carlos Azzolini (149.833.548-91); Helena Senhoretti Pedrozzelli (308.506.308-00); Josefa Queiroz de Assis (237.350.314-04); Maria Clara da Conceição Carneiro (912.787.916-04); Maria da Conceição Gomes Campos (050.020.316-41); Nayr Silva Esmeraldino de Menezes (838.528.329-34); Nylma Nascimento de Oliveira (363.914.175-04)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (vinculador)
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5413/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.086/2012-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Maria Neuci Silva (169.330.012-53); Merian Miranda Esteves (036.667.192-87); Odavia Cavalcante dos Santos (060.732.392-20).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Pará - SRTE/PA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5414/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.090/2012-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Evanir de Souza Ifran (237.163.041-15); Neide Gomes de Andrade (404.250.701-82)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5415/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.101/2012-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Benedita Pereira dos Santos (062.917.063-00); Cesária Maria de Moura Santana (992.360.103-00); Francisco Narciso Filho (151.923.423-68); Maria de Fátima Ferreira dos Santos (536.829.123-04); Rosa Maria de Oliveira (697.755.243-34); Teresa Cristina de Moura Santana (031.307.423-28)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Piauí
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5416/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.115/2012-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: José Pereira Brandão Neto (070.483.674-23).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado da Paraíba - SRTE/PB.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5417/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.121/2012-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Edina Maria da Silva dos Santos (477.468.317-53)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/ES
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5418/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o art. 259, inciso II, e 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão indenizatória judicial concedida a Felícia Maria Teles Barbosa, por força de decisão proferida nos autos da Ação Ordinária 92.0012034-2, da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Ceará, confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, e providenciar o arquivamento dos autos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.038/2012-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
1.2. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.3. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5419/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.874/2012-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Ana Inez Alexandre de Moraes (043.701.632-34).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Pará - SRTE/PA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5420/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.913/2012-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria de Jesus da Silva (482.169.336-49)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MG
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5421/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.918/2012-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria Navero Gerardi (123.250.458-03)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SP
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5422/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.487/2012-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Carmencita Lisboa Magalhães (539.371.123-91)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Ceará
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5423/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.223/2011-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Cirlene Rodrigues da Silva (014.720.277-95); Creuza da Silva Maiolino do Nascimento (610.356.967-20); Daiane Rodrigues Castro (134.926.817-86); Heitor Maiolino do Nascimento (130.478.327-81); Margarida Koglin Benchimol (236.395.807-10); Osmar de Mello (148.871.187-91); Ricardo Gonçalves Maiolino (130.423.667-66)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital dos Servidores do Estado/RJ - MS
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5424/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em julgar as contas a seguir indicadas regulares e dar quitação plena aos responsáveis, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.384/2009-6 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2008)
1.1. Responsáveis: Adriano Pereira Junior (154.206.630-15); Alte Saturno Evangelista Zylberberg (050.071.273-53); Alvaro Henrique Vianna de Moraes (081.622.807-82); Antonio Carlos Lonthfranc (394.340.797-72); Antonio Maxwell de Oliveira Eufrasio (499.157.547-87); Antônio Vicente Fernandes Rocha (319.224.738-04); Bruno da Cunha Raymundo (052.711.337-96); Darke Nunes de Figueiredo (033.922.107-06); Douglas Marcelo Merquior (769.499.667-68); Fernando Antonio Veloso Manguinho (042.523.494-00); Francisco de Assis Abrão (027.213.509-78); Indústria de Material Bélico do Brasil - Imbel (00.444.232/0001-39); Joelson Vellozo Júnior (702.918.371-15); Joselino de Oliveira Nobrega (808.827.907-06); José Renato Brum (622.676.557-72); Lauritz Silva (254.626.797-34); Luis Carlos Gomes Mattos (175.267.527-49); Luiz Adolfo Sodre de Castro (378.627.407-00); Marcelo Callegari Hoertel (609.006.440-87); Marcelo Elié Bessa (291.453.091-91); Marcio Rosendo de Melo (233.671.727-15); Marconi dos Reis Be-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

zerra (429.544.527-49); Nilson Francisco Pereira (019.796.204-15); Renato Rodrigues (273.951.648-73); Rodrigo Andre de Castro Souza Rego (498.063.191-68); Vinicius Pinto de Menezes (471.560.151-68); Wagner Machado Brasil (769.496.727-72); Weldon Maranhão Massi (569.176.607-44).

1.2. Órgão/Entidade: Indústria de Material Bélico do Brasil - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: 3ª Secretaria de Controle Externo (Secex-3).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5425/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em julgar as contas a seguir indicadas regulares e dar quitação plena ao responsável, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.216/2010-3 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2009)

1.1. Responsável: Ney da Silva Oliveira (027.066.797-00).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Osório - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: 3ª Secretaria de Controle Externo (Secex-3).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5426/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, incisos I e II; 17, 18 e 23, incisos I e II, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso I, "a", do Regimento Interno, em julgar regulares com ressalva as contas da Sra. Andréia Maria Costa Santos, dando-lhe quitação e regulares as contas do Sr. Geraldo Henrique Cavalcante de Carvalho, dando-lhe quitação plena, fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.328/2011-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2010)

1.1. Responsáveis: Andreia Maria Costa Santos (078.961.072-87); Geraldo Henrique Cavalcante de Carvalho (183.095.772-49)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda No Acre

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - AC (SECEX-AC).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar:

1.7.1. à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Acre - SAMF/AC que apresente ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias da ciência desta decisão, plano de ação com o objetivo de efetuar a revisão de todos os procedimentos de concessão de pensão a beneficiários habilitados na condição de filho(a) maior inválido e/ou menor sob guarda nos últimos cinco exercícios, tendo em vista ter sido recorrente a detecção de pensões concedidas pela SAMF/AC a estes tipos de beneficiários sem que estejam devidamente demonstrados os respectivos requisitos legais, pois a indevida manutenção desses benefícios afronta a Lei 8.112/90 e, em decorrência do simples decurso do tempo, pode ocasionar prejuízo irreversível ao erário;

1.7.2. à Secex-AC que monitore, em processo específico, o cumprimento da determinação retro mencionada.

ACÓRDÃO Nº 5427/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em julgar as contas a seguir indicadas regulares e dar quitação plena ao responsável, sem prejuízo de fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.554/2010-6 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2009)

1.1. Responsável: Jose Ricardo Pontes Santos (420.880.114-04).

1.2. Órgão/Entidade: Comissão Regional de Obras da 12ª Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: 3ª Secretaria de Controle Externo (Secex-3).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinação:

1.7.1. à 12ª Inspetoria de Contabilidade e Finanças do Exército que informe, no próximo Relatório de Gestão da unidade, a situação do Convênio n. 300.483 e da respectiva prestação de contas, reportando-se, inclusive, quanto às medidas adotadas pelo concedente para a regularização do ajuste ou eventual instauração da Tomada de Contas Especial.

ACÓRDÃO Nº 5428/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar as contas a seguir indicadas regulares com ressalva e dar quitação ao responsável, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.840/2011-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Ricardo Luiz Ziemath (312.052.249-04).

1.2. Órgão/Entidade: Federação de Convetion & Visitors Bureaux do Estado de Santa Catarina - FC & VB/SC.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Santa Catarina (Secex/SC).

1.6. Advogado constituído nos autos: Flávio Schegerin Ribeiro, OAB/DF n. 21.451.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5429/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Primeira Câmara, e tendo em vista estes autos de tomada de contas especial de responsabilidade de Joaldo Lima de Carvalho, prefeito de Itabaianinha/SE, José Ilmar Cruz Freire Júnior, ex-secretário municipal Educação, e do Município de Itabaianinha/SE, instaurada por força do Acórdão 1.383/2009 - 1ª Câmara, proferido nos autos da representação autuada a partir de documentos encaminhados pelo Ministro de Estado do Controle e da Transparência, os quais informavam a ocorrência de irregularidades e impropriedades na execução de diversos programas federais do mencionado ente federativo;

Considerando que este Tribunal, pelo Acórdão 765/2012-TCU-1ª Câmara (peça 4, p. 68/71), julgou irregulares as contas do recorrente e do Sr. Ilmar Cruz Freire Júnior condenando-os respectivamente ao pagamento das multas de R$ 15.000,00 e R$ 7.000,00;

Considerando que o Sr. Joaldo Lima de Carvalho interpôs, intempestivamente, recurso de reconsideração (R001 - peça 51);

Considerando que os elementos trazidos aos autos pelo recorrente não demonstram a superveniência de fatos novos que admita a exceção de intempestividade prevista no parágrafo único do art. 32 da Lei 8.443/92 c/c o art. 285, § 2º, do Regimento Interno, limitando-se, em essência, a repetir as alegações de defesa anteriormente apresentadas;

Considerando os pareceres uniformes da Secretaria de Recursos e do Ministério Público, no sentido do não conhecimento do recurso;

ACORDAM, com fundamento nos arts. 32, parágrafo único e inciso I, da Lei 8.443/92 c/c o art. 285, caput e § 2º, do Regimento Interno, em não conhecer do recurso de reconsideração, e dar ciência à recorrente do teor deste Acórdão.

1. Processo TC-008.993/2009-9 (RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 013.284/2004-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Joaldo Lima de Carvalho (674.846.898-15); José Ilmar Cruz Freire Júnior (326.368.225-34); Prefeitura Municipal de Itabaianinha - SE (13.098.181/0001-82)

1.3. Recorrente: Joaldo Lima de Carvalho (674.846.898-15)

1.4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Itabaianinha - SE

1.5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro

1.8. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo - SE (SECEX-SE).

1.9. Advogado constituído nos autos: não há.

1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5430/2012 - TCU - 1ª Câmara

Vistos, relacionado e discutidos estes autos que versam sobre recursos nominados de "Pedido de Reexame" interpostos pelos Srs. Jorci Mendes de Almeida (R006, peça 96) e Jander Gener César Guerreiro (R007, peça 98), contra o Acórdão 3413/2012 (peça 62), que modificou o Acórdão 342/2011 (peça 7, p. 49-50), que havia sido mantido pelo Acórdão 3363/2011 (peça 8, p. 35-36), todos da 1ª Câmara;

Considerando que os recorrentes interpuseram anteriormente recursos de reconsideração contra a decisão recorrida, apreciado por intermédio do Acórdão 3413/2012 - TCU - 1ª Câmara (peça 41);

Considerando que, com fundamento no art. 278, § 3º, do Regimento Interno do TCU, a interposição de recurso, ainda que venha a não ser conhecido, gera preclusão consumativa;

Considerando os pareceres uniformes da Secretaria de Recursos e do Ministério Público junto ao TCU no sentido do não-conhecimento dos presentes recursos, em face da absoluta inadequação recursal e de preclusão consumativa;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, ante as razões expostas pelo Relator, em não conhecer dos presentes "pedido de reexame", em virtude da absoluta inadequação recursal e em razão da preclusão consumativa prescrita no art. 278, § 3º, do RI/TCU, dando-se ciência desta deliberação aos recorrentes.

1. Processo TC-020.078/2009-4 (RECURSO EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Arnobio Venicio Lima Bessa (040.852.642-49); Francisco Flamarion Portela (081.646.303-49); Francisco Sá Cavalcante (018.705.563-72); Jander Gener Cesar Guerreiro (287.415.442-34); Jorci Mendes de Almeida (126.011.101-63); Jose Luiz Motta de Rosso (302.080.250-49); Motoka Veículos e Motores Ltda. (04.650.776/0001-08); Ricardo Nattrodt de Magalhaes (382.136.052-68); Vilmara Roque de Alencar Martins (323.070.392-87)

1.2. Recorrentes: Jander Gener Cesar Guerreiro (287.415.442-34); Jorci Mendes de Almeida (126.011.101-63)

1.3. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Roraima

1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo - RR (SECEX-RR).

1.8. Advogado constituído nos autos: não há.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5431/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, "a" e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, em determinar o arquivamento do seguinte processo, tendo em vista o cumprimento de seu objeto, dando-se ciência desta deliberação à Agência Nacional de Vigilância Sanitária e ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PR, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.096/2012-3 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Secretaria de Controle Externo no Paraná (00.414.697/0013-51)

1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária - MS; Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PR

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PR (SECEX-PR).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5432/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea a, 237, inciso IV, e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, e encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao interessado, ao Ministério Público do Estado de Goiás - Comarca de Nerópolis/GO, ao Conselho Nacional de Saúde, ao Conselho Municipal de Saúde de Nerópolis/GO, à Secretaria Municipal de Saúde de Nerópolis/GO e à Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde, promovendo-se, em seguida o seu arquivamento, sem prejuízo de fazer as seguintes determinações, de acordo com o parecer da Secex/GO:

1. Processo TC-000.613/2011-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Sr. José Antônio Corrêa Trevisan, Promotor de Justiça da Comarca de Nerópolis/GO.

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Nerópolis/GO

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Goiás (Secex/GO).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações:

1.7.1. à Secretaria Municipal de Saúde de Nerópolis/GO que observe:

1.7.1.1. a orientação fixada nos incisos II e VI da terceira diretriz da Resolução n. 333/2003 do Conselho Nacional de Saúde, que estabelece a forma de composição do Conselho Municipal de Saúde;

1.7.1.2. o disposto na quarta diretriz da Resolução/CNS n. 333/2003, sobre a exigência da garantia de dotação orçamentária para o pleno funcionamento do Conselho Municipal de Saúde.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 5433/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea a, 235, parágrafo único, e 237, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da presente representação, por não preencher requisito de admissibilidade previsto no caput do art. 235 do RI/TCU, promovendo-se, em seguida, o seu arquivamento, sem prejuízo de encaminhar cópia dos presentes autos ao Ministério do Trabalho e Emprego, para conhecimento e adoção das medidas que entender necessárias, e da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao representante, de acordo com o parecer da 5ª Secex:

1. Processo TC-017.550/2012-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Avel de Alencar (297.169.691-04).
1.2. Órgão/Entidade: Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados do Distrito Federal - SINDPD/DF.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: 5ª Secretaria de Controle Externo (Secex-5).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5434/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "b", e 217 do Regimento Interno/TCU, em autorizar o parcelamento da multa imposta aos Srs. Henrique Germano Zimmer e Danilo Roger Marçal Queiroz, por intermédio do Acórdão 6.275/2010 - TCU - 1ª Câmara, em 24 (vinte e quatro) parcelas, acrescidas dos devidos encargos legais fixando o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação e o das demais, a cada 30 (trinta) dias, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que, conforme disposto no § 2º do art. 217 do Regimento Interno/TCU, a falta do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-019.677/2007-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Apensos: 019.922/2011-6 (SOLICITAÇÃO); 022.126/2009-2 (SOLICITAÇÃO); 010.709/2010-0 (SOLICITAÇÃO); 015.074/2009-4 (SOLICITAÇÃO); 010.716/2009-6 (DENÚNCIA)
1.2. Responsáveis: Clovis Lascosque (480.761.807-59); Danilo Roger Marçal Queiroz (904.621.657-87); Flávia Fardim Antunes Bringhenti (039.288.327-94); Henrique Germano Zimmer (009.677.936-53); Marcos Zanotti Breciani (814.265.007-00); Mário Emílio Nascimento da Silva (418.120.427-87)
1.3. Órgão/Entidade: Companhia Docas do Espírito Santo
1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - ES (SECEX-ES).
1.7. Advogado constituído nos autos: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5435/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 143, 237, parágrafo único, e 250 do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerá-la parcialmente procedente, fazer as seguintes determinações e determinar o arquivamento, dando ciência ao representante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.653/2012-4 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Extrato Flora Indústria e Comércio de Correlatos, Cosméstico, Epis e Saneantes Ltda. (02.039.120/0001-28).
1.2. Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: 1ª Secretaria de Controle Externo (Secex-1).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações à Central de Compras da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Cecom/ECT):
1.7.1. estabeleça, mediante consulta à Anvisa, prazo razoável para que o futuro contratado que, eventualmente, não tenha o Certificado de Livre Comercialização do produto no território nacional apresente-o, evitando, assim, imputar ônus desnecessário aos interessados no objeto do PGE 153/2012;
1.7.2. republique o edital do Pregão Eletrônico 153/2012, com as modificações nele inseridas;
1.8. arquivar o processo.

ACÓRDÃO Nº 5436/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 143, inciso III, 237, inciso VII, e 250, inciso I do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerá-la improcedente e determinar o arquivamento, dando ciência ao representante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.954/2012-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Responsável: Isabel Cristina Fortuna de Santa Rita (635.768.057-53)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Oswaldo Cruz - MS
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RJ (SECEX-RJ).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5437/2012 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 237, inciso VI, e 250, incisos II e III, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, e encaminhar cópia desta deliberação à Ouvidoria/TCU e ao Conselho Federal de Contabilidade, sem prejuízo de fazer as seguintes determinação e recomendação, de acordo com o parecer da Secex/RN:

1. Processo TC-030.903/2011-4 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Secretaria de Controle Externo no Rio Grande do Norte (Secex/RN).
1.2. Órgão/Entidade: Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio Grande do Norte - CRC/RN.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Rio Grande do Norte (Secex/RN).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinação/Recomendação:
1.7.1. determinar ao Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio Grande do Norte que observe o disposto nos arts. 14 e 15, § 7º, da Lei n. 8.666/1993, de modo que não se repita o ocorrido no Processo Administrativo CRC/RN n. 281/2010 (inadequada caracterização da aquisição do serviço de cabeamento estruturado e atualização/configuração do servidor Linux, para reestruturação e instalação de redes do CRC/RN, quando da coleta de preços no mercado, uma vez que não foram devidamente especificados, no processo da dispensa de licitação), ressaltando que a reincidência injustificada dessa ocorrência poderá ensejar a imposição de sanção aos agentes responsáveis em futuras ações de controle a serem empreendidas por esta Corte de Contas;
1.7.2. recomendar ao Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio Grande do Norte que, caso não haja outra norma que discipline a matéria, avalie a possibilidade de alterar a Resolução CRC/RN n. 039/2008, para que nela haja previsão de:
1.7.2.1. processo seletivo, sempre que possível, dos interessados em participar de eventos educacionais, reuniões temáticas, congressos, fóruns etc., a fim de garantir equidade de oportunidades de desenvolvimento profissional;
1.7.2.2. compartilhamento dos conhecimentos adquiridos nos eventos acima citados, na forma que o Conselho entender conveniente, com vistas ao aperfeiçoamento profissional e institucional.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA (de Relação):

Foram excluídos de pauta, ante requerimento do Ministro José Múcio Monteiro, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos: 021.111/2009-5 e 007.408/1996-0.

PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA E APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Passou-se, em seguida, ao julgamento ou à apreciação dos processos adiante indicados, que haviam sido incluídos na pauta, de forma unitária e organizada sob n° 32/2012, havendo a Primeira Câmara aprovados os Acórdãos de n°s 5438 a 5459, a seguir indicados. Os correspondentes Relatórios e Votos, bem como os citados Acórdãos, se inserem no Anexo desta Ata (Regimento Interno, artigos 17, 95, inciso VI, 134, 138, 141, §§ 1° a 7° e 10; e Resoluções TCU n°s 164/2003, 184/2005 e 195/2006):

ACÓRDÃO Nº 5438/2012-TCU-1ª CÂMARA

1. Processo nº TC 016.752/2012-0
2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria
3. Interessada: Marfisa Queiroz Azzi (CPF 113.442.962-20)
4. Unidade: Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa/MDIC
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
7. Unidade Técnica: Sefip
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam da concessão de aposentadoria a servidora da Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, art. 262, § 2°, do Regimento Interno e Súmula TCU nº 106, em:
9.1. considerar ilegal a concessão de aposentadoria a Marfisa Queiroz Azzi, recusando o registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela inativa;
9.3. determinar à unidade jurisdicionada que adote medidas para:
9.3.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;
9.3.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
9.3.3. enviar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que a interessada teve conhecimento do acórdão;
9.4. esclarecer à unidade jurisdicionada que a concessão considerada ilegal poderá prosperar, mediante emissão de novo ato livre da irregularidade apontada;
9.5. determinar à Sefip que adote medidas para monitorar o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos decorrentes da concessão considerada ilegal, representando ao TCU em caso de não atendimento.

10. Ata n° 32/2012 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5438-32/12-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 5439/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC-020.093/2010-1
2. Grupo I, Classe I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)
3. Recorrentes: Pedro Guedes Filho (ex-prefeito, CPF nº 003.081.963-68) e Município de Formosa do Rio Preto/BA (CNPJ 13.656.454/0001-28)
4. Unidade: Prefeitura Municipal de Formosa do Rio Preto/BA
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
7. Unidades Técnicas: Secex/BA e Serur
8. Advogado constituído nos autos: Lilía Maria de Oliveira Chaves (OAB/BA nº 6.757)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em fase de recurso de reconsideração contra o Acórdão nº 5.939/2011-1ª Câmara.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei nº 8.443/92, em:
9.1. conhecer dos recursos de reconsideração interpostos por Pedro Guedes Filho e pelo Município de Formosa do Rio Preto/BA, para, no mérito, dar provimento parcial ao primeiro recurso e integral ao segundo;
9.2. conferir aos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão nº 5.939/2011 - TCU - 1ª Câmara a seguinte redação:
"9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Pedro Guedes Filho, com base no art. 16, III, 'b', da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 2º, do RI/TCU, e condená-lo ao pagamento da importância de R$ 14.635,92 (catorze mil, seiscentos e trinta e cinco reais e noventa e dois centavos), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora calculados a partir de 3/6/2003, até a data do efetivo recolhimento, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, 'a', do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Saúde (FNS), na forma da legislação em vigor;
9.3. aplicar ao Sr. Pedro Guedes Filho a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, 'a', do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;"

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.3. manter inalterados os demais itens do acórdão recorrido; e

9.4. notificar os recorrentes acerca desta deliberação.

10. Ata n° 32/2012 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5439-32/12-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 5440/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC-027.007/2008-6
2. Grupo I - Classe I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)
3. Recorrente: Luiz Carlos Vidal Barbosa (CPF 146.224.834-91), ex-prefeito
4. Unidade: Prefeitura Municipal de Santo Antônio/RN
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Ubiratan Aguiar
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
7. Unidades Técnicas: Secex/RN e Serur
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial em que se aprecia, nesta fase processual, recurso de reconsideração interposto por Luiz Carlos Vidal Barbosa contra o Acórdão 2.561/2011 - TCU - 1ª Câmara.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com base nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do recurso de reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. notificar o recorrente.

10. Ata n° 32/2012 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5440-32/12-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 5441/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC-027.778/2008-6
1.1 Apenso: TC-004.790/2010-3
2. Grupo I - Classe I - Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial
3. Recorrente: Rainel Barbosa de Araújo (ex-prefeito, CPF 251.593.721-72)
4. Unidade: Prefeitura Municipal de Miracema do Tocantins/TO
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Valmir Campelo
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
7. Unidades Técnicas: Secex/TO e Serur
8. Advogado constituído nos autos: Pedro Martins Aires Junior - OAB/TO nº 2.389

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em fase de recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão nº 7.374/2009 - 1ª Câmara.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei nº 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do presente recurso de reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. notificar o recorrente do teor deste acórdão.

10. Ata n° 32/2012 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5441-32/12-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 5442/2012-TCU-1ª CÂMARA

1. Processo nº TC 016.748/2012-3
2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria
3. Interessado: José Nilson Baldoino Araújo (CPF 007.605.953-72)
4. Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí - MAPA
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
7. Unidade Técnica: Sefip
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam da concessão de aposentadoria a servidor da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí - MAPA.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, art. 262, § 2°, do Regimento Interno e Súmula TCU nº 106, em:
9.1. considerar ilegal a concessão de aposentadoria a José Nilson Baldoino Araújo, recusando o registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo inativo;
9.3. determinar à unidade jurisdicionada que adote medidas para:
9.3.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;
9.3.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
9.3.3. enviar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que o interessado teve conhecimento do acórdão;
9.4. esclarecer à unidade jurisdicionada que a concessão considerada ilegal poderá prosperar, mediante emissão de novo ato livre da irregularidade apontada;
9.5. determinar à Sefip que adote medidas para monitorar o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos decorrentes da concessão considerada ilegal, representando ao TCU em caso de não atendimento.

10. Ata n° 32/2012 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5442-32/12-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 5443/2012-TCU-1ª CÂMARA

1. Processo nº TC 016.749/2012-0
2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria
3. Interessada: Rosa Virgínia Sabóia de Menezes (CPF 043.287.283-34)
4. Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí - MAPA
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
7. Unidade Técnica: Sefip
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam da concessão de aposentadoria a servidora da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí - MAPA.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, art. 262, § 2°, do Regimento Interno e Súmula TCU nº 106, em:
9.1. considerar ilegal a concessão de aposentadoria a Rosa Virgínia Sabóia de Menezes, recusando o registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela inativa;
9.3. determinar à unidade jurisdicionada que adote medidas para:
9.3.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;
9.3.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
9.3.3. enviar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que a interessada teve conhecimento do acórdão;
9.4. esclarecer à unidade jurisdicionada que a concessão considerada ilegal poderá prosperar, mediante emissão de novo ato livre da irregularidade apontada;
9.5. determinar à Sefip que adote medidas para monitorar o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos decorrentes da concessão considerada ilegal, representando ao TCU em caso de não atendimento.

10. Ata n° 32/2012 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5443-32/12-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 5444/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 011.393/2007-1.
2. Grupo I - Classe I - Recurso de Reconsideração.
3. Recorrente: Marcus Vinicius de Barros (CPF 415.627.392-04).
4. Unidade: Secretaria de Saúde do Estado do Amapá - SESA/AP.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro José Múcio Monteiro.
6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.
8. Advogado: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por Marcus Vinicius de Barros contra o acórdão 7.870/2011 - 1ª Câmara;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da 1ª Câmara, diante das razões expostas pela relatora, com fundamento nos arts. 26, 32 e 33 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217, §§ 1º e 2º; e 218, § 1º, do Regimento Interno, em:
9.1. conhecer do recurso de reconsideração e negar-lhe provimento;
9.2. autorizar o parcelamento da multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) imputada a Marcus Vinicius de Barros, em 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, atualizadas monetariamente, fixando o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, na forma prevista na legislação em vigor, e alertando ao responsável que a falta do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor.
9.3. dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 32/2012 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5444-32/12-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), José Múcio Monteiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 5445/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 014.678/2008-3.
1.1. Apenso: TC 000.933/2005-1.
2. Grupo I - Classe I - Recurso de Reconsideração.
3. Recorrente: Edilson de Sousa Mira (CPF 182.171.252-87).
4. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Amapá.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro Valmir Campelo.
6. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.
8. Advogado: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Edilson de Sousa Mira contra o acórdão 7.697/2010-1ª Câmara.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da 1ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 32, inciso I e 33 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do recurso de reconsideração e negar-lhe provimento;
9.2. encaminhar cópia deste acórdão, acompanhada de cópia do relatório e do voto que o fundamentaram, ao recorrente e à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Amapá;
9.3. arquivar os autos.

10. Ata n° 32/2012 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5445-32/12-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), José Múcio Monteiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 5446/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 014.798/2005-7.
2. Grupo II - Classe I - Embargos de Declaração.
3. Embargante: Silvia Cristina Maito Leitão (CPF 410.824.271-87);
4. Unidade: Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades Técnicas: não atuou.
8. Advogado: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração interpostos por Silvia Cristina Maito Leitão, contra o acórdão 2.988/2012 - 1ª Câmara;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da 1ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, com fulcro nos arts. 32 e 34 da Lei 8.443/1992:
9.1. conhecer dos embargos e negar-lhes provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação à embargante.

10. Ata n° 32/2012 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5446-32/12-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), José Múcio Monteiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Valmir Campelo (Presidente).
13.3. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 5447/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 021.337/2010-1.
2. Grupo II - Classe I - Recurso de Reconsideração.
3. Recorrente: Robson Zanetti (CPF 764.321.579-00).
4. Unidade: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro Valmir Campelo.
6. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.
8. Advogado: Robson Zanetti (OAB/PR 21.499).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Robson Zanetti, ex-bolsista da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes contra o acórdão 2.238/2011 - 1ª Câmara,
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da 1ª Câmara, diante das razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 277, inciso I, e 285 do Regimento Interno, em:
9.1. conhecer do recurso de reconsideração e negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência da decisão ao recorrente e à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

10. Ata n° 32/2012 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5447-32/12-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), José Múcio Monteiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 5448/2012 - TCU - 1ª CÂMARA

1. Processo TC nº 013.226/2006-4
2. Grupo II - Classe I - Pedido de reexame em aposentadoria
3. Recorrente: Albemar Albuquerque Abud (CPF 015.406.292-87)
4. Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra/MDA
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
7. Unidades Técnicas: Sefip e Serur
8. Advogados constituídos nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pela servidora Albemar Albuquerque Abud do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra contra o Acórdão nº 962/2010-TCU-1ª Câmara.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48 da Lei nº 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do recurso interposto por Albemar Albuquerque Abud, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo inalterado o acórdão recorrido;
9.2. determinar ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária que, uma vez desconstituída a decisão judicial proferida pela Justiça Federal que assegura, presentemente, a manutenção da parcela relativa à URP nos proventos da recorrente (MS nº 2005.30.00.001219-4, atualmente no TRF da 1ª Região, Processo nº 0001217-61.2005.4.01.3000, sem decisão definitiva), promova, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990, a restituição dos valores pagos a esse título à interessada desde o ajuizamento da aludida ação judicial, sem prejuízo da implementação das demais providências inerentes à negativa de registro do ato de concessão, determinadas por esta Corte de Contas;
9.3. encaminhar ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU, nos termos da questão de ordem aprovada pelo Plenário deste Tribunal em 8/6/2011, as informações necessárias ao acompanhamento da ação judicial referida no item 9.2 acima, para que o órgão adote as providências cabíveis, dando ciência à Consultoria Jurídica do TCU;
9.4. dar ciência desta deliberação à recorrente e ao órgão de origem.

10. Ata n° 32/2012 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5448-32/12-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 5449/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC-015.600/2006-9
2. Grupo II - Classe I - Recurso de Reconsideração (em Prestação de Contas Simplificada - exercício de 2005)
3. Recorrentes: Henrique do Carmo Barros (ex-Diretor-Geral do Ifet/MT, CPF 109.066.731-00) e José Bispo Barbosa (ex-Diretor de Administração e Planejamento do Ifet/MT, CPF 205.375.571-72)
4. Unidade: Instituto Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso - Ifet/MT
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Valmir Campelo
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
7. Unidades Técnicas: Secex/MT e Serur
8. Advogados constituídos nos autos: Daniela Frata dos Santos (OAB/MT 13.675) e José Luís Blaszak (OAB/MT 10.778)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial em que se apreciam, nesta fase processual, recursos de reconsideração interpostos por Henrique do Carmo Barros e José Bispo Barbosa contra o Acórdão 1.618/2011 - 1ª Câmara, que deliberou sobre a Prestação de Contas de 2005 do Instituto Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso - Ifet/MT.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com base nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos recursos de reconsideração para, no mérito, conceder-lhes provimento, tornando insubsistentes os subitens 9.2, 9.3 e 9.4 do Acórdão 1.618/2011 - 1ª Câmara e alterando o subitem 9.5 da mesma decisão, para que passe a constar com a seguinte redação:
"*9.5. acatar as alegações de defesa e/ou razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis Henrique do Carmo Barros, José Bispo Barbosa, Benedito Antônio Rezende Fortes, Genésio Gomes da Costa, Nelson Yoshio Ito Suzuki, Edson Jerônimo Nobre, Ivo da Silva, Sônia Maria Viana dos Santos, Rupert Carlos de Toledo Pereira e Walter de Almeida Campos, para, com fundamento nos arts. 1°, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, julgar regulares com ressalva as contas dos respectivos responsáveis, dando-lhes quitação;*"
9.2. dar ciência ao Ifet/MT e aos recorrentes do inteiro teor deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam.

10. Ata n° 32/2012 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5449-32/12-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 5450/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo n. TC-010.249/2012-5.
2. Grupo: I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Antônio de Almeida Nogueira Neto, CPF n. 068.159.281-87.
4. Entidade: Município de Cabeceiras/GO.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás - Secex/GO.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada em desfavor do Sr. Antônio de Almeida Nogueira Neto, ex-Prefeito do Município de Cabeceiras/GO, em função da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais recebidos mediante o Convênio n. 978/2008, celebrado entre aquela municipalidade e o Ministério do Turismo - MTur com a finalidade de promover o turismo na localidade.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fulcro nos artigos 1º, inciso I, 12, inciso I, 16, inciso III, alínea c, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei n. 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Antônio de Almeida Nogueira Neto, condenando-o ao pagamento da quantia de R$ 100.000,00 (cem mil reais), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 19/8/2008, até a efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da ciência, para que comprove, perante este Tribunal (artigo 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno), o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional;
9.2. aplicar ao Sr. Antônio de Almeida Nogueira Neto a multa prevista nos arts. 19, caput, e 57 da Lei n. 8.443/1992, no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, com fundamento no art. 214, inciso III, alínea a, do RI/TCU, o recolhimento da referida importância aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;
9.4. enviar cópia desta deliberação, bem como do Relatório e do Voto que a fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Goiás, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei n. 8.443/1992.

10. Ata n° 32/2012 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5450-32/12-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5451/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 011.926/2011-2.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Pensão Civil.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Dulce Ocanha Coelho (702.281.168-72); Eulália dos Santos Gotz (486.236.602-34); Iracema de Oliveira Hughes (692.435.498-04); Jandira de Oliveira Hughes (110.841.545-87); João Ferreira Barbosa (159.554.518-20); Júlia Gomes Souza Santos (085.725.185-68); Katia Passos Marques da Costa (079.520.647-03); Maria Amelia Lima da Silva (235.355.205-68); Mizael Luis França Teixeira (731.668.397-04); Rafael Passos Marques da Costa (137.679.897-27); Sandra Gomes Martins (041.072.774-10).
4. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensões civis instituídas por ex-servidores do Ministério das Comunicações;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, art. 1º, inciso V, e art. 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92 e art. 1º, inciso VIII, art. 259, inciso II, e art. 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno, em:
9.1. considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato relativo à pensão instituída por Mário Coelho, em favor de Dulce Ocanha Coelho;
9.2. considerar ilegais e negar registro aos atos de pensão em benefício de Iracema de Oliveira Hughes, Jandira de Oliveira Hughes e Mizael Luis França Teixeira;
9.3. dispensar o recolhimento das parcelas indevidamente percebidas, de boa-fé, pelos interessados, em conformidade com a Súmula TCU 106;
9.4. determinar ao Ministério das Comunicações, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte, que:
9.4.1. faça cessar, no prazo de quinze dias, o pagamento decorrente dos atos impugnados, contados da ciência da deliberação do Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.4.2. dê ciência aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de desprovimento;

9.5. considerar legais e autorizar o registro dos demais atos de pensão civil tratados nos autos.

10. Ata n° 32/2012 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5451-32/12-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5452/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-012.165/2011-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessadas: Luciene da Silva Macedo Moraes, CPF n. 096.591.701-06; e Maria Aparecida Pimenta Santana, CPF n. 505.982.871-91.

4. Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego/DF.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria de ex-servidoras da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego/DF.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei n. 8.443/1992 c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno em:

9.1. considerar legal a concessão de aposentadoria em favor da Sra. Maria Aparecida Pimenta Santana, concedendo-lhe o respectivo registro;

9.2. considerar ilegal a concessão de aposentadoria em favor da Sra. Luciene da Silva Macedo Moraes, negando-lhe registro;

9.3. aplicar a orientação fixada no Enunciado n. 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU no tocante às parcelas indevidamente percebidas de boa-fé pela inativa;

9.4. determinar à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego/DF que:

9.4.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta Deliberação, abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato impugnado, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU;

9.4.2. comunique à interessada mencionada no subitem 9.2 acima a respeito deste Acórdão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.4.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta Deliberação, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada mencionada no subitem 9.2 supra tomou ciência do julgamento deste Tribunal;

9.5. orientar, com fulcro no art. 262, § 2º, do RI/TCU, o órgão de origem no sentido de que poderá emitir novo ato, de interesse da Sra. Luciene da Silva Macedo Moraes, livre da irregularidade ora apontada, submetendo-o à apreciação por este Tribunal, na forma do art. 260, caput, do Regimento Interno;

9.6. determinar à Sefip que proceda ao monitoramento do cumprimento das medidas indicadas no subitem 9.4.1 supra, representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata n° 32/2012 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5452-32/12-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5453/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 012.861/2011-1.

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Município de Cametá - PA.

3.2. Responsáveis: Emmanuel José Machado Cunha (189.360.242-72); Enisa Engenharia e Indústria S/A (05.083.241/0001-65).

4. Entidade: Município de Cametá - PA.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PA (Secex-PA).

8. Advogado constituído nos autos: Mailton Marcelo Silva Ferreira - OAB/PA 9206 (Peça 6).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Coordenação de Contabilidade do Ministério da Integração Nacional em decorrência de inexecução do objeto de convênio para construção de cais de arrimo e controle de erosão no município de Cametá-PA;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19 e 23, inciso III, da Lei n° 8.443/92, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis o Sr. Emmanuel José Machado Cunha e a empresa Enisa Engenharia e Indústria S/A;

9.2. julgar irregulares as presentes contas e em débito o Sr. Emmanuel José Machado Cunha, em solidariedade com a empresa Enisa Engenharia e Indústria S/A, condenando-os ao pagamento da importância abaixo discriminada, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculada a partir da data especificada até a efetiva quitação do débito, sem prejuízo de abater valores eventualmente já ressarcidos, fixando-lhes o prazo de quinze dias desde a ciência para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional:

Valor do débito e datas de ocorrência

R$ 177.066,9921/7/2000

R$ 66.400,1311/9/2000

R$ 20.000,0014/11/2000

9.3. aplicar ao Sr. Emmanuel José Machado Cunha e à empresa Enisa Engenharia e Indústria S/A a multa individual prevista no art. 57 da Lei n° 8.443/92 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da multa ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente da data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar desde logo a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92, caso não atendida a notificação;

9.5. remeter cópia do acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Pará, para ajuizamento das ações civis e penais cabíveis, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno.

10. Ata n° 32/2012 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5453-32/12-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5454/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.284/2005-3.

1.1. Apensos: 021.391/2003-8; 006.757/2007-6; 006.738/2007-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Coordenação-geral de Recursos Logísticos - MS (00.394.544/0008-51); Irani Ribeiro de Moura (100.488.981-04); Joao Batista Landim (318.947.391-91); Luiz Claudio Gomes da Silva (748.364.987-91); Helmarques Ferreira dos Santos (239.970.951-91).

3.2. Responsáveis: Angela Maria Meira de Vasconcellos (126.237.254-20); Antonio Carlos Peres Rebello (059.765.021-72); Antonio Ernesto Pinto (049.915.401-00); Carlos Alberto Gama Pinto (691.007.996-53); Carlos Henrique Marques da Silva (259.509.671-00); Carlos Vanderley Soares (337.014.076-49); Cicero de Oliveira Barbosa (125.999.723-53); Emival Ferreira Freitas (116.182.721-87); Fernando Mario Roboredo (185.220.681-00); Francisco Elrisdenis Batista Costa (602.626.801-49); Helmarques Ferreira dos Santos (239.970.951-91); Irani Ribeiro de Moura (100.488.981-04); Ivan Batista Coelho (408.152.266-91); Joao Batista Landim (318.947.391-91); Jose Ribamar Araujo Filho (198.067.603-87); Julio Cesar de Sena (261.815.501-78); Luiz Claudio Gomes da Silva (748.364.987-91); Luiz Roberto da Silva Klassmann (295.941.540-04); Lylian Beatriz Comelli Dutra (223.722.451-04); Marco Antonio Machado de Macedo (272.568.632-68); Maria de Jesus da Silva (270.700.771-49); Nenario Fernandes dos Santos (483.040.341-15); Paulo Cesar Ferreira de Souza (442.938.791-53); Paulo Jorge Andrade Silva (244.374.681-04); Pedro Benevenuto Júnior (379.579.457-91); Rizelio Freitas Fonseca (115.721.671-49); Veraci Dias Fernandes (186.465.061-34).

4. Órgão/Entidade: Coordenação Geral de Recursos Logísticos - MS.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); 4ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-4).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recursos de reconsideração interpostos por João Batista Landim, Helmarques Ferreira dos Santos, Luís Claudio Gomes da Silva e Irani Ribeiro de Moura contra os subitens 9.9, 9.10, 9.11 e 9.12 do Acórdão 6445/2011-TCU-1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. não conhecer dos recursos de reconsideração interpostos por Helmarques Ferreira dos Santos e Luís Claudio Gomes da Silva, com base no art. 285, § 2º, do Regimento Interno TCU;

9.2. conhecer dos recursos de reconsideração interpostos por João Batista Landim e Irani Ribeiro de Moura para, no mérito, negar-lhes provimento e manter, em seus exatos termos, o acórdão recorrido;

9.3. dar ciência aos recorrentes;

10. Ata n° 32/2012 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5454-32/12-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5455/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo: TC-011.269/2012-0.

2. Grupo II, Classe de Assunto: I - Embargos de declaração.

3. Embargante: Rodrigo Polary Negreiros (CPF 055.001.824-71), menor sob guarda, pensionista de Walter Fonseca Polary (CPF 008.295.283-34), representado por sua mãe, Senhora Márcia Regina Costa Polary.

4. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Maranhão.

5. Relator: Ministro Valmir Campelo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Valmir Campelo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: não atuou.

8. Advogado constituído nos autos: Fernando Antonio Costa Polary (OAB/MA 5.605).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos por Rodrigo Polary Negreiros, menor sob guarda, pensionista de Walter Fonseca Polary, representado por sua mãe, Senhora Márcia Regina Costa Polary, ao Acórdão nº 2.793/2012 - TCU - 1ª Câmara, mediante o qual o Tribunal considerou ilegal a pensão civil instituída em favor do embargante, por contrariar o entendimento firmado no Acórdão nº 2.515/2011-TCU-Plenário (concessão do benefício a menor sob guarda).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, e com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34, caput e § 1º, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 287 do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, para, no mérito, acolhê-los parcialmente, com efeitos infringentes, dando ao item 9.3.3 do Acórdão nº 2.793/2012 - TCU - 1ª Câmara a seguinte redação:

"9.3.3. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, exceto quanto aos pagamentos referentes à pensão instituída por Walter Fonseca Polary (CPF 008.295.283-34), em favor de Rodrigo Polary Negreiros (CPF 055.001.824-71), uma vez que sua manutenção está assegurada por sentença judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança de que trata o processo nº 2006.37.00.004197-1, 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Maranhão, atualmente no TRF1, sob o número 0004010-70.2006.4.01.3700";

9.2. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, ao embargante, à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Maranhão, ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União e à Consultoria Jurídica do Tribunal de Contas da União, sendo que, aos dois últimos órgãos, para as providências cabíveis, em face do decidido nos autos do Mandado de Segurança de que trata o processo nº 2006.37.00.004197-1, 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Maranhão, atualmente no TRF1, sob o número 0004010-70.2006.4.01.3700.

10. Ata n° 32/2012 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5455-32/12-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Valmir Campelo (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 5456/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo: TC-011.355/2012-3.
2. Grupo II, Classe de Assunto: I - Embargos de declaração.
3. Embargantes: Deuro Emy Bandeira Santos (CPF 002.367.301-00), viúvo, e Guilherme Franco Bandeira (CPF 017.280.201-66), menor sob guarda, pensionistas de Therezinha Ivette Franco Oliveira (CPF 023.227.901-25).
4. Órgão: Ministério da Fazenda.
5. Relator: Ministro Valmir Campelo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Valmir Campelo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade técnica: não atuou.
8. Advogados constituídos nos autos: Rafael Klier da Silva Oliveira (OAB/DF 25.172), Aline Franco Oliveira Gadelha (OAB/DF 31.279) e Leopoldo da Silva Neves Gadelha (OAB/DF 31.333).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos por Deuro Emy Bandeira Santos, viúvo, e Guilherme Franco Bandeira, menor sob guarda, pensionistas de Therezinha Ivette Franco Oliveira, ao Acórdão nº Acórdão nº 3.079/2012 - TCU - 1ª Câmara, por meio do qual o Tribunal considerou ilegal a pensão civil em favor dos embargantes, entre outros, por ter como beneficiário menor sob guarda, em desacordo com o entendimento firmado pelo Acórdão nº 2.515/2011-TCU-Plenário.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, e com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34, caput e § 1º, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 287 do Regimento Interno/TCU, em:
9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, para, no mérito, rejeitá-los, mantendo inalterado o Acórdão nº 3.079/2012 - TCU - 1ª Câmara, tendo em vista que não restou demonstrada a necessidade de correção, nos termos previstos no art. 34, caput, da Lei nº 8.443/1992, ante a ausência da omissão e da contradição alegadas pelos embargantes;
9.2. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, aos embargantes e ao Ministério da Fazenda.

10. Ata n° 32/2012 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5456-32/12-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Valmir Campelo (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 5457/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo: TC- 016.633/2012-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessada: Eunice Madruga Sales (CPF 058.840.634-15).
4. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado da Paraíba.
5. Relator: Ministro Valmir Campelo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, e com fundamento nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal, combinados com os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 1º, e 262 do Regimento Interno/TCU, em:
9.1. considerar ilegal a concessão de aposentadoria em favor de Eunice Madruga Sales (CPF 058.840.634-15), e negar o registro do ato correspondente, número de controle 10227407-04-2009-000022-0;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (Súmula 106 do TCU);
9.3. determinar à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado da Paraíba que, no prazo de 15 (quinze) dias:
9.3.1. dê ciência do inteiro teor desta deliberação, bem como do relatório e voto que a fundamentam, à interessada cujo ato foi considerado ilegal, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;
9.3.2. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que a interessada cujo ato foi considerado ilegal tomou conhecimento do contido no item anterior;
9.3.3. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, a ser submetido à apreciação do TCU, livre da irregularidade verificada no presente processo (pagamento de parcela judicial - 84,32%, em desacordo com a metodologia de cálculo definida no Acórdão nº 2.161/2005-TCU-Plenário e detalhada no Acórdão nº 269/2012-TCU-Plenário), salvo se houver decisão judicial transitada em julgado que ampare o pagamento ora questionado, ou seja, que determine expressamente, em sua parte dispositiva, que a aludida vantagem deva ser mantida mesmo após as reestruturações remuneratórias subsequentes, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, no mesmo prazo de 15 dias;
9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip que monitore o cumprimento das diretrizes ora endereçadas à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado da Paraíba, representando ao Tribunal se necessário;
9.5. enviar cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado da Paraíba.

10. Ata n° 32/2012 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5457-32/12-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Valmir Campelo (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 5458/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC-017.282/2002-9.
2. Grupo II, Classe de Assunto: I - Embargos de declaração.
3. Recorrente: José Irismar Vasconcelos Cavalcante (CPF 031.446.073-04).
4. Entidade: Instituto da Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí (Emater/PI).
5. Relator: Ministro Valmir Campelo.
5.1. Relator da deliberação anterior: Ministro Valmir Campelo.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin (manifestação oral).
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Advogados constituídos nos autos: Luis Soares de Amorim (OAB/PI 2.433) e outro.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelo Sr. José Irismar Vasconcelos Cavalcante, ex-presidente do Instituto da Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí - Emater/PI, contra o Acórdão 1635/2012 - 1ª Câmara, que apreciou recurso de reconsideração nos autos de tomada de contas especial decorrente da aprovação parcial da prestação de contas do Convênio 68/1998.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração para, no mérito, acolhê-los parcialmente para alterar o item 9.1 do Acórdão 1635/2012 - 1ª Câmara, que passa a ter a seguinte redação:
9.1 conhecer do Recurso de Reconsideração ora interposto para, no mérito, dando-lhe provimento parcial, alterar os itens 9.1 e 9.2 do Acórdão 2.155/2010 - 1ª Câmara, que passam a ter a seguinte redação:
"9.1. julgar irregulares as contas de José Irismar Vasconcelos Cavalcante e condená-lo ao pagamento da quantia abaixo discriminada, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das respectivas datas até a do efetivo recolhimento, abatendo-se, na oportunidade, a quantia de R$ 1.022,67 (um mil e vinte e dois reais e sessenta e sete centavos), ressarcida em 31/03/1999, também corrigida monetariamente, desde a data do ressarcimento, até a data do efetivo pagamento, na forma prevista na legislação em vigor:
Valor original Data de ocorrência
R$ 17.000,00 04/08/1998
9.2. aplicar a José Irismar Vasconcelos Cavalcante, com base no art. 57 da Lei 8.443/1992, multa no valor de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;"
9.2. dar ciência desta deliberação, bem como do relatório e voto ao embargante, à Procuradoria da República no Estado do Piauí e à Superintendência Regional do Departamento da Polícia Federal naquela Unidade da Federação.
10. Ata n° 32/2012 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5458-32/12-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Valmir Campelo (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 5459/2012 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 030.816/2008-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto I - Embargos de declaração.
3. Embargante: Dariu Batista de Castro (CPF 046.636.321-49).
4. Órgão: Ministério da Fazenda.
5. Relator: Ministro Valmir Campelo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Valmir Campelo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade técnica: não atuou.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos por Dariu Batista de Castro ao Acórdão nº 1.130/2010 - TCU - 1ª Câmara, mantido, em sede de pedido de reexame, pelo Acórdão nº 1.248/2012 - TCU - 1ª Câmara, na parte que diz respeito ao embargante.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, e com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34, caput e § 1º, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 287 do Regimento Interno/TCU, em:
9.1. não conhecer dos presentes embargos de declaração, porquanto não satisfeitos os pressupostos de admissibilidade aplicáveis à espécie, sem prejuízo de informar ao embargante e ao Ministério da Fazenda a respeito da opção de que trata o item 17 do voto condutor deste acórdão;
9.2. dar ciência desta deliberação, bem como do relatório e voto que a fundamentam, ao embargante e ao Ministério da Fazenda.

10. Ata n° 32/2012 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 11/9/2012 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5459-32/12-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Valmir Campelo (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

MANIFESTAÇÃO ORAL DO MP/TCU

Na oportunidade do julgamento do processo n° 017.282/2002-9 (Acórdão n° 5458/2012), de relatoria do Ministro Valmir Campelo, o Representante do Ministério Público, Dr. Paulo Soares Bugarin, nos termos dos artigos 62 e 109 do Regimento Interno, manifestou-se pelo conhecimento e não provimento do recurso.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA (unitários):

Foram excluídos de pauta, ante requerimento dos respectivos Relatores, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos: 011.384/2011-5 e 014.519/2003-6 (Ministro Walton Alencar Rodrigues); 014.139/2003-7 (Ministro José Múcio Monteiro); 000.342/2002-3, 009.627/2012-0, 015.968/2005-3 e 018.946/2009-2 (Ministra Ana Arraes); e 015.291/2011-1 (Ministro-Substituto convocado Marcos Bemquerer Costa).

Foram proferidas, sob a Presidência do Ministro José Múcio Monteiro, as Deliberações quanto aos processos relatados pelo Presidente, Ministro Valmir Campelo.

ENCERRAMENTO

A Presidência deu por encerrados os trabalhos da Primeira Câmara, às dez horas e quarenta minutos e eu, Francisco Costa de Almeida, Subsecretário da Primeira Câmara, lavrei e subscrevi a presente Ata que, depois de aprovada, será assinada pela Presidência.

FRANCISCO COSTA DE ALMEIDA
Subsecretário da Câmara

Aprovada em 13 de setembro de 2012.

VALMIR CAMPELO
Presidente

EXTRATO DA PAUTA Nº 33/2012
SESSÃO ORDINÁRIA
Em 18 de setembro de 2012, às 15h

Resumo dos processos incluídos em pauta, para apreciação e julgamento pela 1ª Câmara, na Sessão Ordinária Pública, em relação ou de forma unitária, nos termos dos artigos 17, 134, 135, 137, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, com alterações promovidas pela Resolução nº 195/2006.

PROCESSOS RELACIONADOS

- Relator, Ministro VALMIR CAMPELO

TC-012.148/2012-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ecigens Araújo Padilha (074.630.142-15) e outros
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Roraima
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-017.250/2008-4
Natureza: Tomada de Contas -
Exercício: 2007
Responsáveis: Adriana Karla Nunes Barbuio (432.817.103-87) e outros
Órgão/Entidade: Secretaria Executiva - MS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.746/2008-3
Natureza: Tomada de Contas -
Exercício: 2007
Responsáveis: Cícero Eutropio Magalhães (344.868.527-53) e outros
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.796/2012-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Cleuza Terezinha Guedes Quinhones (260.889.830-00) e outros
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Rio Grande do Sul
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.953/2012-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Jonatas Dutra Sallaberry (983.665.050-49)
Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.093/2012-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Fernando Conrado Gomes Marques (347.166.884-53) e outros
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Alagoas
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.351/2011-0
Natureza: Prestação de Contas -
Exercício: 2010
Responsáveis: Rodrigo Janot Monteiro de Barros (265.478.726-53) e outros
Órgão/Entidade: Escola Superior do Ministério Público da União
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.681/2011-0
Natureza: Prestação de Contas -
Exercício: 2010
Responsáveis: Claudia Marcia Ramalho Moreira Luz (599.931.387-20) e outros
Órgão/Entidade: Ministério Público Militar - MPU
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.378/2012-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Daniel Carneiro Curci (281.801.838-23)
Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A. - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.382/2012-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Abelardo Antonio Pereira da Silva Neto (070.636.974-20) e outros
Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.386/2012-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anita Cristina Santana de Assis (058.482.077-12) e outros
Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.388/2012-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Camila Rodrigues de Sousa (310.157.798-59) e outros
Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.400/2012-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Graciana Teixeira da Rosa (008.482.629-05) e outros
Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.405/2012-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jose Carlos Fagundes (005.566.859-38) e outros
Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.411/2012-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marciano Aparecido Viana (214.992.908-29) e outros
Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.412/2012-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Maria Jose Amaral de Sousa (584.732.461-87) e outros
Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.413/2012-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Mateus Bilar Grahl (003.864.630-77) e outros
Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.416/2012-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Paula Francine Grava Benevenuto (299.112.638-86) e outros
Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.418/2012-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Regina Andrea Tavares (033.331.019-55) e outros
Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.420/2012-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rosana Freitas Tonin (018.494.210-13) e outros
Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.424/2012-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Thiago Graciano Suderio (044.658.334-07) e outros
Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.425/2012-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Vanessa Dantas de Sena Borges (047.410.544-03) e outros
Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.538/2012-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Carlos Viana de Oliva (072.576.515-15) e outros
Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.549/2012-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Anilton Soares (309.035.057-20) e outros
Órgão/Entidade: Comissão de Valores Mobiliários - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.667/2012-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Jarbas Athayde Guimarães Filho (042.199.101-15)
Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.881/2012-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Maria Jair Franca Santos (066.201.195-30) e outros
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

TC-002.248/2011-5
Natureza: Pensão Civil
Entidade: Fundação Nacional de Saúde
Interessado: Antonio Lopes Pereira
Advogado constituído nos autos: não há

TC-012.396/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PR
Interessado: Antonio Alle e Antonio Muniz Leão
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.399/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PR
Interessados: Carolina Matozo Gusso e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-012.408/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PR
Interessados: Luiz Fernando Ribas Carli e Maria Antonia Gelenski
Advogado constituído nos autos: não há

TC-016.364/2012-0
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa Em Sergipe
Interessado: Tribunal de Contas da União
Advogado constituído nos autos: não há

TC-017.552/2012-5
Natureza: Pedido de Reexame (em Representação)
Órgão/Entidade: Ministério do Meio Ambiente (vinculador)
Recorrente: Spot Image Brasil Serviços de Imagens de Satélite Ltda (10.580.733/0001-04)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-019.801/2012-2
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SC
Interessada: Bernarda Pavlak Furlan
Advogado constituído nos autos: não há

TC-022.649/2012-3
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SE
Interessados: Diná Feitosa Santana (068.227.385-68); Jailson Santana de Oliveira (060.432.165-15)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-023.262/2012-5
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Ministério das Comunicações
Interessados: Osmar de Carvalho e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-025.659/2012-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RS
Interessados: Francisco Barbosa Soares e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-025.703/2012-9
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MG
Interessados: Luiz de Paula Castro e Sebastiana de Oliveira
Advogado constituído nos autos: não há

TC-029.162/2009-0
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Cajazeiras - PB
Responsáveis: Carlos Antônio Araújo de Oliveira (373.801.094-72); Construtora Epn Comércio e Construções Ltda. (72.168.156/0001-97); Construtora Gondim & Rego Ltda. (02.349.756/0001-76); Construtora Limpe Mais Construções Ltda. (07.203.626/0001-44)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-029.951/2012-7
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no RJ
Interessados: Adalirio Bueno Filho e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-029.959/2012-8
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Ministério da Saúde
Interessados: Moises Forte e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.998/2012-3
Natureza: Atos de Admissão
Entidade: Fundação Oswaldo Cruz
Interessados: Andre Luiz Magno Sampaio da Silva e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.036/2012-7
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Tribunal de Contas da União
Interessados: Adauto Demenighi e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.097/2012-6
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Diretoria Regional da ECT na Bahia
Interessados: Danilo de Sousa Santos e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.099/2012-9
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Diretoria Regional da ECT no Paraná
Interessados: Abiqueila Assini e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-030.101/2012-3
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Diretoria Regional da ECT na Paraíba
Interessado: Renato Salvador de Lima
Advogado constituído nos autos: não há

TC-030.106/2012-5
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Diretoria Regional da ECT em Minas Gerais
Interessados: Celso Miguez Amil e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-030.110/2012-2
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Diretoria Regional da ECT em Minas Gerais
Interessados: Jesus Adriano Martins dos Anjos e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.210/2012-7
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia
Interessada: Maria Isauri Macedo Araújo
Advogado constituído nos autos: não há

TC-030.220/2012-2
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MT
Interessado: Washington Luiz Pereira de Senna
Advogado constituído nos autos: não há

TC-030.221/2012-9
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Instituto Nacional de Cardiologia
Interessada: Rita de Cassia Villela Gomes Soares
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.261/2012-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/CE
Interessados: Ana Leite Beirão e José Marcos Rodrigues de Almeida
Advogado constituído nos autos: não há

TC-030.263/2012-3
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MG
Interessada: Maria Matarelli
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.267/2012-9
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RS
Interessados: Antônio Nelson Pereira Meirelles de Almeida e Egon Weber
Advogado constituído nos autos: não há

TC-030.328/2012-8
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Instituto Nacional de Cardiologia - MS
Interessados: Edesio Moreira Natividade e Vanda Maria da Costa
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.361/2012-5
Natureza: Atos de Admissão
Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.
Interessada: Andrea Damacena da Silva
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.371/2012-0
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Ministério da Saúde
Interessados: Debora Salazar Sendra e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-030.434/2012-2
Natureza: Atos de Admissão
Entidade: Instituto Nacional do Câncer - MS
Interessado: Thiago Nascimento da Silva
Advogado constituído nos autos: não há

TC-030.475/2012-0
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Espírito Santo
Interessado: José Izidoro de Carvalho
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.495/2012-1
Natureza: Pensão Civil
Entidade: Instituto Nacional de Cardiologia
Interessados: João Linhares de Albuquerque e Maria Jose Santos Portuguez
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.498/2012-0
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/AM
Interessado: José Francisco Gonçalves
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.506/2012-3
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Paraná
Interessada: Ana Maria Nobrega de Goes
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.511/2012-7
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia
Interessado: Hugo José Cafeseiro de Oliveira
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.519/2012-8
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/AL
Interessados: Luiz Adriano Lima Pacheco e Marcus Antonio Barbosa Peixoto
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.527/2012-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PR
Interessados: Clarinda de Fatima Gonçalves e Maria Helena Carneiro Campos
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.531/2012-8
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SP
Interessados: Antonio Antonioli Junior e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-030.649/2012-9
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Centro Tecnológico de Informática do MS
Interessado: Odilmar Figueira Pires
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.744/2012-1
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Espírito Santo
Interessada: Rita Salomão Sperandio (416.632.257-53)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-030.758/2012-2
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Ministério da Saúde
Interessados: Alexandre Pacheco da Silva e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.026/2012-5
Natureza: Representação
Entidade: Fundação Oswaldo Cruz - MS
Representante: Unifarma Gestão e Solução em Saúde Ltda.
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

TC-013.239/2005-4
Natureza: Recurso de Reconsideração em Prestação de Contas
Recorrente: João Carlos Ramirez (CPF 873.431.858-53, ex-Chefe de Escrituração Contábil)
Unidade: Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo - Mapa
Advogado constituído nos autos: não há

TC-015.829/2001-7
Natureza: Recurso de reconsideração
Recorrente: Rivaldo Caffagni, ex-chefe-substituto do 1º DRF/DNER, CPF nº 327.778.848-20
Unidade: Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) - 1º DRF (extinto)
Advogado constituído nos autos: Érica Bastos da Silveira Cassini (OAB/DF nº 16.124)

TC-020.168/2010-1
Natureza: Representação
Representante: Controladoria Geral da União (CGU)
Unidade: Furnas Centrais Elétricas S.A. - Grupo Eletrobras - MME
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.623/2006-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Adrei Antonio Degasperi (220.386.478-87) e outros
Unidade: Companhia Docas do Estado de São Paulo
Advogados constituídos nos autos: Ricardo Quartim Barbosa Oliveira (OAB/SP 67.158), Felipe Fernandes Rocha (OAB/SP 220.065), Marcelo José Cruz (OAB/SP 147.989) e Leonardo Araujo Peres Martins (OAB/SP 147.984)

TC-029.939/2012-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Diná Marta Ferreira da Silva (564.756.401-15) e outros
Unidade: Câmara dos Deputados - CD
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.965/2012-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Abelmon da Silva Gesteira (458.469.525-34) e outros
Unidade: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - MAPA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.030/2012-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: João Paulo Lobo Pestana Gomes (090.961.367-21); Mariana Abreu Oliveira (902.257.161-00)
Unidade: Senado Federal - SF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.031/2012-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ângela de Medeiros Marques (522.368.542-34)
Unidade: Superintendência da Zona Franca de Manaus - MDIC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.052/2012-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Juliano Schwarzbach (872.297.819-49) e outros
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Pará
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.168/2012-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Gaudelice Cunha (010.492.321-00)
Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.169/2012-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antônio Sales Páscoa (051.609.603-68) e outros
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Ceará - MAPA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.317/2012-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Rui Monte Soares (000.094.073-91)
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Ceará - MAPA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.251/2011-0
Natureza: Representação
Representante: Procuradoria da República/SE - MPF/MPU (26.989.715/0030-47)
Unidade: Prefeitura Municipal de Capela - SE
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto WEDER DE OLIVEIRA

TC-003.324/2012-5
Natureza: Reforma.
Interessado: Eduardo Onofre Pires (687.227.889-72).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.331/2012-1
Natureza: Reforma.
Interessado: Eurides Paulo Corassa (093.326.930-72).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.337/2012-0
Natureza: Reforma.
Interessado: Francisco Ivan da Silva Bastos (384.721.473-04).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.610/2012-8
Natureza: Reforma.
Interessado: Wanderlei Brant Silva (753.427.587-34).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.609/2012-3
Natureza: Representação.
Interessado: Justiça Federal (23.984.729/4732-04).
Entidade: Ibama - Superintendência Estadual em Pernambuco - MMA.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.459/2012-2
Natureza: Pensão Civil.
Interessada: Margarida Maria Loureiro Lima (076.363.692-49).
Órgão: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.969/2011-2
Natureza: Representação.
Representante: Francisco Maia da Silva (164.232.592-91).
Responsável: Raimundo Pereira Lima (187.708.511-15).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.625/2012-7
Natureza: Representação.
Interessado: Comando da Aeronáutica - MD/CA.
Órgão: 2º Comando Aéreo Regional - MD/CA.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.334/2012-4
Natureza: Reforma.
Interessados: Alberto Cabral Ribeiro (125.637.738-49); Alberto Cavalcante Rocha da Fonseca (005.574.981-04); Alberto Luiz Durgante Uberti (008.456.200-53); Alberto Luiz de Jesus (010.494.961-91); Alberto Teixeira Lobo (038.428.357-87); Alceu Sidnei dos Santos (087.647.438-53); Alcides Espedito de Campos (074.175.277-87); Alcides Schultz (011.197.100-49); Alcindo Welzel (256.898.007-91);

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Alcir Jose Pinto (018.477.086-68); Aldaizo de Mattos Reis (047.048.867-00).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.421/2012-4
Natureza: Pensão Civil.
Interessada: Fernanda Silva dos Santos (377.963.988-24).
Órgão: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.743/2012-1
Natureza: Aposentadoria.
Interessada: Julieta Christina Malouf (344.725.507-25).
Órgão: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.804/2012-0
Natureza: Reforma.
Interessados: Alvaro Augusto de Souza Filho (003.164.821-53); Alvaro Itome Furuta (058.236.508-25); Alvimar Cardoso Junior (808.853.307-49); Alzir Leite de Azevedo (072.211.857-00); Amadeu Correia Batista (013.211.703-78); Amantino Rocha (061.075.167-00); Amaury de Paiva (035.028.727-91); André Luis Lameu de Castro (639.868.921-68); André Meaurio (086.226.801-00); Angelo Alvarenga (008.849.441-15).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.105/2012-9
Natureza: Reforma.
Interessado: Basilides Aires Melgaço (011.084.171-91).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.288/2012-6
Natureza: Reforma.
Interessados: Ceriaco da Silva Gonçalves (044.234.610-72); Cines Herdi (085.477.697-49) e Clademar Pessanha de Siqueira (070.449.507-44).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.331/2012-9
Natureza: Reforma.
Interessados: Danilo Elzio Reis de Souza (043.914.707-72); Darcy Jeronimo dos Santos (086.754.307-87); Darli Adão Nagy de Oliveira (006.828.960-04); Day Neves Bezerra (050.458.948-20); Decio Rodrigues Filho (016.175.594-15); Dejahir Pessanha (047.799.247-15); Denivan de Souza Brasil (206.089.347-04); Deoclides Antonio Schiehll (006.234.071-91); Derli Alves Pedrozo (054.917.200-97); Dilson Quirino (186.475.457-53).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.432/2012-3
Natureza: Pensão Civil.
Interessados: Ana Carolina de Hollanda Jucá dos Santos (056.239.477-00); Clarice de Oliveira Moretto (020.366.927-45); Creusa Sant`anna Luz (123.414.397-64); Júlia da Veiga Lessa (008.747.856-00); Pedro Jucá dos Santos Stylita Cardoso (056.229.047-81).
Órgão: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.719/2012-0
Natureza: Reforma.
Interessados: Ronaldo Carlos de Almeida (014.101.096-74); Sadi Nogueira (008.231.714-34); Sadon Pereira Pinto (498.977.567-87); Sady Monteiro Junior (090.619.247-15); Saulo Gonçalves Pereira (009.890.106-00); Sebastiao Alves de Oliveira (023.331.121-15); Sebastiao Ediberto de Almeida (090.815.501-87); Sebastião Cirilo Barbosa (054.249.250-49); Sebastião Jorge da Silva (028.208.032-53); Sebastião de Oliveira Filho (089.268.671-53).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.831/2012-5
Natureza: Reforma.
Interessados: Tarcisio Paulo Real (006.158.209-30); Telmo Apolinario (245.272.467-04); Thales Barroso Alves (069.757.047-91); Thomas Gonzales de Gusmao (025.297.507-34); Tulio Kerensky Farias Alves (002.752.567-82); Turibio Francisco dos Santos (012.029.442-72); Tutomo Sakamoto (067.095.087-49); Ubyratan Rodrigues Pereira (004.101.794-34); Urbano Liberato de Aguiar (004.440.142-68); Ussiel Miranda Ferraz (024.703.067-87).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.837/2012-3
Natureza: Reforma.
Interessados: Valderi Veras Magalhaes (011.039.704-53); Valdomiro Guindani (124.930.829-15); Valduir Soares Fernandes (178.304.600-78); Valmor Falkemberg Boelhouwer (005.531.070-20); Valter Teixeira da Silva (194.302.568-15); Valério Garcia Freire (017.653.530-68); Vandir Pereira Soares (050.245.365-68); Vicente de Padua Scotton (064.850.306-20); Vicente de Paula Baptista Junior (035.138.827-34); Vicente de Paula Rondon (055.944.137-15).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.851/2012-6
Natureza: Reforma.
Interessados: Vicente Ferreira da Silva (023.819.587-20); Victor Muniz (013.482.560-87); Vital Maria de Andrade (012.802.104-78); Wagner Carneiro (022.651.921-04); Waldir Amorim Bandeira (070.546.537-34); Waldomiro Alves Murta (080.802.757-34); Walmir de Oliveira (003.703.121-04); Walter Rodrigues dos Santos (031.058.227-04); Walter Serafim dos Santos (130.739.667-49); Walter dos Santos Duarte (057.284.447-68).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.189/2012-5
Natureza: Reforma.
Interessado: Gerson Ribeiro da Silva (380.452.066-91).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.467/2012-9
Natureza: Reforma.
Interessados: Alfredo Mota Nunes (070.916.567-68); Antonio Bartolomeu Ferreira (134.777.498-04); Antonio Brasil (075.814.247-15); Antonio Chaves de Araújo (009.118.601-34); Antonio Fernando de Santana (337.791.044-15); Antonio Heleno (124.981.738-20); Antonio Lourenço Pereira Filho (060.439.507-82); Arlindo Paulesky (046.586.550-04); Arnoldo Vequi (136.800.729-53); Assumpçao Dias Cabral (126.453.621-68).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.486/2012-3
Natureza: Reforma.
Interessados: André Del Fiaco (074.766.201-00); Antenor Ohlweiler (016.857.160-91); Celeste Fernandes Nunes (065.354.450-20); Corbiniano Serrão Monteiro (112.673.728-34); Danger da Costa Mascarenhas (009.273.917-24); David Joviniano de Brito (059.760.907-10); Domicio Justino Pereira (051.311.707-53); Edizio Moreira Gomes (006.435.038-03); Elen Sant'anna da Fonseca (186.553.007-72).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.501/2012-2
Natureza: Reforma.
Interessados: Arthur Ernesto Nette (058.876.070-68); Benedito de Brittes (081.540.747-53); Elza Miranda Souto Maior (018.285.737-95); Emilio da Silveira Peixoto (020.299.280-20); Emylton Dalforni (056.200.077-15); Fernando Solano Coutinho (073.674.497-53); Francisco Correa Martins (020.403.870-72); Fredolino Ziegler (003.924.641-87); Genésio Rangel (004.360.703-91); Gerson Ramos do Nascimento (057.151.217-87).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.733/2012-0
Natureza: Atos de Admissão.
Interessada: Juliana Cordeiro Costa (910.336.592-15).
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/AP - JE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.776/2012-1
Natureza: Aposentadoria.
Interessados: Cleonildo de Brito Gonçalves (120.039.051-20); Geralda Roque (077.439.472-20); Honorina de Jesus (503.906.787-91); José Maria dos Santos (287.419.787-49); Lilia Maria Guimarães Amaral (424.591.417-34); Maria da Conceição Ribeiro Muguet (443.920.797-91); Maria do Livramento de Souza Rocha (085.120.431-72); Marlene da Conceição Manes (269.162.747-00); Marluce Conceição Amaral e Silva (225.514.501-44).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.935/2012-2
Natureza: Reforma.
Interessados: Mario Rezende (056.444.967-91); Melquiades Passos Filho (057.898.267-68); Mirinaldo da Silva (059.201.597-15); Moacir Gomes Rodrigues (305.798.991-87); Moisés Lima Feitosa (348.016.503-68); Nero Ranses Vasconcelos (039.624.230-87); Nilton Gutierres Alves (064.968.490-72); Ovidio Souto da Silva (005.587.029-53); Paulo Roberto Corrêa Assis (023.242.103-04); Paulo Rodrigues de Souza (014.917.096-34); Paulo Sérgio Dias Arêas (438.638.257-72); Pedro Humberto Bruno de Carvalho (036.514.287-53); Pedro Sérgio Pinto (218.009.288-15); Rafaella da Costa Mattos (648.896.293-00); Raimundo Alves dos Santos (513.997.172-00); Raimundo Nonato da Silva (174.849.442-20); Reinaldo Teixeira (069.969.497-34); Renan Barbalho Pacheco (121.272.957-90); Renildo Silva de Barros (231.886.933-20); Ricardo José Coelho da Costa (596.940.842-53).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.936/2012-9
Natureza: Reforma.
Interessados: Rodolpho Gutierrez Nogueira (060.069.577-87); Romeu Landini (042.844.377-04); Salvador Costa Bruck (007.730.690-20); Satyro Bezerra Cavalcanti Filho (042.552.754-91); Sebastião Martini Vieira (034.395.347-15); Silvio Cardoso Sobrinho (028.156.132-04); Silvio dos Santos (051.601.621-00); Thadeu de Oliveira Bello (449.595.247-15); Vitor Emanuel Gonçalves (751.786.647-87); Waldemar Becki (121.871.009-87); Waldomiro Rodrigues da Fonseca (007.978.470-49); Waldyr Fortuna (191.616.977-53); Wanderli Baptista da Silva (076.253.837-68); Weverton Alves da Mota (825.347.642-68); Wilmar Cardoso (011.391.690-68); Wilson Tatton Ramos (314.179.578-91).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.997/2012-8
Natureza: Atos de Admissão.
Interessado: Eduardo Rafael de Lucena Costa Barbosa (049.320.064-97).
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/AC - JE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.029/2012-5
Natureza: Reforma.
Interessados: Nilton Rodrigues Veleda (121.353.990-00); Samuel Conceição Schueler (006.260.400-78); Samuel Conceição Schueler (006.260.400-78); Severino Gomes dos Santos (025.657.064-72); Silvio João Cologni (001.954.729-34); Volmar Ferraz (020.644.210-68); Volmar Ferraz (020.644.210-68).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.039/2012-0
Natureza: Pensão Militar.
Interessadas: Berenice Coutinho Urbano (836.742.764-53) e Iracema Monteiro Mergulhao Soares (198.934.344-91).
Órgão: Sétima Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.042/2012-1
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Ana Lucia Sousa Melo dos Santos (672.914.064-04); Anair Corrêa de Araujo (765.203.581-34); Daiane Ramos Gomes (054.056.231-99); Eliane Lucia da Silva Fortes (418.773.906-82); Ezuide de Assunção Cabral da Cruz (804.566.421-53); Maria Leoncia Felix Lopes (407.542.781-15); Osiris Ayala do Nascimento (039.395.291-68).
Órgão: Nona Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.043/2012-8
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Eloisa Pucheta Schwingel (818.560.751-68); Glacy de Jesus Capello (977.001.181-91); Helena Pereira de Oliveira (656.174.446-20); Itaciara Reis de Souza Freitas (589.959.437-34); Laíssa Castelo Schwingel (011.548.731-02); Leticia Mara da Silva de Andrade (717.098.191-20); Leônia Cristina da Silva de Andrade (698.085.891-20); Maria Ester Pinto de Souza (317.543.251-49); Maria Joselita Sales da Silva (852.495.301-25); Nilza Fatima da Silva (056.814.051-68); Paulo Cristian Castelo Schwingel (054.377.821-52); Rociclé Andrade Ampuero (158.153.405-10); Selma Talita Castelo Schwingel (038.097.931-40); Tatiana Etelvina Castelo Schwingel (039.707.911-70); Valdete Gomes da Silva (797.782.677-15); Zeny de Freitas Empke (606.496.821-49).
Órgão: Décima Primeira Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.186/2012-3
Natureza: Aposentadoria.
Interessados: Guacira Fontoura dos Santos (370.970.080-91); Jorge Mendonça Pereira (163.006.455-68); Luiz Fernando de Paula (664.040.707-82); Raimundo Evandro da Silva (052.857.123-00); Vera Lúcia Gonçalves da Silva Nascimento (121.550.041-68).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.411/2012-7
Natureza: Reforma.
Interessados: Mario Texeira Rodrigues (020.414.560-00); Mathias Ene Vargas (076.116.767-68); Miguel Pires Ferreira (067.945.487-04); Moacyr Coelho da Cunha (030.670.333-53); Mário Ambrósio (007.675.301-87); Nelson de Paiva Arantes (018.874.596-34); Nery Fernandes (045.350.810-34); Newton Serra (052.306.837-91); Noe de Oliveira Moraes (013.563.130-00); Octacilio Pereira Guimarães (009.428.121-15).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.841/2012-1
Natureza: Reforma.
Interessados: Adib Mures Saker (029.473.908-49); Alvaro Ferreira Lima (007.985.093-68); Carlos Alberto Corrêa e Castro (030.033.297-15); Jorge Geraldo Soares (176.739.416-00); Jose Pedro Alves da Costa (011.874.904-82); Jose Virginio dos Santos (289.690.577-49).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.431/2012-5
Natureza: Reforma.
Interessado: Licínio Ribeiro Viana Filho (003.490.701-72).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.751/2011-1
Natureza: Reforma.
Interessados: Pedro Souza Torres (025.085.167-91) e outros.
Órgão: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-025.533/2012-6
Natureza: Aposentadoria.
Interessados: Maurem Aparecida Guedes (424.046.579-68); Mysia Ferreira dos Santos (169.734.024-53); Nilva de Sousa Rosa (164.314.481-20); Noeli Paz Moraga (292.890.170-15); Norma Alice da Silva Maia (622.707.887-53); Paulo Jorge da Silva (101.592.664-91); Regina Celia de Souza Rangel (428.720.307-00); Rosa Maria Ferraz de Olivieira (237.017.900-78); Rosania Emilia Ribeiro Cunha (307.045.456-91); Vera Lucia Prados (317.457.769-15).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.600/2012-5
Natureza: Aposentadoria.
Interessados: Maria Cristina Pereira da Motta (468.871.807-15); Maria Goretti Moreita Ramos (069.026.343-00); Maria Ingracia Berto de Oliveira (464.640.699-34); Maria de Fatima Barreto Lins Barbosa (166.489.864-68); Maria de Lourdes Gomes (004.779.288-46); Maria de Lourdes de Souza Silva (214.696.011-68); Maria dos Anjos Carvalho Nunes (057.929.912-00); Marilene Santos Pereira (142.353.905-20); Mathias Geraldo Barreto (046.773.821-15); Milton Cabral (232.431.719-20); Milza Gomes Pereira (248.798.511-91); Nanci Maria Rodrigues da Silva (079.376.362-20); Natanael Pereira do Nascimento (179.610.684-49); Nelson Hitoshi Mikami (184.118.001-72); Nicacio Juliao da Silva (451.416.497-68); Nilma Maria Sarmento Macedo (038.803.622-20); Nilza Chaves Benittes de Souza (157.650.831-53); Noeli Zeni (028.025.389-34); Olivia Angela Fernandes (354.985.016-68); Paulo Roberto Coelho (246.327.919-20).
Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - MMA.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.616/2012-9
Natureza: Aposentadoria.
Interessadas: Ana Georgina de Andrade Sales (073.214.813-87) e Maria Neusa Pordeus Maia (034.528.833-53).
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/CE - JE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.620/2012-6
Natureza: Aposentadoria.
Interessadas: Marilene de Santa Cruz (430.122.487-49) e Vera Lucia Machado dos Santos Fernandes (037.078.657-20).
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/RJ - JE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.691/2012-0
Natureza: Aposentadoria.
Interessado: Ernani Lima Torres (058.233.235-49).
Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - MMA.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.709/2012-7
Natureza: Reforma.
Interessados: Adonilio dos Santos Martins (302.131.182-20); Antonio José da Silva Bezerra (221.159.353-49); Antonio Pereira Lopes (006.215.609-87); Elias José Proença (078.840.367-20); Eloi Paulo Arais da Silva (067.751.609-68); Fernando Antonio Costa Campos (004.488.934-87); Geraldo Alves Gonçalves (040.513.271-91); Givaldo dos Santos (103.887.375-49); Hercules Chaves Alvarenga (073.397.207-15); Hugo de Castro (030.072.357-15); Hélio de Souza (008.273.806-82); Ismar Lauriodó de Sant'anna (000.157.682-87); Ivo Dias Salvany (224.522.147-87); Janio Gomes Ramos (177.297.773-04); Jesaias dos Anjos (499.004.207-72); Julio César Silveira Corrêa (703.561.570-91); Julio Tyba (109.225.988-00); Luiz Carlos Antonio (207.872.277-49); Luiz Carlos de Avila (013.746.300-63); Manoel Rodrigues Losada Neto (734.116.807-25).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.712/2012-8
Natureza: Reforma.
Interessados: Anselmo Fortunato de Paula (002.057.889-04); Antonio Moreira Lima (057.309.887-53); Arnaldo Fernandes (024.187.037-20); Carlos Alberto Pereira (886.400.788-15); Edgar Nunes da Silva (006.318.504-06); Eloi Carvalho Xavier (041.025.764-87); Fernando Didier de Moraes (004.330.204-15); Francisco Vieira da Silva (740.599.208-00); Jose Teixeira Montefusco (128.636.021-87); João Sinval Souza dos Santos (011.182.420-68); Osvaldo dos Santos (029.030.402-49); Umberto Scelza (149.343.967-72); Álvaro Marques Dias (018.316.157-20).
Órgão: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.755/2012-9
Natureza: Atos de Admissão.
Interessada: Raquel Balaban (051.563.754-80).
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/BA - JE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.788/2012-4
Natureza: Reforma.
Interessados: Airton Bonfim (009.198.101-87); Américo Vieira (022.643.077-49); Antonio de Lacerda (008.243.641-04); Arthur Martins Rocha (023.884.217-72); Braz Vecchione (071.894.357-00); Diaulas de Souza e Silva (028.564.098-49); Domingos Alves Ribeiro (084.824.038-34); Elias Malte (017.790.957-91); Gelsi Alves Marques (160.269.268-87); Jair Aparecido Beozo (169.730.468-00); Jorge Catanhede França (014.326.214-91); Kalil Abud (197.540.437-87); Luiz Antonio de Souza (132.593.268-04); Pedro Toth (012.896.594-00); Vito Jamielniaski (109.593.199-72); Vivaldo da Cunha Araújo (061.577.857-72); Vivaldo de Oliveira Lima (067.432.347-53).
Órgão: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.799/2012-6
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Adelaide Edith Guy Woczinski (020.702.099-03); Alegrina Melanski (316.470.659-68); Ana Paula de Souza Neves (038.719.889-01); Emilia Farias Gomes (891.612.119-15); Madalena Juliana Dias das Neves (056.473.759-36); Neura Terezinha Motta da Silva (598.439.509-68); Rosalina Aparecida de Faria Bonelli (516.231.969-49); Rosalind Stella Sucharski (311.504.979-04); Susana Hirano (491.835.919-15); Vitoria Cristina Saidock Albuquerque (092.711.249-36).
Órgão: Quinta Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.804/2012-0
Natureza: Pensão Militar.
Interessadas: Maria Dalgiza da Silva Carneiro (111.378.782-15); Maria do Socorro Lima Costa (135.551.202-63); Marliza dos Santos Vilhena (181.050.092-34); Pamela Vitoria Nascimento Carneiro (009.189.532-43); Renata Almeida da Silva (793.072.802-15); Sonia Guerra dos Santos (518.862.192-49).
Órgão: Décima Segunda Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.807/2012-9
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Adjacira Assunção da Silva (293.509.564-20); Aleyr de Oliveira Bogalho (939.443.301-53); Alzenete de Fátima Almeida de Sousa (578.329.274-53); Ana Lúcia Godois Magalhães (052.998.077-08); Anna Carolina Ferreira Branco (018.633.527-08); Antônia do Nascimento Ribeiro (078.950.927-07); Celia Maldonado Cunha (316.509.531-00); Creuza da Silva Fernandes (834.574.967-49); Custodia de Aguiar Coelho (312.763.347-53); Edna Kazumi Asakura de Oliveira (615.963.966-87); Eleonora Lygia Feitosa Tschá (124.025.242-00); Haydée Góes do Nascimento (542.767.487-04); Lúcia Neide Freire da Silva (915.289.844-04); Maria Ignês Sant'anna do Amaral (252.368.728-39); Maria José Lessa Correia (051.476.667-02); Maria da Gloria dos Santos Gomes (107.903.904-00); Maria de Fatima Brito Kassim (109.363.038-83); Marilda Viana (909.215.777-53); Nair Maria Moura (103.678.078-31); Olga Filgueiras Paes (051.994.677-43); Sarita Ayres de Lima Araujo (778.586.467-53); Vera Lucia Garcia Tschá (466.966.957-53).
Órgão: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - Área Militar - MD/CA.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.817/2012-4
Natureza: Pensão Civil.
Interessadas: Julia Maria do Nascimento (053.622.807-83); Maria Inacia do Nascimento (000.743.217-81) e Maria Lucia do Nascimento (052.371.877-22).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.867/2012-1
Natureza: Pensão Civil.
Interessados: Darcy Gonçalves Xavier (145.530.238-49); Fernanda Santos de Oliveira (359.723.658-80); Geralina Baptista Pereira (063.685.598-88); Helen dos Santos de Oliveira (359.723.688-03); Maria Antonia Lopes (313.043.528-03); Marilene Augusto da Silva (150.205.398-56); Mariluz de Castro Fernandes (286.840.828-18); Rita de Oliveira Pinto Fernandes (248.409.298-90); Rita dos Santos Elias (019.284.938-74).
Órgão: Segunda Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.972/2012-0
Natureza: Pensão Militar.
Interessadas: Beatriz Ottoni Braga (930.288.730-87) e Thereza Silva de Oliveira (000.134.020-48).
Órgão: Terceira Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.985/2012-4
Natureza: Atos de Admissão.
Interessado: Clayton Thadeu Cardoso Zeferino (005.184.649-70).
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/RO - JE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.992/2012-0
Natureza: Aposentadoria.
Interessados: Antonio Larri de Souza Albanus (297.917.310-04) e Beatriz Nunes Oliveira (209.791.930-87).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.000/2012-1
Natureza: Reforma.
Interessados: Antonio Claudio da Silva Telles (030.517.067-87); Benedito Amaro de Souza (032.977.219-87); Ciro Alves da Silva (002.461.403-30); Djanir Albuquerque (052.703.678-15); Domingos Cardoso de Menezes (194.173.147-34); Enoch Alexandre Alves (300.841.997-68); Floro Pereira da Paixão (014.185.805-20); Generoso Pires Veiga (000.000.001-91); Geny Basílio de Oliveira (261.440.006-82); Gilberto Piuna (005.343.901-53); Hellio D'avilla Pedroso (004.923.370-04); Hildebrando Pereira de Araujo (050.156.343-15); Itamar Grierson Mendes (054.245.420-34); João Correia Neto (142.398.848-53); Jose Edvony Lopes da Silva (690.584.902-20); José Antonio Bayma Kerth (044.073.347-20); João Borges do Nascimento (000.000.001-91); João Macedo da Silva (096.045.297-49).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.979/2012-8
Natureza: Pensão Militar.
Interessadas: Helenice Cordeiro de Albuquerque (388.913.524-20) e Helide Cordeiro de Lima (402.178.684-87).
Órgão: Sétima Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.916/2012-0
Natureza: Reforma.
Interessado: Jorge Simith de Vasconcelo Junior (704.759.117-68).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.949/2012-5
Natureza: Reforma.
Interessado: Walter Carneiro Ferreira (031.450.777-91).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.932/2012-2
Natureza: Atos de Admissão.
Interessado: João Henrique Magalhães Gomes (116.210.867-39).
Órgão: 10º Batalhão de Infantaria - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.013/2012-7
Natureza: Atos de Admissão.
Interessado: Pablo Millioni Rossi dos Reis (066.433.166-18).
Entidade: Indústria de Material Bélico do Brasil - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.039/2012-6
Natureza: Atos de Admissão.
Interessado: Henrique Elias Borges (022.400.641-02).
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/DF - JE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.043/2012-3
Natureza: Atos de Admissão.
Interessada: Betania Dias Martins Naves (051.604.006-56).
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/MG - JE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.215/2012-9
Natureza: Aposentadoria.
Interessados: Maria Madalena da Silva Souza (063.380.892-04); Maria Perpetua da Silva (065.683.512-53); Marisia Dias de Oliveira (101.653.551-15); Marli Soares Reis (095.527.743-49); Melanias Vieira Neto (097.955.021-15); Niceia Cruz de Oliveira Rosa (186.293.189-53); Noel Aquino Schittini (120.073.906-04); Paulo de Melo (034.827.348-79); Pedrosa Francisca dos Santos (143.388.311-20); Raimundo Marinho dos Santos (028.263.132-15); Raimundo Pereira de Souza (156.544.272-53); Renato do Vale Dourado Sobrinho (055.108.801-04); Rosalina Rodrigues Gonçalves (664.036.001-25); Sandra Maria Aldrighi (463.929.717-34); Sandra Regina Rodrigues Klosovski (274.642.889-04); Sebastiao Fernandes de Souza (040.700.971-04); Silvoci Bernades (044.558.968-05); Wilson Ferreira de Arruda (112.890.741-00); Zelia Maria Costa de Araujo (106.301.553-72).
Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - MMA.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.228/2012-3
Natureza: Aposentadoria.
Interessada: Maria Dalila Braun (370.075.567-87).
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/DF - JE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.230/2012-8
Natureza: Aposentadoria.
Interessados: Marcio Cezar Barbosa (872.478.369-20); Maria Rosa Cheong (516.901.799-53) e Viviane Curial Oliva (519.831.769-15).
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/PR - JE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.327/2012-1
Natureza: Aposentadoria.
Interessada: Rosimar Guedes Maciel (097.826.994-20).
Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - MMA.
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-030.444/2012-8
Natureza: Reforma.
Interessados: Armando Requeiro Taboada (003.558.284-72); Atahyde Antero da Silva (611.714.688-49); Celso Ribeiro de Aguiar (060.114.387-68); Claudio Antonio de Borba (181.296.170-72); Claudio Antonio de Borda (181.296.170-72); Pedro Antenor de Oliveira (061.484.257-34); Raul Breyer (003.626.380-04).
Órgão: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
Advogado constituído nos autos: não há.

PROCESSOS UNITÁRIOS

- Relator, Ministro VALMIR CAMPELO

TC-004.705/2008-9
Apenso: TC 007.378/2010-6
Natureza: Embargos de Declaração.
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral na Paraíba - TRE/PB.
Embargante: Anésio Lira da Cunha Moreno (CPF nº 078.378.604-20)
Interessado: Tribunal Regional Eleitoral no Estado da Paraíba - TRE/PB. Advogados constituídos nos autos: Francisco de Assis Almeida e Silva, OAB/PB nº 9276 e Bruno Augusto Albuquerque da Nóbrega, OAB/PB nº 11.642.

TC-018.589/2009-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Ministério da Cultura
Responsáveis: José Cláudio Rodrigues (CPF 332.172.629-72), Grupo de Teatro Núcleo I (CNPJ 78.305.489/0001-05).
Advogados constituídos nos autos: Marcelo Gaya de Oliveira (OAB/PR 31.275); Marco Antonio Pereira Soares (OAB/PR 31.276)

TC-027.902/2010-2
Natureza: Embargos de declaração.
Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.
Recorrente: Pablo Anaxágora Michel (CPF 806.305.299-49).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-032.453/2010-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Prefeitura Municipal de São Benedito do Sul/PE
Responsável: Fábio Dantas da Silveira Barros (CPF: 337.074.134-20)
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

TC-003.131/2007-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgãos/Entidades: Governo do Estado do Piauí;
Responsáveis: Governo do Estado do Piauí (06.553.481/0001-49); Fabiano Neiva Eulálio (022.446.083-87); José Antenor de Castro Neiva (001.571.713-53); Pedro Otacílio de Sousa Moura (079.050.763-34); Plínio Clêrton Filho (201.731.723-34); Waldélia Maria Santos Neiva (473.893.113-04).
Interessado: Fundo Nacional de Saúde-FNS.
Advogado constituído nos autos: Armando Ferraz Nunes (OAB /PI 14/77).

TC-014.519/2003-6
Natureza: Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)
Órgão: Estado do Piauí
Responsáveis: Estado do Piauí (06.553.481/0001-49); José Oliveira Júnior (240.860.373-00); José Roncalli Costa Paulo (180.858.903-30)
Interessado: José Roncalli Costa Paulo (180.858.903-30)
Advogados constituídos nos autos: José Norberto Lopes Campelo (OAB/PI 2.594), Ilan Kelson de Mendonça Castro (OAB/PI 3268 e OAB/MA 8063-A)

TC-014.663/2006-4
Natureza: Pedido de Reexame (aposentadoria)
Órgão: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Distrito Federal
Responsável: Maria Aparecida de Faria Machay (116.357.701-49)
Interessados: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Distrito Federal (00.394.460/0008-18); Maria Aparecida de Faria Machay (116.357.701-49)
Advogado constituído nos autos: Ulisses Borges de Resende (OAB/DF 4595)

TC-022.828/2009-5
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss - PORTO ALEGRE/RS - INSS/MPS
Responsáveis: Adelau Fraga de Oliveira (168.562.440-53); Lourdes Maria da Silva (315.980.480-15)
Interessados: Adelau Fraga de Oliveira (168.562.440-53); Camilo Fragata dos Santos Neto (213.058.540-04); Lourdes Maria da Silva (315.980.480-15) Advogados constituídos nos autos: Elisa Torely (OAB/RS 76.371) e Thiago Cecchini Brunetto (OAB/RS 51.519).

TC-030.339/2010-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Município de Salgado de São Félix - PB
Responsáveis: Aquino Construções Ltda. (04.784.755/0001-85); Nilton Marques Bezerra (058.732.904-15)
Interessados: Fundação Nacional de Saúde - MS (26.989.350/0001-16); Município de Salgado de São Félix - PB (09.072.463/0001-33)
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

TC-001.125/2008-5
Apenso: TC-018.171/2004-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: José Carlos Pinheiro da Silva (CPF 051.565.645-34), Presidente da Associação Aracajuana de Beneficência Hospital Santa Isabel; Ilmar Valois Galvão (CPF 531.644.745-04), Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Hospital Santa Isabel; Carla Patrícia Silva (CPF 532.875.175-20) e Jessé Pereira da Silva Júnior (CPF 829.335.025-34), membros da Comissão Permanente de Licitação do Hospital Santa Isabel; Magnólia Oliveira Fortes (CPF 067.460.985-91) e Janis Louise Jordan (CPF 234.660.305-87), Presidentas do Hospital São José; Carlos Magno Costa Garcia (CPF 103.358.035-04), Diretor-Presidente do Hemose; Mário Sérgio Passos Nascimento (CPF 103.004.305-15), Presidente da Comissão de Licitação do Hemose; Leulira Silva Santana (CPF 170.725.735-34), Maria Rezende Cardoso Santana (CPF 199.434.905-00), Maria Cristina Andrusyzyn Celino (CPF 252.436.835-15) e Antônio Esmeraldo de Melo (CPF 038.884.445-00), membros da Comissão de Licitação do Hemose; Edvar Freire Caetano (CPF 045.315.405-06) e Edney Freire Caetano (CPF 103.347.505-04), Diretores-Presidente do Hemolacen; Alessandro Buarque Couto (CPF 556.694.845-68), pregoeiro; José Wagner de Queiroz (CPF 028.537.603-91), Chefe da DICON/SE; Maria Ivone Vieira Silva (CPF 072.924.305-20) e Maria Cristina Silva de Menezes (CPF 150.831.795-04), Servidoras da DICON/SE; EUMED Comércio, Importação e Exportação Ltda. (CNPJ 74.564.220/0001-84), DATAMED Instrumentos Científicos e Médicos Ltda. (CNPJ 38.658.399/0001-75), BETHMED Produtos Médicos e Hospitalares Ltda. (CNPJ 32.872.368/0001-36) e BAUMER S/A. (CNPJ 61.374.161/0001-30)
Unidades: Associação Aracajuana de Beneficência Hospital Santa Isabel; Hospital São José; e Instituto de Hemoterapia e de Atividades de Laboratório Central de Saúde Pública Parreiras Horta (Hemolacen)
Advogados constituídos nos autos: Antonio Eduardo Dias Teixeira Filho (OAB/SP 254.155); Cáscia Maria Freire de Barros (OAB/SE 624); Cristiano Pupo Nogueira (OAB/SP 200.161); Décio Freire (OAB/MG 56.543); Luiz Jorge Macedo (OAB/MG 100.077-B); Pedro Dias de Araújo Júnior (OAB/SE 80-B); Thiago Augusto Souza Silva (OAB/SE 3502); e Thiago José de Carvalho Oliveira (OAB/SE 3871)

TC-001.353/2003-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Fábrica Imagem e Conteúdo Produções Ltda. (CNPJ: 73.222.689/0001-72), Neville Duarte Almeida (CPF: 161.291.217-68) e Tamur Aimara Monteiro de Almeida (CPF: 043.032.247-07)
Unidade: Fábrica Imagem e Conteúdo Produções Ltda. (CNPJ: 73.222.689/0001-72)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-005.811/2010-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Daltro Pereira dos Santos Filho (CPF: 236.318.803-91), ex-Prefeito, e Estacon Construções Ltda. (CNPJ: 04.821.512/0001-70)
Unidade: Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA Advogados constituídos nos autos: Marcus Vinícius da Silva Santos (OAB/MA 7.961) e Herbeth Moura Silva (OAB/MA 8.788)

TC-013.780/2007-4
Natureza: Recurso de Reconsideração
Recorrente: Serviço Social do Comércio (SESC)
Unidade: Serviço Social do Comércio (SESC)
Advogados constituídos nos autos: Walter Costa Porto (OAB/DF 6.098) e Antônio Perilo Teixeira Netto (OAB/DF 21.359)

TC-015.756/2009-4
(com 3 volumes e 5 anexos)
Apenso: TC-031.485/2008-0
Natureza: Prestação de Contas (exercício de 2008)
Responsáveis: Paulo Roberto dos Santos Silveira (Diretor Presidente, CPF 191.588.407-10) e Inácio Azevedo da Silva (Diretor Técnico, CPF 251.630.354-87) e outros
Unidade: Centrais Elétricas de Rondônia S.A. (Ceron)
Advogados constituídos nos autos: não há

TC-017.696/2007-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Gilberto Huber (CPF 004.995.527-68), Tisuko Nakano (CPF 053.086.588-20), Ferdinando Bastos de Souza (CPF 001.752.267-68) e Editora Expressão e Cultura - Exped Ltda. (CNPJ 33.742.859/0001-25)
Unidade: Ministério da Cultura - MinC
Advogado constituído nos autos: Angélica Rodrigues Seabra (OAB/RJ 46.092), Carlos Alberto Bessa (OAB/RJ 83.534) e Eliana Maria Itaborahy (OAB/RJ 43.837)

TC-028.719/2011-5
Natureza: Representação
Representante: Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (Secex/SE)
Responsáveis: Instituto para Preservação do Meio Ambiente e Promoção do Desenvolvimento Sustentável - Iatec (CNPJ 03.163.012/0001-25), Etélio de Carvalho Prado (CPF 016.051.435-53), diretor-presidente do Iatec, Márcia Souza Santos (CPF 199.659.315-34), diretora financeira do Iatec, Aereotur Viagens e Operações Turísticas Ltda. (CNPJ 04.868.703/0001-19), Ideia Serviços Ltda. (CNPJ 08.767.810/0001-07), E-Solutions Informática Ltda. (CNPJ 07.005.024/0001-82), Freda Azevedo Dias (CPF 782.175.556-72), Coordenadora-Geral de Qualificação e Certificação, Substituta, Francisca Regina Magalhães Cavalcante (CPF 142.838.833-87), Diretora de Qualificação e Certificação e Produção Associada ao Turismo, e Frederico Silva da Costa (CPF 776.889.701-30), Secretário Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo
Unidade: Instituto para Preservação do Meio Ambiente e Promoção do Desenvolvimento Sustentável (Iatec)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-032.003/2011-0
Natureza: Pedido de Reexame em Representação
Recorrente: Associação Horizontes (CNPJ 06.954.576/0001 74)
Representante: Diretoria de Auditoria Geral da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina
Unidade: Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação de Santa Catarina
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

TC-003.108/2011-2
Natureza: Monitoramento.
Entidade: Município de Mucajaí/RR.
Responsável: Elton Vieira Lopes, Prefeito, CPF n. 594.872.082-91.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.291/2011-1
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de Laguna/SC.
Responsáveis: Adílcio Cadorin, CPF 068.277.210-00, ex-Prefeito; e Município de Laguna, CNPJ 82.928.706/0001-82. Advogados constituídos nos autos: Ivete Scopel, OAB/SC n. 18.968: e outros.

TC-016.623/2012-6
Natureza: Aposentadoria.
Unidade:
Órgão: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Pará - SRTE/PA.
Interessada: Ana Maria Cruz Garcia, CPF n. 067.690.982-53.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.936/2009-2
Natureza: Embargos de Declaração.
Embargante: R3 Construções, Terraplenagem e Comércio Ltda.
Entidade: R3 Construções, Terraplenagem e Comércio Ltda. Advogada constituída nos autos: Andreia Margarida André, OAB/RR n. 292.

TC-034.106/2011-1
Natureza: Representação.
Entidade: Serviço de Aprendizagem Comercial - Administração Regional no Estado do Espírito Santo - Senac/ES.
Interessada: Procuradoria Regional do Trabalho - 17ª Região - Espírito Santo.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto WEDER DE OLIVEIRA

TC-009.373/2010-1
Natureza: Prestação de Contas.
Exercício: 2006.
Interessados: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e Ministério do Desenvolvimento Agrário.
Responsáveis: Paulo Sidney Gomes Silva (897.342.034-87) e Vinicius Ferreira de Araujo (322.833.774-04).
Entidade: Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no Estado do Rio Grande do Norte (SR(19)RN).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.734/2012-2
Natureza: Aposentadoria.
Interessada: Sebastiana Machado da Silva Santos (107.118.212-91).
Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - MMA.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.189/2011-5
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Interessado: Ministério da Integração Nacional (MI).
Responsáveis: Erikson Torres (844.569.224-00); J. N. Projetos, Serviços e Construções Ltda. (02.525.291/0001-67); Jaime Marcelino de Lima Júnior (447.495.464-53) e Município de Bodocó - PE (11.040.862/0001-64).
Entidade: Município de Bodocó - PE.
Advogado constituído nos autos: Jaime Marcelino de Lima Júnior (OAB/PE 14.147).

TC-031.984/2011-8
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Interessados: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71) e Município de Gameleira - PE (11.343.902/0001-47).
Responsável: Maria José dos Santos (024.851.334-68).
Entidade: Município de Gameleira - PE.
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-032.758/2010-3
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Interessado: Departamento de Extinção e Liquidação - Deliq/MPOG.
Responsáveis: Luiz Alberto Silva Muniz (657.198.168-87) e Município de Utinga - BA (13.811.807/0001-56).
Entidade: Município de Utinga - BA. Advogados constituídos nos autos: Ilson Azevedo Oliveira (OAB/BA 12.513) e André Pereira Philigret Baptista (OAB/BA 25.539).

TC-037.714/2011-2
Natureza: Representação.
Representante: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
Órgão: Ministério das Cidades.
Advogado constituído nos autos: não há.

Secretaria das Sessões, 13 de setembro de 2012.
FRANCISCO COSTA DE ALMEIDA
Subsecretário da Câmara

2ª CÂMARA

EXTRATO DA PAUTA Nº 33/2012
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA PÚBLICA
Em 18 de setembro de 2012, às 14h

Resumo dos processos incluídos em pauta, para apreciação e julgamento pela 2ª Câmara, na Sessão Extraordinária Pública, em relação ou de forma unitária, nos termos dos artigos 17, 134, 135, 137, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, com alterações promovidas pela Resolução nº 195/2006.

PROCESSOS RELACIONADOS

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

TC-007.209/2011-8
Natureza: Tomada de contas especial Responsaveis: Margarida Maria da Cunha Nassar (044.260.882-91), A Soberana Comércio e Serviços Ltda. (03.483.127/0001-05), Jairo Machado Pinto (425.365.961-68)
Entidade: Prefeitura de Ananindeua - PA
Advogado constituído nos autos: Pedro Paulo A V Velasco Remigio (OAB/GO 25.024)

TC-015.802/2012-4
Natureza: Relatório de auditoria
Órgão: Controladoria-geral da União - PR
Advogado constituído nos autos: não há

TC-019.636/2011-3
Natureza: Recurso de reconsideração (TCE)
Recorrente: Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares - Cooperhaf
Entidade: Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares - Cooperhaf
Advogados constituídos nos autos: Geferson Luís Chetsco (OAB/PR 45.333), Maria Loiva de Andrade Schwerz (OAB/SC 8.264)

TC-020.092/2012-1
Natureza: Representação
Representante: Arrivare Comercial Ltda (08.964.725/0001-021)
Entidade: Serviço Social do Comércio - Administração Regional no Estado da Bahia - Sesc/BA
Advogado constituído nos autos: não há

TC-020.705/2012-3
Natureza: Representação
Representante: Creative Ophtalmica (04.765.858/0001-06)
Entidade: Serviço Social do Comércio - Administração Regional no Estado de Sergipe
Advogado constituído nos autos: não há

TC-028.517/2012-1
Natureza: Representação
Representante: JK Energia Ltda (08.847.656/0001-56).
Entidade: Empresa Brasil de Comunicação - EBC
Advogado constituído nos autos: não há

TC-028.573/2011-0
Natureza: Prestação de contas.
Exercício de 2010
Responsáveis: Bernardo Jose Carvalho Val (138.329.133-00); Joable de Carvalho Chaves (703.446.803-63)
Entidade: 17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal/DPRF/PI
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.964/2012-1
Natureza: Atos de admissão
Interessados: Luis Ferreira Mota Filho (254.369.548-63); e outros
Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.018/2012-9
Natureza: Atos de admissão
Interessado: Gabriel Coelho Squeff (220.967.928-19)
Entidade: Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - PR
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.189/2012-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Arnaldo Donato da Costa (025.219.974-04); Elizeu Jose da Silva (053.197.494-49)
Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.324/2012-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jose Airton Bezerra Campelo (021.422.603-49); Jose Berto Bezerra (038.530.634-20); Uneir Lira (041.667.284-15); Wilson Cavalcanti de Albuquerque (058.202.944-91); Wilson Cavalcanti de Albuquerque (058.202.944-91); Zelia Maria de Melo Paschoal (006.149.044-04); Zelia Maria de Melo Paschoal (006.149.044-04)
Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.366/2012-7
Natureza: Atos de admissão
Interessado: Alberto Batista da Rocha (095.382.166-87)
Entidade: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf
Advogado constituído nos autos: não há

TC-030.481/2012-0
Natureza: Pensão civil
Interessado: Eugenia de Moura Costa (760.145.174-72)
Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs
Advogado constituído nos autos: não há

TC-031.633/2010-2
Apensos: 033.436/2008-5 (Representação)
Natureza: Tomada de contas especial
Responsável: José Reginaldo de Aguiar (320.235.882-00)
Entidade: Prefeitura de Rorainópolis - RR
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.585/2011-3
Natureza: Prestação de contas.
Exercício de 2010
Responsáveis: Alberto Beltrame (308.910.510-15); Alexandre Paulo Machado de Britto (096.467.870-53); Arlindo Nelson Ritter (298.280.070-53); Franselmo Araujo Costa (607.072.671-53); Gilberto Barichello (521.012.829-68); Ivo Leuck Junior (266.660.490-04); Jussara Rosa Cony (238.319.280-53); Leonilse Fracasso Guimarães (206.990.770-87); Marcia Bassit Lameiro da Costa Mazzoli (059.857.811-00); Neio Lucio Fraga Pereira (238.876.720-20)
Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S/A - MS
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

TC-002.968/2012-6
Natureza: Monitoramento
Interessado: Secex-RJ
Unidade: Senai - Departamento Regional/RJ - MTE
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.602/2004-9
Apensos: 001.828/2004-2 (Representação)
Natureza: Representação
Responsáveis: Breno da Costa Barros (366.113.447-72); e outros
Interessados: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - Mf (00.394.460/0212-20); e outros
Unidade: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA/MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.700/2006-4
Apensos: 016.555/2008-2 (Solicitação de Certidão)
Natureza: Recurso de Reconsideração (TCE)
Recorrente: Antenor Manoel Naspolini (145.908.599-04)
Unidade: Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará. Advogados constituídos nos autos: João Geraldo Piquet Carneiro (OAB/DF nº 800-A), Antonio Newton Soares de Matos (OAB/DF nº 22.998) e Arthur Lima Guedes (OAB/DF nº 18.073)

TC-009.443/2009-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Alexandre Vavallo (539.971.741-72)
Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - MT
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.641/2011-7
Natureza: Representação
Responsável: Valmir Parintintin (479.333.212-91)
Unidade: Funai - Coordenação Regional do Madeira (AM)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.940/2012-6
Natureza: Reforma
Interessados: Francisco Adriano de Freitas (058.915.073-15); e outros
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.944/2012-1
Natureza: Reforma
Interessados: Paulo Cesar Vieira Bernardes (334.448.977-15); e outros
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.211/2012-1
Natureza: Reforma
Interessados: Jose Fadigas Barros (204.008.457-68); e outros
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.256/2012-5
Natureza: Reforma
Interessados: Manoel Claudio Dias (097.817.907-25); e outros
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.938/2010-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Silvana Andrade Pena Knup (278.625.505-87)
Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - MCT
Advogados constituídos nos autos: Marcelo Soares (OAB/MG nº 78.489), Bruno Afonso Cruz (OAB/MG nº 96.480), Wagner Leite Ferreira (OABMG nº 91.898), José Márcio Nogueira Rezende (OAB/MG nº 86.040), Dayse Lúcia Santos Garcia (OAB/MG nº 112.130) e Margarida de Mello Brandão Tavares (OAB/MG nº 106.041).

TC-025.029/2012-6
Natureza: Monitoramento
Responsável: Mario Maurici de Lima Morais, Diretor-Presidente.
Unidade: Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo - CEAGESP/MAPA.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.727/2011-4
Natureza: Representação
Interessado: Procuradoria da República no Município de São Bernardo do Campo/SP
Unidade: Município de Mauá - SP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.224/2012-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Airton Dias do Nascimento (156.859.931-53)
Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.512/2011-1
Natureza: Prestação de Contas -
Exercício: 2010
Responsáveis: Francisco Alexandro Powell Vande Casteele (432.811.509-00); e outros
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Santa Catarina - Mapa
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.942/2012-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luiz Otavio Tavares (765.694.466-49); Wilma Pereira de Souza Oliose (275.948.155-72)
Unidade: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Grupo Eletrobras - MME
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.952/2012-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Luiz Henrique Alves Garcia (349.867.518-40)
Unidade: Liquigás Distribuidora S.A. - Petrobras - MME
Advogado constituído nos autos: não há

TC-030.024/2012-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexsandro Santos de Barros (082.167.917-12); Fabio Fagundes Viana (099.267.667-30); Paulo Antonio da Silva Verçosa (078.797.717-94)
Unidade: Petrobras Distribuidora S.A. - MME
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.345/2012-0
Natureza: Reforma
Interessado: Manoel Bastos Brabo (008.498.711-15)
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.369/2012-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carolina de Belém Santiago (805.252.535-72); e outros
Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.374/2012-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano Duarte Mendes (129.979.237-51); e outros
Unidade: Empresa Gerencial de Projetos Navais - MD/CM
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-030.443/2012-1
Natureza: Reforma
Interessados: Clemente Augusto (027.267.937-20); e outros
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

TC-007.271/2012-3
Natureza: Monitoramento
Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU
Entidade: Fundação Nacional de Saúde - MS
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PI (Secex-PI).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.121/2009-0
Apenso: 004.707/2011-7 (Cobrança Executiva)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Odyr Virgilio de Oliveira (331.129.837-34); Renan Ribeiro de Jesus (172.318.177-34)
Entidade: Irmandade de Santa Casa de Misericórdia de Vasouras - Hospital Eufrásia Teixeira Leite/RJ
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RJ (Secex-RJ).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.517/2012-8
Natureza: Representação
Representante: José Carlos do Vale Madeira, Juiz Federal da 5ª Vara - Seção Judiciária do Maranhão - Justiça Federal de1º Grau
Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão - UFMA/MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MA (Secex-MA).
Advogado constituído nos autos: Mário de Andrade Macieira - OAB/MA 4217 e outros

TC-016.770/2012-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Mariana de Alvarenga Carvalho (220.346.096-20)
Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG/MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.147/2012-0
Natureza: Representação
Representante: Procuradoria da República no Município de Juiz de Fora - MG (20.971.057/0001-45)
Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF/MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MG (Secex-MG).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.982/2012-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Denysson Axel Ribeiro Mota (022.884.405-38); e outros.
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.070/2009-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Ana Catarina Peixoto de Brito (151.577.842-87); Aristogiton Luiz Ludovice Moura (648.809.908-68); Leila Nazaré Gonzaga Machado (133.871.112-15); Stratégia Consultores Ltda (00.382.728/0001-25); Suleima Fraiha Pegado (049.019.592-04)
Órgão: Secretaria de Estado do Trabalho e Promoção Social no Pará -Seteps/PA
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PA (Secex-PA).
Advogados constituídos nos autos: Almerindo Augusto de Vasconcellos Trindade (OAB/PA 1069), Gustavo Azevedo Rôla (OAB/PA 11271), Paulo Rôla Junior (OAB/PA 16.417), Vanessa da Silva Martins (OAB/PA 13.747), Julietle Nayana Sá de Abreu (OAB/PA 15705), Wallaci Pantoja de Oliveira (OAB/PA 14.410), Camila Marques de Azevedo (OAB/PA 11.825), Thiago Azevedo Rôla (OAB/PA 13.367) e Rafael Gonçalves Amarante (OAB/DF 18.962)

TC-025.361/2012-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Parizzotto (020.391.409-05); e outros.
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.686/2012-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Gilberto de Oliveira Aguiar (090.486.771-49); e João Dias da Silva (209.074.191-00).
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.690/2012-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ailton Coelho (434.272.517-72); Fernando da Cunha Gonçalves (072.650.182-49); e Wander Thadeu Soares Pinto (256.733.197-20).
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Unirio - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.696/2012-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Luciano Santos Brígido (059.745.341-15)
Órgão/Entidade: Superior Tribunal Militar - JM
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.738/2012-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Paulo Estevão Pereira (654.249.726-91)
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.901/2012-5
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Deodina Maria de Pinho Bertulio (721.852.101-06)
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.694/2011-9
Natureza: Consulta Consulente: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre - IFAC (10.918.674/0001-23)
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - AC (Secex-AC).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.764/2012-2
Natureza: Representação
Entidade: Universidade Federal de Alagoas - UFAL/MEC
Representante: Gasper Pneus e Rodas Ltda. (CNPJ: 02.180.927/0001-86)
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - AL (Secex-AL).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.904/2012-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alinne da Silva Aguiar (035.266.934-98); e outros.
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Campina Grande - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há

TC-029.908/2012-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Maria Gomes Galdino (009.673.044-74); e outros.
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.916/2012-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Selma Gouvea de Barros (310.536.398-05); e outros.
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.921/2012-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Lúcia Moreira do Nascimento (617.665.853-53); e Myrtiany Miranda Nascimento (074.643.337-99).
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.936/2012-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Christiane Patrícia Oliveira de Aguiar (567.572.712-49); Cynthia Fernanda Oliveira Soares (439.567.262-00); Isaias Conceição Gonçalves (297.415.302-00); e Marcos Prado Lima (710.624.592-53).
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Oeste do Pará
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.971/2012-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alice Cristina Figueiredo (075.960.716-86); e outros.
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Itajubá - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.974/2012-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Manoel Quirino da Silva Junior (040.457.794-69); e outros.
Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Semi-Árido/RN - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.977/2012-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alan Monteiro Ramalho (011.226.267-89); e outros.
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.982/2012-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rodrigo Brum de Paiva (004.946.490-62); e Vivian Cross Turnes (002.194.160-28).
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense.
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.984/2012-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Raquel de Sousa Lima (498.424.123-34); e outros.
Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.986/2012-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Assis de Aquino (010.767.154-94); e outros.
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.988/2012-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Nisia Maria Paris de Medeiros (565.853.734-72); e outros.
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.990/2012-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antônia Eliane Pereira Bezerra (446.539.992-87); e outros.
Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.002/2012-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Derio Barbosa Lamounier (244.782.611-72); José Carneiro da Cunha Oliveira Neto (705.126.711-68); e Samuel Ramalho Avelino (067.338.356-30).
Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.004/2012-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Rafael de Sousa Marinho (760.398.542-00)
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Amapá - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.011/2012-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Coutinho Mateus (671.939.436-34); e outros.
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.070/2012-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Clarissa Araújo Gurgel Rocha (805.302.905-10); Josaildes Antunes Ribeiro (396.927.525-34); e Odilon Braga Castro (262.271.261-87).
Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.077/2012-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Cristina Oliveira (024.830.079-29); e outros.
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-030.080/2012-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Tatiana Maia Farache (009.326.664-26); e outros.
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.082/2012-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandra Victor do Nascimento Rosa (054.739.167-67); e outros.
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.086/2012-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Danton Spohr Corrêa (888.998.709-00); Eliane Teresinha Bruch (743.536.599-87); e Sahlua Miguel Volc (138.043.868-30).
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.087/2012-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adauton Ezequiel Müller (908.981.920-72); e outros.
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.114/2012-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Edileusa Pereira Martins (344.418.673-87); e outros.
Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Tocantins - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.197/2012-0
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Eviviane das Graças Alves Pereira (863.161.416-53); e Gilda Crosara da Silva (904.153.888-72).
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.201/2012-8
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Edelice Alencastro de Sá (432.239.741-72); e Erlita Ferreira da Silva (108.319.591-34).
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.203/2012-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Antônio Vitório Ghirardello (950.842.318-87)
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.209/2012-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Eli Valter Gil Filho (140.991.360-00)
Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.251/2012-5
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Zelinda Cirilo Nunes (475.064.587-72)
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.255/2012-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: José Eliomar de Almeida Maciel (136.375.174-34)
Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.257/2012-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Inez Ferreira de Andrade (099.047.864-53); Scheila Maria Barbosa de Lima (103.922.704-04); e Walteir José da Silva (018.735.124-49).
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.313/2012-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Geni de Oliveira (122.728.094-72)
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Campina Grande - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.326/2012-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Deneci Ribeiro da Silva (409.716.437-68)
Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.334/2012-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Hugo Victorino Dantas (072.905.860-34); João da Rosa Gomes (199.620.370-34); Jorge Alberto Rodrigues (007.071.390-15); e João da Rosa Gomes (199.620.370-34).
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.335/2012-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Magdalena Maria Martinelli (002.624.390-34); Magdalena Maria Martinelli (002.624.390-34); e Paulo Raymundo Paiva (085.599.020-15).
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.354/2012-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Leonardo Ferreira Soares (013.405.443-18)
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.355/2012-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fernando Alberto Facco (158.922.716-68); e Marcio Luiz da Silva (046.635.686-29).
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais.
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.357/2012-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Eanny Marina Ferreira Noberto (052.973.326-99)
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.376/2012-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Maria Fatima Glaner (476.466.670-72)
Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Concórdia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.378/2012-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Carla Cristina Oliveira Lourenço (853.305.661-34); e Waldinelly Martha Alves Costa (703.122.061-00).
Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.382/2012-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Leoni Vieira Mota (215.481.452-20); Daniel Montenegro Alfaia (559.931.412-04); e Edimilson Barbosa Lima (041.838.288-30).
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.384/2012-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Jaqueline Silva de Souza Pinheiro (437.094.512-72)
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.385/2012-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Leandro Massayuki Rolim Yamashita (057.390.344-18)
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.388/2012-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Danilo Ferreira Ribeiro (010.586.393-90); Lorenna Maia Fernandes (853.073.434-34); e Raynes Viana de Vasconcelos (018.826.183-43).
Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.390/2012-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anderson Clayton Oliveira Silva (075.394.844-38); Andréa Giordanna Araújo da Silva (035.417.454-10); e Maria Mariah Monteiro Wanderlei Estanislau Costa de Farias (040.724.634-77).
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.391/2012-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Moacir de Alcântara (496.473.007-78)
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.392/2012-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline de Souza Falcão Aquino (042.319.424-04); e outros.
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.399/2012-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Fernando Augusto de Oliveira e Silveira (042.529.026-30)
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.404/2012-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Nilda Fernandes Ribeiro (621.967.901-68)
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.421/2012-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Vasni dos Santos Silva Filho (014.796.935-29)
Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.422/2012-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Joel de Lima Castro Filho (112.694.643-53)
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.423/2012-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cecilia Pitta Amorim (089.297.747-76); Helen Cristian Pessoni (002.940.506-80); Marcus Vinicius Ferreira Crespo (107.344.637-90); e Vivian Veiga Brito (084.389.797-00).
Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.425/2012-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Cacilene Toscano de Oliveira (059.953.274-29)
Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.427/2012-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline de Campos (008.232.220-12); Claudia Zank (482.266.960-20); e outros.
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-030.433/2012-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Monfardini (697.002.220-04); e outros.
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.515/2012-2
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Hilda Costa de Brito (288.230.604-00)
Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.633/2012-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cristiane Gama da Costa (603.886.332-04); e outros.
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.634/2012-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Jordania Dannyelly do Nascimento Silva (058.695.644-17); e Tatiana de Goes Jorge (999.609.745-53).
Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.637/2012-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Silvia Lanziotti Azavedo da Silva (005.750.446-67)
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.639/2012-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Evandro Alves (786.181.420-34)
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.646/2012-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Natal da Silva Rego (106.879.801-78)
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.500/2012-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aleteia Patrícia Sornas (849.248.701-10); e outros.
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-034.612/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Roberto de Queiroz Padilha (798.457.038-87)
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

TC-021.398/2005-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: José Maria Magalhães Neto (000.260.695-04); José Maria de Magalhães Netto (000.260.695-04); João Batista Fiscina (025.394.545-34)
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Alagoinhas - BA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.466/2012-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Tiago Henrique Costa Rodrigues Alves (000.146.181-84); e outros
Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.716/2009-2
Natureza: Representação
Responsáveis: Dulce Dirclair Huf Bais (255.224.859-49); e outros
Órgão/Entidade: Conselho Federal de Enfermagem
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.946/2012-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antonio Pedro Junior (076.562.787-61); Ricardo Elias de Miranda Candeiro (761.490.303-00)
Órgão/Entidade: Comissão Nacional de Energia Nuclear - MCT
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.164/2012-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Ligia Cristina Cipriano Pinheiro (628.215.717-04)
Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro de Museus
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.411/2012-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Bruno Henrique de Oliveira (711.014.031-87)
Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.828/2011-2
Natureza: Representação
Interessado: Procuradoria da República no Estado do Amazonas.
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Novo Airão - AM
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.849/2012-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Bruna dos Santos Abreu (037.716.113-69); Irene de Paula Freitas (152.089.311-68); Osana dos Santos Abreu (703.950.633-53)
Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

TC-001.064/2008-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Agência Nacional do Cinema - Ancine/MinC
Responsáveis: Fernando Antônio Camargos (CPF 327.837.366-91) e Aldeia Comunicação e Marketing Ltda. (CNPJ 37.102.910/0001-95)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-003.885/2007-2
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - TRT/SP
Interessados: Masanova Kanasiro (CPF 047.852.908-20) e Sebastiana Oliveira Santos Lima (CPF 057.240.378-07)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-008.468/2010-9
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Empresa Gerencial de Projetos Navais - CM/MD
Interessado: Leandro Dias de Souza (CPF 090.361.657-25)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-012.372/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região TRT-TRJ
Interessadas: Adiva Gomes de Alencar (CPF 100.145.607-63) e Maria Luiza Pinto (CPF 433.750.737-04)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-012.432/2011-3
Natureza: Aposentaodoria
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região - TRT/MT
Interessada: Viviany Braga Borges (CPF 911.080.126-04)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-014.441/2009-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Ministério da Cultura (vinculador)
Responsáveis: Espólio do Sr. Solon Siminovich; Associação Brasileira de Gravadoras Independentes - ABGI (CNPJ 05.123.673/0001-52); e Márcia Cavallini (CPF 936.948.308-04)
Advogado constituído nos autos: Francisco Luiz de Andrade Bordaz, OAB/SP 160.463.

TC-030.055/2012-1
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - TRT/BA
Interessados: Ana Paula Cordeiro Mascarenhas (CPF 792.344.965-15); Angela Lima Ribeiro (CPF 805.425.225-00); Geraldo Rodrigues Filho (CPF 221.387.778-55); João Paulo Gabriel de Castro Dourado (CPF 017.684.025-74); Juliene Maria Santos de Santana (CPF 804.799.015-20); Maria Daniela dos Santos Cavalcanti (CPF 031.366.504-41); Thiago Santana de Farias (CPF 010.830.295-41); Tiago Santos Ribeiro (CPF 004.162.625-70); e Vicky Caroline V. Bucker Ribeiro (CPF 032.279.735-70)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-030.057/2012-4
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região - TRT/CE
Interessados: Italo Pedrosa Vasconcelos (CPF 663.500.183-20) e Teotônio Francisco Araújo Soriano (CPF 412.386.724-34)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-030.064/2012-0
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região - TRT/RS
Interessados: Alethea Previato Costa (CPF 904.135.479-49); Daniela Riffel de Almeida (CPF 006.787.880-65); Diogo Josiel Webler (CPF 046.942.389-73); Rafael Baldino Itaquy (CPF 008.125.980-83); Vinicius Fernandes da Costa (CPF 251.759.878-95); e Weberton Pessoa da Silva Costa (CPF 048.392.384-21)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-030.067/2012-0
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região - TRT/MA
Interessados: Augusto Noboru Nikaido (CPF 299.838.908-28); Geyslan Gregorio Bem (CPF 004.360.253-37); e Mauricio Pereira Maia (CPF 018.010.883-22)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-030.093/2012-0
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região - TRT/AL
Interessados: André Luis Parizio Maia Paiva (CPF 065.585.994-22); Célio Ricardo Marinho Eleutério (CPF 926.175.224-15); Igor Thairone Gonçalves de Souza (CPF 799.451.805-25); Larissa Cassão de Medeiros (CPF 050.929.264-06); e Sandro Alvarez Trigo (CPF 018.738.545-95)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.094/2012-7
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região - TRT/ES
Interessados: Carlos Augusto Medeiros Nunes Junior (CPF 013.597.925-03); Charles Anderson Rocha Santos (CPF 033.616.525-02); Luciana Borges e Silva (CPF 011.748.055-01); Raul Pimenta Nogueira (CPF 041.563.793-70); e Yone Cristina de Andrade Silveira Viana (CPF 012.593.905-19)
Interessados: Carlos Augusto Medeiros Nunes Junior (CPF 013.597.925-03); Charles Anderson Rocha Santos (CPF 033.616.525-02); Luciana Borges e Silva (CPF 011.748.055-01); Raul Pimenta Nogueira (CPF 041.563.793-70); e Yone Cristina de Andrade Silveira Viana (CPF 012.593.905-19)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-030.241/2012-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - TRT/Campinas/SP
Interessado: Celene Lucília Eleotério da Silva (CPF 018.346.748-59)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-030.244/2012-9
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região - TRT/PE
Interessada: Edileusa Barbosa de Freitas (CPF 233.215.474-49)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-030.247/2012-8
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região - TRT/SC
Interessados: Alberto Luiz de Oliveira (CPF 444.670.109-63); Claudio Ferreira Lobo (CPF 224.655.539-68); Fernando Jose Diniz Cabral (CPF 415.855.429-20); Lucely Lopes de Carvalho Silva (CPF 483.638.807-44); Marcio Luis Gomes Keunecke (CPF 417.232.019-87); Maria Lucia de Assis Correa (CPF 507.414.039-00); Maria Marta Medeiros de Souza (CPF 566.352.497-53); Maria de Lourdes Alves Silveira (CPF 520.670.689-20); Nara Jane Teles Pereira (CPF 214.051.821-72); Norberto Lubke (CPF 289.976.979-00); Roseli Lidia Jose (CPF 455.200.899-49); Simone Bianchini (CPF 387.032.119-91); e Valdenir Marcondes (CPF 592.037.659-72)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-030.248/2012-4
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - TRT/SP
Interessados: Celso Marcolino da Silva (CPF 330.785.568-91) e Olga de Faria (CPF 075.727.208-89)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-030.331/2012-9
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região TRT/SC
Interessada: Nara Jane Teles Pereira (CPF 214.051.821-72)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-030.337/2012-7
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região - TRT/AL
Interessado: João Batista da Silva (CPF 018.945.364-87)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-030.416/2012-4
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região - TRT/PA
Interessados: Adriana de Paula Eduardo (CPF 004.906.159-37); Al-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

denilton dos Santos Paixão (CPF 397.565.993-91); Anderson Roberto de Castro Doria Melo (CPF 016.142.525-99); Denilson Biscaia (CPF 029.774.509-39); Karla Azevedo de Albuquerque (CPF 047.011.904-70); Raul Pimenta Nogueira (CPF 041.563.793-70); e Wemerson Lobo Viana (CPF 852.409.822-87)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-030.417/2012-0
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - TRT/SP
Interessado: Teotonio Francisco Araújo Soriano (CPF 412.386.724-34)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-031.115/2012-8
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região - TRT/ES
Interessados: Nelcy Magioli (CPF 033.137.607-59) - Alteração; e Nelcy Magioli (CPF 033.137.607-59) - Alteração
Advogado constituído nos autos: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

TC-019.108/2010-9
REABERTURA DE DISCUSSÃO (Pedido de Vista - Art. 112 do R.I)
Natureza: Tomada de contas especial
REVISOR: Ministro AROLDO CEDRAZ (Ata 26/2012)
Unidade: Financiadora de Estudos e Projetos (Finep/MCT)
Responsáveis: Lourival Carmo Monaco, ex Presidente (CPF 014.174.018-34); Celso Alves da Cruz, ex Diretor (CPF 069.254.307-44); Hugo Tulio Rodrigues, ex Diretor (CPF 151.685.906-59); Leila Miragaya Zagury, ex Diretora (CPF 606.986.247-34) Advogados constituídos nos autos: Francisco de Assis Chiaratto (OAB/RJ 22.769); Gustavo Côrtes de Lima (OAB/DF 10.969); Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250); Luiz Carlos Sigmaringa Seixas (OAB/DF 814); Idmar de Paula Lopes (OAB/DF 24.882); Fernando Augusto M. Nazaré (OAB/DF 11.485); Vera Lúcia Santana Araújo (OAB/DF 5.204); Paulo Vinícius Rodrigues Ribeiro (OAB/RJ 141.195); Ricardo Penteado de Freitas Borges (OAB/SP 92.770); Marcelo Certain Toledo (OAB/SP 158.313); Juliana de Souza Reis Vieira (OAB/RJ 121.235); Daniele Farias Dantas de Andrade (OAB/RJ 117.360); Ingrid Andrade Sarmento (OAB/RJ 109.690); Marta de Castro Meireles (OAB/RJ 130.114); André Uryn (OAB/RJ 110.580); Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth (OAB/RJ 121.685); Maria Cristina Bonelli Wetzel (OAB/RJ 124.668); Rafaella Farias Tuffani de Carvalho (OAB/RJ 139.758); Marcos Pinto Correa Gomes (OAB/RJ 81.078); Rodrigo Muguet da Costa (OAB/RJ 124.666); Thiago de Oliveira (OAB/RJ 122.683); Frederico Maia Mascarenhas (OAB/RJ 155.437); Renata Granja Maués (OAB/RJ 155.435); Cláudia Maria Mendes de Almeida Pedrozo (OAB/RJ 107.919); Ricardo José da Rocha Silva (OAB/RJ 134.996)

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

TC-017.232/2010-4
(com 3 anexos em 5 volumes).
Natureza: Representação.
Unidade: Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz.
Interessada: SCMM Serviços de Limpeza e Conservação Ltda. (CNPJ 00.987.137/0001-81).
Advogados constituídos nos autos: não há.

TC-020.376/2009-6
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Unidade: Prefeitura de Diamantino/MT.
Responsáveis: Francisco Ferreira Mendes Junior, ex-Prefeito (CPF 397.874.351-53), Luiz Antonio Trevisan Vedoin (CPF 594.563.531-68), Maria Loedir de Jesus Lara (CPF 890.050.741-91), e Santa Maria Comércio e Representação Ltda. (CNPJ 03.737.267/0001-54).
Advogados constituídos nos autos: Benedita Rosalina Pereira (OAB/MT 3.380), Valber da Silva Melo (OAB/MT 8.927), Augusto C. Fontes Assumpção (OAB/MT 13.279) e Paulo Rogério Cirino de Oliveira (Defensor Público Federal).

TC-022.110/2009-2
Natureza: Tomada de Contas Especial (convertida de Representação).
Unidade: Prefeitura de Vargem/SP.
Responsáveis: Planam Indústria, Comércio e Representação Ltda. (CNPJ 35.517.158/0001-43), Cléia Maria Trevisan Vedoin (CPF 207.425.761-91) e Daniel Marques da Rosa (CPF 388.053.248-68).
Advogados constituídos nos autos: Válber Melo (OAB-MT 8.927), com substabelecimento para Luiz Mário do Nascimento Junior (OAB-MT 12.886); Juliana Maria Pereira Marques Rosa (OAB-SP 248.191).

TC-022.111/2009-0
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Unidade: Prefeitura de Jussara/PR.
Responsáveis: Ailton Vieira de Mattos (CPF 700.115.169-68), Santa Maria Comércio e Representação Ltda. (CNPJ 03.737.267/0001-54) e Luiz Antônio Trevisan Vedoin (CPF 594.563.531-68).
Advogado constituído nos autos: Valber Melo (OAB/MT 8.927).

TC-023.702/2010-9
Natureza: Aposentadoria.
Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MG.
Interessados: Maria de Lourdes Benedito (174.330.706-30); Miguel Cesario de Moura (176.338.186-20).
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

TC-002.066/2009-5
Natureza: Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Icó/CE
Responsáveis: Conter - Construções e Serviços Técnicos Ltda. (CNPJ: 04.859.610/0001-04); Francisco Leite Guimarães Nunes (CPF: 326.225.463-00)
Interessado: Secretaria de Infraestrutura Hídrica - Ministério da Integração Nacional
Advogado constituído nos autos: Carolina Santana Peixoto - OAB/CE nº 15.910; Daniel Teófilo de Souza - OAB/CE nº 16.252.

TC-003.211/2007-6
Natureza: Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Imperatriz - MA
Responsáveis: Adalberto Franklin Pereira de Castro (216.298.033-91); Ana Clécia Félix de Sousa Santos (487.486.253-53); Carlos Fernandes da Conceição (416.765.643-49); Construtora Boa Sorte Ltda. (04.236.810/0001-00); Emílio Carlos de Sousa Marques (250.881.813-53); Francisco Sena Leal (175.296.203-63); Jomar Fernandes Pereira Filho (125.680.233-68); José Fernandes da Conceição (230.002.283-49); Terezinha de Jesus Milhomem Bandeira (127.019.393-72)
Interessado: Senado Federal - SF
Advogado constituído nos autos: Não há

TC-003.372/2012-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura; Ministério da Cultura (vinculador).
Responsável: Sergio Fama D'antino (008.268.398-00)
Advogado constituído nos autos: Sérgio Famá D´Antino (OAB/SP Nº 12.714)

TC-006.253/2007-0
Natureza: Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Jandaíra - RN
Responsáveis: Cam Construção e Comércio Ltda (00.986.699/0001-00); Manoel Martins (012.088.964-15)
Interessado: Município de Jandaíra - RN (08.309.239/0001-50)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.835/2011-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Quintana - SP
Responsáveis: Luiz Donizetti (015.659.048-42); Prefeitura Municipal de Quintana - SP (44.569.051/0001-04)
Advogado constituído nos autos: Não há

TC-021.057/2009-9
Natureza: Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Campos de Júlio/MT
Recorrente: Claides Lazaretti Masutti (CPF: 203.740.702-53), ex-Prefeita.
Interessados: Fundo Nacional de Saúde - FNS/MS (00.530.493/0001-71); Prefeitura Municipal de Campos de Júlio/MT (01.614.516/0001-99)
Advogado constituído nos autos: Luciana Borges Moura, OAB/MT 6755

TC-023.561/2009-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Chapada Gaúcha/MG
Responsável: Narciso Eloe Baron (CPF: 093.878.540-00)
Interessado: Fundação Nacional de Saúde - Funasa/MS (CNPJ: 26.989.350/0001-16)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-037.426/2011-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de São Paulo
Responsáveis: Centro Social e Cidadania (08.172.494/0001-01); José Deon Nunes de Souza (405.174.545-72)
Advogado constituído nos autos: Não há

TC-575.564/1995-4
Natureza: Embargos de Declaração em Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Ministério do Bem Estar Social (extinta)
Responsáveis: Fábio Gonçalves Raunheitti (380.101.787-72); Fábio Raunheitti (016.013.427-72); Soc. de Ensino Sup. de Nova Iguaçu (30.834.196/0001-80); Sylvio Jorge de Oliveira Shad (085.943.687-04)
Interessado: Soc. de Ensino Sup. de Nova Iguaçu (30.834.196/0001-80)
Advogado constituído nos autos: Não há

- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

TC-006.184/2010-3
Natureza: Recurso de Reconsideração
Entidade: Prefeitura Municipal de Morro do Pilar - MG
Recorrentes: Geraldo Albano Soares de Oliveira (573.378.536-53); Qualiobrás Engenharia Ltda. (00.309.453/0001-02)
Interessado: Fundação Nacional de Saúde - MS (26.989.350/0001-16)
Advogado constituído nos autos: Mauro Jorge de Paula Bomfim (OAB/MG 43.712) e Antônio Augusto Duarte de Paula (OAB/MG 47.435)

TC-013.624/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Fundação Universidade de Brasília
Interessada: Maria do Socorro Evangelista Kusano (045.063.913-49)
Advogados constituídos nos autos: Rodrigo da Silva Castro (OAB/DF 22829) e Cláudia Severo Corrêa (OAB/DF 29841)

TC-013.640/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Fundação Universidade de Brasília
Interessado: Antonio Carlos dos Santos (151.357.641-00)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.407/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Fundação Universidade de Brasília
Interessado: Nestor Bezerra de Lima (001.819.351-04)
Advogado constituído nos autos: Cristina Kede Flor (OAB/DF 24137)

TC-015.662/2009-6
Natureza: Recurso de Reconsideração
Entidade: Serviço Social da Indústria - Conselho Nacional (Sesi/CN)
Recorrente: Jair Antônio Meneguelli
Advogados constituídos nos autos: Ludmila de Carvalho Menezes (OAB/GO 16.057), Douglas Martins de Souza (OAB/SP 131.391), Glória Regina Araújo Cruxen (OAB/DF 32.610).

TC-016.124/2008-4
(com 3 volumes e 5 anexos)
Natureza: Prestação de Contas, exercício de 2007
Entidade: Coordenação Regional em Mato Grosso da Fundação Nacional de Saúde
Responsáveis: Evandro Vitório (CPF nº 314.310.031-15); Marco Antonio Stangherlin (CPF nº 621.310.521-20); Edson Ricardo Pertile (CPF nº 495.321.899-04); Gleida Mariza da Costa (CPF nº 184.022.161-53); Raimundo Angelino de Oliveira (CPF nº 452.630.517-00); CHC Táxi Aéreo Ltda. (CNPJ nº 02.835.198/0001-59); e Inter Tours Viagens e Turismo Ltda. (CNPJ nº 00.614.995/0001-80).
Advogados constituídos nos autos: Gilmar Viana Mourato (OAB/GO nº 30.584) e João Batista dos Anjos (OAB/MT nº 6.658)

TC-016.528/2012-3
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Fundação Universidade de Brasília
Interessada: Glaucia Maria de Paula Correa (179.470.221-00)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.535/2012-0
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Fundação Universidade de Brasília
Interessado: Jose Cordeiro Rolins (113.332.511-49)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.548/2012-4
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Fundação Universidade de Brasília
Interessada: Maria de Fátima e Silva Santos (096.984.261-91)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.557/2012-3
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Fundação Universidade de Brasília
Interessada: Mayre Trindade da Silveira (184.358.661-49)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.559/2012-6
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Fundação Universidade de Brasília
Interessado: Paulo Bento do Rego (CPF nº 057.498.911-00)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.666/2012-7
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Interessado: Romildo Pessoa da Costa (CPF nº 067.143.234-68)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.680/2012-0
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
Interessada: Ângela Maria da Silveira (CPF nº 160.293.214-04)
Advogado constituído nos autos: não há

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-016.684/2012-5
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão - FUFMA
Interessado: Elesbão Costa Santos (CPF nº 100.355.403-20)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-016.685/2012-1
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão - FUFMA
Interessada: Francisca Moraes Laune Ribeiro (CPF nº 128.321.623-04)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-016.696/2012-3
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão - FUFMA
Interessada: Maria Raimunda Cunha Rodrigues (CPF nº 126.452.653-91)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-016.702/2012-3
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT.
Interessada: Cassia Virginia Coelho de Souza (176.472.821-15)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.717/2012-0
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - FUFMS
Interessado: Luiz Carlos Antônio (CPF nº 575.890.978-53)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-016.724/2012-7
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE
Interessada: Judite Rodrigues Marques (150.961.221-15)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.728/2012-2
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE
Interessado: Maurílio João de Souza (CPF nº 086.948.341-20)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-016.759/2012-5
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Universidade Federal de Alagoas
Interessado: Humberto Vieira Gomes (CPF nº 133.618.484-15)
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

TC-002.158/2011-6
Natureza: Tomada de contas especial
Unidade: Município de Pedra Branca/CE
Responsável: Antonio Gois Monteiro Mendes (010.223.343-87); Francisco Ernesto Lins Cavalcante (574.431.148-34)
Advogados constituídos nos autos: Pedro Teixeira Cavalcante Neto OAB/CE 17.677, Zaira Umbelina Rabelo de Lima OAB/CE 18.684, José Hélio Arruda Barroso OAB/DF 21.248.

TC-003.543/2012-9
Natureza: Tomada de contas especial
Unidade: Secretaria de Incentivo e Fomento à Cultura - Ministério da Cultura
Responsável: Cláudio Benito Antunes Ribeiro, CPF 187.717.939-68.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.978/2006-3
Natureza: Pensão Especial de ex combatente.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Interessados: Edirce Lopes de Melo (325.209.994-20); Neurisete de Araujo Diniz (043.780.672-34); Nilda Helaine de Araujo Diniz (074.647.297-81); Nilza Diniz da Silva (082.538.382-04); Helena Pires Benção (217.880.147-15); Almerinda Oliveira da Silva (019.677.537-09); Ivone de Oliveira Silva (838.483.207-20); Núbia Calazans Oliveira (019.677.357-19); Fátima Aparecida de Souza Oliveira (448.042.377-04); Maria Jose de Souza Paixão (034.231.637-04); Lourdes Coutinho Duarte (541.680.667-20); Gloria Alves da Conceição (054.193.587-94); Edileuza Queiroz de Assis (778.322.647-72); Leda Cavalcante Xavier (946.469.617-68); Maria de Fátima Ribeiro Borges (410.241.337-53); Nilda de Souza Pontes (510.913.647-53); Sheila Maria Nogueira da Cruz (637.211.717-72); Cyrlenne Cléa de Sá Menezes (633.841.597-72); Almerinda da Silva Porto (000.845.777-89); Vanda Marins de Azevedo (312.047.837-72); Carmen Lucia Batista da Silva (010.466.727-38); Joanette da Silva Costa (429.716.757-34); Maria Jose da Silva Viana (368.609.217-49); Adicreia Rodrigues Vieira (383.488.457-04); Adriene Mesquita Rodrigues (071.523.087-56); Neuza Rodrigues de Santana (662.084.167-87); Maria Beatriz Chaves Ferreira de Souza (866.093.357-53); Maria Bernadete de Souza Chaves (852.957.017-00); Maria Elizabete de Souza Chaves (002.265.077-69); Marlene Nery Gonçalves (886.947.477-15); Marly Nery Santiago Borges (562.472.307-53); Cecília Cordeiro da Silva (243.200.647-04); Cléa Cordeiro Moreira Alves de Oliveira (269.838.697-53); Cleusa Cordeiro de Barros (929.345.527-72); Celeste Rocha Rangel (473.862.407-59); Celia Maria Rocha Neri (929.227.407-49); Geny da Silva Moraes (036.511.347-68); Zuldea Guimarães Nogueira (413.144.176-49); Elisabete Ferreira Vieira de Azevedo (789.774.957-68); Isabel Cristine Miranda de Mello (622.815.428-15), Maria de Fátima Santos da Silva (448.859.897-87); Sinaura dos Santos (584.336.517-49); Jurema da Silva Souza (817.347.517-20); Maria Aparecida dos Santos Fontinelle (016.618.727-51); Maria Jose Patriarcha Reis (080.753.397-11); Amalita Maria Garnier da Silva (224.939.134-34); Célia Ferreira da Silva (429.291.727-20); Maria José Rodrigues da Silveira (074.111.217-54); Odete Rodrigues Monte (075.799.547-02); Constantino Vieira de Lima de Lima Neto (052.028.517-40); Jurema Vieira de Lima Clemente (362.899.907-30); Irazeni Rocha Micheloni (868.504.237-20); Cristina Neves Ely (595.192.747-15); Iracema dos Santos da Silva (634.383.647-00); Edmar Andarilho da Rocha (636.979.477-53); Edmea Andarilho da Rocha (228.689.767-00); Marlene Andarilho da Rocha (636.979.477-53); Dulcinéa Regina dos Santos (489.797.167-53); Alba da Silva Baptista (814.824.857-53); Arlete Nunes Soares (055.833.497-00); Maria do Carmo Silva e Silva (013.531.467-40); Honorina do Nascimento Neves (438.482.147-68); Elizabeth Esteves da Silva (004.087.527-00); Cleide Rocha dos Santos (081.520.357-85); Solange Rodrigues dos Santos (843.095.047-87); Sueli dos Santos Guimarães (996.026.957-49); Jucelia Jardim Rocha (006.133.867-28).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.991/2006-5
Natureza: Pensão Especial de ex combatente
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Interessadas: Maria de Fátima Rodrigues da Silva (611.736.067-34); Maria de Lourdes Rodrigues da Silva (361.736.147-15); Vera Lucia Pinto de Assumpção (376.160.997-34); Eunizia dos Santos Souza (012.462.497-90); Nair Santos de Campos (055.080.667-99); Neli Santos Carvalho (078.597.847-00); Joelma Costa Mesquita (013.695.877-08); Jurema Costa Mesquita (268.627.194-91); Rozana Costa Mesquita (375.132.064-49); Josefa Mesquita de Oliveira (650.186.487-91); Dalza de Oliveira Silveira (027.026.787-50); Áurea Ferreira Facchinett (484.387.077-34); Eliete Rocha Baracho (032.372.267-93); Neide dos Santos Silva (254.617.297-20); Vera Lucia dos Santos Alonso (128.809.147-87); Wilma dos Santos Barbosa (528.727.007-06); Maria Elizabete da Silva (666.793.897-04); Regina Dalva da Silva e Souza (467.845.357-15); Salete da Silva Quaresma (704.623.057-91); America da Conceição Fortes (356.959.867-53); Iraci Maria Fortes (822.938.057-00); Zélia Maria Fortes (718.950.277-72); Lia Luiza Pinto da Silva (089.557.397-02); Lydia Luiza dos Santos (508.559.057-00); Sandra Maria Soares (043.962.787-72); Nilzete Francisca da Silva (036.181.627-82); Icleia de Souza Gonçalves (786.230.657-00); Ilka Souza da Silva (255.474.887-04); Geysa Maria dos Anjos (101.638.837-34); Maria Auxiliadora dos Anjos Bezerra (003.099.207-95); Jacira Maria do Nascimento Moura (076.048.067-24); Janette Batista Gomes (082.018.807-73); Eliane Batista Gomes (038.702.087-08); Elaine Silva de Oliveira (636.802.547-68); Elane da Silva Pereira (668.191.217-68); Ana Lucia Peixoto Macau (078.735.447-37); Ana Rosa Macau dos Santos (846.484.307-00); Maria Raquel Macau (734.087.517-49); Regina Célia Macau (689.214.467-53); Zélia Xavier Macau (642.476.517-49); Marli Jesus da Silva (265.245.547-87); Jane dos Santos Campos (942.576.717-34); Janete Santos de Souza (964.993.387-53); Janice Chrisostomo Lopes (335.286.167-68); Janilda Crisostomo de Lima (022.330.837-41); Anizia Maria Delfino de Oliveira (605.599.007-59); Sonia Martins Delfino de Oliveira (542.274.107-20); Odalea Isabel Silva de Mattos (907.231.207-49); Nilcea Ribeiro de Melo (075.413.547-08); Cilda de Almeida Paulo (593.842.477-15); Consuelo de Almeida Fonseca (552.527.107-91); Maria Tereza Araujo Gonçalves (272.475.897-87); Yara de Araujo Cruppeizaki (363.251.394-53); Yeda Bezerra de Araujo (037.584.097-48); Annita Strauch Ribeiro (054.479.967-40); Ecy Strauch Paiva e Silva (025.465.047-38); Madalena Almeida dos Santos (088.913.537-10); Oceanira Almeida da Silva (957.095.257-15); Ana Generosa de Souza (443.333.827-34) e Jorgina Borges Souza (811.082.907-44).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.992/2006-2
Natureza: Pensão Especial de Ex Combatente
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Interessados: Alayde Monteiro Cruz (459.139.437-91); Amaurilda Silva dos Santos (010.214.297-16); Anizia Nonato da Cunha (016.665.147-80); Antonio Francisco Rocha de Oliveira (054.288.347-30); Aurelia Nascimento da Costa (802.099.477-72); Celeste Pinto de Souza (412.060.377-68); Celia Marise Figueira Alves (703.626.027-00); Celia Pires Moraes (329.459.227-20); Celina Pires Nascimento (550.455.707-06); Claudete Pinto de Souza (496.293.797-91); Clenira Nonato Parreira (025.621.627-49); Cordelia de Souza Alves (025.572.617-18); Deise Deoliveira Pinto (011.778.767-10); Dinora Lopes de Oliveira (362.296.287-91); Djasete Lopes Bezerra (404.182.437-00); Edialda Pereira dos Santos (014.765.547-14); Ednéa dos Santos Braga (831.412.277-72); Eduarda da Conceição (000.679.597-84); Eliana Pacobahiba Duarte (973.393.007-59); Eliseth Ayres Martins (068.851.057-40); Elvira Oliveira dos Santos (008.911.338-10); Elvira de Souza Cruz Vale (096.903.362-15); Ernestina Caldas Nonato (966.374.717-04); Fatima Maria Rodrigues Gomes (021.761.667-44); Iranice França Garcia (771.034.597-20); Ismar Guimarães Sardenberg (186.528.677-04); Ivete Pereira dos Santos (273.076.387-20); Jolande dos Santos Guimarães (023.959.117-80); Juraci Candida de Assumpção (000.016.457-73); Ligia de Oliveira Pinto (897.852.907-00); Lisabeth Ayres Gomes (080.214.707-04); Lucia Rocha da Silva (635.254.457-68); Manita Nonato Xavier das Dores (552.866.747-04); Margo Aguillar de Paiva (017.948.657-80); Maria Thereza Aguillar de Oliveira (695.330.837-00); Marina Nonato da Cunha (777.351.379-15); Marionete Marinho Silva (068.477.557-33); Maristela Marinho da Silva (068.787.037-27); Marly Aguillar Mattos (017.948.627-65); Nanci Teixeira (348.479.367-87); Nazareth de Moura Cordeiro (164.393.417-15); Neli Teixeira (314.326.977-49); Nelia dos Santos Barbosa (071.101.937-13); Neraide Rodrigues Silva (663.727.477-15); Rosangela Ventura (741.989.479-53); Sandra Rosana Alves da Silva (011.462.777-09); Solange Nonato Paz (016.630.797-14); Sonia Elizete Rodrigues (927.410.297-68); Sonia Maria Airoza Monteiro de Barros (001.218.917-04); Sonia Pires Frony de Medeiros (349.376.767-68); Valdete Menezes das Neves (025.688.917-18); Valdete do Nascimento Lima (366.339.767-04); Vera Menezes e Silva (537.108.787-72); Vera do Nascimento Farias (766.123.097-68); Waldira Menezes de Matos (606.140.727-00); Walkiria Moura Vieira da Rosa (367.117.057-34); Zelia Pereira Petiz (273.077.517-04); Zilda Pereira Jotaba (037.713.617-45)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-021.996/2010-5
Natureza: Relatório de Auditoria
Responsável: Prefeitura Municipal de Santa Helena/GO
Interessado: Prefeitura Municipal de Santa Helena GO
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

TC-003.208/2012-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão: Ministério da Cultura
Responsável: Expedido Nunes Fernandes Neto (CPF 568.108.815-49)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-007.461/2012-7
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA/MDA
Interessada: Maria Dalva Rosalem Puppin (CPF 451.819.777-15)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-016.593/2012-0
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Superintendência Regional do Incra no Estado do Acre/MDA
Interessado: Aguimar Gurgel da Silva (CPF 005.809.452-00)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-016.995/2012-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região - AC/RO
Interessados: Jaires Gomes de Oliveira (CPF 420.543.112-00); João Viana Araújo (CPF 033.641.352-15); Maria Angélica Silva (CPF 240.342.742-04)
Advogado constituído nos autos: não há

Secretaria das Sessões, 13 de setembro de 2012.
ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária da Câmara

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ATO DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições, e considerando o que dispõe o artigo 71 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de agosto de 2012, resolve:

Art. 1º Publicar as tabelas de cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas, com os respectivos quantitativos de cargos efetivos vagos e ocupados por servidores estáveis e não estáveis e os quantitativos de cargos em comissão e funções comissionadas vagos e ocupados por servidores com e sem vínculo com a Administração Pública Federal, na forma dos Anexos I a III a este Ato, com base na situação vigente em 31 de agosto de 2012.

Art. 2º A atualização dos dados a que se refere o caput do artigo 71 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, será de responsabilidade do Departamento de Pessoal, da Diretoria de Recursos Humanos, e será divulgada no sítio da Câmara dos Deputados na internet nos meses de abril e outubro de cada ano, com base na situação vigente em 28 de fevereiro e em 31 de agosto de cada ano, respectivamente.

MARCO MAIA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO I

TABELA DE CARGOS EFETIVOS INTEGRANTES DO QUADRO DE PESSOAL

Situação em 31/8/2012 (artigo 71 da Lei nº 12.708/2012)												
CARREIRA LEGISLATIVA CARGO EFETIVO/ ATRIBUIÇÃO	Cargos Ocupados						Cargos Vagos			Excedentes		
	Estáveis			Não Estáveis								
Analista Legislativo (Nível Superior)	31/8/2011	31/8/2012	%	31/8/2011	31/8/2012	%	31/8/2011	31/8/2012	%	31/8/2011	31/8/2012	%
- Administrador	5	3	(40,00)	0	0	0	0	1	-	0	0	0
- Analista de Informática Legislativa	121	124	2,48	29	44	51,72	18	0	(100,00)	0	0	0
- Arquiteto	13	12	(7,69)	0	0	0	5	6	20,00	0	0	0
- Assistente Social	3	2	(33,33)	0	0	0	1	1	0	0	0	0
- Assistente Técnico	7	3	(57,14)	0	0	0	0	4	-	0	0	0
- Consultoria	213	209	(1,88)	0	0	0	31	35	12,90	0	0	0
- Contador	40	38	(5,00)	12	20	66,67	7	1	(85,71)	0	0	0
- Enfermeiro	7	7	0	6	8	33,33	0	0	0	0	0	0
- Engenheiro	11	11	0	0	0	0	19	19	0	0	0	0
- Engenheiro de Segurança do Trabalho	0	0	0	0	0	0	2	2	0	0	0	0
- Farmacêutico	4	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
- Fisioterapeuta	6	6	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0
- Fonoaudiólogo	3	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
- Médico	70	66	(5,71)	14	18	28,57	8	8	0	0	0	0
- Museólogo	0	0	0	0	0	0	2	2	0	0	0	0
- Nutricionista	1	3	200,00	4	4	0	0	0	0	0	0	0
- Odontólogo	0	0	0	3	3	0	0	0	0	0	0	0
- Psicólogo	2	2	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0
- Recursos Humanos	0	0	0	27	32	18,52	5	0	(100,00)	0	0	0
- Taquígrafo Legislativo	125	129	3,20	13	8	(38,46)	14	15	7,14	0	0	0
- Técnico em Comunicação Social	130	129	(0,77)	39	40	2,56	4	4	0	0	0	0
- Técnico em Documentação e Informação Legislativa	95	102	7,37	36	25	(30,56)	2	6	200,00	0	0	0
- Técnico em Material e Patrimônio	71	74	4,23	7	1	(85,71)	8	11	37,50	0	0	0
- Técnica Legislativa	661	595	(9,98)	0	0	0	60	124	106,67	0	0	0

Situação em 31/8/2012 (artigo 71 da Lei nº 12.708/2012) - continuação												
CARREIRA LEGISLATIVA CARGO EFETIVO / ATRIBUIÇÃO	Cargos Ocupados						Cargos Vagos			Excedentes		
	Estáveis			Não estáveis								
Técnico Legislativo (Nível Intermediário Especializado)	31/8/2011	31/8/2012	%	31/8/2011	31/8/2012	%	31/8/2011	31/8/2012	%	31/8/2011	31/8/2012	%
- Adjunto Parlamentar												
. Condução de Veículos (*)	7	5	(28,57)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
. Secretaria (*)	182	149	(18,13)	0	0	0	0	0	0	1	2	100,00
- Agente de Conservação e Restauração(*)	13	13	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
- Agente de Encadernação e Douração (*)	32	29	(9,38)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
- Agente de Polícia Legislativa	219	183	(16,44)	67	61	(8,96)	2	44	2.100,00	0	0	0
- Agente de Serviços Legislativos												
. Serv. de Comunicação e Informação (**)	24	18	(25,00)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
. Serviços Paramédicos	80	77	(3,75)	11	17	54,55	8	5	(37,50)	0	0	0
. Serviços de Atendimento (**)	328	264	(19,51)	0	0	0	0	0	0	0	6	0
. Serviço de Arquitetura e Engenharia (**)	21	13	(38,10)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
. Serviços Especiais (**)	19	13	(31,58)	0	0	0	0	0	0	1	0	(100,00)
- Agente de Transporte Legislativo												
. Condução de Veículos (*)	44	36	(18,18)	0	0	0	0	0	0	2	2	0
. Mecânica de Veículos (**)	17	8	(52,94)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
- Assistente Administrativo	347	342	(1,44)	198	263	32,83	25	13	(48,00)	0	0	0
- Operador de Audiovisual (*)	48	48	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
- Operador de Máquinas (*)	115	113	(1,74)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	3.084	2.833	(8,14)	466	544	16,74	222	302	36,04	11	11	0

(*) serão transformados à medida que vagarem
(**) serão extintos à medida que vagarem

ANEXO II

TABELAS DE CARGOS COMISSIONADOS INTEGRANTES DO QUADRO DE PESSOAL
a) Servidores do Secretariado Parlamentar (SP) sem vínculo com o serviço público e requisitados, nomeados para cargos em comissão:

Situação em 31/8/2012 (artigo 71 da Lei nº 12.708/2012)						
SECRETARIADO PARLAMENTAR	Sem Vínculo			Requisitados		
	31/8/2011	31/8/2012	%	31/8/2011	31/8/2012	%
SP-03	83	0	(100,00)	0	0	0
SP-04	31	28	(9,68)	0	0	0
SP-05	29	24	(17,24)	0	0	0
SP-06	57	31	(45,61)	0	0	0
SP-07	70	30	(57,14)	0	0	0
SP-08	1.177	59	(94,99)	118	0	(100,00)
SP-09	242	977	303,72	2	67	3.250,00
SP-10	322	291	(9,63)	6	10	66,67
SP-11	239	227	(5,02)	5	5	0
SP-12	306	262	(14,38)	7	8	14,29
SP-13	224	217	(3,13)	2	3	50,00
SP-14	236	210	(11,02)	7	5	(28,57)
SP-15	367	305	(16,89)	10	4	(60,00)
SP-16	208	194	(6,73)	6	6	0
SP-17	215	200	(6,98)	4	1	(75,00)
SP-18	321	294	(8,41)	9	10	11,11
SP-19	520	518	(0,38)	15	6	(60,00)
SP-20	689	551	(20,03)	20	14	(30,00)
SP-21	408	397	(2,70)	18	11	(38,89)
SP-22	305	306	0,33	8	8	0
SP-23	404	374	(7,43)	18	10	(44,44)
SP-24	355	349	(1,69)	13	9	(30,77)
SP-25	674	747	10,83	31	28	(9,68)
SP-26	981	1.040	6,01	52	35	(32,69)
SP-27	618	736	19,09	37	34	(8,11)
SP-28	1.146	2.022	76,44	151	208	37,75
TOTAL	10.227	10.389	1,58	539	482	(10,58)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

b) Cargos em Comissão de Natureza Especial (CNE) de livre provimento:

CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL	Situação em 31/8/2012 (artigo 71 da Lei nº 12.708/2012)					
	Ocupados			Vagos		
	31/8/2011	31/8/2012	%	31/8/2011	31/8/2012	%
CNE-01	0	-	-	0	-	-
CNE-04	1	1	0	0	0	0
CNE-07	236	253	7,20	14	7	(50,00)
CNE-09	245	259	5,71	10	5	(50,00)
CNE-10	60	64	6,67	3	1	(66,67)
CNE-11	151	162	7,28	7	2	(71,43)
CNE-12	80	84	5,00	4	3	(25,00)
CNE-13	205	218	6,34	10	7	(30,00)
CNE-14	85	95	11,76	9	5	(44,44)
CNE-15	229	258	12,66	28	9	(67,86)
TOTAL	1.292	1.394	7,89	85	39	(54,12)

ANEXO III

TABELA DE FUNÇÕES COMISSIONADAS INTEGRANTES DO QUADRO DE PESSOAL

FUNÇÃO COMISSIONADA	Situação em 31/8/2012 (artigo 71 da Lei nº 12.708/2012)					
	Ocupadas			Vagas		
	31/8/2011	31/8/2012	%	31/8/2011	31/8/2012	%
FC-02	17	16	(5,88)	8	7	(12,50)
FC-03	34	26	(23,53)	19	25	31,58
FC-04	1.096	1.063	(3,01)	56	87	55,36
FC-05	803	817	1,74	20	18	(10,00)
FC-06	194	201	3,61	1	0	(100,00)
FC-07	446	449	0,67	44	46	4,55
FC-08	46	46	0	0	1	-
FC-09	6	6	0	0	0	0
FC-10	2	2	0	0	0	0
TOTAL	2.644	2.626	(0,68)	148	184	24,32

DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 372, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Publica o quantitativo de beneficiários relativo a auxílio-alimentação, assistência pré-escolar, auxílio-transporte e assistência médica e odontológica.

O DIRETOR-GERAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições, à vista do disposto no art. 147, XV da Resolução CD nº 20, de 1971, e tendo em vista o que dispõe o art. 85 da Lei nº 12.708/2012, de 17 de agosto de 2012, resolve:

Publicar o quantitativo de beneficiários relativo a auxílio-alimentação, assistência pré-escolar, auxílio-transporte e assistência médica e odontológica, com a respectiva variação percentual sobre o ano de 2011, conforme o Anexo desta Portaria.

FÁBIO CHAVES HOLANDA
Substituto

ANEXO

Totais de Beneficiários por Benefício com Variação Percentual sobre o Ano Anterior
(art. 85 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013, LDO-2013)

POSIÇÃO: AGOSTO/2012

Unidade Orçamentária		Auxílio Alimentação			Assistência Pré-Escolar			Assistência Médica			Exames Periódicos			Auxílio Transporte		
		2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %
01101	Câmara dos Deputados	15.192	15.629	2,88	1.088	1.159	6,53	20.140	19.644	-2,46	-	-	-	1.274	1.413	10,91
01901	Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados	-	-	-	-	-	-	1.155	1.125	-2,60	-	-	-	-	-	-

Poder Judiciário

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PORTARIA Nº 501, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, com base no disposto no artigo 85 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, resolve publicar a tabela com os totais de beneficiários da Justiça Eleitoral, na forma do Anexo I desta Portaria.

Min. CÁRMEN LÚCIA

ANEXO

Totais de Beneficiarios por Benefício com Variação Percentual sobre o Ano Anterior

(art. 85 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013, LDO-2013)

POSIÇÃO: AGOSTO/2012

Unidade Orçamentária		Auxílio Alimentação			Assistência Pré-Escolar			Assistência Médica			Auxílio Transporte		
		2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %
14101	Tribunal Superior Eleitoral	809	798	-1,36%	202	205	1,49%	3.078	3.092	0,45%	65	8	-87,69%
14102	Tribunal Regional Eleitoral do Acre	137	139	1,46%	37	35	-5,41%	473	481	1,69%	-	-	-
14103	Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas	301	304	1,00%	86	91	5,81%	787	818	3,94%	61	64	4,92%
14104	Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas	334	326	-2,40%	84	83	-1,19%	1.015	1.022	0,69%	10	8	-20,00%
14105	Tribunal Regional Eleitoral da Bahia	885	891	0,68%	233	232	-0,43%	1.596	1.602	0,38%	66	69	4,55%
14106	Tribunal Regional Eleitoral do Ceará	680	724	6,47%	164	165	0,61%	1.472	1.462	-0,68%	8	5	-37,50%
14107	Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal	406	413	1,72%	54	53	-1,85%	1.084	1.051	-3,04%	12	9	-25,00%
14108	Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo	316	328	3,80%	89	98	10,11%	629	687	9,22%	3	4	33,33%
14109	Tribunal Regional Eleitoral de Goiás	529	543	2,65%	165	165	-	1.349	1.441	6,82%	22	15	-31,82%
14110	Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão	486	497	2,26%	135	152	12,59%	952	1.023	7,46%	16	15	-6,25%

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

14111	Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso	317	316	-0,32%	95	86	-9,47%	707	728	2,97%	1	2	100,00%
14112	Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul	290	284	-2,07%	68	71	4,41%	749	754	0,67%	-	-	-
14113	Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais	1.714	1.701	-0,76%	401	399	-0,50%	4.410	4.491	1,84%	150	149	-0,67%
14114	Tribunal Regional Eleitoral do Pará	441	463	4,99%	128	134	4,69%	1.406	1.472	4,69%	36	36	-
14115	Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba	446	443	-0,67%	129	116	-10,08%	1.169	1.155	-1,20%	6	7	16,67%
14116	Tribunal Regional Eleitoral do Paraná	835	823	-1,44%	202	219	8,42%	1.767	1.789	1,25%	32	22	-31,25%
14117	Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco	814	842	3,44%	209	234	11,96%	1.901	1.999	5,16%	37	29	-21,62%
14118	Tribunal Regional Eleitoral do Piauí	411	409	-0,49%	132	123	-6,82%	1.381	1.384	0,22%	15	18	20,00%
14119	Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	1.340	1.320	-1,49%	287	284	-1,05%	3.035	3.018	-0,56%	360	367	1,94%
14120	Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte	413	417	0,97%	107	125	16,82%	1.090	1.108	1,65%	6	6	-
14121	Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul	793	808	1,89%	166	185	11,45%	1.721	1.755	1,98%	77	81	5,19%
14122	Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia	237	243	2,53%	54	51	-5,56%	610	580	-4,92%	-	-	-
14123	Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina	471	492	4,46%	102	103	0,98%	1.267	1.316	3,87%	6	3	-50,00%
14124	Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo	1.942	1.911	-1,60%	373	398	6,70%	5.345	5.341	-0,07%	211	206	-2,37%
14125	Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe	262	256	-2,29%	66	67	1,52%	594	609	2,53%	18	18	-
14126	Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins	235	239	1,70%	62	60	-3,23%	623	614	-1,44%	1	1	-
14127	Tribunal Regional Eleitoral de Roraima	134	138	2,99%	31	34	9,68%	365	399	9,32%	-	-	-
14128	Tribunal Regional Eleitoral do Amapá	139	146	5,04%	48	56	16,67%	437	455	4,12%	-	-	-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

PORTARIA Nº 269, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012

Dispõe sobre prorrogação de prazo para conclusão de auditoria no âmbito da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Prorrogar, para a data de 13 de dezembro de 2012, o prazo para apresentação do relatório final de auditoria sobre os pagamentos de passivos na Justiça Federal de primeiro e segundo graus, definido na Portaria n. CF-POR-2012/00194, de 13/9/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. FELIX FISCHER

PORTARIA Nº 265, DE 10 DE SETEMBRO DE 2012

Dispõe sobre o demonstrativo do quantitativo de cargos efetivos, comissionados e funções comissionadas do Conselho da Justiça Federal - CJF.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o que determina o art. 71 da Lei n. 12.708, de 17 de agosto de 2012, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013, resolve:

Art. 1º Divulgar os demonstrativos de cargos efetivos, comissionados e funções comissionadas integrantes do Quadro de Pessoal do Conselho da Justiça Federal, conforme os anexos I e II.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. FELIX FISCHER

ANEXO I

DEMONSTRATIVO DO QUANTITATIVO DE CARGOS EFETIVOS
Lei n. 12.708/2012
Planilha 1 - cargo efetivo

Carreira/ Classe/ Padrão			Quantidade de Cargos Existentes											
			Providos						Vagos			Total		
			Estáveis			Não-Estáveis								
			2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %
Juiz do TRF			0	0	indeterm	0	0	indeterm	0	0	indeterm	0	0	indeterm
Juiz Federal			0	0	indeterm	0	0	indeterm	0	0	indeterm	0	0	indeterm
Juiz Federal Substituto			0	0	indeterm	0	0	indeterm	0	0	indeterm	0	0	indeterm
Total Magistrados			0	0	indeterm	0	0	indeterm	0	0	indeterm	0	0	indeterm
Analista	C	15	18	18	0%	0	0	indeterm	0	0	indeterm	18	18	0%
		14	0	0	indeterm	0	0	indeterm	0	0	indeterm	0	0	indeterm
		13	0	3	indeterm	0	0	indeterm	0	0	indeterm	0	3	indeterm
		12	4	1	-75%	0	0	indeterm	0	0	indeterm	4	1	-75%
		11	0	0	indeterm	0	0	indeterm	0	0	indeterm	0	0	indeterm
	B	10	1	4	300%	0	0	indeterm	0	0	indeterm	1	4	300%
		9	4	2	-50%	0	0	indeterm	0	0	indeterm	4	2	-50%
		8	1	1	0%	0	0	indeterm	0	0	indeterm	1	1	0%
		7	1	2	100%	0	0	indeterm	0	0	indeterm	1	2	100%
		6	2	0	-100%	0	0	indeterm	0	0	indeterm	2	0	-100%
	A	5	0	0	indeterm	0	0	indeterm	0	0	indeterm	0	0	indeterm
		4	0	0	indeterm	0	0	indeterm	0	0	indeterm	0	0	indeterm
		3	0	0	indeterm	0	0	indeterm	0	0	indeterm	0	0	indeterm
		2	0	0	indeterm	0	2	indeterm	0	1	indeterm	0	3	indeterm

		1	0	0	indeterm	3	2	-33%	1	0	-100%	4	2	-50%
Subtotal A - Analista			31	31	0%	3	4	-33%	1	1	0%	35	36	3%
Técnico	C	15	125	124	-1%	0	0	indeterm	0	0	indeterm	125	124	-1%
		14	0	0	indeterm	0	0	indeterm	0	0	indeterm	0	0	indeterm
		13	0	7	indeterm	0	0	indeterm	0	0	indeterm	0	7	indeterm
		12	7	1	-86%	0	0	indeterm	0	0	indeterm	7	1	-86%
		11	1	1	0%	0	0	indeterm	0	0	indeterm	1	1	0%
	B	10	1	0	-100%	0	0	indeterm	0	0	indeterm	1	0	-100%
		9	0	4	indeterm	0	0	indeterm	0	0	indeterm	0	4	indeterm
		8	4	1	-75%	0	0	indeterm	0	0	indeterm	4	1	-75%
		7	1	1	0%	0	0	indeterm	0	0	indeterm	1	1	0%
		6	1	1	0%	0	0	indeterm	0	0	indeterm	1	1	0%
	A	5	1	2	100%	0	0	indeterm	0	0		1	2	100%
		4	2	1	-50%	0	0	indeterm	0	0	indeterm	2	1	-50%
		3	0	0	indeterm	2	4	100%	0	0	indeterm	2	4	100%
		2	0	0	indeterm	3	3	0%	0	0	indeterm	3	3	0%
		1	0	0	indeterm	3	0	-100%	0	2	indeterm	3	2	-33%
Subtotal B - Técnico			143	143	0%	8	7	-13%	0	2	indeterm	151	152	1%
Auxiliar	C	15	0	0	indeterm	0	0	indeterm	0	0	indeterm	0	0	indeterm
		14	0	0	indeterm	0	0	indeterm	0	0	indeterm	0	0	indeterm
		13	0	0	indeterm	0	0	indeterm	0	0	indeterm	0	0	indeterm
		12	0	0	indeterm	0	0	indeterm	0	0	indeterm	0	0	indeterm
		11	0	0	indeterm	0	0	indeterm	0	0	indeterm	0	0	indeterm
	B	10	0	0	indeterm	0	0	indeterm	0	0	indeterm	0	0	indeterm
		9	0	0	indeterm	0	0	indeterm	0	0	indeterm	0	0	indeterm
		8	0	0	indeterm	0	0	indeterm	0	0	indeterm	0	0	indeterm
		7	0	0	indeterm	0	0	indeterm	0	0	indeterm	0	0	indeterm
		6	0	0	indeterm	0	0	indeterm	0	0	indeterm	0	0	indeterm
	A	5	0	0	indeterm	0	0	indeterm	0	0	indeterm	0	0	indeterm
		4	0	0	indeterm	0	0	indeterm	0	0	indeterm	0	0	indeterm
		3	0	0	indeterm	0	0	indeterm	0	0	indeterm	0	0	indeterm
		2	0	0	indeterm	0	0	indeterm	0	0	indeterm	0	0	indeterm
		1	0	0	indeterm	0	0	indeterm	0	0	indeterm	0	0	indeterm
Subtotal C - Auxiliar			0	0	indeterm	0	0	indeterm	0	0	indeterm	0	0	indeterm
Totais servidor A+B+C			174	174	0%	11	11	0%	1	3	200%	186	188	1%

ANEXO II

DEMONSTRATIVO DO QUANTITATIVO DECARGOS COMISSIONADOS E FUNÇÕES DE CONFIANÇA
Lei n. 12.708, de 17 de agosto de 2012
Planilha 2 - cargo em comissão / função comissionada

Cargo/ Função	Quantidade de Cargos Existentes														
	Providos									Vagos			Total		
	Com Vínculo						Sem Vínculo								
	Optante cargo efetivo		Variação %	Optante CJ/FC		Variação %	2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %
	2011	2012		2011	2012										
CJ-4	1	1	0%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	1	1	0%
CJ-3	10	11	10%	1	0	-100%	3	3	0%	0	0	Indeterm.	14	14	0%
CJ-2	17	17	0%	0	0	Indeterm.	1	1	0%	0	0	Indeterm.	18	18	0%
CJ-1	26	26	0%	0	0	Indeterm.	8	8	0%	0	0	Indeterm.	34	34	0%
FC-6	65	65	0%	2	2	0%	0	0	Indeterm.	0	1	Indeterm.	67	68	1%
FC-5	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	1	1	0%	1	1	0%
FC-4	23	23	0%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	1	0	-100%	24	23	-4%
FC-3	17	18	6%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	1	0	-100%	18	18	0%
FC-2	18	19	6%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	1	0	-100%	19	19	0%
FC-1	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.
TOTAL	177	180	2%	3	2	-33%	12	12	0%	4	2	-50%	196	196	0%

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 274, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Dispõe sobre o demonstrativo de quantitativos de beneficiários, por beneficio, da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o que determina os arts. 84 e 85 da Lei n. 12.708, de 17 de agosto de 2012, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013, resolve:

Art. 1° Divulgar os demonstrativos de quantitativos de beneficiários, por benefício, da Justiça Federal, conforme o anexo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. FELIX FISCHER

ANEXO

TOTAIS DOS BENEFICIÁRIOS POR BENEFÍCIO COM VARIAÇÃO PERCENTUAL SOBRE O ANO ANTERIOR
(art. 85 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013 - LDO)

POSIÇÃOAGOSTO/2012

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		Auxílio Alimentação			Assistência Pré-Escolar			Assistência Médica			Auxílio Transporte		
		2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %
12101	Justiça Federal de 1º Grau	20323	22543	10,92%	5297	5347	0,94%	53446	55016	2,94%	2264	2445	7,99%
12102	Tribunal Regional Federal da 1ª Região	1093	1131	3,48%	188	181	-3,72%	3441	3526	2,47%	31	35	12,90%
12103	Tribunal Regional Federal da 2ª Região	1070	1091	1,96%	182	176	-3,30%	2365	2419	2,28%	287	294	2,44%
12104	Tribunal Regional Federal da 3ª Região	1953	1928	-1,28%	284	276	-2,82%	4560	4647	1,91%	709	704	-0,71%
12105	Tribunal Regional Federal da 4ª Região	1002	1022	2,00%	129	124	-3,88%	2652	2670	0,68%	58	72	24,14%
12106	Tribunal Regional Federal da 5ª Região	649	659	1,54%	118	101	-14,41%	1921	1891	-1,56%	84	61	-27,38%

CORREGEDORIA-GERAL
TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

DECISÕES

PROCESSO: 0025815-88.2006.4.01.3600
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): JOAO ANSELMO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: GILMAR ANTÔNIO DAMIN

DECISÃO

Verifico que a questão debatida nos autos foi julgada pelo Supremo Tribunal Federal no RE n. 593.068/SC (sobrestado por força do instituto da repercussão geral), nos termos da seguinte ementa:

"CONSTITUCIONAL. REPERCUSSÃO GERAL. TRIBUTÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REGIME PREVIDENCIÁRIO. CONTRIBUIÇÃO. BASE DE CÁLCULO. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. GRATIFICAÇÃO NATALINA (DÉCIMO-TERCEIRO SALÁRIO). HORAS EXTRAS. OUTROS PAGAMENTOS DE CARÁTER TRANSITÓRIO. LEIS 9.783/1999 E 10.887/2004. CARACTERIZAÇÃO DOS VALORES COMO REMUNERAÇÃO (BASE DE CÁLCULO DO TRIBUTO). ACÓRDÃO QUE CONCLUI PELA PRESENÇA DE PROPÓSITO ATUARIAL NA INCLUSÃO DOS VALORES NA BASE DE CÁLCULO DO TRIBUTO (SOLIDARIEDADE DO SISTEMA DE CUSTEIO).

1. Recurso extraordinário em que se discute a exigibilidade da contribuição previdenciária incidente sobre adicionais e gratificações temporárias, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno', e 'adicional de insalubridade'. Discussão sobre a caracterização dos valores como remuneração, e, portanto, insertos ou não na base de cálculo do tributo. Alegada impossibilidade de criação de fonte de custeio sem contrapartida de benefício direto ao contribuinte. Alcance do sistema previdenciário solidário e submetido ao equilíbrio atuarial e financeiro (arts. 40, 150, IV e 195, § 5º da Constituição).

2. Encaminhamento da questão pela existência de repercussão geral da matéria constitucional controvertida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 12 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.52.004879-7
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: IVANA CAETANO BORDIN
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Verifico que a questão debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2010.71.52.003466-0/RS (processado sob o rito do art. 15, § § 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. SERVIDOR PÚBLICO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Acórdão que reformou em parte a sentença procedência de primeiro grau, a reconhecer que a contribuição previdenciária incidente sobre o terço constitucional de férias é tributo sujeito ao lançamento de ofício e não por homologação.

2. A jurisprudência dominante do STJ firmou-se no sentido ora esposado, pelo que a repetição dos valores indevidamente recolhidos a esse título deve observar a prescrição qüinqüenal prevista no art. 168, I, CTN e não a decenal (tese do 5 + 5).

3. Pedido de Uniformização conhecido e desprovido, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § § 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da TNU.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.50.016191-2
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: VERA REGINA TEIXEIRA MANZANO
PROC./ADV.: RAIMUNDO FLORES
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Verifico que a questão debatida nos autos foi julgada pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp n. 1.269.570/MG (admitido como representativo de controvérsia), nos termos da seguinte ementa:

"CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA (ART. 543-C, DO CPC). LEI INTERPRETATIVA. PRAZO DE PRESCRIÇÃO PARA A REPETIÇÃO DE INDÉBITO NOS TRIBUTOS SUJEITOS A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. ART. 3º, DA LC 118/2005. POSICIONAMENTO DO STF. ALTERAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SUPERADO ENTENDIMENTO FIRMADO ANTERIORMENTE TAMBÉM EM SEDE DE RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA.

1.O acórdão proveniente da Corte Especial na AI nos Eresp nº 644.736/PE, Relator o Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de 27.08.2007, e o recurso representativo da controvérsia REsp. n. 1.002.932/SP, Primeira Seção, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 25.11.2009, firmaram o entendimento no sentido de que o art. 3º da LC 118/2005 somente pode ter eficácia prospectiva, incidindo apenas sobre situações que venham a ocorrer a partir da sua vigência. Sendo assim, a jurisprudência deste STJ passou a considerar que, relativamente aos pagamentos efetuados a partir de 09.06.05, o prazo para a repetição do indébito é de cinco anos a contar da data do pagamento; e relativamente aos pagamentos anteriores, a prescrição obedece ao regime previsto no sistema anterior.

2.No entanto, o mesmo tema recebeu julgamento pelo STF no RE n. 566.621/RS, Plenário, Rel. Min. Ellen Gracie, julgado em 04.08.2011, onde foi fixado marco para a aplicação do regime novo de prazo prescricional levando-se em consideração a data do ajuizamento da ação (e não mais a data do pagamento) em confronto com a data da vigência da lei nova (9.6.2005).

3. Tendo a jurisprudência deste STJ sido construída em interpretação de princípios constitucionais, urge inclinar-se esta Casa ao decidido pela Corte Suprema competente para dar a palavra final em temas de tal jaez, notadamente em havendo julgamento de mérito em repercussão geral (arts. 543-A e 543-B, do CPC). Desse modo, para as ações ajuizadas a partir de 9.6.2005, aplica-se o art. 3º, da Lei Complementar n. 118/2005, contando-se o prazo prescricional dos tributos sujeitos a lançamento por homologação em cinco anos a partir do pagamento antecipado de que trata o art. 150, §1º, do CTN.

4. Superado o recurso representativo da controvérsia REsp. n. 1.002.932/SP, Primeira Seção, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 25.11.2009.

5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do STJ, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 12 de setembro de 2012

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.50.002579-2
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MARLISE ISABEL SANTOS CARRASCO
PROC./ADV.: RAFAEL S. BONOTTO
PROC./ADV.: KAREN CRISTIANE PEREIRA DE MELO

DECISÃO

Verifico que a questão debatida nos autos foi julgada pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp n. 1.192.556/PE (admitido como representativo da controvérsia), nos termos da seguinte ementa:

"TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ABONO DE PERMANÊNCIA. INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA.

1. Sujeitam-se incidência do Imposto de Renda os rendimentos recebidos a título de abono de permanência a que se referem o § 19 do art. 40 da Constituição Federal, o § 5º do art. 2º e o § 1º do art. 3º da Emenda Constitucional 41/2003, e o art. 7º da Lei 10.887/2004. Não há lei que autorize considerar o abono de permanência como rendimento isento.

2. Recurso especial provido."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § § 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do STJ.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0000506-22.2011.4.01.9410
ORIGEM: RO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): DANIEL FERREIRA DOS SANTOS
PROC./ADV.: ANA PAULA MORAIS DA ROSA

DECISÃO

O agravo atendeu aos pressupostos de admissibilidade.

Verifico que a questão debatida nos autos foi julgada pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp n. 1.192.556/PE (admitido como representativo da controvérsia), nos termos da seguinte ementa:

"TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ABONO DE PERMANÊNCIA. INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA.

1. Sujeitam-se incidência do Imposto de Renda os rendimentos recebidos a título de abono de permanência a que se referem o § 19 do art. 40 da Constituição Federal, o § 5º do art. 2º e o § 1º do art. 3º da Emenda Constitucional 41/2003, e o art. 7º da Lei 10.887/2004. Não há lei que autorize considerar o abono de permanência como rendimento isento.

2. Recurso especial provido."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 11 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

DECISÕES

AUTOS FÍSICOS

PROCESSO: 2005.38.00.701340-2
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): TRINDADE PEREIRA DA SILVA DANTAS
PROC./ADV.: MARIA AMÉLIA SILVEIRA ALBUQUERQUE

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. COMPROVADO O EXERCÍCIO DE ATIVIDADE RURAL DO SEGURADO. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. NECESSIDADE DE REEXAME DE MATÉRIA DE FATO E DE PROVAS. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Pedido de concessão de benefício de pensão por morte de trabalhador rural julgado procedente por Juizado Especial Federal.

2.Verificou-se, com base nas provas dos autos e em depoimento testemunhal, que o segurado falecido exerceu a profissão de lavrador rural. Paradigmas relacionados à necessidade de comprovação do exercício de atividade rural. Divergência não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica.

3.Aplicação da Questão de Ordem n. 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

4.A revisão das provas dos autos atrai a aplicação ainda da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

5.Incidente de uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 10 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2006.33.00.714863-6
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VALDIRENE CORREIA DE LIMA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. CONSTATADA A VULNERABILIDADE SOCIAL DA PARTE AUTORA. LAUDO SOCIOECONÔMICO. DESNECESSIDADE. AFERIÇÃO POR OUTROS MEIOS DE PROVAS. JURISPRUDÊNCIA DA TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 13/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Pedido de concessão de benefício assistencial julgado procedente por Juizado Especial Federal.

2.Com a análise das provas, comprovou-se a incapacidade total e definitiva da parte para o trabalho, em virtude de não possuir meios de prover o próprio sustento ou de tê-lo provido por sua família. Constatou-se a vulnerabilidade social da parte por outros meios de prova que não o laudo socioeconômico.

3.A jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência preleciona que a miserabilidade da parte a qual se concede o benefício assistencial pode ser aferida por qualquer meio de prova submetida ao contraditório, sendo inexigível, pois, a comprovação somente com o laudo socioeconômico. A respeito, menciona-se os seguintes julgados: PEDILEF n. 2009.32.00.703188-2, relator Juiz Federal Jorge Gustavo Serra de Macedo Costa, DJe de 7.10.2011; PEDILEF n. 2008.33.00.704439-0, relator Juiz Federal Jorge Gustavo Serra de Macedo Costa, DJe de 7.10.2011; e PEDILEF n. 2006.81.00.502333-4, relator Juiz Federal Vladimir Santos Vitovsky, DJe de 8.7.2011.

4.Aplicação da Questão de Ordem n. 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

5.Incidente de uniformização inadmitido com fundamento no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 4 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2007.33.00.704707-7
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: DEIJANIRA DIAS DOS SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. CONDIÇÃO DE RURÍCOLA. AUSÊNCIA DE PROVA MATERIAL. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. ANÁLISE DAS PROVAS. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2, da Lei n. 10.259/2001.

2.Não foram atendidos os requisitos indispensáveis à comprovação da divergência jurisprudencial, uma vez que não se demonstrou o dissídio a teor do que dispõe o art. 13, caput, do Regimento Interno da TNU. Com efeito, não basta a simples transcrição da ementa dos julgados tidos por paradigmas, sendo necessário que a parte proceda ao devido cotejo analítico de modo a demonstrar a semelhança entre as bases fáticas dos acórdãos confrontados e a divergência entre teses jurídicas conferidas a um mesmo contexto

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

(PEDILEF n. 200770500159096, relator Juiz Federal Rogério Moreira Alves, DJ de 1.6.2012; PEDILEF n. 05080126520104058100, relator Juiz Federal Paulo Ricardo Arena Filho, DJ de 31.3.2012 e PEDILEF n. 200785005046852, relatora Juíza Federal Simone dos Santos Lemos Fernandes, DJ de 31.3.2012).

3.A pretensão de rever as provas dos autos esbarra na aplicação da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

4.Incidente de uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 5 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2007.33.00.704738-9
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: COSMA MARIA DE SOUZA TRINDADE
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de impugnação incidental proposta por COSMA MARIA DE SOUZA TRINDADE contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização ante a não demonstração da divergência e a impossibilidade de revisão das questões fáticas.

Considerando o disposto no art. art. 15, § 4º, do Regimento Interno da TNU (Resolução n. 22 de 4.9.2008), recebo a presente petição como agravo, passando, pois à sua apreciação.

Alega a parte agravante, em síntese, que os pressupostos de admissibilidade do pedido de uniformização foram atendidos, razão pela qual requer a sua admissão.

É o relatório. Decido.

No presente caso, o pedido de concessão de benefício assistencial foi julgado improcedente por Juizado Especial Federal, tendo em vista que a renda do grupo familiar resulta em valor consideravelmente superior ao limite previsto no art. 20, § 3º, da Lei n. 8.742/93.

São apresentados paradigmas do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e da TNU, dispondo este que a aferição da renda mensal deve ser tida como um valor considerado insatisfatório à subsistência da pessoa portadora de deficiência ou idosa, não impedindo, contudo que o julgador faça uso de outros elementos probatórios.

De início, a Turma Nacional de Uniformização já decidiu que é inadmissível o incidente quando o paradigma indicado como divergente é oriundo de Tribunal Regional Federal a teor do que dispõe o art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001, conforme julgado no PEDILEF n. 2009.39.00.700387-8 (relatora juíza federal Simone dos Santos Lemos Fernandes, DJe de 23.3.2012), nestes termos:

"EMENTA/VOTO PROCESSUAL CIVIL. UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA COM DECISÕES DE TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL. INAPTIDÃO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. As hipóteses que autorizam o manejo do incidente de uniformização encontram-se previstas no art. 14 da Lei n.º 10.259/2001, que estabelece a competência desta Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais quando demonstrada divergência entre decisões sobre questões de direito material de Turmas de diferentes Regiões ou quando presente decisão proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça. 2. Nos termos do art. 14, § 2º da Lei n.º 10.259/2001, paradigmas emanados de Tribunal Regional Federal não possuem aptidão para a instauração de pedido de uniformização de jurisprudência. 3. Incidente de Uniformização não conhecido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Quanto ao paradigma remanescente, verifica-se que não foram atendidos os requisitos indispensáveis à comprovação da divergência jurisprudencial, uma vez que não se demonstrou o dissídio a teor do que dispõe o art. 13, caput, do Regimento Interno da TNU.

Com efeito, não basta a simples transcrição da ementa dos julgados tidos por paradigmas, sendo necessário que a parte proceda ao devido cotejo analítico de modo a demonstrar a semelhança entre as bases fáticas dos acórdãos confrontados e a divergência entre teses jurídicas conferidas a um mesmo contexto. A respeito: PEDILEF n. 200770500159096, relator Juiz Federal Rogério Moreira Alves, DJ de 1.6.2012; PEDILEF n. 05080126520104058100, relator Juiz Federal Paulo Ricardo Arena Filho, DJ de 31.3.2012 e PEDILEF n. 200785005046852, relatora Juíza Federal Simone dos Santos Lemos Fernandes, DJ de 31.3.2012.

Ante o exposto, conheço do agravo e nego-lhe provimento.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 5 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2007.71.95.014078-7
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
AGRAVANTE: EUGÊNIA ANITA BUNDCHEN
PROC./ADV.: BERNADETE LERMEN JAEGER
AGRAVADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por EUGÊNIA ANITA BURDCHEN contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização ante a inviabilidade de reexame de matéria fática.

Alega a parte agravante, em síntese, que os pressupostos de admissibilidade do pedido de uniformização foram atendidos, razão pela qual requer a sua admissão.

É o relatório. Decido.

No presente caso, não foi concedido o pedido de aposentadoria rural por idade, uma vez que, diante das provas apresentadas nos autos, não ficou comprovado o tempo de trabalho na agricultura em regime de economia familiar.

São apresentados paradigmas no sentido de aceitação dos documentos apresentados, no caso concreto, para comprovação da atividade rural. A divergência, portanto, não foi demonstrada, visto que se resume à análise dos documentos e das provas de cada caso.

Ademais, é inviável que se proceda a nova análise das provas visando a alteração do entendimento proferido. Incide o teor da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

Ante o exposto, conheço do agravo e nego-lhe provimento.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502543-97.2008.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
AGRAVANTE: JOSETE GOMES LIRA DE ARRUDA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
AGRAVADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por JOSETE GOMES LIRA DE ARRUDA contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização ante a inexistência de similitude entre os julgados objeto da divergência e a impossibilidade de se rever matéria fática.

Alega a parte agravante, em síntese, que os pressupostos de admissibilidade do pedido de uniformização foram atendidos, razão pela qual requer a sua admissão.

É o relatório. Decido.

No presente caso o pedido de concessão de benefício previdenciário de auxílio-doença foi julgado improcedente por Juizado Especial Federal, visto não haver incapacidade laboral.

É apresentado paradigma no sentido de ser devido auxílio-doença ante a incapacidade parcial e definitiva do segurado.

A divergência não foi demonstrada, pois inexiste similitude fático-jurídica entre os acórdãos confrontados. Incide na espécie a Questão de Ordem n. 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

A revisão do julgado a fim de ser alterada a conclusão de que inexiste incapacidade atrai a aplicação da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

Ante o exposto, conheço do agravo e nego-lhe provimento.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 10 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2008.33.00.713845-4
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: NOEME RODRIGUES DA SILVA
PROC./ADV.: ANDREZA DE OLIVEIRA CERQUEIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de pedido de submissão interposto por NOEME RODRIGUES DA SILVA com base no art. 15, § 4º, do RITNU, alterado pela Resolução CJF n. 62/2009, contra decisão da Presidência da Turma Recursal da Seção Judiciária da Bahia que inadmitiu incidente de uniformização fundado no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

Nas razões, limita-se a parte a requerer que a decisão de inadmissão preliminar do incidente nacional de uniformização seja submetida ao Presidente da TNU.

É o relatório. Decido.

É incabível o pedido de submissão apresentado.

Verifica-se que a Resolução CJF n. 163/2011, publicada no DOU de 14.11.2011, alterou a redação do art. 15, § 4º, do Regimento Interno da TNU (Resolução n. 22 de 4.9.2008), passando a exigir a apresentação de agravo contra a decisão de inadmissão preliminar do incidente nacional de uniformização, in verbis:

"Art. 15. [...]

§ 4º Em caso de inadmissão preliminar do incidente nacional de uniformização, a parte poderá interpor agravo nos próprios autos, no prazo de dez dias, a contar da publicação da decisão recorrida, devendo fundamentar o pleito, demonstrando o equívoco da decisão recorrida e a circunstância de se encontrar em confronto com súmula e jurisprudência dominante da TNU, do STJ e do STF."

Assim, não basta a simples formulação de requerimento de submissão - tal como previsto na norma anterior.

O agravo deve ser fundamentado, demonstrando-se o equívoco da decisão recorrida e a circunstância de se encontrar em confronto com súmula e jurisprudência dominante da TNU, do STJ ou do STF, o que não foi realizado.

Dessa forma, ante a incidência imediata da lei superveniente, princípio geral norteador do direito intertemporal processual, deve-se observar a legislação vigente ao tempo da publicação da decisão.

Considerando que a referida resolução entrou em vigor na data da sua publicação (art. 7º), o que ocorreu em 14.11.2011, o texto é plenamente aplicável ao caso dos autos, uma vez que a decisão da Presidência da Turma Recursal foi proferida tão somente em 23.2.2012.

Ante o exposto, não conheço do pedido de submissão.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 5 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501190-19.2008.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MARIA JOSÉLIA DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos a decisão monocrática da Presidência da TNU que aplicou a Questão de Ordem n. 3/TNU, tendo em vista que o paradigma apresentado pela parte nem sequer apontou o número do processo a que se refere.

Alega a parte embargante a existência de contradição no julgado ao deixar de apreciar o recurso em vista do paradigma apresentado de lavra da própria TNU, colacionado em anexo do recurso, o que possibilita sua identificação.

É o relatório. Decido.

De fato, após nova e atenta análise do recurso, verifica-se que, mesmo não tendo a parte indicado o número do processo ao qual se refere o julgado, é possível identificá-lo por meio da cópia do inteiro teor do acórdão paradigma anexada ao recurso. Sendo assim, passo a nova análise para sanar a contradição indicada.

Verifico que a questão jurídica versada nos autos já foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 0508032-49.2007.4.05.8201 (relator juiz federal Adel Américo Dias de Oliveira) nos termos da seguinte ementa:

"INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. RESTABELECIMENTO. DECURSO DE MAIS DE CINCO ANOS ENTRE CANCELAMENTO ADMINISTRATIVO E AJUIZAMENTO DA AÇÃO. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. AUSÊNCIA. APLICAÇÃO DO ART. 103 DA LEI N. 8.213/91. QUESTÃO DE ORDEM 20/TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

1. Pedido de restabelecimento de auxílio-doença e conversão em aposentadoria por invalidez.

2. Sentença de improcedência do pedido, ao argumento de que, tendo ocorrido a cessação do benefício que se busca restabelecer em 30.08.2002 e sido ajuizada a presente ação em 28.11.2007, operou-se a prescrição do fundo de direito prevista no Decreto nº 20.910/32.

3. Manutenção da sentença pela Turma Recursal da Paraíba.

4. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001.

5. Alegação de que o acórdão recorrido é divergente da Súmula 85 do Superior Tribunal de Justiça e de precedente desta TNU no julgamento do PEDILEF 2005.37.00.753233-0, bem como de acórdãos proferidos por Tribunais Regionais Federais.

6. Incidente não admitido pela Presidência da Turma Recursal da Paraíba, sob fundamento de ausência de similitude fática.

7. Inicialmente, cumpre referir que as decisões proferidas por Tribunais Regionais Federais não são aptas a configurar o dissídio jurisprudencial, conforme disposto no § 2º do art. 14 da Lei nº 10.259/01.

8. Da mesma forma em relação à Súmula 85 do STJ, já que sua redação se alinha aos fundamentos do acórdão recorrido.

9. Contudo, tenho que deva ser conhecido o incidente em virtude da caracterização da divergência com o precedente da TNU no julgamento do PEDILEF 2005.37.00.753233-0.

10. O Decreto nº 20.910/32, ao tratar da prescrição das dívidas passivas da União e suas autarquias (extensão decorrente do Decreto-Lei nº 4.597/42), qualquer que seja sua natureza, prevê que a mesma ocorrerá após cinco anos a contar da data do ato ou fato do qual se originarem.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

11. Já a Súmula 85 do STJ prescreve, no tocante apenas às 'relações de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora' - como no caso da manutenção de benefícios previdenciários pelo INSS -, 'quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado' - situação oposta a dos autos, onde o INSS indeferiu o pleito administrativamente - 'a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior ao ajuizamento da ação'. Fulcrada nessa redação, a decisão recorrida não aplicou o verbete ao caso dos autos, visto que o mesmo estaria reservado apenas aos benefícios que foram deferidos pela autarquia previdenciária e que o segurado objetivasse revisar.

12. Não obstante tais considerações, entendo que, no que concerne à prescrição do fundo de direito, ou decadência, no âmbito previdenciário, aplicável as disposições da Lei nº 8.213/91, que traz regras específicas e que, por se tratar de lei especial, prevalece ao Decreto nº 20.910/32, que é lei geral.

13. Nesse particular, o art. 103, caput, da LBPS refere que 'É de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo'. Note-se que a redação do artigo, a priori, trataria apenas de prazo para a revisão do ato de concessão do benefício, 'ato de concessão positivo", se assim podermos denominar. Porém, tenho que é aplicável também ao "ato de concessão negativo', ou de indeferimento, visto que um dos marcos iniciais de contagem do prazo é 'do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo' (grifei). Ao meu ver, entender que o caput do art. 103 seria aplicável tão somente aos benefícios deferidos seria tornar inócua a parte final do dispositivo.

14. Saliento, por oportuno, que a previsão de prazo prescricional de cinco anos no parágrafo único do aludido art. 103 é aplicável tão somente a valores devidos ou a serem restituídos pelo INSS, não se aplicando ao caso dos autos.

15. Assim, em observância ao art. 103 da Lei nº 8.213/91, a parte autora possuía o prazo de dez anos para intentar ação judicial buscando a revisão do ato administrativo de indeferimento de seu benefício, e não prazo quinquenal como defendido pela decisão impugnada.

16. Incidente de uniformização conhecido e provido, para uniformizar o entendimento de que não é aplicável aos benefícios previdenciários a prescrição do fundo de direito do Decreto nº 20.910/32, mas sim o prazo decadencial do art. 103 da Lei nº 8.213/91.17. Necessária a dilação probatória, em especial para a produção de prova pericial médica, determino a anulação da sentença e do acórdão, conforme Questão de Ordem 20/TNU.

18. Sugiro ao eminente Presidente desta Turma que imprima, ao resultado desse julgamento, a sistemática prevista no art. 7º, VII, 'a', do RITNU."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.

Embargos de declaração acolhidos para sanar a contradição na decisão embargada, determinando a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0014264-77.2008.4.01.4300
ORIGEM: TO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS
REQUERENTE: SAULO BELÉM VELAR
PROC./ADV.: LEONARDO DO COUTO SANTOS FILHO
PROC./ADV.: NATHALIA MARQUES LEIME
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica versada nos autos já foi julgada pela Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial n. 1.112.557/MG, conforme o procedimento previsto para os Recursos Repetitivos, tendo como relator o Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, DJ de 20.11.2009, nos termos da seguinte ementa:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DA CF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min. NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, ou seja, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 10 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0015314-07.2009.4.01.4300
ORIGEM: TO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS
AGRAVANTE: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
AGRAVADO(A): JOSÉ NAZARÉ RODRIGUES BARROS
PROC./ADV.: ANDERSON MAMEDE

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pela FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA contra decisão que inadmitiu o pedido de uniformização ante o não cabimento de apreciação de questões processuais em incidente de uniformização.

Alega a parte agravante, em síntese, que os pressupostos de admissibilidade do pedido de uniformização foram atendidos, razão pela qual requer sua admissão.

É o relatório. Decido.

O incidente de uniformização de jurisprudência foi interposto com base no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão proferido pela Turma Recursal de Tocantins que, reformando parcialmente a sentença, determinou a incidência dos juros e correção monetária segundo o disposto no art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, com a redação dada pela Lei n. 11.960/2009, no pagamento das diferenças salariais decorrentes da inclusão da GDASST (Gratificação de desempenho de atividade da Seguridade Social e Trabalho) no valor de 60 pontos.

A tese jurídica desenvolvida no pedido de uniformização, relativa à anulação da decisão em razão de julgamento ultra petita constitui matéria de natureza processual, cuja apreciação é incabível na via do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, porquanto, nos termos do que dispõe o art. 14, caput, da Lei n. 10.259/2001, a admissibilidade do incidente restringe-se às hipóteses de divergência sobre questões de direito material.

Aplica-se, assim, a Súmula n. 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

Ante o exposto, conheço do agravo e nego-lhe provimento.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0043721-16.2009.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): FLÁVIA DA SILVA CARNEIRO MARQUES
PROC./ADV.: PAULO ESTEVES CARNEIRO

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração interposto pela União Federal contra decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização que, em juízo de admissibilidade, inadmitiu incidente de uniformização de jurisprudência suscitado com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001, quanto à questão de pagamento de ajuda de custo em razão de remoção a pedido, e, no que concerne à aplicação do artigo 1º F da Lei 9494/97, determinou a devolução dos autos, para manutenção ou adequação do acórdão, no que concerne à aplicação do artigo 1º F da Lei 9494/97.

Alega a embargante, em síntese: a) que, quanto ao pagamento da ajuda de custo, há necessidade da decisão ser aclarada, pois "...olvidou-se de que na hipótese dos autos a remoção ocorreu independentemente do interesse da Administração, tendo em vista que o(a) servidor(a) participou voluntariamente do processo seletivo e arcou com o ônus de ser transferido para localidade para onde almejava nova lotação" (sic); b) que pretende prequestionar a matéria, em especial o art. 36, inciso III, alínea "c", da Lei 8112/90; c) que há jurisprudência do STJ em sentido contrário ao entendimento da TNU; d) que a questão deve ser analisada tendo em vista o enunciado da Súmula Vinculante n. 10 do STF. Pede, ao final, que sejam sanadas as omissões/contradições apontadas, com atribuição de efeito modificativo, bem como que sejam analisados os dispositivos indicados, inclusive para fins de prequestionamento.

É o relatório. Decido.

Os embargos de declaração, cujos pressupostos estão relacionados no artigo 48 da Lei nº 9.099/95, aplicável subsidiariamente ao rito deste Juizado Especial Federal, visam aclarar obscuridade, desfazer contradição ou suprir omissão a respeito de questão jurídica de especial relevância para o desate da lide.

Convém esclarecer que o simples descontentamento da parte com o julgamento não tem o condão de tornar cabível tal recurso - de rígidos contornos processuais -, que serve para o aprimoramento da decisão, não para a sua modificação, que só excepcionalmente é admitida.

Desde já, observo que a Embargante equivocou-se quanto à parte dispositiva da decisão embargada, quanto ao item referente ao pagamento da ajuda de custo, uma vez que não foi determinada a devolução para manutenção ou adequação do julgado e, sim, inadmitido o incidente.

Quanto ao teor dos embargos de declaração e si, não verifico a ocorrência de qualquer vício que possa dar ensejo à sua oposição. A propósito, a leitura de suas razões deixa evidente o inconformismo da embargante quanto à decisão de inadmissibilidade, em parte, do seu incidente de uniformização, ficando claro que sua única pretensão é a de que se reveja o julgado, o que não é admissível na via eleita.

A fim de que não se alegue falta de entrega da plena prestação jurisdicional, destaco que a questão central posta em discussão, ou seja, se é ou não devido o pagamento de ajusta de custo, no caso de remoção a pedido do interessado, foi analisada nas instâncias ordinárias, tendo sido decidido que seja na remoção ex officio, seja na remoção a pedido, sempre está presente o interesse público, de modo que se torna devido o pagamento da referida ajuda de custo

A propósito, tal como salientado na r.decisão embargada, o acórdão recorrido está em perfeita consonância com a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização, que firmou-se no mesmo sentido, razão pela qual, com invocação da Questão de Ordem nº 13/TNU, quanto a essa matéria, o pedido de uniformização foi inadmitido.

Por fim, relembro que eventual discussão sobre matéria constitucional essa deve ser argüida e dirimida em sede de recurso extraordinário, pois a competência dessa Turma é restrita à uniformização de lei federal.

Mediante essas considerações, rejeito os embargos.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 05 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.39.00.702571-9
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MANOEL FONSECA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. COMPROVADO O EXERCÍCIO DE ATIVIDADE RURÍCOLA. DIVERGÊNCIA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Pedido de concessão de benefício previdenciário de aposentadoria rural por idade julgado procedente por Juizado Especial Federal.

2.Constatado, com base nas provas dos autos, que a parte autora exercia atividade rurícola. Entendimento de que o vínculo empregatício urbano e a realização de contribuições previdenciárias não são suficientes para descaracterizar a condição de segurado especial. Paradigma que constata que o período de atividade urbana foi exercido por mais de oito anos e que a parte autora não comprovou desempenho de atividade rurícola pelo período de carência. Divergência não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica.

3.Aplicação da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

4.Incidente de uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 10 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 2009.33.00.700782-4
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
AGRAVANTE: ANTÔNIO GIVALDO NERES DE SOUZA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
AGRAVADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por ANTÔNIO GIVALDO NERES DE SOUZA contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização sob o fundamento de que as questões fáticas não são passíveis de uniformização, não tendo sido demonstrada a divergência jurisprudencial.

Alega a parte agravante, em síntese, que os pressupostos de admissibilidade do pedido de uniformização foram atendidos, razão pela qual requer a sua admissão.

É o relatório. Decido.

No presente caso, a Turma Recursal concluiu que, uma vez demonstrada que a incapacidade é provisória, deve ser concedido apenas o auxílio-doença, razão pela qual deu provimento ao recurso do INSS para indeferir a aposentadoria por invalidez.

É apresentado paradigma no sentido de que, na apreciação da concessão da aposentadoria, é permitido ao julgador levar em consideração aspectos socioculturais, pessoais e econômicos do segurado.

A questão relacionada à análise das condições pessoais, sociais e econômicas da parte autora quando da concessão do benefício previdenciário não foi objeto de análise por parte da Turma Recursal. Aplicação, na espécie, da Questão de Ordem n. 10/TNU, in verbis: "Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre s a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido".

Ante o exposto, conheço do agravo e nego-lhe provimento.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 4 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.33.00.706866-0
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: DOMINGOS RAIMUNDO DOS SANTOS
PROC./ADV.: MANOEL DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de impugnação incidental apresentada pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização ante a impossibilidade de reexame dos fatos.

Considerando o disposto no art. art. 15, § 4º, do Regimento Interno da TNU (Resolução n. 22 de 4.9.2008), recebo a presente petição como agravo, passando, pois, à sua apreciação.

Alega a parte agravante, em síntese, que os pressupostos de admissibilidade do pedido de uniformização foram atendidos, razão pela qual requer a sua admissão.

É o relatório. Decido.

Não foram atendidos os requisitos indispensáveis à comprovação da divergência jurisprudencial uma vez que não identificada a fonte dos julgados paradigmas. A respeito já decidiu a TNU conforme julgado no PEDILEF n. 0500654-50.2009.4.05.8402/RN (relatora juíza federal Simone dos Santos Lemos Fernandes, DJe de 7.10.2011), nestes termos:

"PROCESSUAL CIVIL. UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE DECISÕES DE TURMAS DE DIFERENTES REGIÕES. DEMONSTRAÇÃO. JUNTADA DE CÓPIA DOS JULGADOS, COM INDICAÇÃO DA FONTE. NECESSIDADE. QUESTÃO DE ORDEM Nº 3/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. Além da demonstração analítica da divergência entre os acórdãos em cotejo, exige-se, na hipótese de incidente calcado no conflito entre decisões de Turmas de Regiões diversas, que o recorrente comprove a sua existência. Pode o recorrente se desincumbir desse ônus através da juntada aos autos de certidão, cópia autenticada ou citação do repositório de jurisprudência oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que tiver sido publicada a decisão divergente. Admite-se ainda, para essa finalidade, a reprodução de julgado disponível na internet, desde que com indicação da respectiva fonte ou link que remeta o interessado diretamente ao acórdão indicado como paradigma (inteligência do art. 13 do Regimento Interno desta Turma c/c art. 541 do CPC). 2. Nessa linha de entendimento, a mera transcrição do julgado paradigma no corpo do recurso, mesmo que na sua integralidade, só tem validade quando acompanhada da indicação do repositório de jurisprudência ou fonte da qual foi extraído, de forma a conferir autenticidade ao texto reproduzido. Ônus da parte que não se transfere ao juiz. Aplicação da Questão de Ordem n. 3 desta TNU. 3. Incidente não conhecido, com determinação de devolução dos recursos congêneres às Turmas de origem, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU."

Ante o exposto, conheço do agravo e nego-lhe provimento.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.33.00.702646-8
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA NAZARET FERREIRA SOUZA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Verifico que a questão debatida nos autos foi julgada pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp n. 1108013/RJ , nos termos da seguinte ementa:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL SUBMETIDO À SISTEMÁTICA PREVISTA NO ART. 543-C DO CPC. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DEFENSORIA PÚBLICA. CÓDIGO CIVIL, ART. 381 (CONFUSÃO). PRESSUPOSTOS.

1. Segundo noção clássica do direito das obrigações, ocorre confusão quando uma mesma pessoa reúne as qualidades de credor e devedor.

2. Em tal hipótese, por incompatibilidade lógica e expressa previsão legal extingue-se a obrigação.

3. Com base nessa premissa, a jurisprudência desta Corte tem assentado o entendimento de que não são devidos honorários advocatícios à Defensoria Pública quando atua contra a pessoa jurídica de direito público da qual é parte integrante.

4. A contrario sensu, reconhece-se o direito ao recebimento dos honorários advocatícios se a atuação se dá em face de ente federativo diverso, como, por exemplo, quando a Defensoria Pública Estadual atua contra Município.

5. Recurso especial provido. Acórdão sujeito à sistemática prevista no art. 543-C do CPC e à Resolução nº 8/2008-STJ."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § § 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do STJ.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 3 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.33.00.703897-0
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: ABELARDO DE JESUS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp n. 1108013/RJ (admitido como representativo da controvérsia), nos termos da seguinte ementa:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL SUBMETIDO À SISTEMÁTICA PREVISTA NO ART. 543-C DO CPC. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DEFENSORIA PÚBLICA. CÓDIGO CIVIL, ART. 381 (CONFUSÃO). PRESSUPOSTOS.

1. Segundo noção clássica do direito das obrigações, ocorre confusão quando uma mesma pessoa reúne as qualidades de credor e devedor.

2. Em tal hipótese, por incompatibilidade lógica e expressa previsão legal extingue-se a obrigação.

3. Com base nessa premissa, a jurisprudência desta Corte tem assentado o entendimento de que não são devidos honorários advocatícios à Defensoria Pública quando atua contra a pessoa jurídica de direito público da qual é parte integrante.

4. A contrario sensu, reconhece-se o direito ao recebimento dos honorários advocatícios se a atuação se dá em face de ente federativo diverso, como, por exemplo, quando a Defensoria Pública Estadual atua contra Município.

5. Recurso especial provido. Acórdão sujeito à sistemática prevista no art. 543-C do CPC e à Resolução nº 8/2008-STJ."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.33.00.701495-3
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): EREMILTON CLAUDIO DOS SANTOS
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
LITISCONSORTE : UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos, foi reconhecida como de repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal no ARE n. 662.405, nos termos da seguinte ementa:

"RECURSO EXTRAORDINÁRIO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. ANULAÇÃO DO CONCURSO POR ATO DA PRÓPRIA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, EM FACE DE INDÍCIOS DE FRAUDE NO CERTAME. DIREITO À INDENIZAÇÃO DE CANDIDATO PELOS DANOS MATERIAIS RELATIVOS ÀS DESPESAS DE INSCRIÇÃO E DESLOCAMENTO. APLICABILIDADE DO ART. 37, § 6º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. EXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Supremo Tribunal Federal, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 11 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.33.00.706228-6
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: IRANI SANTOS DA PAIXÃO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp n. 1108013/RJ (admitido como representativo da controvérsia), nos termos da seguinte ementa:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL SUBMETIDO À SISTEMÁTICA PREVISTA NO ART. 543-C DO CPC. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DEFENSORIA PÚBLICA. CÓDIGO CIVIL, ART. 381 (CONFUSÃO). PRESSUPOSTOS.

1. Segundo noção clássica do direito das obrigações, ocorre confusão quando uma mesma pessoa reúne as qualidades de credor e devedor.

2. Em tal hipótese, por incompatibilidade lógica e expressa previsão legal extingue-se a obrigação.

3. Com base nessa premissa, a jurisprudência desta Corte tem assentado o entendimento de que não são devidos honorários advocatícios à Defensoria Pública quando atua contra a pessoa jurídica de direito público da qual é parte integrante.

4. A contrario sensu, reconhece-se o direito ao recebimento dos honorários advocatícios se a atuação se dá em face de ente federativo diverso, como, por exemplo, quando a Defensoria Pública Estadual atua contra Município.

5. Recurso especial provido. Acórdão sujeito à sistemática prevista no art. 543-C do CPC e à Resolução nº 8/2008-STJ."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.33.00.703976-2
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: NILTON SILVA BRITO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de impugnação incidental apresentada por NILTON SILVA BRITO contra decisão que negou seguimento a pedido de uniformização por inexistir similitude fática entre os acórdãos recorrido e paradigma e por ser incabível o reexame dos elementos probatórios constantes dos autos.

Considerando o disposto no art. art. 15, § 4º, do Regimento Interno da TNU (Resolução n. 22 de 4.9.2008), recebo a presente petição como agravo, passando, pois à sua apreciação.

Alega a parte agravante, em síntese, que os pressupostos de admissibilidade do pedido de uniformização foram atendidos, razão pela qual requer sua admissão.

É o relatório. Decido.

O agravo atendeu aos pressupostos de admissibilidade.

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2006.63.01.052381-5 (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. CONCEITO DE NÚCLEO FAMILIAR, PARA AFERIÇÃO DA RENDA PER CAPITA. EXCLUSÃO DA RENDA DO FILHO MAIOR DE 21 ANOS. APLICAÇÃO DO ARTIGO 20, § 1º DA LEI Nº. 8.742/93 (LOAS) COM A REDAÇÃO ANTERIOR À LEI Nº. 12.435/2011. PRECEDENTES. DEMAIS TESES PREJUDICADAS. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA PARTE CONHECIDA, PARCIALMENTE PROVIDO. DEVOLUÇÃO À TURMA RECURSAL DE ORIGEM PARA ADEQUAÇÃO DO JULGADO.

1 - Pedido de Uniformização interposto em face de acórdão que negou provimento ao recurso inominado, confirmando, por seus próprios fundamentos, a sentença que julgara improcedente o pedido de concessão de amparo assistencial à pessoa portadora de deficiência, consignando: 'O estudo social realizado revela que o autor reside em casa própria com sua esposa e mais 4 filhos. Das informações do laudo sócio-econômico observa-se que a renda do grupo familiar provém do trabalho dos filhos. (...) observo que a renda do grupo familiar, composto por 06 pessoas, totaliza a quantia de R$ 1.360,00 (sem contar o valor percebido pelo filho Clemildo), o que ultrapassa o limite fixado pelo legislador no art. 20, § 3º, da Lei 8.742/93. (...) o objetivo do legislador foi amparar aqueles que se encontram em situação de considerável miserabilidade, não podendo contar com nenhuma ajuda familiar, o que não é o caso do autor, sendo importante destacar, aqui, que o dever de assistência entre os familiares é obrigação legal, conforme artigos 1.694 e seguintes do Código Civil'.

2 - O recorrente suscita divergência de interpretação entre o acórdão recorrido e o entendimento adotado por este Colegiado no PEDILEF 2005.63.06.002012-2 (Rel. Juiz Federal Alexandre Miguel, DJU 13.11.2006) no qual se consignou a impossibilidade de interpretação extensiva do art. 20, § 1º da Lei nº. 8.742/93 (LOAS) e do art. 16 da Lei nº. 8.213/91, a fim de computar-se a renda de componentes do núcleo familiar neles não elencados, ainda que vivam sob o mesmo teto, por ausência de previsão legal. Indica, ainda, como paradigma, o PEDILEF nº. 2005.43.00.903968-3 (Relª. Juíza Federal Mônica Autran Machado Nobre, DJU 24.3.2008) no qual esta TNU uniformizou o entendimento de que a comprovação da renda per capita superior a ¼ do salário mínimo não exclui a condição de miserabilidade a qual pode ser apurada, no caso concreto, mediante outros meios de prova. Aponta, finalmente, divergência com acórdão da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência da 4ª Região no qual se acolheu a tese de que o critério objetivo para apurar-se a hipossuficiência do núcleo familiar é de ½ salário mínimo, tendo em vista a edição da Lei nº. 9.533/97 e da Lei nº. 10.689/2003, que tratam dos programas de garantia de renda mínima e do Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA. 3 - Esta Turma Nacional consolidou o entendimento de que, na composição da renda, a noção de grupo familiar deve ser aferida conforme interpretação restrita do disposto no art. 16 da Lei nº. 8.213/91 e no art. 20 da Lei nº. 8.742/93, o que, no caso concreto, exclui do grupo familiar os filhos maiores de 21 anos não inválidos, conforme a redação desses dispositivos em vigor da data do requerimento do benefício. Precedentes: PEDILEF nº. 2007.70.53.002520-3/PR, Relª. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, julgado em 3.8.2009 e PEDIFEF nº. 2008.71.95.00162-7, Rel. Juiz Federal Derivaldo de Figueiredo Bezerra Filho, DJ 5.4.2010.

4 - As modificações da LOAS promovidas pela Lei nº. 12.435/2011 - em especial a nova redação do art. 20, § 1º que alterou o conceito de grupo familiar para fins de aferição da miserabilidade - são inaplicáveis ao caso sub examine, pois não possuem efeito retroativo e não podem retirar do patrimônio jurídico da autora direito que detinha segundo a legislação em vigor na época do requerimento administrativo. Somente após a data da publicação da Lei nº. 12.435/2011 (7.7.2011), o conceito de família a que se refere o caput do art. 20 da Lei nº. 8.742/93 passou a compreender o requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto. Nesse sentido, PEDILEF 2008.71.95.001832-9, Relª. Juíza Federal Simone dos Santos Lemos Fernandes, DOU 27.4.2012.

5 - O acolhimento da tese acima esgrimida torna prejudicada, na espécie, a análise das demais suscitadas pelo requerente, tendo em vista a inexistência de renda diversa da que auferida pelos seus filhos maiores de 21 anos e, consequentemente, a desnecessidade de flexibilização dos critérios de aferição da miserabilidade.

6 - Incidente de uniformização parcialmente conhecido e, na parte conhecida, parcialmente provido, para reiterar a tese consolidada de que o grupo familiar deve ser definido a partir da interpretação restrita do disposto no art. 16 da Lei nº. 8.213/91 e no art. 20 da Lei nº. 8.742/93, devolver os autos à Turma Recursal de origem, a fim de que profira decisão adequada ao entendimento uniformizado.

7 - O julgamento deste incidente de uniformização, que reflete o entendimento consolidado da Turma Nacional de Uniformização, resultará na devolução à Turma de origem de todos os outros recursos que versem sobre o mesmo objeto a fim de que mantenham ou promovam a adequação do acórdão recorrido à tese jurídica firmada, em cumprimento ao disposto nos arts. 7º VII, 'a' e 15, §§ 1º e 3º, da Resolução CJF nº. 22 de 4 de setembro de 2008 (RI/TNU)."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 5 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.33.00.700491-8
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: AGNALDO DOS SANTOS
PROC./ADV.: RISETE REIS E SILVA
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Verifico que a questão debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 0505700-35.2009.4.05.8300/PE (processado sob o rito do art. 15, § § 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. REMOÇÃO A PEDIDO. PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL. AJUDA DE CUSTO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA PELA TURMA RECURSAL DE PERNAMBUCO. SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA ENTRE ACÓRDÃO RECORRIDO E PARADIGMAS. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL DEMONSTRADA. JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA DA TNU. INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO NA REMOÇÃO. AJUDA DE CUSTO DEVIDA. PROVIMENTO DO INCIDENTE.

O incidente de uniformização de interpretação do direito federal tem cabimento quando fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões ou quando o acórdão recorrido for proferido em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante desta Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

A ajuda de custo é devida para instalação do servidor que, no interesse do serviço, passar a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, e destina-se a compensar as despesas respectivas, vedado o duplo pagamento de indenização, a qualquer tempo, no caso de o cônjuge ou companheiro que detenha também a condição de servidor, vier a ter exercício na mesma sede (Lei n.º 8112/90, art. 53).

Hipótese na qual alega o recorrente que a decisão da Turma de origem, confirmando a sentença de improcedência da ajuda de custo decorrente de remoção a pedido, divergiu da jurisprudência dominante desta TNU, segundo a qual a ajuda de custo é devida mesmo no caso de remoção a pedido, considerando-se presente o interesse da Administração.

Identificada a similitude fática e jurídica entre o acórdão recorrido, que entendeu incabível a ajuda de custo no caso de remoção por interesse do servidor, e os paradigmas da TNU, reconhecedores do direito à vantagem, ainda que a remoção seja a pedido do servidor público.

Conhecimento do incidente de uniformização por divergência entre acórdão impugnado e decisões paradigmas.

No mérito, esta TNU firmou jurisprudência entendendo devida a ajuda de custo decorrente da remoção de servidor público, mesmo a pedido, presente o interesse da Administração no preenchimento do cargo vago (TNU - PEDILEF n.º 200651510020756, Juiz Federal Sebastião Ogê Muniz, DJU 18 fev. 2008; PEDILEF n.º 200772510005124, Juiz Federal João Carlos Costa Mayer Soares, DJU 5 abr. 2010). Por ocasião do último julgamento citado, fixou a Turma que 'o interesse do serviço na remoção está presente no oferecimento do cargo vago e não no procedimento administrativo tomado para preenchê-lo, criando-se, a partir daí, o direito do agente público de exigir a ajuda de custo'. Destarte, embora incontestável o interesse do servidor na remoção a pedido, não se pode negar, também, o interesse da Administração no preenchimento do cargo vago, razão pela qual cabível a vantagem, não exigindo o art. 53 do RJU o interesse exclusivo da Administração.

Pedido de Uniformização provido, para reformar o acórdão recorrido e julgar procedente o pedido do autor, reconhecendo-lhe o direito à percepção da ajuda de custo pleiteada. Excluem-se os honorários advocatícios fixados no acórdão recorrido em desfavor do recorrente.

O Presidente da TNU poderá determinar que todos os processos que versarem sobre a mesma questão sejam automaticamente devolvidos às respectivas Turmas de origem, antes mesmo da distribuição do incidente de uniformização, para que confirmem ou adequem o acórdão recorrido (RNU - Regimento Interno, art. 7º, inciso VII, letra 'a')."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § § 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da TNU, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 5 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0036340-20.2010.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LÚCIO MAURO JUVÊNCIO DOS SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp n. 1.108.013/RJ (admitido como representativo da controvérsia), nos termos da seguinte ementa:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL SUBMETIDO À SISTEMÁTICA PREVISTA NO ART. 543-C DO CPC. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DEFENSORIA PÚBLICA. CÓDIGO CIVIL, ART. 381 (CONFUSÃO). PRESSUPOSTOS.

1. Segundo noção clássica do direito das obrigações, ocorre confusão quando uma mesma pessoa reúne as qualidades de credor e devedor.

2. Em tal hipótese, por incompatibilidade lógica e expressa previsão legal extingue-se a obrigação.

3. Com base nessa premissa, a jurisprudência desta Corte tem assentado o entendimento de que não são devidos honorários advocatícios à Defensoria Pública quando atua contra a pessoa jurídica de direito público da qual é parte integrante.

4. A contrario sensu, reconhece-se o direito ao recebimento dos honorários advocatícios se a atuação se dá em face de ente federativo diverso, como, por exemplo, quando a Defensoria Pública Estadual atua contra Município.

5. Recurso especial provido. Acórdão sujeito à sistemática prevista no art. 543-C do CPC e à Resolução nº 8/2008-STJ."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 10 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0005361-82.2010.4.01.4300
ORIGEM: TO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS
AGRAVANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL
AGRAVADO(A): ANA LUCIA RODRIGUES DA SILVA
PROC./ADV.: MARCIO UGLEY DA COSTA

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo INSS contra decisão que negou seguimento a pedido de uniformização, num primeiro momento, em razão da ausência de previsão legal, para demonstração da divergência, de paradigma oriundo da Turma Nacional de Uniformização; e, em um segundo momento, no juízo de admissibilidade, ante a consonância entre o acórdão recorrido e a jurisprudência desta Turma.

Alega a parte agravante, em síntese, que os pressupostos de admissibilidade do pedido de uniformização foram atendidos, razão pela qual requer a sua admissão.

É o relatório. Decido.

O incidente de uniformização de jurisprudência foi interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão proferido pela Turma Recursal do Tocantins que, confirmando a sentença, constatou a situação de miserabilidade da parte por outros meios de prova que não o laudo socioeconômico.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

A jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência preleciona que a miserabilidade da parte a qual se concede o benefício assistencial pode ser aferida por qualquer meio de prova submetida ao contraditório, sendo inexigível, pois, a comprovação somente com o laudo socioeconômico (PEDILEF n. 2009.32.00.703188-2, relator Juiz Federal Jorge Gustavo Serra de Macedo Costa, DJe de 7.10.2011; PEDILEF n. 2008.33.00.704439-0, relator Juiz Federal Jorge Gustavo Serra de Macedo Costa, DJe de 7.10.2011; e PEDILEF n. 2006.81.00.502333-4, relator Juiz Federal Vladimir Santos Vitovsky, DJe de 8.7.2011).

Aplica-se, assim, a Questão de Ordem n. 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, conheço do agravo e nego-lhe provimento.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 5 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0000403-95.2010.4.01.9330
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
AGRAVANTE: ZELINA ANUNCIAÇÃO DOS SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
AGRAVADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de impugnação incidental apresentada por ZELINA ANUNCIAÇÃO DOS SANTOS contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização ante a não demonstração da divergência e a impossibilidade de revisão dos fatos.

Considerando o disposto no art. art. 15, § 4º, do Regimento Interno da TNU (Resolução n. 22 de 4.9.2008), recebo a presente petição como agravo, passando, pois, à sua apreciação.

Alega a parte agravante, em síntese, que os pressupostos de admissibilidade do pedido de uniformização foram atendidos, razão pela qual requer a sua admissão.

É o relatório. Decido.

No presente caso o pedido de concessão de aposentadoria rural, por idade, foi julgado improcedente por Juizado Especial Federal, uma vez que, diante da análise das provas dos autos, não está caracterizada a condição de segurada especial da parte autora.

É apresentado paradigma da TNU que dispõe que o início de prova material necessariamente não deve ser produzido em relação a todo o período de atividade rural, bastando que seja contemporâneo a uma parte de seu exercício.

A divergência não foi demonstrada, visto inexistir similitude fático-jurídica entre os acórdãos confrontados. Incide na espécie a Questão de Ordem n. 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ademais, inviável que se proceda a nova análise das provas visando a alteração do entendimento proferido. Incide ainda o teor da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

Ante o exposto, conheço do agravo e nego-lhe provimento.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 5 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0020376-84.2010.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
AGRAVANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
AGRAVADO(A): JANETE ALMEIDA DE JESUS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização ante a inexistência de similitude entre os julgados objeto da divergência e a impossibilidade de revisão das questões fáticas.

Alega a parte agravante, em síntese, que os pressupostos de admissibilidade do pedido de uniformização foram atendidos, razão pela qual requer a sua admissão.

É o relatório. Decido.

No presente caso, o pedido de restabelecimento de auxílio-doença foi julgado procedente por Juizado Especial Federal, tendo sido comprovado que se trata de progressão ou agravamento de lesão, não havendo doença preexistente.

É apresentado paradigma no sentido da não concessão do benefício ante a inscrição e recolhimento apenas das contribuições necessárias ao preenchimento de carência, já sendo portador de doença em grau incapacitante.

A divergência não foi demonstrada, pois inexiste similitude fático-jurídica entre os acórdãos confrontados. Incide na espécie a Questão de Ordem n. 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

A revisão a respeito dos fatos da causa atrai a aplicação da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

Ante o exposto, conheço do agravo e nego-lhe provimento.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0036276-10.2010.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
AGRAVANTE: DIOZIVAL SANTOS DAS NEVES
PROC./ADV.: NÍVIA CARDOSO GUIRRA SANTANA
AGRAVADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por DIOZIVAL SANTOS DAS NEVES contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização em razão de ser intempestivo.

Alega a parte agravante, em síntese, que os pressupostos de admissibilidade do pedido de uniformização foram atendidos, razão pela qual requer a sua admissão.

É o relatório. Decido.

Mesmo que superada a questão da tempestividade, tenho que o recurso não merece prosperar.

No presente caso, a turma julgadora concluiu pela possibilidade, em tese, de reintegração profissional da parte autora. Por tal motivo, revogou a aposentadoria por invalidez e restabeleceu o auxílio-doença.

É apresentado paradigma que dispõe acerca de concessão de aposentadoria por invalidez em virtude de incapacidade total e permanente.

A divergência não foi demonstrada, pois inexiste similitude fático-jurídica entre os acórdãos confrontados. Incide na espécie a Questão de Ordem n. 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

A revisão quanto ao grau da incapacidade e à possibilidade restabelecimento profissional atrai a aplicação da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

Ante o exposto, conheço do agravo e nego-lhe provimento.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0000373-60.2010.4.01.9330
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: MARINA MARTA LEAL DOS SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de impugnação incidental apresentada por MARINA MARTA LEAL DOS SANTOS contra decisão que negou seguimento a pedido de uniformização ante a ausência de similitude fática entre acórdãos recorrido e paradigma.

Considerando o disposto no art. art. 15, § 4º, do Regimento Interno da TNU (Resolução n. 22 de 4.9.2008), recebo a presente petição como agravo, passando, pois à sua apreciação.

Alega a parte agravante, em síntese, que os pressupostos de admissibilidade do pedido de uniformização foram atendidos, razão pela qual requer sua admissão.

É o relatório. Decido.

O incidente de uniformização de jurisprudência foi interposto com base no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão proferido pela Turma Recursal da Bahia que manteve a sentença de improcedência do pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez.

Com base no laudo pericial, constatou-se a capacidade do segurado para suas atividades laborativas habituais.

No incidente, foi indicado paradigma em que, tendo sido reconhecida a incapacidade parcial do segurado para suas atividades laborativas habituais e consideradas as provas dos autos e as condições pessoais e sociais, foi reconhecida a incapacidade para o exercício de atividade laboral do segurado e concedido o benefício previdenciário.

Dessa forma, a divergência não foi demonstrada, pois inexiste similitude fático-jurídica entre os casos. Ademais, a verificação da incapacidade para o trabalho é matéria objeto de dilação probatória.

Aplica-se à espécie, portanto, a Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato"), bem como a Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

Ante o exposto, conheço do agravo e nego-lhe provimento.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0040794-43.2010.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
AGRAVANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
AGRAVADO(A): DELZUITA JUREMA
PROC./ADV.: PAULO DE TARSO AUGUSTO SANTANA DE QUEIROZ

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização sob o fundamento de que inviável o reexame de matéria fática.

Alega a parte agravante, em síntese, que os pressupostos de admissibilidade do pedido de uniformização foram atendidos, razão pela qual requer a sua admissão.

É o relatório. Decido.

No presente caso, diante das provas dos autos, inclusive testemunhal, foi atestada a qualidade de trabalhador rural da parte autora, razão da concessão de aposentadoria rural por idade ante o julgamento da procedência do pedido pelo Juizado Especial Federal.

São apresentados paradigmas da Turma Recursal do Rio Grande do Sul e do Superior Tribunal de Justiça, sendo este no sentido de não aceitação de documento único apresentado, no caso concreto, para comprovação da atividade rural.

Quanto ao primeiro julgado, verifica-se que não foram atendidos os requisitos indispensáveis à comprovação da divergência jurisprudencial uma vez que não identificada a fonte. A respeito já decidiu a TNU conforme julgado no PEDILEF n. 0500654-50.2009.4.05.8402/RN (relatora juíza federal Simone dos Santos Lemos Fernandes, DJe de 7.10.2011), nestes termos:

"PROCESSUAL CIVIL. UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE DECISÕES DE TURMAS DE DIFERENTES REGIÕES. DEMONSTRAÇÃO. JUNTADA DE CÓPIA DOS JULGADOS, COM INDICAÇÃO DA FONTE. NECESSIDADE. QUESTÃO DE ORDEM Nº 3/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. Além da demonstração analítica da divergência entre os acórdãos em cotejo, exige-se, na hipótese de incidente calcado no conflito entre decisões de Turmas de Regiões diversas, que o recorrente comprove a sua existência. Pode o recorrente se desincumbir desse ônus através da juntada aos autos de certidão, cópia autenticada ou citação do repositório de jurisprudência oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que tiver sido publicada a decisão divergente. Admite-se ainda, para essa finalidade, a reprodução de julgado disponível na internet, desde que com indicação da respectiva fonte ou link que remeta o interessado diretamente ao acórdão indicado como paradigma (inteligência do art. 13 do Regimento Interno desta Turma c/c art. 541 do CPC). 2. Nessa linha de entendimento, a mera transcrição do julgado paradigma no corpo do recurso, mesmo que na sua integralidade, só tem validade quando acompanhada da indicação do repositório de jurisprudência ou fonte da qual foi extraído, de forma a conferir autenticidade ao texto reproduzido. Ônus da parte que não se transfere ao juiz. Aplicação da Questão de Ordem n. 3 desta TNU. 3. Incidente não conhecido, com determinação de devolução dos recursos congêneres às Turmas de origem, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU."

Quanto ao julgado do STJ, a divergência não restou demonstrada, visto que se resume a análise dos documentos e das provas de cada caso.

Ademais, inviável que se proceda a nova análise das provas visando a alteração do entendimento proferido. Incide o teor da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

Ante o exposto, conheço do agravo e nego-lhe provimento.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0010901-16.2010.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LUCIMAR FERRAZ DOS SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECISÃO

O agravo atendeu aos seus pressupostos de admissibilidade.

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp n. 1.108.013/RJ (admitido como representativo da controvérsia), nos termos da se

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL SUBMETIDO À SISTEMÁTICA PREVISTA NO ART. 543-C DO CPC. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DEFENSORIA PÚBLICA. CÓDIGO CIVIL, ART. 381 (CONFUSÃO). PRESSUPOSTOS.

1. Segundo noção clássica do direito das obrigações, ocorre confusão quando uma mesma pessoa reúne as qualidades de credor e devedor.

2. Em tal hipótese, por incompatibilidade lógica e expressa previsão legal extingue-se a obrigação.

3. Com base nessa premissa, a jurisprudência desta Corte tem assentado o entendimento de que não são devidos honorários advocatícios à Defensoria Pública quando atua contra a pessoa jurídica de direito público da qual é parte integrante.

4. A contrario sensu, reconhece-se o direito ao recebimento dos honorários advocatícios se a atuação se dá em face de ente federativo diverso, como, por exemplo, quando a Defensoria Pública Estadual atua contra Município.

5. Recurso especial provido. Acórdão sujeito à sistemática prevista no art. 543-C do CPC e à Resolução nº 8/2008-STJ."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 10 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0024494-06.2010.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): BERLITA BRASIL DOS SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp n. 1.108.013/RJ (admitido como representativo da controvérsia), nos termos da seguinte ementa:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL SUBMETIDO À SISTEMÁTICA PREVISTA NO ART. 543-C DO CPC. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DEFENSORIA PÚBLICA. CÓDIGO CIVIL, ART. 381 (CONFUSÃO). PRESSUPOSTOS.

1. Segundo noção clássica do direito das obrigações, ocorre confusão quando uma mesma pessoa reúne as qualidades de credor e devedor.

2. Em tal hipótese, por incompatibilidade lógica e expressa previsão legal extingue-se a obrigação.

3. Com base nessa premissa, a jurisprudência desta Corte tem assentado o entendimento de que não são devidos honorários advocatícios à Defensoria Pública quando atua contra a pessoa jurídica de direito público da qual é parte integrante.

4. A contrario sensu, reconhece-se o direito ao recebimento dos honorários advocatícios se a atuação se dá em face de ente federativo diverso, como, por exemplo, quando a Defensoria Pública Estadual atua contra Município.

5. Recurso especial provido. Acórdão sujeito à sistemática prevista no art. 543-C do CPC e à Resolução nº 8/2008-STJ."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 10 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.33.00.701864-9
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: LEANDRO SILVA DOS SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp n. 1108013/RJ (admitido como representativo da controvérsia), nos termos da seguinte ementa:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL SUBMETIDO À SISTEMÁTICA PREVISTA NO ART. 543-C DO CPC. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DEFENSORIA PÚBLICA. CÓDIGO CIVIL, ART. 381 (CONFUSÃO). PRESSUPOSTOS.

1. Segundo noção clássica do direito das obrigações, ocorre confusão quando uma mesma pessoa reúne as qualidades de credor e devedor.

2. Em tal hipótese, por incompatibilidade lógica e expressa previsão legal extingue-se a obrigação.

3. Com base nessa premissa, a jurisprudência desta Corte tem assentado o entendimento de que não são devidos honorários advocatícios à Defensoria Pública quando atua contra a pessoa jurídica de direito público da qual é parte integrante.

4. A contrario sensu, reconhece-se o direito ao recebimento dos honorários advocatícios se a atuação se dá em face de ente federativo diverso, como, por exemplo, quando a Defensoria Pública Estadual atua contra Município.

5. Recurso especial provido. Acórdão sujeito à sistemática prevista no art. 543-C do CPC e à Resolução nº 8/2008-STJ."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0016365-19.2010.4.01.4300
ORIGEM: TO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DO CARMO PEREIRA DE SOUSA
PROC./ADV.: MARCOS PAULO FAVARO

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica versada nos autos já foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2005.50.51.001502-0, relatora Juíza Federal Vanessa Vieira de Mello, nos termos da seguinte ementa:

"INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS. PEDIDO DE APOSENTADORIA POR IDADE. REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. VÍNCULO URBANO DO CÔNJUGE DA PARTE AUTORA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 41, DA TNU. NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE. I. Pedido de aposentadoria por idade. II. Sentença de improcedência do pedido, proferida com arrimo na impossbilidade de configurar o regime de economia familiar. III. Alteração do julgado pela Turma Recursal do Espírito Santo. IV. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte ré, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001. V. Alegação de que a posição da Turma Recursal do Espírito Santo difere daquela da TRU - Turma Regional de Uniformização da 4ª Região - autos de nº 2006.70.95.001394-1, e de julgado da TNU - Turma Nacional de Uniformização - processo nº 2006.72.95.016785-7. VI. Inadmissibilidade do incidente com fundamento na jurisprudência do STJ - Superior Tribunal de Justiça. VII. Apresentação, pela parte autora, do requerimento para novo juízo de admissibilidade do Presidente da TNU - Turma Nacional de Uniformização. VIII. Admissão do incidente com fundamento no art. 7º, inciso VI, do Regimento Interno da TNU - Turma Nacional de Uniformização. IX. Aplicação, à hipótese dos autos, do verbete nº 41, do presente tribunal de uniformização: "A circunstância de um dos integrantes do núcleo familiar desempenhar atividade urbana não implica, por si só, a descaracterização do trabalhador rural como segurado especial, condição que deve ser analisada no caso concreto". X. Não conhecimento do incidente com respaldo na impossibilidade do reexame de provas no âmbito da TNU - Turma Nacional de Uniformização e com esteio na súmula nº 41, do Colegiado citado. XI. Incidente de uniformização não conhecido com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.33.00.700973-9
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: LICIA MARIA LEITÃO DOS SANTOS GUIMARÃES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp n. 1108013/RJ (admitido como representativo da controvérsia), nos termos da seguinte ementa:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL SUBMETIDO À SISTEMÁTICA PREVISTA NO ART. 543-C DO CPC. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DEFENSORIA PÚBLICA. CÓDIGO CIVIL, ART. 381 (CONFUSÃO). PRESSUPOSTOS.

1. Segundo noção clássica do direito das obrigações, ocorre confusão quando uma mesma pessoa reúne as qualidades de credor e devedor.

2. Em tal hipótese, por incompatibilidade lógica e expressa previsão legal extingue-se a obrigação.

3. Com base nessa premissa, a jurisprudência desta Corte tem assentado o entendimento de que não são devidos honorários advocatícios à Defensoria Pública quando atua contra a pessoa jurídica de direito público da qual é parte integrante.

4. A contrario sensu, reconhece-se o direito ao recebimento dos honorários advocatícios se a atuação se dá em face de ente federativo diverso, como, por exemplo, quando a Defensoria Pública Estadual atua contra Município.

5. Recurso especial provido. Acórdão sujeito à sistemática prevista no art. 543-C do CPC e à Resolução nº 8/2008-STJ."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0037372-60.2010.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: JOÃO LUIZ DOS SANTOS FILHO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de impugnação incidental apresentada por JOÃO LUIZ DOS SANTOS FILHO contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização ante a não demonstração da divergência e a impossibilidade de revisão dos fatos.

Considerando o disposto no art. art. 15, § 4º, do Regimento Interno da TNU (Resolução n. 22 de 4.9.2008), recebo a presente petição como agravo, passando, pois, à sua apreciação.

Alega a parte agravante, em síntese, que os pressupostos de admissibilidade do pedido de uniformização foram atendidos, razão pela qual requer a sua admissão.

É o relatório. Decido.

No presente caso, o pedido de concessão de auxílio-doença foi julgado procedente por Juizado Especial Federal. A DIB foi fixada na data da realização da perícia, pois foi o momento em que foi constatada a inaptidão laborativa.

São apresentados paradigmas da TNU que dispõem: a) que o início da data do benefício deve ser o momento do requerimento administrativo; e b) que, quando a perícia não consegue especificar a data do início da incapacidade, tratando-se de restabelecimento de auxílio-doença, o termo inicial, presumindo-se a continuidade da doença, corresponde ao cancelamento indevido.

A divergência não foi demonstrada, pois inexiste similitude fático-jurídica entre os acórdãos confrontados. Incide na espécie a Questão de Ordem n. 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ademais, inviável que se proceda a nova análise das provas visando a alteração do entendimento proferido quanto à constatação da inaptidão. Incide ainda o teor da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

Ante o exposto, conheço do agravo e nego-lhe provimento.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 5 de setembro de 2012

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0002156-11.2011.4.01.4300
ORIGEM: TO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS
AGRAVANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
AGRAVADO(A): JOSÉ ALVES BEZERRA
PROC./ADV.: HERALDO PEREIRA DE LIMA

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização ante a impossibilidade de apresentação de divergência com julgado da TNU.

Alega a parte agravante, em síntese, que os pressupostos de admissibilidade do pedido de uniformização foram atendidos, razão pela qual requer a sua admissão.

É o relatório. Decido.

No presente caso, a Turma Recursal, diante das provas dos autos, concluiu que foi comprovada a qualidade de segurado especial, razão pela qual deve ser concedida aposentadoria rural por idade.

É apresentado paradigma da TNU no sentido de que, diante da existência de um único documento em nome do cônjuge que comprove vínculo urbano, está descaracterizado o início de prova material relativo à atividade rural.

A questão relacionada à análise de documentação em nome do cônjuge de forma a descaracterizar a atividade rural da parte autora não foi objeto de debate por parte da Turma Recursal. Aplicação, na espécie, da Questão de Ordem n. 10/TNU ("Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido").

Ante o exposto, conheço do agravo e nego-lhe provimento.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0000098-77.2011.4.01.9330
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: JACKSON ALBERTO DE JESUS ALVES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de impugnação incidental apresentada por JACKSON ALBERTO DE JESUS ALVES contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização ante a inexistência de similitude fática entre os julgados objeto da divergência e a impossibilidade de reexame das provas.

Considerando o disposto no art. art. 15, § 4º, do Regimento Interno da TNU (Resolução n. 22 de 4.9.2008), recebo a presente petição como agravo, passando, pois, à sua apreciação.

Alega a parte agravante, em síntese, que os pressupostos de admissibilidade do pedido de uniformização foram atendidos, razão pela qual requer a sua admissão.

É o relatório. Decido.

No presente caso, o pedido de acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da aposentadoria por invalidez foi julgado improcedente por Juizado Especial Federal, tendo em vista que, diante das provas dos autos, especificamente do laudo pericial, não ficou demonstrado que a parte autora necessite de assistência permanente de terceiros para as atividades da vida diária.

São apresentados paradigmas do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e da TNU. Os julgados da TNU são no sentido do dever do juiz de analisar todas as demais provas dos autos e de se determinar nova perícia técnica quando o primeiro laudo é insuficiente ou lacônico.

De início, a Turma Nacional de Uniformização já decidiu que é inamissível o incidente onde o paradigma indicado como divergente é oriundo de Tribunal Regional Federal a teor do que dispõe o art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001, conforme julgado no PEDILEF n. 2009.39.00.700387-8 (relatora juíza federal Simone dos Santos Lemos Fernandes, DJe de 23.3.2012), nestes termos:

"EMENTA/VOTO PROCESSUAL CIVIL. UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA COM DECISÕES DE TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL. INAPTIDÃO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. As hipóteses que autorizam o manejo do incidente de uniformização encontram-se previstas no art. 14 da Lei n.º 10.259/2001, que estabelece a competência desta Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais quando demonstrada divergência entre decisões sobre questões de direito material de Turmas de diferentes Regiões ou quando presente decisão proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça. 2. Nos termos do art. 14, § 2º da Lei n.º 10.259/2001, paradigmas emanados de Tribunal Regional Federal não possuem aptidão para a instauração de pedido de uniformização de jurisprudência. 3. Incidente de Uniformização não conhecido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Quanto aos demais paradigmas, note-se que a questão relacionada à imprestabilidade do laudo pericial e a não análise das demais provas dos autos não foi objeto de debate por parte da Turma Recursal. Aplicação, na espécie, da Questão de Ordem n. 10/TNU: "Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido".

Ademais, a análise de matéria relativa à apreciação e deficiência de prova é de direito processual, pelo qual é incabível o recurso a teor do que dispõe o art. 14, § 4º, da Lei n. 10.259/2001, incidindo a Súmula n. 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

Ante o exposto, conheço do agravo e nego-lhe provimento.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de setembro de 2012

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0000099-62.2011.4.01.9330
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: LINDAUVA DOS SANTOS SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp n. 1108013/RJ (admitido como representativo da controvérsia), nos termos da seguinte ementa:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL SUBMETIDO À SISTEMÁTICA PREVISTA NO ART. 543-C DO CPC. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DEFENSORIA PÚBLICA. CÓDIGO CIVIL, ART. 381 (CONFUSÃO). PRESSUPOSTOS.

1. Segundo noção clássica do direito das obrigações, ocorre confusão quando uma mesma pessoa reúne as qualidades de credor e devedor.

2. Em tal hipótese, por incompatibilidade lógica e expressa previsão legal extingue-se a obrigação.

3. Com base nessa premissa, a jurisprudência desta Corte tem assentado o entendimento de que não são devidos honorários advocatícios à Defensoria Pública quando atua contra a pessoa jurídica de direito público da qual é parte integrante.

4. A contrario sensu, reconhece-se o direito ao recebimento dos honorários advocatícios se a atuação se dá em face de ente federativo diverso, como, por exemplo, quando a Defensoria Pública Estadual atua contra Município.

5. Recurso especial provido. Acórdão sujeito à sistemática prevista no art. 543-C do CPC e à Resolução nº 8/2008-STJ."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

DECISÕES

AUTOS VIRTUAIS

PROCESSO: 0501159-07.2005.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: SONIA GOMES DE SOUSA PINTO
PROC./ADV.: ALEXSANDRA HONORATO
PROC./ADV.: VÂNIA DUWE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. NÃO COMPROVAÇÃO DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE RURAL. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Incidente de Uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.Benefício de pensão por morte julgado improcedente sob o argumento da ausência de prova documental hábil para comprar o exercício de atividade rural, bem como pelo fato de a prova testemunhal ter-se mostrado fraca e contraditória.

3.A pretensão do requerente não é passível de ser analisada nessa via, uma vez que demanda reexame de provas. Deveras, o que se sobressai do incidente é a irresignação do requerente com a avaliação dada pelo acórdão recorrido ao conjunto probatório.

4.Aplicação da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

5.Incidente de uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, VII, alínea "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 06 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0008246-29.2006.4.01.4100
ORIGEM: RO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA
REQUERENTE: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VALDINO GOMES DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: ANA PAULA M. DA ROSA

DECISÃO

Verifico que a questão debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 0027714-87.2007.4.01.3600/PR (processado sob o rito do art. 15, § § 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. INDENIZAÇÃO DE CAMPO. ART. 15 DA LEI Nº. 8.270/91. DECRETO Nº. 5.554/05. ADICIONAL DE DESLOCAMENTO INCIDENTE SOBRE O VALOR DAS DIÁRIAS. REAJUSTAMENTO. NÃO OCORRÊNCIA. PACIFICAÇÃO DO ENTENDIMENTO DESTA CORTE. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. DEVOLUÇÃO DOS RECURSOS COM MESMO OBJETO ÀS TURMAS DE ORIGEM (ART. 15, §§ 1º E 3º RI/TNU)

1 - O Decreto nº. 5.554/2005 não resultou em reajustamento do valor das diárias dos servidores da FUNASA, a justificar a majoração da indenização de campo. Aplica-se o mesmo raciocínio aos Decretos nºs 5.992/2006 e 6.258/2007 os quais apenas efetuaram modificações no rol de destinos que importavam no pagamento de adicional de 50% (cinqüenta por cento) - já previsto na legislação - antes conferido ao servidor, somente, quando ele se deslocava para cidades de população superior a 200.000 (duzentos mil) habitantes.

2 - Precedentes da TNU (v.g., PEDILEF 2007.35.00.714048-9, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, julgado em 18.12.2008). Reiteração e consolidação da tese por ocasião do julgamento do PEDILEF nº. 2007.30.00.907017-0/AC, julgado em 3.8.2011 consoante voto-desempate do Ministro Presidente.

3 - Incidente conhecido e provido, determinada a devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem, a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § § 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da TNU.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 12 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0506245-31.2006.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOÃO PINHEIRO TEIXEIRA
PROC./ADV.: CARLOS AUGUSTO BELCHIOR BITENCOURT

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECISÃO

Os autos foram devolvidos à Secretaria da Turma Nacional de Uniformização em razão do término do mandato do respectivo relator. A propósito, verifico que o requerente não se desincumbiu do ônus de juntar cópia dos acórdãos paradigmas, com indicação de fonte, tal como dispõe a Questão de Ordem n. 3/TNU. Nesse sentido, é o entendimento desta Turma, conforme o PEDILEF 0500654-50.2009.4.05.8402/ RN, nos seguintes temos:

"PROCESSUAL CIVIL. UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE DECISÕES DE TURMAS DE DIFERENTES REGIÕES. DEMONSTRAÇÃO. JUNTADA DE CÓPIA DOS JULGADOS, COM INDICAÇÃO DA FONTE. NECESSIDADE. QUESTÃO DE ORDEM Nº 3/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Além da demonstração analítica da divergência entre os acórdãos em cotejo, exige-se, na hipótese de incidente calcado no conflito entre decisões de Turmas de Regiões diversas, que o recorrente comprove a sua existência. Pode o recorrente se desincumbir desse ônus através da juntada aos autos de certidão, cópia autenticada ou citação do repositório de jurisprudência oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que tiver sido publicada a decisão divergente. Admite-se ainda, para essa finalidade, a reprodução de julgado disponível na internet, desde que com indicação da respectiva fonte ou link que remeta o interessado diretamente ao acórdão indicado como paradigma (inteligência do art. 13 do Regimento Interno desta Turma c/c art. 541 do CPC).

2. Nessa linha de entendimento, a mera transcrição do julgado paradigma no corpo do recurso, mesmo que na sua integralidade, só tem validade quando acompanhada da indicação do repositório de jurisprudência ou fonte da qual foi extraído, de forma a conferir autenticidade ao texto reproduzido. Ônus da parte que não se transfere ao juiz. Aplicação da Questão de Ordem n. 3 desta TNU.

3. Incidente não conhecido, com determinação de devolução dos recursos congêneres às Turmas de origem, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para que, após o respectivo trânsito em julgado, mantenham ou promovam a adequação da decisão, nos moldes do entendimento aqui pacificado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 10 de setembro de 2012

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0504057-56.2006.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO BEZERRA LIMA
PROC./ADV.: ALEXSANDRA HONORATO
PROC./ADV.: VÂNIA DUWE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. NÃO COMPROVAÇÃO DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE RURAL. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Incidente de Uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.Benefício de pensão por morte julgado improcedente sob o argumento da ausência de prova documental hábil para comprar o exercício de atividade rural, bem como pelo fato de a prova testemunhal ter-se mostrado fraca e contraditória.

3.A pretensão do requerente não é passível de ser analisada nessa via, uma vez que demanda reexame de provas. Deveras, o que se sobressai do incidente é a irresignação do requerente com a avaliação dada pelo acórdão recorrido ao conjunto probatório.

4.Aplicação da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

5.Incidente de uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, VII, alínea "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 06 de setembro de 2012

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0504064-48.2006.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DO CARMO RIBEIRO SANTOS
PROC./ADV.: ALEXSANDRA HONORATO
PROC./ADV.: VÂNIA DUWE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. NÃO COMPROVAÇÃO DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE RURAL. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Incidente de Uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.Benefício de pensão por morte julgado improcedente sob o argumento da ausência de prova documental hábil para comprar o exercício de atividade rural, bem como pelo fato de a prova testemunhal ter-se mostrado fraca e contraditória.

3.A pretensão do requerente não é passível de ser analisada nessa via, uma vez que demanda reexame de provas. Deveras, o que se sobressai do incidente é a irresignação do requerente com a avaliação dada pelo acórdão recorrido ao conjunto probatório.

4.Aplicação da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

5.Incidente de uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, VII, alínea "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 06 de setembro de 2012

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0002280-63.2007.4.03.6309
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): PAULO LEANDRO SILVA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Verifico que a questão debatida nos autos foi julgada pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp n. 1.086.944/SP (admitido como representativo de controvérsia), nos termos da seguinte ementa:

"RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ADMINISTRATIVO. JUROS MORATÓRIOS. FAZENDA PÚBLICA. DÉBITO EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS. AÇÃO AJUIZADA APÓS À EDIÇÃO DA MP Nº 2.180/01. FIXAÇÃO NO PATAMAR DE 6% AO ANO.

1. O art. 1º-F, da Lei 9.494/97, que fixa os juros moratórios nas ações ajuizadas contra a Fazenda Pública no patamar de 6%, é de ser aplicado tão somente às demandas ajuizadas após a sua entrada em vigor. Inaplicabilidade do art. 406 do Código Civil de 2002. Precedentes.

2. Constitucionalidade do art. 1º-F, da Lei 9.494/97 declarada pelo Supremo Tribunal Federal. Ressalva do ponto de vista da relatora.

3. Recurso especial provido."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do STJ, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 12 de setembro de 2012

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0017732-04.2007.4.01.4100
ORIGEM: RO - SEÇAO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA
REQUERENTE: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): IRANI DA CUNHA SANTOS
PROC./ADV.: WOLMY BARBOSA DE FREITAS

DECISÃO

Verifico que a questão debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 0027714-87.2007.4.01.3600/PR (processado sob o rito do art. 15, § § 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. INDENIZAÇÃO DE CAMPO. ART. 15 DA LEI Nº. 8.270/91. DECRETO Nº. 5.554/05. ADICIONAL DE DESLOCAMENTO INCIDENTE SOBRE O VALOR DAS DIÁRIAS. REAJUSTAMENTO. NÃO OCORRÊNCIA. PACIFICAÇÃO DO ENTENDIMENTO DESTA CORTE. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. DEVOLUÇÃO DOS RECURSOS COM MESMO OBJETO ÀS TURMAS DE ORIGEM (ART. 15, §§ 1º E 3º RI/TNU)

1 - O Decreto nº. 5.554/2005 não resultou em reajustamento do valor das diárias dos servidores da FUNASA, a justificar a majoração da indenização de campo. Aplica-se o mesmo raciocínio aos Decretos nºs 5.992/2006 e 6.258/2007 os quais apenas efetuaram modificações no rol de destinos que importavam no pagamento de adicional de 50% (cinqüenta por cento) - já previsto na legislação - antes conferido ao servidor, somente, quando ele se deslocava para cidades de população superior a 200.000 (duzentos mil) habitantes.

2 - Precedentes da TNU (v.g., PEDILEF 2007.35.00.714048-9, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, julgado em 18.12.2008). Reiteração e consolidação da tese por ocasião do julgamento do PEDILEF nº. 2007.30.00.907017-0/AC, julgado em 3.8.2011 consoante voto-desempate do Ministro Presidente.

3 - Incidente conhecido e provido, determinada a devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem, a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § § 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da TNU.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 12 de setembro de 2012

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2007.71.62.004029-3
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ZILMAR FOGAÇA BITTELO
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA
PROC./ADV.: VILMAR LOURENÇO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2007.71.95.001292-0/RS (processado sob o rito do art. 7º do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE TEMPO ESPECIAL. CONVERSÃO APÓS 1998. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PERMANÊNCIA NA EXPOSIÇÃO A AGENTE NOCIVO. POSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DE TEMPO ESPECIAL SOMENTE ATÉ 28/04/1995. INCIDENTE PARCIAMENTE PROVIDO.

1. Pretende a parte autora a modificação de acórdão, que negou provimento ao recurso que interpôs, no qual se insurge contra o não reconhecimento do tempo especial de trabalho laborado de 01/10/1986 a 09/12/2004. Alega ser desnecessária a comprovação de contato habitual, não ocasional e nem intermitente para períodos anteriores à vigência da Lei nº 9.032/95. Aduz ser possível o reconhecimento de tempo especial para períodos posteriores a 28/05/1998. Apresenta como paradigmas o Enunciado nº 4 da 2ª Turma Recursal de Minas Gerais e acórdão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária da Bahia (2004.33.00.762729-1).

2. As hipóteses que autorizam o manejo do incidente de uniformização encontram-se previstas no art. 14 da Lei n.º 10.259/2001, que estabelece a competência desta Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais quando demonstrada divergência entre decisões sobre questões de direito material de Turmas de diferentes Regiões ou quando presente decisão proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça. Entendo presentes os requisitos da similitude fático-jurídica e da necessária divergência entre os acórdãos em cotejo. Adentro, portanto, o exame do mérito recursal.

3. A matéria atinente à conversão de tempo especial em comum após 28/05/1998 já foi objeto de decisão pelo eg. STJ, em Recurso Especial repetitivo (REsp 1151363), oportunidade em que aquela Corte Superior, revendo sua jurisprudência anterior, firmou o entendimento de que é possível a conversão de tempo especial em comum mesmo após 1998. Esse mesmo entendimento foi, inclusive, firmado em acórdão prolatado nos autos do Pedilef 2006.71.95.019784-7, de minha relatoria, ao qual se imprimiu a sistemática prevista no art. 7º do Regimento Interno da TNU, que determina a devolução às Turmas de origem dos feitos congêneres, para manutenção ou adaptação dos julgados conforme a orientação pacificada.

4. Com relação à comprovação de exposição aos agentes nocivos no período de 01/10/1986 a 09/12/2004, o acórdão recorrido considerou o referido período como tempo comum de trabalho, ao fundamento de que houve exposição ocasional no período anterior a 29/04/1995 e ausência de permanência no período de posterior a 28/04/1995.

5. Consoante entendimento pacificado desta Turma Nacional (Pedilef nº 2004.51.51.061982-7/RJ; Pedilef nº 2007.70.95.012758-6/PR; Pedilef nº 2006.71.95.021405-5; Pedilef nº 2006.72.95.016242-2/SC), os requisitos da permanência e da não intermitência, introduzidos pela Lei nº 9.032/95 para o reconhecimento da natureza especial do tempo de serviço, não podem ser exigidos para os pe-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ríodos de trabalho realizados antes do início da vigência do referido diploma legal (29/04/1995). Nos termos dos julgados acima citados, somente a habitualidade na exposição aos agentes nocivos era exigida para períodos de trabalho anteriores a 29/04/1995.

6. O laudo pericial de fls. 69/76 demonstra que o autor ficou exposto durante todo o período de 01/10/1986 a 09/12/2004 a agentes químicos tinta, thinner, esmalte, vernizes e diluentes, enquadrados no item 1.2.11 do Decreto nº 53.831/64, de modo habitual e intermitente. Assim, a exposição de forma não permanente a esses agentes nocivos impede o reconhecimento de tempo especial posterior a 28/04/1995. Porém, o tempo anterior a 29/04/1995 merece esse reconhecimento, dada a comprovação de exposição habitual aos agentes nocivos.

7. Diante disso, impõe-se o reconhecimento como tempo especial de trabalho somente no período de 01/10/1986 a 28/04/1995.

8. Sugiro ao ilustre Presidente desta Turma Nacional que imprima a sistemática prevista no art. 7º do Regimento Interno da TNU a todos os Incidentes congêneres, que versem sobre a desnecessidade da demonstração de exposição permanente a agente insalubre antes de 1995, determinando a sua devolução às Turmas de origem para manutenção ou adaptação dos julgados conforme a orientação ora pacificada.

9. Incidente parcialmente provido. Anulação do acórdão recorrido, para que prossiga no julgamento nos termos da premissa jurídica firmada neste julgamento."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 05 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0506557-58.2007.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
AGRAVANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
AGRAVADO(A): FRANCISCO DE ASSIS BEZERRA
PROC./ADV.: JOSEILSON LUIS ALVES

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo INSS contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização ante o não cabimento de reexame dos fatos.

Alega a parte agravante, em síntese, que os pressupostos de admissibilidade do pedido de uniformização foram atendidos, razão pela qual requer a sua admissão.

É o relatório. Decido.

Não foram atendidos os requisitos indispensáveis à comprovação da divergência jurisprudencial, uma vez não identificada a fonte do julgado paradigma. A respeito, já decidiu a TNU conforme julgado no PEDILEF n. 0500654-50.2009.4.05.8402/RN (relatora juíza federal Simone dos Santos Lemos Fernandes, DJe de 7.10.2011), nestes termos:

"PROCESSUAL CIVIL. UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE DECISÕES DE TURMAS DE DIFERENTES REGIÕES. DEMONSTRAÇÃO. JUNTADA DE CÓPIA DOS JULGADOS, COM INDICAÇÃO DA FONTE. NECESSIDADE. QUESTÃO DE ORDEM Nº 3/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. Além da demonstração analítica da divergência entre os acórdãos em cotejo, exige-se, na hipótese de incidente calcado no conflito entre decisões de Turmas de Regiões diversas, que o recorrente comprove a sua existência. Pode o recorrente se desincumbir desse ônus através da juntada aos autos de certidão, cópia autenticada ou citação do repositório de jurisprudência oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que tiver sido publicada a decisão divergente. Admite-se ainda, para essa finalidade, a reprodução de julgado disponível na internet, desde que com indicação da respectiva fonte ou link que remeta o interessado diretamente ao acórdão indicado como paradigma (inteligência do art. 13 do Regimento Interno desta Turma c/c art. 541 do CPC). 2. Nessa linha de entendimento, a mera transcrição do julgado paradigma no corpo do recurso, mesmo que na sua integralidade, só tem validade quando acompanhada da indicação do repositório de jurisprudência ou fonte da qual foi extraído, de forma a conferir autenticidade ao texto reproduzido. Ônus da parte que não se transfere ao juiz. Aplicação da Questão de Ordem n. 3 desta TNU. 3. Incidente não conhecido, com determinação de devolução dos recursos congêneres às Turmas de origem, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU."

Ante o exposto, conheço do agravo e nego-lhe provimento.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 5 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2007.70.59.000377-7
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ESPÓLIO DE ODETE LOPES
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp n. 1.151.363/MG (admitido como representativo da controvérsia), nos termos da seguinte ementa:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. RITO DO ART. 543-C, § 1º, DO CPC E RESOLUÇÃO N. 8/2008 - STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA. AUSÊNCIA DE IDENTIDADE FÁTICA. DESCABIMENTO. COMPROVAÇÃO DE EXPOSIÇÃO PERMANENTE AOS AGENTES AGRESSIVOS. PRETENSÃO DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. ÓBICE DA SÚMULA N. 7/STJ.

1. Para a comprovação da divergência jurisprudencial é essencial a demonstração de identidade das situações fáticas postas nos julgados recorrido e paradigma.

2. Segundo asseverado pelo acórdão objurgado, o segurado esteva "exposto de modo habitual e permanente, não ocasional nem intermitente", ao frio e a níveis médios de ruído superiores ao limite regulamentar (e-STJ fl. 254). A modificação dessa conclusão importaria em revolvimento de matéria fática, não condizente com a natureza do recurso especial. Incidência, na espécie, do óbice da Súmula n. 7/STJ.

PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE ATIVIDADE ESPECIAL APÓS 1998. MP N. 1.663-14, CONVERTIDA NA LEI N. 9.711/1998 SEM REVOGAÇÃO DA REGRA DE CONVERSÃO.

1. Permanece a possibilidade de conversão do tempo de serviço exercido em atividades especiais para comum após 1998, pois a partir da última reedição da MP n. 1.663, parcialmente convertida na Lei 9.711/1998, a norma tornou-se definitiva sem a parte do texto que revogava o referido § 5º do art. 57 da Lei n. 8.213/1991.

2. Precedentes do STF e do STJ.

CONVERSÃO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL EM COMUM. OBSERVÂNCIA DA LEI EM VIGOR POR OCASIÃO DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE. DECRETO N. 3.048/1999, ARTIGO 70, §§ 1º E 2º. FATOR DE CONVERSÃO. EXTENSÃO DA REGRA AO TRABALHO DESEMPENHADO EM QUALQUER ÉPOCA.

1. A teor do § 1º do art. 70 do Decreto n. 3.048/99, a legislação em vigor na ocasião da prestação do serviço regula a caracterização e a comprovação do tempo de atividade sob condições especiais. Ou seja, observa-se o regramento da época do trabalho para a prova da exposição aos agentes agressivos à saúde: se pelo mero enquadramento da atividade nos anexos dos Regulamentos da Previdência, se mediante as anotações de formulários do INSS ou, ainda, pela existência de laudo assinado por médico do trabalho.

2. O Decreto n. 4.827/2003, ao incluir o § 2º no art. 70 do Decreto n. 3.048/99, estendeu ao trabalho desempenhado em qualquer período a mesma regra de conversão. Assim, no tocante aos efeitos da prestação laboral vinculada ao Sistema Previdenciário, a obtenção de benefício fica submetida às regras da legislação em vigor na data do requerimento.

3. A adoção deste ou daquele fator de conversão depende, tão somente, do tempo de contribuição total exigido em lei para a aposentadoria integral, ou seja, deve corresponder ao valor tomado como parâmetro, numa relação de proporcionalidade, o que corresponde a um mero cálculo matemático e não de regra previdenciária.

4. Com a alteração dada pelo Decreto n. 4.827/2003 ao Decreto n.

3.048/1999, a Previdência Social, na via administrativa, passou a converter os períodos de tempo especial desenvolvidos em qualquer época pela regra da tabela definida no artigo 70 (art. 173 da Instrução Normativa n. 20/2007).

5. Descabe à autarquia utilizar da via judicial para impugnar orientação determinada em seu próprio regulamento, ao qual está vinculada. Nesse compasso, a Terceira Seção desta Corte já decidiu no sentido de dar tratamento isonômico às situações análogas, como na espécie (EREsp n. 412.351/RS).

6. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, desprovido.

(REsp 1151363/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 23/03/2011, DJe 05/04/2011)."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 5 de setembro de 2012

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501646-15.2007.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO SABINO
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Os autos retornaram à Secretaria da Turma Nacional de Uniformização em virtude do término do mandato do relator. A propósito, verifico que a questão jurídica constante dos autos já foi apreciada por esta Turma Nacional, no PEDILEF n. 0501152-47.2007.4.05.8102, julgado com a seguinte ementa:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. SENTENÇA QUE FIXA A DATA DO INÍCIO DO BENEFÍCIO NO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. ACÓRDÃO QUE REFORMOU A SENTENÇA PARA CONCEDER O BENEFÍCIO A PARTIR DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 13 DESTA TNU. REEXAME DE PROVA. PEDIDO NÃO CONHECIDO.

1.Trata-se de ação em que se objetiva a concessão de benefício assistencial.

2.A sentença julgou parcialmente procedente o pedido, determinando a concessão do benefício assistencial à parte autora, a partir do ajuizamento do feito em 11/04/2007.

3. Acórdão negou provimento ao recurso do INSS e deu provimento ao recurso da parte autora para fixar a data de início do benefício na data do requerimento administrativo.

4. Pedido de Uniformização do INSS no qual defende a impossibilidade de fixação da DIB do benefício assistencial na data do pedido administrativo, devendo ser considerado a data da juntada do laudo pericial como termo inicial do benefício. Aponta como paradigma o RESP nº 811.261/SP.

5. O pedido, tempestivo, não foi admitido pela Turma Recursal de origem. Submetido o feito ao Presidente deste colegiado, foi reconhecida a divergência e determinada a distribuição do incidente.

6. Não conheço do pedido de uniformização.

7. Esta Turma Nacional firmou entendimento no sentido de que o termo inicial dos benefícios, seja por incapacidade, seja no de Prestação Continuada deve ser assim fixado: a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962); b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400) ; e c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200). Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 05017231720094058500).

8. No caso dos autos, o acórdão combatido consignou expressamente que: "o órgão julgador não está adstrito à perícia judicial. Se o acervo probatório constante nos anexos é suficiente para formar a convicção do magistrado acerca da evolução da incapacidade do(a) requerente, o fato de o perito do Juízo não explicitar a data do início da incapacidade ou fixá-la em data posterior ao requerimento administrativo, por si só, não é determinante para se fixar a data da apresentação do laudo pericial em juízo/citação como termo inicial para o pagamento das parcelas vencidas. No caso de que ora se cuida, as provas anexadas aos autos são suficientes para formar o convencimento deste Juízo acerca da existência da incapacidade da parte autora desde o protocolo do requerimento do benefício na esfera administrativa, razão pela qual são devidas as parcelas vencidas a partir dessa data."

9. Desta feita, observo que o acórdão recorrido está em consonância com o entendimento predominante neste colegiado que privilegia o livre convencimento do magistrado.

10. Inteligência da Questão de Ordem n° 13 deste órgão uniformizador.

11. Além disso, o pedido de uniformização pretende o revolvimento do conjunto fático, o que é vedado nesta seara. Aplicação da Súmula 42 desta TNU.

12. Pedido de Uniformização não conhecido.

13. Sugiro ao MM. Exo. Ministro Presidente desta Turma que imprima, ao resultado deste julgamento, a sistemática prevista no art. 7º letra "a" do Regimento desta Turma, devolvendo às Turmas de origem todos os outros incidentes que versem sobre o mesmo objeto, a fim de que mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida às premissas jurídicas firmadas, já que reflete entendimento consolidado nesta Corte."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para que, após o respectivo trânsito em julgado, mantenham ou promovam a adequação da decisão, nos moldes do entendimento aqui pacificado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 11 de setembro de 2012

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0502081-56.2007.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: EDMO OLIVEIRA DE SOUZA
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Os autos foram devolvidos à Secretaria da Turma Nacional de Uniformização em razão do término do mandato do respectivo relator. A propósito, verifico que o requerente não se desincumbiu do ônus de juntar cópia dos acórdãos paradigmas, com indicação de fonte, tal como dispõe a Questão de Ordem n. 3/TNU. Nesse sentido, é o entendimento desta Turma, conforme o PEDILEF 0500654-50.2009.4.05.8402/ RN, nos seguintes temos:

"PROCESSUAL CIVIL. UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE DECISÕES DE TURMAS DE DIFERENTES REGIÕES. DEMONSTRAÇÃO. JUNTADA DE CÓPIA DOS JULGADOS, COM INDICAÇÃO DA FONTE. NECESSIDADE. QUESTÃO DE ORDEM Nº 3/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Além da demonstração analítica da divergência entre os acórdãos em cotejo, exige-se, na hipótese de incidente calcado no conflito entre decisões de Turmas de Regiões diversas, que o recorrente comprove a sua existência. Pode o recorrente se desincumbir desse ônus através da juntada aos autos de certidão, cópia autenticada ou citação do repositório de jurisprudência oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que tiver sido publicada a decisão divergente. Admite-se ainda, para essa finalidade, a reprodução de julgado disponível na internet, desde que com indicação da respectiva fonte ou link que remeta o interessado diretamente ao acórdão indicado como paradigma (inteligência do art. 13 do Regimento Interno desta Turma c/c art. 541 do CPC).

2. Nessa linha de entendimento, a mera transcrição do julgado paradigma no corpo do recurso, mesmo que na sua integralidade, só tem validade quando acompanhada da indicação do repositório de jurisprudência ou fonte da qual foi extraído, de forma a conferir autenticidade ao texto reproduzido. Ônus da parte que não se transfere ao juiz. Aplicação da Questão de Ordem n. 3 desta TNU.

3. Incidente não conhecido, com determinação de devolução dos recursos congêneres às Turmas de origem, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para que, após o respectivo trânsito em julgado, mantenham ou promovam a adequação da decisão, nos moldes do entendimento aqui pacificado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 10 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0534704-54.2008.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANANDA CÁSSIA FERREIRA COSTA
PROC./ADV.: JOSÉ MARIA DA S. GAYÃO

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. DIVERGÊNCIA ENTRE JULGADOS DE TURMAS DE DIFERENTES REGIÕES. AUSÊNCIA DE CÓPIA DOS JULGADOS PARADIGMAS COM INDICAÇÃO DA FONTE. NECESSIDADE. QUESTÃO DE ORDEM N. 3/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14 da Lei n. 10.259/2001.

2.Alegação de divergência jurisprudencial com julgados de turmas de diferentes regiões. Simples transcrição de trechos dos acórdãos. Ausência de cópia dos julgados paradigmas com indicação da fonte. Necessidade. PEDILEFs n. 200850500042531, DOU de 25.11.2011, 200563020147573, DOU de 14.10.2011, 05006545020094058402, DOU de 7.10.2011, e 200836007007933, DOU de 22.7.2011.

3.Aplicação da Questão de Ordem n. 3/TNU: "A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre julgados de turmas recursais de diferentes regiões, sendo exigida, no caso de julgado obtido por meio da internet, a indicação da fonte eletrônica (URL)." (Alteração aprovada na 6ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 23.08.2012)

4.Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 10 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0506595-24.2008.4.05.8302
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JOSE ELIFAEL NUNES D SILVA
PROC./ADV.: HELENITA LEONI SOARES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.Pedido de concessão de benefício assistencial com base no art. 20 da Lei n. 8.742/1993 julgado improcedente.

3.Ausência do requisito inerente à condição do demandante de ser pessoa incapaz tanto para o trabalho como para a vida independente.

4.Reexame da incapacidade do demandante para o exercício de atividade laboral. Matéria objeto de dilação probatória.

5.Aplicação da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

6.Incidente de uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, VII, alínea "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 05 de setembro de 2012

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503478-37.2008.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: JOSÉ DE ARAÚJO SOUTO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica versada nos autos já foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 0508032-49.2007.4.05.8201 (relator juiz federal Adel Américo Dias de Oliveira), nos termos da seguinte ementa:

"INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. RESTABELECIMENTO. DECURSO DE MAIS DE CINCO ANOS ENTRE CANCELAMENTO ADMINISTRATIVO E AJUIZAMENTO DA AÇÃO. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. AUSÊNCIA. APLICAÇÃO DO ART. 103 DA LEI N. 8.213/91. QUESTÃO DE ORDEM 20/TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

1. Pedido de restabelecimento de auxílio-doença e conversão em aposentadoria por invalidez.

2. Sentença de improcedência do pedido, ao argumento de que, tendo ocorrido a cessação do benefício que se busca restabelecer em 30.08.2002 e sido ajuizada a presente ação em 28.11.2007, operou-se a prescrição do fundo de direito prevista no Decreto nº 20.910/32.

3. Manutenção da sentença pela Turma Recursal da Paraíba.

4. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001.

5. Alegação de que o acórdão recorrido é divergente da Súmula 85 do Superior Tribunal de Justiça e de precedente desta TNU no julgamento do PEDILEF 2005.37.00.753233-0, bem como de acórdãos proferidos por Tribunais Regionais Federais.

6. Incidente não admitido pela Presidência da Turma Recursal da Paraíba, sob fundamento de ausência de similitude fática.

7. Inicialmente, cumpre referir que as decisões proferidas por Tribunais Regionais Federais não são aptas a configurar o dissídio jurisprudencial, conforme disposto no § 2º do art. 14 da Lei nº 10.259/01.

8. Da mesma forma em relação à Súmula 85 do STJ, já que sua redação se alinha aos fundamentos do acórdão recorrido.

9. Contudo, tenho que deva ser conhecido o incidente em virtude da caracterização da divergência com o precedente da TNU no julgamento do PEDILEF 2005.37.00.753233-0.

10. O Decreto nº 20.910/32, ao tratar da prescrição das dívidas passivas da União e suas autarquias (extensão decorrente do Decreto-Lei nº 4.597/42), qualquer que seja sua natureza, prevê que a mesma ocorrerá após cinco anos a contar da data do ato ou fato do qual se originarem.

11. Já a Súmula 85 do STJ prescreve, no tocante apenas às "relações de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora" - como no caso da manutenção de benefícios previdenciários pelo INSS -, "quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado" - situação oposta a dos autos, onde o INSS indeferiu o pleito administrativamente - "a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior ao ajuizamento da ação". Fulcrada nessa redação, a decisão recorrida não aplicou o verbete ao caso dos autos, visto que o mesmo estaria reservado apenas aos benefícios que foram deferidos pela autarquia previdenciária e que o segurado objetivasse revisar.

12. Não obstante tais considerações, entendo que, no que concerne à prescrição do fundo de direito, ou decadência, no âmbito previdenciário, aplicável as disposições da Lei nº 8.213/91, que traz regras específicas e que, por se tratar de lei especial, prevalece ao Decreto nº 20.910/32, que é lei geral.

13. Nesse particular, o art. 103, caput, da LBPS refere que "É de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo". Note-se que a redação do artigo, a priori, trataria apenas de prazo para a revisão do ato de concessão do benefício, "ato de concessão positivo", se assim podermos denominar. Porém, tenho que é aplicável também ao "ato de concessão negativo", ou de indeferimento, visto que um dos marcos iniciais de contagem do prazo é "do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo" (grifei). Ao meu ver, entender que o caput do art. 103 seria aplicável tão somente aos benefícios deferidos seria tornar inócua a parte final do dispositivo.

14. Saliento, por oportuno, que a previsão de prazo prescricional de cinco anos no parágrafo único do aludido art. 103 é aplicável tão somente a valores devidos ou a serem restituídos pelo INSS, não se aplicando ao caso dos autos.

15. Assim, em observância ao art. 103 da Lei nº 8.213/91, a parte autora possuía o prazo de dez anos para intentar ação judicial buscando a revisão do ato administrativo de indeferimento de seu benefício, e não prazo qüinqüenal como defendido pela decisão impugnada.

16. Incidente de uniformização conhecido e provido, para uniformizar o entendimento de que não é aplicável aos benefícios previdenciários a prescrição do fundo de direito do Decreto nº 20.910/32, mas sim o prazo decadencial do art. 103 da Lei nº 8.213/91.17. Necessária a dilação probatória, em especial para a produção de prova pericial médica, determino a anulação da sentença e do acórdão, conforme Questão de Ordem 20/TNU.

18. Sugiro ao eminente Presidente desta Turma que imprima, ao resultado desse julgamento, a sistemática prevista no art. 7º, VII, 'a', do RITNU."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 5 de setembro de 2012

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0507220-76.2008.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VANIA MORAIS DE LIMA
PROC./ADV.: FRANCISCO ANDRÉ SAMPAIO DIÓGENES

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 0506477-16.2006.4.05.8400 (processado sob o rito do art. 15, § 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. TEMA DA PREEXISTÊNCIA DA PATOLOGIA À NOVA FILIAÇÃO. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

1. Pedido da parte autora de concessão de aposentadoria por invalidez.

2. Sentença de improcedência do pedido. Trechos importantes do julgado: "2.12. Sendo assim, fica evidente que a parte autora - a qual teve sua qualidade de segurada especial da Previdência Social reconhecida pelo INSS, conforme documento do anexo nº 33 - já adquiriu tal qualidade portadora da enfermidade e da incapacidade que agora são invocadas para justificar a concessão do benefício pleiteado. Entrementes, tal fato obsta a concessão do auxílio-doença. 2.13. Acolho, portanto, o referido laudo por não existirem outros elementos capazes de afastar a conclusão pericial. Deste modo, não cabe a concessão do auxílio-doença, uma vez que a requerente adquiriu a qualidade de segurado especial após já estar incapacitada, segundo os ditames do parágrafo único do art. 58 da Lei nº 8.213/91".

3. Sentença integralmente mantida pela Turma Recursal: "EMENTA: DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. LAUDO PERICIAL FAVORÁVEL. BAIXA ACUIDADE VISUAL. INCAPACIDADE LABORATIVA. DOENÇA QUE ANTECEDE À FILIAÇÃO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. IMPROVIMENTO DO RECURSO. - Laudo pericial no sentido de que a parte autora, atualmente com 49 anos, residindo em Coronel Ezequiel/RN, é portadora de enfermidade incapacitante (baixa acuidade visual - alta miopia e catarata capsular posterior) para a atividade que exercia (agricultora). - Doença que preexistia à filiação, o que afasta a con-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

cessão do benefício de auxílio-doença. Não demonstração de que houve agravamento da doença durante o período de filiação. - Sentença mantida. - Improvimento do recurso".

4. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com esteio no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

5. Alegação de que há direito à concessão de benefício por incapacidade porque a incapacidade remonta ao tempo em que o autor era segurado da Previdência Social.

6. Indicação, pela parte recorrente, de precedente do STJ - Superior Tribunal de Justiça - Embargos de Declaração no Recurso Especial nº 210.795/SP e de julgado dos Tribunais Regionais Federais.

7. Inadmissibilidade do incidente de uniformização de jurisprudência junto à Turma Recursal do Rio Grande do Norte.

8. Apresentação, pela parte autora, de requerimento com pedido de processamento do incidente, nos termos do art. 15, § 4º, da Resolução nº 22/2008, do CJF - Conselho da Justiça Federal.

9. Decisão da lavra do Ministro Presidente da TNU - Turma Nacional de Uniformização, no sentido de admitir o incidente, com fundamento no art. 7º, inciso VI, do Regimento Interno do Colegiado citado.

10. Tema do início de incapacidade - depende do contexto dos autos.

11. Impossibilidade de exame de matéria de prova no âmbito da TNU - Turma Nacional de Uniformização. Aplicação do verbete nº 42, da TNU - Turma Nacional de Uniformização: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

12. Incidente de uniformização de jurisprudência não admitido. Determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 06 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2008.71.55.000218-5
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERENTE: SANTO CONCEIÇÃO BARRETO DA SILVA
PROC./ADV.: RAQUEL SILVINO GONÇALVES RODRIGUES
PROC./ADV.: CIBELE TRINDADE BERNARDES
PROC./ADV.: WALDEREZ MARIA XAVIER
PROC./ADV.: VALDINEI ANTUNES GONÇALVES

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pelo Supremo Tribunal Federal no RE n. 631.240/MG (sobrestado por força do instituto de repercussão geral), nos termos da seguinte ementa:

"CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PREVIDÊNCIÁRIO. PRÉVIA POSTULAÇÃO ADMINISTRATIVA COMO CONDIÇÃO DE POSTULAÇÃO JUDICIAL RELATIVA A BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. EXISTÊNCIA.

Está caracterizada a repercussão geral da controvérsia acerca da existência de prévia postulação perante a administração para defesa de direito ligado à concessão ou revisão de benefício previdenciário como condição para busca de tutela jurisdicional de idêntico direito."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do Supremo Tribunal Federal, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 05 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2008.71.51.003973-2
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA CIDRONIA PEREIRA DOURADO
PROC./ADV.: ANA CRISTINA BORGES DA CUNHA
PROC./ADV.: FERNANDA ALMEIDA VALIATTI

DECISÃO

Verifico que a questão debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.72.66.000190-0/SC (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. TRANSFORMAÇÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ EM APOSENTADORIA POR IDADE. CARÊNCIA. CÔMPUTO DE TEMPO DE GOZO DE BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE NÃO INTERCALADO.

1.O art. 29, § 5º, da Lei nº 8.213/91 apenas é aplicável nos casos em que o benefício por incapacidade tenha sido, dentro do período básico de cálculo de futuro benefício, auferido de forma intercalada com períodos de atividade normal, de maneira que o segurado não esteja no gozo de benefício por incapacidade no interregno imediatamente anterior à concessão do novo benefício. Em consonância com essa exegese, o art. 55, II, da Lei nº 8.213/91 considera o tempo de gozo de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez como tempo de serviço apenas quando intercalado.

2.O tempo de gozo de aposentadoria por invalidez não pode geralmente ser computado para fins de carência em eventual concessão de futura aposentadoria por idade, porque, em regra, a aposentadoria por invalidez pressupõe que o beneficiário esteja definitivamente incapacitado para todo tipo de trabalho e que nunca mais volte a desempenhar atividade remunerada. Apenas na remota hipótese de a aposentadoria por invalidez ser cancelada e de o beneficiário voltar a recolher contribuições para a previdência social é que o tempo de gozo do beneficio por incapacidade ficaria intercalado de forma a se tornar passível de contabilização para fins de carência em concessão de benefício futuro.

3.O Presidente da TNU poderá determinar que todos os processos que versarem sobre esta mesma questão de direito material sejam automaticamente devolvidos para as respectivas Turmas Recursais de origem, antes mesmo da distribuição do incidente de uniformização, para que confirmem ou adequem o acórdão recorrido. Aplicação do art. 7º, VII, "a", do regimento interno da TNU, com a alteração aprovada pelo Conselho da Justiça Federal em 24/10/2011.

4.Incidente provido."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § § 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da TNU, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500963-32.2008.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
AGRAVANTE: JOÃO MARQUES DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
AGRAVADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por JOÃO MARQUES DA SILVA contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização ante a ausência de similitude entre os acórdãos confrontados a inviabilidade de reexame de matéria fática.

Alega a parte agravante, em síntese, que os pressupostos de admissibilidade do pedido de uniformização foram atendidos, razão pela qual requer a sua admissão.

É o relatório. Decido.

No presente caso, não foram preenchidos os requisitos para a concessão do benefício assistencial, uma vez que ficou comprovada que a incapacidade que acomete o requerente é apenas parcial e temporária. A Turma Recursal, após análise dos autos, manteve a sentença por seus próprios fundamentos.

São apresentados paradigmas no sentido da concessão de benefício assistencial quando houver incapacidade parcial e temporária. Verifica-se que, diante dos casos concretos, também são analisadas as condições pessoais e sociais da parte, como também constatada a necessidade de atenção, vigilância e cuidados de terceiros. A divergência, portanto, não foi demonstrada ante a ausência de similitude fática entre os julgados, assim como a análise se resume aos fatos e provas de cada caso.

Incide na espécie a Questão de Ordem n. 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ademais, inviável que se proceda a nova análise das provas visando a alteração do entendimento proferido. Aplicação da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

Ante o exposto, conheço do agravo e nego-lhe provimento.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 5 de setembro de 2012

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501774-71.2008.4.05.8303
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
AGRAVANTE: ROZELENE FELIX BEZERRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
AGRAVADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por ROZELENE FÉLIX BEZERRA contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização por ser incabível o reexame dos elementos probatórios constante dos autos.

Alega a parte agravante, em síntese, que os pressupostos de admissibilidade do pedido de uniformização foram atendidos, razão pela qual requer sua admissão.

É o relatório. Decido.

O incidente de uniformização de jurisprudência foi interposto com base no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão proferido pela Turma Recursal de Pernambuco que confirmou a improcedência de pedido de concessão do benefício de pensão por morte.

Mediante a análise do conjunto fático-probatório, concluiu-se que não restou comprovada nos autos a qualidade de segurado do de cujus, requisito este necessário ao deferimento do benefício da pensão por morte.

Dessa forma, a verificação da qualidade do segurado falecido é matéria objeto de dilação probatória.

Aplicação da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

Ante o exposto, conheço do agravo e nego-lhe provimento.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500504-09.2008.4.05.8304
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JAINA MARIA DE SOUZA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERENTE: MAIRA JAINA DE SOUZA SANTOS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERENTE: MARIANA DE SOUZA SANTOS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. DIVERGÊNCIA ENTRE JULGADOS DE TURMAS DE DIFERENTES REGIÕES. AUSÊNCIA DE CÓPIA DOS JULGADOS PARADIGMAS COM INDICAÇÃO DA FONTE. NECESSIDADE. QUESTÃO DE ORDEM N. 3/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14 da Lei n. 10.259/2001.

2.Alegação de divergência jurisprudencial com julgados de turmas de diferentes regiões. Simples transcrição de trechos dos acórdãos. Ausência de cópia dos julgados paradigmas com indicação da fonte. Necessidade. PEDILEFs n. 200850500042531, DOU de 25.11.2011, 200563020147573, DOU de 14.10.2011, 05006545020094058402, DOU de 7.10.2011, e 200836007007933, DOU de 22.7.2011.

3.Aplicação da Questão de Ordem n. 3/TNU: "A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre julgados de turmas recursais de diferentes regiões, sendo exigida, no caso de julgado obtido por meio da internet, a indicação da fonte eletrônica (URL)". (Alteração aprovada na 6ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 23.08.2012)

4.Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 10 de setembro de 2012

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0500432-43.2008.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: SEVERINA RAMOS DE SOUSA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. MISERABILIDADE. REQUISITO NÃO COMPROVADO. ENTENDIMENTO DE QUE OS FILHOS PROVIAM O SUSTENTO DA PARTE AUTORA. PARADIGMA QUE TRATA DA COMPOSIÇÃO DO GRUPO FAMILIAR. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. VERIFICAÇÃO DA PERIODICIDADE E QUANTIDADE DO APORTE FINANCEIRO RECEBIDO DOS FILHOS. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Pedido de concessão de benefício assistencial julgado improcedente por Juizado Especial Federal. Entendimento de que não foi comprovado o estado de miserabilidade, um dos requisitos autorizativos da sua concessão, ao fundamento de que o sustento da parte autora era provido por seus filhos.

2.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

3.Não há semelhança entre as bases fático-jurídicas dos acórdãos confrontados, uma vez que o decisum impugnado, ao reconhecer que não foi comprovado o estado de miserabilidade, tido em conta o aporte financeiro semanal efetuado pelos filhos, para prover o sustento dos pais (dentre eles a parte autora), ao passo que, no paradigma, foram considerados os rendimentos percebidos por filha e irmãos, todos maiores de idade, para apurar a renda do grupo familiar. Em suma, o que se decidiu no caso concreto foi que o sustento da parte autora era provido por sua família, em valor que superava a fração de ¼ (um quarto), enquanto que no precedente indicado o que se deliberou foi quem deveria integrar/compor o grupo familiar, para fins de apuração da respectiva renda. Não há, portanto, similitude fática e jurídica entre o caso concreto e o paradigma colacionado.

4.Ademais, para se chegar a entendimento diverso do adotado na origem quanto à periodicidade, habitualidade e quantidade da contribuição financeira vertida pelos filhos em prol do sustento dos pais, dentre eles a parte autora, seria imprescindível o reexame do conjunto probatório dos autos, o que é inviável nesta via.

5.Aplicação da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

6.Incidente de uniformização inadmitido, conforme disposto no art. 7º, VII, alínea "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.
Brasília, 26 de julho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2008.71.50.025246-7
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MILLENE DE ALMEIDA ROSA
PROC./ADV.: LUCIANA ALBUQUERQUE DE AZEREDO

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica versada nos autos já foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2008.33.00.700541-2, tendo como relator o Juiz Federal José Eduardo do Nascimento, DJ de 18.11.2011, nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. QUALIDADE DE SEGURADO. PRORROGAÇÃO. SITUAÇÃO DE DESEMPREGO. AUSÊNCIA DE ANOTAÇÃO EM CTPS. SÚMULA 27 DA TNU. POSICIONAMENTO ATUAL DO STJ EXTERNADO NA PET 7115 DA 3ª SEÇÃO. CONHECIMENTO E PARCIAL PROVIMENTO COM A DETERMINAÇÃO DE DEVOLUÇÃO DOS RECURSOS COM MESMO OBJETO ÀS TURMAS DE ORIGEM A FIM DE QUE, NOS TERMOS DO ART. 15, §§ 1º E 3º, DO RI/TNU, MANTENHAM OU PROMOVAM A ADEQUAÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA."

Referido julgado, seguindo o entendimento adotado pelo STJ no julgamento da Pet n. 7.115/PR, decidiu que, embora o registro no órgão próprio do Ministério do Trabalho seja dispensável para a extensão do período de graça, a simples inexistência de anotação em CTPS ou de registro de novos vínculos no CNIS não provam, por si sós, a situação de desemprego. Na ocasião, considerou-se que, nos casos em que tenham as instâncias inferiores admitido tão somente a ausência de registro na CTPS ou no CNIS como suficiente à comprovação em comento, a orientação que estava sendo uniformizada não poderia ser aplicada de imediato, violando o direito de defesa da parte cujo pleito, até então, havia sido atendido (já que não poderia ser repentinamente surpreendida pela exigência de provas complementares que não foram oportunamente produzidas). Conclusão de que, em casos tais, deve ser reaberta ampla instrução probatória com o objetivo de conferir à parte a oportunidade de produzir prova plena da situação de desemprego.

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 11 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2008.71.52.002150-5
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: VALDENIR PEREIRA EBLING
PROC./ADV.: LUIS FERNANDO DEBUS PINHEIRO
PROC./ADV.: PEDRO MARCELO DEBUS PINHEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão debatida nos autos - reconhecimento de tempo de serviço em condições especiais e sua conversão em tempo comum com a subsequente concessão de aposentadoria especial, por tempo de serviço ou por tempo de contribuição, tendo em vista a exposição do trabalhador ao agente perigoso eletricidade em período posterior à edição do Decreto n. 2.172/1997 ? foi julgada pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp n. 1.306.113/SC.

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do STJ.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 12 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2008.71.50.029936-8
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ILSA GUIMARÃES DA COSTA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERENTE: JOSÉ LUIZ GUIMARÃES DA COSTA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO EXTRAJUCIAL. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA N. 43/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Pedido de declaração de nulidade de procedimento extrajudicial de retomada de imóvel pela CEF.

2.Pedido de uniformização jurisprudencial que pretende a decretação de nulidade de trâmite executivo, ao argumento de que o procedimento expropriatório levado a efeito pela requerida encontra-se eivado de vício insanável.

3.Acórdão recorrido que se baseou no exame das exigências da execução extrajudicial e decidiu pela inexistência de cerceamento de defesa, diante da ausência de qualquer irregularidade com relação ao procedimento de execução extrajudicial.

4. A suposta nulidade do acórdão impugnado é matéria de natureza processual, cuja apreciação é incabível na via do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, uma vez que, nos termos do que dispõe o art. 14, caput, da Lei n. 10.259/2001, a admissibilidade do incidente restringe-se às hipóteses de divergência sobre questões de direito material.

5.Aplicação da Súmula n. 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Na hipótese das Súmulas 42 e 43, o Presidente, o Relator ou a Secretaria da TNU devolverá de imediato os autos à Turma Recursal de origem").

6.Incidente de uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.
Brasília, 06 de setembro de 2012

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2008.71.60.001851-1
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ZOILA SOUZA GONÇALVES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
PROC./ADV.: ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PROCESSUAL CIVIL. JUNTADA DE CÓPIA DOS JULGADOS. INDICAÇÃO DA FONTE. AUSÊNCIA. QUESTÃO DE ORDEM N. 3/TNU. MATÉRIA JÁ EXAMINADA PELA TNU. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.Alegação de divergência jurisprudencial com julgados de turmas recursais de diferentes regiões. Simples transcrição do acórdão. Necessidade de citação do repositório de jurisprudência ou de reprodução de página da internet com indicação da respectiva fonte ? endereço eletrônico (URL). Matéria apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 0500654-50.2009.4.05.8402/RN, relatora juíza Simone Lemos Fernandes, DJe de 7.10.2011.

3.Aplicação da Questão de Ordem n. 3/TNU ("A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre Turmas Recursais de diferentes Regiões").

4.Incidente inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da TNU.

Publique-se. Intime-se.
Brasília, 06 de setembro de 2012

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.71.50.001828-1
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ROSALI PIPKIN
PROC./ADV.: GLÊNIO OHLWEILER FERREIRA
PROC./ADV.: MARCELO LIPERT
PROC./ADV.: RENATO KLIEMANN PAESE
PROC./ADV.: MARIANA MORAES CHUY
PROC./ADV.: CHAIENNE POGANSKI
PROC./ADV.: ANA PAULA RAMOS WASNIEWSKI

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal no RE 597154 QO-RG/PB, sobrestado por força do instituto de repercussão geral, nestes termos:

"EMENTA: 1. Questão de ordem. Repercussão Geral. Recurso Extraordinário. 2. GDATA e GDASST. 3. Servidores inativos. Critérios de cálculo. Aplicação aos servidores inativos dos critérios estabelecidos aos ativos, de acordo com a sucessão de leis de regência. 4. Jurisprudência pacificada na Corte. 5. Questão de ordem acolhida para reconhecer a repercussão geral, reafirmar a jurisprudência do tribunal, desprover o recurso, autorizar a devolução aos tribunais de origem dos recursos extraordinários e agravos de instrumento que versem sobre o mesmo tema e autorizar as instâncias de origem à adoção dos procedimentos do art. 543-B, § 3º, do Código de Processo Civil".

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 11 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0514350-71.2009.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
AGRAVADO(A): LUCILA MARIA DE QUEIROGA CAVALCANTI CAVENDISH
PROC./ADV.: LEANDRO DE ALBUQUERQUE MENEZES

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. ARTIGO 14, §2º, DA LEI 10.259/2001. PRAZO DECENAL. INTERPOSIÇÃO A DESTEMPO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. PEDIDO DE SUBMISSÃO. INCIDENTE NÃO ADMITIDO.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.O prazo para a parte interpor Incidente de Uniformização de Lei Federal é de 10 (dez) dias. Ultrapassado o decêndio legal, é flagrante a sua intempestividade, a acarretar o seu não-conhecimento/inadmissibilidade.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

3.Incidente de uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, VII, alínea c, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

4.Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 23 de julho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.70.50.024049-2
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SÁUDE - FUNASA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VIRGÍNIA DE SOUZA BANDEIRA
PROC./ADV.: MARCELO TRINDADE DE ALMEIDA
PROC./ADV.: JOÃO LUIZ ARZENO DA SILVA

DECISÃO

Verifico que a questão debatida nos autos foi julgada pelo Supremo Tribunal Federal no RE n. 631.880/CE (sobrestado por força do instituto de repercussão geral), nos termos da seguinte ementa:

"RECURSO. Extraordinário. Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho - GDPST. Critérios de cálculo. Extensão. Servidores públicos inativos. Repercussão geral reconhecida. Precedentes. Reafirmação da jurisprudência. Recurso improvido. É compatível com a Constituição a extensão, aos servidores públicos inativos, dos critérios de cálculo da GDPST estabelecidos para os servidores públicos em atividade."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § § 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 10 de setembro de 2012

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.71.58.006856-7
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ANA PAULA GOLFO VEIGA
PROC./ADV.: FRANCINE NEY DIEFENTHAELER
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERENTE: PAULO ROBERTO GOLFO VEIGA
PROC./ADV.: FRANCINE NEY DIEFENTHAELER
REQUERENTE: PRECILA GOLFO VEIGA
PROC./ADV.: FRANCINE NEY DIEFENTHAELER
REQUERIDO(A): LEONI GOLFO
PROC./ADV.: FRANCINE NEY DIEFENTHAELER

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2007.71.95.02.8233-8/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A SÚMULA 31 DESTA TNU. A ANOTAÇÃO NA CTPS DECORRENTE DE SENTENÇA TRABALHISTA HOMOLOGATÓRIA CONSTITUI INÍCIO DE PROVA MATERIAL PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS. QUESTÃO DE ORDEM Nº 13. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO COM A DETERMINAÇÃO DE DEVOLUÇÃO DOS RECURSOS COM MESMO OBJETO ÀS TURMAS DE ORIGEM A FIM DE QUE, NOS TERMOS DO ART. 15, §§ 1º E 3º, DO RI/TNU, MANTENHAM OU PROMOVAM A ADEQUAÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 5 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.70.66.002226-0
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: JOSÉ CARLOS PACHECO
PROC./ADV.: LEODIR CEOLON JÚNIOR
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica versada nos autos já foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2006.63.02.012989-7, relatora Juíza Federal Simone dos Santos Lemos Fernandes, DJe de 9.12.2011, nos termos da seguinte ementa:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INADMITIDO. CONFIRMAÇÃO. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVA. ACÓRDÃO RECORRIDO EM SINTONIA COM POSIÇÃO PACÍFICA DESTA TURMA NACIONAL. AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL QUE APONTA INCAPACIDADE PARCIAL. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES PESSOAIS E SOCIAIS PELO MAGISTRADO SENTENCIANTE. INCAPACIDADE CONSIDERADA COMO TOTAL E PERMANENTE. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Pretende o INSS a modificação de decisão monocrática do em. Presidente desta Turma Nacional, que inadmitiu o incidente de uniformização que suscitou, em face de acórdão que confirmou, por seus próprios fundamentos, sentença de parcial procedência de pedido de aposentadoria por invalidez. Alega o recorrente que o pedido de uniformização não envolve o reexame de matéria fática.

2. A decisão agravada negou seguimento ao recurso sob o fundamento de não ter sido realizada a indispensável demonstração analítica do dissídio, além de implicar o revolvimento de matéria fática.

3. De fato, infirmar a conclusão das instâncias ordinárias, no sentido da comprovação da incapacidade total da autora, feita com base na análise de todo o conjunto probatório e no princípio do livre convencimento motivado, implica autêntico reexame de prova, vedado nesta instância por disposição legal e por determinação veiculada na súmula n.º 42 deste Colegiado.

4. Ademais, vinco que a posição adotada pelo julgado recorrido está em consonância com o entendimento consolidado neste Colegiado, que atrai para a espécie a aplicação da Questão de Ordem n.º13. A simples leitura do acórdão recorrido e da sentença que confirma convence de que os julgadores promoveram a análise das condições pessoais e sociais que envolvem o postulante, o que é adequado e desejável. De fato, a magistrada sentenciante, verificando que a autora tem idade avançada e baixa escolaridade, estando impedida de exercer sua função habitual de doméstica, está, em verdade, completamente inábil do ponto de vista laboral, eis que afastada da possibilidade de reinserção no mercado de trabalho.

5. Sugere-se ao Presidente deste Colegiado que, com base no entendimento já consolidado nesta Turma, promova a devolução de todos os incidentes que questionem eventual conversão de incapacidade parcial constatada no laudo pericial em incapacidade total, por força de condições sociais e pessoais consideradas pelos julgadores, nos termos da redação do artigo 7º do Regimento Interno desta Turma.

5. Agravo Regimental improvido."

Aplica-se, no caso, a Súmula n. 47 da TNU ("Uma vez reconhecida a incapacidade parcial para o trabalho, o juiz deve analisar as condições pessoais e sociais do segurado para a concessão de aposentadoria por invalidez").

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de setembro de 2012

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0517008-56.2009.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): GILSON SILVA RAMOS
PROC./ADV.: CÍCERA ROMÃO MEDEIROS DE ALMEIDA
PROC./ADV.: RAIMUNDA MOREIRA AZEVEDO

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2007.71.95.001292-0/RS (processado sob o rito do art. 7º do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE TEMPO ESPECIAL. CONVERSÃO APÓS 1998. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PERMANÊNCIA NA EXPOSIÇÃO A AGENTE NOCIVO. POSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DE TEMPO ESPECIAL SOMENTE ATÉ 28/04/1995. INCIDENTE PARCIAMENTE PROVIDO.

1. Pretende a parte autora a modificação de acórdão, que negou provimento ao recurso que interpôs, no qual se insurge contra o não reconhecimento do tempo especial de trabalho laborado de 01/10/1986 a 09/12/2004. Alega ser desnecessária a comprovação de contato habitual, não ocasional e nem intermitente para períodos anteriores à vigência da Lei nº 9.032/95. Aduz ser possível o reconhecimento de tempo especial para períodos posteriores a 28/05/1998. Apresenta como paradigmas o Enunciado nº 4 da 2ª Turma Recursal de Minas Gerais e acórdão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária da Bahia (2004.33.00.762729-1).

2. As hipóteses que autorizam o manejo do incidente de uniformização encontram-se previstas no art. 14 da Lei n.º 10.259/2001, que estabelece a competência desta Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais quando demonstrada divergência entre decisões sobre questões de direito material de Turmas de diferentes Regiões ou quando presente decisão proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça. Entendo presentes os requisitos da similitude fático-jurídica e da necessária divergência entre os acórdãos em cotejo. Adentro, portanto, o exame do mérito recursal.

3. A matéria atinente à conversão de tempo especial em comum após 28/05/1998 já foi objeto de decisão pelo eg. STJ, em Recurso Especial repetitivo (REsp 1151363), oportunidade em que aquela Corte Superior, revendo sua jurisprudência anterior, firmou o entendimento de que é possível a conversão de tempo especial em comum mesmo após 1998. Esse mesmo entendimento foi, inclusive, firmado em acórdão prolatado nos autos do Pedilef 2006.71.95.019784-7, de minha relatoria, ao qual se imprimiu a sistemática prevista no art. 7º do Regimento Interno da TNU, que determina a devolução às Turmas de origem dos feitos congêneres, para manutenção ou adaptação dos julgados conforme a orientação pacificada.

4. Com relação à comprovação de exposição aos agentes nocivos no período de 01/10/1986 a 09/12/2004, o acórdão recorrido considerou o referido período como tempo comum de trabalho, ao fundamento de que houve exposição ocasional no período anterior a 29/04/1995 e ausência de permanência no período de posterior a 28/04/1995.

5. Consoante entendimento pacificado desta Turma Nacional (Pedilef nº 2004.51.51.061982-7/RJ; Pedilef nº 2007.70.95.012758-6/PR; Pedilef nº 2006.71.95.021405-5; Pedilef nº 2006.72.95.016242-2/SC), os requisitos da permanência e da não intermitência, introduzidos pela Lei nº 9.032/95 para o reconhecimento da natureza especial do tempo de serviço, não podem ser exigidos para os períodos de trabalho realizados antes do início da vigência do referido diploma legal (29/04/1995). Nos termos dos julgados acima citados, somente a habitualidade na exposição aos agentes nocivos era exigida para períodos de trabalho anteriores a 29/04/1995.

6. O laudo pericial de fls. 69/76 demonstra que o autor ficou exposto durante todo o período de 01/10/1986 a 09/12/2004 a agentes químicos tinta, thinner, esmalte, vernizes e diluentes, enquadrados no item 1.2.11 do Decreto nº 53.831/64, de modo habitual e intermitente. Assim, a exposição de forma não permanente a esses agentes nocivos impede o reconhecimento de tempo especial posterior a 28/04/1995. Porém, o tempo anterior a 29/04/1995 merece esse reconhecimento, dada a comprovação de exposição habitual aos agentes nocivos.

7. Diante disso, impõe-se o reconhecimento como tempo especial de trabalho somente no período de 01/10/1986 a 28/04/1995.

8. Sugiro ao ilustre Presidente desta Turma Nacional que imprima a sistemática prevista no art. 7º do Regimento Interno da TNU a todos os Incidentes congêneres, que versem sobre a desnecessidade da demonstração de exposição permanente a agente insalubre antes de 1995, determinando a sua devolução às Turmas de origem para manutenção ou adaptação dos julgados conforme a orientação ora pacificada.

9. Incidente parcialmente provido. Anulação do acórdão recorrido, para que prossiga no julgamento nos termos da premissa jurídica firmada neste julgamento."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 5 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.71.57.005926-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ZELI DOS SANTOS CAMILO
PROC./ADV.: LUISA MARTA CAMILO DALL´ALBA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pelo Superior Tribunal de Justiça no RESP n. 1.111.828, nos termos da seguinte ementa:

"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. APOSENTADORIA.POSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO. LEI 9.528/97. ENUNCIADO SUMULAR 7/STJ.RECURSO NÃO-CONHECIDO.

1. O Tribunal a quo, analisando os fatos da causa, entendeu comprovada a redução auditiva de origem ocupacional e concedeu o auxílio-acidente ao autor partir da juntada do laudo pericial.

2. O exame dessa questão, por se tratar de recurso especial, resta impedido pelo óbice do verbete sumular 7/STJ.

3. Recurso especial não-conhecido."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do Superior tribunal de Justiça.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 06 de setembro de 2012

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.71.50.012278-3
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): DJALMA ALVES DA SILVA
PROC./ADV.: MARIA DE LOURDES POETA DORNELLES

DECISÃO

Verifico que a questão debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2006.71.95.010826-7 (processado sob o rito do art. 15, § § 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE CONCEDIDO ANTES DA PROMULGAÇÃO DA LEI N.º 9.528/97. APOSENTADORIA CONCEDIDA EM 2003. CUMULAÇÃO. POSSIBILIDADE. INCIDENTE PROVIDO.

1. Presentes os requisitos de admissibilidade, adentro o exame do mérito recursal, restrito ao reconhecimento da possibilidade de cumulação de auxílio-acidente com aposentadoria, quando a data da concessão do primeiro benefício é anterior e a data da concessão do segundo é posterior à promulgação da Lei n.º 9.528/97.

2. A jurisprudência desta Turma Nacional logrou se firmar no sentido de reconhecer o direito à cumulação pretendida quando o surgimento da moléstia que levou à concessão do auxílio-acidente tenha ocorrido antes da alteração normativa indicada, sendo irrelevante o fato de a aposentadoria ter sido concedida em data posterior. Este entendimento coincide com o adotado pela Terceira Seção do eg. STJ.

3. Como o benefício de auxílio-acidente foi concedido ao autor em maio de 1987, ou seja, antes da edição da Lei n.º 9.528/97, impõe-se o reconhecimento de seu direito à cumulação deste com a aposentadoria concedida em 2003.

4. Incidente provido, com restauração da sentença monocrática. Condeno o INSS ao pagamento de honorários fixados em 20% sobre o valor da condenação, nos termos da Questão de Ordem n.º 02 deste Colegiado.

5. Sugiro ao em. Presidente desta Turma que imprima, ao resultado deste julgamento, a sistemática prevista no art. 7º letra "a" do Regimento desta Turma, devolvendo às Turmas de origem todos os outros incidentes que versem sobre o mesmo objeto, a fim de que mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida às premissas jurídicas firmadas, já que reflete entendimento consolidado nesta Corte."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da TNU, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 5 de setembro de 2012

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0505658-04.2009.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MANUEL NEVES SILVA
PROC./ADV.: IRENILZA DE SOUSA FERREIRA

DECISÃO

Verifico que a questão debatida nos autos foi julgada pelo Supremo Tribunal Federal no RE n. 597.154/PB (sobrestado por força do instituto de repercussão geral), nos termos da seguinte ementa:

"1. Questão de ordem. Repercussão Geral. Recurso Extraordinário. 2. GDATA e GDASST. 3. Servidores inativos. Critérios de cálculo. Aplicação aos servidores inativos dos critérios estabelecidos aos ativos, de acordo com a sucessão de leis de regência. 4. Jurisprudência pacificada na Corte. 5. Questão de ordem acolhida para reconhecer a repercussão geral, reafirmar a jurisprudência do tribunal, desprover o recurso, autorizar a devolução aos tribunais de origem dos recursos extraordinários e agravos de instrumento que versem sobre o mesmo tema e autorizar as instâncias de origem à adoção dos procedimentos do art. 543-B, § 3º, do Código de Processo Civil."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § § 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 10 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0505965-28.2009.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: GENILSON SILVA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

A questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 0013826-53.2008.4.01.3200 (relator Juiz Federal Antônio Fernando Schenkel do Amaral e Silva), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. LOAS. INCAPACIDADE PARCIAL E TEMPORÁRIA. AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES PESSOAIS. PRECEDENTES DA TNU. 1. "O art. 20 da Lei n° 8.742/93 não impõe que somente a incapacidade permanente, mas não a temporária, permitiria a concessão do benefício assistencial, não cabendo ao intérprete restringir onde a lei não o faz, mormente quando em prejuízo do necessitado do benefício e na contramão da sua ratio essendi, que visa a assegurar o mínimo existencial e de dignidade da pessoa." (PEDILEF 200770530028472, Rel. JUIZ FEDERAL MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Data da Decisão 13/09/2010, DOU 08/02/2011, SEÇÃO 1). 2. Esta Eg. TNU também já assentou que "a transitoriedade da incapacidade não é óbice à concessão do benefício assistencial, visto que o critério de definitividade da incapacidade não está previsto no aludido diploma legal. Ao revés, o artigo 21 da referida lei corrobora o caráter temporário do benefício em questão, ao estatuir que o benefício 'deve ser revisto a cada 2 (dois) anos para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem'". (PEDILEF n° 200770500108659 - rel. Juiz Federal OTÁVIO HENRIQUE MARTINS PORT - DJ de 11/03/2010). 3. "Resta assente que este conceito de capacidade para a vida independente não está adstrito apenas às atividades do dia-a-dia, vez que não se exige que o(a) interessado(a) esteja em estado vegetativo para obter o Benefício Assistencial. Dele resulta uma exigência de se fazer uma análise mais ampla das suas condições pessoais, familiares, profissionais e culturais do meio em que vive para melhor avaliar a existência ou não dessa capacidade". (PEDILEF 200932007033423, Rel. JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO, Data da Decisão 05/05/2011, Fonte/Data da Publicação DOU 30/08/2011). 4. Pedido conhecido e improvido."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 10 de setembro de 2012

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.71.63.001813-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA HELENA BORGES POLETTO
PROC./ADV.: JAIME VALDUGA GABBARDO

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2007.71.95.02.8233-8 (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A SÚMULA 31 DESTA TNU. A ANOTAÇÃO NA CTPS DECORRENTE DE SENTENÇA TRABALHISTA HOMOLOGATÓRIA CONSTITUI INÍCIO DE PROVA MATERIAL PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS. QUESTÃO DE ORDEM Nº 13. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO COM A DETERMINAÇÃO DE DEVOLUÇÃO DOS RECURSOS COM MESMO OBJETO ÀS TURMAS DE ORIGEM A FIM DE QUE, NOS TERMOS DO ART. 15, §§ 1º E 3º, DO RI/TNU, MANTENHAM OU PROMOVAM A ADEQUAÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA.

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 11 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.71.55.002711-3
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): EVANIR KASBURG MACIEL
PROC./ADV.: GIANCARLO MATURANO GHISLENI.

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2007.71.95.02.8233-8 (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A SÚMULA 31 DESTA TNU. A ANOTAÇÃO NA CTPS DECORRENTE DE SENTENÇA TRABALHISTA HOMOLOGATÓRIA CONSTITUI INÍCIO DE PROVA MATERIAL PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS. QUESTÃO DE ORDEM Nº 13. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO COM A DETERMINAÇÃO DE DEVOLUÇÃO DOS RECURSOS COM MESMO OBJETO ÀS TURMAS DE ORIGEM A FIM DE QUE, NOS TERMOS DO ART. 15, §§ 1º E 3º, DO RI/TNU, MANTENHAM OU PROMOVAM A ADEQUAÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 11 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.71.70.000024-7
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): HERMES FELICIO FACCIN
PROC./ADV.: ADRIANE DAMIAN PEREIRA

DECISÃO

Verifico que a questão debatida nos autos foi julgada pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp n. 1.144.382/AL (admitido como representativo da controvérsia), nos termos da seguinte decisão:

"Recurso especial admitido como representativo de controvérsia para decidir questão referente à responsabilidade solidária da União, Estados e Municípios para figurar no pólo passivo de demanda concernente ao fornecimento de medicamentos.

O Supremo Tribunal Federal reconheceu, nos termos do artigo 543-B, parágrafo 1º, do Código de Processo Civil, a existência de repercussão geral nos Recursos Extraordinários de nº 566.471-6 e 605.533, ambos da relatoria do Ministro Marco Aurélio, cuja matéria a ser analisada poderá refletir no julgamento do presente recurso.

Dessa forma, é de se aguardar o julgamento definitivo dos pleitos aludidos, para que o Superior Tribunal de Justiça prossiga no julgamento do recurso, razão pela qual determino o sobrestamento do presente recurso especial."

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do STJ, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 5 de setembro de 2012

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502650-86.2009.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: RITA FAUSTINO DE ZEVEDO SANTOS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Os autos retornaram à Secretaria da Turma Nacional de Uniformização em virtude do término do mandato do relator. A propósito, verifico que a questão jurídica constante dos autos já foi apreciada por esta Turma Nacional, no PEDILEF n. 0501152-47.2007.4.05.8102, julgado com a seguinte ementa:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. SENTENÇA QUE FIXA A DATA DO INÍCIO DO BENEFÍCIO NO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. ACÓRDÃO QUE REFORMOU A SENTENÇA PARA CONCEDER O BENEFÍCIO A PARTIR DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 13 DESTA TNU. REEXAME DE PROVA. PEDIDO NÃO CONHECIDO.

1.Trata-se de ação em que se objetiva a concessão de benefício assistencial.

2.A sentença julgou parcialmente procedente o pedido, determinando a concessão do benefício assistencial à parte autora, a partir do ajuizamento do feito em 11/04/2007.

3. Acórdão negou provimento ao recurso do INSS e deu provimento ao recurso da parte autora para fixar a data de início do benefício na data do requerimento administrativo.

4. Pedido de Uniformização do INSS no qual defende a impossibilidade de fixação da DIB do benefício assistencial na data do pedido administrativo, devendo ser considerado a data da juntada do laudo pericial como termo inicial do benefício. Aponta como paradigma o RESP n° 811.261/SP.

5. O pedido, tempestivo, não foi admitido pela Turma Recursal de origem. Submetido o feito ao Presidente deste colegiado, foi reconhecida a divergência e determinada a distribuição do incidente.

6. Não conheço do pedido de uniformização.

7. Esta Turma Nacional firmou entendimento no sentido de que o termo inicial dos benefícios, seja por incapacidade, seja no de Prestação Continuada deve ser assim fixado: a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962); b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400) e c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200). Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 05017231720094058500).

8. No caso dos autos, o acórdão combatido consignou expressamente que: "o órgão julgador não está adstrito à perícia judicial. Se o acervo probatório constante nos anexos é suficiente para formar a convicção do magistrado acerca da evolução da incapacidade do(a) requerente, o fato de o perito do Juízo não explicitar a data do início da incapacidade ou fixá-la em data posterior ao requerimento administrativo, por si só, não é determinante para se fixar a data da apresentação do laudo pericial em juízo/citação como termo inicial para o pagamento das parcelas vencidas. No caso de que ora se cuida, as provas anexadas aos autos são suficientes para formar o convencimento deste Juízo acerca da existência da incapacidade da parte autora desde o protocolo do requerimento do benefício na esfera administrativa, razão pela qual são devidas as parcelas vencidas a partir dessa data."

9. Desta feita, observo que o acórdão recorrido está em consonância com o entendimento predominante neste colegiado que privilegia o livre convencimento do magistrado.

10. Inteligência da Questão de Ordem n° 13 deste órgão uniformizador.

11. Além disso, o pedido de uniformização pretende o revolvimento do conjunto fático, o que é vedado nesta seara. Aplicação da Súmula 42 desta TNU.

12. Pedido de Uniformização não conhecido.

13. Sugiro ao MM. Exo. Ministro Presidente desta Turma que imprima, ao resultado deste julgamento, a sistemática prevista no art. 7º letra "a" do Regimento desta Turma, devolvendo às Turmas de origem todos os outros incidentes que versem sobre o mesmo objeto, a fim de que mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida às premissas jurídicas firmadas, já que reflete entendimento consolidado nesta Corte."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para que, após o respectivo trânsito em julgado, mantenham ou promovam a adequação da decisão, nos moldes do entendimento aqui pacificado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 11 de setembro de 2012

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.71.55.002889-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: NELSON ANTUNES MACHADO
PROC./ADV.: JOSÉ DELMAR MATZENBACKER
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. PARADIGMAS DE TRF. INADMISSIBILIDADE. PARADIGMA DE STJ. BASES FÁTICAS DISTINTAS. QUESTÃO DE ORDEM N. 22/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.Pedido de revisão de aposentadoria por tempo de contribuição com reconhecimento de período laborado em condições especiais julgado improcedente por juizado especial federal.

3.Divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunais Regionais Federais não enseja a admissão do incidente de uniformização. Art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001. Art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

4.Divergência em relação ao paradigma apresentado do STJ não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica.

5.O acórdão recorrido manteve a sentença e afastou o direito da parte autora à revisão de seu benefício de aposentadoria, tendo em vista a inexistência de prova nos autos do desempenho de atividade de vigilante, ensejando o não reconhecimento de atividade especial.

6.O paradigma apresentado trata da possibilidade de contagem mais vantajosa ao trabalhador que laborou em condições especiais quando em vigor lei que assim permitia, em observância ao direito adquirido.

7.Aplicação da Questão de Ordem n. 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

8.Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 06 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.70.56.000704-2
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ROSMARA DA SILVA PORTELA
PROC./ADV.: ROSILENY VANZELLA DE ASSIS PONTES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Os autos foram devolvidos à Secretaria da Turma Nacional de Uniformização em razão do término do mandato do respectivo relator. A propósito, verifico que o requerente não se desincumbiu do ônus de juntar cópia dos acórdãos paradigmas, com indicação de fonte, tal como dispõe a Questão de Ordem n. 3/TNU. Nesse sentido, é o entendimento desta Turma, conforme o PEDILEF 0500654-50.2009.4.05.8402/ RN, nos seguintes temos:

"PROCESSUAL CIVIL. UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE DECISÕES DE TURMAS DE DIFERENTES REGIÕES. DEMONSTRAÇÃO. JUNTADA DE CÓPIA DOS JULGADOS, COM INDICAÇÃO DA FONTE. NECESSIDADE. QUESTÃO DE ORDEM Nº 3/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Além da demonstração analítica da divergência entre os acórdãos em cotejo, exige-se, na hipótese de incidente calcado no conflito entre decisões de Turmas de Regiões diversas, que o recorrente comprove a sua existência. Pode o recorrente se desincumbir desse ônus através da juntada aos autos de certidão, cópia autenticada ou citação do repositório de jurisprudência oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que tiver sido publicada a decisão divergente. Admite-se ainda, para essa finalidade, a reprodução de julgado disponível na internet, desde que com indicação da respectiva fonte ou link que remeta o interessado diretamente ao acórdão indicado como paradigma (inteligência do art. 13 do Regimento Interno desta Turma c/c art. 541 do CPC).

2. Nessa linha de entendimento, a mera transcrição do julgado paradigma no corpo do recurso, mesmo que na sua integralidade, só tem validade quando acompanhada da indicação do repositório de jurisprudência ou fonte da qual foi extraído, de forma a conferir autenticidade ao texto reproduzido. Ônus da parte que não se transfere ao juiz. Aplicação da Questão de Ordem n. 3 desta TNU.

3. Incidente não conhecido, com determinação de devolução dos recursos congêneres às Turmas de origem, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para que, após o respectivo trânsito em julgado, mantenham ou promovam a adequação da decisão, nos moldes do entendimento aqui pacificado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 10 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.72.60.001557-9
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: DARCI NATIVIDADE ALVES ALONÇO
PROC./ADV.: ANILSE S. SEIBEL
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Os autos retornaram à Secretaria da Turma Nacional de Uniformização em virtude do término do mandato do relator. A propósito, verifico que a questão jurídica constante dos autos já foi apreciada por esta Turma Nacional, no PEDILEF n. 2009.72.50.004468-3/ SC, julgado com a seguinte ementa:

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA E APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. NULIDADE DA PROVA PERICIAL. INEXISTÊNCIA. MÉDICO ESPECIALISTA. DESNECESSIDADE. ANÁLISE DA INCAPACIDADE. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. REEXAME DE MATÉRIA DE PROVA. SÚMULA N. 42 DA TNU. SÚMULA N. 7 DO STJ.

1. A realização de perícia por médico especialista só é necessária em casos especialíssimos e maior complexidade, como, por exemplo, no caso de doença rara, o que não é o caso dos autos. Precedentes da TNU (PEDILEF 200872510048413, 200872510018627, 200872510031462).

2. No que se refere à análise da incapacidade, a TNU, por força do art. 14 da Lei n. 10.259/01, deve apenas se ater ao direito material, uniformizando a sua interpretação no âmbito dos Juizados Especiais Federais.

3. Aplicação da Súmula n. 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

4. Incidência da Súmula n. 7 do STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

5. Incidente não conhecido.

6. Outrossim, sugere-se ao Presidente deste Colegiado que, com base no entendimento já consolidado nesta Turma, promova a devolução de todos os processos que tenham por objeto esta mesma questão, nos termos do artigo 7º do Regimento Interno desta Turma.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para que, após o respectivo trânsito em julgado, mantenham ou promovam a adequação da decisão, nos moldes do entendimento aqui pacificado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 11 de setembro de 2012

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0038775-55.2010.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: JOSÉ CARLOS NOVELLINO
PROC./ADV.: LINO DE CARVALHO CAVALCANTE
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica relativa à gratificação de atividade executiva foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no Pedido de Uniformização n. 0046988 - 50.2010.4.01.3400/DF nos seguintes termos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

"GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE EXECUTIVA (GAE) REFERENTE AOS MESES DE JULHO E AGOSTO DE 2008, NO PERCENTUAL DE 160% DO VENCIMENTO BÁSICO FIXADO NA LEI 11.907/2009, QUE ESTRUTUROU O PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA - PECFAZ.".

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 11 de setembro de 2012

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0033161-69.2010.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: PAULO JOSÉ POSTALI
PROC./ADV.: LINO DE CARVALHO CAVALCANTE
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica relativa à gratificação de atividade executiva foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no Pedido de Uniformização n. 0046988 - 50.2010.4.01.3400/DF nos seguintes termos:

"GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE EXECUTIVA (GAE) REFERENTE AOS MESES DE JULHO E AGOSTO DE 2008, NO PERCENTUAL DE 160% DO VENCIMENTO BÁSICO FIXADO NA LEI 11.907/2009, QUE ESTRUTUROU O PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA - PECFAZ.".

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 11 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.57.009320-8
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: DARCI LUIZ SIMON
PROC./ADV.: ELIANA RIBEIRO DE ANDRADE HORN
PROC./ADV.: SANDRA H. BETIOLLO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão debatida nos autos foi julgada pelo Supremo Tribunal Federal no RE n. 631.240/MG (sobrestado por força do instituto da repercussão geral), nos termos da seguinte ementa:

"CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PREVIDÊNCIÁRIO. PRÉVIA POSTULAÇÃO ADMINISTRATIVA COMO CONDIÇÃO DE POSTULAÇÃO JUDICIAL RELATIVA A BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. EXISTÊNCIA. Está caracterizada a repercussão geral da controvérsia acerca da existência de prévia postulação perante a administração para defesa de direito ligado à concessão ou revisão de benefício previdenciário como condição para busca de tutela jurisdicional de idêntico direito."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § § 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 5 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.50.008187-4
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SIRLEI LONGARI BORGES
PROC./ADV.: MARIA HELOISA PILGER

DECISÃO

Verifico que a questão debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.72.66.000190-0/SC (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. TRANSFORMAÇÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ EM APOSENTADORIA POR IDADE. CARÊNCIA. CÔMPUTO DE TEMPO DE GOZO DE BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE NÃO INTERCALADO.

1.O art. 29, § 5º, da Lei nº 8.213/91 apenas é aplicável nos casos em que o benefício por incapacidade tenha sido, dentro do período básico de cálculo de futuro benefício, auferido de forma intercalada com períodos de atividade normal, de maneira que o segurado não esteja no gozo de benefício por incapacidade no interregno imediatamente anterior à concessão do novo benefício. Em consonância com essa exegese, o art. 55, II, da Lei nº 8.213/91 considera o tempo de gozo de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez como tempo de serviço apenas quando intercalado.

2.O tempo de gozo de aposentadoria por invalidez não pode geralmente ser computado para fins de carência em eventual concessão de futura aposentadoria por idade, porque, em regra, a aposentadoria por invalidez pressupõe que o beneficiário esteja definitivamente incapacitado para todo tipo de trabalho e que nunca mais volte a desempenhar atividade remunerada. Apenas na remota hipótese de a aposentadoria por invalidez ser cancelada e de o beneficiário voltar a recolher contribuições para a previdência social é que o tempo de gozo do beneficio por incapacidade ficaria intercalado de forma a se tornar passível de contabilização para fins de carência em concessão de benefício futuro.

3.O Presidente da TNU poderá determinar que todos os processos que versarem sobre esta mesma questão de direito material sejam automaticamente devolvidos para as respectivas Turmas Recursais de origem, antes mesmo da distribuição do incidente de uniformização, para que confirmem ou adequem o acórdão recorrido. Aplicação do art. 7º, VII, "a", do regimento interno da TNU, com a alteração aprovada pelo Conselho da Justiça Federal em 24/10/2011.

4.Incidente provido."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § § 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da TNU, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de setembro de 2012

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.64.000833-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ZENEIDA AMARAL DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: DOUGLAS DALL CORTIVO DOS SANTOS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2006.72.55.004235-8 (relatora Juíza Federal Vanessa Vieira de Mello), nos termos da seguinte ementa:

"INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSTITUTO PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE ALTERAÇÃO DO TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA ENTRE O CASO DOS AUTOS E OS PRECEDENTES INDICADOS. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. Pedido da parte autora de retroação do termo inicial de aposentadoria especial, concedida em 1º de maio de 1982, com pagamento dos valores em atraso. 2. Sentença de improcedência do pedido, refomada pela Turma Recursal. Aplicação, ao caso concreto, das disposições do Decreto nº 83.080/79. 3. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte ré, com esteio no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001. 4. Alegação de que não há divergência na interpretação do art. 32, do Decreto nº 89.312/84, que determinava que a aposentadoria seria contada na data do desligamento do emprego ou em 180 (cento e oitenta) dias após ela. 5. Indicação, pela parte recorrente, de precedentes do STJ - Superior Tribunal de Justiça: Recurso Especial nº 175.469/SP e Recurso Especial nº 294.442/RS: Recurso Especial nº 175.469/SP: 'RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. TERMO INICIAL. FIXAÇÃO. ARTIGO 144 DA LEI 8.213/91. INAPLICABILIDADE. - Em se tratando de segurado empregado, cujo prazo de desligamento do emprego e o requerimento de aposentadoria é inferior a 180 dias, a aposentadoria por tempo de serviço é devida a contar da data do desligamento do emprego (Decreto 89.312/84), in casu, a partir de 7 de junho de 1988, sendo inaplicável na espécie o artigo 144 da Lei 8.213/91. - Divergência jurisprudencial não demonstrada (artigo 255, do RISTJ). - Recurso não conhecido', (RESP 199800386939, HAMILTON CARVALHIDO, STJ - SEXTA TURMA, 22/05/2000); Recurso Especial nº 294.442/RS: "PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR IDADE. TERMO A QUO. DATA DO DESLIGAMENTO DO EMPREGO. EXEGESE. DECRETO Nº 83.312/84, ART. 32, § 1º, I, A. - No regime anterior ao atual Plano de Benefícios da Previdência Social, a aposentadoria previdenciária era concedida a partir da data do desligamento do emprego, com tal considerado o dia imediatamente subseqüente à da rescisão do pacto laboral, último dia de trabalho do obreiro. - Inteligência do artigo 32, § 1º, I, do Decreto nº 83.312/84 - Recurso especial conhecido e provido", (RESP 200001371983, VICENTE LEAL, STJ - SEXTA TURMA, 25/06/2001). 6. Admissibilidade do incidente junto à Presidência da Turma Recursal de Santa Catarina. 7. Ausência de similitude fático-jurídica entre o caso dos autos e os paradigmas apresentados pela autarquia. 8. Caso em que o autor requereu o benefício quando vigente o decreto nº 83.080/79. 9. Pedido da autarquia de aplicação, ao ano de 1982, de decreto nº 89.312/84. 10. Ausência de coincidência entre o tempo de labor da parte autora e a legislação cuja aplicação postula o instituto previdenciário. 11. Incidente de uniformização de jurisprudência não conhecido. Determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de setembro de 2012

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.50.002736-3
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): OSVALDINA DOS SANTOS REINHEIMER
PROC./ADV.: LETÍCIA CORUJA BARTH

DECISÃO

Verifico que a questão debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.72.66.000190-0/SC (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. TRANSFORMAÇÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ EM APOSENTADORIA POR IDADE. CARÊNCIA. CÔMPUTO DE TEMPO DE GOZO DE BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE NÃO INTERCALADO.

1.O art. 29, § 5º, da Lei nº 8.213/91 apenas é aplicável nos casos em que o benefício por incapacidade tenha sido, dentro do período básico de cálculo de futuro benefício, auferido de forma intercalada com períodos de atividade normal, de maneira que o segurado não esteja no gozo de benefício por incapacidade no interregno imediatamente anterior à concessão do novo benefício. Em consonância com essa exegese, o art. 55, II, da Lei nº 8.213/91 considera o tempo de gozo de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez como tempo de serviço apenas quando intercalado.

2.O tempo de gozo de aposentadoria por invalidez não pode geralmente ser computado para fins de carência em eventual concessão de futura aposentadoria por idade, porque, em regra, a aposentadoria por invalidez pressupõe que o beneficiário esteja definitivamente incapacitado para todo tipo de trabalho e que nunca mais volte a desempenhar atividade remunerada. Apenas na remota hipótese de a aposentadoria por invalidez ser cancelada e de o beneficiário voltar a recolher contribuições para a previdência social é que o tempo de gozo do beneficio por incapacidade ficaria intercalado de forma a se tornar passível de contabilização para fins de carência em concessão de benefício futuro.

3.O Presidente da TNU poderá determinar que todos os processos que versarem sobre esta mesma questão de direito material sejam automaticamente devolvidos para as respectivas Turmas Recursais de origem, antes mesmo da distribuição do incidente de uniformização, para que confirmem ou adequem o acórdão recorrido. Aplicação do art. 7º, VII, "a", do regimento interno da TNU, com a alteração aprovada pelo Conselho da Justiça Federal em 24/10/2011.

4.Incidente provido."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § § 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da TNU, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 6 de setembro de 2012

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500491-51.2010.4.05.8106
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOANA DARC NOGUEIRA DA SILVA
PROC./ADV.: ANTÔNIO SALDANHA FREIRE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 0502851-36.2008.4.05.8200/ PB, relator Juiz Federal Rogério Moreira Alves, nos termos da seguinte ementa:

"BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. DECURSO DE MAIS DE CINCO ANOS ENTRE INDEFERIMENTO ADMINISTRATIVO E AJUIZAMENTO DA AÇÃO. AUSÊNCIA DE PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. INAPLICABILIDADE DO DECRETO Nº 20.910/32. INCIDÊNCIA DE PRAZO DE DECADÊNCIA DE DEZ ANOS.

1. O Decreto nº 20.910/32 dispõe que a prescrição das dívidas passivas da União e suas autarquias (extensão decorrente do Decreto-Lei nº 4.597/42), qualquer que seja sua natureza, se consuma após cinco anos a contar da data do ato ou fato do qual se originarem. Trata-se de norma geral, que não se aplica em caso de indeferimento de requerimento de benefício previdenciário vinculado ao Regime Geral de Previdência Social ou de benefício assistencial, uma vez que estes se sujeitam a regramento próprio. A norma especial afasta a aplicação da norma geral.

2. O art. 103, caput, da Lei nº 8.213/91, contempla duas situações distintas: (a) se o benefício for concedido pelo INSS (ou seja, se houver ato de concessão do benefício), o prazo de decadência do direito à revisão do ato de concessão é de dez anos contados a partir do primeiro dia do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação; (b) se o benefício for indeferido pelo INSS (ou seja, se houver decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo), o prazo de decadência do direito à revisão do ato indeferitório é de dez anos contados a partir do dia em que o segurado for notificado da decisão administrativa definitiva.

3. Entender que o art. 103, caput, da Lei nº 8.213/91 somente se aplica em caso de revisão de benefícios deferidos implicaria tornar inócua a parte final do dispositivo legal. E uma das regras básicas de Hermenêutica é a de que a lei não contém palavras inúteis. Só é adequada a interpretação que encontrar um significado útil e efetivo para cada expressão contida na norma.

4. Incidente parcialmente provido para: (a) anular o acórdão recorrido e a sentença; (b) uniformizar o entendimento de que o ato de indeferimento de requerimento de benefícios previdenciários ou assistenciais não se sujeita a prazo quinquenal de prescrição de fundo de direito previsto no Decreto nº 20.910/32, mas apenas ao prazo de dez anos de decadência previsto no art. 103, caput, da Lei nº 8.213/91."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, "a" e "b", da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 05 de setembro de 2012

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.54.005242-3
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ISAIAS BENTIVOGLIO
PROC./ADV.: RODOLFO ACCADROLLI NETO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal no RE n. 579.431, sobrestado por força do instituto de repercussão geral, nestes termos: "QUESTÃO DE ORDEM. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PROCEDIMENTOS DE IMPLANTAÇÃO DO REGIME DA REPERCUSSÃO GERAL. QUESTÃO CONSTITUCIONAL OBJETO DE JUPRISPRUDÊNCIA DOMINANTE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PLENA APLICABILIDADE DAS REGRAS PREVISTAS NOS ARTS. 543-A E 543-B DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. ATRIBUIÇÃO, PELO PLENÁRIO, DOS EFEITOS DA REPERCUSSÃO GERAL ÀS MATÉRIAS JÁ PACIFICADAS NA CORTE. CONSEQÜENTE INCIDÊNCIA, NAS INSTÂNCIAS INFERIORES, DAS REGRAS DO NOVO REGIME, ESPECIALMENTE AS PREVISTAS NO ART. 543-B, § 3º, DO CPC (DECLARAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE OU RETRATAÇÃO DA DECISÃO IMPUGNADA). RECONHECIMENTO DA REPERCUSSÃO GERAL DO TEMA RELATIVO AOS JUROS DE MORA NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE A DATA DA CONTA DE LIQUIDAÇÃO E DA EXPEDIÇÃO DO REQUISITÓRIO, DADA A SUA EVIDENTE RELEVÂNCIA. ASSUNTO QUE EXIGIRÁ MAIOR ANÁLISE QUANDO DE SEU JULGAMENTO NO PLENÁRIO. DISTRIBUIÇÃO NORMAL DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO, PARA FUTURA DECISÃO DE MÉRITO. 1. Aplica-se, plenamente, o regime da repercussão geral às questões constitucionais já decididas pelo Supremo Tribunal Federal, cujos julgados sucessivos ensejaram a formação de súmula ou de jurisprudência dominante. 2. Há, nessas hipóteses, necessidade de pronunciamento expresso do Plenário desta Corte sobre a incidência dos efeitos da repercussão geral reconhecida para que, nas instâncias de origem, possam ser aplicadas as regras do novo regime, em especial, para fins de retratação ou declaração de prejudicialidade dos recursos sobre o mesmo tema (CPC, art. 543-B, § 3º). 3. Fica, nesse sentido, aprovada a proposta de adoção de procedimento específico que autorize a Presidência da Corte a trazer ao Plenário, antes da distribuição do RE, questão de ordem na qual poderá ser reconhecida a repercussão geral da matéria tratada, caso atendidos os pressupostos de relevância. Em seguida, o Tribunal poderá, quanto ao mérito, (a) manifestar-se pela subsistência do entendimento já consolidado ou (b) deliberar pela renovação da discussão do tema. Na primeira hipótese, fica a Presidência autorizada a negar distribuição e a devolver à origem todos os feitos idênticos que chegarem ao STF, para a adoção, pelos órgãos judiciários a quo, dos procedimentos previstos no art. 543-B, § 3º, do CPC. Na segunda situação, o feito deverá ser encaminhado à normal distribuição para que, futuramente, tenha o seu mérito submetido ao crivo do Plenário. 4. Possui repercussão geral a discussão sobre o tema do cabimento de juros de mora no período compreendido entre a data da conta de liquidação e da expedição da requisição de pequeno valor ou do precatório, dada a sua evidente relevância. Assunto que exigirá maior análise em futuro julgamento no Plenário. 5. Questão de ordem resolvida com a definição do procedimento, acima especificado, a ser adotado pelo Tribunal para o exame da repercussão geral nos casos em que já existente jurisprudência firmada na Corte. Deliberada, ainda, o envio dos autos do presente recurso extraordinário à distribuição normal, para posterior enfrentamento de seu mérito.

(RE 579431 QO, Relator(a): Min. MINISTRO PRESIDENTE, julgado em 13/03/2008, DJe-202 DIVULG 23-10-2008 PUBLIC 24-10-2008 EMENT VOL-02338-09 PP-01809)".

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Publique-se. Intime-se.
Brasília, 05 de setembro de 2012

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.50.013986-4
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): PEDRO JOVENTINO DE LIMA
PROC./ADV.: JOSÉ ALBERTO E. DA SILVA
PROC./ADV.: ADRIANA MARQUES C. NOGUEIRA

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 0506477-16.2006.4.05.8400 (processado sob o rito do art. 15, § 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

" INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. TEMA DA PREEXISTÊNCIA DA PATOLOGIA À NOVA FILIAÇÃO. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

1. Pedido da parte autora de concessão de aposentadoria por invalidez.

2. Sentença de improcedência do pedido. Trechos importantes do julgado: "2.12. Sendo assim, fica evidente que a parte autora - a qual teve sua qualidade de segurada especial da Previdência Social reconhecida pelo INSS, conforme documento do anexo nº 33 - já adquiriu tal qualidade portadora da enfermidade e da incapacidade que agora são invocadas para justificar a concessão do benefício pleiteado. Entrementes, tal fato obsta a concessão do auxílio-doença. 2.13. Acolho, portanto, o referido laudo por não existirem outros elementos capazes de afastar a conclusão pericial. Deste modo, não cabe a concessão do auxílio-doença, uma vez que a requerente adquiriu a qualidade de segurado especial após já estar incapacitada, segundo os ditames do parágrafo único do art. 58 da Lei nº 8.213/91".

3. Sentença integralmente mantida pela Turma Recursal: "EMENTA: DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. LAUDO PERICIAL FAVORÁVEL. BAIXA ACUIDADE VISUAL. INCAPACIDADE LABORATIVA. DOENÇA QUE ANTECEDE À FILIAÇÃO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. IMPROVIMENTO DO RECURSO. - Laudo pericial no sentido de que a parte autora, atualmente com 49 anos, residindo em Coronel Ezequiel/RN, é portadora de enfermidade incapacitante (baixa acuidade visual - alta miopia e catarata capsular posterior) para a atividade que exercia (agricultora). - Doença que preexistia à filiação, o que afasta a concessão do benefício de auxílio-doença. Não demonstração de que houve agravamento da doença durante o período de filiação. - Sentença mantida. - Improvimento do recurso".

4. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com esteio no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

5. Alegação de que há direito à concessão de benefício por incapacidade porque a incapacidade remonta ao tempo em que o autor era segurado da Previdência Social.

6. Indicação, pela parte recorrente, de precedente do STJ - Superior Tribunal de Justiça - Embargos de Declaração no Recurso Especial nº 210.795/SP e de julgado dos Tribunais Regionais Federais.

7. Inadmissibilidade do incidente de uniformização de jurisprudência junto à Turma Recursal do Rio Grande do Norte.

8. Apresentação, pela parte autora, de requerimento com pedido de processamento do incidente, nos termos do art. 15, § 4º, da Resolução nº 22/2008, do CJF - Conselho da Justiça Federal.

9. Decisão da lavra do Ministro Presidente da TNU - Turma Nacional de Uniformização, no sentido de admitir o incidente, com fundamento no art. 7º, inciso VI, do Regimento Interno do Colegiado citado.

10. Tema do início de incapacidade - depende do contexto dos autos.

11. Impossibilidade de exame de matéria de prova no âmbito da TNU - Turma Nacional de Uniformização. Aplicação do verbete nº 42, da TNU - Turma Nacional de Uniformização: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

12. Incidente de uniformização de jurisprudência não admitido. Determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 06 de setembro de 2012

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.50.010375-4
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): HELENA CUTIN BLANK
PROC./ADV.: FÁBIO STEFANI
PROC./ADV.: PRISCILA ZAMBERLAN
PROC./ADV.: LISIANE S. DA SILVA
PROC./ADV.: LARISSA F. M. LONGO

DECISÃO

Verifico que a questão debatida nos autos foi julgada pelo Supremo Tribunal Federal no RE n. 597.154/PB (sobrestado por força do instituto de repercussão geral), nos termos da seguinte ementa:

"1. Questão de ordem. Repercussão Geral. Recurso Extraordinário. 2. GDATA e GDASST. 3. Servidores inativos. Critérios de cálculo. Aplicação aos servidores inativos dos critérios estabelecidos aos ativos, de acordo com a sucessão de leis de regência. 4. Jurisprudência pacificada na Corte. 5. Questão de ordem acolhida para reconhecer a repercussão geral, reafirmar a jurisprudência do tribunal, desprover o recurso, autorizar a devolução aos tribunais de origem dos recursos extraordinários e agravos de instrumento que versem sobre o mesmo tema e autorizar as instâncias de origem à adoção dos procedimentos do art. 543-B, § 3º, do Código de Processo Civil."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § § 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 10 de setembro de 2012

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 2010.71.50.005540-1
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LAUTENIR OLIVEIRA DE ABREU
PROC./ADV.: LUCIANE COSTA DE ALENCAR
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2006.71.95.010826-7 (processado sob o rito do art. 15, § § 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE CONCEDIDO ANTES DA PROMULGAÇÃO DA LEI N.º 9.528/97. APOSENTADORIA CONCEDIDA EM 2003. CUMULAÇÃO. POSSIBILIDADE. INCIDENTE PROVIDO.

1. Presentes os requisitos de admissibilidade, adentro o exame do mérito recursal, restrito ao reconhecimento da possibilidade de cumulação de auxílio-acidente com aposentadoria, quando a data da concessão do primeiro benefício é anterior e a data da concessão do segundo é posterior à promulgação da Lei n.º 9.528/97.

2. A jurisprudência desta Turma Nacional logrou se firmar no sentido de reconhecer o direito à cumulação pretendida quando o surgimento da moléstia que levou à concessão do auxílio-acidente tenha ocorrido antes da alteração normativa indicada, sendo irrelevante o fato de a aposentadoria ter sido concedida em data posterior. Este entendimento coincide com o adotado pela Terceira Seção do eg. STJ.

3. Como o benefício de auxílio-acidente foi concedido ao autor em maio de 1987, ou seja, antes da edição da Lei n.º 9.528/97, impõe-se o reconhecimento de seu direito à cumulação deste com a aposentadoria concedida em 2003.

4. Incidente provido, com restauração da sentença monocrática. Condeno o INSS ao pagamento de honorários fixados em 20% sobre o valor da condenação, nos termos da Questão de Ordem n.º 02 deste Colegiado.

5. Sugiro ao em. Presidente desta Turma que imprima, ao resultado deste julgamento, a sistemática prevista no art. 7º letra "a" do Regimento desta Turma, devolvendo às Turmas de origem todos os outros incidentes que versem sobre o mesmo objeto, a fim de que mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida às premissas jurídicas firmadas, já que reflete entendimento consolidado nesta Corte."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da TNU, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 5 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.51.51.023243-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FRANCISCO VENTURA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, § § 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são irrepetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 200883200000109, Relatora JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepetibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalhido, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011)'. (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § § 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da TNU.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 10 de setembro de 2012

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0038794-61.2010.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: ANTENOR JOSÉ BATISTA
PROC./ADV.: LINO DE CARVALHO CAVALCANTE
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica relativa à gratificação de atividade executiva foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no Pedido de Uniformização n. 0046988 - 50.2010.4.01.3400/DF nos seguintes termos:

"GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE EXECUTIVA (GAE) REFERENTE AOS MESES DE JULHO E AGOSTO DE 2008, NO PERCENTUAL DE 160% DO VENCIMENTO BÁSICO FIXADO NA LEI 11.907/2009, QUE ESTRUTUROU O PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA - PECFAZ.".

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 11 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0047027-47.2010.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: ALZENI SILVA DA CONCEIÇÃO
PROC./ADV.: LINO DE CARVALHO CAVALCANTE
REQUERENTE: ANA MARIA AMARAZ LIMA
PROC./ADV.: LINO DE CARVALHO CAVALCANTE
REQUERENTE: CLEODONIR BISPO DE CARVALHO
PROC./ADV.: LINO DE CARVALHO CAVALCANTE
REQUERENTE: DENISE CARVALHO PIMENTEL
PROC./ADV.: LINO DE CARVALHO CAVALCANTE
REQUERENTE: MARIA BERNADETE GOMES LEOCÁDIO DE LIMA
PROC./ADV.: LINO DE CARVALHO CAVALCANTE
REQUERENTE: MAURA GUEDES DA SILVA
PROC./ADV.: LINO DE CARVALHO CAVALCANTE
REQUERENTE: VERA LÚCIA FERREIRA DALTRO
PROC./ADV.: LINO DE CARVALHO CAVALCANTE
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica relativa à gratificação de atividade executiva foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no Pedido de Uniformização n. 0046988 - 50.2010.4.01.3400/DF nos seguintes termos:

"GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE EXECUTIVA (GAE) REFERENTE AOS MESES DE JULHO E AGOSTO DE 2008, NO PERCENTUAL DE 160% DO VENCIMENTO BÁSICO FIXADO NA LEI 11.907/2009, QUE ESTRUTUROU O PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA - PECFAZ.".

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 11 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0509152-10.2010.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA SHIRLEY DE SOUZA GOMES
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Os autos foram devolvidos à Secretaria da Turma Nacional de Uniformização em razão do término do mandato do respectivo relator. A propósito, verifico que o requerente não se desincumbiu do ônus de indicar cópia dos julgados, com indicação de fonte. Nesse sentido, é o entendimento desta Turma, conforme o PEDILEF 0500654-50.2009.4.05.8402/ RN, nos seguintes temos:

"PROCESSUAL CIVIL. UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE DECISÕES DE TURMAS DE DIFERENTES REGIÕES. DEMONSTRAÇÃO. JUNTADA DE CÓPIA DOS JULGADOS, COM INDICAÇÃO DA FONTE. NECESSIDADE. QUESTÃO DE ORDEM Nº 3/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Além da demonstração analítica da divergência entre os acórdãos em cotejo, exige-se, na hipótese de incidente calcado no conflito entre decisões de Turmas de Regiões diversas, que o recorrente comprove a sua existência. Pode o recorrente se desincumbir desse ônus através da juntada aos autos de certidão, cópia autenticada ou citação do repositório de jurisprudência oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que tiver sido publicada a decisão divergente. Admite-se ainda, para essa finalidade, a reprodução de julgado disponível na internet, desde que com indicação da respectiva fonte ou link que remeta o interessado diretamente ao acórdão indicado como paradigma (inteligência do art. 13 do Regimento Interno desta Turma c/c art. 541 do CPC).

2. Nessa linha de entendimento, a mera transcrição do julgado paradigma no corpo do recurso, mesmo que na sua integralidade, só tem validade quando acompanhada da indicação do repositório de jurisprudência ou fonte da qual foi extraído, de forma a conferir autenticidade ao texto reproduzido. Ônus da parte que não se transfere ao juiz. Aplicação da Questão de Ordem n. 3 desta TNU.

3. Incidente não conhecido, com determinação de devolução dos recursos congêneres às Turmas de origem, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para que, após o respectivo trânsito em julgado, mantenham ou promovam a adequação da decisão, nos moldes do entendimento aqui pacificado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 30 de agosto de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.58.001040-3
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INES BOFF RITER
PROC./ADV.: NILCE LOURDES KAPPES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PROCESSUAL CIVIL. JUNTADA DE CÓPIA DOS JULGADOS. INDICAÇÃO DA FONTE. AUSÊNCIA. QUESTÃO DE ORDEM N. 3/TNU. MATÉRIA JÁ EXAMINADA PELA TNU. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.Alegação de divergência jurisprudencial com julgados de turmas recursais de diferentes regiões. Simples transcrição do acórdão. Necessidade de citação do repositório de jurisprudência ou de reprodução de página da internet com indicação da respectiva fonte ? endereço eletrônico (URL). Matéria apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 0500654-50.2009.4.05.8402/RN, relatora juíza Simone Lemos Fernandes, DJe de 7.10.2011.

3.Aplicação da Questão de Ordem n. 3/TNU ("A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre Turmas Recursais de diferentes Regiões").

4.Incidente inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da TNU.

Publique-se. Intime-se.
Brasília, 06 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0505655-09.2010.4.05.8102
ORIGEM: Turma Regional de Uniformização da 5ª Região
REQUERENTE: RAIMUNDO LUIZ DOS SANTOS
PROC./ADV.: DJACI DO NASCIMENTO SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTES DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL DIRIGIDOS ÀS TURMAS REGIONAL E NACIONAL. INTERPOSIÇÃO SIMULTÂNEA. QUESTÃO DE ORDEM N. 28/TNU.

1.Interposição simultânea de pedidos de uniformização dirigidos à Turma Regional e à Turma Nacional.

2.Aplicação da Questão de Ordem n. 28/TNU ("Havendo interposição simultânea de incidentes de uniformização dirigidos à Turma Regional de Uniformização e à Turma Nacional, será julgado, em primeiro lugar, o incidente dirigido à Turma Regional").

3.Envio dos autos à Turma Regional para apreciação do respectivo pedido de uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 06 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0505676-58.2010.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
AGRAVANTE: RAIMUNDA TOMAZ DA SILVA MEDEIROS
PROC./ADV.: JOSÉ CARLOS DE BRITO
AGRAVADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de pedido de submissão interposto por Raimunda Tomaz da Silva Medeiros com base no art. 15, § 4º, do RITNU, alterado pela Resolução CJF n. 62/2009, contra decisão da Presidência da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que inadmitiu incidente de uniformização fundado no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

Considerando o disposto no art. art. 15, § 4º, do Regimento Interno da TNU (Resolução n. 22 de 4.9.2008), recebo a presente petição por força do princípio da fungibilidade, como agravo, passando, pois, à sua apreciação.

Verifica-se que a Presidência da Turma Recursal negou seguimento ao pedido de uniformização por ser incabível o reexame dos elementos probatórios constante dos autos.

A agravante, contudo, não impugnou especificamente o fundamento utilizado para a inadmissão do incidente de uniformização; circunscrevendo-se a repetir as razões do recurso inadmitido, não buscou demonstrar que o óbice indicado no decisório agravado não teria aplicação ao caso.

Ante o exposto, não conheço do agravo.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 3 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.58.007993-2
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LUCIANE DE AGUIAR CATTO
PROC./ADV.: LUCIO CAZZUNI MATTES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. DIVERGÊNCIA ENTRE JULGADOS DE TURMAS DE DIFERENTES REGIÕES. AUSÊNCIA DE CÓPIA DOS JULGADOS PARADIGMAS COM INDICAÇÃO DA FONTE. NECESSIDADE. QUESTÃO DE ORDEM N. 3/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14 da Lei n. 10.259/2001.

2.Alegação de divergência jurisprudencial com julgados de turmas de diferentes regiões. Simples transcrição de trechos dos acórdãos. Ausência de cópia dos julgados paradigmas com indicação da fonte. Necessidade. PEDILEFs n. 200850500042531, DOU de 25.11.2011, 200563020147573, DOU de 14.10.2011, 05006545020094058402, DOU de 7.10.2011, e 200836007007933, DOU de 22.7.2011.

3.Aplicação da Questão de Ordem n. 3/TNU: "A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre julgados de turmas recursais de diferentes regiões, sendo exigida, no caso de julgado obtido por meio da internet, a indicação da fonte eletrônica (URL)". (Alteração aprovada na 6ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 23.08.2012)

4.Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 11 de setembro de 2012

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.58.009056-3
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: WAGNER DE FRAGA
PROC./ADV.: LUCIO CAZZUNI MATTES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. DIVERGÊNCIA ENTRE JULGADOS DE TURMAS DE DIFERENTES REGIÕES. AUSÊNCIA DE CÓPIA DOS JULGADOS PARADIGMAS COM INDICAÇÃO DA FONTE. NECESSIDADE. QUESTÃO DE ORDEM N. 3/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14 da Lei n. 10.259/2001.

2.Alegação de divergência jurisprudencial com julgados de turmas de diferentes regiões. Simples transcrição de trechos dos acórdãos. Ausência de cópia dos julgados paradigmas com indicação da fonte. Necessidade. PEDILEFs n. 200850500042531, DOU de 25.11.2011, 200563020147573, DOU de 14.10.2011, 05006545020094058402, DOU de 7.10.2011, e 200836007007933, DOU de 22.7.2011.

3.Aplicação da Questão de Ordem n. 3/TNU: "A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre julgados de turmas recursais de diferentes regiões, sendo exigida, no caso de julgado obtido por meio da internet, a indicação da fonte eletrônica (URL)". (Alteração aprovada na 6ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 23.08.2012)

4.Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 11 de setembro de 2012

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0513687-79.2010.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
AGRAVANTE: JOSÉ OLIPIO DA CUNHA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
AGRAVADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por José Olipio da Cunha contra decisão proferida pela Presidência da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que negou seguimento ao pedido de uniformização suscitado.

Alega a parte, em síntese, que os pressupostos de admissibilidade do pedido de uniformização foram atendidos, razão pela qual requer sua admissão.

É o relatório. Decido.

O incidente de uniformização de jurisprudência foi interposto com base no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que julgou improcedente pedido de concessão de pensão por morte.

A decisão da Presidência da Turma Recursal negou seguimento ao pedido de uniformização ante a ausência de impugnação dos fundamentos da decisão (Questão de Ordem n. 18/TNU).

O agravante, contudo, não impugnou especificamente o fundamento utilizado para a inadmissão do incidente de uniformização, circunscrevendo-se a tecer alegações genéricas concernentes à admissibilidade do apelo, bem como a defender que a questão não diz respeito a reexame de matéria de fato; não buscou demonstrar que o óbice indicado no decisório agravado não teria aplicação ao caso.

Ante o exposto, não conheço do agravo.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 3 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0520568-81.2010.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: ELAINE DE SOUZA PINTO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERENTE: EMANUELE LIMA DE SOUZA PINTO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERENTE: GRACILENE PEREIRA DE LIMA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERENTE: HENRIQUE LIMA DE SOUZA PINTO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERENTE: LEANDRO PEREIRA DE LIMA DE SOUZA PINTO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERENTE: LEONARDO LIMA DE SOUZA PINTO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERENTE: THALLYS LIMA DE SOUZA PINTO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. DIVERGÊNCIA ENTRE JULGADOS DE TURMAS DE DIFERENTES REGIÕES. AUSÊNCIA DE CÓPIA DOS JULGADOS PARADIGMAS COM INDICAÇÃO DA FONTE. NECESSIDADE. QUESTÃO DE ORDEM N. 3/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14 da Lei n. 10.259/2001.

2.Alegação de divergência jurisprudencial com julgados de turmas de diferentes regiões. Simples transcrição de trechos dos acórdãos. Ausência de cópia dos julgados paradigmas com indicação da fonte. Necessidade. PEDILEFs n. 200850500042531, DOU de 25.11.2011, 200563020147573, DOU de 14.10.2011, 05006545020094058402, DOU de 7.10.2011, e 200836007007933, DOU de 22.7.2011.

3.Aplicação da Questão de Ordem n. 3/TNU: "A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre Turmas Recursais de diferentes Regiões".

4.Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 06 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.72.54.002485-5
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: PAULO REGIS RODRIGUES
PROC./ADV.: ULYSSES COLOMBO PRUDÊNCIO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão debatida nos autos foi julgada pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp n. 1.109.591/SC, nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. AUXÍLIO-ACIDENTE. LESÃO MÍNIMA. DIREITO AO BENEFÍCIO.

1. Conforme o disposto no art. 86, caput, da Lei 8.213/91, exige-se, para concessão do auxílio-acidente, a existência de lesão, decorrente de acidente do trabalho, que implique redução da capacidade para o labor habitualmente exercido.

2. O nível do dano e, em consequência, o grau do maior esforço, não interferem na concessão do benefício, o qual será devido ainda que mínima a lesão.

3. Recurso especial provido".

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § § 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do STJ.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 11 de setembro de 2012

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.51.51.012227-1
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: SUZANA RODRIGUES DOS SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

O agravo atendeu aos pressupostos de admissibilidade.

Verifico que a questão debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 0506910-51.20054058013/AL (processado sob o rito do art. 15, § § 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIARIO - PENSÃO POR MORTE DE FALECIDO QUE NÃO DETINHA QUALIDADE DE SEGURADO NEM FAZIA JUS NA ÉPOCA DO ÓBITO À APOSENTADORIA POR IDADE RURAL - CARÊNCIA CUMPRIDA MAS COM REQUISITO ETÁRIO INADIMPLIDO - IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO - INCIDENTE DO INSS CONHECIDO E PROVIDO

1. Trata-se de Pedido de Uniformização interposto pelo INSS em processo no qual a parte autora busca a concessão do benefício de pensão por morte, sob o argumento de que, a despeito de o instituidor, na data do óbito (10.02.2002), ter perdido a qualidade de segurado,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

teria implementado a carência para a aposentadoria por idade. A sentença, confirmada pela Egrégia Turma Recursal de Alagoas, foi procedente sob o fundamento de que, embora o instituidor não tivesse implementado a idade mínima necessária à concessão da aposentadoria por idade (60 anos para o trabalhador rural), já detinha a carência de acordo com a data em que implementaria referida idade. O INSS cita como paradigmas acórdãos da 3ª Seção do STJ e aduz que a Turma, assim decidindo, violou flagrantemente o disposto no art. 102, § 2º, da Lei n.º 8.213/91, que condiciona a concessão de pensão por morte, no caso do segurado que falecer após a perda da qualidade de segurado, ao preenchimento de todos os requisitos para a obtenção da aposentadoria, ou seja, no caso da aposentadoria por idade, carência e idade mínima.

2. O acórdão assim dispôs: 'A sentença recorrida deve ser confirmada, por seus próprios fundamentos, eis que demonstrara, de forma objetiva, que a parte autora adimplira os requisitos exigidos ao deferimento do pedido formulado na inicial'. A sentença, por seu turno, fundamentou a concessão do benefício nos seguintes termos: 'No caso dos autos, embora o instituidor da pensão não tivesse a idade mínima necessária à obtenção da aposentadoria por idade, pois no ano em que faleceu tinha apenas 53 anos de idade, já detinha carência bem superior àquela aplicável no ano em que implementaria a idade de 60 anos (ano de 2009), pois o relatório do CNIS anexado aos autos (cf. arquivo 'provas') traz pouco mais 168 contribuições (cento e sessenta e oito). Assim sendo, vejo que, se vivo fosse, no ano de 2009, o instituidor da pensão já poderia gozar o benefício aposentadoria rural por idade, pelo que não haveria qualquer discussão acerca do direito de seus dependentes. Embora numa visão cartesiana pudesse concluir que o direito dos dependentes ao benefício pensão por morte somente nasceria a partir do ano de 2009, quando em um juízo antecipado de previsibilidade me faria ser possível representar a incidência da norma de regência sobre o fato jurídico, fazendo nascer-lhe o direito à aposentadoria por idade, penso que a causa reclama uma visão mais humanista, haja vista que a previdência social é, por natureza, o órgão de seguro da sociedade contra os chamados riscos sociais'.

3. Conheço do Incidente por reconhecer nos julgados de Seção e em Petição de Uniformização do STJ sua jurisprudência dominante. Deste modo, o entendimento da Turma Recursal de origem diverge da jurisprudência pacífica do STJ. Com efeito, a 3ª Seção do Superior Tribunal de Justiça no julgamento dos EREsp 524006 dispôs que "REVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE. DE CUJUS. PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO. POSSIBILIDADE DE DEFERIMENTO DA PENSÃO, NOS TERMOS DO ART. 102 DA LEI N.º 8.213/91, SE RESTAR COMPROVADO O ATENDIMENTO DOS REQUISITOS PARA CONCESSÃO DE APOSENTADORIA, ANTES DA DATA DO FALECIMENTO. 1. É assegurada a concessão do benefício de pensão por morte aos dependentes do de cujos que, ainda que tenha perdido a qualidade de segurado, tenha preenchido os requisitos legais para a obtenção de aposentadoria, antes da data do falecimento.' Outrossim, no julgamento da Pet 7.476/PR que "Não se aplica à aposentadoria por idade de trabalhador rural o disposto no art. 3º, § 1º, da Lei nº 10.666/2003', portanto, nunca o falecido faria jus à aposentadoria por idade rural já que não implementou o requisito etário antes de seu óbito.

4. Ante o exposto, CONHEÇO E DOU PROVIMENTO AO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DO INSS PARA JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO FIRMANDO A TESE DE QUE para a concessão de pensão por morte de rurícola é necessário que o instituidor tenha, na data do óbito, a qualidade de segurado ou tenha implementado, antes de falecer, todos os requisitos para a concessão de aposentadoria por idade rural, tanto a carência quanto a idade mínima.

5. Sugiro ao MM. Exo. Ministro Presidente desta Turma que imprima, ao resultado deste julgamento, a sistemática prevista no art. 7º letra 'a' do Regimento desta Turma, devolvendo às Turmas de origem todos os outros incidentes que versem sobre o mesmo objeto, a fim de que mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida às premissas jurídicas firmadas, já que reflete entendimento consolidado nesta Corte."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § § 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da TNU, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 11 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.58.001323-4
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CECILHA TERRES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MARIA DE LOURDES POETA DORNELLES
PROC./ADV.: PEDRO LUCIANO DE OLIVEIRA DORNELLES
PROC./ADV.: VILSON TRAPP LANZARINI

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica versada nos autos já foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.72.66.000190-0, relator Juiz Federal Rogério Moreira Alves, DJe de 6.7.2012, nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. TRANSFORMAÇÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ EM APOSENTADORIA POR IDADE. CARÊNCIA. CÔMPUTO DE TEMPO DE GOZO DE BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE NÃO INTERCALADO.

1. O art. 29, § 5º, da Lei nº 8.213/91 apenas é aplicável nos casos em que o benefício por incapacidade tenha sido, dentro do período básico de cálculo de futuro benefício, auferido de forma intercalada com períodos de atividade normal, de maneira que o segurado não esteja no gozo de benefício por incapacidade no interregno imediatamente anterior à concessão do novo benefício. Em consonância com essa exegese, o art. 55, II, da Lei nº 8.213/91 considera o tempo de gozo de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez como tempo de serviço apenas quando intercalado.

2. O tempo de gozo de aposentadoria por invalidez não pode geralmente ser computado para fins de carência em eventual concessão de futura aposentadoria por idade, porque, em regra, a aposentadoria por invalidez pressupõe que o beneficiário esteja definitivamente incapacitado para todo tipo de trabalho e que nunca mais volte a desempenhar atividade remunerada. Apenas na remota hipótese de a aposentadoria por invalidez ser cancelada e de o beneficiário voltar a recolher contribuições para a previdência social é que o tempo de gozo do beneficio por incapacidade ficaria intercalado de forma a se tornar passível de contabilização para fins de carência em concessão de benefício futuro.

3. O Presidente da TNU poderá determinar que todos os processos que versarem sobre esta mesma questão de direito material sejam automaticamente devolvidos para as respectivas Turmas Recursais de origem, antes mesmo da distribuição do incidente de uniformização, para que confirmem ou adéquem o acórdão recorrido. Aplicação do art. 7º, VII, "a", do regimento interno da TNU, com a alteração aprovada pelo Conselho da Justiça Federal em 24/10/2011.

4. Incidente provido."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 11 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.50.013431-3
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: SANTA TEREZA DE OLIVEIRA BATISTA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2008.70.50.007841-6 (relatora Juíza Federal Vanessa Vieira de Mello), nos termos da seguinte ementa:

"VOTO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO DA PARTE AUTORA. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO. I. Pedido da parte autora de concessão de aposentadoria por invalidez. II. Sentença de improcedência do pedido, mantida pela Turma Recursal. III. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com esteio no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001. IV. Alegação de que há direito à concessão de aposentadoria por invalidez porque a incapacidade remonta ao tempo em que o autor era segurado da Previdência Social. V. Indicação, pela parte recorrente, de precedente do STJ - Superior Tribunal de Justiça - Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 1070071 e dos Tribunais Regionais Federais. VI. Parte acometida por esquizofrenia paranóide. Última contribuição de março de 1997 e início da incapacidade, fixada por laudo pericial, em agosto de 2008. VII. Inadimissibilidade do incidente de uniformização de jurisprudência junto à Turma Recursal do Paraná. VIII. Apresentação, pela parte autora, de requerimento com pedido de processamento do incidente, nos termos do art. 15, § 4º, da Resolução nº 22/2008, do CJF - Conselho da Justiça Federal. IX. Decisão da lavra do Ministro Presidente da TNU - Turma Nacional de Uniformização, no sentido de admitir o incidente, com fundamento no art. 7º, inciso VI, do Regimento Interno do Colegiado citado. X. Tema do início de incapacidade - depende do contexto dos autos. XI. Impossibilidade de exame de matéria de prova no âmbito da TNU - Turma Nacional de Uniformização. Aplicação do verbete nº 43, da TNU. XII. Incidente de uniformização de jurisprudência não admitido. Determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 10 de setembro de 2012

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0000663-96.2010.4.01.3600
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: JOSIANE DA SILVA RIBEIRO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

A questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização nos PEDILEFs n. 2006.63.02.012989-7 e 2009.71.50.005078-4 (relatora Juíza Federal Simone dos Santos Lemos Fernandes), nos termos da seguinte ementa:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INADMITIDO. CONFIRMAÇÃO. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVA. ACÓRDÃO RECORRIDO EM SINTONIA COM POSIÇÃO PACÍFICA DESTA TURMA NACIONAL. AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL QUE APONTA INCAPACIDADE PARCIAL. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES PESSOAIS E SOCIAIS PELO MAGISTRADO SENTENCIANTE. INCAPACIDADE CONSIDERADA COMO TOTAL E PERMANENTE. AGRAVO IMPROVIDO. 1. Pretende o INSS a modificação de decisão monocrática do em. Presidente desta Turma Nacional, que inadmitiu o incidente de uniformização que suscitou, em face de acórdão que confirmou, por seus próprios fundamentos, sentença de parcial procedência de pedido de aposentadoria por invalidez. Alega o recorrente que o pedido de uniformização não envolve o reexame de matéria fática. 2. A decisão agravada negou seguimento ao recurso sob o fundamento de não ter sido realizada a indispensável demonstração analítica do dissídio, além de implicar o revolvimento de matéria fática. 3. De fato, infirmar a conclusão das instâncias ordinárias, no sentido da comprovação da incapacidade total da autora, feita com base na análise de todo o conjunto probatório e no princípio do livre convencimento motivado, implica autêntico reexame de prova, vedado nesta instância por disposição legal e por determinação veiculada na súmula n.º 42 deste Colegiado. 4. Ademais, vinco que a posição adotada pelo julgado recorrido está em consonância com o entendimento consolidado neste Colegiado, que atrai para a espécie a aplicação da Questão de Ordem n.º13. A simples leitura do acórdão recorrido e da sentença que confirma convence de que os julgadores promoveram a análise das condições pessoais e sociais que envolvem o postulante, o que é adequado e desejável. De fato, a magistrada sentenciante, verificando que a autora tem idade avançada e baixa escolaridade, estando impedida de exercer sua função habitual de doméstica, está, em verdade, completamente inábil do ponto de vista laboral, eis que afastada da possibilidade de reinserção no mercado de trabalho. 5. Sugere-se ao Presidente deste Colegiado que, com base no entendimento já consolidado nesta Turma, promova a devolução de todos os incidentes que questionem eventual conversão de incapacidade parcial constatada no laudo pericial em incapacidade total, por força de condições sociais e pessoais consideradas pelos julgadores, nos termos da redação do artigo 7º do Regimento Interno desta Turma. 5. Agravo Regimental improvido."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado dos respectivos acórdãos.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 10 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500262-73.2010.4.05.8306
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: MARIA JOSÉ DA SILVA DE SOUZA
PROC./ADV.: MILTON RABELO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. NÃO COMPROVAÇÃO DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE RURAL. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Incidente de Uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.Benefício de aposentadoria por idade rural julgado improcedente sob os seguintes argumentos: a) não comprovação do exercício de atividade rural no período imediatamente anterior ao requerimento administrativo pelo número de meses correspondente ao período de carência; b) prova oral frágil e desarmônica.

3. A pretensão do requerente não é passível de ser analisada nessa via, uma vez que demanda reexame de provas.

4.Vale ressaltar que ainda que se entenda que as provas trazidas pelo requerente constituem início de prova material, bem como que tais documentos não precisam se referir a todo o período de carência, há outro fundamento suficiente para manutenção da decisão impugnada, qual seja, não corroboração da prova documental pela prova testemunhal. Sendo assim, apenas mediante análise do conjunto fático-probatório, é que seria possível adotar conclusão diversa.

5.Aplicação da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

6.Incidente de uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, VII, alínea "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 10 de setembro de 2012

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503947-94.2010.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
AGRAVANTE: ALANNA SONAY ELIAS DE CASTRO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
AGRAVADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por ALANNA SONAY ELIAS DE CASTRO contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização por ser incabível o reexame dos elementos probatórios constante dos autos.

Alega a parte agravante, em síntese, que os pressupostos de admissibilidade do pedido de uniformização foram atendidos, razão pela qual requer sua admissão.

É o relatório. Decido.

O incidente de uniformização de jurisprudência foi interposto com base no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001 contra acórdão proferido pela Turma Recursal do Rio Grande do Norte que confirmou a improcedência de pedido de concessão do benefício de pensão por morte.

Mediante a análise do conjunto fático-probatório, concluiu-se pela não comprovação da união estável entre a requerente e o segurado falecido.

Dessa forma, a verificação da existência de união estável é matéria objeto de dilação probatória.

Aplicação da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

Ante o exposto, conheço do agravo e nego-lhe provimento.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500930-47.2010.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: JOÃO ANDERSON DE MEDEIROS CAVALCANTE
PROC./ADV.: ELÓI LUÍS DE MOURA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Os autos foram devolvidos à Secretaria da Turma Nacional de Uniformização em razão do término do mandato do respectivo relator. A propósito, verifico que o requerente não se desincumbiu do ônus de indicar cópia dos julgados, com indicação de fonte. Nesse sentido, é o entendimento desta Turma, conforme o PEDILEF 0500654-50.2009.4.05.8402/ RN, nos seguintes temos:

"PROCESSUAL CIVIL. UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE DECISÕES DE TURMAS DE DIFERENTES REGIÕES. DEMONSTRAÇÃO. JUNTADA DE CÓPIA DOS JULGADOS, COM INDICAÇÃO DA FONTE. NECESSIDADE. QUESTÃO DE ORDEM Nº 3/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Além da demonstração analítica da divergência entre os acórdãos em cotejo, exige-se, na hipótese de incidente calcado no conflito entre decisões de Turmas de Regiões diversas, que o recorrente comprove a sua existência. Pode o recorrente se desincumbir desse ônus através da juntada aos autos de certidão, cópia autenticada ou citação do repositório de jurisprudência oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que tiver sido publicada a decisão divergente. Admite-se ainda, para essa finalidade, a reprodução de julgado disponível na internet, desde que com indicação da respectiva fonte ou link que remeta o interessado diretamente ao acórdão indicado como paradigma (inteligência do art. 13 do Regimento Interno desta Turma c/c art. 541 do CPC).

2. Nessa linha de entendimento, a mera transcrição do julgado paradigma no corpo do recurso, mesmo que na sua integralidade, só tem validade quando acompanhada da indicação do repositório de jurisprudência ou fonte da qual foi extraído, de forma a conferir autenticidade ao texto reproduzido. Ônus da parte que não se transfere ao juiz. Aplicação da Questão de Ordem n. 3 desta TNU.

3. Incidente não conhecido, com determinação de devolução dos recursos congêneres às Turmas de origem, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para que, após o respectivo trânsito em julgado, mantenham ou promovam a adequação da decisão, nos moldes do entendimento aqui pacificado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 12 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.70.51.006743-4
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: DINA DIAS DE OLIVEIRA BENICIO
PROC./ADV.: CLÁUDIO ITO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Os autos foram devolvidos à Secretaria da Turma Nacional de Uniformização em razão do término do mandato do respectivo relator. A propósito, a matéria está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal nos Recurso Extraordinários n. 567.985 e 580.963/PR, sobrestado por força do instituto de repercussão geral, nestes termos:

"REPERCUSSÃO GERAL - BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - IDOSO - RENDA PER CAPITA FAMILIAR INFERIOR A MEIO SALÁRIO MÍNIMO - ARTIGO 203, INCISO V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Admissão pelo Colegiado Maior" (RE 567.985).

"Recurso extraordinário. Benefício assistencial ao idoso (art. 203, V, da Constituição Federal). Discussão sobre critério utilizado para aferir a renda mensal per capita da família da requerente. Alegação de inconstitucionalidade de interpretação extensiva ao art. 34, parágrafo único, da Lei n. 10.741/2003. Tema que alcança relevância econômica, política, social e jurídica e que ultrapassa os interesses subjetivos da causa. Repercussão geral reconhecida." (RE 580.963/PR).

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília 11 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500121-60.2010.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIANA DE SOUZA LEITE
PROC./ADV.: SIMONE APARECIDA ALBINO RIBEIRO DE MENDONÇA

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos a decisão da Presidência da TNU que, ao analisar incidente de uniformização de jurisprudência fundado no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001, determinou a devolução dos autos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado pelo Supremo Tribunal Federal no RE n. 626.489.

A embargante alega que a matéria versada no incidente de uniformização, e, por conseguinte, na decisão embargada está em desacordo com aquela discutida nos presentes autos. Em outras palavras, não há correlação lógica entre o pedido formulado e a questão jurídica decidida na lide.

É, em síntese, o relatório.

Razão assiste à embargante. Enquanto o acórdão recorrido trata sobre a legitimidade passiva do INSS em ação em que se discute a responsabilidade civil por danos decorrentes de fraude na contratação de empréstimo consignado, o incidente de uniformização versa sobre a decadência do direito de revisão de benefício previdenciário concedido em período anterior a Medida Provisória n. 1.6523-9/1997.

Verifico, portanto, que as razões discorridas no incidente interposto estão dissociadas da realidade processual, razão pela qual acolho os presentes embargos para inadmitir o incidente de uniformização, nos termos do art. 7º, VII, "c" do RI/TNU.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 06 de setembro de 2012

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500849-67.2011.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: WILTON MARCELINO DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2006.63.02.012989-7 (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. INCIDENTEDEUNIFORMIZAÇÃO INADMITIDO. CONFIRMAÇÃO. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVA. ACÓRDÃO RECORRIDO EM SINTONIA COM POSIÇÃO PACÍFICA DESTA TURMA NACIONAL. AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL QUE APONTA INCAPACIDADE PARCIAL. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES PESSOAIS E SOCIAIS PELO MAGISTRADO SENTENCIANTE. INCAPACIDADE CONSIDERADA COMO TOTAL E PERMANENTE. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Pretende o INSS a modificação de decisão monocrática do em. Presidente desta Turma Nacional, que inadmitiu o incidente de uniformização que suscitou, em face de acórdão que confirmou, por seus próprios fundamentos, sentença de parcial procedência de pedido de aposentadoria por invalidez. Alega o recorrente que o pedido de uniformização não envolve o reexame de matéria fática.

2. A decisão agravada negou seguimento ao recurso sob o fundamento de não ter sido realizada a indispensável demonstração analítica do dissídio, além de implicar o revolvimento de matéria fática.

3. De fato, infirmar a conclusão das instâncias ordinárias, no sentido da comprovação da incapacidade total da autora, feita com base na análise de todo o conjunto probatório e no princípio do livre convencimento motivado, implica autêntico reexame de prova, vedado nesta instância por disposição legal e por determinação veiculada na súmula n.º 42 deste Colegiado.

4. Ademais, vinco que a posição adotada pelo julgado recorrido está em consonância com o entendimento consolidado neste Colegiado, que atrai para a espécie a aplicação da Questão de Ordem n.º 13. A simples leitura do acórdão recorrido e da sentença que confirma convence de que os julgadores promoveram a análise das condições pessoais e sociais que envolvem o postulante, o que é adequado e desejável. De fato, a magistrada sentenciante, verificando que a autora tem idade avançada e baixa escolaridade, estando impedida de exercer sua função habitual de doméstica, está, em verdade, completamente inábil do ponto de vista laboral, eis que afastada da possibilidade de reinserção no mercado de trabalho.

5. Sugere-se ao Presidente deste Colegiado que, com base no entendimento já consolidado nesta Turma, promova a devolução de todos os incidentes que questionem eventual conversão de incapacidade parcial constatada no laudo pericial em incapacidade total, por força de condições sociais e pessoais consideradas pelos julgadores, nos termos da redação do artigo 7º do Regimento Interno desta Turma.

5. Agravo Regimental improvido."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 10 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 2011.71.54.002911-9
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ANTONIO PAULO CHAVES LUNELLI
PROC./ADV.: RODOLFO ACCADROLLI NETO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal no RE n. 579.431, sobrestado por força do instituto de repercussão geral, nestes termos:

"QUESTÃO DE ORDEM. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PROCEDIMENTOS DE IMPLANTAÇÃO DO REGIME DA REPERCUSSÃO GERAL. QUESTÃO CONSTITUCIONAL OBJETO DE JUPRISPRUDÊNCIA DOMINANTE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PLENA APLICABILIDADE DAS REGRAS PREVISTAS NOS ARTS. 543-A E 543-B DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. ATRIBUIÇÃO, PELO PLENÁRIO, DOS EFEITOS DA REPERCUSSÃO GERAL ÀS MATÉRIAS JÁ PACIFICADAS NA CORTE. CONSEQÜENTE INCIDÊNCIA, NAS INSTÂNCIAS INFERIORES, DAS REGRAS DO NOVO REGIME, ESPECIALMENTE AS PREVISTAS NO ART. 543-B, § 3º, DO CPC (DECLARAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE OU RETRATAÇÃO DA DECISÃO IMPUGNADA). RECONHECIMENTO DA REPERCUSSÃO GERAL DO TEMA RELATIVO AOS JUROS DE MORA NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE A DATA DA CONTA DE LIQUIDAÇÃO E DA EXPEDIÇÃO DO REQUISITÓRIO, DADA A SUA EVIDENTE RELEVÂNCIA. ASSUNTO QUE EXIGIRÁ MAIOR ANÁLISE QUANDO DE SEU JULGAMENTO NO PLENÁRIO. DISTRIBUIÇÃO NORMAL DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO, PARA FUTURA DECISÃO DE MÉRITO. 1. Aplica-se, plenamente, o regime da repercussão geral às questões constitucionais já decididas pelo Supremo Tribunal Federal, cujos julgados sucessivos ensejaram a formação de súmula ou de jurisprudência dominante. 2. Há, nessas hipóteses, necessidade de pronunciamento expresso do Plenário desta Corte sobre a incidência dos efeitos da repercussão geral reconhecida para que, nas instâncias de origem, possam ser aplicadas as regras do novo regime, em especial, para fins de retratação ou declaração de prejudicialidade dos recursos sobre o mesmo tema (CPC, art. 543-B, § 3º). 3. Fica, nesse sentido, aprovada a proposta de adoção de procedimento específico que autorize a Presidência da Corte a trazer ao Plenário, antes da distribuição do RE, questão de ordem na qual poderá ser reconhecida a repercussão geral da matéria tratada, caso atendidos os pressupostos de relevância. Em seguida, o Tribunal poderá, quanto ao mérito, (a) manifestar-se pela subsistência do entendimento já consolidado ou (b) deliberar pela renovação da discussão do tema. Na primeira hipótese, fica a Presidência autorizada a negar distribuição e a devolver à origem todos os feitos idênticos que chegarem ao STF, para a adoção, pelos órgãos judiciários a quo, dos procedimentos previstos no art. 543-B, § 3º, do CPC. Na segunda situação, o feito deverá ser encaminhado à normal distribuição para que, futuramente, tenha o seu mérito submetido ao crivo do Plenário. 4. Possui repercussão geral a discussão sobre o tema do cabimento de juros de mora no período compreendido entre a data da conta de liquidação e da expedição da requisição de pequeno valor ou do precatório, dada a sua evidente relevância. Assunto que exigirá maior análise em futuro julgamento no Plenário. 5. Questão de ordem resolvida com a definição do procedimento, acima especificado, a ser adotado pelo Tribunal para o exame da repercussão geral nos casos em que já existente jurisprudência firmada na Corte. Deliberada, ainda, o envio dos autos do presente recurso extraordinário à distribuição normal, para posterior enfrentamento de seu mérito.

(RE 579431 QO, Relator(a): Min. MINISTRO PRESIDENTE, julgado em 13/03/2008, DJe-202 DIVULG 23-10-2008 PUBLIC 24-10-2008 EMENT VOL-02338-09 PP-01809)".

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 05 de setembro de 2012

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0506548-42.2011.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VANDI RODRIGUES DE CARVALHO
PROC./ADV.: FRANCISCA GOMES ALVES

DECISÃO

O agravo atendeu aos pressupostos de admissibilidade.

A questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000.971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são irrepetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento". (PEDILEF 200883200000109, Relatora JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepetibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalhido, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011)'. (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, doRegimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 10 de setembro de 2012

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501278-37.2011.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
EMBARGANTE: IVAN BENTO DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
EMBARGADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração interposto por Ivan Bento da Silva contra decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização que, em juízo de admissibilidade de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001, determinou a devolução dos autos, para manutenção ou adequação do acórdão, em razão do entendimento consolidado no PEDILEF n. 0002950.15.2008.4.04.7195.

Alega a embargante, em síntese: a) que o cerne da controvérsia estabelecida nas instâncias ordinárias diz respeito ao conceito de "permanência", matéria que não foi objeto de deliberação no paradigma indicado na decisão embargada; b) que a Turma Recursal de origem, ao contrário da TNU, exige que a exposição ao agente nocivo ocorra durante toda a jornada, ao passo que, aqui, não se exige que o trabalho se dê de forma ininterrupta; c) que, em suma, está comprovada a divergência entre o entendimento da TR de origem e o da TNU, pois a especialidade da atividade não se descaracterizaria, desde que exercida diariamente, ainda que durante parte da jornada, ao contrário do que se registrou nas instâncias ordinárias.

É o relatório. Decido.

Os embargos de declaração, cujos pressupostos estão relacionados no artigo 48 da Lei nº 9.099/95, aplicável subsidiariamente ao rito deste Juizado Especial Federal, visam aclarar obscuridade, desfazer contradição ou suprir omissão a respeito de questão jurídica de especial relevância para o desate da lide.

Convém esclarecer que o simples descontentamento da parte com o julgamento não tem o condão de tornar cabível tal recurso - de rígidos contornos processuais -, que serve para o aprimoramento da decisão, não para a sua modificação, que só excepcionalmente é admitida.

No caso, não verifico a ocorrência de qualquer vício que possa dar ensejo à oposição de embargos de declaração.

Compulsando os autos, constato que, de fato, foi feito um registro no acórdão recorrido, de que a atividade do embargante, embora habitual seria intermitente. Entretanto, esse não foi o fundamento utilizado para o indeferimento do pedido e, sim, o fato de que "...a comprovação do exercício de atividade sujeita a condições especiais depende da apresentação de prova documental própria..." (sic).

Ora, no que concerne à prova da exposição aos agentes nocivos prevista na legislação previdenciária, para fins de reconhecimento de uma atividade como especial, a Turma Nacional de Uniformização já firmou seu entendimento no precedente indicado na decisão embargada, sendo certo que a questão da efetiva exposição ao agente, de forma habitual e permanente. Desta forma, a Turma há de analisar, primeiramente, se a parte autora apresentou as provas exigidas na legislação e normativos editados, inclusive no que diz respeito à questão da habitualidade/permanência/intermitência - tempus regit actum-, na forma como especificado no precedente indicado, procedendo à manutenção ou adequação do julgado, conforme o caso. A definição e o conceito de permanência/intermitência é questão ulterior, a ser definida somente se houver prova da atividade, sendo certo que, no acórdão recorrido, embora tenha sido feito o mencionado registro, não se deliberou sobre a questão.

Mediante essas considerações, rejeito os embargos, mantida a determinação de devolução dos autos à origem para observância do que foi decidido no PEDILEF n. 0002950.15.2008.4.04.7195.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 06 de setembro de 2012

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001383-06.2011.4.04.7012
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): JOANA GUIMARÃES FILHA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Verifico que a questão debatida nos autos foi julgada pelo Supremo Tribunal Federal no RE n. 580.963/PR (sobrestado por força do instituto da repercussão geral), nos termos da seguinte ementa:

"Recurso extraordinário. Benefício assistencial ao idoso (art. 203, V, da Constituição Federal). Discussão sobre critério utilizado para aferir a renda mensal per capita da família da requerente. Alegação de inconstitucionalidade de interpretação extensiva ao art. 34, parágrafo único, da Lei n. 10.741/2003. Tema que alcança relevância econômica, política, social e jurídica e que ultrapassa os interesses subjetivos da causa. Repercussão geral reconhecida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § § 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 11 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2011.71.58.000597-7
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): EDELMIRO MARQUES CABRAL
PROC./ADV.: MARIA ADIR MESSA TORRES
PROC./ADV.: MAGALI DE CONTO

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica versada nos autos já foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.72.66.000190-0, relator Juiz Federal Rogério Moreira Alves, DJe de 6.7.2012, nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. TRANSFORMAÇÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ EM APOSENTADORIA POR IDADE. CARÊNCIA. CÔMPUTO DE TEMPO DE GOZO DE BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE NÃO INTERCALADO.

1. O art. 29, § 5º, da Lei nº 8.213/91 apenas é aplicável nos casos em que o benefício por incapacidade tenha sido, dentro do período básico de cálculo de futuro benefício, auferido de forma intercalada com períodos de atividade normal, de maneira que o segurado não esteja no gozo de benefício por incapacidade no interregno imediatamente anterior à concessão do novo benefício. Em consonância com essa exegese, o art. 55, II, da Lei nº 8.213/91 considera o tempo de gozo de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez como tempo de serviço apenas quando intercalado.

2. O tempo de gozo de aposentadoria por invalidez não pode geralmente ser computado para fins de carência em eventual concessão de futura aposentadoria por idade, porque, em regra, a aposentadoria por invalidez pressupõe que o beneficiário esteja definitivamente incapacitado para todo tipo de trabalho e que nunca mais volte a desempenhar atividade remunerada. Apenas na remota hipótese de a aposentadoria por invalidez ser cancelada e de o beneficiário voltar a recolher contribuições para a previdência social é que o tempo de gozo do beneficio por incapacidade ficaria intercalado de forma a se tornar passível de contabilização para fins de carência em concessão de benefício futuro.

3. O Presidente da TNU poderá determinar que todos os processos que versarem sobre esta mesma questão de direito material sejam automaticamente devolvidos para as respectivas Turmas Recursais de origem, antes mesmo da distribuição do incidente de uniformização, para que confirmem ou adéquem o acórdão recorrido. Aplicação do art. 7º, VII, "a", do regimento interno da TNU, com a alteração aprovada pelo Conselho da Justiça Federal em 24/10/2011.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

4. Incidente provido."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 11 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500122-11.2011.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): DAMIÃO FIRMINO DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
PROC./ADV.: WALTER DIÓGENES NETO
PROC./ADV.: ADONIAS REGINALDO LOPES NETO

DECISÃO

O agravo atendeu aos pressupostos de admissibilidade.

A questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2007.71.95.02.8233-8 (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A SÚMULA 31 DESTA TNU. A ANOTAÇÃO NA CTPS DECORRENTE DE SENTENÇA TRABALHISTA HOMOLOGATÓRIA CONSTITUI INÍCIO DE PROVA MATERIAL PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS. QUESTÃO DE ORDEM Nº 13. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO COM A DETERMINAÇÃO DE DEVOLUÇÃO DOS RECURSOS COM MESMO OBJETO ÀS TURMAS DE ORIGEM A FIM DE QUE, NOS TERMOS DO ART. 15, §§ 1º E 3º, DO RI/TNU, MANTENHAM OU PROMOVAM A ADEQUAÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA".

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 10 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500170-78.2011.4.05.9820
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DA CONCEIÇÃO LIMA PEREIRA
PROC./ADV.: ANA HELENA C. PORTELA

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/ RS, relator Juiz Federal Antônio Fernando Schenkel do Amaral e Silva, nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1."Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são irrepetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento". (PEDILEF 200883200000109, Relatora JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O "STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepetibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalhido, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011)". (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 06 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0516689-23.2011.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ODETE TEIXEIRA DE MELO
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA
PROC./ADV.: TATIELY CORTÊS TEIXEIRA
PROC./ADV.: CELY DANTAS FREIRE
PROC./ADV.: VIVIANNE BARBOSA AVELINO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão debatida nos autos foi julgada pelo Supremo Tribunal Federal no RE n. 626489/SE, nos termos da seguinte ementa:

"CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIOS. FIXAÇÃO DE PRAZO DECADENCIAL. MEDIDA PROVISÓRIA 1.523, DE 27/06/1997. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTERIORMENTE À RESPECTIVA VIGÊNCIA. DIREITO ADQUIRIDO. SEGURANÇA JURÍDICA. PRESENÇA DA REPERCUSSÃO GERAL DA QUESTÃO CONSTITUCIONAL DISCUTIDA. Possui repercussão geral a questão constitucional alusiva à possibilidade de aplicação do prazo decadencial estabelecido pela Medida Provisória 1.523/1997 aos benefícios previdenciários concedidos antes da respectiva vigência."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 10 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501726-10.2011.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: JOSEFA CESÁRIO DA COSTA
PROC./ADV.: MARIA CÉLIA DA COSTA GALVÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

O agravo atendeu aos pressupostos de admissibilidade.

Verifico que a questão debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 0010516-35.2006.4.03.6310 (relatora Juíza Federal Simone dos Santos Lemos), nos termos da seguinte ementa:

"PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. INCAPACIDADE ANTERIOR AO REINGRESSO. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. INCIDENTE IMPROVIDO. 1. Pretende o autor a modificação de acórdão que reformou sentença de procedência de benefício previdenciário. Insiste ele na manutenção daquela decisão monocrática, ao argumento de ser irrelevante o reingresso ao RGPS após a instalação de incapacidade laborativa, eis que o obstáculo legal se refere exclusivamente à impossibilidade de primeira filiação subsequente a uma inaptidão laboral já instalada. 2. O paradigma apontado, originado desta TNU, se presta à configuração da necessária divergência. Ocorre que reflete entendimento que restou superado. 3. Esta julgadora esclarece que possuía entendimento no sentido de que o impedimento legal à concessão de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez somente se configurava quando a incapacidade fosse anterior ao ingresso - considerada a primeira vinculação ao regime. Ocorre que amadureceu seu entendimento, não somente por força da pacificação da jurisprudência a respeito do tema, em sentido contrário, mas também por perceber que ele permitia a prática de verdadeiras fraudes em prejuízo de um sistema cujo equilíbrio é muito singelo. Alinhou, pois, seu posicionamento ao atualmente adotado por este Colegiado, que pacificou o entendimento de que o óbice legal da incapacidade pré-existente previsto no art. 42, § 2º, e no art. 59, parágrafo único, da Lei nº 8.213/91 se aplica tanto para o ingresso quanto para o reingresso na Previdência Social (Cf. PEDILEF nº 2007.38.00.730193-7/MG, Rel. Juiz Fed. Sebastião Ogê Muniz, DJ 07.07.2009; PEDILEF nº 2008.72.55.005224-5/SC, Rel. Juíza Fed. Joana Carolina L. Pereira, DJ 11.06.2010). 4. Incidente improvido."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 10 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 5007597-19.2011.4.04.7204
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: MARIA DE LOURDES DA SILVEIRA
PROC./ADV.: FABRÍCIO MACHADO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de pedido de submissão interposto por MARIA DE LOURDES DA SILVEIRA GONÇALVES com base no art. 15, § 4º, do RITNU, alterado pela Resolução CJF n. 62/2009, contra decisão da Presidência da 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina que inadmitiu incidente de uniformização fundado no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

Nas razões, limita-se a parte a requerer que a decisão de inadmissão preliminar do incidente nacional de uniformização seja submetida ao Presidente da TNU.

É o relatório. Decido.

É incabível o pedido de submissão apresentado.

Verifica-se que a Resolução CJF n. 163/2011, publicada no DOU de 14.11.2011, alterou a redação do art. 15, § 4º, do Regimento Interno da TNU (Resolução n. 22 de 4.9.2008), passando a exigir a apresentação de agravo contra a decisão de inadmissão preliminar do incidente nacional de uniformização, in verbis:

"Art. 15.

[...]

§ 4º Em caso de inadmissão preliminar do incidente nacional de uniformização, a parte poderá interpor agravo nos próprios autos, no prazo de dez dias, a contar da publicação da decisão recorrida, devendo fundamentar o pleito, demonstrando o equívoco da decisão recorrida e a circunstância de se encontrar em confronto com súmula e jurisprudência dominante da TNU, do STJ e do STF."

Assim, não basta a simples formulação de requerimento de submissão - tal como previsto na norma anterior. O agravo deve ser fundamentado, demonstrando-se o equívoco da decisão recorrida e a circunstância de se encontrar em confronto com súmula e jurisprudência dominante da TNU, do STJ ou do STF, o que não foi realizado.

Dessa forma, ante a incidência imediata da lei superveniente, princípio geral norteador do direito intertemporal processual, deve-se observar a legislação vigente ao tempo da publicação da decisão.

Considerando que a referida resolução entrou em vigor na data da sua publicação (art. 7º), o que ocorreu em 14.11.2011, o texto é plenamente aplicável ao caso dos autos, uma vez que a decisão da Presidência da Turma Recursal foi publicada tão somente em 12/06/2012.

Ante o exposto, não conheço do pedido de submissão.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 4 de setembro de 2012

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500137-71.2011.4.05.8306
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JOSÉ CARLOS DA SILVA
PROC./ADV.: EBER LUCENA DOS SANTOS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. BASES FÁTICAS DISTINTAS. QUESTÃO DE ORDEM N. 22/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.Pedido de concessão de auxílio-doença julgado improcedente por Juizado Especial Federal.

3.Divergência não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica.

4.O acórdão recorrido limitou-se a manter a sentença por seus próprios fundamentos, que concluiu não ter ficado configurada a incapacidade para o trabalho.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

5.No pedido de uniformização, alegando a incapacidade para o trabalho, defende o autor fazer jus ao auxílio-doença/aposentadoria por invalidez.

6.Aplicação da Questão de Ordem n. 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

7.Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 5006954-61.2011.4.04.7107
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: NELSO TOMAZELLI
PROC./ADV.: GLÊNIO OHLWEILER FERREIRA
PROC./ADV.: MARCELO LIPERT
PROC./ADV.: RENATO KLIEMANN PAESE
PROC./ADV.: MARIANA MORAES CHUY
PROC./ADV.: CHAIENNE POGANSKI
PROC./ADV.: RACHEL SILVEIRA DOVERA
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal no RE 597154 QO-RG/PB, sobrestado por força do instituto de repercussão geral, nestes termos:

"EMENTA: 1. Questão de ordem. Repercussão Geral. Recurso Extraordinário. 2. GDATA e GDASST. 3. Servidores inativos. Critérios de cálculo. Aplicação aos servidores inativos dos critérios estabelecidos aos ativos, de acordo com a sucessão de leis de regência. 4. Jurisprudência pacificada na Corte. 5. Questão de ordem acolhida para reconhecer a repercussão geral, reafirmar a jurisprudência do tribunal, desprover o recurso, autorizar a devolução aos tribunais de origem dos recursos extraordinários e agravos de instrumento que versem sobre o mesmo tema e autorizar as instâncias de origem à adoção dos procedimentos do art. 543-B, § 3º, do Código de Processo Civil".

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 11 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502317-45.2011.4.05.8311
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: ANTONIO JOSÉ DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. NÃO COMPROVAÇÃO DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE RURAL. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Incidente de Uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.Benefício de aposentadoria por idade rural julgado improcedente sob o argumento de que a prova documental acerca mostrou-se frágil, não tendo sido corroborada pela prova testemunhal. Da sentença prolatada, constata-se que o juízo a quo entendeu que o requerente não possuía aparência de trabalhador rural, bem como que a prova testemunhal não confirmou o seu depoimento.

3.A pretensão do requerente não é passível de ser analisada nessa via, uma vez que demanda reexame de provas. Deveras, apenas mediante análise do conjunto fático-probatório é que seria possível adotar conclusão diversa.

4.Aplicação da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

5.Incidente de uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, VII, alínea "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 10 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 5033152-59.2011.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: EDINÉIA ROSA LOPES
PROC./ADV.: ODILON M. GARCIA JUNIOR
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. PERÍCIA REALIZADA POR PERITO JUDICIAL. EXISTÊNCIA DE INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Constatada, com base nas provas dos autos, que a parte autora é portadora de epilepsia e transtorno depressivo recorrente, sendo considerada incapaz pelo perito judicial.

2. Verificação da incapacidade para o trabalho - matéria objeto de dilação probatória.

3. Aplicação da Súmula n. 42/TNU - "Não se conhece de incidente de uniformização que pretenda o reexame de matéria de fato." - e da Questão de Ordem n. 29/TNU - "Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem".

4. Incidente de uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 12 de junho de 2012

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2011.71.54.001515-7
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: DELCI TORRA
PROC./ADV.: LUCIMARA MOY NITSHKE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal no RE 631.240, sobrestado por força do instituto de repercussão geral, nestes termos:

"EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PREVIDÊNCIÁRIO. PRÉVIA POSTULAÇÃO ADMINISTRATIVA COMO CONDIÇÃO DE POSTULAÇÃO JUDICIAL RELATIVA A BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. EXISTÊNCIA. Está caracterizada a repercussão geral da controvérsia acerca da existência de prévia postulação perante a administração para defesa de direito ligado à concessão ou revisão de benefício previdenciário como condição para busca de tutela jurisdicional de idêntico direito".

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 11 de setembro de 2012

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501576-26.2011.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FRANCISCA FREIRE DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo por meio do qual se visa submeter à Presidência da TNU pedido de uniformização de jurisprudência inadmitido pela Presidência da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

É o relatório. Decido.

A requerente apresentou incidente dirigido à Turma Nacional de Uniformização e interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001. Pleiteia a concessão de aposentadoria por idade rural.

Todavia, o acórdão recorrido concluiu, com base nas provas dos autos, que os documentos apresentados não servem como indício de prova material apto a demonstrar o exercício da atividade rural durante o período postulado.

Sendo assim, a análise de tal questão implica reexame de matéria fático-probatória. Aplicam-se ao caso, portanto, a Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e a Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

Ante o exposto, conheço do agravo e nego-lhe provimento.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500135-10.2011.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: OSMÍDIO BENIGNO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por OSMÍDIO BENIGNO DE OLIVEIRA contra decisão que negou seguimento a pedido de uniformização por ser incabível o reexame dos elementos probatórios constante dos autos.

Alega a parte agravante, em síntese, que os pressupostos de admissibilidade do pedido de uniformização foram atendidos, razão pela qual requer sua admissão.

É o relatório. Decido.

O incidente de uniformização de jurisprudência foi interposto com base no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão proferido pela Turma Recursal do Rio Grande do Norte que negou provimento a pedido de concessão de aposentadoria por idade rural.

Mediante a análise do conjunto fático-probatório, concluiu-se pela insuficiência de prova material e testemunhal.

Dessa forma, rever tal entendimento implica reexame de matéria probatória, situação esta que enseja a aplicação do óbice sumular n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato"), bem como a Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

Ante o exposto, conheço do agravo e nego-lhe provimento.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de setembro de 2012

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0511682-59.2011.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: SHIRLEY MARIA DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos já foi apreciada por esta Turma Nacional, no PEDILEF n. 2009.72.50.004468-3/ SC, julgado com a seguinte ementa:

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA E APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. NULIDADE DA PROVA PERICIAL. INEXISTÊNCIA. MÉDICO ESPECIALISTA. DESNECESSIDADE. ANÁLISE DA INCAPACIDADE. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. REEXAME DE MATÉRIA DE PROVA. SÚMULA N. 42 DA TNU. SÚMULA N. 7 DO STJ.

1. A realização de perícia por médico especialista só é necessária em casos especialíssimos e maior complexidade, como, por exemplo, no caso de doença rara, o que não é o caso dos autos. Precedentes da TNU (PEDILEF 200872510048413, 200872510018627, 200872510031462).

2. No que se refere à análise da incapacidade, a TNU, por força do art. 14 da Lei n. 10.259/01, deve apenas se ater ao direito material, uniformizando a sua interpretação no âmbito dos Juizados Especiais Federais.

3. Aplicação da Súmula n. 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

4. Incidência da Súmula n. 7 do STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

5. Incidente não conhecido.

6. Outrossim, sugere-se ao Presidente deste Colegiado que, com base no entendimento já consolidado nesta Turma, promova a devolução de todos os processos que tenham por objeto esta mesma questão, nos termos do artigo 7º do Regimento Interno desta Turma.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para que, após o respectivo trânsito em julgado, mantenham ou promovam a adequação da decisão, nos moldes do entendimento aqui pacificado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 05 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0500644-89.2012.4.05.8502
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
AGRAVANTE: ALIELY CRUZ CAETANO
PROC./ADV.: AGNALDO DOS SANTOS
REQUERENTE: BRUNO DA CRUZ CAETANO
PROC./ADV.: AGNALDO DOS SANTOS
REQUERENTE: GINALDO DA CONCEIÇÃO CAETANO
PROC./ADV.: AGNALDO DOS SANTOS
AGRAVADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por ALIELY CRUZ CAETANO e OUTROS contra decisão proferida pela Presidente da Turma Recursal da Seção Judiciária de Sergipe que negou seguimento ao pedido de uniformização suscitado.

Requer a parte, em síntese, a admissão do incidente de uniformização.

É o relatório. Decido.

O incidente de uniformização de jurisprudência foi interposto com base no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária de Sergipe que confirmou a improcedência de pedido de pensão por morte de segurado especial.

A decisão do Presidente da Turma Recursal negou seguimento ao pedido de uniformização tendo em vista a impossibilidade de reexame dos elementos probatórios constante dos autos, face à incidência a Súmula n. 42 da TNU.

O agravante, contudo, não impugnou especificamente o fundamento utilizado para a inadmissão do incidente de uniformização, circunscrevendo-se a tecer alegações genéricas concernentes à admissibilidade do apelo, não demonstrando que o óbice indicado no decisório agravado não teria aplicação ao caso.

Ante o exposto, não conheço do agravo.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 05 de setembro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

DESPACHOS

AUTOS VIRTUAIS

PROCESSO: 2011.71.58.000256-3
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: SIDONIA TERESINHA FEY
PROC./ADV.: JOÃO BAPTISTA ORSI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DESPACHO

Verifico que o Incidente de Uniformização foi dirigido à Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, com fulcro no artigo 14, §1º, da Lei 10.259/01, o que vale dizer, trata-se de Pedido de Uniformização Regional.

Após, o Pedido de Uniformização Regional ter sido inadmitido pela Presidente da 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, o Requerente formulou pedido de submissão a esta Turma Nacional de Uniformização.

Entretanto, considerando que os requisitos para admissibilidade dos Pedidos de Uniformização Regional e Nacional são diferentes, notadamente no que concerne à origem dos arestos apontados como paradigmas, determino, nos termos do art. 3º, §1º, da Resolução 061, de 25/06/2009, a remessa dos autos à Presidência da Turma de origem, para as providências cabíveis.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 11 de setembro de 2012

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

ACÓRDÃOS

AUTOS VIRTUAIS

PROCESSO: 0502698-80.2006.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: BENONE ARARIPÉ DE SOUSA
PROC./ADV.: VÂNIA DUWE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DO PEDIDO, REFORMADA PELA TURMA RECURSAL DO CEARÁ. ACÓRDÃO GENÉRICO. NULIDADE DO JULGADO. RECURSO DECLARADO DECLARADO PREJUDICADO.

1.Pedido de concessão de aposentadoria por idade de trabalhador rural.

2.Sentença de procedência do pedido.

3.Reforma da sentença pela Turma Recursal do Ceará, com a seguinte argumentação: "(...) A condição legal de trabalhador(a) rural, apta a conferir o direito à percepção do benefício de Aposentadoria por Idade, depende de um conjunto harmônico de provas em que haja, no mínimo, um início de documentos consistentes, o qual, adicionado à prova testemunhal compatível e não contraditória com os documentos trazidos, demonstre que a parte autora, durante o período de carência, detinha a condição de segurado (a) especial. Compulsando os autos, constata-se que embora o(a) autor(a) tenha juntado alguns documentos que poderiam servir como início de prova material, os mesmos restaram descaracterizados em função da contraprova trazida pelo INSS (CNIS/INFBEN), constante dos autos. Assim, restando descaracterizado a condição de rurícola e/ou o regime de economia familiar, não pode prosperar o pedido formulado. (...)".

4.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

5.Defesa de existir nos autos início de prova material apta a caracterizar exercício de labor rural em regime de economia familiar.

6.Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes: Agravo Regimental no Recurso Especial nº 691391/PR, da lavra do Superior Tribunal de Justiça - STJ; PEDILEF nº 200783045011029, emanado da Turma Nacional de Uniformização - TNU; Processos nº 200736007033534 e nº 200736007031157, advindos da Turma Recursal do Mato Grosso; e Apelação Cível nº 200701990220188/GO.

7.Inadmissibilidade do incidente na Turma Recursal do Ceará.

8.Apresentação, pela parte autora, de requerimento com pedido de processamento do incidente, nos termos do art. 15, § 4º, da Resolução nº 22/2008, do CJF - Conselho da Justiça Federal.

9.Distribuição do incidente.

10.Nulidade do julgado genérico, desprovido de conexão com o contexto e com a documentação dos autos, proferido pela Turma Recursal do Ceará.

11.Determinação de remessa dos autos à Turma Recursal para reanálise do pedido formulado pela parte autora, em consonância com a documentação contida nos autos.

12.Declaração judicial de prejudicialidade do incidente de uniformização de jurisprudência apresentado pela parte autora.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização anular o acórdão da Turma Recursal do Ceará, determinar a realização de novo julgamento fundamentado, com análise das provas dos autos, e declarar prejudicado o incidente de uniformização de jurisprudência, da lavra da parte autora.

Brasília, 16 de agosto de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Relatora

PROCESSO: 0502457-09.2006.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA VANDERLEIA BRAGA DE SOUSA
PROC./ADV.: JOSE NARCELIO PIRES DE SOUSA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. SALÁRIO-MATERNIDADE. TEMA DA PRESERVAÇÃO DE QUALIDADE DE SEGURADO RURAL. INDICAÇÃO DE PRECEDENTE ORIUNDO DE TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

1.Pedido de concessão de salário maternidade para rurícola.

2.Sentença de improcedência do pedido. Transcreve importante trecho da sentença: "A Autora propõe contra o INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS a presente ação, pleiteando Salário Maternidade. Anexada aos autos está a Certidão de Nascimento do filh da autora, David Erison Braga Barbosa, nascido em 18 de fevereiro de 2006. (...) A autora não anexou qualquer documento que comprove a sua condição de segurada da Previdência Social. Intimada a fazê-lo, nada disse. Em pesquisa realizada no sistema informatizado da Previdência Social (INFBEN, CNIS, PLENUS), não se localizou nenhuma contribuição em nome da autora. ISTO POSTO, julgo improcedentes os pedidos, porque a documentação constante dos autos não comprova a condição da autora de segurada da Previdência Social."

3.Manutenção da sentença pela Turma Recursal do Ceará.

4.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com esteio no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

5.Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes: RO-DC 112.868/94.7, E-RR 62.625/92.7, RR 191.292/95.1, RR 81.494/93.8 - TST; RO 7.023/96, RO 12.634/, RO 17.608/96, AC 92.03.46.829-3-SP, RO 9.400/92, RO 1.168/93, RO 6.926/92, RO 5.145/93, RO 3.159/95, RO 13.504/94, RO 8.744/92, RO 18.903/92, RO 17.215/93, RO 12.956/94, RO 12.174/93, RO 15.411/93, RO 2.092/96 - TRT 3ª Região; RO 02.92.0101565 - Ac. 2ª T 11.448/94 - TRT 2ª Região; RO 93.019519-1, RO 1.515/91 - TRT 4ª Região; RO 8.768/92, RO 444/94, RO 2.052/93, RO 5.124/93 - TRT 10ª Região; RO 1.537/94 - TRT 13ª Região; RO 1.537/94 - TRT 13ª Região; DC 44/93 - TRT 15ª Região; RO 2.391/92 - TRT 18ª Região; RO 0052/96 - TRT 24ª Região.

6.Inadimissibilidade do incidente de uniformização de jurisprudência junto à Turma Recursal do Ceará.

7.Apresentação, pela parte autora, de requerimento com pedido de processamento do incidente, nos termos do art. 15, § 4º, da Resolução nº 22/2008, do CJF - Conselho da Justiça Federal.

8.Distribuição do incidente.

9.Impossibilidade de apreciação de incidente cujo precedente decorra de Tribunal Superior do Trabalho.

10.Existência de julgado da TNU - Turma Nacional de Uniformização a respeito do tema: "PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA DA TURMA RECURSAL/PB COM O STJ. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. REVISÃO DA R.M.I. AUSÊNCIA DE PARADIGMA. 1. Trata-se de Pedido de Uniformização formulado por Leontino Alves da Silva, fls. 103/108, apontando suposta divergência entre a Turma Recursal/PB (fl. 100) com a jurisprudência dominante do STJ, nos termos do art. 14, § 2º, da Lei 10.259/2001 , sobre a revisão da renda mensal inicial da aposentadoria por invalidez. 2. A Sentença do Exmo. Dr. Rogério de Meneses Fialho Moreira, fls. 67/70, indeferiu o a revisão da rmi do Autor ao argumento de que: a) o benefício resulta da conversão do auxílio-doença (DIB 01/01/75 ¿ fl. 14) e só haveria a revisão se após a concessão do auxílio-doença houvesse alguma contribuição a calcular; b) quanto à URV, o mês de fev/94 não faz parte do período básico de cálculo do benefício; c) não se aplica o IGP-DI nos anos de 97, 99, 2000 e 2001, consoante decisão do STF. 3. Acórdão impugnado da TR/PB (fl.100), relatado pela Exma. Dra. Cristina Maria Costa Garcez (votos orais), confirmou a sentença por seus próprios fundamentos. 4. Só é cabível o incidente de uniformização em questões de direito material, fundando em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ (§ 2º do art. 14 da Lei 10.259/2001, c/c o art. 2º da Resolução 390/2004 do CJF). 5. No caso, o Recorrente não atendeu à exigência legal, uma vez que o Acórdão apontado como paradigma, do TRF da 5ª Região (AC 79.712/PB, da relatoria do atual Ministro José Delgado, transcrito às fls. 106/107), não foi proferido por Turma Recursal dos JEFs. 6. Pedido não conhecido, em face da ausência de paradigma", (PEDILEF 200382100009577, JUIZ FEDERAL HÉLIO SILVIO OUREM CAMPOS, TNU - Turma Nacional de Uniformização, 23/05/2006).

11.Impossibilidade de examinar o pedido de uniformização de lei federal, posto que a divergência trazida aos autos concerne a julgado de Tribunal Superior do Trabalho.

12.Incidência do "caput" do art. 14, da Lei nº 10.259, de 12-07-2001, "in verbis": "Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei".

13.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente, nos termos do art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

Brasília, 16 de agosto de 2.012

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Relatora

PROCESSO: 0502013-64.2006.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA LEIDINA DE ABREU
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA
PROC./ADV.: RAIMUNDO NONATO ARAÚJO
PROC./ADV.: MARIA ITLANEIDE PIRES MENDONÇA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE SALÁRIO-MATERNIDADE. TEMA PERTINENTE À QUALIDADE DE SEGURADO. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO, COM FULCRO NA APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 42 DA TNU.

1.Pedido de concessão de salário-maternidade.

2.Sentença de improcedência do pedido, gravada no formato MP3. Entendimento de que não há nos autos documentos hábeis e suficientes para comprovar a qualidade de segurada especial no período de carência. Menção à realização de inspeção judicial, ocasião em que o juízo "a quo" observou que a parte não possui características de agricultor.

3.Manutenção da sentença, pelos próprios fundamentos, quando da análise do caso pela Turma Recursal do Ceará.

4.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

5.Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes: Apelação Cível nº 388240 e Apelação Cível nº 426201 do TRF 5ª Região.

6.Menção de que o julgado contraria súmula n.º 06 da TNU.

7.Negativa de seguimento ao incidente pela Presidência da Turma Recursal do Ceará.

8.Apresentação, pela parte autora, do requerimento para novo juízo de admissibilidade do Presidente da TNU - Turma Nacional de Uniformização.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.Distribuição do incidente.

10.O incidente não deve ser conhecido por dois importantes fundamentos, a seguir descritos.

11.Primeiro fundamento: Desconsideração do julgado do Tribunal Regional Federal. Apenas a existência de eventual contrariedade, na interpretação da lei federal sobre questões de direito material, entre decisões de Turmas Recursais de Juizados Especiais Federais e decisões de outras Turmas Recursais de Juizados Especiais Federais, ou com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, revelam hipóteses de cabimento de pedido de uniformização, como consta nos §§ 1º e 2º, do art. 14, da Lei nº 10.259/2001 (grifou-se).

12.Segundo fundamento: o julgado objeto dos autos levou em conta toda a situação fática e probatória (grifou-se). Impossibilidade de exame de matéria de prova no âmbito da TNU - Turma Nacional de Uniformização. Aplicação da súmula nº 42, "in verbis": "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

13.Incidente de uniformização de jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.

Brasília, 16 de agosto de 2.012

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Relatora

PROCESSO: 0508955-87.2007.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: RAIMUNDO ROCHA LIMA
PROC./ADV.: CIRO BARBOSA DOS SANTOS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. PARADIGMA DE TURMA RECURSAL SEM A INDICAÇÃO DA FONTE. AUSÊNCIA DE DIVERGÊNCIA. NÃO CONHECIMENTO.

1.Pedido de concessão de aposentadoria por idade rural.

2.Sentença de improcedência do pedido.

3.Interposição de recurso pela parte autora.

4.Manutenção da sentença pela Turma Recursal do Ceará, com espeque no art. 46 da Lei nº 9.099/95.

5.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

6.Defesa de existir nos autos início de prova material apta a caracterizar exercício de labor rural em regime de economia familiar.

7.Indicação, pela parte recorrente, do seguinte precedente emanado da Turma Recursal do Tocantins: Processo nº 2007.43.00.900936-2.

8.Oferecimento, pela autarquia-ré, de contrarrazões.

9.Inadmissibilidade do incidente na Turma Recursal do Ceará.

10.Apresentação, pela parte autora, de requerimento com pedido de processamento do incidente, nos termos do art. 15, § 4º, da Resolução nº 22/2008, do CJF - Conselho da Justiça Federal.

11.Distribuição do incidente.

12.Tratando-se de suposta divergência entre Turmas Recursais, "a mera transcrição do julgado paradigma no corpo do recurso, mesmo que na sua integralidade, só tem validade quando acompanhada da indicação do repositório de jurisprudência ou fonte da qual foi extraído, de forma a conferir autenticidade ao texto reproduzido". Precedentes desta Turma de Uniformização: PEDILEF nº 05006545020094058402 e PEDILEF nº 00058762220104013200.

13.Caso dos autos em que não há indicação da fonte de obtenção do julgado da Turma Recursal do Tocantins, trazido como paradigma pela parte autora no presente pedido de uniformização.

14.Impossibilidade de constatação de divergência.

15.Não conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência, ofertado pela parte autora.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.

Brasília, 16 de agosto de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Relatora

PROCESSO: 0500064-74.2007.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: BRÍGIDA MENDES LIMA DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DO PEDIDO, REFORMADA PELA TURMA RECURSAL DO CEARÁ. ACÓRDÃO GENÉRICO. NULIDADE DO JULGADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DECLARADO PREJUDICADO.

1.Pedido de concessão de aposentadoria por idade de trabalhador rural.

2.Sentença de procedência do pedido.

3.Reforma da sentença pela Turma Recursal do Ceará, com a seguinte argumentação: "(...) A condição legal de trabalhador(a) rural, apta a conferir o direito à percepção do benefício de Aposentadoria por Idade, depende de um conjunto harmônico de provas em que haja, no mínimo, um início de documentos consistentes, o qual, adicionado à prova testemunhal compatível e não contraditória com os documentos trazidos, demonstre que a parte autora, durante o período de carência, detinha a condição de segurado (a) especial. Compulsando os autos, constata-se que embora o(a) autor(a) tenha juntado alguns documentos que poderiam servir como início de prova material, os mesmos restaram descaracterizados em função da contraprova trazida pelo INSS (CNIS/INFBEN), constante dos autos. Assim, restando descaracterizado a condição de rurícola e/ou o regime de economia familiar, não pode prosperar o pedido formulado. (...)".

4.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

5.Defesa de existir nos autos início de prova material apta a caracterizar exercício de labor rural em regime de economia familiar.

6.Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes: Agravo Regimental no Recurso Especial nº 944487/SP, e Ação Rescisória nº 3022/SP, da lavra do Superior Tribunal de Justiça - STJ; e PEDILEF nº 200536007015453, emanado da Turma Nacional de Uniformização - TNU.

7.Inadmissibilidade do incidente na Turma Recursal do Ceará.

8.Apresentação, pela parte autora, de requerimento com pedido de processamento do incidente, nos termos do art. 15, § 4º, da Resolução nº 22/2008, do CJF - Conselho da Justiça Federal.

9.Distribuição do incidente.

10.Nulidade do julgado genérico, desprovido de conexão com o contexto e com a documentação dos autos, proferido pela Turma Recursal do Ceará.

11.Determinação de remessa dos autos à Turma Recursal para reanálise do pedido formulado pela parte autora, em consonância com a documentação contida nos autos.

12.Declaração judicial de prejudicialidade do incidente de uniformização de jurisprudência apresentado pela parte autora.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização anular o acórdão da Turma Recursal do Ceará, determinar a realização de novo julgamento fundamentado, com análise das provas dos autos, e declarar prejudicado o incidente de uniformização de jurisprudência, da lavra da parte autora.

Brasília, 16 de agosto de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Relatora

PROCESSO: 2008.70.57.001469-5
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: OLIVIA POLICENO MACHADO
PROC./ADV.: ALYNE CLARETE ANDRADE DEROSSO
PROC./ADV.: MARCELO PEREIRA DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. EXISTÊNCIA DE MAIS DE UM FUNDAMENTO HÁBIL A ENSEJAR IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. INCIDÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 18 DATNU. RECURSO NÃO CONHECIDO.

1.Pedido de concessão de aposentadoria por idade rural.

2.Sentença de improcedência do pedido .

3.Desprovimento do recurso pela Turma Recursal do Paraná. Preservação da sentença proferida por seus próprios fundamentos.

4.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

5.Alegação de que houve labor em regime de economia familiar.

6.Indicação, pela parte recorrente, do seguinte precedente da lavra do STJ - Superior Tribunal de Justiça: Agravo Regimental no Recurso Especial nº 1148264/SP .

7.Inadmissibilidade do incidente na Turma Recursal do Paraná.

8.Apresentação, pela parte autora, do requerimento para novo juízo de admissibilidade do Presidente da TNU - Turma Nacional de Uniformização.

9.Distribuição do incidente.

10.Inexistência de similitude fático-jurídica entre o caso dos autos e o precedente invocado:

11.Hipótese dos autos em que a sentença proferida constatou a existência de contrato de arrendamento, o que decaracteriza a condição de segurada especial da parte autora.

12.Menção na sentença, também, ao fato de a parte autora perceber pensão por morte desde 1979, fato que descaracteriza a imprescindibilidade do labor agrícola.

13.Menção a importantes parágrafos do julgado: "Embora haja início de prova material relativo ao exercício de atividade rural pela autora, entendo que não restou devidamente comprovada sua condição de segurada especial. Em primeiro lugar a autora possui contrato de arrendamento, onde figura como arrendante, com porcentagem de 15% sobre a produção. Entretanto, perante este juízo informou que não recebe qualquer remuneração, e que o contrato foi feito apenas "pro forma". Ainda, ressalte-se que a prova material não abrange todo o período de carência, uma vez que entre os anos de 1992 até 1998, não há documentação que comprove que a autora permaneceu no campo. Por fim, a autora recebe benefício de pensão por morte de seu marido há mais de 9 anos, conforme afirmado pela mesma e pelas testemunhas, ou seja, durante mais da metade do período de carência. Tal fato demonstra a existência de outra renda, descaracterizando a imprescindibilidade do labor agrícola. O fato de existir uma renda no valor de um salário mínimo demonstra que o valor que advém da agricultura não é o maior responsável pela sobrevivência da autora, o que é um dos requisitos para se demonstrar a qualidade de segurado especial".

14.Não conhecimento do incidente ofertado pela parte autora. Incidência da questão de ordem nº 18, da TNU - Turma Nacional de Uniformização .

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.

Brasília, agosto de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Relatora

PROCESSO: 0505169-95.2008.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA DO ESPIRITO SANTOS MENDES
PROC./ADV.: VÂNIA DUWE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. ACÓRDÃO GENÉRICO, MARCADO PELA CLÁUSULA DE ALTERNATIVIDADE. NULIDADE DO JULGADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DECLARADO PREJUDICADO.

1.Pedido de concessão de aposentadoria por idade de trabalhador rural.

2.Sentença de improcedência do pedido.

3.Manutenção do julgamento de improcedência pela Turma Recursal do Ceará, com a seguinte argumentação: "(...) No caso em apreço, verifica-se que os documentos acostados aos autos não estão em conformidade com o que exige a legislação previdenciária, não se prestando a demonstrar o desempenho da atividade rural no período exigido em lei, sobretudo por serem documentos expedidos em nome de terceiros e resultantes de declarações unilaterais ou de mera adesão da parte ou, ainda, expedidos fora do período de carência ou na iminência da propositura do pleito, sendo, portanto, imprestáveis para o fim a que se destinam. Acrescente-se, ainda, que deve ser considerada a contraprova eventualmente trazida pelo Órgão Previdenciário (CNIS, INFBEN), que pode descaracterizar o acervo de documentos considerado válido." (grifou-se).

4.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

5.Defesa de existir nos autos início de prova material apta a caracterizar exercício de labor rural em regime de economia familiar.

6.Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes: Recursos Especiais 2003.51.01.500053-8/RJ e nº 617.541/CE, Agravos Regimentais no Recurso Especial nº 642.049/CE e nº 330.716/SP, Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 695.925/SP, Ações Rescisórias nº 560/SP e nº 1997/0010632-2, da lavra do Superior Tribunal de Justiça - STJ; Súmula nº 06, emanado da Turma Nacional de Uniformização - TNU.

7.Inadmissibilidade do incidente na Turma Recursal do Ceará.

8.Apresentação, pela parte autora, de requerimento com pedido de processamento do incidente, nos termos do art. 15, § 4º, da Resolução nº 22/2008, do CJF - Conselho da Justiça Federal.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.Distribuição do incidente.

10.Nulidade do julgado genérico, desprovido de conexão com o contexto e com a documentação dos autos, proferido pela Turma Recursal do Ceará.

11.Determinação de remessa dos autos à Turma Recursal para reanálise do pedido formulado pela parte autora, em consonância com a documentação contida nos autos.

12.Declaração judicial de prejudicialidade do incidente de uniformização de jurisprudência apresentado pela parte autora.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização anular o acórdão da Turma Recursal do Ceará, determinar a realização de novo julgamento fundamentado, com análise das provas dos autos, e declarar prejudicado o incidente de uniformização de jurisprudência, da lavra da parte autora.

Brasília, 16 de agosto de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Relatora

PROCESSO: 0521242-48.2008.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIO NUNES DA SILVA
PROC./ADV.: ALCIDES PORTO BENEVIDES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. ACÓRDÃO GENÉRICO, MARCADO PELA CLÁUSULA DE ALTERNATIVIDADE. NULIDADE DO JULGADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DECLARADO PREJUDICADO.

1.Pedido de concessão de aposentadoria por idade de trabalhador rural.

2.Sentença de improcedência do pedido.

3.Manutenção do julgamento de improcedência pela Turma Recursal do Ceará, com a seguinte argumentação: "(...) No caso em apreço, verifica-se que os documentos acostados aos autos não estão em conformidade com o que exige a legislação previdenciária, não se prestando a demonstrar o desempenho da atividade rural no período exigido em lei, sobretudo por serem documentos expedidos em nome de terceiros e resultantes de declarações unilaterais ou de mera adesão da parte ou, ainda, expedidos fora do período de carência ou na iminência da propositura do pleito, sendo, portanto, imprestáveis para o fim a que se destinam. Acrescente-se, ainda, que deve ser considerada a contraprova eventualmente trazida pelo Órgão Previdenciário (CNIS, INFBEN), que pode descaracterizar o acervo de documentos considerado válido." (grifou-se).

4.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

5.Defesa de existir nos autos início de prova material apta a caracterizar exercício de labor rural em regime de economia familiar.

6.Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes da lavra da Turma Nacional de Uniformização - TNU: Súmula nº 06 e PEDILEF nº 200783035042339.Inadmissibilidade do incidente na Turma Recursal do Ceará.

7.Oferecimento, pela autarquia-ré, de contrarrazões.

8.Apresentação, pela parte autora, de requerimento com pedido de processamento do incidente, nos termos do art. 15, § 4º, da Resolução nº 22/2008, do CJF - Conselho da Justiça Federal.

9.Distribuição do incidente.

10.Nulidade do julgado genérico, desprovido de conexão com o contexto e com a documentação dos autos, proferido pela Turma Recursal do Ceará.

11.Determinação de remessa dos autos à Turma Recursal para reanálise do pedido formulado pela parte autora, em consonância com a documentação contida nos autos.

12.Declaração judicial de prejudicialidade do incidente de uniformização de jurisprudência apresentado pela parte autora.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização anular o acórdão da Turma Recursal do Ceará, determinar a realização de novo julgamento fundamentado, com análise das provas dos autos, e declarar prejudicado o incidente de uniformização de jurisprudência, da lavra da parte autora.

Brasília, 16 de agosto de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Relatora

PROCESSO: 2008.70.50.003073-0
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: NILSON DA SILVA
PROC./ADV.: HUMBERTO TOMMASI
PROC./ADV.: JUZANA MARIA SCHMID ZEQUIM
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE TEMPO ESPECIAL. REEXAME PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM N.º 18, DA TNU - TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1.Pedido formulado pela parte autora, de concessão de aposentadoria por tempo de contribuição mediante averbação e conversão, de tempo especial, em comum.

2.Sentença de parcial procedência do pedido.

3.Reforma parcial da sentença pela Turma Recursal do Paraná, nos seguintes termos: "(...) A parte autora sustenta, que o magistrado poderia ter solicitado esclarecimentos quanto à divergência de informações entre o PPP e o Laudo. Afirma que o PPP deve ser tomado em conta e reconhecida a especialidade da atividade. Defende a ocorrência de cerceamento de defesa, requerendo, alternativamente, a anulação da sentença para produção de outras provas. Subsidiariamente, ainda, requer que o pedido seja extinto sem análise do mérito. Já o INSS recorre, quanto ao período de 29.5.1995 a 28.5.1998 afirmando que não há registro anterior a 2004, e que a empresa fornece EPI's considerados eficazes na neutralização dos agentes agressivos. Quanto ao período posterior a 18.5.1998 afirma que não é possível a conversão do tempo especial em comum. Quanto ao recurso do autor, verifico que a sentença deve ser mantida por seus próprios fundamentos. Destaco que o PPP deve ser preenchido com base em laudo técnico, pelo que não é possível o reconhecimento da especialidade com base em PPP que é contraditório ao laudo. Não pode também, ser alegado cerceamento de defesa, vez que não foi suprimido o direito da parte de participar ou ter ciência da prova, o que houve foi apenas a valoração desta, acertadamente realizada pelo magistrado. Outra sorte não socorre a parte autora quanto à possibilidade de extinção do processo sem julgamento do mérito por ausência de provas, por ausência de previsão legal. Analisando as questões recursais do INSS, verifico que lhe assiste parcial razão. O PPP apresentado pela parte autora, relativo ao período de 28.5.1986 a 2007 traz as descrições das atividades desenvolvidas somente a partir de 16.1.2004. Existem, ainda, três diferentes descrições, relativas aos períodos de 16.1.2004 a 25.8.2004, de 25.8.2005 a 26.8.2007 e a partir de 26.2.2007. No final consta a observação de que o documento foi preenchido com base em PPRA elaborado nos anos de 2004, 2005 e 2007, pelo que se conclui que não há laudo ou outra prova para o período anterior. No tocante ao reconhecimento da atividade especial, esta 2ª Turma Recursal firmou os seguintes parâmetros: (i) até o advento da Lei nº 9.032/95, em 29/04/1995 é possível o reconhecimento de tempo de serviço em atividade especial: (a) pela atividade profissional, grupo profissional do trabalhador, em relação a cujas profissões presumia-se a existência, no seu exercício, de sujeito a condições agressivas à saúde ou perigosas; (b) independentemente da atividade, se comprovada a exposição a agentes prejudiciais à saúde. (ii) após a edição da Lei nº 9.032/95, publicada em 29/04/1995, retirou-se a possibilidade de reconhecimento de tempo de serviço com especial somente em razão da categoria profissional, exigindo-se a comprovação da efetiva exposição da exposição a agentes nocivos à saúde e à integridade física, de modo habitual e permanente, por qualquer meio de prova. (iii) após o advento do Decreto nº 2.172, de 05 de março de 1997, exige-se laudo técnico comprobatório da atividade especial. Como a partir de 29.4.1995 exige-se comprovação de efetiva exposição a agente nocivo, e as provas trazidas pela parte autora não se prestam a demonstrar tal exposição anteriormente à 2004, deve ser reformada a sentença a fim de excluir o reconhecimento do período anterior a 16.1.2004. Em relação à possibilidade de conversão de atividade especial em comum cumpre destacar que é possível também em relação ao período posterior a 28/05/1998, a despeito da regra contida no artigo 28, da Lei nº 9.711/98 e a teor da Súmula nº 16 da Turma de Uniformização Nacional. No caso em tela, portanto, deve ser alterada a sentença a fim de restringir ao período de 16.1.2004 a 5.7.2007 o reconhecimento de atividade realizada sob condições especiais, com conversão em comum, mediante utilização do fator 1,4. é possível o reconhecimento do período de 6.3.1997 a 20.6.1997 como efetivamente trabalhado sob exposição a agente nocivo (ruído) com consequente conversão do tempo em comum através da aplicação do fator 1,4. Ante o exposto, voto por NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DO AUTOR e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DO RÉU".

4.Incidente de uniformização de jurisprudência, apresentado pela parte autora, com esteio no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

5.Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes: APELREEX 200871990045708 e AC 200304010573356- TRF 4ª Região; PEDILEF 200483200008814; PEDILEF 200932007018167; Turma Recursal do Mato Grosso - autos n.º 186874620084013.

6.Defesa do entendimento de que é possível reconhecer a especialidade de atividades mediante a utilização de laudo extemporâneo, mormente quando o setor e função do trabalhador não se alteraram, como no caso em tela. Requer o reconhecimento da especialidade das atividades desenvolvidas pelo autor no período de 28/05/1986 a 05/07/2007, para futura concessão de benefício previdenciário junto ao RGPS.

7.Incidente inadmitido perante a Turma Recursal do Paraná.

8.Apresentação, pela parte autora, do requerimento para novo juízo de admissibilidade do Presidente da TNU - Turma Nacional de Uniformização.

9.Distribuição do Incidente.

10.Desconsideração dos julgados dos Tribunais Regionais Federais. Apenas a existência de eventual contrariedade, na interpretação da lei federal sobre questões de direito material, entre decisões de Turmas Recursais de Juizados Especiais Federais e decisões de outras Turmas Recursais de Juizados Especiais Federais, ou com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, revelam hipóteses de cabimento de pedido de uniformização, como consta nos §§ 1º e 2º, do art. 14, da Lei nº 10.259/2001.

11.Da análise dos autos, observo que o julgado objeto dos autos levou em conta toda a situação fática.

12.Impossibilidade de exame de matéria de prova no âmbito da TNU - Turma Nacional de Uniformização. Aplicação do verbete nº 42, do colegiado citado: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

13.Ademais, o julgado recorrido fundamenta o não reconhecimento do período supostamente laborado em condições especiais no fato de que o PPP deve ser preenchido com base em laudo técnico, pelo que não é possível o reconhecimento da especialidade com base em PPP que é contraditório ao laudo e de que no final do PPP consta a observação de que o documento foi preenchido com base em PPRA elaborado nos anos de 2004, 2005 e 2007, pelo que se conclui que não há laudo ou outra prova para o período anterior e, não na impossibilidade de reconhecimento de tempo especial com base em Perfil Profissiográfico Previdenciário.

14.Aplicação da questão de ordem n.º 18, da TNU - Turma Nacional de Uniformização: "É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles".

15.Incidente de uniformização de jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer o incidente de uniformização de jurisprudência.

Brasília, 16 de agosto de 2012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Relatora

PROCESSO: 2008.71.52.002325-3
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): LUCIANE DOS SANTOS GUERRA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
LITISCONSORTE : UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO
ATO EMENTA
INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA UNIÃO FEDERAL. TEMA DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS DECORRENTES DE CONCURSO PÚBLICO NÃO REALIZADO. INCIDÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 13, DA TNU. NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE.
1. Pedido de indenização por dano material decorrente de concurso público não realizado.
2. Sentença de parcial procedência do pedido.
3. Preservação da sentença, pela Turma Recursal do Rio Grande do Sul.
4. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela União Federal, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.
5. Alegação de que anulação de concurso público se insere no rol das atividades inerentes à Administração Pública.
6. Menção a precedentes do Superior Tribunal de Justiça e da Turma Recursal do Rio de Janeiro Recurso Especial nº 910.260/RN e autos de nº 2004.51.51.02453320.
7. Inadmissibilidade do incidente.
8. Existência de importante julgado da TNU - Turma Nacional de Uniformização - autos de nº 2010.33.00.701944-5: "EMENTA-VOTO: RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. ARTIGO 37, § 6º, DA CF. CONCURSO PÚBLICO. FRAUDE (VAZAMENTO DE PROVAS). SUSPENSÃO DO CERTAME. SÚMULAS 346 E 473 DO STF. ATO LÍCITO DA ADMINISTRAÇÃO. GASTOS DE CANDIDATO PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA (DANO MATERIAL). DEVER DE INDENIZAR. PRECEDENTE DA TNU. 1. "A Carta Política de 1988, adotando, em seu art. 37, § 6º a teoria do risco administrativo, consagra a responsabilidade civil objetiva das pessoas jurídicas de direito público e das de direito privado prestadoras de serviços públicos, para cuja configuração independe prova de culpa, bastando, para que o ofendido tenha direito a indenização, comprovar o fato lesivo praticado pelo preposto ou agente estatal e a relação de causalidade entre a ação e o dano sofrido". (PEDILEF 200338007034162, Rel. Juiz RENATO MARTINS PRATES, Data da Decisão 15/04/2003, Fonte DJMG 15/04/2003). 2. As Súmulas 346 e 473 do STF permitem a anulação dos atos eivados de vícios e nulidades, o que não significa dizer que imunizam os entes públicos de responderem pelos danos causados a terceiros na anulação destes mesmos atos, pois mesmo o ato lícito da administração pública pode causar prejuízos indenizáveis. 3. Neste sentido é a precisa lição de Maria Sylvia Zanella Di Pietro ao estabelecer que "a responsabilidade extracontratual do Estado corresponde à obrigação de reparar danos causados a terceiros em decorrência de comportamentos comissivos e omissivos, materiais ou jurídicos, lícitos ou ilícitos, imputáveis aos agentes públicos." (Direito Administrativo, 3ª ed., p. 355, grifos nos-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

sos). 4. No caso, a r. TR da Bahia assentou que não "obstante seja lícito à União invalidar seus próprios atos ou decisões quando eivados de vícios que os tornem ilegítimos, não se pode negar que a alteração unilateral da data de realização de concurso público causou prejuízo material ao demandante, que acreditando na sua efetiva realização, desembolsou a quantia de R$ 947,65 (...), referentes às despesas com passagem de ida e gastos despendidos com o fim de realizar a prova do referido concurso, todas devidamente comprovadas nos autos" - fl. 162. 5. Pedido conhecido e improvido".
9. Não conhecimento do incidente com esteio na questão de ordem nº 13, da TNU - Turma Nacional de Uniformização: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido", (Aprovada na 2ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 14.03.2005).

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.
Brasília, 16 de agosto de 2.012

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Relatora

PROCESSO: 0501477-82.2008.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: JOÃO AUGUSTO DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. TEMA REFERENTE AO INÍCIO DE PROVA MATERIAL. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.

1.Pedido de aposentadoria por idade.

2.Sentença de improcedência do pedido.

3.Manutenção da sentença pela Turma Recursal da Paraíba pelos próprios fundamentos, com espeque no art. 46 da Lei nº 9.099/95.

4.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

5.Tese pertinente ao documento hábil a configurar início de prova material.

6.Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes da lavra do Superior Tribunal de Justiça: Recurso Especial nº 553755/CE, e Ações Rescisórias nº 3.384/PR e nº 3.347/CE.

7.Oferecimento, pela autarquia-ré, de contrarrazões.

8.Inadmissibilidade do incidente junto à Presidência da Turma Recursal da Paraíba.

9.Apresentação, pela parte autora, do requerimento para novo juízo de admissibilidade do Presidente da TNU - Turma Nacional de Uniformização.

10.Distribuição do incidente.

11.Julgado cujo exame de prova foi profundo e baseado em documentação carreada aos autos.

12.Reprodução de importante trecho da decisão combatida, "in verbis": "(...) No caso dos autos, o autor implementou a idade para aposentar-se em 2007, razão pela qual deveria comprovar o trabalho como agricultor durante 13 anos. Mas todos os documentos que poderiam servir de início de prova material têm data muito próxima ao implemento do requisito etário, ou seja, não cobrem todo o período equivalente à carência. É o caso da ficha de filiação ao sindicato de trabalhadores rurais, de 02.2006, e da certidão de alistamento eleitoral, que informa o alistamento do autor apenas em 2005. A ficha de atendimento ambulatorial não pode ser tomada como início de prova material, já que os dados nela lançados podem ser modificados ao longo do tempo. Por exemplo, a que consta dos autos tem data de 2002, mas a idade dos componentes do grupo familiar corresponde ao ano de 07.2007. Já as declarações apresentadas não constituem prova material, mas mero testemunho reduzido a termo. Logo, mesmo tendo sido favorável a prova produzida em audiência, pois a testemunha demonstrou conhecer o autor e confirmou todas as informações por ele prestadas, não foi apresentada a indispensável prova material de seu trabalho durante o tempo necessário para a concessão da aposentadoria. Nesse ponto, convém lembrar que, até o ano de 1991, constam registros de vínculos urbanos do autor no CNIS, iniciados ainda na década de 1970, indicando que o demandante teve outras atividades profissionais além da agricultura, e bem pode ter continuado exercendo-as, ainda que informalmente, mais recentemente. (...)."

13.Impossibilidade de reexame de provas nesta esfera, conforme Súmula nº 42, da TNU - Turma Nacional de Uniformização.

14.Não conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência, ofertado pela parte autora.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.

Brasília, 16 agosto de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Relatora

PROCESSO: 2008.71.52.001907-9
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VINICIUS TREPTOW
PROC./ADV.: PEDRO MARCELO DEBUS PINHEIRO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE TEMPO ESPECIAL. NECESSIDADE COMPROVAÇÃO DE EXPOSIÇÃO A AGENTES NOCIVOS. REEXAME PROBATÓRIO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1.Pedido formulado pela parte autora, de concessão de aposentadoria por tempo de contribuição.

2.Sentença de parcial procedência do pedido. Colação de importante trecho do julgado: "In casu, pleiteia-se o reconhecimento das condições especiais da atividade desempenhada pela parte autora, durante o período de 02/02/1976 a 31/05/1991, em que trabalhou com produção e envasilhamento de vinagre, conforme anotação em sua CTPS (evento 1, fls. 04, PROCADM3) e no período de 01/12/1991 a 01/04/2008, no qual laborou como jateador autônomo. (...) Por fim, no que tange ao período entre 01/12/1991 a 01/04/2008, em que o autor laborou como jateador de areia autônomo, o DSS 8030 apresentado (evento 1, fls. 07, PROCADM4), aduz que o autor operava uma mangueira que jateia sobre uma superfície de vidro. Ainda, relata que o demandante, no desempenho de tais atividades, estava exposto aos agentes insalubres ruído e sílica livre. Além disso, o Perfil Profissiográfico Previdenciário juntado (evento 1, fls. 01/03, PROCADM5), relata que o autor opera equipamento de jato de areia, acionando uma pistola que, conectada a uma mangueira de ar comprimido, pulveriza o abrasivo para limpar as superfícies de peças fundidas, preparando a peça a ser submetida ao jato, limpando-a superficialmente, para retirar a poeira e outros resíduos soltos. Além disso, manipula a pistola de ar comprimido, dirigindo o jato sobre a peça fundida e para remover da peça graxas, crostas e outras aderências, usa estopa e fricciona sobre a peça. Ainda nesse sentido, acostou Laudo Técnico elaborado pelo engenheiro em segurança do trabalho Osvaldo Rios Villas Boas (evento 1, fls. 04/08, PROCADM5), onde afirma que o autor operava equipamento de jato de areia, no qual acionava uma pistola que, conectada a uma mangueira de ar comprimido, pulverizava o abrasivo, para limpar as superfícies de peças fundidas. Além disso, preparava a peça a ser submetida ao jato, limpando-a superficialmente para retirar a poeira e outros resíduos soltos, acionava o jato de abrasivo, manipulando o dispositivo de ar comprimido, dirigindo o jato sobre a peça fundida, para remover da superfície da peça, graxas, crostas, manchas e outras aderências. Ainda, retocava a limpeza da peça, friccionando-a com estopa, para lhe dar o acabamento e o aspecto desejado, jateava vidros dando-lhe contorno e desenhos desejados através de moldes adequados. Além disso, o engenheiro relata que o autor laborou em gabinete de jateamento de areia, nesse sistema a pessoa adentra na gabine e com o compressor ligado jatea com areia as peças metálicas ferrosas, metálicas não ferrosas e vidro. Ainda, informou que a partir de 2005 o autor substituiu o processo de jateamento, passando a utilizar o óxido de alumínio no lugar da areia. Dessa forma, o engenheiro concluiu que o autor, durante o desempenho das atividades de jateador esteve exposto permanentemente aos agentes deletérios sílica livre, ruído e poeira do óxido de alumínio. Para verificar as informações contidas no DSS 8030, no PPP e no Laudo Técnico, foi designada perícia laboral (evento 14). Nesse sentido, o perito judicial descreveu as atividades do autor como sendo as seguintes: "o autor trabalha no serviço de jateamento de areia - óxido de alumínio em vidros e peças artísticas. Não possui funcionários, sendo responsável por todo serviço. Suas atividades são: receber as peças de vidro, com o respectivo desenho a ser realizado; preparar a peça, avaliando o tamanho, colando guias de fita adesiva, protegendo as laterais; colocar a peça na cabine de isolamento e utilizando luvas apropriadas realiza o jateamento, utilizando uma pistola ligada com mangueiras a um compressor de ar. Até o ano de 1996 utilizava outro processo no qual usava areia e outros equipamentos, atualmente utiliza óxido de alumínio. Realizamos avaliação do nível de ruído cujo resultado equivalente foi de 89,58 dB(A). Segundo o autor em 2006 passou a utilizar protetor auricular marca carbografite, no qual não foi possível identificar o CA, sendo o único epi que utiliza. Conforme consulta ao sítio do Ministério de Trabalho a atenuação de protetor auditivo de concha da marca Carbografite é de 11 dBA. Assim, com a utilização de abafadores de ruído o nível de exposição ao ruído é de 78,58 dB(A)". (grifei). Avaliando as tarefas desempenhadas, o expert acabou por concluir que, nas atividades de jateador de areia - de 01/12/1991 a 01/04/2008 - o autor estava exposto de maneira permanente durante a jornada de trabalho aos agentes físicos trepidação e ruído e ao agente químico sílica livre. Dessa forma, acabou por enquadrar a atividade nos códigos "1.1.5 - Trepidação: Operações com trepidações capazes de serem nocivas à saúde e 1.1.6 - Ruído: Operações em locais com ruído excessivo capaz de ser nocivo à saúde, do Decreto n.º 53.831/64; 2.5.3 - Operações diversas, do Decreto n.º 83.080/79; 1.0.18 - Sílica Livre - c) tratamento, decapagem e limpeza de metais e fosqueamento de vidros com jatos de areia, do Decreto n. º 2.172/97 e 1.0.18 - Sílica Livre - c) tratamento, decapagem e limpeza de metais e fosqueamento de vidros com jatos de areia, do Decreto n.º 3.048/99". No que se refere a utilização de EPI's como forma de hermetizar a insalubridade das atividades desempenhadas, o perito é categórico ao afirmar que o autor apenas utiliza protetor auricular como equipamento de proteção individual. Além disso, relata que quanto a trepidação não existem EPI's para neutralizar o efeito do agente, somente a substituição do equipamento ou do método de trabalho poderá neutralizar o agente. No que se refere exposição à sílica livre, a utilização de máscara respiratória com filtros adequados ou trabalho utilizando compartimentos com isolamento do operador poderá neutralizar o agente (evento 50). Entretanto, tendo em vista a constatação de que o demandante ficava habitual e permanentemente exposto a ruído médio de 89,58 dB(A), entendo que sua atividade deve ser enquadrada como especial no período supracitado. Nesse aspecto, em que pese o perito refira que fazia uso de equipamentos de proteção individual eficazes, a atividade deve ser enquadrada como especial, considerando o teor da Súmula 09 da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, a qual refere que o uso de EPI's não retira a especialidade das atividades desenvolvidas com exposição ao ruído: "O uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI), ainda que elimine a insalubridade, no caso de exposição a ruído, não descaracteriza o tempo de serviço especial prestado." Dessa forma, a utilização de equipamentos de proteção individual eficazes só neutraliza a insalubridade decorrente do contato com sílica livre, mas não descaracteriza a insalubridade proveniente do ruído. Em contestação, o INSS impugna o laudo e alega que não restou comprovada a atividade de jateador de vidros, assim requereu a complementação da perícia a fim de que o perito esclarecesse no que concerne à atividade de artesão, de quem o autor recebe as citadas peças de vidro e o que é feito com as peças após o jateamento. Nesse sentido, em complementação a perícia laboral, o expert relata que (evento 35): "o autor é contratado por empresas e pessoas físicas, conforme o tipo de serviço: vidraçarias, serralherias, oficinas, antiquários, artistas plásticos e outros. Trabalha com peças de vidro comum, vidro temperado, chapas metálicas (cobre, aço, latão, ferro e outros), granito, mármore, pedras, peças de motores de automóveis, motocicletas, máquinas de costura, objetos antigos, garrafas de vidro, aço e plástico (PET), fórmica, madeira, placas comemorativas, tampos de mesa, soleiras, cristaleiras, box para banheiros, vidros para janelas, portas, espelhos, lápides para túmulos, artigos de decoração, facas e outras. Após a conclusão dos trabalhos, o contratante é avisado pelo autor e vai até o local de trabalho, verifica o serviço, propõe correções ou aprova e retira a peça (serviço). No local encontramos peças deamostras de serviços e algumas para entrega e um tampo de mesa (vidro) que foi informado pertencer ao cunhado do autor e uma porta para box de banheiro disponíveis para a venda. O local não possui atendimento ao público, apenas aos clientes na contratação de serviços, trata-se de um galpão de madeira bastante danificado pelo tempo, localizado nos fundos de uma oficina mecânica, sem acesso direto à rua Venâncio Aires". Em audiência realizada judicialmente, o autor relatou que (evento 73, AUDIO_MP32): "(...) como autônomo trabalhava diariamente com a máquina de jato de areia, que apenas nos domingos não trabalhava com a máquina, momento em que realizava a confecção dos desenhos para serem jateados nas peças, que o trabalho que realiza é artesanal, que a maioria das obras é realizada sob encomenda, que eventualmente realiza alguma obra e deixa a mostra para venda de clientes, que o barulho e o pó são os agentes que mais incomodam na realização de tais atividades, que possui alvará da prefeitura, que paga ISSQN, que sempre emitiu recibo de autônomo". (grifei). No mesmo sentido foi o depoimento da testemunha Álvaro Peranzoni, que afirmou em linhas gerais que (evento 73, AUDIO_MP36): "conhece o trabalho do autor desde 15 a 20 anos, que é cliente do autor, que leva os vidros para o autor jatear, que toda semana levava vidros para o autor jatear, as vezes até mais que uma vez por semana, que o ruído do compressor é muito forte, mas que nunca esteve presente dentro da sala de trabalho do autor, que avistava vários vidros jateados quando levava os vidros para o autor jatear, que havia uma campainha no local para chamar o autor, sendo que o autor parava o trabalho que estava fazendo e dirigia-se até o atendimento dos clientes para recebimento do material, que a oficina do autor ficava localizada nos fundos de uma mecânica, por isso havia uma campainha para chamar o autor, que o autor não tinha empregados ou assistentes, que o autor trabalha até os dias atuais no mesmo ramo de atividade". Por fim, a testemunha Ari Carlos Arend, aduziu que (evento 73, AUDIO_MP37): "conhece o autor a mais de 20 anos, que trabalha com jato de areia em vidros, que trabalha todos os dias, que o autor atende os clientes e realiza os trabalhos, que a oficina fica localizada nos fundos de uma mecânica, que o autor trabalha sozinho, que acredita que a esposa do autor ajuda-o com os trabalhos, que já indicou o trabalho do autor, mas nunca contratou os serviços do mesmo". Nessa toada, verifica-se que restou comprovado que o autor, no desempenho das atividades de jateador de areia, permanecia exposto aos agentes insalubres à saúde de maneira permanente e habitual, visto que o atendimento aos clientes ocorria durante a realização de tais atividades, sendo que no atendimento o autor despendia pouco tempo, o que não descaracteriza a permanência à exposição aos agentes insalubres. Além disso, o depoimento das testemunhas confirmam que o demandante exercia suas atividades habitualmente, reservando os domingos para a confecção dos desenhos que seriam jateados nas peças. Ademais, o autor apresentou o comprovante de pagamento do ISSQN relativo ao desempenho da atividade de jateador, além de comprovantes de pagamento do alvará de localização de seu estabelecimento, bem como notas fiscais de serviços prestados (documentos arquivados em secretaria), o que cor-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

robora o entendimento de que efetivamente o autor desempenhava a atividade de jateador de areia, sendo que o exercício de tal atividade se dava de maneira habitual e permanente. Quanto à alegação de não haver contribuição específica do segurado contribuinte individual ao custeio do benefício de aposentadoria especial, tenho que não constitui óbice ao reconhecimento de condições adversas à saúde e integridade física do segurado. Isso porque, a contribuição dessa categoria de segurado ao custeio do benefício de aposentadoria especial está na própria alíquota de 20% sobre o seu salário-de-contribuição, conforme previsto no art. 21, da Lei n.º 8.212/91. Ademais, a contribuição específica a que se refere a Autarquia Previdenciária constitui uma obrigação somente das empresas, dado a sua capacidade econômica, não havendo contribuição específica do segurado empregado para a concessão da aposentadoria especial. Quanto às demais alegações do INSS, tenho que não impedem o reconhecimento da atividade especial. O trabalho de jateador de areia autônomo não implica em estarem disponíveis à escolha do autor a jornada de trabalho e o afastamento dos agentes insalutíferos. Isso porque, o sustento do autor dependia da prestação do serviço de jateador, cuja finalidade é o jateamento de areia (óxido de alumínio) em peças metálicas e vidros, utilizando-se de compressor para realizar a confecção dos trabalhos que lhe eram confiados, não sendo razoável admitir que pudesse confeccionar as peças sem utilização dos instrumentos de trabalho do jateador (compressor e óxido de alumínio). Consideradas essas premissas, conclui-se que o autor não tinha liberdade de escolher não desempenhar atividade laboral em contato com agente insalubre. Assim, concluo que a parte autora desempenhou atividade sob condições especiais, no período de 01/12/1991 a 01/04/2008, com base nos documentos apresentados pela parte autora e elementos colhidos pelo perito na perícia técnica realizada, correspondente a 16 anos, 04 meses e 01 dia. Destarte, diante da prova documental apresentada, corroborada pelas conclusões do perito que avaliou as atividades desempenhadas pelo autor, conclui-se que este desenvolveu atividades laborativas sob condições especiais somente no período de 01/12/1991 a 01/04/2008, que totalizam 16 anos, 04 meses e 01 dia. Nesse caso, verifica-se que o autor não preenche o tempo necessário para a concessão da aposentadoria especial na DER (01/04/2008) - que requer 25 anos de serviço exposto a condições especiais. Conseqüentemente, é de se indeferir a concessão da aposentadoria especial. (...) II - DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE a demanda para CONDENAR o Instituto Nacional do Seguro Social a: 1) reconhecer, averbar e computar o tempo de trabalho exercido em condições especiais pela parte autora, no período compreendido de 01/12/1991 a 01/04/2008; 2) converter o tempo de serviço especial em tempo de serviço comum, referente ao período de 01/12/1991 a 28/05/1998, multiplicado pelo fator 1,4; 3) porém, sem direito à concessão da aposentadoria especial ou aposentadoria por tempo de contribuição até 01/04/2008 (DER), conforme exposto na fundamentação. (...)".

3.Manutenção da sentença, pelos próprios fundamentos, quando do reexame do caso pela Turma Recursal do Rio Grande do Sul.

4.Incidente de uniformização de jurisprudência, apresentado pela autarquia, com esteio no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

5.Indicação, pela parte recorrente, do seguinte precedente: autos n.º 2004.35.00.702788-0 - Turma Recursal de Goiás.

6.Defesa da tese de impossibilidade de reconhecimento de tempo especial prestado por segurado qualificado como contribuinte individual. Sustenta que, tal interpretação do direito deixa, de um lado, exclusivamente nas mãos do segurado a definição quanto à existência ou não do labor especial, e de outro, exime este mesmo segurado de contribuir para a previdência de forma diferenciada, tal qual feito para as demais categorias de segurado.

7.Incidente admitido perante a Turma Recursal do Rio Grande do Sul.

8.Distribuição do Incidente.

9.Primeiramente, assinalo que, o segurado contribuinte individual pode, em tese, obter reconhecimento de atividade especial, desde que comprove exposição a agentes nocivos à saúde ou à integridade física.

10.Existência de precedente na TNU: EMENTA: "PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. TEMPO ESPECIAL. CONTRIBUINTE INDIVIDUAL. SÓCIO-GERENTE. EXISTÊNCIA DE HABITUALIDADE E PERMANÊNCIA DA EXPOSIÇÃO DEVE SER PRESUMIDA QUANDO SE TRATAR DE AGENTE NOCIVO RUÍDO, DEVIDAMENTE COMPROVADO POR LAUDO TÉCNICO. INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Ao contribuinte individual é reconhecido o direito à aposentadoria especial, eis que não há na Lei nº 8.213/91 vedação à concessão do referido benefício a essa categoria de segurados. Atos administrativos do INSS não podem estabelecer restrições que não são previstas na legislação de regência. 2. Ao sócio-gerente de empresa, como categoria de contribuinte individual, também é estendido o direito à aposentadoria especial. 3. No caso de agente nocivo ruído, devidamente comprovado através de laudo técnico, pode ser reconhecida a existência habitualidade e permanência da exposição para o sócio-gerente. 4. Sugiro ao em. Presidente desta Turma que imprima, ao resultado deste julgamento, a sistemática prevista no art. 7º letra "a" do Regimento desta Turma, devolvendo às Turmas de origem todos os outros incidentes que versem sobre o mesmo objeto, a fim de que mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida às premissas jurídicas firmadas, já que reflete entendimento consolidado nesta Corte. 5. Incidente conhecido e não provido", (PEDIDO 200970520004390, JUIZ FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA, DOU 09/03/2012.)

11.Da análise dos autos, observo que o julgado objeto dos autos levou em conta toda a situação fática.

12.Impossibilidade de exame de matéria de prova no âmbito da TNU - Turma Nacional de Uniformização. Aplicação do verbete nº 42, do colegiado citado: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

13.Incidente de uniformização de jurisprudência não conhecido com esteio na questão de ordem nº 13 e na súmula nº 42, do colegiado citado.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer o incidente de uniformização de jurisprudência.

Brasília, 16 de agosto de 2012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Relatora

PROCESSO: 0507042-27.2008.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA SALETE LOPES DA SILVA
PROC./ADV.: JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. NÃO DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.

1.Pedido de concessão aposentadoria por idade formulado por rurícola.

2.Sentença de improcedência do pedido, gravada em MP3.

3.Manutenção da sentença pelos próprios fundamentos pela Turma Recursal do Ceará.

4.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

5.Oferecimento, pela autarquia-ré, de contrarrazões.

6.Inadmissibilidade do incidente pela Tuma Recursal do Ceará.

7.Apresentação, pela parte autora, do requerimento para novo juízo de admissibilidade do Presidente da TNU - Turma Nacional de Uniformização.

8.Distribuição do incidente.

9.O incidente de uniformização pressupõe a existência de tema de direito material e de julgados da lavra de Turmas Recursais de diferentes regiões ou de julgados de jurisprudência dominante do STJ - Superior Tribunal de Justiça.

10.Parte recorrente que não cumpriu a exigência de demonstrar analiticamente a divergência entre os acórdãos em cotejo, apresentando incidente genérico.

11.Ônus da parte que não se transfere ao juiz.

12.Não conhecimento do incidente ofertado pela parte autora.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.

Brasília, 16 de agosto de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Relatora

PROCESSO: 0500309-45.2008.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: JOÃO MARTINS DE LIMA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO. RAZÕES DISSOCIADAS DO CONTEXTO DOS AUTOS. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DA FONTE DA JURISPRUDÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE REANÁLISE DE MATÉRIA OBJETO DE PROVAS. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 42 DA TNU. RECURSO NÃO CONHECIDO.

1.Pedido de concessão de benefício por incapacidade.

2.Sentença de improcedência do pedido. Não comprovação da qualidade de segurada. Transcrição de importante trecho da sentença: "No tocante à incapacidade, o laudo pericial atestou que o autor está parcialmente incapacitado para o exercício de sua atividade de pintor, por ser portador de lombalgia. Disse, contudo, que não há como fixar a data de início da incapacidade, pois o autor não apresentou exames complementares para tanto. Verifico que o autor recebeu auxílio-doença entre 10.2000 e 01.2001 e de 01.2003 a 07.2003. Depois disso, recolheu contribuições até 07.2006. Ocorre que não há como afirmar que a incapacidade existia antes da data da perícia, ante à falta de elementos de prova para tanto. Além disso, segundo o HISMED, a doença que levou à concessão de auxílio-doença ao autor em 2003 foi de natureza renal, e não ortopédica, muito embora o demandante tenha dito que a patologia renal nunca tenha afetado a sua capacidade laboral. Ainda assim, não se pode considerar que a incapacidade decorrente de lombalgia existisse desde a cessação do benefício antes concedido. Finalmente, como a perícia ocorreu somente em 11.2008, e as contribuições haviam cessado em 07.2006, não se pode considerar que a incapacidade surgiu dentro do período de graça, mormente porque, mesmo a incapacidade constatada na perícia é de curta duração (03 meses), o que leva a crer que a doença não se manifestara ainda durante o lapso em que mantida a qualidade de segurado, ao menos com intensidade para determinar a incapacidade laboral do demandante e de forma contínua até o presente momento. Ante o exposto, julgo improcedente o pedido".

3.Interposição de recurso de sentença, pela parte autora.

4.Manutenção da sentença, pelos próprios fundamentos, junto à Turma Recursal da Paraíba.

5.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

6.Alegação de que é possível a concessão de auxílio-doença quando o laudo indica que há incapacidade parcial e temporária.

7.Indicação, pela parte recorrente, do seguinte precedente: 1ª Turma Recursal de Tocantins - autos n.º 2008.43.00.900455-9

8.Negativa de seguimento do recurso, pela Presidência da Turma Recursal da Paraíba.

9.Apresentação, pela parte recorrente, do requerimento para novo juízo de admissibilidade do Presidente da TNU - Turma Nacional de Uniformização.

10.Distribuição do incidente.

11.O incidente não deve ser conhecido por três importantes fundamentos:

12.Primeiro Fundamento: Razões dissociadas do contexto dos autos (grifou-se).

13.Hipótese dos autos: improcedência de pedido de concessão de benefício por incapacidade por ausência de qualidade de segurado. O recorrente, no presente incidente de uniformização, cuidou de tema pertinente à possibilidade de concessão de benefício quando constatada incapacidade parcial.

14.Constatação de serem as razões do pedido de uniformização completamente dissociadas da decisão atacada, infringindo o disposto no inciso II, do artigo 514 do Código de Processo Civil.

15.Segundo Fundamento: Considerando a ausência de indicação da fonte de obtenção do julgado indicado como precedente pela parte autora, entendo não comprovada a divergência (grifou-se).

16.Cito importantes precedentes: "a mera transcrição do julgado paradigma no corpo do recurso, mesmo que na sua integralidade, só tem validade quando acompanhada da indicação do repositório de jurisprudência ou fonte da qual foi extraído, de forma a conferir autenticidade ao texto reproduzido". Precedentes: PEDILEF 05006545020094058402 e PEDILEF 00058762220104013200.

17.Terceiro Fundamento: Ademais, observo que o julgado objeto dos autos levou em conta toda a situação fática e probatória (grifou-se).

18.Matéria objeto de prova. Impossibilidade de exame de matéria de prova no âmbito da TNU - Turma Nacional de Uniformização. Aplicação da súmula nº 42, "in verbis": "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

19.Não conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência, ofertado pela parte autora.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.

Brasília, 16 de agosto de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Relatora

PROCESSO: 0518674-59.2008.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: HELENUSIA DE MOURA COELHO
PROC./ADV.: MANUEL BEZERRA DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. SALÁRIO-MATERNIDADE. QUALIDADE DE SEGURADO RURAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA E REEXAME DE PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 42, DA TNU - TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

1.Pedido de concessão de salário-maternidade para rurícola.

2.Sentença de improcedência do pedido. Entendimento de que não há, nos autos, documentos hábeis a comprovar o trabalho rural no período de carência.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

3.Afirmação na sentença de que, realizada inspeção judicial, o juízo a quo constatou não possuir a parte autora características de agricultor, demonstrando em depoimento pessoal pouco conhecimento acerca da atividade agrícola.

4.Existência de trecho em que o juiz prolator da sentença também fundamenta a declaração de improcedência do pedido no fato de que a testemunha afirmou que a parte autora vivia em Fortaleza e que somente retornou a área rural após engravidar e, portanto, não teria preenchido a carência de 10 (dez) meses para a concessão do benefício pleiteado

5.Manutenção da sentença pelos próprios fundamentos pela Turma Recursal do Ceará.

6.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

7.Alegação de que os documentos juntados pela autora na ação comprovam a atividade rural e de que o fato de um dos membros da família exercer atividade urbana não exclui dos demais a possibilidade de computar para fins de atividade rural a atividade exercida em regime de economia familiar. Sustenta também ser possível a prova exclusivamente testemunhal.

8.Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes: AC 93.01.22771-1 e AC 95.01.20043-4, do TRF 1ª Região; AC 2113/PE, do TRF 5ª Região; Conflito de Competência 12926/SP (1995/0009707-9); Resp n.º 30371/RS.

9.Inadmissibilidade do incidente pela Tuma Recursal do Ceará. Alegação de que não se faz possível reexame de mérito.

10.Apresentação, pela parte autora, do requerimento para novo juízo de admissibilidade do Presidente da TNU - Turma Nacional de Uniformização.

11.Distribuição do incidente.

12.Inicialmente, deixo de apreciar eventual divergência com precedentes de Tribunal Regional Federal. Apenas a existência de eventual contrariedade, na interpretação da lei federal sobre questões de direito material, entre decisões de Turmas Recursais de Juizados Especiais Federais e decisões de outras Turmas Recusais de Juizados Especiais Federais, ou com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, revelam hipóteses de cabimento de pedido de uniformização, como consta nos §§ 1º e 2º, do art. 14, da Lei nº 10.259/2001.

13.Inexistência de similitude fático-jurídica entre o caso dos autos e os precedentes do STJ invocados:

CC 12926/SP - CONFLITO DE COMPETÊNCIA (1995/0009707-9 : "EMENTA PROCESSUAL CIVIL.CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. SALÁRIO- MATERNIDADE.- Compete a Justiça Federal Processar e Julgar Ação Postulando Direitos - no caso, Salário-Maternidade - Devidos pelo INSS. Conflito conhecido e declarado competente o Juízo Federal da 3ª Vara de santos - SP. Decisão por unanimidade, conhecer do conflito e declarar competente o suscitado, Juízo Federal da 3ª, Vara de Santos - SP.

RESP 30371/RS: "EMENTA TRABALHISTA. SALÁRIO-MATERNIDADE. NSCIENCIA DO EMPREGADOR. O EMPREGADOR NÃO SE EXIME DO PAGAMENTO DO SALÁRIO-MATERNIDADE AINDA QUE NÃO SOUBESSE DO ESTADO GRAVIDICO DA EMPREGADA. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO. DECISÃO POR UNANIMIDADE, NÃO CONHECER DO RECURSO.

14.Os precedentes citados referem-se a conflito de competência e à responsabilidade de pagamento do salário-maternidade.

15.Ausência de similitude fático-jurídica entre a hipótese dos autos e os precedentes invocados.

16.Ademais, observo que o julgado objeto dos autos levou em conta toda a situação fática e probatória.

17.Impossibilidade de exame de matéria de prova no âmbito da TNU - Turma Nacional de Uniformização. Aplicação da súmula nº 42, "in verbis": "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

18.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.

Brasília, 16 de agosto de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Relatora

PROCESSO: 2008.71.50.012543-3
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: NELI MARQUES LEAL
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. AÇÃO PRINCIPAL PERTINENTE À CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE. TEMA REFERENTE À COMPROVAÇÃO DA DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. INCIDÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 18, DA TNU - TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. RECURSO NÃO CONHECIDO.

1.Pedido processado no âmbito do Juizado Especial Federal. Pedido de concessão de benefício previdenciário - pensão por morte.

2.Sentença de improcedência do pedido .

3.Preservação da sentença pela Turma Recursal do Rio Grande do Sul.

4.Interposição, pela parte autora, de incidente de uniformização nos termos do art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

5.Alegação de que é possível comprovar dependência econômica mediante prova testemunhal.

6.Indicação de precedente da TNU - Turma Nacional de Uniformização - autos de nº 200270030047911.

7.Situação em que a sentença julgou improcedente o pedido com mais de um argumento.

8.Incidência da questão de ordem nº 18 da TNU - Turma Nacional de Uniformização.

9.Recurso não conhecido.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do recurso interposto pela parte autora - incidente de uniformização de jurisprudência.

Brasília, 16 de agosto de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Relatora

PROCESSO: 0505464-98.2009.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: LUIZA BARBOSA FARIAS
PROC./ADV.: ANTONIO JORGE CHAGAS PINTO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. TEMA REFERENTE AO INÍCIO DE PROVA MATERIAL. DESEMPENHO DE ATIVIDADE URBANA. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.

1.Pedido de concessão de aposentadoria por idade rural.

2.Sentença de improcedência do pedido, gravada em MP3.

3.Interposição de recurso pela parte autora.

4.Manutenção da sentença pela Turma Recursal do Ceará, com espeque no art. 46 da Lei nº 9.099/95.

5.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

6.Defesa de existir nos autos início de prova material apta a caracterizar exercício de labor rural em regime de economia familiar, a despeito de desempenho de atividade urbana por cônjuge-varão.

7.Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes da lavra do Superior Tribunal de Justiça - STJ: Recurso Especial nº 289949/SC e Agravo Regimental no Recurso Especial nº 691391/PR.

8.Oferecimento, pela autarquia-ré, de contrarrazões.

9.Inadmissibilidade do incidente na Turma Recursal do Ceará.

10.Apresentação, pela parte autora, de requerimento com pedido de processamento do incidente, nos termos do art. 15, § 4º, da Resolução nº 22/2008, do CJF - Conselho da Justiça Federal.

11.Distribuição do incidente.

12.Julgado cujo exame de prova foi profundo e baseado em documentação carreada aos autos. Segundo juiz sentenciante, o elemento de prova juntado, composto de cópia de certidão de casamento em que o marido da autora está qualificado como lavrador, foi desconstituído pela informação constante do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS e do INFBEN, juntados pelo INSS, que dá conta da aposentadoria que foi concedida ao mesmo na qualidade de empresário, no valor de R$ 974,66 (novecentos e setenta e quatro reais e sessenta e seis centavos), estando bem acima do salário mínimo. Concluiu-se, assim, que a família da parte não dependia da agricultura para sobreviver, mas da exploração do comércio de seu cônjuge, a despeito da terra que exploravam. Alertou, por fim, que o depoimento da autora não fora corroborado pelos das testemunhas ouvidas.

13.Esse Órgão Colegiado, a respeito de desempenho de atividade para fins de concessão de aposentadoria por idade rural, entende que, "in verbis": "A circunstância de um dos integrantes do núcleo familiar desempenhar atividade urbana não implica, por si só, a descaracterização do trabalhador rural como segurado especial, condição que deve ser analisada no caso concreto." (Súmula nº 41)

14.Impossibilidade de reexame de provas nesta esfera, conforme Súmula nº 42, da TNU - Turma Nacional de Uniformização.

15.Não conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência, ofertado pela parte autora.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente.

Brasília, 16 de agosto de 2.012

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Relatora

PROCESSO: 2009.85.00.502397-6
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
PROC./ADV.: MÁRIO MÁRCIO DE SOUZA MAZZONI
PROC./ADV.: ANA CLÁUDIA NASCIMENTO DA SILVA
REQUERIDO(A): GERALDO SANTOS RODRIGUES
PROC./ADV.: AIANA CERQUEIRA FITERMAN
PROC./ADV.: FERNANDA REIS DA SILVA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL EM INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. EXTRAVIO DE MERCADORIA. DANO MORAL E MATERIAL CONFIGURADOS. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 59 E DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 13 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. AGRAVO REGIMENTAL CONHECIDO E DESPROVIDO.

1.Pedido de indenização por danos materiais e morais em razão de mercadoria extraviada.

2.Sentença de parcial procedência do pedido. Condenação a título de danos materiais, no importe de R$ 38,25 (trinta e oito reais e vinte e cinco centavos), e morais, aferidos em R$ 1.000,00 (hum mil reais).

3.A Turma Recursal de Sergipe, por meio de decisão fundamentada, negou provimento ao recurso interposto pela ré.

4.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

5.Alegação de ser necessária a comprovação do nexo causal entre o ato ilícito e o dano sofrido. Defesa de não ter havido declaração do valor e do conteúdo postado.

6.Indicação, pela parte recorrente, do seguinte precedente da lavra do Superior Tribunal de Justiça - STJ: Recurso Especial nº 730855/RJ.

7.Oferecimento, pela parte autora, de contrarrazões.

8.Recebimento do presente incidente pela Turma Recursal de Sergipe.

9.Julgado cujo exame de prova foi baseado em documentação carreada aos autos.

10.Inteligência da Súmula nº 59, da TNU, "in verbis": "A ausência de declaração do objeto postado não impede a condenação da ECT a indenizar danos decorrentes do extravio, desde que o conteúdo da postagem seja demonstrado por outros meios de prova admitidos em direito."

11.Aplicação, aos autos, da questão de ordem nº 13, da TNU - Turma Nacional de Uniformização, cujos termos reproduzo: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

12.Incidente de uniformização de jurisprudência conhecido e desprovido.

13.Agravo regimental interposto pela ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

14.Impossibilidade de rediscussão do mérito do julgado cujos termos mantenho integralmente.

15.Agravo regimental conhecido e desprovido.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização conhecer e não prover o agravo regimental ofertado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Brasília, 16 de agosto de 2.012

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Relatora

PROCESSO: 0009375-66.2009.4.01.3000
ORIGEM: AC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ARTHUR FERNANDES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA. PEDIDO DE APOSENTADORIA POR IDADE. IMPOSSIBILIDADE DE REANÁLISE DE MATÉRIA OBJETO DE PROVAS. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 42 DA TNU. RECURSO NÃO CONHECIDO.

1. Pedido de concessão de aposentadoria por idade rural.

2. Sentença de procedência do pedido, com determinação de concessão de aposentadoria por idade cujo início remonta a 09-11-2007.

3. Preservação da sentença pela Turma Recursal do Acre.

4. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pelo instituto previdenciário, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

5. Defesa de que não houve juntada, pela parte autora, de prova material da condição de rurícola contemporânea ao exercício da atividade.

6. Menção ao disposto nos verbetes nº 149, do Superior Tribunal de Justiça e 34, da TNU - Turma Nacional de Uniformização.

7. Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes: Agravo Regimental no Recurso Especial nº 1.030.678/SP e Agravo Regimental no Recurso Especial nº 881.215/SP.

8. Ausência de admissão do incidente pela Presidência da Turma Recursal do Acre.

9. Distribuição do incidente após apresentação, pela autarquia previdenciária, de requerimento.

10. Conversão do julgamento em diligência para possibilitar a leitura do incidente, no formato 'tif'. Produção de documento 'pdf'. Situação efetivamente certificada nos autos pela Secretaria da TNU - Turma Nacional de Uniformização.

11. Análise, pelos órgãos julgadores, da prova material e da prova testemunhal produzidas nos autos.

12. Matéria objeto de dilação probatória.

13. Sentença fundamentada, em consonância com documentação trazida aos autos.

14. Inteligência da Súmula nº 42 da Turma Nacional de Uniformização: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

15. Não conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência, ofertado pela autarquia previdenciária.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.

Brasília, 16 de agosto de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Relatora

PROCESSO: 0516718-71.2009.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ALDENIO TEOBALDO DE LIMA
PROC./ADV.: MANUEL BEZERRA DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. INEXISTÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.

1. Pedido de concessão aposentadoria por idade, formulado por rurícola.

2. Sentença de improcedência do pedido.

3. Manutenção da sentença pelos próprios fundamentos pela Turma Recursal do Ceará, com espeque no art. 46 da Lei nº 9.099/95.

4. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

5. Inadmissibilidade do incidente pela Tuma Recursal do Ceará.

6. Apresentação, pela parte autora, do requerimento para novo juízo de admissibilidade do Presidente da TNU - Turma Nacional de Uniformização.

7. Distribuição do incidente.

8. O incidente de uniformização pressupõe a existência de tema de direito material e de julgados da lavra de Turmas Recursais de diferentes regiões ou de julgados de jurisprudência dominante do STJ - Superior Tribunal de Justiça.

9. Parte recorrente que não cumpriu a exigência de demonstrar analiticamente a divergência entre os acórdãos em cotejo, tendo apresentado incidente genérico.

10. Ônus da parte que não se transfere ao juiz.

11. Não conhecimento do incidente ofertado pela parte autora.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima
indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de
uniformização de jurisprudência.

Brasília, 16 de agosto de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Relatora

PROCESSO: 0504855-21.2009.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO RODRIGUES DE ALMEIDA
PROC./ADV.: VÂNIA DUWE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE PENSÃO POR MORTE. TEMA DA COMPROVAÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADA ESPECIAL DA FALECIDA. PRECEDENTES DE TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.

1.Pedido de pensão por morte, formulado pelo esposo da falecida.

2.Sentença de improcedência do pedido, proferida com arrimo na inexistência de comprovação de segurada especial.

3.Manutenção da sentença pela Turma Recursal do Ceará.

4.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

5.Alegação de que houve prova efetiva do labor rural desempenhado por sua falecida esposa.

6.Indicação, pela parte recorrente, de precedente da lavra de Tribunal Regional Federal - 5a Região.

7.Inadmissibilidade do incidente com fundamento na súmula nº 07, do STJ - Superior Tribunal de Justiça.

8.Apresentação, pela parte autora, do requerimento para novo juízo de admissibilidade do Presidente da TNU - Turma Nacional de Uniformização (fls. 125/126).

9.Admissão do incidente com fundamento no art. 7º, inciso VI, do Regimento Interno da TNU - Turma Nacional de Uniformização.

10.Impossibilidade de apreciação de incidente cujo precedente decorra de Tribunal Regional Federal.

11.Existência de julgado da TNU - Turma Nacional de Uniformização a respeito do tema: "PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA DA TURMA RECURSAL/PB COM O STJ. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. REVISÃO DA R.M.I. AUSÊNCIA DE PARADIGMA. 1. Trata-se de Pedido de Uniformização formulado por Leontino Alves da Silva, fls. 103/108, apontando suposta divergência entre a Turma Recursal/PB (fl. 100) com a jurisprudência dominante do STJ, nos termos do art. 14, § 2º, da Lei 10.259/2001 , sobre a revisão da renda mensal inicial da aposentadoria por invalidez. 2. A Sentença do Exmo. Dr. Rogério de Meneses Fialho Moreira, fls. 67/70, indeferiu o a revisão da rmi do Autor ao argumento de que: a) o benefício resulta da conversão do auxílio-doença (DIB 01/01/75 ¿ fl. 14) e só haveria a revisão se após a concessão do auxílio-doença houvesse alguma contribuição a calcular; b) quanto à URV, o mês de fev/94 não faz parte do período básico de cálculo do benefício; c) não se aplica o IGP-DI nos anos de 97, 99, 2000 e 2001, consoante decisão do STF. 3. Acórdão impugnado da TR/PB (fl.100), relatado pela Exma. Dra. Cristina Maria Costa Garcez (votos orais), confirmou a sentença por seus próprios fundamentos. 4. Só é cabível o incidente de uniformização em questões de direito material, fundando em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ (§ 2º do art. 14 da Lei 10.259/2001, c/c o art. 2º da Resolução 390/2004 do CJF). 5. No caso, o Recorrente não atendeu à exigência legal, uma vez que o Acórdão apontado como paradigma, do TRF da 5ª Região (AC 79.712/PB, da relatoria do atual Ministro José Delgado, transcrito às fls. 106/107), não foi proferido por Turma Recursal dos JEFs. 6. Pedido não conhecido, em face da ausência de paradigma", (PEDILEF 200382100009577, JUIZ FEDERAL HÉLIO SILVIO OUREM CAMPOS, TNU - Turma Nacional de Uniformização, 23/05/2006).

12.Incidência do "caput" do art. 14, da Lei nº 10.259, de 12-07-2001, "in verbis": "Art. 14. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei".

13.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.

Brasília, 16 de agosto de 2.012

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Relatora

PROCESSO: 0506584-79.2009.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOÃO PAULO DE ARAUJO
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. TEMA REFERENTE AO INÍCIO DE PROVA MATERIAL. DESEMPENHO DE LABOR URBANO. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.

1.Pedido de concessão de aposentadoria por idade rural.

2.Sentença de improcedência do pedido.

3.Interposição de recurso pela parte autora.

4.Manutenção da sentença pela Turma Recursal do Ceará.

5.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

6.Defesa de existir nos autos início de prova material apta a caracterizar exercício de labor rural em regime de economia familiar, a despeito de desempenho de atividade urbana.

7.Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes da lavra do Superior Tribunal de Justiça - STJ: Embargos de Declaração no Recurso Especial nº 323903/RS, Agravo Regimental no Recurso Especial nº 286221/PR e Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 519317/RS.

8.Oferecimento, pela autarquia-ré, de contrarrazões.

9.Inadmissibilidade do incidente na Turma Recursal do Ceará.

10.Apresentação, pela parte autora, de requerimento com pedido de processamento do incidente, nos termos do art. 15, § 4º, da Resolução nº 22/2008, do CJF - Conselho da Justiça Federal.

11.Distribuição do incidente.

12.Julgado cujo exame de prova foi profundo e baseado em documentação carreada aos autos.

13.Reprodução de importante trecho da decisão combatida, "in verbis": "(...) Quanto à comprovação do exercício de atividade rural nos termos do art. 143 da Lei n. 8.213/91, ou seja, no período imediatamente anterior ao requerimento, a parte autora apresentou os seguintes documentos: - Declaração de aptidão ao Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar, em nome do autor (2006); - Recibo de compra de material agrícola; - Recibos de pagamento do Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar, em nome do autor (2006/2007); - Declaração do autor como proprietário do imóvel rural; - Participação no programa governamental, em nome do autor (2003 a 2009); - Folhas de pagamento do programa permanente de combate à seca, em nome do autor (1991 a 1993); - Declaração do TRE, expedida em 29/08/2008, onde o autor indicou sua ocupação como agricultor por ocasião de sua inscrição/revisão eleitoral; - ITR 2008 em nome do pai do autor; - Certificado da EMATERCE, expedido em 1992, referente ao curso de culturas irrigadas realizado em 27/10/1992; - Nota de crédito rural, em nome do autor (2007); - Proposta de crédito do Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar, em nome de José dos Reis da Silva (2006); - Declaração do STR de Jaguaruana/Ce, reportando-se a trabalho agrícola pelo autor nos períodos de 06/1972 a 12/1978, 07/1982 a 02/1995 e 11/2003 a 06/2009; - Comprovantes de pagamento de contribuições sindicais; - Certidão de casamento onde o autor figura como agricultor e a esposa como doméstica; - Carteira e ficha de filiação sindical com data de entrada em 28/07/1974. Observa-se, pois, que a parte autora não apresentou documentos contemporâneos aos fatos que comprovem o exercício de atividade rural, individualmente ou regime de economia familiar, pela carência do benefício, e que se perfaçam como início razoável de prova material, nos termos do art. 55, § 3º, da Lei 8.213/91. Na realidade, o começo de prova material apresentado pela parte autora é extemporâneo em relação aos fatos a comprovar (TNU, Súmula 34), não tem idoneidade como início de prova material (STJ, Súmula 149; Art. 106 da Lei 8.213/91) ou então não comprova o efetivo exercício de atividade rural pelo número de meses exigidos pela legislação (Artigos 142 e 143 da Lei 8.213/91). Além disso, a qualidade de segurado(a) especial, em regime de economia familiar ou individualmente, foi desqualificada pela juntada do CNIS/INFBEN. Conforme o CNIS o autor foi contribuinte individual entre 1995 e 2008. O autor confessou que tinha uma microempresa, aberta em 1990 e baixada em 2008, embora só tenha funcionado de fato até 2000. Ali vendia produtos agrícolas, adquiridos dos produtores da região. Como se nota, o autor, entre 1990 e 2008 se qualificava como comerciante, condição esta incompatível com a qualidade de segurado especial. (...)."

14.Esta Turma Nacional de Uniformização, quanto ao desempenho de atividade urbana, firmou entendimento no seguinte sentido:

Súmula nº 46: "O exercício de atividade urbana intercalada não impede a concessão de benefício previdenciário de trabalhador rural, condição que deve ser analisada no caso concreto."

15. Impossibilidade de reexame de provas nesta esfera, conforme Súmula nº 42, da TNU - Turma Nacional de Uniformização.

16.Não conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência, ofertado pela parte autora.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.

Brasília, 16 de agosto de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Relatora

PROCESSO: 0500916-27.2009.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): FRANCINEIDE DOS SANTOS BARBOSA
PROC./ADV.: MARCELO CAMARDELLA DA SILVEIRA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA AUTARQUIA-RÉ. PEDIDO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. PARADIGMA DE TURMA RECURSAL SEM A INDICAÇÃO DA FONTE. AUSÊNCIA DE CONSTATAÇÃO DE DIVERGÊNCIA. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.

1.Pedido de concessão de aposentadoria por idade rural.

2.Sentença de procedência do pedido.

3.Interposição de recurso pela autarquia-ré.

4.Manutenção da sentença pela Turma Recursal do Ceará, com espeque no art. 46 da Lei nº 9.099/95.

5.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela autarquia-ré, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

6.Defesa de existir nulidade na decisão combatida por não ter sido presidida por magistrado a instrução processual e sim por conciliador.

7.Indicação, pela parte recorrente, do seguinte precedente emanado da Turma Recursal do Maranhão: Processo nº 1429729205403.

8.Oferecimento, pela parte autora, de contrarrazões.

9.Inadmissibilidade do incidente na Turma Recursal do Ceará.

10.Apresentação, pela autarquia-ré, de requerimento com pedido de processamento do incidente, nos termos do art. 15, § 4º, da Resolução nº 22/2008, do CJF - Conselho da Justiça Federal.

11.Distribuição do incidente.

12.Tratando-se de suposta divergência entre Turmas Recursais, "a mera transcrição do julgado paradigma no corpo do recurso, mesmo que na sua integralidade, só tem validade quando acompanhada da indicação do repositório de jurisprudência ou fonte da qual foi extraído, de forma a conferir autenticidade ao texto reproduzido". Precedentes desta Turma de Uniformização: PEDILEF nº 05006545020094058402 e PEDILEF nº 00058762220104013200.

13.Caso dos autos em que não há indicação da fonte de obtenção do julgado da Turma Recursal do Maranhão, trazido como paradigma pela autarquia-ré no presente pedido de uniformização.

14.Não constatação de divergência jurisprudencial.

15.Não conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência, ofertado pela autarquia-ré.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.

Brasília, 16 de agosto de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Relatora

PROCESSO: 0507184-97.2009.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LAURINDA RODRIGUES DE SOUSA
PROC./ADV.: MARCOS PEREIRA TORQUATO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA AUTARQUIA-RÉ. PEDIDO DE APOSENTADORIA POR IDADE. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE PROVA NO ÂMBITO DA UNIFORMIZAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO INTERPOSTO.

1.Pedido de aposentadoria por idade rural.

2.Sentença de procedência do pedido.

3.Manutenção da sentença pela Turma Recursal do Ceará, com espeque no art. 46 da Lei nº 9.099/95.

4.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela autarquia-ré, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

5.Alegação de que a posição da Turma Recursal de Ceará não considerou o fato de que em período anterior ao requerimento administrativo do benefício o segurado não exerceu atividade rural em regime de economia familiar.

6.Indicação, pela recorrente, dos seguintes precedentes: PEDILEF nº 200670510009431, da lavra da Turma Nacional de Uniformização - TNU; e Processo nº 2009.36.00.700140-1, emanado da Primeira Turma do Mato Grosso.

7.Inadmissibilidade do incidente na Turma Recursal do Ceará.

8.Apresentação, pela autarquia-ré, do requerimento para novo juízo de admissibilidade do Presidente da TNU - Turma Nacional de Uniformização.

9.Determinação de distribuição do incidente.

10.Deslinde da causa demonstra a ocorrência de 02 (duas) situações distintas.

11.Primeira situação: Tratando-se de suposta divergência entre Turmas Recursais, "a mera transcrição do julgado paradigma no corpo do recurso, mesmo que na sua integralidade, só tem validade quando acompanhada da indicação do repositório de jurisprudência ou fonte da qual foi extraído, de forma a conferir autenticidade ao texto reproduzido". Precedentes desta Turma de Uniformização: PEDILEF nº 05006545020094058402 e PEDILEF nº 00058762220104013200 (grifou-se).

12.Ausência de indicação da fonte de obtenção dos julgados da Turma Recursal do Mato Grosso, trazido como paradigma pela autarquia-ré no presente pedido de uniformização.

13.Impossibilidade de constatação de divergência jurisprudencial.

14.Segunda situação: Existência de plausibilidade entre o precedente - PEDILEF nº 200670510009431, da lavra da Turma Nacional de Uniformização - TNU e o caso dos autos (grifou-se).

15.Caso em que o contexto dos autos evidenciou labor rural.

16.Hipótese em que a parte apresentou, para comprovação do seu direito, ITR, exercício 1996, referente ao sítio Alto Brilhante, de propriedade de Gerson Alves Costa, e INFBEN de benefício de pensão por morte rural, com DIB em 1º-06-1976, de que é beneficiária.

17.Requisito etário completado em 20-12-1980, posto que a autora nascera em 20-12-1925.

18.Requerimento administrativo formulado pela parte autora em 16-10-2008.

19.Impossibilidade de conhecer do incidente porque o tema fora objeto de dilação probatória.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.

Brasília, 16 de agosto de 2.012

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Relatora

PROCESSO: 0515220-03.2010.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA DA CONCEIÇÃO FELIPE
PROC./ADV.: ANTÔNIO HAROLDO DE PAIVA CORDEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. TEMA REFERENTE AO INÍCIO DE PROVA MATERIAL. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.

1.Pedido de concessão de aposentadoria por idade rural.

2.Sentença de procedência do pedido.

3.Interposição de recurso pela autarquia-ré.

4.Reforma da sentença pela Turma Recursal do Ceará para o fim de julgar improcedente o pedido formulado na petição inicial.

5.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

6.Defesa de existir nos autos início de prova material apta a caracterizar exercício de labor rural em regime de economia familiar.

7.Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes: Recurso Especial nº 638611/RS, da lavra do Superior Tribunal de Justiça - STJ; e PEDILEF nº 2005722950203031, emanado da Turma Nacional de Uniformização - TNU.

8.Oferecimento, pela autarquia-ré, de contrarrazões.

9.Inadmissibilidade do incidente na Turma Recursal do Ceará.

10.Apresentação, pela parte autora, de requerimento com pedido de processamento do incidente, nos termos do art. 15, § 4º, da Resolução nº 22/2008, do CJF - Conselho da Justiça Federal.

11.Distribuição do incidente.

12.Julgado cujo exame de prova foi profundo e baseado em documentação carreada aos autos.

13.Reprodução de importante trecho da decisão combatida, "in verbis": "(...) Apesar de não entender como impeditivo vínculo junto à Prefeitura de Paraipaba constante de extrato do CNIS em nome da autora, verifico que documentação em nome indiciária de atividade rurícola surgiu a partir do ano de 2006 (Hora de Plantar, filiação ao STR), revelando-se insuficiente para supedanear os depoimentos coletados em audiência e formar convicção pelo preenchimento do requisito temporal exigido pela LBPS. Documentação em nome do pai e da irmã não favorecem a autora, uma vez que esta declinou em audiência que planta com os filhos, constitui núcleo familiar próprio, tendo seu marido falecido, não recebendo a autora pensão por morte, apesar de casada no religioso. (...)."

14.Impossibilidade de reexame de provas nesta esfera, conforme verbete nº 42, da TNU - Turma Nacional de Uniformização.

15.Não conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência, ofertado pela parte autora.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.

Brasília, 16 de agosto de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Relatora

PROCESSO: 0509782-93.2010.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: LINDALVA IRENE DA SILVA
PROC./ADV.: FELIPPE DE QUEIROZ BESSA BANDEIRA LEITE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. TEMA REFERENTE AO INÍCIO DE PROVA MATERIAL. DESEMPENHO DE LABOR URBANO. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.

1.Pedido de concessão de aposentadoria por idade rural.

2.Sentença de improcedência do pedido, gravada em MP3.

3.Interposição de recurso pela parte autora.

4.Manutenção da sentença pela Turma Recursal do Ceará.

5.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

6.Defesa de existir nos autos início de prova material apta a caracterizar exercício de labor rural em regime de economia familiar, a despeito de desempenho de atividade urbana.

7.Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes da lavra do Superior Tribunal de Justiça - STJ: Embargos de Declaração no Recurso Especial nº 323903/RS, Agravo Regimental no Recurso Especial nº 286221/PR e Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 519317/RS.

8.Inadmissibilidade do incidente na Turma Recursal do Ceará.

9.Apresentação, pela parte autora, de requerimento com pedido de processamento do incidente, nos termos do art. 15, § 4º, da Resolução nº 22/2008, do CJF - Conselho da Justiça Federal.

10.Distribuição do incidente.

11.Julgado cujo exame de prova foi baseado em documentação carreada aos autos. Segundo juiz sentenciante, conforme Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS do autor, constata-se vinculação empregatícia urbana por cerca de 18 (dezoito) anos, tendo findado o último registro no ano de 2000.

12.Impossibilidade de reexame de provas nesta esfera, conforme Súmula nº 42, da TNU - Turma Nacional de Uniformização.

13.Não conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência, ofertado pela parte autora.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.

Brasília, 16 de agosto de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Relatora

PROCESSO: 2010.71.65.001123-3
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: NELCI MARIA ALTREITER
PROC./ADV.: LEANDRO BERTOLAZI GAUER
PROC./ADV.: JACOB LUCIANO GAUER
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO ALTERNATIVO. CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE RURAL OU DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO, MANTIDA PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO SUL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESTINADO À TRU - TURMA REGIONAL DE UNIFORMIZA-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ÇÃO. INTEMPESTIVIDADE DO INCIDENTE REMETIDO À TURMA NACIONAL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA NÃO CONHECIDO.

1.Pedido alternativo, formulado pela parte autora - concessão de aposentadoria por idade rural ou de aposentadoria por invalidez.

2.Sentença de improcedência dos pedidos.

3.Interposição de recurso pela parte autora.

4.Manutenção da sentença pela Turma Recursal do Ceará, com espeque no art. 46 da Lei nº 9.099/95.

5.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, dirigido à Turma Regional de Uniformização da 4ª Região.

6.Defesa de existir nos autos início de prova material apta a caracterizar exercício de labor rural em regime de economia familiar.

7.Inadmissibilidade do incidente na Turma Recursal do Ceará.

8.Apresentação, pela parte autora, de requerimento com pedido de realização de novo juízo de retratação pelo Presidente da Turma Nacional de Uniformização - TNU.

9.Impossibilidade de se aguardar julgamento do incidente da Turma Regional de Uniformização para somente depois contar o prazo de interposição do incidente destinado à TNU - Turma Nacional de Uniformização.

10.Inexistência de norma legal ou regimental hábil a amparar a propositura sequencial e condicionada dos incidentes.

11.Não conhecimento do recurso.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente.

Brasília, 16 de agosto de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Relatora

PROCESSO: 0500219-57.2010.4.05.8203
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: EDMIRCIO JOSÉ DE BRITO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. TEMA REFERENTE AO INÍCIO DE PROVA MATERIAL. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.

1.Pedido de aposentadoria por idade.

2.Sentença de improcedência do pedido.

3.Manutenção da sentença pela Turma Recursal do Ceará pelos próprios fundamentos, com espeque no art. 46 da Lei nº 9.099/95.

4.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

5.Tese pertinente ao documento hábil a configurar início de prova material.

6.Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes: Recurso Especial nº 553755/CE, Ação Rescisória nº 3.347/CE e Agravo Regimental no Recurso Especial nº 939.191/SC, da lavra do Superior Tribunal de Justiça - STJ; e Apelação Cível nº 200382010065695/PB.

7.Inadmissibilidade do incidente junto à Presidência da Turma Recursal do Ceará.

8.Apresentação, pela parte autora, do requerimento para novo juízo de admissibilidade do Presidente da TNU - Turma Nacional de Uniformização.

9.Distribuição do incidente.

10.Caso dos autos demonstra que o presente incidente não pode ser conhecido em razão da ocorrência de duas situações distintas.

11.Primeira situação: Impossibilidade de apreciação de incidente cujo precedente decorra de Tribunal Regional Federal. Referência à Apelação Cível nº 200382010065695/PB.

12.Existência de julgado da TNU - Turma Nacional de Uniformização a respeito do tema: "PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA DA TURMA RECURSAL/PB COM O STJ. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. REVISÃO DA R.M.I. AUSÊNCIA DE PARADIGMA. 1. Trata-se de Pedido de Uniformização formulado por Leontino Alves da Silva, fls. 103/108, apontando suposta divergência entre a Turma Recursal/PB (fl. 100) com a jurisprudência dominante do STJ, nos termos do art. 14, § 2º, da Lei 10.259/2001 , sobre a revisão da renda mensal inicial da aposentadoria por invalidez. 2. A Sentença do Exmo. Dr. Rogério de Meneses Fialho Moreira, fls. 67/70, indeferiu o a revisão da rmi do Autor ao argumento de que: a) o benefício resulta da conversão do auxílio-doença (DIB 01/01/75 ¿ fl. 14) e só haveria a revisão se após a concessão do auxílio-doença houvesse alguma contribuição a calcular; b) quanto à URV, o mês de fev/94 não faz parte do período básico de cálculo do benefício; c) não se aplica o IGP-DI nos anos de 97, 99, 2000 e 2001, consoante decisão do STF. 3. Acórdão impugnado da TR/PB (fl.100), relatado pela Exma. Dra. Cristina Maria Costa Garcez (votos orais), confirmou a sentença por seus próprios fundamentos. 4. Só é cabível o incidente de uniformização em questões de direito material, fundando em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ (§ 2º do art. 14 da Lei 10.259/2001, c/c o art. 2º da Resolução 390/2004 do CJF). 5. No caso, o Recorrente não atendeu à exigência legal, uma vez que o Acórdão apontado como paradigma, do TRF da 5ª Região (AC 79.712/PB, da relatoria do atual Ministro José Delgado, transcrito às fls. 106/107), não foi proferido por Turma Recursal dos JEFs. 6. Pedido não conhecido, em face da ausência de paradigma", (PEDILEF 200382100009577, JUIZ FEDERAL HÉLIO SILVIO OUREM CAMPOS, TNU - Turma Nacional de Uniformização, 23/05/2006), (grifou-se).

13.Segunda situação: Existência de plausibilidade jurídica entre os precedentes - Recurso Especial nº 553755/CE, Ação Rescisória nº 3.347/CE e Agravo Regimental no Recurso Especial nº 939.191/SC, da lavra do Superior Tribunal de Justiça - STJ - e o caso dos autos (grifou-se).

14.Julgado cujo exame de prova foi profundo e baseado em documentação carreada aos autos.

15.Reprodução de importante trecho da decisão combatida, "in verbis": "(...) No caso em tela, no que concerne ao requisito da idade, não há o que se indagar, tendo em vista que, da análise do conjunto probatório, percebe-se que o autor, nascido em 10/10/1949, possuía 60 anos ao tempo do requerimento administrativo (DER em 14/05/2010). Destarte, o cerne da questão é saber se o promovente cumpriu o período de carência, exercendo atividade rural durante o período previsto em lei (no caso, 168 meses). Relata a petição inicial que o autor é agricultor e exerceu suas atividades rurais, no período de 1963 a 1976 e de 1986 a 1987 e de 2005 aos dias atuais, na Bacia do Açude de Sumé de propriedade de Saturnino José de Brito(falecido), sendo hoje o responsável o próprio autor, sempre trabalhando em regime de economia familiar, sem vínculo empregatício, cultivando lavoura de subsistência para o seu sustento e o de sua família. A fim de comprovar sua qualidade de segurado especial no período exigido, o autor juntou aos autos os documentos constantes nos anexos 01 a 08. Após análise dos documentos apresentados pela parte autora, entendo que, em sua maioria, são inservíveis como início de prova material apta a comprovar sua qualidade de segurado especial pelo tempo exigido pela lei, qual seja, 168 contribuições, quer seja por serem documentos emitidos em nome de terceiros quer seja por terem sido emitidos em data muito próxima ao requerimento administrativo. Vejamos: a) Anexo 2: declaração de Etiene Brito de Freitas, irmão do autor, de que o mesmo é agricultor; contrato de adesão ao contrato de permuta, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca, de 09/02/2010; comprovantes de garantia-safra referentes a março e abril de 2010; carteira de identificação de rendeiro em nome do genitor do autor, com comprovação dos anos de 1995 a 2005; certidão de óbito do seu genitor. b) Anexo 3: declaração do DNOCS, emitida em 28/12/2009, atestando que o genitor do autor, o Sr. Saturnino José de Brito, foi concessionário de economia familiar no Açude Público de Sumé de 1963 a 1998. c) Anexo 4: contrato de arrendamento firmado entre Saturnino José de Brito e o DNOCS. d) Anexo 5: declaração de exercício de atividade rural emitida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sumé, emitida em 12/05/2010; certidão de casamento do autor, onde sua profissão não está legível nem tampouco a data em que foi lavrado; certidão eleitoral, a qual informa que o autor é domiciliado na cidade de Sumé-PB desde 28/11/2005, emitida em 12/04/2010. e) Anexo 11: CNIS do autor com registro de vínculos empregatícios de 17/08/1977 a 30/11/1985, de 01/06/1988 a 29/11/1989 e de 02/01/1991 a 23/10/1997, todos com pouquíssimos meses ou dias de intervalo entre um contrato e outro. f) Anexo 12: cadastro da família, onde consta o autor como agricultor, emitido em 06/04/2010; g) Anexo 14: entrevista rural, na qual alegou que passou um tempo em São Paulo trabalhando em firmas e que a família ficou nas terras realizando o serviço de entre-safra; que as terras são dele por herança de seus pais; que só ele e a esposa trabalham nas terras por ser do DNOCS e se não tiver ninguém na terra, o lote é passado para outras pessoas; que trabalha juntamente com a esposa; CNIS do autor onde se constatam vários vínculos urbanos, de 17/08/1977 a 12/1982 com pouquíssimos dias de intervalo entre um emprego e outro; de 02/05/1983 a 25/12/1985; de 01/06/1988 a 29/11/1989, também com alguns dias de intervalo entre um trabalho e outro; de 02/01/1991 a 23/03/1992; de 17/05/1993 a 23/10/1997; de 02/05/1998 a 07/2004. Pretende o autor comprovar que trabalhou na agricultura em períodos intercalados com aqueles em que estabeleceu os vínculos urbanos acima discriminados. Com efeito, verifica-se que o autor teve seu primeiro vínculo empregatício datado de 17/08/1977 e, em sua petição inicial, este afirma que teria trabalhado na agricultura nos anos de 1963 a 1976, totalizando 13 anos. Contudo, esse período em que o autor alega ter trabalhado não restou comprovado nos autos por nenhum documento que pudesse fazer as vezes de início de prova material. Melhor sorte também não lhe assiste quanto ao período de 1986 a 1987. No tocante à declaração emitida pelo DNOCS (anexo 03, f. 01), em 17/12/2009, observa-se que há a informação de que o autor assumiu os trabalhos desde o falecimento do seu genitor, que ocorreu em 25/02/1998 (certidão de óbito - anexo 02). Apesar de constar essa informação na declaração susomencionada, vê-se, pelo seu CNIS, que de 05/1998 a 07/2004, o autor manteve vínculos empregatícios com a Sermo Comércio e Serviços de Mão-de-Obra Ltda e Comercial e Serviços M.P.M. Ltda, sem lapso temporal entre os dois contratos. Todos os documentos acostados pelo autor, como já dito, são após o ano de 2005, não havendo comprovação do período anterior a 1976. Em contato pessoal com o autor, durante a inspeção judicial, pode-se constatar que este apresentou mãos calejadas, típicas de homem do campo, com aspecto inconfundível de agricultor, além de demonstrar conhecimento quanto ao labor rural. No entanto, a prova oral, por si só, não é suficiente para a comprovação do tempo de condição de agricultor, sendo necessário, ao menos, início de prova material apto a corroborar as declarações do demandante. Em seu depoimento, ato processual este realizado a fim de se constatar a condição de trabalhador rural pelo tempo alegado na inicial, o autor não foi convincente o bastante para levar este juízo a inferir que o mesmo preenche o tempo de labor rural exigido em lei para a concessão de aposentadoria rural por idade, que, no caso, seriam de 168 meses. Assim, com base no conjunto fático-probatório, entendo que não ficou comprovado o exercício de atividade rural pelo requerente, sendo improcedente, portanto, seu pedido de aposentadoria por idade de trabalhador rural. (...)."

16.Impossibilidade de reexame de provas nesta esfera, conforme Súmula nº 42, da TNU - Turma Nacional de Uniformização.

17.Não conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência, ofertado pela parte autora.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.

Brasília, 16 de agosto de 2.012

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Relatora

PROCESSO: 0502805-70.2010.4.05.8202
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: ANA ANTUNES DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. TEMA REFERENTE AO INÍCIO DE PROVA MATERIAL. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.

1.Pedido de concessão de aposentadoria por idade rural.

2.Sentença de improcedência do pedido.

3.Interposição de recurso pela parte autora.

4.Manutenção da sentença pela Turma Recursal da Paraíba, com espeque no art. 46 da Lei nº 9.099/95.

5.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

6.Defesa de existir nos autos início de prova material apta a caracterizar exercício de labor rural em regime de economia familiar, a despeito de labor rural desempenhado por cônjuge-varão.

7.Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes: Recurso Especial nº 587296/PR, Ações Rescisórias nº 3.384/PR e nº 3.347/CE, da lavra do Superior Tribunal de Justiça - STJ; Súmula nº 06, emanada da Turma Nacional de Uniformização - TNU; e Apelação Cível nº 2007.70.99.003846-1/PR.

8.Oferecimento, pela autarquia-ré, de contrarrazões.

9.Inadmissibilidade do incidente na Turma Recursal da Paraíba.

10.Apresentação, pela parte autora, de requerimento com pedido de processamento do incidente, nos termos do art. 15, § 4º, da Resolução nº 22/2008, do CJF - Conselho da Justiça Federal.

11.Distribuição do incidente.

12.Caso dos autos - demonstra que o presente incidente não pode ser conhecido em razão da ocorrência de duas situações distintas.

13.Primeira situação: Impossibilidade de apreciação de incidente cujo precedente decorra de Tribunal Regional Federal. Referência à Apelação Cível nº 2007.70.99.003846-1/PR (grifou-se).

14.Existência de julgado da TNU - Turma Nacional de Uniformização a respeito do tema: "PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA DA TURMA RECURSAL/PB COM O STJ. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. REVISÃO DA R.M.I. AUSÊNCIA DE PARADIGMA. 1. Trata-se de Pedido de Uniformização formulado por Leontino Alves da Silva, fls. 103/108, apontando suposta divergência entre a Turma Recursal/PB (fl. 100) com a jurisprudência dominante do STJ, nos termos do art. 14, § 2º, da Lei 10.259/2001 , sobre a revisão da renda mensal inicial da aposentadoria por invalidez. 2. A Sentença do Exmo. Dr. Rogério de Meneses Fialho Moreira, fls. 67/70, indeferiu o a revisão da rmi do Autor ao argumento de que: a) o benefício resulta da conversão do auxílio-doença (DIB 01/01/75 ¿ fl. 14) e só haveria a revisão se após a concessão do auxílio-doença houvesse alguma contribuição a calcular; b) quanto à URV, o mês de fev/94 não faz parte do período básico de cálculo do benefício; c) não se aplica o IGP-DI nos anos de 97, 99, 2000 e 2001, consoante decisão do STF. 3. Acórdão impugnado da TR/PB (fl.100), relatado pela Exma. Dra. Cristina Maria Costa Garcez (votos orais), confirmou a sentença por seus próprios fundamentos. 4. Só é cabível o incidente de uniformização em questões de direito material, fundando em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ (§ 2º do art. 14 da Lei 10.259/2001, c/c o art. 2º da Resolução 390/2004 do CJF). 5. No caso, o Recorrente não atendeu à exigência legal, uma vez que o Acórdão apontado como paradigma, do TRF da 5ª Região (AC 79.712/PB, da relatoria do atual Ministro José Delgado, transcrito às fls. 106/107), não foi proferido por Turma Recursal dos JEFs.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

6. Pedido não conhecido, em face da ausência de paradigma", (PEDILEF 200382100009577, JUIZ FEDERAL HÉLIO SILVIO OUREM CAMPOS, TNU - Turma Nacional de Uniformização, 23/05/2006).

15.Segunda situação: Existência de plausibilidade jurídica entre os precedentes - Recurso Especial nº 587296/PR, Ações Rescisórias nº 3.384/PR e nº 3.347/CE, da lavra do Superior Tribunal de Justiça - STJ; Súmula nº 06, emanada da Turma Nacional de Uniformização - TNU - e o caso dos autos (grifou-se).

16.Julgado cujo exame de prova foi baseado em documentação carreada aos autos.

17.Reprodução de importante trecho da decisão combatida, "in verbis": "(...) 2. Segundo o art. 55, parágrafo terceiro da Lei n. 8.213/91 e a Súmula 149 do STJ, exige-se pelo menos um início de prova material para a comprovação do tempo de serviço. 3. Nesse passo, verifico que nenhum dos documentos juntados é idôneo a satisfazer a exigência de início de prova material. Todos os documentos apresentados ou se referem a terceiros (proprietário da terra) e por isso não contêm qualquer registro da profissão da autora; são particulares (contrato de comodato/arrendamento), não trazendo prova da contemporaneidade; ou são recentes, tendo sido produzidos em data imediatamente anterior ao requerimento do benefício. 4. Além disso, verifico que o cônjuge da parte autora teve diversos vínculos urbanos de 1983 a 2002 e a demandante tem inscrição como comerciaria e recolhimentos nesta condição. Embora tenha alegado que foi sua filha que pagou, vejo que a filha da demandante, segundo ela própria, tem uma loja de produtos fotográficos, indicando as características urbanas de seu núcleo familiar. 5. Desta forma, entendo que o(a) requerente não possui a condição de segurado especial, qualidade somente outorgada pela lei previdenciária àqueles indivíduos que vivem do trabalho rural, condição esta não verificada no caso dos autos, já que a roça, durante praticamente todo o período de carência que se pretende comprovar, longe de ser essencial, era apenas complementar à sobrevivência da autora. 6. A fim de viabilizar eventual reexame pelas instâncias recursais, registro que a testemunha ouvida, embora insegura, confirmou o trabalho rural da demandante (...)."

18.Impossibilidade de reexame de provas nesta esfera, conforme Súmula nº 42, da TNU - Turma Nacional de Uniformização.

19.Não conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência, ofertado pela parte autora.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.

Brasília, 16 de agosto de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Relatora

PROCESSO: 2010.72.63.002288-4
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: SIEGMUND KNAESEL
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE TEMPO ESPECIAL. INDICAÇÃO DE PRECEDENTE DE TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

1.Pedido formulado pela parte autora, de concessão de aposentadoria por tempo de contribuição mediante averbação e conversão de tempo especial em comum.

2.Sentença de improcedência do pedido, mantida pela Turma Recursal.

3.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com esteio no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

4.Alegação de que o recorrente estava exposto, de forma habitual e permanente, a agentes nocivos à saúde e a integridade física. Sustenta que a especialidade da atividade do recorrente encontra amparo nos Decretos 2.172/97 e 3.048/99 no item 1.0.19 "outras substâncias químicas".

5.Indicação, pela parte recorrente, de precedente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região: Apelação Cível nº 1999.61.17.004368-7.

6.Inadimissibilidade do incidente de uniformização de jurisprudência junto à Turma Recursal de Santa Catarina.

7.Apresentação, pela parte autora, de requerimento com pedido de processamento do incidente, nos termos do art. 15, § 4º, da Resolução nº 22/2008, do CJF - Conselho da Justiça Federal.

8.Distribuição do incidente.

9.Impossibilidade de apreciação de incidente cujo precedente decorra de Tribunal Regional Federal.

10.Existência de julgado da TNU - Turma Nacional de Uniformização pertinente ao tema: "PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA DA TURMA RECURSAL/PB COM O STJ. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. REVISÃO DA R.M.I. AUSÊNCIA DE PARADIGMA. 1. Trata-se de Pedido de Uniformização formulado por Leontino Alves da Silva, fls. 103/108, apontando suposta divergência entre a Turma Recursal/PB (fl. 100) com a jurisprudência dominante do STJ, nos termos do art. 14, § 2º, da Lei 10.259/2001 , sobre a revisão da renda mensal inicial da aposentadoria por invalidez. 2. A Sentença do Exmo. Dr. Rogério de Meneses Fialho Moreira, fls. 67/70, indeferiu o a revisão da rmi do Autor ao argumento de que: a) o benefício resulta da conversão do auxílio-doença (DIB 01/01/75 ¿ fl. 14) e só haveria a revisão se após a concessão do auxílio-doença houvesse alguma contribuição a calcular; b) quanto à URV, o mês de fev/94 não faz parte do período básico de cálculo do benefício; c) não se aplica o IGP-DI nos anos de 97, 99, 2000 e 2001, consoante decisão do STF. 3. Acórdão impugnado da TR/PB (fl.100), relatado pela Exma. Dra. Cristina Maria Costa Garcez (votos orais), confirmou a sentença por seus próprios fundamentos. 4. Só é cabível o incidente de uniformização em questões de direito material, fundando em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ (§ 2º do art. 14 da Lei 10.259/2001, c/c o art. 2º da Resolução 390/2004 do CJF). 5. No caso, o Recorrente não atendeu à exigência legal, uma vez que o Acórdão apontado como paradigma, do TRF da 5ª Região (AC 79.712/PB, da relatoria do atual Ministro José Delgado, transcrito às fls. 106/107), não foi proferido por Turma Recursal dos JEFs. 6. Pedido não conhecido, em face da ausência de paradigma", (PEDILEF 200382100009577, JUIZ FEDERAL HÉLIO SILVIO OUREM CAMPOS, TNU - Turma Nacional de Uniformização, 23/05/2006).

11.Impossibilidade de examinar o pedido de uniformização de lei federal, posto que a divergência trazida aos autos concerne a julgado de Tribunal Regional Federal.

12.Incidência do "caput" do art. 14, da Lei nº 10.259, de 12-07-2001, "in verbis": "Art. 14. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei".

13.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer o incidente de uniformização de jurisprudência.

Brasília, 16 de agosto de 2012

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Relatora

PROCESSO: 0517413-88.2010.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FÁTIMA ALMEIDA DOS SANTOS
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DO PEDIDO, REFORMADA PELA TURMA RECURSAL DO CEARÁ. ACÓRDÃO GENÉRICO. NULIDADE DO JULGADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DECLARADO PREJUDICADO.

1.Pedido de concessão de aposentadoria por idade de trabalhador rural.

2.Sentença de procedência do pedido.

3.Reforma da sentença pela Turma Recursal do Ceará, com a seguinte argumentação: "(...) Quanto ao mérito da questão posta à solução deste Juízo, é sabido que a condição legal de trabalhador(a) rural, apta a conferir o direito à percepção do beneficio de aposentadoria rural, depende de um conjunto harmônico de provas em que haja, no mínimo, um início de documentos consistentes, o qual, adicionado à prova testemunhal compatível e não contraditória com os documentos trazidos, demonstre que a parte autora, durante o período de carência, detinha a condição de segurado(a) especial. No caso em apreço, verifica-se que os documentos acostados aos autos não estão aptos a conferir à parte a condição de rurícola, não servindo como início de prova material. Ademais a prova exclusivamente testemunhal não é suficiente para atestar essa condição, segundo a Súmula nº 149 do Superior Tribunal de Justiça, verbis: "Súmula 149: A prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito da obtenção de benefício previdenciário." Nesse contexto, não comprovada a condição legal de trabalhador (a) rural, apta a conferir o direito à percepção do beneficio de aposentadoria por idade, impõe-se a reforma da sentença de procedência do pedido. (...)".

4.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

5.Defesa de existir nos autos início de prova material apta a caracterizar exercício de labor rural em regime de economia familiar.

6.Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes: Recurso Especial nº 669477/CE, da lavra do Superior Tribunal de Justiça; Súmulas nº 06 e nº 14 e PEDILEFs nº 2004.81.10.028197-8, nº 200570950142190, nº 200570950084220, nº 200672950157244, nº 200572950189848, nº 200482000094319, nº 200683055013640, nº 200570950136554 e nº 200672950090344, emanados da Turma Nacional de Uniformização - TNU.

7.Oferecimento, pela autarquia-ré, de contrarrazões.

8.Inadmissibilidade do incidente na Turma Recursal do Ceará.

9.Apresentação, pela parte autora, de requerimento com pedido de processamento do incidente, nos termos do art. 15, § 4º, da Resolução nº 22/2008, do CJF - Conselho da Justiça Federal.

10.Distribuição do incidente.

11.Nulidade do julgado genérico, desprovido de conexão com o contexto e com a documentação dos autos, proferido pela Turma Recursal do Ceará.

12.Determinação de remessa dos autos à Turma Recursal para reanálise do pedido formulado pela parte autora, em consonância com a documentação contida nos autos.

13.Declaração judicial de prejudicialidade do incidente de uniformização de jurisprudência apresentado pela parte autora.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização anular o acórdão da Turma Recursal do Ceará, determinar a realização de novo julgamento fundamentado, com análise das provas dos autos, e declarar prejudicado o incidente de uniformização de jurisprudência, da lavra da parte autora.

Brasília, 16 de agosto de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Relatora

PROCESSO: 0503674-42.2010.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA LUCIA MARTINS DA SILVA
PROC./ADV.: RAMON FERNANDES RODRIGUES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. TEMA REFERENTE AO INÍCIO DE PROVA MATERIAL. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.

1.Pedido de concessão de aposentadoria por idade rural.

2.Sentença de improcedência do pedido.

3.Interposição de recurso pela parte autora.

4.Manutenção da sentença pela Turma Recursal do Ceará, com espeque no art. 46 da Lei nº 9.099/95.

5.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

6.Defesa de existir nos autos início de prova material apta a caracterizar exercício de labor rural em regime de economia familiar.

7.Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes: Agravos Regimentais no Agravo de Instrumento nº 1.030.323/MG e nº 1.008.733/DF, da lavra do Superior Tribunal de Justiça - STJ; e PEDILEF nº 2003.51.01.500053-8, emanado da Turma Nacional de Uniformização - TNU.

8.Inadmissibilidade do incidente na Turma Recursal do Ceará.

9.Apresentação, pela parte autora, de requerimento com pedido de processamento do incidente, nos termos do art. 15, § 4º, da Resolução nº 22/2008, do CJF - Conselho da Justiça Federal.

10.Distribuição do incidente.

11.Julgado cujo exame de prova foi profundo e baseado em documentação carreada aos autos.

12.Reprodução de importante trecho da decisão combatida, "in verbis": "(...) Em epítome, para comprovação do seu direito, consta certidão de casamento, onde o cônjuge da autora figura como agricultor (anexo 2); documentos emitidos pelo sindicato dos trabalhadores rurais (anexos 2); dentre outros documentos de menor importância. (...) Importante notar, ainda, que os documentos expedidos em nome de terceiros, em regra, apenas provam os fatos alegados em relação a estes, não sendo extensíveis à parte autoral. A certidão de casamento, expedida em 27/9/1999, constando o cônjuge da demandante como agricultor, serviria como início de prova material. Ocorre que o aludido documento carece de sustentáculo probatório quando cotejado com as informações trazidas pelos depoimentos tomados em juízo, dando conta de que a autora se encontra separada de fato de seu marido há oito anos. Destarte, se a única prova material que aproveitaria à postulante, qual seja a certidão de casamento, está em nome do esposo, do qual se acha separada de fato há oito anos, impossível que a autora se utilize de tal suposta qualidade de seu cônjuge, registrada isoladamente na certidão de casamento, para fins de comprovar sua condição pessoal de rurícola.Ademais, o cônjuge da postulante possui extensos vínculos urbanos registrados em seu CNIS (anexo 6), inclusive na época em que era casado com a demandante, o que elimina por completo o labor rurícola em regime de economia familiar. Reitere-se que os documentos trazidos aos autos não constituem supedâneo da tese da parte requerente, inexistindo início de prova material. Observa-se que a lei exige o início de prova material - consubstanciada em documentação idônea expedida na época dos fatos que se pretende provar - para referendar a prova testemunhal eventualmente existente. A Turma Nacional de Uniformização das Decisões das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais, recentemente, enfrentou lide semelhante, oportunidade em que anunciou sob o n.º 34: "Para fins de comprovação do tempo de labor rural, o início de prova material deve ser

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

contemporâneo à época dos fatos a provar.". Em vista do exposto, conclui-se que a prova testemunhal produzida e os documentos acostados, nos termos da súmula n.º 149 do STJ e do art. 55, § 3.º, da Lei n.º 8.213/91, não são suficientes para a comprovação do tempo de trabalho na agricultura em regime de economia familiar. (...)."

13.Impossibilidade de reexame de provas nesta esfera, conforme Súmula nº 42, da TNU - Turma Nacional de Uniformização.

14.Não conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência, ofertado pela parte autora.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.

Brasília, 16 de agosto de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Relatora

PROCESSO: 0504118-75.2010.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: LUZIA EDELINA DA CUNHA PEREIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. TEMA REFERENTE AO INÍCIO DE PROVA MATERIAL. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.

1.Pedido de concessão de aposentadoria por idade rural.

2.Sentença de improcedência do pedido.

3.Interposição de recurso pela parte autora.

4.Manutenção da sentença pela Turma Recursal do Ceará, com espeque no art. 46 da Lei nº 9.099/95.

5.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

6.Defesa de existir nos autos início de prova material apta a caracterizar exercício de labor rural em regime de economia familiar.

7.Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes: Recursos Especiais nº 553755/CE e nº 960.429/CE, da lavra do Superior Tribunal de Justiça - STJ; e Súmula nº 06, emanada da Turma Nacional de Uniformização - TNU.

8.Oferecimento, pela autarquia-ré, de contrarrazões.

9.Inadmissibilidade do incidente na Turma Recursal do Ceará.

10.Apresentação, pela parte autora, de requerimento com pedido de processamento do incidente, nos termos do art. 15, § 4º, da Resolução nº 22/2008, do CJF - Conselho da Justiça Federal.

11.Distribuição do incidente.

12.Julgado cujo exame de prova foi profundo e baseado em documentação carreada aos autos.

13.Reprodução de importante trecho da decisão combatida, "in verbis": "(...) Em epítome, para comprovação do seu direito, consta certidão de casamento, onde um dos cônjuges figura como agricultor; documentos emitidos pelo sindicato dos trabalhadores rurais; recibo de declaração de imposto territorial rural - ITR 2002 em nome de terceiro; dentre outros documentos de menor importância. Atente-se que ficou provado nos autos que o cônjuge da parte autora viaja várias vezes por ano para prestar serviço como pedreiro, atividade profissional diversa da agricultura de subsistência. Assim, desconstituída a prova da condição de rurícola em regime de economia familiar do esposo da requerente, constante na certidão de casamento apresentada, inadmissível que a autora se utilize de tal suposta qualidade de seu cônjuge para fins de comprovar sua condição pessoal, conforme exige a legislação pertinente. (...) Importante notar, ainda, que os documentos expedidos em nome de terceiros, em regra, apenas provam os fatos alegados em relação a estes, não sendo extensíveis à parte autoral. Registre-se que, dos poucos documentos colacionados aos autos, alguns estão em nome de terceiros, não tendo a parte promovente juntado provas suficientes em seu nome para fins de comprovação de sua condição pessoal de rurícola. Ademais, os testemunhos não são harmônicos com o depoimento pessoal do(a) autor(a) e com a narração constante da inicial, não fornecendo elementos suficientes para concluir-se que a parte autora realmente dedicou sua vida ao trabalho na roça, juntamente com sua família, na agricultura de subsistência. Reitere-se que os documentos trazidos aos autos não constituem supedâneo da tese da parte requerente, inexistindo início de prova material. Observa-se que a lei exige o início de prova material - consubstanciada em documentação idônea expedida na época dos fatos que se pretende provar - para referendar a prova testemunhal eventualmente existente. A Turma Nacional de Uniformização das Decisões das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais, recentemente, enfrentou lide semelhante, oportunidade em que anunciou sob o n.º 34: "Para fins de comprovação do tempo de labor rural, o início de prova material deve ser contemporâneo à época dos fatos a provar.". Em vista do exposto, conclui-se que a prova testemunhal produzida e os documentos acostados, nos termos da súmula n.º 149 do STJ e do art. 55, § 3.º, da Lei n.º 8.213/91, não são suficientes para a comprovação do tempo de trabalho na agricultura em regime de economia familiar. (...)."

14.Impossibilidade de reexame de provas nesta esfera, conforme Súmula nº 42, da TNU - Turma Nacional de Uniformização.

15.Não conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência, ofertado pela parte autora.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.

Brasília, 16 de agosto de 2.012

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Relatora

PROCESSO: 0508706-34.2010.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: TEREZINHA COSTA UCHOA
PROC./ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. PARADIGMA DE TURMA RECURSAL SEM A INDICAÇÃO DA FONTE. AUSÊNCIA DE CONSTATAÇÃO DA DIVERGÊNCIA. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.

1.Pedido de concessão de aposentadoria por idade rural.

2.Sentença de improcedência do pedido.

3.Interposição de recurso pela parte autora.

4.Manutenção da sentença pela Turma Recursal do Ceará, com espeque no art. 46 da Lei nº 9.099/95.

5.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

6.Defesa de existir nos autos início de prova material apta a caracterizar exercício de labor rural em regime de economia familiar.

7.Indicação, pela parte recorrente, do seguinte precedente emanado da Turma Recursal do Paraná: Processo nº 2008.70.61.001208-4.

8.Inadmissibilidade do incidente na Turma Recursal do Ceará.

9.Apresentação, pela parte autora, de requerimento com pedido de processamento do incidente, nos termos do art. 15, § 4º, da Resolução nº 22/2008, do CJF - Conselho da Justiça Federal.

10.Distribuição do incidente.

11.Tratando-se de suposta divergência entre Turmas Recursais, "a mera transcrição do julgado paradigma no corpo do recurso, mesmo que na sua integralidade, só tem validade quando acompanhada da indicação do repositório de jurisprudência ou fonte da qual foi extraído, de forma a conferir autenticidade ao texto reproduzido". Precedentes desta Turma de Uniformização: PEDILEF nº 05006545020094058402 e PEDILEF nº 00058762220104013200.

12.Caso dos autos em que não há indicação da fonte de obtenção do julgado da Turma Recursal do Paraná, trazido como paradigma pela parte autora no presente pedido de uniformização.

13.Não constatação de divergência.

14.Não conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência, ofertado pela parte autora.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.

Brasília, 16 de agosto de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Relatora

PROCESSO: 0501805-77.2011.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSEILDO PINHEIRO DA SILVA
PROC./ADV.: DOUGLAS DE SANTANA FIGUEIREDO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE TEMPO ESPECIAL. VIGILANTE. USO DE ARMA DE FOGO. INCIDÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM N.º 20, DA TNU. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDO.

1.Pedido formulado pela parte autora, de concessão de aposentadoria por tempo de contribuição mediante averbação e conversão de tempo especial em comum Sentença de parcial procedência.

2.Manutenção da sentença pela Turma Recursal de Sergipe. Transcrição de importante trecho do julgado: "O recorrente combate o decisório a quo no tocante ao reconhecimento de atividade exercida sob condições especiais nos seguintes períodos laborativos: a) de 21/04/1979 a 15/08/1979 - junto à empresa Special Segurança e Vigilância Patrimonial S/A; b) de 10/12/1982 a 04/05/1983 - junto à Transforte Alagoas Vigilância e Transporte de Valores Ltda.; c) de 02/01/1997 a 10/02/1999 - junto à Rádio Carmópolis. Alega que quanto à atividade de vigilante desenvolvida no período anterior a 29/04/1995, não há prova nos autos de que o autor exercia suas funções com porte de arma de fogo. No que se refere a exposição a ruído, sustenta que no período de 02/01/1997 a 10/02/1999 (Rádio Carmópolis), o recorrido esteve exposto a nível de ruído dentro do limite estabelecido. Pugna pela reforma da sentença para julgar improcedente a pretensão do demandante. Eis o breve relato. No que tange ao reconhecimento de atividade como especial, impõe-se a observância das normas legislativas regentes à época da prestação do serviço (tempus regit actum), nos seguintes termos: a) até 28.04.1995, admite-se o reconhecimento do tempo de serviço especial, apenas com base na categoria profissional do trabalhador e/ou na exposição a agentes nocivos, salvo o ruído, diante da Lei n° 3.807/60 e seus Decretos n° 53.831/64 e 83.080/79; b) entre 29.04.1995 e 05.03.1997, a especialidade do vínculo se comprova unicamente com base na exposição a agentes nocivos, cuja comprovação se faz por meio dos formulários SB-40 e DSS-8030, em razão do advento da Lei 9.032/1995; c) após 06.03.1997 e, até 31.12.2003, a demonstração do tempo de serviço especial por exposição a agentes nocivos passou a exigir laudo técnico, por disposição do Decreto 2.172, de 05.03.1997, regulamentador da Medida Provisória n° 1.523/96 (convertida na Lei 9.528/97); d) A partir de 01.01.2004, passou-se a exigir o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) do segurado, como substitutivo dos formulários e laudo pericial, ante a regulamentação do art. 58, §4º da Lei 8.213/91, pelo Decreto nº 4.032/01, IN 95/03 e art. 161 da IN 11/06. Em se tratando de reconhecimento de labor especial por presunção de insalubridade da atividade de vigilante, em período anterior à Lei nº 9.032/1995, devem-se observar os ditames da Súmula nº 26, da c. TNU, consoante a qual: A atividade de vigilante enquadra-se como especial, equiparando-se à de guarda, elencada no item 2.5.7. do Anexo III do Decreto n. 53.831/64. Destarte, no tocante ao período laborado para a empresa Special Segurança e Vigilância Patrimonial S/A (de 21/04/1979 a 15/08/1979) e para a Transforte Alagoas Vigilância e Transporte de Valores Ltda. (10/12/1982 a 04/05/1983), temos que até 28/04/1995 a atividade pode ser reconhecida como perigosa com base meramente na categoria profissional do trabalhador. No caso concreto, a CTPS (anexo 03) do autor informa labor como vigia/vigilante. Acertado, então, o reconhecimento dos mencionados intervalos como exercidos sob condições especiais. Passo à análise da exposição a ruído, no período de 02/01/1997 a 10/02/1999 - Rádio Carmópolis. Vale ressaltar que, em relação ao fator ruído, ao longo dos anos, houve alterações sucessivas nos limites dos níveis de exposição considerados agressivos à saúde: a.1) 80 dB até 04.03.1997 (Interpretação pro misero em favor do hipossuficiente, ante a divergência entre os Decretos nº 53.831/1964, nº 83.080/1979 e a intelecção dos Decretos nº 357/1991 e 611/1992); a.2) 90 dB entre 05.03.1997 e 17.11.2003, por expressa regência dos Decretos nº 2.172/1997 e 3.048/1999; a.3) 85 dB a partir de 18.11.2003 (Decreto nº 4.882/2003). No período compreendido entre 06.03.1997 a 17.11.2003, estavam vigentes os Decretos 2.172/1997 (anexo IV) e 3.048/1999, este na redação original, cuja aplicação literal resultaria na exigência de exposição a ruído superior a 90 decibéis. Contudo, apesar de ser indiscutível que os limites de tolerância são importantes para a definição do direito à aposentadoria especial, quando se trata de exposição do segurado ao ruído, estes devem ser sopesados com o caráter social do direito previdenciário. Por outro enfoque, a alteração ocasionada pelo Decreto 4.882/2003 ao Decreto 3.048/1999, com o estabelecimento de um novo marco de exposição ao ruído, implicou reconhecimento pela Administração Federal de uma situação fática: a sujeição do trabalhador a percentuais superiores a 85 dB é nociva, inclusive no período anterior ao advento daquele dispositivo regulamentar. Afinal, não se modifica uma situação biológica por meio de lei ou decreto. Nesse viés, impõe-se admitir como tempo especial a atividade em que o segurado ficou exposto a ruídos superiores a 85 dB entre 06.03.1997 e 17.11.2003. Reforçando todo o explanado, recente alteração no texto da Súmula 32 da TNU, publicada no DOU em 14/12/2011: O tempo de trabalho laborado com exposição a ruído é considerado especial, para fins de conversão em comum, nos seguintes níveis: superior a 80 decibéis, na vigência do Decreto n. 53.831/64 e, a contar de 5 de março de 1997, superior a 85 decibéis, por força da edição do Decreto n. 4.882, de 18 de novembro de 2003, quando a Administração Pública reconheceu e declarou a nocividade à saúde de tal índice de ruído. No caso dos autos, o PPP constante no processo administrativo (anexo 18) indica que o trabalhador esteve exposto a nível de ruído de 85,5 dB no período em voga (de 02/01/1997 a 10/02/1999), portanto, considerado nocivo à saúde. Com isso, razão não assiste ao recorrente, devendo ser mantida a sentença recorrida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 1º da Lei nº 10.259/01. Ante o exposto, conheço do presente recurso para lhe negar provimento, nos termos da fundamentação.

3.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte ré, com esteio no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

4.Defesa do entendimento de que enquanto a Turma Recursal de Sergipe admitiu o reconhecimento como especial por mero enquadramento profissional sem referência à utilização da arma de fogo, a Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, bem como a Turma Nacional de Uniformização, exigem prova cabal do risco da atividade através da demonstração do exercício da atividade mediante porte de arma de fogo. Esclarece que, a divergência ora suscitada está delimitada ao período enquadrado como especial no período de 21/04/1979 a 15/08/1979 e de 10/12/1982 a 04/05/1983, reconhecido

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

como especial somente pela prova do exercício da atividade de vigilante, sem expressa menção ao uso de arma de fogo.

5.Indicação, pela parte recorrente, de precedente da Turma Regional de Uniformização - autos n.º 2006.72.95.002950-3/SC e dos seguintes precedentes da Turma Nacional de Uniformização: PEDILEF n.º 200872950014340 e PEDILEF n.º 200683005160408.

6.Admissibilidade do incidente junto à Presidência da Turma Recursal de Sergipe.

7.Distribuição do incidente.

8.Existência, na Turma Nacional de Uniformização, de posição majoritária e consolidada a respeito da essencialidade do porte de arma de fogo para configurar a periculosidade da atividade de vigia.

9.Necessidade de uniformização da posição jurisprudencial como forma de concretização do princípio da igualdade.

10.Importantes precedentes da TNU, pertinentes à condição de a especialidade da atividade de vigilante depender da prova efetiva de utilização de arma de fogo: PU 2008.72.95.00.1434-0, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 11.06.2010; PU 2006.83.00.51.6040-8, Rel. Juíza Federal Joana Carolina Lins Pereira, DJ 09.12.2009; PU 2006.83.03.50.0852-2, Rel. Juíza Federal Maria Divina Vitória, DJ 11.03.2008.

11.Necessidade de aplicar-se, aos autos, a questão de ordem nº 20, da TNU - Turma Nacional de Uniformização, publicada no DJ de 11-09-2006, p. 595, 'in verbis': "Se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca à matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverão ser anulados para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1° grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito".

12.Conhecimento e parcial provimento do pedido de uniformização interposto pela autarquia previdenciária.

13.Determinação de remessa dos autos à Turma Recursal de origem, para readequação do julgado às premissas indicadas no presente voto.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização prover em parte o incidente, nos termos do art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

Brasília, 16 de agosto de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Relatora

PROCESSO: 0503054-67.2009.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ DA PAZ DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE RURAL - AUSÊNCIA DE INÍCIO MATERIAL DE PROVA DA ATIVIDADE RURAL - QUESTÕES DE ORDEM 18 E 22 - INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora alegando que a sentença, mesmo diante de farta documentação, desconsiderou os documentos como início de prova material para fins de concessão de aposentadoria rural. Invoca como paradigma acórdãos da TNU e do STJ.

2. O acórdão manteve a sentença de improcedência pela "ausência de início de prova documental que aponte para desempenho de atividade rurícola pelo tempo exigido na legislação". Com efeito, o acórdão descaracterizou o alegado pela parte autora de forma fundamentada entendendo que não havia início de prova material, no caso concreto a comprovar o exercício do labor rural. Assim, verifica-se que as provas foram desconstituídas pelo juízo de forma fundamentada, incidindo as Questões de Ordem 18 e 22.

3. Desta forma, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização em NÃO CONHECER do recurso.

Brasília, 16 de agosto de 2012

VLADIMIR SANTOS VITOVKSY
Relator

PROCESSO: 0504809-23.2009.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ROSA BERNARDO DE SOUSA
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE RURAL - AUSÊNCIA DE INÍCIO MATERIAL DE PROVA DA ATIVIDADE RURAL - QUESTÕES DE ORDEM 18 E 22 - INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora alegando que a sentença, mesmo diante de farta documentação, desconsiderou os documentos como início de prova material para fins de concessão de aposentadoria rural. Invoca como paradigma as Súmulas nº 06 e 14 da TNU e acórdão do STJ.

2. O acórdão manteve a sentença pelos seus próprios fundamentos na forma do art. 46 da Lei 9.099/95 c/c o art. 1º da Lei 10.259/01. Por sua vez a sentença julgou improcedente por entender que não houve comprovação da satisfação dos requisitos legais para aquisição do direito de concessão de aposentadoria por idade rurícola, frisando que a prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação do labor rural. Todavia, o que está em discussão não é a necessidade de que o início de prova material seja para todo o período equivalente da carência do benefício. Ocorre que o fato da Súmula 06 elencar a certidão de casamento ou outro documento idôneo, não os torna absolutos à comprovação do labor rural. Com efeito, o acórdão descaracterizou o alegado pela parte autora de forma fundamentada entendendo que não havia início de prova material, no caso concreto a comprovar o exercício do labor rural. Assim, verifica-se que as provas foram desconstituídas pelo juízo de forma fundamentada, incidindo as Questões de Ordem 18 e 22.

3. Desta forma, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização em NÃO CONHECER do recurso.

Brasília, 16 agosto de 2012.

VLADIMIR SANTOS VITOVKSY
Relator

PROCESSO: 0505947-28.2009.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: APARECIDA DELMIRO DA SILVA
PROC./ADV.: REJÂNIA GOMES DE SOUSA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE RURAL - AUSÊNCIA DE INÍCIO MATERIAL DE PROVA DA ATIVIDADE RURAL - QUESTÕES DE ORDEM 18 E 22 - INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora alegando que a sentença, mesmo diante de farta documentação, desconsiderou os documentos como início de prova material para fins de concessão de aposentadoria rural. Colaciona como paradigmas acórdãos da própria TNU e do STJ.

2. O acórdão manteve a sentença de improcedência pelos seus próprios fundamentos, na forma do art. 46 da Lei n° 9.099/95 c/c art. 1º da Lei n° 10.259/2001. A sentença, por sua vez, julgou improcedente por entender que "trazidos aos autos não constituem supedâneo da tese da parte requerente, inexistindo início de prova material". Frise-se que o acórdão descaracterizou o alegado pela parte autora de forma fundamentada entendendo que não havia início de prova material, no caso concreto a comprovar o exercício do labor rural. Assim, verifica-se que as provas foram desconstituídas pelo juízo de forma fundamentada, incidindo as Questões de Ordem 18 e 22.

3. Desta forma, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização em NÃO CONHECER do recurso.

Brasília, 16 de agosto de 2012

VLADIMIR SANTOS VITOVKSY
Relator

PROCESSO: 0506001-85.2009.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MARILENE INÁCIA DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE RURAL - AUSÊNCIA DE INÍCIO MATERIAL DE PROVA DA ATIVIDADE RURAL - QUESTÕES DE ORDEM 18 E 22 - INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora alegando que a sentença, mesmo diante de farta documentação, desconsiderou os documentos como início de prova material para fins de concessão de aposentadoria rural. Colaciona como paradigma acórdãos do STJ, invocando também a Súmula nº14 da TNU.

2. O acórdão manteve a sentença por seus próprios fundamentos. Por sua vez, a sentença julgou improcedente por entender que o conjunto probatório nos autos não foi suficiente para comprovar o exercício de atividade rural. Ademais, a o depoimento pessoal da autora não corroborou em comprovar o trabalho rurícola do autor. Todavia, o que está em discussão não é a necessidade de que o início de prova material seja para todo o período equivalente da carência do benefício. Com efeito, as provas foram desconstituídas de maneira fundamentada entendendo que não eram verossímeis nem aptos, no caso concreto a comprovar o exercício do labor rural., incidindo as Questões de Ordem 18 e 22.

3. Voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização em NÃO CONHECER do recurso.

Brasília, 16 de agosto de 2012

VLADIMIR SANTOS VITOVKSY
Relator

PROCESSO: 0506133-48.2009.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: GERARDO RODRIGUES ALMEIDA
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS M. PINHEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

ACÓRDÃO

ASSISTÊNCIA SOCIAL - LOAS - TURMA RECURSAL ENTENDEU, COM BASE EM LAUDO PERICIAL, NÃO HAVER INCAPACIDADE - PARTE AUTORA AFIRMA HAVER INCAPACIDADE - AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-PROBATÓRIA - QUESTÕES DE ORDEM 18 E 22 - REEXAME DE FATO/PROVA - INVIABILIDADE - SÚMULA 42 - INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de demanda em que a parte autora busca a concessão de benefício assistencial de prestação continuada (LOAS). A sentença de improcedência foi mantida pelo acórdão, tendo os julgados se baseado nas conclusões do perito judicial, o qual atestou não haver incapacidade a ensejar a concessão do benefício. A parte autora ingressa com o presente incidente de uniformização afirmando que as provas, notadamente o laudo pericial, foram indevidamente valoradas, de modo que a sua doença é, de fato, incapacitante. Como paradigma colaciona acórdãos da própria TNU e do STJ.

2. O presente incidente não pode ser conhecido por diversos fundamentos.Ademais, os acórdãos paradigmas não tratam da mesma matéria, havendo ausência de similitude fático-jurídica, na medida em que o perito, naqueles processos, reconheceu haver incapacidade, enquanto neste não.

3. Com efeito, na Sessão da TNU de 25 de abril de 2012, no julgamento do Processo 0502338-68.2008.4.05.8103, de Relatoria da MM. Juíza Federal Simone dos Santos Lemos Fernandes ficou assentado que "Não se conhece de incidente de uniformização quando não apontados acórdãos paradigmas que veiculem interpretação jurídica diversa a fatos assemelhados. sentença recorrida e o acórdão que a confirma por seus próprios fundamentos afastaram a pretensão de obtenção de benefício previdenciário por considerarem ausente qualquer tipo de incapacidade laborativa. Os precedentes colacionados se referem a substrato fático diferenciado, consubstanciado no cancelamento de benefício previdenciário por fraude e na possibilidade de transmudação de uma incapacidade parcial em total, considerando-se as condições pessoais e sociais que envolvem o segurado. A ausência de divergência impede o conhecimento deste Incidente, pois nada há a uniformizar".

4. Por verificar-se a ausência de similitude fático-jurídica entre os julgados colacionados pela parte autora e o objeto do presente incidente incide a questão de ordem nº 22. Outrossim, adentrar ao exame do laudo pericial seria revolver matéria fático-probatória, o que se veda por meio da súmula 42 da TNU. Voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE com base nas questões de ordem 18 e 22.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Jurisprudência não conhecer do incidente de uniformização.

Brasília, 16 de agosto de 2012

VLADIMIR SANTOS VITOVKSY
Relator

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0506269-54.2009.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA LOPES RODRIGUES
PROC./ADV.: MARCELO CAMARDELLA DA SILVEIRA
OAB: CE-9527
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE RURAL - INEXISTÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO ENTRE A DECISÃO RECORRIDA E OS ACÓRDÃOS TRAZIDOS COMO PARADIGMA - INCIDENTE QUE MENCIONA AD ARGUMENTANDUM CASO A IMPROCEDÊNCIA TENHA SIDO POR EXISTÊNCIA DE VÍNCULOS URBANOS - INEXISTÊNCIA DE NULIDADE DO ACÓRDÃO QUE SE REPORTA AOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA - RECURSO DISSOCIADO DAS RAZÕES DO ACÓRDÃO- INCIDENTE NÃO CONHECIDO

1. Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora alegando que a sentença, mesmo diante de farta documentação, desconsiderou os documentos como início de prova material para fins de concessão de aposentadoria rural. Invoca como paradigma as Súmulas nº 06 e 14 da TNU e acórdão do STJ.

2. O acórdão manteve a sentença de improcedência pelos próprios fundamentos, na forma prevista no art. 46 da Lei nº. 9099/95. Deste modo, inexiste nulidade no acórdão. Para tanto, deveria a parte ter alegado nulidade da sentença, o que não foi feito, posto que não a reproduziu. Outrossim, não foi realizado cotejo analítico entre o julgado e as inúmeras decisões colacionadas como paradigma desta TNU. Desconhece-se o que de fato almeja a parte autora uniformizar. Outrossim, em seu incidente, menciona ad argumentandum caso a improcedência tenha sido baseada em existência de vínculos urbanos da parte autora ou seu cônjuge. Com efeito, o recurso é dissociado do próprio acórdão recorrido.

3. Ante o exposto, voto por NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização em NÃO CONHECER do recurso.

Brasília, 16 agosto de 2012.

VLADIMIR SANTOS VITOVKSY
Relator

PROCESSO: 0506681-79.2009.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA LUISA DE SOUSA
PROC./ADV.: ANTONIO JORGE CHAGAS PINTO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE RURAL - AUSÊNCIA DE INÍCIO MATERIAL DE PROVA DA ATIVIDADE RURAL - DOCUMENTOS EXTEMPORÂNEOS AO FATO QUE SE PRETENDE PROVAR - QUESTÕES DE ORDEM 18 E 22 - INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora alegando que a sentença, mesmo diante de farta documentação, desconsiderou os documentos como início de prova material para fins de concessão de aposentadoria rural. Colaciona como paradigmas acórdãos do STJ.

2. O acórdão manteve a sentença pelos seus próprios fundamentos na forma do art. 46 da Lei 9.099/95 c/c o art. 1º da Lei 10.259/01. Por sua vez a sentença julgou improcedente por entender que "autora não apresentou documentos contemporâneos aos fatos que comprovem o exercício de atividade rural, individualmente ou em regime de economia familiar, pela carência do benefício, e que se perfaçam como início razoável de prova material". Com efeito, o acórdão descaracterizou o alegado pela parte autora de forma fundamentada entendendo que não havia início de prova material, no caso concreto a comprovar o exercício do labor rural. Assim, verifica-se que as provas foram desconstituídas pelo juízo de forma fundamentada, incidindo as Questões de Ordem 18 e 22.

3. Desta forma, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização em NÃO CONHECER do recurso.

Brasília, 16 agosto de 2012

VLADIMIR SANTOS VITOVKSY
Relator

PROCESSO: 0507273-23.2009.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA JUCINEIDE DE ARAÚJO
PROC./ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO - BENEFÍCIO ASSISTENCIAL - IMPROCEDÊNCIA DECORRENTE DO FATO DA AUTORA NÃO TOMAR O MEDICAMENTO ADEQUADO - PARADIGMAS QUE TRATAM DA POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO QUANDO A INCAPACIDADE É PARCIAL E TEMPORÁRIA - AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA - QUESTÃO DE ORDEM 22 - INCIDENTE NÃO CONHECIDO

O incidente de uniformização não merece ser conhecido tendo em vista que a improcedência foi decorrente do fato da parte autora ser portadora de epilepsia e segundo o perito tal síndrome é passível de controle medicamentoso ou cirúrgico, e que há além dos remédios que a autora faz uso, outros que podem ser utilizados e somente após a falha de esquemas de tratamento diversos e sistemáticos com médico especialista é que se pode atribuir caráter definitivo ou refratário. Outrossim, o acórdão consignou que a própria autora relata ao perito que esquece frequentemente de tomar o medicamento adequado. Todavia, o acórdão colacionado como paradigma trata da possibilidade genérica, em tese, de concessão de benefício assistencial ainda que a incapacidade seja parcial e temporária. Questão de ordem 22. Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Os Juízes Federais membros da TNU acordam em não conhecer do presente incidente de uniformização nos termos acima.

Brasília, 16 de agosto 2012.

VLADIMIR SANTOS VITOVKSY
Relator

PROCESSO: 0507448-17.2009.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA JOSÉ TELES MOTA
PROC./ADV.: MARCOS PEREIRA TORQUATO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, DÚVIDA, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO - EMBARGOS REJEITADOS

1. Trata-se de Embargos de Declaração em face de acórdão proferido pelo órgão colegiado em Sessão sob alegação de que o mesmo seria omisso por não citar a jurisprudência do STJ no sentido de que o exercício posterior da atividade urbana por parte do segurado ou de seu cônjuge impede a extensão da condição de lavradora da parte demandante.

2. Inexiste omissão, contradição, obscuridade ou dúvida no acórdão ora embargado.

3. Voto no sentido de REJEITAR OS PRESENTES EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Jurisprudência REJEITAR OS PRESENTES EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

Brasília, 16 de agosto de 2012.

VLADIMIR SANTOS VITOVKSY
Relator

PROCESSO: 0500284-52.2010.4.05.8106
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ALAICE BEZERRA PEREIRA
PROC./ADV.: JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE RURAL - AUSÊNCIA DE INÍCIO MATERIAL DE PROVA DA ATIVIDADE RURAL - AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO ÀS SÚMULAS 6 E 14 DA TNU - QUESTÕES DE ORDEM 18 E 22 - INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora alegando que a sentença, mesmo diante de farta documentação, desconsiderou os documentos como início de prova material para fins de concessão de aposentadoria rural. Colaciona como paradigma acórdãos do STJ e as Súmulas 6 e 14 da TNU.

2. O acórdão manteve a sentença por seus próprios fundamentos. Por sua vez, a sentença julgou improcedente por entender que "não há indícios suficientes para convencimento do julgador acerca do efetivo exercício de labor rural pelo período de carência", bem como na inspeção pessoal, constatou-se mãos macias e sua pele não é queimada do sol, características típicas de um agricultor que sempre trabalhou no campo, fazendo todas as atividades da roça. Todavia, o que está em discussão não é a necessidade de que o início de prova material seja para todo o período equivalente da carência do benefício. Com efeito, o acórdão descaracterizou o alegado pela parte autora de forma fundamentada entendendo que não havia início de prova material, no caso concreto a comprovar o exercício do labor rural. Assim, verifica-se que as provas foram desconstituídas pelo juízo de forma fundamentada, incidindo as Questões de Ordem 18 e 22.

3. Ante o exposto, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização em NÃO CONHECER do recurso.

Brasília, 16 de agosto de 2012

VLADIMIR SANTOS VITOVKSY
Relator

PROCESSO: 0500322-67.2010.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DE FATIMA BATISTA SOUSA
PROC./ADV.: MANUEL BEZERRA DA SILVA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE RURAL - INÍCIO SUFICIENTES DE PROVAS INEQUÍVOCAS - PROVAS MATERIAIS E TESTEMUNHAIS - ATIVIDADE URBANA PARA COMPLEMENTAÇÃO DO CUSTEIO DE VIDA DO REQUERIDO - SÚMULAS 41 e 46 DA TNU - QUESTÃO DE ORDEM Nº 18 - INCIDENTE NÃO CONHECIDO

1. A parte ré interpôs o presente incidente de uniformização alegando que (a) não restou comprovada o efetivo exercício de atividade rural; (b) que o cônjuge da requerida mantinha vínculos urbanos; (c) que os documentos apresentados são extemporâneos aos fatos que se quer provar. Colaciona como paradigma acórdãos da Turma Recursal de Minas Gerais.

2. O acórdão manteve a sentença de procedência por entender que há início material de prova capaz de comprovar o efetivo exercício de atividade rural, fato corroborado pela prova testemunhal que foi inconteste em afirmar a condição da atividade rurícola em regime familiar. Ressalte-se que o acórdão está devidamente respaldado na Súmula 41 da TNU. Assim, o simples fato de um dos membros do núcleo familiar exercer uma atividade urbana não descaracteriza o regime de economia de subsistência rural, como no caso concreto onde o labor urbano servia de complementação ao sustento da família e a atividade rural era a principal fonte de sustento da requerida.

3. Desta forma, O acórdão foi categórico no julgamento dos documentos apresentados de forma fundamentada, entendendo que eram verossímeis e aptos a comprovar o exercício do labor rural no caso concreto. Ressalte-se que a Súmula nº 46 da TNU respalda a decisão, pois o fato do cônjuge da autora ter tido vínculos urbanos, por si só não descaracteriza sua atividade rural, visto que os trabalhos urbanos não foram considerados como sua principal fonte de renda. Concluindo-se que a procedência foi decorrente de diversos motivos, incidindo a Questão de Ordem nº 18, razão pela qual voto por NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização em NÃO CONHECER do recurso.

Brasília, 16 de agosto de 2012

VLADIMIR SANTOS VITOVKSY
Relator

PROCESSO: 0500507-05.2010.4.05.8203
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: TERESINHA DA SILVA GOUVEIA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE RURAL - REQUISITO DO ART. 142 DA LEI 8.213/91 NÃO ATENDIDO - MÍNIMO DE CONTRIBUIÇÕES NÃO ATINGIDO - QUESTÕES DE ORDEM 18 E 22 - INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora alegando que a sentença, mesmo diante de farta documentação, desconsiderou os documentos como início de prova material para fins de concessão de aposentadoria rural. Invoca como paradigma a Súmula nº 06 da TNU e acórdão do STJ.

2. O acórdão manteve a sentença pelos seus próprios fundamentos. Por sua vez a sentença julgou improcedente por entender que " a par dos documentos acostados aos autos, percebe-se que a autora trouxe início de prova material referente aos períodos compreendidos entre os anos de 2003 e 2010. Todavia, a tabela progressiva disposta no artigo 142 da Lei 8.213/91 exige um mínimo de 174 contribuições para o segurado especial rural, ou seja, catorze anos

MINUTA DE ASSINATURE DA IMPRENSA NACIONAL

e meio de dedicação à agricultura, o que não ficou comprovado na presente demanda". Com efeito, o acórdão descaracterizou o alegado pela parte autora de forma fundamentada entendendo que não havia o mínimo de contribuições suficientes de trabalho rurícola, incidindo as Questões de Ordem 18 e 22.

3. Desta forma, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização em NÃO CONHECER do recurso.

Brasília, 16 de agosto de 2012.

VLADIMIR SANTOS VITOVKSY
Relator

PROCESSO: 0501229-57.2010.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: GISELDA DE CASTRO SOUSA
PROC./ADV.: MÁRCIA SALES LEITE SILVEIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE RURAL - AUSÊNCIA DE INÍCIO MATERIAL DE PROVA DA ATIVIDADE RURAL - AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO ÀS SÚMULAS nº 06, 14 e 41 - DA TNU QUESTÕES DE ORDEM 18 E 22 - INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora alegando que a sentença, mesmo diante de farta documentação, desconsiderou os documentos como início de prova material para fins de concessão de aposentadoria rural. Invoca como paradigma as Sumulas nº 06, 14 e 41 e acórdãos da própria TNU e do STJ.

2. O acórdão manteve a sentença de improcedência valendo-se dos fundamentos do julgado monocrático como causa de decidir, na forma do art. 46 da Lei n° 9.099/95 c/c art. 1º da Lei n° 10.259/2001. Por sua vez a sentença julgou improcedente por entender que a patê autora não comprovou que exercia atividade rurícola em regime de economia familiar, inclusive, em inspeção pessoal realizada pelo juízo, a mesma não apresentou características típicas de um trabalhador do campo, e, também não soube descrever com precisão a rotina de suas tarefas agrícolas. Todavia, o que está em discussão não é a necessidade de que o início de prova material seja para todo o período equivalente da carência do benefício. Além disso, é necessário que o labor rural seja indispensável à subsistência do grupo familiar da demandante. Ocorre que o fato da Súmula 06 elencar a certidão de casamento ou outro documento idôneo, não os torna absolutos à comprovação do labor rural. Com efeito, o acórdão descaracterizou o alegado pela parte autora de forma fundamentada entendendo que não havia início de prova material, no caso concreto a comprovar o exercício do labor rural. Assim, verifica-se que as provas foram desconstituídas pelo juízo de forma fundamentada, incidindo as Questões de Ordem 18 e 22.

3. Desta forma, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização em NÃO CONHECER do recurso.

Brasília, 16 agosto de 2012

VLADIMIR SANTOS VITOVKSY
Relator

PROCESSO: 0502309-50.2010.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO BRITO SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE RURAL - AUSÊNCIA DE INÍCIO MATERIAL DE PROVA DA ATIVIDADE RURAL - QUESTÕES DE ORDEM 18 E 22 - INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora alegando que a sentença, mesmo diante de farta documentação, desconsiderou os documentos como início de prova material para fins de concessão de aposentadoria rural. Invoca como paradigma as Súmula nº 14 da TNU e acórdão do STJ.

2. O acórdão deu provimento ao recurso do INSS reformando a sentença de procedência por entender que o autor não comprovou o alegado, pois o autor apresenta vínculos trabalhistas de natureza urbana dentro do período de carência, completando que não há prova hábil a comprovar o labor rural no regime de economia familiar durante o período de carência estabelecido pela legislação em vigor. Todavia, o que está em discussão não é a necessidade de que o início de prova material seja para todo o período equivalente da carência do benefício. Com efeito, o acórdão descaracterizou o alegado pela parte autora de forma fundamentada entendendo que não havia início de prova material, no caso concreto a comprovar o exercício do labor rural. Assim, verifica-se que as provas foram desconstituídas pelo juízo de forma fundamentada, incidindo as Questões de Ordem 18 e 22.

3. Desta forma, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização em NÃO CONHECER do recurso.

Brasília, 16 de agosto de 2012.

VLADIMIR SANTOS VITOVKSY
Relator

PROCESSO: 0502374-42.2010.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DAS GRAÇAS DOS SANTOS SILVA
PROC./ADV.: CLOVIS ANAGÊ NOVAIS DE ARAÚJO FILHO
PROC./ADV.: NELSON DE OLIVEIRA SOARES
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE RURAL - INÍCIO SUFICIENTES DE PROVAS INEQUÍVOCAS - PROVAS MATERIAIS E TESTEMUNHAIS - APLICAÇÃO DA SÚMULA 46 DA TNU - QUESTÃO DE ORDEM Nº 18 - INCIDENTE NÃO CONHECIDO

1. A parte ré interpôs o presente incidente de uniformização alegando que (a) não restou comprovada o efetivo exercício de atividade rural; (b) que houve períodos intercalados do exercício de atividade rural. Colaciona como paradigma acórdãos da TNU.

2. O acórdão manteve a sentença de procedência pelos seus próprios fundamentos na forma do art. 46 da Lei 9.099/95 c/c o art. 1º da Lei 10.259/01. Por sua vez, a sentença julgou procedente por entender que "há prova do trabalho rural da autora mesmo antes do seu vínculo com a Prefeitura, inclusive prova material, desde a década de 1980. E, somando-se todo o tempo de trabalho da autora em atividade rural, foi cumprido com folga o tempo correspondente à carência da aposentadoria por idade, sendo-lhe devido o benefício". Não assiste razão à requerente, pois os julgados estão de acordo com o entendimento desta Turma, na forma do Súmula. 46 da TNU, o exercício de atividade urbana intercalada não impede a concessão do benefício previdenciário de trabalhador rural. Assim, o acórdão foi categórico no julgamento dos documentos apresentados de forma fundamentada, entendendo que eram verossímeis e aptos a comprovar o exercício do labor rural no caso concreto. Desta forma, a procedência foi decorrente de diversos motivos, incidindo a Questão de Ordem nº 18.

3. Ante o exposto, razão pela qual voto por NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização em NÃO CONHECER do recurso.

Brasília, 16 de agosto de 2012

VLADIMIR SANTOS VITOVKSY
Relator

PROCESSO: 0502562-41.2010.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA JOSÉ FERREIRA FALCÃO MARTINS
PROC./ADV.: CHARLES DE LIMA LOURENÇO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE RURAL - AUSÊNCIA DE INÍCIO MATERIAL DE PROVA DA ATIVIDADE RURAL - QUESTÕES DE ORDEM 18 E 22 - INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora alegando que a sentença, mesmo diante de farta documentação, desconsiderou os documentos como início de prova material para fins de concessão de aposentadoria rural. Invoca como paradigma às Súmulas Nº 06 e 14 da TNU, além de colacionar acórdãos do TRF 5ª região e do STJ.

2. O acórdão manteve a sentença de improcedência pelos seus próprios fundamentos na forma do art. 46 da Lei 9.099/95 c/c o art. 1º da Lei 10.259/01. Por sua vez, a sentença julgou improcedente por entender que a autora não comprovou o exercício do labor rural em regime de economia familiar. Todavia, o que está em discussão não é a necessidade de que o início de prova material seja para todo o período equivalente da carência do benefício. Além disso, o fato da Súmula 06 elencar a certidão de casamento ou outro documento idôneo, não os torna absolutos à comprovação do labor rural. Com efeito, o acórdão descaracterizou o alegado pela parte autora de forma fundamentada entendendo que não havia início de prova material, no caso concreto a comprovar o exercício do labor rural. Assim, verifica-se que as provas foram desconstituídas pelo juízo de forma fundamentada, incidindo as Questões de Ordem 18 e 22.

3. Desta forma, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização em NÃO CONHECER do recurso.

Brasília, 16 agosto de 2012.

VLADIMIR SANTOS VITOVKSY
Relator

PROCESSO: 0502642-96.2010.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO MIROCLES FONTELES
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE RURAL - AUSÊNCIA DE INÍCIO MATERIAL DE PROVA DA ATIVIDADE RURAL - AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO ÀS SÚMULAS 6 E 14 DA TNU - QUESTÕES DE ORDEM 18 E 22 - INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora alegando que a sentença, mesmo diante de farta documentação, desconsiderou os documentos como início de prova material para fins de concessão de aposentadoria rural. Colaciona como paradigma acórdãos do STJ e as Súmulas 6 e 14 da TNU.

2. O acórdão manteve a sentença por seus próprios fundamentos. Por sua vez, a sentença julgou improcedente por entender que "o autor não tinha aparência de agricultor, possuindo mãos extremamente finas, cabelo pintado de cor caju e pele sem marcas de sol. Ademais, registre-se que, em um depoimento pouco esclarecedor e bastante confuso, o autor não demonstrou conhecimento acerca do trabalho na agricultura, tendo sido constatado, por outro lado, um histórico de trabalho como sapateiro". Todavia, o que está em discussão não é a necessidade de que o início de prova material seja para todo o período equivalente da carência do benefício. Com efeito, o acórdão descaracterizou o alegado pela parte autora de forma fundamentada entendendo que não havia início de prova material, no caso concreto a comprovar o exercício do labor rural. Assim, verifica-se que as provas foram desconstituídas pelo juízo de forma fundamentada, incidindo as Questões de Ordem 18 e 22.

3. Desta forma, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização em NÃO CONHECER do recurso.

Brasília, 16 de agosto de 2012.

VLADIMIR SANTOS VITOVKSY
Relator

PROCESSO: 0502963-43.2010.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA VICTA DA SILVA
PROC./ADV.: VÂNIA DUWE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE RURAL - AUSÊNCIA DE INÍCIO MATERIAL DE PROVA DA ATIVIDADE RURAL - DOCUMENTOS EXTEMPORÂNEOS AO FATO QUE SE PRETENDE PROVAR - QUESTÕES DE ORDEM 18 E 22 - INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora alegando que a sentença, mesmo diante de farta documentação, desconsiderou os documentos como início de prova material para fins de concessão de aposentadoria rural. Invoca como paradigmas as Súmulas nº 06 e 14 da TNU, colacionando, também acórdãos da própria TNU e do STJ.

2. O acórdão manteve a sentença de improcedência pelos seus próprios fundamentos na forma do art. 46 da Lei 9.099/95 c/c o art. 1º da Lei 10.259/01. Entendendo que os documentos apresentados juntamente com a prova testemunhal foram insuficientes em comprovar o exercício de atividade rural. Todavia, o que está em discussão não é a necessidade de que o início de prova material seja para todo o período equivalente da carência do benefício. Ainda, o fato da Súmula 06 elencar a certidão de casamento ou outro documento idôneo, não os torna absolutos à comprovação do labor rural. Com efeito, o acórdão descaracterizou o alegado pela parte autora de forma fundamentada entendendo que não havia início de prova material, no caso concreto a comprovar o exercício do labor rural. Assim, verifica-se que as provas foram desconstituídas pelo juízo de forma fundamentada, incidindo as Questões de Ordem 18 e 22.

3. Desta forma, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização em NÃO CONHECER do recurso.
Brasília, 16 agosto de 2012

VLADIMIR SANTOS VITOVKSY
Relator

PROCESSO: 0503062-77.2010.4.05.8305
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JOSÉ GOMES DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE RURAL - AUSÊNCIA DE INÍCIO MATERIAL DE PROVA DA ATIVIDADE RURAL - QUESTÕES DE ORDEM 18 E 22 - INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora alegando que a sentença, mesmo diante de farta documentação, desconsiderou os documentos como início de prova material para fins de concessão de aposentadoria rural. Colaciona como paradigmas a Súmula nº 14 da TNU e acórdãos do STJ.

2. O acórdão manteve a sentença de improcedência por entender que não restou comprovado exercício de atividade rurícola no regime de economia familiar, vez que os documentos apresentados não foram suficientes a configurar início de prova material do trabalho rural. Todavia, o que está em discussão não é a necessidade de que o início de prova material seja para todo o período equivalente da carência do benefício. Com efeito, o acórdão descaracterizou o alegado pela parte autora de forma fundamentada entendendo que não havia início de prova material, no caso concreto a comprovar o exercício do labor rural. Assim, verifica-se que as provas foram desconstituídas pelo juízo de forma fundamentada, incidindo as Questões de Ordem 18 e 22.

3. Desta forma, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização em NÃO CONHECER do recurso.
Brasília, 16 de agosto de 2012

VLADIMIR SANTOS VITOVKSY
Relator

PROCESSO: 0503496-02.2010.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA FRANCISCA DE SOUZA TEMOTEO
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE RURAL - AUSÊNCIA DE INÍCIO MATERIAL DE PROVA DA ATIVIDADE RURAL - QUESTÕES DE ORDEM 18 E 22 - INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora alegando que a sentença, mesmo diante de farta documentação, desconsiderou os documentos como início de prova material para fins de concessão de aposentadoria rural. Invoca como paradigma às Súmulas Nº 06 e 14 da TNU.

2. O acórdão manteve a sentença de improcedência pelos seus próprios fundamentos na forma do art. 46 da Lei 9.099/95 c/c o art. 1º da Lei 10.259/01. Por sua vez, a sentença julgou improcedente por entender que a autora não comprovou o exercício do labor rural em regime de economia familiar, bem como não soube responder a questões básicas a respeito da atividade rurícola. Todavia, o que está em discussão não é a necessidade de que o início de prova material seja para todo o período equivalente da carência do benefício. Além disso, o fato da Súmula 06 elencar a certidão de casamento ou outro documento idôneo, não os torna absolutos à comprovação do labor rural. Com efeito, o acórdão descaracterizou o alegado pela parte autora de forma fundamentada entendendo que não havia início de prova material, no caso concreto a comprovar o exercício do labor rural. Assim, verifica-se que as provas foram desconstituídas pelo juízo de forma fundamentada, incidindo as Questões de Ordem 18 e 22.

3. Desta forma, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização em NÃO CONHECER do recurso.
Brasília, 16 de agosto de 2012.

VLADIMIR SANTOS VITOVKSY
Relator

PROCESSO: 0508518-14.2010.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA AUXILIADORA ALVES
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE RURAL - INEXISTÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO ENTRE A DECISÃO RECORRIDA E OS ACÓRDÃOS TRAZIDOS COMO PARADIGMA - INCIDENTE QUE MENCIONA AD ARGUMENTANDUM CASO A IMPROCEDÊNCIA TENHA SIDO POR EXISTÊNCIA DE VÍNCULOS URBANOS - INEXISTÊNCIA DE NULIDADE DO ACÓRDÃO QUE SE REPORTA AOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA - RECURSO DISSOCIADO DAS RAZÕES DO ACÓRDÃO- INCIDENTE NÃO CONHECIDO

1. Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora alegando que a sentença, mesmo diante de farta documentação, desconsiderou os documentos como início de prova material para fins de concessão de aposentadoria rural. Colaciona como paradigmas a Súmula nº 14 da TNU, e acórdão do STJ.

2. Por sua vez, a sentença julgou improcedente. Deste modo, inexiste nulidade no acórdão. Para tanto, deveria a parte ter alegado nulidade da sentença, o que não foi feito, posto que não a reproduziu. Outrossim, não foi realizado cotejo analítico entre o julgado e as inúmeras decisões colacionadas como paradigma desta TNU. Desconhece-se o que de fato almeja a parte autora uniformizar. Outrossim, em seu incidente, menciona ad argumentandum caso a improcedência tenha sido baseada em existência de vínculos urbanos da parte autora ou seu cônjuge. Com efeito, o recurso é dissociado do próprio acórdão recorrido.

3. Ante o exposto, voto por NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização em NÃO CONHECER do recurso.
Brasília, 16 agosto de 2012.

VLADIMIR SANTOS VITOVKSY
Relator

PROCESSO: 0509029-33.2010.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA DE FÁTIMA FERREIRA DE CASTRO
PROC./ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE RURAL - AUSÊNCIA DE INÍCIO MATERIAL DE PROVA DA ATIVIDADE RURAL - DOCUMENTOS EXTEMPORÂNEOS AO FATO QUE SE PRETENDE PROVAR - QUESTÕES DE ORDEM 18 E 22 - INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora alegando que a sentença, mesmo diante de farta documentação, desconsiderou os documentos como início de prova material para fins de concessão de aposentadoria rural. Colaciona como paradigmas acórdãos do TRF 5ª Região e da TNU.

2. O acórdão manteve a sentença de improcedência por entender que "os documentos acostados aos autos, não estão em conformidade com o que exige a legislação previdenciária, não se prestando a demonstrar o desempenho da atividade rural no período exigido em lei, sobretudo por serem documentos expedidos em nome de terceiros e resultantes de declarações unilaterais ou de mera adesão da parte ou expedidos fora do período de carência ou na iminência da propositura do pleito, sendo, portanto, imprestáveis para o fim que se colima", por isso, impossíveis de serem considerados como início de prova material. Com efeito, o acórdão descaracterizou o alegado pela parte autora de forma fundamentada entendendo que não havia início de prova material, no caso concreto a comprovar o exercício do labor rural. Assim, verifica-se que as provas foram desconstituídas pelo juízo de forma fundamentada, incidindo as Questões de Ordem 18 e 22.

3. Desta forma, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização em NÃO CONHECER do recurso.
Brasília, 16 agosto de 2012

VLADIMIR SANTOS VITOVKSY
Relator

PROCESSO: 0518456-60.2010.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA DE FÁTIMA FELIPE PEREIRA
PROC./ADV.: JOÃO BOSCO FERNANDES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE RURAL - AUSÊNCIA DE INÍCIO MATERIAL DE PROVA DA ATIVIDADE RURAL - APLICAÇÃO DA SÚMULA 41 DA TNU - QUESTÕES DE ORDEM 18 E 22 - INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora alegando que o acórdão, mesmo diante de farta documentação, desconsiderou os documentos como início de prova material para fins de concessão de aposentadoria rural. Colaciona como paradigma acórdãos do STJ e da TNU, invocando também as Súmulas 06 e 14 da TNU.

2. O acórdão deu provimento ao recurso do INSS reformando a sentença, para julgar improcedente o pleito autoral, por entender que "os documentos acostados aos autos não estão aptos a conferir à parte autora a condição de rurícola, uma vez que não comprovam o período de carência necessário, não existindo, portanto, início de prova material". Todavia, o que está em discussão não é a necessidade de que o início de prova material seja para todo o período equivalente da carência do benefício. Além disso, o fato da Súmula 06 elencar a certidão de casamento ou outro documento idôneo, não os torna absolutos à comprovação do labor rural. Com efeito, o acórdão descaracterizou o alegado pela parte autora de forma fundamentada entendendo que não havia início de prova material, no caso concreto a comprovar o exercício do labor rural, na forma da Súmula 41 da TNU. Assim, verifica-se que as provas foram desconstituídas pelo juízo de forma fundamentada, incidindo as Questões de Ordem 18 e 22.

3. Desta forma, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização em NÃO CONHECER do recurso.
Brasília, 16 de agosto de 2012.

VLADIMIR SANTOS VITOVKSY
Relator

PROCESSO: 0501091-38.2011.4.05.8106
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: CLARICIA FIRMINO MAIA
PROC./ADV.: MANOEL EDUARDO HONORATO DE OLIVEIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE RURAL - INEXISTÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO ENTRE A DECISÃO RECORRIDA E OS ACÓRDÃOS TRAZIDOS COMO PARADIGMA - INCIDENTE QUE MENCIONA AD ARGUMENTANDUM CASO A IMPROCEDÊNCIA TENHA SIDO POR EXISTÊNCIA DE VÍNCULOS URBANOS - INEXISTÊNCIA DE NULIDADE DO ACÓRDÃO QUE SE REPORTA AOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA - RECURSO DISSOCIADO DAS RAZÕES DO ACÓRDÃO- INCIDENTE NÃO CONHECIDO

1. A parte autora interpôs o presente incidente de uniformização alegando que (a) não houve a devida análise das provas; (b) que os documentos apresentados servem como início de prova material. Colaciona como paradigmas acórdãos do STJ e da TNU.

2. O acórdão manteve a sentença pelos seus próprios fundamentos, na forma do art. 46 da Lei n° 9.099/95 c/c art. 1º da Lei n° 10.259/2001. Por sua vez, a sentença julgou improcedente, com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Deste modo, inexiste nulidade no acórdão. Para tanto, deveria a parte ter alegado nulidade da sentença, o que não foi feito, posto que não a reproduziu. Outrossim, não foi realizado cotejo analítico entre o julgado e as inúmeras decisões colacionadas como paradigma desta TNU. Desconhece-se o que de fato almeja a parte autora uniformizar. Outrossim, em seu incidente, menciona ad argumentandum caso a improcedência tenha sido baseada em existência de vínculos urbanos da parte autora ou seu cônjuge. Com efeito, o recurso é dissociado do próprio acórdão recorrido.

3. Ante o exposto, voto por NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização em NÃO CONHECER do recurso.
Brasília, 16 de agosto de 2012

VLADIMIR SANTOS VITOVKSY
Relator

IMPRENSA NACIONAL
EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0502456-12.2011.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: THAMIRYS CAMPOS DA SILVA
PROC./ADV.: FÁBIO CORRÊA RIBEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

EMENTA

ASSISTÊNCIA SOCIAL - LOAS - TURMA RECURSAL ENTENDEU, COM BASE EM LAUDO PERICIAL, NÃO HAVER INCAPACIDADE - PARTE AUTORA AFIRMA HAVER INCAPACIDADE - PRECEDENTES DA TNU NÃO POSSUEM SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA - INVIABILIDADE DO CONHECIMENTO - QUESTÕES DE ORDEM 18 E 22 - REEXAME DE FATO/PROVA - INVIABILIDADE - SÚMULA 42 - INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de demanda em que a parte autora busca a concessão de benefício assistencial de prestação continuada (LOAS). A sentença de improcedência foi mantida pelo acórdão, tendo os julgados se baseado nas conclusões do perito judicial, o qual atestou que, apesar de ser portadora de deficiência auditiva bilateral, a autora faz uso de aparelho auditivo e realiza atividades normais compatíveis com pessoas de sua idade (estuda, realiza atividade física e de lazer). Como paradigma colaciona decisões da TNU nos processos 2007.83.03.50.1412-5 e 200682.00.50.1612-5.

2. O presente incidente não pode ser conhecido. Os paradigmas invocados tratam de matéria diversa, havendo ausência de similitude fático-jurídica, na medida em que o perito, naqueles processos, reconheceu haver incapacidade, enquanto neste não. Nos julgados colacionados reconheceu-se não haver obstáculo à concessão de benefício assistencial a menores. Contudo, a improcedência do pedido não se deu por ser a autora menor, e sim por não haver incapacidade alguma. A autora atua na sociedade como qualquer outra criança.

3. Com efeito, na Sessão da TNU de 25 de abril de 2012, no julgamento do Processo 0502338-68.2008.4.05.8103, de Relatoria da MM. Juíza Federal Simone dos Santos Lemos Fernandes ficou assentado que "Não se conhece de incidente de uniformização quando não apontados acórdãos paradigmas que veiculem interpretação jurídica diversa a fatos assemelhados. sentença recorrida e o acórdão que a confirma por seus próprios fundamentos afastaram a pretensão de obtenção de benefício previdenciário por considerarem ausente qualquer tipo de incapacidade laborativa. Os precedentes colacionados se referem a substrato fático diferenciado, consubstanciado no cancelamento de benefício previdenciário por fraude e na possibilidade de transmudação de uma incapacidade parcial em total, considerando-se as condições pessoais e sociais que envolvem o segurado. A ausência de divergência impede o conhecimento deste Incidente, pois nada há a uniformizar".

4. Outrossim, adentrar ao exame do laudo pericial seria revolver matéria fático-probatória, o que se veda por meio da súmula 42 da TNU. Voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE com base nas questões de ordem 18 e 22.

ACÓRDÃO

Acórdão os membros da Turma Nacional de Jurisprudência não conhecer do incidente de uniformização.

Brasília, 16 de agosto de 2012

VLADIMIR SANTOS VITOVKSY
Relator

PROCESSO: 0503122-49.2011.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DE FÁTIMA DE AQUINO BARROS
PROC./ADV.: FRANCISCO CORDEIRO ANGELO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE RURAL - AUSÊNCIA DE INÍCIO MATERIAL DE PROVA DA ATIVIDADE RURAL - DOCUMENTOS EXTEMPORÂNEOS AO FATO QUE SE PRETENDE PROVAR - QUESTÕES DE ORDEM 18 E 22 - INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora alegando que a sentença, mesmo diante de farta documentação, desconsiderou os documentos como início de prova material para fins de concessão de aposentadoria rural. Invoca como paradigma a Sumula nº 06 da TNU e acórdãos de diferentes Turmas Recursais e do STJ.

2. O acórdão manteve a sentença de improcedência pelos seus próprios fundamentos, na forma do art. 46 da Lei n° 9.099/95 c/c art. 1º da Lei n° 10.259/2001. Por sua vez, a sentença julgou improcedente por entender que os documentos apresentados são imprestáveis como início de prova material do exercício de atividade rural, que inclusive são extemporâneos aos fatos que se pretende provar. Ocorre que o fato da Súmula 06 elencar a certidão de casamento ou outro documento idôneo, não os torna absolutos à comprovação do labor rural. Com efeito, o acórdão descaracterizou o alegado pela parte autora de forma fundamentada entendendo que não havia início de prova material, no caso concreto a comprovar o exercício do labor rural. Assim, verifica-se que as provas foram desconstituídas pelo juízo de forma fundamentada, incidindo as Questões de Ordem 18 e 22.

3. Desta forma, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização em NÃO CONHECER do recurso.

Brasília, 16 agosto de 2012

VLADIMIR SANTOS VITOVKSY
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5002528-87.2012.4.04.7004
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MANOEL LOURENÇO DE SOUZA
PROC./ADV.: ROSEMAR CRISTINA L. M. VALONE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE RURAL - AUSÊNCIA DE INÍCIO MATERIAL DE PROVA DA ATIVIDADE RURAL - QUESTÕES DE ORDEM 18 E 22 - INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora alegando que a sentença, mesmo diante de farta documentação, desconsiderou os documentos como início de prova material para fins de concessão de aposentadoria rural. Colaciona como paradigma acórdãos de diferentes Turmas Recursais como de São Paulo e de Ribeirão Preto.

2. O acórdão reformou a sentença de procedência por entender que a parte autora não produziu início de prova matéria do efetivo exercício do labor rural, ressalvando que as informações prestadas por particulares não possui valor de prova absoluto. Com efeito, o acórdão descaracterizou o alegado pela parte autora de forma fundamentada entendendo que não havia início de prova material, no caso concreto a comprovar o exercício do labor rural. Assim, verifica-se que as provas foram desconstituídas pelo juízo de forma fundamentada, incidindo as Questões de Ordem 18 e 22.

3. Desta forma, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização em NÃO CONHECER do recurso.

Brasília, 16 de agosto de 2012.

VLADIMIR SANTOS VITOVKSY
Relator

ACÓRDÃOS

PROCESSO: 2005.50.01.005339-0
ORIGEM: ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
AGRAVANTE: MIRIAM HULLE
PROC./ADV.: CARLOS JOSÉ LIMA FARONI
AGRAVADO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL CONTRA DECISÃO QUE SOBRRESTOU O FEITO. TRIBUTARIO. IMPOSTO DE RENDA. LICENÇA-PRÊMIO E ABONO DE ANTIGUIDADE. PROCESSUAL. CÓPIAS DAS DECISÕES PARADIGMAS. TURMAS RECURSAIS DE DIFERENTES REGIÕES COM INDICAÇÃO DA FONTE. QUESTÃO DE ORDEM N. 03. ACÓRDÃOS DE TRF'S. PEDIDO NÃO CONHECIDO.

1. A parte aforou agravo regimental contra decisão que sobrestou o feito, a fim de aguardar decisão do STF no RE 566.621/RS, que tratava dos efeitos da LC n. 118/05 no que tange à prescrição tributária. Julgado o Recurso Extraordinário perdeu objeto o presente agravo. Agravo prejudicado, prosseguindo-se no julgamento do Pedido de Uniformização.

2. Não se conhece de pedido de uniformização quando a parte não traz as cópias dos acórdãos paradigmas com indicação da fonte (sítio eletrônico). Neste sentido é a Questão de Ordem n. 03 desta TNU: "A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre Turmas Recursais de diferentes Regiões". A propósito: "A interpretação sistemática do conjunto normativo regulador da espécie impõe a conclusão de que o recorrente possui o inarredável ônus de carrear aos autos a íntegra dos julgados apontados como paradigmas, podendo dele se desincumbir através da juntada de certidão, cópia autenticada, citação do repositório de jurisprudência ou reprodução de página da internet, com indicação da respectiva fonte (endereço URL). Trata-se de exigência formal que, para além de permitir a verificação da divergência apontada, visa a assegurar a autenticidade do conteúdo das decisões reportadas. Nesse sentido, a mera transcrição, no corpo do recurso, do inteiro teor dos julgados paradigmas, ou mesmo a sua juntada na íntegra não é suficiente à demonstração da divergência apontada, se não há a indicação do repositório no qual foi publicado ou da fonte de onde foi extraído". (PEDILEF 05019642720094058100, Relatora JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, Data da Decisão 29/03/2012, Fonte/Data da Publicação DOU 04/05/2012).

3. Acórdãos de TRF's não servem como paradigmas na TNU.

4. Os paradigmas do STJ não guardam a necessária similitude fática e jurídica com o acórdão recorrido. Com efeito, no caso o pagamento das verbas decorreu de acordo coletivo de trabalho entre empregado e empregador, permanecendo estável a relação de trabalho. Não houve tal aporte por necessidade do serviço ou por rescisão do contrato de trabalho. Aplicação da QO n. 22 da TNU.

5. Agravo regimental prejudicado e incidente de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional De Uniformização, considerar prejudicado o agravo regimental e não conhecer o incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Sessão em agosto de 2012.

ANTONIO FERNANDO SHENCKEL DO AMARAL E SILVA
Relator

PROCESSO: 2009.70.51.006619-1
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
EMBARGANTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
EMBARGADO(A): NADIR TEREZINHA SILVEIRA
PROC./ADV.: NEUSA ROSA FORNACIARI MARTINS
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. NÃO CONHECIMENTO. ART. 48 DA LEI N. 9.099/95. RECURSO PROTELATÓRIO. CONDENAÇÃO EM MULTA. ARTIGO 538 DO CPC.

1. Não se conhece dos embargos de declaração quando inexiste omissão no julgado, sendo evidente a intenção de rediscussão da matéria pela parte, pela segunda vez. Outrossim, não há similitude fática e jurídica entre o acórdão recorrido (não incidência de IR sobre juros de mora recebidos em razão do atraso no pagamento de benefício previdenciário) e os acórdãos paradigma do STJ (IR sobre juros de mora em verbas trabalhistas). Aplicação da QO n. 22 da TNU.

2. Embargos de declaração não conhecidos pela segunda vez.

3. Aplicação do artigo 538, parágrafo único, do CPC. Condenação da Fazenda Nacional em multa de 1% do valor da causa em favor da parte adversa, tendo em vista o caráter meramente protelatório dos embargos de declaração.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional De Uniformização, por unanimidade, não conhecer dos embargos de declaração, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Sessão em agosto de 2012.

ANTONIO FERNANDO SHENCKEL DO AMARAL E SILVA
Relator

PROCESSO: 2005.71.52.003040-2
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): LUIZ HUMBERTO COLLETO
PROC./ADV.: MÁRCIA IARA HOLSBACH DE SOUZA
PROC./ADV.: FRANCISCO HOLSBACH DE SOUZA JÚNIOR
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO. OCORRÊNCIA. DECISÃO EM INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO QUE DESCONSIDEROU JULGAMENTO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PELA TURMA DE ORIGEM. TRIBUTÁRIO. FUSEX/FUNSA/FUSMA. LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. QUESTÃO DECIDIDA PELO STJ EM RECURSO REPETITIVO. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA RESTABELECIDA.

1. Colhe-se da sentença: "ISSO POSTO, REJEITO as preliminares argüidas pela Ré, DECLARO PRESCRITA a pretensão repetitória no que tange aos valores indevidamente descontados da parte Autora há mais de cinco anos contados da propositura da ação e JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido, extinguindo o processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 269, inciso

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

I, do Código de Processo Civil, para: a) DECLARAR a inexigibilidade da contribuição ao FUSEX/FUNSA em percentual superior ao fixado pelo Decreto nº 92.512/86, qual seja, 3%; e, b) CONDENAR a União a restituir à parte Autora os valores indevidamente recolhidos a título da referida exação, no período compreendido no qüinqüênio que antecede o ajuizamento da presente demanda até março de 2001, inclusive, corrigidos pela taxa SELIC desde o pagamento indevido, cuja quantia, atualizada até SETEMBRO de 2005, importa em R$ 446,82 (quatrocentos e quarenta e seis reais e oitenta e dois centavos)".

2. Contra esta decisão, as partes interpuseram recurso inominado. O recurso da Fazenda Nacional foi improvido. O da parte autora, após embargos de declaração, foi provido para fixar o prazo decadencial de dez anos (considerou a turma de origem que o lançamento seria por homologação - tese dos cinco mais cinco).

3. Observa-se que a decisão embargada não considerou o novo posicionamento da Turma de origem após a apresentação de embargos de declaração contra decisão que havia rejeitado ambos os recursos inominados. A contradição, portanto, foi demonstrada. Embargos de declaração conhecidos e providos.

4. O STJ, no julgamento de recurso especial representativo da controvérsia (art. 543-C do CPC) fixou o entendimento de que as contribuições FUSEX/FUNSA/FUSMA possuem natureza tributária e estão sujeitas a lançamento de ofício e, por consequência, ao prazo prescricional de cinco anos do artigo 168, I do CTN (STJ, REsp 1.086.382, Rel. Min Luiz Fux, DJE n. 26.4.2010).

5. Incidente provido para restabelecer os termos da sentença.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional De Uniformização conhecer os embargos de declaração para: [a] sanar a contradição alegada; [b] dar provimento ao incidente de uniformização e [c] restabelecer os termos da sentença, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Sessão de agosto de 2012.

ANTONIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
Relator

PROCESSO: 0504056-87.2005.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): RICARDO UBIRATÃ DE MOURA MELO
PROC./ADV.: SAMUEL MEDEIROS DA CUNHA
OAB: RN-3289
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA FAZENDA NACIONAL. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA DE IMPOSTO DE RENDA INCIDENTE SOBRE HORA-EXTRA. EXISTÊNCIA DE PRECEDENTES, NA TNU E NO STJ, NO SENTIDO DE SER DEVIDA A VERBA. PROVIMENTO DO INCIDENTE.

1.Pedido de restituição tributária de imposto de renda incidente sobre hora-extra.

2.Declaração de procedência do pedido em sentença de primeira instância do Juizado Especial Federal do Ceará.

3.Desprovimento do recurso de sentença interposto pela autarquia. Decisão da Turma Recursal do Ceará .

4.Incidente de uniformização de jurisprudência, apresentado pela Fazenda Nacional, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

5.Alegação de que há jurisprudência consolidada, no STJ - Superior Tribunal de Justiça, em relação à incidência do imposto de renda incidente sobre hora-extra reconhecida em sentença trabalhista.

6.Tese, também defendida no incidente da Fazenda Nacional, de que o recurso não pode implicar em "reformatio in pejus".

7.Precedentes indicados pela Fazenda Nacional: Recurso Especial nº 674.392/SC; Agravo Regimental no Recurso Especial nº 817.678/DF; Embargos de Declaração no Recurso Especial nº 656.211/RS; Recurso Especial nº 843.834/SP.

üRecurso Especial nº 674.392/SC: "TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. PAGAMENTO DE ADICIONAL NOTURNO, HORAS EXTRAS E GRATIFICAÇÕES. REGIME TRIBUTÁRIO. CONFIGURAÇÃO DO FATO GERADOR. 1. O imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza tem como fato gerador, nos termos do art. 43 e seus parágrafos do CTN, os "acréscimos patrimoniais", assim entendidos os acréscimos ao patrimônio material do contribuinte. 2. Indenização é a prestação em dinheiro, substitutiva da prestação específica, destinada a reparar ou recompensar o dano causado a um bem jurídico, quando não é possível ou não é adequada a restauração in natura do bem jurídico atingido. Não tem natureza indenizatória, portanto, o pagamento - ainda que imposto por condenação trabalhista - correspondente a uma prestação que, originalmente (= independentemente da ocorrência de lesão), era devida em dinheiro. O que há, em tal caso, é simples adimplemento, embora a destempo e por execução forçada, da própria prestação in natura. 3. No caso dos autos, o pagamento feito em decorrência de sentença trabalhista, a título de gratificações, horas extras e adicional noturno, manteve sua natureza original de prestação remuneratória. E, mesmo que de indenização se tratasse, estaria ainda assim sujeito à tributação do imposto de renda, já que (a) importou acréscimo patrimonial e (b) não está arrolado entre as hipóteses de isenção previstas em lei (art. 39 do RIR, aprovado pelo Decreto 3.000/99). 4. Recurso especial improvido", (RESP 200401152883, TEORI ALBINO ZAVASCKI, STJ - PRIMEIRA TURMA, DJ DATA:06/06/2005 PG:00204 RSTJ VOL.:00193 PG:00184.).

üAgravo Regimental no Recurso Especial nº 817.678/DF: "AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL.PREVIDÊNCIA PRIVADA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. ÍNDICES APLICÁVEIS. I - A Segunda Seção, no julgamento do EREsp 264.061/DF, concluiu que os índices expurgados, relativos ao IPC, foram 26,06% (junho/87); 42,72% (janeiro/89); 84,32% (março/90); 44,80% (abril/90); 7.87% (maio/90); 21,87% (fevereiro/91) e 11,79%, relativo ao INPC de março/91 (DJ de 11/03/2002). II - Inviabilidade da aplicação do índice de 11,79%, relativo ao INPC de março de 1991, porquanto vedada a reformatio in pejus. Agravo improvido", (AGRESP 200600241053, CASTRO FILHO, STJ - TERCEIRA TURMA, DJ DATA:13/11/2006 PG:00261.).

üEmbargos de Declaração no Recurso Especial nº 656.211/RS: "PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO-OCORRÊNCIA. PRECATÓRIO COMPLEMENTAR. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. COISA JULGADA. JUROS COMPENSATÓRIOS E MORATÓRIOS. NÃO-INCIDÊNCIA. MANUTENÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO POR FORÇA DO PRINCÍPIO QUE VEDA A REFORMATIO IN PEJUS. 1. Não viola o art. 535 do CPC, tampouco nega prestação jurisdicional, o acórdão que, mesmo sem ter examinado individualmente cada um dos argumentos trazidos pelo vencido, adotou, entretanto, fundamentação suficiente para decidir de modo integral a controvérsia. 2. A correção monetária, no precatório complementar, deve-se restringir ao período compreendido entre a data da homologação dos cálculos anteriores, que deram origem ao último precatório pago, e a data do seu efetivo pagamento. 3. O que não se admite, em hipótese alguma, sob pena de ofensa à coisa julgada, é a atualização da conta partindo-se de cálculos confeccionados em data anterior àquele homologado por sentença transitada em julgado, adotando-se índices de correção monetária que não tenham sido utilizados anteriormente, para, só então, como forma de se chegar ao valor remanescente, proceder-se ao abatimento dos valores já recebidos em precatórios anteriores. 4. Na hipótese dos autos, o último precatório pago no presente feito decorre de cálculo homologado em 22 de dezembro de 1995. Assim, qualquer tentativa de fazer incidir os índices expurgados - observados no período de janeiro de 1989 a fevereiro de 1991 - importará violação da coisa julgada. 5. Na linha do entendimento firmado pelo Pretório Excelso, este Superior Tribunal de Justiça, reformulando a anterior orientação a respeito da matéria, firmou jurisprudência no sentido de que, em sede de precatório complementar, não são devidos juros moratórios quando realizado o pagamento dentro do prazo constitucional estabelecido. 6. Seguindo a orientação de que o precatório complementar contempla apenas a atualização monetária dos valores insertos no precatório principal, não são devidos, também, os juros compensatórios. Isso porque tais juros já foram incorporados na conta relativa ao pagamento do precatório principal. Com a atualização de tais valores, estarão eles automaticamente considerados no novo cálculo. 7. Inexistência de violação da coisa julgada. Acórdão recorrido mantido, por força do princípio que veda a reformatio in pejus. 8. Recurso especial desprovido", (RESP 200400592477, DENISE ARRUDA, STJ - PRIMEIRA TURMA, DJ DATA:14/09/2006 PG:00259.).

üRecurso Especial nº 843.834/SP: "PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. REMESSA NECESSÁRIA. FAZENDA PÚBLICA. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO-OCORRÊNCIA. REMESSA OFICIAL. REFORMATIO IN PEJUS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 45/STJ. 1. Cuida-se de recurso especial interposto pelo INSS contra acórdão que autorizou a compensação dos valores recolhidos indevidamente a título da Contribuição Previdenciária (art. 3º, I, da Lei nº 7.787/89, e art. 22, I, da Lei nº 8.212/91), com base em legislação declarada inconstitucional pelo STF. Em suas razões, alega violação de dispositivos de lei federal, por entender que: a) houve negativa de prestação jurisdicional, uma vez que não foi suprida a efetiva necessidade de apreciação de todas as questões ventiladas no recurso integrativo; b) seja restabelecida a sentença no tocante à correção monetária à luz da interpretação do art. 475, II, do CPC e do enunciado Sumular nº 45/STJ. Sem contra-razões, conforme certidão de fl. 216. 2. As questões pertinentes ao exame da controvérsia foram debatidas e apreciadas pela Corte de origem com cumprimento do princípio da motivação obrigatória das decisões judiciais. 3. O Tribunal de origem, ao julgar a remessa necessária, agravou a situação da Autarquia Previdenciária quando modificou o critério de correção monetária estabelecido pela sentença, sem que houvesse recurso da parte autora para tanto. 4. Aplicável à espécie, o enunciado sumular nº 45/STJ: "No reexame necessário, é defeso, ao Tribunal, agravar a condenação imposta à Fazenda Pública". 5. Recurso especial provido parcialmente para o fim de restabelecer o critério de correção monetária, tal como fixado pelo Juízo de Primeiro Grau", (RESP 200600918963, JOSÉ DELGADO, STJ - PRIMEIRA TURMA, DJ DATA:09/11/2006 PG:00266.).

8.Admissibilidade do incidente junto à Presidência da Turma Recursal do Ceará.

9.Constatação da existência de dois temas tratados no incidente ofertado pela Fazenda Nacional: incidência do imposto de renda incidente sobre hora-extra.

10.Existência de similitude fático-jurídica entre o caso dos autos e os julgados paradigmas oriundos do STJ - Superior Tribunal de Justiça, concernentes à incidência de imposto de renda de pessoa física sobre a hora extra fixada em sentença trabalhista.

11.Precedentes importantes da TNU - Turma Nacional de Uniformização, pertinentes à incidência do imposto de renda sobre horas extras:

ü"TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA. VERBAS RECEBIDAS A TÍTULO DE "INDENIZAÇÃO POR HORAS TRABALHADAS" (IHT). CARÁTER REMUNERATÓRIO. ACRÉSCIMO PATRIMONIAL. INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA. ENTENDIMENTO PACIFICADO NA PRIMEIRA SEÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. INAPLICABILIDADE DAS SÚMULAS 125, 136 E 215 DAQUELA CORTE. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. As verbas pagas pela PETROBRÁS a título de "Indenização por Horas Trabalhadas" (IHT) têm caráter remuneratório, a configurar acréscimo patrimonial, sujeito assim à incidência do imposto de renda. 2. Irrelevante o nomem juris de "indenização" atribuído à referida verba, uma vez que, para efeito de incidência tributária, é irrelevante a denominação da receita ou do rendimento, conforme dispõe o § 1º do art. 43 do CTN, acrescentado pela Lei Complementar nº 104, de 10 de janeiro de 2001. 3. Entendimento pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (REsp 921.671, Min. Luiz Fux, 1ª Turma, DJe 03.11.2008; EDcl no REsp 1008664, Min. Castro Meira, 2ª Turma, DJe 23.09.2008; EREsp 979.764, Min. Mauro Campbell, 1ª Seção, DJe 01.09.2008; e REsp 864.428, Rel. Min. Eliana Calmon, 2ª Turma, DJe 18.08.2008). 4. Inaplicabilidade dos enunciados das Súmulas nº 125, 136 e 215 daquela Corte Superior. 5. Incidente de uniformização a que se nega seguimento, nos termos da Questão de Ordem nº 13, da TNU", (PEDIDO 200585005033654, JUIZ FEDERAL CLÁUDIO ROBERTO CANATA, DJ 08/01/2010.).

ü"TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA INCIDENTE SOBRE INDENIZAÇÃO DE HORAS TRABALHADAS - IHT. POSSIBILIDADE. CARÁTER REMUNERATÓRIO. JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. INCIDENTE CONHECIDO E IMPROVIDO. I. A jurisprudência emanada do STJ se firmou no sentido de que é os valores recebidos a título de verba indenizatória sobre horas extras trabalhadas - "Indenização por Horas Trabalhadas - IHT" - pagos a funcionário da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobrás possuem natureza remuneratória, devendo sofrer a incidência do imposto de renda; II. Incidente conhecido e improvido", (PEDIDO 200585005036114, JUIZ FEDERAL RONIVON DE ARAGÃO, DOU 23/09/2011.).

12.Importante julgado do STJ - Superior Tribunal de Justiça: "TRIBUTÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - IMPOSTO DE RENDA - ART. 43 DO CTN - VERBAS: NATUREZA INDENIZATÓRIA X NATUREZA REMUNERATÓRIA. 1. O fato gerador do imposto de renda é a aquisição de disponibilidade econômica ou jurídica decorrente de acréscimo patrimonial (art. 43 do CTN). 2. A jurisprudência desta Corte, a partir da análise do art. 43 do CTN, firmou entendimento de que estão sujeitos à tributação do imposto de renda, por não possuírem natureza indenizatória, as seguintes verbas: a) "indenização especial" ou "gratificação" recebida pelo empregado quando da rescisão do contrato de trabalho por liberalidade do empregador; b) verbas pagas a título de indenização por horas extras trabalhadas; c) horas extras; d) férias gozadas e respectivos terços constitucionais; e) adicional noturno; f) complementação temporária de proventos; g) décimo-terceiro salário; h) gratificação de produtividade; i) verba recebida a título de renúncia à estabilidade provisória decorrente de gravidez; e j) verba decorrente da renúncia da estabilidade sindical. 3. Diferentemente, o imposto de renda não incide sobre: a) APIP's (ausências permitidas por interesse particular) ou abono-assiduidade não gozados, convertidos em pecúnia; b) licença-prêmio não-gozada, convertida em pecúnia; c) férias não-gozadas, indenizadas na vigência do contrato de trabalho e respectivos terços constitucionais; d) férias não-gozadas, férias proporcionais e respectivos terços constitucionais, indenizadas por ocasião da rescisão do contrato de trabalho; e) abono pecuniário de férias; f) juros moratórios oriundos de pagamento de verbas indenizatórias decorrentes de condenação em reclamatória trabalhista; g) pagamento de indenização por rompimento do contrato de trabalho no período de estabilidade provisória (decorrente de imposição legal e não de liberalidade do empregador). 4. Hipótese dos autos em que se questiona a incidência do imposto de renda sobre verbas pagas pelo empregador em decorrência da renúncia do período de estabilidade provisória levada a termo pelo empregado no momento da rescisão do contrato de trabalho. 5. Embargos de divergência não providos", (PET 200800126858, ELIANA CALMON, STJ - PRIMEIRA SEÇÃO, DJE DATA:13/10/2008.)

13.Provimento do incidente no que alude à possibilidade de incidência do imposto de renda sobre verbas decorrentes de horas-extra. Determinação de recolhimento, pela parte autora, dos valores correspondentes.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização prover o incidente de uniformização de jurisprudência.

Brasília, 16 de agosto de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Relatora

PROCESSO: 2009.72.51.001898-0
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ESPÓLIO DE MIGUEL VIEIRA
PROC./ADV.: VORLEI ALVES
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

EMENTA

TRIBUTÁRIO. MILITAR. CONTRIBUIÇÃO PARA O FUSEX-SEGURO. NATUREZA TRIBUTÁRIA. QUOTA COMPLEMENTAR. PORTARIA Nº 117/2001. OFENSA AO PRINCÍPIO DA RESERVA LEGAL. REPETIÇÃO DEVIDA. INCIDENTE NÃO CONHECIDO, NOS TERMOS DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 13, DA TNU.

1.Pedido de restituição tributária.

2.Sentença, ratificada pela Turma Recursal do Rio Grande do Sul, de procedência do pedido .

3.Incidente de uniformização, interposto pela União Federal, com esteio no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

4.Alegação de que o autor é ex-combatente e de que não abrange o rol de contribuintes do custeio do Fundo de Saúde do Exército, Marinha e Aeronáutica.

5.Menção à divergência com acórdão do Superior Tribunal de Justiça - Recurso Especial nº 1111647/SC e Recurso Especial nº 644.736 .

6.Incidente inadmitido na Turma Recursal de origem.

7.Apresentação de requerimento ao Ministro Presidente da TNU - Turma Nacional de Uniformização cuja determinação foi de distribuição do incidente (fls. 113 e seguintes).

8.Existência de importante precedente na TNU - Turma Nacional de Uniformização, pertinente à matéria: "1. As contribuições especiais instituídas para custeio do Fundo de Saúde do Exército, Marinha e Aeronáutica - FUSEX/FUSMA/FUNSA - possuem natureza tributária e, por isso, se sujeitam ao princípio da reserva legal, previsto nos art. 150, I, da Constituição Federal e art. 97 do Código Tributário Nacional. 2. A legislação de regência da contribuição para o FUSEX/FUSMA/FUNSA materializou a opção do sujeito ativo do tributo em fixar o elemento quantitativo do mandamento da norma tributária através da indicação de uma alíquota ou de um limite de alíquota, aplicáveis, ambos, sobre determinada base de cálculo. Essa opção limita a atuação do sujeito ativo do tributo, que somente pode exigi-lo dessa específica forma: alíquota incidente sobre o valor do soldo. Trata-se de elemento normativo do mandamento tributário, cuja previsão deve necessariamente ser estabelecida em lei, único veículo com aptidão para instituição de tributos. 3. Não há amparo, em nosso ordenamento jurídico, para a cobrança da contribuição intitulada FUSEX-SEGURO, instituída pela Portaria n.º117 do Comandante do Exército, em valor fixo de R$7,00, nem mesmo na hipótese de, em determinado período, a cobrança da contribuição principal para o FUSEX ter sido feita em alíquota inferior ao limite legalmente fixado (3,5%), e de eventualmente, a soma das duas, não superar esse limite. O que a legislação de regência facultou ao sujeito passivo foi a fixação de alíquota até 3,5%, e não a fixação em percentual inferior e sua cumulativa cobrança com valor fixo, ainda que os valores somados não atinjam esse limite. 3. Verificada a ilegalidade da cobrança da exação, impõe-se a restituição dos valores indevidamente recolhidos, que não se encontram alcançados pela prescrição qüinqüenal (conforme já decidido no Juízo de origem), acrescidos de taxa Selic, desde o vencimento. 4. Incidente de uniformização parcialmente conhecido e provido, na parte conhecida" - autos de nº 2006.71.95.01.4366-8.

9.Caso em que a incidência de contribuição para o Fusex ao ex-combatente fora reconhecida pelo Superior Tribunal de Justiça: "Ementa: ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÃO AO FUSEX INCIDENTE SOBRE PENSÃO MILITAR. EX-COMBATENTE DA FEB. ILEGITIMIDADE DAS AUTORIDADES APONTADAS COMO COATORAS. 1. O Ministro de Estado da Defesa e o Comandante das Forças Armadas não têm legitimidade passiva para integrar o pólo passivo de mandado de segurança que verse sobre descontos de contribuição social - FuSEx - sobre proventos de pensão especial de dependente de soldado reformado ex-combatente. (Precedentes da 1ª Seção: MS 11600/DF, Rel. para acórdão Min. Teori Zavascki, DJ 27.11.2006, 2. Isto porque, consoante o art. 2º, V, da Portaria 761/CmtEx, DJ de 02/12/03 - que dispõe sobre delegação de competência no âmbito do Exército -, a competência para gerir o pagamento de proventos de oficiais e praças foi subdelegada ao Diretor de Inativos e Pensionistas. Outrossim, a competência para a matéria relativa a pagamento de proventos e pensões foi conferida à Seção de Inativos e Pensionistas, nos termos do art. 6º da Portaria nº 118/DGP, DJ DE 21/11/02, que aprova as Instruções Reguladoras da Administração de Inativos e Pensionistas do Exército. 3. Mandado de segurança extinto sem resolução do mérito, revogando-se a liminar anteriormente concedida. Prejudicado o agravo regimental".

10.Não conhecimento do incidente ofertado pela União Federal nos termos da questão de ordem nº 13, da TNU .

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, não conhecer do pedido de uniformização, apresentado pela União Federal, nos termos do voto-ementa constante dos autos, que passam a fazer parte deste julgado.

Brasília, 16 de agosto de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Relatora

PROCESSO: 0502844-56.2004.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: ARNALDO ALVES FARIAS
PROC./ADV.: GISELE LEMOS KRAVCHYCHYN
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

EMENTA

TRIBUTÁRIO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PREVIDÊNCIA PRIVADA. VALORES RECOLHIDOS PELO AUTOR A TÍTULO DE IRPF NO PERÍODO DE 01 DE JANEIRO DE 1989 E 31 DE DEZEMBRO DE 1995. VIGÊNCIA DA LEI 7.713/88. CABIMENTO DA RESTITUIÇÃO TAL QUAL AFIRMADO NA SENTENÇA E ACÓRDÃO. BIS IN IDEM. APOSENTADORIA EM 31/07/1998. ABSTENÇÃO DE DESCONTO DE IMPOSTO DE RENDA. DESCABIMENTO. QUESTÃO DE ORDEM 22. JURISPRUDÊNCI DO STJ. QUESTÃO DE ORDEM 5. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL NÃO CONHECIDO

1. Tal qual bem afirmado na sentença e no acórdão recorrido, no caso concreto, o autor pede abstenção de retenção de imposto de renda no tocante à quantia que lhe é paga como complemento da aposentadoria. Ocorre que a Lei atualmente em vigor (Lei 9.250/95) prevê que a incidência do imposto de renda se dá no momento do recebimento. Por força do princípio tempus regit actum, como houve contribuições após a sua vigência, a tributação agora realizada deve obedecer à lei vigente neste momento. Logo, nesta parte o pedido improcede. O autor ainda pede restituição do que pagou a título de IRPF. Neste ponto, o autor tem razão, pelo que, tem direito ao que lhe foi cobrado no período de 01/01/1989 a 31/12/1995, para evitar bis in idem. Aplicável a Questão de Ordem 5 desta TNU, posto que o acórdão recorrido encontra-se de acordo com a jurisprudência do STJ.

2 Pelo exposto, NÃO CONHEÇO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL.

ACÓRDÃO

Os Juízes Federais membros da TNU acordam em não conhecer do presente incidente de uniformização.

Brasília, 16 de agosto de 2012.

VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
Relator

PROCESSO: 0516161-55.2007.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOÃO LUIZ DOS SANTOS,
PROC./ADV.: NEUTEL ANDRADE LIMA NETO
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

EMENTA

TRIBUTÁRIO - IMPOSTO DE RENDA - BENEFÍCIO PECUNIÁRIO DIFERIDO RECEBIDO EM PROGRAMA DE APOIO À PRÉ-APOSENTADORIA - AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA - QUESTÃO DE ORDEM 22 - INCIDENTE NÃO CONHECIDO

1. Trata-se de incidente de uniformização interposto pela parte autora aduzindo que o acórdão recorrido contrariou a Súmula 215 do STJ, o acórdão unificador da jurisprudência proferido pela 1a Seção (REsp 1.102.575) e o entendimento desta TNU (Processo n. 2004.70.50.012516-4) tendo em vista que todas as Verbas do benefício diferido "aderido em contrato bilateral, mediante normas abstratas (Programa de pré-aposentadoria) e postas à adesão, mediante condições e não pagas voluntariamente pela empregadora, têm natureza indenizatória pela demissão antecipada de seu vincula trabalhista seja qual for o motivo (rescisão de contra ou aposentadoria voluntária).

2. O incidente de uniformização não merece ser conhecido tendo em vista que a improcedência foi decorrente da caracterização da verba recebida pelo recorrente no âmbito da demissão voluntária ofertada pela COELCE como remuneratória, e não indenizatória, por ter entendido que tal verba fora paga por ato de liberalidade do empregador e, por consequência, atribuindo-lhe a condição de acréscimo patrimonial por remuneração. Com efeito, fundamentou a sentença, mantida na íntegra pelo acórdão, que a adesão ao plano denominado Programa de Apoio à Pré-aposentadoria, que consiste no pagamento pela empresa aos empregados de remuneração sob a rubrica BENEFÍCIO PECUNIÁRIO DIFERIDO, valor que fora acertado em 46 prestações mensais, tem natureza remuneratória e não indenizatória, uma vez que se trata de liberalidade do empregador. Todavia, os acórdãos colacionados como paradigmas do STJ tratam de adesão ao PDV e não versam sobre a verba especificamente deferida no programa de apoio à pré-aposentadoria. Questão de ordem 22. Não houve cotejo analítico com o precedente desta TNU, cujos termos sequer foram transcritos nas razões do incidente. Por outro lado, discutir se tal verba tem natureza indenizatória por ser decorrente do Acordo Coletivo com a COELCE implicaria em examinar o próprio teor do acordo coletivo, inviável nesta sede, por se tratar de inovação no fundamento jurídico do pedido, já que não prequestionado tal argumento nas instâncias ordinárias.

3. Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Os Juízes Federais membros da TNU acordam em não conhecer do presente incidente de uniformização nos termos acima.

Brasília, 16 de agosto de 2012.

VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
Relator

PROCESSO: 2008.70.50.006249-4
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: PAULO ROBERTO DE MENEZES SOUZA
PROC./ADV.: MARSAL JUNGLES DOS SANTOS
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

EMENTA

TRIBUTÁRIO - FUSEX - CONTRIBUIÇÃO QUE INCIDE SOBRE REMUNERAÇÃO - AUSÊNCIA DE JUNTADA DO ACÓRDÃO DE TR DE OUTRA REGIÃO TRAZIDO COMO PARADIGMA - QUESTÃO DE ORDEM 3 - INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora interposto contra acórdão de turma recursal que entendeu que, a partir da MP 2.131/2000, a contribuição para o FUSEX passou a ser exigível à alíquota de 3,5% ao mês sobre as parcelas da remuneração que farão parte do futuro provento ou pensão.

Invoca como paradigma acórdão da TR DF, que considerou o soldo como base de cálculo para a contribuição para o FUSEX.

2. O acórdão da TR DF colacionado como paradigma foi tão somente transcrito no corpo das razões recursais, não tendo sido juntado efetivamente ao recurso. Outrossim, em que pese ser mencionada a url de sua localização no sítio da Justiça Federal do Distrito Federal, a mesma não é completa, além do que sua transcrição sequer foi integral, não atendendo aos requisitos formais exigidos por esta Turma Nacional de Uniformização quando se trata de acórdãos de Turmas Recursais de outras Regiões trazidos como paradigma.

3. Voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Jurisprudência não conhecer do incidente de uniformização.

Brasília, 16 de agosto de 2012.

VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
Relator

PROCESSO: 2008.71.50.012427-1
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JULIA CRISTINA SILVA DOS SANTOS
PROC./ADV.: JORGE LUIZ FERRI BERZAGUI
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, DÚVIDA, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO - EMBARGOS REJEITADOS

1. Trata-se de Embargos de Declaração em face de acórdão proferido pelo órgão colegiado em Sessão sob alegação de que o mesmo seria omisso por se basear em precedentes anteriores ao ano de 2009 que não refletiriam o atual entendimento desta TNU.

2. Inexiste omissão, contradição, obscuridade ou dúvida no acórdão ora embargado.

3. Voto no sentido de REJEITAR OS PRESENTES EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Jurisprudência REJEITAR OS PRESENTES EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

Brasília, 16 de agosto de 2012.

VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
Relator

PROCESSO: 2009.70.50.008319-2
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ANTONIO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MAURO CAVALCANTE DE LIMA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

EMENTA

TRIBUTÁRIO - INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA SOBRE ABONO PERMANÊNCIA - NOVA JURISPRUDÊNCIA DO STJ - NATUREZA REMUNERATÓRIA - INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Inicialmente, o STJ e esta TNU entendiam que não incidia Imposto de Renda sobre o abono de permanência em virtude de sua natureza indenizatória. Todavia, operou-se mudança na orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça tendo a Corte Especial entendido que o abono permanência previsto no art. 40 parágrafo 19 da CR 88 tem natureza jurídica de verba remuneratória razão pela qual incide imposto de renda (STJ, REsp 1.105.814).

2. Voto no sentido de CONHECER DO INCIDENTE D EUNIFORMIZAÇÃO E DAR-LHE PROVIMENTO PARA FIRMAR A TESE DE QUE O ABONO PERMANÊNCIA PREVISTO NO ART. 40 PARÁGRAFO 19 DA CR 88 TEM NATUREZA JURÍDICA DE VERBA REMUNERATÓRIA RAZÃO PELA QUAL INCIDE IMPOSTO DE RENDA, JULGANDO IMPROCEDENTE O PEDIDO INICIAL.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Jurisprudência conhecer do incidente de uniformização e dar-lhe provimento nos termos acima.

Brasília, 16 de agosto de 2012.

VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
Relator

PROCESSO: 0505947-41.2008.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DAFAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): LUCIANO FELICIANO DA SILVA
PROC./ADV.: LÚCIO FRANLKLIN GURGEL MARTINIANO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA

EMENTA

TRIBUTÁRIO. PRESCRIÇÃO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. RAZÕES DISSONANTES DOS PARADIGMAS INVOCADOS. JULGADOS PROFERIDOS POR TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS NÃO PODEM SER UTILIZADOS COMO PARADIGMA A FUNDAMENTAR A INTERPOSIÇÃO DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de ação em que a parte autora objetiva o reconhecimento da prescrição do débito que lhe foi cobrado, bem como o ressarcimento, incluindo juros e correção monetária, dos valores pagos em razão do referido débito.

2. Sentença de procedência do pedido sob o fundamento que as "informações sobre os débitos da inscrição" (anexo 5), demonstram que as dívidas que estão sendo cobradas do autor referem-se a parcelas de imposto cuja apuração se deu no exercício de 1999, já lançadas e cobradas pela Fazenda Nacional, com data de vencimento em 28/04/2000 (principal) e 19/11/2001 (multa). O acórdão considerou que tendo em vista que o imposto já havia sido homologado e lançado, tem-se que a contagem do prazo prescricional iniciou-se com o vencimento da dívida, em 2000 e 2001, encerrando-se, pois, em 2005 e 2006. Como o parcelamento se deu apenas em 19/01/2007 (anexo 3), já havia transcorrido prazo superior aos 5 anos previsto no art. 174, I, do CTN, devendo ser reconhecida a prescrição dos débitos em questão.

3. A Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte manteve a sentença pelos seus próprios fundamentos, acrescentando que o art. 174, caput, do Código Tributário Nacional fixa que a ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva, quando então se dá o lançamento definitivo na esfera administrativa, iniciando-se, a partir de então, o lustro prescricional para que a Fazenda ajuíze a ação de cobrança do crédito tributário. - Tratando-se de crédito tributário constituído nos anos de 2000 e 2001, a prescrição para a Fazenda Nacional ajuizar execução fiscal deste crédito incidiu em 2005 e 2006, não consistindo o ulterior parcelamento de débito reconhecimento da dívida pelo contribuinte.

4. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela União (Fazenda Nacional), com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001.

5. Alegação de que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência dominante do STJ e TRFs. Sustenta que o crédito tributário constitui-se definitivamente trinta dias após notificação de pagamento. Sustenta, também, que o pagamento ainda que parcial interrompe a prescrição. Sustenta, ainda, que o prazo da prescrição é interrompido pela confissão e parcelamento da dívida fiscal.

6. Incidente admitido na origem.

7. Todavia, o incidente não merece ser conhecido. Isso porque a parte recorrente sustenta que o crédito tributário constitui-se definitivamente trinta dias após notificação de pagamento, no entanto, os paradigmas invocados do STJ ((REsp 857614/SP - Primeira Turma; Rcl 1906/PR - Primeira Seção), dissonantes das razões do incidente interposto, referem que, nas hipóteses em que o lançamento se dá de ofício, o crédito tributário é considerado definitivamente constituído a com a regular notificação do lançamento ao contribuinte, não depois de trinta dias.

8. Quanto à alegação de que o pagamento ainda que parcial interrompe a prescrição (TRF da Primeira Região - AC - APELAÇÃO CIVEL - 200801990623968), os julgados proferidos por Tribunais Regionais Federais não podem ser utilizados como paradigma a fundamentar a interposição de Incidente de Uniformização, diante da ausência de previsão legal.

9. Por fim, quanto à alegação de que o prazo da prescrição é interrompido pela confissão e parcelamento da dívida fiscal, não há divergência, uma vez que o acórdão recorrido reconheceu a prescrição do crédito tributário em período anterior ao parcelamento.

10. Incidente de uniformização de jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER o Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte requerente, nos termos da fundamentação.

Brasília, 16 de agosto de 2012.

ADEL AMÉRICO DIAS DE OLIVEIRA
Relator

AUTOS FÍSICOS

ACÓRDÃOS

PROCESSO: 0020359-33.2005.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
AGAVANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
AGRAVADO(A): MARCILIO DE MATOS SOUSA
PROC./ADV.: VALDELENE PEREIRA DUARTE
PROC./ADV.: VALDELINA PEREIRA DUARTE CORRÊA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. MATÉRIA PROCESSUAL. VALOR DA CAUSA. NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. ART. 14 DA LEI N. 10.259/01. SÚMULA 43 DA TNU.

1. Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual, por força do art. 14 da Lei n. 10.259/01.

2. Súmula 43 da TNU.

3. Agravo regimental improvido. Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional De Uniformização, negar provimento ao agravo regimental e não conhecer o IU, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Sessão em agosto de 2012.

ANTONIO FERNANDO SHENCKEL DO AMARAL E SILVA
Relator

PROCESSO: 2007.71.95.013219-5
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
EMBARGANTE: ARNALDO ERICO HUFF
PROC./ADV.: LUCIANA PEREIRA DA COSTA
EMBARGADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO POR AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE NO JULGADO DA TNU. ART. 48 DA LEI N. 9.099/95. PRETENSÃO DE NOVO JULGAMENTO DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Os embargos de declaração exigem, para seu conhecimento e provimento, uma deficiência na decisão judicial, que pode revelar-se através de uma omissão, de uma dúvida razoável ou de uma contradição entre seus termos que, no caso em apreço, inexistem. Daí o porquê de não admitir-se inovação jurídica ou fática nos embargos de declaração e, muito menos, rediscussão da matéria já decidida.

2. Embargos de declaração não conhecidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional De Uniformização, não conhecer os embargos de declaração, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.Sessão em agosto de 2012.

ANTONIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
Relator

PROCESSO: 2009.33.00.701102-2
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSELITA ELIAS DO LAGO
PROC./ADV.: RENATO SOUZA SANTANA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. JURISPRUDENCIA DA TNU NO MESMO SENTIDO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM N. 13 DA TNU. PEDIDO NÃO CONHECIDO.

1. A TNU decidiu recentemente: "PREVIDENCIÁRIO. INDEFERIMENTO, NA VIA ADMINISTRATIVA, DE AMPARO ASSISTENCIAL. DECADÊNCIA. INAPLICABILIDADE. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL DE PARCELAS. INCIDENTE PROVIDO. 1. Pretende a parte autora a modificação de acórdão que decretou a prescrição do fundo de direito da ação, por decurso de prazo quinquenal após o indeferimento de amparo assistencial na via administrativa. Argumenta que incidiria, na espécie, apenas a prescrição de parcelas vencidas antes do quinquênio que antecedeu a propositura. Aponta dissídio com jurisprudência dominante do eg. STJ e desta TNU, que abriga seu entendimento. Presentes os pressupostos de admissibilidade do incidente, adentro-lhe o mérito. 2. Para enfrentar a existência ou não de prazo decadencial para postulação de benefício assistencial negado na via administrativa, traço necessário paralelo com os benefícios previdenciários. 3. Vinco que a prescrição do fundo de direito prevista no Decreto nº 30.910/32 tem aplicação somente no regime previdenciário estatutário, não alcançado o regime previdenciário geral que, dada a sua especialidade, possui regramento próprio. 4. De fato, nas lides de natureza previdenciária, a alegada "prescrição do fundo de direito" se confunde com a decadência do direito, que está regulada no art. 103 da Lei nº 8.213/91. Conforme redação conferida ao mencionado dispositivo legal pela Lei nº 10.839/2004, que restabeleceu o prazo decenal inicialmente previsto na Lei nº 9.528/97 e posteriormente reduzido para cinco anos pela Lei nº 9.711/98, "é de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo". Antes da vigência dessa norma, o entendimento jurisprudencial era de que não haveria de se falar em decadência ou prescrição do fundo de direito para a postulação de benefícios assistenciais ou previdenciários, bem como de diferenças a eles relativas. 5. Mesmo após a última alteração do art. 103 da Lei n.º 8.213/91, a decadência do direito de revisão por ela instituída refere-se, exclusivamente, ao ato de concessão de benefício, eis que a norma é expressa nesse sentido. Esse dispositivo legal estabelece que o prazo decenal fixado é contado "do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo". Nesse sentido, o mero indeferimento de benefício, ou de seu indeferimento inicial na via administrativa, não está sujeito à caducidade, porquanto a expressão "decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo" constante da norma legal deve ser interpretada correlacionada com o seu antecedente frasal, que diz respeito apenas a eventual pedido de revisão, formulado na seara administrativa. 6. Assim, nem mesmo na seara previdenciária existe prazo decadencial a ser contado a partir do indeferimento de pedido administrativo. 7. Feitas estas considerações, passo ao exame da decadência do direito de postular benefício assistencial indeferido na via administrativa. Se nem para o regime previdenciário geral se aplica a norma veiculada no artigo 1º do Decreto n. 20.910, com muito mais razão tal normas não atinge os benefícios assistenciais, que possuem maior grau de especialidade e relevância. 8. Se a legislação previdenciária somente prevê prazo decadencial para a revisão de ato de concessão de benefício, qualquer paralelo com a seara assistencial somente pode, analogicamente, permitir a consideração de prazo decadencial para o ato de concessão de benefício assistencial. Mas como se trata de benefício não contributivo, necessariamente equiparado ao salário-mínimo, a revisão de sua concessão, por provocação do titular, é logicamente impossível (excetuando-se, logicamente, pedidos de cancelamento que não equivalem a uma revisão propriamente dita, salvo quando promovida pela Administração). 9. Registro que benefícios assistenciais não são mera liberalidade do legislador pátrio, tampouco como favor concedido pelo Estado. O amparo assistencial foi previsto no ordenamento jurídico pátrio como instrumento necessário a trazer efetividade às normas constitucionais previstas no capítulo reservado à assistência social, política pública não contributiva inserida nos deveres do Estado e nos direitos dos cidadãos brasileiros, pautada na dimensão ética da garantia de efetivação da inclusão social daqueles que não conseguem ter existência digna em função de sua extrema vulnerabilidade social, seja por força da idade avançada, seja por força de uma deficiência mental ou física. 10. Com essa finalidade, o benefício de prestação continuada garante a transferência mensal de um salário mínimo ao idoso, com idade de 65 anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, que por força das condições físicas inerentes a essas vicissitudes se encontre incapacitada para prover a própria subsistência ou de tê-la provida por sua família. É um direito de cidadania que garante a proteção social não contributiva da Seguridade Social. Assim, revela-se absurdo pretender que eventuais erros da Administração no indeferimento desse tipo de benefício possa levar à caducidade de um direito cuja satisfação se revela como sendo um dever do próprio Estado. 11. Por conseguinte, o direito à obtenção de benefício assistencial indeferido previamente na via administrativa não se sujeita

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

à decadência, submetendo-se apenas à prescrição qüinqüenal de parcelas, conforme orientação fixada na Súmula nº 85 do STJ. Esta também a orientação deste Colegiado Nacional, conforme julgado assim ementado: PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. AMPARO SOCIAL. PRESCRIÇÃO. SÚMULA Nº 85 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PRESTAÇÃO CONTINUADA. NATUREZA ALIMENTÍCIA. NÃO APLICÁVEL A PRESCRIÇÃO DE FUNDO DE DIREITO. PARCELAS DEVIDAS E NÃO QUITADAS NO QÜINQÜENIO ANTERIOR AO AJUIZAMENTO DA DEMANDA. CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO RECURSO. 1. A decisão recorrida, ao conjurar prefacial de prescrição de fundo de direito, contraria a Súmula nº 85 do Superior Tribunal de Justiça, ensejando hipótese de conhecimento do pedido de uniformização. 2. Sendo os benefícios assistenciais de prestação continuada e de natureza alimentícia, não se aplica a prescrição de fundo de direito, em razão de haver sido ou não negado o direito na via administrativa, de modo que ao ingressar em juízo, e, restando reconhecida a incapacidade total para o exercício de atividade laborativa desde a data em que cancelado o primeiro benefício, faz jus a perceber as parcelas não prescritas e não quitadas, relativas ao qüinqüênio anterior ao ajuizamento da ação. 3. Recurso conhecido e provido. (PEDILEF 200537007532330, JUIZ FEDERAL EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR, TNU - Turma Nacional de Uniformização, DJU 06/07/2007.) 12. Por fim, superada a prejudicial de prescrição e considerando que as instâncias inferiores não completaram a instrução do feito, determino a anulação da sentença e do acórdão recorridos, com o retorno dos autos ao Juizado de origem, para reabertura da instrução processual e incursão no mérito da lide. 13. Incidente provido. É como voto". (PEDILEF 05001899620084058201, Relatora JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, Data da Decisão 29/03/2012, Fonte/Data da Publicação DOU 20/04/2012)

2. Destarte, o conhecimento do pedido encontra óbice na QO n. 13 desta TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

3. Pedido de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional De Uniformização, não conhecer do recurso, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Sessão em agosto de 2012.

ANTONIO FERNANDO SHENCKEL DO AMARAL E SILVA
Relator

PROCESSO: 0000003-89.2012.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
RECLAMANTE: SÍLVIA GULART MONTEIRO
PROC./ADV.: MARIA ISABEL PEREIRA DA COSTA
RECLAMADO(A): JUIZ FEDERAL CAIO ROBERTO SOUTO DE MOURA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

RECLAMAÇÃO EM INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA ESPECIAL. DESCUMPRIMENTO DO COMANDO DA TNU - TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO PELA PRESIDÊNCIA DA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO SUL. PROVIMENTO DO RECURSO.

1.Pedido de concessão de aposentadoria especial.

2.Pedido julgado procedente.

3.Modificação do julgado pela Turma Recursal do Rio Grande do Sul. Entendimento de que após 28-04-1995 far-se-ia necessária comprovação da exposição a agentes nocivos, de forma habitual e permanente.

4.Decisão da TNU - Turma Nacional de Uniformização de parcial provimento ao incidente nos autos do processo de nº 2007.71.95.022763-7.

5.Descumprimento da decisão da TNU - Turma Nacional de Uniformização pelo Juiz Federal Caio Roberto Souto de Moura.

6.Alegação de que a parte autora não fora intimada da decisão de fls. 266-267.

7.Reclamação, interposta pela parte autora, com espeque no art. 13 da Lei nº 8.038/90 e na Questão de Ordem nº 16 da TNU - Turma Nacional de Uniformização.

8.Pedido de que haja integral cumprimento da decisão da TNU - Turma Nacional de Uniformização, constante de fls. 254/260, com cassação da decisão exorbitante de seu julgado, com esteio nos arts. 17 e 18 da Lei nº 8.030/90.

9.Manifesto descumprimento, pelo Juiz da 2ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul, de julgado da TNU: "Ocorre que, no caso, o voto desta Turma Recursal que embasou o acórdão recorrido já se encontra em consonância com o entendimento contido na decisão da Presidência, não havendo qualquer providência a ser tomada por este Juízo, tampouco inexiste ponto acerca do qual pode se retratar".

10.A decisão reclamada, ao negar que haja qualquer providência a ser tomada pelo juízo, sem a observância do prévio comando jurisdicional emanado desta TNU - Turma Nacional de Uniformização, acaba por afrontar a autoridade da sua decisão, constitucional e legalmente assegurada.

11.Cabe frisar que a presente Reclamação não se qualifica como mero sucedâneo de recurso na busca de reforma de 'decisum' de primeiro grau, haja vista o prévio incidente de uniformização dirigida à TNU - Turma Nacional de Uniformização.

12.Reclamação julgada procedente, para cassar a decisão exorbitante e determinar que a decisão proferida pela TNU - Turma Nacional de Uniformização, nos autos de nº 2007.71.95.022763-7 seja efetivamente cumprida, com a explicitação daqueles elementos essenciais à execução.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização prover a reclamação interposta nos autos do incidente de uniformização de jurisprudência.

Brasília, 16 de agosto de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Relatora

PROCESSO: 2008.39.00.702760-2
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
EMBARGANTE: DOMINGAS FERREIRA ALVES
PROC./ADV.: JOSEMI NOGUEIRA ARAUJO
EMBARGADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - PREVIDENCIÁRIO - PENSÃO VITALÍCIA - SERINGUEIRO - BENEFÍCIO NÃO REQUERIDO PELO TITULAR - IMPOSSIBILIDADE DE TRANSFERÊNCIA - HIPOSSUFICIÊNCIA NÃO COMPROVADA - AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA - QUESTÃO DE ORDEM 18 E 22 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS - MANUTENÇÃO DA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NÃO CONHECEU DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO

Trata-se de Embargos de Declaração interpostos em face de decisão monocrática que manteve a decisão proferida pelo MM. Ministro Presidente desta Turma Nacional de Uniformização que inadmitiu o incidente de uniformização suscitado pela parte autora.

Aduz a autora, em síntese, o desacerto do decisum, que seria omisso, alegando que faz jus à pensão requerida porque seu marido preencheu os requisitos necessários à percepção da mesma. Alega ainda que não se trata de direito personalíssimo e que o art. 54 do ADCT garante que tal benefício gera pensão aos dependentes.

Não merece reparos a decisão impugnada.

A decisão não padece de nenhum vício de omissão, dúvida, contradição ou obscuridade.

Com efeito, dispôs a decisão que o art. 54 do ADCT assegura aos seringueiros que não possuam meios para sua subsistência e de sua família, o pagamento de pensão mensal vitalícia, isso em face da atividade extrativista exercida, como ex-soldado da Borracha, por ocasião da 2ª Guerra Mundial. Igualmente, é garantida também é a transferência do referido beneficio aos dependentes, desde que estes preencham os requisitos estabelecidos em lei.

Ocorre que, da análise da decisão impugnada, constata-se que a improcedência do pedido se deu por duas razões: o de cujus nunca gozou do benefício pleiteado nos autos, nem sequer o requereu ao INSS, e a parte autora, por sua vez, não faz prova de sua carência, pois há documentos que comprovam que esta percebe aposentadoria por idade.

Assim, ainda que se admita o direito do de cujus ao benefício, a autora não preencheu o requisito da hipossuficiência econômica, impondo-se, portanto, a Questão de Ordem nº 18 da Turma Nacional de Uniformização: "É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as razões não abrangem todos eles."

De outro norte, o paradigma trazido para embasar a alegada divergência não guarda similitude fática e jurídica com a decisão impugnada, pois o deslinde da causa se deu num contexto totalmente diverso. O acórdão do E. STJ versa sobre hipótese em que o benefício foi requerido pelo próprio titular do direito, enquanto que no caso destes autos, o requerimento é feito pela viúva do titular.

Com efeito, o Agravo Regimental no REsp 1.062.823 trata apenas que a perda da qualidade do segurado do falecido não obsta o percebimento do benefício pensão por morte, quando o de cujos houver preenchido anteriormente os requisitos necessários à aposentação, o que não é hipótese dos autos, que versa especificamente sobre o caso dos seringueiros. Deste modo, a parte autora não traz paradigma que afaste o caráter personalíssimo do benefício, tal qual pontuado na sentença/acórdão recorrido.

Outrossim, o Recurso Especial 501.035 não se presta a atacar a ausência de hipossuficiência já que o mesmo versa sobre inexistência de vedação legal na cumulação da pensão especial de seringueiro com a aposentadoria por idade, e o que se discute nos autos é a inexistência de comprovação de ausência de meios de sobrevivência para si e sua família.

No mais, considero prequestionados o art. 2º da Lei 7.986/89 e do art. 74 e 124 da Lei 8.213/91 pelas razões acima expostas.

Pelo exposto, REJEITO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. P. R. I.

BRASÍLIA, 16 de agosto de 2012.

ACÓRDÃO

Acordam os Juízes Federais membros da Turma Nacional de Uniformização em rejeitar os presentes embargos de declaração.

BRASÍLIA, 16 de agosto de 2012.

VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
Relator

PROCESSO: 0000485-29.2010.4.01.9330
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): DOMINGOS MOREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

EMENTA

TRIBUTÁRIO - ADMINISTRATIVO - PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - PSS SOBRE 1/3 DE FÉRIAS - LEGITIMIDADE PASSIVA DA UNIÃO - JURISPRUDÊNCIA DA TNU - PEDILEF 2007.83.00.5375120 - PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO PARA ANULAR O PROCESSO DESDE A CITAÇÃO

1. Trata-se de demanda ajuizada por servidor público em face da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, objetivando que esta se abstenha de realizar descontos de contribuição para o PSS sobre o adicional de 1/3 de férias.

2. A parte autora exerceu seu direito de ação em face da "UNIÃO (FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE)". Em que pese se tratarem de pessoas jurídicas distintas, certo é que o Juízo de origem determinou a citação apenas da Fundação, em detrimento do Ente Federativo, tendo a FUNASA sustentado sua ilegitimidade passiva. Fato que foi ratificado quando da prolação da sentença, na medida em que analisou a preliminar de ilegitimidade passiva da FUNASA assentando rejeitar a preliminar (fls. 43). A decisão fora mantida pela Turma Recursal da Bahia (fls. 75).

3. A E. TNU já teve a oportunidade de se manifestar acerca do objeto do presente pedido de uniformização quando do julgamento do PEDILEF 200783005375120, cujo teor transcrevo:

TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O ADICIONAL DE FÉRIAS. ILEGITIMIDADE PASSIVA. EQUÍVOCO NÃO IMPUTÁVEL À AUTORA. INCIDÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM N. 08 DA TNU. 1. A autora ajuizou corretamente a demanda em face da União, apenas especificando a manutenção do seu vínculo com a Escola Agrotécnica Federal de Vitória de Santo Antão (EAVSA). Ocorre que a citação e todos os demais atos de intimação se deram em relação à EAVSA, e não à União - essa, sim, a parte legítima para figurar no pólo passivo da ação. 2. Sendo a legitimidade passiva um das condições da ação, mas ausente na presente causa, configura-se situação ensejadora da aplicação da Questão de Ordem n. 08 da TNU, segundo a qual "Conhecido o pedido de uniformização e constatada a falta de pressupostos processuais ou de condições da ação, o processo deve ser anulado de ofício." 3. Incidente conhecido para anular o processo desde a citação, determinando-se o retorno dos autos ao juízo de origem, a fim de que proceda à citação da União e dando-se regular andamento ao feito. (PEDILEF 200783005375120, TNU, Rel. JUIZ FEDERAL DERIVALDO DE FIGUEIREDO BEZERRA FILHO, DJ 11/03/2010)

4. Assim, a demanda deveria ser exercida em face da União Federal, e não da FUNASA. Não há como imputar o equívoco exclusivamente ao autor, na medida em que indicou, minimamente, seu desejo de ingressar com o feito em face da União (fls. 03), verificando-se a hipótese de aplicação da Questão de Ordem n.º 08 da TNU: "Conhecido o pedido de uniformização e constatada a falta de pressupostos processuais ou de condições da ação, o processo deve ser anulado de ofício."

5. Ante o exposto, CONHEÇO E DOU PROVIMENTO ao pedido de uniformização interposto pela FUNASA para anular o processo desde a citação, determinando-se o retorno dos autos ao juízo de origem, a fim de que proceda à citação da União e dando-se regular andamento ao feito.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização em CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso.

Brasília,16 de agosto de 2012.

VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
Relator

PROCESSO: 0000008-14.2012.4.90.0000
PROCESSO ORIGINAL: 2009.51.51.000371-1
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
AGRAVANTE: LUIZ FERREIRA MUNIZ
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
AGRAVADO(A): PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL INTERPOSTO EM FACE DE DECISÃO COLEGIADA DA TNU - IMPOSSIBILIDADE - ART. 34 DO REGIMENTO INTERNO DA TNU - AGRAVO NÃO CONHECIDO

Trata-se de Agravo Regimental interposto pela parte autora em face de Acórdão proferido por esta Turma Nacional de Uniformização.

O agravante o faz com base no art. 34 do Regimento Interno da TNU.

Como se depreende da norma invocada pela parte agravante, o recurso ora manejado se destina apenas às hipóteses de ataque a decisões monocráticas do Relator, não sendo apto a atacar Acórdão proferido pelo Colegiado. É o que exatamente dispõe o art. 34 do Regimento Interno da TNU, sendo essa a natureza do Agravo Regimental (levar ao colegiado decisão proferida monocraticamente pelo Relator).

Mostra-se, portanto, inviável a utilização do presente recurso para o objetivo que deseja a parte agravante.

Pelo exposto, NÃO CONHEÇO DO AGRAVO REGIMENTAL SUSCITADO PELA PARTE AUTORA.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU em NÃO CONHECER do Agravo Regimental .

Brasília,16 de agosto de 2012.

VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
Relator

PROCESSO: 2007.72.95.007787-3
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
AGRAVANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
AGRAVADO(A): MARIA CECÍLIA DE BORBA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL. INADMISSÃO DE PROCESSAMENTO DE PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO PELA PRESIDÊNCIA DA TNU. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS DO CONTEÚDO DA DECISÃO AGRAVADA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO DECISUM RECORRIDO. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1 - Trata-se de agravo regimental interposto em face de decisão do Presidente desta TNU que não admitiu o pedido de uniformização manejado em face de acórdão que manteve a sentença de procedência do pedido de concessão de amparo assistencial. Tendo a Presidência negado seguimento ao agravo, em face da dissociação entre as razões recursais e a situação de fato posta nos autos, o INSS interpôs Recurso Extraordinário o qual foi provido, para determinar a apreciação do agravo regimental pelo Órgão Colegiado, consoante decisão prolatada no AI 758.362/SC (fl. 201).

2 - O incidente cuja inadmissão se questiona trata da interpretação a ser conferida ao art. 34, § único da Lei nº. 10.741/03 (Estatuto do Idoso), para fins de aferição da miserabilidade em demandas nas quais se pretende a concessão de benefício assistencial. A Presidência deste Colegiado inadmitiu o incidente sob o fundamento de que o acórdão recorrido acompanha o entendimento desta TNU - que adota a interpretação sistemática do referido dispositivo legal, de modo a excluir do cálculo da renda per capita familiar o rendimento oriundo de qualquer benefício previdenciário no valor de um salário mínimo percebido por membro da família do idoso. Ressalta-se que, na data da prolação dessa decisão (3.6.2008), o e. STF ainda não havia reconhecido a repercussão geral da matéria (RE 580.963), o que somente ocorreu em 17.9.2010.

3 - As razões do agravo regimental interposto contra a decisão da Presidência, no entanto, tratam da possibilidade de revisão da Renda Mensal Inicial de aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença mediante a aplicação do art. 29, § 5º da Lei nº. 8.213/91 - controvérsia que não guarda qualquer pertinência temática com a situação de fato discutida na presente ação. Assim, o recorrente não se desincumbiu do ônus de fundamentar seu pedido, impugnando especificamente as razões da decisão agravada, o que atrai, por analogia, a incidência da Súmula nº. 284 do STF ("É inadmissível o Recurso Extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia"). No mesmo sentido já decidiu o STJ (AgRg no REsp 1281368/SP, Rel. Ministro GILSON DIPP, Quinta Turma, DJe 19.12.2011).

4 - Decisão da Presidência que inadmitiu o incidente de uniformização mantida por seus próprios fundamentos.

5 - Agravo Regimental não provido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência negar provimento ao agravo regimental nos termos do voto-ementa do relator.

Brasília, 16 de agosto de 2012.

ALCIDES SALDANHA
Relator

PROCESSO: 2008.71.95.000798-8
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LUIS CARLOS DUARTE PERES
PROC./ADV.: JOSÉ ADEMAR DE PAULA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA

EMENTA

DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. CONVERSÃO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL EM COMUM. FUNÇÃO DE VIGILANTE. JURISPRUDÊNCIA DA TNU. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. APLICAÇÃO DAS QUESTÕES DE ORDEM N.º 13 E 22, TNU. REEXAME DE FATO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 42, TNU. NÃO CONHECIMENTO.

1 - Pedido de Uniformização interposto em face de acórdão que, negando provimento ao recurso inominado do autor e dando parcial provimento ao recurso do INSS, julgou parcialmente procedente pedido de aposentadoria por tempo de contribuição mediante conversão de tempo de serviço especial em comum. Inadmitido o incidente pela Turma de origem, foi requerida, tempestivamente, a submissão da admissibilidade do recurso à Presidência desta Turma Nacional nos termos do art. 7º, VI do RI/TNU. Distribuição aos Relatores, para melhor análise do pedido.

2 - Apontados como paradigmas da divergência: a) Súmula nº. 26 da TNU: "A atividade de vigilante enquadra-se como especial, equiparando-se à de guarda, elencada no item 2.5.7. do Anexo III do Decreto nº. 53.831/1964"; b) REsp nº. 422.616/RS, no qual se fixou a tese da inexigibilidade do laudo pericial até o advento da Lei 9.528, de 10/12/1997, para fins de conversão de tempo especial e c) REsp nº. 506.014/PR e REsp nº. 541.377/SC, que reputaram válida a possibilidade da conversão em comum do tempo de serviço prestado em condições especiais, para fins de concessão de aposentadoria, nos termos da legislação vigente à época em que exercida a atividade especial, desde que anterior a 28 de maio de 1998.

3 - Consolidação, nesta TNU e no STJ, do entendimento segundo o qual se faz imprescindível a efetiva demonstração do porte de arma de fogo para caracterizar a insalubridade da atividade de vigia (PEDILEF 2005.70.51.004277-6, Rel. Juíza Federal Vanessa Vieira de Mello, DOU 28.10.2011, julgado conforme o art. 7º, Res. CJF 22/2008, e REsp 413.614, Rel. Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, DJ 02.09.2002). Constatação, ademais, de que os paradigmas indicados não guardam similitude fático-jurídica, pois não se referem ao específico uso de arma de fogo. Quanto à divergência apontada no item "a", incidência das Questões de Ordem nº. 13 ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido") e nº 22, mutatis mutandis ("É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma"), ambas da TNU.

4 - Acordão recorrido cujo verdadeiro fundamento (prova judicial cabal de que a exposição ao agente nocivo não era habitual e permanente) não foi impugnado no pedido de uniformização, com efeito, não foi negada eficácia ao formulário DSS-8030 por causa da ausência de laudo técnico. Em verdade, foi negada validade ao referido formulário porque existe prova judicial (fls. 150/156) de que a exposição ao agente nocivo informado no formulário não era habitual e permanente. Divergência apontada no item "b" não demonstrada, impondo-se o não conhecimento do incidente nesse tocante.

5 - Acórdão recorrido que negou condição especial de trabalho após 11.12.1997 (vale dizer, após a lei que teria criado a exigência de laudo técnico ambiental) justamente com base no laudo de fls. 150/156, que comprova que a exposição ao agente nocivo não era habitual e permanente. Pedido de uniformização que não demonstra divergência de interpretação de direito material, mas apenas pretende reexame de fato. Aplicação da Súmula nº 42 da TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

6 - Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência não conhecer do incidente de uniformização nos termos do voto-ementa do relator.

Brasília, 16 de agosto de 2012.

ALCIDES SALDANHA
Relator

PROCESSO: 0002537-85.2008.4.04.7195
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ PAULO TAVARES DEMAMAN
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA

EMENTA

UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTA CONTRA DECISÃO PROFERIDA POR TURMA REGIONAL DE UNIFROMIZAÇÃO. TRABALHO PRESTADO SOB CONDIÇÕES ESPECIAIS. COMPROVAÇÃO DA EFETIVA EXPOSIÇÃO A AGENTES NOCIVOS. ACÓRDÃOS PARADIGMAS DA TNU. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM Nº. 22, TNU, MUTATIS MUTANDIS. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1 - Trata-se de Pedido de Uniformização de Lei Federal interposto pelo INSS contra acórdão proferido pela Turma Regional de Uniformização que, conhecendo parcialmente o incidente regional, deu provimento à parte conhecida para fixar a tese de que é permitida a conversão do período de atividade especial posteriormente à edição do Decreto nº. 2.172/97 se comprovada a efetiva exposição a agentes nocivos, independentemente da inexistência de previsão legal para o enquadramento da atividade periculosa.

2 - O recorrente aponta como paradigmas da divergência acórdãos proferidos pela TNU, que fixam as seguintes premissas: a) É possível o enquadramento profissional em geral até o advento da Lei nº. 9.032/95; b) No interregno entre a edição da Lei nº. 9.032/95 e o Decreto nº. 2.172/97, é possível o enquadramento apenas por exposição a agente nocivo periculoso e, a partir do Decreto 2.172/97, deixou de existir tempo de serviço especial por exposição a agentes periculosos e c) Impossibilidade de enquadramento da atividade de frentista, por não constar nos Decretos nº. 53.831/64 e 83.080/79.

3 - Ausência de similitude fático-jurídica entre o acórdão recorrido e os paradigmas apontados. Com efeito, o reconhecimento da especialidade do período em debate se deu em razão da efetiva comprovação a agentes nocivos, de forma habitual e permanente, não havendo de se falar em enquadramento profissional ou em agentes periculosos, eis que não se consideraram tais elementos para o proferimento da decisão. Aplicação da Questão de Ordem nº. 22 desta TNU, mutatis mutandis ("É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

4 - Incidente de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência não conhecer o incidente de uniformização nos termos do voto-ementa do relator.

Brasília, 16 de agosto de 2012.

ALCIDES SALDANHA
Relator

PROCESSO: 2009.32.00.704416-2
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
EMBARGANTE: ROSINEYDE CALDAS FELIX
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
EMBARGADO(A): EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
PROC./ADV.: ROSANGELA FLORES JUNKER
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OBSCURIDADE, OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO NÃO CARACTERIZADAS. INEXISTÊNCIA DE DÚVIDA ACERCA DA TESE DE DIREITO ACOLHIDA. PRETENSÃO DE REEXAME DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. NÃO PROVIMENTO.

1 - A decisão embargada, reafirmando a tese já uniformizada por esta TNU, adotou o entendimento de que: "mesmo ausente a declaração formal exigida é possível a condenação dos Correios no ressarcimento dos danos - materiais e morais - quando comprovado o conteúdo e valor da encomenda, por qualquer meio de prova admitido em direito". Com fundamento nessa premissa jurídica, julgou improcedente o pedido inicial, diante da ausência de prova de qualquer natureza acerca do conteúdo da postagem.

2 - Obscuridade, omissão ou contradição não caracterizadas. O acórdão impugnado encontra-se coerente e harmônico em sua fundamentação e não enseja dúvida acerca da tese de direito acolhida.

3 - Pretensão de reexame do mérito da causa que não se admite em sede de embargos.

4 - Embargos de declaração conhecidos e não providos.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência conhecer e negar provimento aos embargos de declaração termos do voto-ementa do relator.

Brasília, 16 de agosto de 2012.

ALCIDES SALDANHA
Relator

PROCESSO: 0008456-41.2010.4.01.4100
ORIGEM: RO - SEÇAO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA
REQUERENTE: GENI ACIARI BARBOSA
PROC./ADV.: ANA PAULA ACKEL RODRIGUES DE OLIVEIRA
REQUERIDO(A): FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA

ACÓRDÃO

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO CIVIL. REAJUSTE DE 28,86%. MP Nº. 1.704/1998. RECONHECIMENTO DO DIREITO PELA ADMINISTRAÇÃO. ACORDO. PARCELAS NÃO ADIMPLIDAS. NÃO SATISFAÇÃO DO DIREITO RECONHECIDO. SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL (ART. 4º, DECRETO Nº. 20.910/32). INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO. ADEQUAÇÃO.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1 - Pedido de uniformização interposto em face de acórdão que negou provimento ao recurso inominado, para confirmar, por seus próprios fundamentos, a sentença que condenou a FUNASA ao pagamento de parcelas relativas ao reajuste de 28,86% - apuradas na esfera administrativa, mas não adimplidas no prazo estipulado em acordo firmado entre a Administração e o servidor -, pronunciando a prescrição das parcelas anteriores ao qüinqüênio que antecedeu o ajuizamento da ação, por tratar-se de relação de trato sucessivo.

2 - Divergência apontada entre o acórdão recorrido e o entendimento adotado pelo STJ no REsp nº. 962.493/PB no qual se acolheu a tese de que não corre o prazo prescricional durante o período do parcelamento, nos termos do art. 4º do Decreto nº. 20.910/32.3 - Esta Turma Nacional já decidiu que, reconhecido o direito em sede de processo administrativo, este se ultima somente com o cumprimento da obrigação, permanecendo o prazo prescricional suspenso, conforme disposto no artigo 4º do Decreto nº. 20.910/32 ("Não corre a prescrição durante a demora que, no estudo, ao reconhecimento ou no pagamento da dívida, considerada líquida, tiverem as repartições ou funcionários encarregados de estudar e apurá-la"). Precedentes: PEDILEF nº. 0501608-82.2007.4.05.8300, Rel. Juiz Federal Alcides Saldanha, DJ 27.7.2012 e REsp nº. 1.194.939/RS, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJ 14.10.2010.

4 - Incidente de uniformização conhecido e provido, para, reafirmando a tese da suspensão do curso do prazo prescricional enquanto não ultimado o processo administrativo - o que somente ocorre com o pagamento da última parcela do débito reconhecido pela Administração -, determinar a devolução dos autos à Turma Recursal de origem, a fim de que profira novo julgamento adequado ao entendimento uniformizado.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência conhecer o incidente de uniformização e dar-lhe provimento nos termos do voto-ementa do relator.

Brasília, 16 de agosto de 2012.

ALCIDES SALDANHA
Relator

PROCESSO: 2008.33.00.714510-3
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): GILMARA KELLY DE OLIVEIRA TAVARES
PROC./ADV.: PAMELA VIVAS DURANDO
REQUERIDO(A): NATÁLIA KEILA DE OLIVEIRA TAVARES
PROC./ADV.: PAMELA VIVAS DURANDO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO. CRITÉRIO OBJETIVO. INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. SIMPLES FALTA DE ANOTAÇÃO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO EM CTPS. IMPOSSIBILIDADE DE EXTENSÃO DO PERÍODO DE GRAÇA. INEXIGIBILIDADE DE REGISTRO DO DESEMPREGO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO. ADMITIDOS OUTROS MEIOS DE PROVA. INCIDENTE CONHECIDO EM PARTE E PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Trata-se de ação em que se objetiva a concessão do benefício de pensão por morte, indeferido administrativamente em razão da perda da qualidade de segurado do de cujus.

2. O acórdão recorrido manteve a sentença de procedência, ressaltando que "o de cujus laborou até 14/08/1999 (fls. 45 verso), quando cessou a sua última contribuição previdenciária, de modo que a qualidade de segurado foi mantida por mais 36 meses, ou seja, até 16/10/2002 (conforme comunicado da Previdência Social - fl. 31). O óbito ocorreu em 10/11/2002, apenas 25 dias após a perda da qualidade de segurado, merecendo a questão ser julgada pelo princípio constitucional da razoabilidade a fim de assegurar a concessão da pensão por morte às recorridas".

3. Pedido de uniformização do INSS no qual defende: a) a impossibilidade de extensão do período de graça por 12 (doze) meses ante a simples inexistência de anotação na CTPS; b) impossibilidade de concessão do benefício após a perda da qualidade de segurado. Cita como paradigmas para o primeiro ponto do Pedido de Uniformização os julgados do STJ: REsp 689.283/RS e AgRg no REsp 1030756/SP e, para o segundo ponto, julgados das Turmas Recursais do Amazonas, Goiás, Minas Gerais e da Turma Nacional de Uniformização.

4. O incidente, tempestivo, foi admitido na Turma Recursal de origem. Encaminhado o feito a este colegiado, houve distribuição a este relator.

5. Preliminarmente, não conheço do incidente quanto ao segundo ponto defendido no Pedido de uniformização. Esta Turma de Uniformização já firmou entendimento, no sentido de que, em se tratando de suposta divergência entre Turmas Recursais, "a mera transcrição do julgado paradigma no corpo do recurso, mesmo que na sua integralidade, só tem validade quando acompanhada da indicação do repositório de jurisprudência ou fonte da qual foi extraído, de forma a conferir autenticidade ao texto reproduzido". Precedentes: PEDILEF 05006545020094058402 e PEDILEF 00058762220104013200. Diante disso, considerando a ausência de indicação da fonte de obtenção do julgado das Turmas Recursais do Amazonas, Goiás, Minas Gerais, entendo como não comprovada a divergência necessária ao conhecimento do incidente.

6. De outro lado, os dois julgados desta TNU (PEDILEF n° 2005.63.06.015293-2 e 2004.70.95.012686-6) não guardam similitude fático-jurídica com o acórdão recorrido que, expressamente, reconheceu o direito de concessão de pensão por morte das autoras com base no princípio constitucional da razoabilidade.

7. No que tange à questão da falta de anotação de vínculo em CTPS, conheço do incidente, ante a manifesta divergência entre o julgado recorrido e os paradigmas apresentados.

8. No mérito, dou parcial provimento ao incidente. Esta TNU já firmou a tese, com fundamento em sua Súmula 27 e do entendimento esposado no julgamento da PET 7175 do STJ, no sentido de que "em que pese não ser exigível exclusivamente o registro no Ministério do Trabalho, "a ausência de anotação laboral na CTPS, CNIS ou a exibição do Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho não são suficientes para comprovar a situação de desemprego, devendo haver dilação probatória, por provas documentais e/ou testemunhais, para comprovar tal condição e afastar o exercício de atividade remunerada na informalidade". Precedente: 200870950035921

9. Aplicação da Questão de Ordem n° 20 desta Turma Nacional.

10. Incidente parcialmente conhecido e, no ponto conhecido, provido em parte, para determinar o retorno dos autos à Turma Recursal de origem, para nova dilação probatória quanto à situação de desemprego.

ACÓRDÃO

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, por unanimidade, em CONHECER EM PARTE do presente Pedido de Uniformização e, no ponto conhecido, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, com base no voto do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 16 de agosto de 2012.

PAULO ARENA
Relator

PROCESSO: 0012782-67.2006.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ERNESTO DE OLIVEIRA SENA
PROC./ADV.: CARLOS ALBERTO GOMES HENRIQUES
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO RENDA MENSAL INICIAL BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. VALOR DA CAUSA NÃO SE CONFUNDE COM VALOR DA CONDENAÇÃO. AUSÊNCIA SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Pedido de revisão da renda mensal inicial, aplicando o IRSM integral relativo ao mês de fevereiro de 1994 (39,67%) sobre as contribuições que sofreram conversão para URV.

2. Sentença de parcial procedência do pedido, acolhida a prescrição das parcelas anteriores ao qüinqüênio que antecedeu à propositura da ação, condenando o INSS a pagar o valor de R$ 40.258,00 a título de valores vencidos.

3. A Turma Recursal da Seção Judiciária do Amazonas manteve a sentença referindo que a Lei n. 10.259/2001, em seu art. 3º, § 2º, estabelece a competência do Juizado Especial Federal para as causas até 60 salários mínimos, não se admitindo, portanto, em sede de juizado o critério da soma das parcelas vencidas e vincendas (art. 260 do CPC), mas sim o de valor. Acrescentou, também, que o valor da causa não se confunde com o valor da condenação, a qual pode ser perfeitamente superior a sessenta salários mínimo, o que não afasta a competência dos Juizados Especiais Federais. Salientou que a própria Lei n. 10.259/01 prevê a possibilidade de pagamento através de precatórios, em seu art. 17,§4º.

4. Incidente de uniformização interposto pelo INSS, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01,

5.Alegação de que o acórdão recorrido diverge das decisões proferidas por Tribunais Regionais Federais, pelo STJ e por Turmas Recursais de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, destacando não ser eficaz a sentença naquilo que o valor da condenação excede o limite do valor causa que é calculado nos termos do artigo 3º da Lei 10.259/01 c/c art. 260 do CPC.

6. Incidente admitido pela Turma Recursal de Origem.

7. A Presidência da TNU , primeiramente, não admitiu o incidente. Na sequência, em juízo de reconsideração, determinou a distribuição do presente feito para melhor exame.

8. O incidente não merece ser conhecido. Inicialmente, conforme bem asseverou a Turma de Origem o valor da causa não se confunde com o valor da condenação, a qual pode ser perfeitamente superior a sessenta salários mínimos, o que não afasta a competência dos Juizados Especiais Federais. Salientou que a própria Lei n. 10.259/01 prevê a possibilidade de pagamento através de precatórios, em seu art. 17,§4º.

9. A suscitante pretende que o valor da condenação seja limitado ao valor da causa calculada conforme art. 260 do CPC. No entanto, nenhum dos paradigmas invocados guarda similitude fática com o acórdão recorrido, senão vejamos. Os precedentes invocados do STJ, CC 46.732/MS, Súmula 01 da Turma Recursal do Rio Grande do Sul, Súmula 22 da 1ª Turma JEFS/MG, acórdão da Turma Recursal de Minas Gerais (2006.38.0072385-3) em nenhum momento referem que o valor da condenação deve ser limitado ao valor da causa, apenas referem como deve ser calculado o valor causa, enquanto que o acórdão vergastado refere-se a não limitação do valor da condenação ao valor da causa.

10. Além disso, a questão sobre o valor da condenação tem natureza processual, pois não guarda qualquer relação com o direito material objeto da presente ação. O quantum debeatur apenas materializa o direito.

11. Incidente de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER o incidente de uniformização, nos termos da fundamentação.

Brasília, 16 de agosto de 2012.

ADEL AMÉRICO DIAS DE OLIVEIRA
Relator

PROCESSO: 2008.33.00.711056-4
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SERGIO LUIS DE JESUS SILVA
PROC./ADV.: LARISSA EVANGELH SANTOS
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. ACRÉSCIMO DE 25% PREVISTO NO ART. 45 DA LEI N. 8.213/91. COMPROVAÇÃO DA NECESSIDADE DO AUXÍLIO PERMANENTE DE TERCEIROS. PAGAMENTO RETROATIVO À CONCESSÃO DA APOSENTADORIA. INCIDENTE CONHECIDO E IMPROVIDO.

1. Pedido de concessão do acréscimo de 25% previsto no art. 45 da Lei nº 8.213/91 ao benefício de aposentadoria por invalidez.

2. Sentença de procedência do pedido.

3. Manutenção da sentença pela 1ª Turma Recursal da Bahia, ao argumento de que o indigitado acréscimo é devido desde a data de início da aposentadoria por invalidez.

4. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pelo INSS, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001.

5. Alegação de que o acórdão é divergente de precedente desta Turma Nacional de Uniformização (PEDILEF 2004.70.95.008042-8/PR), segundo o qual o adicional previsto no art. 45 da LBPS, se não foi postulado quando da concessão da aposentadoria por invalidez, é devido apenas a partir da data de seu requerimento administrativo.

6. Incidente admitido pela Presidência da Turma Recursal de origem.

7. Na presente sessão de julgamento o MM. Juiz Federal Gláucio Maciel encaminhou voto no feito nº 2008.71.69.002408-6, no qual se discute a mesma matéria versada nesses autos, pelo que, a fim de objetivar à uniformização do entendimento, adoto suas razões de decidir, no seguinte sentido: "Conquanto este Colegiado já tenha anteriormente se pronunciado acerca do tema aqui tratado, decidindo no sentido de que é imprescindível o prévio requerimento administrativo para a obtenção do adicional previsto no art. 45 da Lei 8.213/91, conforme se observa no acórdão prolatado no pedido de n. 200470950080428, de relatoria da Srª Juíza Sônia Diniz Viana (DJU 15-3-2006), tem-se que o referido acréscimo, em geral desconhecido pela maioria dos segurados, incidente sobre o valor da aposentadoria por invalidez decorre de lei, sendo dever da autarquia previdenciária acrescentá-lo de ofício, já no ato da concessão do referido benefício, quando detectada pela sua própria perícia a necessidade de auxílio permanente. É proposta, então, uma modificação de entendimento desta Turma Nacional".

8. Voto para uniformizar o entendimento de que, uma vez verificada algumas das hipóteses que ensejam o acréscimo de 25% previsto no art. 45 da Lei nº 8.213/91 quando da concessão da aposentadoria por invalidez, o indigitado acréscimo será devido desde então, independentemente de requerimento administrativo específico.

9. Incidente de uniformização de jurisprudência conhecido e improvido.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte requerente, nos termos da fundamentação.

Brasília, 16 de agosto de 2012.

ADEL AMÉRICO DIAS DE OLIVEIRA
Relator

PROCESSO: 2008.71.95.008225-1
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
EMBARGANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
EMBARGADO(A): ZILDA RODRIGUES GOMES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA

.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE DÚVIDA, OBSCURIDADE, OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO. REJEIÇÃO.

1. Cuida-se de embargos de declaração interpostos pelo INSS contra o acórdão deste Colegiado que conheceu e deu parcial provimento ao incidente de uniformização interposto pela parte autora. Alega, em síntese, que o entendimento do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que a sentença proferida em reclamatória trabalhista pode servir de início de prova material para comprovação de tempo de serviço na seara previdenciária, desde que fundamentada em elementos que demonstrem o exercício da atividade laborativa, não podendo esses elementos probatórios serem produzidos após a sentença da justiça laboral.

2. Devem ser conhecidos os embargos, eis que tempestivos, porém, no mérito, rejeitados.

3. Não vislumbro a alegada omissão, vez que o acórdão embargado está reafirmando a jurisprudência desta TNU no sentido de que a anotação em CTPS oriunda de sentença trabalhista constitui início de prova material, devendo ser corroborada por prova testemunhal, a qual, no caso concreto, não foi oportunizada a realização.

4. Embargos de declaração conhecidos e rejeitados.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER E, NO MÉRITO, REJEITAR os embargos de declaração interpostos pela parte embargante, nos termos da fundamentação.

Brasília, 16 de agosto de 2012.

ADEL AMÉRICO DIAS DE OLIVEIRA
Relator

PROCESSO: 0017019-76.2008.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ADIMILSON MARTINS DOS REIS
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. RESTABELECIMENTO AUXÍLIO-DOENÇA. VALOR DA CAUSA NÃO SE CONFUNDE COM VALOR DA CONDENAÇÃO. AUSÊNCIA SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Pedido de concessão de benefício de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez.

2. Sentença de procedência do pedido, condenando o INSS a restabelecer o benefício de auxílio-doença a partir do dia posterior a cessão (20/12/2007). Atrasados com correção monetária e juros de mora de 1% a.m. a partir da citação no valor de R$ 25.921,18 (em 05/2009), devendo ser atualizado até data do efetivo pagamento.

3. A Turma Recursal da Seção Judiciária do Amazonas manteve a sentença pelos seus próprios fundamentos, acrescentando que a Lei n. 10.259/2001, em seu art. 3º, § 2º, estabelece a competência do Juizado Especial Federal para as causas até 60 salários mínimos, não se admitindo, portanto, em sede de juizado o critério da soma das parcelas vencidas e vincendas (art. 260 do CPC), mas sim o de valor.

4. Incidente de uniformização interposto pela União, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, alegando divergência com decisões proferidas por Tribunais Regionais Federais, pelo STJ e por Turmas Recursais de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, no que tange aos cálculos judiciais referente ao pagamento das parcelas a título de atrasados, destacando não ser eficaz a sentença naquilo que o valor da condenação excede o limite do valor causa que é calculado nos termos do artigo 3º da Lei 10.259/01 c/c art. 260 do CPC.

6. Incidente admitido pela Turma Recursal de Origem.

7. A Presidência da TNU , primeiramente, não admitiu o incidente. Na sequência, em juízo de reconsideração, determinou a distribuição do presente feito para melhor exame.

8. O incidente não merece ser conhecido. Inicialmente, cabe asseverar que o valor da causa não se confunde com o valor da condenação, a qual pode ser perfeitamente superior a sessenta salários mínimos, o que não afasta a competência dos Juizados Especiais Federais. Saliento que a própria Lei n. 10.259/01 prevê a possibilidade de pagamento através de precatórios, em seu art. 17,§4º.

9. A suscitante pretende que o valor da condenação seja limitado ao valor da causa calculada conforme art. 260 do CPC. No entanto, nenhum dos paradigmas invocados guarda similitude fática com o acórdão recorrido, senão vejamos. Os precedentes invocados do STJ, CC 46.732/MS, Súmula 01 da Turma Recursal do Rio Grande do Sul, Súmula 22 da 1ª Turma JEFS/MG, acórdão da Turma Recursal de Minas Gerais (2006.38.0072385-3) em nenhum momento referem que o valor da condenação deve ser limitado ao valor da causa, apenas referem como deve ser calculado o valor causa, enquanto que o acórdão vergastado diz respeito a não limitação do valor da condenação ao valor da causa.

10. Além disso, a questão sobre o valor da condenação tem natureza processual, pois não guarda qualquer relação com o direito material objeto da presente ação. O quantum debeatur apenas materializa o direito.

11. Incidente de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER o incidente de uniformização, nos termos da fundamentação.

Brasília, 16 de agosto de 2012.

ADEL AMÉRICO DIAS DE OLIVEIRA
Relator

PROCESSO: 2009.50.50.002583-5
ORIGEM: ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
AGRAVANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
AGRAVADO(A): MARFRANE SANTOS LEMOS
PROC./ADV.: IZAEL DE MELLO REZENDE
OAB: ES 3.720
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL. ACÓRDÃO PARADIGMA. CÓPIA DA INTERNET. NECESSIDADE DE INDICAÇÃO DE ENDEREÇO URL (LINK) QUE REMETA DIRETAMENTE AO ACÓRDÃO. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Cuida-se de agravo regimental interposto pelo INSS, na forma do art. 34 do RITNU, contra o acórdão deste Colegiado que não conheceu o pedido de uniformização oposto pela autarquia ao argumento de não observância do disposto no parágrafo único do art. 541 do CPC. Sustenta que a cópia do paradigma às fls. 90/92 atende aos pressupostos, uma vez que indicaria a fonte no Diário da Justiça de Mato Grosso.

2. Contudo, não merece trânsito a insurgência. Com efeito, a cópia do suposto paradigma às fls. 90/92 não observa ao disposto no parágrafo único do art. 541 do CPC e a jurisprudência recorrente da TNU, uma vez que não se trata de cópia autenticada, mas sim de mera cópia extraída da internet, 'colada' e impressa. Nessa hipótese, deveria constar com endereço URL (link) que remetesse diretamente ao acórdão indicado como paradigma, o que não logrou fazer.

3. Agravo regimental improvido.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização IMPROVER o agravo regimental interposto pela parte agravante, nos termos da fundamentação.

Brasília, 16 de agosto de 2012.

ADEL AMÉRICO DIAS DE OLIVEIRA
Relator

PROCESSO: 2009.70.53.002495-5
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
EMBARGANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
EMBARGADO(A): MARIO CAMARGO PEGO
PROC./ADV.: JOÃO LUIZ AGNER REGIANI
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO. INEXISTÊNCIA OMISSÃO CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. EMBARGOS ACOLHIDOS APENAS PARA O FIM DE PREQUESTIONAMENTO.

1. Conheço os presentes embargos de declaração, pois tempestivos.

2. Trata-se de embargos de declaração opostos pelo INSS contra acórdão desta TNU que deu parcial provimento ao Pedido de Uniformização, interposto pela parte autora, para reafirmar a posição do STJ e da TNU no sentido de possibilidade do reconhecimento da especialidade e conversão em tempo comum de períodos laborados como professor até a edição da Lei n. 9.032/95

3. Sustenta a embargante que o acórdão da TNU restou omisso em não se manifestar de forma expressa que o tempo de serviço de professor apenas pode ser considerado como especial quando comprovado exclusivo tempo efetivo de magistério, bem como se mantido resulta em ofensa aos artigos 165, XX da CF/67, na redação da EC 18/81, 202, III, e 40, III, "b", da CF/88, na sua redação original, e 201,§8º, e 40,§5º, da CF/88, na redação da EC 20/98, os quais requer prequestionamento. Alega que o acórdão embargado merece reforma ao argumento que o tempo de exercício de professor, para ser considerado especial, deve ser computado em sua integralidade nessa condição, sendo vedado o cômputo mais favorável apenas para complementação de tempo de serviço para aposentadoria

4. Os embargos de declaração são cabíveis para atacar omissões, contradições ou obscuridades existentes na sentença ou no acórdão, a teor dos artigos 48 da Lei n.º 9.099/95 e 535 do CPC, também sendo admitidos nos casos de retificação de erro material a requerimento da parte (art. 48, parágrafo único, da Lei n.º 9.099/95 e art. 463 do CPC). No entanto, a decisão embargada não padece de qualquer dúvida, obscuridade, omissão ou contradição a ser sanada.

5. Isso porque, somente as questões de direito material ou processual expressamente postas em causa pelas partes consubstanciam pontos sobre os quais deve haver pronunciamento jurisdicional expresso, não se confundindo com argumentos. Portanto, o juiz não está obrigado a se pronunciar sobre todos os argumentos levantados pelas partes, cabendo-lhe, em atenção ao princípio do livre convencimento, enfrentar expressamente os argumentos que reputar decisivos, sem que incorra em omissão, pois a adoção expressa de uma tese incompatível com outra não abordada expressamente implica rejeição implícita desta.

6. Dessa forma, a pretexto de sanar omissões que mereceriam pronunciamento expresso, na verdade a embargante está pretendendo rediscutir questões já decididas, o que é vedado na via estreita dos embargos.

7. No entanto, os embargos merecem ser acolhidos no que diz respeito ao prequestionamento, motivo pelo qual dou por prequestionada a matéria constitucional relativa aos artigos 165,XX da CF/67, na redação da EC 18/81, 202, III, e 40, III, "b", da CF/88, na sua redação original, e 201,§8º, e 40,§5º, da CF/88, na redação da EC 20/98 5º, II, XXXVI, 37, 97, 142, 146, 149, 150, I, 153, e 195 da CF/1988,

8. Embargos de declaração conhecidos e parcialmente acolhidos para fins de prequestionamento.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER e ACOLHER PARCIALMENTE os embargos de declaração, nos termos da fundamentação.

Brasília, 16 de agosto de 2012.

ADEL AMÉRICO DIAS DE OLIVEIRA
Relator

PROCESSO: 2008.33.00.714678-0
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
EMBARGANTE: JOSÉ CLÁUDIO LIMA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
EMBARGADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE ERRO MATERIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE SUPOSTA OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO NO ACÓRDÃO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO EXTRÍNSECO DE ADMISSIBILIDADE: REGULARIDADE FORMAL. RECURSO NÃO CONHECIDO.

1. Os embargos de declaração, tempestivamente interpostos, visam à correção de suposto erro material existente em acórdão que não conheceu do pedido de uniformização. Insiste o embargante que a perícia médica, ao desconsiderar documentos existentes dos autos, fixou erroneamente a data de início da incapacidade.

2. Não há o alegado erro material no acórdão embargado. O pedido de uniformização não foi conhecido porque pretendia o reexame de matéria de fato, o que é vedado nos termos da Súmula 42 desta Turma.

3. Os embargos de declaração, como cediço, têm por objetivo sanar omissões, contradições ou obscuridades da decisão, não se prestando à rediscussão da causa. A falta sequer de indicação da suposta irregularidade do acórdão leva à ausência de pressuposto extrínseco de admissibilidade, qual seja, a regularidade formal.

4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95.

5. Embargos declaratórios não conhecidos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer dos embargos de declaração, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 16 de agosto de 2012.

GLÁUCIO MACIEL
Relator

ACÓRDÃOS

PROCESSO: 0501504-70.2005.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA RODRIGUES ALVES
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO
PROC./ADV.: MARIA ITLANEIDE PIRES MENDONÇA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

EMENTA

PROCESSUAL. ACÓRDÃO DE TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL. NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. ARTIGO 14, §2º DA LEI N. 10.259/01. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO.

1. Acórdão de TRF não caracteriza divergência para fins de admissão do incidente de uniformização nacional, conforme art. 14, §2º, da Lei n. 10.259/01.

2. Recurso não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional De Uniformização, não conhecer o recurso, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Sessão de agosto de 2012.

ANTONIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
Relator

PROCESSO: 2006.71.54.000117-5
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SERTÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VALDIR FRANCISCO SCHAFER
PROC./ADV.: ANDRÉIA NUNES DE ALMEIDA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

EMENTA

PROCESSUAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. RESÍDUO DE 3,17%. LIMITE TEMPORAL. ARTIGO 10 DA MP N. 2.225-45/2001. QUESTÃO DECIDIDA PELO STJ EM INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. PRECEDENTES DA TNU. RECURSO REPETITIVO. PEDIDO CONHECIDO E PROVIDO

1. O STJ, no julgamento de incidente de uniformização de interpretação de Lei Federal fixou o entendimento de que "a Medida Provisória 2.225-45, de 4/9/01, embora tenha ensejado renúncia do prazo prescricional, porquanto reconheceu o direito ao reajuste residual de 3,17% aos servidores públicos federais com efeitos a partir de janeiro de 1995, não o interrompeu" e também que "a renúncia, contudo, não opera efeitos indefinidamente. Se proposta a ação por servidores públicos com a finalidade de auferir o resíduo de 3,17% até 4/9/06, diante da renúncia operada pela MP 2.225-45/01, os efeitos financeiros retroagem a janeiro de 1995; se ajuizada após esse termo, aplica-se tão somente o enunciado da Súmula 85/STJ" (STJ, Pet. 7.558, Rel. Min Arnaldo Esteve Lima, DJE n. 7-6-2010).

2. O julgamento do STJ é decorrente de recurso contra precedente desta TNU, de cuja ementa se extrai: "5.1 Em se tratando de ação ajuizada até 04.09.2006 [ou seja, até 5 (cinco) anos antes da publicação da Medida Provisória nº 2.225-45?2001], não há prescrição sobre quaisquer diferenças, devendo os efeitos financeiros retroagirem a janeiro de 1995. 5.2 E em se tratando de ação ajuizada a partir de 05.09.2006 [ou seja, a partir de 5 (cinco) anos contados da publicação da Medida Provisória nº 2.225-45?2001] deve ser aplicado o enunciado da Súmula 85 do STJ quanto à prescrição qüinqüenal, o que significa que estão prescritas apenas as parcelas anteriores aos últimos 5 (cinco) anos contados do ajuizamento da ação. 5.3 Em ambas as situações, as diferenças decorrentes do reajuste residual de 3,17% cessaram em 31.12.2001 (quando houve a incorporação mensal prevista no art. 9º da Medida Provisória nº 2.225-45?2001) ou quando houve a reestruturação ou reorganização do cargo ou carreira do servidor, o que ocorreu primeiro, sendo que a combinação da prescrição com essas limitações temporais poderá acarretar, em cada caso concreto, a prescrição de todas as parcelas decorrentes da condenação" (PEDILEF nº 2007.38.00.719140-2/MG, Rel. Juíza Fed. Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 28.07.2009). No mesmo sentido: PEDILEF 200638007270675, Rel. Juiz Federal Vanessa Vieira de Mello, j. 16-3-2012, DOU de 13-4-2012.

3. No caso, a sentença, confirmada pelo acórdão, deixou de fixar o termo final das diferenças a serem apuradas, negando vigência ao referido artigo 10 da MP n. 2.225-45/2001, o que vai de encontro à jurisprudência da TNU acima citada.

4. Assim, o recurso da Escola Agrotécnica Federal de Sertão merece provimento para fixar a premissa jurídica de que o marco final das diferenças deve ser fixado em 31-12-2001 ou quando tiver ocorrido a reestruturação ou reorganização do cargo ou carreira do servidor, o que ocorreu primeiro, devendo o Juizado de origem adequar o seu julgamento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional De Uniformização dar provimento ao incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Sessão de agosto de 2012.

ANTONIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
Relator

PROCESSO: 0501991-15.2006.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DANILZA SOARES DA COSTA
PROC./ADV.: LUIZA HELENA PEREIRA DA SILVA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. SEGURADO ESPECIAL. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. REEXAME DE MATÉRIA DE PROVA. SÚMULA N. 42 DA TNU. SÚMULA N. 7 DO STJ.

1. A TNU, por força do art. 14 da Lei n. 10.259/01, deve apenas se ater ao direito material, uniformizando a sua interpretação no âmbito dos Juizados Especiais Federais.

2. Aplicação da Súmula n. 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

3. Incidência da Súmula n. 7 do STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

4. Incidente de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional De Uniformização não conhecer do recurso, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Sessão de agosto de 2012.

ANTONIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
Relator

PROCESSO: 0502922-12.2006.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA GICELIA SOUZA MELO
PROC./ADV.: ANTONIO GERALDO LEITE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. SALÁRIO MATERNIDADE. ACÓRDÃO DISSOCIADO DA MATÉRIA OBJETO DA DEMANDA. NULIDADE. QUESTÃO DE ORDEM N. 17.

1. Trata-se de demanda em que se pleiteia a concessão de salário maternidade. Aduz a autora que era empregada doméstica. A sentença é de improcedência, sob o argumento de que não restou comprovada a atividade, havendo indícios de que a parte autora era contribuinte individual. O acórdão de confirmação da sentença tratou a ação como sendo salário maternidade para segurada especial rural. Resta evidenciado que o acórdão tratou de matéria diversa daquela aventada pela parte autora.

2. Incidência da Questão de Ordem n. 17 desta TNU: "Quando o acórdão decidir tema alheio à controvérsia, a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais deve anular o julgado".

3. Nulidade que se reconhece de ofício.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional De Uniformização anular de ofício o acórdão da Turma de origem e dar por prejudicado o incidente de uniformização nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Sessão de agosto de 2012.

ANTONIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
Relator

PROCESSO: 2007.71.62.003674-5
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ADEMIR ALBINO FLOR
PROC./ADV.: VILMAR LOURENÇO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

EMENTA

PROCESSUAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO PARADIGMA. QUESTÃO DE ORDEM N. 22. PEDIDO NÃO CONHECIDO.

1. Não se conhece de pedido de uniformização quando o acórdão invocado como paradigma não discute a mesma matéria fática e jurídica, conforme Questão de Ordem n. 22 desta TNU: "é possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".

2. No caso, a autora pretende a revisão da RMI de sua aposentadoria para inclusão de salários-de-contribuição não utilizados administrativamente. A sentença de parcial procedência, que foi confirmada pelo acórdão, deferiu o pleito a partir do requerimento administrativo de revisão. Requer, então, que os efeitos financeiros retroajam à DIB. Os paradigmas invocados, todavia, dizem respeito à concessão de benefício e não de revisão, razão pela qual não foi demonstrada a divergência.

3. Incidente de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional De Uniformização não conhecer o incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Brasília, 29 de fevereiro de 2012.

ANTONIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
Relator

PROCESSO: 0503454-40.2007.4.05.8202
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MARINA MARTINS DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. SEGURADO ESPECIAL. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA QUE SE BASEIA EM MAIS DE UM FUNDAMENTO. ACÓRDÃO CONFIRMATÓRIO. RECURSO QUE SÓ ATACA UM FUNDAMENTO. QUESTÃO DE ORDEM N. 18.

1. "É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles" (TNU, QO 18).

2. No caso, as instâncias anteriores decidiram que a pretensão da parte autora era improcedente pela ausência de início de prova material, porque as testemunhas não comprovavam o efetivo labor rural e também em virtude de benefício urbano recebido pelo seu marido. O Incidente de Uniformização, todavia, manifesta-se tão somente sobre a possibilidade de cumulação de benefícios urbano e rural.

3. Incidente de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional De Uniformização não conhecer do recurso, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Sessão de agosto de 2012.

ANTONIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
Relator

PROCESSO: 0505475-92.2007.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO SOARES DE ANCHIETA
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO POR AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE NO JULGADO DA TNU. ART. 48 DA LEI N. 9.099/95. PRETENSÃO DE NOVO JULGAMENTO DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Os embargos de declaração exigem, para seu conhecimento e provimento, uma deficiência na decisão judicial, que pode revelar-se através de uma omissão, de uma dúvida razoável ou de uma contradição entre seus termos que, no caso em apreço, inexistem. Daí o porquê de não admitir-se inovação jurídica ou fática nos embargos de declaração e, muito menos, rediscussão da matéria já decidida.

2. Embargos de declaração não conhecidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional De Uniformização não conhecer os embargos de declaração nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Sessão de agosto de 2012.

ANTONIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
Relator

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0515741-50.2007.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ALMERINDA FERREIRA DE MESQUITA
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO
PROC./ADV.: ADAUDETE PIRES DUARTE
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO POR AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE NO JULGADO DA TNU. ART. 48 DA LEI N. 9.099/95. PRETENSÃO DE NOVO JULGAMENTO DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Os embargos de declaração exigem, para seu conhecimento e provimento, uma deficiência na decisão judicial, que pode revelar-se através de uma omissão, de uma dúvida razoável ou de uma contradição entre seus termos que, no caso em apreço, inexistem. Daí o porquê de não admitir-se inovação jurídica ou fática nos embargos de declaração e, muito menos, rediscussão da matéria já decidida.

2. Embargos de declaração não conhecidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional De Uniformização não conhecer os embargos de declaração nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Sessão de agosto de 2012.

ANTONIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
Relator

PROCESSO: 2007.70.50.015004-4
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARIA LEONI GRANATO
PROC./ADV.: MARLI BUCK KUNIFAS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

EMENTA

PROCESSUAL. PREVIDENCIÁRIO. SEGURADO ESPECIAL. VÍNCULO URBANO DO MARIDO. SÚMULA N. 41. FATO JÁ DEVIDAMENTE ANALISADO NAS INSTÂNCIAS ANTERIORES. QUESTÃO DE ORDEM N. 13. PEDIDO NÃO CONHECIDO.

1. Nos termos da Súmula n. 41 desta TNU, "a circunstância de um dos integrantes do núcleo familiar desempenhar atividade urbana não implica, por si só, a descaracterização do trabalhador rural como segurado especial, condição que deve ser analisada no caso concreto".

2. No caso, a sentença, confirmada pelo acórdão, já analisou o fato de o marido da autora possuir vínculos urbanos no período em que se alega o exercício de atividade rural. Nestas condições, o julgado está no mesmo sentido da jurisprudência pacificada no âmbito desta TNU.

3. Incidência da Questão de Ordem n. 13 desta TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

4. Incidente de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional De Uniformização não conhecer o incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Sessão de agosto de 2012.

ANTONIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
Relator

PROCESSO: 0521849-31.2008.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: JOSEFA ANDRÉA DOS SANTOS SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO POR AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE NO JULGADO DA TNU. ART. 48 DA LEI N. 9.099/95. PRETENSÃO DE NOVO JULGAMENTO DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Os embargos de declaração exigem, para seu conhecimento e provimento, uma deficiência na decisão judicial, que pode revelar-se através de uma omissão, de uma dúvida razoável ou de uma contradição entre seus termos que, no caso em apreço, inexistem. Daí o porquê de não admitir-se inovação jurídica ou fática nos embargos de declaração e, muito menos, rediscussão da matéria já decidida.

2. No caso, pretende-se a concessão de salário-maternidade. O incidente não foi conhecido com base na Questão de Ordem n. 22 (ausência de similitude fático-jurídica). Conforme já destacado na decisão embargada, a jurisprudência desta TNU se firmou no sentido de que o conhecimento de incidente de uniformização nas ações em que se pleiteia a concessão de salário-maternidade exige a apresentação de julgados relacionados a mesma espécie de benefício, tendo em vista as peculiaridades e especificidades do benefício, em especial o período de carência (10 meses anteriores ao parto).

3. Embargos de declaração não conhecidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional De Uniformização não conhecer os embargos de declaração nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Sessão de agosto de 2012.

ANTONIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
Relator

PROCESSO: 0500686-10.2008.4.05.8202
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MARIA TEREZA DANTAS MACIEL
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. SEGURADO ESPECIAL. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. REEXAME DE MATÉRIA DE PROVA. SÚMULA N. 42 DA TNU. SÚMULA N. 7 DO STJ.

1. A TNU, por força do art. 14 da Lei n. 10.259/01, deve apenas se ater ao direito material, uniformizando a sua interpretação no âmbito dos Juizados Especiais Federais.

2. Aplicação da Súmula n. 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

3. Incidência da Súmula n. 7 do STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

4. Na sentença, confirmada pelo acórdão, reconheceu-se que as testemunhas comprovaram o exercício de atividade rural em regime de economia familiar, porém se entendeu que os documentos não são hábeis à comprovação do pleito da autora. No caso, o Juízo de 1º grau não aceitou como início de prova material válida o contrato de arrendamento, o qual está visivelmente rasurado. Assim, a valoração jurídica dos documentos passa pela análise da veracidade do contrato de arrendamento. Reanalisar as informações constantes neste documento ofende os dispositivos legal e sumulares acima transcritos. Por fim, a desconsideração do contrato de arrendamento acarreta a impossibilidade de utilização do ITR em nome do suposto arrendante.

5. Incidente de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional De Uniformização não conhecer do recurso, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Sessão de agosto de 2012.

ANTONIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
Relator

PROCESSO: 0503170-04.2008.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: TEREZINHA CRUZ BARBOSA
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. SEGURADO ESPECIAL. RECURSO GENÉRICO. RECURSO NÃO CONHECIDO.

1. "O Poder Judiciário não pode ser equiparado a uma loteria ou jogo de dardos, nos quais o postulante 'atira em todas as direções' na esperança de acertar em ponto relevante. A provocação de devolução da prestação jurisdicional pressupõe limitação a especificidades do caso concreto, sob pena de se caracterizar como um desejo de debate sobre teses, em abstrato" (TNU, PEDILEF 05028273720104058103, Rel. Juíza Federal Simone Lemos Fernandes, sessão de 29-3-2012).

2. No caso, o recurso apresentado pela parte autora aborda temas que sequer foram objeto de análise nas instâncias anteriores, demonstrando a generalidade do recurso e a ausência de ataque ao ponto que efetivamente gerou o indeferimento do benefício pleiteado.

3. Incidente de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional De Uniformização não conhecer o incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Sessão de agosto de 2012.

ANTONIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
Relator

PROCESSO: 0506671-32.2009.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOÃO SEVERO DE SOUZA
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. SEGURADO ESPECIAL. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. REEXAME DE MATÉRIA DE PROVA. SÚMULA N. 42 DA TNU. SÚMULA N. 7 DO STJ.

1. A TNU, por força do art. 14 da Lei n. 10.259/01, deve apenas se ater ao direito material, uniformizando a sua interpretação no âmbito dos Juizados Especiais Federais.

2. Aplicação da Súmula n. 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

3. Incidência da Súmula n. 7 do STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

4. No caso, a sentença de improcedência se baseou na fragilidade da prova documental e também nas contradições entre a prova documental e testemunhal, principalmente o depoimento pessoal da parte autora. A divergência apontada reside no fato de a autora ter exercido atividade urbana em período compreendido naquele em que alega ter trabalhado exclusivamente na agricultura. Com efeito, ainda que se pudesse conceder nova valoração jurídica aos documentos e fosse o caso de aplicação da Súmula n. 41 da TNU, a reanálise do conjunto probatório (já devidamente valorado na sentença) encontra óbice nas disposições legais e sumulares acima dispostas.

5. Incidente de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional De Uniformização não conhecer do recurso, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Sessão de agosto de 2012.

ANTONIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
Relator

PROCESSO: 2009.71.58.007584-5
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): IRONITA MORAES
PROC./ADV.: JEFFERSON PICOLI
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

EMENTA

PROCESSUAL. ACÓRDÃO DE TRIBUNAL REGIONAL E DE TURMA DA MESMA REGIÃO. NÃO CARACTERIZAÇÃO DA DIVERGÊNCIA. ARTIGO 14, §2º DA LEI N. 10.259/01. ACÓRDÃO DE TURMA RECURSAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO PARADIGMA. QUESTÃO DE ORDEM N. 22. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Acórdão de TRF e de Turma da mesma região não caracteriza divergência para fins de admissão do incidente de uniformização nacional, conforme art. 14, §2º, da Lei n. 10.259/01.

2. Não se conhece de pedido de uniformização quando o acórdão invocado como paradigma não discute a mesma matéria fática e jurídica, conforme Questão de Ordem n. 22 desta TNU: "é possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".

3. No caso, a parte recorrente apresentou [a] acórdão do TRF da 1ª Região, que não serve para caracterizar divergência; [b] acórdão da TR/RS, mesma região do julgado que se pretende alterar; e [c] julgados do STJ que não guardam similitude com a matéria aqui tratada: enquanto se pretende o cômputo do auxílio-doença para fins de carência da aposentadoria por idade, os precedentes tratam, respectivamente, da soma dos períodos urbano e rural para fins de carência da aposentadoria por idade e do conceito de carência.

4. Recurso não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional De Uniformização não conhecer o incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Sessão de agosto de 2012.

ANTONIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
Relator

PROCESSO: 2009.71.58.001754-7
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): NAIR DA SILVEIRA SANDINI
PROC./ADV.: ANDRESSA FERRARI
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

EMENTA

PROCESSUAL. ACÓRDÃO DE TRIBUNAL REGIONAL E DE TURMA DA MESMA REGIÃO. NÃO CARACTERIZAÇÃO DA DIVERGÊNCIA. ARTIGO 14, §2º DA LEI N. 10.259/01. ACÓRDÃO DE TURMA RECURSAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO PARADIGMA. QUESTÃO DE ORDEM N. 22. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Acórdão de TRF e de Turma da mesma região não caracteriza divergência para fins de admissão do incidente de uniformização nacional, conforme art. 14, §2º, da Lei n. 10.259/01.

2. Não se conhece de pedido de uniformização quando o acórdão invocado como paradigma não discute a mesma matéria fática e jurídica, conforme Questão de Ordem n. 22 desta TNU: "é possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".

3. No caso, a parte recorrente apresentou [a] acórdão do TRF da 1ª Região, que não serve para caracterizar divergência; [b] acórdão da TR/RS, mesma região do julgado que se pretende alterar; e [c] julgados do STJ que não guardam similitude com a matéria aqui tratada: enquanto se pretende o cômputo do auxílio-doença para fins de carência da aposentadoria por idade, os precedentes tratam, respectivamente, da soma dos períodos urbano e rural para fins de carência da aposentadoria por idade e do conceito de carência.

4. Recurso não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional De Uniformização não conhecer o incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Sessão de agosto de 2012.

ANTONIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
Relator

PROCESSO: 2009.70.53.005751-1
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MÁRIA HELENA BAQUETA
PROC./ADV.: RAPHAEL ANDERSON LUQUE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. SEGURADO ESPECIAL. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA QUE SE BASEIA EM MAIS DE UM FUNDAMENTO. ACÓRDÃO CONFIRMATÓRIO. RECURSO QUE SÓ ATACA UM FUNDAMENTO. QUESTÃO DE ORDEM N. 18.

1. "É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles" (TNU, QO 18).

2. No caso, o acórdão, que reformou a sentença de procedência, negou o direito da autora desconsiderando alguns documentos em nome de terceiros devido ao fato de ela ter deixado o meio rural antes do preenchimento da carência do benefício. O Incidente de Uniformização, todavia, manifesta-se tão somente sobre a possibilidade de utilização dos documentos em nome de terceiros. Por outro lado, não é possível analisar o fato determinante para o julgamento da causa (saída do meio rural), sob pena de ofensa às Súmulas 42 da TNU e 7 do STJ.

3. Incidente de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional De Uniformização não conhecer do recurso, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Sessão de agosto de 2012.

ANTONIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
Relator

PROCESSO: 0506786-59.2009.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DE FÁTIMA MAGALHÃES MELO
PROC./ADV.: ANTÔNIO HAROLDO DE PAIVA CORDEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. SEGURADO ESPECIAL. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. REEXAME DE MATÉRIA DE PROVA. SÚMULA N. 42 DA TNU. SÚMULA N. 7 DO STJ.

1. A TNU, por força do art. 14 da Lei n. 10.259/01, deve apenas se ater ao direito material, uniformizando a sua interpretação no âmbito dos Juizados Especiais Federais.

2. Aplicação da Súmula n. 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

3. Incidência da Súmula n. 7 do STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

4. Incidente de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional De Uniformização não conhecer do recurso, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Sessão de agosto de 2012.

ANTONIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
Relator

PROCESSO: 0502410-30.2009.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA LOPES DA SILVA
PROC./ADV.: VÂNIA DUWE
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. SEGURADO ESPECIAL. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. REEXAME DE MATÉRIA DE PROVA. SÚMULA N. 42 DA TNU. SÚMULA N. 7 DO STJ.

1. A TNU, por força do art. 14 da Lei n. 10.259/01, deve apenas se ater ao direito material, uniformizando a sua interpretação no âmbito dos Juizados Especiais Federais.

2. Aplicação da Súmula n. 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

3. Incidência da Súmula n. 7 do STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

4. Incidente de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional De Uniformização não conhecer do recurso, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Sessão de agosto de 2012.

ANTONIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
Relator

PROCESSO: 0503883-42.2009.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA SOCORRO DE FREITAS
PROC./ADV.: VÂNIA DUWE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. SEGURADO ESPECIAL. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. REEXAME DE MATÉRIA DE PROVA. SÚMULA N. 42 DA TNU. SÚMULA N. 7 DO STJ.

1. A TNU, por força do art. 14 da Lei n. 10.259/01, deve apenas se ater ao direito material, uniformizando a sua interpretação no âmbito dos Juizados Especiais Federais.

2. Aplicação da Súmula n. 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

3. Incidência da Súmula n. 7 do STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

4. Incidente de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional De Uniformização não conhecer do recurso, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Sessão de agosto de 2012.

ANTONIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
Relator

PROCESSO: 0508696-18.2009.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA BATISTA FERREIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA ....
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. SEGURADO ESPECIAL. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. REEXAME DE MATÉRIA DE PROVA. SÚMULA N. 42 DA TNU. SÚMULA N. 7 DO STJ.

1. A TNU, por força do art. 14 da Lei n. 10.259/01, deve apenas se ater ao direito material, uniformizando a sua interpretação no âmbito dos Juizados Especiais Federais.

2. Aplicação da Súmula n. 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

3. Incidência da Súmula n. 7 do STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

4. Incidente de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional De Uniformização não conhecer do recurso, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Sessão de agosto de 2012.

ANTONIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
Relator

PROCESSO: 0518604-08.2009.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): FRANCISCO MARTINS DE FREITAS
PROC./ADV.: CRISTIANE BRAGA SARAIVA
OAB: CE-14850
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. SEGURADO ESPECIAL. FUNDAMENTAÇÃO SUCINTA. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIOS NORTEADORES DO JUIZADO. ART 46 DA LEI N. 9.099/95. PRESUNÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE. PRECEDENTES DO STF.

1. Conforme entendimento pacificado neste Colegiado, o que gera a nulidade da sentença ou do acórdão é a ausência completa de fundamentação. Assim, a fundamentação concisa, "técnica apropriada ao modelo jurisdicional dos Juizados Especiais Federais" (PEDILEF 200481100281978, Rel. Juiz Federal. José Antonio Savaris), está em consonância com os princípios norteadores do Juizado, especialmente o da simplicidade.

2. O Plenário do STF, no julgamento do RE 635729, reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional e decidiu que o artigo 82, §5º da Lei n. 9.099.95 (cuja redação é praticamente idêntica ao do artigo 46 da mesma Lei) é constitucional.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

3. O mesmo entendimento é perfilhado pelas duas Turmas do STF no que se refere ao artigo 46 da Lei n. 8.213/91: "Não ofende o artigo 93, IX, da Constituição do Brasil a decisão tomada por turma recursal que confirma a sentença por seus próprios fundamentos nos termos do artigo 46 da Lei n. 9.099/95" (STF, Segunda Turma, AI 749963) e "Não viola a exigência constitucional de motivação a fundamentação de turma recursal que, em conformidade com a Lei nº 9.099/95, adota os fundamentos contidos na sentença recorrida" (STF, Primeira Turma, RE 749969).

4. Incidente de uniformização não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional De Uniformização negar provimento ao recurso nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Sessão de agosto de 2012.

ANTONIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
Relator

PROCESSO: 2009.85.00.500288-2
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: WALDEMAR DOS SANTOS
PROC./ADV.: DIOGO ASSAD BOECHAT
OAB: ES-463-A
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA
PROC./ADV.: BIANCO S. MORELLI
OAB: SE 3679
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. OCORRÊNCIA. ACÓRDÃO QUE JULGA MATÉRIA DIVERSA DAQUELA LEVANTADA EM INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CÍVEL. POUPANÇA. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA REFORMADA PELA TURMA DE ORIGEM. PRESCRIÇÃO RECONHECIDA. PROCESSUAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO PARADIGMA. QUESTÃO DE ORDEM N. 22. ACÓRDÃOS DE TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DE TURMA RECURSAL DO MESMO ESTADO E REGIÃO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. A parte autora ajuizou demanda requerendo que a CEF fosse condenada "a pagar as diferenças de correção monetária sobre os valores dos saldos depositados em todas as cadernetas de poupança da(s) parte(s) autora(s), sendo 42,72% em fevereiro de 1989 (Plano Verão), descontando-se os valores já creditados à época, corrigidos pelos índices oficiais das cadernetas de poupança (incluindo-se os juros remuneratórios de 0,5% ao mês), corrigidos desde fevereiro de 1989, perfazendo até o ajuizamento o valor total de R$ 718,17 conforme cálculo anexo e discriminado no item 4.1".

2. Sentença de parcial procedência condenou a CEF a "pagar a diferença apurada entre o índice de 42,72% e aquele efetivamente aplicado em fevereiro de 1989 (Plano Verão), ao saldo da caderneta de poupança mantida pelo autor, cujo aniversário se dava na primeira quinzena do mês. O valor apurado será corrigido segundo os índices de correção monetária aplicáveis às cadernetas de poupança e acrescidos de juros remuneratórios de 0,5% ao mês, a contar de fevereiro de 1989 até a data de ajuizamento da ação".

3. Acórdão da Turma de origem que reconhece a prescrição do direito da autora, "pois a presente lide foi proposta após o prazo prescricional, uma vez que o termo inicial da prescrição do índice pleiteado, defasagem de janeiro de 1989, é o dia 16/01/89. Assim, os respectivos expurgos somente podiam ser requeridos judicialmente até 15/01/09".

4. De fato, o acórdão embargado decidiu matéria diversa da tratada no incidente de uniformização, conforme se verifica pelas transcrições acima. Embargos conhecidos para sanar a omissão alegada.

5. Não se conhece de pedido de uniformização quando o acórdão invocado como paradigma não discute a mesma matéria fática e jurídica, conforme Questão de Ordem n. 22 desta TNU: "é possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".

6. No caso, a autora alega que a prescrição deve ter como marco inicial o mês em que a correção deveria ser implementada e não foi (no caso, fevereiro de 1989). Todavia, os precedentes apresentados não tratam da mesma matéria dos presentes autos. Dos acórdãos juntados no item 2.5 do incidente, somente o REsp 147.044 trata de violação dos critérios de correção das cadernetas de poupança. No entanto, tal precedente (que é de 1997) se restringe a afirmar que incide a prescrição vintenária, sem especificar qual o dia de início da contagem do prazo (conforme análise feita no inteiro teor do julgado). Também os julgados apresentados no item 3 da petição não servem para fundamentar a divergência, pois: [a] julgado de Tribunal de Justiça (no caso, TJMG) não está incluído nas hipóteses do artigo 14, §1º da Lei n. 10.259/01 e [b] o julgado da TNU trata de PIS/PASEP. Por fim, o julgado da TR/SE (apresentado no item 4 do incidente) não serve por ser da mesma turma e região do acórdão impugnado.

7. Embargos de declaração conhecidos para sanar a omissão alegada. Incidente de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional De Uniformização conhecer os embargos de declaração para, sanando a omissão alegada, não conhecer o incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Sessão de agosto de 2012.

ANTONIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
Relator

PROCESSO: 0505123-05.2010.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
PROC./ADV.: MÁRIO MÁRCIO DE SOUZA MAZZONI
PROC./ADV.: JOSÉ JACONIAS DE OLIVEIRA
REQUERIDO(A): CARLOS LIMA DA SILVA
PROC./ADV.: SONIA VIEIRA DANTAS
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO POR AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE NO JULGADO DA TNU. ART. 48 DA LEI N. 9.099/95. PRETENSÃO DE NOVO JULGAMENTO DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Os embargos de declaração exigem, para seu conhecimento e provimento, uma deficiência na decisão judicial, que pode revelar-se através de uma omissão, de uma dúvida razoável ou de uma contradição entre seus termos que, no caso em apreço, inexistem. Daí o porquê de não admitir-se inovação jurídica ou fática nos embargos de declaração e, muito menos, rediscussão da matéria já decidida.

2. A propósito, por oportuno, deve-se registrar que o julgado está em conformidade com a Súmula n. 59 desta TNU, aprovada após o julgamento do incidente: "A ausência de declaração do objeto postado não impede a condenação da ECT a indenizar danos decorrentes do extravio, desde que o conteúdo da postagem seja demonstrado por outros meios de prova admitidos em direito".

3. Embargos de declaração não conhecidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional De Uniformização não conhecer os embargos de declaração nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Sessão de agosto de 2012.

ANTONIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
Relator

PROCESSO: 0503263-96.2010.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA SOCORRO DE OLIVEIRA ARRAIS
PROC./ADV.: JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

EMENTA

PROCESSUAL. ACÓRDÃO DE TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL. NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. ARTIGO 14, §2º DA LEI N. 10.259/01. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO.

1. Acórdão de TRF não caracteriza divergência para fins de admissão do incidente de uniformização nacional, conforme art. 14, §2º, da Lei n. 10.259/01.

2. Recurso não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional De Uniformização, não conhecer o recurso, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Sessão de agosto de 2012.

ANTONIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
Relator

PROCESSO: 0501473-50.2005.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: IVONE MARIA ALBUQUERQUE
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA
PROC./ADV.: RAIMUNDO NONATO ARAÚJO
PROC./ADV.: MARIA ITLANEIDE PIRES MENDONÇA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE SALÁRIO-MATERNIDADE. TEMA PERTINENTE À QUALIDADE DE SEGURADO. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 42 DA TNU.

1.Pedido de concessão de salário-maternidade.

2.Sentença de improcedência do pedido. Entendimento de que não há nos autos documentos hábeis a comprovar a qualidade de segurada especial no período de carência e de que a prova testemunhal se mostrou fraca e com contradições.

3.Manutenção da sentença pelos próprios fundamentos pela Turma Recursal do Ceará.

4.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

5.Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes: AC - Apelação Civel - 388240 - TRF 5ª Região; AC - Apelação Civel - 426201 - TRF 5ª Região e Súmula n.º 06 da TNU.

6.Negativa de seguimento ao incidente pela Presidência da Turma Recursal do Ceará.

7.Apresentação, pela parte autora, do requerimento para novo juízo de admissibilidade do Presidente da TNU - Turma Nacional de Uniformização.

8.Distribuição do incidente.

9.O incidente não deve ser conhecido por quatro importantes fundamentos a seguir indicados:

10.Primeiro Fundamento: Desconsideração do julgado do Tribunal Regional Federal. Apenas a existência de eventual contrariedade, na interpretação da lei federal sobre questões de direito material, entre decisões de Turmas Recursais de Juizados Especiais Federais e decisões de outras Turmas Recursais de Juizados Especiais Federais, ou com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, revelam hipóteses de cabimento de pedido de uniformização, como consta nos §§ 1º e 2º, do art. 14, da Lei nº 10.259/2001 (grifou-se).

11.Segundo Fundamento: As declarações em geral, salvo as emanadas de Sindicato de Trabalhadores Rurais devidamente homologadas pelo Ministério Público ou pelo INSS, são inservíveis como início de prova material. Precedentes da Turma Nacional de Uniformização: PEDILEF nº 2006.83.03.501599-0/PE; PEDILEF nº 2007.72.55.009096-5/SC; PEDILEF nº 2008.32.00.703599-2/AM; PEDILEF nº 2007.83.00.526657-4/PE; PEDILEF nº 2006.83.02.503892-0/PE; PEDILEF nº 2006.70.95.014573-0/PR; e PEDILEF nº 2006.83.00.521010-2/PE (grifou-se).

12.Terceiro Fundamento: Ausência de cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os paradigmas indicados. Há que se comparar o acórdão recorrido e os paradigmas apresentados. Não basta a mera indicação de jurisprudência. Generalidade das razões recursais (grifou-se).

13.Quarto Fundamento: Julgado objeto dos autos levou em conta toda a situação fática e probatória (grifou-se). Impossibilidade de exame de matéria de prova no âmbito da TNU - Turma Nacional de Uniformização. Aplicação da súmula nº 42, "in verbis": "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

14.Incidente de uniformização de jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.

Brasília, 16 de agosto de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Relatora

PROCESSO: 2005.71.58.000457-2
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ FRANCISCO RODRIGUES
PROC./ADV.: ALZIRO ESPÍNDOLA MACHADO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA AUTRRQUIA. PEDIDO DE AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO RECONHECIDO EM SENTENÇA TRABALHISTA. MATÉRIA OBJETO DE JULGAMENTO DA TNU - TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 13, DO COLEGIADO CITADO. NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.Pedido formulado pela parte autora, de alteração de seus salários-de-contribuição utilizados no período básico de cálculo com a adição de valores decorrentes de horas extraordinárias reconhecidas em reclamatória trabalhista ajuizada contra a empresa N F CARDOSO & CIA LTDA.

2.Sentença de improcedência do pedido, reformada pela Turma Recursal do Rio Grande do Sul .

3. Averbação de tempo de serviço reconhecido em reclamatória trabalhista.

4.Hipótese em que a Turma Recursal apenas se ateve à existência da sentença trabalhista sem cotejá-la com os demais elementos de prova constantes dos autos.

5.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pelo instituto previdenciário, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

6.Alegação de que a sentença trabalhista apenas representa confissão ficta do empregador, sem produção de qualquer prova.

7.Indicação, pela parte recorrente, de precedentes da lavra do STJ - Superior Tribunal de Justiça: Recurso Especial nº 837.979/MG ; Recurso Especial nº 565.933/PR ; Recurso Especial nº 606.024/CE.

8.Inadmissibilidade do incidente junto à Presidência da Turma Recursal do Paraná. Argumentação de que não há similitude fático-jurídica entre o caso dos autos e os precedentes invocados.

9.Apresentação, pela autarquia, de requerimento para novo juízo de admissibilidade do Presidente da TNU - Turma Nacional de Uniformização.

10.Distribuição do incidente.

11.Constatação de similitude fático-jurídica entre o caso dos autos e o julgado paradigma.

12.Existência de jurisprudência da TNU - Turma Nacional de Uniformização no sentido de que a sentença trabalhista vale como início de prova material a ser sopesada entre os demais elementos dos autos - processo nº 2006.38.00.74.7636-2.

13.Caso em que o Magistrado da Turma Recursal considerou a existência da sentença trabalhista e o efetivo recolhimento de contribuições previdenciárias correspondentes ao período objeto do 'decisum'.

14.Impossibilidade de se conhecer do incidente, a teor do que prelecionam o art. 14, da Lei nº 10.259/2.001, e a questão de ordem nº 13, da lavra da TNU - Turma Nacional de Uniformização, publicada no DJ de 28-04-2005, p. 00471: "Não cabe pedido de uniformização quando a jurisprudência da TNU de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

15.Incidente de uniformização de jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.

Brasília, 16 de agosto de 2.012.

VANESSA VIEIERA DE MELLO
Relatora

PROCESSO: 0502909-13.2006.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA NAILDES GONÇALVES NUNES
PROC./ADV.: MARCELO CAMARDELLA DA SILVEIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. TEMA REFERENTE AO INÍCIO DE PROVA MATERIAL. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. NÃO CONHECIMENTO.

1.Pedido de concessão de aposentadoria por idade rural.

2.Sentença de improcedência do pedido.

3.Interposição de recurso pela parte autora.

4.Manutenção da sentença pela Turma Recursal do Ceará, com espeque no art. 46 da Lei nº 9.099/95.

5.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

6.Defesa de existir nos autos início de prova material apta a caracterizar exercício de labor rural em regime de economia familiar, a despeito de labor rural desempenhado por cônjuge-varão.

7.Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes: Recursos Especiais nº 284162, nº 225555, nº 382085, nº 608489, nº 196843, nº 237278, nº 637437, nº 449864, nº 321.949, nº 587296, nº 289949, e nº 638611, Ações Rescisórias nº 700 e nº 1907, Agravos Regimentais no Recurso Especial nº 460.834 e nº 691391, da lavra do Superior Tribunal de Justiça - STJ; e PEDILEFS nº 200672950151849, nº 200672950090253, nº 200570950046231, nº 200484100055195, nº 200672950028535, nº 200438007863646, nº 200670950017235, nº 200670950156478, nº 200672950063572, e nº 200570510023599, emanados da Turma Nacional de Uniformização - TNU.

8.Inadmissibilidade do incidente na Turma Recursal do Ceará.

9.Apresentação, pela parte autora, de requerimento com pedido de processamento do incidente, nos termos do art. 15, § 4º, da Resolução nº 22/2008, do CJF - Conselho da Justiça Federal.

10.Distribuição do incidente.

11.Julgado cujo exame de prova foi profundo e baseado em documentação carreada aos autos.

12.Reprodução de importante trecho da decisão combatida, "in verbis": "(...) No caso sob luzes não é possível admitir o acervo documental colacionado aos autos como início idôneo de prova material, mormente em face da ausência de características como a da publicidade (emitidos por agentes com fé pública), da contemporaneidade e da abundância de seus componentes. Ademais, para que se admita determinado acervo como início idôneo de prova material, as informações inferidas da prova produzida pela parte autora não podem ser infirmadas por nenhum outro documento colacionado, como v.g. CNIS, registros de atividade urbana na CTPS, certidão dando conta de propriedade de extenso lote rural etc. Ressalte-se que, através de consulta realizada ao CNIS, constatou-se que, por longo período, a postulante exerceu atividade urbana, inclusive como auxiliar de enfermagem. De acrescentar-se que os testemunhos foram contraditórios com o depoimento pessoal da parte autora, não fornecendo elementos suficientes para concluir-se que a parte autora realmente dedicou sua vida ao trabalho na roça, juntamente com sua família, na agricultura de subsistência. A própria autora declara que, pelo menos até o ano de 1995, não exerceu a atividade agrícola, tendo trabalhado em atividades urbanas e morado, por bom tempo, na cidade de São Paulo. Quanto ao seu marido, embora lhe tenha deixado pensão como agricultor, trabalhava em São Paulo em atividades diversas, exercendo aqui no Ceará também a profissão de carpinteiro. Colhe-se, portanto, dos autos a conclusão de que se trata de pessoa não exercente da atividade rural, buscando valer-se do fato da existência de propriedade territorial rural em nome dos pais e do recebimento de pensão de rurícola, para beneficiar-se com aposentadoria por idade rural à qual não faz jus. (...)."

13.Impossibilidade de reexame de provas nesta esfera, conforme Súmula nº 42, da TNU - Turma Nacional de Uniformização.

14.Não conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência, ofertado pela parte autora.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.

Brasília, 16 de agosto de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Relatora

PROCESSO: 0503313-27.2007.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ PAIVA NUNES
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.

1.Pedido de concessão aposentadoria por idade formulado por rurícola.

2.Sentença de improcedência do pedido.

3.Manutenção da sentença pelos próprios fundamentos pela Turma Recursal do Ceará.

4.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

5.Inadmissibilidade do incidente pela Tuma Recursal do Ceará.

6.Apresentação, pela parte autora, do requerimento para novo juízo de admissibilidade do Presidente da TNU - Turma Nacional de Uniformização.

7.Distribuição do incidente.

8.O incidente de uniformização pressupõe a existência de tema de direito material e de julgados da lavra de Turmas Recursais de diferentes regiões ou de julgados de jurisprudência dominante do STJ - Superior Tribunal de Justiça.

9.Parte recorrente que não cumpriu a exigência de demonstrar analiticamente a divergência entre os acórdãos em cotejo, apresentando incidente genérico.

10.Ônus da parte que não se transfere ao juiz.

11.Não conhecimento do incidente ofertado pela parte autora.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.

Brasília, 16 de agosto de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Relatora

PROCESSO: 0008035-58.2007.4.01.3000
ORIGEM: AC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA JOSE DE ARAUJO MOREIRA
PROC./ADV.: ANA PAULA MORAIS DA ROSA
PROC./ADV.: MARLI TERESA MUNARINI
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA AUTARQUIA. TEMA DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. MATÉRIA PROCESSUAL. RECURSO NÃO CONHECIDO.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela autarquia, com esteio no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

2.Tema da assistência judiciária gratuita.

3.Alegação de que o entendimento desta Turma diverge daquele emanado da Turma Recursal do Estado de Santa Catarina pois, entendendo aquele pela concessa?o do pedido de assiste?ncia judicia?ria gratuita na?o obstante o reconhecimento de que a parte recorrida percebe remunerac?a?o acima do limite de isenc?a?o do imposto de renda, no aco?rda?o paradigma consignado que, nestes casos, a parte beneficiada tem condic?o?es de arcar com as despesas processuais e o?nus da sucumbe?ncia.

4.Indicação dos seguintes precedentes:

5.Menção ao enunciado 38 do FONAJEF.

6.Inadimissibilidade do incidente de uniformização de jurisprudência junto à Turma Recursal do Acre.

7.Apresentação, pela parte autora, de requerimento com pedido de processamento do incidente, nos termos do art. 15, § 4º, da Resolução nº 22/2008, do CJF - Conselho da Justiça Federal.

8.Inexistência de similitude fático-jurídica entre a decisão dos autos e os precedentes invocados pela parte autora.

9.Temas da assistência judiciária gratuita e da isenção do imposto de renda, totalmente diversos.

10.Impossibilidade de análise de incidente de uniformização de jurisprudência cujo tema verse sobre matéria processual.

11.Não conhecimento do recurso.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não admitir o incidente, nos termos do art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

Brasília, 16 de agosto de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Relatora

PROCESSO: 0080511-16.2007.4.02.5151
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: SÉRGIO MENEZES DE SOUZA
PROC./ADV.: ROSE MARY DE CARVALHO BENEVENTE
OAB: RJ-116821
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA OFERTADO PELA PARTE AUTORA. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. INCIDÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM N.º 18, DA TNU - TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. RECURSO NÃO CONHECIDO.1.Pedido formulado pela parte autora, de concessão de aposentadoria especial.

2.Sentença de procedência do pedido. Concessão de aposentadoria especial.

3.Reforma parcial da sentença pela Turma Recursal do Rio de Janeiro. Colação de importante trecho do voto: "Alega a parte autora o exercício de atividade sujeita a aposentadoria especial, por exposição ao agente nocivo ruído, no período de 20/03/ 1978 a 24/07/2006, laborado junto a Nuclebrás Equipamentos Pesados S/ A. Nuclep. O mencionado agente encontra-se especificado sob código 1.1.5 do anexo I do Decreto 83.080/79 e sob o código 2.0.1 , do anexo IV do Decreto 3.048 /99 - Agente nocivo ruído acima de 90 DB. Há nos autos cópia da CTPS confirmando a existência do vínculo, bem como formulário DSS 8030,consignando a exposição ao agente ruído no período de 20/03/78 a 31/01/1981, no qual a parte autora exerceu a atividade de aprendiz, exposto ao agente ruído acima de 90DB de forma habitual e permanente, não ocasional e intermitente, devidamente acompanhado de laudo técnico; formulário DSS 8030,consignando a exposição ao agente ruído no período de

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

01/02/81 a 31/10/1983, no qual a parte autora exerceu a atividade de praticante inspetor do controle de qualidade, exposto ao agente ruído acima de 90DB de forma habitual e permanente, não ocasional e intermitente devidamente acompanhado de laudo técnico; formulário DSS 8030,consignando a exposição ao agente ruído no período de 01/11/83 a 31/01/1987, no qual a parte autora exerceu a atividade de praticante inspetor do controle de qualidade I , exposto ao agente ruído acima de 90DB de forma habitual e permanente, não ocasional e intermitente devidamente acompanhado de laudo técnico; formulário DSS 8030,consignando a exposição ao agente ruído no período de 01/02/87 a 28/04/1995, no qual a parte autora exerceu a atividade de praticante supervisor I , exposto ao agente ruído acima de 90DB de forma habitual e permanente, não ocasional e intermitente devidamente acompanhado de laudo técnico ; formulário DSS 8030,consignando a exposição ao agente ruído no período de 29/04/95 a 31/12/2003, no qual a parte autora exerceu a atividade de supervisor I, assistentes especializado IV e pro Ind. técnico industrial , exposto ao agente ruído acima de 90DB de forma habitual e permanente, não ocasional e intermitente devidamente acompanhado de laudo técnico e finalmente formulário PPP consignando a exposição ao agente ruído no período de 01/01/2004 a 25/11/2005 , no qual a parte autora exerceu a atividade de Prodind Tec. Ind , exposto ao agente ruído acima de 92DB de forma habitual e permanente, não ocasional e intermitente. Formulário este datado de 25 de novembro de 2005 e assinado por coordenadora adm. de pessoal (fls.11, 39, 40/41 , 43/ 44, 45/47, 48/50, 51/54, 55/56). Ocorre que o lapso temporal de 20/03/78 a 31/12/2003 é suficiente para garantir à parte autora a carência necessária à concessão do benefício. De forma que, mesmo que desprezado o lapso temporal consignado no PPP não assinado por perito, configura-se o direito ao benefício pretendido. Portanto, em que pese o equívoco incorrido pela sentença que reconhece como especial o período de 20/07/2006 a 24/07/2006 e do recurso que não menciona tal impropriedade, com a retificação acima não merece prosperar a insurgência recursal (fls. 188 e 178). Posto que apura-se da análise da sentença que o Juízo a quo analisou o tempo de 20/03/1978 em diante. Por oportuno, cumpre salientar que, no que se refere à aplicação dos juros de mora, estes deverão incidir sobre os atrasados correção monetária pela tabela de precatórios e juros de mora, estes deverão incidir na base de 1% (um por cento) ao ano, na forma do artigo 406 do C.C e art. 161 do CTN, desde a citação até 30/06/2009, e, posteriormente, tanto em relação à atualização monetária quanto aos juros devem ser observados os parâmetros fixados na redação atual Art.1º-F da Lei nº 9.494/97, com redação dada pela Lei nº 11.960/2009. Desta forma, após a análise do conjunto probatório e das razões recursais não encontro fundamentos para reformar a sentença impugnada. Por estas razões, voto no sentido de CONHECER E DAR PROVIMENTO EM PARTE AO RECURSO reconhecendo cômputo como tempo especial o período de 20/03/78 a 31/12/2003, suficiente à concessão da aposentadoria especial.".

4.Incidente de uniformização de jurisprudência, apresentado pela parte autora, com esteio no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

5.Defesa da tese de possibilidade de reconhecimento de tempo especial através das informações da empresa por intermédio do PPP.

6.Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes: PEDILEF n.º 2006.51.63.000174-1 e 1ª Turma Recursal do Mato Grosso - autos n.º 2005.36.00.701265-3.

7.Incidente inadmitido perante a Presidência da Turma Recursal do Rio de Janeiro.

8.Requerimento, formulado pela parte recorrente, com esteio no art. 5º, inciso V e art. 9º, § 3º, da Resolução nº 390/04, do Conselho da Justiça Federal.

9.Distribuição do incidente.

10.Inexistência de similitude fático-jurídica entre o caso dos autos e os precedentes invocados:

PEDILEF n.º 2006.51.63.000174-1: "PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. EXIGIBILIDADE DO LAUDO TÉCNICO. AGENTE AGRESSIVO RUÍDO. APRESENTAÇÃO DO PPP - PERFIL PROFISSIOGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO. POSSIBILIDADE DE SUPRIMENTO DA AUSÊNCIA DO LAUDO PERICIAL. ORIENTAÇÃO DAS INSTRUÇÕES NORMATIVAS DO INSS. OBEDIÊNCIA AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E DA EFICIÊNCIA. 1. A Instrução Normativa n. 27, de 30/04/08, do INSS, atualmente em vigor, embora padeça de redação confusa, em seu artigo 161, parágrafo 1º, prevê que, quando for apresentado o PPP, que contemple também os períodos laborados até 31/12/03, será dispensada a apresentação do laudo técnico. 2. A própria Administração Pública, consubstanciada na autarquia previdenciária, a partir de 2003, por intermédio de seus atos normativos internos, prevê a desnecessidade de apresentação do laudo técnico, para comprovação da exposição a quaisquer agentes agressivos, inclusive o ruído, desde que seja apresentado o PPP, por considerar que o documento sob exame é emitido com base no próprio laudo técnico, cuja realização continua sendo obrigatória, devendo este último ser apresentado tão-somente em caso de dúvidas a respeito do conteúdo do PPP. 3. O entendimento manifestado nos aludidos atos administrativos emitidos pelo próprio INSS não extrapola a disposição legal, que visa a assegurar a indispensabilidade da feitura do laudo técnico, principalmente no caso de exposição ao agente agressivo ruído. Ao contrário, permanece a necessidade de elaboração do laudo técnico, devidamente assinado pelo profissional competente, e com todas as formalidades legais. O que foi explicitado e aclarado pelas referidas Instruções Normativas é que esse laudo não mais se faz obrigatório quando do requerimento do reconhecimento do respectivo período trabalhando como especial, desde que, quando desse requerimento, seja apresentado documento emitido com base no próprio laudo, contendo todas as informações necessárias à configuração da especialidade da atividade. Em caso de dúvidas, remanesce à autarquia a possibilidade de exigir do empregador a apresentação do laudo, que deve permanecer à disposição da fiscalização da previdência social. 4. Não é cabível, nessa linha de raciocínio, exigir-se, dentro da via judicial, mais do que o próprio administrador, sob pretexto de uma pretensa ilegalidade da Instrução Normativa, que, conforme já dito, não extrapolou o ditame legal, apenas o aclarou e explicitou, dando a ele contornos mais precisos, e em plena consonância com o princípio da eficiência, que deve reger todos os atos da Administração Pública. 5. Incidente de uniformização provido, restabelecendo-se os efeitos da sentença e condenando-se o INSS ao pagamento de honorários advocatícios, fixados em 10% do valor da condenação, nos termos da Súmula 111 do STJ."

1ª Turma Recursal do Mato Grosso - autos n.º 2005.36.00.701265-3: "DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. MOTORISTA. AGENTES NOCIVOS. LEI 9.032/95. EXIGÊNCIA DE LAUDO PERICIAL. INFORMAÇÕES SOBRE ATIVIDADES EXERCIDAS EM CONDIÇÕES ESPECIAIS. REQUISITO CUMPRIDO. RECURSO IMPROVIDO.

11.O precedente indicado pela parte autora refere-se à possibilidade de reconhecimento de tempo especial com base em PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário.

12.Julgado dos autos - refere-se a PPP não assinado por perito e à desnecessidade de reconhecimento do período controverso para a concessão do benefício requerido.

13.Precedentes indicados que não guardam consonância com a hipótese dos autos.

14.Incidência da questão de ordem n.º 18, da TNU - Turma Nacional de Uniformização: "É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles".

15.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.

Brasília, 16 de agosto de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Relatora

PROCESSO: 0508787-76.2007.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: RENATA BATISTA DE ALMEIDA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA AUTARQUIA, INTERPOSTOS EM INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. TESE DE PRESCRIÇÃO. TRANSCURSO DO PRAZO DE 05 (CINCO) ANOS APÓS REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE BASE LEGAL. INCIDENTE PROVIDO. EMBARGOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS.

1. Pedido de concessão de benefício assistencial a deficiente.

2. Sentença de extinção sem julgamento do mérito. Tema do requerimento administrativo interposto há mais de cinco anos.

3. Manutenção da sentença pela Turma Recursal da Paraíba.

4. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

5. Defesa do entendimento de inexistência de carência da ação por falta de pretensão resistida pelo decurso de prazo.

6. Alegação de que a posição da Turma Recursal da Paraíba difere daquela do STJ - Superior Tribunal de Justiça - súmula n.º 85.

7. Negativa de seguimento ao presente incidente pela Presidência da Turma Recursal da Paraíba. Ausência de similitude fática.

8. Apresentação, pela parte autora, de requerimento com pedido de processamento do incidente, nos termos do art. 15, § 4º, da Resolução nº 22/2008, do CJF - Conselho da Justiça Federal.

9. Distribuição do Incidente.

10. Cito o seguinte precedente: "PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (LOAS). PROCESSO REPRESENTATIVO DE RECURSOS SIMILARES. ACÓRDÃO MANTÉM SENTENÇA EXTINTIVA DO PROCESSO, SEM JULGAMENTO DE MÉRITO, AO ARGUMENTO DE NÃO TER HAVIDO A RENOVAÇÃO DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO, APÓS O TRANSCURSO DO PRAZO DE 02 (DOIS) ANOS. ENTENDIMENTO RESTRITIVO QUE NÃO SE MANTÉM. AUSÊNCIA DE BASE LEGAL. PEDIDO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Acórdão mantém sentença extintiva de processo, sem julgamento de mérito, referente à concessão do Benefício Assistencial (LOAS), com base no fundamento da não renovação do requerimento administrativo após o transcurso do lapso temporal de 02 (dois) anos, a partir de analogia do art. 21, "caput", da Lei 8.742/93. 2. O STJ consolidou entendimento no sentido da desnecessidade do prévio requerimento administrativo como pressuposto para o ajuizamento de ação concessiva de benefício previdenciário ou revisional. Esta Turma Nacional segue no mesmo sentido, com a exceção da hipótese da peça de contestação do INSS não enfrentar o mérito do pedido do segurado, caso em que se mantém a extinção do feito. 3. Se a jurisprudência dominante não exige o prévio requerimento administrativo para o fim de ajuizamento de ação previdenciária, não há razoabilidade em exigir, nos casos em que há o requerimento administrativo, especialmente quando de Benefício de Prestação Continuada, que o mesmo se renove por determinado período de tempo. 4. A exigência de renovação do requerimento administrativo, a cada dois anos, não possui qualquer base legal, além de ter natureza manifestamente restritiva do exercício de direito de ação pelo segurado ou interessado. Inaplicabilidade de analogia ou de interpretação extensiva no caso em questão. 5. Pedido de Uniformização conhecido e provido para o fim de anular tanto a sentença como o acórdão recorrido, determinando o retorno dos autos ao juízo de origem para o seu regular processamento. (PEDILEF 0504108-62.2009.4.05.8200, Relator JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO, Data da Decisão 02/08/2011).

11. Prescrição qüinqüenal de parcelas, conforme orientação da Súmula n.º 85, do STJ (PEDILEF 2005.37.00.753233-0, Juiz Federal Relator Edílson Pereira Nobre Junior, DJU 06-07-2007).

12. Necessidade de aplicar, aos autos, a questão de ordem nº 20, da TNU - Turma Nacional de Uniformização, publicada no DJ de 11-09-2006, p. 595, 'in verbis': "Se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverão ser anulados para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1° grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito".

13. Provimento do incidente de uniformização de jurisprudência, ofertado pela parte autora. Determinação de remessa dos autos à Turma Recursal de origem para readequação do caso a premissa jurídica firmada.

14. Interposição de Embargos de Declaração pela autarquia.

15. Menção ao sobrestamento do tema pelo Recurso Extraordinário de nº 631.240/MG.

16. Situação dos autos - diferente daquela do recurso acima referido.

17. Caso em que houve efetivo requerimento administrativo e declaração de prescrição.

18. Embargos de declaração, ofertados pela autarquia, conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização conhecer e desprover os Embargos de Declaração interpostos pela autarquia.

Brasília, 16 de agosto de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Relatora

PROCESSO: 2008.71.58.007865-9
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LOISI ALOS DE PRAGA
PROC./ADV.: ALZIRO ESPÍNDOLA MACHADO
OAB: RS-27728
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE TEMPO ESPECIAL. REEXAME PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 42, DA TNU - TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1.Pedido formulado pela parte autora, de concessão de aposentadoria por tempo de contribuição mediante averbação e conversão de tempo especial em comum.

2.Sentença de improcedência do pedido. Colação de trecho da sentença: "Da comprovação do tempo de serviço especial. Na situação presente, considerado o conjunto probatório, deixo de reconhecer como tempo de serviço especial o(s) intervalo(s) a seguir: 1º Período: 01/03/73 a 03/11/80 Empresa: CALÇADOS LARUSE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA Fundamento: DSS 8030 exibe irregularidades que lhe retiram o fundamento, pois ainda que tenha sido assinada pelo senhor Henrique Neto, não foi ele que a preencheu os dados nela constantes, o que foi feito pela autora ou seu marido, segundo seu depoimento. Além disso, de acordo com a prova testemunhal colhida, não há como precisar quais as atividades desempenhadas pela autora e a quais agentes nocivos a mesma estava exposta. 2º Período: 21/10/81 a 31/02/86 Empresa: CALÇADOS SCHELKO LTDA. Fundamento: DSS 8030 exibe irregularidades que lhe retiram o fundamento, pois ainda que tenha sido assinada pelo senhor Arsênio Fetter, não foi ele que a preencheu os dados nela constantes, o que foi feito pela autora ou seu marido, segundo seu depoimento. Além disso, de acordo com a prova testemunhal colhida, não há como precisar quais as atividades desempenhadas pela autora e a quais agentes nocivos a mesma estava exposta, já que o depoente diz se recordar, com certeza, apenas que a autora laborou no setor de limpeza. 3º Período: 05/04/88 a 30/11/91 4º Período: 04/05/92 a

PRÉVIA SEM VALOR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

31/10/94 5º Período: 02/05/95 a 12/02/99 Empresa: ANACLARA CALÇADOS E BOLSAS LTDA Fundamento: DSS 8030 exibe irregularidades que lhe retiram o fundamento, pois ainda que tenha sido assinada pelo senhor Sérgio Koch, não foi ele que a preencheu os dados nela constantes, segundo seu depoimento. Além disso, de acordo com a prova testemunhal colhida, não há como precisar quais as atividades desempenhadas pela autora e a quais agentes nocivos a mesma estava exposta. Frente ao recém evidenciado, inexiste direito à conversão pretendida. DISPOSITIVO Em face do exposto, julgo improcedente o pedido, resolvendo o mérito, forte no art. 269, I, do CPC".

3.Manutenção da sentença pelos próprios fundamentos pela Turma Recursal do Rio Grande do Sul, acrescentados os seguintes argumentos: "Registro que os formulários não podem realmente ser considerados para efeitos de reconhecimento de especialidade das atividades, pois não foram preenchidos pelo representante da empresa, sendo que prova testemunhal posterior não tem como suprir o vício".

4.Incidente de uniformização de jurisprudência, apresentado pela parte autora, com esteio no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

5.Indicação, pela parte recorrente, dos seguintes precedentes: Agravo no Agravo de Instrumento nº AI 200802656763 e Apelação Cível nº 200338000150035 - TRF 1ª Região

6.Defesa do entendimento de que a comprovação do exercício de atividade especial poderá ser feita por meio de formulário, conforme prevê o art. 58, §1º da Lei n.º 8.213/91.

7.Incidente inadmitido perante a Turma Recursal do Rio Grande do Sul.

8.Apresentação, pela parte autora, do requerimento para novo juízo de admissibilidade do Presidente da TNU - Turma Nacional de Uniformização.

9.Distribuição do incidente.

10.Desconsideração do julgado dos Tribunais Regionais Federais. Apenas a existência de eventual contrariedade, na interpretação da lei federal sobre questões de direito material, entre decisões de Turmas Recursais de Juizados Especiais Federais e decisões de outras Turmas Recursais de Juizados Especiais Federais, ou com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, revelam hipóteses de cabimento de pedido de uniformização, como consta nos §§ 1º e 2º, do art. 14, da Lei nº 10.259/2001.

11.Ainda que não houvesse precedentes da lavra de Tribunais Regionais Federais, cumpre citar que o julgado proferido em consonância com posição do STJ - Superior Tribunal de Justiça

12.Da análise dos autos, observo que o voto dos autos levou em conta toda a situação fática e que a parte recorrente pretende nova valoração da prova.

13.Impossibilidade de exame de matéria de prova no âmbito da TNU - Turma Nacional de Uniformização. Aplicação do verbete nº 42, do colegiado citado: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

14.Ademais, o julgado recorrido fundamenta o não reconhecimento do período supostamente laborado em condições especiais nas irregularidades do formulário apresentado.

15.Inexistência de similitude fático-jurídica entre o caso dos autos e o precedente invocado.

16.Incidente de uniformização de jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer o incidente de uniformização de jurisprudência.

Brasília, 16 de agosto de 2012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Relatora

PROCESSO: 2008.70.55.003046-4
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: IVONE DE LIMA OLIVEIRA
PROC./ADV.: ROSILENY VANZELLA DE ASSIS PONTES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. SALÁRIO MATERNIDADE. SEM INDICAÇÃO DE FONTE. INCIDÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM N.º 13, DA TNU - TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. RECURSO NÃO CONHECIDO.

1.Pedido de concessão de salário maternidade.

2.Sentença de improcedência do pedido.

3.Manutenção da sentença pela Turma Recursal do Paraná. Transcrição de importante trecho do voto: "A decisão recorrida não acolheu a pretensão deduzida na inicial ao fundamento de que o início de prova material se refere basicamente ao período posterior à ocorrência do parto, além de entender descaracterizado o regime de economia familiar porque o marido da recorrente era empregado do Supermercado Irani Ltda. e recebia mais que um salário-mínimo mensal. A parte recorrente sustenta, em síntese, que há início de prova material do exercício de atividade rural em período anterior e posterior ao parto. Alega, outrossim, que o labor do marido não tem o condão de suprimir a sua condição de segurada especial, pugnando pela reforma da decisão recorrida. Não assiste razão à parte recorrente. Quanto ao tema, a Turma Nacional de Uniformização recentemente editou a Súmula 41: "A circunstância de um dos integrantes do núcleo familiar desempenhar atividade urbana não implica, por si só, a descaracterização do trabalhador rural como segurado especial, condição que deve ser analisada no caso concreto". (...) Se a atividade for realizada consoante se tem por regime de economia familiar, não apenas o produtor rural será considerado segurado especial, mas também seu cônjuge ou companheira(o) e filhos ou equiparados com mais de 16 anos de idade que trabalhem com o grupo familiar em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados. Neste caso, o reconhecimento da condição de segurado especial dos familiares do produtor rural - ou do parceiro, do meeiro etc. - depende da comprovação desta espécie de empresa familiar. Quando o segurado especial exerce suas atividades em regime individual, não apresenta importância a circunstância de outro membro de sua família exercer atividade remunerada (e se de natureza urbana ou rural). Como nesse caso não se trata de regime de economia familiar, o vínculo de cooperação do grupo familiar para subsistência pela via do trabalho rural é dispensável. Aliás, é de se reconhecer que a aproximação experimentada pelos universos rurais e urbanos, de que são testemunhas as décadas finais do Século XX, torna comum a pluriatividade dentro de um grupo familiar de vocação rural. Essa pluriatividade é considerada mesmo como uma estratégia de permanência da família no campo. Seu reconhecimento pelo universo político-jurídico é condição sem a qual não se eliminará a pobreza rural. O fechamento do direito a essa realidade implicaria o isolamento das populações de menores rendas. (...) Se a produção e o resultado da comercialização constituírem o meio exclusivo de subsistência da família, caracterizado estará o regime de economia familiar em relação aos trabalhadores que se dedicaram a tais tarefas. Se, de outra forma, o produto do labor rural significar parte da renda familiar, o que se dá na hipótese de um dos membros da família possuir outra fonte de rendimento, tanto melhor para a família e para o trabalhador rural que, só por essa razão, não será penalizado com a descaracterização de sua condição de segurado especial. Até aqui chegamos com a edição da Súmula 41 da TNU. Além disso, no meu entender, não importa, para efeitos de filiação do trabalhador rural ao sistema previdenciário - que decorre por força de lei para todo aquele que exerce atividade remunerada privada lícita - qual a natureza do contrato de trabalho do cônjuge (se urbano ou rural, celetista ou estatutário) ou qual o valor da remuneração mensal deste (se mais de um salário-mínimo ou inferior a este patamar). Quero expressar que não alcançamos o conceito de segurado especial que exerce suas atividades individualmente, como produtor rural, meeiro, arrendatário etc, a partir da realidade profissional de outro membro do grupo familiar. O conceito de regime de economia familiar é absolutamente descartável para a determinação da figura do segurado especial que trabalha individualmente. Por consequência, é nada menos que uma impropriedade perquirir sobre a imprescindibilidade do produto do trabalho rural daquele que exerce individualmente a atividade rural para fins de subsistência do grupo familiar. Isso por uma razão muito simples: Não nos é exigido (ou mesmo dado!) aferir a importância do produto do trabalho de quem quer que seja em termos de rendimento familiar como condição para sua vinculação ao RGPS. A filiação ao sistema previdenciário, lembre-se, é opus legis. Dessa forma, o que importa - e é apenas o que importa - é se estamos diante de um trabalhador rural que efetivamente desenvolve a atividade de produção rural com desiderato de comercialização, ainda que nem sempre esta seja possível. A atividade dos demais membros da família apenas tem significado se for para identificar no trabalho rural do produtor e de seus familiares um regime de economia familiar, de maneira a estender a caracterização de segurado especial para os familiares do produtor (parceiro, meeiro etc.). Se a alegação é a de que no período objeto de comprovação da atividade rural outro membro do grupo familiar exerceu atividade de natureza urbana - ou tinha outra fonte de renda -, o reconhecimento da condição de segurado especial do pretendente ao benefício para aquele interregno pressupõe a demonstração de que a atividade agrícola desenvolvida, naquele tempo, era consistente, habitual, com produção correspondente ao que se tem por trabalho rural digno de ser chamado como tal, com vocação para comercialização. Deve-se exigir, então, que a atividade desempenhada pelo pretendente ao benefício devido a trabalhador rural tenha sido significativa a ponto de caracterizar-lhe como um segurado obrigatório da Previdência Social, como um segurado especial, mais especificamente. São conceitos indeterminados que somente podem ser identificados no caso concreto. Mas a partir deles já se exclui a possibilidade de enquadramento (como segurado especial que exerce sua atividade individualmente) da pessoa que explora as facilidades e as amenidades de um canteiro de horta ou um pedaço de terra. Mais do que isso, por tais conceitos evita-se a incongruência de se condicionar a existência da filiação previdenciária à proporção do rendimento do trabalhador em relação à renda familiar. Em suma, o que deve ser aferido nesses casos é o quantum de trabalho rural da pessoa, se correspondente à idéia de produção rural com potencialidade de comercialização, e não o quantum do rendimento de outro membro do grupo familiar, se tem ou não potencialidade para tornar irrelevante ou mesmo desnecessária a atividade rural desenvolvida, juízo este último que acaba por reabilitar a superada figura do arrimo de família. Em outras palavras, o exercício de atividade de natureza urbana pode implicar a quebra do regime de economia familiar, mas não afeta a condição de segurado especial do membro do grupo familiar que, individualmente, dedica-se à atividade de produção agrícola para fins de comercialização. Diante dessas razões e na linha da Súmula 41 da TNU, considero que a circunstância de um dos integrantes do núcleo familiar desempenhar atividade urbana não implica a descaracterização do trabalhador rural como segurado especial, desde que o pretendente ao benefício comprove o exercício da atividade de produção rural de modo habitual com potencialidade de comercialização, de modo a enquadrar-se na figura de segurado especial prevista no artigo 11, VII, da Lei 8.213/1991, o que deve ser aferido no caso concreto. No presente caso, não comprovada a atividade de produção rural, nos termos em que concebida na fundamentação acima exposta, deve ser mantida a sentença de improcedência. Ante o exposto, voto por NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO".

4.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

5.Alegação de que há nos autos início de prova material corroborado por prova testemunhal hábil a comprovar a atividade rural.

6. Indicação, pela parte recorrente, de precedente da 1ª Turma Recursal da Bahia - autos n.º 200433007211499.

7.Inadmissibilidade do incidente pela Tuma Recursal do Paraná. Alegação de não ser possível o reexame de mérito na presente instância.

8.Apresentação, pela parte autora, do requerimento para novo juízo de admissibilidade do Presidente da TNU - Turma Nacional de Uniformização.

9.Distribuição do incidente.

10.Não conhecimento do incidente por dois importantes fundamentos:

11.Primeiro Fundamento: "a mera transcrição do julgado paradigma no corpo do recurso, mesmo que na sua integralidade, só tem validade quando acompanhada da indicação do repositório de jurisprudência ou fonte da qual foi extraído, de forma a conferir autenticidade ao texto reproduzido". Precedentes: PEDILEF 05006545020094058402 e PEDILEF 00058762220104013200 (grifou-se).

12.Considerando-se a ausência de indicação da fonte de obtenção do julgado indicado como precedente pela parte recorrente, entendo não estar comprovada a divergência.

13.Segundo Fundamento: Observo que o julgado está em harmonia com a súmula n.º 41, da TNU, in verbis, "a circunstância de um dos integrantes do núcleo familiar desempenhar atividade urbana não implica, por si só, a descaracterização do trabalhador rural como segurado especial, condição que deve ser analisada no caso concreto" (grifou-se).

14.Incidência da questão de ordem n.º 13, da TNU - "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

15.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.

Brasília, 16 de agosto de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Relatora

PROCESSO: 2008.71.61.003352-1
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ROSÂNGELA APARECIDA FURLAN KARNOPP
PROC./ADV.: MARCOS LAGUNA PEREIRA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. PEDIDO DE CONDENAÇÃO DA UNIÃO FEDERAL AO PAGAMENTO DE 11,98% (ONZE VÍGULA NOVENTA E OITO POR CENTO). TEMA DA PRESCRIÇÃO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO NOS TERMOS DA SÚMULA 85 DO STJ E DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 13 DA TNU - TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO.

1.Pedido formulado por servidor público, concernente à condenação, da União Federal ao pagamento de reposição de perdas salariais, correspondente ao reajuste de 11,98% (onze vírgula noventa e oito por cento).

2.Decurso de várias fases processuais.

3.Trata-se de pedido de uniformização de jurisprudência interposto pela UNIÃO, com fulcro no art. 14, § 2o, da Lei no 10.259/2001, contra acórdão proferido pela 1a Turma Recursal, em processo no qual a parte autora pleiteia o pagamento de 11,98% (diferença resultante de equívoco cometido na conversão em URV) sobre a "gratificação eleitoral mensal" recebida em virtude do exercício da função de chefia em Cartório Eleitoral do interior do Estado, no período de 1994 a 2001.

4.Alegação de que a Turma Recursal deixou de observar a ocorrência da prescrição do fundo de direito quando do ajuizamento da ação. Segundo defende a União, "o prazo estabelecido no Decreto n.o 20.910/32 (05 anos) foi interrompido em 2002 com o ato administrativo do Tribunal Superior Eleitoral - TSE que reconheceu o direito à integralização do índice de 11,98% às gratificações mensais dos Chefes de Cartórios Eleitorais, recomeçando a correr, pela metade (02 anos e 06 meses), a partir de então, nos termos do Decreto-Lei n.o 4.597/42".

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

5.A União sustenta divergência do acórdão recorrido em relação ao entendimento adotado pela 1a Turma Recursal do Acre e pela Turma Regional de Uniformização da 1a Região, que adotaram o entendimento, com relação a situações idênticas, da contagem prescricional pela metade, em razão da interrupção da prescrição que naqueles casos apontados como paradigmas deu-se por Ato do TSE.

6.Indicação, pela parte recorrente, de julgado da lavra da Turma Recursal do Acre - autos de nº 2005.30.00.909948-2.

7.Existência de importante precedente na TNU - Turma Nacional de Uniformização: "Pedido de uniformização de interpretação de lei federal nº 2008.71.65.001983-3: EMENTA-VOTO: "ADMINISTRATIVO. URV. 11,98%. RECONHECIMENTO ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO FINAL DA ADMINISTRAÇÃO. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. REEXAME DE MATÉRIA DE PROVA. SÚMULA N. 42 DA TNU. SÚMULA N. 7 DO STJ. LIMITE TEMPORAL. JULGADO DE ACORDO COM ENTENDIMENTO DO STF E DA TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 13. Pretende a parte autora o pagamento de parcelas atrasadas referentes à incidência do percentual de 11,98% sobre a sua gratificação mensal como Chefe de Cartório Eleitoral. Na sentença, confirmada pelo acórdão, entendeu o magistrado que até o momento não houve manifestação conclusiva da administração, não iniciando o prazo prescricional. A União alega que o crédito encontra-se prescrito, seja se considerado o prazo de dois anos e meio (art. 9º do Decreto n. 20.910/32) seja se considerado o prazo de cinco anos (art. 1º do Decreto n. 20.910/32). A TNU, por força do art. 14 da Lei n. 10.259/01, deve aenas se ater ao direito material, uniformizando a sua interpretação no âmbito dos Juizados Especiais Federais. Inteligência das Sumulas n. 42 da TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e n. 7 do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"). No caso, reanalisar a conclusão do magistrado de que "a bem da verdade até o presente momento ainda não houve manifestação definitiva da administração pública a respeito do pleito formulado administrativamente pela parte autora; portanto, não há falar em recomeço de contagem do prazo prescricional pela metade" demandaria o revolvimento de matéria fático-probatória, o que, como visto, é vedado no âmbito da TNU. "A questão relativa à limitação temporal do acréscimo de 11,98% à remuneração dos servidores públicos foi analisada por esta Corte no julgamento dos pedidos de medida cautelar na ADI 2.321, Min. Celso de Mello, DJ 10.06.2005 e na ADI 2.323, Min. Ilmar Galvão, DJ 20.04.2001, restando superado o entendimento firmado na ADI 1.797 de incidência do aludido percentual para o período de abril de 1994 a dezembro de 1996" (STF, Segunda Turma, AgRegRE n. 416.940 Rel. Min. Joaquim Barbosa, DJ 3-8-2007). No ponto (limitação temporal do incremento), incidência da Questão de Ordem n. 13 desta TNU. Incidente de uniformização não conhecido".

8.Incidência, à hipótese dos autos, da questão de ordem nº 13 da TNU - Turma Nacional de Uniformização.

9.Não conhecimento do incidente.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente.

Brasília, agosto de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Relatora

PROCESSO: 2008.71.58.009634-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ALDAIR PEDRO DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARIA SILESIA PEREIRA
PROC./ADV.: MELISSA PEREIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

REVISÃO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PRECEDENTES DE TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL. AUSÊNCIA DE FONTE. PRELIMINAR DE NULIDADE. APLICAÇÃO DA SÚMULA N.º 43, DA TNU. REEXAME. NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE COM BASE NA SÚMULA N.º 42, DA TNU - TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO.

1.Pedido formulado pela parte autora concernente à concessão de aposentadoria por tempo de serviço mediante conversão de tempo especial em comum.

2.Sentença de parcial procedência do pedido. Transcrevo importante trecho da sentença: "Feitas essas considerações acerca da matéria, passo a analisar os períodos que o autor pretende sejam reconhecidos como laborados em condições especiais. Industria Danello de Calçados Ltda - 01.04.1997 a 03.04.2001 Segundo consta do DSS-8030, o autor exerceu a função de montador à mão (PROCADM3). O laudo técnico dessa empresa aponta que o nível de ruído aferido na atividade acima era inferior ao limite de tolerância de 90 dB previsto na legislação vigente no período (PROCADM3). Assim, não há como reconhecer o caráter especial do tempo de serviço junto à Industria Danello de Calçados Ltda. Território Nacional Ind. Calçados Ltda - 12.07.2001 a 25.08.2006 e Bison Ind. Calçados Ltda - 08.01.2007 a 03.01.2008 Os Perfis Profissiográficos Previdenciários das empresas acima são insuficientes para comprovar a efetiva exposição habitual e permanente ao agente ruído em índices superiores aos permitidos, sendo necessários os respectivos laudos técnicos, que não foram juntados. A utilização de laudo de empresa similar só é admitida na hipótese de comprovada inexistência do laudo da própria empresa onde o trabalho foi exercido, o que não ocorre no presente caso, em que o DSS da Território Nacional Ind. Calçados Ltda menciona a existência de laudo, e a Bison Ind. Calçados Ltda continua ativa. Em razão disso, não reconheço como especiais os períodos laborados para essas empresas. Haas S/A, Calçados Superly Garoty S/A, Ind. Calçados Neoflex Ltda, Calçados Klaser S/A, Calçados Petry Ltda, EKA Ind. Esquadrias Ltda Para demonstrar o exercício de atividade especial durante os períodos laborados para as empresas supra, a parte autora juntou aos autos formulários DSS-8030 preenchidos por sindicato profissional e síndico da massa falida (PROCADM3). Nesse ponto, esclareço que os formulários com informações sobre agentes nocivos para reconhecimento de tempo de serviço especial (DSS 8030) devem ser preenchidos pela empresa/empregador (o que deveria ocorrer na época da prestação do serviço). Inexiste previsão no sentido de se aceitar tais documentos preenchidos por sindicato da categoria profissional ou síndico de massa falida, mesmo porque, nesses casos, são preenchidos com base em declaração da própria parte ou nas anotações da Carteira de Trabalho, configurando prova formada unilateralmente. Nessa situação fica inviável a utilização de prova pericial realizada em empresa similar, porquanto a similaridade decorreria igualmente de declarações unilaterais da parte autora. O reconhecimento da especialidade da atividade somente é possível se houver laudo realizado na própria empresa em que o trabalho foi realizado. Anotações genéricas na CTPS (como atividade de Serviços Gerais, por exemplo), mesmo que feitas pela empresa à época da prestação laboral, não comprovam trabalho com exposição a agentes nocivos à saúde. As informações, assinadas por representante do empregador, devem ser precisas quanto à atividade desempenhada e/ou nocividade à saúde. Assim o é porque somente quando houver declaração assinada pelo empregador poderá a Previdência, eventualmente cobrar contribuições sobre a remuneração do trabalhador que não tenham sido recolhidas corretamente. O sistema previdenciário é contributivo, havendo necessidade de, ainda que em tese, indicar alguém como responsável pelo recolhimento de contribuições. Se não houver assinatura do empregador, não haverá responsabilização por valores devidos, decorrentes da relação de custeio. Por isso, inviável o reconhecimento do labor especial nos períodos trabalhados para as empresas supra. (...) Ante o exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados pelo autor, para o fim de: a) DECLARAR o seu efetivo exercício de atividade urbana no período de 01.08.2006 a 25.08.2006; b) CONDENAR o INSS a averbar o período acima, para todos os efeitos legais."

3.Reforma parcial da sentença pela Turma Recursal do Rio Grande do Sul, nos seguintes termos: "Consoante PPP (evento 1, PROCADM3, fls. 11/12) juntado aos autos, durante o período supramencionado, a parte autora esteve exposta a ruído de 86,87 dB, o que caracteriza a especialidade da atividade de montador, exercida na Bison Ind. De Calçados Ltda. Cumpre ressaltar que a apresentação de Perfil Profissiográfico Previdenciário dispensa a juntada de laudo técnico, tendo em vista que as informações utilizadas para o preenchimento do formulário são obtidas na perícia técnica, que também serve de base para as conclusões do expert no laudo. Contudo, após 28.05.1998 não há mais possibilidade de converter o tempo de serviço especial em comum, conforme entendimento fixado na Súmula 16 da Turma Nacional, que assim dispõe: "A conversão de tempo de serviço comum, do período trabalhado em condições especiais, somente é possível relativamente à atividade exercida até 28 de maio de 1998 (art. 28 da Lei 9.711/98)". Assim sendo, a parte autora faz jus ao reconhecimento do período entre 06.08.2007 e 03.01.2008 como laborado em condições especiais, restando impossibilitada a conversão do interregno de tempo de serviço especial para comum. Em relação às demais alegações recursais, a sentença é de ser confirmada pelos seus próprios fundamentos, nos termos do artigo 46 da Lei 9.099/1995, combinado com artigo 1º da Lei 10.259/2001. Os fundamentos do acórdão, pois, são os mesmos fundamentos da sentença, onde todas as alegações já foram analisadas. (...) Dessa forma, é de se dar parcial provimento ao recurso da parte autora, para reconhecer o lapso entre 06.08.2007 e 03.01.2008 como tempo de serviço laborado em condições especiais, impedida a conversão do tempo de serviço especial para comum. Sem honorários, por não haver recorrente vencido".

4.Após apresentação de Pedido de Uniformização apresentado pela parte e em face do cancelamento da súmula n.º 16 da TNU, proferiu-se decisão, determinando o encaminhamento do feito ao respectivo Juiz Relator para eventual exercício de juízo de retratação.

5.Juízo de Retratação: "Tendo em vista a determinação de adequação do julgado, nos termos da decisão da Presidência, passo a proferir voto, em juízo de retratação. Possibilidade de Conversão de Tempo Especial após 28/05/1998 De acordo com a Súmula 15 da Turma Regional de Uniformização, publicada no Diário Eletrônico em 30/03/2010, "é possível a conversão em tempo de serviço comum do período trabalhado em condições especiais relativamente à atividade exercida após 28 de maio de 1998". No mesmo sentido, decisão proferida no Incidente de Uniformização nº 2005.71.95.018348-0/RS. Diante deste contexto, revendo o posicionamento anterior, mostra-se possível a conversão dos períodos laborados sob condições especiais em tempo comum mesmo após 28/05/1998. Assim, tendo em vista o reconhecimento como tempo especial do período de 08/01/2007 a 03/01/2008, laborado na empresa Bison Ind. Calçados Ltda. (evento 46 - VOTO1), mostra-se possível a conversão do interregno referido em tempo comum, mediante o percentual de 1,4 (percentual de conversão), devendo ser averbado ao seu tempo de serviço 04 meses e 23 dias. De outra parte, no tocante ao período de 12/07/2001 a 25/08/2006 não é possível o reconhecimento como tempo de serviço especial e conseqüentemente a conversão para tempo comum após 28/05/98, uma vez que os documentos apresentados são insuficientes a demonstrar a efetiva exposição ao agente nocivo ruído em níveis superiores ao permitido pela legislação. Tempo de Serviço Total e Concessão do Benefício Reconhecida judicialmente a especialidade do período de 08/01/2007 a 03/01/2008 (acréscimo de 04 meses e 23 dias com fator de conversão 1,4) e acrescido ao tempo de serviço computado na sentença proferida pelo juízo a quo, verifica-se que o autor alcança na DER, em 03/01/2008, tão somente 31 anos, 01 mês e 17 dias, não fazendo jus à concessão de aposentadoria por tempo de contribuição integral, nos termos do art. 201 da Constituição Federal, bem como à concessão de aposentadoria por tempo de serviço de acordo com as regras anteriores à EC nº 20/98, e nem mesmo em conformidade com as regras de transição do art. 9º da mesma EC nº 20/98 (ausência de idade mínima). Ante o exposto, voto por dar parcial provimento ao recurso da parte autora, em sede de JUÍZO DE RETRATAÇÃO, a fim de determinar a conversão para tempo comum do período laborado em condições especiais compreendido entre 08/01/2007 a 03/01/2008, com fator de conversão de 1,4, nos termos da fundamentação.

6.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

7.Preliminar de nulidade por cerceamento de defesa. Alegação de que requerida a produção de prova pericial para o fim de comprovar o desempenho de atividades especiais, não tendo sido oportunizada a realização da prova, deve ser anulada a sentença. No mérito, defende a tese de que de que o cômputo do tempo de serviço deverá observar a legislação vigente à época da prestação laboral, tal como disposto no § 1º, art. 70 do Decreto n. 3.048/99, com redação do Decreto n. 4.827/03 sustenta ser possível a conversão de tempo especial em comum após 1998.

8.Com relação à preliminar alegada, a parte recorrente indica os seguintes precedentes: Primeira Turma Recursal do Mato Grosso - autor n.º 2007.36.00.700053-7, Primeira Turma Recursal de Santa Catarina - autos n.º 2007.72.95.006719-3; RESP n.º 8839/SP; Resp 4565/RJ; AC 2006.38.11.007537-4 e AC 2000.01.00.085793-3- TRF 1ª Região; REL. JUIZ FEDERAL PAULO CÉZAR ALVES SODRÉ, PRIMEIRA TURMA - MT, AI 2004.04.01.038221-0 - TRF 4ª Região. Quanto ao mérito, apresenta precedente do STJ - Recurso Especial nº 425660/SC.

9.Inadmissibilidade do incidente junto à Presidência da Turma Recursal do Rio Grande do Sul.

10.Apresentação, pela parte recorrente, de requerimento para novo juízo de admissibilidade do Presidente da TNU - Turma Nacional de Uniformização.

11.Distribuição do incidente.

12.Análise do recurso em vários aspectos.

13.Quanto à preliminar apresentada: Desconsideração dos julgados dos Tribunais Regionais Federais e de precedentes da mesma região. Apenas a existência de eventual contrariedade, na interpretação da lei federal sobre questões de direito material, entre decisões de Turmas Recursais de Juizados Especiais Federais e decisões de outras Turmas Recursais de Juizados Especiais Federais, ou com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, revelam hipóteses de cabimento de pedido de uniformização, como consta nos §§ 1º e 2º, do art. 14, da Lei nº 10.259/2001 (grifou-se).

14.Quanto aos precedentes da Turma Recursal, considerando-se a ausência de indicação da fonte de obtenção do julgado indicado como precedente pela parte autora, entendo não comprovada a divergência (grifou-se). Cito importantes precedentes: "a mera transcrição do julgado paradigma no corpo do recurso, mesmo que na sua integralidade, só tem validade quando acompanhada da indicação do repositório de jurisprudência ou fonte da qual foi extraído, de forma a conferir autenticidade ao texto reproduzido". Precedentes: PEDILEF 05006545020094058402 e PEDILEF 00058762220104013200.

15.Preliminar afastada. Aplicação, à hipótese dos autos, do verbete nº 43, do presente Colegiado de uniformização: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual'.

16.Quanto ao mérito: Não conhecimento do incidente (grifou-se).

17.Até a Lei 9.032/95, as atividades especiais eram aquelas insertas nos Decretos nº 83.080/79 e nº 53.814/64. Antes da vigência de tal norma, a prova do exercício de atividade especial era feita somente através do SB40, exceto em relação ao ruído, para o qual sempre foi necessária a existência do laudo pericial. A partir da Lei nº 9.032/95, exige-se o SB40, o laudo técnico e enquadramento das atividades nos citados decretos, exigências estas que, entretanto, somente vieram a ser regulamentadas com a edição do Decreto nº 2.172, de 05 de março de 1.997.

18.Julgado proferido em consonância com posição do STJ - Superior Tribunal de Justiça.

19.Ademais o julgado objeto dos autos levou em conta toda a situação fática.

20.Impossibilidade de exame de matéria de prova no âmbito da TNU - Turma Nacional de Uniformização. Aplicação do verbete nº 42, do colegiado citado: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

21.Incidente de uniformização de jurisprudência não conhecido.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.

Brasília, 16 de agosto de 2012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Relatora

PROCESSO: 2009.72.50.004081-1
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: MARCELO DE PAULA GOULART
PROC./ADV.: TIAGO KREMER PIZZETTI
PROC./ADV.: ÉVERTON DA COSTA VIEIRA
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. TEMA DA COMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL PARA JULGAR PEDIDO DE PAGAMENTO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. MATÉRIA PROCESSUAL. NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE.

1.Pedido de condenação ao pagamento de adicional de insalubridade sobre parcelas vencidas e vincendas.

2.Sentença de parcial procedência do pedido.

3.Julgamento, pela Turma Recursal, de incompetência do Juizado Especial Federal para o processamento do feito.

4.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

5.Alegação de que o Superior Tribunal de Justiça julgou conflitos de competência em que decidiu pela competência dos Juizados Especiais Federais: CC 100.435/SC; 100.989/SC; 100.892/SC; 101.023/SC; 100.999/SC.

6.Tema referente à competência para julgamento da causa - objeto de matéria processual.

7.Aplicação da súmula nº 43, da TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".

8.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização de jurisprudência.

Brasília, 16 de agosto de 2.012.

VANESSA VIEIRA DE MELLO
Relatora

PROCESSO: 2009.71.54.001437-7
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MARISTELA SCHIAVON QUEVEDO
PROC./ADV.: CRÍSTIAN DA SILVA DE MORAIS
OAB: RS-64293
PROC./ADV.: ROBERTA ZANOTELLI MORAIS
REQUERIDO(A): CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL
PROC./ADV.: ANGELO ROBERTO BOZZETTO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA AUTARQUIA. TEMA DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 6.944/82. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PARCIAL PROVIMENTO DO RECURSO.

1.Pedido, formulado pela parte autora autora, de declaração da inexistência de relação jurídica tributária que justifique a cobrança de valores a título de anuidade excedentes a 2 MVR, correspondente a 35,72 UFIR's, em dezembro/1991, e a condenação da parte ré à devolução dos valores indevidamente recolhidos ao Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul.

2.Sentença de parcial procedência do pedido , preservada pela Turma Recursal do Rio Grande do Sul.

3.Incidente de uniformização, ofertado pela autarquia, nos termos do art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

4.Argumentação no sentido de que a lei nº 6.944/82 está revogada, conforme precedentes do Superior Tribunal de Justiça - Recursos Especiais nº 259.259/RS e 1.20.193/PE .

5.Inadmissibilidade do incidente de uniformização de jurisprudência pela Turma Recursal de origem.

6.Remessa dos autos à TNU - Turma Nacional de Uniformização e distribuição do recurso.

7.Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça consoante revogação da nº 6.944/82.

8.Necessidade de adequação do julgado à jurisprudência da corte superior.

9.Parcial provimento ao incidente de uniformização, dirigido à TNU - Turma Nacional de Uniformização, com fundamento na questão de ordem nº 20, do colegiado citado.

10.Determinação de remessa dos autos à Turma Recursal de origem para adequação do julgado à premissa de revogação da lei independentemente da natureza do conselho responsável pela cobrança da anuidade.?

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

ATO Nº 622, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o disposto nos arts. 71, 84 e 85, da Lei n.º 12.708, de 17 de agosto de 2012, e tendo em vista o constante do Processo TST n.º 503.819/2008-5, resolve:

Publicar os QUADROS DEMONSTRATIVOS constantes dos Anexos deste Ato que se referem a cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas integrantes do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Tribunal, bem assim a beneficiários de auxílio-alimentação, de assistência pré-escolar, de assistência médica e odontológica e de auxílio-transporte, com os dados vigentes em 31/8/2012.

JOÃO ORESTE DALAZEN

ANEXO I

DEMONSTRATIVO DO QUANTITATIVO DE CARGOS EFETIVOS

Carreira/ Classe/ Padrão			Quantidade de Cargos											
			Providos						Vagos			Total		
			Estáveis			Não Estáveis								
			2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %
Analista	C	15	251	237	-6%	27	26	-4%	0	0	-	278	263	-5%
		14	2	30	1400%	0	0	-	0	0	-	2	30	1400%
		13	29	12	-59%	0	0	-	0	0	-	29	12	-59%
		12	11	4	-64%	0	0	-	0	0	-	11	4	-64%
		11	4	1	-75%	0	0	-	0	0	-	4	1	-75%
	B	10	2	7	250%	0	0	-	0	0	-	2	7	250%
		9	6	15	150%	0	0	-	0	0	-	6	15	150%
		8	15	9	-40%	0	0	-	0	0	-	15	9	-40%
		7	11	6	-45%	0	0	-	0	0	-	11	6	-45%
		6	3	5	67%	0	0	-	0	0	-	3	5	67%
	A	5	29	178	514%	0	0	-	0	0	-	29	178	514%
		4	193	96	-50%	0	0	-	0	0	-	193	96	-50%
		3	30	12	-60%	44	10	-77%	0	0	-	74	22	-70%
		2	8	21	163%	14	23	64%	0	0	-	22	44	100%
		1	9	9	0%	35	19	-46%	12	15	25%	56	43	-23%
Técnico	C	15	718	701	-2%	187	176	-6%	0	0	-	905	877	-3%
		14	3	7	133%	0	0	-	0	0	-	3	7	133%
		13	7	5	-29%	0	0	-	0	0	-	7	5	-29%
		12	6	2	-67%	0	0	-	0	0	-	6	2	-67%
		11	1	1	0%	0	0	-	0	0	-	1	1	0%
	B	10	5	7	40%	0	0	-	0	0	-	5	7	40%
		9	3	28	833%	0	0	-	0	0	-	3	28	833%
		8	30	13	-57%	0	0	-	0	0	-	30	13	-57%
		7	15	8	-47%	0	0	-	0	0	-	15	8	-47%
		6	8	24	200%	0	0	-	0	0	-	8	24	200%
	A	5	30	66	120%	0	0	-	0	0	-	30	66	120%
		4	87	99	14%	0	0	-	0	0	-	87	99	14%
		3	26	24	-8%	53	25	-53%	0	0	-	79	49	-38%
		2	14	29	107%	39	35	-10%	0	0	-	53	64	21%
		1	2	7	250%	66	15	-77%	35	63	80%	103	85	-17%
Auxiliar	C	15	11	17	55%	0	0	-	0	0	-	11	17	55%
		14	9	3	-67%	0	0	-	0	0	-	9	3	-67%
		13	0	1	-	0	0	-	0	0	-	0	1	-
		12	1	0	-100%	0	0	-	0	0	-	1	0	-100%
		11	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-
	B	10	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-
		9	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-
		8	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-
		7	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-
		6	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

		5	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-
		4	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-
	A	3	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-
		2	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-
		1	0	0	-	0	0	-	1	1	0%	1	1	0%
Total			1579	1684	7%	465	329	-29%	48	79	65%	2092	2092	0%

ANEXO II

DEMONSTRATIVO DO QUANTITATIVO DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES COMISSIONADAS

Cargo/Função	Com Vínculo						Sem Vínculo			Vago			Total		
	Optante		Variação %	Não Optante		Variação %	2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %
	2011	2012		2011	2012										
CJ-04	3	3	0%	0	0	-	0	0	-	0	0	-	3	3	0%
CJ-03	154	151	-2%	1	1	0%	25	27	8%	3	4	33%	183	183	0%
CJ-02	33	32	-3%	1	1	0%	4	6	50%	1	1	0%	39	40	3%
CJ-01	35	37	6%	0	0	-	11	9	-18%	1	0	-100%	47	46	-2%
FC-06	78	80	3%	0	0	-	1	0	-100%	5	5	0%	84	85	1%
FC-05	438	446	2%	1	1	0%	4	5	25%	17	21	24%	460	473	3%
FC-04	414	420	1%	0	0	-	11	13	18%	23	18	-22%	448	451	1%
FC-03	446	465	4%	0	1	-	6	7	17%	66	39	-41%	518	512	-1%
FC-02	422	373	-12%	0	0	-	8	6	-25%	46	72	57%	476	451	-5%
FC-01	20	21	5%	0	0	-	0	0	-	9	8	-11%	29	29	0%
TOTAL	2043	2028	-1%	3	4	33%	70	73	4%	171	168	-2%	2287	2273	-1%

ANEXO III

DEMONSTRATIVO DO QUANTITATIVO DE CARGOS EFETIVOS EM TABELA PROVISÓRIA

Carreira/ Classe/ Padrão			Quantidade de Cargos											
			Providos						Vagos			Total		
			Estáveis			Não Estáveis								
			2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %
TÉCNICO	C	15	10	11	10%	0	0	-	0	0	-	10	11	10%
		14	1	0	-100%	0	0	-	0	0	-	1	0	-100%
		13	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-
		12	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-
		11	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-
	B	10	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-
		9	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-
TOTAL CARGOS			11	11	0%	0	0	-	0	0	-	11	11	0%

ANEXO IV

DEMONSTRATIVO DO QUANTITATIVO DE BENEFÍCIOS

Benefício	Beneficiário	Quantidade		
		2011	2012	Variação %
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	SERVIDORES / MAGISTRADOS ATIVOS	2387	2341	-1,93%
AUXÍLIO-TRANSPORTE	SERVIDORES / MAGISTRADOS ATIVOS	285	279	-2,11%
ASSIST. PRÉ-ESCOLAR	CRIANÇAS DE 0 a 6 ANOS ATENDIDAS	390	387	-0,77%
ASSIST. MÉDICA E ODONTOLÓGICA	PESSOAS ATENDIDAS	8523	8653	1,53%

CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

ATO Nº 290, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

O PRESIDENTE O CONSELHO SUPERIOR A JUSTIÇA O TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando o disposto no art. 85 da Lei n.º 12.708, de 09 de agosto de 2012 (Lei de iretrizes Orçamentárias de 2013), resolve:

ivulgar a tabela constante do Anexo deste Ato com os quantitativos de beneficiários, no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus, de Auxílio-Alimentação, Assistência Pré-Escolar, Assistência Médica e Odontológica e Auxílio-Transporte.

Min. JOÃO ORESTE ALAZEN

ANEXO

Unidade Orçamentária		Auxílio Alimentação			Assistência Pré-Escolar			Assistência Médica			Auxílio Transporte		
		2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %
15102	Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região	3795	4186	10,30%	567	619	9,17%	8619	8764	1,68%	527	572	8,54%
15103	Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região	4719	5652	19,77%	700	842	20,29%	12854	13966	8,65%	1320	1624	23,03%
15104	Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região	3672	3752	2,18%	612	605	-1,14%	6765	7088	4,77%	41	42	2,44%
15105	Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região	3298	3357	1,79%	593	605	2,02%	8179	8373	2,37%	268	289	7,84%
15106	Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região	2626	2658	1,22%	570	472	-17,19%	8291	8352	0,74%	485	485	0,00%
15107	Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região	1853	1898	2,43%	337	339	0,59%	2371	2372	0,04%	139	164	17,99%
15108	Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região	976	975	-0,10%	195	198	1,54%	2695	2750	2,04%	17	14	-17,65%
15109	Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	1185	1249	5,40%	228	238	4,39%	4524	4501	-0,51%	34	34	0,00%
15110	Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região	2238	2426	8,40%	478	496	3,77%	6838	6924	1,26%	52	26	-50,00%
15111	Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região	1130	1224	8,32%	259	240	-7,34%	4443	4106	-7,58%	34	30	-11,76%
15112	Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região	1017	1134	11,50%	175	158	-9,71%	1926	2443	26,84%	30	36	20,00%
15113	Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região	1621	1592	-1,79%	190	234	23,16%	5054	5183	2,55%	9	12	33,33%
15114	Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região	995	1061	6,63%	142	144	1,41%	2656	2565	-3,43%	1	2	100,00%
15115	Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região	749	829	10,68%	161	168	4,35%	2946	924	-68,64%	0	0	0,00%
15116	Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	3701	3968	7,21%	632	663	4,91%	11380	12180	7,03%	110	140	27,27%
15117	Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região	641	637	-0,62%	142	150	5,63%	1428	1561	9,31%	3	1	-66,67%
15118	Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região	750	801	6,80%	153	155	1,31%	2538	2554	0,63%	18	19	5,56%
15119	Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região	1141	1215	6,49%	229	232	1,31%	3190	3271	2,54%	7	10	42,86%
15120	Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região	592	648	9,46%	150	136	-9,33%	2248	2170	-3,47%	50	71	42,00%
15121	Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região	409	439	7,33%	100	95	-5,00%	1392	1420	2,01%	0	0	0,00%
15122	Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região	692	757	9,39%	140	132	-5,71%	2502	2604	4,08%	4	4	0,00%
15123	Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região	414	423	2,17%	105	108	2,86%	1392	1443	3,66%	3	3	0,00%
15124	Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região	837	925	10,51%	144	153	6,25%	1782	1849	3,76%	3	4	33,33%
15125	Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região	674	684	1,48%	146	141	-3,42%	1544	1609	4,21%	1	1	0,00%

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL
2ª REGIÃO

PORTARIA Nº T2-PTP-2012/00680, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve:

PUBLICAR, nos termos do art. 85 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, as tabelas de quantitativo de cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas integrantes dos Quadros de Pessoal da Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus da 2ª Região, conforme anexos.

Desª MARIA HELENA CISNE

ANEXO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
DEMONSTRATIVO DO QUANTITATIVO DE CARGOS EFETIVOS
Lei Nº 12.708, DE 17 DE AGOSTO DE 2012
Planilha 1 - cargo efetivo

Carreira/ Classe/ Padrão			Quantidade de Cargos Existentes											
			Providos						Vagos			Total		
			Estáveis			Não-Estáveis								
			2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %
Juiz do TRF			22	23	5%	0	0	Indeterm.	5	4	-20%	27	27	0%
Total Magistrados			22	23	5%	0	0	Indeterm.	5	4	-20%	27	27	0%
Analista	C	15	106	110	4%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	106	110	4%
		14	6	41	583%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	6	41	583%
		13	40	12	-70%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	40	12	-70%
		12	12	19	58%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	12	19	58%
		11	25	18	-28%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	25	18	-28%
	B	10	13	10	-23%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	13	10	-23%
		9	10	12	20%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	10	12	20%
		8	12	20	67%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	12	20	67%
		7	20	5	-75%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	20	5	-75%
		6	6	3	-50%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	6	3	-50%
	A	5	2	3	50%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	2	3	50%
		4	4	5	25%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	4	5	25%
		3	2	1	-50%	4	2	-50%	0	0	Indeterm.	6	3	-50%
		2	0	0	Indeterm.	5	6	20%	0	0	Indeterm.	5	6	20%
		1	0	0	Indeterm.	6	3	-50%	0	8	Indeterm.	6	11	83%
Subtotal A - Analista			258	259	0%	15	11	-27%	0	8	Indeterm.	273	278	2%
Técnico	C	15	505	498	-1%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	505	498	-1%
		14	0	8	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	8	Indeterm.
		13	8	29	263%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	8	29	263%
		12	30	34	13%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	30	34	13%
		11	40	18	-55%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	40	18	-55%
	B	10	13	14	8%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	13	14	8%
		9	13	2	-85%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	13	2	-85%
		8	2	15	650%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	2	15	650%
		7	15	21	40%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	15	21	40%
		6	21	5	-76%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	21	5	-76%
	A	5	5	11	120%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	5	11	120%
		4	11	6	-45%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	11	6	-45%
		3	1	0	-100%	5	3	-40%	0	0	Indeterm.	6	3	-50%
		2	0	0	Indeterm.	3	10	233%	0	0	Indeterm.	3	10	233%
		1	0	0	Indeterm.	15	12	-20%	5	21	320%	20	33	65%
Subtotal B - Técnico			664	661	0%	23	25	9%	5	21	320%	692	707	2%
Auxiliar	C	15	26	27	4%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	26	27	4%
		14	2	0	-100%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	2	0	-100%
		13	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.
		12	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.
		11	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.
	B	10	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.
		9	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.
		8	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.
		7	0	1	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	1	Indeterm.
		6	1	0	-100%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	1	0	-100%
	A	5	0	1	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	1	Indeterm.
		4	1	1	0%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	1	1	0%
		3	0	0	Indeterm.	1	0	-100%	0	0	Indeterm.	1	0	-100%
		2	0	0	Indeterm.	1	2	100%	0	0	Indeterm.	1	2	100%
		1	0	0	Indeterm.	2	1	-50%	0	7	Indeterm.	2	8	300%
Subtotal C - Auxiliar			30	30	0%	4	3	-25%	0	7	Indeterm.	34	40	18%
Totais servidor A+B+C			952	950	0%	42	39	-7%	5	36	620%	999	1025	3%

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
DEMONSTRATIVO DO QUANTITATIVO DE CARGOS COMISSIONADOS E FUNÇÕES DE CONFIANÇA
Lei Nº 12.708, DE 17 DE AGOSTO DE 2012
Planilha 2 - cargo em comissão / função comissionada

Cargo/ Função	Quantidade de Cargos Existentes														
	Providos									Vagos			Total		
	Com Vínculo						Sem Vínculo								
	Optante cargo efetivo		Variação %	Optante CJ/FC		Variação %	2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %
	2011	2012		2011	2012										
CJ-4	1	1	0%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	1	1	0%
CJ-3	31	31	0%	0	0	Indeterm.	6	7	17%	1	1	0%	38	39	3%
CJ-2	67	66	-1%	0	1	Indeterm.	11	11	0%	0	1	Indeterm.	78	79	1%
CJ-1	39	40	3%	0	0	Indeterm.	9	7	-22%	0	2	Indeterm.	48	49	2%
FC-6	30	34	13%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	30	34	13%
FC-5	275	281	2%	3	3	0%	0	0	Indeterm.	7	11	57%	285	295	4%
FC-4	181	186	3%	1	1	0%	0	0	Indeterm.	3	5	67%	185	192	4%
FC-3	88	94	7%	3	3	0%	0	0	Indeterm.	9	9	0%	100	106	6%
FC-2	244	223	-9%	6	5	-17%	0	0	Indeterm.	32	39	22%	282	267	-5%
FC-1	155	149	-4%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	12	16	33%	167	165	-1%
TOTAL	1111	1105	-1%	13	13	0%	26	25	-4%	64	84	31%	1214	1227	1%

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SEÇÕES JUDICIÁRIAS DOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E ESPÍRITO SANTO

DEMONSTRATIVO DO QUANTITATIVO DE CARGOS EFETIVOS

Lei Nº 12.708, DE 17 DE AGOSTO DE 2012

Planilha 1 - cargo efetivo

Carreira/ Classe/ Padrão			Quantidade de Cargos Existentes											
			Providos						Vagos			Total		
			Estáveis			Não-Estáveis								
			2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %
Juiz Federal			131	139	6%	0	0	Indeterm.	3	15	400%	134	154	15%
Juiz Federal Substituto			74	67	-9%	13	29	123%	47	43	-9%	134	139	4%
Total Magistrados			205	206	0%	13	29	123%	50	58	16%	268	293	9%
Analista	C	15	289	290	0%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	289	290	0%
		14	10	190	1800%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	10	190	1800%
		13	192	73	-62%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	192	73	-62%
		12	74	71	-4%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	74	71	-4%
		11	73	79	8%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	73	79	8%
	B	10	90	35	-61%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	90	35	-61%
		9	25	101	304%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	25	101	304%
		8	98	113	15%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	98	113	15%
		7	114	109	-4%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	114	109	-4%
		6	110	32	-71%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	110	32	-71%
	A	5	36	23	-36%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	36	23	-36%
		4	21	17	-19%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	21	17	-19%
		3	0	0	Indeterm.	16	13	-19%	0	0	Indeterm.	16	13	-19%
		2	0	0	Indeterm.	13	96	638%	0	0	Indeterm.	13	96	638%
		1	0	0	Indeterm.	112	84	-25%	21	13	-38%	133	97	-27%
Subtotal A - Analista			1132	1133	0%	141	193	37%	21	13	-38%	1294	1339	3%
Técnico	C	15	856	837	-2%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	856	837	-2%
		14	2	29	1350%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	2	29	1350%
		13	30	55	83%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	30	55	83%
		12	54	75	39%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	54	75	39%
		11	74	97	31%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	74	97	31%
	B	10	99	46	-54%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	99	46	-54%
		9	43	17	-60%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	43	17	-60%
		8	19	276	1353%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	19	276	1353%
		7	283	132	-53%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	283	132	-53%
		6	133	71	-47%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	133	71	-47%
	A	5	74	50	-32%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	74	50	-32%
		4	48	24	-50%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	48	24	-50%
		3	0	0	Indeterm.	28	26	-7%	0	0	Indeterm.	28	26	-7%
		2	0	0	Indeterm.	29	128	341%	0	0	Indeterm.	29	128	341%
		1	0	0	Indeterm.	158	109	-31%	17	30	76%	175	139	-21%
Subtotal B - Técnico			1715	1709	0%	215	263	22%	17	30	76%	1947	2002	3%
Auxiliar	C	15	26	27	4%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	26	27	4%
		14	3	1	-67%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	3	1	-67%
		13	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.
		12	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.
		11	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.
	B	10	0	1	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	1	Indeterm.
		9	1	0	-100%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	1	0	-100%
		8	0	1	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	1	Indeterm.
		7	1	0	-100%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	1	0	-100%
		6	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.
	A	5	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.
		4	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.
		3	0	0	Indeterm.	0	1	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	1	Indeterm.
		2	0	0	Indeterm.	2	3	50%	0	0	Indeterm.	2	3	50%
		1	0	0	Indeterm.	2	1	-50%	1	1	0%	3	2	-33%
Subtotal C - Auxiliar			31	30	-3%	4	5	25%	1	1	0%	36	36	0%
Totais servidor A+B+C			2878	2872	0%	360	461	28%	39	44	13%	3277	3377	3%

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DEMONSTRATIVO DO QUANTITATIVO DE CARGOS COMISSIONADOS E FUNÇÕES DE CONFIANÇA

Lei Nº 12.708, DE 17 DE AGOSTO DE 2012

Planilha 2 - cargo em comissão / função comissionada

Cargo/ Função	Quantidade de Cargos Existentes														
	Providos									Vagos			Total		
	Com Vínculo						Sem Vínculo								
	Optante cargo efetivo		Variação %	Optante CJ/FC		Variação %	2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %
	2011	2012		2011	2012										
CJ-4	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	0	0
CJ-3	105	112	7%	0	2	Indeterm.	10	6	-40%	0	0	Indeterm.	115	120	4%
CJ-2	11	11	0%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	11	11	0%
CJ-1	0	1	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	1	0
FC-6	40	42	5%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	40	42	5%
FC-5	470	521	11%	0	1	Indeterm.	0	0	Indeterm.	32	33	3%	502	555	11%
FC-4	436	430	-1%	7	6	-14%	0	0	Indeterm.	15	11	-27%	458	447	-2%
FC-3	161	168	4%	10	8	-20%	0	0	Indeterm.	6	6	0%	177	182	3%
FC-2	148	144	-3%	16	18	13%	0	0	Indeterm.	12	22	83%	176	184	5%
FC-1	4	2	-50%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	7	6	-14%	11	8	-27%
TOTAL	1375	1431	4%	33	35	6%	10	6	-40%	72	78	8%	1490	1550	4%

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO															
DEMONSTRATIVO DO QUANTITATIVO DE CARGOS COMISSIONADOS E FUNÇÕES DE CONFIANÇA															
Lei Nº 12.708, DE 17 DE AGOSTO DE 2012															
Planilha 2 - cargo em comissão / função comissionada															
Cargo/ Função	Quantidade de Cargos Existentes														
	Providos									Vagos			Total		
	Com Vínculo						Sem Vínculo								
	Optante cargo efetivo		Variação %	Optante CJ/FC		Variação %	2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %
	2011	2012		2011	2012										
CJ-4	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	0	0
CJ-3	18	18	0%	0	0	Indeterm.	3	1	-67%	1	3	200%	22	22	0%
CJ-2	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	0	0
CJ-1	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	0	0
FC-6	13	13	0%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	13	13	0%
FC-5	127	128	1%	1	1	0%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	128	129	1%
FC-4	61	60	-2%	2	3	50%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	63	63	0%
FC-3	32	32	0%	0	1	Indeterm.	0	0	Indeterm.	1	0	-100%	33	33	0%
FC-2	29	28	-3%	0	1	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	29	29	0%
FC-1	27	28	4%	0	0	Indeterm.	0	0	Indeterm.	0	1	Indeterm.	27	29	7%
TOTAL	307	307	0%	3	6	100%	3	1	-67%	2	4	100%	315	318	1%

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO		
DEMONSTRATIVO DE CARGOS E FUNÇÕES COMISSIONADAS NÃO DISTRIBUÍDOS		
Lei Nº 12.708, DE 17 DE AGOSTO DE 2012		
CARGOS E FUNÇÕES COMISSIONADAS DA LEI Nº 12.011/2009 e LEI Nº 12.665/2012		
Planilha 3 - Cargos criados por lei e não distribuídos		
ANEXO I		
QUANTITATIVO DE CARGO EFETIVO		
CARREIRA	CLASSE / PADRÃO	TOTAL
Juiz Federal		25
Juiz Federal Substituto		10
Analista Judiciário	A1	90
Técnico Judiciário	A1	110
Auxiliar Judiciário	A1	0
TOTAL		235
ANEXO II		
QUANTITATIVO DE CARGOS COMISSIONADOS E FUNÇÕES DE CONFIANÇA		
CARGO / FUNÇÃO		TOTAL
CJ-3		10
FC-5		110
FC-3		10
FC-2		20
FC-1		0
TOTAL		150

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

PORTARIA Nº 439, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

A Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos arts. 71, §1º, e 85 da Lei n.º 12.708, de 17.08.2012, resolve divulgar as tabelas de demonstrativos, com os totais, por níveis, de cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas do Quadro de Pessoal deste Tribunal, respectiva estrutura remuneratória das carreiras dos servidores, e de beneficiários do auxílio-alimentação, assistência pré-escolar, assistência médica e auxílio-transporte, na forma dos Anexos I a VI desta Portaria.

Des. SARA SILVA DE BRITO

ANEXO I

Quantitativo de cargos efetivos vagos e ocupados, por servidores estáveis e não estáveis, agrupados por nível e denominação, com a respectiva variação percentual entre 2011 e 2012:

Denominação / Nível	Ocupados servidores estáveis		Ocupados servidores não estáveis		Vagos		Total	
Analista Judiciário	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
C-15	116	116	0	0	0	0	116	116
Var. percentual (%)	0,00		0,00		0,00		0,00	
C-14	0	0	0	0	0	0	0	0
Var. percentual (%)	0,00		0,00		0,00		0,00	
C-13	0	0	0	0	0	0	0	0
Var. percentual (%)	0,00		0,00		0,00		0,00	
C-12	0	0	0	0	0	0	0	0
Var. percentual (%)	0,00		0,00		0,00		0,00	
C-11	0	0	0	0	0	0	0	0
Var. percentual (%)	0,00		0,00		0,00		0,00	
B-10	0	0	0	0	0	0	0	0
Var. percentual (%)	0,00		0,00		0,00		0,00	
B-9	0	06	0	0	0	0	0	06
Var. percentual (%)	0,00		0,00		0,00		0,00	
B-8	07	86	0	0	0	0	07	86
Var. percentual (%)	+1128,57		0,00		0,00		+1128,57	
B-7	83	99	0	0	0	0	83	99
Var. percentual (%)	+19,28		0,00		0,00		+19,28	
B-6	101	26	0	0	0	0	101	26
Var. percentual (%)	-74,26		0,00		0,00		-74,26	
A-5	33	11	0	0	0	0	33	11
Var. percentual (%)	-66,67		0,00		0,00		-66,67	
A-4	07	0	0	0	0	0	07	0
Var. percentual (%)	-100,00		0,00		0,00		-100,00	
A-3	0	0	01	0	0	0	01	0
Var. percentual (%)	0,00		-100,00		0,00		-100,00	
A-2	0	0	0	17	0	0	0	17
Var. percentual (%)	0,00		0,00		0,00		0,00	
A-1	0	0	17	7	06	03	23	10
Var. percentual (%)	0,00		-58,82		-50,00		-56,52	
Subtotal	347	344	18	24	06	03	371	371
Var. percentual (%)	-0,86		+33,33		-50,00		0,00	
Técnico Judiciário	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
C-15	194	190	0	0	0	0	194	190
Var. percentual (%)	-2,06		0,00		0,00		-2,06	
C-14	01	01	0	0	0	0	01	01
Var. percentual (%)	0,00		0,00		0,00		0,00	

C-13	0		0		0		0		0		0	
Var. percentual (%)	0,00				0,00				0,00			
C-12	0		0		0		0		0		0	
Var. percentual (%)	0,00				0,00				0,00			
C-11	0		0		0		0		0		0	
Var. percentual (%)	0,00				0,00				0,00			
B-10	0		0		0		0		0		0	
Var. percentual (%)	0,00				0,00				0,00			
B-9	0		12		0		0		0		12	
Var. percentual (%)	0,00				0,00				0,00			
B-8	12		91		0		0		12		91	
Var. percentual (%)	+658,33				0,00				+658,33			
B-7	96		108		0		0		96		108	
Var. percentual (%)	+12,50				0,00				+12,50			
B-6	117		54		0		0		117		54	
Var. percentual (%)	-53,85				0,00				-53,85			
A-5	48		11		0		0		48		11	
Var. percentual (%)	-77,08				0,00				-77,08			
A-4	12		1		0		0		12		01	
Var. percentual (%)	-91,67				0,00				-91,67			
A-3	0		0		01		01		01		01	
Var. percentual (%)	0,00				0,00				0,00			
A-2	0		0		02		31		02		31	
Var. percentual (%)	0,00				+1450,00				+1450,00			
A-1	0		0		35		15		13		16		48		31
Var. percentual (%)	0,00				-57,14				+23,08				-35,42		
Subtotal	480		468		38		47		13		16		531		531
Var. percentual (%)	-2,50				+23,68				+23,08				0,00		
TOTAL	827		812		56		71		19		19		902		902
Var. percentual (%)	-1,81				+26,79				0,00				0,00		

ANEXO II

Quantitativo de cargos em comissão vagos e ocupados por servidores com e sem vínculo com a Administração Pública, com a respectiva variação percentual entre 2011 e 2012:

Classificação / Nível	Servidores com vínculo com a Administração Pública		Servidores sem vínculo com a Administração Pública		Vagos		Total	
	2011	2012	2011	20121	2011	2012	2011	2012
CJ-4	01	01	0	0	0	0	01	01
Var. percentual (%)	0,00		0,00		0,00		0,00	
CJ-3	06	06	01	01	0	0	07	07
Var. percentual (%)	0,00		0,00		0,00		0,00	
CJ-2	23	23	01	01	0	0	24	24
Var. percentual (%)	0,00		0,00		0,00		0,00	
CJ-1	11	11	0	0	0	0	11	11
Var. percentual (%)	0,00		0,00		0,00		0,00	
TOTAL	41	41	02	02	0	0	43	43
Var. percentual (%)	0,00		0,00		0,00		0,00	

ANEXO III

Quantitativo de funções comissionadas vagas e ocupadas por servidores com vínculo com a Administração Pública, do quadro próprio e requisitados, com a respectiva variação percentual entre 2011 e 2012:

Classificação / Nível	Servidores com vínculo com a Administração Pública (Quadro Próprio)		Servidores com vínculo com a Administração Pública (Requisitados)		Vagos		Total	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
FC-06	59	59	0	0	0	0	59	59
Var. percentual (%)	0,00		0,00		0,00		0,00	
FC-05	09	09	0	0	0	0	09	09
Var. percentual (%)	0,00		0,00		0,00		0,00	
FC-04	66	65	04	05	0	0	70	70
Var. percentual (%)	-1,52		+25,00		0,00		0,00	
FC-03	08	08	0	0	0	0	08	08
Var. percentual (%)	0,00		0,00		0,00		0,00	
FC-02	08	08	0	0	0	0	08	08
Var. percentual (%)	0,00		0,00		0,00		0,00	
FC-01	185	178	10	17	0	0	195	195
Var. percentual (%)	-3,78		+70,00		0,00		0,00	
TOTAL	335	327	14	22	0	0	349	349
Var. percentual (%)	-2,39		+57,14		0,00		0,00	

ANEXO IV

Tabela de Vencimento de Cargo Efetivo, conforme a Lei n.º 11.416, de 15 de dezembro de 2006:

Cargo	Classe	Padrão	Vencimentos		
			Vencimento Básico	GAJ (50%)	Vencimentos (Lei n.º 8.852/94)
Analista Judiciário	C	15	6.957,41	3.478,71	10.436,12
		14	6.754,77	3.377,39	10.132,16
		13	6.558,03	3.279,02	9.837,05
		12	6.367,02	3.183,51	9.550,53
		11	6.181,57	3.090,79	9.272,36
	B	10	5.848,22	2.924,11	8.772,33
		9	5.677,88	2.838,94	8.516,82
		8	5.512,51	2.756,26	8.268,77
		7	5.351,95	2.675,98	8.027,93
		6	5.196,07	2.598,04	7.794,11
	A	5	4.915,86	2.457,93	7.373,79
		4	4.772,68	2.386,34	7.159,02
		3	4.633,67	2.316,84	6.950,51
		2	4.498,71	2.249,36	6.748,07
		1	4.367,68	2.183,84	6.551,52
Técnico Judiciário	C	15	4.240,47	2.120,24	6.360,71
		14	4.116,96	2.058,48	6.175,44
		13	3.997,05	1.998,53	5.995,58
		12	3.880,63	1.940,32	5.820,95
		11	3.767,60	1.883,80	5.651,40
	B	10	3.564,43	1.782,22	5.346,65
		9	3.460,61	1.730,31	5.190,92
		8	3.359,82	1.679,91	5.039,73
		7	3.261,96	1.630,98	4.892,94
		6	3.166,95	1.583,48	4.750,43

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

	A	5	2.996,17	1.498,09	4.494,26
		4	2.908,90	1.454,45	4.363,35
		3	2.824,17	1.412,09	4.236,26
		2	2.741,92	1.370,96	4.112,88
		1	2.662,06	1.331,03	3.993,09

ANEXO V

Tabela de Cargo em Comissão e Função Comissionada, conforme a Lei n.º 11.416, de 15 de dezembro de 2006:

Integral				Opção pelo Cargo Efetivo			
Função Comissionada		Cargo em Comissão		Função Comissionada		Cargo em Comissão	
FC-06	4.726,70	CJ-4	11.686,76	FC-06	3.072,36	CJ-4	7.596,39
FC-05	3.434,43	CJ-3	10.352,52	FC-05	2.232,38	CJ-3	6.729,14
FC-04	2.984,45	CJ-2	9.106,74	FC-04	1.939,89	CJ-2	5.919,38
FC-03	2.121,65	CJ-1	7.945,86	FC-03	1.379,07	CJ-1	5.164,81
FC-02	1.823,15			FC-02	1.185,05		
FC-01	1.567,95			FC-01	1.019,17		

*4 (quatro) funções de nível FC-1, de Chefe de Cartório do interior do Estado, são de natureza pro labore.

ANEXO VI

Quantitativo de beneficiários do auxílio-alimentação, assistência pré-escolar, assistência médica e auxílio-transporte, com a respectiva variação percentual entre 2011 e 2012:

AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO			
	2011	2012	Var. percentual (%)
Quantidade de beneficiários	885	891	+0,67
ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR			
	2011	2012	Var. percentual (%)
Quantidade de beneficiários	233	232	-0,42
ASSISTÊNCIA MÉDICA			
	2011	2012	Var. percentual (%)
Quantidade de beneficiários	1596	1602	+0,37
AUXÍLIO-TRANSPORTE			
	2011	2012	Var. percentual (%)
Quantidade de beneficiários	66	69	+4,54

**Dados físicos com base em 31.08.2011 e 31.08.2012.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

PORTARIA Nº 496, DE 6 DE SETEMBRO DE 2012

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, usando das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 19, inciso XXVII, do Regimento Interno deste Tribunal, e tendo em vista o disposto nos artigos 71 e 85 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, resolve:

TORNAR PÚBLICO os quadros demonstrativos do quantitativo de cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas, bem como a estrutura remuneratória, na forma dos anexos I e II.

Des. ROGÉRIO KANAYAMA

ANEXO I

CARREIRA / CLASSE / PADRÃO			QUANTIDADE DE CARGOS												
			PROVIDOS						VAGOS			TOTAL			
			ESTÁVEIS			NÃO ESTÁVEIS									
			2011	2012	VARIAÇÃO %	2011	22012	VARIAÇÃO %	2011	2012	VARIAÇÃO %	2011	2012	VARIAÇÃO %
ANALIS-TAS	C	15	80	81	1,25	-	-	-	-	-	-	80	81	1,25
		14	4	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
		13	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-
		12	2	3	50	-	-	-	-	-	-	2	3	50
		11	3	2	-33,33	-	-	-	-	-	-	3	2	-33,33
	B	10	2	2	-	-	-	-	-	-	-	2	2	-
		9	1	3	200	-	-	-	-	-	-	1	3	200
		8	5	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-
		7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		6	-	8	-	-	-	-	-	-	-	-	8	-
	A	5	9	186	1966,67	-	-	-	-	-	-	9	186	1966,67
		4	191	26	-86,39	-	-	-	-	-	-	191	26	-86,39
		3	-	-	-	26	21	-19,23	-	-	-	26	21	-19,23
		2	-	-	-	20	8	-60	-	-	-	20	8	-60
		1	-	-	-	9	3	-66,67	4	10	150	13	13	-
TOTAL ANALISTAS			297	313	5,39	55	32	-41,82	4	10	150	356	355	-0,28
TÉCNICOS	C	15	143	152	6,29							143	152	6,29
		14	11	1	-90,91							11	1	-90,91
		13	2	3	50							2	3	50
		12	3	4	33,33							3	4	33,33
		11	3	8	166,67							3	8	166,67
	B	10	10	8	-20							10	8	-20
		9	8	6	-25							8	6	-25
		8	7	-	-88,87							7	-	-88,87
		7	1	1	-							1	1	-
		6	-	7	-							-	7	-
	A	5	7	180	2471,43							7	180	2471,43
		4	186	56	-68,89							186	56	-68,89
		3	-	-	-	56	30	-46,43				56	30	-46,43
		2	-	-	-	30	16	-46,67				30	16	-46,67
		1	-	-	-	16	3	-1,25	3	8	166,67	19	11	-42,11
TOTAL TÉCNICOS			381	428	13,83	102	49	-51,96	3	8	166,67	486	484	-
TOTAL CARGOS			678	741	10,60	157	81	-48,41	7	18	157,14	842	842	-

QUANTITATIVO DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA																
CARGO / FUNÇÃO	COM VÍNCULO						SEM VINCULO			VAGOS			TOTAL		
	OPTANTE			NÃO OPTANTE											
	2011	2012	VARIAÇÃO %	2011	2012	VARIAÇÃO %	2011	2012	VARIAÇÃO %	2011	2012	VARIAÇÃO %	2011	2012	VARIAÇÃO %
CJ-04	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	1	-
CJ-03	7	8	14,29	-	-	-	1	-	-	-	-	-	8	8	-
CJ-02	25	25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25	25	-
CJ-01	8	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	8	-
FC-06	58	58	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	58	58	-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

FC-05	13	13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13	13	-
FC-04	29	29	-	-	-	-	-		-	-	-	-	29	29	-
FC-03	11	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	11	-
FC-02	18	18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18	18	-
FC-01	224	224	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	224	224	-
TOTAL	393	395	0,51	-	-	-	2	-	-	-	-	-	395	395	-

BENEFÍCIO	QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS		
	2011	2012	VARIAÇÃO %
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	833	823	-1,20
ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR	203	219	7,88
AUXÍLIO TRANSPORTE	29	22	-24,14
ASSISTÊNCIA MÉDICA	2.025	2.046	1,04

Estrutura Remuneratória dos Cargos Efetivos:

Cargo	Referência	Vencimento	Gratificação de Atividade Judiciária	Vantagem Pessoal Individual Lei nº 10.698/2003	Total
ANALISTA JUDICIÁRIO	C 15	6.957,41	3.478,71	59,87	10.495,99
	C 14	6.754,77	3.377,38	59,87	10.192,02
	C 13	6.558,03	3.279,01	59,87	9.896,91
	C 12	6.367,02	3.183,51	59,87	9.610,40
	C 11	6.181,57	3.090,78	59,87	9.332,22
	B 10	5.848,22	2.924,11	59,87	8.832,20
	B 9	5.677,88	2.838,94	59,87	8.576,69
	B 8	5.512,51	2.756,25	59,87	8.328,63
	B 7	5.351,95	2.675,97	59,87	8.087,79
	B 6	5.196,07	2.598,03	59,87	7.853,97
	A 5	4.915,86	2.457,93	59,87	7.433,66
	A 4	4.772,68	2.386,34	59,87	7.218,89
	A 3	4.633,67	2.316,84	59,87	7.010,38
	A 2	4.498,71	2.249,36	59,87	6.807,94
	A 1	4.367,68	1832.,84	59,87	6.260,39
TÉCNICO JUDICIÁRIO	C 15	4.240,47	2.120,23	59,87	6.420,57
	C 14	4.116,96	2.058,48	59,87	6.235,31
	C 13	3.997,05	1.998,52	59,87	6.055,44
	C 12	3.880,63	1.940,31	59,87	5.880,81
	C 11	3.767,60	1.883,80	59,87	5.711,27
	B 10	3.564,43	1.782,21	59,87	5.406,51
	B 9	3.460,61	1.730,30	59,87	5.250,78
	B 8	3.359,82	1.679,91	59,87	5.099,60
	B 7	3.261,96	1.630,98	59,87	4.952,81
	B 6	3.166,95	1.583,47	59,87	4.810,29
	A 5	2.996,17	1.498,08	59,87	4.554,12
	A 4	2.908,90	1.454,45	59,87	4.423,22
	A 3	2.824,17	1.412,09	59,87	4.296,13
	A 2	2.741,92	1.370,96	59,87	4.172,75
	A 1	2.662,06	1.331,03	59,87	4.052,96

Estrutura remuneratória dos cargos em comissão e das funções comissionadas:

Cargo em Comissão	Integral	Opção 70% do Cargo Efetivo
CJ-4	11.686,76	7.596,39
CJ-3	10.352,52	6.729,14
CJ-2	9.106,74	5.919,38
CJ-1	7.945,86	5.164,81
Função Comissionada		
FC-06	4.726,70	3.072,36
FC-05	3.434,43	2.232,38
FC-04	2.984,45	1.939,89
FC-03	2.121,65	1.379,07
FC-02	1.823,15	1.185,05
FC-01	1.567,95	1.019,17

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA Nº 242, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012

O DESEMBARGADOR GASPAR MARQUES BATISTA, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais, e considerando o que dispõe o art. 71 da Lei nº 12708, de 17 de agosto de 2012, resolve publicar os quantitativos de cargos efetivos e comissionados do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, comparando-os com os do ano anterior.

Des. GASPAR MARQUES BATISTA

Anexo I

Carreira/ Classe/ Padrão			Quantidade de Cargos								
			Providos						Vagos		Total
			Estáveis			Não-Estáveis					
			2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %	2011	2012	
Analista	C	15	88	84	-4,54						84
		14									
		13									
		12		1							1
		11	1								
	B	10		5							5
		9	5	2	-60						2
		8	2	101	4950						101
		7	100	65	-35						65
		6	67	35	-47,76						35
	A	5	37	2	-94,59						2
		4	2								
		3									
		2					25				25
		1				28	10	-64,28	3	3	13
Técnico	C	15	143	137	-4,19						137
		14		1							1
		13	1	5	400						5

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

		12	5									
		11										
	B	10		16								16
		9	17	3	-82,35							3
		8	4	108	2600							108
		7	108	96	-11,11							96
		6	98	59	-39,79							59
	A	5	58	3	-94,82							3
		4	3									
		3										
		2					13					13
		1				16	17	6,25	9	4		21
Auxiliar	C	15										
		14										
		13										
		12										
		11										
	B	10										
		9										
		8										
		7										
		6										
	A	5										
		4										
		3										
		2										
		1										
Total			**739**	**723**	**-2,16**	**44**	**65**	**47,72**	**12**	**7**		**795**

Anexo II

Cargo/ Função	Com Vínculo						Sem Vínculo			Vago	Total
Função	Optante		Variação%	Não Optante		Variação%	2011	2012	Variação%		
	2011	2012		2011	2012						
CJ-04	1	1									1
CJ-03	7	7									7
CJ-02	23	23					1	1			24
CJ-01	11	11									11
FC-06	57	57									57
FC-05	11	11									11
FC-04	59	59									59
FC-03	8	8									8
FC-02	5	5									5
FC-01	170	170									170
TOTAL	**352**	**352**									**353**

Anexo III

Estrutura Remuneratória

Cargos Efetivos

CARGO EFETIVO	CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO	GAJ(*)	VPI(**)	TOTAL
Analista Judiciário	A	1	4.367,68	2.183,84	59,87	6.611,39
Analista Judiciário	A	2	4.498,71	2.249,36	59,87	6.807,94
Analista Judiciário	A	3	4.633,67	2.316,84	59,87	7.010,38
Analista Judiciário	A	4	4.772,68	2.386,34	59,87	7.218,89
Analista Judiciário	A	5	4.915,86	2.457,93	59,87	7.433,66
Analista Judiciário	B	6	5.196,07	2.598,04	59,87	7.853,98
Analista Judiciário	B	7	5.351,95	2.675,98	59,87	8.087,80
Analista Judiciário	B	8	5.512,51	2.756,26	59,87	8.328,64
Analista Judiciário	B	9	5.677,88	2.838,94	59,87	8.576,69
Analista Judiciário	B	10	5.848,22	2.924,11	59,87	8.832,20
Analista Judiciário	C	11	6.181,57	3.090,79	59,87	9.332,23
Analista Judiciário	C	12	6.367,02	3.183,51	59,87	9.610,40
Analista Judiciário	C	13	6.558,03	3.279,02	59,87	9.896,92
Analista Judiciário	C	14	6.754,77	3.377,39	59,87	10.192,03
Analista Judiciário	C	15	6.957,41	3.478,71	59,87	10.495,99
Técnico Judiciário	A	1	2.662,06	1.331,03	59,87	4.052,96
Técnico Judiciário	A	2	2.741,92	1.370,96	59,87	4.172,75
Técnico Judiciário	A	3	2.824,17	1.412,09	59,87	4.296,13
Técnico Judiciário	A	4	2.908,90	1.454,45	59,87	4.423,22
Técnico Judiciário	A	5	2.996,17	1.498,09	59,87	4.554,13
Técnico Judiciário	B	6	3.166,95	1.583,48	59,87	4.810,30
Técnico Judiciário	B	7	3.261,96	1.630,98	59,87	4.952,81
Técnico Judiciário	B	8	3.359,82	1.679,91	59,87	5.099,60
Técnico Judiciário	B	9	3.460,61	1.730,31	59,87	5.250,79
Técnico Judiciário	B	10	3.564,43	1.782,22	59,87	5.406,52
Técnico Judiciário	C	11	3.767,60	1.883,80	59,87	5.711,27
Técnico Judiciário	C	12	3.880,63	1.940,32	59,87	5.880,82
Técnico Judiciário	C	13	3.997,05	1.998,53	59,87	6.055,45
Técnico Judiciário	C	14	4.116,96	2.058,48	59,87	6.235,31
Técnico Judiciário	C	15	4.240,47	2.120,24	59,87	6.420,58

Funções Comissionadas

	Optante	Não optante
FC-1	1.019,17	1.567,95
FC-2	1.185,05	1.823,15
FC-3	1.379,07	2.121,65
FC-4	1.939,89	2.984,45
FC-5	2.232,38	3.434,43
FC-6	3.072,36	4.726,70

Cargos em Comissão

	Optante	Não optante
CJ-1	5.164,81	7.945,86
CJ-2	5.919,38	9.106,74
CJ-3	6.729,14	10.352,52
CJ-4	7.596,39	11.686,76

(*) Gratificação de Atividade Judiciária

(**) Vantagem Pecuniária Individual

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

PORTARIA Nº 359, DE 6 DE SETEMBRO DE 2012

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, no exercício de suas atribuições legais e em conformidade com as disposições contidas nos arts. 74 e 85, da Lei n. 12.708, de 17 de agosto de 2012 - Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013 (LDO), resolve:

Artigo Único. Publicar, na forma dos Anexos I, II, III e IV desta Portaria, os quadros demonstrativos dos cargos efetivos, dos cargos em comissão e das funções comissionadas, vagos e ocupados, com as respectivas variações percentuais, referentes ao quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, tomado como base a situação vigente em 31 de agosto de 2012.

Desª IVANIRA FEITOSA BORGES

ANEXO I

CARGOS EFETIVOS

Carreira/Classe/Padrão			Providos						Vagos			Total		
			Estáveis			Não-estáveis								
			2011	2012	Variação	2011	2012	Variação	2011	2012	Variação	2011	2012	Variação
ANALISTA														
	C	15	27	27	0%	-	-	-	-	-	-	27	27	0%
		14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-
	B	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		9	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-
		8	5	20	300%	-	-	-	-	-	-	5	20	300%
		7	19	3	-84,2%	-	-	-	-	-	-	19	3	-84,2%
		6	4	5	25%	-	-	-	-	-	-	4	5	25%
	A	5	7	8	14,3%	-	-	-	-	-	-	7	8	14,3%
		4	10	2	-80%	-	-	-	-	-	-	10	2	-80%
		3	-	-	-	2	2	0%	-	-	-	2	2	0%
		2	-	-	-	2	1	-50%	-	-	-	2	1	-50%
		1	-	-	-	1	2	100%	-	2	-	1	4	300%
													-	
TÉCNICO	C	15	56	56	0%	-	-	-	-	-	-	56	56	0%
		14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	B	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		9	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
		8	1	16	1500%	-	-	-	-	-	-	1	16	1500%
		7	16	-	-100%	-	-	-	-	-	-	16	-	-100%
		6	-	9	-	-	-	-	-	-	-	-	9	-
	A	5	15	19	26,7%	-	-	-	-	-	-	15	19	26,7%
		4	19	2	-89,5%	-	-	-	-	-	-	19	2	-89,5%
		3	-	-	-	3	3	0%	-	-	-	3	3	0%
		2	-	-	-	2	8	300%	-	-	-	2	8	300%
		1	-	-	-	8	4	-50%	2	4	100%	10	8	-20%
TOTAL			179	173	-3,4%	18	20	11,1%	2	6	200%	199	199	0%

ANEXO II

Cargos/Fun-ções	**CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES COMISSIONADAS**														
	Com vínculo efetivo						Sem Vínculo efetivo			Vagos			Total		
	Optantes(*)		Variação	Não-optantes		Variação	2011	2012	Variação	2011	2012	Variação	2011	2012	Variação
	2011	2012		2011	2012										
CJ - 4	1	1	0%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	0%
CJ - 3	4	4	0%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4	0%
CJ - 2	15	15	0%	-	-		-	-	-	-	-	-	15	15	0%
CJ - 1	8	8	0%	-	-		-	-	-	-	-	-	8	8	0%
FC- 6	42	49	16,7%	-	-		-	-	-	-	-	-	42	49	16,7%
FC- 5	8	6	-25%	-	-		-	-	-	-	-	-	8	6	-25%
FC- 4	18	13	-27,8%	-	-		-	-	-	1	1	0%	19	14	-26,3%
FC- 3	14	9	-35,7%	-	-		-	-	-	-	-	-	14	9	-35,7%
FC- 2	9	4	-55,6%	-	2	-	-	-	-	1	1	0%	10	7	-30%
FC- 1	30	30	0%	3	6	100%	-	-	-	-	-	-	33	36	9,1%
TOTAL	149	139	-6,1%	3	8	166,7%	-	-	-	2	2	0%	154	149	3,2%

(*) Servidores optantes na forma do § 2º do art. 18 da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006.

ANEXO III

CARGO	CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTOS		
			VENCIMENTO BÁSICO	*GAJ (50%)*	*VENCIMENTOS (LEI Nº 8.852/94)*
Analista Judiciário	C	15	6.957,41	3.478,71	10.436,12
		14	6.754,77	3.377,39	10.132,16
		13	6.558,03	3.279,02	9.837,05
		12	6.367,02	3.183,51	9.550,53
		11	6.181,57	3.090,79	9.272,36
	B	10	5.848,22	2.924,11	8.772,33
		9	5.677,88	2.838,94	8.516,82
		8	5.512,51	2.756,26	8.268,77
		7	5.351,95	2.675,98	8.027,93
		6	5.196,07	2.598,04	7.794,11
	A	5	4.915,86	2.457,93	7.373,79
		4	4.772,68	2.386,34	7.159,02
		3	4.633,67	2.316,84	6.950,51
		2	4.498,71	2.249,36	6.748,07
		1	4.367,68	2.183,84	6.551,52
	C	15	4.240,47	2.120,24	6.360,71
		14	4.116,96	2.058,48	6.175,44
		13	3.997,05	1.998,53	5.995,58
		12	3.880,63	1.940,32	5.820,95

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Técnico Judiciário		11	3.767,60	1.883,80	5.651,40
	B	10	3.564,43	1.782,22	5.346,65
		9	3.460,61	1.730,31	5.190,92
		8	3.359,82	1.679,91	5.039,73
		7	3.261,96	1.630,98	4.892,94
		6	3.166,95	1.583,48	4.750,43
	A	5	2.996,17	1.498,09	4.494,26
		4	2.908,90	1.454,45	4.363,35
		3	2.824,17	1.412,09	4.236,26
		2	2.741,92	1.370,96	4.112,88
		1	2.662,06	1.331,03	3.993,09

ANEXO IV

OPTANTE			
FUNÇÃO COMISSIONADA		CARGO EM COMISSÃO	
FC-6	3.072,36	CJ - 4	7.596,39
FC-5	2.232,38	CJ - 3	6.729,14
FC-4	1.939,89	CJ - 2	5.919,38
FC-3	1.379,07	CJ - 1	5.164,81
FC-2	1.185,05		
FC-1	1.019,17		

INTEGRAL			
FUNÇÃO COMISSIONADA		CARGO EM COMISSÃO	
FC-6	4.726,70	CJ - 4	11.686,76
FC-5	3.434,43	CJ - 3	10.352,52
FC-4	2.984,45	CJ - 2	9.106,74
FC-3	2.121,65	CJ - 1	7.945,86
FC-2	1.823,15		
FC-1	1.567,95		

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 181, DE 6 DE SETEMBRO DE 2012(*)

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, no uso de suas atribuições, divulga, nos termos do disposto § 1º do artigo 71 da Lei n. 12.708, de 17 de agosto de 2012, e da Lei n.º 11.416, de 15 de dezembro de 2006, o quadro geral de pessoal civil deste Regional, com a estrutura remuneratória dos cargos efetivos, dos cargos em comissão e das funções comissionadas:

Demonstrativo do quantitativo de cargos efetivos do Quadro Geral de Pessoal Civil

Careira/ Classe/ Padrão			Quantidade de Cargos											
			Providos						Vagos			Total		
			Estáveis			Não-Estáveis								
			2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %	2011	2011	Variação %
ANALISTA	C	15	212	207	-2,36	0	0	0,00	0	0	0,00	212	207	-2,36
		14	1	0	-100,00	0	0	0,00	0	0	0,00	1	0	-100,00
		13	1	1	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	1	1	0,00
		12	0	13	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	13	0,00
		11	13	20	53,85	0	0	0,00	0	0	0,00	13	20	53,85
	B	10	19	8	-57,89	0	0	0,00	0	0	0,00	19	8	-57,89
		9	9	19	111,11	0	0	0,00	0	0	0,00	9	19	111,11
		8	20	150	650,00	0	0	0,00	0	0	0,00	20	150	650,00
		7	150	6	-96,00	0	0	0,00	0	0	0,00	150	6	-96,00
		6	6	215	3.483,33	0	0	0,00	0	0	0,00	6	215	3.483,33
	A	5	222	14	-93,69	0	0	0,00	0	0	0,00	222	14	-93,69
		4	15	5	-66,67	0	0	0,00	0	0	0,00	15	5	-66,67
		3	0	0	0,00	5	60	1.100,00	0	0	0,00	5	60	1.100,00
		2	0	0	0,00	62	8	-87,10	0	0	0,00	62	8	-87,10
		1	0	0	0,00	9	10	11,11	48	56	16,67	57	66	15,79
TÉCNICO	C	15	532	511	-3,95	0	0	0,00	0	0	0,00	532	511	-3,95
		14	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00
		13	1	1	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	1	1	0,00
		12	0	1	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	1	0,00
		11	1	27	2.600,00	0	0	0,00	0	0	0,00	1	27	2.600,00
	B	10	28	41	46,43	0	0	0,00	0	0	0,00	28	41	46,43
		9	40	22	-45,00	0	0	0,00	0	0	0,00	40	22	-45,00
		8	22	111	404,55	0	0	0,00	0	0	0,00	22	111	404,55
		7	111	341	207,21	0	0	0,00	0	0	0,00	111	341	207,21
		6	347	26	-92,51	0	0	0,00	0	0	0,00	347	26	-92,51
	A	5	23	25	8,70	0	0	0,00	0	0	0,00	23	25	8,70
		4	26	3	-88,46	0	0	0,00	0	0	0,00	26	3	-88,46
		3	0	0	0,00	3	45	1.400,00	0	0	0,00	3	45	1.400,00
		2	0	0	0,00	47	10	-78,72	0	0	0,00	47	10	-78,72
		1	0	0	0,00	11	5	-54,55	50	73	46,00	61	78	27,87
TOTAL			1.799	1.767	-1,78	137	138	0,73	98	129	31,63	2.034	2.034	0,00

Estrutura remuneratória dos cargos efetivos:

Cargo	Referência	Vencimento	Gratificação de Atividade Judiciária	Total
Analista Judiciário	C15	6.957,41	3.478,71	10.436,12
	C14	6.754,77	3.377,39	10.132,16
	C13	6.558,03	3.279,02	9.837,05
	C12	6.367,02	3.183,51	9.550,53
	C11	6.181,57	3.090,79	9.272,36
	B10	5.848,22	2.924,11	8.772,33
	B9	5.677,88	2.838,94	8.516,82
	B8	5.512,51	2.756,26	8.268,77
	B7	5.351,95	2.675,98	8.027,93
	B6	5.196,07	2.598,04	7.794,11
	A5	4.915,86	2.457,93	7.373,79
	A4	4.772,68	2.386,34	7.159,02
	A3	4.633,67	2.316,84	6.950,51
	A2	4.498,71	2.249,36	6.748,07
	A1	4.367,68	2.183,84	6.551,52
Técnico Judiciário	C15	4.240,47	2.120,24	6.360,71
	C14	4.116,96	2.058,48	6.175,44
	C13	3.997,05	1.998,53	5.995,58
	C12	3.880,63	1.940,32	5.820,95
	C11	3.767,60	1.883,80	5.651,40
	B10	3.564,43	1.782,22	5.346,65
	B9	3.460,61	1.730,31	5.190,92
	B8	3.359,82	1.679,91	5.039,73
	B7	3.261,96	1.630,98	4.892,94
	B6	3.166,95	1.583,48	4.750,43

A5	2.996,17	1.498,09	4.494,26
A4	2.908,90	1.454,45	4.363,35
A3	2.824,17	1.412,09	4.236,26
A2	2.741,92	1.370,96	4.112,88
A1	2.662,06	1.331,03	3.993,09

Demonstrativo do quantitativo de cargos em comissão e de funções comissionadas:

Cargo/ Função	Com Vínculo						Sem Vínculo			Vagos			Total		
	Optante			Não Optante											
	2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %
CJ-04	1	1	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	1	1	0,00
CJ-03	8	8	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	8	8	0,00
CJ-02	28	28	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	28	28	0,00
CJ-01	13	13	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	13	13	0,00
FC-06	72	72	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	72	72	0,00
FC-05	14	14	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	14	14	0,00
FC-04	100	100	0,00	0	0	0,00	1	1	0,00	0	0	0,00	101	101	0,00
FC-03	8	8	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	8	8	0,00
FC-02	6	6	0,00	0	0	0,00	5	5	0,00	0	0	0,00	11	11	0,00
FC-01	356	347	-2,53	0	0	0,00	10	19	90,00	0	0	0,00	366	366	0,00
TOTAL	606	597	-1,49	0	0	0,00	16	25	56,25	0	0	0,00	622	622	0,00

Estrutura remuneratória dos cargos em comissão e das funções comissionadas:

Cargo em Comissão Função Comissionada	Integral	Opção Cargo Efetivo
CJ-4	11.686,76	7.596,39
CJ-3	10.352,52	6.729,14
CJ-2	9.106,74	5.919,38
CJ-1	7.945,86	5.164,81
FC-06	4.726,70	3.072,36
FC-05	3.434,43	2.232,38
FC-04	2.984,45	1.939,89
FC-03	2.121,65	1.379,07
FC-02	1.823,15	1.185,05
FC-01	1.567,95	1.019,17

ALCEU PENTEADO NAVARRO

(*) Republicada por ter saído, no DOU nº 178, de 13/9/2012, Seção 1, págs. 226 e 227, com incorreções no original.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL DA CORREGEDORIA
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE CEILÂNDIA
1º TRIBUNAL DO JÚRI DE CEILÂNDIA

ATA DE AUDIÊNCIA DE SORTEIO DE JURADOS
(Outubro/2012)

Aos 12 de Setembro de 2012 (12/09/2012), no plenário do Tribunal do Júri de Ceilândia/DF, a portas abertas, nos termos do art. 433, do CPP, alterado pela Lei 11689/08, perante o(a) MM. Juiz(a) de Direito Substituto, Dr.(a) WAGNO ANTÔNIO DE SOUZA, foi feito o sorteio dos jurados titulares e suplentes, que servirão no mês de Outubro/2012. As cédulas foram retiradas da urna geral pelo(a) MM. Juiz(a) de Direito Substituto que, na medida em que eram retiradas da urna, procedia à leitura em voz alta do nome de cada pessoa sorteada, informando sua profissão. Esteve presente durante a solenidade o(a) N. Promotor(a) de Justiça Dr.(a) GLADSON RAEFF ROCHA VIANA, e ainda o(a) Doutor(a) NEWTON RUBENS DE OLIVEIRA, representante da OAB/DF e o(a) Dr.(a) PATRÍCIA ANDRADE BARRETO BRANDÃO, representando a Defensoria Pública. Foram sorteados os seguintes jurados.

Titulares:
1. ELISABETE DE SOUZA;
2. VALDELUCIA GUERRA DO NASCIMENTO;
3. ALBERTINO RODRIGUES CORREIA;
4. LIDIANE GONÇALVES CALDAS;
5. MICHELE VITOR LINS;
6. RODRIGO MARCELINO DA SILVA;
7. VANESSA MENDES SANTOS;
8. VANESSA MARIA AMORIM DE JESUS;
9. JENNIFER MARQUES SILVA;
10. JEOVA RODRIGUES NEVES;
11. MARCOS JOSE DE SOUZA CORDEIRO;
12. VANESSA SOUSA CORREIA;
13. HERCULES NEIVA RODRIGUES;
14. JACQUELINE DA SILVA NOGUEIRA;
15. JACYARA DE SOUSA FERREIRA;
16. ALESSANDRA SOUZA CORDEIRO;
17. ALESSANDRO ALVES ELLER;
18. JOSE VALCELI CAETANO;
19. ROBSON BRANDAO SANTOS;
20. JOSE CARLOS PEREIRA DO NASCIMENTO;
21. JOSE CARLOS CARVALHO;
22. AFRANIO DA SILVA LEITE;
23. SOLANGE FRANCISCA DE QUEIROZ;
24. JOSE ARMANDO DA SILVA;
25. ARNÓBIO ALVES DA SILVA.

Suplentes:
1. MICHELLE SOARES;
2. ALCEU DOURADO DA COSTA;
3. DOUGLAS BARBOSA LUCAS;
4. JOHNATHAN EMANUEL SILVA SANTOS;
5. SILVANO FEITOZA SANTOS;
6. KENIA DA SILVA FLOR;
7. PAULO RICARDO SOARES OTAVIANO;
8. UMBERTO LUIZ MAGALHAES;
9. GUILHERME BATISTA ARAUJO;
10. BRENO ALEXANDRE NERES MARTINS;
11. TALITA NAYARA FERNANDES CAMPOS;
12. GERSON LUIZ DE CARVALHO;
13. SAMUEL FERREIRA DA SILVA;
14. EDSON PEREIRA DA NOBREGA;
15. CLEICE MARIA RODRIGUES DOS SANTOS;
16. SUILAM MARIA CARVALHO SANTANA;
17. JOAQUIM PEREIRA DA CRUZ;
18. ITAMAR NEIVA BRAULIO;
19. KELLY ALVES DE OLIVEIRA;
20. CLEONICE SANCHES LIMA;
21. LILIANY SILVA SOUZA;
22. JOAO BATISTA FERREIRA LIMA;
23. HEKSON CHARLEY VIANA AZEVEDO;
24. FRANCISCO MARTINS DE OLIVEIRA NETO;
25. SILVANA CALAZANS RODRIGUES FEITOZA;
26. CLAUDECI PEREIRA DOS SANTOS;
27. ROSIENE MARIA VASCONCELOS SANTOS;
28. ALEXANDRE HENRIQUE PEREIRA PEDROSO;
29. MARIA DAS GRACAS DE SOUSA;
30. ROSIANE DAS GRAÇAS SILVA;
31. JOSE EUSTAQUIO VIEIRA;
32. FERNANDO DOS SANTOS VERAS DE MESQUITA;
33. FRANCISCO ASSIS DE JESUS;
34. LARISSA CRISTINA DE ANDRADE;
35. VALDECI CARDOSO DA MATA.

Após o sorteio, determinou o(a) MM. Juiz(a) de Direito Substituto que se proceda à convocação dos jurados sorteados, na forma do art. 434, parágrafo único, do CPP, alterado pela Lei 11680/08, para comparecer às Sessões Judiciárias deste Tribunal, correspondentes ao mês e ano para os quais foram sorteados, sob as penas da Lei - seja afixada a presente relação no átrio do Tribunal do Júri do Fórum local. Nada mais havendo, determinou que fosse lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, vai devidamente assinada por mim, , NADINE CALAZANS E SILVA, Assistente, e pelos presentes.

WAGNO ANTONIO DE SOUZA
Juiz de Direito
Substituto

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
2ª REGIÃO

ATO Nº 1.268, DE 10 DE SETEMBRO DE 2012

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, no uso das atribuições legais e regimentais e considerando o disposto na LDO de 2013, resolve:

Publicar os quadros demonstrativos em anexo, relativos à força de trabalho deste Tribunal, em atendimento ao disposto no artigo 71 da Lei nº 12.708/2012 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2013.

Des. NELSON NAZAR

ANEXO I

DEMONSTRATIVO DO QUANTITATIVO DE CARGOS EFETIVOS

Carreira / Classe / Padrão			Quantidade de Cargos												
			Providos						Vagos			Total			
			Estáveis			Não Estáveis									
			2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %
Analista	C	15	656	671	2%			-			-	656	671	2%
		14	38	52	37%			-			-	38	52	37%
		13	51	26	-49%			-			-	51	26	-49%
		12	25	1	-96%			-			-	25	1	-96%
		11	2	26	1200%			-			-	2	26	1200%
	B	10	46	51	11%			-			-	46	51	11%
		9	35	29	-17%			-			-	35	29	-17%
		8	25	31	24%			-			-	25	31	24%

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

		7	30	148	393%			-			-	30	148	393%
		6	146	205	40%			-			-	146	205	40%
		5	262	72	-73%			-			-	262	72	-73%
		4	30	24	-20%			-			-	30	24	-20%
	A	3			-	20	316	1480%			-	20	316	1480%
		2			-	356	272	-24%			-	356	272	-24%
		1			-	409	565	38%	562	204	-64%	971	769	-21%
		15	1196	1152	-4%			-			-	1196	1152	-4%
		14	3	73	2333%			-			-	3	73	2333%
	C	13	72	15	-79%			-			-	72	15	-79%
		12	15	4	-73%			-			-	15	4	-73%
		11	1	29	2800%			-			-	1	29	2800%
		10	48	59	23%			-			-	48	59	23%
		9	43	34	-21%			-			-	43	34	-21%
Técnico	B	8	33	33	0%			-			-	33	33	0%
		7	38	308	711%			-			-	38	308	711%
		6	313	206	-34%			-			-	313	206	-34%
		5	317	153	-52%			-			-	317	153	-52%
		4	72	20	-72%			-			-	72	20	-72%
	A	3			-	14	223	1493%			-	14	223	1493%
		2			-	260	86	-67%			-	260	86	-67%
		1			-	135	483	258%	636	310	-51%	771	793	3%
		15			-			-			-	0	0	-
		14			-			-			-	0	0	-
	C	13			-			-			-	0	0	-
		12			-			-			-	0	0	-
		11			-			-			-	0	0	-
		10			-			-			-	0	0	-
		9			-			-			-	0	0	-
Auxiliar	B	8			-			-			-	0	0	-
		7			-			-			-	0	0	-
		6			-			-			-	0	0	-
		5			-			-			-	0	0	-
		4			-			-			-	0	0	-
	A	3			-			-			-	0	0	-
		2			-			-			-	0	0	-
		1			-			-	40	40	0%	40	40	0%
TOTAL			3497	3422	-2%	1194	1945	63%	1238	554	-55%	5929	5921	0%

ANEXO II

DEMONSTRATIVO DO QUANTITATIVO DE CARGOS COMISSIONADOS E DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA

Cargo/ Função	Com Vínculo						Sem Vínculo			Vago			Total	
	Optante		Variação	Não Optante		Variação								
	2011	2012	%	2011	2012	%	2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %	2011	2012
CJ-04	3	3	0%	0		-			-	0		-	3	3
CJ-03	458	470	3%	1	2	100%	16	11	-31%	78	70	-10%	553	553
CJ-02	137	136	-1%	0		-			-	12	13	8%	149	149
CJ-01			-			-			-			-	0	0
FC-06			-			-			-			-	0	0
FC-05	741	750	1%	0		-			-	28	19	-32%	769	769
FC-04	170	176	4%	0		-			-	71	65	-8%	241	241
FC-03	360	385	7%	0		-			-	145	120	-17%	505	505
FC-02	753	768	2%	0		-			-	201	186	-7%	954	954
FC-01	105	120	14%	0		-			-	223	208	-7%	328	328
TOTAL	2727	2808	3%	1	2	100%	16	11	-31%	758	681	-10%	3502	3502

4ª REGIÃO

PORTARIA Nº 5.869, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições, e considerando o que consta no processo administrativo nº 0007197-24.2010.5.04.0000, resolve:

Publicar as Tabelas com os totais, por níveis, de cargos efetivos e comissionados da Secretaria deste Tribunal, ocupados por servidores estáveis e não-estáveis e de cargos vagos, com base na situação vigente em 31.08.2012, comparados com os quantitativos do ano anterior, bem como as respectivas variações percentuais.

MARIA HELENA MALLMANN

ANEXO I

DEMONSTRATIVO DO QUANTITATIVO DE CARGOS EFETIVOS

Carreira/Classe/Padrão			Quantidade de Cargos											
			Providos						Vagos			Total		
			Estáveis			Não-Estáveis								
			2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %
		15	530	505	-5%			-			-	530	505	-5%
		14		77	-			-			-	0	77	-
	C	13	77	19	-75%			-			-	77	19	-75%
		12	18	20	11%			-			-	18	20	11%
		11	23	23	0%			-			-	23	23	0%
		10	23	17	-26%			-			-	23	17	-26%
		9	16	20	25%			-			-	16	20	25%
Analista	B	8	21	34	62%			-			-	21	34	62%
		7	31	70	126%			-			-	31	70	126%
		6	71	85	20%			-			-	71	85	20%
		5	96	47	-51%			-			-	96	47	-51%
		4	46	51	11%			-			-	46	51	11%
	A	3			-	47	144	206%			-	47	144	206%
		2			-	150	66	-56%			-	150	66	-56%
		1			-	81	108	33%	12	70	483%	93	178	91%
		15	957	926	-3%			-			-	957	926	-3%
		14		70	-			-			-	0	70	-
	C	13	73	29	-60%			-			-	73	29	-60%
		12	28	21	-25%			-			-	28	21	-25%
		11	20	31	55%			-			-	20	31	55%
		10	34	43	26%			-			-	34	43	26%
		9	42	38	-10%			-			-	42	38	-10%
Técnico	B	8	45	70	56%			-			-	45	70	56%
		7	70	125	79%			-			-	70	125	79%
		6	122	196	61%			-			-	122	196	61%
		5	213	104	-51%			-			-	213	104	-51%
		4	125	106	-15%			-			-	125	106	-15%
	A	3			-	85	98	15%			-	85	98	15%
		2			-	105	52	-50%			-	105	52	-50%

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

		1			-	68	112	65%	15	20	33%	83	132	59%
		15	72	69	-4%			-			-	72	69	-4%
		14	1	4	300%			-			-	1	4	300%
	C	13	4		-100%			-			-	4	0	-100%
		12		4	-			-			-	0	4	-
		11	4	4	0%			-			-	4	4	0%
		10	4		-100%			-			-	4	0	-100%
		9		2	-			-			-	0	2	-
Auxiliar	B	8	2		-100%			-			-	2	0	-100%
		7			-			-			-	0	0	-
		6		1	-			-			-	0	1	-
		5	2	1	-50%			-			-	2	1	-50%
		4	1		-100%			-			-	1	0	-100%
	A	3			-			-			-	0	0	-
		2			-			-			-	0	0	-
		1			-			-	10	15	50%	10	15	50%
Total			2771	2812	1%	536	580	8%	37	105	184%	3344	3497	5%

ANEXO II

DEMONSTRATIVO DO QUANTITATIVO DE CARGOS COMISSIONADOS E DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA

Cargo/Função	Com Vínculo						Sem Vínculo			Vago			Total	
	Optante		Variação %	Não Optante		Variação %	2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %	2011	2012
	2011	2012		2011	2012									
CJ-04	3	3	0%			-			-			-	3	3
CJ-03	176	198	13%			-	2	2	0%	2	12	500%	180	212
CJ-02	86	99	15%			-		1	-	2	1	-50%	88	101
CJ-01			-			-			-			-	0	0
FC-06			-			-			-			-	0	0
FC-05	397	410	3%			-			-	8	8	0%	405	418
FC-04	491	498	1%			-			-	11	33	200%	502	531
FC-03	166	181	9%			-			-	2	10	400%	168	191
FC-02	474	496	5%			-			-	5	24	380%	479	520
FC-01	186	189	2%			-			-	5	6	20%	191	195
TOTAL	1979	2074	5%	0	0	-	2	3	50%	35	94	169%	2016	2171

20ª REGIÃO

ATO Nº 189, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Determinar a publicação, no Diário Oficial da União, dos quadros demonstrativos do quantitativo de cargos efetivos, de cargos comissionados e funções comissionadas e de benefícios, de que tratam os artigos 71 e 85 da Lei nº 12.708/2012, respectivamente, na forma dos Anexos I, II e III a este Ato.

JORGE ANTÔNIO ANDRADE CARDOSO

ANEXO I

DEMONSTRATIVO DO QUANTITATIVO DE CARGOS EFETIVOS

Carreira / Classe /Padrão			Quantidade de Cargos											
			PROVIDOS						VAGOS			TOTAL		
			Estáveis			Não-Estáveis								
			2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %
ANALISTA	C	15	84	83	-1%				0	0		84	83	-1%
		14	4	3	-25%				0	0		4	3	-25%
		13	3	0	-100%				0	0		3	0	-100%
		12							0	0		0	0	
		11							0	0		0	0	
		10		5					0	0		0	5	
	B	9	5	5	0%				0	0		5	5	0%
		8	5	2	-60%				0	0		5	2	-60%
		7	2	2	0%				0	0		2	2	0%
		6	1	2	100%				0	0		1	2	100%
	A	5	2	1	-50%				0	0		2	1	-50%
		4		1					0	0		0	1	
		3				2	9	350%	0	0		2	9	350%
		2				9	1	-89%	0	0		9	1	-89%
		1				1	20	1900%	0	1		1	21	2000%
TÉCNICO	C	15	174	179	3%				0	0		174	179	3%
		14	6	4	-33%				0	0		6	4	-100%
		13	4		-100%				0	0		4	0	-100%
		12							0	0		0	0	
		11		1					0	0		0	1	
	B	10	1	12	1100%				0	0		1	12	1100%
		9	12	9	-25%				0	0		12	9	-25%
		8	9		-100%				0	0		9	0	-100%
		7		4					0	0		0	4	
		6	2	6	200%				0	0		2	6	200%
	A	5	9	1	-89%				0	0		9	1	-89%
		4		3					0	0		0	3	
		3				4	8	100%	0	0		4	8	100%
		2				9	3	-67%	0	0		9	3	-67%
		1				3	18	500%	3	0	-100%	6	18	200%
AUXILIAR	C	15	18	18	0%				0	0		18	18	0%
		14							0	0		0	0	
		13							0	0		0	0	
		12							0	0		0	0	
		11							0	0		0	0	
	B	10							0	0		0	0	
		9							0	0		0	0	
		8							0	0		0	0	
		7							0	0		0	0	
		6							0	0		0	0	
	A	5							0	0		0	0	
		4							0	0		0	0	
		3							0	0		0	0	
		2							0	0		0	0	
		1							0	0		0	0	
TOTAL			341	341	0%	28	59	111%	3	1	-67%	372	401	8%

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO II

DEMONSTRATIVO DO QUANTITATIVO DE CARGOS COMISSIONADOS E FUNÇÕES DE CONFIANÇA

CARGO/FUNÇÃO	COM VÍNCULO						SEM VÍNCULO			VAGO			TOTAL		
	Optante		Variação %	Não Optante		Variação %	2011	2012	Variação %						
	2011	2012		2011	2012					2011	2012	Variação %	2011	2012	Variação %
CJ - 04	2	2	0%	0	0	0%	0	0	0%	0	0	0	2	2	0%
CJ - 03	25	28	12%	0	0	0%	2	2	0%	0	0	0	27	30	11%
CJ - 02	9	9	0%	0	0	0%	1	1	0%	0	0	0	10	10	0%
CJ - 01	0	0	0%	0	0	0%	0	0	0%	0	0	0	0	0	-
FC -06	0	0	0%	0	0	0%	0	0	0%	0	0	0	0	0	-
FC - 05	64	91	42%	0	0	0%	1	1	0%	0	0	0	65	92	42%
FC - 04	45	57	27%	0	0	0%	0	0	0%	0	0	0	45	57	27%
FC - 03	101	61	-40%	0	0	0%	1	1	0%	0		0	102	62	-39%
FC - 02	28	26	-7%	0	0	0%	0	0	0%	0	4	0	28	30	7%
FC - 01	34	2	-94%	0	0	0%	3	6	100%	3	2	-33%	40	10	-75%
TOTAL	308	276	-10%	0	0	0%	8	11	38%	3	6	100%	319	293	-8%

ANEXO III

DEMONSTRATIVO DO QUANTITATIVO DE BENEFÍCIOS

BENEFICIO	BENEFICIÁRIO	QUANTIDADE		
		2011	2012	VARIAÇÃO %
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	SERVIDORES/ MAGISTRADOS ATIVOS	409	439	7,33%
AUXÍLIO TRANSPORTE	SERVIDORES/ MAGISTRADOS ATIVOS	0	0	-
ASSIST. PRÉ-ESCOLAR	CRIANÇAS DE 0 A 5 ANOS ATENDIDAS	100	95	-5,00%
ASSIST. MÉDICA E ODONTOLÓGICA	PESSOAS ATENDIDAS	1392	1420	2,01%

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

RESOLUÇÃO Nº 233, DE 5 DE SETEMBRO DE 2012

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso IX, do art. 43 do Estatuto do CONFEF, e;

CONSIDERANDO os art. 11 e 12 da Resolução CONFEF nº 206/2010, que versa sobre o Estatuto do CONFEF;

CONSIDERANDO os incisos XV e XXI do art. 6º e os incisos VI e VIII do art. 9º, ambos da Resolução CONFEF nº 056/2003, que dispõe sobre o Código de Ética do Profissional de Educação Física;

CONSIDERANDO que a identificação do Profissional se fará mediante a Cédula de Identidade Profissional;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do CONFEF, em reunião ordinária, de 03 de agosto de 2012; resolve:

Art. 1º - O porte da Cédula de Identidade Profissional é obrigatório durante o exercício das atividades privativas dos Profissionais de Educação Física, constituindo prova de identidade civil para todos os fins legais.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

JORGE STEINHILBER

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

ACÓRDÃOS DE 29 DE JUNHO DE 2012

16490. Recurso Administrativo nº 48/2012. Nº. Originário: I-5707/2011. Recorrente: DROGARIA CARLINI LTDA. Recorrido: CRF/SC. Conselheira Federal ANA PAULA DE ALMEIDA QUEIROZ. Ementa: As empresas que exercem atividades farmacêuticas devem provar perante os Conselhos de Farmácia que exercem-nas por meio de profissionais habilitados e registrados. Inteligência do artigo 24 da Lei 3.820/60. Improvimento do Recurso. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto da Relatora e da decisão da 1ª Câmara, que faz parte integrante deste julgado. Nos processos abaixo relacionados, decide a 1ª Câmara do Conselho Federal de Farmácia proferir, por unanimidade de votos, idêntico julgado ao acórdão nº 16490, consoante acórdãos:16491. Recurso Administrativo nº 49/2012. Nº. Originário: I-5918/2011. Recorrente: RIGO FARMÁCIA E DROGARIA LTDA. Recorrido: CRF/SC. Conselheira Federal ANA PAULA DE ALMEIDA QUEIROZ.16492. Recurso Administrativo nº 51/2012. Nº. Originário: I-4787/2010. Recorrente: FARMÁCIA SANTA TEREZA-ME. Recorrido: CRF/SC. Conselheira Federal ANA PAULA DE ALMEIDA QUEIROZ.16493. Recurso Administrativo nº 330/2012. Nº. Originário: 0269/2011. Recorrente: DROGARIA TATHIANY. Recorrido: CRF/PE. Conselheira Federal ANA PAULA DE ALMEIDA QUEIROZ.16494. Recurso Administrativo nº 331/2012. Nº. Originário: 0575/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPOJUCA. Recorrido: CRF/PE. Conselheira Federal ANA PAULA DE ALMEIDA QUEIROZ.16495. Recurso Administrativo nº 334/2012. Nº. Originário: 938/2011. Recorrente: FARMÁCIA SÃO JANUÁRIO LTDA. Recorrido: CRF/PE. Conselheira Federal ANA PAULA DE ALMEIDA QUEIROZ.16496. Recurso Administrativo nº 426/2012. Nº. Originário: 22515/214/2011. Recorrente: DROGARIA SÃO PAULO S/A. Recorrido: CRF/SP. Conselheira Federal ANA PAULA DE ALMEIDA QUEIROZ.16497. Recurso Administrativo nº 427/2012. Nº. Originário: 38730/218/2011. Recorrente: DROGALIS DIRETÃO DROGARIA E PERFUMARIA LTDA EPP. Recorrido: CRF/SP. Conselheira Federal ANA PAULA DE ALMEIDA QUEIROZ.16498. Recurso Administrativo nº 429/2012. Nº. Originário: 3955/208/2011. Recorrente: DSI. DROG. LTDA. Recorrido: CRF/SP. Conselheira Federal ANA PAULA DE ALMEIDA QUEIROZ.16499. Recurso Administrativo nº 431/2012. Nº. Originário: 49957/210/2011. Recorrente: DROGARIA SÃO PAULO S/A. Recorrido: CRF/SP. Conselheira Federal ANA PAULA DE ALMEIDA QUEIROZ.16500. Recurso Administrativo nº 503/2012. Nº. Originário: 74881/2010. Recorrente: S.R. SCHUTZ & CIA LTDA Recorrido: CRF/PR. Conselheira Federal ANA PAULA DE ALMEIDA QUEIROZ.16501. Recurso Administrativo nº 504/2012. Nº. Originário: 75225/2011. Recorrente: CENTRO ANÁLISES CLÍNICAS SÃO MARCOS LTDA. Recorrido: CRF/PR. Conselheira Federal ANA PAULA DE ALMEIDA QUEIROZ.16502. Recurso Administrativo nº 505/2012. Nº. Originário: 75418/2011. Recorrente: A LUSTOZA DE CARLI & CIA LTDA ME. Recorrido: CRF/PR. Conselheira Federal ANA PAULA DE ALMEIDA QUEIROZ.16503. Recurso Administrativo nº 657/2012. Nº. Originário: 7365/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO JARDIM. Recorrido: CRF/TO. Conselheira Federal ANA PAULA DE ALMEIDA QUEIROZ.16504. Recurso Administrativo nº 658/2012. Nº. Originário: 7489/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGICO. Recorrido: CRF/TO. Conselheira Federal ANA PAULA DE ALMEIDA QUEIROZ.16505. Recurso Administrativo nº 659/2012. Nº. Originário: 7498/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMOLANDIA. Recorrido: CRF/TO. Conselheira Federal ANA PAULA DE ALMEIDA QUEIROZ.16506. Recurso Administrativo nº 660/2012. Nº. Originário: 7503/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA. Recorrido: CRF/TO. Conselheira Federal ANA PAULA DE ALMEIDA QUEIROZ.16507. Recurso Administrativo nº 1385/2011. Nº. Originário: 31727190/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE NUPORANGA. Recorrido: CRF/SP. Conselheira Federal ANA PAULA DE ALMEIDA QUEIROZ.16508. Recurso Administrativo nº 1386/2011. Nº. Originário: 15911/197/2011. Recorrente: DROG. SÃO PAULO S/A. Recorrido: CRF/SP. Conselheira Federal ANA PAULA DE ALMEIDA QUEIROZ.16509. Recurso Administrativo nº 1388/2011. Nº. Originário: 38730/148/2011. Recorrente: DROGALIS DIRETÃO DROGARIA E PERFUMARIA LTDA EPP. Recorrido: CRF/SP. Conselheira Federal ANA PAULA DE ALMEIDA QUEIROZ.16510. Recurso Administrativo nº 1455/2012. Nº. Originário: 18/2012. Recorrente: J V Q DE OLIVEIRA. Recorrido: CRF/AP. Conselheira Federal ANA PAULA DE ALMEIDA QUEIROZ.16511. Recurso Administrativo nº 1456/2012. Nº. Originário: 19/2012. Recorrente: D OLIVEIRA - EPP. Recorrido: CRF/AP. Conselheira Federal ANA PAULA DE ALMEIDA QUEIROZ.16512. Recurso Administrativo nº 1457/2012. Nº. Originário: 20/2012. Recorrente: D OLIVEIRA - EPP. Recorrido: CRF/AP. Conselheira Federal ANA PAULA DE ALMEIDA QUEIROZ.16513. Recurso Administrativo nº 1459/2012. Nº. Originário: 21/2012. Recorrente: DEUZIMAR E CIA LTDA. Recorrido: CRF/AP. Conselheira Federal ANA PAULA DE ALMEIDA QUEIROZ.16514. Recurso Administrativo nº 1460/2012. Nº. Originário: 58/2012. Recorrente: R M BRITO - ME. Recorrido: CRF/AP. Conselheira Federal ANA PAULA DE ALMEIDA QUEIROZ.16515. Recurso Administrativo nº 1461/2012. Nº. Originário: 41/2012. Recorrente: C F DE SOUSA SOBRINHO. Recorrido: CRF/AP. Conselheira Federal ANA PAULA DE ALMEIDA QUEIROZ.16516. Recurso Administrativo nº 1463/2012. Nº. Originário: 60/2012. Recorrente: FARMÁCIA E DROGARIA LONGA VIDA LTDA - EPP. Recorrido: CRF/AP. Conselheira Federal ANA PAULA DE ALMEIDA QUEIROZ.16517. Recurso Administrativo nº 1464/2012. Nº. Originário: 63/2012. Recorrente: HARLEY QUEIROZ DOS SANTOS CARVALHO. Recorrido: CRF/AP. Conselheira Federal ANA PAULA DE ALMEIDA QUEIROZ.16518. Recurso Administrativo nº 1466/2012. Nº. Originário: 502/2010. Recorrente: LEANDRO FEIJÓ FRAGA. Recorrido: CRF/RS. Conselheira Federal ANA PAULA DE ALMEIDA QUEIROZ.16519. Recurso Administrativo nº 337/2012. Nº. Originário: 0768/2011. Recorrente: PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. Recorrido: CRF/PE. Conselheira Federal KARLA REGINA LOPES ELIAS.16520. Recurso Administrativo nº 338/2012. Nº. Originário: 0763/2011. Recorrente: PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. Recorrido: CRF/PE. Conselheira Federal KARLA REGINA LOPES ELIAS.16521. Recurso Administrativo nº 342/2012. Nº. Originário: 0825/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÚBA. Recorrido: CRF/PE. Conselheira Federal KARLA REGINA LOPES ELIAS.16522. Recurso Administrativo nº 344/2012. Nº. Originário: 0805/2011. Recorrente: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMOCIM. Recorrido: CRF/PE. Conselheira Federal KARLA REGINA LOPES ELIAS.16523. Recurso Administrativo nº 434/2012. Nº. Originário: 22259/215/2011. Recorrente: DROGARIA SÃO PAULO S/A. Recorrido: CRF/SP. Conselheira Federal KARLA REGINA LOPES ELIAS.16524. Recurso Administrativo nº 438/2012. Nº. Originário: 991/172/2011. Recorrente: DSI DROGARIA LTDA. Recorrido: CRF/SP. Conselheira Federal KARLA REGINA LOPES ELIAS.16525. Recurso Administrativo nº 440/2012. Nº. Originário: 6301/173/2011. Recorrente: DSI DROGARIA LTDA. Recorrido: CRF/SP. Conselheira Federal KARLA REGINA LOPES ELIAS.16526. Recurso Administrativo nº 442/2012. Nº. Originário: 2549/204/2011. Recorrente: DSI DROGARIA LTDA. Recorrido: CRF/SP. Conselheira Federal KARLA REGINA LOPES ELIAS.16527. Recurso Administrativo nº 533/2012. Nº. Originário: 75883/2011. Recorrente: RORATO E MARTINS COM. DE MED. LTDA. Recorrido: CRF/PR. Conselheira Federal KARLA REGINA LOPES ELIAS.16528. Recurso Administrativo nº 537/2012. Nº. Originário: 74364/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA. Recorrido: CRF/PR. Conselheira Federal KARLA REGINA LOPES ELIAS.16529. Recurso Administrativo nº 540/2012. Nº. Originário: 75441/2011. Recorrente: HOSP. MAT. MÃE DE DEUS LTDA. Recorrido: CRF/PR. Conselheira Federal KARLA REGINA LOPES ELIAS.16530. Recurso Administrativo nº 543/2012. Nº. Originário: 74643/2010. Recorrente: SISTEMA INTEGRADO DE SAÚDE UBIRATA SISU. Recorrido: CRF/PR. Conselheira Federal KARLA REGINA LOPES ELIAS.16531. Recurso Administrativo nº 661/2012. Nº. Originário: 1427/2011. Recorrente: EMEC EMPREENDIMENTOS MÉDICOS CIRÚRGICOS. Recorrido: CRF/BA. Conselheira Federal KARLA REGINA LOPES ELIAS.16532. Recurso Administrativo nº 662/2012. Nº. Originário: 2002/2011. Recorrente: JB ALVES E BORGES - FARMÁCIA DO CAROÁ. Recorrido: CRF/BA. Conselheira Federal KARLA REGINA LOPES ELIAS.16533. Recurso Administrativo nº 664/2012. Nº. Originário: 4902/2011. Recorrente: ASTRAL DROGARIA LTDA - EPP. Recorrido: CRF/SC. Conselheira Federal KARLA REGINA LOPES ELIAS.16534. Recurso Administrativo nº 667/2012. Nº. Originário: 1197/2010. Recorrente: PEDRO JOEL DE CARVALHO & CIA LTDA. Recorrido: CRF/RS. Conselheira Federal KARLA REGINA LOPES ELIAS.16535. Recurso Administrativo nº 985/2012. Nº. Originário: 75906/2011. Recorrente: FARMAKOSKI LTDA. Recorrido: CRF/PR. Conselheira Federal KARLA REGINA LOPES ELIAS.16536. Recurso Administrativo nº 986/2012. Nº. Originário: 76630/2011. Recorrente: PHARM SIQUEIRA E CIA LTDA ME. Recorrido: CRF/PR. Conselheira Federal KARLA REGINA LOPES ELIAS.16537. Recurso Administrativo nº 989/2012. Nº. Originário: 76615/2011. Recorrente: I C DE FARIAS FARMÁCIA E DROGARIA ME. Recorrido: CRF/PR. Conselheira Federal KARLA REGINA LOPES ELIAS.16538. Recurso Administrativo nº 992/2012. Nº. Originário: 75530/2011. Recorrente: FARMAFAX COM. DE MEDICAMENTOS LTDA. Recorrido: CRF/PR. Conselheira Federal KARLA REGINA LOPES ELIAS.16539. Recurso Administrativo nº 1058/2012. Nº. Originário: 76510/2011. Recorrente: BULAFARMA MED LTDA - EPP. Recorrido: CRF/PR. Conselheira Federal KARLA REGINA LOPES ELIAS.16540. Recurso Administrativo nº 1088/2012. Nº. Originário: 75545/2011. Recorrente: A.C.M. BELIG-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

NI-ME. Recorrido: CRF/PR. Conselheira Federal KARLA REGINA LOPES ELIAS.16541. Recurso Administrativo nº 1089/2012. Nº. Originário: 76319/2011. Recorrente: FARMÁCIA JARDIM LTDA. Recorrido: CRF/PR. Conselheira Federal KARLA REGINA LOPES ELIAS.16542. Recurso Administrativo nº 1090/2012. Nº. Originário: 76321/2011. Recorrente: DAPAWAL SERVIÇOS MED. LTDA. Recorrido: CRF/PR. Conselheira Federal KARLA REGINA LOPES ELIAS.16543. Recurso Administrativo nº 1275/2012. Nº. Originário: 16754/19/2012. Recorrente: DROG. SÃO PAULO S/A. Recorrido: CRF/SP. Conselheira Federal KARLA REGINA LOPES ELIAS.16544. Recurso Administrativo nº 1391/2011. Nº. Originário: 16762/198/2011. Recorrente: DROG. SÃO PAULO S/A. Recorrido: CRF/SP. Conselheira Federal KARLA REGINA LOPES ELIAS.16545. Recurso Administrativo nº 1393/2011. Nº. Originário: 23448/178/2011. Recorrente: VALDIR ANTONIO BETTIO TUPA - EPP. Recorrido: CRF/SP. Conselheira Federal KARLA REGINA LOPES ELIAS.16546. Recurso Administrativo nº 1512/2011. Nº. Originário: 3822/209/2011. Recorrente: DISTRIBUIDORA E DROGARIA SETE IRMÃOS LTDA. Recorrido: CRF/SP. Conselheira Federal KARLA REGINA LOPES ELIAS.16547. Recurso Administrativo nº 1515/2011. Nº. Originário: 39546/176/2011. Recorrente: DSI DROGARIA LTDA. Recorrido: CRF/SP. Conselheira Federal KARLA REGINA LOPES ELIAS.16548. Recurso Administrativo nº 1540/2011. Nº. Originário: 43476/47/2012. Recorrente: DSI DROGARIA LTDA. Recorrido: CRF/SP. Conselheira Federal KARLA REGINA LOPES ELIAS.16549. Recurso Administrativo nº 45/2012. Nº. Originário: I-5773/2011. Recorrente: FARMÁCIA SAGRADA FAMÍLIA. Recorrido: CRF/SC. Conselheira Federal LÚCIA DE FÁTIMA SALES DA COSTA.16550. Recurso Administrativo nº 46/2012. Nº. Originário: I-4598/2010. Recorrente: FARMÁCIA VIDA LTDA - EPP. Recorrido: CRF/SC. Conselheira Federal LÚCIA DE FÁTIMA SALES DA COSTA.16551. Recurso Administrativo nº 47/2012. Nº. Originário: I-4572/2010. Recorrente: FARMÁCIA SANTO ANTONIO. Recorrido: CRF/SC. Conselheira Federal LÚCIA DE FÁTIMA SALES DA COSTA.16552. Recurso Administrativo nº 364/2012. Nº. Originário: 457/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE AFRÂNIO. Recorrido: CRF/PE. Conselheira Federal LÚCIA DE FÁTIMA SALES DA COSTA.16553. Recurso Administrativo nº 365/2012. Nº. Originário: 0307/2011. Recorrente: CENTRO HOSPITALAR DE PESQUEIRA LTDA. Recorrido: CRF/PE. Conselheira Federal LÚCIA DE FÁTIMA SALES DA COSTA.16554. Recurso Administrativo nº 371/2012. Nº. Originário: 0226/2011. Recorrente: BOM PREÇO SUPERMERCADOS DO NORDESTE LTDA. Recorrido: CRF/PE. Conselheira Federal LÚCIA DE FÁTIMA SALES DA COSTA.16555. Recurso Administrativo nº 375/2012. Nº. Originário: 287/2011. Recorrente: JOSINEIA MARIA DE MORAES - ME. Recorrido: CRF/PE. Conselheira Federal LÚCIA DE FÁTIMA SALES DA COSTA.16556. Recurso Administrativo nº 443/2012. Nº. Originário: 38116/205/2011. Recorrente: MIROMA MED LTDA ME. Recorrido: CRF/SP. Conselheira Federal LÚCIA DE FÁTIMA SALES DA COSTA.16557. Recurso Administrativo nº 444/2012. Nº. Originário: 52992/181/2011. Recorrente: RADS DROGARIA LTDA. Recorrido: CRF/SP. Conselheira Federal LÚCIA DE FÁTIMA SALES DA COSTA.16558. Recurso Administrativo nº 445/2012. Nº. Originário: 27840/180/2011. Recorrente: DROG. SÃO PAULO S/A. Recorrido: CRF/SP. Conselheira Federal LÚCIA DE FÁTIMA SALES DA COSTA.16559. Recurso Administrativo nº 549/2012. Nº. Originário: 72379/2010. Recorrente: FARMÁCIA RIO LTDA - EPP. Recorrido: CRF/PR. Conselheira Federal LÚCIA DE FÁTIMA SALES DA COSTA.16560. Recurso Administrativo nº 551/2012. Nº. Originário: 72384/2010. Recorrente: FARMÁCIA RIO LTDA - EPP. Recorrido: CRF/PR. Conselheira Federal LÚCIA DE FÁTIMA SALES DA COSTA.16561. Recurso Administrativo nº 553/2012. Nº. Originário: 72394/2011. Recorrente: FARMÁCIA RIO LTDA - EPP. Recorrido: CRF/PR. Conselheira Federal LÚCIA DE FÁTIMA SALES DA COSTA.16562. Recurso Administrativo nº 557/2012. Nº. Originário: 72377/2010. Recorrente: FARMÁCIA RIO LTDA - EPP. Recorrido: CRF/PR. Conselheira Federal LÚCIA DE FÁTIMA SALES DA COSTA.16563. Recurso Administrativo nº 669/2012. Nº. Originário: 1929/2009. Recorrente: FITOGRAL FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA. Recorrido: CRF/RS. Conselheira Federal LÚCIA DE FÁTIMA SALES DA COSTA.16564. Recurso Administrativo nº 672/2012. Nº. Originário: 1531/2010. Recorrente: CAROLINA TAFFAREL DA SILVA. Recorrido: CRF/RS. Conselheira Federal LÚCIA DE FÁTIMA SALES DA COSTA.16565. Recurso Administrativo nº 674/2012. Nº. Originário: 3050/2009. Recorrente: GREVENHAGEN & GREVENHAGEN LTDA. Recorrido: CRF/RS. Conselheira Federal LÚCIA DE FÁTIMA SALES DA COSTA.16566. Recurso Administrativo nº 677/2012. Nº. Originário: 960/2010. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO. Recorrido: CRF/RS. Conselheira Federal LÚCIA DE FÁTIMA SALES DA COSTA.16567. Recurso Administrativo nº 1381/2011. Nº. Originário: 33507/182/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRAÍ. Recorrido: CRF/SP. Conselheira Federal LÚCIA DE FÁTIMA SALES DA COSTA.16568. Recurso Administrativo nº 1382/2011. Nº. Originário: 49891/201/2011. Recorrente: DROGARIA SÃO PAULO S/A. Recorrido: CRF/SP. Conselheira Federal LÚCIA DE FÁTIMA SALES DA COSTA.16569. Recurso Administrativo nº 1516/2011. Nº. Originário: 27786/194/2011. Recorrente: DROGARIA SÃO PAULO S/A. Recorrido: CRF/SP. Conselheira Federal LÚCIA DE FÁTIMA SALES DA COSTA.16570. Recurso Administrativo nº 1517/2011. Nº. Originário: 21559/195/2011. Recorrente: DROGARIA SÃO PAULO S/A. Recorrido: CRF/SP. Conselheira Federal LÚCIA DE FÁTIMA SALES DA COSTA.16571. Recurso Administrativo nº 1518/2011. Nº. Originário: 54124/203/2011. Recorrente: RADS DROGARIA LTDA. Recorrido: CRF/SP. Conselheira Federal LÚCIA DE FÁTIMA SALES DA COSTA.16572. Recurso Administrativo nº 916/2012. Nº. Originário: 76647/2011. Recorrente: MASTERFARMA COM MED LTDA EPP. Recorrido: CRF/PR. Conselheira Federal LÚCIA DE FÁTIMA SALES DA COSTA.16573. Recurso Administrativo nº 999/2012. Nº. Originário: 75523/2011. Recorrente: FARMAFAX COM. DE MEDICAMENTOS LTDA. Recorrido: CRF/PR. Conselheira Federal LÚCIA DE FÁTIMA SALES DA COSTA.16574. Recurso Administrativo nº 1003/2012. Nº. Originário: 73726/2010. Recorrente: LUCILENE DE GODOY FAEDA. Recorrido: CRF/PR. Conselheira Federal LÚCIA DE FÁTIMA SALES DA COSTA.16575. Recurso Administrativo nº 1006/2012. Nº. Originário: 76593/2011. Recorrente: PREF. MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ. Recorrido: CRF/PR. Conselheira Federal LÚCIA DE FÁTIMA SALES DA COSTA.16576. Recurso Administrativo nº 1008/2012. Nº. Originário: 74764/2010. Recorrente: CIA LATINO AMERICANA DE MEDICAMENTOS. Recorrido: CRF/PR. Conselheira Federal LÚCIA DE FÁTIMA SALES DA COSTA.16577. Recurso Administrativo nº 1091/2012. Nº. Originário: 76140/2011. Recorrente: CIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO. Recorrido: CRF/PR. Conselheira Federal LÚCIA DE FÁTIMA SALES DA COSTA.16578. Recurso Administrativo nº 1092/2012. Nº. Originário: 76792/2011. Recorrente: FARMÁCIA E DROGARIA NISSEI LTDA(FILIAL 74). Recorrido: CRF/PR. Conselheira Federal LÚCIA DE FÁTIMA SALES DA COSTA.16579. Recurso Administrativo nº 1541/2012. Nº. Originário: 50064/50/2012. Recorrente: DROGARIA SÃO PAULO S/A. Recorrido: CRF/SP. Conselheira Federal LÚCIA DE FÁTIMA SALES DA COSTA.16580. Recurso Administrativo nº 1542/2012. Nº. Originário: 41961/48/2012. Recorrente: DROGARIA SÃO PAULO S/A. Recorrido: CRF/SP. Conselheira Federal LÚCIA DE FÁTIMA SALES DA COSTA.16581. Recurso Administrativo nº 1543/2012. Nº. Originário: 35534/46/2012. Recorrente: VANUSA SOUZA FIGUEIREDO ITANHAEM ME. Recorrido: CRF/SP. Conselheira Federal LÚCIA DE FÁTIMA SALES DA COSTA.16582. Recurso Administrativo nº 1544/2012. Nº. Originário: 5221/52/2012. Recorrente: DROGARIA SÃO PAULO S/A. Recorrido: CRF/SP. Conselheira Federal LÚCIA DE FÁTIMA SALES DA COSTA.16583. Recurso Administrativo nº 1545/2012. Nº. Originário: 45236/49/2012. Recorrente: ORGANIZAÇÃO FARMACEÛTICA DROGÃO LTDA. Recorrido: CRF/SP. Conselheira Federal LÚCIA DE FÁTIMA SALES DA COSTA.16584. Recurso Administrativo nº 1546/2012. Nº. Originário: 30577/51/2012. Recorrente: ORGANIZAÇÃO FARMACEÛTICA DROGÃO LTDA. Recorrido: CRF/SP. Conselheira Federal LÚCIA DE FÁTIMA SALES DA COSTA.16590. Recurso Administrativo nº 52/2012. Nº. Originário: I-5403/2011. Recorrente: DROGARIA E FARMÁCIA PRINCE LTDA ME. Recorrido: CRF/SC. Conselheiro Federal LUCIANO MARTINS RENA.16591. Recurso Administrativo nº 53/2012. Nº. Originário: I-5363/2011. Recorrente: DIMED S/A DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS. Recorrido: CRF/SC. Conselheiro Federal LUCIANO MARTINS RENA.16592. Recurso Administrativo nº 54/2012. Nº. Originário: I-6034/2011. Recorrente: DÉBORA DOS REIS E CIA LTDA ME. Recorrido: CRF/SC. Conselheiro Federal LUCIANO MARTINS RENA.16593. Recurso Administrativo nº 376/2012. Nº. Originário: 1334/2010. Recorrente: FARMÁCIA JANGA MEDICAMENTOS GENERICOS E SIMILARES. Recorrido: CRF/PE. Conselheiro Federal LUCIANO MARTINS RENA.16594. Recurso Administrativo nº 382/2012. Nº. Originário: 1122/2010. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO ALFREDO. Recorrido: CRF/PE. Conselheiro Federal LUCIANO MARTINS RENA.16595. Recurso Administrativo nº 385/2012. Nº. Originário: 0094/2011. Recorrente: FREIRE & SILVESTRE LTDA. Recorrido: CRF/PE. Conselheiro Federal LUCIANO MARTINS RENA.16596. Recurso Administrativo nº 386/2012. Nº. Originário: 0248/2011. Recorrente: A.R.VASCONCELOS PRODUTOS FAMACÊUTICOS LTDA. Recorrido: CRF/PE. Conselheiro Federal LUCIANO MARTINS RENA.16597. Recurso Administrativo nº 559/2012. Nº. Originário: 72389/2010. Recorrente: FARMÁCIA RIO LTDA EPP. Recorrido: CRF/PR. Conselheiro Federal LUCIANO MARTINS RENA.16598. Recurso Administrativo nº 562/2012. Nº. Originário: 75150/2011. Recorrente: M A DE ALMEIDA W BRAZ ME. Recorrido: CRF/PR. Conselheiro Federal LUCIANO MARTINS RENA.16599. Recurso Administrativo nº 566/2012. Nº. Originário: 75720/2011. Recorrente: HENNING & PAULI LTDA. Recorrido: CRF/PR. Conselheiro Federal LUCIANO MARTINS RENA.16600. Recurso Administrativo nº 564/2012. Nº. Originário: 75110/2010. Recorrente: M A DE ALMEIDA W BRAZ ME. Recorrido: CRF/PR. Conselheiro Federal LUCIANO MARTINS RENA.16601. Recurso Administrativo nº 680/2012. Nº. Originário: 599/2010. Recorrente: JOVANE GROSZ AMADOR. Recorrido: CRF/RS. Conselheiro Federal LUCIANO MARTINS RENA.16602. Recurso Administrativo nº 685/2012. Nº. Originário: 1408/2010. Recorrente: FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO ESPECIAL RS - FPE. Recorrido: CRF/RS. Conselheiro Federal LUCIANO MARTINS RENA.16603. Recurso Administrativo nº 918/2012. Nº. Originário: 72179/2010. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAI DO SUL. Recorrido: CRF/PR. Conselheiro Federal LUCIANO MARTINS RENA.16604. Recurso Administrativo nº 921/2012. Nº. Originário: 75844/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM TÁVORA. Recorrido: CRF/PR. Conselheiro Federal LUCIANO MARTINS RENA.16605. Recurso Administrativo nº 924/2012. Nº. Originário: 75773/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO BELTRÃO. Recorrido: CRF/PR. Conselheiro Federal LUCIANO MARTINS RENA.16606. Recurso Administrativo nº 927/2012. Nº. Originário: 74648/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAÍMA. Recorrido: CRF/PR. Conselheiro Federal LUCIANO MARTINS RENA.16607. Recurso Administrativo nº 975/2012. Nº. Originário: 75740/2011. Recorrente: FARMÁCIA E DROG. NISSEI LTDA (FILIAL 175). Recorrido: CRF/PR. Conselheiro Federal LUCIANO MARTINS RENA.16608. Recurso Administrativo nº 982/2012. Nº. Originário: 77519/2011. Recorrente: SALUTE COM. DE MEDICAMENTOS LTDA EPP(FILIAL 02). Recorrido: CRF/PR. Conselheiro Federal LUCIANO MARTINS RENA.16609. Recurso Administrativo nº 983/2012. Nº. Originário: 75816/2011. Recorrente: ANDRESSA CARVALHO DOMICIANO. Recorrido: CRF/PR. Conselheiro Federal LUCIANO MARTINS RENA.16610. Recurso Administrativo nº 984/2012. Nº. Originário: 75823/2011. Recorrente: ELTON LUIZ & CIA LTDA. Recorrido: CRF/PR. Conselheiro Federal LUCIANO MARTINS RENA.16611. Recurso Administrativo nº 1009/2012. Nº. Originário: 75820/2011. Recorrente: RODACKI E RODRIGUES LTDA. Recorrido: CRF/PR. Conselheiro Federal LUCIANO MARTINS RENA.16612. Recurso Administrativo nº 1010/2012. Nº. Originário: 75836/2011. Recorrente: MA DE ALMEIDA W BRAZ ME. Recorrido: CRF/PR. Conselheiro Federal LUCIANO MARTINS RENA.16613. Recurso Administrativo nº 1011/2012. Nº. Originário: 75824/2011. Recorrente: MA DE ALMEIDA W BRAZ ME. Recorrido: CRF/PR. Conselheiro Federal LUCIANO MARTINS RENA.16614. Recurso Administrativo nº 1026/2012. Nº. Originário: 76674/2011. Recorrente: LABAN LAB. DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA. Recorrido: CRF/PR. Conselheiro Federal LUCIANO MARTINS RENA.16615. Recurso Administrativo nº 1047/2012. Nº. Originário: 77108/2012. Recorrente: FARMÁCIA E DROGARIA NISSEI LTDA (FILIAL 51). Recorrido: CRF/PR. Conselheiro Federal LUCIANO MARTINS RENA.16616. Recurso Administrativo nº 1049/2012. Nº. Originário: 77058/2011. Recorrente: GHEDIN MANFROI & CIA LTDA ME. Recorrido: CRF/PR. Conselheiro Federal LUCIANO MARTINS RENA.16617. Recurso Administrativo nº 1054/2012. Nº. Originário: 77518/2011. Recorrente: CIA LATINO AMERICANA DE MEDICAMENTOS. Recorrido: CRF/PR. Conselheiro Federal LUCIANO MARTINS RENA.16618. Recurso Administrativo nº 1056/2012. Nº. Originário: 76680/2011. Recorrente: HOSP. GERAL DA TRIPLICE FRONTEIRA LTDA. Recorrido: CRF/PR. Conselheiro Federal LUCIANO MARTINS RENA.16619. Recurso Administrativo nº 1467/2012. Nº. Originário: 603/2010. Recorrente: CAMPOS & LIMA LTDA. Recorrido: CRF/RS. Conselheiro Federal LUCIANO MARTINS RENA.16620. Recurso Administrativo nº 1468/2012. Nº. Originário: 622/2011. Recorrente: AIDA DA SILVA MULLER. Recorrido: CRF/RS. Conselheiro Federal LUCIANO MARTINS RENA.16621. Recurso Administrativo nº 1469/2012. Nº. Originário: 1362/2010. Recorrente: BOLGENHAGEN E BRENNER LTDA. Recorrido: CRF/RS. Conselheiro Federal LUCIANO MARTINS RENA.16622. Recurso Administrativo nº 1470/2012. Nº. Originário: 637/2011. Recorrente: ROSA HELENA CERUTTI DAZZI & CIA LTDA. Recorrido: CRF/RS. Conselheiro Federal LUCIANO MARTINS RENA.16623. Recurso Administrativo nº 393/2012. Nº. Originário: 0439/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPOJUCA. Recorrido: CRF/PE. Conselheira Federal MARÍLIA COELHO CUNHA.16624. Recurso Administrativo nº 395/2012. Nº. Originário: 0822/2011. Recorrente: LAB. FARMACÊUTICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO GOVERNADOR MIGUEL ARRAES S.A - LAFEPE. Recorrido: CRF/PE. Conselheira Federal MARÍLIA COELHO CUNHA.16625. Recurso Administrativo nº 396/2012. Nº. Originário: 0515/2011. Recorrente: LAB. FARMACÊUTICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO GOVERNADOR MIGUEL ARRAES S.A - LAFEPE. Recorrido: CRF/PE. Conselheira Federal MARÍLIA COELHO CUNHA.16626. Recurso Administrativo nº 567/2012. Nº. Originário: 75108/2010. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA. Recorrido: CRF/PR. Conselheira Federal MARÍLIA COELHO CUNHA.16627. Recurso Administrativo nº 568/2012. Nº. Originário: 75621/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA. Recorrido: CRF/PR. Conselheira Federal MARÍLIA COELHO CUNHA.16628. Recurso Administrativo nº 570/2012. Nº. Originário: 75811/2011. Recorrente: FARMÁCIA PROCOFARMA LTDA ME. Recorrido: CRF/PR. Conselheira Federal MARÍLIA COELHO CUNHA.16629. Recurso Administrativo nº 571/2012. Nº. Originário: 75715/2011. Recorrente: FARMÁCIA HOMEOPÁTICA BOTICA DA SAÚDE LTDA. Recorrido: CRF/PR. Conselheira Federal MARÍLIA COELHO CUNHA.16630. Recurso Administrativo nº 686/2012. Nº. Originário: 1404/2010. Recorrente: COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA. Recorrido: CRF/RS. Conselheira Federal MARÍLIA COELHO CUNHA.16631. Recurso Administrativo nº 687/2012. Nº. Originário: 1597/2010. Recorrente: COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA. Recorrido: CRF/RS. Conselheira Federal MARÍLIA COELHO CUNHA.16632. Recurso Administrativo nº 688/2012. Nº. Originário: 1402/2010. Recorrente: COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA. Recorrido: CRF/RS. Conselheira Federal MARÍLIA COELHO CUNHA.16633. Recurso Administrativo nº 689/2012. Nº. Originário: 1405/2010. Recorrente: COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA. Recorrido: CRF/RS. Conselheira Federal MARÍLIA COELHO CUNHA.16634. Recurso Administrativo nº 930/2012. Nº. Originário: 72448/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTRO. Recorrido: CRF/PR. Conselheira Federal MARÍLIA COELHO CUNHA.16635. Recurso Administrativo nº 931/2012. Nº. Originário: 75761/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO. Recorrido: CRF/PR. Conselheira Federal MARÍLIA COELHO CUNHA.16636. Recurso Administrativo nº 955/2012. Nº. Originário: 77052/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO. Recorrido: CRF/PR. Conselheira Federal MARÍLIA COELHO CUNHA.16637. Recurso Administrativo nº 958/2012. Nº. Originário: 75752/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBATAÍ DO SUL. Recorrido: CRF/PR. Conselheira Federal MARÍLIA COELHO CUNHA.16638. Recurso Administrativo nº 1029/2012. Nº. Originário: 77524/2011. Recorrente: CÍNTIA DOMINO SANTOS FARMÁCIA ME. Recorrido: CRF/PR. Conselheira Federal MARÍLIA COELHO CUNHA.16639. Recurso Administrativo nº 1031/2012. Nº. Originário: 75834/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL SANTA CECÍLIA PAVÃO ME. Recorrido: CRF/PR. Conselheira Federal MARÍLIA COELHO CUNHA.16640. Recurso Administrativo nº 1034/2012. Nº. Originário: 76796/2012. Recorrente: FARMACIA E DROGARIA NISSEI LTDA (FILIAL 108). Recorrido: CRF/PR. Conselheira Federal MARÍLIA COELHO CUNHA.16641. Recurso Administrativo nº 1035/2012. Nº. Originário:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

76942/2012. Recorrente: RIBEIRO E CASTRO COM. DE PROD. FARMAC. LTDA ME. Recorrido: CRF/PR. Conselheira Federal MARÍLIA COELHO CUNHA.16642. Recurso Administrativo nº 1390/2011. Nº. Originário: 52199/139/2011. Recorrente: SOCIEDADE AMIGOS BAIRRO PARQUE LIBERDADE . Recorrido: CRF/SP. Conselheira Federal MARÍLIA COELHO CUNHA.16643. Recurso Administrativo nº 1392/2011. Nº. Originário: 49086/177/2011. Recorrente: UNIMED SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - COOP. TRAB. MÉDICO. Recorrido: CRF/SP. Conselheira Federal MARÍLIA COELHO CUNHA.16644. Recurso Administrativo nº 25/2012. Nº. Originário: 2116/2011. Recorrente: IMIFARMA PROD. FARMACÊUTICOS E COSMETICOS S/A. Recorrido: CRF/PA. Conselheiro Federal RICARDO FERREIRA NANTES.16645. Recurso Administrativo nº 398/2012. Nº. Originário: 0350/2011. Recorrente: LAB. FARMACÊUTICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO GOVERNADOR MIGUEL ARRAES S/A - LAFEPE. Recorrido: CRF/PE. Conselheiro Federal RICARDO FERREIRA NANTES.16646. Recurso Administrativo nº 399/2012. Nº. Originário: 52024/183/2011. Recorrente: DROGARIA SÃO PAULO S/A. Recorrido: CRF/SP. Conselheiro Federal RICARDO FERREIRA NANTES.16647. Recurso Administrativo nº 400/2012. Nº. Originário: 38664/189/2011. Recorrente: DSI DROGARIA LTDA(DROGAQUINZE). Recorrido: CRF/SP. Conselheiro Federal RICARDO FERREIRA NANTES.16648. Recurso Administrativo nº 418/2012. Nº. Originário: 17718/186/2011. Recorrente: DROGARIA SÃO PAULO S/A. Recorrido: CRF/SP. Conselheiro Federal RICARDO FERREIRA NANTES.16649. Recurso Administrativo nº 575/2012. Nº. Originário: 72403/2011. Recorrente: FARMÁCIA RIO LTDA EPP. Recorrido: CRF/PR. Conselheiro Federal RICARDO FERREIRA NANTES.16650. Recurso Administrativo nº 579/2012. Nº. Originário: 75756/2011. Recorrente: VALMIR PEREIRA & CIA LTDA EPP. Recorrido: CRF/PR. Conselheiro Federal RICARDO FERREIRA NANTES.16651. Recurso Administrativo nº 582/2012. Nº. Originário: 75504/2011. Recorrente: HL - MED LTDA EPP (FILIAL 03). Recorrido: CRF/PR. Conselheiro Federal RICARDO FERREIRA NANTES.16652. Recurso Administrativo nº 585/2012. Nº. Originário: 76609/2011. Recorrente: I C DE FARIAS FARMÁCIA E DROGARIA ME. Recorrido: CRF/PR. Conselheiro Federal RICARDO FERREIRA NANTES.16653. Recurso Administrativo nº 690/2012. Nº. Originário: 1601/2010. Recorrente: COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA. Recorrido: CRF/RS. Conselheiro Federal RICARDO FERREIRA NANTES.16654. Recurso Administrativo nº 691/2012. Nº. Originário: 1399/2010. Recorrente: COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA. Recorrido: CRF/RS. Conselheiro Federal RICARDO FERREIRA NANTES.16655. Recurso Administrativo nº 692/2012. Nº. Originário: 1316/2010. Recorrente: COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA. Recorrido: CRF/RS. Conselheiro Federal RICARDO FERREIRA NANTES.16656. Recurso Administrativo nº 696/2012. Nº. Originário: 20886/2011. Recorrente: DROGARIA PINHEIRENSE LTDA ME Recorrido: CRF/ES. Conselheiro Federal RICARDO FERREIRA NANTES.16657. Recurso Administrativo nº 962/2012. Nº. Originário: 76310/2011. Recorrente: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MERCEDES. Recorrido: CRF/PR. Conselheiro Federal RICARDO FERREIRA NANTES.16658. Recurso Administrativo nº 967/2012. Nº. Originário: 74398/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ. Recorrido: CRF/PR. Conselheiro Federal RICARDO FERREIRA NANTES.16659. Recurso Administrativo nº 970/2012. Nº. Originário: 75954/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ. Recorrido: CRF/PR. Conselheiro Federal RICARDO FERREIRA NANTES.16660. Recurso Administrativo nº 973/2012. Nº. Originário: 76211/2011. Recorrente: FARMACIA E DROGARIA NISSEI LTDA (FILIAL 165). Recorrido: CRF/PR. Conselheiro Federal RICARDO FERREIRA NANTES.16661. Recurso Administrativo nº 1037/2012. Nº. Originário: 76214/2011. Recorrente: FARMACIA A ITHALIKHA LTDA ME. Recorrido: CRF/PR. Conselheiro Federal RICARDO FERREIRA NANTES.16662. Recurso Administrativo nº 1040/2012. Nº. Originário: 75786/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBIRA. Recorrido: CRF/PR. Conselheiro Federal RICARDO FERREIRA NANTES.16663. Recurso Administrativo nº 1042/2012. Nº. Originário: 75795/2012. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBIRA. Recorrido: CRF/PR. Conselheiro Federal RICARDO FERREIRA NANTES.16664. Recurso Administrativo nº 1045/2012. Nº. Originário: 75978/2011. Recorrente: FARMÁCIA DROGAACEMA LTDA ME. Recorrido: CRF/PR. Conselheiro Federal RICARDO FERREIRA NANTES.16665. Recurso Administrativo nº 1384/2011. Nº. Originário: 28078/196/2011. Recorrente: DROG. SÃO PAULO S/A. Recorrido: CRF/SP. Conselheiro Federal RICARDO FERREIRA NANTES.16666. Recurso Administrativo nº 1389/2011. Nº. Originário: 47018/115/2011. Recorrente: PREF.MUN, DOIS CORREGOS. Recorrido: CRF/SP. Conselheiro Federal RICARDO FERREIRA NANTES.16667. Recurso Administrativo nº 1452/2012. Nº. Originário: 22/2012. Recorrente: J V Q DE OLIVEIRA - ME. Recorrido: CRF/AP. Conselheiro Federal RICARDO FERREIRA NANTES.16668. Processo Administrativo nº 328/2011. Nº Originário: 0119/2011. Recorrente: LABORATÓRIO FARMACÊUTICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO - LAFEPE. Recorrido: CRF/PE. Relatora: Conselheira Federal ANA PAULA DE ALMEIDA QUEIROZ. Ementa: Recurso Administrativo. As empresas e estabelecimentos farmacêuticos são obrigados a manter responsável técnico, o não atendimento de tal requisito implica funcionamento irregular do estabelecimento e violação ao artigo 24 da Lei n.º 3.820/60. Princípio da razoabilidade. Justificativa acatada. Recurso conhecido e provido. Conclusão: Vistos e analisados os presentes Autos, decide o Plenário do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, pelo CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO RECURSO, reformando-se a decisão do CRF recorrido, nos termos do voto da Relatora e da decisão da 1ª Câmara, que faz parte integrante deste julgado.No processo abaixo relacionado, decide a 1ª Câmara do Conselho Federal de Farmácia proferir, por unanimidade de votos, idêntico julgado ao acórdão nº 16668, consoante acórdãos:16669. Recurso Administrativo nº 527/2012. Nº. Originário: 75180/2010. Recorrente: G P OLIVEIRA & CIA LTDA ME. Recorrido: CRF/PR. Conselheira Federal ANA PAULA DE ALMEIDA QUEIROZ.16670. Recurso Administrativo nº 1380/2011. Nº. Originário: 49086/114/2011. Recorrente: UNIMED SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - COOP. DE TRAB MÉDICO. Recorrido: CRF/SP. Conselheira Federal LÚCIA DE FÁTIMA SALES DA COSTA.16671. Recurso Administrativo nº 389/2012. Nº. Originário: 120/2011. Recorrente: LABORATÓRIO FARMACÊUTICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO GOVERNADOR MIGUEL ARRAES S.A - LAFEPE. Recorrido: CRF/PE. Conselheira Federal MARÍLIA COELHO CUNHA.16672. Processo Administrativo nº 1454/2012. Nº Originário: 166/2011. Recorrente: CATIUCE C MACHADO - ME. Recorrido: CRF/AP. Relatora: Conselheira Federal ANA PAULA DE ALMEIDA QUEIROZ. Ementa: Infringência ao artigo 24 da Lei n.º 3.820/60. Recurso não conhecido, por intempestividade. Conclusão: Vistos e analisados os presentes Autos, decide o Plenário do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, pelo NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO POR INTEMPESTIVIDADE, nos termos do voto da Relatora e da decisão da 1ª Câmara, que faz parte integrante deste julgado.No processo abaixo relacionado, decide a 1ª Câmara do Conselho Federal de Farmácia proferir, por unanimidade de votos, idêntico julgado ao acórdão nº 16672, consoante acórdão:16673. Recurso Administrativo nº 678/2012. Nº. Originário: 1486/2010. Recorrente: LEA CARLA FELLINI. Recorrido: CRF/RS. Conselheiro Federal LUCIANO MARTINS RENA.

16674. Recurso Administrativo nº 56/2012. Nº. Originário: I-3660/2010. Recorrente: DROGARIA CAPINZAL LTDA - EPP. Recorrido: CRF/SC. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES. Ementa: As empresas que exercem atividades farmacêuticas devem provar perante os Conselhos de Farmácia que exercem-nas por meio de profissionais habilitados e registrados. Inteligência do artigo 24 da Lei 3.820/60. Improvimento do Recurso. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do Relator e da decisão da 2ª Câmara, que encontra-se inserto na Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado. Nos processos abaixo relacionados, decide a 2ª Câmara do Conselho Federal de Farmácia proferir, por unanimidade de votos, idêntico julgado ao acórdão nº 16674, consoante acórdãos:16675. Recurso Administrativo nº 57/2012. Nº. Originário: I-5577/2011. Recorrente: DEBORA DOS REIS E CIA LTDA ME. Recorrido: CRF/SC. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.16676. Recurso Administrativo nº 58/2012. Nº. Originário: I-5882/2011. Recorrente: FARMANAZ FARMÁCIA E DROGARIA LTDA. Recorrido: CRF/SC. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.16677. Recurso Administrativo nº 59/2012. Nº. Originário: I-5213/2011. Recorrente: DIMED S/A DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS. Recorrido: CRF/SC. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.16678. Recurso Administrativo nº 152/2012. Nº. Originário: 829/2010. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.16679. Recurso Administrativo nº 154/2012. Nº. Originário: 606/2010. Recorrente: DROGARIA OLIVEIRA GARCIA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.16680. Recurso Administrativo nº 155/2012. Nº. Originário: 616/2010. Recorrente: DROGARIA. LEANDRO LTDA ME. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.16681. Recurso Administrativo nº 178/2012. Nº. Originário: 1119/2008. Recorrente: DROG. PREZUFARMA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.16682. Recurso Administrativo nº 180/2012. Nº. Originário: 802/2010. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.16683. Recurso Administrativo nº 367/2012. Nº. Originário: 913/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE COSTA - FP (MUNICÍPIO DE RESENDE COSTA). Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.16684. Recurso Administrativo nº 368/2012. Nº. Originário: 434/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM - FP PETROVALE (MUNICÍPIO DE BETIM). Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.16685. Recurso Administrativo nº 369/2012. Nº. Originário: 125/2011. Recorrente: DROGARIA MATHEUS LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.16686. Recurso Administrativo nº 370/2012. Nº. Originário: 911/2010. Recorrente: DROGARIA CRISTAL LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.16687. Recurso Administrativo nº 405/2012. Nº. Originário: 426/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM - FP VI CRISTINA. (MUNICÍPIO DE BETIM). Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.16688. Recurso Administrativo nº 406/2012. Nº. Originário: 212/2011. Recorrente: DROGARIA E PERFUMARIA SILVA LOBO LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.16689. Recurso Administrativo nº 407/2012. Nº. Originário: 189/2011. Recorrente: ELPHARMA LTDA - FILIAL. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.16690. Recurso Administrativo nº 408/2012. Nº. Originário: 1060/2011. Recorrente: DROGARIA AMARAL LTDA - FILIAL. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.16691. Recurso Administrativo nº 435/2012. Nº. Originário: 239/2011. Recorrente: DENTAL INOVA EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MÉDICOS. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.16692. Recurso Administrativo nº 437/2012. Nº. Originário: 241/2011. Recorrente: DROGARIA E PERFUMARIA LORRAINE LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.16693. Recurso Administrativo nº 439/2012. Nº. Originário: 532/2011. Recorrente: DROGARIA DO LÚ LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.16694. Recurso Administrativo nº 441/2012. Nº. Originário: 621/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO - FP ANA MOURA. (MUNICÍPIO DE TIMÓTEO). Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.16695. Recurso Administrativo nº 60/2012. Nº. Originário: I-4589/2010. Recorrente: FARMÁCIA RACHADEL LTDA - ME. Recorrido: CRF/SC. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.16697. Recurso Administrativo nº 62/2012. Nº. Originário: I-3788/2010. Recorrente: DROGARIA ROSSO LTDA. Recorrido: CRF/SC. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.16698. Recurso Administrativo nº 63/2012. Nº. Originário: I-4846/2010. Recorrente: CARDOSO, SANTOS LTDA EPP. Recorrido: CRF/SC. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.16699. Recurso Administrativo nº 64/2012. Nº. Originário: I-5298/2011. Recorrente: DIMED S/A DISRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS. Recorrido: CRF/SC. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.16700. Recurso Administrativo nº 156/2012. Nº. Originário: 882/2010. Recorrente: FARMÁCIA EMMANUEL MONTEIRO LTDA - ME. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.16701. Recurso Administrativo nº 157/2012. Nº. Originário: 1197/2010. Recorrente: GMR FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.16702. Recurso Administrativo nº 158/2012. Nº. Originário: 806/2010. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.16703. Recurso Administrativo nº 159/2012. Nº. Originário: 833/2010. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.16704. Recurso Administrativo nº 181/2012. Nº. Originário: 910/2010. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.16705. Recurso Administrativo nº 182/2012. Nº. Originário: 4654/2009. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.16706. Recurso Administrativo nº 183/2012. Nº. Originário: 2468/2010. Recorrente: OLIVEIRA E SANTOS DROGARIA LTDA S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.16707. Recurso Administrativo nº 184/2012. Nº. Originário: 629/2010. Recorrente: S M DA SILVA DIAS FARMÁCIA E PERFUMARIA ME. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.16708. Recurso Administrativo nº 346/2012. Nº. Originário: 16/2011. Recorrente: EMPRENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A - FILIAL UDI - JOÃO NAVES. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.16709. Recurso Administrativo nº 347/2012. Nº. Originário: 707/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE SABINÓPOLIS - FP (MUNICÍPIO DE SABINÓPOLIS). Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.16710. Recurso Administrativo nº 348/2012. Nº. Originário: 250/2011. Recorrente: NILON MACEDO DROGARIA LTDA - ME. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.16711. Recurso Administrativo nº 372/2012. Nº. Originário: 158/2011. Recorrente: DROGARIA E PERFUMARIA SANTA TEREZA LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.16712. Recurso Administrativo nº 373/2012. Nº. Originário: 215/2010. Recorrente: DROGARIA OLIVEIRA BARROZO LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.16713. Recurso Administrativo nº 374/2012. Nº. Originário: 938/2010. Recorrente: J JAC DROGARIA LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.16714. Recurso Administrativo nº 409/2012. Nº. Originário: 106/2011. Recorrente: DROGRARIAS PACHECO S/A - FILIAL ELDORADO. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.16715. Recurso Administrativo nº 410/2012. Nº. Originário: 157/2010. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE JURAMENTO - FH (MUNICÍPIO DE JURAMENTO). Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.16716. Recurso Administrativo nº 411/2012. Nº. Originário: 496/2011. Recorrente: DROGARIA ITAMBÉ LTDA - ME. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.16717. Recurso Administrativo nº 412/2012. Nº. Originário: 102/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI - FP (MUNICÍPIO DE ARAGUARI). Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.16718. Recurso Administrativo nº 446/2012. Nº. Originário: 1141/2011. Recorrente: DROGARIA DIVINOLÂNDIA LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.16719. Recurso Administrativo nº 449/2012. Nº. Originário: 81/2011. Recorrente: DROGARIA R & S LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.16720. Recurso Administrativo nº 450/2012. Nº. Originário: 1079/2011. Recorrente: S.R DROGARIA E PERFUMARIA LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.16721. Recurso Administrativo nº 452/2012. Nº. Originário: 871/2011. Recorrente: DROGARIA BELO AURORA LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.16722. Recurso Administrativo nº 66/2012. Nº. Originário: I-5814/2011. Recorrente: FARMÁCIA CORAÇÃO DE JESUS LTDA - ME. Recorrido: CRF/SC. Relatora: Conselheira Federal MARIA JOSÉ SARTÓRIO. 16723. Recurso Administrativo nº 68/2012. Nº. Originário: I-4955/2011. Recorrente: FRANCISCA LÍDIA DE SOUZA - ME. Recorrido: CRF/SC. Relatora: Conselheira Federal MARIA JOSÉ SARTÓRIO. 16724. Recurso Administrativo nº 69/2012. Nº. Originário: I-4358/2010. Recorrente: DIMED S/A DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS - ME. Recorrido: CRF/SC. Relatora: Conselheira Federal MARIA JOSÉ SARTÓRIO. 16725. Recurso Administrativo nº 71/2012. Nº. Originário: I-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

5865/2011. Recorrente: FARMÁCIA SOL DA TERRA LTDA. Recorrido: CRF/SC. Relatora: Conselheira Federal MARIA JOSÉ SARTÓRIO. 16726. Recurso Administrativo nº 160/2012. Nº. Originário: 804/2010. Recorrente: DROGARIA ESTRELAS DE SANTA ROSA 2008 LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal MARIA JOSÉ SARTÓRIO. 16727. Recurso Administrativo nº 162/2012. Nº. Originário: 875/2010. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal MARIA JOSÉ SARTÓRIO.16728. Recurso Administrativo nº 163/2012. Nº. Originário: 2526/2009. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal MARIA JOSÉ SARTÓRIO. 16729. Recurso Administrativo nº 186/2012. Nº. Originário: 490/2010. Recorrente: DROGARIA ROBINHO AND RAI LTDA - ME. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal MARIA JOSÉ SARTÓRIO. 16730. Recurso Administrativo nº 188/2012. Nº. Originário: 602/2010. Recorrente: JULIANA BOTELHO LIMA E SILVA - ME. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal MARIA JOSÉ SARTÓRIO. 16731. Recurso Administrativo nº 349/2012. Nº. Originário: 447/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM - PC USB TRINCHEIRA (MUNICÍPIO DE BETIM). Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal MARIA JOSÉ SARTÓRIO. 16732. Recurso Administrativo nº 350/2012. Nº. Originário: 264/2011. Recorrente: ROSA E FILHO COMÉRCIO LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal MARIA JOSÉ SARTÓRIO. 16733. Recurso Administrativo nº 351/2012. Nº. Originário: 521/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME - FP - DT AZURITA.(MUNICÍPIO DE MATEUS LEME). Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal MARIA JOSÉ SARTÓRIO.16734. Recurso Administrativo nº 352/2012. Nº. Originário: 904/2010. Recorrente: PHARMÁCIA SÓ NATURA LTDA - FILIAL 02. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal MARIA JOSÉ SARTÓRIO.16735. Recurso Administrativo nº 378/2012. Nº. Originário: 524/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM - PC - PETROVALE (MUNICÍPIO DE BETIM). Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal MARIA JOSÉ SARTÓRIO.16736. Recurso Administrativo nº 379/2012. Nº. Originário: 544/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA - FP VALE DO SOL (MUNICÍPIO DE IPATINGA). Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal MARIA JOSÉ SARTÓRIO.16737. Recurso Administrativo nº 380/2012. Nº. Originário: 133/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM - LAC - SETE DE SETEMBRO (MUNICÍPIO DE BETIM). Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal MARIA JOSÉ SARTÓRIO.16738. Recurso Administrativo nº 381/2012. Nº. Originário: 134/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM - FP - SETE DE SETEMBRO (MUNICÍPIO DE BETIM). Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal MARIA JOSÉ SARTÓRIO.16739. Recurso Administrativo nº 413/2012. Nº. Originário: 1066/2011. Recorrente: IRMÃOS MATTAR & CIA LTDA FILIAL 43. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal MARIA JOSÉ SARTÓRIO.16740. Recurso Administrativo nº 414/2012. Nº. Originário: 923/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADO - FP (MUNICÍPIO DE MACHADO). Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal MARIA JOSÉ SARTÓRIO.16741. Recurso Administrativo nº 415/2012. Nº. Originário: 501/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM - FP - SETE DE SETEMBRO (MUNICÍPIO DE BETIM). Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal MARIA JOSÉ SARTÓRIO.16742. Recurso Administrativo nº 416/2012. Nº. Originário: 38/2011. Recorrente: DROGARIA SANTO ANTÔNIO DE GUAXUPÉ LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal MARIA JOSÉ SARTÓRIO. 16743. Recurso Administrativo nº 454/2012. Nº. Originário: 1262/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPANHA - PC (MUNICÍPIO DE CAMPANHA). Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal MARIA JOSÉ SARTÓRIO.16744. Recurso Administrativo nº 455/2012. Nº. Originário: 1231/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DA MATA - LAC (MUNICÍPIO DE CARMO DA MATA). Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal MARIA JOSÉ SARTÓRIO.16745. Recurso Administrativo nº 456/2012. Nº. Originário: 1104/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVEIRÂNIA - FP (MUNICÍPIO DE SILVEIRÂNIA). Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal MARIA JOSÉ SARTÓRIO.16746. Recurso Administrativo nº 457/2012. Nº. Originário: 80/2011. Recorrente: DROGARIA E PERFUMARIA VERVLOET LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal MARIA JOSÉ SARTÓRIO.16747. Recurso Administrativo nº 79/2012. Nº. Originário: I-5876/2011. Recorrente: FARMÁCIA L.M. LTDA EPP. Recorrido: CRF/SC. Relatora: Conselheiro Federal JOSUÉ SHOSTACK.16748. Recurso Administrativo nº 81/2012. Nº. Originário: I-5820/2011. Recorrente: FARMÁCIA TRAMONTIN LTDA ME. Recorrido: CRF/SC. Relator: Conselheiro Federal JOSUÉ SHOSTACK.16749. Recurso Administrativo nº 83/2012. Nº. Originário: I-5308/2011. Recorrente: DIMED S/A DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS. Recorrido: CRF/SC. Relator: Conselheiro Federal JOSUÉ SHOSTACK.16750. Recurso Administrativo nº 85/2012. Nº. Originário: I-5781/2011. Recorrente: GUERRA FARMA LTDA. Recorrido: CRF/SC. Relatora: Conselheiro Federal JOSUÉ SHOSTACK.16751. Recurso Administrativo nº 167/2011. Nº. Originário: 153/2010. Recorrente: DROGARIA DONA JULIANA LTDA - FILIAL. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal JOSUÉ SHOSTACK.16752. Recurso Administrativo nº 169/2012. Nº. Originário: 1066/2010. Recorrente: DROGARIA COPAFARMA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSUÉ SHOSTACK.16753. Recurso Administrativo nº 170/2012. Nº. Originário: 2457/2010. Recorrente: FARM. NOVA JERUSALÉM DA PENHA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSUÉ SHOSTACK.16754. Recurso Administrativo nº 171/2012. Nº. Originário: 2455/2010. Recorrente: ALSI FARMA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSUÉ SHOSTACK.16755. Recurso Administrativo nº 172/2012. Nº. Originário: 519/2010. Recorrente: DROG. AMERICANA DE BARRA DO PIRAÍ LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSUÉ SHOSTACK.16756. Recurso Administrativo nº 193/2012. Nº. Originário: 901/2010. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSUÉ SHOSTACK.16757. Recurso Administrativo nº 194/2012. Nº. Originário: 1218/2010. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSUÉ SHOSTACK.16758. Recurso Administrativo nº 196/2012. Nº. Originário: 1323/2010. Recorrente: DROGARIA FARMALUX LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSUÉ SHOSTACK.16759. Recurso Administrativo nº 357/2012. Nº. Originário: 368/2011. Recorrente: ASSOC. EVANGÉLICA BENEFICENTE DE MINAS GERAIS - FP. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal JOSUÉ SHOSTACK.16760. Recurso Administrativo nº 358/2012. Nº. Originário: 502/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM - PC ALCIDES BRAZ (MUNICÍPIO DE BETIM). Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal JOSUÉ SHOSTACK.16761. Recurso Administrativo nº 359/2012. Nº. Originário: 17/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE - FP SÃO JOÃO 01 (MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE). Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal JOSUÉ SHOSTACK.16762. Recurso Administrativo nº 360/2012. Nº. Originário: 1108/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADO - FP SANTA LUZIA (MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA). Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal JOSUÉ SHOSTACK.16763. Recurso Administrativo nº 390/2012. Nº. Originário: 30/2011. Recorrente: DROGARIA E PERFUMARIA MÔNICA LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal JOSUÉ SHOSTACK.16764. Recurso Administrativo nº 391/2012. Nº. Originário: 13/2011. Recorrente: G.S.T. ALBANO & CIA LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal JOSUÉ SHOSTACK.16765. Recurso Administrativo nº 392/2012. Nº. Originário: 39/2011. Recorrente: EMERSON MELLON DO NASCIMENTIO. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal JOSUÉ SHOSTACK.16766. Recurso Administrativo nº 394/2012. Nº. Originário: 84/2011. Recorrente: SERMED - SERVIÇOS MÉDICOS DE UBERLÂNCIA S/C. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal JOSUÉ SHOSTACK.16767. Recurso Administrativo nº 422/2012. Nº. Originário: 15/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE - FP (MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE). Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal JOSUÉ SHOSTACK.16768. Recurso Administrativo nº 423/2012. Nº. Originário: 32/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE - FP CIDADE JARDIM (MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE). Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal JOSUÉ SHOSTACK.16769. Recurso Administrativo nº 424/2012. Nº. Originário: 392/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIO - LAC (MUNICÍPIO DE CLÁUDIO). Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal JOSUÉ SHOSTACK.16770. Recurso Administrativo nº 425/2012. Nº. Originário: 252/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM - PC USB DOM BOSCO (MUNICÍPIO DE BETIM). Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal JOSUÉ SHOSTACK.16771. Recurso Administrativo nº 462/2012. Nº. Originário: 17/2011. Recorrente: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS VIDA PLENA LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal JOSUÉ SHOSTACK.16772. Recurso Administrativo nº 463/2012. Nº. Originário: 52/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE DE MINAS - FP SANTO ANTONIO (MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DE MINAS). Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal JOSUÉ SHOSTACK.16773. Recurso Administrativo nº 464/2012. Nº. Originário: 19/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA - FP SÃO CRISTÓVÃO (MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA). Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal JOSUÉ SHOSTACK.16774. Recurso Administrativo nº 465/2012. Nº. Originário: 35/2011. Recorrente: QUEZIA FERREIRA DA COSTA (DROGARIA JOÃO NETO). Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal JOSUÉ SHOSTACK.16775. Recurso Administrativo nº 82/2012. Nº. Originário: I-5191/2011. Recorrente: ELIZABETH HERBERTS & CIA LTDA ME. Recorrido: CRF/SC. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.16776. Recurso Administrativo nº 87/2012. Nº. Originário: I-4940/2011. Recorrente: FARMÁCIA HERBERTS LTDA. Recorrido: CRF/SC. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.16777. Recurso Administrativo nº 89/2012. Nº. Originário: I-4453/2010. Recorrente: FARMÁCIA HERBERTS LTDA. Recorrido: CRF/SC. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.16778. Recurso Administrativo nº 330/2011. Nº. Originário: 7153/2010. Recorrente: SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MARANGUAPE (MUNICÍPIO DE MARANGUAPE). Recorrido: CRF/CE. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.16779. Recurso Administrativo nº 343/2011. Nº. Originário: 7162/2010. Recorrente: SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MARANGUAPE (MUNICÍPIO DE MARANGUAPE). Recorrido: CRF/CE. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.16780. Recurso Administrativo nº 348/2011. Nº. Originário: 7158/2010. Recorrente: SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MARANGUAPE (MUNICÍPIO DE MARANGUAPE). Recorrido: CRF/CE. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.16781. Recurso Administrativo nº 350/2011. Nº. Originário: 7161/2010. Recorrente: SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MARANGUAPE (MUNICÍPIO DE MARANGUAPE). Recorrido: CRF/CE. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.16782. Recurso Administrativo nº 351/2011. Nº. Originário: 7163/2010. Recorrente: SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MARANGUAPE (MUNICÍPIO DE MARANGUAPE). Recorrido: CRF/CE. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.16783. Recurso Administrativo nº 352/2011. Nº. Originário: 7154/2010. Recorrente: SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MARANGUAPE (MUNICÍPIO DE MARANGUAPE). Recorrido: CRF/CE. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.16784. Recurso Administrativo nº 353/2011. Nº. Originário: 7148/2010. Recorrente: SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MARANGUAPE (MUNICÍPIO DE MARANGUAPE). Recorrido: CRF/CE. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.16785. Recurso Administrativo nº 354/2011. Nº. Originário: 7156/2010. Recorrente: SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MARANGUAPE (MUNICÍPIO DE MARANGUAPE). Recorrido: CRF/CE. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.16786. Recurso Administrativo nº 355/2011. Nº. Originário: 7149/2010. Recorrente: SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MARANGUAPE (MUNICÍPIO DE MARANGUAPE). Recorrido: CRF/CE. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.16787. Recurso Administrativo nº 356/2011. Nº. Originário: 7152/2010. Recorrente: SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MARANGUAPE (MUNICÍPIO DE MARANGUAPE). Recorrido: CRF/CE. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.16788. Recurso Administrativo nº 361/2012. Nº. Originário: 34/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE - FP FAISQUEIRA (MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE). Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.16789. Recurso Administrativo nº 362/2012. Nº. Originário: 33/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE - FP BELO HORIZONTE (MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE). Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.16790. Recurso Administrativo nº 363/2012. Nº. Originário: 692/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA - FP ESPERANÇA II(MUNICÍPIO DE IPATINGA). Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.16791. Recurso Administrativo nº 366/2012. Nº. Originário: 867/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIODORA - FH (MUNICÍPIO DE HELIODORA). Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.16792. Recurso Administrativo nº 401/2012. Nº. Originário: 24/2011. Recorrente: R & F MED. PERF. LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.16793. Recurso Administrativo nº 402/2012. Nº. Originário: 93/2011. Recorrente: GONÇALVES E CIA LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.16794. Recurso Administrativo nº 403/2012. Nº. Originário: 7/2011. Recorrente: DROG. DROGA AMIGA LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.16795. Recurso Administrativo nº 404/2012. Nº. Originário: 261/2011. Recorrente: DAYRELL & COSTA LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.16796. Recurso Administrativo nº 428/2012. Nº. Originário: 510/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME - FP SERRA AZUL (MUNICÍPIO DE MATEUS LEME). Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.16797. Recurso Administrativo nº 430/2012. Nº. Originário: 123/2011. Recorrente: QUEIROZ E ANDRADE LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.16798. Recurso Administrativo nº 432/2012. Nº. Originário: 234/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM - FP GERALDINA AUGUSTA BRAGA (MUNICÍPIO DE BETIM). Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.16799. Recurso Administrativo nº 433/2012. Nº. Originário: 233/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM - FP HOMERO GIL (MUNICÍPIO DE BETIM). Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.16800. Recurso Administrativo nº 466/2012. Nº. Originário: 34/2011. Recorrente: OLIVEIRA & CALIL LTDA - FILIAL. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.16801. Recurso Administrativo nº 469/2012. Nº. Originário: 1030/2011. Recorrente: DROGARIA CLARET LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.16802. Recurso Administrativo nº 470/2012. Nº. Originário: 538/2011. Recorrente: DROGARIA ANDRADE E ASSIS LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.16803. Recurso Administrativo nº 472/2012. Nº. Originário: 585/2011. Recorrente: DROGA ANA LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.16804. Recurso Administrativo nº 1387/2011. Nº. Originário: 1194/116/2011. Recorrente: DIST. DROG. SETE IRMÃOS LTDA. Recorrido: CRF/SP. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.16805. Processo Administrativo nº 153/2012. Nº Originário: 4498/2009. Recorrente: JOCAST FARM E PERFUMARIA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES. Ementa: Infringência ao artigo 24 da Lei n.º 3.820/60. Recurso não conhecido, por intempestividade. Conclusão: Vistos e analisados os presentes Autos, decide o Plenário do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, pelo NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO POR INTEMPESTIVIDADE, nos termos do voto do Relator e da decisão da 2ª Câmara, que faz parte integrante deste julgado.No processo abaixo relacionado, decide a 2ª Câmara do Conselho Federal de Farmácia proferir, por unanimidade de votos, idêntico julgado ao acórdão nº 16805, consoante acórdão:16806. Recurso Administrativo nº 177/2012. Nº. Originário: 2893/2009. Recorrente: J M PEIXOTO BARCELOS DROGARIA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES.16807. Recurso Administrativo nº 161/2012. Nº. Originário: 870/2010. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal MARIA JOSÉ SARTÓRIO.16808. Recurso Administrativo nº

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

185/2012. Nº. Originário: 691/2010. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal MARIA JOSÉ SARTÓRIO.16809. Recurso Administrativo nº 187/2012. Nº. Originário: 1857/2010. Recorrente: CENTRO MÉDICO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal MARIA JOSÉ SARTÓRIO. 19810. Recurso Administrativo nº 195/2012. Nº. Originário: 1398/2010. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ (MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAÍ). Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSUÉ SHOSTACK.16811. Recurso Administrativo nº 179/2012. Nº. Originário: 2919/2010. Recorrente: FARMÁCIA CENTRAL DE NOVA IGUAÇU LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ÁLVARES. Ementa: Recurso Administrativo. As empresas e estabelecimentos farmacêuticos são obrigados a manter responsável técnico, o não atendimento de tal requisito implica funcionamento irregular do estabelecimento e violação ao artigo 24 da Lei n.º 3.820/60. Princípio da razoabilidade. Justificativa acatada. Recurso conhecido e provido. Conclusão: Vistos e analisados os presentes Autos, decide o Plenário do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, pelo CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO RECURSO, reformando-se a decisão do CRF recorrido, nos termos do voto do Relator e da decisão da 2ª Câmara, que faz parte integrante deste julgado.No processo abaixo relacionado, decide a 2ª Câmara do Conselho Federal de Farmácia proferir, por unanimidade de votos, idêntico julgado ao acórdão nº 16811, consoante acórdãos:16812. Recurso Administrativo nº 1383/2011. Nº. Originário: 8849/179/2011. Recorrente: FARMÁCIA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA DE MARÍLIA LTDA. Recorrido: CRF/SP. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.

16813. Processo Administrativo nº 50/2012. Nº Originário: 2944/2009. Recorrente: DROG. MANGUARIBA DE PACIÊNCIA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA. Ementa: Recurso Administrativo. Infringência ao artigo 24 da Lei n.º 3.820/60. Improvimento do Recurso. Conclusão: Vistos e analisados os presentes Autos, decide o Plenário do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, pelo CONHECIMENTO E IMPROVIMENTO DO RECURSO, nos termos do voto do Relator e da decisão da 3ª Câmara, que faz parte integrante da Ata da Sessão, deste julgado.Nos processos abaixo relacionados, decide a 3ª Câmara do Conselho Federal de Farmácia proferir, por unanimidade de votos, idêntico julgado ao acórdão nº16813, consoante acórdãos:16814. Recurso Administrativo nº 65/2012. Nº Originário: 3640/2009. Recorrente: EDAV DROG LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.16815. Recurso Administrativo nº 120/2012. Nº Originário: 557/2011. Recorrente: ACHILLEA FARM. MANIP. LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.16816. Recurso Administrativo nº 167/2012. Nº Originário: 3240/2010. Recorrente: DROGARIA MARSON LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.16817. Recurso Administrativo nº 218/2012. Nº Originário: 28/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE - FP DOS AFONSOS(MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE). Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.16818. Recurso Administrativo nº 219/2012. Nº Originário: 253/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM - PC USB ROGÉRIO GUSTAVO REZENDE(MUNICÍPIO DE BETIM). Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.16819. Recurso Administrativo nº 220/2012. Nº Originário: 251/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM - FP ANTÔNIO JOSÉ SALOMÃO(MUNICÍPIO DE BETIM). Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.16820. Recurso Administrativo nº 241/2012. Nº Originário: 8/2011. Recorrente: DROGARIA LAYARA CORRÊA LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.16821. Recurso Administrativo nº 242/2012. Nº Originário: 6/2011. Recorrente: DROGARIA MACHADO & MACHADO LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.16822. Recurso Administrativo nº 243/2012. Nº Originário: 70/2010. Recorrente: FARMÁCIA FELISBERTO E ABREU LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.16823. Recurso Administrativo nº 244/2012. Nº Originário: 250/2010. Recorrente: DROGARIA GURGEL NAKAMURA LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.16824. Recurso Administrativo nº 265/2012. Nº Originário: 2362/2009. Recorrente: M. C. MORETH LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.16825. Recurso Administrativo nº 266/2012. Nº Originário: 2759/2009. Recorrente: DROGARIA VIDA E PAZ LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.16826. Recurso Administrativo nº 267/2012. Nº Originário: 650/2010. Recorrente: FARMÁCIA AQUÁRIO LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.16827. Recurso Administrativo nº 268/2012. Nº Originário: 1228/2009. Recorrente: SEROPÉDICA SAÚDE DROGARIA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.16828. Recurso Administrativo nº 475/2012. Nº Originário: 570/2011. Recorrente: EXAME DIAGNÓSTICO LABORATORIAL LTDA - 24.840. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.16829. Recurso Administrativo nº 476/2012. Nº Originário: 1234/2011. Recorrente: ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE JECEABA - FH. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.16830. Recurso Administrativo nº 477/2012. Nº Originário: 79/2011. Recorrente: HOSPITAL SÃO JOÃO BATISTA DE ITAMOGI - FH. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.16831. Recurso Administrativo nº 479/2012. Nº Originário: 503/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPA DE BETIM - LAC - UAI - GUANABARA (MUNICÍPIO DE BETIM). Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.16832. Recurso Administrativo nº 509/2012. Nº Originário: 584/2010. Recorrente: FARMÁCIA SÃO PEDRO DE REALENGO LTDA Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.16833. Recurso Administrativo nº 510/2012. Nº Originário: 1666/2010. Recorrente: FARMÁCIA CAMPO BELO LTDA Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.16834. Recurso Administrativo nº 511/2012. Nº Originário: 1098/2010. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.16835. Recurso Administrativo nº 512/2012. Nº Originário: 1812/2009. Recorrente: DROGARIA SAÚDE BOM PREÇO LTDA - ME. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.16836. Recurso Administrativo nº 539/2012. Nº Originário: 4510/2009. Recorrente: FARMÁCIA JG DE NOVA CIDADE LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.16837. Recurso Administrativo nº 584/2012. Nº Originário: 4641/2009. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.16838. Recurso Administrativo nº 587/2012. Nº Originário: 4649/2009. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.16839. Recurso Administrativo nº 588/2012. Nº Originário: 4668/2009. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.16840. Recurso Administrativo nº 699/2012. Nº Originário: 12/2011. Recorrente: MARIA SCHWANCK DE SOUZA. Recorrido: CRF/RS. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.16841. Recurso Administrativo nº 1038/2011. Nº Originário: 7001/2011. Recorrente: MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO TOCANTINS. Recorrido: CRF/TO. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.16842. Recurso Administrativo nº 1039/2011. Nº Originário: 6984/2011. Recorrente: MUNICÍPIO DE GURUPI - PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE GURUPI. Recorrido: CRF/TO. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.16843. Recurso Administrativo nº 1041/2011. Nº Originário: 6982/2011. Recorrente: MUNICÍPIO DE GURUPI - UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA SEVILHA. Recorrido: CRF/TO. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.16844. Recurso Administrativo nº 1042/2011. Nº Originário: 20831/2011. Recorrente: CALLEGARI PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA. Recorrido: CRF/ES. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.16845. Recurso Administrativo nº 1584/2012. Nº Originário: 2262/2011. Recorrente: DROGA KAYS LTDA. Recorrido: CRF/GO. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.16846. Recurso Administrativo nº 1623/2009. Nº Originário: 1256/2008. Recorrente: FLORA IGUAÇU LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.16847. Recurso Administrativo nº 1628/2009. Nº Originário: 1346/2008. Recorrente: NOVA DROGA S. JOSÉ BELFORD ROXO LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.16848. Recurso Administrativo nº 67/2012. Nº Originário: 4455/2009. Recorrente: M.J. DA PENHA RODRIGUES FARMÁCIA-ME. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.16849. Recurso Administrativo nº 70/2012. Nº Originário: 2760/2009. Recorrente: FARMÁCIA ALDA DE MAGÉ LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.16850. Recurso Administrativo nº 72/2012. Nº Originário: 4291/2009. Recorrente: DROGARIA BELACHIC DE PILARES LTDA-ME. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.16851. Recurso Administrativo nº 168/2012. Nº Originário: 571/2011. Recorrente: RICARDO MATUCK PIRES DE OLIVEIRA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.16852. Recurso Administrativo nº 221/2012. Nº Originário: 201/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA - FP PASSAGEM DE MARIANA (MUNICÍPIO DE MARIANA). Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.16853. Recurso Administrativo nº 222/2012. Nº Originário: 15/2011. Recorrente: MÁRCIO REZENDE DE OLIVEIRA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.16854. Recurso Administrativo nº 223/2012. Nº Originário: 265/2008. Recorrente: DROGARIA SANTA TEREZINHA DE ARAGUARI LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.16855. Recurso Administrativo nº 245/2012. Nº Originário: 107/2011. Recorrente: HELENA ZÓZIMA KOULOURIS DRUMOND. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.16856. Recurso Administrativo nº 246/2012. Nº Originário: 425/2011. Recorrente: RED DROGARIA NEW SERRA LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.16857. Recurso Administrativo nº 247/2012. Nº Originário: 258/2010. Recorrente: SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CONQUISTA - FH. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.16858. Recurso Administrativo nº 248/2012. Nº Originário: 30/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE - FP CHAVES (MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE). Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.16859. Recurso Administrativo nº 269/2012. Nº Originário: 323/2010. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.16860. Recurso Administrativo nº 270/2012. Nº Originário: 4503/2009. Recorrente: DROGARIA ESTRELAS DE SANTA ROSA 2008 LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.16861. Recurso Administrativo nº 271/2012. Nº Originário: 4505/2009. Recorrente: FARMÁCIA COVANCA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.16862. Recurso Administrativo nº 272/2012. Nº Originário: 3385/2009. Recorrente: J.C.L. BARBOSA DROGARIA-ME. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.16863. Recurso Administrativo nº 480/2012. Nº Originário: 42/2011. Recorrente: DROGARIA REGINA II GG LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.16864. Recurso Administrativo nº 481/2012. Nº Originário: 48/2011. Recorrente: DROGARIA SARDOÁ LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.16865. Recurso Administrativo nº 482/2012. Nº Originário: 6/2011. Recorrente: DROGARIA RODRIGUES E RODRIGUES LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.16866. Recurso Administrativo nº 486/2012. Nº Originário: 3645/2009. Recorrente: DROGARIA COPAFARMA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.16867. Recurso Administrativo nº 515/2012. Nº Originário: 254/2010. Recorrente: MATTOS DIAS & CIA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.16868. Recurso Administrativo nº 516/2012. Nº Originário: 1580/2010. Recorrente: MEDIONCOL PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.16869. Recurso Administrativo nº 542/2012. Nº Originário: 4644/2009. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.16870. Recurso Administrativo nº 544/2012. Nº Originário: 1750/2009. Recorrente: NOSSA SENHORA DA TAQUARA DROGARIA E PERUMARIA LTDA ME. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.16871. Recurso Administrativo nº 546/2012. Nº Originário: 3116/2009. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.16872. Recurso Administrativo nº 591/2012. Nº Originário: 3975/2009. Recorrente: OFS RJ LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.16873. Recurso Administrativo nº 593/2012. Nº Originário: 2174/2009. Recorrente: LUIZ ANTONIO DA SILVA CIRINO DROGARIA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.16874. Recurso Administrativo nº 76/2012. Nº Originário: 4390/2009. Recorrente: DROGARIA DA PRATA DE BANGU LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.16875. Recurso Administrativo nº 80/2012. Nº Originário: 4687/2009. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.16876. Recurso Administrativo nº 86/2012. Nº Originário: 4667/2009. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal LENIRA A SILVA COSTA.16877. Recurso Administrativo nº 224/2012. Nº Originário: 367/2011. Recorrente: DROGARIA GÊNESE LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.16878. Recurso Administrativo nº 225/2012. Nº Originário: 410/2011. Recorrente: DROGARIA OLIVEIRENSE LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.16879. Recurso Administrativo nº 226/2012. Nº Originário: 43/2011. Recorrente: DROGATIM LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.16880. Recurso Administrativo nº 227/2012. Nº Originário: 898/2010. Recorrente: DROGARIA MATRIZ LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.16881. Recurso Administrativo nº 249/2012. Nº Originário: 18/2011. Recorrente: DROGARIA SARDOÁ LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.16882. Recurso Administrativo nº 251/2012. Nº Originário: 213/2010. Recorrente: DROGARIA PANORÂMICA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.16883. Recurso Administrativo nº 252/2012. Nº Originário: 38/2010. Recorrente: NEVES E OLIVEIRA DROGARIA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.16884. Recurso Administrativo nº 488/2012. Nº Originário: 2686/2009. Recorrente: DROGARIA NATALINA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.16885. Recurso Administrativo nº 489/2012. Nº Originário: 1554/2009. Recorrente: FARMÁCIA ADRISON LTDA ME. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.16886. Recurso Administrativo nº 491/2012. Nº Originário: 3376/2009. Recorrente: FARMÁCIA MENDEZ DIAZ ANDRÉ LTDA-ME. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.16887. Recurso Administrativo nº 513/2012. Nº Originário: 3106/2009. Recorrente: DROGARIA CAPOEIRAS LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.16888. Recurso Administrativo nº 518/2012. Nº Originário: 2884/2010. Recorrente: FARMÁCIA DO POVO DE COSTA BARROS LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.16889. Recurso Administrativo nº 519/2012. Nº Originário: 134/2010. Recorrente: GOMES & OLIVEIRA FARMÁCIA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.16890. Recurso Administrativo nº 520/2012. Nº Originário: 115/2010. Recorrente: FARMÁCIA DROGA POPULAR DO MALLET LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.16891. Recurso Administrativo nº 595/2012. Nº Originário: 3974/2009. Recorrente: OFS RJ LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.16892. Recurso Administrativo nº 596/2012. Nº Originário: 2960/2009. Recorrente: KIRVER FARM E PERF. LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.16893. Recurso Ad-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ministrativo nº 599/2012. Nº Originário: 287/2009. Recorrente: FARM LUGUIMAX BELFORD ROXO LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.16894. Recurso Administrativo nº 1325/2012. Nº Originário: 76637/2011. Recorrente: FARMACIA HIPERMANDI LTDA. Recorrido: CRF/PR. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.16895. Recurso Administrativo nº 1329/2012. Nº Originário: 76111/2011. Recorrente: FARMÁCIA GOLD FARMA LTDA. Recorrido: CRF/PR. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.16896. Recurso Administrativo nº 1331/2012. Nº Originário: 75233/2011. Recorrente: KJ LABORATÓRIO DE DISTRIBUIÇÃO DE INST. E MAT. MED. CIR. HOSP. E LAB. LTDA. Recorrido: CRF/PR. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.16897. Recurso Administrativo nº 1332/2012. Nº Originário: 75496/2010. Recorrente: BRAGAMED COM. MED. PERF. LTDA-ME. Recorrido: CRF/PR. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.16898. Recurso Administrativo nº 1333/2012. Nº Originário: 76601/2011. Recorrente: L. SANTOS FARMACIA LTDA-ME. Recorrido: CRF/PR. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.16899. Recurso Administrativo nº 88/2012. Nº Originário: 2963/2009. Recorrente: DROGARIA CAMPELO LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal MARCELO POLACOW BISSON.16900. Recurso Administrativo nº 92/2012. Nº Originário: 333/2009. Recorrente: DROGARIA MARILANGE DE MAGÉ LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal MARCELO POLACOW BISSON.16901. Recurso Administrativo nº 228/2012. Nº Originário: 846/2010. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM - FP VI CRISTINA (MUNICÍPIO DE BETIM). Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal MARCELO POLACOW BISSON.16902. Recurso Administrativo nº 230/2012. Nº Originário: 486/2011. Recorrente: RICARDO MATUCK PIRES DE OLIVEIRA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal MARCELO POLACOW BISSON.16903. Recurso Administrativo nº 231/2012. Nº Originário: 298/2010. Recorrente: DROGARIA DUARTE PEREIRA LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal MARCELO POLACOW BISSON.16904. Recurso Administrativo nº 232/2012. Nº Originário: 20/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE - FP SÃO CRISTOVÃO (MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE). Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal MARCELO POLACOW BISSON.16905. Recurso Administrativo nº 253/2012. Nº Originário: 4638/2009. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal MARCELO POLACOW BISSON.16906. Recurso Administrativo nº 254/2012. Nº Originário: 4653/2009. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal MARCELO POLACOW BISSON.16907. Recurso Administrativo nº 255/2012. Nº Originário: 3216/2009. Recorrente: DROGARIA MONSENHOR LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal MARCELO POLACOW BISSON.16908. Recurso Administrativo nº 256/2012. Nº Originário: 1876/2010. Recorrente: JOSÉ GERALDO BARBOSA MACHADO. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal MARCELO POLACOW BISSON.16909. Recurso Administrativo nº 492/2012. Nº Originário: 4552/2009. Recorrente: FARMÁCIA CLODOWEU LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal MARCELO POLACOW BISSON.16910. Recurso Administrativo nº 493/2012. Nº Originário: 2020/2010. Recorrente: DROGARIA MARILANGE DE MAGÉ LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal MARCELO POLACOW BISSON.16911. Recurso Administrativo nº 494/2012. Nº Originário: 646/2009. Recorrente: DROGARIA FRIDA LTDA ME. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal MARCELO POLACOW BISSON.16912. Recurso Administrativo nº 496/2012. Nº Originário: 4146/2009. Recorrente: FARMANA'S FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA ME. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal MARCELO POLACOW BISSON.16913. Recurso Administrativo nº 521/2012. Nº Originário: 356/2010. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal MARCELO POLACOW BISSON.16914. Recurso Administrativo nº 523/2012. Nº Originário: 2153/2010. Recorrente: DROGARIA FUTURA DA PAVUNA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal MARCELO POLACOW BISSON.16915. Recurso Administrativo nº 524/2012. Nº Originário: 126/2010. Recorrente: P DE OLIVEIRA SANTOS DROG. ME. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal MARCELO POLACOW BISSON.16916. Recurso Administrativo nº 525/2012. Nº Originário: 2372/2010. Recorrente: FARMÁCIA SAPÊ LTDA ME. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal MARCELO POLACOW BISSON.16917. Recurso Administrativo nº 556/2012. Nº Originário: 739/2009. Recorrente: FARMÁCIA DO LAR DE CAMPO GRANDE LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal MARCELO POLACOW BISSON.16918. Recurso Administrativo nº 558/2012. Nº Originário: 4659/2009. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal MARCELO POLACOW BISSON.16919. Recurso Administrativo nº 561/2012. Nº Originário: 4662/2009. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal MARCELO POLACOW BISSON.16920. Recurso Administrativo nº 605/2012. Nº Originário: 892/2009. Recorrente: ALEX BIANQUE DROGARIAS LTDA-ME. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal MARCELO POLACOW BISSON.16921. Recurso Administrativo nº 1334/2012. Nº Originário: 74314/2010. Recorrente: NEVES & WEILER EPP. Recorrido: CRF/PR. Relator: Conselheiro Federal MARCELO POLACOW BISSON.16922. Recurso Administrativo nº 1338/2012. Nº Originário: 76436/2011. Recorrente: FARMÁCIA E DROGARIA NISSEI LTDA. Recorrido: CRF/PR. Relator: Conselheiro Federal MARCELO POLACOW BISSON.16923. Recurso Administrativo nº 1340/2012. Nº Originário: 76191/2011. Recorrente: CARREFOUR COMECIO E INDÚSTRIA LTDA - FILIAL 3. Recorrido: CRF/PR. Relator: Conselheiro Federal MARCELO POLACOW BISSON.16924. Recurso Administrativo nº 1343/2012. Nº Originário: 75706/2010. Recorrente: FARMÁCIA SCHOLZE LTDA. Recorrido: CRF/PR. Relator: Conselheiro Federal MARCELO POLACOW BISSON.16925. Recurso Administrativo nº 1344/2012. Nº Originário: 74443/2010. Recorrente: ADRIANO LAVANHOLI. Recorrido: CRF/PR. Relator: Conselheiro Federal MARCELO POLACOW BISSON.16926. Recurso Administrativo nº 1345/2012. Nº Originário: 76170/2011. Recorrente: FARMÁCIA FARMAMELIS LTDA. Recorrido: CRF/PR. Relator: Conselheiro Federal MARCELO POLACOW BISSON.16927. Recurso Administrativo nº 1347/2012. Nº Originário: 74144/2010. Recorrente: OLIVEIRA & ZILLI LTDA-ME. Recorrido: CRF/PR. Relator: Conselheiro Federal MARCELO POLACOW BISSON.16928. Recurso Administrativo nº 1349/2012. Nº Originário: 74339/2011. Recorrente: L L B G MARTINS E BARROS LTDA-ME. Recorrido: CRF/PR. Relator: Conselheiro Federal MARCELO POLACOW BISSON.16929. Recurso Administrativo nº 1350/2012. Nº Originário: 75430/2011. Recorrente: FARMÁCIA E DROGARIA CHAPECÓ LTDA. Recorrido: CRF/PR. Relator: Conselheiro Federal MARCELO POLACOW BISSON.16930. Recurso Administrativo nº 1352/2012. Nº Originário: 76618/2011. Recorrente: LAERCIO BUENO DOS SANTOS ME. Recorrido: CRF/PR. Relator: Conselheiro Federal MARCELO POLACOW BISSON.16931. Recurso Administrativo nº 98/2012. Nº Originário: 4403/2009. Recorrente: DROGARIA PAULINO LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.16932. Recurso Administrativo nº 100/2012. Nº Originário: 223/2010. Recorrente: DROGARIA F P ITAOCARA LTDA ME. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.16933. Recurso Administrativo nº 103/2012. Nº Originário: 4097/2009. Recorrente: EDUFARMA LTDA ME. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.16934. Recurso Administrativo nº 105/2012. Nº Originário: 4293/2009. Recorrente: FARMÁCIA CHAVE DE OURO LTDA ME. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.16935. Recurso Administrativo nº 233/2012. Nº Originário: 21/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE - FP FOCH (Município de Pouso Alegre). Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.16936. Recurso Administrativo nº 234/2012. Nº Originário: 22/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE - FP ÁRVORE GRANDE (Município de Pouso Alegre). Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.16937. Recurso Administrativo nº 235/2012. Nº Originário: 372/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA - FH (Município de Oliveira). Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.16938. Recurso Administrativo nº 236/2012. Nº Originário: 27/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE - FP Fátima 1 (Município de Pouso Alegre). Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.16939. Recurso Administrativo nº 257/2012. Nº Originário: 1960/2010. Recorrente: DROGARIA DOGANEW DO BONFIM LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.16940. Recurso Administrativo nº 258/2012. Nº Originário: 2383/2009. Recorrente: SIQUEIRA MIRANDA PROD. FARM. LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.16941. Recurso Administrativo nº 259/2012. Nº Originário: 2564/2010. Recorrente: FARMÁCIA AQUÁRIO LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.16942. Recurso Administrativo nº 260/2012. Nº Originário: 24/2010. Recorrente: OTTOBONI COMERCIO E IMPORTAÇÃO LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.16943. Recurso Administrativo nº 499/2012. Nº Originário: 4178/2009. Recorrente: FARMÁCIA CONDE D'EU LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.16944. Recurso Administrativo nº 500/2012. Nº Originário: 54/2009. Recorrente: FARMÁCIA DROGAFONTE LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.16945. Recurso Administrativo nº 501/2012. Nº Originário: 2708/2009. Recorrente: DROGARIA RADAR LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.16946. Recurso Administrativo nº 526/2012. Nº Originário: 423/2009. Recorrente: FARM CENTRALPAX LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.16947. Recurso Administrativo nº 528/2012. Nº Originário: 2380/2010. Recorrente: DROGA VIDA DE BANGU DROGARIA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.16948. Recurso Administrativo nº 530/2012. Nº Originário: 486/2009. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.16949. Recurso Administrativo nº 572/2012. Nº Originário: 4663/2009. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.16950. Recurso Administrativo nº 576/2012. Nº Originário: 4683/2009. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.16951. Recurso Administrativo nº 1361/2012. Nº Originário: 182/2011. Recorrente: FLÁVIO GARCIA PEREIRA JÚNIOR E CIA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.16952. Recurso Administrativo nº 1362/2012. Nº Originário: 221/2011. Recorrente: SOUZA E ARGERIN LTDA ME. Recorrido: CRF/MS. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.16953. Recurso Administrativo nº 1363/2012. Nº Originário: 428/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO (MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO). Recorrido: CRF/MS. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.16954. Recurso Administrativo nº 1371/2012. Nº Originário: 8206/2011. Recorrente: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JUAZEIRO DO NORTE (MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE). Recorrido: CRF/CE. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.16955. Recurso Administrativo nº 15/2012. Nº Originário: 182/2010. Recorrente: COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA Recorrido: CRF/RS. Relator: Conselheiro Federal PAULO ROBERTO BOFF.16956. Recurso Administrativo nº 16/2012. Nº Originário: 221/2010. Recorrente: VANIA GOULART OLIVEIRA DA SILVA Recorrido: CRF/RS. Relator: Conselheiro Federal PAULO ROBERTO BOFF.16957. Recurso Administrativo nº 18/2012. Nº Originário: 1468/2010. Recorrente: COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA Recorrido: CRF/RS. Relator: Conselheiro Federal PAULO ROBERTO BOFF.16958. Recurso Administrativo nº 20/2012. Nº Originário: 1401/2010. Recorrente: COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA Recorrido: CRF/RS. Relator: Conselheiro Federal PAULO ROBERTO BOFF.16959. Recurso Administrativo nº 21/2012. Nº Originário: 736/2010. Recorrente: COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA Recorrido: CRF/RS. Relator: Conselheiro Federal PAULO ROBERTO BOFF.16960. Recurso Administrativo nº 22/2012. Nº Originário: 224/2010. Recorrente: COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA Recorrido: CRF/RS. Relator: Conselheiro Federal PAULO ROBERTO BOFF.16961. Recurso Administrativo nº 23/2012. Nº Originário: 1555/2010. Recorrente: COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA Recorrido: CRF/RS. Relator: Conselheiro Federal PAULO ROBERTO BOFF.16962. Recurso Administrativo nº 107/2012. Nº Originário: 1905/2010. Recorrente: SIQUEIRA MIRANDA PROD. FARM. LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal PAULO ROBERTO BOFF.16963. Recurso Administrativo nº 113/2012. Nº Originário: 1910/2010. Recorrente: FARM. PINHEIRO MACHADO LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal PAULO ROBERTO BOFF.16964. Recurso Administrativo nº 114/2012. Nº Originário: 2875/2009. Recorrente: DROGARIA ABC DA SAÚDE LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal PAULO ROBERTO BOFF.16965. Recurso Administrativo nº 173/2012. Nº Originário: 22/2010. Recorrente: FARMALIDER DE BARRA MANSA FARMÁCIA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal PAULO ROBERTO BOFF.16966. Recurso Administrativo nº 174/2012. Nº Originário: 340/2010. Recorrente: L R FARMA DA VILA SÃO JOÃO LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal PAULO ROBERTO BOFF.16967. Recurso Administrativo nº 176/2012. Nº Originário: 4657/2009. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal PAULO ROBERTO BOFF.16968. Recurso Administrativo nº 198/2012. Nº Originário: 1258/2010. Recorrente: FARMÁCIA LINDO PARQUE LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal PAULO ROBERTO BOFF.16969. Recurso Administrativo nº 199/2012. Nº Originário: 905/2010. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal PAULO ROBERTO BOFF.16970. Recurso Administrativo nº 200/2012. Nº Originário: 4586/2009. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal PAULO ROBERTO BOFF.16971. Recurso Administrativo nº 237/2012. Nº Originário: 708/2010. Recorrente: DROGARIA ITAMBÉ LTDA-ME. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal PAULO ROBERTO BOFF.16972. Recurso Administrativo nº 238/2012. Nº Originário: 705/2010. Recorrente: DROGARIA L S LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal PAULO ROBERTO BOFF.16973. Recurso Administrativo nº 239/2012. Nº Originário: 76/2010. Recorrente: S G DROGARIA LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal PAULO ROBERTO BOFF.16974. Recurso Administrativo nº 240/2012. Nº Originário: 70/2010. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJUBÁ - FP (MUNICÍPIO DE ITAJUBÁ). Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal PAULO ROBERTO BOFF.16975. Recurso Administrativo nº 262/2012. Nº Originário: 3079/2009. Recorrente: FARMÁCIA VIVIAN LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal PAULO ROBERTO BOFF.16976. Recurso Administrativo nº 263/2012. Nº Originário: 4118/2009. Recorrente: DROGARIA 575 SANTO ANTONIO PAQUEQUER LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal PAULO ROBERTO BOFF.16977. Recurso Administrativo nº 264/2012. Nº Originário: 2286/2009. Recorrente: C F POUBEL FARM. LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal PAULO ROBERTO BOFF.16978. Recurso Administrativo nº 502/2012. Nº Originário: 2934/2009. Recorrente: FARMÁCIA CHAVE DE OURO LTDA ME. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal PAULO ROBERTO BOFF.16979. Recurso Administrativo nº 506/2012. Nº Originário: 476/2009. Recorrente: OFS RJ LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal PAULO ROBERTO BOFF.16980. Recurso Administrativo nº 507/2012. Nº Originário: 363/2009. Recorrente: DROGARIA CENTRAL DO RIACHUELO LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal PAULO ROBERTO BOFF.16981. Recurso Administrativo nº 508/2012. Nº Originário: 4244/2009. Recorrente: RENALDUC-INSTITUTO DE TERAPIA RENAL LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal PAULO ROBERTO BOFF.16982. Recurso Administrativo nº 55/2012. Nº Originário: 2927/2009. Recorrente: DROG. CENTRAL DE SEPETIBA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA. Ementa: Infringência ao artigo 24 da Lei n.º 3.820/60. Recurso não conhecido, por intempestividade. Conclusão: Vistos e analisados os presentes Autos, decide o Plenário do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, pelo NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO POR INTEMPESTIVIDADE, nos termos do voto do Relator e da decisão da 3ª Câmara, que faz parte integrante deste julgado.No processo abaixo relacionado, decide a 3ª Câmara do Conselho Federal de Farmácia proferir, por unanimidade de votos, idêntico julgado ao acórdão nº 16982, consoante acórdão: 16983. Recurso Administrativo nº 61/2012. Nº Originário: 4672/2009. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA.16984. Recurso Administrativo nº 74/2012. Nº Originário: 3165/2009. Recorrente: DROGA-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RIA VITÓRIA DE IRAJÁ LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.16985. Recurso Administrativo nº 514/2012. Nº Originário: 4091/2009. Recorrente: FARMÁCIA DROGALIMA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.16986. Recurso Administrativo nº 84/2012. Nº Originário: 2877/2009. Recorrente: FARMÁCIA ELITE DE MARECHAL LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal LENIRA A SILVA COSTA.16987. Recurso Administrativo nº 250/2012. Nº Originário: 120/2010. Recorrente: DROGARIA ROTATIVA DE BARRA MANSA LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.16988. Recurso Administrativo nº 490/2012. Nº Originário: 2695/2009. Recorrente: FARMÁCIA E PERFUMARIA CAFUNDA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.16989. Recurso Administrativo nº 517/2012. Nº Originário: 1747/2010. Recorrente: COORDENAÇÃO GERAL DE ARMAZENAGEM. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.16990. Recurso Administrativo nº 90/2012. Nº Originário: 4664/2009. Recorrente: DROGARIA PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal MARCELO POLACOW BISSON.16991. Recurso Administrativo nº 95/2012. Nº Originário: 2014/2010. Recorrente: DROGARIA GAROTA DO CATETE LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal MARCELO POLACOW BISSON.16992. Recurso Administrativo nº 1336/2012. Nº Originário: 76558/2011. Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO. Recorrido: CRF/PR. Relator: Conselheiro Federal MARCELO POLACOW BISSON.16993. Recurso Administrativo nº 1341/2012. Nº Originário: 75524/2011. Recorrente: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO IVAÍ. Recorrido: CRF/PR. Relator: Conselheiro Federal MARCELO POLACOW BISSON.16994. Recurso Administrativo nº 1342/2012. Nº Originário: 75234/2011. Recorrente: M. R. VICENTE E CIA LTDA ME Recorrido: CRF/PR. Relator: Conselheiro Federal MARCELO POLACOW BISSON.16995. Recurso Administrativo nº 1351/2012. Nº Originário: 72431/2011. Recorrente: FARMÁCIA SALDANHA MARINHO LTDA. Recorrido: CRF/PR. Relator: Conselheiro Federal MARCELO POLACOW BISSON.16996. Recurso Administrativo nº 498/2012. Nº Originário: 3482/2009. Recorrente: P DE OLIVEIRA SANTOS DROG. ME. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.16997. Recurso Administrativo nº 1365/2012. Nº Originário: 161/2011. Recorrente: FARMÁCIA BIOFARMA LTDA ME. Recorrido: CRF/MS. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR.16998. Recurso Administrativo nº 17/2012. Nº Originário: 1144/2010. Recorrente: CARLOS CESA & CIA LTDA. Recorrido: CRF/RS. Relator: Conselheiro Federal PAULO OBERTO BOFF.16999. Recurso Administrativo nº 115/2012. Nº Originário: 4382/2009. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE NILÓPOLIS - FARM. POPULAR (MUNICÍPIO DE NILÓPOLIS). Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal PAULO ROBERTO BOFF.17000. Recurso Administrativo nº 175/2012. Nº Originário: 801/2010. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal PAULO ROBERTO BOFF.17001. Recurso Administrativo nº 197/2012. Nº Originário: 1248/2010. Recorrente: LVR MATERIAIS HOSPITALARES LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal PAULO ROBERTO BOFF.17002. Recurso Administrativo nº 261/2012. Nº Originário: 3359/2009. Recorrente: OFS RJ LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal PAULO ROBERTO BOFF.

17003. Processo Administrativo nº 592/2012. Nº Originário: 75748/2011. Recorrente: J O LIMA & CIA LTDA. Recorrido: CRF/PR. Relator: Conselheiro Federal ERLANDSON UCHÔA LACERDA. Ementa: As empresas que exercem atividades farmacêuticas devem provar perante os Conselhos de Farmácia, seu exercício por meio de profissionais habilitados e registrados. Inteligência do artigo 24 da Lei 3.820/60. Improvimento do Recurso. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, decide o Plenário do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, pelo IMPROVIMENTO DO RECURSO, nos termos do voto do Relator e da decisão da 4ª Câmara, que faz parte integrante da Ata da Sessão, deste julgado. Nos processos abaixo relacionados, decide a 4ª Câmara do Conselho Federal de Farmácia proferir, por unanimidade de votos, idêntico julgado ao acórdão nº 17003, consoante acórdãos:17004. Recurso Administrativo nº 594/2012. Nº Originário: 75932/2011. Recorrente: J O LIMA & CIA LTDA. Recorrido: CRF/PR. Relator: Conselheiro Federal ERLANDSON UCHÔA LACERDA.17005. Recurso Administrativo nº 598/2012. Nº Originário: 76235/2011. Recorrente: J O LIMA & CIA LTDA. Recorrido: CRF/PR. Relator: Conselheiro Federal ERLANDSON UCHÔA LACERDA.17006. Recurso Administrativo nº 600/2012. Nº Originário: 75412/2010. Recorrente: VIVIANE P DANGUI SILVESTRI. Recorrido: CRF/PR. Relator: Conselheiro Federal ERLANDSON UCHÔA LACERDA.17007. Recurso Administrativo nº 650/2012. Nº Originário: 75739/2011. Recorrente: W KUSTER E CIA LTDA ME. Recorrido: CRF/PR. Relator: Conselheiro Federal ERLANDSON UCHÔA LACERDA.17008. Recurso Administrativo nº 651/2012. Nº Originário: 72407/2011. Recorrente: FARMÁCIA FARMACENTER LTDA. Recorrido: CRF/PR. Relator: Conselheiro Federal ERLANDSON UCHÔA LACERDA.17009. Recurso Administrativo nº 652/2012. Nº Originário: 75432/2011. Recorrente: HOSPITAL MATENIDADE MÃE DE DEUS LTDA. Recorrido: CRF/PR. Relator: Conselheiro Federal ERLANDSON UCHÔA LACERDA.17010. Recurso Administrativo nº 653/2012. Nº Originário: 76133/2011. Recorrente: FARMÁCIA PRIMEIRO DE MAIO LTDA (MATRIZ). Recorrido: CRF/PR. Relator: Conselheiro Federal ERLANDSON UCHÔA LACERDA.17011. Recurso Administrativo nº 703/2012. Nº Originário: 4/2011. Recorrente: DROGARIA JENIPAPO LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal ERLANDSON UCHÔA LACERDA.17012. Recurso Administrativo nº 704/2012. Nº Originário: 786/2011. Recorrente: MARIA DAS GRAÇAS GONTIJO MACHADO. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal ERLANDSON UCHÔA LACERDA.17013. Recurso Administrativo nº 705/2012. Nº Originário: 330/2010. Recorrente: NATURAL FARMA LTDA - FILIAL. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal ERLANDSON UCHÔA LACERDA.17014. Recurso Administrativo nº 1486/2011. Nº Originário: 1803/187/2011. Recorrente: DSI DROGARIA LTDA. Recorrido: CRF/SP. Relator: Conselheiro Federal ERLANDSON UCHÔA LACERDA.17015. Recurso Administrativo nº 1487/2011. Nº Originário: 9649/188/2011. Recorrente: DROGARIA SÃO PAULO S/A. Recorrido: CRF/SP. Relator: Conselheiro Federal ERLANDSON UCHÔA LACERDA.17016. Recurso Administrativo nº 1488/2011. Nº Originário: 49086/113/2011. Recorrente: UNIMED SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. Recorrido: CRF/SP. Relator: Conselheiro Federal ERLANDSON UCHÔA LACERDA.17017. Recurso Administrativo nº 1489/2011. Nº Originário: 31151/124/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA. Recorrido: CRF/SP. Relator: Conselheiro Federal ERLANDSON UCHÔA LACERDA.17018. Recurso Administrativo nº 1490/2011. Nº Originário: 54124/174/2011. Recorrente: RADS DROGARIA LTDA. Recorrido: CRF/SP. Relator: Conselheiro Federal ERLANDSON UCHÔA LACERDA.17019. Recurso Administrativo nº 1491/2011. Nº Originário: 39528/175/2011. Recorrente: DSI DROGARIA LTDA. Recorrido: CRF/SP. Relator: Conselheiro Federal ERLANDSON UCHÔA LACERDA.17020. Recurso Administrativo nº 1492/2011. Nº Originário: 36031/185/2011. Recorrente: UNIMED DRACENA COOP TRABALHO MÉDICO. Recorrido: CRF/SP. Relator: Conselheiro Federal ERLANDSON UCHÔA LACERDA.17021. Recurso Administrativo nº 1493/2011. Nº Originário: 2060/193/2011. Recorrente: DROG. PERF. VIII LTDA - EPP. Recorrido: CRF/SP. Relator: Conselheiro Federal ERLANDSON UCHÔA LACERDA.17022. Recurso Administrativo nº 1494/2011. Nº Originário: 52048/140/2011. Recorrente: RADS DROG. LTDA. Recorrido: CRF/SP. Relator: Conselheiro Federal ERLANDSON UCHÔA LACERDA.17023. Recurso Administrativo nº 1495/2011. Nº Originário: 49891/138/2011. Recorrente: DROG. SÃO PAULO S/A. Recorrido: CRF/SP. Relator: Conselheiro Federal ERLANDSON UCHÔA LACERDA.17024. Recurso Administrativo nº 1496/2011. Nº Originário: 14712/137/2011. Recorrente: EMILIO FERRO ME. Recorrido: CRF/SP. Relator: Conselheiro Federal ERLANDSON UCHÔA LACERDA.17025. Recurso Administrativo nº 1497/2011. Nº Originário: 27147/207/2011. Recorrente: DSI DROG. LTDA. Recorrido: CRF/SP. Relator: Conselheiro Federal ERLANDSON UCHÔA LACERDA.17026. Recurso Administrativo nº 1498/2011. Nº Originário: 18109/200/2011. Recorrente: DROGARIA SÃO PAULO S/A. Recorrido: CRF/SP. Relator: Conselheiro Federal ERLANDSON UCHÔA LACERDA.17027. Recurso Administrativo nº 1499/2011. Nº Originário: 53359/206/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL AMÉRICO BRASILIENSE (MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE). Recorrido: CRF/SP. Relator: Conselheiro Federal ERLANDSON UCHÔA LACERDA.17028. Recurso Administrativo nº 73/2012. Nº Originário: I-5463/2011. Recorrente: FRANSCISA LÍDIA DE SOUZA ME. Recorrido: CRF/SC. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.17029. Recurso Administrativo nº 75/2012. Nº Originário: I-5270/2011. Recorrente: FARMÁCIA HERBERTS LTDA. Recorrido: CRF/SC. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.17030. Recurso Administrativo nº 77/2012. Nº Originário: I-5788/2011. Recorrente: FARMÁCIA BEM VIVER LTDA ME. Recorrido: CRF/SC. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.17031. Recurso Administrativo nº 99/2012. Nº Originário: I-5562/2011. Recorrente: FLORAVITA FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO DROGARIA LTDA. Recorrido: CRF/SC. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.17032. Recurso Administrativo nº 101/2012. Nº Originário: I-5277/2011. Recorrente: FARMACONTI FARMÁCIA LTDA. Recorrido: CRF/SC. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.17033. Recurso Administrativo nº 104/2012. Nº Originário: I-5096/2011. Recorrente: MOTYCZKA BRAUN & CIA LTDA - FILIAL 01. Recorrido: CRF/SC. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.17034. Recurso Administrativo nº 164/2012. Nº Originário: 3137/2009. Recorrente: RICMED COMERCIAL LTDA - ME. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.17035. Recurso Administrativo nº 204/2012. Nº Originário: 1963/2010. Recorrente: FARMÁCIA A LUMINOSA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.17036. Recurso Administrativo nº 216/2012. Nº Originário: 351/2010. Recorrente: VIDA E SAÚD ORG. FARMACÊUTICA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.17037. Recurso Administrativo nº 217/2012. Nº Originário: 592/2010. Recorrente: DROGARIA E PERFUMARIA TANGUAENSE LTDA ME. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.17038. Recurso Administrativo nº 417/2012. Nº Originário: 165/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM - FP CERSAM CITROLÂNDIA (MUNICÍPIO DE BETIM). Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.17039. Recurso Administrativo nº 419/2012. Nº Originário: 164/2011. Recorrente: JOSÉ MARIA BATISTA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.17040. Recurso Administrativo nº 420/2012. Nº Originário: 98/2011. Recorrente: DROGARIA THATI LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.17041. Recurso Administrativo nº 421/2012. Nº Originário 70/2011. Recorrente: JOÃO BATISTA DE F. FILHO & OLIVEIRA LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.17042. Recurso Administrativo nº 459/2012. Nº Originário: 1098/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA - FP BOM JARDIM II (MUNICÍPIO DE IPATINGA). Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.17043. Recurso Administrativo nº 460/2012. Nº Originário: 1080/2011. Recorrente: BENTO EUGÊNIO DE OLIVEIRA & CIA LTDA - FILIAL 02. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.17044. Recurso Administrativo nº 461/2012. Nº Originário: 167/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM -FP - ALCIDES BRAZ(MUNICÍPIO DE BETIM). Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.17045. Recurso Administrativo nº 610/2012. Nº Originário: 74878/2010. Recorrente: S. R. SCHUTZ & CIA LTDA - ME. Recorrido: CRF/PR. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.17046. Recurso Administrativo nº 612/2012. Nº Originário: 75627/2011. Recorrente: T G T RIBEIRO LTDA. Recorrido: CRF/PR. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.17047. Recurso Administrativo nº 635/2012. Nº Originário: 74357/2011. Recorrente: DANILLO DIAS OLIVEIRA & CIA LTDA. Recorrido: CRF/PR. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.17048. Recurso Administrativo nº 636/2012. Nº Originário: 75759/2011. Recorrente: INSTITUTO DE SAÚDE BOM JESUS. Recorrido: CRF/PR. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.17049. Recurso Administrativo nº 637/2012. Nº Originário: 75647/2011. Recorrente: ANA ANDREIA ZANARDO ME. Recorrido: CRF/PR. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.17050. Recurso Administrativo nº 665/2012. Nº Originário: 840/2010. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM - FP HOMERO GIL (MUNICÍPIO DE BETIM). Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.17051. Recurso Administrativo nº 666/2012. Nº Originário: 104/2010. Recorrente: CENTRO DE CONVIVÊNCIA DOS RENAIS CRÔNICOS E TRANSPLANTADOS. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.17052. Recurso Administrativo nº 668/2012. Nº Originário: 11/2011. Recorrente: DROGARIA CONCEIÇÃO DA BARRA LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.17053. Recurso Administrativo nº 670/2012. Nº Originário: 21/2010. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJUBÁ - FP (MUNICÍPIO DE ITAJUBÁ). Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.17054. Recurso Administrativo nº 706/2012. Nº Originário: 43/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA - UAPS - JARDIM ESPERANÇA (MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA). Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.17055. Recurso Administrativo nº 708/2012. Nº Originário: 254/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM - PC UBS HOMERO GIL (MUNICÍPIO DE BETIM). Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.17056. Recurso Administrativo nº 711/2012. Nº Originário: 60/2010. Recorrente: DROGARIA AREADENSE LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.17057. Recurso Administrativo nº 710/2012. Nº Originário: 1/2011. Recorrente: CORRÊA & MEDEIROS LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.17058. Recurso Administrativo nº 108/2012. Nº Originário: I-5583/2011. Recorrente: E.J.P FARMÁCIA LTDA. Recorrido: CRF/SC. Relatora: Conselheira Federal LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA.17059. Recurso Administrativo nº 109/2012. Nº Originário: I-5605/2011. Recorrente: JULIANO CÉSAR GOBBI-ME. Recorrido: CRF/SC. Relatora: Conselheira Federal LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA.17060. Recurso Administrativo nº 110/2012. Nº Originário: I-5300/2011. Recorrente: FLORÊNCIO & FLORÊNCIO COM. PRODUTOS FARMACÊUTICOS, COSMÉTICOS E PERFUMARIA LTDA. Recorrido: CRF/SC. Relatora: Conselheira Federal LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA.17061. Recurso Administrativo nº 206/2012. Nº Originário: 2523/2010. Recorrente: DROGARIA RECLA'S DE CAXIAS LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA.17062. Recurso Administrativo nº 353/2012. Nº Originário: 247/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM - PC VI CRISTINA (MUNICÍPIO DE BETIM). Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA.17063. Recurso Administrativo nº 354/2012. Nº Originário: 448/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM - PC SERVIÇO DE PREVENÇÃO E ASSISTÊNCIA A DOENÇAS INFECCIOSAS (MUNICÍPIO DE BETIM). Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA.17064. Recurso Administrativo nº 355/2012. Nº Originário: 422/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM - FP DIVINO FERREIRA BRAGA (MUNICÍPIO DE BETIM). Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA.17065. Recurso Administrativo nº 356/2012. Nº Originário: 915/2011. Recorrente: ZELENA COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA.17066. Recurso Administrativo nº 383/2012. Nº Originário: 132/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM - PC ALCIDES BRAZ (MUNICÍPIO DE BETIM). Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA.17067. Recurso Administrativo nº 384/2012. Nº Originário: 34/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUMIRITINGA - FP 29936(MUNICÍPIO DE TUMIRITINGA). Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA.17068. Recurso Administrativo nº 387/2012. Nº Originário: 135/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE COSTA - FP (MUNICÍPIO DE RESENDE COSTA). Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA.17069. Recurso Administrativo nº 388/2012. Nº Originário: 56/2011. Recorrente: HOSPITAL SEBASTIÃO PAES DE ALMEIDA - FH. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA.17070. Recurso Administrativo nº 458/2012. Nº

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Originário: 1236/2011. Recorrente: DROGARIA DA PRAÇA LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA.17071. Recurso Administrativo nº 638/2012. Nº Originário: 75815/2011. Recorrente: ANA ANDREIA ZANARDO ME. Recorrido: CRF/PR. Relatora: Conselheira Federal LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA.17072. Recurso Administrativo nº 639/2012. Nº Originário: 72382/2010. Recorrente: FARMÁCIA RIO LTDA - EPP. Recorrido: CRF/PR. Relatora: Conselheira Federal LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA.17073. Recurso Administrativo nº 640/2012. Nº Originário: 72398/2011. Recorrente: FARMÁCIA RIO LTDA - EPP. Recorrido: CRF/PR. Relatora: Conselheira Federal LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA.17074. Recurso Administrativo nº 641/2012. Nº Originário: 72400/2011. Recorrente: FARMÁCIA RIO LTDA - EPP. Recorrido: CRF/PR. Relatora: Conselheira Federal LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA.17075. Recurso Administrativo nº 673/2012. Nº Originário: 52/2011. Recorrente: GERALDO BENEDITO ALVES DROGARIA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA.17076. Recurso Administrativo nº 675/2012. Nº Originário: 50/2010. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAÍ DE MINAS - FH (MUNICÍPIO DE IRAÍ DE MINAS). Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA.17077. Recurso Administrativo nº 676/2012. Nº Originário: 257/2011. Recorrente: DROGARIA CLARET LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA.17078. Recurso Administrativo nº 712/2012. Nº Originário: 17/2011. Recorrente: DROGARIA FARMADROGA LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA.17079. Recurso Administrativo nº 715/2012. Nº Originário: 29/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE - FP CERVO (MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE). Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA.17080. Recurso Administrativo nº 1501/2011. Nº Originário: 50138/202/2011. Recorrente: BENOSSI & RODRIGUES LTDA - ME. Recorrido: CRF/SP. Relatora: Conselheira Federal LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA.17081. Recurso Administrativo nº 111/2012. Nº Originário: I-5307/2011. Recorrente: RODRIGO GARBELOTTO - ME. Recorrido: CRF/SC. Relatora: Conselheira Federal ROSSANA SANTOS FREITAS SPIGUEL.17082. Recurso Administrativo nº 112/2012. Nº Originário: I-5452/2011. Recorrente: BUENO & BUENO LTDA - ME. Recorrido: CRF/SC. Relatora: Conselheira Federal ROSSANA SANTOS FREITAS SPIGUEL.17083. Recurso Administrativo nº 134/2011. Nº Originário: 160/2010. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI LAGONEGRO - FP(MUNICÍPIO DE FREI LAGO NEGRO). Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal ROSSANA SANTOS FREITAS SPIGUEL.17084. Recurso Administrativo nº 192/2012. Nº Originário: 677/2010. Recorrente: DROGARIA LUQUINHAS BABY LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal ROSSANA SANTOS FREITAS SPIGUEL.17085. Recurso Administrativo nº 207/2012. Nº Originário: 2637/2010. Recorrente: FARMÁCIA RODOVIÁRIA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal ROSSANA SANTOS FREITAS SPIGUEL.17086. Recurso Administrativo nº 208/2012. Nº Originário: 3499/2009. Recorrente: DISTRIBUIDORA CAMARVI LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal ROSSANA SANTOS FREITAS SPIGUEL.17087. Recurso Administrativo nº 212/2012. Nº Originário: 580/2010. Recorrente: FARMÁCIA DROGA POPULAR DO MALLET LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal ROSSANA SANTOS FREITAS SPIGUEL.17088. Recurso Administrativo nº 213/2012. Nº Originário: 570/2010. Recorrente: PEDREIRA DE GUARATIBA FP LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal ROSSANA SANTOS FREITAS SPIGUEL.17089. Recurso Administrativo nº 214/2012. Nº Originário: 1479/2010. Recorrente: JOVITAN DROGARIA E PERFUMARIA LTDA ME. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal ROSSANA SANTOS FREITAS SPIGUEL.17090. Recurso Administrativo nº 215/2012. Nº Originário: 591/2010. Recorrente: CARDOZO & DEMIER FARMÁCIA E PERFUMARIA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal ROSSANA SANTOS FREITAS SPIGUEL.17091. Recurso Administrativo nº 642/2012. Nº Originário: 72374/2010. Recorrente: FARMÁCIA RIO LTDA EPP. Recorrido: CRF/PR. Relatora: Conselheira Federal ROSSANA SANTOS FREITAS SPIGUEL.17092. Recurso Administrativo nº 643/2012. Nº Originário: 76155/2011. Recorrente: CARNEIRO & SOCHACEWSKI LTDA. Recorrido: CRF/PR. Relatora: Conselheira Federal ROSSANA SANTOS FREITAS SPIGUEL.17093. Recurso Administrativo nº 644/2012. Nº Originário: 75895/2011. Recorrente: CARNEIRO & SOCHACEWSKI LTDA. Recorrido: CRF/PR. Relatora: Conselheira Federal ROSSANA SANTOS FREITAS SPIGUEL.17094. Recurso Administrativo nº 645/2012. Nº Originário: 76172/2011. Recorrente: CARNEIRO & SOCHACEWSKI LTDA. Recorrido: CRF/PR. Relatora: Conselheira Federal ROSSANA SANTOS FREITAS SPIGUEL.17095. Recurso Administrativo nº 681/2012. Nº Originário: 24/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE - FP PUERICULTURA (MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE). Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal ROSSANA SANTOS FREITAS SPIGUEL.17096. Recurso Administrativo nº 684/2012. Nº Originário: 950/2010. Recorrente: DROGARIA AMORELI LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal ROSSANA SANTOS FREITAS SPIGUEL.17097. Recurso Administrativo nº 693/2012. Nº Originário: 827/2010. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM - FP ANTONIO JOSÉ SALOMÃO (MUNICÍPIO DE BETIM). Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal ROSSANA SANTOS FREITAS SPIGUEL.17098. Recurso Administrativo nº 1502/2011. Nº Originário: 41190/199/2011. Recorrente: DSI DROGARIA LTDA. Recorrido: CRF/SP. Relatora: Conselheira Federal ROSSANA SANTOS FREITAS SPIGUEL.17099. Recurso Administrativo nº 1504/2011. Nº Originário: 38730/192/2011. Recorrente: DROGARIA & PERFUMARIA DIRETÃO LTDA - EPP. Recorrido: CRF/SP. Relatora: Conselheira Federal ROSSANA SANTOS FREITAS SPIGUEL.17100. Recurso Administrativo nº 1505/2011. Nº Originário: 45632/213/2011. Recorrente: DROGARIA SÃO PAULO S/A. Recorrido: CRF/SP. Relatora: Conselheira Federal ROSSANA SANTOS FREITAS SPIGUEL.17101. Recurso Administrativo nº 1507/2011. Nº Originário: 23328/216/2011. Recorrente: TESTA & PIRES LTDA. Recorrido: CRF/SP. Relatora: Conselheira Federal ROSSANA SANTOS FREITAS SPIGUEL.17102. Recurso Administrativo nº 78/2012. Nº Originário: I-5699/2011. Recorrente: FARMÁCIA GRIGOLO LTDA ME. Recorrido: CRF/SC. Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA. 17103. Recurso Administrativo nº 93/2012. Nº Originário: I-3370/2010. Recorrente: FARMACONTI FARMÁCIA LTDA. Recorrido: CRF/SC. Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA. 17104. Recurso Administrativo nº 94/2012. Nº Originário: I-5465/2011. Recorrente: HELENITA AIOLFI ME. Recorrido: CRF/SC. Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA. 17105. Recurso Administrativo nº 96/2012. Nº Originário: I-5464/2011. Recorrente: NELCI GONÇALVES DA SILVA & CIA LTDA - ME. Recorrido: CRF/SC. Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA. 17106. Recurso Administrativo nº 97/2012. Nº Originário: I-5563/2011. Recorrente: NELCI GONÇALVES DA SILVA & CIA LTDA - ME. Recorrido: CRF/SC. Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA. 17107. Recurso Administrativo nº 165/2012. Nº Originário: 4685/2009. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ: Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA. 17108. Recurso Administrativo nº 166/2012. Nº Originário: 335/2010. Recorrente: DROGARIA ARSENAL SHOPING LTDA. Recorrido: CRF/RJ: Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA. 17109. Recurso Administrativo nº 189/2012. Nº Originário: 3058/2009. Recorrente: DROGARIA POPULAR DO LAFAIETE LTDA ME. Recorrido: CRF/RJ: Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA. 17110. Recurso Administrativo nº 190/2012. Nº Originário: 1404/2010. Recorrente: LUCI MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. Recorrido: CRF/RJ: Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA. 17111. Recurso Administrativo nº 209/2012. Nº Originário: 3858/2009. Recorrente: SG TECNOLOGIA CLÍNICA S/A. Recorrido: CRF/RJ: Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA. 17112. Recurso Administrativo nº 210/2012. Nº Originário: 3051/2009. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ: Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA. 17113. Recurso Administrativo nº 211/2012. Nº Originário: 948/2010. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ: Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA. 17114. Recurso Administrativo nº 646/2012. Nº Originário: 76159/2011. Recorrente: CARNEIRO & SOCHACEWSKI LTDA. Recorrido: CRF/PR: Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA. 17115. Recurso Administrativo nº 647/2012. Nº Originário: 76611/2011. Recorrente: W KUSTER E CIA LTDA ME. Recorrido: CRF/PR: Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA.17116. Recurso Administrativo nº 648/2012. Nº Originário: 76604/2011. Recorrente: W KUSTER E CIA LTDA ME. Recorrido: CRF/PR: Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA.17117. Recurso Administrativo nº 649/2012. Nº Originário: 75746/2011. Recorrente: W KUSTER E CIA LTDA ME. Recorrido: CRF/PR: Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA.17118. Recurso Administrativo nº 694/2012. Nº Originário: 183/2010. Recorrente: DROGARIA SARDOÁ LTDA. Recorrido: CRF/MG: Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA.17119. Recurso Administrativo nº 695/2012. Nº Originário: 133/2010. Recorrente: DROGARIA NATAL LTDA. Recorrido: CRF/MG: Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA.17120. Recurso Administrativo nº 697/2012. Nº Originário: 141/2010. Recorrente: DROGARIA CARMO & CARVALHO LTDA. Recorrido: CRF/MG: Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA.17121. Recurso Administrativo nº 698/2012. Nº Originário: 19/2011. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE - FP SÃO JOÃO - 03 (MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE). Recorrido: CRF/MG: Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA.17122. Recurso Administrativo nº 1508/2011. Nº Originário: 52041/219/2011. Recorrente: DROGARIA SÃO PAULO S/A. Recorrido: CRF/SP: Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA.17123. Recurso Administrativo nº 1509/2011. Nº Originário: 28099/217/2011. Recorrente: DROGARIA PERFUMARIA VIVIANE ALINE LTDA - EPP. Recorrido: CRF/SP: Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA.17124. Recurso Administrativo nº 1510/2011. Nº Originário: 18939/211/2011. Recorrente: DROGARIA SÃO PAULO S/A. Recorrido: CRF/SP: Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA.17125. Recurso Administrativo nº 1511/2011. Nº Originário: 40734/212/2011. Recorrente: DROGARIA SÃO PAULO S/A. Recorrido: CRF/SP: Relatora: Conselheira Federal VANILDA OLIVEIRA AGUIAR SANTANA. 17126. Recurso Administrativo nº 699/2012. Nº Originário: 1/2011. Recorrente: DROGARIA LETÍCIA LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro ERLANDSON UCHOA LACERDA. Ementa: Infringência ao artigo 24 da Lei n.º 3.820/60. Recurso não conhecido, por intempestividade. Conclusão: Vistos e analisados os presentes Autos, decide o Plenário do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, pelo NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO POR INTEMPESTIVIDADE, nos termos do voto do Relator e da decisão da 4ª Câmara, que faz parte integrante deste julgado.No processo abaixo relacionado, decide a 4ª Câmara do Conselho Federal de Farmácia proferir, por unanimidade de votos, idêntico julgado ao acórdão nº 17126, consoante acórdão: 17127. Recurso Administrativo nº 102/2012. Nº Originário: I-5007/2011. Recorrente: FARMÁCIA PIZZOLOTTO LTDA ME. Recorrido: CRF/SC. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.17128. Recurso Administrativo nº 203/2012. Nº Originário: 3443/2009. Recorrente: FUNDAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES.17129. Recurso Administrativo nº 106/2012. Nº Originário: I-5425/2011. Recorrente: FARMÁCIA E DROGARIA PHARMA BR LTDA ME - FILIAL. Recorrido: CRF/SC. Relatora: Conselheira Federal LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA.17130. Recurso Administrativo nº 205/2012. Nº Originário: 2046/2010. Recorrente: AMOFLEX COMERCIAL LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA.17131. Recurso Administrativo nº 671/2012. Nº Originário: 84/2010. Recorrente: LUIZ HENRIQUE DA SILVA - DROGARIA FARMA BRASIL. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA.17132. Recurso Administrativo nº 714/2012. Nº Originário: 981/2010. Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO -FP (MUNICÍPIO DE SÃO GOTARDO). Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA.17133. Recurso Administrativo nº 191/2012. Nº Originário: 1442/2010. Recorrente: FARMÁCIA PATUSCA LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal ROSSANA SANTOS FREITAS SPIGUEL.17134. Recurso Administrativo nº 201/2012. Nº Originário: 4565/2009. Recorrente: DROGARIA CASA DO REMÉDIO LTDA - ME. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal ROSSANA SANTOS FREITAS SPIGUEL.17135. Recurso Administrativo nº 202/2012. Nº Originário: 4251/2009. Recorrente: ART ASSISTÊNCIA RENAL TOTAL LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal ROSSANA SANTOS FREITAS SPIGUEL.

WALTER DA SILVA JORGE JOÃO
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

RETIFICAÇÃO

No Acórdão nº 4, de 12 de setembro de 2012-PL, publicado no DOU nº 178, de 13/09/2012, seção 1, pág. 229 onde se lê: Processo Administrativo nº 8671/2012 leia-se Processo Administrativo nº 8617/2012.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO FEDERAL
ÓRGÃO ESPECIAL

ACÓRDÃOS

Consulta 49.0000.2011.006977-4/OEP. Assunto: Consulta. Pagamento de honorários advocatícios. Percentual. Dedução de INSS e de Imposto de Renda (IR). Consulente: Marcelo Santos Machado. Relator: Conselheiro Federal Djalma Frasson (ES). Ementa n. 091/2012/OEP: Consulta. Percentual de pagamento de honorários advocatícios com as deduções de INSS e Imposto de Renda (IR). Trata-se de caso concreto que não preenche os requisitos do art. 85, IV, do Regulamento Geral do EAOAB. Consulta não conhecida. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer da consulta, nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 17 de abril de 2012. Alberto de Paula Machado - Presidente. Djalma Frasson - Relator. RECURSO 49.0000.2011.001519-5/OEP. Origem: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso - Processo n. 3065/03, de 29.07.2003. Processo n. 3164/03, de 23.09.2003. Conselho Federal da OAB - Segunda Câmara, Processo n. 2008.08.07795-05, de 22.04.2010. Recte: A.A.C. (Adv.: André Amancio de Carvalho OAB/MT 6.019-A). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso. Relator: Conselheiro Federal José Danilo Correia Mota (CE). Vista: Conselheiro Federal Luiz Carlos Levenzon (RS). Ementa n. 092/2012/OEP: REPRESENTAÇÃO CONTRA ADVOGADO POR SUPOSTA FALTA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. SUPOSTA APROPRIAÇÃO DE VALORES OBTIDOS EM DECORRÊNCIA DE ACORDO EM RECLAMATÓRIA TRABALHISTA. COMPROVAÇÃO DE EFETIVA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANTES DA APRESENTAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO QUE DEU ORIGEM AO PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR PERANTE A OAB. RECURSO PROVIDO PARA A FINALIDADE DE RECONHECER A PRESTAÇÃO DE CONTAS TEMPESTIVA PELO ADVOGADO, DETERMINANDO A EXTINÇÃO E ARQUIVAMENTO DA REPRESENTAÇÃO. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, por maioria, em dar provimento ao recurso nos termos do voto do Conselheiro Luiz Carlos Levenzon, parte integrante deste. Brasília, 13 de dezembro de 2011. Alberto de Paula Machado - Presidente. Luiz Carlos Levenzon - Relator para o acórdão. RECURSO 49.0000.2012.001778-0/OEP. Origem: Conselho Seccional da OAB/São Paulo - TED XI - Processo n. 435/2003 de 17.11.2003, IIIª Câmara - Processo n. S.C. 7022/2006 de 28.11.2006, Processo n. 2008.08.07743-05/SCA-TTU de 20.01.2010. Rectes: S.R.F.L. e C.A.R. (Advs.: Julianelli Caldeira Esteves OAB/SP 190976 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Djalma Frasson (ES). Relator: redistribuído ao Conselheiro Federal Walter de Agra Junior (PB). Ementa n.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012091400261

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

093/2012/OEP: PROCESSO DISCIPLINAR. Advogado. Dedução de pleitos sabidamente indevidos. Duplicidade de pedidos na reclamatória. Má-fé. Comprovação. Condenação. Pena de censura e multa para a primeira Recorrente, pena de suspensão de 30 dias emulta para o segundo Recorrente. Confirmação no Conselho Seccional. Mantença unânime da decisão pela 3ª Turma da 2ª Câmara do Conselho Federal. Ausência dos pressupostos do art. 75. Violação ao art. 85 do Regimento. Recurso ao Órgão Especial. Acerto da decisão Recorrida. Conhecimento do recurso ante a alegação de prescrição. - Não se pode admitir que condutas incompatíveis com o exercício da advocacia fiquem impunes, mormente quando resta comprovado nos autos a duplicidade de pedidos em reclamatória. - Os recurso direcionados às câmaras ou ao órgão especial do Conselho Federal guardam limitações de cabimento restrito e, não tendo o recorrido preenchido estes requisitos, deve a súplica recursal sequer ser conhecida nos termos do art. 75 do Estatuto da Advocacia e do art. 85 do Regimento. PRESCRIÇÃO. Alegação de decurso de prazo entre o fato e a reprimenda. Inexistência do decurso temporal previsto no art. 43 do Estatuto. Inovação recursal. Impossibilidade. Enfretamento da prescrição de ofício. Afastamento. Mantença da decisão condenatória. - É vedada a inovação recursal para o Órgão Especial do CFOAB, ante a limitação dos temas recursais temática. - Inexistindo paralização por mais de 3 (três) anos nem tendo havido o decurso de 05 anos entre o fato e a sua instauração, mister se faz afastar a laegação de prescrição. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, por unanimidade, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Impedida de votar a Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 3 de julho de 2012. Alberto de Paula Machado - Presidente. Walter de Agra Junior - Relator.

Brasília, 13 de setembro de 2012.
ALBERTO DE PAULA MACHADO
Presidente



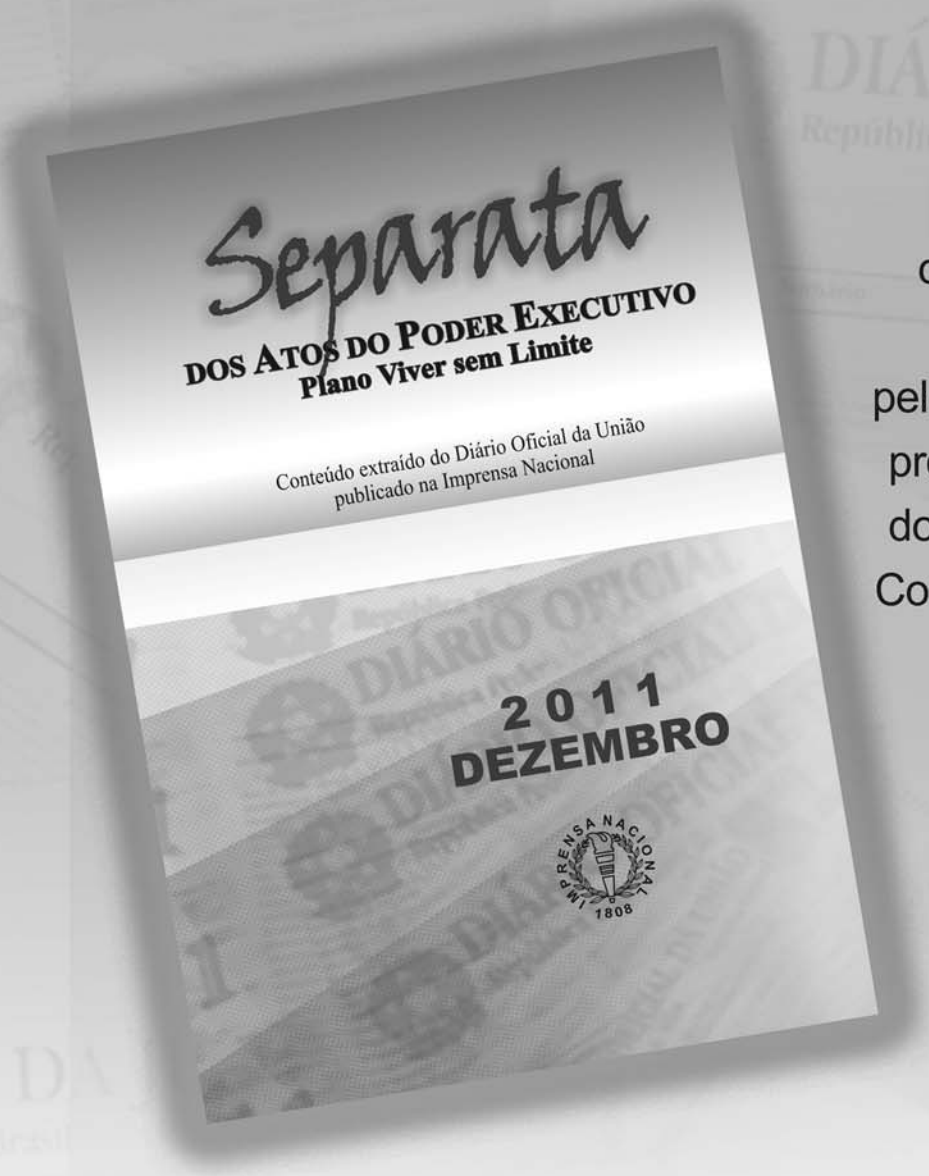


Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012091400263

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Separata Especial

Plano Viver sem Limite



Encontra-se disponível para venda, a separata especial contendo o conjunto de medidas que compõem o **Plano Viver sem Limite**, instituído pelo Governo Federal com o objetivo de promover o exercício pleno e equitativo dos direitos da pessoa com deficiência. Com a publicação, a Imprensa Nacional busca difundir as normas que regem esta importante política pública, com portabilidade, tendo em conta seu valor para a promoção da inclusão social de brasileiros portadores de algum tipo de deficiência.

Informações e Vendas pelo telefone
0800 725 6787

IMPRENSA NACIONAL 1808